ENCICLOPÉDIA
DOS
MUNICÍPIOS BRASILEIROS

PLANEJADA E ORIENTADA

por

JURANDYR PIRES FERREIRA

PRESIDENTE DO I. B. G. E.

COORDENAÇÃO ADMINISTRATIVA

DE

VIRGILIO CORRÊA FILHO e HILDEBRANDO MARTINS

Secr.-Geral do C. N. G. — Secr.-Geral do C. N. E.

SUPERVISÃO GEOGRÁFICA

DE

SPERIDIÃO FAISSOL

Dir. de Geografia

SUPERVISÃO DOS VERBETES

DE

ARTHUR FERREIRA

Inspetor Regional

SUPERVISOR DA EDIÇÃO

DYRNO PIRES FERREIRA

Superintendente do Serviço Gráfico

2 DE JULHO DE 1958

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

XXI VOLUME

RIO DE JANEIRO
1958

MUNICÍPIOS DO ESTADO DA BAHIA

1 — 25 253

Índice dos Municípios

MACAJUBA — BA

Mapa Municipal no 7.° Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração no território do atual município de Macajuba foi feita pelo capitão-mor Antônio Gonçalves Chaves, que conquistou as terras aos indígenas de uma ramificação tupi, segundo escritura do ano de 1776 por êle passada. Logo depois expulsou os silvícolas da região.

No ano de 1785, já se verificava a existência de grandes fazendas no território, sendo a principal a propriedade "São José", de Luís José Alves, em cujos terrenos veio a surgir a povoação.

Entre os anos de 1870 a 1880, tem-se notícia de que Bernardino Ribeiro, Francisco Xavier de Almeida, Prudêncio Vieira de Aguiar e Antônio Pinto Macedo foram os primeiros moradores da fazenda "São José", devendo-se a êles as instalações iniciais da povoação com o nome de "Lajedo". Eram êles originários da vila de Nossa Senhora do Rosário do Pôrto de Cachoeira, da vila de Santana do Camisão e do povoado Baixa Grande.

É tradição oral que o nome primitivo da povoação estava ligado à existência dos lajedos até hoje ali existentes. Edificada a capela sob o orago de Santa Luzia, passou o aglomerado a chamar-se Santa Luzia do Lajedo, nome alusivo à padroeira do núcleo e às suas características geográficas.

No ano de 1889, foi instalada a 1.ª subdelegacia de polícia subordinada ao município de Baixa Grande.

Por efeito da Lei estadual número 640, de 12 de maio de 1906, sancionada pelo Govêrno de José Marcelino de Sousa, foi transferida a sede do município de Baixa Grande para a povoação de Santa Luzia do Lajedo, dando-se a extinção daquele município e criando-se com o seu território e sede na povoação acima referida o distrito, a vila e o município de Capivari, cuja instalação ocorreu a 2 de julho de 1906.

A Lei estadual número 806, de 28 de julho de 1910, restaurou o município de Baixa Grande, desanexando-o do de Capivari com novos limites.

Na divisão administrativa do Brasil, referente a 1911, Capivari aparece formado de dois distritos — o da sede e Viração.

Foi o município de Capivari extinto e anexado ao de Baixa Grande, pelo Decreto estadual número 7 455, de 23 de junho de 1931, sendo restaurado pelo Decreto estadual número 7 479, de 8 de julho de mesmo ano.

Grupo Escolar Dr. Inácio Tosta

No ano de 1933, a formação administrativa do município de Capivari se fêz de um só distrito — o da sede, assim permanecendo nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 a 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número .... 10 728, de 30 de março de 1938. No quadro em vigência no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, sua divisão administrativa permanece inalterada.

Em virtude do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, foi extinto o município de Capivari, que passou a figurar como distrito do município de Baixa Grande, sob a denominação de Macajuba. Entretanto, por fôrça do Decreto estadual número 12 978, de 1.° de junho de 1944, que retificou o quadro fixado pelo referido Decreto-lei 141, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, restaurou-se o município de Macajuba, que permaneceu constituído de um distrito apenas — o de Macajuba, situação que permanece inalterada.

LOCALIZAÇÃO — O município de Macajuba localiza-se na Zona Fisiográfica da Encosta da Chapada Diamantina e está totalmente incluído no Polígono das Sêcas.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Limita com os municípios de Baixa Grande, Ipirá, Mundo Novo e Ruy Barbosa.

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 12° 08' 20" de latitude Sul e 40° 22' de longitude W. Gr. Está no rumo O. N. O. partindo da Capital do Estado, da qual dista, em linha reta, 213 quilômetros.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 353,0241 metros, conforme chapa cravada pelo Conselho Nacional de Geografia na base do obelisco comemorativo ao 1.° centenário da Independência.

ÁREA — A área do município mede 597 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território municipal tem topografia ondulada apresentando as serras de Macajuba e de Tanquinho, como principais. O ponto culminante é o morro de Joana.

Banham o município os rios Capivari, Jundiá e Paulista, sendo o primeiro dêstes afluente do rio Paraguaçu. No rio Capivari, na divisa com o município de Ruy Barbosa, encontra-se a queda dágua Mulungu, temporária, e na serra de Macajuba é encontrada uma outra.

Localizam-se no município dois açudes, com capacidade total de 2 079 460 metros cúbicos; dêstes um é público e outro particular, contando-se ainda reprêsas importantes: Dois Irmãos, São Geraldo, Santo Antônio e Engenho, e, por último, o Tanque-Salgado.

CLIMA — A temperatura média na sede municipal, no ano de 1956, foi estimada em 25°C, em vista de não haver pôsto meteorológico.

RIQUEZAS NATURAIS — As terras são de ótima qualidade, encontrando-se matas onde há madeiras de lei; nos serrados e caatingas, a lenha é abundante e verifica-se a existência de plantas medicinais e ouricuri. A fauna apresenta animais silvestres como o gato pintado, o veado, a paca, a cotia, etc., e aves tais a perdiz, a codorniz e outras.

Da riqueza mineral, a conhecida e explorada é a pedra para construção.

POPULAÇÃO — A população do município em 1950 era de 6 993 pessoas com densidade demográfica de 11,714 habitantes por quilômetro quadrado; 84% dos habitantes se localizam no quadro rural.

No total de habitantes recenseados em 1950, na idade de 15 anos e mais, encontrou-se, para cada grupo de 100 homens, 106 mulheres, e, quanto ao estado civil, a maioria era composta por 1 844 casados.

A população estimada para o ano de 1957 consigna 7 300 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existia, no ano de 1950, apenas a cidade de Macajuba com 1 125 habitantes. Dêstes, a maioria era formada por 639 mulheres e para cada 100 homens existiam 131 do sexo oposto.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade, Macajuba, contam-se os povoados abaixo com as seguintes populações estimadas para o ano de 1957: Nova Cruz — 165 habitantes e Santa Luzia Velha 55 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Os 36% das pessoas em idade ativa estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", segundo revelam os resultados do censo de 1950. Êste município, antes apreciável celeiro agrícola, sofreu transformação na sua economia com o aparecimento de grandes fazendas de engorda de gado bovino. A atividade principal é a pecuária, seguida da agricultura. No ano de 1954, 618 propriedades rurais estavam registradas na Repartição Fiscal do Estado, apresentando o valor venal de 14 297 milhares de cruzeiros.

Agricultura — A produção agrícola no ano de 1955 atingiu 2 092 milhares de cruzeiros e foi grandemente prejudicada pela sêca. Neste ano, a principal cultura foi a mandioca com o valor de 1 125 milhares de cruzeiros, seguindo-se, em ordem decrescente, o feijão e a mamona em baga, respectivamente, 360 e 210 milhares de cruzeiros de valor de produção. Cultivam-se, ainda, milho, fumo em fôlha e café. A cultura da mamona tomou grande incremento. Há exportação de mamona, milho e feijão e os principais mercados compradores são: Salvador, Feira de Santana e Ruy Barbosa.

Pecuária — A atividade pecuária é desenvolvida, contando-se importantes fazendas de pastagens artificiais para a engorda do gado bovino, cujo rebanho, na maior parte, é selecionado dentre as melhores raças. Os efetivos pecuários no ano de 1956 contavam os seguintes números de cabeças: bovinos 9 400, suínos 3 800, caprinos 3 100, ovinos 2 700, muares e asininos menos de 500. É verificada a exportação de bovinos gordos para Feira de Santana e Salvador.

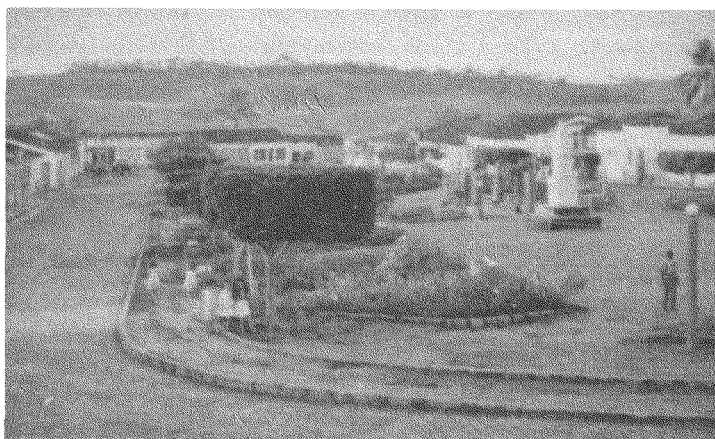
Indústria — A atividade industrial, no ano de 1955, atingiu 2 302 milhares de cruzeiros, cabendo 97% ao ramo dos produtos alimentares, surgindo em primeiro lugar com 1 620 milhares de cruzeiros a fabricação rotineira da farinha de mandioca.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Passa pela sede do município a rodovia estadual que parte da BA-4 (Salvador—Rio São Francisco), no trecho Baixa Grande—Mundo Novo.

As ligações com os municípios vizinhos são por meio de rodovias, nas seguintes distâncias: Baixa Grande — 48 quilômetros, Ipirá — 100 quilômetros, Mundo Novo — 90 quilômetros, e Ruy Barbosa — 27 quilômetros. Com a capital do Estado liga-se por via aérea (212 km), rodovia (343 quilômetros) e por via mista (rodovia 31 quilômetros e ferrovia 376 km). Com a Capital Federal, rodovia .... 1 977 quilômetros, e mista (rodovia 31 km e ferrovia 2 031 quilômetros). Há 1 campo de pouso com pista de 800 x 50 metros.

De vias de comunicação, conta o município com a Agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos sita na cidade.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador, Feira de Santana e Ruy Barbosa. Existiam na sede municipal 21 estabelecimentos comerciais varejistas, em 1956. O giro comercial elevou-se a 24 124 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial está fixado em Cr$ 2 000,00.

Praça Dr. Castro Cincurá

Outro aspecto da Praça Dr. Castro Cincurá

ASPECTOS URBANOS — A cidade está edificada num vale. Contava, em 1956, 417 prédios, 22 logradouros, dos quais 6 pavimentados, sobressaindo a Praça Castro Cincurá, ajardinada e contendo um parque infantil. Aí está situado o comércio e os principais prédios públicos — o Grupo Escolar de Joaquim Inácio Tosta, a Prefeitura Municipal e a Agência de Estatística. A municipalidade mantém usina geradora de eletricidade, cuja rede se estende a 12 logradouros e a 100 prédios. Em 1956 estavam registrados na Prefeitura Municipal 2 caminhões. Existem 2 pensões, com a capacidade total de hospedagem para 21 pessoas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Está em construção um Pôsto de Puericultura. Residem e clinicam na cidade 1 médico e 1 dentista. Há 2 farmácias. Faz parte o município do Setor número 12, sediado em Itaberaba, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — Os 21% da população de 5 anos e mais, ou seja, 1 232 pessoas, sabem ler e escrever, segundo revelam os resultados do Censo de 1950.

ENSINO — Existiam, no ano de 1956, 11 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com a matrícula de 530 alunos. O ensino supletivo contou com 5 escolas. Segundo a dependência, o ensino primário fundamental comum naquele ano estava assim distribuído: Estado, 33 escolas, 7 professôres, 202 discentes; município, 8 escolas, igual número de docentes e 328 alunos matriculados. O principal estabelecimento de ensino primário situa-se na cidade de Macajuba e é o Grupo Escolar "Dr. Joaquim Inácio Tosta", mantido pelo Govêrno Estadual.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há 2 bibliotecas públicas com menos de 1 000 volumes, sendo a maior a Ruy Barbosa, da Agência de Estatística. Existem 2 serviços de alto-falantes.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na Praça Dr. Castro Cincurá ergue-se o obelisco "Dois de Julho" em homenagem aos heróis da Independência. Foi construído por iniciativa particular e com auxílio da Municipalidade.

CULTOS RELIGIOSOS — Existe 1 igreja, 2 capelas e 5 associações religiosas do culto católico; o município não é sede de paróquia.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Além das festas de Natal, Ano-Bom, São João e São Pedro, a principal solenidade religiosa é a de Santa Luzia, destinada a festejar o dia da padroeira da cidade, geralmente precedida de novena e realização de missa solene, no dia 13 de dezembro, encerrando-se com tradicional procissão.

Há bailes pastoris, geralmente representados por crianças vestidas a caráter, tendo como principal finalidade reproduzir o ato simbólico de saudação ao Menino Jesus.

Os festejos de São Cosme e Damião são realizados por devoção com a parte final dedicada aos batuques e cerimônias de cunho afro-brasileiro.

A saída do "reisado" ocorre no dia 6 de janeiro com grupo em roupas tradicionais.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 2 082 eleitores inscritos e dêstes 1 120 votaram nas eleições de 1954. São 12 os vereadores em exercício. No ano de 1956 exerciam atividades 43 funcionários públicos civis, assim distribuídos: 7 federais, 20 estaduais, 15 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo dá o demonstrativo da arrecadação pública e da despesa municipal realizada no período indicado.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	57	238	574	104	567
1951	17	288	421	130	593
1952	15	236	436	81	409
1953	90	280	817	102	695
1954	178	717	702	150	751
1955	203	943	1 092	241	1 026
1956	173	1 441	1 269	354	1 201

JUSTIÇA — Com o nome de Baixa Grande, o município pertence primeiramente à Comarca de Camisão, dela sendo mudado, como têrmo, para o de Orobó pelo Ato estadual de 10 de fevereiro de 1890. O Ato estadual de 3 de agôsto de 1892 figura-o como têrmo da comarca de Camisão. Pela Lei estadual numero 280, de 6 de setembro de 1898, voltou a ser têrmo da de Itaberaba (ex-Orobó), passando novamente à de Camisão pelo Decreto estadual número 266, de 4 de outubro de 1904. Em 1906, o têrmo teve o nome mudado para Capivari, pela Lei estadual número 640, de 12 de maio. Foi considerado têrmo excluído de Baixa Grande pela Lei estadual número 982-A, de 2 de agôsto de 1913. Pela Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, passou a têrmo da comarca de Mundo Novo.

Foi o Têrmo extinto pelo Decreto estadual número 7 455, de 23 de junho de 1931, sendo restaurado pelo Decreto estadual 7 479, de 8 de julho do mesmo ano. Continuou como têrmo componente da comarca de Mundo Novo até 1943, quando foi novamente extinto, em razão do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro. Foi o têrmo restaurado com o nome de Macajuba, pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, para fazer parte da comarca de Mundo Novo. Pelo Decreto-lei estadual número 512, de 14 de junho de 1945, passou a têrmo da comarca de Ruy Barbosa.

Pelo Decreto-lei estadual número 175, de 2 de agôsto de 1949, foi elevado à categoria de comarca de 1.ª entrância, desmembrada da de Ruy Barbosa. No entanto não foi instalada até o ano de 1957, estando os trabalhos judiciário afetos à comarca de Mundo Novo. Compreende 7 car-

tórios, sendo 2 de Registro Civil. Em 1956 foram julgados 12 feitos no cível e 11 de outra natureza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se macajubenses. O antigo topônimo Capivari foi derivado do nome do rio, cuja origem é atribuída por uns à "capivara", roedor que habita a região e, por outros, à "capivara", planta da família das aristoloquiácias, que era muito comum nas margens do rio em causa. O topônimo atual—Macajuba—deriva da mais importante serra existente no município, cujo nome está ligado à palmeira macajuba, muito comum na região.

O Prefeito em exercício é o Sr. Edgard Moreira Simões, e o Presidente da Câmara, o Sr. Joviniano Gonçalves Vieira. Desempenhou funções de primeiro Intendente o Senhor Atanásio José de Sousa, e o primeiro Conselho Municipal estava formado pelos seguintes membros: Pompílio Fernandes de Sousa, Aprígio Borges Cerqueira, Pio Borges da Silva, José Possidônio da Mota, Fernando Brochine, Antônio Silvany Ribeiro Sampaio.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal da Bahia: José P. Tôrres Filho. — Chefe da Agência de Estatística: Sr. Hildegardo F. Carvalho.)

MACARANI — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A história de Macarani, primitivamente Encruzilhada, está ligada à do município de Vitória da Conquista. O distrito subcomissariado de Encruzilhada, pertencente ao município de Vitória da Conquista, foi criado por Ato estadual de 22 de fevereiro de 1896.

Foi elevado à categoria de vila, com o mesmo nome de Encruzilhada, pela Lei estadual número 1 483, de 17 de junho de 1921, que criou o município de Encruzilhada, desmembrando-o do município de Conquista. Sua inauguração ocorreu em 1.º de janeiro de 1922.

Prédio onde funcionam a Prefeitura Municipal e o Banco Econômico da Bahia

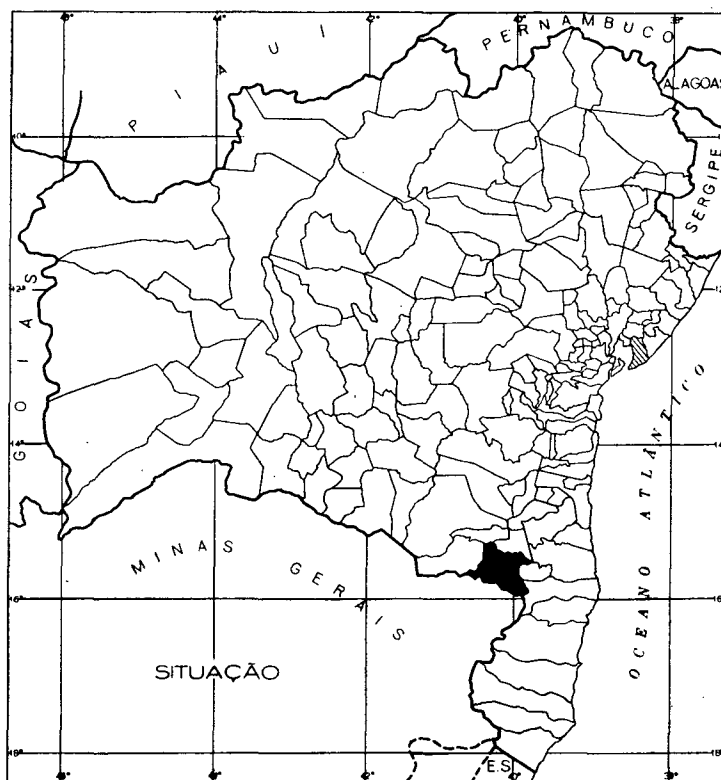
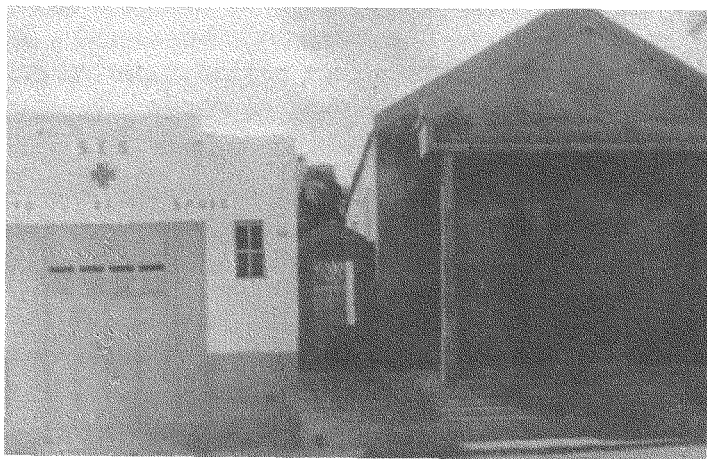
O distrito de paz, com a mesma denominação do município, foi criado pela Lei municipal número 4 e confirmado pela Lei estadual número 1 708, de 13 de junho de 1924. Na divisão administrativa do Brasil referente a 1933, o município de Encruzilhada apresenta-se formado de quatro distritos: Encruzilhada, Campinas, Macarani e Ribeirão do Salto.

De acôrdo com as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937 e com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município compunha-se dos distritos Encruzilhada, Macarani, Campinas e Ribeirão do Salto. A mesma situação permanece no quadro territorial que vigorou no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938.

Em virtude do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, a sua sede foi transferida para a vila de Macarani, então elevada à categoria de cidade, recebendo o município, conseqüentemente, essa denominação. No quadro que êsse Decreto-lei estadual número 141 fixou para vigorar no qüinqüênio de 1944 a 1948 e que foi retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município aparece sob a nova denominação de Macarani, sendo integrado por quatro distritos: Macarani (sede), Encruzilhada, Ribeirão do Salto e Campinarana (ex-Campinas).

Em 1952, por fôrça da Lei estadual número 511, de 12 de dezembro, o município de Macarani perdeu parte do seu território para a formação do município da Encruzilhada, restabelecido por essa mesma lei.

A atual composição administrativa do município, fixada pela Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, consta de quatro distritos: Macarani, Itarantim, Maiquinique e Ribeirão do Salto.

LOCALIZAÇÃO — O município de Macarani localiza-se na Zona Fisiográfica da Conquista e limita com os municípios de Belmonte, Encruzilhada, Itambé, Itapetinga, Potiraguá e com o Estado de Minas Gerais. O seu território é banhado pelos rios Pardo, Mangerona e Bonito. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: .... 15° 34' 01" de latitude Sul e 40° 25' 46" de longitude W. Gr. Rumo da Capital do Estado para a sede do município, S.S.O., distando, em linha reta, 335 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Pôsto de Saúde, vendo-se ao lado o prédio do Forum

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 700 metros.

ÁREA — A área do município era de 7 149 km. Em 1953 perdeu cêrca de 40% de seu território para a formação do município de Encruzilhada.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município tem apresentação ondulada. Os principais rios que lhe banham o território são o Pardo, o Mangerona e o Bonito; possui as seguintes quedas dágua, ainda inaproveitadas: Três Pontas, do Bonito, do Mangeroninha, Salto Grande, Serra e Siri. Sua principal serra é a das Três Pontas.

CLIMA — A temperatura na sede municipal apresentou em 1956 os seguintes dados, baseados em estimativa, dada a inexistência de pôsto meteorológico: máxima 28°C; mínima 18°C e média 24°C.

RIQUEZAS NATURAIS — As mais notáveis riquezas naturais são as suas opulentas florestas, onde abundam variedades de madeira de lei tais como cedro, jacarandá, ipê, pau-d'arco, jequitibá, conduru. O potencial de suas cascatas, que está estimado em 12 585 H. P., constitui, também, grande riqueza natural. Como ocorrências minerais, existem cristal de rocha, mica e pedra para construção.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, segundo os resultados do Recenseamento de 1950 era de 56 294 habitantes, sendo 28 871 homens e 27 423 mulheres. Macarani classificou-se no 13.° lugar dentre os municípios mais populosos do Estado. Verificou-se que a côr parda predominava sôbre as demais, com um total de 30 822 pessoas, seguida dos brancos com 18 254. Quanto ao estado civil, predominavam os casados com 17 462, vindo em segundo lugar os solteiros com 9 031.

Da população recenseada, 93,2% localizavam-se no quadro rural, equivalendo isso a dizer que o município de Macarani é preponderantemente rural. A estimativa de sua população para 1957 é de 48 000 habitantes, visto ter sofrido desmembramento.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, o município de Macarani possuía 4 aglomerações urbanas cujas populações eram as seguintes: cidade de Macarani — 1942 (sendo 893 homens e 1 049 mulheres); vila Campinarana — 167 hab.; Encruzilhada — 1 488 hab. e Ribeirão do Salto — 238 hab. Em 1952, por fôrça da Lei estadual número 511, de 12 de dezembro, a vila da Encruzilhada foi elevada a cidade, com o restabelecimento do antigo município do mesmo nome, o qual compreende também o distrito de Campinarana. Dois novos centros urbanos surgiram em 1953 com a criação de Itarantim e Maiquinique com mais de 1 000 habitantes cada.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com os resultados do Recenseamento de 1950, existiam no município 35 848 pessoas em idade ativa (10 anos e mais), sendo .. 18 354 homens e 17 494 mulheres; dessa população, 13 153 pessoas se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", ou seja, 37% da população em idade ativa.

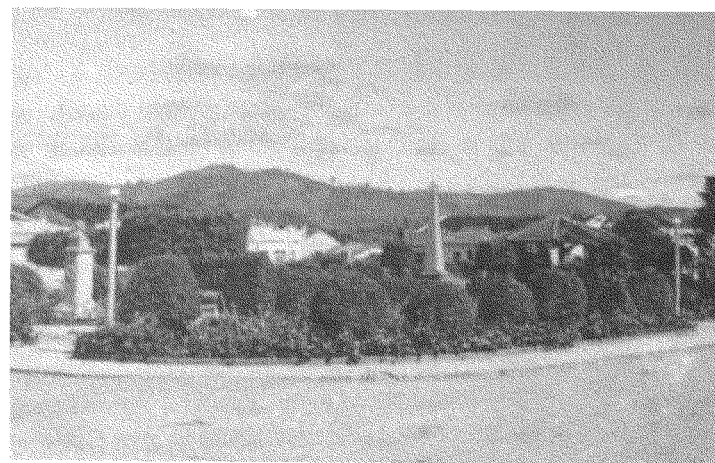
A atividade fundamental à economia do município é a pecuária, sobretudo a criação de bovino. Os seus rebanhos em 1956, estavam estimados em: bovinos 351 000 cabeças; eqüinos 3 000; asininos 2 500; muares 3 500; suínos 85 000; ovinos 3 500 e caprinos 1 500. Macarani é no Estado um dos maiores municípios criadores de gado.

Agricultura — O valor da produção agrícola, em 1955, alcançou a importância de 88 000 milhares de cruzeiros, salientando-se, com maior parcela, a cana-de-açúcar, seguida da mandioca, do aipim, do feijão, do arroz, do milho, da laranja, do café e de outros produtos.

Em 1954, existiam 3 465 propriedades rurais, no valor venal de Cr$ 253 475 620,20.

Indústria — Conta com pequenas indústrias, de aguardente, arreios e selas para montaria, massas alimentícias, creme de leite, farinha de mandioca, ladrilhos de barro, beneficiamento de madeira, rapadura vinhos de fruta, manteiga, etc. O valor da produção industrial, em 1955, elevou-se a 27 273 milhares de cruzeiros, salientando-se com maior parcela a fabricação de farinha de mandioca, que contribuiu com 15 600 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Macarani liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal — rodovia (1 326 km), Capital do Estado — rodovia (692 quilômetros), Belmonte — vicinal (276 km), Encruzilhada — rodovia (200 quilômetros), Itambé — rodovia (90 km), Itapetinga — rodovia (42 quilômetros) e Potiraguá (100 quilômetros). Liga-se ainda por rodovia às cidades mineiras seguintes: Almenara (80 quilômetros), Jacinto (80 km), Jordânia (90 km), Pedra Azul (150 quilômetros) e Rubim (100 quilômetros).

O município possui uma rede rodoviária de 114 quilômetros, sendo 24 de rodovia estadual e 90 de municipal. A

Praça da Bandeira

cidade é servida de uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telegráfos e uma estação de radiocomunicação de uso público. Possui também um campo de pouso.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Itapetinga, Vitória da Conquista, Itabuna, Ilhéus, Salvador, Rio e São Paulo.

Existem na sede municipal 127 estabelecimentos comerciais varejistas, uma agência do Banco Econômico da Bahia S. A., instalada em 26 de março de 1953, e um correspondente do Banco do Brasil S. A.

O giro comercial, em 1956, foi de 101 500 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial é de Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Macarani está situada à margem esquerda do rio Macarani, afluente do rio Mangerona. Possui 35 logradouros públicos, 3 dos quais pavimentados e 1 arborizado e ajardinado; dos logradouros existentes, 15 são servidos pela rêde de iluminação elétrica. Há 660 prédios, sendo 125 servidos de iluminação elétrica. O consumo de energia elétrica na sede municipal, em 1956, foi de 15 500 kWh. Funcionam 2 hotéis, 1 pensão, 1 cinema e, como já dissemos, 1 agência do DCT. Estão em andamento os trabalhos para abastecimento de água potável à cidade, sob os auspícios do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

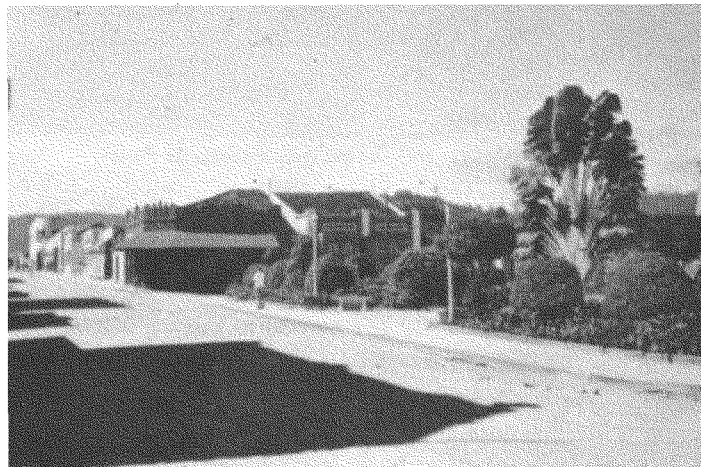
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Pôsto de Higiene do Estado e pelo setor número 8, sediado em Vitória da Conquista, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Exercem a profissão em Maracani 5 médicos, 3 dentistas e 1 farmacêutico. Existe 1 farmácia.

Praça da Bandeira e Rua 2 de Julho

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Vem sendo prestada assistência social pela Prefeitura Municipal, pela Paróquia e pela Associação Cultural e Beneficente de Macarani.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de .. 46 056 pessoas, sendo 23 638 homens e 22 418 mulheres. Dessa população, sabiam ler e escrever 5 748 pessoas, sendo 3 631 homens e 2 117 mulheres, ou sejam 11,5% da população de 5 anos e mais. Na cidade existiam, naquele ano, 1 617 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 635, sendo 342 homens e 293 mulheres.

ENSINO — Em 1956, contavam-se no município 21 unidades escolares do ensino primário fundamental-comum, sendo 4 estaduais, 16 municipais e 1 particular, além de duas classes da Campanha de Educação de adultos, com matrícula efetiva de 728 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há uma biblioteca mantida pela Agência de Estatística e com menos de 1 000 volumes. Existe 1 entidade cultural (Associação Cultural e Beneficente de Macarani).

Outro aspecto da Praça da Bandeira

CULTOS RELIGIOSOS — Macarani é sede de paróquia, fundada em 9 de agôsto de 1943 e pertencente ao bispado de Amargosa. Além da igreja-matriz, existem ainda, no município, 4 capelas públicas e 3 semipúblicas. Funcionam também 2 cultos protestantes — Igreja Evangélica Batista de Nova Esperança, na vila de Itarantim, e Igreja Batista de Maiquinique, na vila do mesmo nome.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais festas religiosas que se celebram em Macarani são: São Pedro, padroeiro local; Santo Antônio, São João, Natal, Ano-Bom e Reis. Os folguedos populares mais importantes são: os reisados, que se realizam de 6 a 20 de janeiro; os presepes, de 25 de dezembro a 6 de janeiro; leilões e quermesses, em qualquer época do ano. As festas de Santo Antônio, São João e São Pedro têm caráter de grande animação popular.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1954, o município de Macarani contava 5 380 eleitores inscritos, tendo comparecido e votado no pleito que se realizou naquele ano 3 671 cidadãos. São 12 os vereadores em exercício. Em 1956, exerciam atividades no município 5 funcionários federais, 67 estaduais, 10 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o movimento das finanças públicas no período 1950-1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	265	2 686	751	751	874
1951	294	3 613	978	978	1 102
1952	350	4 189	2 024	1 565	2 003
1953	396	4 297	3 288	2 488	2 267
1954	554	5 298	2 502	2 287	2 882
1955	1 145	5 668	2 777	1 521	2 108
1956	1 768	7 665	3 777	2 544	3 011

Rua Dr. Hélio Meira

JUSTIÇA — Pela Lei estadual número 1560, de 17 de junho de 1922, Encruzilhada (atual Macarani) foi elevada a têrmo da comarca da Conquista, permanecendo nessa categoria até o ano de 1943, quando passou a têrmo da comarca de Itambé. O Decreto-lei estadual número 512, de 19 de junho de 1945, criou a comarca de Macarani (ex-Encruzilhada), que foi desmembrada da de Itambé. A partir de 1952, a comarca de Macarani passou a ser constituída de dois têrmos: Macarani e Encruzilhada. Atualmente é de 1.ª entrância e possui 11 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. O número de julgados em 1956 foi o seguinte: no cível — 45; no crime — 10; outros feitos — 6.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A pessoa natural de Macarani denomina-se macaraniense. A denominação Macarani é de origem indígena e significa "gruta dos índios carany", tribo "botucudo" que habitava a região. O atual Prefeito é o Sr. Clério Correia de Melo e o Presidente da Câmara, o Sr. Otacílio Antônio de Sousa. O primeiro Prefeito foi João Saliba e os componentes da primeira câmara foram Afrânio da Rocha, Firmo Salvador da Rocha, Ananias Dias Lima, José Palles Sobrinho, Pacífico Monteiro da Costa, Alzira Alves Lacerda, Wilson Vieira Dantas, José Alves Martins, Otaviano Ferreira Coelho, Edmundo Bahia da Nova, Antônio Guedes de Souza Alcoforado e Carlos Ribeiro Coelho.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Teófilo Santa Cruz Santos Silva. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Nilo Muniz Cabral.)

MACAÚBAS — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — A formação do município começou em meados do século XVIII, no lugar "Coité". Era uma taba de índios "tuxás", egressos de regiões ribeirinhas do São Francisco, quando ali chegaram os primeiros brancos. Êstes eram bandeirantes que transitavam pelo grande rio, como sempre, em busca de ouro e diamantes. Alguns aí se fixaram, dando início ao povoamento.

Do comércio que os seus fundadores mantiveram e desenvolveram resultou que o povoado se ampliasse até a localidade conhecida por Estiva. Já havia a êsse tempo, no arraial de Coité, uma capela erigida em louvor a Nossa Senhora da Imaculada Conceição, que ficou sendo até hoje a excelsa Padroeira.

Essas terras pertenciam ao município de Urubu (depois Rio Branco e agora Paratinga), do qual foram desmembradas em 1832 para constituir município independente, com o topônimo de Macaúbas, por Decreto estadual de 6 de julho daquele ano, que também elevou a sua sede à categoria de vila. O início do seu funcionamento ocorreu a 23 de setembro do ano seguinte.

Com o desenvolvimento do município, o curato da primitiva capela passou a ser a freguesia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição de Macaúbas, promoção que se deu pela Lei provincial n.º 124, de 19 de maio de 1840.

Na divisão administrativa do Brasil concernente ao ano de 1911 o município compõe-se de 4 distritos: Macaúbas, Lagoa Clara (criado em 1822), Santa Rita (criado em 1830) e São Sebastião (criado em 1840).

A Lei estadual n.º 1 761, de 10 de junho de 1925, concedeu foros de cidade à sede do município, ao qual foi incorporado o território do extinto município de Bom Sucesso (atual Ibitiara), por Decreto estadual n.º 7 479, de 8 de julho de 1931. Todavia, foi êste último logo reinstituído por fôrça do Decreto estadual n.º 8 830, de 2 de fevereiro de 1934, e restabelecido a 11 de março do mesmo ano.

Na divisão administrativa do Brasil pertinente ao ano de 1933, são os mesmos distritos constantes da de 1911 que compõem o município.

Compunha-se de 6 distritos (Macaúbas, Assunção, Betânia, Monte Belo, Santa Rita e São Sebastião) nas divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e 31-12-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938.

O município de Macaúbas, no quadro da divisão territorial judiciário-administrativa do Estado, fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, compreende os distritos de Macaúbas, Assunção, Betânia, Caturama (ex-São Sebastião), Monte Belo e Santa Rita, situação que permaneceu nas divisões seguintes com estas alterações: Macaúbas, Boquira (ex-Assunção), Botuporã (ex-Monte Belo), Bocuituba (ex-Santa Rita), Canatiba (ex-Betânia) e Caturama. Esta situação é mantida na divisão territorial vigorante em 1949-1953.

No quadro da última divisão territorial do Estado da Bahia fixado pela Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, para vigência no período de 1954-1958, o município de Macaúbas teve restaurado o distrito de Lagoa Clara, que não aparecia desde a divisão territorial de 1936, bem como criado um outro distrito, o de Tanque Novo. Atualmente é constituído de 8 distritos: Macaúbas, criado pela Lei estadual n.º 124, de 19 de maio de 1840; Boquira (ex-Assunção), que figurou pela primeira vez como distrito na divisão territorial relativa a 1936; Botuporã (ex-Monte Belo), que também figurou pela primeira vez como distrito na divisão territorial relativa a 1936; Bocuituba (ex-Santa Rita), criado em 1830 (a sua primeira capela data de 1816, erigida sob a invocação de Santana); Canatiba (ex-Betânia), que figurou pela primeira vez como distrito na divisão territorial relativa a 1936; Caturama, (ex-São Sebastião) criado em 1840; Lagoa Clara — restaurado em 1953 — criado em 1822 (as suas primeiras casas datam de 1810 e a sua primitiva capela, erigida em louvor a Santa

Rita data de 1816); e Tanque Novo, criado pela Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953.

LOCALIZAÇÃO — O município de Macaúbas está situado na região centro do Estado da Bahia, na chamada Zona Fisiográfica da Serra Geral. Faz limites com os municípios de Oliveira dos Brejinhos, Ibitiara, Paramirim, Caetité, Riacho de Santana, Bom Jesus da Lapa e Paratinga. O município está totalmente incluído no Polígono das Sêcas. O rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal é O. e a distância em linha reta 435 km. A sede municipal tem a sua posição indicada pelas seguintes coordenadas geográficas: 13° 01' 17" de latitude Sul e 42° 41' 41" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 760 m.

ÁREA — A área do município de Macaúbas mede ...... 5 907 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território municipal apresenta "gerais" ou chapadões. A principal elevação é a serra de Macaúbas muito extensa e uniforme, que corre o município do sul para o norte, e se eleva até 1 250 metros. A segunda em importância é a serra da Canabrava. Há ainda o morro do Cruzeiro, com 1 150 metros de altitude, e as serras do Carrapato, da Vereda, de Santa Rita, da Sapiranga, do Taquaril e do Brejão, além de outras.

O sistema hidrográfico faz parte da bacia do rio São Francisco, não possuindo, todavia, cursos dágua notáveis; são, ao contrário, rios periódicos não navegáveis, como o Paramirim e o Santo Onofre, que são os principais, ambos afluentes do São Francisco pela margem direita. O Paramirim nasce na serra das Almas, serve de limite com os municípios de Paratinga e Bom Jesus da Lapa. Recebe, no seu curso de 200 km no município, os subafluentes riachões do Peixe, do Brejo Grande, de José Miguel, de Monte Belo e outros menores, todos pela margem esquerda. O rio Santo Onofre nasce na serra da Tromba, formando algumas cachoeiras e tem um percurso de 138 km no município. Recebe o Santa Rosa, Tinguis e o Pau de Óleo, pela margem direita.

Há algumas lagoas. A de maior significação é a que forma o açude de Macaúbas, de capacidade igual a ...... 20 900 000 metros cúbicos. O seu reservatório mede 12 000 metros de comprimento por 3 000 de largura e 10 de profundidade. Afora esta, existem a da Várzea Grande, a da Bota, a dos Patos, a do Junco, a Nova, a das Salinas, a do Tanque Novo, etc.

CLIMA — O clima é sêco e salubre, de modo geral. A temperatura na sede municipal no ano de 1956 apresentou as seguintes variações: média das máximas 24°C; média das mínimas 18°C; e média compensada 20°C. A precipitação no ano atingiu a altura de apenas 192 mm, visto que as chuvas são muito escassas na região.

RIQUEZAS NATURAIS — Dentre as riquezas minerais, tem maior importância a mina de galena, descoberta na serra de Macaúbas, no distrito de Boquira, a qual vem sendo explorada em larga escala. A mineralogia ainda consigna a existência de cristal de rocha, talco, cobre e águas termais.

Levantamentos recentes revelam que as ocorrências de chumbo no distrito de Boquira revestem-se de grande interêsse dada à escassez dêsse minério no país. Foram encontradas recentemente ocorrências de cobre na localidade de Bonfim, onde, também, foram assinaladas extensas jazidas de chumbo. O chumbo e o cobre de Boquira apresentam interêsse econômico, permitindo a lavra em condições comerciais e industriais satisfatórias.

A flora possui apenas algumas matas em as nascentes dos riachos, predominando, de ordinário, as capoeiras e a vegetação rasteira, próprias das regiões sêcas. Mesmo assim são encontradas madeiras diversas, como peroba, pau-d'arco e vinhático, além de uma boa variedade de plantas medicinais: quina, ipecacuanha, unha-d'anta, contra-erva e muitas outras.

A fauna, apesar da ausência de grandes matas e rios perenes, ainda assim desperta o interêsse da caça e da pesca em épocas próprias. Os espécimes locais são a ema, a garça, o veado, o gato-do-mato, o teiú, a cutia, a paca, etc., entre os animais silvestres; surubim, curimatã, dourado e traíra, entre os peixes; e o ariri, o marreco, o frango-dágua e o pato, entre as aves aquáticas.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população do município era de 37 481 habitantes, compreendendo 17 461 homens e 20 020 mulheres. Para cada grupo de 100 homens havia um equivalente de 115 mulheres. Quanto à côr, o maior grupo era o de brancos, igual a 27 842. No cômputo da população de 15 anos e mais os casados eram mais numerosos que os solteiros, viúvos e desquitados, somando o seu número 11 482. Viviam no quadro rural 89% da população do município. A densidade demográfica calculada em relação ao ano de 1950 é de 6,35 habitantes por quilômetro quadrado.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — De acôrdo com os resultados do Recenseamento de 1950 existiam 6 aglomerações urbanas com as seguintes populações: cidade de Ma-

caúbas com 1 849 hab., e vilas de Boquira com 615 hab., Botuporã com 324 hab., Boquituba com 438 hab., Canatiba com 320 hab. e Caturama com 543 habitantes. Em 1953 foi restaurada a vila de Tanque Novo e criada a de Lagoa Clara, as quais têm populações inferiores a 500 pessoas cada.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas mencionadas no item anterior, existem, com as populações citadas, os seguintes povoados: Açude de Macaúbas — 350 habitantes, Brejo Grande — 200 hab., Cova dos Seixas — 200 hab., Pajeú — 180 hab., Santa Teresinha — 150 habitantes, São Joaquim — 200 hab., São José — 300 hab., Tiros — 200 hab. e Papagaio 50 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com os resultados do Recenseamento de 1950, 42,83% da população em idade ativa (10 anos e mais) ocupavam-se àquela época no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Atualmente, a atividade fundamental à economia do município é a produção extrativa de galena. Diàriamente são extraídos, em média, 8 caminhões de minério da grande mina, que tem reservas calculadas para mais de 400 anos. O minério é transportado até Vitória da Conquista e daí segue para São Paulo, onde é beneficiado. No ano de 1955 a mina produziu 416 800 toneladas com valor correspondente de 7 917 milhares de cruzeiros. A produção industrial, pròpriamente dita, somou no mesmo ano de 1955 pouco mais de 3 500 milhares de cruzeiros, sobressaindo o fabrico de rapaduras, igual a 2 400 milhares de cruzeiros e a farinha de mandioca com 900 milhares de cruzeiros. A agricultura é também muito importante para o município. Em 1955 a produção valeu cêrca de 18 000 milhares de cruzeiros. O feijão, o milho e a mandioca quase totalizaram aquêle valor, com 16 510 milhares de cruzeiros, cabendo ao feijão a cifra de 7 600 milhares de cruzeiros. A pecuária, geralmente desenvolvida, tem uma importante população de caprinos, estimada em 90 000 cabeças. Segue-se o rebanho de bovinos com 40 000 e o de ovinos com 37 000 animais. São criados ainda eqüinos, asininos, muares e suínos, êstes em pequena quantidade.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal liga-se à Capital Federal por estrada de rodagem (1 581 km), à Capital do Estado, idem (874 km), às cidades vizinhas do Bom Jesus da Lapa por via aérea (táxi-aéreo) (70 km) e rodovia (282 km), a Caetité rodovia (181 km), a Ibitiara, idem (108 km), a Oliveira dos Brejinhos, idem (108 km), a Paramirim, idem (93 km), a Paratinga, idem (252 km) e a Riacho de Santana, idem (180 km). O município possui apenas um campo de pouso, servido por táxis-aéreos.

COMÉRCIO E BANCOS — Contam-se 75 estabelecimentos, todos varejistas. As transações efetuam-se principalmente com as praças de Salvador, São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, bem assim com os municípios vizinhos de Paratinga, Brotas de Macaúbas, Ibitiara e Oliveira dos Brejinhos. São importados tecidos, ferragens, artigos de armarinhos, perfumarias, calçados, além dos gêneros secos e molhados do comércio de retalho. Há exportação, em larga escala, de minério de galena. O giro comercial relativo a todo o município foi da ordem dos 14 325 milhares de cruzeiros, em 1956. Não existem na praça agências bancárias ou casas similares. O salário-mínimo fixado é de 2 200 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Macaúbas está edificada em local acidentado nas proximidades da serra de igual nome. Podem ser vistas ao longe e do alto, cercadas de elevações o morro da Capelinha e os da Baixa do Mêdo, além da própria serra de Macaúbas. Apenas, na parte leste, tem o horizonte livre.

A cidade compõe-se de 27 logradouros e 510 prédios. Dos logradouros, 13 são pavimentados a pedras irregulares e 2 são arborizados ou ajardinados. O serviço de água canalizada estende-se a 38 artérias e a 68 casas e o de iluminação elétrica a 38 ruas e 120 residências e edifícios. A principal artéria é a denominada Praça Dr. Vital Soares. Os edifícios mais importantes são o paço municipal, a igreja-matriz e o grupo escolar estadual "Cônego Firmino Soares".

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município possui 7 farmácias. Não existe nenhuma unidade hospitalar ou para-hospitalar. A população é assistida por 1 médico que clinica na cidade.

Integra o município o Setor n.º 11, com sede em Juàzeiro, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950 a população de 5 anos e mais era de 31 989 habitantes. Sabiam ler e escrever 7 206 pessoas, isto é, 22,53% da população em causa.

ENSINO — O ensino primário fundamental comum, em 1956, era lecionado em 11 estabelecimentos com matrícula de 903 alunos. O Estado mantinha 9 e o município as outras 2. Na Cidade funciona o grupo escolar "Cônego Firmino Soares", que é a principal unidade de ensino do município.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 pequenas bibliotecas e a Sociedade Filarmônica Imaculada Conceição.

CULTOS RELIGIOSOS — O culto católico é o único praticado no município. Sua organização compreende a paróquia de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, na sede municipal, que subordina a igreja-matriz de igual denominação e orago, 18 capelas e 3 congregações e associações religiosas. Um sacerdote desempenha os misteres religiosos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas dizem respeito às festas da Igreja Católica por ocasião do dia da padroeira, a 8 de dezembro, em louvor de Nossa Senhora da Imaculada Conceição, e demais datas litúrgicas que se comemoram com procissões, novenas, terços, etc.

Os festejos populares também de cunho religioso como os dedicados aos Santos Reis e o da Roda de São Gonçalo, são as manifestações folclóricas em evidência.

As principais efemérides locais são: 10 de junho, o Dia da Cidade e 8 de dezembro, o Dia da Padroeira.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 9 185 eleitores inscritos, dos quais 3 331 votaram na última eleição.

A representação política, na Câmara Municipal, é de 12 vereadores. O corpo de funcionários civis consta de 11 federais, 29 estaduais, 16 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação da receita federal, da estadual e da municipal bem como a despesa do município, apresentaram os seguintes dados para o período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	114	294	647	119	481
1951.......	128	354	1 008	141	800
1952.......	140	320	638	192	816
1953.......	196	446	950	336	717
1954.......	229	482	399	164	643
1955.......	283	915	916	127	663
1956.......	442	1 034	345	152	345

JUSTIÇA — O município de Macaúbas foi inicialmente têrmo judiciário da comarca de Jacobina e depois da de Urubu (atual Paratinga), a que ficou pertencendo em virtude da Lei provincial n.º 124, de 19 de maio de 1840. Assim permaneceu durante os quarenta anos seguintes, quando a Lei provincial n.º 1 897, de 9 de julho de 1880, criou a comarca com a denominação de Macaúbas, formada pelo têrmo único da sede e abrangendo êste, todo o território do município. A comarca foi posteriormente extinta pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, mas restaurada em 6 de setembro de 1898, por fôrça da Lei estadual número 280, dessa data.

Nas divisões territoriais datadas de 31-12-1936 e .... 31-12-1937 bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, compreende os têrmos judiciários de Macaúbas, Bom Sucesso (atual Ibitiara) e Oliveira dos Brejinhos, observando-se o mesmo no quadro da divisão territorial do Estado fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943.

No quadro da divisão judiciário-administrativa, vigente no qüinqüênio 1944-1948, fixado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, a comarca de Macaúbas passou a compor-se apenas dos têrmos de Macaúbas e Ibitiara (ex-Bom Sucesso), pois o de Oliveira dos Brejinhos foi transferido para a de Paratinga (ex-Urubu e ex-Rio Branco).

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 519, de 19 de junho de 1945, que criou a comarca de Ibitiara (ex-Bom Sucesso), o têrmo de Macaúbas ficou como único componente da comarca dêsse nome.

Atualmente é comarca de 1.ª entrância. Compreende 12 cartórios, sendo 8 do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O topônimo Macaúbas, com que é designado o Município, segundo é tradição, origina-se do nome de uma palmeira "macaúba" (ou "macaíba") outrora existente em abundância no local, mas hoje, completamente extinta.

Os nascidos no lugar são chamados "macaubenses".

O município figura entre os que apresentam êxodo de população rural para os Estados do Sul do País, principalmente para São Paulo, sendo a corrente migratória muito significativa nos anos de estio prolongado.

É Prefeito em exercício o Sr. Manuel Messias de Figueirêdo, e presidente da Câmara Municipal, o Sr. José Francisco da Silva. Foi primeiro intendente o capitão Porfírio José Brandão. Constituíram a primeira Câmara (depois da República) os Srs. coronel Martiniano de Almeida, coronel Pedro José de Souza, capitão Trajano de Araújo, Hermínio Ferreira de Brito, capitão José Antônio da Silva, José Joaquim da Silva Lula e coronel Francisco Borges de Figueiredo.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística na Bahia, por Myron Pereira. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Sr. Floriano da Rocha.)

MAIRI — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A notícia mais remota sôbre o território do atual município é a de que estêve compreendido na grande sesmaria de cinqüenta léguas em quadro, há muitos anos abandonada, que fôra objeto de arrematação em praça pelo Visconde de Itapicuru, na vila de Nossa Senhora do Rosário do Pôrto de Cachoeira.

É tradição corrente que a primeira penetração ali data do início do chamado ciclo da mineração do ouro, quando a riqueza das minas levantava o ânimo colonizador; exploradores do recôncavo, quando se dirigiam para Jacobina à procura das minas de Robério Dias, penetraram em "Várzea da Roça".

No entanto, coube a Severino Gomes de Oliveira fundar no ano de 1807, no local em que se acha a sede do município, a fazenda a que deu o nome de "Santa Rosa de Cima". Em 1822, Joaquim Alves Belas e sua espôsa erigiram uma capela dedicada a Nossa Senhora das Dores, quando a povoação já era chamada "Monte Alegre". Pela Lei provincial n.º 67, de 1.º de junho de 1838, foi a capela, que era vinculada à freguesia de "Sant'Ana do Camisão" elevada à categoria de freguesia de "Nossa Senhora das Dores de Monte Alegre", passando a fazer parte do têrmo da vila de Jacobina. A sua extensão territorial compreendia, em face do diploma legal estabelecido com a citada Lei 67, uma superfície de dezesseis léguas de norte a sul, e vinte de leste a oeste, terminando ao sul com a fazenda de São Gonçalo, seguindo dêste em direção ao Norte a extremar no Riacho do Ouro, onde conflui com o rio Jacuípe e descendo por êste até os limites da freguesia de São José das Itapororocas, na fazenda Cachoeira, e daí, procurando a estrada do Morro do Chapéu, em direção à dita fazenda São Gonçalo ficando sem limite determinado daí em diante por começar aí a mata inculta e daninha do Orobó.

O distrito, com o nome de Monte Alegre, foi criado pela Lei provincial n.º 67, de 1.º de junho de 1838, com os mesmos limites da Freguesia.

Foi o arraial de Nossa Senhora das Dores de Monte Alegre elevado à categoria de Vila e de Município pela Lei provincial n.º 669, de 31 dezembro de 1857, desmembrado do de Jacobina e formado pelas freguesias de Nossa Senhora das Dores de Monte Alegre, Mundo Novo e Gavião. A instalação do Município ocorreu a 11 de janeiro de 1862.

Pela Lei provincial n.º 933, de 7 de maio de 1864, perdeu o município a freguesia de Mundo Novo, que passou a pertencer a Morro do Chapéu, ficando constituído sòmente pelas freguesias de Monte Alegre e Gavião. Esta última, em conseqüência da Lei provincial n.º 1 823, de 1.º de agôsto de 1878, foi desmembrada de Monte Alegre e passou a fazer parte do município de Riachão do Jacuípe, voltando depois a pertencer novamente a Monte Alegre pela Resolução provincial n.º 2 111, de 23 de agôsto de 1880, após ter pertencido a Morro do Chapéu. Em 1890, pelo Ato estadual de 1.º de março, foi desmembrado de Monte Alegre o município de Mundo Novo.

Foi a vila de Monte Alegre elevada à categoria de cidade por fôrça da Lei estadual n.º 196, de 5 de agôsto de 1897. Na divisão administrativa do Brasil referente a 1911, o município se compõe ùnicamente do distrito dêste nome.

Pela Lei 1 672, de 30 de agôsto de 1923, foi desmembrado dêste Município em favor de Baixa Grande o arraial de Itatepe, que provocou protesto de Monte Alegre.

Por fôrça do Decreto estadual n.º 7 479, de 8 de julho de 1931, o território do município de Baixa Grande foi incorporado ao de Monte Alegre que, na divisão administrativa correspondente ao ano de 1933 compreende ainda sòmente o distrito-sede, situação que permanece inalterada até 1943. Foi o município de Baixa Grande restaurado pelo Decreto estadual n.º 8 453, de 31 de maio de 1933. Pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, a denominação de Monte Alegre foi mudada para Mairi.

Nos qüinqüênios seguintes e até o de 1954-1958, fixado pela Lei 628, de 31 de dezembro de 1953, nenhuma alteração ocorreu no quadro territorial do Município que permanece formado de um distrito único — o de Mairi.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica da Encosta da Chapada Diamantina e está totalmente incluído no Polígono das Sêcas. Limita com os municípios de Baixa Grande, Ipirá, Jacobina, Riachão do Jacuípe e Mundo Novo.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista parcial da cidade

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 11º 42' 39" de latitude Sul e 40º 09' 03" de longitude W.Gr. Partindo da Capital está no rumo O.N.O., de onde dista 215 km em linha reta.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 440 m.

ÁREA — A área do município é de 1 410 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia é montanhosa pela presença de ramificações da Serra Preta sendo a principal montanha a conhecida por Santa Cruz. O pico culminante está localizado na fazenda "Pé do Monte", com altura calculada em 500 metros. Denomina-se Santa Cruz do Monte, e ali existe uma Capela de idêntico nome.

Os principais rios que banham o município são: o Jacuípe e o Cairu, êste último com sua nascente no município. Existem no território municipal lagoas periódicas que secam nas épocas de estiagens, sendo as principais as seguintes: Comprida, do Casquilho, das Duas Irmãs, da Mancabira, de Cansanção e da Roça.

CLIMA — O clima é subtropical e ameno. A temperatura na sede municipal, em 1956, apresentou as graduações seguintes: máxima 35ºC, mínima 15ºC e média compensada 22ºC. A precipitação pluviométrica anual elevou-se a 950 milímetros com a máxima de 80,6 mm em 24 horas.

RIQUEZAS NATURAIS — A fauna reúne espécies variadas de aves e animais silvestres como perdiz, jacu, juriti, pomba de sêca, tatu, tamanduá, veado, caititu, etc. A flora apresenta pequena reserva de madeira de lei e abundância de lenha além de plantas medicinais e ouricurizeiros de onde são extraídos o pó de palha e o coquilho.

De riqueza mineral é conhecida apenas a existência de pedra para construção.

POPULAÇÃO — A população do município, em 1950, era de 25 737 habitantes com a densidade demográfica de .... 18 253 habitantes por quilômetro quadrado. Os 91,8% da população estavam localizados na zona rural. No total de habitantes predominava o sexo feminino com 13 129 mulheres. Quanto à côr, predominavam os pardos com 14 504, seguidos de 8 331 brancos.

A população para o ano de 1957 está estimada em 31 000 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existia, no ano de 1950, um único aglomerado urbano, cidade de Mairi, com 2 108

pessoas. Estima-se a população da cidade para 1957 em 2 400 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade de Mairi, o município conta vários povoados com as seguintes populações estimadas para o ano de 1957: Angico — 520 habitantes, Várzea da Roça — 200 hab., Alagoinhas — 180 habitantes, Bom Sucesso e São Bento das Lajes — 160 hab. cada, Aroeira, Boa Paz e Morrinho com menos de 100 cada um.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Do total das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 44,23% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", segundo revelam os resultados do Censo de 1950. A atividade fundamental à economia é a pecuária. No ano de 1954, estavam registradas 1 008 propriedades rurais no órgão fiscal do Estado pelo valor de 21 821 milhares de cruzeiros.

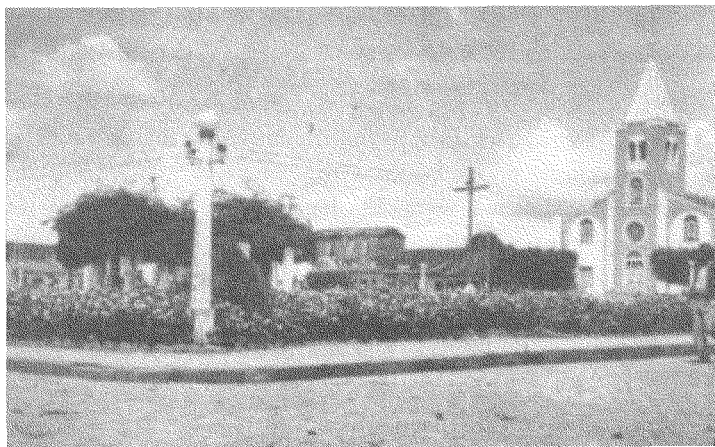
Agricultura — A produção agrícola no ano de 1956, prejudicada quase totalmente pela sêca, elevou-se a 6 568 milhares de cruzeiros, aparecendo o cultivo de mandioca no primeiro lugar com 5 000 milhares de cruzeiros. Produz, também, mamona em baga, batata-doce, feijão, aipim, banana, café, fumo em fôlha, laranja e sisal. Exporta seus produtos agrícolas para Salvador e Feira de Santana.

Pecuária — A atividade pecuária é desenvolvida principalmente no ramo de engorda do gado bovino. O principal mercado de venda do gado bovino é Feira de Santana.

Os efetivos pecuários no ano de 1956 estavam estimados em: bovinos 26 000, suínos 10 500, ovinos 10 000, caprinos 9 000, muares 3 000, eqüinos 1 700 e asininos 1 500 cabeças. O Instituto Biológico da Bahia mantém na cidade um Pôsto Veterinário. A Inspetoria Regional de Fomento Agrícola da Bahia, do Ministério da Agricultura, mantém também um Pôsto Agropecuário, na fazenda Araçatuba.

Indústria — A produção industrial do ramo das indústrias de transformação no ano de 1955 atingiu a 12 763 milhares de cruzeiros. O produto principal do ramo de transformação é a farinha de mandioca.

Na atividade da indústria extrativa, sobressai a extração de 2 820 m³ de madeiras e 16 791 quilos de pó de palha de ouricuri, respectivamente, por 2 481 e 420 milhares de cruzeiros.

Artesanato — A atividade artesanal é verificada através de fabricos domésticos de manteiga, requeijão, rapadura e doces na zona rural.

Praça J. J. Seabra

Rua João Pessoa

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Ressente-se o município de rodovia em boas condições. A cidade liga-se às sedes municipais vizinhas, via rodoviária, nas seguintes distâncias em km: Baixa Grande — 34, Ipirá — 86, Jacobina — 80, Mundo Novo — 48 e Riachão do Jacuípe — 170. Com a Capital do Estado liga-se, via rodoviária, na extensão de 326 km e com a Capital Federal também, por meio de rodovia, 1 760 km.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Feira de Santana. No ano de 1955, localizavam-se em todo o município 64 estabelecimentos comerciais, dos quais, 5 grossistas. Em 1956 existiam na cidade 45 firmas comerciais, sendo 10 grossistas. Destas, a maioria se dedicava à compra e venda de cereais cujo comércio é ativo e volumoso quando as safras são abundantes. No ano de 1956, o valor do giro comercial de todo o município elevou-se a 34 250 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial está fixado em Cr$ 2 200,00.

As operações bancárias são realizadas na vizinha cidade de Mundo Novo.

ASPECTOS URBANOS — Mairi está edificada na encosta de uma cordilheira e próximo ao monte de Santa Cruz, de grande beleza panorâmica. Possui 28 logradouros, sendo 10 pavimentados e 4 arborizados, sobressaindo a formosa Praça Dr. José Joaquim Seabra. No ano de 1956, existiam 677 prédios, dos quais 225 servidos de iluminação elétrica. Em 1956 estavam registrados na Prefeitura Municipal 6 veículos automóveis e 5 caminhões. Há 1 hotel e 3 pensões na cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica sem internamento é prestada pelo Pôsto de Saúde Pública, mantido pelo Govêrno Estadual. Exercem a profissão no município 3 médicos, 2 dentistas e 2 farmacêuticos. Existem 2 farmácias na sede municipal. A equipe do Setor n.º 2, com sede em Feira de Santana, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, é responsável pela assistência sanitária do município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada aos seus sócios pela "Sociedade Beneficência União dos Artistas" e por uma Associação de Caridade.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950, a população do município de 5 anos e mais era de 20 895 habitantes, sabendo ler e escrever 6 076 (29%). No referido

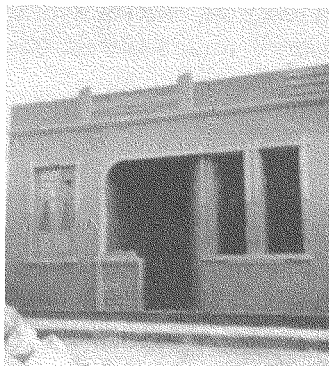
ano sabiam ler e escrever na cidade 1 091 pessoas (578 do sexo feminino).

ENSINO — A rêde escolar do ensino primário fundamental comum no ano de 1956 era formada por 12 unidades escolares com apenas 722 alunos matriculados. Segundo a dependência administrativa, 5 eram estaduais e 7 municipais. Funcionaram, também, 5 cursos do ensino da Campanha de Adultos. Registra-se o funcionamento de 1 curso de corte e costura, com boa freqüência.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A única biblioteca pública existente é a "Dr. Felipe Nery" da Agência de Estatística. Há 1 associação cultural de âmbito recreativo muito importante para a vida associativa da cidade — a Sociedade Lítero-Recreativa Sete de Setembro. Há 1 serviço de alto-falantes.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Por ocasião da Proclamação da República ocorreram em Mairi diversas manifestações de regozijo, sobressaindo a sessão extraordinária da Câmara Municipal, realizada a 30 de novembro de 1889, sob a presidência do capitão Joaquim Alves Belas, que se solidarizou com a Proclamação da República.

CULTOS RELIGIOSOS — A cidade é sede da freguesia de Nossa Senhora das Dores, desde 1.º de junho de 1838, com subordinação eclesiástica à Arquidiocese de Salvador. Além da igreja-matriz, conta a paróquia 2 igrejas e 10 capelas. Do culto não católico existe um templo da Igreja presbiteriana.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — De tôdas as festas comuns da Igreja Católica, a principal solenidade religiosa é celebrada a 15 de setembro de cada ano, dia de Nossa Senhora das Dores, padroeira local. Consta de novena, missa solene, pregação sacra e concorrida procissão.

Agência Municipal de Estatística

Feira-livre aos sábados

Diverte-se muito por ocasião das festas juninas, quando se promove a eleição da "Rainha da Cidade". A festa assume aspectos de carnaval com bandos fantasiados, orquestras tocando músicas carnavalescas e dança na praça principal. Outro hábito da população local é o de realizar romarias à Capela do Monte de Santa Cruz, ao som de hinos religiosos, para a troca de santos, por ocasião das estiagens prolongadas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 5 770 eleitores inscritos e 3 063 votaram nas eleições de 1954. São 12 os vereadores em exercício. Em atividade no município havia 65 funcionários civis, sendo 5 federais, 27 estaduais, 32 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo dá o demonstrativo da arrecadação pública no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	211	584	527	212	620
1951	284	957	659	288	552
1952	433	1 182	761	401	716
1953	402	1 122	1 167	358	1 600
1954	394	1 224	886	317	969
1955	333	1 555	1 083	369	758
1956	276	2 052	1 530	478	1 431

JUSTIÇA — A partir da data de sua criação, com o nome de Monte Alegre, ficou o município provincial como têrmo da comarca de Feira de Santana, desta passando, pela Resolução provincial n.º 1 311, de 28 de maio de 1873, a têrmo da comarca de Camisão.

Pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892 foi anexado à comarca de Jacobina, voltando à de Camisão pela Lei estadual n.º 280, de 6 de novembro de 1898, daí passando a têrmo da de Mundo Novo, pelo Decreto estadual n.º 266, de 4 de outubro de 1904. Voltou a ser têrmo da comarca de Camisão pela Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915.

A comarca de Monte Alegre foi criada pela Lei estadual n.º 1 661, de 28 de agôsto de 1923, formada pelos têrmos de Monte Alegre e Baixa Grande, sendo êste último extinto em 1931 e restabelecido em 1933.

Em 1933 a comarca de Monte Alegre foi extinta, sendo anexada como têrmo à de Mundo Novo. Ainda em 1933, pelo Decreto estadual n.º 8 696, de 4 de novembro, a sede da comarca de Mundo Novo foi mudada provisòriamente para Monte Alegre, voltando a sua sede ao local primitivo por fôrça do Decreto estadual n.º 8 927, de 30 de abril de 1934. Pelo Decreto lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, o têrmo de Monte Alegre teve o seu nome mudado para Mairi.

A comarca de Mairi foi restaurada pelo Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho de 1945, abrangendo os têrmos de Mairi e Baixa Grande.

Posteriormente, o têrmo de Baixa Grande passou a fazer parte da comarca de Ipirá. Atualmente Mairi é comarca de 1.ª entrância. Contava em 1956 com 7 cartórios, sendo 1 do registro civil, e foram julgados 83 feitos: 67 cíveis e 16 criminais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se mairienses. A origem e significado do ex-topônimo Monte Alegre provém do monte próximo da cidade e das festas aí realizadas. Mairi, segundo Teodoro Sampaio, significa "ajuntamento de europeus, franceses principalmente". Era o nome dado pelos indígenas às povoações dos franceses.

O Prefeito em exercício é o Sr. Alfredo Reis Navarro, e o Presidente da Câmara Municipal de Vereadores, o Senhor Agenor Carneiro Rios.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José P. Torres Filho. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Abeilard Correia de Araújo.)

MARACÁS — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração no território do município de Maracás se deu em 1659, quando bravos bandeirantes portuguêses, subindo o rio Paraguaçu e tomando o rumo da Serra Geral, deram combate aos indígenas e assentaram residência na região, povoando-a.

Precisamente no local em que se ergue, atualmente, a sede municipal encontrava-se o aldeamento principal da tribo dos maracás, índios guerreiros, valentes, pertinazes na luta e seguros no golpe. Assim eram considerados devido a um instrumento de guerra que usavam e do qual nunca se separavam e que consistia em um cilindro ôco, de madeira leve e fina, cheio de pedras miúdas e tapado nas duas extremidades.

Em 1653, sentindo o govêrno da Bahia a necessidade de abertura de estradas para Camamu, Maraú, Rio de Contas, Jacuípe, Jiquiriçá e Jacobina, passou a atender aos pedidos dos bandeirantes no sentido de penetrarem mais para o centro em busca das férteis terras do Orobó. O desbravamento da região, entretanto, vinha se desenrolando lenta e penosamente em virtude das duras lutas mantidas com os indígenas, vitoriosos na maior parte das vêzes. Resolveu, então, o governador da Bahia solicitar o auxílio e a ajuda direta dos paulistas, tendo remetido proposta sôbre o assunto às Câmaras de São Vicente e São Paulo.

Em 1671, foi reiniciada uma ação decisiva contra os selvagens, cabendo aos sertanistas Baião Parente, Brás Rodrigues Arcão, sargento-mor Pedro Gomes e Gaspar Rodrigues. Adôrno, êste o mais afamado bandeirante baiano, chefiarem a luta contra os índios maracás. Derrotados os silvícolas, passaram os bravos bandeirantes a ter direito sôbre as terras conquistadas e sôbre os índios aprisionados.

Entra também em ação, em 1673, frei Antônio da Piedade, na catequese dos íncolas, fazendo-os abandonarem os seus primitivos hábitos e abraçarem com interêsse os trabalhos agrícolas.

Da penetração dos bandeirantes e da fama de ser o local um ótimo pouso, com pastagens verdejantes e terras de primeira qualidade para a agricultura, resultou o povoamento da sede que se irradiou, mais tarde, por todo o município, até além das margens dos grandes rios Paraguaçu, de Contas e Jiquiriçá.

Posteriormente, quando mais acentuado era o progresso da localidade, foi marcado um local exato para a fixação das novas residências, tendo a Sra. Maria da Paixão doado uma légua quadrada de sua fazenda denominada Água Fria para a edificação de uma capela sob a invocação de Nossa Senhora das Graças, surgindo, definitivamente, neste ponto, a atual cidade de Maracás.

A capela foi elevada à categoria de freguesia pela Lei provincial n.º 169, datada de 25 de maio de 1842. A partir desta data já apresentava condições excepcionais de capacidade para a vida política e para a autonomia administrativa.

Em virtude da Lei provincial n.º 518, de 19 de abril de 1855, foi criado o município de Maracás com território desmembrado do de Santa Isabel do Paraguaçu, posteriormente Mucugê, ocorrendo sua instalação a 5 de janeiro de 1856.

A Resolução provincial n.º 2 078, de 13 de agôsto de 1880, criou no município o distrito de Jequié, com sede no arraial do mesmo nome, que, pela Lei estadual n.º 180, de 10 de julho de 1887, foi desmembrado e elevado à categoria de vila e município.

Prefeitura Municipal

Em 1898, pela Lei estadual n.º 271, de 25 de agôsto, foi criado o distrito de Machado Portela, com sede no arraial do mesmo nome, o qual pela Lei estadual n.º 307, de 28-VI-1899, foi desmembrado e elevado à categoria de vila e município. Foi o município de Machado Portela extinto pela Lei estadual n.º 442, de 28-VIII-1901, voltando à condição de distrito de Maracás. O Decreto estadual número 86, de 18-IX-1901, diz também respeito à extinção do referido município.

A 30 de julho de 1910, por fôrça da Lei estadual que tomou o n.º 810, a sede municipal recebeu foros de cidade.

O município de Maracás, na divisão administrativa do Brasil, concernente ao ano de 1911, é formado pelos distritos de Maracás e Machado Portela e na relativa a 1933 aparece acrescido de mais um distrito, o de Serra da Boa Vista.

Segundo as divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, e o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, Maracás divide-se em 5 distritos: Maracás, Machado Portela, Tamburi, Três Morros e Barra da Boa Vista (ex-Serra da Boa Vista).

No quadro em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, o município figura com a seguinte constituição distrital: Maracás, Juraci (ex-Machado Portela), Tamburi, Três Morros e Vista Alegre (ex-Serra da Boa Vista).

De acôrdo com o quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, Maracás permanece composto de 5 distritos: o da sede e os de Ibitiguira (ex-Vista Alegre), Juraci, Tamburi e Três Morros.

Presentemente, o município está formado por 7 distritos: Maracás, Ibitiguira, Juraci, Tamburi, Três Morros, Lajedo do Tabocal e Nova Itaípe, sendo os dois últimos criados pela Lei estadual n.º 628, de 30-XII-1953.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica de Jequié e seu território está totalmente incluído no "polígono das sêcas". Limita com os municípios de Barra da Estiva, Andaraí, Boa Nova, Jaguaquara, Itaberaba, Jequié, Itiruçu, Santa Inês e Santa Teresinha.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 26' 35" de latitude Sul e 40° 26' 05" de longitude W.Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal, da qual dista, em linha reta, 207 km, O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 1 000 m.

ÁREA — A área do município é de 5 405 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é bastante irregular, verificando-se os seguintes principais acidentes geográficos: as ramificações da Serra Geral com as denominações de serra do Lambará e serra da Tiririca. As serras do Tatu, da Azeitona e dos Três Morros; os picos dominantes no Município são os morros da Canabrava, a 1 200 metros, e o da Contagem com 1 300 metros de altitude, situados no distrito-sede; os rios mais importantes são o de Contas e o Paraguaçu; existem ainda os rios Jacaré e da Palma; as lagoas Dantas e Santa Maria; as cachoeiras de Bôca do Mato, no Riacho da Palma, com 4 metros de altura e distante 5 km da cidade, a cachoeira do rio Paraguaçu, com 3 metros de altura e a 5 km da cidade e a cachoeira Aperta-Mão, no riacho do mesmo nome, com 2 metros de altura e a 2 km da sede municipal.

CLIMA — O clima é temperado e famoso pela sua salubridade. A temperatura da sede municipal apresentou, em 1956, as seguintes variações: média das máximas — 22,5°C, média das mínimas — 12,8°C e média compensada — 10°C. O período de chuvas mais freqüentes vai de dezembro a março.

RIQUEZAS NATURAIS — Existem ocorrências inexploradas de carbonado, ferro, cobre, cristal de rocha, diamante, manganês, mica, amianto e salitre. Nas matas do Município são encontradas várias madeiras de lei entre as quais se destacam: cedro, angelim, sucupira, vinhático, baraúna, jequitibá, oiti, catruz, jacarandá, canela-preta, louro, paraíba e sassafrás e plantas medicinais como caroba, velame, abobrinha do mato, salsaparrilha, copaíba, canafístula, purga, maria-preta, quebra pedra e arrozinho.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, a população do município era de 43 053 habitantes, sendo 21 378 homens e 21 675 mulheres. Nessa população havia 13 658 brancos, 9 377 pretos e 19 940 pardos. Dentre as pessoas de 15 anos e mais, existiam 11 378 solteiros, 11 270 casados, 6 desquitados e 1 558 viúvos, Havia, como se nota, predominância dos solteiros, da côr parda e do sexo feminino. A densidade demográfica era de 8,0 habitantes por km². A população estimada para 1957 é de 53 000 habitantes. Os 91% da população encontrada em 1950 localizavam-se no quadro rural.

A população citadina era de 1 574 pessoas, sendo 728 homens e 846 mulheres. A estimada para 1957 é de 1 900 pessoas.

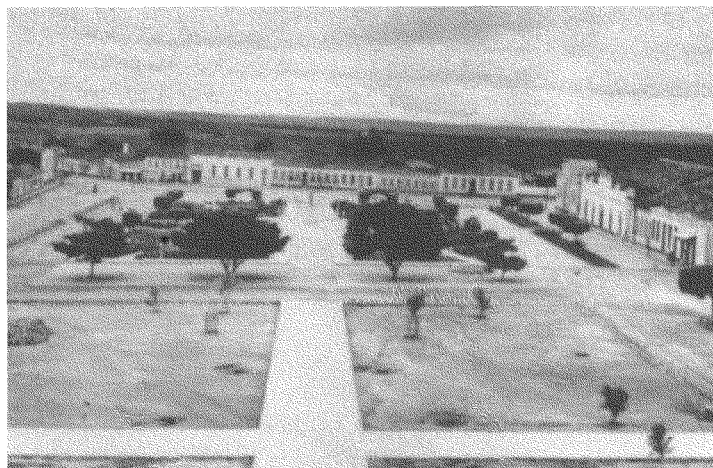
AGLOMERAÇÕES URBANAS — Apurou o Censo Demográfico de 1950 que o município possuía 5 aglomerações

Igreja Matriz

urbanas com a seguinte população: cidade de Maracás — 1 574 hab., e vilas de Ibitiguira — 620 hab., Juraci — 421 habitantes, Tamburi — 597 hab. e Três Morros — 740 habitantes. Atualmente o município conta 7 aglomerações urbanas, as cinco acima indicadas e mais as das vilas de Lajedo do Tabocal e Nova Itaípe, cuja população é de menos de 500 habitantes cada.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas, existem os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 está assim distribuída: Morros — 597 hab., Orobòzinho — 590 hab., Machado Portela — 370 hab., Queimadinha — 377 hab., Angélica — 347 hab., Umburanas — 385 habitantes, Capivaras — 331 hab., Figueiredo — 329 hab., Caldeirão Mirandas — 210 hab., Peixe — 160 hab., São Pedro — 155 hab., Pôrto Alegre — 115 hab., Terra Nova — 110 hab., Caldeirão Plínio — 110 hab., Santa Teresinha — 80 hab. e Caldeirãozinho — 43 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população do município em idade ativa (10 anos e mais) era, de acôrdo com o Recenseamento de 1950, de 29 984, sendo 14 773 homens e 15 211 mulheres. Dessa população, 11 100 (10 185 homens e 915 mulheres) dedicavam-se ao ramo "àgricultura, pecuária e silvicultura" que, depois de "atividades domésticas", era o ramo ocupacional mais numeroso no município, com 37% do total daquela população.

Agricultura — A fundamental atividade à economia do município é a agricultura, cujo valor de produção, em 1955, alcançou o total de 29 024 milhares de cruzeiros, concorrendo com maior parcela o café, vindo em seguida o feijão,

Praça Ruy Barbosa

a mamona, a mandioca, o milho, o arroz, o aipim, o algodão, a banana e a cana-de-açúcar. Produz também frutas, inclusive pêssego.

Indústria — A produção industrial alcançou, em 1955, a cifra de 7 755 milhares de cruzeiros, destacando-se, como a de maior valor, a farinha de mandioca, seguida de rapadura, açúcar mascavo, massas alimentícias, manteiga, requeijão, telha e tijolos.

Pecuária — Existiam, em 1956, 1 979 propriedades agropecuárias cujo valor venal foi superior a 31 190 milhares de cruzeiros. O rebanho existente, naquele ano, era de 18 000 bovinos, 15 000 eqüinos, 16 000 asininos, 10 000 muares, 20 000 suínos, 8 000 ovinos e 25 caprinos. Funciona no município o Pôsto Agropecuário de Maracás, mantido pelo Ministério da Agricultura.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Maracás liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelas seguintes vias: à Capital Federal, via rodoviária — 1 436 km e ferroviário — 1 878 km; à Capital do Estado, rodoviário — 457 km e via mista (rodoviário — 60 km e ferrovia — 356 km); às cidades de Barra da Estiva, via mista (rodovia — 96 quilômetros e ferrovia — 141 km); Andaraí, via rodoviária — 163 km; Boa Nova, via rodoviária — 172 km; Jaguaquara, via rodoviária — 61 km; Itaberaba, via rodoviária — 130 km; Jequié, via rodoviária — 88 km; Itiruçu, via rodoviária — 42 km; Santa Inês, via rodoviária — 98 km e Santa Teresinha, via rodoviária — 201 km.

Rua Oscar Sá

A Viação Férrea Federal Leste Brasileiro serve ao município, no qual possui estações na vila de Tamburi, nos povoados de Machado Portela e Queimadinha e na localidade de Juraci, instaladas em 15-10-1883 e 15-1-1885, respectivamente, além de um Ponto na localidade de Brejo, instalado em 15-1-1885. Estão registrados, no município, 3 automóveis e 5 caminhões.

O serviço de comunicação da cidade é feito pela Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem 5 estabelecimentos atacadistas e 344 varejistas. O giro comercial, em 1956, foi de 88 450 milhares de cruzeiros.

O comércio local mantém transação com as praças de Salvador, Jequié, Jaguaquara, Itiruçu e Vitória da Conquista. Importa tecidos, ferragens, louças, produtos farmacêuticos e estivas em geral. Exporta café, arroz, feijão, milho e algodão.

O salário-mínimo oficial fixado é de 2 000 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Maracás está localizada num belo e extenso planalto da Serra Geral, no trecho chamado Serra da Tiririca. As ruas são largas. Possui a cidade 23 logradouros, sendo 3 pavimentados, 4 arborizados e todos iluminados a eletricidade. Existiam, em 1956, 715 prédios, dos quais 236 eram servidos de luz elétrica. As principais artérias são a Rua Oscar Sá, onde está situada a Prefeitura Municipal e o Forum, e a Praça Ruy Barbosa, onde se localiza a igreja-matriz. Funciona na cidade 1 pensão para 25 hóspedes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada pelo Abrigo São Vicente de Paula, mantido pelos governos federal, estadual e municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social é prestada também pelo referido abrigo. O Departamento Nacional de Endemias Rurais presta assistência sanitária através do Setor n.º 13, com sede em Brumado.

Estátua existente no fundo de uma residência, a qual serviu de molde para confeccionar a estátua de N. S.ª Santana, que deve existir na cidade de Santana

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, a população de 5 anos e mais totalizava de 36 532 pessoas no município, sendo 18 094 homens e 18 438 mulheres. Dêsse total sabiam ler e escrever 4 324 pessoas (2 482 homens e 1 842 mulheres), ou seja, 11,8%. Na cidade havia 1 372 pessoas nas mesmas condições, das quais sabiam ler e escrever 226 homens e 278 mulheres.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 26 unidades escolares do ensino fundamental comum, sendo 4 estaduais, 21 municipais e 1 particular, com o total de 920 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há uma biblioteca com menos de 1 000 volumes, mantida pela Agência Municipal de Estatística.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Encontra-se na cidade de Maracás uma escultura em cimento branco, da Virgem da Conceição, réplica do original que se encontra na cidade de Serrinha; mede 8 metros de altura, pesa 90 toneladas e é obra do escultor alemão Joeping Bungs.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede de paróquia de Nossa Senhora das Graças, fundada em 20 de abril de 1842, tendo sido seu primeiro Vigário o padre Lizardo Gonçalves da Costa. Conta 1 igreja, 28 capelas e 5 congregações religiosas com o total de 390 associados.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal festa religiosa é a que se realiza, todo ano, no dia consagrado a Nossa Senhora das Graças, padroeira da Cidade. Realizam-se também as tradicionais festas de São João, Natal e Reis. Nesta última, ressalta, pelo seu aspecto folclórico, o folguedo popular "boi baiano" Trata-se de uma armação de madeira, em forma de boi, forrada com panos de diversas côres, tendo, em baixo da carcaça, um homem. Sai o "boi baiano" pelas ruas, com grande acompanhamento, na maioria, de mulheres vestidas com roupas coloridas, ostentando uma haste de madeira e uma lanterna de papel vermelho, com vela acesa dentro. Em passos rítmicos e cantando toadas feitas por um poeta da terra, percorrem as ruas e visitam tôdas as residências em cujas portas fazem apresentação coreográfica, onde o "boi baiano" desempenha o papel principal com saltos e investidas, até cair. Reúnem-se, então, em tôrno do boi cansado, os músicos do préstito, soprando, a plenos pulmões, flautas por êles talhadas em taquara, tocando tambores, pandeiros e instrumentos típicos, e nesta hora a "Catarina" e o "Mandu" — personagens máximas do grupo — cantam e o "boi baiano" levanta-se para continuar em outro local a apresentação.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava, em 1954, 4 003 eleitores, dos quais, 3 215 votaram na última eleição. A Câmara de Vereadores é composta de 12 edis. Exerciam funções no município 82 funcionários públicos, assim distribuídos: 11 federais, 14 estaduais, 46 municipais e 1 autárquico.

O Município é sede da 27.ª Circunscrição Escolar da Secretaria da Educação.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo indica as cifras que, no setênio 1950-1956, foram arrecadadas, no município, pela União e pelo Estado, bem como as que, no mesmo período, foram arrecadadas e despendidas pela própria Comuna:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	228	1 033	577	...	675
1951	256	1 161	786	...	757
1952	267	1 146	868	...	890
1953	296	1 150	1 264	...	671
1954	302	1 517	1 087	...	1 689
1955	503	3 170	1 693	182	1 413
1956	454	5 023	3 661	276	3 947

JUSTIÇA — A partir de 1855, ano de sua criação, ficou o município pertencendo à comarca de Minas do Ri Contas. Com os têrmos de Maracás e Vitória, desmem

dos respectivamente das comarcas de Minas do Rio de Contas e Caetité, foi a comarca de Maracás criada pela Lei provincial n.º 809, de 11-VI-1860. Pela Resolução provincial n.º 1 311, de 28-V-1873, perdeu o têrmo de Vitória, elevado a comarca, e ganhou o de Brejo Grande, desmembrado de Minas do Rio de Contas. Perdeu êste último pela Lei provincial n.º 1 997, de 9-VII-1880. A Comarca passou a ser formada pelos têrmos do mesmo nome e Orobó (atual Itaberaba).

Foi a comarca de Maracás extinta pela Lei estadual número 280, de 6-IX-1898, passando a fazer parte da de Itaberaba, restaurada por essa Lei.

Por fôrça da Lei estadual n.º 307, de 28-VI-1899, foi a comarca de Maracás restaurada abrangendo os têrmos de Maracás e Machado Portela, êste último extinto pela Lei estadual n.º 442, de 28-VIII-1901.

No Decreto estadual n.º 266, de 4-X-1904, a comarca aparece formada pelos têrmos de Maracás e Ituaçu (ex-Brejo Grande). Pela Lei estadual n.º 1 119, de .... 21-VIII-1915, perdeu o têrmo de Ituaçu e ganhou o de Jacaraci. Pela Lei estadual n.º 2 225, de 4-IX-1929, o têrmo de Jacaraci foi desmembrado.

Pelo Decreto estadual n.º 8 613, de 22-VIII-1933, a comarca de Maracás foi elevada à 2.ª entrância, passando a ser constituída pelos têrmos de Maracás, Jaguaquara e Itaquara, êstes últimos desmembrados de Areia.

No quadro do Decreto-lei estadual n.º 141, de ...... 31-XII-1943, a comarca se apresenta apenas com o têrmo de Maracás, de vez que o têrmo de Jaguaquara passou a fazer parte da Comarca de Jequié e o de Itaquara foi extinto e anexado ao têrmo de Santa Inês.

De acôrdo com o Decreto-lei estadual n.º 512, de .... 19-VI-1945, a comarca de Maracás voltou a ser formada apenas por um único têrmo, o do mesmo nome.

Existem no município doze cartórios, sendo cinco do Registro Civil. Foram julgados, em 1956, 62 feitos no cível.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se maracaenses.

O atual Prefeito é o Sr. Luís Gonzaga Mendes Brasil, eleito no pleito de 3 de outubro de 1954, e o Presidente da Câmara é o Sr. Elpídio José de Souza, eleito para o período legislativo iniciado em 3-4-1957.

Desempenhou as funções de primeiro Intendente municipal o c.el Francisco José da Rocha Medrado. Foram membros da primeira Câmara Municipal os Srs.: Francisco José da Rocha Medrado (Presidente), Antônio Dantas Barbosa, José de Sousa Botelho, José Antônio Fontes, Carlos Borges de Sousa, José Antônio Miranda, Feliciano Ferreira de Melo, Padre José Ambrósio de Carvalho e Manoel Procópio dos Santos Ribeiro.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Luiz Gonzaga de O. Brito. — Chefe da Agência de Estatística: Edivaldo Benedito dos Santos.)

MARAGOGIPE — BA

Mapa Municipal no 4.º vol.

HISTÓRICO — Diz a lenda que a primeira penetração do território do município ocorreu em meados do século XVI, por uma tribo de índios inteligentes, e destemidos guerreiros, que se dedicavam ao cultivo do solo e lançavam mãos também da pesca e da caça para sua subsistência.

Dessa penetração resultou a constituição de uma aldeia, onde se fixaram os silvícolas. Laboriosos e bravos mas adversos à vida nômade, o que demonstrava certo comêço de civilização, cêrca de 200 indígenas viviam orgulhosamente cultivando tradições passadas e jamais se deixavam subjugar, pois eram guerreiros denominados "Marag-gyp", que significa "braços invencíveis". Os próprios "Marag-gyp" tinham a vaidade de saber manejar com maestria o arco e a flexa. No exercício do "tarayra", (espécie de machado pesado e todo de pau-ferro) não temiam concorrente e eram capazes de decepar de um só golpe a cabeça do inimigo vencido e condenado à morte.

A tradição da tribo dizia que as suas primeiras mulheres foram raptadas pelo chefe Itapecerica numa terra onde as mulheres eram quase brancas, de olhos meio azuis, cabelos bastos e sedosos e de rara formosura. Contavam os mais velhos que essa terra era muito distante do lugar onde agora se encontravam, sendo preciso viajar "três luas" e atravessar muitos rios para poder alcançá-la. Filhas, portanto, de uma raça provàvelmente de origem européia, parece haver predominado nas mulheres dessa tribo a voz do sangue e sòmente assim se explicará a felicidade nos casamentos efetuados entre êles e os povoadores da terra dos "Marag-gyp", os portuguêses, quando das suas excursões pelo rio Paraguaçu, na exploração das terras marginais, poucos anos após o descobrimento do Brasil.

Deslumbrados com a riqueza das matas e com a acessibilidade do pôrto a qualquer embarcação de grande ou pequeno calado, alguns exploradores resolveram ali fixar residência mais ou menos em 1520.

Teve início então o povoamento pelos portuguêses com a extração de madeiras, a plantação de cana-de-açúcar e de mandioca e a construção de engenhos de açúcar e fábricas de farinha.

A povoação ficava localizada em terras da sesmaria de Paraguaçu (ou Paroaçu), doada a D. Álvaro da Costa, por seu pai D. Duarte da Costa, 2.º Governador-Geral do

Prefeitura Municipal

Brasil, em 16 de janeiro de 1557, doação essa confirmada por Alvará régio datado de 12 de março de 1562. Foi a sesmaria transformada em Capitania pelo Cardeal Regente, D. Henrique, por Carta de 20 de novembro de 1565, confirmada por outra carta datada de 28 de março de 1566. Registrada em Lisboa a 23 de agôsto de 1571, durante o reinado de D. Sebastião, Maragogipe ficou sendo então sua principal localidade.

A Capitania de Paroaçu (ou Paraguaçu) foi comprada ao seu 9.º donatário, D. José da Costa, pelo Rei de Portugal D. José I, pela pensão de 640$000, passando a pertencer à Coroa portuguêsa em virtude da Carta do Conselho Ultramarino, datada de 12 de dezembro de 1732, e Provisão real datada de 17 de junho de 1733.

A capela ali construída e dedicada a São Bartolomeu foi elevada à categoria de freguesia em 1640 pelo bispo Dom Pedro da Silva Sampaio, por proposta do vice-rei Dom Jorge de Mascarenhas, Marquês do Montalvão, com a denominação de São Bartolomeu do Maragogipe.

Igreja Matriz

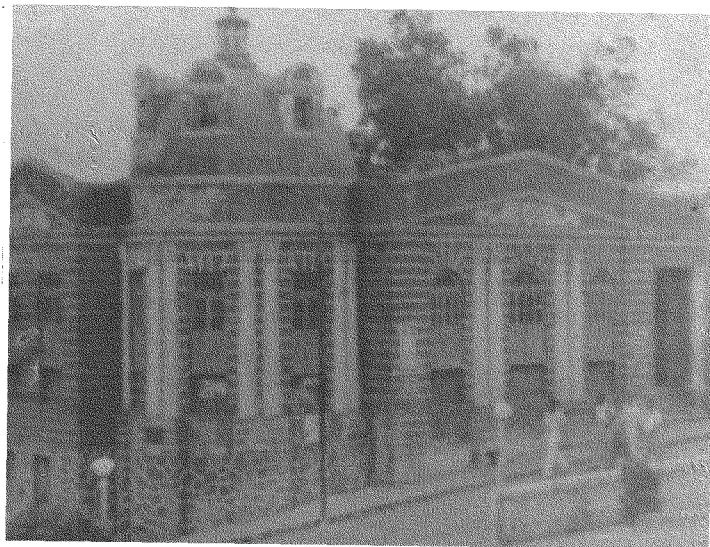
No comêço do ano de 1724, quando calamitosa sêca devastava a Bahia, o Conde de Sabugosa, na época 4.º vice-rei, fêz uma viagem de inspeção pelo interior do Estado para conhecer suas cidades, vilas e freguesias.

Chegando a Maragogipe em fevereiro de 1724, seus habitantes pediram-lhe que a freguesia do São Bartolomeu do Maragogipe fôsse elevada à categoria de vila, o que ocorreu pela Portaria de 16 de fevereiro de 1724, sendo a vila instalada pelo Ouvidor-Geral Pedro Gonçalves Pereira a 22 do mesmo mês e ano.

Como prova de reconhecimento, os habitantes do Maragogipe ofereceram ao Conde de Sabugosa 2 000 alqueires de farinha de primeira qualidade, para o sustento da tropa, dádiva que foi recebida com muito aprêço devido à grande escassez existente.

A vila de Maragogipe recebeu foros de cidade pela Lei provincial n.º 389, de 8 de maio de 1850, sendo agraciada com o título de "Patriota Cidade".

Em 1911, o município possuía 5 distritos: Maragogipe, Nagé, Coqueiros, Caveiras e Santo Antônio de Capanema. No quadro do Recenseamento Geral de 1920, aparece formado pelos distritos de Maragogipe, Nagé, Coqueiros, Caveira e Capanema.

Na divisão administrativa de 1933, o município figura formado pelos distritos de Maragogipe, Nagé, Santo Antônio de Capanema, São Roque do Paraguaçu (criado pela Lei provincial n.º 2 179, de 20 de junho de 1881 e confirmado pelo Decreto estadual n.º 8 311, de 15 de fevereiro de 1933), Caveiras e Coqueiros, êste último criado pela Lei estadual n.º 1 922, de 13 de agôsto de 1926.

Palacete da Sociedade Filarmônica 2 de Julho

Nas divisões territoriais seguintes continua a mesma composição, ocorrendo apenas em 1938 a modificação do nome do distrito de Santo Antônio de Capanema para "Capanema". Pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, o município é composto dos distritos de Maragogipe, Capanema, Coqueiros, Guapira (ex-Caveiras), Nagé e São Roque (ex-São Roque do Paraguaçu). Essa mesma formação aparece nos quadros seguintes, notando-se, porém, que o distrito de São Roque aparece com o antigo nome de São Roque do Paraguaçu e o de Capanema teve o nome mudado para Guaí no quadro da divisão territorial de 1944.

Sua composição administrativa de acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, em vigor, é de seis distritos: Maragogipe, Coqueiros, Guaí, Guapira, Nagé e São Roque do Paraguaçu.

Fábrica de charutos Suerdick

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na zona fisiográfica do Recôncavo. Limita com os municípios de São Félix, Nazaré, Jaguaripe, Itaparica, São Felipe, Cachoeira e Santo Amaro. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 48' de latitude Sul

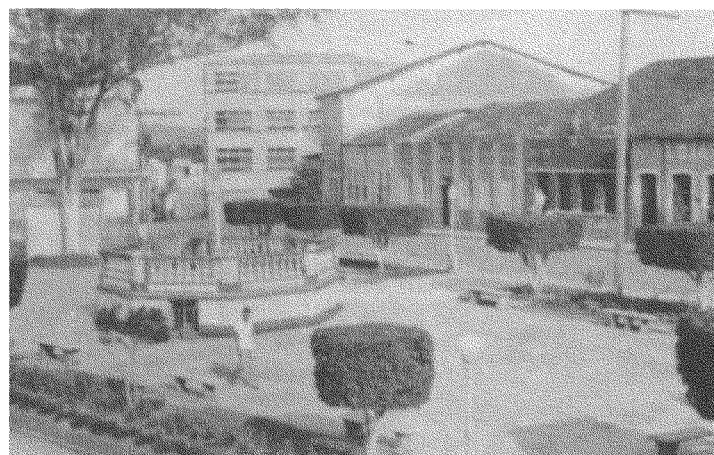
e 38° 53' 50" de longitude W.Gr. Partindo da Capital, seu rumo é O.N.O. Dista da Capital em linha reta 48 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 18 m.

ÁREA — A área do Município é de 532 km^2.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os rios principais são: o rio Paraguaçu, que banha os distritos de São Roque do Paraguaçu, Coqueiros, Nagé e a cidade de Maragogipe, com a extensão de 66 km dentro do município, largura de 180 m e profundidade média de 15 m; é navegável em todo o seu curso no município; o rio Guaí, parcialmente navegável, o Cachoeirinha, o Simunga, o Cairu, o Camocigipe, o Quelembe e o Itaparica. As quedas dágua são: Itaparica, Quelembe, Cachoeirinha, Caveiras, Guaí, Bate-fôlhas, Sofala, Pancada e Mãe d'Água, tôdas inaproveitadas e com potenciais ainda desconhecidos. A ilha dos Franceses fica situada na confluência do rio Guaí com o Paraguaçu. A lagoa Tanques dos Paranhos é a maior do município.

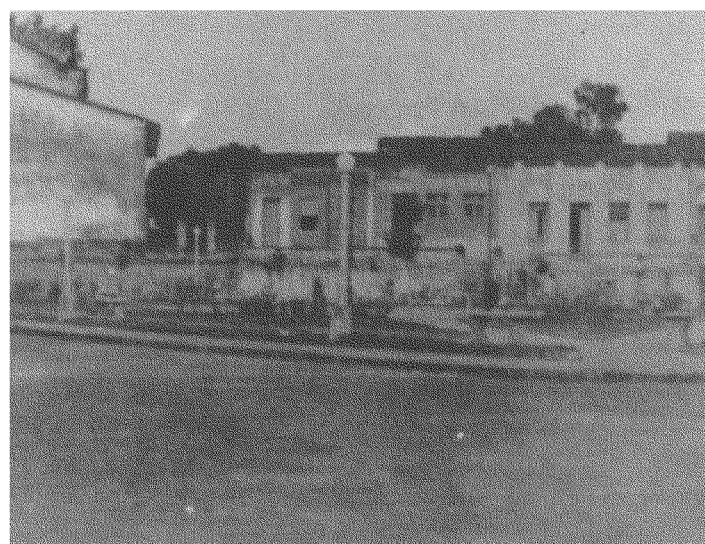
CLIMA — O clima é salubre. As estiagens ocorrem nos meses de novembro a março. As chuvas são abundantes

Rua Conselheiro Antônio Pereira Rebouças

de maio a agôsto. A temperatura da sede municipal apresentou em 1955 as seguintes variações: média das máximas 28°C, média das mínimas 20°C e média compensada 24°C.

RIQUEZAS NATURAIS — O município é rico em minas de manganês, cobre, tabatinga, malacacheta e argila para cerâmica. Sòmente a argila é explorada.

No reino vegetal são encontrados dendêzeiros, piaçava, e madeiras para construção e outros fins. O rio Paraguaçu é muito piscoso.

POPULAÇÃO — A população em 1950 era de 36 868 habitantes, sendo 17 713 homens e 19 155 mulheres, predominando os de côr parda que somavam 19 962. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam a maioria em número de 12 104 contra 7 250 casados. No quadro rural localizavam-se 58,8% da população do município.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, existiam seis aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Maragogipe — 9 744 hab. e vilas de Coqueiros — 2 298 habitantes, São Roque do Paraguaçu — 1 564 hab., Nagé — 1 019 hab., Guaí — 470 hab. e Guapira — 93 habitantes. A cidade de Maragogipe que, com base no Censo de 1950, classificou-se em 15.° lugar dentre as cidades mais populosas do Estado, possui em 1957 uma população estimada em 10 700 habitantes.

Trecho da Praça da Bandeira

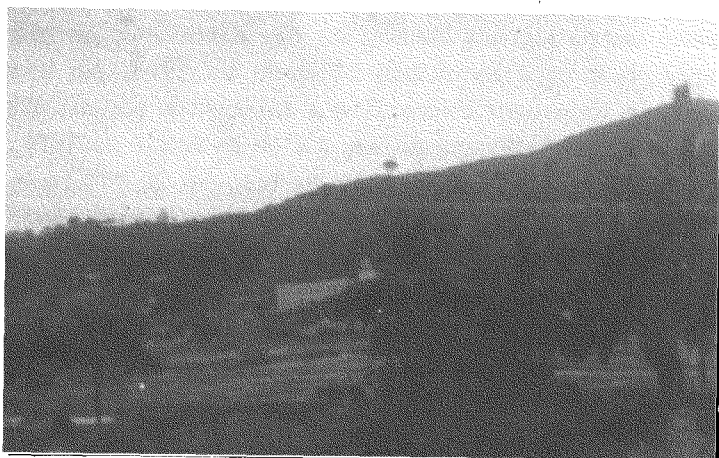
OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além das cidades e das vilas, existem no município os principais povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Escadinha — 440 hab., Barra do Paraguaçu — 250 hab., Cairu — 250 hab., Viração — 160 hab., Imbaíbas — 135 hab., Itaparica — 105 hab., Piedade — 100 hab. e Ponta do Souza — 84 habitantes. Há ainda os povoados de Santo Antônio de Aldeias, Batatã, Encruzilhada, Serraria, Santana e Campina, contando cada um com menos de 100 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 26,54% estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

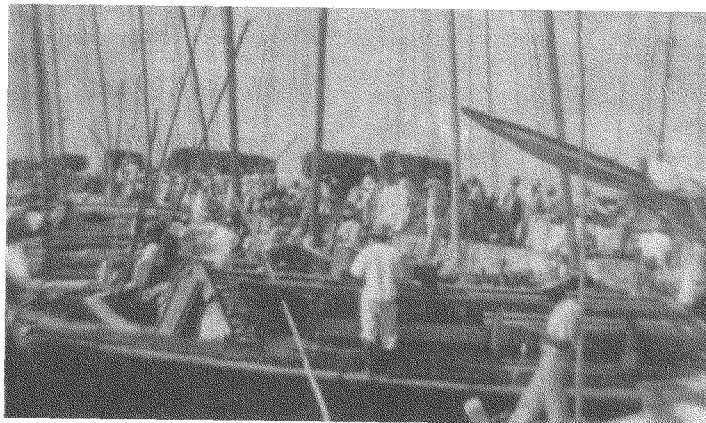
Agricultura — A mais importante cultura é a da mandioca, cuja farinha é afamada pela regularidade dos seus grãos, finura, alvura e sabor inigualável, razão por que goza de geral aceitação e é conhecida, geralmente, pela denominação de "farinha de copioba". A "copioba" é farinha de mesa de finíssima qualidade.

Produz ainda fumo e café, êste, notável pela sua variedade, especialmente o denominado "café indígena", que se diferencia dos demais pelo tamanho avantajado dos grãos e que, segundo parece, sòmente é encontrado nas terras maragogipanas. A espécie "Maragogipe" ficou famosa pelas suas características e ainda hoje é cultivado. Produz, também, milho, feijão, amendoim, cana-de-açúcar, raízes, hortaliças e frutas, que se destacam pelo seu sabor.

Indústria — Tem real importância a extração de piaçava, óleo-de-dendê e madeiras em geral. A pesca é desenvolvida, sendo tôda a produção enviada para a Capital do Estado. Na indústria destaca-se a produção de charutos. A maior fábrica do Estado, a Suerdick, acha-se localizada na sede municipal. A indústria de cerâmica é mecanizada e produz manilhas, tijolos, telhas e ladrilhos. Em fase experimental, existe a indústria de capachos e tapêtes.

Artesanato — Como atividade artesanal menciona-se a fabricação doméstica de charutos e louças de barro, sendo as últimas afamadas e conhecidas como "louças de Nagé", nome do local onde são feitas.

Hospital da Santa Casa de Misericórdia

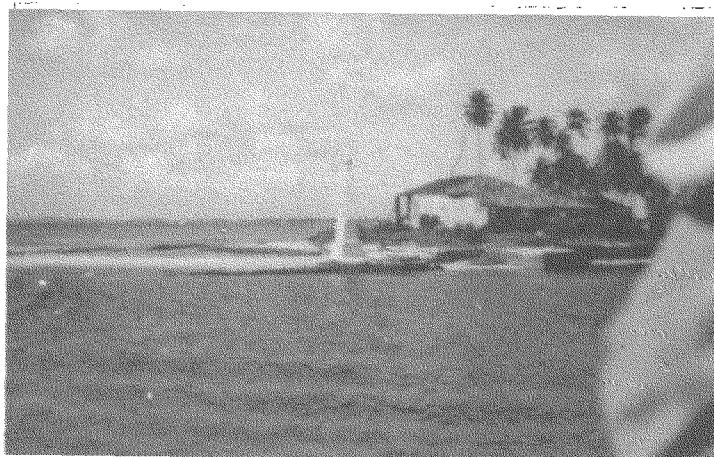
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Maragogipe à Capital federal, à Capital do Estado e às Cidades vizinhas pelas seguintes vias de transporte: Capital Federal, via rodoviária — 1 606 km; Capital do Estado, via marítima — 32 mi ou rodoviária — 266 km; Cachoeira, via fluvial — 16 mi, Itaparica, via marítima — 16 mi, Jaguaripe, via marítima — 48 mi, Nazaré, via mista (marítima — 11 mi e ferrovia — 31 km) Santo Amaro, via fluvial — 60 mi, São Félix, via fluvial — 17 mi ou rodovia — 74 km e São Felipe, via rodoviária — 36 km. É servido pela Estrada de Ferro de Nazaré, cuja linha tem seu ponto terminal na vila de São Roque do Paraguaçu. Dispõe de um pôrto na cidade e outro na vila de São Roque, onde atracam navios de grande calado.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Feira de Santana. Existem na sede municipal 3

Feira do Cais

estabelecimentos atacadistas e 137 varejistas, tendo o giro comercial em 1956 atingido 51 275 milhares de cruzeiros.

Funciona na cidade 1 Agência do Banco de Administração, instalada em 27 de janeiro de 1938. O salário-mínimo oficial decretado para a 3.ª sub-região e à qual o município pertence é de Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada à margem direita do rio Paraguaçu em magnífica posição topográfica, possuindo uma ponte de atracação para navios e lanchas com aproximadamente 500 m. Conta a cidade 66 logradouros dos quais 28 são pavimentados, 5 ajardinados e arborizados, 27 possuem água canalizada, 64, luz elétrica, e 18 possuem rêde de esgotos. Existem na cidade 2 913 prédios. Dêstes, 989 possuem energia elétrica, 469 água canalizada e 433 estão ligados à rêde de esgotos. A principal artéria é a Praça Cons. Antônio Rebouças, ajardinada, onde estão situadas as principais casas comerciais. Funcionam na cidade 2 cinemas, 1 pensão, 1 Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos e Agência do I.A.P.I.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência médica o hospital da Santa Casa de Misericórdia, que conta com 30 leitos para indigentes; o Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado; o Pôsto de Puericultura, mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância; o Pôsto de Assistência Médica Hospitalar; o Centro Tisiológico "José Silveira"; os dois últimos mantidos pela Suerdick e destinados ao tratamento de seus empregados. O município pertence ao setor n.º 1, sediado em Salvador, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Exercem a profissão na cidade 5 médicos, 4 dentistas, 2 farmacêuticos, 1 enfermeiro e 1 parteira. Conta o município com 4 farmácias.

Barra do Paraguaçu

Pôrto de São Roque do Paraguaçu

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funcionam na cidade a Conferência Nossa Senhora de Lourdes, da Sociedade São Vicente de Paula, o Abrigo dos Pobres de Maragogipe, que recolhe pessoas de idade avançada, e a Sociedade Protetora dos Operários Maragogipanos, com a finalidade de prestar assistência aos seus associados. Existe, também, o Sindicato dos Trabalhadores da Indústria de Fumo de Maragogipe.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 30 889 habitantes. Dêsses, sabiam ler e escrever 7 857 pessoas ...... (25,4%).

ENSINO — Em 1956 existiam 67 unidades do ensino fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido 3 405 alunos. Das unidades, 31 eram estaduais, 18 municipais e 18 particulares.

O ensino extraprimário é ministrado pelo Ginásio Simões Filho e sua matrícula efetiva, em 1956, foi de 125 alunos. Em 1957 começou a funcionar a Escola Normal de Maragogipe.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam 2 bibliotecas, sendo uma pertencente à Agência de Estatística e denominada "Teixeira de Freitas", e a outra, à Sociedade Rádio Clube Maragogipano, denominada "Durval de Morais". Circula mensalmente o jornal "O Arquivo". Há duas filarmônicas fundadas no século passado, a "2 de julho" e a "Terpsícore Popular". A sociedade Lítero-Recreativa "Rádio Clube Maragogipano" e a desportiva-recreativa "Atlética Maragogipano" são as principais sociedades locais.

Barra do Paraguaçu

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Maragogipe participou nas lutas pela nossa Independência.

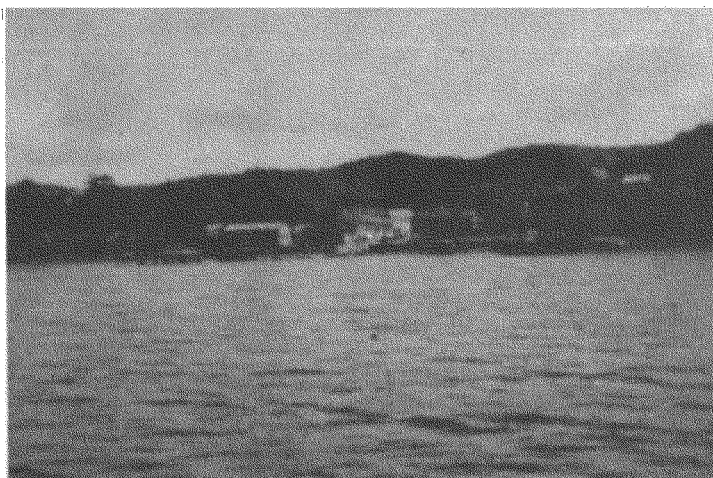
Além da participação do Cons. Antônio Pereira Rebouças na Junta que se formou em Cachoeira, os maragogipanos fizeram parte do IV Regimento de Milícias da Bahia.

Ponte de atracação

Como monumentos históricos, existem a Igreja-Matriz, uma das mais importantes do país, com seus altares revestidos de ouro e cuja construção data de 1650, há bem pouco tempo sagrada Basílica de São Bartolomeu de Maragogipe; o Paço Municipal, edificado em 1728, que hospedou o Imperador Pedro II e a Imperatriz, por ocasião de sua visita a Maragogipe, em 9 e 10 de agôsto de 1859. Ali também estêve o Cons. Ruy Barbosa em 26 de dezembro de 1919. Na cadeia que fica no pavimento térreo do Paço estêve prêso o general Labatut, por ocasião das lutas pela nossa emancipação política; o Fortinho, já em ruínas, situado na atual fazenda Salamina, onde os maragogipanos escreveram com sangue verdadeiros capítulos de heroísmo e de brasilidade!

Vista da vila de Nagé

A Igreja-Matriz, o Paço Municipal, o Forte e também a capela anexa à fazenda São Roque, estão todos inscritos nos Livros do Tombo da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de São Bartolomeu, fundada em 1660. Conta 1 igreja

Coqueiros (Rio Paraguaçu)

e 15 capelas públicas, mantendo 6 associações religiosas. Existe 1 templo do culto protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As solenidades mais populares são a de São Bartolomeu, padroeiro da cidade, na última segunda-feira de agôsto; a de Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro; e a Semana Santa.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com 7 236 eleitores inscritos, tendo votado 4 842 nas eleições de 1954. Há 12 vereadores em exercício. Em 1956 estavam em atividades no município 80 funcionários, sendo 2 federais, 21 estaduais, 51 municipais e 6 autárquicos. Está sediada em Maragogipe a 6.ª Circunscrição Escolar da Secretaria da Educação.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa a receita federal, estadual e a receita e despesa municipal no período 1950-1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	9 529	923	1 363	709	1 708
1951	12 194	1 170	1 514	951	1 375
1952	14 380	946	1 788	1 107	1 534
1953	14 872	1 381	2 641	1 239	2 772
1954	30 106	1 424	2 370	1 443	2 583
1955	38 795	2 170	3 097	1 612	2 647
1956	40 982	2 832	3 346	1 751	3 346

JUSTIÇA — A comarca de Maragogipe foi criada a 20 de junho de 1884 pela Lei provincial n.º 2 453. Figura na divisão territorial de 31 de dezembro de 1936 formada por três têrmos: Maragogipe, Itaparica e São Felipe. Pelo quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Maragogipe é têrmo da comarca de igual nome à qual também se subordina o têrmo de São Felipe. Atualmente o município é comarca de 3.ª entrância, abrangendo o têrmo de São Felipe.

VULTOS ILUSTRES — *Antônio Pereira Rebouças*, nascido em 1798, de família humilde, chegou a ser um expoente das letras jurídicas nacionais. Tendo cursado apenas a escola primária, trabalhou em cartório, onde tomou gôsto pelo Direito. Como rábula, adquiriu tão grande fama que, em 1847, o Parlamento lhe concedeu o direito de advogar em todo o país sem haver freqüentado nenhum curso jurídico. Foi secretário do Govêrno de Sergipe e Deputado Geral pela Bahia e por Alagoas. Foi ainda Conselheiro de D. Pedro II. Tomou parte destacada na discussão do Código Criminal. Faleceu em 1880. *D. Antônio Macedo Costa* — Nasceu no antigo Engenho do Rosário de Copioba, na então freguesia de Maragogipe, situado atualmente no território de São Felipe, a 7 de agôsto de 1830, e faleceu a 21 de março de 1891. Tendo se doutorado em Roma, foi bispo do Pará. Teólogo, orador de eloqüência severa e grandiosa, e escritor de nomeada. Foi professor no Ginásio Baiano e mestre de Rui Barbosa e de Castro Alves. Brilhante figura da Igreja e bispo heróico da questão religiosa ocorrida entre 1873 e 1875. Nenhum prelado elevou mais alto as tradições católicas no Brasil, quer no trono episcopal, quer no púlpito.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município adotam o gentílico maragogipanos. O Prefeito em exercício é o Sr. Juarez Bartolomeu Guerreiro, e o presidente da Câmara, o Sr. Alípio Armando dos Santos. Desempenhou as funções de primeiro intendente o Senhor Manoel Pereira Guedes. A primeira Câmara Municipal estava composta dos Srs. C.el João Marques da Silva (Presidente), Antônio Joaquim Correia e Araújo, Manuel da Silva e Antônio José Leite Pereira.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Anterlino Leite Gaspar. — Chefe da Agência de Estatística: Pedro Carmelito Baião de Jesus.)

MARAÚ — BA

Mapa Municipal na pág. 63 do 6.º vol.

HISTÓRICO — A origem do município foi uma aldeia de índios denominada "Mayrahu", fundada em 1705 pelos frades Capuchinhos italianos.

Por ordem da Coroa, o bandeirante João Gonçalves da Costa abriu uma estrada que acompanhou a margem do rio de Contas, em direção da povoação que ficava na foz do mesmo rio, (hoje cidade de Itacaré), dirigindo-se em seguida para Camamu.

O movimento por essa estrada concorreu para o contrabando do "quinto de ouro", o que deu origem à criação de "uma vila debaixo dos Funis" para dificultar o contrabando pelas referidas estradas que iam dar aos sertões da Ressaca.

Assim, Maraú teve seu "registro de impostos", forçado pelas necessidades de arrecadação do "quinto" da Coroa.

Das tribos indígenas existentes, não se sabe a época do desaparecimento e nem a que ramo pertenciam.

A capela construída pelos frades foi elevada à categoria de freguesia com o nome de "São Sebastião de Maraú", pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, no ano de 1717.

Foi a freguesia elevada à categoria de vila por ordem do Govêrno Provisório que se seguiu ao de D. Antônio de Almeida Soares Portugal, 3.º Conde de Avintes, datada de 17 de junho de 1761, sendo instalada pelo Ouvidor-Geral da Bahia, Dr. Luís Freire de Veras, a 23 de julho do mesmo ano. Nesta mesma data ficou criado o município.

Pelo Decreto-lei n.º 10 724, de 30 de março de 1938, a vila foi elevada à categoria de cidade.

Na divisão administrativa de 1911, o município de Maraú compõe-se de distrito único. Na divisão relativa ao ano de 1933, aparece formado dos distritos de Maraú e Barra de Água Branca, êste criado pelo Decreto estadual n.º 8 030, de 23 de março de 1932.

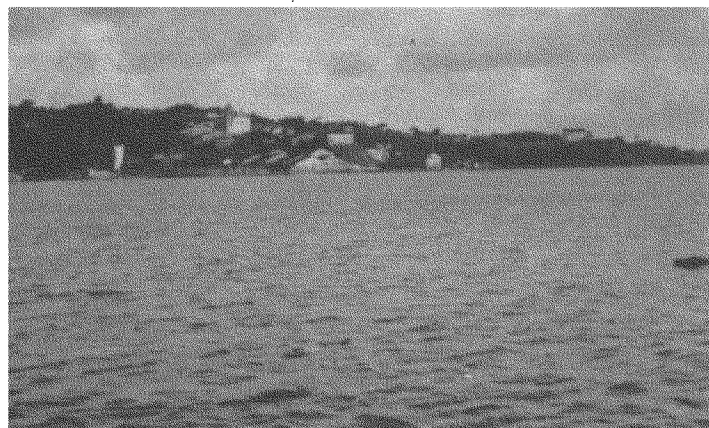
Na divisão administrativa de 1937, aparece o município formado pelos distritos de Maraú, Barra de Água Branca, São Sebastião e Piabanha. Com a extinção do distrito de São Sebastião e a mudança do nome do distrito de Barra da Água Branca para Água Branca, o município aparece no quadro da divisão territorial de 1943 formado de três distritos. Pelo Decreto estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo de n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município aparece formado pelos distritos de Maraú, Ibiaçu (ex-Água Branca) e Piabanha, constituição que ainda permanece.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na parte mais estreita da baía de Maraú, quase na foz do rio Caubi, na Zona Fisiográfica denominada Cacaueira. Limita com o Oceano Atlântico e os municípios de Camamu, Ubaitaba e Itacaré. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 14º 06' 45" de latitude Sul e 39º 00' 40" de longitude W.Gr. O seu rumo partindo da Capital do Estado é S.S.O., da qual dista, em linha reta 135 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade mede 6 metros.

ÁREA — A área é de 695 km^2.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são os rios Piracanga, Maraú, Boa Sorte, Velha Onória, Araú, Oricó Grande e Cachoeira Funda e as cachoeiras do Trembembé e Noviciado. Existem as lagoas da Tabatinga e do Cassongê. O acidente mais importante é, porém, a afamada baía de Maraú, que dá acesso a navio de qualquer calado e onde se estuda a construção de importante pôrto.

Vista parcial da cidade

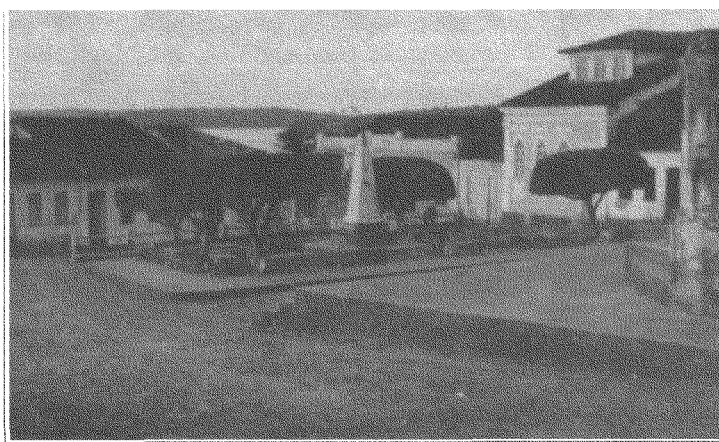
CLIMA — O clima é quente e úmido no verão e frio no inverno. Pela falta de pôsto meteorológico, sua temperatura pode ser estimada com as seguintes variações: média em 26ºC, a máxima em 32ºC e a mínima em 20ºC.

RIQUEZAS NATURAIS — O município é rico em minerais, destacando-se o xisto betuminoso e petróleo. No local "João Branco", já houve grande extração de xisto pelas companhias Sul Bahiana de Combustíveis e Companhia Internacional de Maraú. O querosene extraído da grande fábrica de "João Branco" era classificado como o melhor dentre os importados na época. A parafina produzida pela fábrica em tela era conhecida como "brazolina" e muito procurada. O engenheiro Gonzaga de Campos, estudando as substâncias betuminosas do rio Maraú, afirma a existência de carvão formado de matéria vegetal humificada, altamente betuminoso e de grande valor industrial. Assevera, ainda, que há ocorrência generalizada de asfalto e outros betumes nos calcários e no grés, além da estrutura geológica e da estratigrafia acusarem a existência de depósitos de petróleo. Ultimamente, foi descoberta grande reserva de gêsso tendo o veio uma dimensão de mais de 30 metros, estando já iniciados os trabalhos de abertura da mina.

No reino vegetal, o município dispõe de reservas de madeira de lei, lenha, dendê e piaçava. A pesca na baía de Maraú é abundante e a sua reserva incalculável.

POPULAÇÃO — Conforme dados do Recenseamento de 1950, a população era de 8 307 habitantes, sendo 4 316 homens e 3 991 mulheres, predominando os pardos com 3 959 indivíduos. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam a maioria com 3 036 para 1 611 casados, 3 desquitados e 201 viúvos. Os 81% da população localizavam-se na zona rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam em 1950 três aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Maraú — 870 hab., Ibiaçu — 319 hab., Piabanha — 405 hab. A cidade está incluída entre as 20 de menor população do Estado.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas, conta o município os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Barra do Rio Grande —

Praça Ruy Barbosa

138 hab., Quitungo — 131 hab., Taipus — 173 hab., Tanque — 135 hab., Taboleiro — 130 hab. e Trembembé — 80 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Conforme divulga o Recenseamento de 1950, 38% da população do município de mais de 10 anos ocupava-se no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à vida do município é a agricultura, pois grande parte de seu território é coberta de "roças de cacau", mandioca, e côco-da-baía. Só a produção destas três culturas atingiu em 1955 mais de 35 milhões de cruzeiros, o que representa grande volume para um município como Maraú. A principal produção é a de cacau. Produz mais os seguintes: abacate, abacaxi, café, feijão e laranja. O valor total da produção agrícola em 1955 foi de 36 763 milhares de cruzeiros. Na indústria destaca-se a extração de piaçava (*attalea funifera*), palmeira muito comum no litoral da Bahia, e dendê (*elaes guinereis* — Jacquim), donde se extraem óleo, empregado em alta escala na siderurgia, e azeite. Existe também a indústria doméstica do preparo dos conhecidos "espetos", que são peixes com menos de dez centímetros, tratados e enfiados em taliscas de tala de dendêzeiro que, depois de secos, são expostos à venda. Mesmo feitos de grande variedade de pescado, são comumente conhecidos como "espetos de xangó", pelo motivo de ser essa a qualidade de peixe que mais se presta a êste mister. Existe ainda a produção de tábuas, feita por métodos rudimentares.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Maraú à Capital Federal, por via mista (marítima, 75 mi e aérea, 1 263 km), via ferroviária (2 234 quilômetros) ou rodoviária (1 700 km); à Capital do Estado, via marítima (75 mi). Às cidades de Camamu, via marítima (15 mi), Itacaré, vicinal, (24 km) via mista (marítima 10 mi e vicinal 12 km), Ubaitaba, via vicinal (48 quilômetros).

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações diretamente com a praça de Salvador, à qual está ligada por barcos a vela. Existem no município 46 casas comerciais varejistas, tendo o seu giro em 1956 atingido 15 450 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo em vigor é de 2 400 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está localizada à margem do rio Maraú, òtimamente situado ao sul da baía do mesmo nome, uma das mais vastas do Brasil, com pôrto magnífico predestinado a servir de escoadouro da zona produtora de cacau do sul da Bahia, aguardando apenas o término da estrada ligando-o ao município de Ubaitaba, com grande parte construída. Conta com 18 logradouros, sendo 13 pavimentados, 2 ajardinados e 12 servidos de iluminação elétrica. Existem 250 prédios na sede sendo 82 servidos de luz elétrica. Funcionam 1 pensão, 1 cinema e 1 Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe um pôsto médico mantido pela Prefeitura local, sem, no entanto, contar com facultativo. O município faz parte do Setor n.º 1, sediado em Salvador, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de cinco anos e mais era de 6 914 pessoas, das quais, sabiam ler e escrever 1 772, ou seja, 26%.

ENSINO — Em 1956 existiam no município 8 escolas de ensino fundamental comum, sendo 3 estaduais e 5 municipais. A matrícula efetiva atingiu no mesmo ano 410 alunos.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é paróquia do orago São Sebastião, fundada em 1718. Conta 1 matriz, 1 igreja, 8 capelas públicas e 4 semipúblicas. Funcionam na mesma sete associações religiosas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Além das festas natalinas e outras tradicionais solenidades, a maior festividade popular da cidade é a que se realiza todos os anos no dia 20 de janeiro em homenagem a São Sebastião, padroeiro local, a qual atrai pessoas dos municípios vizinhos.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 2 733 eleitores inscritos, tendo votado 1 029 nas eleições de 1954. São 8 os vereadores em exercício. Com funções, em 1956, havia no município 32 funcionários, sendo 3 federais, 14 estaduais, 14 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o movimento das finanças públicas no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	44	582	433	169	458
1951	102	555	409	138	336
1952	79	502	940	93	1 000
1953	147	495	791	85	790
1954	133	1 170	727	137	668
1955	143	1 115	1 090	448	1 105
1956	185	1 397	1 290	400	1 268

JUSTIÇA — O município pertenceu à ouvidoria e depois comarca de Ilhéus. Pela Resolução provincial n.º 395, de 28 de junho de 1850, passou a têrmo da comarca de Camamu, e desta, para a jurisdição da comarca de Barra do Rio de Contas (Itacaré) pela Lei provincial n.º 2 256, de 8 de agôsto de 1881. Um ano depois, pela Lei provincial n.º 2 337, de 22 de julho de 1882, voltou a pertencer à comarca de Camamu. Pelo Decreto estadual n.º 264, de 4 de outubro de 1904, foi o têrmo de Maraú extinto e anexado ao de Camamu, voltando novamente à catego-

Pescadores de "Calão"

ria de têrmo por fôrça da Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915. Pela Lei estadual n.º 1 638, de 13 de agôsto de 1923 passou a têrmo da Comarca de Itacaré, situação em que ainda permanece. Possui 6 cartórios, sendo 3 do registro civil. Em 1956 foram julgados 5 feitos, todos no cível.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município dizem-se marauenses. A origem da denominação provém do nome de uma tribo "Mayrahu", que era radicada no local onde foi fundada a cidade. O Prefeito eleito e empossado no último pleito é o Sr. Anísio Vivas Mendes. O Presidente da Câmara é o Sr. Nei de Lemos Luz.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Anterlino Leite Gaspar. — Chefe da Agência de Estatística: Waldemar Dantas Araujo.)

MATA DE SÃO JOÃO — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento e colonização do município deveu-se aos colonos que acompanharam Garcia d'Ávila, chegados ao Brasil com a caravana de Tomé de Sousa, em 1549, quando reinava em Portugal D. João III.

O local onde está situada a florescente cidade de Mata de São João pertencia a Garcia d'Ávila, a quem o Brasil e, particularmente, a Bahia, são devedores de boa parcela de sua grandeza e progresso.

Do trabalho perseverante e construtivo dos colonos portuguêses surgiu a comunidade. À semelhança do que ocorreu com a maioria das localidades do Brasil, a nascente povoação experimentou a influência benfazeja dos jesuítas, os quais, na sublime missão de catequese, semeavam em terreno árido os princípios salutares da doutrina cristã, que, anos depois, graças aos ingentes esforços daqueles heróis da fé, germinou, nascendo daí a cidade ordeira de nossos dias, como árvore frondosa e acolhedora, numa demonstração viva do quanto pode a vontade de vencer.

A sua formação histórica está ligada à do município de Camaçari, de cujo território fazia parte, como freguesia do Senhor do Bonfim da Mata de São João, criada em 1761.

Em 1846, por efeito da Lei provincial n.º 241, de 15 de abril, que extinguiu o município de Camaçari (ex-Abrantes), foi o povoado elevado à categoria de vila e por conseguinte, a município, com a denominação de Mata de São João.

Em 1848, por fôrça da Resolução n.º 310, de 3 de junho, perdeu uma parte do seu território, que constituiu o município de Camaçari, por essa resolução restaurado.

Pelos Decretos números 7 455, de 23 de junho de 1931 e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, foi o seu nome simplificado para Mata, o que perdurou até que o Decreto 11 089, de 30 de novembro de 1938, reconstituiu o seu primitivo topônimo, o qual, segundo versão popular, se originou de antiga capela que ali existiu, sob o orago de São João.

Ainda são vistos na vila de Açu da Tôrre, pertencente ao município, as ruínas do antigo e legendário castelo, que foi propriedade da nobre família de Garcia d'Ávila.

Sua composição administrativa, segundo a Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, em vigor, é de quatro distritos: Mata de São João, Açu da Tôrre, Amado Bahia e Itanagra.

LOCALIZAÇÃO — O município da Mata de São João localiza-se na Zona Fisiográfica do Recôncavo. Limita com os municípios de Alagoinhas, Camaçari, Entre Rios, Pojuca e São Sebastião do Passé. É banhado pelo Oceano Atlântico. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 31' 46" de latitude Sul e 38° 17' 59" de longitude W.Gr. Rumo em direção da Capital do Estado para a sede municipal: N.N.E., da qual dista, em linha reta, 51 quilômetros. Está situado na faixa do litoral, possuindo belas praias.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal mede .... 31,8833 metros, tomando como referência a chapa crava-

Prefeitura Municipal

da pelo Conselho Nacional de Geografia junto à coluna esquerda do portão principal da igreja-matriz.

ÁREA — A área é de 1 054 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é pouco irregular. Figuram como principais acidentes geográficos os rios Sauípe, Quiricó Grande, Estiva e Caboré, êste último muito procurado em razão das propriedades terapêuticas de suas águas.

CLIMA — Temperado, com variações imprevistas. A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 os seguintes dados: máxima 29°C, mínima 15°C e média 23°C. A precipitação máxima, em 24 horas, em 1956, foi de .... 30,2 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — O petróleo é a principal riqueza natural do município. Dos poços perfurados no seu território foram extraídos 767 barris de petróleo em 1955, 251 446 em 1956 e 367 658 no primeiro semestre de 1957. Madeiras de lei e lenha são tiradas de suas matas. A pesca constitui importante riqueza natural. Há também extração de caulim e tabatinga.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era de 17 651 habitantes, sendo 8 849 homens e 8 802 mulheres, predominando os de côr parda, que somavam 10 779. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam maioria, com 6 466 contra 3 389 casados; 855 viúvos e 1 desquitado. Os 57% da população localizavam-se no quadro rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam em 1950 quatro aglomerações urbanas: cidade da Mata de São João (4 766 hab.) e vilas de Açu da Tôrre (1 240 hab.), Amado Bahia (1 039 hab.) e Itanagra (495 hab.). A população estimada para 1957 é de 5 900 habitantes na cidade.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, o município tem os principais povoados abaixo: Praia do Forte (1 100 hab.), Pitanga (900 hab.), Bonfim da Mata (450 hab.), Diogo (280 hab.), Rio Fundo (250 habitantes), Imbaçaí (400 hab.), Dendêzeiros (230 hab.), Malhada (200 hab.), Campinhas (200 hab.), Sauípe (220 habitantes) e Mucugê (100 hab.).

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 27,50% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A exploração de petróleo é a principal atividade econômica local.

Agricultura — A produção agrícola foi superior, em 1955, a 17 000 milhares de cruzeiros, contribuindo com maior parcela a produção de côco-da-baía, que atingiu a casa dos 13 000 milhares de cruzeiros, seguindo-se a produção de frutas, cana-de-açúcar, mandioca, etc.

Indústria — A produção industrial alcançou cêrca de 5 000 milhares de cruzeiros, figurando em primeiro lugar o carvão vegetal, com o valor comercial de 1 500 milhares de cruzeiros, seguido do leite pasteurizado com 1 100 milhares de cruzeiros e farinha de mandioca com 1 000 milhares de cruzeiros. Os demais produtos são de pequena monta e de diminuta expressão econômica. A produção extrativa teve de igual modo grande significação na economia do município, merecendo citar-se a produção de peixes, que atingiu 3 400 milhares de cruzeiros, seguida da de lenha e madeiras para construção com as cifras, respectivamente, de 670 e 550 milhares de cruzeiros.

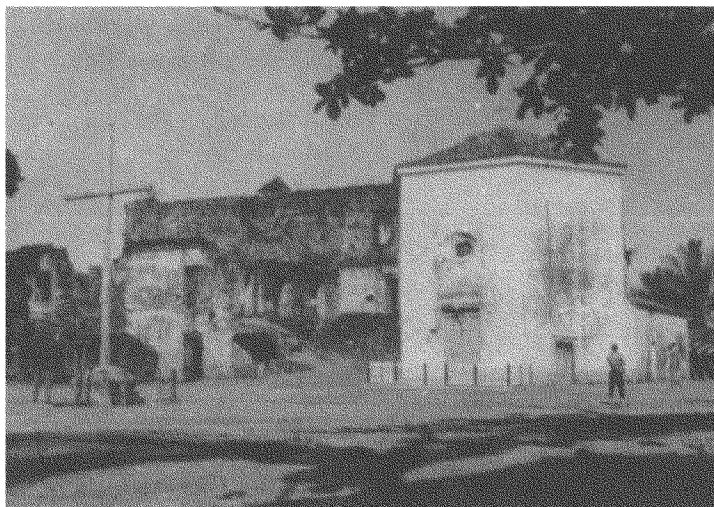
Pecuária — O município desempenha papel de relêvo como produtor do leite, que tem contribuído para o abastecimento da Capital do Estado. Possuía em dezembro de 1956 o seguinte rebanho pecuário: bovinos 21 110, suínos 15 450, asininos 3 010, muares 2 500, eqüinos 2 250, ovinos 1 210 e caprinos 1 010.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Mata de São João à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas, pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal, rodovia (1 671 quilômetros); à Capital do Estado, ferrovia (68 km) e rodovia (69 km); às cidades vizinhas de Alagoinhas, ferrovia (55 km) e rodovia (67 km), Camaçari, ferrovia (22 quilômetros) e rodovia (28 km), Entre Rios, ferrovia (108 quilômetros) e rodovia (153 km), Pojuca, ferrovia (13 quilômetros) e rodovia, (21 km) e São Sebastião do Passé, rodovia (48 km). É servido o município pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação ferroviária, na sede municipal, foi inaugurada em 4 de agôsto de 1862. Possui os seguintes serviços telegráficos: agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e agência telegráfica da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações, principalmente, com as praças de Salvador, Ca-

Praça Amado Bahia, vendo-se a igreja matriz

maçari e Pojuca, importando da primeira a maioria das mercadorias consumidas no município, e exportando para as três praças alguns dos seus produtos. Existem na sede municipal 25 estabelecimentos comerciais varejistas. O seu giro atingiu, em 1956, 19 625 milhares de cruzeiros. A feira semanal, realizada aos sábados na cidade, é de grande importância pela afluência de pessoas de várias localidades vizinhas, especialmente de Salvador, de Camaçari e de Dias d'Ávila, a fim de se abastecerem, principalmente, de verduras e frutas. O salário-mínimo oficial decretado para a 2.ª sub-região e da qual faz parte o município é de Cr$ 2 400,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade da Mata de São João fica situada à margem da estrada de ferro da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, atraindo, com a salubridade de seu clima, grande número de veranistas, que a procuram em determinadas épocas do ano, principalmente na

Castelo de Garcia D'Avila

estação quente e no período de férias estudantis. Apresenta aspecto agradável. Conta 50 logradouros públicos, 10 dos quais são pavimentados e 3 arborizados. A iluminação pública estende-se a 13 logradouros. Doze logradouros são abastecidos de água canalizada e 10 servidos pela rêde de esgotos. Há 1 360 prédios. A Praça Barão do Açu da Tôrre é considerada uma das principais artérias da Cidade, nela estando situado o edifício da Prefeitura Municipal. Os prédios mais importantes são: o edifício da Prefeitura Municipal, a estação da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e a igreja-matriz. Há 1 cinema, 2 pensões, 3 automóveis, 13 jipes, 4 camionetas e 10 caminhões, conforme registro na repartição competente. A cidade será beneficiada ainda êste ano com a energia da C.H.E.S.F., estando em vias de conclusão as obras da subestação Abaixadora, que servirá também cidades vizinhas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com o Pôsto de Puericultura, subordinado à Legião Brasileira de Assistência, cujo principal objetivo é o amparo e assistência à maternidade e à infância, e o Pôsto de Higiene Doutor Artur Tôrres, subordinado ao govêrno do Estado, ambos na cidade. Exercem a profissão, na cidade, 2 médicos, 2 dentistas, 1 farmacêutico e 1 enfermeiro. Existem duas farmácias. O município integra o Setor n.º 1 (sediado em Salvador) do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que também presta assistência sanitária à população.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funciona na sede municipal a Cooperativa de Energia Elétrica da Mata de São João, de Resp. Ltda., que conta 422 associados.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 15 176 habitantes, 3 989, dos quais, sabiam ler e escrever, sendo 2 067 homens e 1 922 mulheres, representando 26,3% do total.

ENSINO — Em 1956 existiam 29 unidades do ensino primário fundamental comum, sendo 20 estaduais e 9 municipais, com cêrca de 1 557 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Registra-se a existência da "Sociedade Musical 8 de Dezembro", de 1 cinema e 2 bibliotecas com menos de 1 000 volumes.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na vila de Açu da Tôrre estão as ruínas do antigo e legendário castelo de Garcia d'Ávila, inscrito nos livros do Tombo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — As ruínas referidas, do tradicional castelo da Tôrre de Garcia d'Ávila, que desempenhou importante papel nos episódios gloriosos da nossa história são motivo de atração. A praia do Forte também constitui atração turística, pelas suas belezas naturais. Banha as terras do município o rio Caboré, muito procurado pela população local e até de Salvador. A água dêsse rio, por suas propriedades medicinais, é usada para cura de doenças da pele, estando em construção, um balneário, nas proximidades da sede municipal.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia da Mata de São João, subordinada à arquidiocese da Bahia. Além da igreja-matriz, existem 1 igreja comum, 7 capelas públicas, 3 semipúblicas, 4 associações religiosas. Contam-se também 2 templos do culto não católico.

Praça Barão Açu da Torre

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Realizam-se no município, anualmente, algumas festas populares. A do Senhor do Bom Jesus do Bonfim, já tradicional, é precedida de novena a cargo das famílias locais. No domingo, celebra-se a missa festiva, às 11 horas; à tarde, às 15 horas, sai a procissão percorrendo as principais ruas do povoado de Bonfim da Mata. Após a procissão

Rua Quintino Bocaiúva

é dada a bênção a todos os fiéis, bênção que encerra a parte religiosa da festa. No dia seguinte, ou seja, na segunda-feira, faz-se a festa de largo, que consiste em "corrida de cavalo", "corrida de bicicleta", "pau-de-sebo", "quebra-pote", etc. À noite, para o encerramento, faz-se a proclamação e coroação da rainha da festa, concurso instituído antecipadamente com o fim de angariar refôrço de donativos, que revertem em benefício da própria. Ela é móvel e realizada comumente em fevereiro. A festa de São João, em louvor ao padroeiro do lugar, é precedida de tríduo e com missa festiva e se realiza no dia 24 de junho de cada ano. Geralmente se completa com procissão e bênção. Tanto para a festa do Senhor Bom Jesus do Bonfim, quanto para a de São João, são escolhidas pessoas, prèviamente, para integrarem as comissões encarregadas dos citados festejos. São bastante concorridos os folguedos do carnaval (comuns em quase tôdas as cidades do Brasil), em que percorrem as ruas ou grupos do "bumba-meu-boi" e dos "caboclinhos", que contribuem para a animação dos foliões, dando mais vida às brincadeiras.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 4 123 eleitores inscritos, tendo votado 2 621 nas eleições de 1954. Oito são os vereadores em exercício. Em 1956 havia no município 86 funcionários, assim distribuídos: 22 federais, 50 estaduais (inclusive professôres), 13 municipais e 1 autárquico.

FNANÇAS PÚBLICAS — A situação financeira do município, no que diz respeito às arrecadações federal, estadual e municipal, é representada pelos números constantes da tabela abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	306	386	462	233	466
1951	515	530	497	247	381
1952	681	628	780	348	645
1953	534	620	1 077	303	830
1954	649	594	884	307	1 227
1955	979	1 064	979	483	1 227
1956	512	1 459	1 352	558	1 040

JUSTIÇA — Quanto à formação judiciária, a contar de 1850, pela Lei provincial n.º 398, de 20 de julho, o município passou a integrar a comarca de Abrantes. Com a extinção desta pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, foi, pelo mesmo ato, criada a comarca de Mata de São João, formada pelos Têrmos de Mata de São João, Abrantes e Catu.

Na Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, a comarca aparece formada apenas pelo Têrmo do mesmo nome e Abrantes, e, no Decreto estadual n.º 266, de 4 de outubro de 1904, figura constituída pelos acima citados e mais o de Sant'Ana de Catu.

Na Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, a comarca é constituída pelos Têrmos de Mata de São João, Abrantes, Catu e Pojuca e na Lei estadual n.º 2 225, de 14 de setembro de 1929, aparece formada pelos Têrmos de Mata de São João, Montenegro, Pojuca e Catu.

Pelo Decreto estadual n.º 6 761, de 19 de abril de 1930, foi a sede da comarca transferida, provisòriamente, para o têrmo de Montenegro, voltando ao lugar primitivo pelo Decreto estadual n.º 7 295, de 9 de março de 1931. Nesse mesmo ano, em virtude dos Decretos estaduais números 7 455 e 7 479, foi o nome da Comarca simplificado para Mata, aparecendo nas divisões territoriais de 1936 e 1937, formada pelos Têrmos de Mata, Catu, Pojuca e Montenegro (ex-Abrantes).

No quadro do Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, aparece formada pelos têrmos acima citados, notando-se, porém, que o de Montenegro teve o seu nome mudado para Camaçari.

Pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, a comarca teve o nome mudado novamente para o de Mata de São João, continuando formada pelos têrmos de Mata de São João, Catu, Pojuca e Camaçari, o mesmo acontecendo no quadro do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944.

Atualmente, a comarca é formada pelos têrmos de Mata de São João, Catu e Pojuca.

Conta 11 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. O total de feitos julgados, em 1955, foi de 25, assim distribuídos: cível 18 e crime 7.

VULTOS ILUSTRES — Luís Antônio Simões Meireles, Barão do Açu da Tôrre e Joaquim Simões Paiva, 2.º Barão do Monte Santo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "matenses". A origem e significado do topônimo atribui-se ao fato da existência de uma capela, denominada "São João" em meio à grande extensão de terras ou matas despovoadas, não havendo, no entanto, sôbre êste assunto, fonte de referência positiva.

O Prefeito atual é o Sr. Antônio de Sousa Gomes, e o presidente da Câmara Municipal de Vereadores é o Senhor José Mateus dos Santos Júnior.

Exerceu as funções de primeiro intendente do município Luís Antônio Simões Meireles (Barão do Açu da Tôrre). O 1.º Conselho compunha-se dos seguintes membros: Dr. Ubaldino Mota Bastos, Antônio Saturnino de Araújo Góes, Antônio Lopes Leal, Januário Borges da Silva, Luís Gonzaga de Lemos, José Marcelino do Nascimento.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Adalberto Oliveira.)

MIGUEL CALMON — BA

Mapa Municipal no 7.º vol.

HISTÓRICO — Foi Miguel Calmon, até princípios do século dezenove, uma simples fazenda denominada "Canabrava", de propriedade da condessa Maria Saldanha Oliveira e Souza Constança, espôsa de João Saldanha da Gama de Melo Tôrres de Brito, o Conde da Ponte. O seu primeiro dono foi o mestre-de-campo e desbravador de terras, sogro do já mencionado Conde da Ponte.

A fazenda Canabrava foi adquirida mediante compra pelo Sr. João Correia de Miranda, em data de 2 de julho de 1810.

Por volta de 1812, chegaram os primeiros povoadores procedentes de Jacobina: as famílias de Valois Coutinho, de origem francesa, e de Marcelino Miranda. Essas famílias, aproveitando a boa qualidade das terras, começaram então a cultivá-las com plantações de milho, feijão, mandioca, café e, posteriormente, com cana-de-açúcar. Também por ser região propícia à criação de gado, grandes pastagens foram aí iniciadas.

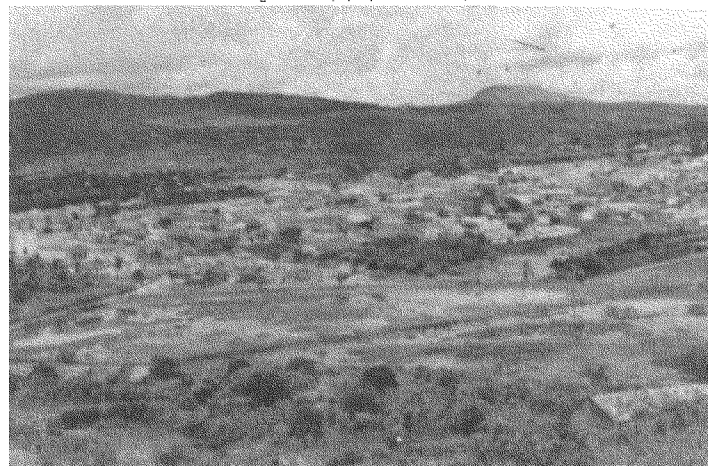
Em 1885, já era bem desenvolvida a feira local, onde se fazia o comércio de gado e de produtos outros. A fazenda transformou-se em florescente povoado.

O arraial de Canabrava pertencia ao município de Jacobina. Foi elevado a distrito de paz pelo Decreto datado de 7 de janeiro de 1897. Mais tarde, em 1913, foi criado o distrito de Canabrava pela Lei estadual número 991, de 12 de agôsto.

Decorrido mais de um decênio da sua elevação a distrito, foi Canabrava promovido à categoria de vila com o nome de Miguel Calmon, pela Lei estadual número 1 726, de 6 de agôsto de 1924. Estava, assim, criado o município de Miguel Calmon, com território desmembrado do de Jacobina, ocorrendo sua inauguração a 26 de outubro do mesmo ano.

O município teve o nome mudado para Djalma Dutra, pelo Decreto estadual número 7 115, de 11 de dezembro de 1930.

Na divisão administrativa do Brasil de 1933, o município aparece formado pelos distritos de Djalma Dutra e Pindorama, êste último criado pelo Decreto estadual número 8 043, de 23 de abril de 1932.

Em 1934 o Decreto estadual número 9 117, de 11 de setembro de 1934, criou o distrito de Itabira. Nas divisões territoriais de 1936 e 1937 e no quadro do Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, e Decreto número 11 089, de 30 de novembro do mesmo ano, ficou formado pelos distritos de Djalma Dutra, Itabira e Pindorama.

Vista panorâmica da cidade

Foi o topônimo do município restaurado para Miguel Calmon — que é o atual — pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, que modificou também os nomes dos distritos de Itabira e Pindorama para, respectivamente, Itapura e Tapirama. Por fim, em 1953, a Lei estadual número 628, de 30 de dezembro, criou mais um distrito, — o de Várzea do Poço — ficando o município constituído pelos distritos de: Miguel Calmon, Itapura, Tapiranga e Várzea do Poço.

LOCALIZAÇÃO — O município de Miguel Calmon acha-se localizado na *Zona Fisiográfica da Encosta da Chapada Diamantina*, à margem esquerda do rio Jacuípe, e totalmente incluído no "polígono das sêcas". Limita com os municípios de Jacobina, Morro do Chapéu, Piritiba e Mundo Novo. As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 11° 25' 37" de latitude Sul e 40° 35' 45" de longitude W. Gr. Rumo da capital do Estado em direção à sede municipal: O.N.O. A distância de Salvador em linha reta é de 215 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — De acôrdo com dados divulgados pelo Conselho Nacional de Geografia, a altitude da cidade é de .. 533,75 metros, tomando como referência a chapa cravada à direita da porta principal da Estação da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

ÁREA — A área do Município mede 1 512 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território que compreende o município é muito acidentado. Há vários rios, sendo os mais importantes os rios Canabrava, Jacuípe e

Cabeceiras. As lagoas Canabrava e Bagres são as maiores e mais importantes da região. As serras mais em destaque são as do Moinho e do Cristal, com alturas de 800 e 600 metros, respectivamente. A orografia é ainda enriquecida pelos morros Vermelho, João Sabino, Redondo, Grande e Santa Cruz.

CLIMA — O clima é ameno, apresentando-se quente na época das trovoadas, que comumente ocorrem nos meses de outubro a março. A temperatura na sede municipal apresentou, em 1955, as seguintes variações térmicas: média das máximas — 30ºC, média das mínimas 20ºC e média compensada 26ºC. Foi de 72,4 mm a precipitação máxima em 24 horas no ano de 1955.

RIQUEZAS NATURAIS — As matas são escassas; entretanto, existe ainda madeira de lei em pequena escala. A extração de coquilho de ouricuri e babaçu, do pó da palha de ouricuri, da fibra de caroá e do fruto de jurubeba, constitui fonte de riqueza natural. Na fauna são encontradas várias espécies de animais silvestres, sobressaindo a ema. No reino mineral, cromo, manganês e pedra para construção são explorados, havendo entretanto, jazidas de ouro inexploradas.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, a população era de 30 544 habitantes, compreendendo 15 051 homens e 15 493 mulheres; predominavam os de côr parda, que somavam 19 129, contra 6 704 brancos e 4 649 pretos. Os casados constituíram maioria com 8 794, contra 6 701 solteiros; 1 182 viúvos e 2 desquitados. O quadro rural congregava àquela época 82,2% do total populacional. A população do município, para 1957, está estimada em 34 700 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — São três as aglomerações urbanas do município que, segundo o Censo de 1950, possuíam a seguinte população: Miguel Calmon — 3 939 habitantes; Itapura — 711 hab.; e Tapiranga — 785 habitantes. Em 1953, o povoado de Campo Alegre foi elevado a vila com o nome de Várzea do Poço, com população aproximada de 1 000 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das três vilas acima citadas, possui o município 17 outras aglomerações, sendo que as principais são as dos povoados abaixo, com população estimada para 1957: de Brejo Grande com 1 067 hab., Bagres com 272 hab., Tamanco com 389 habitantes, Campesta com 251 habitantes, Palmeiras com 261 hab., Queimada do Canto com 208 hab., e Água Branca com 214 habitantes. Os demais povoados são aglomerados inferiores a 200 habitantes cada.

ATIVIDADE ECONÔMICA — O Recenseamento de 1950 revelou que 39% das pessoas em idade ativa, 10 anos e mais, estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". O município tem na pecuária o seu maior sustentáculo econômico. Em 31 de dezembro de 1956, o efetivo da população pecuária era estimado em 53 000 bovinos, 24 000 caprinos, 28 000 ovinos e 16 000 cabeças de suínos. O gado é exportado para as praças de Jacobina, Mundo Novo, Morro do Chapéu e Feira de Santana, principais centros importadores e reexportadores de gado da Bahia.

A agricultura é o segundo elemento econômico do município. Sua produção atingiu, em 1955, 25 022 milhares de cruzeiros, sobressaindo como principais produtos a cebola, o café, o alho e a mandioca. É um dos principais produtores de cebola do Estado. Além das citadas, há produção de banana, cana-de-açúcar, milho, feijão e fumo em fôlha.

A produção industrial é pequena. Em 1955, o seu valor total atingiu a 9 662 milhares de cruzeiros, sobressaindo a de massas alimentícias, calçados, manteiga e vinhos de frutas.

A indústria extrativa também concorreu para a economia do município. No ano de 1955, foram os seguintes os totais das produções nos setores da atividade industrial extrativa mineral — 1 692 milhares de cruzeiros (manganês e argila); vegetal 3 312 milhares de cruzeiros (lenha, madeiras, coquilho de ouricuri e babaçu, fibra de caroá e outros).

A atividade artesanal manifesta-se através da fabricação de artefatos de couro, sempre encontrados nas feiras-livres: selas e arreios, malas e pelas curtidas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Miguel Calmon liga-se diretamente à Capital Federal, via ferroviária (2 118 km) e rodovia (1 747 quilômetros); à Capital do Estado, via aérea (300 km); via ferroviária (591 km) e rodovia (399 quilômetros); às cidades vizinhas de Jacobina, via ferroviária (32 quilômetros) e rodoviária (36 quilômetros); Morro do Chapéu, rodoviária (96 km); Mundo Novo, rodoviária (74 quilômetros)

Prefeitura Municipal

e Piritiba, ferrovia (40 quilômetros) e rodovia (42 quilômetros). É servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação foi inaugurada em 12 de outubro de 1923. Possui 1 campo de pouso; 1 agência postal-telegráfica, do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos, além da estação telegráfica da ferrovia.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio de Miguel Calmon mantém transações com as praças do Rio de Janeiro, Salvador e com as dos municípios limítrofes. Na sede municipal existem 12 estabelecimentos comerciais atacadistas e 37 varejistas. Há no município uma Agência do Banco da Bahia S. A., inaugurada em 1.º de fevereiro de 1957. O giro comercial atingiu, em 1956, a 98 150 milhares de cruzeiros. A feira-livre mais importante é a que se faz aos sábados na sede do município. O salário-mínimo fixado para a região onde se localiza o município é de 2 000 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está edificada em parte plana e apresenta aspecto urbanístico apreciável, apesar de não obedecer a traçado prévio. Conta 26 logradouros, dos quais 3 pavimentados a paralelepípedos e 2 arborizados e ajardinados.

A iluminação pública abrange todos os logradouros. A iluminação domiciliária é servida por 631 ligações, que representa mais da metade do número de prédios existentes (1 240). Funcionam 1 cinema e 5 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O pôsto de Higiene do Estado presta assistência médico-sanitária à população do município. Exercem a profissão na cidade 4 médicos, 2 dentistas, 1 farmacêutico e 4 enfermeiras. É de 2 o número de estabelecimentos farmacêuticos existentes. O município integra o Setor número 9, sediado em Senhor do Bonfim, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Confraria Vicentina São Vicente de Paula presta relevantes serviços de assistência aos desamparados. O mesmo se pode dizer da "Sociedade Beneficente dos Operários de Miguel Calmon". Existem 2 cooperativas, a Cooperativa Banco Agrícola Popular de Miguel Calmon Resp. Ltda, e a Cooperativa de Energia Elétrica de Tapiranga Resp. Ltda.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento de 1950 revelou que a população de 5 anos e mais era de 25 148 habitantes,

Busto em homenagem ao Dr. Lauro de Freitas

Praça Dr. Lauro de Freitas

compreendendo 12 260 homens e 12 888 mulheres. Dêsse total apenas 7 391 pessoas sabiam ler e escrever. Êste número de alfabetizados compunha-se de 3 956 homens e .. 3 435 mulheres, ou seja, 29,39% da população no grupo referido.

ENSINO — Em 1956, era de 40 o número de unidades escolares que ministravam o ensino primário fundamental comum em todo município. Estavam distribuídas segundo a manutenção, da maneira seguinte: 19 estaduais, 20 municipais e 1 particular. O número de alunos matriculados ascendeu, naquele ano, a 2 000.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade há 3 bibliotecas, a Biblioteca Municipal, com 400 volumes; a Biblioteca Almiro Liberato de Moura, da Agência Municipal de Estatística, com 300 volumes; e a escolar Gustavo de Andrade com 100 volumes. Existem 2 clubes de futebol, 4 sociedades recreativas e dançantes e 4 serviços de alto-falantes.

CULTOS RELIGIOSOS — A paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Miguel Calmon, fundada em 15 de agôsto de 1947, está subordinada à Diocese de Bonfim. Conta a mesma 1 igreja-matriz, 13 capelas públicas e 7 semipúblicas. Existem 2 igrejas presbiterianas, 1 batista e 1 pentecostal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A única festa de cunho religioso comemorada com grande pompa, é a de 8 de dezembro, data consagrada à excelsa padroeira da cidade. Essa festa congrega muita gente procedente da zona rural e obedece a programa prèviamente elaborado constando de missa, novena e procissão.

As manifestações de cunho folclórico mais freqüentes ocorrem no mês de janeiro. São exibidos o "bumba-meu-boi" e o "presepe".

"Pedir chuva" é uma cerimônia tradicional que se verifica por ocasião das grandes estiagens, quando se transfere uma imagem de Nossa Senhora de uma para outra localidade. O retôrno da Imagem se dá, logo que começa a chover, em romaria que se reveste de grandes pompas com orquestras, cânticos religiosos e foguetes.

A "pila de café", semelhante à farinhada, é uma reunião de pessoas para trabalhar na pila de café no regime do mutirão.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Contava o município 3 816 eleitores inscritos, tendo votado nas

eleições de 1954 apenas 2 913. O legislativo municipal é composto de 12 vereadores. Em 1956, exerciam atividades 115 funcionários públicos assim distribuídos: 12 federais, 52 estaduais, 50 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo mostra o movimento das finanças públicas federal, estadual e municipal, bem como a despesa realizada pela comuna, no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	321	1 688	1 342	548	1 392
1951	422	1 999	1 478	579	1 171
1952	376	1 736	1 483	622	1 487
1953	497	1 839	1 549	731	1 565
1954	485	2 794	1 752	924	1 727
1955	648	4 426	1 983	973	1 623
1956	887	5 287	2 811	1 475	2 528

JUSTIÇA — Quanto à organização judiciária, o têrmo de Miguel Calmon desde sua criação ficou pertencendo à comarca de Jacobina, aparecendo na Lei estadual número 2 225, de 14 de setembro de 1929, com essa categoria. Em 1930, teve o nome mudado para Djalma Dutra, voltando a denominar-se Miguel Calmon em 1943.

Foi a comarca de Miguel Calmon criada pelo Decreto-lei estadual número 175, de 2 de julho de 1949, desmembrada da de Jacobina. Ficou constituída por um único têrmo, o de mesmo nome. Conta 9 Cartórios, sendo 4 do registro civil. O número de feitos julgados em 1956 foi de 98, todos correspondentes ao cível.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se calmonenses. Sua denominação é uma homenagem ao grande baiano Miguel Calmon. O Prefeito em exercício é o Dr. Adolfo Liberato de Moura, e o Presidente da Câmara, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957, é o Sr. Joviniano Miranda Rios. Miguel Calmon conheceu o seu primeiro intendente na pessoa do Sr. Isaias Lopes. O primeiro Conselho Consultivo Municipal (em 5 de julho de 1932), teve a seguinte constituição: Dr. Justiniano Cézar Jacobina Vieira e Senhores José Lira Paim, Valdemar Nunes Cunha, Antônio Jerônimo Oliveira e José Cassiano dos Santos.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Jehovah de Andrade Campos. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: José Hamilton Andrade.)

MONTE SANTO — BA

Mapa Municipal no 5.º vol.

HISTÓRICO — Em 1775, exercia o sacerdócio no antigo aldeamento de índios de Massacará (hoje situado no município de Euclides da Cunha) o capuchinho Frei Apolônio de Toddi, que visitou a fazenda Lagoa da Onça, de propriedade de Francisco da Costa Tôrres, a fim de realizar ali uma missão. Chegando à fazenda Lagoa da Onça em fins de outubro de 1775, a população aí não se reuniu para ouvir o missionário devido à escassez de água no local. Resolveram então fazer a "missão" num logradouro de gado denominado "Piquaraçá", pertencente à fazenda Soledade, onde existia água em abundância. A fazenda Soledade pertencia à Casa da Tôrre e foi arrendada a João Dias de Andrade em 1750.

A "missão" terminou no dia 1.º de novembro, quando houve uma procissão de penitência ao cume do monte ali existente, onde foi levantado um cruzeiro. À proporção que subiam a escarpa, iam os fiéis plantando cruzes de madeira a espaços regulares e na seguinte ordem: a primeira dedicada às almas, as sete seguintes representando as dores de Nossa Senhora, e as quatorze restantes lembrando os sofrimentos de Jesus.

Atualmente, existem, em lugar das cruzes, capelas de alvenaria contendo painéis dos passos do martírio de Jesus.

Conta Frei Apolônio que um furacão atemorizou os fiéis durante a procissão, mas as preces do piedoso frade fizeram abrandar a tempestade, o que se considerou um milagre. Ao chegar ao cume, uma nuvem luminosa se mostrou aos fiéis e precedeu à procissão pairando sôbre o lugar onde se acha edificada a Capela de Nossa Senhora das Dores. A partir dêste dia a serra de Piquaraçá passou a denominar-se Monte Santo.

Diz o relato de Frei Apolônio que apareceu um arco-íris na direção das cruzes, sendo uma das extremidades sôbre a última das cruzes e a outra sôbre o lugar onde está a Capela de Nossa Senhora das Dores. O fenômeno perdurou por muito tempo, mesmo depois de haver o piedoso frade, que do fato fôra informado, haver retornado de Tucano e feito construir o caminho do santuário, por onde atualmente os romeiros levam a efeito as suas peregrinações.

As terras do atual município integravam uma fazenda de gado da Casa da Tôrre, vendida posteriormente a Francisco da Costa Tôrres pelo preço de 800$000, sendo outorgante o alferes Manoel Felix de Andrade, procurador da Casa da Tôrre. O arrendatário da fazenda Soledade, onde ficava o logradouro Pico Araçá ou Piquaraçá, local onde está situada atualmente a cidade, era João Dias de Andrade. Consideram-se como primeiros povoadores de Monte Santo: Francisco da Costa Tôrres, da fazenda Laginha, Domingos Dias de Andrade, José Maria do Rosário da Fazenda Damázio, e João Dias de Andrade, da fazenda Acaru.

A capela foi elevada à categoria de freguesia no ano de 1790 com o nome de Santíssimo Coração de Jesus e Nossa Senhora da Conceição de Monte Santo, sendo seu primeiro Pároco P.e Antônio Pio de Carvalho.

O distrito de paz de Monte Santo, pertencente ao têrmo de Itapicuru de Cima, foi criado em 1794. O arraial foi elevado à categoria de vila pela Lei provincial número 51, de 21 de março de 1837, que criou também o município, ocorrendo a inauguração a 15 de agôsto do mesmo ano. O município recebeu o nome de Coração de Jesus de Monte Santo. A primeira eleição realizou-se no dia 30 de agôsto de 1837, sendo eleitos: padre José Vitor Barberino, Barboza, Melo, Pereira, Silva e Matos.

No ano de 1838, o município arrecadou a quantia de 101$033 e despendeu 42$181.

Pela Lei número 253, de junho de 1898, foi criado o município de Cumbe, desmembrado de Monte Santo, voltando em 1927 a ser incorporado novamente a êste, sendo pelo Decreto-lei 8 624, de 19 de setembro de 1933, novamente desmembrado para se constituir o atual município de Euclides da Cunha.

Do seu território foi desmembrado pela Lei estadual número 1 866, de 9 de julho de 1926, o município de Uauá.

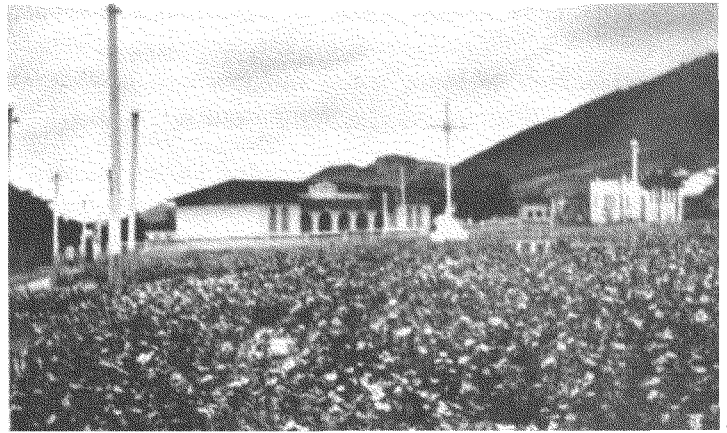
Por fôrça da Lei estadual número 2 192, de 25 de julho de 1929, foi a vila elevada à categoria de cidade.

Os Decretos estaduais números 7 455 e 7 479, de 23 de junho e 8 de julho, respectivamente, ambos de 1931, suprimiram os municípios de Uauá e Cumbe e anexaram os respectivos territórios a Monte Santo. Foram os referidos municípios restaurados pelos Decretos estaduais números 8 641, de 19 de setembro de 1933 (Uauá) e 8 642 do mesmo dia e ano (Cumbe).

No distrito da sede foram instalados: a coletoria estadual em 21 de março de 1837; a primeira escola estadual em 24 de abril de 1838; o primeiro cartório do registro civil em 5 de setembro de 1877 e a coletoria federal em 5 de julho de 1917.

Atualmente o município compõe-se dos distritos de Monte Santo e Cansanção.

LOCALIZAÇÃO — O município de Monte Santo localiza-se na Zona Fisiográfica do Nordeste, estando o seu território totalmente incluído no "polígono das sêcas". Limita com os municípios de Itiúba, Queimadas, Euclides da Cunha, Senhor do Bonfim, Santaluz, Serrinha, Tucano e Uauá. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 18° 26' 16" de latitude Sul e 39° 20' 05" de longitude W. Gr. O seu rumo, partindo da Capital do Estado, é N. N. O. Dista da Capital em linha reta 282 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Praça da Bandeira, vendo-se o Grupo Escolar

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de ...... 488,9349, conforme chapa cravada à direita da porta principal da Igreja do Sagrado Coração de Jesus, pelo Conselho Nacional de Geografia.

ÁREA — A área do município mede 4 856 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é bastante acidentado. Os seus principais rios são: o Itapicuru, o Cariacá, o Jacurici, o Cancela ou Limoeiro e outros de menor significação. Todos os cursos dágua são temporários e pertencem às bacias do Vasa Barris e do Itapicuru. As suas principais elevações são as serra de Monte Santo, serra do Acaru, também conhecida pelo nome de Gado Bravo, serra do Mandacaru, serra do Deixaí, serra das Araras, serra da Pedra d'Água e serra do Boqueirão. Possui 13 açudes, sendo os denominados Cariacá e Laginha construídos pelo Govêrno Federal; o Cariacá tem capacidade para 3,4 milhões de metros cúbicos. As principais lagoas são: a do Meio, de Umburana Brava, de Horizonte Novo, de Pedra Vermelha, de Periperi, de Deixaí, de Pedra Riscada, do Boqueirão e do Caetano.

CLIMA — O clima é sujeito a variações; geralmente sêco e salubre. A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 as seguintes graduações: média das máximas 35°C, média das mínimas 16°C e média compensada 29,4°C. A altura total da precipitação no ano foi de 403,6 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — Na flora registra-se a existência de madeira de lei, tais como: pau d'arco, aroeira, baraúna, angico, pau-ferro, caraíba, peroba, cedro bravo e umburana. São abundantes as plantas medicinais. A fauna, se bem que reduzida, é representada por animais de pequeno porte e aves diversas: emas, seriemas, perdizes, inhambus, jacus, várias columbinas, etc. No reino mineral confirma-se a existência de ouro no povoado de Santo Antônio, no rio Itapicuru.

POPULAÇÃO — A população do município de Monte Santo, segundo o Recenseamento de 1950, era de 36 507 habitantes, sendo homens 17 782 e mulheres 18 795; brancos 14 133, pardos 21 489 e pretos 845. Das pessoas de 15 anos e mais, 7 904 eram solteiros, 11 125 casados, 1 004 viúvos e 10 desquitados. Do total da população, 92% localizavam-se na zona rural. A densidade demográfica era de 8,5% habitantes por km².

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950 o município possuía duas aglomerações urbanas com a população abaixo: a cidade de Monte Santo — 1 591 habitantes e vila de Cansanção — 1 285 habitantes. Estima-se em 2 000 habitantes a população citadina atual.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e da vila, o município possui os principais povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Pedra Vermelha — 180 habitantes, Santa Rosa — 200 habitantes, Lagoa do Meio 280 habitantes, Horizonte Novo — 60 habitantes, Gameleira — 90 habitantes e Lagoa das Pedras — 68 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Segundo o Recenseamento de 1950, 42,87% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Em 1956, a produção agrícola, principal atividade econômica do município, atingiu 24 000 milhares de cruzeiros, contribuindo com as maiores parcelas a agave, o feijão, a mamona e o algodão.

A produção industrial em 1956, alcançou cêrca de 4 000 milhares de cruzeiros, ocupando lugar de destaque a fibra de sisal e a farinha de mandioca.

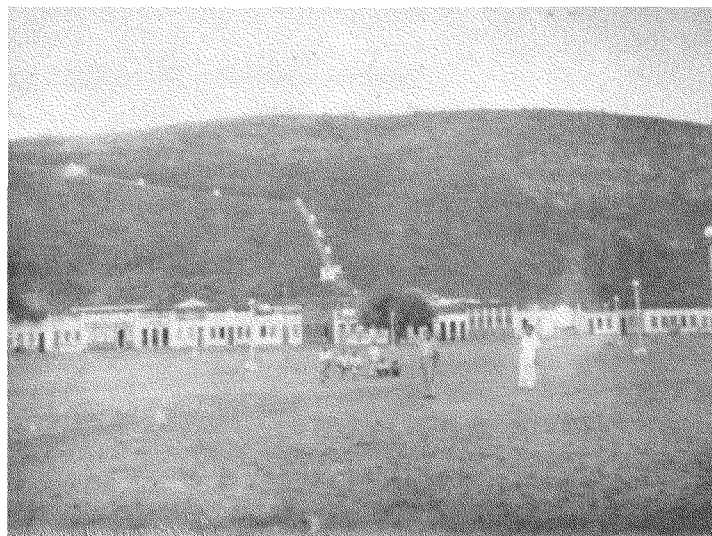
A produção extrativa em 1956 contribuiu com cêrca de 6 000 milhares de cruzeiros, destacando-se a extração de coquilhos de ouricuri, a de lenha, a de peles de animais silvestres, a de pedra para construção e a de casca de angico.

Vista da Praça da Matriz

O rebanho pecuário em 1956 era representado pelos seguintes números: bovinos 30 000, eqüinos 3 000, asininos 38 000, muares 7 000, suínos 45 000, ovinos 35 000, caprinos 60 000. O rebanho caprino é de grande importância para a economia do município.

Artesanato — A atividade artesanal é representada pela confecção de objetos de cerâmica popular (potes, panelas e outros utensílios diversos de argila), cordas de sisal e de caroá, arreios de couro, vestes de couro para vaqueiro, chibatas de couro, rendas, etc.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Monte Santo via rodoviária à Capital Federal (1 835 km), à Capital do Estado (384 km) e às cidades vizinhas de Euclides da Cunha (36 quilômetros), Itiúba (90 quilômetros); Queimadas (78 quilômetros), Santaluz (124 quilômetros), Senhor do Bonfim (108 quilômetros), Serrinha (175 quilômetros), Tucano (90 quilômetros) e Uauá (90 quilômetros).

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Aracaju, Salvador, Recife, São Paulo, Fortaleza, Feira de Santana, Euclides da Cunha e Queimadas. A sede municipal conta com 14 estabelecimentos comerciais atacadistas e 38 varejistas. Em todo o município há 34 estabelecimentos atacadistas e 164 varejistas. O giro comercial em 1956 foi de 30 375 milhares de cruzeiros. As feiras mais importantes são realizadas semanalmente na sede municipal e na vila de Cansanção. O salário-mínimo decretado para a sub-região é de Cr$ 2 000,00.

Vista parcial da cidade

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Monte Santo está edificada ao sopé da serra do mesmo nome, numa planície arenosa, com ligeira declividade para o vale do Itapicuru, Apresenta estilo antigo, possuindo 28 logradouros públicos, sendo 10 pavimentados. Há 3 praças, 1 delas pavimentada e ajardinada. A iluminação pública estende-se a 26 logradouros. Contam-se 550 prédios, dos quais 175 possuem luz elétrica. Os edifícios principais são: a Prefeitura Municipal, a igreja-matriz e a residência do pároco local. As melhores artérias são as Praças da Matriz e da Bandeira, onde estão localizados os principais estabelecimentos comerciais, cinema, repartições públicas e estabelecimentos de hospedagem.

ASSISTÊNCIA MÉDICO SANITÁRIA — Funciona na sede municipal um pôsto médico do SESP, provido de 1 médico e 2 auxiliares de enfermagem, que atende mensalmente a cêrca de 500 pessoas. Há também 1 gabinete dentário e 3 farmácias. O município integra o Setor número 5, sediado em Serrinha, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, das pessoas de 5 anos e mais de idade, no total de 30 372, sabiam ler e escrever 6 372, das quais 4 011 homens e 2 361 mulheres, correspondentes a 21%. Quanto à sede municipal, dos 1 353 habitantes de 5 anos e mais, 245 sabiam ler e escrever, sendo 273 homens e 272 mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionavam no município 24 escolas do ensino primário fundamental comum, com matrícula superior a 1 000 alunos, e 15 da Campanha de Alfabetização de Adultos. Das unidades escolares, 9 eram estaduais e 15 municipais, destacando-se a Escolas Reunidas Padre

Rua dos Santos Passos

Roma, na sede municipal. Encontra-se funcionando o Educandário São Vicente, entidade particular.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na sede municipal 1 biblioteca com menos de 1 000 volumes mantida pela Agência Municipal de Estatística, 1 cinema e a Sociedade Cultural de Monte Santo. Funcionam 3 serviços de alto-falantes.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O edifício onde atualmente funciona a Prefeitura Municipal serviu de Quartel-General das tropas que lutaram em Canudos. Também no local se hospedaram o General Carlos M. Bitencourt, Ministro da Guerra de então e Euclides da Cunha, quando da sua passagem pela cidade. O santuário de Santa Cruz de Monte Santo é um local para onde acorrem constantemente numerosas peregrinações de fiéis, principalmente durante o período da quaresma, quando milhares de romeiros ali comparecem numa expressiva demonstração de fé.

Morro onde se localiza a igreja Santa Cruz de Monte Santo

Em começo do ano de 1887, foi removido dêste município para o Rio de Janeiro o meteorito de Bendengó, aparecido em 1784 no lugar Bendengó, localizado no município de Monte Santo. Foi encarregado da sua remoção o tenente José Carlos de Carvalho e os engenheiros Vicente José de Carvalho Filho e Humberto Saraiva Antunes, o primeiro da estrada de ferro de Alagoinhas e o segundo do serviço de Colonização. O transporte foi feito em carretões e durou 126 dias do local de partida até a estação de Jacurici, à margem da ferrovia, onde o mesmo foi embarcado. Finalmente chegou ao Rio de Janeiro em 15 de junho de 1888, no vapor Arlindo, sendo recebido no Arsenal da Marinha por Sua Alteza a Princesa Regente, pessoas da Côrte, pela diretoria da Sociedade de Geografia e pelo Conselheiro Rodrigo Silva, Ministro da Viação.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como objetivo de turismo, o município possui o Santuário da Santa Cruz de Monte Santo, na sede municipal, edificado no cume da serra há mais de 150 anos, distando da 1.ª capela 1 969 metros. No trajeto, o visitante encontra a espaços regulares 21 capelas que representam as diferentes fases da peregrinação levada a efeito por Jesus Cristo.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia do Sagrado Coração de Jesus do Monte Santo, subordinada à diocese de Senhor do Bonfim. Além da igreja-matriz conta com 24 capelas e 8 associações religiosas do culto católico romano.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os principais festejos realizados no município são de caráter religioso, destacando-se a Páscoa, que é celebrada com muita pompa, atraindo milhares de pessoas.

Hospedaria de Antônio Conselheiro, na sua época

A festa de SS. Coração de Jesus, padroeiro da cidade, também se reveste de brilhantismo.

Festeja-se ainda a data de 1.º de novembro em comemoração à fundação do Santuário da Santa Cruz.

As ocorrências folclóricas mais comuns, geralmente levadas a efeito nos meses de janeiro, fevereiro e junho, são os reisados e festejos juninos. O primeiro ocorre de preferência na zona rural e consta de cânticos e danças ao som de violas, pandeiros, gaitas, sanfona; dirige-se o grupo à residência de determinada pessoa, em cuja porta cantam e dançam vários bailados ao compasso de palmas. Depois de certo tempo, o dono da casa dá permissão para penetrar no recinto, realizando-se o baile que se prolonga até o dia seguinte. Há também o folguedo denominado "terno". Os seus componentes usam trajes especiais, saindo à rua em visita

à matriz onde está armado o presepe. Em seguida dirigem-se a casas residenciais, e na última casa visitada ocorre a festa dançante.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 9 136 eleitores, em 1954, tendo votado 6 065 pessoas nas eleições daquele ano. A Câmara Municipal é composta de 12 vereadores. Exercem funções no município 8 funcionários públicos federais, 35 estaduais, 40 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento das finanças municipais no período 1950-1956 é informado no quadro que se segue:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	142	475	475	202	452
1951	240	895	717	362	628
1952	327	740	773	371	909
1953	348	801	1 115	366	1 116
1954	506	774	883	328	875
1955	481	1 138	1 155	419	1 152
1956	283	1 471	1 495	585	1 462

JUSTIÇA — O têrmo de Monte Santo, da comarca de Itapicuru de Cima, foi criado pela Lei provincial número 51, de 21 de março de 1837. O seu primeiro Juiz Municipal interino foi José Luiz de França e o titular efetivo o Doutor Braulio Romulo Colônia. A comarca de Monte Santo foi desmembrada da de Itapicuru de Cima pela Resolução provincial número 395, de 28 de junho de 1850, composta pelos têrmos de Monte Santo, Jeremoabo e Pambu. Seu primeiro Juiz de Direito foi o Dr. Boaventura Augusto de Magalhães Taques. Foi a comarca extinta e anexada à de Jeremoabo, pelo Decreto estadual número 266, de 4 de outubro de 1904, sendo restaurada pela Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, desmembrada da de Jeremoabo. Atualmente a comarca é constituída de têrmo único.

Conta com 10 cartórios, sendo 2 do Registro Civil. O total de feitos julgados em 1956 foi de 58, sendo 26 no cível, 31 no crime e 1 de outra espécie.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "monte-santenses". Há junto à cidade uma serra com a denominação de "Serra de Monte Santo" que, no início do povoamento, era conhecida por serra "Pico-Araçá", (ou Piquaraçá), onde se ergue o Santuário de Santa Cruz.

O atual Prefeito é o Sr. Péricles Cordeiro Amador Pinto, e o Presidente da Câmara, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957, o Sr. Agostinho Ferreira da Silva. O primeiro Intendente foi o Padre José Vitor Barberino.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Robério Azeredo com a colaboração de José de Almeida Costa. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Rivadavia Conegundes de Oliveira.)

MORRO DO CHAPÉU — BA

Mapa Municipal no 8.º vol.

HISTÓRICO — As primeiras penetrações no território do atual município foram feitas no início do século XVI pelas bandeiras que se internaram pelo interior. Gabriel Soares de Sousa foi o primeiro a explorar a região com o objetivo de descobrir minas, partindo em 1591 de Jiquiriçá, fazenda que possuía no Recôncavo, e chegando até às cabeceiras do rio Jacuípe, onde faleceu. São lendárias as notícias das passagens de Muribeca, o descobridor das minas de prata, e de Robério Dias pelas terras de Morro do Chapéu, onde existem vestígios em inscrições e sinais simbólicos nas pedras das serras, cujas autorias lhes são atribuídas. Também a permanência do sertanista Romão Gramacho influiu no desbravamento daquela região, onde desenvolveu atividade exploradora, deixando a tradição fixada no nome de um rio — o Vereda do Romão Gramacho.

Diversas histórias afirmam que, em 1551, quando os jesuítas exploraram as matas do Cincorá, por conseguinte as cabeceiras do Paraguaçu, foi explorado o rio a que deram o nome de Riachão do Utinga e, dado ser zona fertilíssima, é de crer-se que se fixaram, aí, alguns exploradores, fazendo plantações e edificando moradias. Entretanto, o principal e definitivo fator do povoamento do município foi a concessão de grande área de terras ao 6.º Conde da Ponte, por D. Fernando José de Portugal, com a finalidade expressa de promover o povoamento, a partir de quando foram fundadas as seguintes fazendas: Morro, Ôlho d'Água, Canabravinha, Tapera, Santo Antônio, São Rafael e Saboticaba ou Morrinhos. Um dos colonos, Manuel Ferreira dos Santos, adquiriu terras ao 6.º Conde da Ponte e, com seus filhos Antônio, José e Domingos e José Joaquim Cardoso, fundou a fazenda Gameleira. Contudo o maior colonizador de então foi Antônio Guedes de Brito que possuía cento e sessenta léguas de terras, contadas do morro do Chapéu até as águas do rio das Velhas. Em 1724, conforme diz Luís dos Santos Vilhena, quando se iniciou a exploração de ouro na freguesia de Jacobina, já se desenvolvia a criação de gado no território do atual município, que se tornou conhecido, sobretudo, pela abertura das estradas para ligarem Jacobina ao Rio São Francisco e a Minas Gerais, as quais passavam pela fazenda Gameleira. Em 1795, chegou à fazenda Morro o missionário capuchinho Frei Clemente Adôrno, aí iniciando a catequese. Por iniciativa de Frei Clemente foi edificada uma capela,

Vista parcial da cidade

Grupo Escolar C.el Dias Coêlho

escolhido como local mais conveniente a fazenda Gameleira, pertencente a Antônio Ferreira dos Santos, o qual muito contribuiu para a ereção da capela de Nossa Senhora das Graças, doando um terreno como patrimônio. Naquela área situa-se a atual cidade. Daí em diante, surgiram as edificações em tôrno da capela, nascendo assim a povoação de Gameleira, encravada na fazenda do mesmo nome. Em 1823, a população do território foi aumentada por habitantes portuguêses, refugiados da perseguição dos nacionais, resultante das lutas da independência do Brasil, os quais aí estabeleceram fazendas de gado.

A capela, acabada de construir em 1834, foi elevada à freguesia por Lei provincial n.° 67, de 1.° de junho de 1838, sob o orago de Nossa Senhora das Graças, desmembrada da freguesia de Santo Antônio da Vila de Jacobina, sendo seu primeiro vigário o Padre Francisco Gomes de Araújo. Naquela data, também, o povoado passou a chamar-se Morro do Chapéu e teve a categoria de distrito de paz. A Lei provincial n.° 933, de 7 de maio de 1864, elevou Morro do Chapéu à categoria de vila e município, formado pelas freguesias de Nossa Senhora das Graças e de Mundo Novo. A inauguração do município ocorreu a 6 de novembro de 1865. Em 1888, por Ato de 7 de junho, foi criado o distrito de Riachão do Utinga; a Lei estadual, de 24 de agôsto de 1890, criou o distrito de Canabrava do Miranda, e a de n.° 680, de 27 de agôsto de 1906, o de Ventura. Pela Lei estadual n.° 751, de 8 de agôsto de 1909, a vila de Morro do Chapéu foi elevada à categoria de cidade. A Lei estadual n.° 781, de 13 de junho de 1910, criou mais um distrito no município, o qual figurou com a seguinte constituição distrital, em 1911: Morro do Chapéu, Canabrava do Miranda, Ventura, Riachão do Utinga e Caraíbas. Em 1915, a Lei estadual n.° 1.090, de 21 de agôsto, elevou o povoado de Wagner à categoria de vila e criou o município de Wagner, extinto pelo Decreto estadual n.° 8.814, de 20 de fevereiro de 1934. Por ocasião do Recenseamento de 1920, o município figurava com mais 3 distritos: Brejinhos e América Dourada, criados pela Lei estadual n.° 1.090, de 22 de julho de 1915, e Bela Vista do Utinga, pela de n.° 1.209, de 2 de agôsto de 1917. Em 1926, a Lei estadual n.° 1.896, de 2 de agôsto, criou o município de Irecê. Na divisão administrativa de 1933, o município apresenta-se formado dos distritos de Morro do Chapéu, Brejinhos, Ventura, Canabrava do Miranda, Riachão do Utinga e Bela Vista do Utinga. Pelo Decreto estadual n.° 9.534, de 23 de maio de 1935, o distrito de Brejinhos teve o seu topônimo mudado para Dias Coelho. Nas divisões territoriais de 1936 e 1937, o município está formado dos distritos de Morro do Chapéu, Bela Vista do Utinga, Canabrava do Miranda, Dias Coelho, Riachão do Utinga e Ventura. A mesma formação se observa no Decreto n.° 11.089, de 30 de novembro de 1938, apenas com alterações nos distritos de Bela Vista do Utinga e Canabrava do Miranda, que tiveram os nomes simplificados para Bela Vista e Miranda. Em 1.° de junho de 1944, os distritos de Bela Vista e Miranda tiveram novamente suas designações alteradas para Utinga e Canarana, respectivamente. Pela Lei estadual n.° 550, de 27 de abril de 1953, foram desmembrados os distritos de Utinga e Riachão do Utinga, que passaram a formar o novo município de Utinga. Finalmente, a Lei n.° 628, de 30 de dezembro de 1953, que fixou o quadro da divisão territorial do Estado para o qüinqüênio 1954-1958, criou novos distritos no município que ficou assim constituído: Morro do Chapéu, Barro Alto, Cafarnaum, Camirim, Canarana, Dias Coelho, Duas Barras do Morro, Lagoa do Boi, Mulungu do Morro, Várzea do Cêrco e Ventura.

LOCALIZAÇÃO — O município de Morro do Chapéu localiza-se na Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina; está totalmente incluído no "Polígono das Sêcas" e faz parte o seu território dos vales dos rios São Francisco e Paraguaçu. Limita com os municípios de Jacobina, Miguel Calmon, Irecê, Santa Sé, Mundo Novo, Seabra, Gentio do Ouro e Utinga. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 11° 32' 50" de latitude Sul e 41° 13' 20" de longitude W. Gr. Está no rumo O.N.O. partindo da capital do Estado, daí distando, em linha reta, 352 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 1.012,5398 m, conforme chapa cravada pelo Conselho Na-

cional de Geografia junto à coluna da entrada principal da igreja matriz.

ÁREA — A área do município, segundo dados do Conselho Nacional de Geografia, era de 9.644 quilômetros quadrados. Em face do desmembramento sofrido em 1953, calcula-se que êle tenha perdido cêrca de 20% do seu território. Morro do Chapéu é ainda um dos municípios de maior extensão territorial do estado da Bahia.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia municipal é acidentada, em conseqüência dos contrafortes da Chapada Diamantina, apresentando extensos planaltos. Dentre as muitas serras existentes, distinguem-se: a das Araras, ao norte, onde se acha a gruta do Brejões; a de Dias Coelho, no extremo norte, coberta de extensos maniçobais; a da Babilônia, também chamada de serra do Vento, onde se encontram jazidas de quartzo; serra Isabel Dias, cujo nome lhe foi dado pelo desbravador Robério Dias, em homenagem à sua irmã que ali estêve em sua companhia. Também circundam a cidade ramificações da serra do Espinhaço. Além dessas subdivisões da Chapada Diamantina, há ainda outras serras com os nomes de Atalaia, Laginha, Ôlho d'Água, Buriti, Travessão, Tijuco, Cabeceira do Brejo, Tapuios, Alto do Riachãozinho, Barro, Catuaba, Paraguai, Boa Vista, Mariazinha, Cágados, Lajes, Cavalo Morto, Tareco, Boqueirão do Brejo, Vereda, Teixeiras, Perdidos, Tombador, Boi de Bico, Pachola, Nua, Capão de Côcos, Mangaba, Cachoeira, Grotão, Laranjeira, Igrejinha, Agreste, Varzinha e Tombadorzinho. Dentre os montes isolados, são dignos de nota: o Morro do Chapéu, a 6 quilômetros da cidade, o monte de Félix e o do Facão. A serra das Araras apresenta barreira natural à Vereda de Romão Gramacho, que ali se engruna para aflorar adiante, depois de um curso subterrâneo de cêrca de 6 quilômetros, à entrada da majestosa gruta dos Brejões, de extraordinária

Rua C.el Dias Coêlho

beleza, que mede 100 metros de altura e 90 metros de largura. A gruta é de formação calcário-salitrosa e apresenta estalactites e estalagmites em formas de estátuas, jarros, castiçais, etc. Presume-se que um abalo sísmico fendeu a rocha e permitiu a infiltração das águas da Vereda Romão Gramacho. Há anos passados, outra fenda mudou o curso das águas, aumentando as belezas naturais da gruta, onde foi encontrado um fóssil de animal pré-histórico. Em 1922, o naturalista Padre Camilo Torrend visitou a gruta dos Brejões e a considerou uma maravilha digna de ser visitada. No município situa-se outra gruta, a do Pintado.

O território de Morro do Chapéu pertence às bacias hidrográficas do São Francisco e do Paraguaçu. O rio Jacuípe, o mais importante da bacia do Paraguaçu, nasce no lugar denominado Banguês e recebe os rios Prêto, Ventura e vários riachos. Da bacia do São Francisco, mencionam-se a Vereda do Romão Gramacho ou rio Jacaré, os rios Bonito e Tijuco.

Rua Getúlio Vargas

Das cachoeiras, as mais importantes são as denominadas Campinas, Agreste e Grotão. A primeira destas situa-se a 19 quilômetros da sede do município, de 80 metros de altura, localizada no rio Tapera. A segunda, cachoeira do Agreste, no rio Jacuípe, a 24 quilômetros da cidade, tem sua altura calculada em 40 metros. Junto à cachoeira há um grande poço onde em 1912 foi iniciada exploração de minérios pela firma Loyd & Azevêdo, sendo interrompidos os trabalhos em 1914. A cachoeira do Grotão dista 37 quilômetros da sede municipal e fica no distrito de Ventura.

CLIMA — O clima é semi-úmido, pela localização do município nas terras da Chapada Diamantina. A temperatura da cidade em 1956 apresentou as graduações seguintes: máxima de 31,4°C, mínima de 10,4°C e média compensada de 19,8°C. A precipitação pluviométrica de 1956 elevou-se a 455,6 mm. A cidade de Morro do Chapéu, em face do seu clima, é cognominada a "Suíça brasileira".

RIQUEZAS NATURAIS — A flora e a fauna são ricas e constituem fontes de riquezas naturais. Na primeira, pelo seu valor econômico, distinguem-se as matas onde abundam madeiras de lei como jacarandá, gonçalo-alves, cedro, coração-de-negro, putumuju e outras; nas caatingas e tabuleiros há reservas de lenha e de plantas medicinais.

Na fauna encontram-se peixes de várias espécies, jacarés e animais silvestres em abundância.

As ocorrências minerais são importantíssimas. No subsolo encontram-se jazidas de diamantes e carbonados, nos distritos de Ventura e Barro Alto, salitre, galena, ferro, sal-gema, mica, cristal de rocha, ocre e argilas de diversas côres. Das jazidas só as de diamante, carbonados e sal-gema estão sendo exploradas. No povoado de Tareco há uma fonte de água termal, procurada para cura de doenças da pele e do aparelho digestivo.

POPULAÇÃO — A população do município, em 1950, era de 48 503 pessoas, apresentando a densidade demográ-

Avenida Senhor dos Passos

fica de 5 hab./km². Quanto à distribuição dos habitantes, 90% estavam localizados no quadro rural. Referente ao sexo, predominavam 24.752 indivíduos do sexo feminino e, no tocante à côr, 22.733 eram pardos, seguidos de ... 19.046 brancos. Na população de 15 anos e mais, predominavam 14.234 casados. A população para 1957 é estimada em 50.000 habitantes, tendo em conta o desmembramento sofrido pelo município.

Aglomerações urbanas — No ano de 1950, existiam seis aglomerações urbanas com a respectiva população: cidade de Morro do Chapéu com 1.230 habitantes, e as vilas de Canarana, 882; Dias Coelho, 502; Riachão do Utinga, 152; Utinga, 1.630 e Ventura, 291. Em 1953, o município perdeu as vilas de Utinga e Riachão do Utinga, sendo criadas as de Barro Alto, Cafarnaum, Camirim, Duas Barras do Morro, Lagoa do Boi, Mulungu do Morro e Várzea do Cêrco.

Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, existem os povoados abaixo com as seguintes populações estimadas para 1957: Fedegosos com 450 habitantes; Gameleira, 350; Volta Grande, 400; Salobro, 320; Umburana de Querê, 280; Icó, 280; Formosa, 250; Tamburil, 180; Tareco, 170; Flôres, 160; Lagoinhas, 150; Rio Prêto, 140; Ponta d'Água, 160; Gibóia, 130; Lagoa Nova, 120; Canais, 120; Canudos, 90, e Campinas com 80 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 37,9% estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", em 1950. A agricultura é a atividade fundamental à economia do município, realçando a produção de cereais. E' importante o criatório de gado. No ano de 1954, estavam registrados nos órgãos fiscais do Estado 1.445 propriedades agropecuárias.

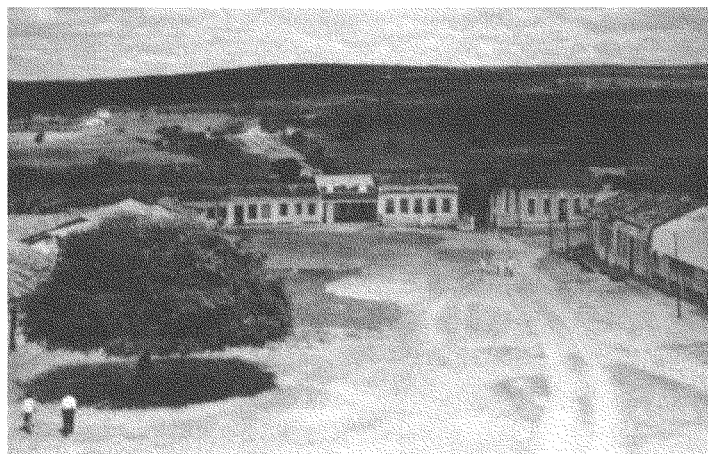
Agricultura — A produção agrícola, no ano de 1955, apesar dos efeitos danosos da sêca, elevou-se a 16 milhões de cruzeiros. Em primeiro lugar, coloca-se a mandioca com 6.750 milhares de cruzeiros. Produz ainda feijão, café, algodão herbáceo, arroz, cebola, fumo, côco, mamona e sisal. Há plantações domésticas de maçãs e uvas. Os principais centros compradores dos produtos agrícolas do município são Jacobina, Miguel Calmon, Salvador e Feira de Santana.

Pecuária — A principal atividade pecuária é a criação de bovinos. Os efetivos pecuários em 1956 estavam estimados em 31.000 bovinos, 15.000 caprinos, 1.200 ovinos, 1.000 muares, 1.000 asininos, 8.000 eqüinos e 28.000 suínos.

Indústria — O valor da produção industrial no ano de 1955 atingiu 32.874 milhares de cruzeiros, contribuindo a indústria de transformação, de caráter rudimentar, com 29.794 milhares de cruzeiros; o restante coube às indústrias extrativas. Na indústria de transformação, sobressaiu-se a produção de 230.000 sacos de farinha de mandioca, no valor de 27.600 milhares de cruzeiros, seguida da de rapadura. Produz, ainda, aguardente, massas alimentícias, calçados, farinha de tapioca, fibra de sisal, fumo em corda e bebidas. A indústria extrativa vegetal é representada pela produção de lenha, madeiras, paina e pó de ouricuri, e a mineral pela de diamantes e carbonados.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Estão em andamento os trabalhos de construção da rodovia-tronco Bahia—Xique-Xique, que passa pela cidade. As rodovias em tráfego são precárias e intrafegáveis nas estações chuvosas. Liga-se o município através de rodovias às cidades vizinhas de Gentio do Ouro (120 quilômetros); Irecê (90 quilômetros); Jacobina (132 quilômetros); Miguel Calmon (96 quilômetros); Mundo Novo (108 quilômetros); Seabra (167 quilômetros); Sento Sé (360 quilômetros); e Utinga (90 quilômetros); à capital do Estado, por estrada de rodagem, no percurso de 435 quilômetros, e à capital Federal, pela mesma via, na distância de 1.871 quilômetros. Localizam-se no município quatro agências do Departamento dos Correios e Telégrafos, sendo uma postal-telegráfica na cidade.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, Jacobina, Miguel Calmon e Feira de Santana. No município existiam 336 estabelecimentos comerciais varejistas em 1956, com um giro que se elevou a 57.575 milhares de cruzeiros no referido ano. O salário-mínimo oficial está fixado em Cr$ 2.000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está edificada à margem direita do rio Jacuípe, no centro de um dos mais extensos e elevados planaltos da Chapada Diamantina. Possui 28 logradouros, dos quais 7 são calçados com pedras irregulares e 3, arborizados. Os principais logradouros são a Praça Dias Coelho e as Ruas Coronel Dias Coelho e Sousa Benta. Há 395 prédios, sendo os principais o Grupo Escolar Dias Coelho e a Prefeitura Municipal. Todos os logradouros públicos são iluminados a eletrici-

Praça C.el Dias Coêlho.

Outro aspecto da Praça C.^el Dias Coêlho

dade e 124 prédios são servidos de energia elétrica. Há o teatro Odilon Costa, onde se acha funcionando a partir de 1956 o "Cine Luz". Existem 6 pensões com capacidade para 60 pessoas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há 1 hospital em construção e 1 pôsto de higiene que não funciona há dois anos. Existem 3 farmácias no município, sendo uma na cidade, onde exercem a profissão 1 farmacêutico e 1 dentista. A comuna integra o Setor n.º 9, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, com sede em Senhor do Bonfim.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Presta assistência aos desamparados a Sociedade de São Vicente de Paula.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento geral de 1950, a população do município, de 5 anos e mais, era de 40.274 habitantes; dêstes, sabiam ler e escrever 21%. Na cidade, eram alfabetizados 610 habitantes, ou seja, 341 mulheres e 269 homens.

Ensino — No ano de 1956, existiam 40 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 1.642 alunos matriculados. Segundo a dependência administrativa, êsses estabelecimentos estavam assim distribuídos: 18 estabelecimentos estaduais com 23 professôres e 1.118 matrículas, 22 municipais com 22 membros no corpo docente e 524 alunos. Funcionaram naquele ano 15 cursos supletivos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circula desde 1917 o quinzenário "Correio do Sertão". A municipalidade mantém desde 1915 a biblioteca "Carneiro Ribeiro", com quase 4.000 volumes, instalada em edifício próprio, bem organizada e prestando ótima colaboração ao desenvolvimento da cultura local. Há uma tipografia e 1 serviço de alto-falante na cidade.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Lendas a respeito dos descobridores das minas de prata — o Muribeca, Robério Dias — referem-se a várias inscrições gravadas em pedras nas várias serras existentes no município, lembrando a passagem daqueles descobridores. No ano de 1932, foi encontrado um fóssil a 6 metros de profundidade, que se acha na Prefeitura Municipal.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Constituem objeto de atrações turísticas a gruta dos Brejões, situada a 72 quilômetros e ao norte da cidade, a gruta das Pintadas e a fonte da água termal do Tareco, no povoado dêste nome, distando 42 quilômetros do distrito-sede.

CULTOS RELIGIOSOS — A cidade é sede da Paróquia de Nossa Senhora das Graças, com subordinação eclesiástica ao bispado de Senhor do Bonfim. Possui, além da igreja Matriz, uma igreja comum e 22 capelas. Do culto não católico, existem 1 templo presbiteriano e 1 espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Além de outras festas religiosas, a principal é a de Nossa Senhora das Graças, em louvor à padroeira da cidade, que consta de novenas, missa solene, pregação sacra e procissão.

Dos folguedos populares, o mais em uso é o "reisado" que ocorre em dezembro e janeiro. Exibe-se com grande número de pessoas trajadas tipicamente.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava com cêrca de 10.000 eleitores inscritos e dêstes 6.306 votaram no pleito de 1954. O legislativo atual está composto de 12 vereadores. No ano de 1956, exerciam suas atividades 78 funcionários públicos civis, assim distribuídos: 11 federais, 48 estaduais, 18 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o demonstrativo da arrecadação pública e da despesa realizada pela Prefeitura Municipal no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	215	916	139	...	608
1951	98	1 240	774	...	850
1952	360	1 116	870	...	831
1953	307	1 287	1 306	...	1 454
1954	496	1 634	2 330	...	2 398
1955	553	2 887	1 409	610	768
1956	573	3 238	1 641	847	968

JUSTIÇA — Morro do Chapéu a princípio pertenceu à comarca de Jacobina. Pela Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, passou a têrmo da comarca de Mundo Novo, voltando, pelo Decreto estadual n.º 266, de 4 de setembro de 1904, a ser têrmo da de Jacobina. A comarca de Morro do Chapéu foi criada pela Lei estadual n.º 1.119, de 21 de agôsto de 1915, desmembrada da de Jacobina e formada pelos têrmos de Morro do Chapéu e Wagner, sendo instalada a 27 de outubro do mesmo ano. O seu primeiro juiz de Direito foi o Coronel Caetano da Silva Dultra. Com a criação do município de Irecê, em 1926, a comarca passou a ser constituída dos têrmos de Morro do Chapéu, Irecê e Wagner, sendo êste último extinto em 1931, pelo Decreto estadual n.º 7.479. Criada a comarca de Irecê em 1945 (Decreto estadual n.º 512, de 19 de

junho), ficou a comarca de Morro do Chapéu composta de um único têrmo. Com a criação do município de Utinga (Lei estadual n.º 550, de 27 de abril de 1953), passou a comarca a constituir-se dos têrmos de Morro do Chapéu e Utinga. Atualmente é comarca de 1.ª entrância.

Existiam, em 1956, 6 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. Foram julgados 30 feitos, dos quais 26 cíveis e 4 de outras naturezas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "morrenses". O topônimo Morro do Chapéu é derivado do fato de a cidade estar assentada a 6 quilômetros de um alto monte, em cujo tôpo existia uma pedra com a aparência de um chapéu.

O Prefeito em exercício é o Sr. Manoel Dantas da Silva Brito e o Presidente da Câmara de Vereadores, o Sr. Jubelino Cunegundes. O primeiro Intendente no regime republicano foi o coronel Antônio Lourenço Seixas Júnior. O primeiro Presidente da Câmara Municipal, eleito a 6 de agôsto de 1865, foi o major Manoel Barbosa de Sousa, sendo os demais membros os seguintes: Vigario Joaquim Inácio de Vasconcelos, Anibal José Pereira Borges, Constantino José Cavalcante Fiandes, Olegário Pinto, Joaquim da Rocha César e José Friandes de Figueiredo.

Constituem aspectos típicos da vida local os vaqueiros vestidos de couro, montados em cavalos de campo, arreados tìpicamente, e a presença dos garimpeiros que trabalham nas lavras diamantinas, com os seus "ralos", enxadas e bateias, instrumentos peculiares à profissão.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José P. Tôrres Filho. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Domingos de Sousa Oliveira.)

MUCUGÊ — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — O território dêste município fêz parte, primitivamente, da vasta extensão territorial pertencente ao sargento-mor Francisco da Rocha Medrado, poderoso senhor de terras e escravos dos tempos provinciais, que estabeleceu aí fazendas de criação de gado. Desde 1822, Spix e Martius haviam descoberto diamantes na serra do Cincorá, fato que levaram ao conhecimento do proprietário da gleba. No entanto, o fator decisivo do povoamento do território municipal ocorreu com o deslocamento de garimpeiros da "Chapada" (no município de Brotas de Macaúbas) em procura de cascalho mais rico em diamantes. E' importante referir que o ciclo da mineração em terras baianas tomou grande impulso com o deslocamento de garimpeiros do Tejuco e do Serro, na província de Minas Gerais, para a Chapada.

Influente "pedrista" da Chapada, José Pereira do Prado, vulgo "Cazuza do Prado", enviou para São Félix, por empregado de confiança, uma partida de diamantes que se destinava à capital da Província. O portador, ao regressar, é aconselhado por um vaqueiro, no lugar João Amaro, a voltar pela serra do Cincorá, por ser o caminho mais curto para a Chapada. Acolhendo o conselho, seguiu o portador a nova rota e encontrou no rio Mucugê diamantes em maior quantidade do que os da Chapada. Tendo conhecimento do importante achado, José Pereira do Prado organizou imediatamente uma caravana e se deslocou para o rio Mucugê, onde chegou em setembro de 1844. A abundância de diamantes e de carbonados fêz com que ali se reunissem ràpidamente mais de 12.000 pessoas. Nasceu assim em 1844 a povoação de Mucugê do Paraguaçu. O impulso dêste povoamento foi tão grande que, três anos após o seu início, a Lei provincial n.º 271, de 17 de maio de 1847, criava aí a freguesia de São João do Paraguaçu, a vila e o município de Santa Isabel do Paraguaçu, cuja instalação solene ocorreu a 17 de fevereiro de 1848, presidida pelo capitão José Manoel da Veiga Júnior, Presidente da Câmara Municipal da vila de Nossa Senhora do Livramento de Minas do Rio de Contas. O município desmembrado do de Minas do Rio de Contas, na sua constituição inicial, compreendia as freguesias de São João do Paraguaçu, de São Sebastião do Cincorá e de Maracás, sendo importante registrar terem daí partido garimpeiros que foram povoar núcleos que deram origem aos municípios de Andaraí, Lençóis e Palmeiras.

Sofreu o território do município os seguintes desmembramentos: em 19 de abril de 1885, pela Lei provincial n.º 518, o da freguesia de Maracás; em 18 de dezembro de 1856, pela Lei provincial n.º 604, o do município de Lençóis; em 9 de outubro de 1867, por fôrça da Lei provincial n.º 988, da freguesia de São Sebastião do Cincorá; em 19 de maio de 1884, em face da Lei provincial n.º 2.444, o do município de Andaraí. A vila foi elevada à categoria de cidade pelo Ato estadual de 2 de outubro de 1890 que lhe deu o nome de São João do Paraguaçu, topônimo êste extensivo ao município. Segundo a divisão administrativa referente a 1911, o município de São José do Paraguaçu compõe-se de 4 distritos: São João do Paraguaçu, João Correia, Guiné e Cascavel. Pela Lei estadual n.º 1.226, de 23 de agôsto de 1917, foi modificado mais uma vez o seu nome para Mucugê, constituindo-se dos mesmos quatro distritos anteriormente citados nas divisões administrativas de 1933, 1936 e 1937. Compunha-se dos distritos de Mucugê, Guiné, Iguaraçu (ex-Cascavel) e João Correia, no quadro fixado pelo Decreto estadual n.º 11.089, de 30 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, e dos de Mucugê, Guiné, Ibiceara (ex-Iguaraçu) e João Correia, no quadro vigente no qüinqüênio 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943. Não se verificou qualquer alteração nos quadros administrativos fixados para os períodos seguintes.

Grupo Escolar

LOCALIZAÇÃO — O município está situado nos vales dos rios Paraguaçu e de Contas, localizando-se na Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina e com seu território inteiramente incluído no "Polígono das Sêcas". Limita com os municípios de Andaraí, Barra da Estiva, Palmeiras, Piatã e Rio de Contas.

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 13° 00' 05" de latitude Sul e 41° 22' 19" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 301 quilômetros, no rumo oeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A Seção de Nivelamento do Conselho Nacional de Geografia encontrou na cidade de Mucugê a altura de 983,7768 m, estando a respectiva chapa cravada na base do cruzeiro existente defronte da igreja de São João Batista, Matriz local. A 4 metros da margem direita da Estrada Barra da Estiva—Mucugê, junto ao entroncamento para a localidade de Jussiape, foi encontrada a altitude de 1.305,3690 metros.

ÁREA — A área do município é de 3.398 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é de topografia acidentada; atravessa-o a cordilheira da Chapada Diamantina, na parte da serra de Cincorá, apresentando carrascos, capões, caatingas, tabuleiros chamados "gerais" e matas. Na Chapada, os pontos mais elevados são a serra do Emparedado, com 1.200 metros, a da Ventania, com 1.400 metros e as da Catinguiba, Beiçudo e do Rio Prêto.

Os principais rios que banham o município são: o Paraguaçu que recebe os afluentes Tremedal, Caraíbas, Moreira, Combucas (com o seu afluente Mucugê), Riachão, Casa Branca, Prêto, Prêto do Pati e o rio Una, que recebe os tributários São João e Cincorá. No rio Paraguaçu situam-se quedas d'água importantes para o aproveitamento de energia elétrica.

CLIMA — O clima é frio nas zonas das serras e dos tabuleiros conhecidos por "gerais"; nas caatingas é subtropical, o que também acontece na cidade de Mucugê. A temperatura na sede municipal apresentou no ano de 1956 as seguintes graduações: máxima 28° C, mínima 14° C e média compensada 26° C; a precipitação pluviométrica anual foi, em 1956, de 1.180 mm com o máximo, em 24 horas, de 96,5 milímetros.

RIQUEZAS NATURAIS — A fauna conta com variadas espécies de animais silvestres como: onça, gato-do-mato, caititu, veado, paca, cutia, capivara etc., e aves como perdizes, papagaios, seriemas, jacus, araquãs. A flora possui madeira de lei, lenha e plantas medicinais. A principal riqueza natural é, no entanto, a mineral, com a exploração de diamantes e carbonados; cristal de rocha e ouro existem inexplorados. O diamante encontrado no município é dos mais resistentes para a indústria e goza de melhor preço, no mercado mundial, por êsse motivo.

POPULAÇÃO — A população do município de Mucugê, de acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, era de 13.994 habitantes; dêstes constituíam maioria, quanto ao sexo, as mulheres, com 7.557 e, quanto à côr, os brancos com 5.726. Da população citada, 85% localizavam-se no quadro rural. A densidade demográfica no município era de 4,12 hab./km². Para cada grupo de 100 homens existiam 117 mulheres. O município está sujeito ao êxodo para o sul do país.

Aglomerações urbanas — No ano de 1950, existiam quatro aglomerados urbanos: a cidade de Mucugê com 1.227 e as vilas de Guiné com 292, de Ibicoara com 291 e de João Correia com 233 habitantes. Na cidade de Mucugê, para cada grupo de 100 homens existiam 137 mulheres em 1950.

Outras aglomerações — Existem onze povoados, cujas populações estão estimadas para o ano de 1957 em: Brejo de Cima, 320 habitantes; Guiné de Baixo, 220; Cascavel, 100; Capão da Volta, 100; Cerqueira, 100; Baraúna, 120; Pati, 80; Tanquinho, São Pedro, Tijuca e São João, com menos de 80 habitantes cada um.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Censo de 1950, das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 37% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A principal atividade econômica é a agricultura, através da produção de café na Zona da Mata, produto de ótima qualidade e conhecido por "chapada", que em 1955 representou 78% do valor de tôda a produção agrícola do município. Está decadente a atividade de mineração, ocorrendo saída de pessoas que à mesma se dedicavam para o sul do país.

Agricultura — A produção agrícola, no ano de 1955, elevou-se a 32 milhões de cruzeiros, contribuindo a cultura cafeeira com 24 milhões de cruzeiros, sendo o município um dos cinco maiores produtores do Estado. Produz também alho, cebola, cana-de-açúcar, mandioca, arroz e feijão. Em pequena escala, cultiva uva moscatel e maçã. A sua produção agrícola é exportada para Salvador, Vitória da

Conquista, Jequié e Itabuna, principalmente café beneficiado, alho e cebola. Em 1954, o município possuía 1.598 propriedades agropecuárias no valor de 11.564 milhares de cruzeiros, segundo as declarações dos proprietários no órgão fiscal do Estado.

Pecuária — Embora a criação do gado vacum não seja desenvolvida, a atividade pecuária tem significação para a economia do município, estimando-se em 1956 os rebanhos em 8.000 bovinos, 5.000 suínos, 5.000 muares, 4.000 ovinos, 3.900 caprinos, 3.500 asininos e 2.000 eqüinos.

Indústria — A produção industrial no ano de 1955 foi de 7.341 milhares de cruzeiros. A atividade industrial é rotineira, utilizando-se o pilão d'água para o beneficiamento de café e arroz e engenhos de madeira para o fabrico de farinha de mandioca. O café beneficiado, a farinha de mandioca, a manteiga, a rapadura e a aguardente são os principais produtos. Na indústria extrativa, cujo valor total em 1955 subiu a 2.000 milhares de cruzeiros, a lenha, com 1.225 milhares, e o diamante e carbonado, com 854 milhares de cruzeiros, foram os produtos que mais se destacaram.

Artesanato — Representa a atividade artesanal a lapidação de diamantes e carbonados.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — As rodovias municipais são intransitáveis nos períodos chuvosos. Mucugê liga-se por via rodoviária às sedes municipais vizinhas de Andaraí (36 quilômetros), Barra da Estiva (108 quilômetros), Palmeiras (84 quilômetros), Piatã (150 quilômetros), e Rio de Contas (120 quilômetros). Da capital do Estado dista, via aérea, 350 quilômetros e via rodoviária, 420 quilômetros. Com a capital Federal liga-se, por estrada de rodagem numa distância de 1.566 quilômetros. Há um campo de pouso na sede municipal.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transação com Salvador e municípios vizinhos. Há na sede municipal um estabelecimento comercial atacadista e onze varejistas. No ano de 1956, o seu giro foi de 14.625 milhares de cruzeiros. Em 1955, situavam-se em todo o território municipal 65 estabelecimentos comerciais, sendo 3 atacadistas. O salário-mínimo oficial decretado para a Quarta sub-região da qual Mucugê faz parte é de dois mil cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Mucugê está numa baixada entre serras da Chapada Diamantina, tendo em cada extremidade da rua principal uma igreja. Conta 580 prédios e 49 logradouros públicos, dos quais 10 são pavimentados e 3 arborizados; há 1 praça ajardinada. A Praça Coronel Douca Medrado é o logradouro mais importante e os principais estabelecimentos mercantis situam-se na Rua Direita do Comércio. A cidade é servida por energia hidrelétrica. São 11 os logradouros iluminados e 79 os prédios com instalação elétrica. Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 3 automóveis e 3 caminhões. Há 2 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Havia em 1956 apenas um estabelecimento prestando assistência médico-sanitária à população: o Pôsto de Higiene, mantido pelo govêrno do Estado, com 1 médico e 2 auxiliares de enfermagem. O município faz parte do Setor n.º 12, sediado em Itaberaba, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Cooperativa Mista de Melhoramentos e Crédito Rural de Mucugê Resp. Ltda., com 81 associados inscritos, sediada em Mucugê, é a única organização existente.

ALFABETIZAÇÃO — Do total da população de 5 anos e mais, 21% sabem ler e escrever, (2.548 pessoas). Na cidade, 571 pessoas eram alfabetizadas, e, dêsse grupo, 236 eram do sexo masculino.

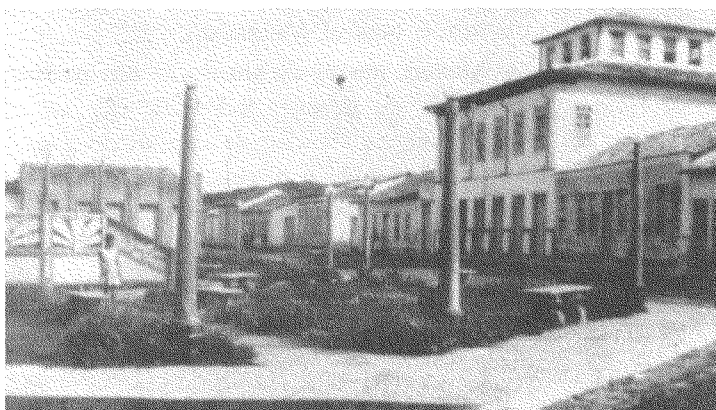
ENSINO — Em todo o município, no ano de 1956, contavam-se 20 unidades do ensino primário fundamental-comum, com 950 alunos matriculados. Segundo a dependência administrativa, a distribuição do movimento escolar era a seguinte: Estado, com 6 escolas, 9 professôres e 376 discentes; e município, com 14 escolas, idêntico número de docentes e 529 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 bibliotecas com menos de 1.000 volumes cada, sendo uma da Agência de Estatística. Há um serviço de alto-falante na sede municipal.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Em face do apêlo dirigido pelo Govêrno Imperial aos brasileiros, por ocasião da guerra do Paraguai, um mucujeense, filho do sargento-mor Francisco José da Rocha Medrado, de nome Reginaldo Landulpho da Rocha Medrado, tenente-coronel comandante de um batalhão da Guarda Nacional, convocou garimpeiros e tropeiros e organizou o 32.º Batalhão de Voluntários com o qual se ofereceu ao Imperador. Na capital da província foi destituído do comando e assentou praça, sendo incluído nas fôrças do General Polidoro que, tendo conhecimento de que comandara batalhão na Bahia, deu-lhe o comando de um dos batalhões que seguiam para o Paraguai. Nos campos de batalha, a sua unidade foi denominada "Batalhão Treme Terra" e ficou célebre nos terríveis combates de Curuzu e Tuiuti, onde a vitória das armas brasileiras foi estrondosa, a 24 de maio de 1867. O intrépido chefe continuou a honrar a Pátria com a sua coragem e rechaçou um ataque de surprêsa em que o inimigo conseguiu chegar ao centro dos nossos acampamentos. Depois dêste combate, foi encontrado morto de espada em punho a 3 de novembro de 1867.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de São João do Paraguaçu, subordinada à diocese de Caetité e possui duas igrejas e onze capelas. O seu 1.º Vigário foi o padre Martiniano Vieira Célis.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — A festividade máxima de caráter religioso celebrada no município é a do padroeiro São João Batista, nos dias 23 e 24 de junho, na cidade de Mucugê. Na véspera, cada morador organiza uma fogueira que é acesa à noite. No dia seguinte é celebrada missa solene e, à tarde, uma pomposa procissão percorre as principais ruas da cidade.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Conta o município de Mucugê 2.546 eleitores inscritos e, dêstes, 1.612 votaram nas eleições de 1954. A Câmara Municipal

Jardim Público, sito à Praça C.^{el} Douca Medrado

é integrada por 8 edis. No ano de 1955, exerciam funções no município 36 servidores públicos civis, sendo 5 federais, 19 estaduais, 11 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro abaixo informa-se o movimento das finanças federal, estadual, municipal, no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA PELO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	78	256	93	49	266
1951	87	273	400	67	373
1952	92	292	455	145	327
1953	157	409	886	164	1 002
1954	94	607	776	168	802
1955	133	650	703	130	373
1956	56	979	1 065	248	558

JUSTIÇA — Em 1847, foi seu primeiro Juiz Municipal o Dr. Antônio Agnelo Ribeiro. Até 1890 o município fêz parte da comarca do Rio de Contas, quando pelo Ato de 16 de maio dêsse ano passou a têrmo da comarca de Andaraí, criada pelo mesmo diploma legal. Pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, a comarca de Andaraí passou a chamar-se comarca do Paraguaçu. Pela Lei estadual número 1.119, de 21 de agôsto de 1915, a comarca de Paraguaçu voltou a se denominar Andaraí.

A comarca de Mucugê foi criada pelo Decreto-lei n.º 512, de 19 de junho de 1943.

Por não ter sido ainda instalada, os misteres da Justiça estão a cargo da comarca de Andaraí.

Conta 10 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. Foram julgados, em 1955, 8 feitos, todos no cível.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do lugar denominam-se mucugeenses. A origem do topônimo é explicada pelo fato de existir em abundância nas matas dali, uma fruta do mesmo nome.

O Prefeito em exercício é o Sr. Fulgêncio Alves Teixeira, e o Presidente da Câmara, em exercício, é o Senhor Anísio Pina Paraguaçu. O primeiro Intendente, também o 1.º Presidente da Câmara Municipal, foi o Dr. Pedro da Silva Rêgo. Os membros da primeira Câmara Municipal foram: Dr. Pedro da Silva Rêgo (Presidente), Antônio Sérgio de Novais, Manoel Joaquim Cardoso, Gonçalo de Marante Costa e Jerônimo Jorge Martins Milagre.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal da Bahia, por José Pereira Tôrres Filho. — Chefe da Agência de Estatística: Ederval Souza Vieira.)

MUCURI — BA

Mapa Municipal na pág. 101 do 6.º vol.

HISTÓRICO — Datam do século XVI as primeiras explorações da região onde se acha situado o município de Mucuri. O motivo que até aí levou essas bandeiras foi, principalmente, o interêsse dominante na época de encontrarem-se ouro e pedras preciosas. Dentre as eventuais expedições que exploraram a região, citam-se as comandadas pelos portuguêses Martins Carvalho e uma posterior, sob a direção do mestre-de-campo Antônio da Silva Guimarães. O primeiro percorreu parte do norte de Minas Gerais e alcançou o vale do rio Mucuri por volta de 1550; o segundo chegou até a fixar-se por algum tempo na região de São Mateus, nas margens do rio Mucuri. Ambos, no entanto, nada de durável edificaram, sendo forçados a abandonar a região ante a ferocidade dos silvícolas que aí habitavam.

Espalhando-se ràpidamente as notícias de riquezas existentes no Brasil, muitos europeus para aqui rumaram, esperançosos de conseguir fortuna. Dessas levas, alguns alemães e suíços estabeleceram-se em terras de Mucuri, onde fundaram fazendas destinadas ao cultivo do café, o que faziam segundo os métodos mais modernos da época (1720 ou 1730). Ainda hoje se encontram ruínas da maquinaria utilizada com êsse fim, bem como das senzalas onde se abrigava o avultado número de escravos negros empregados na lavoura. Descendentes dêsses antigos escravos hoje se concentram no lugar chamado Colônia Nova, no município, onde predominam habitantes de côr negra.

A "Colônia Leopoldina" constitui o estágio da fazenda "Sertão", principal núcleo dos estrangeiros radicados em Mucuri. Dessa colônia, situada às margens do rio Pau Alto, desceram colonos até a foz do Peruípe e nesse ponto edificaram a povoação de Campinhos, em 1720. João Domingos Monteiro, que foi o principal fundador, erigiu aí uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição que, em 23 de outubro de 1748, foi elevada à categoria de freguesia, com o nome de Nossa Senhora da Conceição de Campinhos, pelo arcebispo D. José Botelho de Matos. O arraial de Campinhos foi elevado à categoria de vila, com o nome de vila de Viçosa, pelo Alvará régio datado de 23 de outubro de 1768, no govêrno de D. José da Cunha Gran Ataíde e Melo, 4.º Conde de Pavolide.

São José de Pôrto Alegre teve sua origem na aldeia denominada Mucuri, formada por índios residentes na região e portuguêses degredados, que aí construíram uma capela dedicada a São José, recebendo a aldeia o nome de Pôrto Alegre. Em virtude da Ordem régia datada de 10 de outubro de 1769, criou-se o município com a denominação de São José de Pôrto Alegre, cuja instalação se deu a 15 de outubro de 1779, pelo Ouvidor-Geral da comarca de Pôrto Seguro, José Xavier Machado Monteiro. O distrito deve sua criação ao Alvará de 22 de dezembro de 1795, data em que foi a capela de São José elevada à categoria de freguesia, pelo então arcebispo D. Frei Antônio Correia, com o nome de São José de Pôrto Alegre.

O distrito de Helvécia localiza-se onde outrora estava situada a "Colônia Leopoldina"; o distrito de Aimorés surgiu em face da criação da Estrada Santa Clara—Filadélfia,

realização do grande brasileiro Teófilo Otoni. Êsse distrito teve grande desenvolvimento em conseqüência da chegada à sua sede dos trilhos da Estrada de Ferro Bahia—Minas.

Grande número de trabalhadores rurais acorreram para São José de Pôrto Alegre em virtude dos surpreendentes resultados que se obtinham aí com a cultura do cacau. Êsse fato concorreu para aumentar a população da localidade, que atravessou uma fase de relativo progresso.

Na divisão administrativa do Brasil concernente ao ano de 1911, o município em aprêço denomina-se simplesmente Pôrto Alegre, formado por um distrito apenas, o de mesmo nome. Por fôrça do Decreto estadual n.º 7 191, de 13 de janeiro de 1931, o município e o seu distrito único passaram a denominar-se Mucuri, observando-se que, ao território daquele, foi anexado o do município de Viçosa, extinto em face dêsse mesmo decreto estadual. A Lei estadual n.º 1 527, de 2 de agôsto de 1921, aprovou a Lei municipal n.º 15, de 20 de julho de 1921, que criou o distrito de paz de Riacho Doce, no povoado de Barra Nova. Segundo a divisão administrativa referente a 1933, Mucuri aparece constituído dos distritos de Mucuri, Riacho Doce, Viçosa e Colônia Leopoldina.

Nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, os distritos de Mucuri, Aimorés, Colônia Leopoldina, Riacho Doce e Viçosa compõem o município de Mucuri. No quadro em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, Mucuri aparece formado pelo distrito de igual nome e pelos de Aimorés, Helvécia (ex-Colônia Leopoldina), Riacho Doce e Viçosa. O quadro territorial estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31-XII-1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, apresenta o município constituído dos distritos de Mucuri, Helvécia, Ibiranhém (ex-Aimorés), Marobá (ex-Viçosa) e Riacho Doce.

Rua Jovita Fontes

Pela Lei estadual n.º 628, de 30-XII-1953, a composição do município passou a ser: Mucuri, Argôlo, Helvécia, Ibiranhém, Nova Viçosa (ex-Marobá) e Taquarinha, sendo então criados o segundo e o último. E' esta a composição em vigor atualmente.

LOCALIZAÇÃO — O município de Mucuri está situado na Zona Fisiográfica Extremo Sul, estendendo-se seu território até os limites de dois Estados brasileiros, que são Minas Gerais e Espírito Santo. Limita com os municípios de Caravelas, Conceição da Barra (Espírito Santo), Nanuque (Minas Gerais) e com o oceano Atlântico.

A cidade de Mucuri possui as seguintes coordenadas geográficas: 18º 05' 46" de latitude Sul e 39º 33' 13" de longitude W. Gr. O rumo na direção da capital do Estado para a sede municipal é S.S.O.; a distância, em linha reta, entre êsses dois pontos corresponde a 567 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 3 metros.

CLIMA — O clima é temperado e sujeito a chuvas no inverno. Não há no município estação meteorológica, porém a sua temperatura média é aproximadamente de 22º centígrados.

ÁREA — A área do município é de 3 328 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é pouco acidentado, estando grande parte da sua área em terrenos planos e arenosos, ao largo da costa do Atlântico. Para o interior, o terreno tem características sílico-argilosas. Verificam-se algumas elevações dignas de menção nos limites com os Estados do Espírito Santo (serra dos Topázios), e Minas Gerais (serra dos Aimorés). O território em geral é composto de extensas planícies cobertas de vegetação rasteira. O pico predominante do município é o dos Aimorés, situado no distrito de Ibiranhém, com 300 metros de altura aproximadamente.

Dos rios existentes, os mais notáveis são: o Mucuri, que nasce na serra do Chife, em Minas Gerais, corta terras fertilíssimas que se prestam à cultura do cacau e é navegável no território baiano, onde recebe o Mucurizinho; o rio Pau Alto, com seus afluentes Faustino e do Norte; o rio Peruípe; o córrego das Velhas, rico em tabatinga. Entre as lagoas, citam-se a Sararé, Araras, Sapucareira, Carne Sêca, Mata Negra, D. Antônia, Bôca Aberta, Bonita, do Guarani

Igreja Matriz de São José

e do Ferreiros. No litoral existem as pontas de Itaúna, Riacho das Ostras, Barreiras Velhas e do Lençol.

RIQUEZAS NATURAIS — A mais importante riqueza natural de origem vegetal é a madeira, existindo no município quase tôdas as qualidades de madeira de lei, distinguindo-se, porém, as seguintes: peroba-do-campo, cedro e vinhático.

A pesca constitui também importante riqueza natural. Tanto o rio Mucuri como a costa são bastante piscosos.

De origem mineral existe areia monazítica, grafita e tabatinga não exploradas.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, o município contava naquele ano com uma população de 10 318 habitantes, sendo 5 247 homens e 5 071 mulheres. Havia, pois, nessa população, predominância de indivíduos do sexo masculino, numa proporção de 100 para 97 mulheres. A população do município estimada para 1957 é de 12 500 habitantes. Em 1950, os residentes no quadro rural do município representavam 86% do total de habitantes.

Classificando-se a população de Mucuri conforme a côr, nota-se que o grupo mais numeroso é o da côr preta, que em 1950 totalizava 4 613, vindo a seguir os pardos e brancos, com, respectivamente, 4 072 e 1 622 pessoas. No grupo da população de 15 anos e mais, havia no ano em questão 2 883 solteiros, 2 640 casados, 443 viúvos e 7 desquitados, e o de idade ativa (10 anos e mais) atingia 7 256 habitantes.

Aglomerações Urbanas — Em 1950, a principal aglomeração urbana do município era a cidade de Mucuri, que contava 402 habitantes, sendo a 2.ª do Estado de menor população. Além desta, existiam as vilas de Helvécia com 419; Marobá com 378; Ibiranhém com 212 e Riacho Doce com 27. Êste último distrito foi extinto em 1953. As vilas de Argôlo e Taquarinha, criadas em 1953, têm população de menos de 500 habitantes cada.

Outras Aglomerações — Além das cidades e das vilas acima mencionadas, existem ainda pequenos núcleos, dentre os quais o principal é o povoado de Pôsto da Mata, com a população estimada de 650 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, 39% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), ou seja, 2 852, dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Agricultura — A produção agrícola em 1955 foi superior a 41 milhões de cruzeiros, contribuindo com a maior parcela o cacau, seguindo-se a cana-de-açúcar e o côco-da-baía.

Pecuária — A pecuária tem relativa significação na economia municipal, distinguindo-se o gado bovino com 8 000 cabeças, seguindo-se suínos, eqüinos e muares, respectivamente com 25 000, 3 500 e 800 cabeças.

Indústria — A produção industrial alcançou, em 1955, o valor de quase 7 milhões de cruzeiros, tendo a indústria extrativa contribuído com a soma de 2 500 milhares de cruzeiros, merecendo realce dentre elas a de extração de madeiras e de peixes. O principal produto manufaturado é a farinha de mandioca.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Estrada de Ferro Bahia—Minas que, embora não passando pela cidade, serve às vilas de Helvécia, Argôlo e Ibiranhém, bem como possui pontos de parada em Pôsto da Mata e no Km 87.

Mucuri liga-se à vizinha cidade de Caravelas, à capital do Estado e à capital Federal pelos seguintes meios de transporte: Caravelas (via mista) rodoviário até Nova Viçosa (31 km) e daí até Caravelas, via fluvial (21 mi); capital do Estado (via mista) até Caravelas, já descrito, e de Caravelas—Salvador, via aérea, 544 km; capital Federal (via mista) até Caravelas, já descrito, e de Caravelas—Rio de Janeiro, via aérea, 728 km. A ligação da cidade de Mucuri com as sedes distritais é a seguinte: Nova Viçosa e Helvécia, via rodoviária, 31 e 48 km, respectivamente; Ibiranhém (via mista) até Helvécia, já descrito, e de Helvécia a Ibiranhém, ferrovia 69 km; Argôlo (via mista) até Helvécia, já descrito, e de Helvécia a Argôlo, ferrovia, 42 km. Liga-se também com as cidades de Carlos Chagas (MG), rodovia 150 ou via mista: vicinal 48 km e ferrovia 160 km; Conceição da Barra (ES), via mista: rodovia 150 km e vicinal 78 km; Barra de São Francisco (zona litigiosa), via mista: rodovia 462 km e fluvial 2 quilômetros.

O Município possui uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, localizada na sede municipal; a Estrada de Ferro Bahia—Minas dispõe de cinco agências telegráficas em serviço no território municipal.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Caravelas, Salvador e Belo Horizonte, de onde importa a maioria das mercadorias consumidas no município. O cacau e as madeiras são exportadas pelo pôrto de Caravelas. Existem na sede municipal 3 estabelecimentos atacadistas e 6 varejistas. O giro comercial em 1956 atingiu 34 550 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo local é de 2 000 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada em terrenos planos e arenosos na foz do rio Mucuri. É banhada pelo Atlântico, possuindo pequeno pôrto para embarcações a vela. Tem 5 logradouros públicos, todos servidos de energia elétrica, enquanto 52 residências apenas possuem êsse melhoramento.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município integra o setor n.º 10, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado em Ilhéus.

4 — 25 253

Vista da praia de Mucuri

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 8 734 habitantes, sendo 4 443 homens e 4 291 mulheres. Do total, apenas 1 625 sabiam ler e escrever, sendo 1 006 do sexo masculino e 619 do feminino, representando 19% do total.

Ensino — Em 1956, existiam 23 unidades escolares de ensino primário fundamental comum, das quais 5 estaduais e 18 municipais. Êsses estabelecimentos de ensino contavam, no mesmo ano, com uma matrícula de 771 alunos.

CULTOS RELIGIOSOS — O município possui duas paróquias, ambas subordinadas ao Bispado de Ilhéus: a Paróquia de São José de Pôrto Alegre, na sede municipal, e a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição, na vila de Nova Viçosa. Além das duas matrizes, existem na comuna duas igrejas, 7 capelas e 4 associações religiosas. Do culto protestante, há a mencionar apenas a Igreja Batista de Argôlo.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais festas de caráter religioso realizadas no município são o Natal e a festa de Reis. Esta última se reveste de aspectos folclóricos pela promoção de bailes pastoris e festejos do "bumba-meu-boi". O primeiro se constitui de um "cordão" ou "terno", do qual os participantes vestem roupagem típica e vistosa, desfilando pelas ruas da cidade; o segundo em muito se assemelha a um alegre grupo carnavalesco precedido por um "boi" que polariza as atenções do público. Êsse "boi" consta apenas de uma cabeça com chifres tendo, à semelhança de corpo, uma ampla coberta de chita vistosa; os movimentos do animal são feitos por dois indivíduos disfarçadamente colocados sob a peça. Dêsse folguedo constam ainda os vaqueiros, cães e urubus, geralmente representados por meninos devidamente fantasiados.

É também comemorado o dia de São Sebastião, o santo guerreiro. A sua festa é muito interessante e animada, pois o povo percorre as ruas da cidade conduzindo uma árvore que é depois plantada, seguindo-se o célebre "côrte", uma espécie de guerrilha entre mouros e cristãos.

Entre as festas de caráter eminentemente religioso estão a de São José, o padroeiro da cidade, que é festivamente comemorado a 19 de março, e as de São Benedito e de Nossa Senhora da Conceição, respectivamente em abril e dezembro, na vila de Nova Viçosa.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava com 3 157 eleitores inscritos, tendo votado 2 038 no pleito de 1954. A Câmara Municipal é composta de 8 vereadores.

Em 1956 exerciam suas atividades no município 99 funcionários, assim distribuídos: 35 federais, 29 estaduais, 34 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento financeiro do município no período 1950-1956 foi o seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	564	137	...	415
1951	—	810	603	...	199
1952	—	1 037	486	...	969
1953	—	1 019	1 119	...	1 072
1954	—	1 765	642	...	1 074
1955	—	2 057	657	574	650
1956	258	2 299	(1) 2 300	(1) 2 089	(1) 2 300

(1) Orçamento.

JUSTIÇA — O município é têrmo de 2.ª entrância pertencente à comarca de Caravelas, posição que ocupa desde a sua criação. Possui 4 cartórios do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se mucurienses. O topônimo Mucuri significa "rio das gambás".

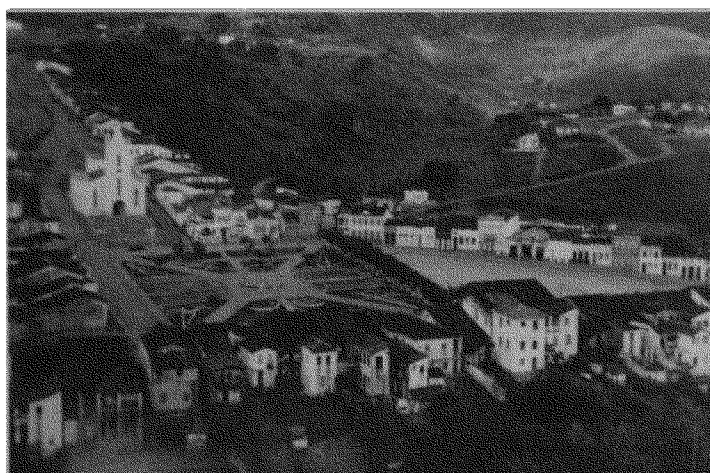
O Prefeito em exercício é o Senhor Antônio Câmara Ribeiro e ocupa a Presidência da Câmara Municipal o Senhor Olhy Zeferino Kock. O primeiro Intendente municipal foi o Senhor Manoel Pedro Leão Fontes e a Câmara eleita em 1876, a mais recuada que se conseguiu, era composta dos Senhores: Manoel Tomás Taurino, presidente, Liberato Cambuí, Manoel Francisco Bezerra, Manoel João dos Santos e Manoel José Gonçalves.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José Prates Sobrinho. — Chefe da Agência de Estatística: Luís Cavalcanti de Sousa.)

MUNDO NOVO — BA

Mapa Municipal no 7.º vol.

HISTÓRICO — O território do município, antes de desbravado, era grande sesmaria, há muitos anos abandonada e que fôra objeto de arrematação em praça, pelo Visconde de Itapicuru, na vila de Nossa Senhora do Rosário de Pôrto de Cachoeira. Esta sesmaria, com cêrca de cinqüenta léguas em quadro, situava-se entre Orobó, Monte Alegre e Itaberaba.

É tradição corrente, quanto à primeira penetração no território municipal, que no ano de 1833, para fugir aos efeitos de grande sêca, José Carlos da Mota, natural de Alagoinhas, neste Estado, acompanhado por Joaquim José de Assunção e José Barbosa Cabrinha, partiu daquela localidade em direção à zona do Morro do Chapéu, em busca de um lugar em que houvesse água abundante e condições favoráveis à implantação de atividade agrícola e pastoril. Êsses bandeirantes penetraram os sertões ainda desconhecidos e chegaram a Monte Alegre; dali partiram em direção ao ponto desejado. No curso da viagem, José Carlos da Mota, com sua pequena bandeira, estacionou no local hoje conhecido com o nome de "Engenho", em 1833,

Vista geral da cidade

impressionado com as matas e a farta vegetação nativa, com a qualidade do solo e os mananciais de água potável. Consta que o chefe da bandeira, José Carlos da Mota, ao avistar as terras em que está situada a cidade e suas adjacências, do alto da Várzea Bonita, exclamou "Isto aqui é um Mundo Novo". Foi, portanto, o pouso da bandeira de José Carlos da Mota a causa determinante da povoação do município. Edificou-se a primeira moradia no local em que hoje se acha a casa n.º 14, sita na Praça Senador Cohim, na cidade de Mundo Novo; demarcaram-se porções de terras para início dos plantios e constituíram-se as primeiras fazendas. O colonizador, satisfeitíssimo com a riqueza da terra descoberta, teve a idéia de a povoar, conseguindo a vinda de novos colonos, que construíram residências e, ali, se instalaram. Formou-se, assim, o povoado.

Essas terras receberam a denominação de Mundo Novo, por efeito da Lei provincial n.º 49, de 15 de março de 1837, e foram anexadas ao município de Jacobina.

A capela construída no povoado, consagrada a Nossa Senhora da Conceição, foi elevada à categoria de freguesia e de distrito de paz por Carta Pastoral do Arcebispo D. Romualdo Antônio Seixas, e Lei provincial n.º 669, de 31 de dezembro de 1857, com o nome de "Nossa Senhora da Conceição do Mundo Novo".

Criado o município de Morro do Chapéu pela Lei n.º 933, de 7 de maio de 1864, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mundo Novo foi desincorporada da de Jacobina e anexada a êste. No entanto, pela Resolução provincial n.º 2 111, de 23 de agôsto de 1880, a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mundo Novo passou a fazer parte do município de Monte Alegre, atual Mairi. O arraial de Mundo Novo foi elevado à categoria de vila pelo então Governador do Estado, Dr. Manoel Vitorino, por Ato de 1.º de março de 1890, que também criou o município, desmembrado do de Monte Alegre, ocorrendo a instalação a 27 do mesmo mês. Foi a vila de Mundo Novo elevada à categoria de cidade pela Lei estadual n.º 144, de 8 de agôsto de 1896. Na divisão administrativa do Brasil referente a 1911, assim como nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920, figura êste município formado por um só distrito — o de Mundo Novo.

No ano de 1931, foram criados os distritos seguintes: Bonito, pelo Decreto estadual n.º 7 563, de 11 de agôsto, e França, pelo de n.º 7 747, de 13 de novembro. No ano de 1933, foi o município subdividido em mais dois distritos — Indaí, criado pelo Decreto estadual n.º 8 269, de 5 de janeiro, e Largo pelo de n.º 8 283, de 28 de janeiro. Segundo a divisão administrativa do Estado de 1933, êste município subdivide-se nos distritos de Mundo Novo, Bonito, França, Indaí e Largo.

O desenvolvimento de Mundo Novo deu-lhe oportunidade de aumentar novas unidades distritais, tanto que fôra a sua divisão administrativa alterada com as criações dos distritos de Cinco Vargens, pelo Decreto estadual n.º 8 881, de 5 de abril de 1934, de Espera D'Anta, pelo de n.º 9 377, de 21 de fevereiro de 1935 e Alto Bonito, pelo de n.º 9 737, de 19 de agôsto do mesmo ano. Em 1938 o município compreendia os distritos de Mundo Novo, Bonito, Alto Bonito, Cinco Vargens, Espera D'Anta, França, Indaí e Largo. No quadro anexo ao Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, aparece formado pelos mesmos oito distritos, notando-se porém que os de Bonito, Cinco Vargens e Espera D'Anta tiveram os seus nomes mudados, respectivamente, para Ibiaporã, Piritiba e Tapiramutá. A mesma divisão territorial é conservada no quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944. A Lei estadual n.º 503, de 28 de novembro de 1952, desmembrou três distritos para constituírem o município de Piritiba, formado por êste e, ainda, pelos territórios distritais de França e Largo. Grande parte da população de Mundo Novo não recebeu bem a desanexação e, inconformada, apresentou recurso ao Judiciário. Na divisão administrativa para o qüinqüênio 1954-1958, estabelecida pela Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, a sua composição territorial está formada pelos cinco distritos: Mundo Novo, Alto Bonito, Ibiaporã, Indaí e Tapiramutá.

LOCALIZAÇÃO — O município de Mundo Novo fica situado na Zona Fisiográfica da Encosta da Chapada Diamantina, estando totalmente incluído no "Polígono das Sê-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

cas". Limita com os municípios de Baixa Grande, Macajuba, Mairi, Piritiba, Morro do Chapéu, Ruy Barbosa, Utinga e Miguel Calmon. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 11° 51' 34" de latitude Sul e 40° 28' 23" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 235 km, no rumo O.N.O.

ALTITUDE — Medições recentes efetuadas pelo Conselho Nacional de Geografia encontraram, na cidade de Mundo Novo, as seguintes altitudes: 475,0254 m na chapa cravada no Pôsto Fiscal da Secretaria da Fazenda, a 1,5 km aquém da Praça Senador Cohim; 512,0086 m na chapa cravada na base do coreto existente na Praça Senador Cohim e 604,1931 m na chapa cravada no segundo degrau da escadaria de acesso à porta principal do Hospital da cidade. Com relação a outros locais, as ditas medições acusaram 713,3945 m junto ao marco quilométrico n.° 233, a 3m da margem direita e 4,7 km aquém da localidade de Largo; 719,8323 m a 1 m da margem direita, junto ao entroncamento para a cidade de Morro do Chapéu.

ÁREA — A área do município era de 2 900 quilômetros quadrados, antes do desmembramento. Estima-se que tenha perdido 25% de suas terras.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território municipal é bastante acidentado na sua topografia, estimando-se em aproximadamente dois terços a proporção das suas terras nestas condições. Segundo terminologia local, o terreno acidentado e coberto de fetos recebe o nome de "larga", conhecendo-se por "chapada" a planície de terra preta com vegetação rasteira.

O município é cortado pela cadeia de montanhas oriundas da Chapada Diamantina, iniciada na serra do Tombador e indo até Jacobina, de onde se estende por outros municípios. Localizadas em Mundo Novo estão as serras de França e de São José, bem como o morro da Santa Cruz, em cuja encosta está a cidade; a altitude dêsse morro é de aproximadamente 650 metros.

Dos rios que banham o território municipal, distinguem-se o Jacuípe, não perene, e o Capivari, cujas nascentes aí estão localizadas; além dêsses, que são os principais, encontramos, em abundância, pequenos riachos e algumas lagoas, como Formosa de Fora, Junco, Comprida e Três Bois.

Registram-se ainda o açude público "Lauro de Freitas", com capacidade para represar 210 540 m³, e mais quatro

Praça Senador Cohim, mostrando a parte arborizada

particulares — Açude Dr. Rafael de Menezes, Açude José Lopes Menezes, Açude de Andaraí e Açude de Umbuzeiro — cuja capacidade total atinge 1 246 000 metros cúbicos de água.

CLIMA — É salubre, com a temperatura máxima de 37°C, mínima de 14°C e média compensada de 25°C. As chuvas são mais fortes no período de maio a julho. A cidade está sujeita a inundações periódicas, em conseqüência de grandes chuvas, ocorrendo a última enchente, com grandes prejuízos, em 1952.

RIQUEZAS NATURAIS — É característica das terras do município a sua excelência para as atividades agropecuárias, decorrentes de maravilhosa fertilidade do solo, sobretudo na zona da mata. O ilustre engenheiro Alexandre Góis, no ano de 1903, em relatório apresentado ao Govêrno estadual, manifestou-se sôbre os seus terrenos da seguinte forma: "a opulência de sua zona está acima de tôda e qualquer descrição que eu possa tentar. As mais variadas culturas do Brasil ali se desenvolvem com incríveis proporções. Encontrei em Mundo Novo a terra roxa ou diorítica de Ribeirão Prêto, em São Paulo".

Está acentuada a devastação das matas e das caatingas, mas ainda há animais silvestres como veados, tatus, gatos-pintados, suçuaranas, pacas, cotias e outros; aves, dentre outras, encontramos perdizes, codornizes, jacus, zabelês, nhambus, periquitos e papagaios.

Nas matas e caatingas do município, que ficaram célebres pelo fornecimento de madeira, ainda se encontram os mais variados tipos, apesar da devastação, como cedro, putumuju, vinhático e outros, bem como lenha, plantas medicinais, ouricuri e babaçu.

As ocorrências minerais, inexploradas, são ouro, cristal de rocha, cromo e mica.

POPULAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral de 1950, havia no município, naquele ano, 44 428 habitantes, dos quais 21 996 homens e 22 432 mulheres, ou seja, para cada grupo de 100 homens há 102 mulheres. Quanto à côr, predominam na sua população os pardos, em número de 26 315, vindo a seguir os brancos, com 11 924. No quadro rural, localizam-se 80% da população municipal. A densidade demográfica do município é de 15 habitantes por quilômetro quadrado. Em face da instalação do município de Piritiba, cujas terras foram desmembradas de Mundo Novo, a população dêste para 1957 é estimada em, apenas, 32 400 habitantes.

Aglomerações Urbanas — No ano de 1950, segundo revelou o Censo demográfico, existiam oito aglomerações urbanas, com a respectiva população — cidade de Mundo Novo com 2 577 habitantes; vilas de Alto Bonito, 218; da França, 547; de Ibiraporã, 834; de Indaí, 476; do Largo, 417; de Piritiba, 3 114 e de Tapiramutá com 905 habitantes. Em 1953, o município perdeu as vilas de Piritiba, França e Largo. Na população da cidade, em 1950, 1 163 eram homens e 1 434 mulheres, e para 100 homens há equivalência de 123 mulheres. Para o ano de 1957, a população estimada da cidade é de 2 800 habitantes.

Outras Aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município conta, ainda, com os seguintes principais povoados,

com populações estimadas para 1957: Barra com mais de 1 000 habitantes, Umbuzeiro, 650; Palmeiral e Cangerana, 200 cada; Cobé, 150; Ingàzeira e Bom Jesus, 100 cada; Riacho do Meio e Santo Antônio, 80 cada, e Engenho Água Branca com 50 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 33% das pessoas em idade ativa, de 10 anos e mais, estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A criação de bovinos de raça, engorda e comércio de gado é a principal atividade econômica.

Agricultura — A produção agrícola, em 1955, foi de 6 315 milhares de cruzeiros. Nesse ano, contribuiu com maior parcela na produção agrícola o café, com 2 679 sacos de 60 quilogramas, estimados em 3 215 milhares de cruzeiros, vindo em seguida a mandioca, com 6 150 toneladas e valor de 1 538 milhares de cruzeiros. Cultiva-se, ainda, arroz, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mamona e milho.

A transformação dêste município de celeiro agrícola importante, onde havia extensas e afamadas plantações de café, para centro pecuário, trouxe a dificuldade da terra para o cultivo, e, como resultantes, a decadência da produção agrícola e o êxodo rural.

Pecuária — Sendo a pecuária a base principal da economia do município, encontram-se no seu território importantes fazendas, nas quais se desenvolve a criação selecionada e engorda de gado bovino, distinguindo-se as propriedades rurais "Engenho Velho", "Fazendas Reunidas Adalberto Campos", "Piabas" e "Poços". As raças preferidas no criatório bovino são indu-brasil, zebu, gir e guzerate. A população pecuária estimada para 1956 é composta de 48 000 bovinos, 2 000 eqüinos, 700 asininos, 400 muares, 2 000 suínos e 1 000 ovinos. O gado é exportado para Salvador e Feira de Santana. O valor das propriedades pecuárias, em 1954, elevou-se a 54 284 milhares de cruzeiros, no total de 1 934 imóveis, segundo declarações dos proprietários ao órgão fiscal do Estado.

Para fomento da produção pecuária, o Instituto de Pecuária da Bahia mantém a Fazenda "Álvaro Ramos" e, subordinado ao Ministério da Agricultura, há o Pôsto Agropecuário de Mundo Novo. Existe também um Pôsto de Vigilância Sanitária Animal subordinado ao Departamento Nacional de Produção Animal do Ministério da Agricultura.

Indústria — A produção industrial, em 1955, atingiu 2 881 milhares de cruzeiros, não sendo expressiva. O seu principal produto é a farinha de mandioca, feita por processo rudimentar, cujo valor em 1955 alcançou 1 332 milhares de cruzeiros; ainda no ramo de produtos alimentares, sobressaíram-se massas alimentícias e manteiga, com 627 e 214 milhares de cruzeiros, respectivamente.

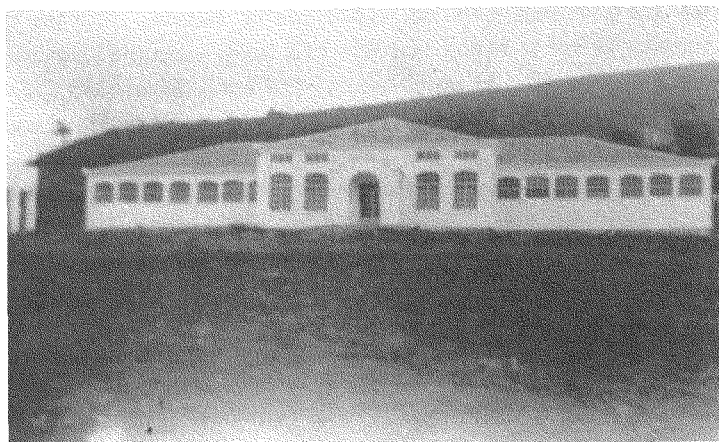
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, que possui aí três estações: Barra do Mundo Novo, inaugurada em 16 de fevereiro de 1937, Poços, em 15 de dezembro de 1951, e Jequitibá também inaugurada em 15 de dezembro de 1951. É de 17 km a extensão da linha férrea no território municipal.

Mundo Novo acha-se ligado aos municípios limítrofes pelos seguintes meios de transporte: Baixa Grande, rodovia (44 km), vicinal (48 km); Macajuba, rodovia (78 km), vicinal (42 km); Mairi, rodovia (78 km), vicinal (52 km); Piritiba, rodovia (23 km), vicinal (18 km); Morro do Chapéu, rodovia (120 km), vicinal (144 km); Ruy Barbosa, rodovia (108 km), vicinal (60 km); e Miguel Calmon, rodovia (74 km). Liga-se também à capital Estadual por ferrovia (440 km) e rodovia (340 km), e à capital Federal por meio de rodovia (1 772 km). Há no município quatro agências postais do Departamento dos Correios e Telégrafos, que também possui uma agência telegráfica na sede municipal.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, Feira de Santana, Jacobina, Senhor do Bonfim e Juàzeiro. No ano de 1956, estavam localizadas no município 134 firmas, das quais 77 na cidade de Mundo Novo. No referido ano, o valor do giro comercial elevou-se a 66 125 milhares de cruzeiros.

Praça Senador Cohim, mostrando a parte ajardinada

É ativo o comércio de gado de raça e é muito importante a feira de espécimes de bovinos, eqüinos, asininos, muares, suínos e ovinos, realizada no Parque da Associação Rural, sem data fixa, mas, sempre anual, quando há distribuição de prêmios aos produtores dos exemplares das raças mais apuradas, atraindo fazendeiros e compradores de regiões vizinhas e distantes. Há no município duas agências bancárias: a do Banco do Brasil S.A., instalada em 2 de março de 1940, e a do Banco Econômico da Bahia S.A., inaugurada em 14 de maio de 1951. O salário-mínimo oficial decretado para a 3.ª Sub-região e à qual o município pertence é de Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Mundo Novo está edificada em local acidentado. Montanhas íngremes ladeiam o casario, que se estende por vale sinuoso e estreito, através do qual passam dois riachos, que deságuam no rio Capivari. A estreiteza do vale não permite a existência de nenhum logradouro plano; por isso, as suas ruas estão, em geral, em declives e aclives, algumas das quais, notadamente íngremes, dificultando as construções. Os principais logradouros são a Praça Senador Cohim, as Ruas Francisco Sá e Manoel Vitorino. Há 697 prédios, dos quais 201 servidos por iluminação elétrica e 348 ligados à rêde de esgôto. O Cine "Rex", da emprêsa Valdemar Falcão, com capacidade para 160 espectadores, é o único estabelecimento, no gênero, existente.

Hospital ainda sem funcionamento

Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 26 automóveis e 11 caminhões. Os 2 hotéis e as duas pensões desta cidade podem hospedar cem pessoas. Há 3 advogados e 1 agrônomo residindo no distrito-sede.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funcionam na cidade o Pôsto de Higiene, do Govêrno Estadual, e o Pôsto de Puericultura, particular, ambos para assistência sem internamento. Há também um Hospital ainda não inaugurado. Três médicos, 2 dentistas, 1 farmacêutico e 1 enfermeiro prestam serviços profissionais à população. O município faz parte do Setor n.º 9, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado em Senhor do Bonfim.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Registram-se uma cooperativa de consumo e uma Associação de Proteção à Infância.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, existiam 36 777 habitantes na população de 5 anos e mais, e dêstes 28,6% sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956, havia 37 unidades escolares do ensino primário fundamental comum com cêrca de 1 700 alunos matriculados. Na distribuição do ensino por dependência administrativa, registra-se o seguinte movimento, de referência ao ano de 1956: o Estado com 13 escolas, 19 professôres e 685 alunos matriculados; o município com 23 unidades escolares, 23 professôres e 894 matrículas; o restante pertence à atividade particular.

Dos estabelecimentos de ensino primário, distinguem-se os situados na Fazenda Jequitibá, mantidos pela "Fundação Divina Pastora", e, na cidade, a Escola Nuclear, do Govêrno Estadual. É de propriedade particular, na cidade, o Ginásio de Mundo Novo, com 41 alunos matriculados no ano de 1956.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na comuna duas bibliotecas, com menos de 1 000 volumes, das quais sobressai a Biblioteca "Zaíra Pinto", da Agência de Estatística. Registram-se 3 clubes recreativos e 1 serviço de alto-falantes na sede municipal.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — José Carlos da Mota, fundador da cidade, foi agraciado com a Comenda da Ordem da Rosa, pelo Imperador, porque dirigiu-se ao Rio de Janeiro a fim de entregar certa quantia destinada ao custeio das despesas com a Guerra do Paraguai. Em 1860, José Carlos da Mota, desentendendo-se com o seu companheiro de colonização dos terrenos dêste município, travou contenda judicial, que durou cêrca de 10 anos; perdendo a demanda, retirou-se desgostoso para a sua fazenda "Caldeirão Grande", falecendo aí, muitos anos depois. Foi sepultado na cidade de Morro do Chapéu, a seu pedido.

CULTOS RELIGIOSOS — Há uma paróquia consagrada a Nossa Senhora da Conceição, subordinada ao Arcebispado da Bahia, com uma igreja e 11 capelas. O 1.º pároco da freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Mundo Novo foi o Vigário Antônio Daltro de Cerqueira Pinto. Do culto não católico, há 1 salão na cidade, uma igreja na vila de Ibiaporã e outra no povoado de Barra.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal festa religiosa é a de Nossa Senhora da Conceição, realizada no dia da Padroeira, 8 de dezembro. É precedida de novenas, organizadas por comissão de várias classes sociais, pelo sistema de "mordomos", sendo encerrada com missa festiva, com sermão e procissão percorrendo as principais ruas e praças da cidade.

Quanto a ocorrência de folguedos de natureza folclórica, anotamos o "bumba-meu-boi", realizado nos festejos de fim de ano, e o "samba", verificado principalmente por ocasião dos festejos do Natal, Ano Novo, Reis e São João.

Quanto a festas populares, a principal é o carnaval, muito animado e com afluência de pessoas de localidades vizinhas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava com 6 540 eleitores inscritos, tendo votado nas eleições de 1954, 4 442. Doze vereadores compõem o atual Legislativo da cidade.

Exerciam as suas atividades, no ano de 1956, 134 funcionários, assim distribuídos: 14 federais, 39 estaduais, 59 municipais e 22 autárquicos. Está sediada em Mundo Novo a 15.ª Circunscrição da Sexta Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o movimento de receita e despesa no período de 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	592	1 519	953	466	916
1951	550	3 057	1 589	658	1 369
1952	676	2 813	1 746	688	1 748
1953	667	3 929	1 552	711	1 355
1954	916	4 246	1 392	358	1 710
1955	1 065	3 003	1 871	1 044	1 928
1956	1 397	4 005	3 076	1 852	1 373

JUSTIÇA — Por Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, Mundo Novo é elevado a têrmo de comarca de Camisão. A comarca de Mundo Novo, desmembrada daquela, foi criada pela Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, sendo instalada a 3 de dezembro do mesmo ano, tendo como primeiro juiz de Direito o Dr. Antônio de Araújo Aragão Bulcão; foi elevada à 2.ª entrância pelo Decreto estadual n.º 7 104, de 1.º de dezembro de 1930, aparecendo constituída pelos têrmos de Mundo Novo, Capivari e Monte Alegre. Pelo Decreto Estadual n.º 8 696, de 4 de novembro de 1933, a sede da comarca foi mudada, provisòriamente, para

o têrmo de Monte Alegre (atual Mairi), voltando a Mundo Novo pelo Decreto Estadual n.º 8 927, de 30 de abril de 1934. A comarca de Mundo Novo apresenta-se nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei Estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, integrada pelos têrmos de Mundo Novo, Capivari e Monte Alegre.

A comarca de Mundo Novo perdeu os têrmos de Macajuba e Mairi, transferidos, respectivamente, para as recém-criadas comarcas de Ruy Barbosa e Mairi, por fôrça do Decreto estadual n.º 519, de 19 de junho de 1945.

No qüinqüênio 1954-1958, a comarca de Mundo Novo é formada do têrmo único de igual nome. Compreende 12 cartórios, sendo 5 do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "mundo-novenses". O Prefeito em exercício é o Sr. Osvaldo Paulino Vitório, e o Presidente da Câmara, o Dr. Arnaldo Miranda Mata. O 1.º Intendente foi o cel. Amâncio Pedreira Gomes, e a 1.ª Câmara compunha-se dos seguintes membros: cel. Justiniano Duarte de Oliveira, cap. Serafim Alves Barreto, cel. Firmino Ferreira Sampaio, Justiniano Pinto de Meireles, Manoel Ferreira de Oliveira e Antônio Paulino Vitória.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por José P. Tôrres Filho. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Ascânio Borges.)

MURITIBA — BA

Mapa Municipal no 4.º vol.

HISTÓRICO — Exploradores portuguêses e jesuítas, que em 1559 atingiram as regiões de Cachoeira e São Félix, escalando a serra que margeia o Paraguaçu, alcançaram o planalto e fundaram uma povoação, iniciando-a com a construção de dois templos e conventos, cujas ruínas ainda existem nas fazendas São Pedro Velho e Fumal, nas proximidades da cidade de Muritiba. Tendo sido o arraial de Cachoeira inaugurado por ordem de D. Antônio Barreiras, em 1575, o escritor muritibano Anfilófio de Castro, em seu livro "História e Estrêlas de Muritiba", opina que esta povoação tenha sido contemporânea da "Cidade Heróica". Um dos estabelecimentos religiosos acima aludidos teria sido uma Casa de Misericórdia, o que se conclui pelo nome dado à estrada que vai de São Félix àquele local conhecido como "Ladeira da Misericórdia". Quanto ao destino dessas instituições, correm duas versões a respeito: a primeira é a de que as construções não tenham chegado ao fim, e a segunda a de que foram concluídas, sendo arrasadas em 1624 pela sanha destruidora dos invasores holandeses. Em 1640, inaugurou-se o novo templo dedicado a São Pedro, no local em que hoje se encontra a atual igreja Matriz de Muritiba.

Ainda sôbre o nome da cidade, afirma Anfilófio de Castro, com farta e judiciosa argumentação, baseada em fatos lingüísticos do idioma tupi-guarani, que Muritiba originou-se de Buritiba, que significa palmeira em grande quantidade (*buri*, espécie de palmeira, e *tiba*, grande quantidade). Pelo uso constante dêsse vocábulo, veio a deformação do "B" em "M", passando então a ser conhecida por Muritiba. Teodoro Sampaio diz que Muritiba (corrutela de *meru-tyba*) significa "o sítio das môscas".

Em 1705, D. João VI autorizara a criação de vinte freguesias, dentre as quais figurava a de Muritiba, cuja capela foi elevada à freguesia com o nome de São Pedro do Monte da Muritiba. Até o ano de 1889, Muritiba pertenceu ao município de Cachoeira, tendo participado das lutas da Independência, que tão gloriosamente elevaram o nome da Cachoeira à categoria, aliás bem merecida, de "Cidade Heróica".

Em 1889, por decreto assinado pelo Governador do Estado da Bahia, Dr. Manoel Vitorino, São Félix foi desmembrado do município de Cachoeira, figurando Muritiba como distrito de São Félix. Coube ao Dr. Durval Pereira Fraga apresentar à Câmara Estadual, como Deputado que era, o projeto que se transformou na Lei n.º 1 349, de 8 de agôsto de 1919, elevando Muritiba à categoria de vila e município, com território desmembrado do de São Félix. A sua instalação ocorreu a 1.º de janeiro de 1920. Em 1922, a Lei estadual n.º 1 568, de 3 de agôsto daquele ano, elevou Muritiba à categoria de cidade e têrmo. Na divisão *administrativa do Brasil referente a 1933*, Muritiba figura com três dstritos: Muritiba, São José de Aporá e Cabeças, êste criado pela Lei provincial n.º 2 149, de 14 de maio de 1881. Já nas divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual de n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Muritiba subdivide-se em quatro distritos: os 3 anteriores e o de Santo Antônio do Jordão,

Fábricas de charutos Pimentel e Costa Penna, principais indústrias municipais

êste criado pelo Decreto estadual n.º 9 147, de 2 de outubro de 1934. Verifica-se o mesmo no quadro territorial vigente no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, onde, todavia, os distritos de Santo Antônio do Jordão e São José do Aporá passaram a denominar-se Geolândia e Itaporã, respectivamente. A situação permaneceu inalterada até que a Lei n.º 628, de 30-XII-1953, criou mais um distrito — o de Cabaceiras do Paraguaçu, berço natal de Castro Alves, ainda não instalado.

LOCALIZAÇÃO — O município de Muritiba localiza-se na Zona Fisiográfica do Recôncavo e limita com os municípios de Castro Alves, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Conceição da Feira, Cachoeira, São Félix e Cruz das Almas. A sede municipal possui as seguintes coordenadas

geográficas: 12° 38' 20" de latitude Sul e 38° 59' 20" de longitude W.Gr. Distância em linha reta da capital do Estado: 62 km. Rumo partindo da Capital do Estado: oés-noroeste.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Na sede municipal foi determinada a altitude de 213,5128 m pelo Conselho Nacional de Geografia, segundo chapa cravada à esquerda da porta principal da igreja do Senhor do Bonfim, Matriz da cidade.

ÁREA — A área do município de Muritiba é apenas de 424 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os mais notáveis são os seguintes: rio Paraguaçu, de grande importância local, servindo de limite com os municípios de Castro Alves, Santo Estêvão, Cachoeira e Conceição da Feira. Entre Conceição da Feira e Muritiba, no povoado de Bananeiras, localiza-se a barragem "Jerry O'Connel", que fornece energia elétrica para diversas localidades dêste Estado; o rio Capivari, que separa êste município dos de São Félix e Cruz das Almas, tem diversas quedas d'água no seu curso, sendo as mais importantes a do Buraco do Inferno e a do Poço da Roda. A serra do Aporá, no distrito de Itaporã, atinge a altura de 180 metros, aproximadamente.

CLIMA — Bastante agradável durante a maior parte do ano. É excelente o clima de Muritiba, sendo recomendado para estação de veraneio, repouso e cura de moléstias das vias respiratórias. A temperatura na sede municipal apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas 30°C, média das mínimas 20°C e média compensada 26°C. De setembro a março caem as chuvas graúdas, acompanhadas de trovoadas. É a quadra de maior calor. De abril a agôsto caem as chuvas miúdas, sendo a época mais fria do ano. Na primeira quadra sopram ventos do quadrante Norte. Na segunda dominam os do quadrante Sul.

A precipitação pluviométrica anual em 1956 foi de 1 100 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais são: a argila para o fabrico de telhas e tijolos, a pedra para construção, além de grafita, madeiras para dormentes e peixe.

POPULAÇÃO — A população do município, de acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, era de 31 605 habitantes, sendo 14 827 homens e 16 778 mulheres, predominando entre os residentes os de côr parda. Para 1957, estima-se uma população de 34 130 habitantes. Localizavam-se no quadro rural 72% da população.

Aglomerações urbanas — Existiam, em 1950, quatro aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Muritiba com 7 452 habitantes, e as vilas de Cabeças com 819, Geolândia com 357 e Itaporã com 220. Em 1953 foi criada mais uma vila, a de Cabaceiras do Paraguaçu.

Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, conta ainda o município com os povoados abaixo, com respectivos números de habitantes estimados para 1957: Aldeia, 115; Bom Jardim, 89; Cachoeira, 92; Cocão, 95; Encruzo, 45; Catinga Sêca, 65; Bananeiras, 162; Timborá, 165; Retiro, 132; Laranjeiras, 92; Quixabeira, 102; Santa Luíza 61; Gravatá, 60; Portão, 199 e Manoel Vitorino, 82.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 35,64% da população em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à economia do município é a fabricação de charutos e o beneficiamento de fumo em fôlhas, que são exportados para diversos estados e para o exterior. A produção de charutos atingiu em 1954 cêrca de 400 milhares de cruzeiros.

Agricultura — A produção agrícola em 1955 foi superior a 45 milhões de cruzeiros, contribuindo com maior parcela o fumo em fôlha (15 milhões de cruzeiros), a mandioca, a laranja, a banana, o feijão e o milho.

Pecuária — O efetivo pecuário no município em 1956 era 7 500 bovinos, 5 000 suínos e 4 700 ovinos.

Indústria — A indústria atingiu, em 1955, o valor de 20 500 milhares de cruzeiros, distinguindo-se a produção de charutos, com 4 milhões, farinha de mandioca, com 10 milhões.

Ruas Benjamin Constant e Duque de Caxias

Outro aspecto das Ruas Benjamin Constant e Duque de Caxias

Artesanato — O artesanato é representado pela fabricação doméstica de charutos. As "charuteiras" são as mulheres que se dedicam ao fabrico manual de charutos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município liga-se à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: capital Federal, via ferroviária (2 086 km), via rodoviária (1 581 km) e via mista, usando o pôrto e o aeroporto de Salvador; capital do Estado, via ferroviária (148 km), rodoviária (175 km) e mista: rodoviária até Cachoeira (6 quilômetros) e fluvial até Salvador (48 mi); cidades vizinhas de São Félix, via ferroviária (5 km) e rodoviária (4,6 km); Cachoeira, via ferroviária ou rodoviária (6 km); Conceição da Feira, via ferroviária ou rodoviária (23 km); Cruz das Almas, via ferroviária (15 km), rodoviária (21 quilômetros); Santo Estêvão, via rodoviária (42 km); Castro Alves, via ferroviária (62 km) e rodoviária (66 km); São Gonçalo dos Campos, via ferroviária (37 km) e rodoviária (35 km). O município é servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, possuindo duas estações no território municipal: a de Salvador Pinto e a de Manoel Vitorino, ambas inauguradas em 23 de dezembro de 1881. Possui uma Agência Postal no distrito de Cabeças e uma Agência Postal-telegráfica na sede municipal. As estações da Leste também transmitem telegramas.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Feira de Santana, Salvador, Rio e São Paulo. Existem na sede municipal 3 estabelecimentos comerciais atacadistas e 65 varejistas. Exporta charutos manufaturados e fumo em fôlha para diversos pontos do país e do exterior. O giro comercial em 1956 foi de 91 900 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial decretado para a 3.ª subzona e à qual o município pertence é de .... Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Muritiba localiza-se num planalto. Os principais logradouros são a Praça Clementino Fraga, onde se concentra o comércio, a Rua Castro Alves, logradouro em que residiu o poeta nos seus dias de meninice, e a Praça da Matriz que está sendo embelezada atualmente. Os prédios e edifícios mais importantes da cidade são a Prefeitura Municipal, construída recentemente; a Igreja de Nossa Senhora do Rosário, popularizada como do Senhor do Bonfim, onde se realizam anualmente as tradicionais festas do Bonfim, com "lavagens", "cavalhadas", "afochés" e outras interessantes manifestações folclóricas; a Igreja de São Pedro, padroeiro da cidade, ora em reconstrução; as fábricas Pimentel, Costa Pena e Dannemann, que empregam cêrca de 2 000 operários; o Pôsto de Puericultura de Muritiba, os prédios escolares "Castro Alves", o da Escola Rural e a Casa de Saúde.

Possui o distrito-sede 31 logradouros, dos quais 29 pavimentados, 4 arborizados ou ajardinados, 13 servidos com água canalizada, 30 com luz elétrica e 6 com rêde de esgôto. Dos 4 276 prédios existentes, 287 são servidos de eletricidade e 55, abastecidos de água canalizada. Funciona 1 cinema com capacidade para 460 pessoas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo Setor n.º 4, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que tem sua sede no município, pelo Pôsto de Higiene do Estado, pela Casa de Saúde do Dr. Cesar Leite, pelo Pôsto de Puericultura, pelo Pôsto do S.A.M.D.U. e pelo Pôsto do SESI. Exercem suas profissões 5 médicos, 2 dentistas, 2 farmacêuticos, uma enfermeira e uma parteira.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Caravana Maria da Paz presta assistência social a cêrca de 55 famílias. Há a Associação da Classe dos Artistas de Muritiba e 1 sindicato de empregados, que congrega cêrca de 250 associados.

Avenida Ruy Barbosa

Feira-livre, vendo-se ao fundo o Mercado Municipal

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 26 835 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 6 274, isto é, 23,38%.

Ensino — Em 1956, funcionavam no Município 59 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido 2 621 alunos. Funciona o Curso "Zamenhof", lecionando Esperanto, Português, Matemática e Curso de admissão ao ginásio, mantido pelo Clube de Esperanto local.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem a Biblioteca Castro Alves, com menos de 1 000 volumes, duas sociedades filarmônicas — a Lira Popular Muritibana, fundada em 1900, e a "5 de Março", fundada em 1897 —, 3 clubes de futebol, uma associação recreativa e uma educativa.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existe o monumento a Castro Alves, constituído por um busto de bronze que está localizado na Praça Doutor Durval Fraga, de iniciativa do Govêrno estadual, inaugurado em 6 de março de 1927.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como atrações turísticas, citamos as ruínas dos conventos e templos existentes na fazenda São Pedro Velho, a estátua de Castro Alves, erguida à frente do Prédio Escolar Castro Alves, o local do nascimento do poeta Castro Alves, onde há um marco instalado pela Academia de Letras da Bahia, e a fonte onde se banhou o poeta na atual vila de Cabaceiras. Há, ainda, a barragem Jerry O'Connell, em Bananeiras e a Serra do Aporá.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Paróquia de São Pedro, subordinada à Arquidiocese de Salvador. Compreende duas igrejas e 13 capelas. Do culto não católico existem 3 templos evangélicos e 2 espíritas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa do Bonfim é uma das mais tradicionais festividades populares do município, realizada geralmente em comêço de fevereiro de cada ano, em que se realiza a tradicional "lavagem" no domingo antes do último dia. Pela madrugada, já se ouve o despertar da alvorada com o espoucar de intenso foguetório, bombas e rojões. Percorre as ruas da cidade, ao ritmo quente das marchas carnavalescas, um bando de mascarados. Os logradouros ficam repletos de "baianas", exibindo saias redondas, torso de cetim, chale ajustado à cintura, punhos, pescoço e orelhas pendentes de balangandãs e pulseiras douradas. Ao meio-dia, quando a festa atinge o auge, crioulas, mulatas, aguadeiras das cidades vizinhas formam um cortejo de mais de oitocentos festeiros devotos, cada qual com a sua bilha enfeitada, cheia de água, à cabeça, cantando, sapateando, requebrando aos sons das zabumbas. À frente do grupo, salienta-se a porta-bandeiras, no requebro e repisado das chulas, no miudinho leve e ligeiro, despertando olhares lascivos que a animam em brados de entusiasmo. Há ainda os animados pregões que, embora tenham perdido em parte o antigo brilho das luzidas cavalhadas, realizam-se, atualmente, com carros alegóricos repletos de senhoritas que cantam números carnavalescos ao som de ruidosa orquestra e percorrem as ruas da cidade de Muritiba e atingem até as cidades vizinhas de São Félix e Cachoeira. A festa do Bonfim é encerrada com uma pomposa procissão na qual tomam parte cêrca de 5 000 pessoas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com 4 563 eleitores inscritos, tendo votado 3 218 no pleito de 1954. O número de vereadores em exercício é de 12. Exerciam, em 1955, suas atividades no município 139 funcionários, assim distribuídos: federais 18, estaduais 74, municipais 40 e autárquicos 7.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo indica as cifras que, no setênio 1950-1956, foram arrecadadas, no município, pela União e pelo Estado, bem como as que, no mesmo período, foram arrecadadas e despendidas pela própria comuna:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 548	1 038	836	380	1 072
1951	3 601	1 243	1 101	534	995
1952	3 271	1 377	1 344	643	956
1953	3 512	1 341	1 647	611	955
1954	5 696	2 215	1 686	757	981
1955	6 005	3 285	1 881	1 021	2 467
1956	7 467	4 744	2 610	1 357	2 735

JUSTIÇA — O têrmo de Muritiba foi criado pela Lei estadual n.º 1 560, de 17 de julho de 1922, fazendo parte da comarca de Cachoeira. Pelo Decreto estadual n.º 8 523, de 4 de julho de 1933, foi o têrmo de Muritiba desmem-

Caatinguinha, manocação de fumo

brado da comarca de Cachoeira e anexado à de São Félix, situação em que ainda se encontra. Conta com 13 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 313 feitos cíveis e 15 criminais.

VULTOS ILUSTRES — *Antônio de Castro Alves* — Nasceu na fazenda Cabaceiras, freguesia de Muritiba, comarca de Cachoeira, em 14 de março de 1847 e faleceu aos 24 anos de idade, em 7 de junho de 1871. Castro Alves foi uma das mais altas expressões da poesia americana. A Bahia coloca o seu nome ao lado do de Ruy Barbosa, o seu filho mais eminente. Dotado de uma inspiração prodigiosa, os seus versos ainda hoje inflamam a mocidade. Sua poesia é repassada de "eloqüência associada às imagens, às metáforas, às evocações líricas, num consórcio mágico de discurso e êxtase". "Espumas Flutuantes" foi o seu único livro. Conquistou as massas recitando versos que se tornaram imortais. "Ode ao 2 de Julho", "O livro e a América" e "Navio Negreiro", sòmente seriam bastantes para imortalizar o grande e genial poeta dos escravos.

Dr. Clementino da Rocha Fraga — Nascido em 1880 na fazenda Cobocó, renomado médico e cientista de valor, autor de várias obras como: "Erros e Preceitos da Medicina Social", "Ciência e Arte em Medicina", "Doenças do Fígado", "Orações à Mocidade", "Questões Atuais de Patologia e de Clínica", "Discursos e Conferências", e muitas outras que o levaram a ocupar uma cadeira entre os imortais da Academia Brasileira de Letras.

Dr. Durval Pereira Fraga — Advogado de renome, orador dos mais eloqüentes, autor do projeto de lei que tornou independente êste município, quando Deputado Estadual.

Antilófio de Castro — Escritor de admirável estilo, autor de várias obras em prosa e verso. Faleceu em 1947.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se muritibanos. O atual Prefeito é o Dr. Waldyr Almeida, e o Presidente da Câmara para a legislatura de 1957, o Senhor Carlos Augusto Pimentel Filho. O primeiro intendente municipal foi o Sr. Turíbio Ferreira Gomes, e o primeiro Conselho compunha-se dos seguintes membros: Antônio Pedro de Sá Barreto Júnior — Presidente; João Altino da Fonseca — Vice-Presidente; Joaquim Santos de Sousa Castro — Primeiro-Secretário; Avelino José de Matos — Segundo-Secretário; professor José Ferreira da Costa, José Figueiredo da Silva, José Pereira Mascarenhas e Manoel Geraldo da Silva — Conselheiros.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, pelo ex-Agente Municipal de Estatística Manoel Borges dos Santos. — Chefe da Agência Municipal de Estatística: Edinício de Oliveira Passos.)

MUTUÍPE — BA

Mapa Municipal no 7.º vol.

HISTÓRICO — A primeira notícia que se teria a propósito do local onde hoje existe a cidade de Mutuípe data de 1849, quando nesse trecho do Estado foi encontrado por viajantes a caminho de outras terras um velho índio, dócil ao sentido da civilização.

Cêrca de 1860, ao velho índio foi adquirida essa posse ao preço de uma espingarda tipo Lazarina, vísceras de um boi e 9$000 em moeda corrente.

Fêz a aquisição Manoel João da Rocha em nome de uma filha chamada Ana Joaquina, que se casou com Luís Caetano de Andrade. Esta, ao falecer, deixou seus bens às três filhas sobreviventes, de nomes Marcolina, Reinalda e Ludovina.

Às duas primeiras, casadas respectivamente com Estanislau Garcia de Rezende e Pedro Ribeiro de Matos, couberam partes da posse que se estenderam por uma região mais tarde denominada "Capim", e à última, que se consorciou com Bernardino Vieira Lopes, tocou a gleba exatamente onde mais tarde surgiu a cidade.

Êsse trato de terras, que era uma clareira aberta na densa mata, veio a transformar-se na "Fazenda Mutum", assim denominada pela abundância local da ave dêsse nome (*crax alector*).

A sede da fazenda, em sítio atualmente compreendido pela "Praça Otávio Mangabeira", com o seu conjunto de casas para engenho, fabrico de farinha, alambique, etc., foi o fulcro do povoado que lhe conservou o nome.

A fertilidade do solo, a proximidade do rio Jiquiriçá, e o espírito acolhedor e progressista dos primeiros povoadores, concorreram para o desenvolvimento inicial do arraial.

Todavia, constituiu decisivo fator para seu crescimento a chegada, a 29 de janeiro de 1905, dos trilhos da "Tram Road de Nazaré", no seu avanço civilizador pelo sudoeste baiano.

Essa via de transporte facilitou sobremaneira o escoamento da produção, através do pôrto fluvial de Nazaré, então ponto terminal da mesma ferrovia.

Edifício próprio da Agência Municipal de Estatística

Com a criação do município de Jiquiriçá, as terras do povoado passaram ao domínio daquele município e, a 19 de novembro de 1907, era instalada a primeira escola, de caráter municipal, confiada à direção da Prof.ª Maria Júlia da Silva.

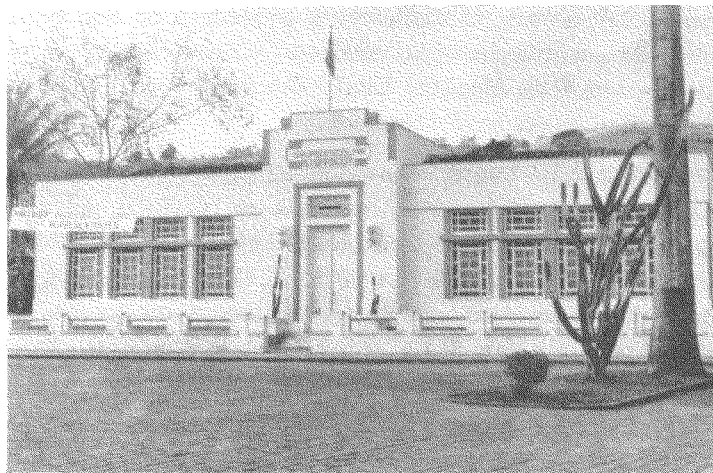
Contribuindo para acentuar a marcha de prosperidade, pela Lei Estadual n.º 778, de 30 de março de 1910, era transferida para o povoado a sede do distrito de paz do Riacho da Cruz, com a denominação de distrito de Mutum.

A inundação do rio Jiquiriçá, ocorrida no mês de janeiro de 1914, constituiu o primeiro obstáculo à rápida ascenção local.

Contudo, a reação admirável do homem fêz ressurgir dos escombros uma vila novamente progressista.

Pelo ano de 1919, sobreveio nova calamidade, com um surto epidêmico de varíola. O flagelo logo se ampliou pelo lugarejo e suas circunvizinhanças. Para o seu combate, foi enviado em comissão, pela então Diretoria de Saúde Pública do Estado, o Dr. Bartolomeu Antero Chaves, recém-diplomado pela tradicional Faculdade de Medicina da Bahia. O jovem médico, com tenacidade e bravura, lutou pertinazmente e, poucos meses depois, debelava o terrível mal.

Restabelecidas as satisfatórias condições sanitárias, foi possível retornar considerável parte da população que havia abandonado o Distrito e, de novo, reiniciar suas atividades normais.

Após a ocorrência dêsses males, Mutum impulsionou seu ritmo de prosperidade. A lavoura e o comércio cada vez mais se desenvolviam e o casario aumentava sempre.

Edifício do Grupo Escolar Ruy Barbosa

A intensidade dêsse crescimento inspirou ao povo pruridos de libertação, de vez que a sujeição do Distrito ao município de Jiquiriçá representava grave empecilho à marcha do seu progresso.

Convém assinalar a ponderável contribuição de imigrantes italianos à sedimentação do adiantamento local, acentuadamente pelo interior, em Riacho da Cruz, Baixa Alegre, Fojo e Capim. Em sua maioria, eram agricultores e negociantes, havendo um construtor.

O Dr. Bartolomeu Antero Chaves, que havia sido o saneador do lugar, passou a devotar-lhe tão justo aprêço que assumiu a liderança do movimento emancipador. Dotado de rara energia e singular espírito de perseverança, obteve, após tenaz e heróica luta, o almejado triunfo das

Obelisco em honra aos emancipadores

reivindicações populares pela sanção da Lei n.º 1 882, que elevava o distrito de Mutum à condição de município.

O clima de renovação interiorana facultado pelo govêrno do Dr. Francisco Marques de Góis Calmon muito concorreu para a vitória do movimento autonomista.

Dada à feliz sugestão do geógrafo Dr. Teodoro Sampaio, foi o nome primitivo alterado para Mutuípe.

A solene instalação do novo município baiano realizou-se a 12 de outubro do mesmo ano, com festividades memoráveis.

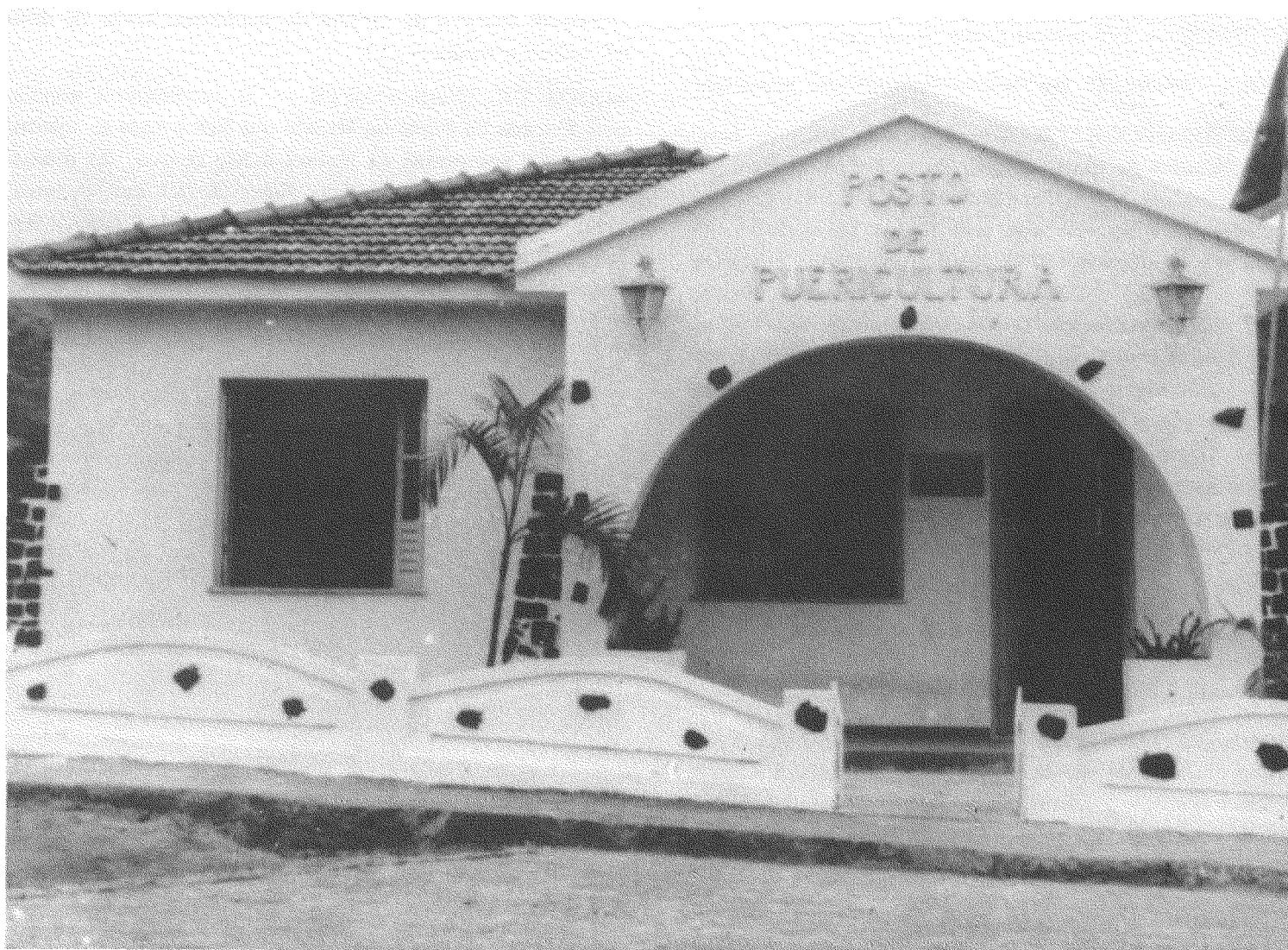
Sua organização político-administrativa foi logo efetivada com a eleição do primeiro intendente, que, por unanimidade, recaiu na pessoa do vanguardeiro da libertação, Dr. Bartolomeu Antero Chaves. O primeiro Conselho Municipal ficou assim constituído: Geminiano Nunes de Morais (Presidente), João Ribeiro de Queirós (Vice-Presidente), João Damião Moreira (Primeiro Secretário), Joaquim Alves da Mota (Segundo Secretário) e Rodolfo Gil Rebouças, José de Sousa Barreto, Laurentino da Silva Andrade e Aureliano José de Oliveira (Conselheiros).

O objetivo de maior prosperidade que serviu de fundamento à campanha de independência política foi de logo atingido.

O titular da novel Municipalidade, com raro dinamismo e capacidade realizadora, começou a solucionar os principais problemas municipais. Cogitou de renovar o aspecto urbano, rasgando avenidas, ampliando praças, realizando aterros e terraplenagens. Facultou a instalação de um Mercado Municipal, construiu uma ponte de concreto armado em plena cidade, sôbre o rio Jiquiriçá. Esquematizou o problema dos transportes e das comunicações, através do início da construção de uma rodovia para a cidade de Amargosa e de melhoramentos nas estradas vicinais; incentivou a instalação de um serviço telefônico com as cidades da zona; cogitou da instrução pública, criando escolas na sede e no interior do município e fomentou a iniciativa particular, que floresceu na instalação dos colégios Deraldo Nevile e Batista; solucionou o problema da saúde pública, intensificando o saneamento e ministrando ensinamentos sanitários; e afinal facilitou a instalação de uma usina hidrelétrica que continua a servir a cidade.

Dessa época data o aparecimento do primeiro jornal com o título de "O Clarim" sob a direção do poeta Lídio Santos.

O município, em verdade, atendendo a uma vigorosa predestinação, caminha a passos largos para a civilização e o progresso.

LOCALIZAÇÃO — O município de Mutuípe está situado na Zona Fisiográfica do Recôncavo. Rumo O.S.O. da Capital do Estado em direção à sede municipal, da qual

Aspecto do Pôsto de Puericultura

dista em linha reta 104 km. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 13° 12' 40" de latitude Sul e 49° 32' 40" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — 199 metros (sede municipal).

ÁREA — Mede 257 km² a área do território municipal.

ASPECTOS GEOGRÁFICOS — O aspecto físico não apresenta acidentes de vulto, notando-se as serras de Bom Jesus, Preta, Argôlo, Fojo, Cruz, Rato, Onça, Capim e Tento. A potamografia é representada pela ampla bacia do rio Jiquiriçá e seus afluentes: Bom Jesus, Cruz, Capim e Mutum (margem direita) e Ribeirão (margem esquerda). Rio do Braço, que faz confinação com o município de Valença, recebendo os riachos Coruja (margem direita), Miguel Lopes e Garapa (margem esquerda). Pequenos córregos com os nomes de: Meio, Pau Ferro, Prata, Lagoa Verde, Vinhático, Pindoba, Água Comprida, Tabocas, Bica, Pedras e Traíras. Lagoas: Capim, Rapôsa, Fojo e Verde. Cachoeiras — além de várias quedas dágua dos rios Jiquiriçá e Bom Jesus, existe a cachoeira Alta, na confrontação com o município de Valença.

CLIMA — O clima é saudável. As chuvas são abundantes. As médias de temperatura observadas foram: máxima: 32°C, mínima 20°C e média compensada 26°C.

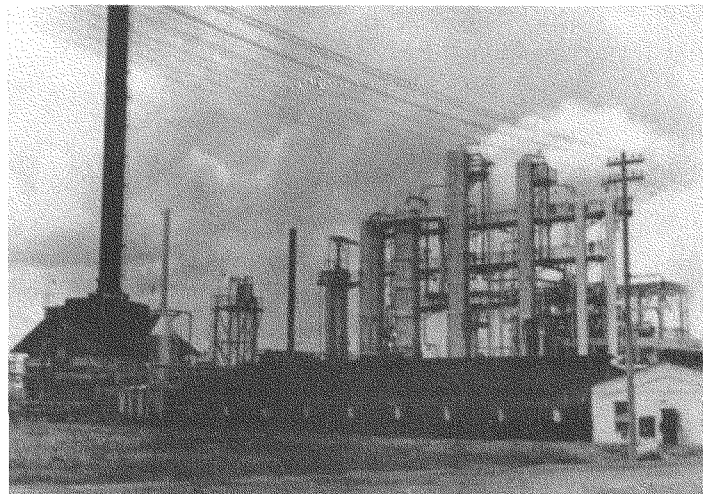
RIQUEZAS NATURAIS — Nas áreas que restam ao município cobertas de matas, abundam as seguintes madeiras de lei: vinhático, jequitibá, louro, maçaranduba, pau-brasil, pau-d'arco, cedro, jatobá e jacarandá. Riquezas minerais: existem manganês, caulim e cristal de rocha.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o último Recenseamento, a população do município atingia, em julho de 1950, 11 806 habitantes (5 739 homens e 6 067 mulheres). No quadro rural: 10 286 habitantes, representando uma porcentagem de 87,37%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Sòmente a cidade, com 1 520 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Em pequenos povoados existentes no interior do município há as seguintes aglomerações: Fojo (240 hab.); Tabuleiro (45 hab.); Baixa-Alegre (36 hab.); e com menor número: Xavier da Costa; Lajedo, Cachoeirinha, Moenda, Rua do Sapo, Parafuso, Igapava, Cariri, Pé de Serra e Mutuipinho.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A vida econômica do município concentra-se na agricultura. Há 1 102 propriedades agrícolas. No fértil solo mutuipense de 35 700 hectares, existe uma área cultivada de 1 636. Das restantes 34 064, afora a ocupada pelas pastarias, há considerável área inculta. A área total é da época geológica arqueana, a mesma que predomina no sul do Estado. São terrenos próprios para cultura do cacau, café, fumo, mandioca, arroz, cana-de-açúcar, milho, feijão e mamona. Dos dendêzeiros que cobrem relativa área, é apenas retirado produto relativo ao consumo local. A existência de energia na sede e suas adjacências propicia o funcionamento de moinhos de cereais, máquinas de beneficiamento de café e de arroz, engenhos, panificações e torrefações. Há artesanato de calçados e selas. Pelo interior, ainda adotando métodos primitivos, verificam-se fabricos de farinha de mandioca, azeite de dendê, telhas e tijolos.

MEIOS DE TRANSPORTE — O município é servido pela Estrada de Ferro de Nazaré que liga a sede às cidades vizinhas e aos portos de Nazaré e São Roque. As distâncias são assim discriminadas: Jiquiriçá (11 km — ferrovia); Laje (17 km — ferrovia); Nazaré (108 km — ferrovia); São Roque (138 km — ferrovia) e Salvador — mista (ferrovia, 138 km até o pôrto de São Roque e daí,

Refinaria de Mataripe

marítima, 36 mi). Para a Capital Federal, o mesmo percurso para Salvador, e daí por via aérea ou via Jequié (ferrovia — 160 km), podendo-se de Jequié realizar vôo direto para a Capital Federal.

COMÉRCIO E BANCOS — O movimento comercial concentra-se na sede do município, com 30 estabelecimentos.

sendo 8 atacadistas e 60 no interior, todos varejistas. As transações são mantidas com Salvador (95% da importação de mercadorias) com as cidades da zona, sobretudo Jequié, e com as praças do sul do país, via aérea e rodoviária, através de Jequié. O crédito é representado por uma Agência do Banco Econômico S.A., instalada a 22 de maio de 1955, e por uma Cooperativa de Crédito, ainda sem funcionamento.

ASPECTOS URBANOS — Situa-se a cidade no vale do rio Jiquiriçá que a subdivide. Com praças e avenidas pavimentadas a paralelepípedos e ajardinadas, apresenta aspecto deveras acolhedor. Serviço de iluminação elétrica e de água canalizada em via de conclusão. Principais edifícios: Estação Ferroviária; Grupo Escolar Rui Barbosa; Estação Radiotelefônica; Agência do Banco Econômico S. A.; Agência Nacional Postal-Telegráfica; Pôsto de Puericultura; Agência Municipal de Estatística; Coletoria Estadual; Maternidade e Igreja-Matriz.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município possui um Pôsto Médico, em convênio com o Estado, que mantém 1 facultativo e coopera no fornecimento de remédios a indigentes. Existem também Maternidade e Pôsto de Puericultura mantidos pela Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância, que recebe subvenções do Estado e da União. Há duas farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância socorre os necessitados, no âmbito de suas possibilidades.

ALFABETIZAÇÃO — Apurou o Censo de 1950 que dos 11 806 habitantes, 8 120 eram analfabetos.

ENSINO — Comprovando justificado esfôrço do Govêrno Municipal face ao elevado índice de analfabetos, foi ampliada a rêde de unidades escolares de ensino primário, municipais e estaduais, cujo quadro é o seguinte: na sede municipal existem um Grupo Escolar com 9 classes e três escolas suburbanas, havendo ainda 2 escolas da Campanha de Adultos. No interior, existem 5 escolas estaduais, 40 municipais e 2 da Campanha de Adultos. Em virtude do convênio firmado entre o município e o Estado, o ensino municipal tem a supervisão de um técnico da campanha do Ensino Rural, com proveitosos resultados. Em marcha, existe a idéia de um ginásio, de escola de artesanato e de iniciação agrícola. Em decorrência do Prêmio Rui Barbosa, a Prefeitura faz concessão de bôlsas de estudos para o curso médio em ginásios situados na Região.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circula na sede municipal um periódico sob o título "O Mutuípe". Há um serviço oficial de divulgação mantido pela Prefeitura através de alto-falante, com a denominação de "A Voz de Mutuípe". Funcionam duas bibliotecas: a Municipal Ranulfo Oliveira (2 950 volumes) e a Teixeira de Freitas, da Agência Municipal de Estatística (524 volumes).

PARTICULARIDADES ARTÍSTICAS — Destacam-se na sede os seguintes monumentos: o Marco Comemorativo à Emancipação Política, levantado à entrada da Praça Góis

Estação Ferroviária

Aspecto da Praça Gois Calmon

Calmon, com dez metros de altura, e os seguintes detalhes: um medalhão, em alto relêvo, encimado pela escultura da ave mutum quebrando os grilhões que lhe atavam os pés e, em letras de bronze, a inscrição seguinte: "Mutuípe, aos pioneiros de sua independência — 12-10-1926"; o outro, busto em bronze, do Dr. Bartolomeu Antero Chaves, o Libertador do Município, como pórtico da cidade.

PARTICULARIDADES HISTÓRICAS — Acontecimento recente, todavia de alta relevância na história do município, foi a sua classificação no primeiro concurso de âmbito nacional e sob o título "Municípios brasileiros de maior progresso", promovido em 1955 pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal, com a cooperação do Ponto IV e da revista "O Cruzeiro", tendo a finalidade de premiar os municípios que mais se haviam destacado no exercício anterior no campo da administração pública. O concurso prescrevia, além da visita *in loco* de uma delegação de seus promotores, a defesa oral por parte dos representantes dos dez municípios classificados como finalistas. A representação recaiu na pessoa do mutuipense D. Julival Pires Rebouças, então Presidente da Câmara de Vereadores — que às 10 horas do dia 18 de agôsto, no salão nobre da sede do Conselho Nacional de Economia, no Rio de Janeiro, fêz a defesa oral das prerrogativas de sua terra, perante a Comissão Julgadora do louvável certame. No dia 19 do mesmo mês, no salão de honra do Palácio do Catete, em audiência especial, o Sr. Dr. João Café Filho, então Presidente da República, fêz solene entrega ao Prefeito Mário de Matos Rocha do Diploma que consubstanciava a classificação de Mutuípe entre os cinco primeiros municípios brasileiros de maior progresso — autêntico florão de glória para a história local.

Para melhor fixar na consciência popular a idéia do município e a relevância de sua história, por iniciativa oficial possui Mutuípe a sua bandeira, o seu hino e o seu brasão. A bandeira é tricolor (azul, branco e vermelho) listrada, apresentando no branco, em côr preta, o símbolo do mutum quebrando os grilhões que o peavam, donde drapeja a inscrição: AVE LIBERTAS!

O hino, de autoria da poetisa e musicista Stela Câmara Dubois, é uma vibrante exortação às glórias do município.

CULTOS RELIGIOSOS — Entre a população mutuipense prevalece a religião católica, eis que de 11 806 pessoas, 11 746 professam aquêle credo. O padroeiro do município é São Roque. Segundo tradição, êsse culto surgiu por haver, nos primeiros dias do povoado, um senhor de nome Francisco Fernandes Mesquita, que, atacado de varíola, tendo invocado a proteção do Santo de Montelellier, obteve completa cura; em ação de graças, em 1906, a pedido do mesmo senhor, o Pe. Antônio Cantidiano de Jesus Marinho, então Vigário da vizinha Freguesia de Jiquiriçá, celebrava a primeira missa no arraial.

Com a elevação do padre Marinho às honras de Cônego em 1907, dá-se a 25 de julho de 1910 sua transferência para a paróquia de Poções. Para substituí-lo veio o padre Clodoaldo Barbosa dos Santos, que teve a louvável iniciativa de promover um movimento para construção de uma capela no Povoado. Animando os católicos e todos os habitantes locais, constituiu para o nobre desiderato uma

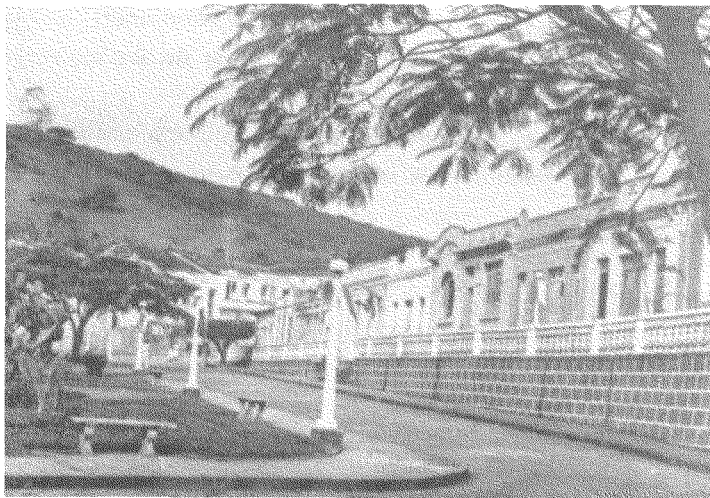
Comissão composta dos Srs. Luís Andrade Lopes, Miguel Manoel dos Santos e Rodolfo Gil Rebouças. Exatamente a 12 de março de 1915 era iniciada a construção que ao terminar havia consumido a importância de 3.438$000. A nova capela era benta em 1919, sofrendo reconstrução em 1923 e 1943, sendo afinal demolida. Na antiga capelania serviram sucessivamente os Vigários: padres Antônio Cantidiano de Jesus Marinho, Clodoaldo Barbosa dos Santos Frota, Albérico Marques, Gustavo das Neves, José Augusto Leão, Lúcio Cordeiro, Francisco Tanajura, João Félix Neto, Angélico Borghesi, Eusínio Gomes da Silva e Gilberto Vaz Sampaio.

Além da matriz de linhas modernas e condignas que domina a cidade, existem quatro capelas no interior: Moenda, Xavier da Costa, Baixa Alegre e São José. Como Associações religiosas, registram-se o Apostolado da Oração — fundado em 1923, tendo a sua primeira diretoria assim constituída: Presidente: Ana Morais; Vice-Presidente: Lindalfa Nascimento Queirós; Secretária: Rosalina Pires Rebouças, Tesoureira: Sozínia Cabral — e a Cruzada Eucarística Infantil fundada em 31 de maio de 1942, sob a direção da Prof.ª Carmelita I. Castro.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — O dia do padroeiro de Mutuípe, São Roque, desperta fervor cristão, consistindo a festa em solene missa gratulatória, procissão e bênção do SS. Sacramento.

De acôrdo com a tradição, êsse culto procede dos primeiros dias da formação da cidade, em virtude de haver um varioloso que aqui chegara, Francisco Fernandes Mesquita, invocado a proteção daquele santo e obtido a graça de sua cura. A 1.ª missa, em decorrência do fato, foi oficiada em princípio de 1906, pelo padre Antônio Cantidiano de Jesus Marinho, em casa de um senhor de nome Porciano Alberto dos Santos. Por iniciativa do padre Clodoaldo Barbosa dos Santos, em princípios de 1919, era abençoada a 1.ª capela local.

As festas natalinas, de ternura universal, têm merecido relêvo na vida do município.

Os divertimentos populares do "bumba-meu-boi" e da "burrinha", outrora tão habituais, sobretudo nas costumeiras festas de fim de ano, têm carecido nos últimos tempos de animação. Os festejos de Santo Antônio, São João e São Pedro, de singular aspecto em todo o norte do país

Outro aspecto da Praça Gois Calmon

Aspecto da Avenida 12 de Outubro

prosseguem com todo o seu colorido folclórico, com fogueiras, balões, fogos de artifício, canjica e pamonhas de milho verde, licor de jenipapo, cânticos e danças caipiras.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município participava, como distrito, do têrmo de Jiquiriçá que por sua vez pertencia à comarca de Ubaíra, de 3.ª entrância, conforme as divisões territoriais de 31-12-1936 e 31-12-1937, o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, e o quadro fixado pelo Decreto estadual n.º 11 069, de 30 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. Entretanto, em razão da Lei n.º 175, de 2 de julho de 1949, foi elevado à categoria de comarca de primeira entrância. Todavia, sua instalação demandou tempo, desde quando não foi executado o Decreto n.º 16 149, de 31 de janeiro de 1955, do Govêrno do Estado, que designou a data de 13 de março do mesmo ano para aquela finalidade.

Em virtude de incidente ocorrido entre a Assembléia Estadual e o Poder Executivo, anulou-se o efeito do citado decreto. Dado o vivo empenho das autoridades e do povo do Município, o Govêrno do Estado, a 10 de setembro de 1956, através do Decreto n.º 16 591, estabelecia o dia 12 de outubro do mesmo ano para a almejada instalação da comarca, o que realmente se verificou com grandiosas festividades. O primeiro titular nomeado foi o Juiz Benedito da Costa Paiva Ribeiro, sendo designado para responder pela Promotoria Pública o Promotor George Modesto Fragoso, da vizinha comarca de Ubaíra. Em março de 1957, em face de renúncia do Dr. Benedito da Costa Ribeiro, assumiu a comarca o Dr. Maryvaldo Cavalcante Gomes da Silva, removido da comarca de Seabra, ocupando a Promotoria Pública o Dr. Samuel Antônio Oliveira, transferido da comarca de Palmeiras.

O Tribunal Regional Eleitoral, em sessão de 8 de agôsto de 1957, e pelo acórdão de n.º 218, aprovou a criação de Mutuípe como 109.ª zona Eleitoral do Estado. Até então o município, como Preparadoria, integrava a 38.ª Zona, com sede na comarca de Ubaíra.

Número de eleitores inscritos até outubro de 1957 — 2 400.

Formação Administrativa — Mutuípe, elevado a distrito de paz a 30 de março de 1910, foi considerado município a 26 de julho de 1926, pela Lei estadual n.º 1 822. Em ordem

5 — 25 253

Aspecto da Avenida Floriano Peixoto

cronológica, teve os seguintes Prefeitos: Dr. Bartolomeu Antero Chaves; Geminiano Nunes de Morais; Bernardo Leal Sampaio; Rodolfo Gil Rebouças; Aníbal Vasconcelos Silva; Moisés Andrade Sousa; Dr. Julival Pires Rebouças e Mário de Matos Rocha, (em exercício). A Câmara de Vereadores está assim constituída: Presidente, Dr. Julival Pires Rebouças; Vice-Presidente, João Peixoto dos Santos; 1.º Secretário, Moisés Andrade Sousa; e 2.º Secretário, Alberto Xavier da Costa; e os seguintes edis: Altamirando Gomes Sampaio, Antídio Sousa Barreto, Manoel Alencar Leão e Mamédio Gonçalves Modesto.

Em 1956, 74 funcionários exerciam funções no município, sendo 57 municipais, 4 federais, 12 estaduais e 1 autárquico.

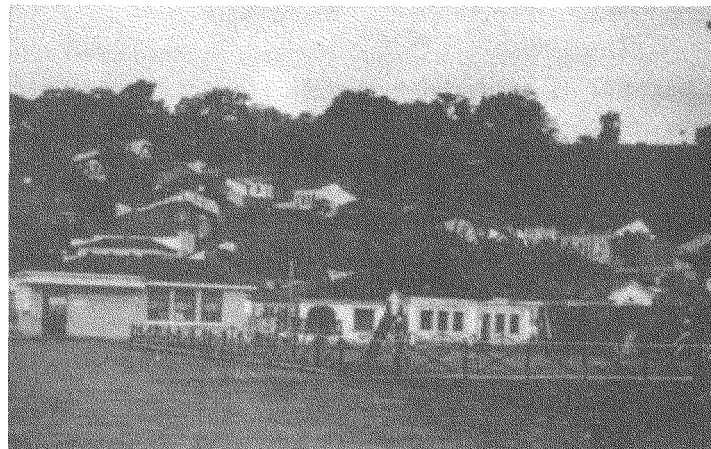
Particularidade Política — Instalada a 6 de maio de 1951, começou a funcionar na sede, em conexão com outros distritos, a Junta Central de Administração, órgão oficioso, congregando as fôrças vitais da comunidade, devotado ao estudo e à solução dos problemas locais. Presidida pelo Prefeito e integrada por elementos de todos os partidos políticos, a Junta pràticamente governa o município, oferecendo um interessante e original processo de govêrno genuìnamente democrático. Mutuípe tem colhido proveitosos resultados com essa iniciativa.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo indica as cifras que, no setênio 1950-1956, foram arrecadadas, no município, pela União e pelo Estado, bem como as que, no mesmo período, foram arrecadadas e despendidas pela própria Comuna:

Vista de um trecho do rio que corta a cidade, vendo-se ao fundo a ponte imperial da Estrada de Ferro de Nazaré

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	117	594	1 554	512	1 496
1951	170	704	628	621	631
1952	247	832	1 242	740	785
1953	286	1 059	1 338	1 241	1 926
1954	205	1 419	2 078	1 290	1 663
1955	375	1 717	2 531	621	2 499
1956	825	2 102	1 584	736	1 442

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — No movimento associativo local destacam-se: Associação de Assistência e Proteção à Maternidade e à Infância; Ação Social de Amparo (assistência social); Apostolado da Oração e Cruzada Eucarística Infantil (religião); Clube Social de Mutuípe e Mutuípe Tênis Clube (social); Associação Cultural Mutuipense (cultura); Associação Rural; Associação Comercial e União Beneficente dos Professôres Municipais (classe); Mutuípe Foot-ball Club e União Esporte Clube.

Há na cidade um Parque Infantil com a denominação de Monteiro Lobato. Em formação, uma granja municipal.

Parque infantil, vendo-se ao fundo a Agência dos Correios e Telégrafos

Em fase de organização, existe um Museu Municipal. A Fundação da Casa Popular iniciou a construção de um Grupo Residencial.

A rodovia Mutuípe—Amargosa, BR-4, dada a intensidade dos trabalhos, terá próxima a sua conclusão.

A sede da Associação Rural (A Casa do Agricultor), já iniciada, estará concluída brevemente.

O edifício do Ambulatório, então planejado, muito contribuirá para melhorar os serviços assistenciais públicos.

As ligações rodoviárias com os vizinhos municípios de Laje e de Jiquiriçá e as BR-5 e BR-63 encontram-se em fase final de estudos técnicos no D.N.E.R.

Em edifício próprio construído pelo município está instalada a Agência Municipal de Estatística, inaugurada em 13 de fevereiro de 1955.

(Contribuição do Dr. Julival Pires Rebouças com acréscimo da Inspetoria Regional de Estatística por Anterlino Leite Gaspar, Chefe da Agência Municipal de Estatística e Antônio da Costa Farias.)

NAZARÉ — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

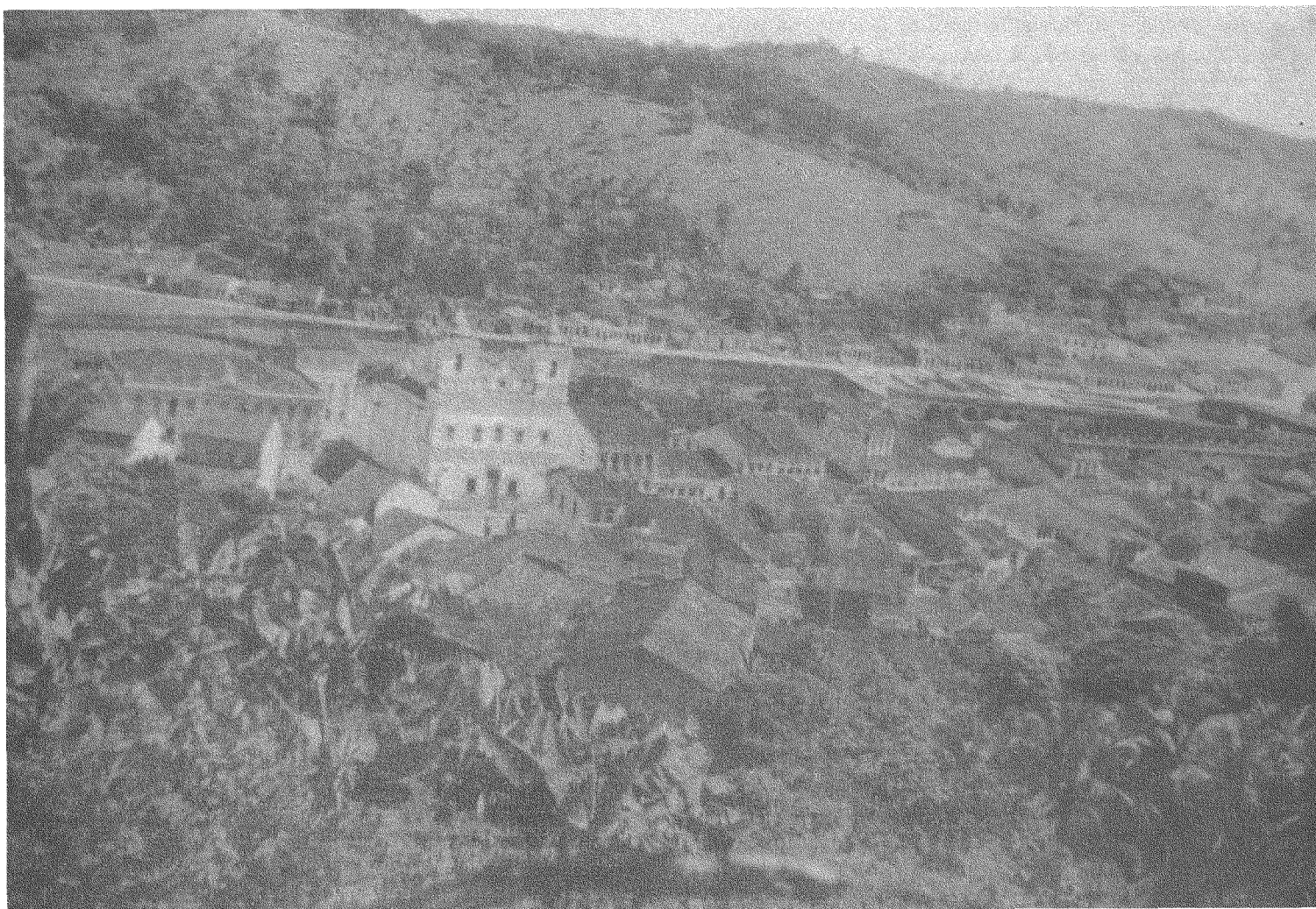
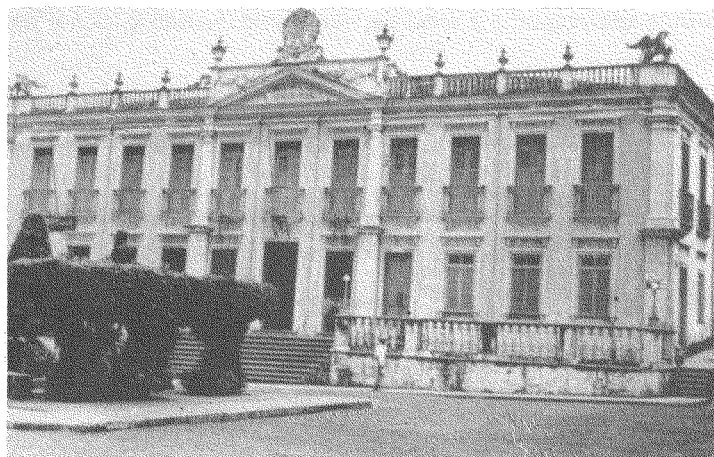
HISTÓRICO — Em 1561, quando o bispo D. Pedro Leitão fêz a primeira visita pastoral ao interior da Bahia, pontificando missa na aldeia de Vera Cruz, na ilha de Itaparica, onde batizou 530 indígenas, nada se sabia sôbre a existência de qualquer povoação às margens do Jaguaripe. Na hora do embarque do Prelado, que viera com 40 jesuítas e 3 irmãos, chegava um mensageiro mandado por principal de um rio chamado Jaguaripe, dizendo que tinham por novas que o Padre estava de caminho para lá a fazer igrejas e que êles prometiam ajuntar-se e fazer o que lhes fôsse ordenado para construção do seu templo.

Das informações que se seguiram, através de cartas jesuíticas, tem-se a certeza de que o padre Luís da Grã penetrou no rio Jaguaripe, partindo da vila de Itaparica e seguindo ao longo da costa até o sul, onde fundou mais tarde as aldeias de São Miguel e Taperaguá. Apesar de já existir no fim do primeiro século da descoberta a aldeia de Santo Antônio, dos índios de Jaguaripe, que iniciou a povoação de Aratuípe, o povoamento da região, entretanto, foi feito por abastados colonizadores portuguêses tais como Antônio Ribeiro, dono da 1.ª sesmaria concedida por Mem de Sá, Gabriel Soares, Diogo Correia Sande e Fernão Cabral de Ataíde, que foi, incontestàvelmente, o primeiro civilizado a penetrar o município de Nazaré, estabelecendo-se no local onde é hoje o bairro da Conceição e aí construindo um engenho e uma capela, que tomaram o nome de São Bento.

Um acontecimento importante na vida do velho donatário da sesmaria em aprêço talvez originasse a decadência do povoado. Além de severas e gravíssimas denúncias por permitir práticas religiosas de índios na sua fazenda, relativa a uma seita que se denominava "Santidade", e que foram extintas pelo Governador Manoel Teles Barreto, correram notícias de que o próprio Fernão Cabral de Ataíde tomava parte nelas. Em 2 de fevereiro de 1591 foi êle confessado e condenado pelo Santo Ofício à sentença "misericórdia" que, segundo Anchieta, condenou-o a dois anos de destêrro. Sua mulher D. Margarida da Costa, natural de Moura, também se confessou perante o Santo Ofício no dia 30 de outubro do mesmo ano.

Como vexame à família, vê-se ainda envolvido por denúncia ao Santo Ofício o genro de Fernão Cabral, Doutor Ambrósio Peixoto de Carvalho, desembargador, provedor dos defuntos e ausentes, casado com D. Beatriz de Ataíde.

Começou então a entrar em decadência a povoação da margem direita e a florescer o casario da margem oposta.

Primitivamente as terras da margem esquerda foram doadas, sob condição, por D. Álvaro a Pero Carneiro, que as não aproveitou. O texto da referida data dizia: "esta água e terra acham-se além do Copiobuçu, tendo em sua frente, do outro lado do rio, em terras de S. A. um engenho que está fazendo Fernão Cabral de Ataíde".

Vista panorâmica da cidade.

Prefeitura Municipal.

Tempos depois, correu a notícia que havia aparecido a uma "cachopa lusitana" uma senhora de rara beleza, que diziam ser a Virgem de Nazaré.

O povoado tornou-se alvo de crescentes romarias, e Antônio de Brito requereu, em 1649, ao bispo D. Pedro da Silva licença para levantar aí uma capela e o fêz com a ajuda do povo que ajuntara no local levado pela notícia do milagre. Construída a capela, recebeu a invocação de Nossa Senhora de Nazaré. Em seu redor logo se formou uma povoação com o nome de Nazaré. Em virtude de os seus habitantes se dedicarem ao fabrico de farinha de mandioca, ficou a povoação conhecida por Nazaré das Farinhas.

Nasceu assim a cidade do Engenho fundada pelo capitão Antônio de Brito.

Em 1753, D. José Botelho das Matas, 8.º Bispo da Bahia, elevou a capela de Nossa Senhora de Nazaré, da povoação de Nazaré das Farinhas, à categoria de freguesia.

Igreja-Matriz de N. S.ª de Nazaré.

Em vista do seu crescente desenvolvimento, foi promovida à vila, com o nome de Nossa Senhora de Nazaré, e criado o município, com território desmembrado de Jaguaripe, por Decreto datado de 25 de outubro de 1831. A instalação realizou-se a 15 de outubro de 1832.

Dezessete anos depois, era a vila elevada à categoria de cidade, com o título de "Constitucional Cidade de Nazaré", pela Resolução provincial número 368, de 10 de novembro de 1849.

Em 1910, com a criação do distrito de Onha ocorrida em 30 de julho, o município ficou formado pelos distritos de Nazaré e Onha. Na divisão territorial de 1933, é acrescido do distrito de Rio Fundo, criado pelo Decreto estadual número 8 468, de 2 de junho de 1933, situação que permaneceu até 1938. Pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, o distrito de Rio Fundo passou a denominar-se Muniz Ferreira.

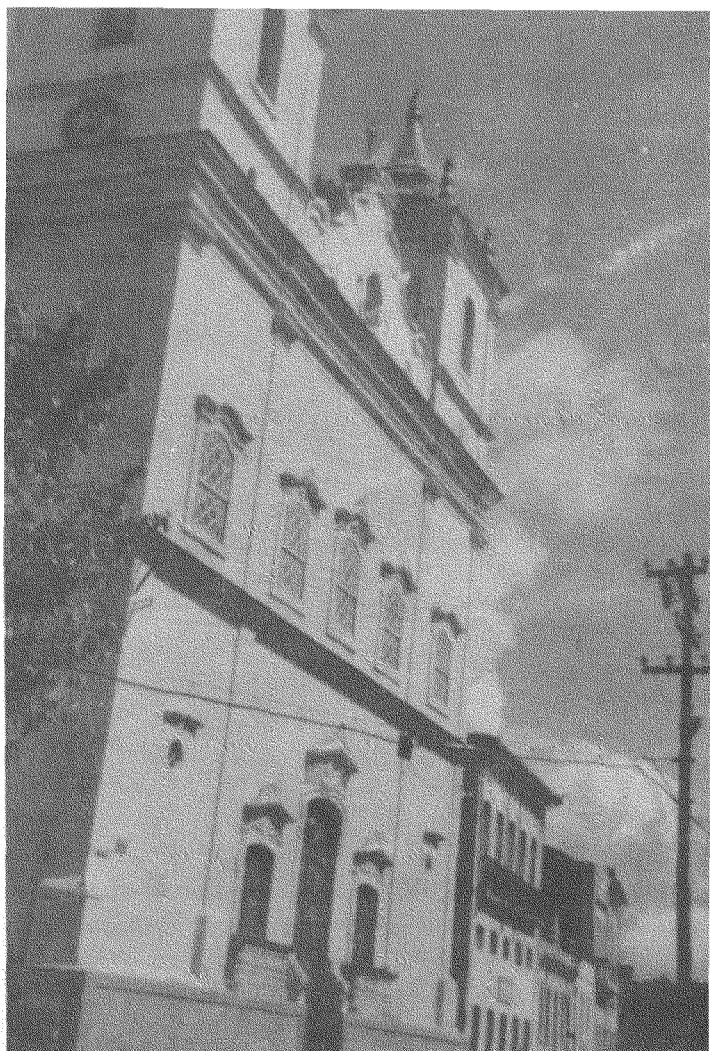
Pelo disposto no Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, o município de Aratuípe foi extinto e o seu território anexado ao de Nazaré na qualidade de distrito. Dêsse modo, ficou Nazaré formado por quatro distritos, os três citados acima e mais o de Aratuípe. Todavia, o Decreto-lei estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, modificou o Decreto-lei estadual número 141, restaurando o município de Aratuípe.

Atualmente sua composição continua a mesma: Nazaré, Muniz Ferreira e Onha.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica do Recôncavo da Bahia. Limita com os municípios de Santo Antônio de Jesus, São Felipe, Maragogipe, Jaguaripe e Aratuípe. A sede possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 02' de latitude Sul e 39° 00' 20" de longitude W. Gr. Está a 58 quilômetros, em linha reta, da Capital do Estado, sendo seu rumo O.S.O. a partir da Capital.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 2 m na zona do pôrto, elevando-se para 5 na parte mais alta da cidade.

ÁREA — A área municipal é de 323 km², classificando-se Nazaré em 15.º lugar dentre os municípios baianos de menor extensão territorial.

Vista parcial da Igreja-Matriz de N. S.ª de Nazaré.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são os rios Jaguaripe, Tijuca, Copioba-açu, Copioba-mirim, Jiquitibá, Onha e Taitinga; os riachos Água Doce, Caraípe, Tabocas, Trempe e Riachão; as ilhas Remédios e Manoel da Luz; os morros Alto do Monte Belo, Alto da Bela Vista, Alto do Cruzeiro, Morro do Cemitério e Morro Manoel da Luz.

CLIMA — O clima do município é temperado; úmido no inverno e quente no verão. Em 1956, a temperatura máxima foi de 32°C, a mínima de 25°C e a média de 29°C.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora é reduzida devido às devastações que têm sofrido suas matas. No entanto ainda são encontradas piaçaveiras, dendêzeiros e babaçuzeiros. As ocorrências minerais verificadas são: ferro, manganês e mercúrio, inexploradas, e pedra para construção, explorada.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era de 24 045 habitantes, sendo 11 450 homens e 12 595 mulheres, predominando os de côr parda, que somavam 11 290. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam a maioria com 8 357 contra 5 282 casados. Do total da população, 47,84%, localizavam-se no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Existiam em 1950 três aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Nazaré com 11 205 habitantes e as vilas de Muniz Ferreira com 911 habitantes e Onha com 425 habitantes. No último Censo, Nazaré classificou-se em 12.º lugar dentre as cidades baianas mais populosas.

Outras aglomerações — Além da cidade e vilas, o município conta os seguintes povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Caboto — 555 hab., Sofia — 215 hab., Tijuca — 150 habitantes, Taitinga — 150 habitantes, Pastinho — 95 habitantes, Araçá — 75 habitantes, Viriato Bitencourt — 70 habitantes, Tapera — 70 habitantes, e Barroção — 50 habitantes.

Igreja da Conceição.

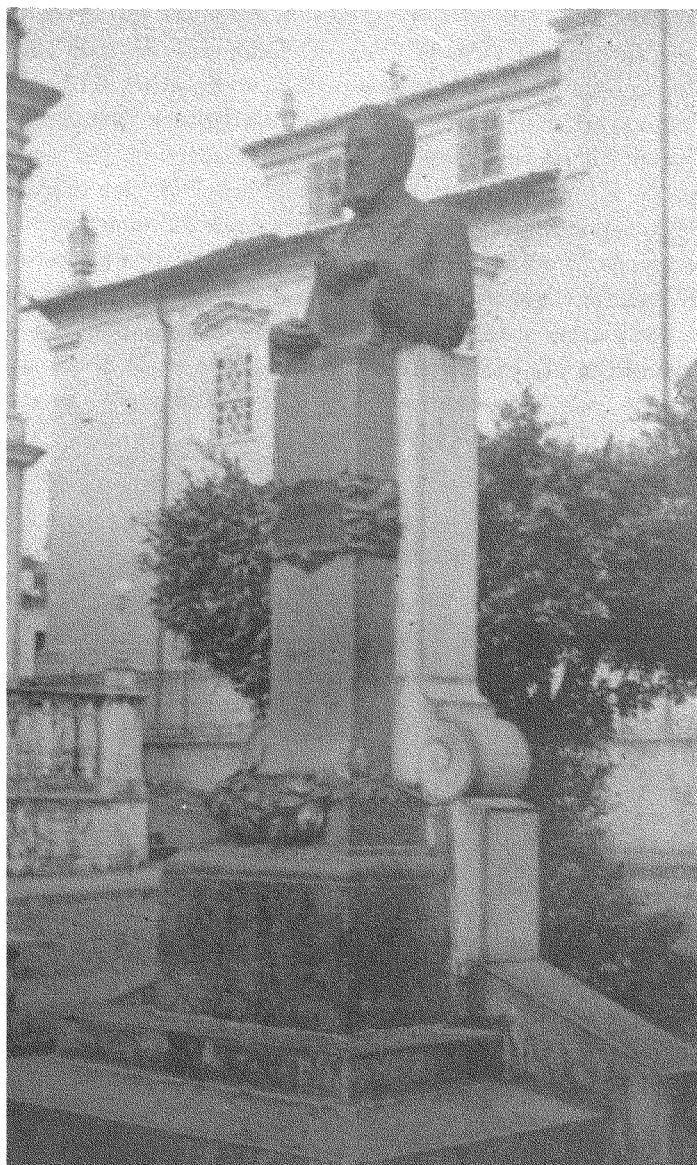
ATIVIDADE ECONÔMICA — O Recenseamento de 1950 informa que 15,47% das pessoas em idade ativa, (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à economia do município é a lavoura, figurando Nazaré como um dos grandes centros agrícolas do Estado, como produtor de mandioca, cana-de-açúcar e banana. Cultiva-se, ainda, café, arroz e cacau, em pequena quantidade. O volume da produção agrícola em 1955 atingiu 43 565 milhares de cruzeiros, sendo que só a mandioca contribuiu para êsse total com mais de 25 milhões. A produção extrativa está representada pela produ-

Hospital São Martim.

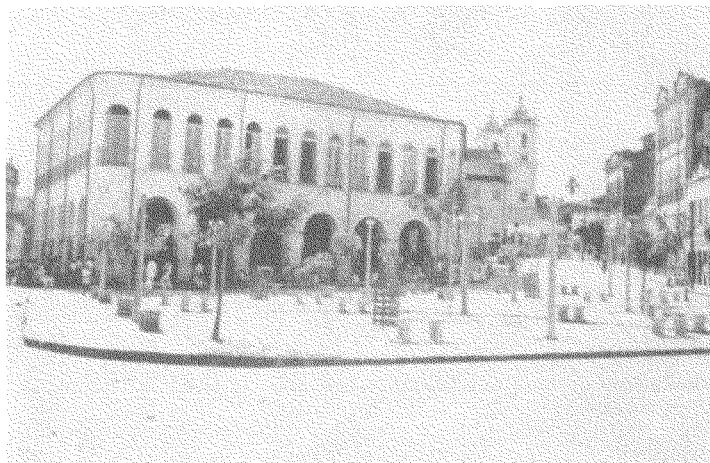
ção de piaçava, coquilho de dendê, lenha e madeiras diversas. O valor total da produção extrativa em 1955 foi de . . 5 540 milhares de cruzeiros. A produção industrial, que em 1955 foi superior a 68 milhões de cruzeiros, é representada pelos seguintes produtos: sacos de algodão para cereais, açúcar beneficiado, aguardente, azeite de dendê, carvão vegetal, couros e peles curtidos, farinha de mandioca, fogos di-

versos, óleos vegetais, rapadura, sal refinado, tijolos etc. O Município produz excelente farinha de mandioca, conhecida por "copioba", provindo daí a sua denominação de Nazaré das Farinhas.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Nazaré à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte. À Capital Federal, via rodoviária (1 620 quilômetros); à Capital do Estado, via mista (ferrovia, 31 km e marítima, 21 mi), às cidades de Aratuípe, via fluvial (20 mi), rodoviária (6 km); Jaguaripe, via fluvial (15 mi); Maragogipe, via mista (ferrovia, 31 km e fluvial, 8 mi) ou por meio de rodovia (116 km); S. Antônio de Jesus, ferrovia (34 km) ou rodovia (34 quilômetros); e São Felipe, via rodoviária (80 quilômetros). É servido pela Estrada de Ferro de Nazaré, que liga o pôrto de São Roque à cidade de Jequié.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local é realizado por 133 estabelecimentos, sendo 13 atacadistas e 120 varejistas. Nazaré comercia com Salvador e municípios adjacentes. Da capital do Estado, de São Paulo e do Rio de Janeiro importa artigos industriais, ferragens, armarinhos, etc. Há na sede municipal uma agência do Banco do Brasil S.A., instalada em 1.º de junho de 1943, e uma agência da Caixa Econômica Federal.

Herma do Dr. Alexandre José de Barros Bittencourt.

O giro comercial em 1956 foi de 108 600 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial decretado para a 3.ª sub-região e na qual está incluída o município é de .... Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade é situada em ambas as margens do rio Jaguaripe. Cidade colonial, possui ainda belos edifícios característicos da arquitetura da época. Conta com 102 logradouros, dos quais 55 são pavimentados, 5 ajardinados ou arborizados e 36 ligados à rêde de esgotos. Existem 3 139 prédios sendo 1 841 providos de energia elétrica e 1 198 servidos de esgotos. Os principais logradouros são a Praça Municipal e a Praça Alexandre Bitencourt. Funcionam 2 cinemas e existem 1 hotel, 6 pensões e 1 Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Praça Alexandre Bittencourt.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestam assistência no município o hospital "José Gonçalves Martins", mantido pela Santa Casa de Misericórdia, dispondo de 110 leitos para indigentes, e o Pôsto de Higiene de Nazaré, mantido pelo Govêrno do Estado. Existem também o Pôsto da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Empregados Públicos e o Pôsto Médico "José Patrício Figueiredo", destinado aos sócios do Montepio dos Artistas Nazarenos. Exercem a profissão no município 4 médicos, 4 dentistas, 1 farmacêutico e 1 enfermeiro. Nazaré faz parte do Setor número 1, sediado em Salvador, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Largo da Independência.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Funcionam no município o Clube das Mães "Imaculada Con-

Vista parcial de uma rua da cidade.

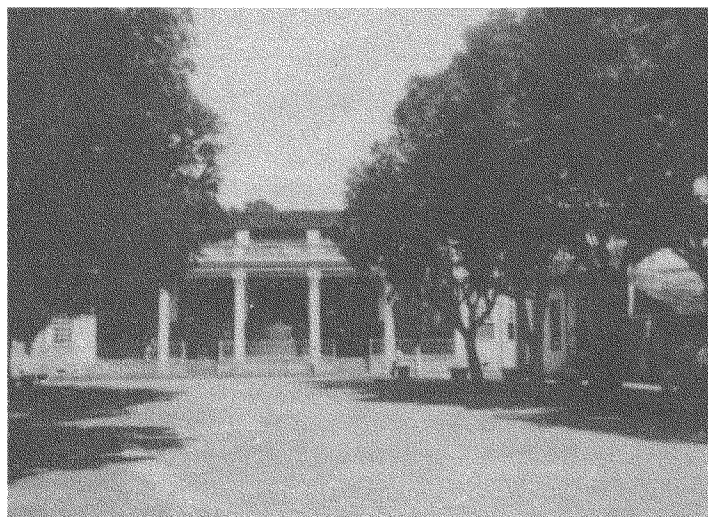
ceição", destinado a prestar assistência às gestantes pobres, e o Lactário mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. Além destas sociedades, contam-se mais as seguintes: "Mútua União dos Operários", "Previdente Plano Funerário dos Ferroviários de Nazaré e Pessoas da Caixa de Pensões", "Plano Funerário Auxiliadora dos Ferroviários de Nazaré", "Unificadora dos Professôres Primários do Estado", "Montepio dos Artistas Nazarenos", Recolhimento "Aprendizado Clemente Caldas" e "Abrigo Paulo de Tarso".

Funcionam na cidade as cooperativas dos Bangüezeiros e Agricultores de Nazaré e a Cooperativa Banco de Crédito Agrícola e Popular de Nazaré.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população do Município de 5 anos e mais era de 20 687 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 7 751 pessoas (37,5%).

Ensino — Em 1956, funcionavam 68 estabelecimentos do ensino fundamental comum, sendo 46 estaduais, 11 municipais e 11 particulares, com cêrca de 3 500 alunos matriculados, Dessas escolas, 12 estavam localizadas no interior do município.

O ensino extraprimário é ministrado por dois estabelecimentos: o Ginásio "Clemente Caldas" e o Educandário da Cidade de Nazaré, que leciona o curso pedagógico. A matrícula inicial em 1957 alcançou 352 e 71 alunos, respectivamente.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circulam na cidade os jornais "O Nazareno", "O Alvitre" e "O Grito", os dois primeiros de periodicidade mensal e o último, quinzenal. Há, também, quatro bibliotecas, sendo a principal denominada "Anísio Melhor" e pertencente à Prefeitura Municipal, contando 2 230 volumes. A Agência de Estatística possui uma biblioteca em formação. Funcionam no município 8 associações culturais.

Solar em frente ao pôrto.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS —Existem dois monumentos na cidade: um ao Doutor Alexandre Bitencourt, constituído por busto de bronze sôbre pedestal de granito, de autoria de Pasquale de Chirico, mandado confeccionar pela Prefeitura Municipal. Está localizado à Praça 24 de Outubro em frente ao Prédio da Prefeitura. Foi inaugurado em 21 de janeiro de 1941 e tem a seguinte inscrição: "Ao Dr. Alexandre José de Barros Bitencourt, Patriarca Nazareno — 22-III-1831 — 11-IX-1911"; o outro é um pequeno monumento comemorativo à Cooperação aos Combatentes da Independência. É um obelisco de alvenaria, de forma cônica, com base quadrada, iniciativa do Intendente Pedro Dias Tavares, inaugurado em 1930. Conta com as seguintes inscrições: "Homenagem à patriótica cooperação alimentícia aos combatentes que no litoral derrotaram a frota lusitana". Na outra face há os dizeres: "Aos bravos Pracinhas de 1945, homenagem da cidade de Nazaré — julho de 1951".

Estação Alexandre Bittencourt (E.F.N.).

Vista parcial da Rua Conselheiro Saraiva.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Paróquia de Nossa Senhora da Purificação de Nazaré, estando subordinada ao arcebispado da Bahia. Sua fundação data de 1870. Conta 4 igrejas, 13 capelas públicas e 9 semipúblicas. Mantém 8 associações religiosas, destacando-se as irmandades do Santíssimo Sacramento e de Nossa Senhora de Nazaré, fundadas em 1780 e 1785, respectivamente.

Existem 2 templos batistas, 1 adventista, 1 evangélico e 8 centros espíritas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — "O 2 de fevereiro" é o maior dia da cidade. É consagrado à padroeira, cuja festa começa nove dias antes e consta de missa com sermão, procissão e festa, com quermesse, barracas de quitutes, refrescos, e o tradicional leilão de pratos da culinária regional: efó, aberém, abará, xinxin, arroz de côco, vatapá e caruru. Nas tardes seguintes vêm à rua os cordões e ranchos.

Junho com suas noites frias e nevoentas é esperado sempre com viva simpatia pela família nazarena. É o tempo das novenas a S. Antônio, S. João e São Pedro, tempo das fogueiras em frente de quase tôdas as casas, dos foguetes, busca-pés, e bombas, dos serões nas roças, das mesas postas onde os pudins, os manuês, a canjica e o doce de leite se misturam na sua variedade com os pratos que remontam

Alto do Barão e Bairro da Conceição.

aos primeiros séculos da vida brasileira: o massapão, o bolo de milho, o bolo de puba (que é conhecido por bolo de São João), o pão-de-ló e muitos outros.

Dentre os costumes locais, cuja tradição vem de séculos, é justo que citemos a famosa "Feira de Caxixis", única no seu gênero na Bahia, e que se realiza na noite de Sexta-Feira da Paixão. Consiste na venda de vasilhas de barro de todos os tipos e tamanhos, onde a população se provê, do mais rico ao mais pobre, e que sem quebra do espírito de religião, é a mais atraente curiosidade do ano. A criançada se despeja pelo grande local porque a ela é mais sedutor o quadro, visto os caxixis serem pequeninos vasos imitando os vasilhames de uso doméstico, desde a minúscula taça, chávena, garrafinha, pote, panela até o prato.

Vista do Pôrto de Jacaré.

Outra tradição que Nazaré mantém é a lavagem da igreja por mucamas e creoulas domésticas, de saia rodada, camisa de pala brunida de goma, xales de tôdas as côres e tecidos, panos da costa em mosaicos miúdos, num agitar de miçangas aos requebros, conduzindo tôdas elas, equilibrados na cabeça, sôbre o torço alvo e colorido o pote cheio de água, tufada a bôca de crótons, ramos de flôres, ou acácias côr do sol. Uma orquestra típica anima a cerimônia.

Quando eu vim lá de casa Chuvia aí;
Chuvia miudinho
Chuvia, aí

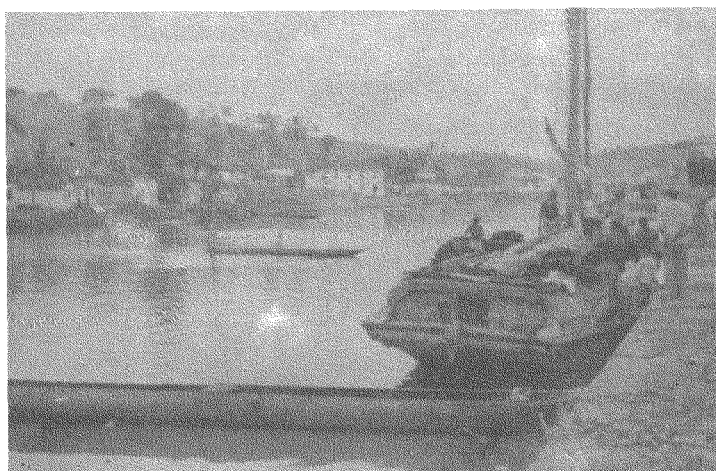
E seguem-se quadras de feitio semipiedoso:

De manhã eu fui à fonte,
Fui lavar a Conceição
Encontrar Nossa Senhora
Com o seu patinho na mão

Outras vêzes é a facéia do capadócio galante:

A renda da tua saia
Vale bem cinco mil réis.
Arrasta mulata a saia
Que eu te dou cinco, são dez.

Trecho do rio Jaguaripe.

Nazaré cultivou tôdas as festas originárias da tradição portuguêsa: a "Ciranda", a "Nau Catarineta", as "Janeiradas", o "São Gonçalo" as "Cavalhadas de Argolinhas", os "Autos dos Mouros e Cristãos", bem como os de origem africana e silvícola, desde as "Congadas", os "Candomblés", os "Concubris", até os de origem e reflexo caboclo: burrinha; bumba-meu-boi; candoeiro, sinhá e passo do camaleão.

Trecho do rio Jaguaripe.

A "capoeira" é ainda freqüente. O "birimbau", o pandeiro e a viola são os instrumentos indispensáveis. Situada a cidade à beira de um rio navegável, com serviço de transporte, é o negro estivador o principal personagem das capoeiras, na qual se canta uma chula em refrão que diz o seguinte:

"Ó Loandê!
Tiririca é faca de cortá
Ó Loandê
Não me corta, moleque de Sinhá!"

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 7 568 eleitores inscritos, tendo votado 4 484 nas eleições de 1954. São 8 os vereadores em exercício. Exerciam atividades no município 127 funcionários públicos, sendo 26 federais, 39 estaduais, 48 municipais e 14 autárquicos.

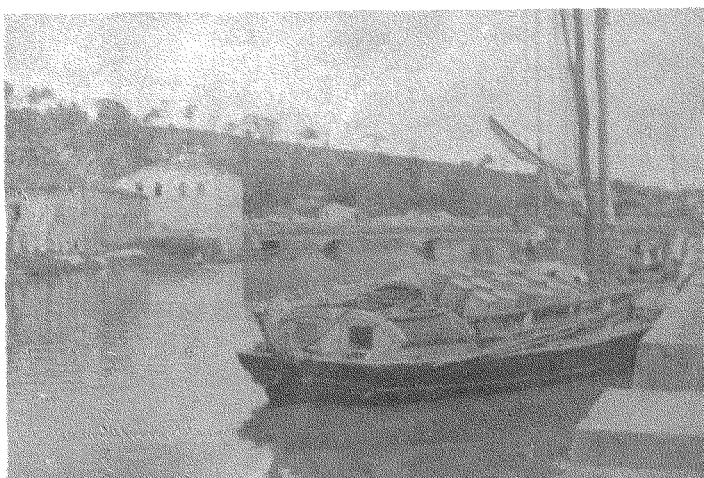
FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento das finanças municipais é informado no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	856	1 506	1 485	715	1 460
1951	1 054	2 258	1 645	927	1 523
1952	1 383	2 183	2 039	1 053	1 910
1953	1 679	2 203	2 440	1 053	2 042
1954	2 103	2 635	2 825	1 368	2 828
1955	3 673	3 665	3 497	1 744	3 441
1956	3 413	4 344	4 166	2 235	3 989

JUSTIÇA — A comarca de Nazaré foi criada por Decreto de 29 de novembro de 1832, sendo instalada a 9 de maio de 1833. Em 1936, estava formada por três têrmos: o de Nazaré, o de Jaguaripe e o de Santo Antônio de Jesus. Conforme o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, integram a referida comarca 4 têrmos que são: Nazaré, Jaguaripe, Santo Antônio e Aratuípe.

Aspecto parcial do pôrto, no rio Jaguaripe.

Em 1938, continua com os mesmos têrmos, notando-se, porém, que o de Santo Antônio readquiriu seu antigo topônimo de Santo Antônio de Jesus.

Em virtude do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, a comarca de Nazaré deixou de abranger o têrmo de Santo Antônio de Jesus, que passou a constituir nova comarca, e o de Aratuípe, que perdeu a categoria de têrmo.

Outro aspecto do rio Jaguaripe.

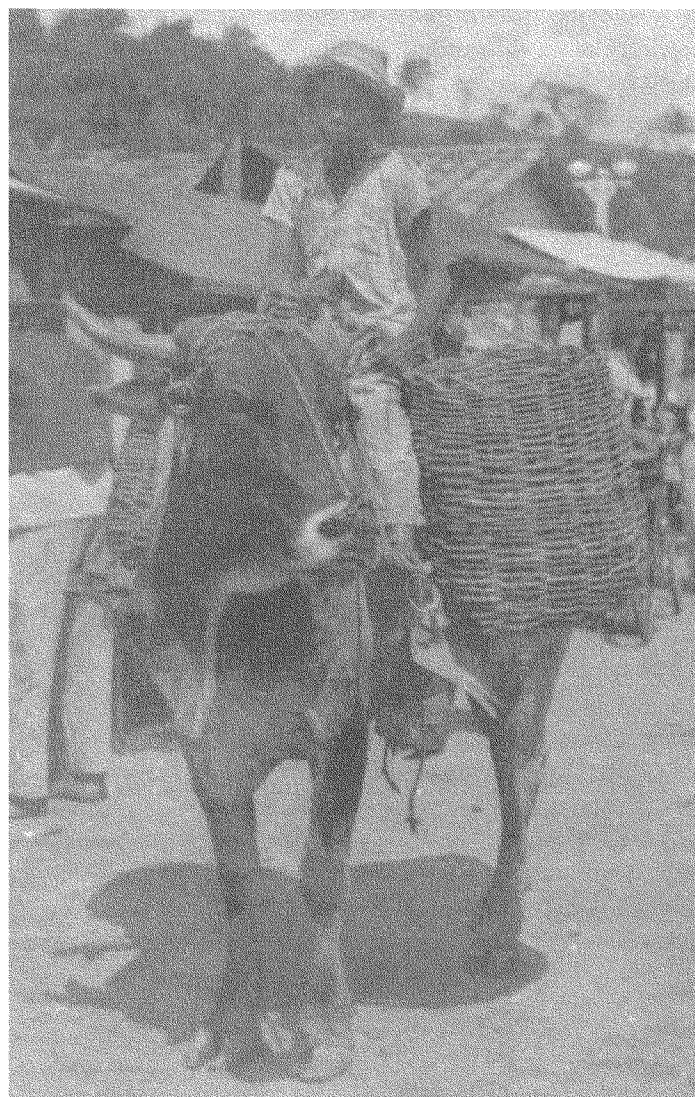
O Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, fêz nova alteração, passando a comarca a se constituir de três têrmos: Nazaré, Aratuípe e Jaguaripe, situação que perdura até hoje, sendo a comarca de 3.ª entrância. Em 1956, foram julgados 109 feitos, sendo 90 no cível. 2 no cri-

Aspecto da feira-livre.

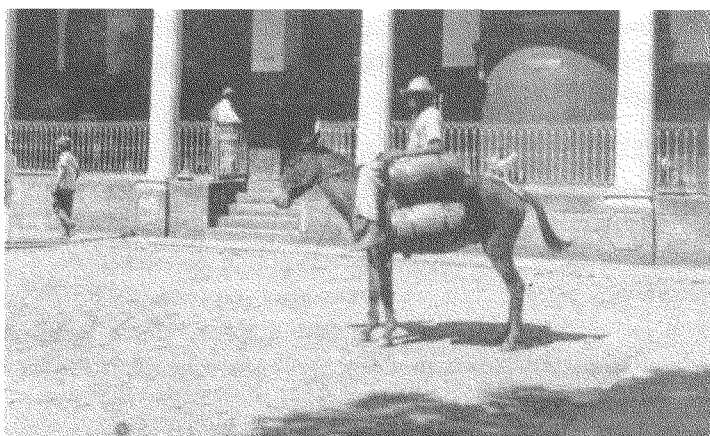
me e 17 de outra natureza. Funcionam 9 cartórios, 3 dêsses são do registro civil.

VULTOS ILUSTRES — *Conselheiro Antônio Pinto Chichonio da Gama* — Nasceu em abril de 1800. Foi deputado por Minas Gerais, Presidente em diversas Províncias, ministro do Império e da Fazenda no período da Regência. Referendou o Decreto de 14 de dezembro de 1833, que suspendeu o Conselheiro José Bonifácio da tutoria de D. Pedro II. A Província do Rio de Janeiro o elegeu Senador em 11 de junho de 1865. Faleceu em 18 de junho de 1887. *Dr. Alexandre Pimentel de Barros Bitencourt* — Fundador da Estrada de Ferro de Nazaré. Médico. *Anísio Melhor.* — Nasceu em 7 de maio de 1885 e faleceu em Salvador a 22 de março de 1955. Fêz seus estudos na cidade natal, onde viveu modestamente quase tôda sua vida, ocupando o cargo de tesoureiro da Prefeitura Municipal e depois de diretor do Asilo de Meninos Desvalidos. Espírito privilegiado, dotado de grande talento e decidida vocação para as letras, foi poeta, romancista, folclorista e cultivador de línguas. Publicou vários livros entre os quais "Meus Versos", "Almas Enfêrmas", "Idéias e Emoções", "Maria Lúcia", "Maria Cabocla", "Maria do Céu", "Violas" e "Criaturas de Minha Vida". Fundou e redigiu a revista "A Cigana", assim como alguns jornais, salientando-se "O Conservador" e "A Bandeira". Foi fundador e diretor do Ginásio "Clemente Caldas", dando assim a Nazaré a sua primeira escola secundária. *Pedro de Sousa Ramos* — Fêz o curso quase completo de presbítero no Seminário da Bahia mas não chegou a se ordenar. Jornalista, vibrante orador e conhecedor de várias línguas. Fundou o Núcleo Escolar São Pedro.

Exposição de artigos de cerâmica.

Montaria típica da região.

Cavalgando um touro, que é usado comumente no município para o transporte dos produtos agrícolas.

Da grande plêiade de nazarenos ilustres, fazem parte Joaquim Porfírio de Sousa, o Barão de Taytinga, Dr. Lídio Mesquita, Dr. José Marcelino de Sousa, Viriato Maia Bittencourt, José Pimentel de Barros Bittencourt, Cônego João Gualberto Magalhães, Dr. Manoel Muniz Ferreira, Dr. Lyderico Santos Cruz, Américo Silvestre de Farias, Manoel Lourenço de Magalhães, Dr. Ranulfo Farias, Dr. Edgar Mata, jurista e criminalista de renome e Manoel Augusto dos Santos, maestro radicado no Recife.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Os naturais do município denominam-se nazarenos. O nome dado à cidade envolve encantadora lenda religiosa, conforme conta Anísio Melhor na sua novela "Maria Cabocla": "Um dia, um lavrador já velho ao despertar para a labuta de suas terras viu que tinha à sua porta moradores do seu senhorio e com grande espanto e alegria religiosa ouviu dêles que aparecera à beira do rio uma imagem que já fôra vista por mais de dez pessoas, e não era outra segundo os informes, senão a Virgem de Nazaré. No dia 2 de fevereiro quando a manhã calma e perfumada se levantava doirando de sol o verde da paisagem, uma matuta graciosa, descendo à margem do rio, vê sôbre uma penha feita de verdura, à beira da água, uma mulher de extraordinária beleza, com os cabelos qual

Aguadeiro abastece a cidade.

um manto de ouro a se derramar pelas espáduas, a túnica branca como a neve, os pés apertados na roseira de umas sandálias doiradas, e sente que essa mulher sorri para ela, apertando nos braços um menino meigo com um sorriso infantil e loiro como um fruto de hesperídeas".

"A camponesa tão pasmada fica, que obedecendo a um impulso interior, dobra, em fervorosa adoração, os joelhos e um nome lhe sai dos lábios: Nossa Senhora de Nazaré".

"A imagem nesse momento se desfez no espaço e a donzela corre a anunciar êsse maravilhoso acontecimento".

O Prefeito em exercício é o Sr. Viriato Araújo Correia, e o Presidente da Câmara é o Sr. Raimundo de Araújo Pereira. O primeiro Intendente Municipal foi o Sr. Manoel Inácio Sampaio. A primeira Câmara compunha-se dos seguintes membros: João Amado Coutinho Barata, Antônio de Assis, Antunes Nunes Pinheiro de Almeida, Francisco de Brito Feio, Francisco José de Araújo Franco e padre Manoel Francisco Medina.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Anterlino Leite Gaspar; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Antônio Lisboa de Freitas; Auxiliar da Agência — Waldemar Lemos.)

NILO PEÇANHA — BA

Mapa Municipal na pág. 51 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Na ilha que atualmente tem o nome de "Velha Boipeba" e que pertencia à Capitania de Ilhéus, o donatário desta, Lucas Giraldes, ordenou a João de Andrade que fundasse na dita ilha uma vila, o que foi feito no ano de 1565, tendo ela o nome de "Santo Antônio de Boipeba". Sua capela, sob a invocação do Divino Espírito Santo, foi elevada à freguesia pelo 4.º bispo, D. Constantino Barradas, no ano de 1618, com o nome de "Divino Espírito Santo de Boipeba".

Devido aos constantes ataques dos índios radicados em suas redondezas, a vila de Santo Antônio de Boipeba não conseguiu prosperar, razão por que, pelo Decreto de 19 de dezembro de 1810, foi transferida para a povoação de Jequié, pertencente à mesma vila, situada em terras da fazenda de propriedade de Joaquim Gomes Machado, ficando vila e município com o nome de "Nova Boipeba", com instalação a 28 de fevereiro de 1811.

Em 1819, o Decreto datado de 30 de setembro desmembrou do Município de Valença e anexou ao de Nova Boipeba a povoação de Taperoá.

A capela sede do município de Nova Boipeba, e que era filiada à freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Cairu, foi elevada à categoria de freguesia com o nome de "Senhor do Bonfim da Nova Boipeba", pela Lei provincial número 67, de 1.º de junho de 1838.

Foi o município suprimido pela Lei provincial número 284, de 29 de maio de 1847, que transferiu a sua sede para a povoação de Taperoá, elevada à vila, sendo criado êsse município.

A Capela de São Brás da vila de Taperoá foi promovida à freguesia pela Resolução provincial número 346, de 21 de julho de 1849, que para ela transferiu a sede da freguesia do Senhor do Bonfim de Nova Boipeba.

A capela do Senhor do Bonfim de Nova Boipeba, do arraial de Jequié, foi novamente elevada à freguesia com o mesmo nome, pela Lei provincial número 1 242, de 25 de junho de 1872. Com os mesmos limites da Freguesia restaurada, a Resolução provincial número 1 279, de 30 de abril de 1873, restaurou, desmembrado do de Taperoá, o município de Nova Boipeba, que foi reinstalado a 4 de junho de 1874. Pelo Decreto estadual número 7 149, de 24 de dezembro de 1930, o nome foi mudado para "Nilo Peçanha".

Na divisão administrativa de 1933, o município de Nilo Peçanha figurou constituído apenas do distrito-sede. Nas divisões territoriais de 1936 e 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, aparece formado de dois distritos: Nilo Peçanha e Palmeiras, situação que ainda permanece. O distrito de Palmeiras passou a chamar-se Indaiá.

LOCALIZAÇÃO — Localiza-se o município na Zona Fisiográfica Cacaueira. Limita com os municípios de Taperoá, Ubaíra, Santa Inês, Itaquara, Ituberá, Ipiaú, Cairu, Jequié, Jaguaquara e o Oceano Atlântico. A sede municipal possui

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Vista parcial da cidade.

as seguintes coordenadas geográficas: 13° 35' 10" de latitude Sul e 39° 05' 50" de longitude W. Gr. Seu rumo partindo da Capital do Estado é S.O., da qual dista 89 quilômetros, em linha reta.

ALTITUDE — A sede municipal está apenas a 4 m de altitude.

ÁREA — A área do município mede 985 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: rios Almas, Prêto, Peixe, Tôrre, São João e Zuada. Serras "Três Serras" e Pelada. Ilha do Cotovêlo. Lagoas do Sino e da Onça. Açudes Paulo Bento, Maurício do Ouro, Miculausinho e Manoel Benedito. Quedas d'água das Três Serras, da Onça, do Alambique Chuvedor, de Santa Rita, do Rigor, da Capela e do Balcão.

CLIMA — O clima é úmido no inverno e quente no verão. As chuvas são constantes. A temperatura máxima atinge a 32 graus centígrados e a média a 28, sendo êstes dados estimativas pela falta de pôsto meteorológico.

RIQUEZAS NATURAIS — Nilo Peçanha é rico em florestas, onde são ainda encontradas árvores de grande porte, empregadas para construção de embarcações, e madeiras de tôda espécie. Conta grande quantidade de piaçaveiras e dendêzeiros. Abundam as seguintes plantas medicinais: quina, araroba, copioba, angico, catuaba e cambarra.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950 a população do município era de 18 108 habitantes, sendo 9 304 homens e 8 804 mulheres, predominando os de côr parda com 10 977, seguidos pelos pretos em número de 4 640. Quanto ao estado civil, existiam 5 213 solteiros contra 3 755 casados. Localizavam-se no quadro rural, 83% da população.

Aglomerações urbanas — Há no município a cidade de Nilo Peçanha com 1 435 habitantes e a vila de Indaiá com 1 640 (Censo de 1950). Estima-se em 1 700 habitantes a população da Cidade, em 1957.

Outras aglomerações — Além da cidade e da vila, contava o município os povoados abaixo, cuja população em 1957 é a seguinte: Itiúca — 470 habitantes; Barra do Carvalho — 410 habitantes; São Francisco — 345 habitantes; Jatinana — 240 habitantes; Rio das Almas — 185 habitantes; Boitaracas — 150 habitantes; Barreiros — 120 habitantes; Barroquinha — 120 habitantes e Apuarém — 105 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — *Agricultura* — Segundo o Censo de 1950, 33,89% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, salientando-se a produção do cacau que, em 1955, alcançou a 89 632 arrôbas. Como culturas subsidiárias, existem a mandioca, o café, o arroz, o feijão, o milho, o fumo, o abacaxi e a banana.

Indústria — A produção extrativa está representada pela piaçava e pelas madeiras, cujas produções em 1956 atingiram os valores de Cr$ 9 031 320,00 e Cr$ 2 813 520,00, respectivamente. A indústria madeireira consta do beneficiamento de madeira em grande serraria. Conta ainda o município pequenas indústrias de alambiques, casas de farinha, "roldões" para fabrico de azeite dendê e olarias. O valor da produção industrial em 1955 foi de 7 192 milhares de cruzeiros. A produção animal é representada pelo pescado, que, em 1955 foi de 249 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Nilo Peçanha à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal, via mista (rodoviária, 348 quilômetros e marítima, 759 mi) ou aérea 1 260 km; Capital do Estado, via aérea — 100 km, marítima, 90 mi e rodoviária, 348 km; Cairu — 16 mi; Ipiaú — mista (vicinal, 18 quilômetros e rodovia, 128 quilômetros); Itaquara — vicinal, 192 km; Ituberá — marítima, 24 mi ou rodoviária, 18 km; Jaguaquara — Vicinal, 210 quilômetros; Jequié — mista (vicinal, 18 km e rodoviária, 198 quilômetros); Santa Inês — vicinal, 220 quilômetros; Taperoá — marítima, 12 mi ou rodoviária, 7 km e Ubaíra — vicinal, 240 quilômetros. Possui um campo de pouso para pequenos aviões, e um pôrto fluvial.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, Valença e Taperoá. Existem 63 estabelecimentos varejistas e 1 atacadista. O giro comercial em 1955 foi de 30 995 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial é de 2 200 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — Localizada pouco acima da foz do rio das Almas ou Jequié, na sua margem direita, e aper-

Prefeitura Municipal.

tada entre o rio e os montes, está a cidade de Nilo Peçanha. Possui pôrto para pequenos barcos a vela. Conta 18 logradouros, sendo 10 pavimentados, 1 arborizado, todos iluminados a energia elétrica. Há 404 prédios, dos quais 183 são servidos de luz elétrica.

Funcionam 1 cinema, 1 pensão e 1 Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Exercem funções no município 2 médicos, 1 dentista e 1 farmacêutico. Há uma farmácia e 1 pôsto médico da Prefeitura, atualmente sem funcionamento. O município faz parte do Setor número 1, com sede em Salvador, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme dados do Recenseamento de 1950, a população de cinco anos e mais era de 14 736 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 2 917 (19,8%), sendo 1 448 homens e 1 469 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionavam no município 21 unidades do ensino fundamental comum, sendo 2 estaduais e 19 municipais com a matrícula efetiva de 735 alunos. Destas escolas, 3 funcionavam na sede municipal, entre as quais o Grupo Escolar Estadual Otávio Mangabeira.

Igreja-Matriz.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Contam-se três pequenas bibliotecas, com menos de 1 000 volumes cada. A primeira, a Antônio Régis de Azevedo, pertence à Agência de Estatística, possuindo, devidamente catalogados, 600 volumes de obras gerais; a segunda, com 450 volumes, pertence à Prefeitura Municipal, e a última é de propriedade do Grupo Escolar "Otávio Mangabeira", com 300 volumes.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia do Senhor do Bonfim, subordinada à diocese de Ilhéus. Conta matriz, 5 igrejas e 3 capelas semipúblicas. Funcionam 4 associações religiosas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais festas religiosas são: a que se realiza, anualmente, no terceiro domingo do mês de janeiro em homenagem ao Senhor do Bonfim; consta de novena, lavagem do templo, missa festiva e procissão e festa de largo; a dedicada a Santo Antônio ocorre no dia 13 de junho de cada ano, precedida de trezena; e as festas de São João e São Pedro. É comum o divertimento "caboclinhos", que se compõe de grupos fantasiados de caboclos, e os "ternos" que aparecem durante os festejos de Reis. Depois da visita obrigatória ao

Vista do Pôrto.

adro da matriz, vão a determinadas casas onde lhes são servidos doces e bebidas. O "bumba-meu-boi" é também freqüente quando se entoam vários cânticos entre os quais o seguinte:

Vaqueiro Canta:

Morreu janêro, vamo fazê a divisão,

Côro

Ô iaiá, óia o boi que te dá!

Vaqueiro

Pró dono da casa fica todo corchão,

Côro

Ô iaiá, óia o boi que te dá!

Vaqueiro

A passarinha é de D. Filinha,

Côro

Ô iaiá, óia o boi que te dá!

E assim é distribuído todo o boi que, após, ressuscita, manifestando-se todos os componentes com a seguinte estrofe:

"Ô iaiá olhe o boi que te dá, alevanta janêro vamo vadiá!"

Existe também a brincadeira denominada "zabiapunga", que é constituída de mascarados desfilando ao som de enxadas vibradas por percursão acompanhadas por assopros de búzios.

Queda do Balcão, localizada no rio Jêquié.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Foram alistados no município 2 143 eleitores, tendo votado 1 928 nas eleições de 1954. São 6 os vereadores em exercício. Em 1956 havia no município 131 funcionários públicos civis, sendo 3 federais, 23 estaduais, 68 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento das finanças públicas no período 1950-1956 é informado pelo quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	128	493	465	465	611
1951.......	144	754	558	558	385
1952.......	164	959	659	659	710
1953.......	191	953	1 050	408	1 029
1954.......	266	1 312	1 216	745	1 210
1955.......	276	1 737	1 378	818	1 302
1956.......	350	2 154	1 583	675	1 465

JUSTIÇA — A antiga vila de Boipeba pertenceu à ouvidoria de Ilhéus. Com o nome de Nova Boipeba, pela Resolução provincial número 1 311, de 28-V-1873, passou a têrmo da comarca de Taperoá, e a têrmo da de Valença pelo Ato de 3-VIII-1892. Pela Lei estadual número 280, de 6-IX-1898, veio a ser têrmo da de Santarém. Pela Lei número 1 119, de 21-VIII-1915, voltou a têrmo da de Taperoá. Em 1930 o têrmo recebeu o nome de Nilo Peçanha, sendo suprimido pelo Decreto estadual número 7 321, de ...... 20-III-1931. Foi o têrmo restabelecido, passando a fazer parte da comarca de Valença, pelo Decreto estadual número 8 434, de 23-V-1933. Por Decreto número 11 089, de ...... 30-XI-938, passou novamente a ser têrmo da comarca de Santarém, daí passando para a de Taperoá pelo Decreto-lei estadual número 512, de 19-VI-1945.

A comarca de Nilo Peçanha, desmembrada da de Taperoá, foi criada pelo Decreto-lei estadual número 175, de 2 de julho de 1949.

Atualmente é comarca de 1.ª entrância, abrangendo apenas o território do município. Compreende 12 cartórios, sendo 2 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 12 feitos no cível e 54 de outra natureza.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos do Município, destacou-se no cenário nacional o Dr. Augusto Leal de Menezes, senador do Império.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos naturais do município aplica-se o gentílico nilopeçanhense. O Prefeito em exercício é o Sr. Apolo Cerqueira Oliveira, e o Presidente da Câmara, o Sr. Plínio Augusto de Araújo Paixão.

Foi primeiro Intendente Municipal o Sr. Antônio Tolentino Cezimba. A primeira Câmara compunha-se dos seguintes membros: Conselheiros — José Barbosa de Quadros, João Pereira de Melo, Narciso Hermílio Lopes Duarte, Antônio José Teixeira Pinto, Elpídio Pires Gomes e Pedro Barbosa da Rocha.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal por Anterlino Leite Gaspar; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Humberto Pelegrini Roxo.)

NOVA SOURE — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Deve-se a fundação do município de Nova Soure à ação de abnegados sacerdotes da Companhia de Jesus de Santo Inácio de Loiola.

Na obra de catequese que empreendeu, dando pouca ou quase nenhuma importância a sua valiosa vida, o nobre missionário embrenhava-se pela selva adentro, e onde deparasse a taba selvagem, aí armava a tenda, que a um só tempo era cenóbio, escola, residência e templo.

Despertando nos silvícolas a curiosidade e interêsse pela sua figura paternal, o jesuíta pôde pouco a pouco reuni-los em volta de si. Os que dêle se acercavam sentiam a sua influência amiga tão imediata que não ousavam afastar-se. Em breve tempo o rodeavam, sentados, o cacique, o pajé e demais elementos da tribo, todos ouvindo e entendendo a linguagem pacífica do Amor e da Caridade.

Foi assim que êsses intrépidos bandeirantes de almas, armados da fé e da cruz de Cristo, conseguiram cativar a amizade e a confiança dos índios cariris, que habitavam a região, reunindo numa única, as 5 aldeias que encontraram. Com isto estava fundada a Missão do Natuba, ocorrência missionária do último quartel do século XVI, na Bahia. Diz-se que os jesuítas obtiveram colaboração do coronel Francisco Gil de Araújo.

Deve-se ainda aos sacerdotes de Jesus a construção do convento e da igreja de Nossa Senhora da Conceição, a qual durou até o ano de 1864. No seu lugar foi construída a atual matriz, que teve completa remodelação em 1918, ocasião em que foi festivamente reinaugurada (8 de dezembro).

Ao elemento nativo vieram juntar-se na Missão do Natuba, como ficou sendo conhecido o lugar, colonizadores de origem portuguêsa, que, desenvolvendo a agricultura nas terras férteis da aldeia, contribuíram por essa forma para o seu mais rápido desenvolvimento.

Recebeu a Povoação nome idêntico ao de um dos rios que êles conheceram: o Natuba, vocábulo indígena, tupi, que significa *rio que nunca seca* ou perene.

O primitivo aldeamento de índios foi elevado a freguesia por Provisão régia de 8 de maio de 1758, com o nome de Nossa Senhora da Conceição de Soure, tendo sido seu primeiro Vigário o Padre Antônio Barroso de Oliveira.

O município foi criado, segundo uns, pela Provisão régia de 3 de fevereiro de 1759, que elevou a freguesia à categoria de vila. Segundo outra fonte, o município foi criado em virtude do Alvará de 18 de maio de 1754 e leis datadas de 5 e 7 de junho de 1755. A instalação do município ocorreu a 10 ou 20 de março de 1759. O distrito foi criado pela provisão de 8 de maio de 1758.

Na divisão administrativa do Brasil relativa a 1911, o município de Soure figura subdividido em dois distritos: o da sede e o de arraial do Cipó.

Em virtude do Decreto estadual n.º 7 479, de 8 de julho de 1931, que emancipou o distrito de Cipó, criando o respectivo município, o de Soure foi suprimido e incorporado àquele por fôrça do referido Decreto estadual número 7 479, apresentando-se na divisão administrativa do

Brasil concernente ao ano de 1933, como simples distrito do novo município do Cipó.

Pelo Decreto estadual n.º 9 600, de 18 de julho de 1935, o município de Soure foi restaurado, ocorrendo sua reinvestidura a 18 do mês seguinte.

De acôrdo com as divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município compõe-se ùnicamente do distrito-sede, observando-se o mesmo no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, e fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938.

A sede adquiriu a categoria de cidade pelo Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938.

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, o município de Soure extinguiu-se novamente, ficando seu território incorporado ao município do Cipó, na qualidade de distrito, e sob a denominação de Nova Soure. Restaurou-o, todavia, o Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, conservando-se-lhe êsse topônimo. Assim, no quadro territorial vigente em 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 141, e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, já citados, o município de Nova Soure (ex-Soure) continua a aparecer integrado ainda por um só distrito, — o de mesmo nome.

A divisão territorial vigorante em 1949-1953, bem como a relativa ao qüinqüênio 1954-1958, esta baixada pela Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, não trouxeram alterações relativamente ao município, que continuou formado pelo seu distrito-sede de igual topônimo: Nova Soure.

LOCALIZAÇÃO — O município de Nova Soure está situado na Zona Fisiográfica do Nordeste. Rumo N. da capital do Estado em direção à sede municipal, da qual dista em linha reta 183 quilômetros. A sede municipal tem a sua posição indicada pelas seguintes coordenadas geográficas: 11° 15' 10" de latitude Sul e 38° 45' de longitude W. Gr. Faz limites com os municípios de Cipó, Itapicuru, Inhambupe e Tucano.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Praça N. S.ª da Conceição, vendo-se a igreja-matriz.

ALTITUDE — A altitude, na sede municipal, é de ...... 169,7015m, conforme chapa cravada pela Seção de Nivelamento do Conselho Nacional de Geografia, à esquerda da entrada principal da igreja de Nossa Senhora da Conceição, matriz da cidade. Ainda pela citada Seção foram feitas medições em trechos das estradas Nova Soure—Olindina e Nova Soure—Cipó, encontrando-se a altitude máxima de 236,4780 metros e a mínima de 133,6119 metros.

ÁREA — O município de Nova Soure é um dos menores do Estado quanto à extensão territorial. Mede 551 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A orografia do município revela um relêvo ligeiramente acidentado, cortado por pequenos morros tabulares sem grande importância, apresentando-se em alguns pontos formados por planícies.

O sistema hidrográfico não possui grandes rios. Está situado na bacia do Itapicuru, o seu principal rio, que nasce na serra de Jacobina. Os outros cursos d'água são rios Natuba, Paiaiá, riacho do Coité e riacho do Curral Novo, todos tributários do Itapicuru, além do riacho do Carrapato, subafluente do rio Paiaiá. As lagoas são duas: a Salgada e a da Tábua, ambas periódicas. Existem dois açudes com capacidade total para 384 920 metros cúbicos.

CLIMA — O clima do município é quente e sêco, muito salubre.

RIQUEZAS NATURAIS — O revestimento florístico é pobre, constituído por caatingas, na maior parte, e de matas pouco extensas; a flora e a fauna são por isso mesmo de pequena importância. Há mangabeira e caroá, em pequena quantidade.

Na mineralogia, as ocorrências são o manganês e a água termal, em jazidas inexploradas.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população do município era de 12 244 habitantes, compreendendo 5 991 homens e 6 253 mulheres, havendo, pois, para cada grupo de 100 homens um equivalente de 104 mulheres. Quanto à côr, o maior grupo era o de pardos,

igual a 5 478. No cômputo da população de 15 anos e mais, os casados eram mais numerosos que os solteiros, viúvos e desquitados, somando o seu número 3 673. Viviam no quadro rural 89,5% da população do município. A densidade demográfica, calculada em relação ao ano de 1950, é de 22,22 habitantes por quilômetro quadrado. A população, em 1957, é estimada em 16 354 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — De acôrdo com os resultados do Recenseamento de 1950 existia sòmente uma aglomeração urbana: a cidade de Nova Soure, com 1 286 habitantes, dos quais 602 eram homens e 684 mulheres.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade de Nova Soure, existem 3 povoados com as seguintes populações: Paiaiá — 510 hab., Raso — 280 hab. e Monte Alto — 80 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral do Brasil realizado em 1950, 38,88% da população em idade ativa (10 anos e mais) ocupavam-se àquela época no ramo — "agricultura, pecuária e silvicultura". A agricultura, apesar de praticada em pequena escala e por processos os mais rudimentares, representa ainda a atividade econômica fundamental à vida do município. Em 1955, o valor da produção agrícola foi de 2 176 milhares de cruzeiros, contra 656 milhares de cruzeiros da produção industrial e apenas 140 milhares de cruzeiros da indústria extrativa. Os principais produtos agrícolas são o feijão, o milho e a mandioca.

Cria-se gado, embora em pequena escala.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal liga-se à capital Federal, por estrada de rodagem, 1 802 quilômetros; também por via rodoviária, à capital do Estado (252 quilômetros), à cidade vizinha de Cipó (16 quilômetros), à de Inhambupe (75 quilômetros), à de Itapicuru (36 quilômetros), à de Tucano (78 quilômetros) e à de Serrinha (103 quilômetros). O município é cortado pela rodovia federal Salvador—Pernambuco, a qual passa pela cidade.

COMÉRCIO E BANCOS — A praça comercial da sede municipal possui 61 estabelecimentos, todos varejistas. As transações efetuam-se, de preferência, com a capital do Estado e cidades de Alagoinhas e do Estado de Sergipe. São importados tecidos, calçados, ferragens, louças, artigos de armarinho, remédios, bebidas em geral e os chamados artigos secos e molhados do comércio de retalho. Há pequena exportação de côcos, rapadura, farinha de mandioca, borracha de mangabeira, fibra de caroá e paina ou lã de barriguda. O giro comercial, em 1956, relativo a todo o município, atingiu apenas a cifra de 9 050 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial é de Cr$ 2.000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Nova Soure está edificada a meio de uma colina, próxima da margem do rio Natuba.

Compõem-na 31 logradouros e 456 prédios. Dos logradouros, 2 são arborizados ou ajardinados; mas não existe nenhum pavimentado. Há serviço de iluminação elétrica, que beneficia 15 artérias e 136 casas. Os principais logradouros são: a Praça Nossa Senhora da Conceição e a Rua D. Pedro II. Os edifícios mais importantes são: o paço municipal, a igreja-matriz Nossa Senhora da Conceição e o grupo escolar estadual D. Pedro I.

Secagem de fibra de sisal.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Para a assistência médica geral e de profilaxia, a população recorre ao Pôsto de Saúde Municipal, única entidade existente da espécie. Prestam seus serviços profissionais um médico, um dentista e um atendente de enfermagem. Existe uma farmácia na cidade. Pertence o município ao Setor n.º 3 (sediado em Alagoinhas) do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950 a população de 5 anos e mais era àquela época de 9 999 habitantes. Sabiam ler e escrever 1 801 pessoas, isto é, 18,01% da população em causa.

ENSINO — O ensino primário fundamental comum, em 1956, era lecionado em 14 estabelecimentos, com matrícula de 757 alunos. O Estado mantinha 2 escolas e o município 12. O principal estabelecimento é o grupo escolar estadual D. Pedro I, que funciona na cidade.

CULTOS RELIGIOSOS — O culto católico é o da quase totalidade da população. Sua organização compreende uma paróquia, a de Nossa Senhora da Conceição de Nova Soure, que se subordina à arquidiocese de Salvador e conta a igreja-matriz de igual denominação e orago, além de três capelas e quatro congregações e associações religiosas. Há um sacerdote residente na paróquia.

O outro culto é o protestante, difundido pela "Assembléia de Deus", num único templo, com 83 adeptos em 1956.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas dizem respeito às festas da Igreja Católica por ocasião do dia da padroeira, a 8 de dezembro, em louvor de Nossa Senhora da Conceição, e demais datas litúrgicas de caráter geral, que o clero comemora com procissões, novenas, terços, etc.

Os festejos populares são também de cunho religioso; mas representam ao mesmo tempo, e principalmente, autêntica manifestação folclórica, como é o caso do "zabumba", que se brinca à época da novena de São João e durante a festa da Santa padroeira.

As principais efemérides locais são: 8 de dezembro — dia da padroeira — e 30 de março — dia da cidade.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava, em 3 de outubro de 1954, 3 010 eleitores inscritos, dos quais 1 960 votaram nas eleições gerais realizadas naquela data. A representação política à Câmara Municipal é de 8 vereadores. O corpo de funcionários civis consta de 2 federais, 14 estaduais, 4 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação das receitas federal, estadual e municipal, bem como a despesa do município apresentaram os seguintes dados para o período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	255	436	...	258
1951.......	—	672	448	...	564
1952.......	—	564	474	...	423
1953.......	—	404	818	...	919
1954.......	—	371	774	...	787
1955.......	—	456	706	111	683
1956.......	84	597	985	92	708

A Coletoria Federal foi fundada em 1956.

JUSTIÇA — O município de Nova Soure (ex-Soure) foi elevado à categoria de têrmo judiciário pelo Ato estadual de 4 de setembro de 1895, integrando a comarca de Itapicuru. A seguir, em face da Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, passou o Têrmo a fazer parte da comarca de Pombal, até quando foi extinto e anexado ao de Itapicuru pelo Decreto estadual n.º 264, de 4 de outubro de 1904.

A Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, modificou ligeiramente a situação, desmembrando do de Itapicuru o antigo têrmo de Soure, que anexou ao de Amparo, êste fazendo parte da comarca de Bom Conselho, com sede na cidade de Cícero Dantas.

De conformidade com as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Soure pertence ao têrmo judiciário de Cipó, da comarca de Inhambupe, situação que permanece inalterada no quadro territorial fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943.

Suprimido em razão do Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, foi Soure incorporado ao município do Cipó. Contudo, em face do Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município foi restaurado com o topônimo de Nova Soure, figurando no referido quadro, que foi retificado pelo supracitado Decreto estadual n.º 12 978, subordinado ainda ao têrmo do Cipó, da comarca de Inhambupe.

Atualmente, é têrmo judiciário da comarca de Cipó, criada pelo Decreto-lei estadual n.º 175, de 2 de julho de 1949. Compreende 4 cartórios, sendo 1 do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O município de Nova Soure está totalmente abrangido pelo "polígono das sêcas". A população, sobretudo a rural, está sujeita a constantes emigrações para os Estados do sul, principalmente para o de São Paulo, como sói ocorrer nos anos em que as chuvas faltam de todo.

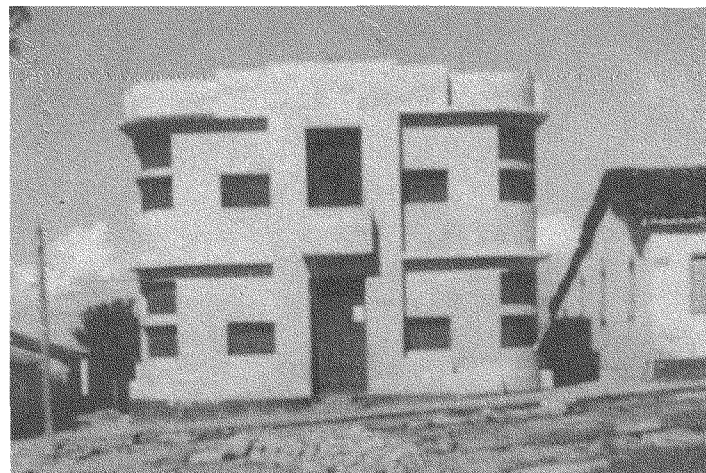
O topônimo do município a princípio foi Soure, simplesmente, tirado da primitiva freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Soure. Os nascidos no lugar são chamados nova-sourenses.

E' Prefeito em exercício o Sr. Emmanuel Ferreira da Silva, e Presidente da Câmara, a Sra. Maria de Lourdes Ferreira da Silva. O primeiro intendente foi o Sr. Francisco Carvalho do Passo. O primeiro Conselho era constituído pelos Srs. José Galo de Macedo, Antônio Quinto de Assis, Joaquim Ferreira Italiano e Quintino Carvalho do Passo.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Myron Pereira; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Antônio Moreira da Silva.)

OLIVEIRA DOS BREJINHOS — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — Pouco se conhece das primeiras penetrações no território hoje integrado pelo município de Oliveira dos Brejinhos. Já em 1865, José Manoel Teixeira Leite, proprietário da fazenda Brejinho (ou Brejo, segundo uns) erigiu uma capela sob a invocação de Nossa Senhora da Oliveira (ou das Oliveiras), como informam outras fontes, que foi elevada à categoria de freguesia pela Lei provincial n.º 1 980, de 25 de junho de 1880, sendo celebrada a primeira missa pelo padre Vitor Leonardo Soledade. Há uma fonte que informa haver a freguesia sido criada em 1865, porém o mais aceitável é que date a sua criação de 1880, tendo sido desmembrada da freguesia de Santo Antônio do Urubu (Paratinga).

Prefeitura Municipal.

Foi o arraial de Brejinho Grande da Oliveira elevado à categoria de vila e criado o município de Oliveira dos Brejinhos pelo Ato n.º 405, de 1.º de junho de 1891, desmembrado do município de Urubu, sendo instalado a 17 de agôsto de 1891.

Na divisão administrativa de 1911, o município aparece com dois distritos: o da sede e o Segundo Distrito,

Supresso pelo Decreto n.º 7 455, de 23 de junho de 1931, foi anexado ao de Brotas pelo Decreto n.º 7.479, de 8 de julho de 1931, sendo criada em Oliveira dos Brejinhos uma subprefeitura.

O Decreto n.º 8 620, de 30 de agôsto de 1933, restabeleceu o município de Oliveira dos Brejinhos, com território desanexado do de Brotas, verificando-se a sua reinstalação a 10 de setembro do mesmo ano.

Na divisão administrativa de 1933, o município aparece constituído de dois distritos: o de Oliveira dos Brejinhos e o de Corrente, êste último criado pela Lei estadual n.º 1 940, de 20 de abril de 1927.

São quatro os distritos que o constituem nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, e denominam-se: Oliveira dos Brejinhos, Corrente, Brejo Grande e Quixaba, os dois últimos criados pelo Decreto estadual n.º 9 557, de 10 de junho de 1935.

No quadro fixado pelo Decreto estadual n.º 11.089, de 30 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, o município permanece com os mesmos distritos citados anteriormente, notando-se porém que o distrito de Corrente passou a denominar-se Bom Sossêgo.

No quadro fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, divide-se, ainda, Oliveira dos Brejinhos, em quatro distritos: Oliveira dos Brejinhos, Bom Sossêgo, Ipuçaba (ex-Brejo Grande) e Quixaba, situação que continua inalterada.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica da Serra Geral, estando totalmente incluído no "polígono das sêcas". Limita com os municípios de Paratinga, Macaúbas, Ibitiara e Brotas de Macaúbas. Pertence

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Praça Getúlio Vargas.

à bacia hidrográfica do São Francisco. A cidade possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 18' 51" de latitude Sul e 42° 53' 59" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado em linha reta 460 quilômetros; rumo de Salvador em direção à cidade de Oliveira dos Brejinhos — O.N.O.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 550 metros.

ÁREA — A área total do município mede 3 709 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território é em parte montanhoso e em parte de planaltos cobertos de caatingas, carrascos e gerais. Os principais acidentes geográficos são os que se seguem. *Rios*: O Paramirim, que banha a vila de Quixaba; *Grutas*: a do Frade, no lugar Cocal, e a dos Muribecas, no lugar Cocalzinho; *Serras*: da Mangabeira, de Santo Antônio, dos Muribecas e do Alazão; *Quedas dágua*: cachoeira do Corrente, formada pelo riacho Retiro, e a Cachoeira, no riacho Cachoeira, que está sendo aproveitada para fornecimento de energia à cidade; *Lagoas*: Bonita do Barro, Saco Pequeno, do Meio, do Junco, da Boa Vista, da Ponta da Serra e dos Irmãos.

CLIMA — O clima é saudável apesar de quente. A temperatura registrada no ano de 1956 foi a seguinte: média das máximas 37°C, média das mínimas 26°C e média compensada 30°C. A precipitação pluviométrica verificada no ano foi de 310,8 milímetros.

RIQUEZAS NATURAIS — Apesar de as matas do município já estarem pràticamente devastadas, ainda se encontram madeiras para construção, como pau d'arco, aroeira e baraúna. A fibra de caroá é abundante em todo o território do município. Em quantidade satisfatória, há carnaúba, buriti, caju, babaçu, dendê e pequi. A flora é rica em plantas de propriedades medicinais, destacando-se a batata de purga e purga do campo.

No reino mineral merece citação a tabatinga de diferentes qualidades e o cristal de rocha, sendo esta a maior fonte de renda do município no setor mineral.

Cêra e mel de abelha, peixes e animais silvestres constituem riquezas naturais de relativa importância.

POPULAÇÃO — Conforme o Censo de 1950, o município de Oliveira dos Brejinhos possuía 17 729 habitantes, assim distribuídos: 8 554 homens e 9 175 mulheres, dos quais 1 504 brancos, 1 558 pretos e 14 629 pardos. Dos

habitantes de 15 anos e mais, 4 239 eram solteiros, 5 080 casados, 1 desquitado e 733 viúvos. Do total da população, 88% estavam localizados no quadro rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam quatro aglomerações urbanas em 1950; a cidade de Oliveira dos Brejinhos com 974 habitantes e as vilas do Bom Sossêgo — 475 hab., de Ipuçaba — 586 hab., e da Quixaba com 143 habitantes.

Rua 7 de Setembro.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Possui o município 23 povoados. Os 10 mais populosos são: Rio do Peixe com 230 habitantes, Boa Esperança com 225, Canabrava do Barro Vermelho com 210, Bonito com 201, Brejinho da Serra Negra com 190, Brundué com 160, Retiro com 145, Riacho Frio com 140, Jacurutu com 140 e Carnaúba Grande com 127.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Os 41% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), segundo o Recenseamento de 1950, estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

O valor da produção agrícola em 1955 foi de 2 000 milhares de cruzeiros, destacando-se o feijão, a cana-de-açúcar, o alho e o fumo em fôlha. Produz, também, arroz e milho.

O rebanho do município é estimado em 15 000 bovinos, 24 000 ovinos, 23 000 caprinos, 5 000 suínos, 5 000 muares, 8 000 asininos e 3 800 eqüinos.

A indústria é rudimentar; produz aguardente, farinha de mandioca, rapadura, telhas e tijolos, fumo em corda, óleos vegetais (mamona, dendê e babaçu) e carvão vegetal. A produção industrial do município alcançou em 1955 mais de 5 000 milhares de cruzeiros, destacando-se a extração de cristal de rocha com 3 000 milhares de cruzeiros.

A atividade artesanal é representada pela fiação e tecelagem de rêdes, cobertores, tecidos grossos para roupas, fios para vários fins, artefatos de palha de carnaúba (chapéus e abanos), cordas de caroá e artigos de cerâmica.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Oliveira dos Brejinhos liga-se por estrada de rodagem à Capital Federal (1 747 quilômetros), à capital do Estado (896 quilômetros) às cidades vizinhas de Ibitiara (120 quilômetros), Brotas de Macaúbas (90 quilômetros), Macaúbas (108 quilômetros) e Paratinga (144 quilômetros). A cidade possui um campo de pouso para aviões tipo teco-teco, uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma estação de radiocomunicação da Secretaria de Segurança Pública. Estavam registrados na Prefeitura 2 caminhões, 3 jipes, 1 camioneta e 22 bicicletas.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem em todo o município 57 estabelecimentos comerciais, sendo 16 localizados na sede municipal. O giro comercial no ano de 1956 atingiu 5 806 milhares de cruzeiros. As principais praças com as quais o município mantém relações comerciais são: Salvador, São Paulo, Belo Horizonte e os municípios de Jacobina e Juàzeiro. O salário-mínimo oficial decretado para a sub-região a que pertence o município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A topografia da sede municipal é acidentada. Conta a cidade 13 logradouros, dos quais 4 são parcialmente pavimentados a pedras irregulares e 4 arborizados. Enumeram-se 425 prédios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Prestando assistência sanitária existe o pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que está subordinado ao Setor n.º 11, com sede em Juàzeiro. Na cidade existem 1 farmácia e 1 farmacêutico.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Cooperativa Mista Brejiense de Responsabilidade Ltda., fundada em 1956, contando com mais de 100 associados é a única existente.

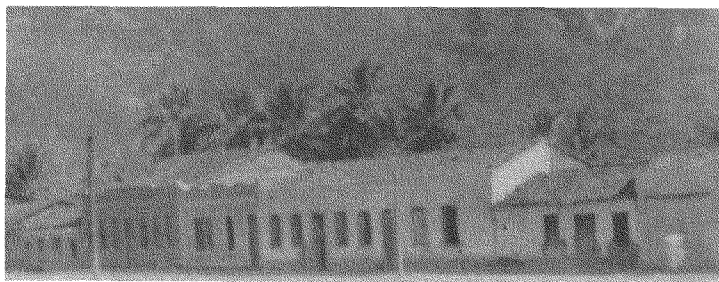
ALFABETIZAÇÃO — O Censo de 1950 revela que das pessoas de 5 anos e mais, 7 153 homens e 7 768 mulheres, num total de 14 921, sabiam ler e escrever 2 061 homens e 1 242 mulheres, totalizando 3 303 indivíduos, representando 22% da população acima caracterizada.

ENSINO — No ano de 1956, existiam 17 unidades escolares do ensino fundamental comum assim distribuídas: 8 estaduais e 9 municipais, com cêrca de 650 alunos matriculados. Há também 5 escolas de Alfabetização de Adultos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na cidade 2 bibliotecas públicas — a da Agência Municipal de Estatística e a da Prefeitura Municipal.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como atrações turísticas merecem citação a queda dágua formada pelo rio Cachoeira, onde dentro em pouco será instalada uma usina hidrelétrica; e as grutas do Frade, com uma abóbada gigantesca, e das Muribecas.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede de paróquia de Nossa Senhora de Oliveira, subordinada à diocese

Praça da Bandeira.

Praça Dr. Góis Calmon.

da Barra. Conta 1 igreja-matriz, 1 igreja comum, 36 capelas e 2 associações religiosas.

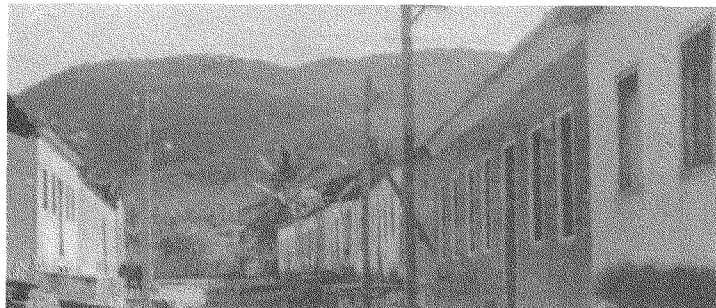
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Com exceção da festa da padroeira, em 8 de setembro, não há o que mencionar de importante a respeito. As festas populares estão caindo em desuso. Raramente se realizam rodas de São Gonçalo e reisados. As lapinhas são armadas anualmente em casas de família na cidade. Realizam-se com freqüência e animação corridas de argolinha no povoado Chapada do Arroz. Antes da corrida, os cavaleiros passeiam garbosamente pelas ruas, montados em belos ginetes enfeitados. Em prado prèviamente limpo ou mesmo via pública, é preparada a arena que consiste em um "corredor" vedado ao público por meio de cordas prêsas em pequenos postes fincados no chão, onde se disputa ardorosamente a tirada da argola.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Existiam 3 808 eleitores alistados, dos quais 2 962 votaram em 1954. Existem 8 vereadores em exercício. Em atividades no município estão 14 funcionários, sendo 4 federais, 6 estaduais, 3 municipais e 1 autárquico.

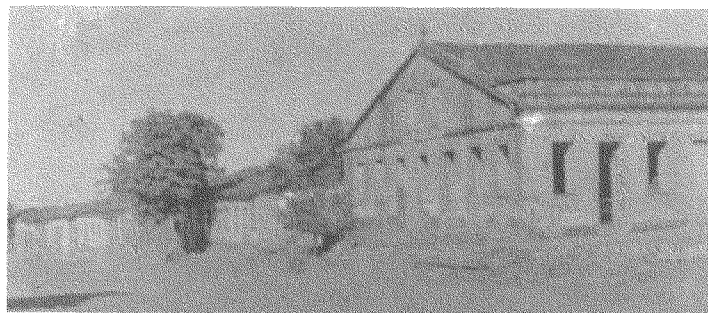
FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta os dados da arrecadação e despesa do município, Estado e União no período de 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	221	307	...	290
1951	—	261	347	...	103
1952	—	257	450	...	193
1953	—	229	708	...	733
1954	—	317	650	...	470
1955	—	499	717	118	830
1956	(1) 6	590	951	180	919

(1) A Coletoria Federal foi instalada em 17 de dezembro de 1956.

JUSTIÇA — De acôrdo com o Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, Oliveira dos Brejinhos é têrmo da comarca de Urubu, situação que permanece na Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898. Pelo Decreto estadual n.º 264,

Rua Rui Barbosa.

de 4 de outubro de 1904, foi o têrmo extinto e anexado ao de Brotas, da comarca de Macaúbas, sendo desanexado dêste e anexado ao têrmo de Macaúbas pela Lei estadual n.º 603, de 4 de agôsto de 1905.

Na Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1905, o têrmo está subordinado à comarca de Macaúbas. Em 1922, pela Lei estadual n.º 1 560, de 17 de julho, o têrmo de Oliveira dos Brejinhos foi restaurado, continuando a pertencer à comarca de Macaúbas até 1943 quando, pelo Decreto-lei n.º 141, de 31 de dezembro do mesmo ano, passou a têrmo da comarca de Paratinga.

Rua Coronel Teixeira.

Foi a comarca de Oliveira dos Brejinhos criada pelo Decreto-lei estadual n.º 175, de 2 de julho de 1949, porém ainda não foi instalada, continuando os serviços judiciários na dependência da comarca de Paratinga.

Possui 8 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. Dois feitos foram julgados durante o ano de 1956, ambos no cível.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Brejinhenses é o adjetivo pátrio dos naturais do município.

O Prefeito em exercício é o Sr. João Nery de Santana, e o Presidente da Câmara, o Sr. Antônio Gomes de Almeida, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957.

O primeiro Prefeito do município foi o Sr. Francisco Teixeira de Oliveira e a primeira Câmara estava assim constituída: Tomé Teixeira da Cunha (Presidente), Deoclides Teixeira da Cunha, Francisco Teixeira Mendes, João Batista dos Santos e Ezequiel Antônio de Lima.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Aloísio Alencar de Jesus; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Osvaldo Teixeira da Cunha.)

PALMAS DE MONTE ALTO — BA

Mapa Municipal no 9.º Vol.

HISTÓRICO — A cidade de Palmas de Monte Alto teve sua origem em 1742, quando o português alferes Francisco Pereira de Barros construiu uma capela dedicada a Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens, em terras de sua propriedade, adquiridas por compra a D. Isabel Guedes de Brito e que se estenderam do Morro do Chapéu às nascentes do rio das Velhas.

Daí surgiu a primeira povoação denominada Praia das Palmas de Monte Alto, que seria mais tarde a cidade em aprêço.

A capela foi elevada à categoria de freguesia com o nome de "Nossa Senhora Mãe dos Homens de Monte Alto", pela Lei provincial n.º 124, de 19 de maio de 1840, que também elevou a povoação à categoria de vila e criou o município com o nome de Monte Alto, com território desmembrado do de Macaúbas, o qual foi instalado a 15 de novembro do mesmo ano.

Na divisão administrativa relativa a 1911, o município aparece formado pelos distritos de Monte Alto, Boqueirão da Parreira (criado pela Lei provincial n.º 2 445, de 27 de maio de 1884) e Beija-Flor (criado pela Lei provincial n.º 1 979, de 23 de junho de 1880).

Pelo Ato municipal n.º 9, de 19 de abril de 1917, aprovado pela Lei estadual n.º 1 211, de 7 de agôsto de 1917, foi criado o distrito de Mamonas.

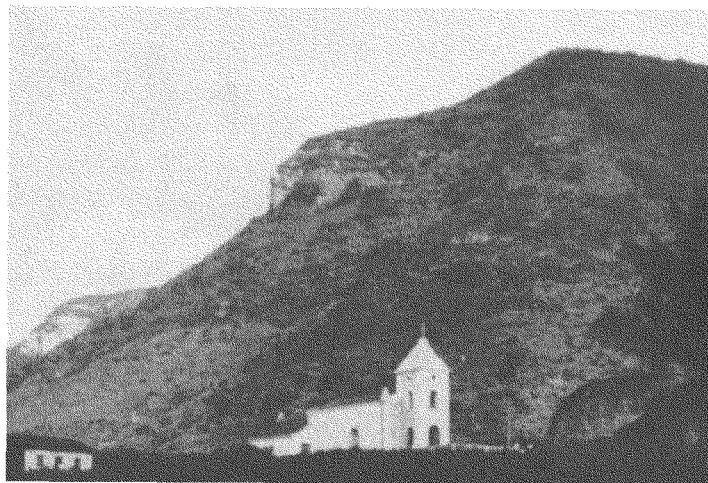
Foi a vila de Monte Alto elevada à categoria de cidade pela Lei estadual n.º 1 253, de 23 de julho de 1918.

Por fôrça da Lei estadual n.º 1 364, de 14 de agôsto de 1919, foi elevado à categoria de vila o arraial de Beija-Flor e criado um município com o nome de Guanambi, com território desmembrado do de Monte Alto, ficando o município formado apenas pelos distritos de Monte Alto, Boqueirão da Parreira e Mamona.

Foi o município de Guanambi extinto e anexado ao de Monte Alto pelo Decreto estadual n.º 7 455, de 23 de junho de 1931; o Decreto estadual de n.º 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, inverteu a situação, restaurando o município de Guanambi e extinguindo o de Monte Alto, criando em sua sede uma subprefeitura.

De conformidade com o Decreto estadual n.º 8 452, de 31 de maio de 1933, Monte Alto foi restaurado com território desmembrado do município de Guanambi, ocorrendo sua reinstalação a 2 de julho do mesmo ano.

Segundo a divisão administrativa concernente a 1933, o município estava formado de três distritos: de Monte Alto, Boqueirão de Parreiras e Laranjeiras, assim permanecendo nas divisões territoriais de 1936 e 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938. Nota-se, entretanto, que, a partir de 1936, o topônimo do 2.º distrito passou a ser grafado Boqueirão das Parreiras.

Consoante o quadro territorial em vigência no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, Monte Alto forma-se ainda dos mesmos distritos apontados na divisão de 1936, passando o distrito de Boqueirão das Parreiras a se denominar Parreiras.

Igreja-Matriz.

Em razão do Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, o município teve sua denominação alterada para Palmas de Monte Alto. Assim, no citado quadro, que sofreu modificações em face do Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município de Palmas de Monte Alto apresenta-se integrado pelos distritos de Palmas de Monte Alto, Camateí (ex-Parreiras) e Mandiroba (ex-Laranjeiras), situação que continua inalterada.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Médio São Francisco e seu território é integralmente abrangido pelo "Polígono das Sêcas". Limita com os municípios de Carinhanha, Guanambi, Riacho de Santana, Urandi e com o Estado de Minas Gerais. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: . . 14º 16' de latitude Sul e 43º 10' 20" de longitude W. Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal, da qual dista, em linha reta, 501 km, O.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 600 m.

ÁREA — A área do município mede 4 599 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território é de nível bastante irregular, encontrando-se os seguintes acidentes geográficos: *Serras* — do Monte Alto, do Pajeú, do Pagatempo e outras de pequenos prolongamentos; *Morros* — dos Três Irmãos, do Pajeú, da Gameleira e da Gibóia; *Picos* — dos Três Irmãos, na fazenda do mesmo nome, Agudo, na fazenda Lameirão, do Pajeú, na serra do mesmo nome, do pico do Cruzeiro, situado ao sul da cidade; *Rios* — Verde Pequeno, afluente do rio São Francisco, das Rãs, também afluente do São Francisco, Mandebora e Boqueirão das Parreiras; *Lagoas* — entre as muitas existentes, destacam-se as lagoas do Campo, do Boqueirão, das Vaquetas, do Espinho e da Gibóia; *Açudes* — existem no município 15 açudes públicos e 6 particulares com a capacidade

total de 2 730 000 m³; *Cachoeiras* — dos Coqueiros, cuja potência ainda não foi calculada.

CLIMA — O clima é temperado e salubre. A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 as seguintes variações: média das máximas — 32°C, média das mínimas — 15°C e média compensada — 25°C. A precipitação no ano de 1956 alcançou a altura total de 934,3 mm. As chuvas são freqüentes no período de outubro a janeiro.

RIQUEZAS NATURAIS — Ocorrências minerais: água mineral, cristal de rocha e salitre, com jazidas ainda inexploradas, e pedra calcária em exploração. Existem ainda reservas florestais, onde se encontram madeiras de lei, tais como baraúna, vinhático, cedro, pau-peroba, jacarandá, mucambo e outras. Na fauna são encontrados animais silvestres como veado, macacos, caititus, seriemas, emas, nambus, jacus, papagaios, periquitos, patos-bravos e pombos de diversas espécies.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, a população do município era de 11 120, sendo 5 291 homens e 5 829 mulheres. Eram 2 468 brancos, 1 420 pretos e 7 197 pardos. Dentre as pessoas de 15 anos e mais existiam 2 411 solteiros, 3 238 casados e 440 viúvos. Havia, como se nota, predominância do sexo feminino, da côr parda e dos casados. A densidade demográfica do município era de 2,4 habitantes por km². A população estimada para 1957 é de 15 000 habitantes. Do total da população encontrada em 1950, 85% localizavam-se no quadro rural.

Segundo ainda o Censo de 1950, a população da cidade totalizava 862 pessoas, sendo 378 homens e 484 mulheres. A população estimada para 1957 é de 900 habitantes.

Aglomerações urbanas — De acôrdo com o Censo de 1950, o município possuía três aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Palmas de Monte Alto — 862 hab., vila de Camateí — 449 hab. e Mandiroba — 340 habitantes.

Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, existem ainda no município os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 está assim distribuída: Barriguda — 200 hab., Altamira — 130 hab., Mato Grosso — 130 habitantes, Fazenda Nova — 120 habitantes, Mangueira — 120 habitantes e Caraíbas — 100 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Em 1950, a população em idade ativa (10 anos e mais) era de 7 601, sendo 3 493 homens e 4 108 mulheres. Dessa população, 2 799 (2 775 homens e 24 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que, depois de atividades domésticas, é o ramo ocupacional mais numeroso no município, com 37%.

Agricultura — O valor da produção agrícola em 1955 alcançou o total de 24 000 milhares de cruzeiros, concorrendo com maior parcela o algodão herbáceo, seguido da cana-de-açúcar, da mandioca, do feijão, do arroz e do milho. O principal centro comprador do algodão é Belo Horizonte.

Pecuária — A fundamental atividade à economia do município é a pecuária, cujo rebanho em 1956 era de 19 000 bovinos, 7 000 eqüinos, 900 asininos, 5 200 muares, 7 700 suínos 12 500 ovinos e 12 600 caprinos. Existiam naquele ano 1 105 propriedades agropecuárias, cujo valor venal era superior a 7 046 milhares de cruzeiros.

Indústria — O valor da produção industrial em 1955 foi de 4 297 milhares de cruzeiros, concorrendo com maior parcela a produção de farinha de mandioca, seguindo-se o de beneficiamento de algodão, o de cal, rapadura, aguardente de cana, óleo de mamona, manteiga, telhas e tijolos. A produção extrativa elevou-se a 1 174 milhares de cruzeiros, destacando-se a extração de lenha. A usina algodoeira de Palmas de Monte Alto é o principal estabelecimento industrial.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Palmas de Monte Alto liga-se diretamente, via rodoviária, à Capital Federal (1 537 km), à Capital Estadual (877 km) e às cidades vizinhas de Carinhanha, via mista (rodovia, 90 km e fluvial, 2 mi), Guanambi (rodovia, 54 km), Riacho de Santana (rodovia, 154 km) e Urandi (rodovia, 126 km). Liga-se ainda à cidade mineira de Espinosa (rodovia, 120 km). Possui um campo de pouso com pista de 900 metros de extensão. Estão registrados 3 caminhões. O serviço de comunicação é feito na sede do município pela Agência Postal-telefônica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem 58 estabelecimentos varejistas. O giro comercial em 1956 foi de 10 025 milhares de cruzeiros. O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, São Paulo, Belo Horizonte, Itaberaba, Urandi, Mundo Novo, Montes Claros e Espinosa, as duas últimas em Minas Gerais. Importa tecidos, louças, ferragens, bebidas, produtos farmacêuticos e estivas em geral. Exporta algodão e gado em pé. O salário-mínimo oficial decretado para a 4.ª sub-região a que pertence o município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Palmas de Monte Alto está localizada na fralda da serra de Monte Alto, em local aprazível. Possui 43 logradouros, sendo 11 pavimentados e 15 servidos de luz elétrica. Em 1956 existiam 275 prédios, dos quais 60 eram servidos de luz elétrica. A principal artéria é a Rua Cândido Spínola. Funcionam na cidade 3 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município faz parte do Setor n.º 11, sediado em Juàzeiro, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Praça do Comércio.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, contavam-se 9 262 pessoas da população de 5 anos e mais, sendo 4 329 homens e 4 933 mulheres. Dessa população, sabiam ler e escrever 1 780 (1 130 homens e 650 mulheres), ou seja, 19%.

Na cidade havia 734 pessoas de 5 anos e mais, sendo 314 homens e 420 mulheres, das quais sabiam ler e escrever 204 homens e 199 mulheres.

Ensino — Em 1956 funcionaram 18 unidades escolares do ensino fundamental comum, sendo 4 estaduais e 14 municipais, com o total de 700 alunos matriculados. Na cidade localiza-se o Grupo Escolar Estadual com 5 professôres.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Registra-se a existência de 3 bibliotecas na cidade: a Biblioteca Rui Barbosa, mantida pela Prefeitura Municipal; a Bibiioteca Castro Alves, da Agência Municipal de Estatística; e a Biblioteca do Grupo Escolar, tôdas com menos de 1 000 volumes cada. Funciona na sede municipal o Clube Dois de Julho, de finalidade recreativa e esportiva.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Nossa Senhora Mãe de Deus e dos Homens, instalada em 1743. É subordinada à diocese de Caetité e possui 1 igreja, 6 capelas e 4 associações religiosas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais festas religiosas são a festa da Padroeira, em 8 de setembro, e a festa do Divino Espírito Santo, em 20 de janeiro. Na festa de Reis tem lugar o folguedo chamado reisado.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 1 793 eleitores, dos quais votaram 1 225 nas eleições de 1955. A Câmara Municipal está atualmente composta de 8 edis. Exerciam funções no município, em 1956, 20 servidores públicos, sendo 4 federais, 12 estaduais, 3 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro abaixo resumem-se os dados sôbre finanças do município no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	—	188	108	59	218
1951.......	—	274	575	72	613
1952.......	—	205	397	62	377
1953.......	—	231	726	72	740
1954.......	—	283	581	93	292
1955.......	—	299	904	162	594
1956.......	—	627	1 041	219	1 272

JUSTIÇA — Foi a comarca de Monte Alto criada pela Lei provincial n.º 809, de 11 de junho de 1860, sendo desmembrada da comarca de Urubu e formada dos Têrmos de Monte Alto e de Carinhanha. Pela Resolução provincial n.º 1 311, de 28 de maio de 1873, foi a comarca extinta, passando Monte Alto a ser têrmo da de Caetité.

Por fôrça da Lei provincial n.º 1 997, de 9 de julho de 1880, foi a comarca de Monte Alto restaurada, abrangendo os têrmos de Monte Alto e Riacho de Santana.

No Ato estadual de 3 de agôsto de 1892 aparece acrescida de mais um têrmo, o de Carinhanha. Na Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, está formada apenas dos têrmos de Monte Alto e Riacho de Santana.

Rua Cândido Spinola.

Pelo Decreto estadual n.º 266, de 4 de outubro de 1904, foi a comarca novamente extinta, passando a fazer parte da de Carinhanha. Novamente restaurada pela Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, abrangendo os têrmos de Monte Alto e Riacho de Santana. Com a criação do município de Guanambi, em 1919, a comarca passou a ser composta de três têrmos: Monte Alto, Guanambi e Riacho de Santana.

Em 1929, pela Lei estadual n.º 2 225, de 14 de setembro, foi a comarca de Monte Alto mais uma vez extinta e anexada, como têrmo, à nova comarca de Guanambi, onde ainda permanece com o nome de Palmas de Monte Alto. Possui o município 5 cartórios, sendo 3 do Registro Civil. Em 1956, foram julgados 8 feitos: 7 no cível e 1 no crime.

VULTOS ILUSTRES — *D. Sebastião Dias Laranjeiras.* Nasceu a 20 de janeiro de 1822 no distrito de Mamonas e faleceu em Pôrto Alegre a 13 de agôsto de 1888. Estudou no seminário de Santa Tereza, na Bahia. Ordenado em 1844, foi nomeado vigário da Freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Morro do Fogo (Água Quente). Doutorou-se em direito Canônico em Roma, onde foi nomeado Bispo, sendo sagrado pelo Papa Pio IX no dia 7 de outubro de 1870. Assumiu a diocese de Pôrto Alegre no dia 26 de julho de 1871, gerindo-a durante mais de 27 anos. Foi agraciado com o título de oficial da Ordem da Rosa.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos naturais do município aplica-se o gentílico monte-altense. Sua denominação é originária da serra de Monte Alto que está localizada nas proximidades da cidade.

O atual Prefeito Municipal é o Sr. Otacílio Alves Brandão, e o Presidente da Câmara é o Sr. Milton Faria Dias Laranjeira. Desempenhou as funções de primeiro intendente municipal o coronel Sebastião Cardoso de Souza. As primeiras eleições municipais realizaram-se a 18 de dezembro de 1892 e foram eleitos membros da primeira Câmara Municipal os Srs.: major Antônio de Castro Tanajura, Balbino Gabriel de Araújo Cajaíba, Inocêncio Antônio de Oliveira, major José Pereira da Silva Castro, Crecêncio Próspero de Freitas, José Dias Laranjeiras e Gustavo de Sousa Lima, êste eleito Presidente.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Luís Gonzaga de Oliveira Brito; Chefe da Agência de Estatística — Artur Neves Galiza.)

PALMEIRAS — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — Entre 1815 e 1819, Joaquim Pereira dos Santos, lavrador residente no lugar conhecido por "Ôlho d'Água", adquiriu um trato de terra ao sargento-mor Francisco José da Rocha Medrado e aí construiu duas casas, tomando a fazenda o nome de Palmeiras. Tempos depois, Joaquim dos Santos mudou-se para o Piauí e deixou a fazenda Palmeiras entregue ao seu filho Manoel dos Santos, com permissão de quem, vieram se fixar às margens do riacho Lajedinho garimpeiros procedentes de Santa Isabel do Paraguaçu que procuravam diamantes e carbonados. Com a descoberta de jazidas de diamantes no riacho Lajedinho, cedo se formou um arraial. Entre os primeiros exploradores das ricas jazidas, citam-se o comendador Geminiano Ferraz Moreira e o coronel Balbino de Oliveira Neves. Em 1864 o arraial de Palmeiras já era um lugar florescente que atraía garimpeiros das lavras de Lençóis e Andaraí.

Em 1865, monsenhor Lino da Silveira Gusmão, Vigário da freguesia de Lençóis, deu início à construção de uma capela que foi terminada pelo coletor estadual José Xavier Alves.

Na administração do Presidente da Província da Bahia, Desembargador Antônio Luís Afonso de Carvalho, a Lei n.º 2 651, de 14 de maio de 1889, elevou a povoação das Palmeiras a distrito de paz e subordinada ao município de Lençóis.

No período republicano, graças ao empenho, principalmente, do Deputado à Constituinte Baiana, Heliodoro de Paula Ribeiro, foi a povoação por Ato do Governador do Estado, José Gonçalves da Silva, de 23 de dezembro de 1890, elevada à categoria de vila com a denominação de Vila Bela das Palmeiras e criado o município do mesmo nome, com território desmembrado do de Lençóis, tendo por limites os distritos da Serra Negra e de Capão Grande, nomeando pelo mesmo ato o tenente Antônio Afonso Teixeira para o cargo de Intendente Municipal. A inauguração do município ocorreu a 15 de janeiro de 1891.

Na divisão administrativa de 1911 permanece o município formado de um só distrito, o de Vila Bela das Palmeiras.

No ano de 1930, por fôrça do Decreto estadual número 7 120, de 13 de dezembro, foram concedidos foros de cidade à sede municipal e foi mudada a sua denominação para Palmeiras.

Vista parcial da cidade.

Na divisão administrativa de 1933 e nas divisões seguintes a situação permaneceu inalterada até que a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, criou o distrito de Caeté-Açu, com sede no povoado de Capão Grande que foi elevado a vila com o nome do distrito.

LOCALIZAÇÃO — O município de Palmeiras localiza-se na Zona Fisiográfica de Chapada Diamantina e o seu território está inteiramente incluído no "Polígono das Sêcas". Limita com os municípios de Lençóis, Mucugê e Seabra.

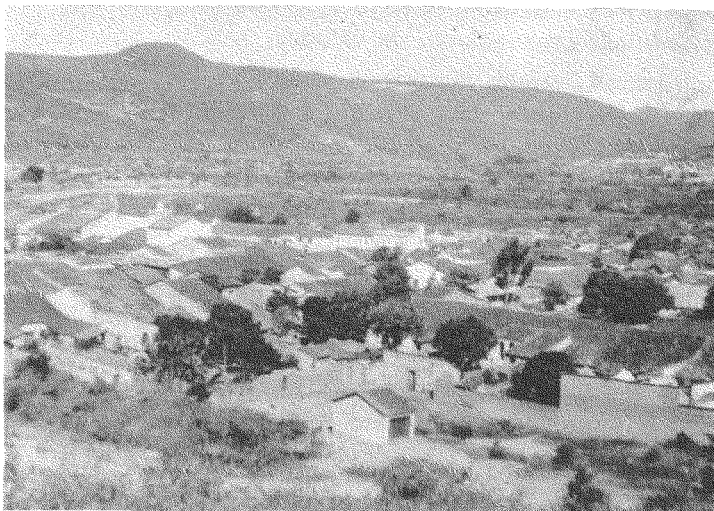
A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 12° 30' 50" de latitude Sul e 41° 34' 39" de longitude W.Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal: O.N.O. Dista da Capital, em linha reta, 322 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude na cidade de Palmeiras é de 1 000 metros.

ÁREA — A área do município mede 833 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município integra a Chapada Diamantina e apresenta topografia acidentada. A cordilheira do Sincorá e as serras Santa Isabel, Dois Braços, Lajedinho, Grito, Poti, Brejão, Negra, Sobrado, Tijuco, Gitirana são as mais importantes. Nos terrenos de vegetação baixa, conhecidos por "gerais", é praticado o criatório.

Os principais cursos d'água que banham o município são os rios Grande, Santo Antônio, Prêto e Tijuco, além de vários riachos. As lagoas mais importantes são: a Grande e a dos Patos. Existem duas quedas dágua inexploradas: a Cachoeira Dois Braços, no rio Santo Antônio, entre Palmeiras e Seabra, com 30,6 m de desnível, 1,620

metros cúbicos por segundo de descarga e potência calculada em 660 H.P., e a cachoeira do Riachinho, no rio Grande, com a potência calculada em 150 H.P.

CLIMA — O clima é subtropical e ameno. A temperatura na sede municipal em 1956 apresentou as variações seguintes: máxima de 26°C, mínima de 18°C e média compensada de 22°C. A precipitação pluviométrica no ano acima referido foi estimada em 700 mm e a máxima, em 24 horas, em 35 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — Da sua flora extrai-se lenha, pó de palha de ouricuri, plantas medicinais e oleaginosas como o "candombá", produto de pó resinoso idêntico ao breu que, empregado como combustível, produz bonita luz, sendo muito utilizado para fachos. A fauna apresenta variedade de animais silvestres, como onça, gato pintado, caititu, veado, paca, cutia, etc. e aves como perdiz, pombas verdadeiras, papagaio, etc. As riquezas minerais exploradas são diamantes e carbonados, havendo ainda cristal de rocha. O solo é diamantino nas serras e nos leitos dos rios e riachos.

POPULAÇÃO — A população em 1950 totalizava 7 839 habitantes e a densidade demográfica era de 9,4 habitantes por quilômetro quadrado; do total, 3 640 pessoas eram do sexo masculino e 4 199, do feminino e, quanto à côr, predominavam os pardos com 4 943 contra 1 743 brancos. Para cada grupo de 100 pessoas do sexo masculino havia um equivalente de 115 do sexo feminino. Os 70% da população localizavam-se no quadro rural.

Aglomerações urbanas — A cidade de Palmeiras em 1950 era de 2 337 habitantes, 1 332 mulheres e 1 005 homens; para cada grupo de 100 homens havia um equivalente de 133 mulheres.

Em 1953, foi criada a vila de Caeté-Açu (ex-povoado de Capão Grande), tendo cêrca de 850 pessoas.

Outras aglomerações — Além da cidade e da vila, o município possui os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: São João — 700 habitantes, Carmona 250, Tijuco — 150 hab., Serra Negra e Conceição de Baixo — 120 hab. cada, Conceição dos Gatos, Rio Grande, Lajedinho, Lavrinha e Sapé, com menos de 100 habitantes cada.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, o total de pessoas ativas, consideradas as de 10 anos e mais, era de 5 558. Destas, subtraídas as que se dedicavam a atividades domésticas não remuneradas e a atividades escolares discentes, aparecem em primeiro lugar 872 pessoas empregadas no ramo "indústrias extrativas", representando 16% da população em idade ativa e, em seguida, 850 empregadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", correspondendo a 15% da mesma população. Portanto, a atividade fundamental à economia do município, em 1950, era a extração de diamantes e carbonados hoje em decadência.

Agricultura — A produção agrícola, em 1955, foi de 2 000 milhares de cruzeiros, contribuindo o café com 1 120 milhares, seguindo-se a cana-de-açúcar, o feijão, a mamona em baga, o arroz, a mandioca e o milho. Situa-se no município um Pôsto Agropecuário da Inspetoria Regional do Fomento Agrícola, chefiado por 1 agrônomo.

Pecuária — A atividade pecuária não tem expressão e os seus efetivos, no ano de 1956, não chegaram a 1 000 cabeças por espécie.

Indústria — A atividade industrial é representada pelas atividades extrativa e de transformação. Em 1955, o valor da produção industrial foi de 2 000 milhares de cruzeiros. A indústria de transformação é representada pelos produtos alimentares e bebidas, sendo as principais a fabricação de massas alimentícias, farinha de mandioca e vinhos de fruta. A indústria extrativa é desenvolvida na base de extração de diamantes e carbonados. A atividade artesanal é representada pela lapidação dêsses minérios.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — As rodovias que servem o município são precárias e de difícil tráfego no inverno. No entanto, estão em andamento os trabalhos de construção da rodovia-tronco federal Bahia—Goiás, que cortará o território do município, cuja sede será ligada à mesma por um ramal. Rodovias ligam-no aos municípios vizinhos nos seguintes percursos: Lençóis — 54 km, Mucugê — 48 km e Seabra — 45 km; à Capital do Estado — 477 km e à Capital Federal — 1 716 km. Há uma agência postal-telegráfica na sede municipal e outra no povoado S. João, ambas do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — A principal praça com que o comércio local mantém transações é a de Salvador. No ano de 1956, existiam 22 estabelecimentos comerciais varejistas na sede municipal e o giro comercial atingiu 8 825 milhares de cruzeiros em todo o município. O salário-mínimo oficial fixado para a região que compreende o município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade se encontra a oeste de extensa planície. Está à margem direita do rio Grande. Conta 678 prédios, nos seus 41 logradouros, dos quais 14 são pavimentados e 2 ajardinados. Os principais prédios públicos são o Mercado Municipal, o Forum, a Escola Nuclear e a Prefeitura. A cidade está servida de eletricidade em 14 logradouros, e 176 prédios estão ligados à rêde elétrica. Funciona um cinema. Em 31 de dezembro de 1956, estavam registrados na Prefeitura Municipal 13 automóveis e 10 caminhões. Contavam-se 2 pensões. Reside 1 advogado na sede municipal.

Rua Ruy Barbosa.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há uma farmácia na sede municipal; exercem a profissão 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico. Pertence o município ao Setor n.º 12, sediado em Itaberaba, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 6 682 pessoas, das quais sabiam ler e escrever 2 339, isto é, 35%.

Ensino — A rêde escolar do ensino primário fundamental comum, no ano de 1956, contava 15 unidades e a matrícula efetiva foi de 673 alunos. Segundo a dependência administrativa, o movimento escolar estava assim distribuído: 6 estabelecimentos estaduais com 16 professôres e 450 matrículas; e 7 escolas municipais com igual número de professôres e 170 alunos matriculados. Existiam ainda 2 escolas particulares.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A única biblioteca pública existente é a "Embaixador J. C. de Macedo Soares", da Agência de Estatística. Situa-se na cidade a Filarmônica 19 de Abril e há 1 sociedade dançante. "A Voz de Palmeiras", da municipalidade, é o único serviço de alto-falante.

CULTOS RELIGIOSOS — O município pertence à paróquia de Lençóis e possui 1 igreja e 3 capelas. Predomina a Religião Católica.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — É hábito a celebração de novenas implorando chuvas, bem como procissões com troca de santos nas épocas de sêca.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía 2 784 eleitores inscritos e, dêstes, votaram 1 360 nas últimas eleições de 1954. Estão em exercício 8 vereadores. Exerciam a profissão, no ano de 1956, 42 funcionários públicos civis, assim distribuídos: 5 federais, 19 estaduais, 16 municipais e 2 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — As finanças públicas são informadas pelo quadro abaixo no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	89	215	529	78	563
1951	...	269	536	110	559
1952	87	259	511	108	427
1953	46	265	1 053	137	1 137
1954	243	340	1 259	122	1 236
1955	236	453	835	157	710
1956	(1) 119	506	1 112	176	718

(1) A Coletoria Federal foi anexada à de Lençóis, em princípios de 1956.

JUSTIÇA — O fôro cível foi criado em 29 de abril de 1891, ficando o município como têrmo da comarca das Lavras Diamantinas com sede em Lençóis até 1945, quando foi criada a comarca pelo Decreto-lei n.º 512, de 19 de junho, sendo seu primeiro Juiz de Direito o B.el Waldemar Diogo Gonçalves. Compreende 12 cartórios, sendo 1 do Registro Civil. Em 1956, foram julgados 23 feitos: 18 no cível, 4 no crime e 1 de outra natureza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — OS naturais do município adotam o gentílico palmeirenses. O nome do município originou-se da abundância de palmeiras existentes na grande planície a oeste da cidade.

O Prefeito em exercício é o Sr. Édson Botelho de Queirós, e o Presidente da Câmara Municipal, eleito para o período iniciado a 7 de abril de 1957, é o Sr. Antônio Gonçalves da Silva.

Foi primeiro Intendente do município o tenente Antônio Afonso Teixeira, nomeado por Ato de 23 de dezembro de 1890. O primeiro Conselho Municipal ficou assim constituído: capitão João Paulo Castelo Branco, Estêvão Eustáquio Ribeiro, Basílio Adolfo Catalá, alferes José Afonso de Oliveira Cosme e João Capistrano Nonato de Sousa.

Em decorrência da diminuição da atividade de minerar pedras preciosas, vem se verificando êxodo em Palmeiras. No entanto, ainda existe a garimpagem, com os seus ranchos, seus "cazimbés", suas alavancas, seus ralos e bateias, indispensáveis à profissão, conservando a forma de trabalho rudimentar e rotineiro dos primeiros tempos.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal da Bahia por José P. Tôrres Filho; Chefe da Agência de Estatística — José Gonçalves Neto.)

PARAMIRIM — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração ocorrida no território dêste município deu-se em conseqüência da colonização e exploração das minas do rio de Contas, no município de Rio de Contas, quando portuguêses e brasileiros, seguindo pelas margens do rio Brumado, cujas nascentes se contravertem no pico das Almas com as do rio Paramirim, lograram acesso às minas de ouro do morro do Fogo, nas proximidades do vale do Paramirim, onde se encontra hoje localizada a cidade dêste nome.

Assim, surgiram, nos princípios do século XVIII, os primeiros habitantes dessa região, os portuguêses Manuel José Pereira, tenente Valério Manuel Viana, Luís Ribeiro de Magalhães, Antônio Ribeiro Magalhães e Manuel Marques Vilela, e os brasileiros Antônio da Rocha Bastos e José da Rocha Bastos. Além das explorações de minério, começaram êles a incentivar a agricultura e a pecuária, organizando as primeiras fazendas do território, como a da Cachoeira, a da Conceição, a Santa Apolônia e a fazenda Pires.

Em 1820, no mês de janeiro, Florêncio da Rocha compra ao conde da Ponte as terras de Pau de Colher e Manuel Joaquim Pereira de Castro as da fazenda Poções, ao mesmo conde, pela grande quantia, naquele tempo, de .... 145 000, cujo pagamento foi realizado em 4 prestações de 36$250. Começa assim, o ajuntamento humano que deu início à povoação denominada arraial de Morro do Fogo, que seria mais tarde a cidade de Paramirim.

Pela Resolução n.º 200, de 29 de maio de 1843, a capela existente no arraial foi elevada à categoria de freguesia com o nome de Nossa Senhora do Carmo do Morro do Fogo.

Com o progresso verificado no arraial de Água Quente, em virtude da presença nêle de fontes de águas termais, e que fôra fundado em terras da fazenda pertencente ao

coronel Liberato José da Silva, foi para êsse arraial transferida a sede da freguesia do Morro do Fogo, pela Resolução provincial n.º 1 460, de 23 de março de 1875.

Água Quente, sede da freguesia do Morro do Fogo, foi elevado à categoria de vila, com o nome de Industrial Vila de Água Quente, pela Lei provincial n.º 1 849, de 16 de setembro de 1878, que criou o município do mesmo nome, formado pelos territórios das freguesias do Morro do Fogo e São Sebastião de Macaúbas. Entretanto, o município não foi investido de fato nessa categoria por ter a Lei n.º 1 849, que o criou, sido revogada pela Resolução provincial n.º 2 175, de 20 de junho de 1881. Nesse mesmo ano, a Resolução provincial n.º 2 236, de 6 de agôsto, elevou a capela dedicada a Santo Antônio, localizada no arraial do Ribeiro, que era filiada à freguesia de Nossa Senhora do Carmo do Morro do Fogo, à categoria de freguesia, com o nome de Santo Antônio.

Em virtude de Ato estadual, datado de 24 de março de 1890, o município foi restaurado com território desmembrado do de Minas de Rio de Contas (Rio de Contas, posteriormente), imitindo-se na posse de tal direito a 23 de maio do ano seguinte.

Em 1898, o capitão Antônio José Cardoso, comerciante rico localizado em Água Quente, foi nomeado seu intendente, tendo-o sucedido o coronel Juvêncio Pereira, genro do coronel Liberato José da Silva, falecido havia anos.

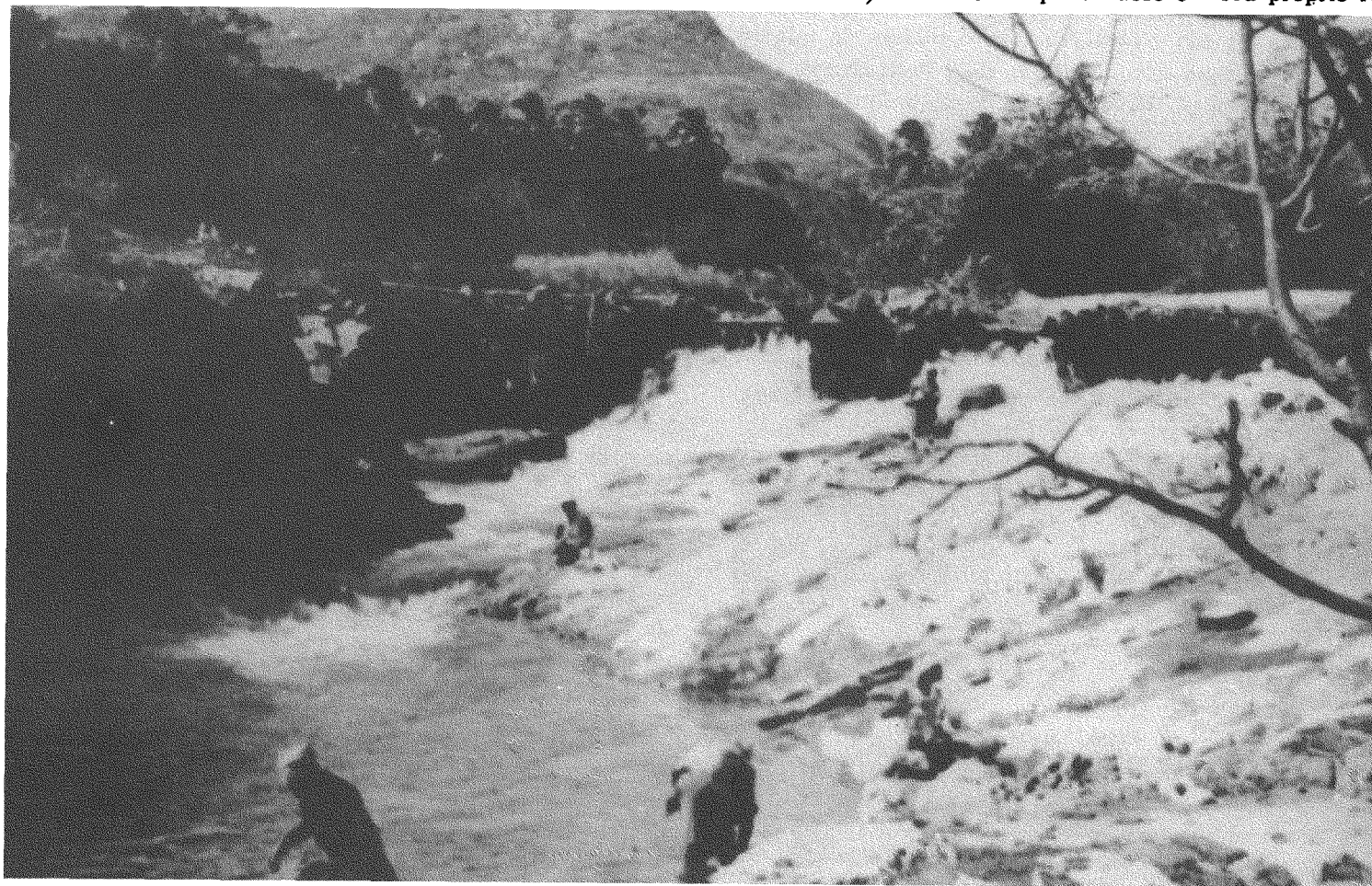
De acôrdo com a Lei estadual n.º 460, de 16 de julho de 1902, a sede municipal foi transferida para a povoação do arraial do Ribeiro, que naquele tempo estava em fase de maior desenvolvimento do que Água Quente e, decerto, por se achar mais bem localizado geogràficamente. O acontecimento foi marcado com grandes festas, presentes as autoridades da comarca de Minas do Rio de Contas.

Pela Lei estadual n.º 736, de 26 de junho de 1909, o município e a vila passaram a ter o nome de Paramirim, que significa o riozinho ou o mar pequeno.

A partir dessa data, a história do município foi robustecida de fatos e acontecimentos políticos oriundos de desavenças entre tradicionais famílias da região pelo domínio político local.

Com o falecimento do coronel Juvêncio Pereira, Chefe político, ocorrido em 1908, surge como seu sucessor o coronel Francisco Brasil Rodrigues da Silva (Chiquinho), casado com uma filha adotiva daquele. Inicia-se na vida política como delegado de Polícia, para, depois, transformar-se em prestigioso chefe, no município. Sua direção foi marcada inicialmente por dolorosos e históricos acontecimentos, caracterizados pelo ataque a mão armada realizado em 1911 por seu opositor — capitão Felipe Cardoso, que invadiu sua residência, em Água Quente, acompanhado de homens armados, procurando a todo custo eliminá-lo. Derrotado pela reação encontrada, voltou o capitão Felipe Cardoso e seu bando a Paramirim, onde continuou a sua rivalidade contra Francisco Brasil, cuja corajosa resistência o manteve no poder.

Na divisão administrativa de 1911, o município aparece formado pelos distritos de Paramirim, Canabravinha, Água Quente e Santa Maria do Ouro.

Em 1912, dá-se um episódio histórico, que até hoje repercute na memória de quantos sobrevivem. Foi o célebre cêrco de 21 dias, impôsto por Francisco Brasil à casa de residência do seu desafeto Felipe Cardoso, em Paramirim, auxiliado pela intervenção de seu segundo sogro coronel Douca Medrado (Francisco Brasil casou-se, em segundas núpcias com uma filha dêsse chefe político das Lavras Diamantinas). Acuado Felipe Cardoso em seu próprio re-

Vista do Açude da Ponte, no rio Paramirim.

duto, rende-se e submete-se, exigindo como condição essencial para a pacificação, o desarmamento de cêrca de 50 jagunços e a retirada de todos do município. É feito o desarmamento, processa-se a retirada e a jagunçada se dispersa. O capitão Felipe Cardoso interna-se no vizinho município de Macaúbas com tôda a família, daí peregrinando através do município de Caetité foi ter à Vila Velha, atual Livramento do Brumado. Daí, apoiado pelo então coronel Horácio de Matos, chefe político em Lençóis, pôde, em 1918, penetrar novamente no município de Paramirim, ocultando-se na fazenda Santana, de onde pretendia lançar novo ataque à cidade. Tendo sido descoberto a tempo, foi providencialmente contra-atacado no seu próprio esconderijo pelas fôrças de Francisco Brasil. Derrotado mais uma vez, foge ao cêrco, retirando-se do município. Vai depois de alguns anos para o Estado de Minas Gerais, onde faleceu, terminando sua ação política contra o rival. Assim, volta o município à paz tão desejada.

Segundo o Decreto estadual n.º 7 455, de 23 de junho de 1931, foi o município de Bom Sucesso extinto e anexado ao de Paramirim; porém, o Decreto estadual n.º 7 479, de 8 de julho, dêsse mesmo ano, transferiu para o município de Macaúbas o território do de Bom Sucesso.

Em 1932, pelo Decreto estadual n.º 8 187, de 23 de setembro, o distrito de Canabravinha foi extinto e anexado ao distrito-sede. Assim, na divisão administrativa do Brasil de 1933, o município constitui-se dos distritos de Paramirim, Água Quente e Santa Maria do Ouro.

Segundo as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como de acôrdo com quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de março de 1938, o município volta a formar-se dos quatro distritos que o integravam na divisão administrativa de 1911, observando-se o mesmo no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, e onde, todavia, o distrito de Santa Maria do Ouro passou a denominar-se Ibiajara.

De acôrdo com o quadro territorial vigente em 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, Paramirim permanece com formação distrital idêntica, isto é, Paramirim, Água Quente, Canabravinha e Ibiajara.

Pela Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, foi criado o distrito de Rio do Pires, aparecendo formado pelos distritos de Paramirim, Água Quente, Canabravinha, Ibiajara e Rio do Pires.

Igreja-Matriz.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica da serra Geral, e seu território é integralmente abrangido pelo "polígono das sêcas". Está situado na parte central do Estado e faz parte da bacia hidrográfica do São Francisco. Limita com os municípios de Caetité, Ibitiara, Livramento do Brumado, Macaúbas, Piatã e Rio de Contas. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13º 26' 46" de latitude Sul e 42º 14' 39" de longitude W.Gr. Rumo, partindo da Capital do Estado — O.S.O. da qual dista, em linha reta, 390 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 630 m.

ÁREA — A área do município mede 2 647 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é bastante acidentado. Os principais acidentes geográficos são: *Serras* — de Itobira, nos limites com o município de Piatã, do Barreiro, que vai ligar-se com a do Lajedo do Arouca, nos limites com o Livramento do Brumado; a grande e bela Serra Geral, continuação da serra do Tabuleiro do município do Livramento do Brumado. *Picos* — Há o das Almas, situado nas divisas do município de Rio de Contas, que é o ponto mais alto do Estado, com altitude de cêrca de 1 400 metros. *Rios* — Há o Paramirim, afluente do rio São Francisco que nasce no pico das Almas, e corre através do acidentado distrito de Água Quente, banhando o distritc-sede. Cortam ainda o território do município os rios do Pires, da Caixa, Itaquari e o Brumado. *Cachoeiras* — Há a cachoeira dos Balaios, próxima ao povoado da Cachoeira e à vila de Água Quente. A sua potência ainda não foi calculada. *Lagoas* — Há a lagoa do

Praça Santo Antônio.

Paramirim, e lagoa da Tábua, lagoa das Caraíbas e lagoa do Recreio. *Açudes* — Existem 35 açudes particulares.

CLIMA — O clima é quente nas épocas das trovoadas e agradável no resto das estações. A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas 33°C, média das mínimas 20°C e média compensada 25°C. As chuvas são freqüentes no período de dezembro a janeiro.

RIQUEZAS NATURAIS — Registram-se no território do Município várias ocorrências minerais: alume, amianto, cobre, estanho, ferro, manganês, (inexploradas) e cristal de rocha, ouro, salitre e pedra calcária (exploradas). A vegetação é de característica rasteira, predominando as terras de caatinga e capoeira.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, a população era de 26 073 habitantes, sendo 11 756 homens e 14 317 mulheres. Nessa população havia 14 870 brancos, 4 315 pretos e 6 874 pardos. Dentre as pessoas de 15 anos e mais, existiam 5 803 solteiros, 8 109 casados, 2 desquitados e 975 viúvos. Havia, como se nota, predominância do sexo feminino, da côr branca e dos casados. A densidade demográfica era de 9,85 habitantes por km^2. A população estimada para 1957 é de 27 000 habitantes. Do total da população encontrada, em 1950, 91,6% localizavam-se na zona rural.

Segundo ainda o Censo de 1950, a população da cidade era de 1 271 habitantes, sendo 544 homens e 727 mulheres. A população estimada para 1957 é de 1 500.

Aglomerações urbanas — De acôrdo com o Censo de 1950, o município possuía quatro aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Paramirim — 1 271 hab. e vilas de Água Quente — 336 hab., Canabravinha — 105 hab. e Ibiajara — 469 hab. Com a última divisão territorial, o município passou a ter cinco aglomerações urbanas em conseqüência da criação do distrito do Rio do Pires, cuja população, em 1950, era de 352 habitantes.

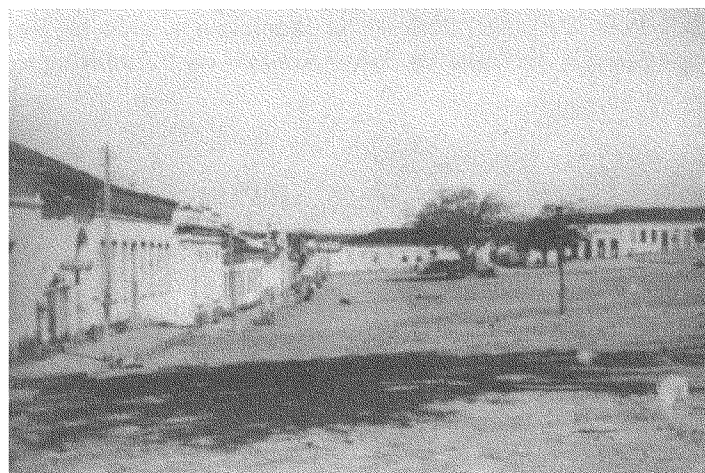
Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, existem no município os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 está assim distribuída: Rio da Caixa — 330 hab., Santarém — 270 hab., Abadia — 180 habitantes, Cachoeira — 170 hab., Barra — 190 hab., Pajeú — 110 hab., Morro do Fogo — 75 hab., Curral Velho — 90 hab., Pedra Branca — 60 hab., Caraíbas — 150 hab., São Félix — 56 hab., Grama — 40 hab. e Pau de Colher — 30 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Censo de 1950, a população em idade ativa (10 anos e mais) era de 18 278 pessoas, sendo 7 858 homens e 10 420 mulheres. Dessa população, 6 943 pessoas (6 167 homens e 776 mulheres) se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que, depois das atividades domésticas, é o ramo ocupacional mais numeroso ali, com 38% do total daquela população.

Pecuária — A fundamental atividade à economia do município é a pecuária, cujo rebanho, em 1956, era de 15 000 bovinos, 4 000 eqüinos, 3 000 asininos, 4 000 muares, 5 500 suínos, 5 000 ovinos e 4 000 caprinos. Existiam naquele ano 2 579 propriedades agropecuárias cujo valor venal era superior a 17 986 milhares de cruzeiros.

Agricultura — O valor da produção agrícola, em 1955, alcançou o total de 17 201 milhares de cruzeiros, concorrendo com maior parcela o arroz, seguido de feijão, milho e frutas diversas.

Indústria — A produção industrial, em 1955, alcançou a cifra de 8 081 milhares de cruzeiros, concorrendo com maior porção a produção de tijolos, de telhas, arroz beneficiado, rapadura, xarope de frutas, aguardente de cana, açúcar mascavo, requeijão, manteiga, farinha de mandioca, óleo de mamona e carvão vegetal. A produção extrativa foi superior a 1 764 milhares de cruzeiros, salientando-se a extração de lenha, de madeiras diversas e de ouro. Funciona na vila do Rio do Pires uma fábrica de bebidas que, pela sua atividade nesse ramo, é considerada de grande importância.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Paramirim liga-se diretamente à Capital Federal, à Capital Estadual e às cidades vizinhas, assim: à Capital Federal, rodovia (1 510 km), à Capital do Estado, rodovia (863 km), a Caetité, rodovia (117 km), a Ibitiara, rodovia (108 km), ao Livramento do Brumado, rodovia (84 quilômetros), a Macaúbas, rodovia (93 km), a Piatã, vicinal (108 km), e ao Rio de Contas, rodovia (97 km). Estão registrados no município 3 automóveis e 33 caminhões. O serviço de comunicação da sede municipal é feito pela Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Possui campo de pouso com pista de 1 000 metros.

Outro aspecto da Praça Santo Antônio.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 4 estabelecimentos atacadistas e 111 varejistas. O giro comercial, em 1956, foi de 19 225 milhares de cruzeiros.

O comércio local mantém transação com as praças de Belo Horizonte, São Paulo, Salvador, Vitória da Conquista e Montes Claros. Importa tecidos, ferragens, louças, produtos farmacêuticos, estivas em geral, e outros. Exporta arroz, feijão, milho e gado em pé.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada à margem esquerda do rio Paramirim. Possui 47 logradouros, sendo 6 pavimentados, 3 arborizados e 20 iluminados com luz elétrica. Em 1956, existiam 389 prédios, dos quais 130 eram servidos de luz elétrica. A principal artéria é a Praça Santo Antônio, onde está localizada a igreja-matriz, a Prefeitura Municipal e as principais casas comerciais. Funcionam 3 hotéis e 1 pensão com capacidade para 80 hóspedes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada na cidade pelo pôsto de higiene mantido pelo govêrno do Estado. Exercem a profissão ali 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, da população de 5 anos e mais, existia o total de 22 186, sendo 9 791 homens e 12 395 mulheres. Dessa população sabiam ler e escrever 4 570 (2 782 homens e 1 788 mulheres), ou seja, 21% da população de 5 anos e mais.

Na cidade, havia 1 097 pessoas de 5 anos e mais, sendo 461 homens e 636 mulheres, das quais sabiam ler e escrever 643 (295 homens e 348 mulheres).

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 21 unidades escolares do ensino fundamental comum, — 15 estaduais e 6 municipais, — com o total de 1 173 alunos matriculados.

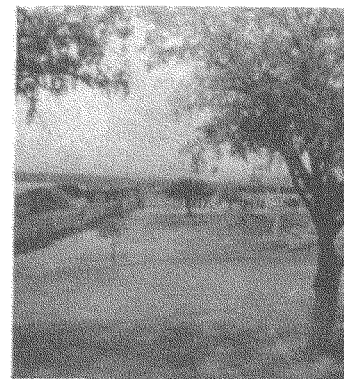
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na cidade 1 biblioteca pública, mantida pela Agência Municipal de Estatística, com menos de 1 000 volumes. Funciona o Clube Social de Paramirim.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como aspecto turístico existe a lagoa do Paramirim, distante da sede municipal um quilômetro, medindo 1 000 metros de comprimento por 600 metros de largura.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede de duas paróquias: a paróquia de Santo Antônio de Paramirim, instituída em 1881 e subordinada à diocese de Caetité, possuindo 3 igrejas, 11 capelas e 3 associações religiosas com 410 associados; e a paróquia de Nossa Senhora Santa Maria, com uma igreja e duas capelas, no distrito de Ibiajara, com subordinação direta à diocese de Caetité.

Praça do Rosário.

Vista da lagoa.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas religiosas de maior relêvo, na cidade, são a do padroeiro, Santo Antônio, em 13 de junho, o encerramento do mês mariano em 31 de maio e as festas litúrgicas da semana santa. Dos folguedos populares, ainda se conserva a tradição do reisado, bumba-meu-boi e quilombo, os quais se realizam de 1.º a 6 de janeiro, 24 de junho e 7 de setembro, respectivamente.

Praça Santo Antônio.

Rua 16 de Setembro.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município, em 1954, contava 2 900 eleitores, dos quais votaram nas últimas eleições 2 771. A Câmara de Vereadores é atualmente composta por 12 edis. Exerciam funções no município, em 1956, 67 servidores públicos, assim distribuídos: 12 federais, 33 estaduais, 21 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — Na tabela abaixo, resumem-se os dados sôbre finanças do município no período 1950-1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	147	379	372	123	314
1951	136	470	458	141	497
1952	160	494	489	190	404
1953	177	633	891	163	762
1954	178	634	739	164	821
1955	230	567	806	179	727
1956	247	769	956	286	917

JUSTIÇA — Pelo Ato estadual datado de 3 de agôsto de 1892, Água Quente aparece como têrmo da comarca de Minas do Rio de Contas. A mesma situação permanece na Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, no Decreto estadual n.º 266, de 4 de outubro de 1904 e na Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915.

Pelo Decreto estadual n.º 6 983, de 16 de setembro de 1930, foi a sede da comarca de Minas do Rio de Contas transferida provisòriamente para o têrmo de Paramirim, (ex-Água Quente), em virtude de distúrbios aí havidos; voltou a sede da referida comarca a ser no lugar primitivo por fôrça do Decreto estadual n.º 7 311, de 19 de março de 1931.

Permaneceu o município de Paramirim na categoria de têrmo da comarca de Rio de Contas até o ano de 1945, no qual, pelo Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho, foi criada a comarca de Paramirim, desmembrada daquela. Atualmente continua como comarca de 1.ª entrância. O primeiro juiz da comarca foi o Bacharel Pio Alves Boaventura.

Possui o município 8 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. Foram julgados em 1956, 88 feitos, dos quais 84 no cível, 3 no crime e 1 em outros.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município, denominam-se paramirinenses. A denominação Paramirim é tupi-guarani e significa "rio pequeno". O atual Prefeito é o Sr. Ulisses Caires Brito, eleito em 3 de outubro de 1954. O Presidente da Câmara é o Sr. Antenor Domingues de Madureira, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957. Foi primeiro intendente municipal o capitão Antônio José Cardoso.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Luís Gonzaga de Oliveira Brito; Chefe da Agência de Estatística — Sr. Edmundo Alkmin Neves.)

PARATINGA — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — No início do século XVIII, em 1710 aproximadamente, já existia uma aldeia na região do baixo médio São Francisco, localizada à margem direita do mesmo rio, numa fazenda de criação de gado do Conde da Tôrre. Havia grandes currais de gado, circunstância que contribuiu para fazer da aldeia ponto de passagem e pousada de boiadeiros e viajantes que transitavam rumo às Minas Gerais ou, em sentido contrário, às terras da Bahia. Aquela localidade chamava-se então Urubu de Cima. O comércio de gado, a abundância de peixe no rio São Francisco, nas inúmeras lagoas da região, a fertilidade das terras e outros fatôres naturais fizeram crescer a povoação até que em 1718, com foros de distrito, foi elevada a freguesia pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, com o nome de Santo Antônio do Urubu de Cima, em virtude de já existir uma imagem dêste santo na capela local.

Por Ordem régia datada de 1746, foi autorizada a criação do município, tendo sido o arraial elevado a vila pelo Conde das Galveas que foi instalada pelo Ouvidor Francisco Marcolino de Sousa em 27 de setembro de 1749, ficando o município desmembrado do de Jacobina e com a denominação de Urubu.

Pela Provisão Real datada de 7 de dezembro de 1760, deu-se à Vila o privilégio de oficiais de justiça e pelouros.

De 1760 a 1897, o município desenvolveu-se lentamente. Suas fazendas de gado e plantações estenderam-se nas áreas então cobertas de matas semivirgens, rasgaram-se caminhos de tropa, intensificou-se a pequena navegação no rio São Francisco, estreitando os laços comerciais e sociais entre a vila e os municípios vizinhos.

Em 1823, o Ouvidor Francisco Aires de Almeida Freitas, a pretexto de uma epidemia que grassava na vila, conseguiu do Ministro do Império mudar a justiça e cartórios de Urubu para o arraial de Macaúbas, por fôrça da Portaria de 17 de dezembro de 1823, de onde só retornaram em 1834 após diversas representações da população local.

Desta maneira, em 1897, foi a vila de Urubu elevada à categoria de cidade pela Lei estadual número 177, de 25 de junho.

Na divisão administrativa de 1911, o município aparece formado pelos distritos de Urubu e Bom Jardim.

Em 1912, o deputado Muniz Sodré apresentou à Camara Estadual um projeto que se converteu na Lei 884, datada de 29 de maio do mesmo ano, mudando o nome do município para Rio Branco.

O município continuou até 1953 constituído de dois distritos, tendo havido as seguintes alterações nos topônimos: Bom Jardim passou a chamar-se Jardinópolis, por fôrça do Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, e o município e o distrito de Jardinopólis tiveram os nomes mudados para Paratinga e Ibotirama, respectivamente, pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944.

Em 1953, a Lei estadual número 628, de 30 de dezembro, criou o distrito de Águas do Paulista, fixando a seguinte composição distrital para o município: Paratinga, Águas do Paulista e Ibotirama.

A lenda relativa ao primitivo nome do município conta que um caçador penetrou nas matas da região à procura de caças e descobriu uma imagem, que reconheceu ser de Santo Antônio, notando por cima, pousado em uma árvore, um urubu, cuja sombra se projetava sôbre a cabeça da imagem, à semelhança de um pálio, minudência que despertou sua curiosidade. A referida imagem seria a mesma que se encontra na igreja-matriz local. Daí a denominação de Santo Antônio do Urubu com que se batizou inicialmente o município. O topônimo Rio Branco não tem fundamento histórico e o de Paratinga, do tupi-guarani, quer dizer rio branco (*para*—rio e *tinga* — branco), nome pelo qual o gentio denominava o rio São Francisco. Paratinga é corrutela de *para—pitinga*.

Rua Marechal Deodoro da Fonseca.

LOCALIZAÇÃO — O município de Paratinga está localizado à margem direita do rio São Francisco, pertencendo à Zona Fisiográfica do Baixo Médio São Francisco. Limita com os municípios de Oliveira dos Brejinhos, Brotas de

Macaúbas, Bom Jesus da Lapa, Barra e Macaúbas. Está totalmente incluído no "polígono das sêcas" e incluído no Vale do São Francisco.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 11' 19" de latitude Sul e 43° 11' 16" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 486 quilômetros. Seu rumo a partir da mesma é O.N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 420 metros.

ÁREA — A área do município mede 4 552 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os acidentes geográficos mais importantes são: *Rios*: o São Francisco, o Santo Onofre, sujeito a enchentes, e o Santa Rita, ambos periódicos e afluentes do São Francisco. *Lagoas*: há grande número de lagoas, sendo as principais a do Largo, com 9 000 metros de comprimento e 400 metros de largura; a Grande, com 3 000 metros de comprimento e 300 metros de largura; a do Jacaré, com 6 000 metros de comprimento e 200 de largura; a de Ipueira, com 400 metros de comprimento por 100 de largura; a de Tapera, com 12 000 metros de comprimento e 400 de largura; e a do Marinheiro, com 1 500 metros de comprimento e 100 metros de largura. Estas lagoas são resultantes do transbordamento do rio São Francisco. São muito piscosas, tornando-se, assim, de grande importância para a economia do município. *Ilhas*: entre as ilhas, são mais importantes: a Paratinga, defronte da cidade, formada pelo São Francisco, e medindo 12 000 metros de comprimento por 300 metros de largura; a Mangal, com 4 000 metros de comprimento e 300 de largura; a dos Cavalos, com 5 000 metros de comprimento e 1 000 de largura; e a Barroso, com 5 000 metros de comprimento por 1 250 metros de largura. As ilhas são férteis e aproveitadas para agricultura. *Serras*. Destacam-se: a de Alagoas, a de São Francisco, a da Penha, a Barriguda e os morros do Vaqueiro e do Alecrim. *Gruta*. Há uma gruta denominada São Francisco, no distrito de Paratinga, com 80 metros de comprimento.

CLIMA — O clima do município é variável, segundo ocorre em quase tôda região ribeirinha.

A temperatura da sede municipal no ano de 1956 foi a seguinte: média das máximas 39,6°C, média das mínimas 12,3°C e média compensada 21,3°C. A precipitação pluviométrica durante o ano foi de 542,8 mm e a máxima verificada em 24 horas, de 54,4 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais do município são representadas quanto a vegetais por carnaúba, maniçoba (em pequena quantidade), caroá, malva e madeiras para construção; no reino mineral, encontra-se no distrito de Águas do Paulista uma fonte termal muito visitada, e cristal de rocha em exploração; no reino animal destaca-se a abundância de peixe no rio São Francisco e nas lagoas.

POPULAÇÃO — Segundo os dados do Recenseamento de 1950, o município de Paratinga possuía 21 050 habitantes, sendo 10 022 homens e 11 028 mulheres. Dêste total, 4 135 eram brancos, 2 765 pretos e 14 118 pardos.

A população de 15 anos e mais apresentava a seguinte composição: solteiros 5 171, casados 5 991, desquitados 4 e viúvos 935. Os 77% estavam localizados no quadro rural.

A estimativa da população do município para 1957 é de 25 000 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — O município em 1950 contava 2 aglomerações urbanas: a cidade com 2 741 habitantes e a vila de Ibotirama com 2 014 habitantes.

Na vigência da Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, que elevou o povoado de Águas do Paulista à categoria de vila, subiram para 3 as aglomerações urbanas do município.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Conta ainda o município diversos povoados que constituem outras aglomerações. São êles: Penha com 216 habitantes, Brejo das Môças com 141, Maerim com 159, Bom Sucesso com 120, Juàzeiro com 122, Boa Vista com 96, Canabrava do Braga com 238 e Boa Vista do Lagamar com 246 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Conforme o Censo de 1950, 35% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Os produtos agrícolas no ano de 1955 atingiram a soma de 3 147 milhares de cruzeiros, salientando-se o feijão, o arroz, a mamona e o milho. Produz ainda mandioca, algodão herbáceo e cana-de-açúcar.

Está localizado a 1 quilômetro da cidade o Campo de Irrigação mantido pelo Ministério da Agricultura, com um agrônomo residente.

Pecuária — É relativamente desenvolvida e provém do início do povoamento da região. Há exportação de gado em pequena escala para os municípios vizinhos.

Praça Duque de Caxias.

Indústria — A indústria é rudimentar, consistindo em engenhocas de rapadura, pequenas casas de farinha, beneficiamento da cêra de carnaúba e rudimentares alambiques de aguardente. O movimento industrial, em 1955, apresentou o valor de quase 3 000 milhares de cruzeiros, sobressaindo a farinha de mandioca com 1 300 milhares de cruzeiros.

Há atividade artesanal no município representada por produtos de cerâmica de uso doméstico, objetos de fibra de caroá, de palha da carnaubeira, bem como objetos rudimentares destinados à navegação fluvial.

No pôrto de Ibotirama funciona primitivo estaleiro para consêrto de canoas onde, às vêzes, se fabrica pequenas embarcações movidas a remo ou a vela.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Paratinga liga-se à Capital Federal, via rodoviária (1 891 km), à Capital do Estado, via rodoviária (1 040 quilômetros), às cidades vizinhas de Barra, via fluvial (123 milhas), Bom Jesus da Lapa, via fluvial (44 milhas) e via rodoviária (82 km), Brotas de Macaúbas, rodovia (168 quilômetros), Macaúbas, via rodoviária (252 quilômetros) e Oliveira dos Brejinhos, via rodoviária (144 km).

Possui campo de pouso com capacidade para pequenos aviões tipo teco-teco. Há 3 portos fluviais, sendo que o da sede é de cimento e pedra. São servidos pelas emprêsas de navegação que trafegam na região ribeirinha. Há 3 Agências postais-telegráficas, sendo uma na sede e as demais no interior do município.

COMÉRCIO E BANCOS — Em todo o município há 191 estabelecimentos varejistas e 7 atacadistas. Dentre êstes, 39 varejistas e 2 atacadistas estão localizados na cidade. O giro comercial, em 1956, atingiu a 20 525 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial está fixado em 2 000 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A topografia da cidade é acidentada nas partes norte e leste e plana ao sul e oeste. A cidade conta 19 logradouros, dos quais 3 são pavimentados a paralelepípedos e 3 arborizados; 1 outro é arborizado e ajardinado.

Todos os logradouros da zona urbana são beneficiados com iluminação elétrica. O total de prédios é de 731, dos quais 125 são servidos de luz elétrica. Possui o Município 4 pensões, sendo 1 delas localizada na sede.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo Pôsto de Saúde do SESP; há, ainda 2 postos do Departamento Nacional de Endemias Rurais, subordinados ao Setor número 11, com sede em Juàzeiro.

Na cidade exercem a profissão 1 médico, 1 farmacêutico e 1 enfermeiro. A população aproveita as Águas do Paulista como estação de cura para diferentes molestias do fígado, baço, pele, estômago.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Duas são as instituições de beneficência mutuária, a Sociedade Auxiliadora São José, com 251 sócios e a Sociedade Beneficente dos Artistas, com 301 associados.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais somava 17 847, sendo 8 424 homens e 9 423 mulheres. Dêste total, 2 151 homens e 1 454 mulheres sabiam ler e escrever, ou seja, 20% da população de 5 anos e mais.

Ensino — Durante o ano de 1956 funcionaram 37 escolas do curso primário fundamental comum, sendo 12 estaduais e 25 municipais. A matrícula foi superior a 1 750 alunos.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Existe no município uma gruta denominada Gruta de São Francisco, que é natural motivo de turismo e de estudos de geologia.

CULTOS RELIGIOSOS — A cidade é sede da paróquia de Santo Antônio pertencente à diocese da Barra. Possui 1 igreja-matriz, 1 igreja comum e 10 capelas. Funcionam 5 associações religiosas, com o total de 268 associados.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas religiosas são realizadas, comumente, sem grande pompa, constando de missa solene, novenas e procissões. A principal é a de Santo Antônio, a maior solenidade católica do município. Além dos atos e festejos religiosos, realizam-se leilões, festejos populares, bailes e quermesses.

O reisado, a marujada e a chegança são as festas populares mais freqüentes, que ocorrem em tôda a região são-franciscana.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O total de eleitores inscritos era de 4 610, tendo votado 2 576 nas eleições de 1954. A câmara municipal é composta de 6 vereadores. Em 1956, encontravam-se em atividade no município 71 funcionários, sendo 35 federais, 25 estaduais, 10 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — As finanças públicas municipais estão discriminadas no quadro que se segue:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	389	333	143	251
1951	—	472	202	184	316
1952	—	470	329	195	364
1953	—	499	428	240	646
1954	—	610	721	246	908
1955	—	1 259	1 396	302	1 154
1956	51	1 175	1 356	372	1 532

JUSTIÇA — A comarca de Urubu foi criada pela Lei provincial número 6, de 2 de maio de 1835, formada então

pelos têrmos de Urubu e Carinhanha, desmembrados respectivamente das antigas comarcas de Minas do Rio de Contas e do São Francisco. Em 1840 foi acrescida dos têrmos de Macaúbas e Monte Alto, ficando, assim, constituída dos têrmos de Urubu, Carinhanha, Macaúbas e Monte Alto. Em 1860, perdeu os têrmos de Monte Alto e Carinhanha, que passaram a formar a comarca de Monte Alto (Lei número 809, de 11 de junho) e em 9 de julho do mesmo ano perdeu o têrmo de Macaúbas (Lei n.º 1 997). Em 1892, voltou o têrmo de Macaúbas a integrar a comarca e o têrmo de Oliveira dos Brejinhos foi acrescido a ela (Ato estadual de 3 de agôsto). Em 1898, o têrmo de Macaúbas foi novamente desligado (Lei estadual número 280, de 6 de setembro). Em 1904, a comarca recebe o têrmo de Bom Jesus da Lapa (Decreto estadual número 266, de 4 de outubro). Depois de várias modificações, em 1912, pela Lei estadual número 884, de 29 de maio, a comarca teve o nome mudado para Rio Branco, aparecendo na Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, integrando os têrmos de Rio Branco, Bom Jesus da Lapa e Carinhanha.

Em 1931, pelo Decreto estadual 7 338, de 28 de março, foi a sede da comarca de Rio Branco transferida provisòriamente, para o têrmo de Bom Jesus da Lapa, sendo no mesmo ano, pelo Decreto estadual, 7 748 de 13 de novembro, restabelecida a sede primitiva.

Depois de diversas alterações quanto à sede da Comarca, o Decreto número 141, de 31 de dezembro de 1943, mudou o nome de Rio Branco para Paratinga, perdendo os têrmos de Bom Jesus da Lapa e Carinhanha.

Em decorrência do Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, a comarca ficou constituída dos têrmos de Paratinga, Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos.

Com a criação das comarcas de Brotas de Macaúbas e Oliveira dos Brejinhos, ficou Paratinga com um único têrmo, o da sede. Compreende 5 cartórios, e 2 dêles são do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 12 feitos no cível, 5 no crime e 5 de outras naturezas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação dos naturais de Paratinga é paratinguenses. O Prefeito em exercício é o Sr. Ulisses Pereira de Sousa, e o Presidente da Câmara Municipal, eleito para o período iniciado em 7 de abril de 1957, é o Sr. Alcides Oliveira Dourado.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Aloísio Alencar de Jesus; Chefe da Agência de Estatística — Jaime da Silva Neves.)

PARIPIRANGA — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Com a instalação do Govêrno-Geral do Brasil na cidade do Salvador, para êsse fim criada em 1549, os primeiros colonos foram se estabelecendo nas terras adjacentes da Bahia de Todos os Santos, que além de fértil oferecia a segurança desejada aos constantes ataques dos índios tupinambás, senhores da gleba, os quais eram considerados de índole belicosa e feroz, vivendo em contínua hostilidade com os seus irmãos de outras tribos.

Com a chegada dos portuguêses, foi-lhes declarada guerra aberta, cuja intensidade diminuiu com a vinda dos abnegados padres da Companhia de Jesus, em missão de catequese, ministrando aos gentios as luzes da doutrina cristã o que contribuiu de modo significativo para lhes domar a índole guerreira, chamando-os à grei cristã, possibilitando, destarte, a penetração no interior.

Já no primeiro século do Brasil, o abastado fazendeiro e intrépido bandeirante Garcia Dias d'Ávila leva os seus currais muito além de Açu da Tôrre (enseada do Tatuapara) e obtém enormes sesmarias que o tornam o mais opulento proprietário territorial.

Profundamente divergiam os índios do interior baiano daqueles que assentavam os seus arraiais às ribas do oceano. De tipo mais baixo, tez mais acobreada, menos apto talvez à civilização, com língua mais rude como a onomástica no-lo atesta, constituíam o que se tem convencionado chamar de o "*grupo dos tapuias*".

Há incerteza quanto à tribo que ocupava a região onde hoje está localizado o município de Paripiranga. Tupinambás não o eram, certamente, porquanto êstes estavam localizados no baixo Irapiranga (Vaza Barris), em terras férteis, e não tinham necessidade nem lhes servia estabelecerem-se no "agreste". Na vasta região circunscrita pelos rios São Francisco, Jacurici e Itapicuru, algumas tribos mantinham seus aldeamentos. Sabemos que na região de Jeremoabo havia as tribos mungurus e cariacás, quase sempre em pé de guerra, a ponto de o governador-geral D. João Lancastre, em 1697, ameaçar o chefe dos muncurus de mandar decapitá-los se a sua gente não sustasse os ataques reiterados contra os cariacás e, na região de Euclides da Cunha, a tribo dos caimbés.

Nada se pode adiantar de positivo quanto aos índios que habitavam as terras onde atualmente está situado o município de Paripiranga. É, no entanto, tradição corrente, que ali existiu uma tribo denominada vermelhos, havendo quem admite pertencesse ela à família dos tapuias.

A primeira penetração no território ocorreu no século XVII, quando colonos portuguêses se fixaram no município, fazendo nascer a povoação de Malhada Vermelha, cujo nome foi mais tarde mudado para Patrocínio do Coité, hoje cidade de Paripiranga.

Vista parcial da Praça da Bandeira.

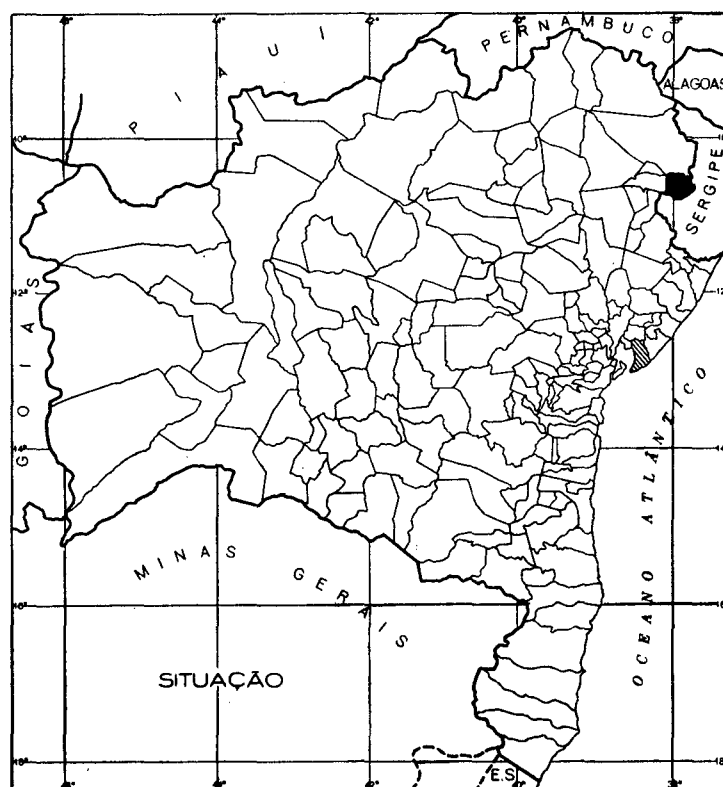
Nos seus primórdios, a povoação de Malhada Vermelha foi premiada pelo cidadão José Antônio de Menezes, que construiu uma capela sob a invocação de Nossa Senhora do Patrocínio, filiada à freguesia de Nossa Senhora do Bom Conselho dos Montes do Boqueirão. A dita capela foi elevada à categoria de freguesia pela Lei provincial número 1 168, de 22 de maio de 1871, com o nome de Nossa Senhora do Patrocínio do Coité.

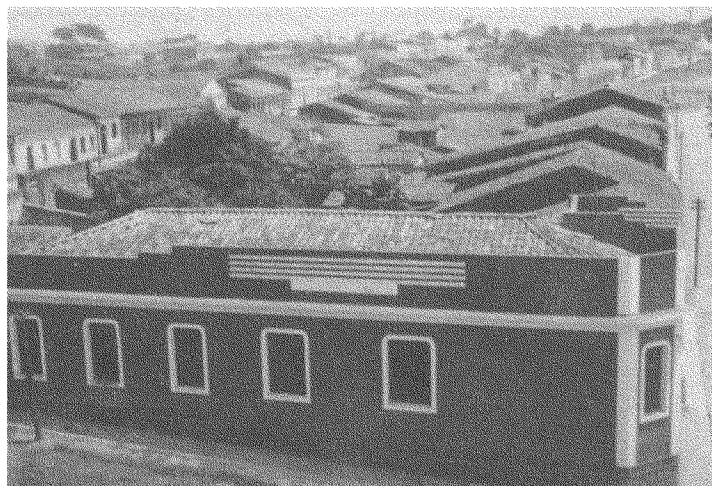
Foi o arraial de Patrocínio de Coité elevado à categoria de vila pela Lei provincial número 2 553, de 1.º de maio de 1886, que criou o município de Patrocínio de Coité, com território desmembrado do de Bom Conselho (atual Cícero Dantas), que se instalou a 1.º de fevereiro de 1888.

Pelo Decreto estadual número 7 341, de 30 de março de 1931, o município teve o seu nome mudado para Paripiranga.

Os Decretos estaduais 7 455, de 23 de julho de 1931 e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, anexaram a Paripiranga o município de Cícero Dantas, sendo aí criada a subprefeitura do mesmo nome.

O município de Cícero Dantas foi restabelecido pelo Decreto estadual número 8 447, de 27 de maio de 1933, ficando o município de Paripiranga constituído de dois distritos: Paripiranga e Adustina, cuja composição administrativa, de acôrdo com a Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, ainda é a mesma.

LOCALIZAÇÃO — O município de Paripiranga localiza-se na Zona Fisiográfica do Nordeste, ficando totalmente incluído no Polígono das Sêcas. Limita com os municípios de Cícero Dantas, Jeremoabo, Simão Dias e Poço Verde, os dois últimos do Estado de Sergipe. A sede mu-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Igreja-Matriz

Vista parcial da cidade.

nicipal possui as seguintes coordenadas geográficas: .. 10° 41' 02" de latitude Sul e 37° 51' 54" de longitude W. Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal, da qual dista em linha reta 250 quilômetros, N.N.E.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 430 metros.

ÁREA — A área do município é de 876 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município apresenta a topografia acidentada com algumas elevações, dentre as quais se destacam as serras do Capitão, da Macambira e das Bananas. É banhado pelos rios Vaza Barris, Caraíbas e Passagem, havendo outros cursos dágua de pequena significação. Das lagoas existentes, merecem destaque as seguintes: São Francisco, Genipapo e Antas. Há uma furna denominada Furna do Casusa, com a extensão aproximada de 300 metros.

CLIMA — O clima do município é quente e sêco no verão, e frio, sêco e muito agradável, no inverno. A temperatura da sede municipal apresentou, em 1956, as seguintes graduações: máxima — 30°C, mínima — 18°C, média — 24°C.

RIQUEZAS NATURAIS — O revestimento florístico do município é rico, revelando a existência de madeiras de lei, destacando-se pau d'arco, jacarandá, pau-ferro e notando-se também as seguintes plantas medicinais: gengibre, jurubeba, purga de batata, catuaba, quina, capeba, mastruço, malva, herva de Santa Luzia, quebra-pedra, ipecacuanha, fedegoso, cássia, angico, barbatimão e outras.

Outra vista parcial da cidade.

A fauna é peculiar à maioria dos municípios do Nordeste.

De origem mineral existem jazidas exploradas de pedra para construção, manganês e pedra calcária e não exploradas de cristal de rocha.

POPULAÇÃO — A população do município em 1950 era de 26 076 habitantes, sendo 12 361 homens e 13 715 mulheres, predominando os de côr branca com 12 463. Quanto ao estado civil, os casados constituíam maioria com 7 326 contra 5 711 solteiros. Os 83,78% da população localizavam-se no quadro rural. A população da cidade estimada para 1957 é de 3 900 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam, em 1950, duas aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Paripiranga — 3 722 e vila de Adustina — 508.

Grupo Escolar.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e da vila, o município conta os principais povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Conceição do Saco — 300 habitantes, Lagoa Preta — 200 habitantes, Sítio da Conceição — 100 habitantes, Apertado de Pedras — 80 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 41,14% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, cuja produção em 1955 atingiu a casa de 8 806 milhares de cruzeiros, merecendo destaque a produção de mandioca, 4 050 milhares de cruzeiros, seguindo-se batata-inglêsa, milho, feijão, café beneficiado, fava, laranja e mamona em baga, com respectivamente, 1 163, 1 140, 900, 720, 450, 360 e 24 milhares de cruzeiros.

A produção industrial foi de 16 155 milhares de cruzeiros, destacando-se a produção de farinha de mandioca e algodão beneficiado com, respectivamente, 12 270 e .. 1 574 milhares de cruzeiros, seguidos por outros produtos de menor significação comercial.

A produção extrativa contribuiu para a economia do município com 1 970 milhares de cruzeiros, destacando-se

a produção de manganês, com 1 575 milhares de cruzeiros, seguindo-se peles de animais silvestres, peixes, cascas de angico, lenha, fibras de caroá e pedras para construção.

O rebanho pecuário está representado pelos números abaixo: bovinos — 12 000, eqüinos — 3 800, asininos — 1 800, muares — 2 100, suínos — 13 000, ovinos — 11 000 e caprinos — 10 000 cabeças.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Paripiranga, via rodoviária, nos seguintes percursos: à Capital Federal — 1 974 km; à Capital do Estado — 428 km; às cidades vizinhas de Cícero Dantas — 63 quilômetros; Jeremoabo — 125 quilômetros; Simão Dias (SE) — 9 quilômetros e Poço Verde (SE) — 48 quilômetros. Duas emprêsas de ônibus servem o município. Há 1 agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador, Aracaju, Simão Dias, Cícero Dantas, Lagarto e Estância. Existem na sede municipal 5 estabelecimentos comerciais atacadistas e 26 varejistas. O seu giro atingiu 22 000 milhares de cruzeiros em 1956. O salário-mínimo decretado para a 4.ª sub-região a que está sujeito o município é de Cr$ 2 000,00.

Hospital N. S.ª da Piedade.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Paripiranga apresenta topografia acidentada. Conta 21 logradouros, dos quais 14 pavimentados, 2 arborizados e 15 servidos de luz elétrica. 420 prédios, 149 dêles servidos de luz elétrica, destacando-se como principais a igreja-matriz, o prédio escolar e o hospital, êste último construído há 7 anos não estando ainda em funcionamento. Conta com 2 pensões, 1 cinema, 1 agência do D. C. T.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Pôsto de Higiene do govêrno do Estado, que mantém 1 médico, 1 auxiliar de enfermagem e 1 guarda sanitário. O município integra o Setor número 5, sediado em Serrinha, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Exercem profissão na cidade 1 médico e 2 dentistas. Existe 1 farmácia.

Abrigo Dr. Lauro de Freitas.

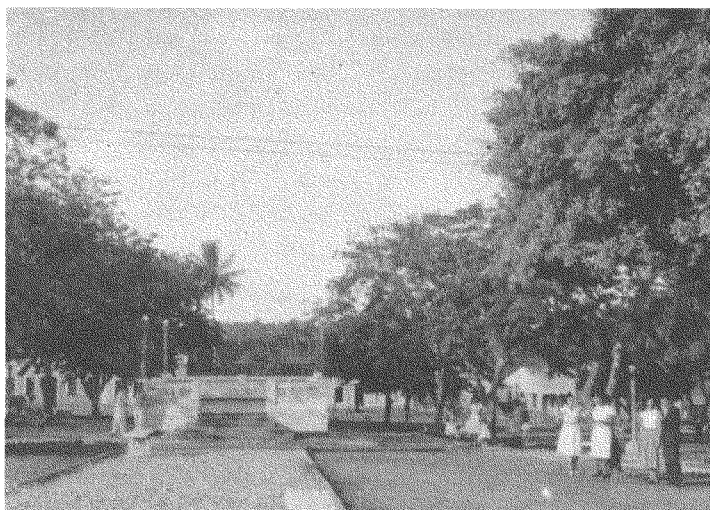
ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Presta assistência aos seus associados a "Sociedade Cooperativa Mista Agropecuária de Paripiranga de Responsabilidade Limitada".

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais totalizava 21 249 (9 970 homens e 11 279 mulheres), sabendo ler e escrever 6 018, sendo 3 210 homens e 2 808 mulheres, apenas 28% do total.

ENSINO — Existiam 26 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, em 1956, tendo a matrícula efetiva atingido cêrca de 1 300 alunos. Das unidades escolares 7 eram estaduais, 16 municipais e 3 particulares.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 3 bibliotecas, sendo 1 estudantil. Merece destaque a Biblioteca Municipal, cujo acervo é de 1 206 volumes. Circula a gazeta "O Ideal", de periodicidade semanal. Existem, ainda, uma associação esportiva denominada "Independente Futebol Clube", com 91 associados inscritos.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia Nossa Senhora do Patrocínio, subordinada à diocese de Senhor do Bonfim. Além da igreja-matriz, existem 8 capelas e 3 associações religiosas do culto católico romano. Há também 1 templo da Igreja Adventista do Sétimo Dia.

Vista central da cidade.

Praça Ruy Barbosa.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Os principais festejos realizados no município são os seguintes:

Natal — celebrado com festa de largo, onde são armadas barracas para a venda de brinquedos, realização de jogos, etc, e com a tradicional "Missa do Galo".

São João — Queimam-se fogos de artifícios e nos lares são servidos aos visitantes canjica de milho verde, milho assado, licores, principalmente o de jenipapo, doces, etc. A *festa de São Pedro* — assemelha-se à de São João, havendo, no entanto, menor intensidade nos festejos.

Festa da Padroeira, Nossa Senhora do Patrocínio — realizada em novembro, consta de missa festiva e procissão que, à tarde, percorre as ruas da cidade e recolhe-se à igreja, onde os fiéis recebem a bênção.

Manifesta-se o folclore local, através dos seguintes folguedos: "roda de São Gonçalo", de cunho religioso, realido ao som de caixas, zabumbas, violas e outros instrumentos rústicos, em que um grupo de pessoas faz rodeios diante de um altar armado no pátio de uma casa, em louvor a São Gonçalo; "reisados", conjuntos denominados "ternos", organizados com o concurso de môças e rapazes, apresentando fantasias ricamente ornamentadas, dançam e cantam ao som de bem arranjada orquestra, exibindo-se de ordinário nas ruas e às portas das casas residenciais, onde

Tanque da Missão.

os proprietários são prèviamente avisados. No recinto das referidas casas apresentam cantorias e bailados, saudando geralmente o "dono da casa".

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com 5 744 eleitores inscritos, tendo votado 3 821 nas eleições de 1954. São 12 os vereadores em exercício. Em 1956, estavam em atividades no município 4 funcionários federais, 29 estaduais, 29 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — A situação financeira, no que diz respeito à arrecadação federal, estadual e municipal, é representada pelos números abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	128	420	547	176	580
1951.......	198	656	580	257	343
1952.......	272	1 183	453	382	550
1953.......	261	969	1 383	350	886
1954.......	243	1 149	910	344	736
1955.......	220	1 971	1 062	372	653
1956.......	279	1 213	1 055	265	1 003

JUSTIÇA — Pela Lei provincial número 2 553, que o criou, o município ficou como têrmo da comarca de Jeremoabo, desta passando para têrmo da de Bom Conselho, pelo Ato estadual de 16 de maio de 1890.

O Decreto estadual número 1 351, de 8 de janeiro de 1914, transferiu provisòriamente para o têrmo de Patrocínio do Coité a sede da comarca de Bom Conselho, que retornou ao seu lugar primitivo pela Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, passando Patrocínio do Coité, em virtude dessa mesma lei, a têrmo da Comarca de Jeremoabo.

Pelo Decreto estadual número 6 145, de 8 de abril de 1929, Patrocínio do Coité passou a ser sede provisória da Comarca de Jeremoabo, que retornou ao lugar primitivo pelo Decreto estadual número 6 527, de 11 de outubro do mesmo ano.

A Lei estadual número 2 225, de 14 de setembro de 1929, transferiu para a comarca de Bom Conselho o têrmo de Patrocínio do Coité. Já com a denominação de Paripiranga, o têrmo foi transferido desta última para a comarca de Jeremoabo, pelo Decreto estadual número 7 481, de 8 de julho de 1931. Desmembrada desta, foi a comarca de Paripiranga criada pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943.

Conta 12 cartórios, sendo 2 do Registro Civil.

O total de feitos julgados, em 1956, foi de 44, assim distribuídos: cível — 37, crime — 7.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos naturais do município aplica-se o pátrio paripiranguenses. O nome primitivo da localidade onde se originou o município era "Malhada Vermelha", proveniente da abundância de terrenos argilosos com a denominação local de "selão", depois mudado para Patrocínio do Coité, havendo ligação dêsse nome com a existência, na extrema oriental do município, de grande exemplar de uma árvore denominada coité. Finalmente, por fôrça do Decreto estadual n.º 7 341, de 30

de março de 1931, passou o município a denominar-se Paripiranga, que dizem significar "terra vermelha", nome primitivo do lugar.

O Prefeito eleito e empossado é o B.el Francisco Dias Trindade, encontrando-se em exercício no entanto o Doutor Antônio Dias Trindade.

O Presidente da Câmara Municipal eleita para o período legislativo que se iniciou em 7 de abril de 1957, é o Sr. Dr. Antônio Dias Trindade, no exercício atual do cargo de Prefeito. Foi primeiro Intendente o padre Vicente Valentino da Cunha e compunha a primeira Câmara os seguintes vereadores: João Cardoso dos Santos (presidente), Alexandre José Ribeiro, Ludugero de Sousa Rocha, Joaquim Norberto de Santana, Diocleciano Mainart de Oliveira e João Antônio dos Anjos.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por José de Almeida Costa; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Antunes Santa Rosa Carvalho.)

PIATÃ — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — No meado do século XVII, exploradores de minas, portuguêses e brasileiros, procedentes de São Paulo, dirigiram-se para a zona onde hoje se encontra Piatã e lugares vizinhos. No ponto onde agora se acha a cidade do Rio de Contas, passaram êles a explorar os terrenos auríferos existentes ali e nas suas imediações. Prosseguindo em direção ao norte, atingiram as margens do rio Água Suja e as do seu afluente, Toborou, continuando até uma baixada junto à serra da Santana.

Aí descobriram grandes jazidas de ouro, que se estendem na mesma direção norte até uma distância de 12 quilômetros, em cujo ponto extremo, situado no meio de um planalto, entre o vale formado pelas serras da Tromba e de Santana, construíram uma igreja com paredes e portais totalmente de pedra lavrada, surgindo em tôrno dela uma povoaçãozinha que foi denominada, naquela época, Bom Jesus dos Limões.

No princípio do século XVIII, já era bem acentuado o progresso da região, com os ótimos resultados da exploração de minérios, contando Bom Jesus dos Limões uma população considerável e pertencendo ao município de Minas do Rio de Contas, sendo sua capela filial da freguesia do Santíssimo Sacramento do referido município.

O distrito foi criado pela Lei provincial n.º 169, de 25 de maio de 1842, e o município, com a denominação de Bom Jesus do Rio de Contas e território desmembrado do de Minas do Rio de Contas (mais tarde, Rio de Contas), pela Lei n.º 1 813, de 11 de julho de 1878, celebrando-se sua inauguração a 23 de agôsto do ano seguinte.

A Lei provincial n.º 2 348, de 27 de julho de 1882, anexou ao município a freguesia de Nossa Senhora dos Remédios do Rio de Contas, desmembrada da de Minas do Rio de Contas, freguesia mais tarde elevada a município.

Em 1875, a Lei provincial n.º 1 453, de 15 de março, criou no município o distrito de Carrapato e a Lei provincial n.º 2 383, de 13 de junho de 1883, elevou à categoria de freguesia a capela dedicada a Nossa Senhora da Anunciação, existente no arraial-sede do referido distrito, sendo esta última Lei revogada no ano seguinte pela Resolução provincial n.º 2 440, de 8 de maio de 1884.

Segundo a divisão administrativa do Brasil referente a 1911, o município de Bom Jesus do Rio de Contas compõe-se do distrito-sede e dos de Tabocas, Catolés, Carrapato e Sumidouro.

Pela Lei estadual n.º 1 078, de 5 de julho de 1915, o arraial de Sumidouro foi elevado a vila com o nome de Guarani, e pela mesma Lei foi criado o município de Guarani, com território desmembrado do de Bom Jesus do Rio de Contas, formado pelos distritos de Sumidouro e Carrapato (êste teve o nome mudado para Palmares pela Lei municipal n.º 13, de 12 de janeiro de 1923, aprovada pela Lei estadual n.º 1 623, de 25 de junho de 1923).

Em 1916, a Lei estadual n.º 1 162, de 6 de agôsto, aprovou a Lei municipal n.º 31, de 29 de janeiro dêsse ano, no município de Bom Jesus do Rio de Contas, que criou o distrito de Ipiranga. A Lei estadual n.º 1 163, do mesmo dia, mês e ano, aprovou a Lei municipal n.º 36, de 26 de junho de 1916, que mudou para Abaíra o nome do distrito de Tabocas.

Em virtude dos Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, o município e seu distrito-sede passaram a denominar-se Anchieta. Ainda por efeito dêsse último Decreto estadual, o município de Guarani foi extinto e seu território anexado ao de Anchieta.

Na divisão administrativa do Brasil concernente a 1933, Anchieta apresenta-se subdividido em seis distritos: o da sede e os de Abaíra, Catolés, Ipiranga, Guarani e Palmares.

Pelo Decreto estadual n.º 8 970, de 29 de maio de 1934, foi criado com sede no arraial de Canabrava dos Gatos, o distrito de Cabrália. Assim, nas divisões territoriais do Brasil de 1936 e 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município aparece formado pelos distritos de Anchieta, Abaíra, Cabrália, Catolés, Ipiranga, Guarani e Palmares, observando-se o mesmo no quadro territorial em vigência no qüinqüênio 1939-1943, fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938.

Por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, o município e seu distrito-sede ti-

Praça Vigário Souza.

veram novamente mudado o topônimo, dessa vez para Piatã. No citado quadro, que foi modificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município de Piatã (ex-Anchieta) figura formado ainda por sete distritos: o da sede e os de Abaíra, Bastião (ex-Palmares), Boninal (ex-Guarani), Cabrália, Catolés e Inúbia (ex-Ipiranga).

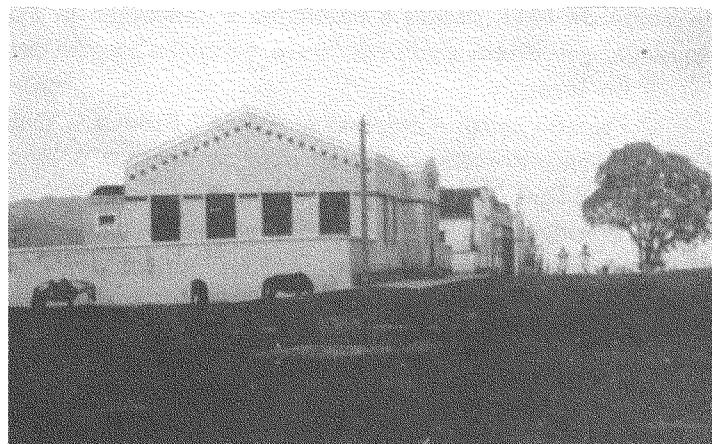
Sua composição administrativa, de acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, continua inalterável com sete distritos.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina e seu território é integralmente abrangido pelo "polígono das sêcas". Está situado na parte central do Estado. Limita com os municípios de Ibitiara, Mucugê, Paramirim, Rio de Contas e Seabra. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 12' 20" de latitude Sul e 41° 44' 30" de longitude W. Gr. Rumo, a partir da Capital do Estado — O.S.O., da qual dista em linha reta, 341 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 1 180 metros.

ÁREA — A área do município mede 2 935 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território é de topografia montanhosa, evidenciando-se os seguintes acidentes geográficos: Serras — a de Santana e a da Tromba. Esta última tem, como característica interessante, três picos, sendo que o mais alto aparenta uma tromba de elefante; daí o seu nome. *Rios* — o de Contas, o Água Suja, o Cochó, o Ribeirão, o Catolés e o Curralinho, todos com nascentes no município. *Cachoeira* — existe a cachoeira do Patrício, no rio de Contas, distante da sede municipal 9 quilômetros,

Rua Marechal Deodoro.

cuja potência ainda não foi calculada. *Açude* — Há um açude público com capacidade para 150 000 m³.

CLIMA — O clima é frio, porém bastante saudável. Em alguns pontos do município, varia de quente a temperado. A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 as seguintes variações: média das máximas — 18°C, média das mínimas — 9°C e média compensada — 12°C. A precipitação máxima, em 1956, alcançou a altura total de 77 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — Ocorrência mineral: — ferro, *antimônio, volfrânio,* (inexploradas) e cristal de rocha, carbonato, diamante e ouro (exploradas). Ocorrência vegetal: — a flora é rica em madeiras para construção, encontrando-se, entre outras, o pau-d'arco, o mucambo, o jacarandá, o vinhático, a baraúna, o cedro, o pau-setim, o pau-peroba e gonçalo-alves. Existem plantas medicinais como a ipecacuanha, a catuaba, o pau-guiné o jaburandi e outras.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, a população do município era de 39 725 habitantes, sendo 13 754 homens e 16 971 mulheres. Nessa população havia 11 949 brancos, 4 761 pretos e 13 899 pardos. Dentre as pessoas de 15 anos e mais, existiam 7 483 solteiros, 8 777 casados, 21 desquitados e 1 454 viúvos. Havia, como se nota, predominância do sexo feminino, da côr parda e dos casados. A densidade demográfica era de 10,468 habitantes por quilômetro quadrado.

A população estimada para 1957, é de 31 000 habitantes. A zona rural abrigava 87% de tôda a população em 1950.

Segundo ainda o Censo de 1950, a população da cidade era de 667, sendo 278 homens e 389 mulheres. Estimou-se para 1957 o total de 700 habitantes. Piatã está sujeito a forte êxodo para o Sul do país.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — De acôrdo com o Censo de 1950, o município possuía sete aglomerações urbanas com a seguinte população: Cidade de Piatã — 667 habitantes; e vilas de Abaíra — 803 habitantes; Bastião — 568 habitantes; Boninal — 681 habitantes; Cabrália — 278 habitantes; Catolés — 542 habitantes e Inúbia — 320 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, existem ainda, no município, os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 está assim distribuída: Ribeirão de Baixo — 180 habitantes, Vareda — 182 habitan-

Aspecto da feira pública semanal.

tes, Tanque — 165 habitantes, Cedro — 140 habitantes e Cutia — 136 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população do município em idade ativa (10 anos e mais), de acôrdo com o Censo de 1950, somava 21 694, sendo 9 232 homens e 12 462 mulheres. Dessa população, 9 012 pessoas (7 254 homens e 1 758 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" que, depois de "atividades domésticas", é o mais numeroso no município, com 41,5% do total daquela população:

Agricultura — A fundamental atividade para a economia local é a agricultura, cujo valor de produção, em 1955, alcançou 20 434 milhares de cruzeiros, concorrendo com maior parcela o café, seguido de arroz, cana-de-açúcar, feijão e milho.

Indústria — A produção industrial do município, em 1955, totalizou a cifra de 2 755 milhares de cruzeiros, observando-se com maior valor a farinha de mandioca, seguida de aguardente de cana, rapadura, carvão vegetal, óleo de mamona e polvilho ou goma. A produção extrativa, naquele mesmo ano, foi superior a 1 209 milhares de cruzeiros, ressaltando-se a extração de cristal de rocha e a produção de lenha.

Pecuária — Em 1956, contavam-se no município 742 propriedades agropecuárias, cujo valor venal era de 1 422 milhares de cruzeiros. O rebanho existente naquele ano compunha-se de 15 200 bovinos, 1 700 eqüinos, 3 000 asininos, 3 800 muares, 2 600 suínos, 5 600 ovinos e 2 000 caprinos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Piatã liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas, por meio de rodovia, nas seguintes distâncias: à capital Federal (1 583 km), à capital Estadual (691 km), a Ibitiara (159 km), a Mucugê (150 km), a Paramirim, via vicinal (168 km), a Rio de Contas, rodovia (144 km) e a Seabra, rodovia (132 km).

Estão registrados, no município, 11 caminhões. O serviço de comunicação da cidade é feito pela Agência Postal-Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município um estabelecimento atacadista e 242 varejistas. O giro comercial, alcançou a cifra de 12 275 milhares de cruzeiros.

O comércio local mantém transação com as praças de Vitória da Conquista, Ibitiara, Livramento do Brumado, Mucugê, Andaraí e Palmeiras. Importa tecidos, ferragens, louças, produtos farmacêuticos, estivas em geral, e outros. Exporta café, arroz, milho e feijão. A feira da sede municipal é realizada aos sábados.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Piatã está localizada num vale formado pelas Serras da Tromba e de Santana. As ruas são planas e largas. Possui 19 logradouros, sendo 3 pavimentados, 3 arborizados e 15 iluminados a luz elétrica. Em 1956 contavam-se 318 prédios dos quais 78 eram servidos de luz elétrica. Os principais logradouros são a Praça Getúlio Vargas e a Praça Vigário Sousa. Funciona 1 pensão com capacidade para 20 hóspedes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Possui a cidade 1 pôsto médico, ainda não inaugurado. Exercem a profissão, em Piatã, 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, a população de 5 anos e mais totalizava 26 176 habitantes, sendo 11 440 homens e 14 836 mulheres. Dessa população, sabiam ler e escrever 5 693 (3 407 homens e 2 286 mulheres), ou seja, 22% população acima caracterizada.

Na cidade havia 575 pessoas de 5 anos e mais, sendo 225 homens e 350 mulheres, das quais sabiam ler e escrever 105 representantes do sexo masculino e 146, do feminino.

ENSINO — Em 1956, funcionaram 31 unidades escolares do ensino fundamental comum, sendo 13 estaduais e 18 municipais, com o total de 1 254 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na cidade a Biblioteca Pública Dr. Mário Augusto Teixeira de Freitas, mantida pela Agência Municipal de Estatística. Há duas filarmônicas — Lira Bomjesusense, fundada em 1938, e a Sociedade Lítero-Musical Abairense, criada em 1913, esta última na vila de Abaíra.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Como aspecto turístico existe na cidade a igreja-matriz, de construção secular, com tôdas as paredes e portais feitos com pedras lavradas. Uma fonte de água termal, de constante e elevada temperatura, situa-se no lugar denominado Canabrava, a cêrca de 18 quilômetros da cidade, e, pelas suas virtudes medicinais, vem sendo recomendada para o tratamento da pele e do aparelho digestivo. Não é convenientemente explorada.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia do Senhor Bom Jesus, instalada em 1842. Está subordinada ao bispado de Caetité. A Paróquia conta 8 igrejas.

Praça Getúlio Vargas.

Rua Castro Alves.

21 capelas e 2 associações religiosas com o total de 154 associados.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas religiosas no município são: do Senhor Bom Jesus, padroeiro da cidade, celebrada em 1.º de janeiro; de Nossa Senhora da Conceição, em 8 de dezembro, e Santo Antônio, em 13 de junho. Celebram-se missas festivas, com as tradicionais procissões de encerramento das solenidades. As festas populares são realizadas na época junina e no dia de Reis. Ocorre a festividade de Santo Antônio mais comumente na zona rural, com reunião em casas de família, para rezar novena, ou tríduo, que precedem o sagrado dia 13, terminando sempre com músicas e danças. Nas festas de Reis, geralmente são organizados ternos que, representando a visita dos Reis Magos ao berço do Messias, vão às casas, em visita aos presepes, entoando cânticos de uso regional, acompanhados com instrumentos diversos. Alguns dos blocos saem em trajes normais enquanto outros se fantasiam, como os já consagrados ternos das "ciganas" e das "camponesas".

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 4 211 eleitores, em 1954, dos quais votaram 2 970 na última eleição. A Câmara de Vereadores está atualmente composta de 12 edis. Em 1956, exerciam funções no município 74 servidores públicos, assim distribuídos: 10 federais, 30 estaduais, 33 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — Na tabela abaixo, resumem-se os dados sôbre as finanças municipais:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	101	337	381	124	418
1951.......	116	420	458	160	448
1952.......	106	482	888	171	735
1953.......	114	501	911	180	910
1954.......	113	555	744	172	746
1955.......	153	850	809	223	809
1956.......	212	951	1 204	264	1 152

JUSTIÇA — Desde sua criação, o município de Bom Jesus do Rio de Contas, ficou como têrmo da comarca do Rio de Contas, de acôrdo com o Ato Estadual de 3 de agôsto de 1892. Pela Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, passou a têrmo da comarca de Campestre, voltando, pelo Decreto estadual n.º 266, de 4 de outubro de 1904, a ser têrmo da comarca de Minas do Rio de Contas.

Por fôrça da Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, tornou-se têrmo da comarca de Dr. Seabra. Voltou a ser têrmo da comarca do Rio de Contas, segundo a Lei estadual n.º 2 225, de 14 de setembro de 1929.

Pelo Decreto estadual n.º 393, de 1.º de março de 1935, o têrmo teve seu nome mudado para Anchieta, continuando a pertencer à comarca do Rio de Contas, nas divisões territoriais de 1936 e 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938. O mesmo se verifica no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938.

Em razão do Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial vigente no qüinqüênio 1944-1948, o têrmo e o município de Anchieta tiveram seu nome substituído pelo de Piatã. No referido quadro territorial, que foi retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, o têrmo de Piatã, formado pelo município de igual denominação, permanece subordinado à comarca do Rio de Contas.

Em face do Decreto-lei estadual n.º 519, de 19 de junho de 1945, foi criada a comarca de Piatã com o têrmo da mesma designação, desligado da do Rio de Contas.

Atualmente continua como comarca de 1.ª entrância. Exerce a profissão na cidade 1 advogado. Existem 19 cartórios, sendo 7 do Registro Civil. Foram julgados em 1956, 30 feitos — 20 no cível e 10 no crime. Piatã, segundo Teodoro Sampaio, pode significar "o pé firme; a firmesa, a fortaleza" ou "o coração duro, inflexível, a coragem". O atual Prefeito é o Sr. João Hipólito Rodrigues, eleito no pleito de 3 de outubro de 1954. O Presidente da Câmara é o Sr. Aristarco José de Novais eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957. Foi primeiro intendente municipal o Sr. José Joaquim Xavier. Integraram o primeiro Conselho municipal os Srs. Juvêncio de Almeida Pina, Leovigildo Gomes Pereira, José Manoel Gomes de Almeida, José André de Novais e José Silvestre da Silva Melo.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Luís Gonzaga de Oliveira Brito; Chefe da Agência de Estatística — Claudemiro Fernandes de Sousa.)

PILÃO ARCADO — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Originou-se de um arraial fundado em fins do século XVII por ordem do Vice-Rei D. João de Lencastre com a finalidade de sustar as constantes rapinagens dos índios mocoazes e acoroazes às fazendas de gado da Região.

Os primeiros povoamentos teriam sido feitos pela família Guerreiro, Francisco Bernardo e Antônio Guerreiro, portuguêses de linhagem nobre, ricos e arrogantes, que exerciam sôbre os habitantes do arraial a mais tirânica autoridade. Diz-se que, à frente de sua residência, a família Guerreiro mandara fincar uma cruz de madeira, em frente à qual eram forçados a curvar os joelhos, em sinal de submissão, todos os que se negassem às reverências exigidas pela nobre família.

De 1800 a 1808 a família Guerreiro sustentou renhida e sangrenta luta com a família do comendador Militão Plá-

cido de França Antunes, do que resultou a expulsão dos Guerreiros.

A capela erigida e dedicada a Santo Antônio foi elevada à categoria de freguesia, com o nome de Santo Antônio do Pilão Arcado, por Carta régia de 18 de janeiro de 1771. Dez anos mais tarde, em virtude de uma enchente do rio São Francisco, ruiu a capela de Santo Antônio, que foi substituída pela de Nossa Senhora do Livramento, como sede da freguesia.

O arraial foi elevado a vila pelo Alvará régio datado de 15 de janeiro de 1810, o qual criou também o município de Pilão Arcado e a comarca do Sertão de Pernambuco, pertencente à Província de igual nome.

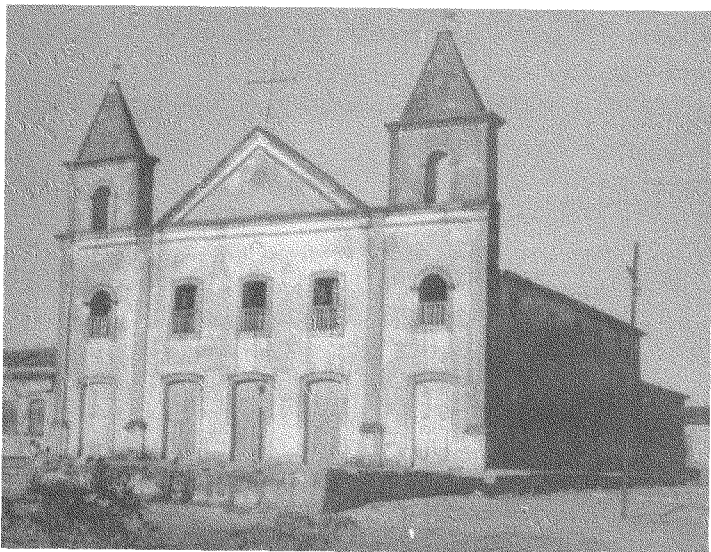
A Resolução provincial n.º 650, de 14 de dezembro de 1857, transferiu a sede da vila para o arraial de Remanso, ficando criada a vila e o município de Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado e extinto o município de Pilão Arcado.

Em 1872, a Resolução provincial n.º 1 197, de 27 de abril, transferiu para a vila de Remanso a sede da freguesia de Santo Antônio do Pilão Arcado, sendo Vigário o P.e Bernardino Nunes de Almeida, ficando a igreja rebaixada à categoria de Capela.

Por fôrça da Lei n.º 2 696, de 22 de julho de 1889, foi restaurada a freguesia com o antigo nome de Santo Antônio do Pilão Arcado e o arraial foi novamente elevado à categoria de vila pelo Ato estadual de 31 de outubro de 1890, que também restaurou o município com território desmembrado do de Remanso, ocorrendo a reinstalação a 30 de dezembro de 1890.

Na divisão administrativa de 1911, o município aparece constituído dos distritos de Pilão Arcado, Salinas de Santo Antônio, Brejo da Serra e Santa Teresa.

Em 1918, quando já estavam quase desaparecidos os vestígios das sangrentas lutas entre as famílias Guerreiro e Militão, novos atritos entre os Albuquerque e os Queirós vieram intranqüilizar por muito tempo o município de Pilão Arcado.

Na divisão administrativa de 1938, fixada pelo Decreto estadual n.º 10 724, de 30 de março, o município figura formado pelos mesmos distritos existentes em 1911, exceto o de Santa Teresa, que foi extinto. Pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, compõe-se dos distritos de Pilão Arcado, Brejo da Serra e Saldanha (ex-Salina de Santo Antônio), composição que permaneceu até que a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, criou o distrito de Baluarte, ainda não instalado.

Igreja-Matriz.

LOCALIZAÇÃO — O município situa-se na Zona Fisiográfica do Baixo Médio São Francisco e está incluído integralmente no "polígono das sêcas". Limita com os municípios de Remanso, Xique-Xique, Barra, Sento-Sé e o Estado do Piauí. É banhado pelo rio São Francisco.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 10º 09' 01" de latitude Sul, e 42º 26' 16" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 506 km. Seu rumo, partindo da capital, é O.N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 398 metros.

ÁREA — A área do município mede 11 742 quilômetros quadrados, estando entre as 20 comunas de maior extensão territorial do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O mais considerável acidente geográfico é o rio São Francisco, que banha os distritos de Saldanha e Pilão Arcado e tem na região uma largura superior a 800 metros.

Outros acidentes geográficos são: a lagoa do Juá, localizada na fazenda Gado Bravo; a lagoa da Salina, situada na fazenda Brejo, e outras de menores proporções denominadas lagoa Danta e do Campo; as ilhas formadas pelo rio São Francisco são, dentre outras, as seguintes: do Povo, no distrito de Pilão Arcado, com 3 000 metros de comprimento e 100 de largura; das Cobras, no distrito da sede, medindo 5 000 metros de comprimento por 200 de largura; dos Mulatos, medindo 3 000 metros de comprimento e 1 500 de largura; da Barra, com 3 000 metros de comprimento e

1 500 metros de largura. Tôdas elas são aproveitadas para agricultura.

O município é cortado pelas serras dos Dois Irmãos e do Gurgeia, localizadas nas divisas com o Estado do Piauí.

CLIMA — Como ocorre em tôda a zona são-franciscana, o clima é quente. A temperatura na cidade, em 1956, foi a seguinte: média das máximas 32ºC, média das mínimas 22ºC, e média compensada 26ºC. A precipitação pluviométrica verificada naquele ano foi de 748,2 mm, sendo de 37,3 mm a máxima observada em 24 horas.

RIQUEZAS NATURAIS — Riquezas naturais de importância são as de origem vegetal, que se representam pela carnaúba, fibras de malva e caroá, resinas de Jatobá e tropucá, lenha e madeiras para construção, como sejam, pau d'arco, peroba e outros. A flora é rica em plantas medicinais.

No reino mineral exploram-se: — sal, pedra para construção, argila e areia.

A caça é abundante e as lagoas e o rio São Francisco, são muito piscosos.

POPULAÇÃO — O município, de acôrdo com o Recenseamento de 1950, contava 17 153 habitantes, sendo 8 481 homens e 8 672 mulheres; quanto à côr, 4 395 eram brancos, 1 129 pretos e 11 535 pardos. A população de 15 anos e mais compunha-se de 3 603 solteiros, 4 576 casados e 745 viúvos.

Na zona rural residiam 87% dos habitantes. A estimativa da população para 1957 é de 20 000 pessoas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, o município continha 3 aglomerações urbanas, com os efetivos populacionais seguintes: cidade de Pilão Arcado — 1 285 habitantes (562 homens 723 mulheres) e vilas do Brejo da Serra — 492 habitantes e do Saldanha — 408 habitantes. Em 1953, foi criada a vila de Baluarte (ex-povoado de Feijão), cuja população é de mais de 500 pessoas. Foi estimada em 1 500 habitantes a população da cidade para 1957.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Há outras pequenas aglomerações constituindo 12 povoados, cuja população é a seguinte: Alto da Cruz — 147 habitantes, Campo Grande — 260, Queimadas — 184, Itapora — 98, Silva — 216, Brejo do Zacarias — 652, Brejo Dois Irmãos — 303, Penasco — 136, Lagoa do Padre — 499 e Pontal — 160 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população em idade ativa (10 anos e mais) somava 11 357 pessoas, sendo 5 556 homens e 5 801 mulheres; dêsses, 4 331 estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", representando 38% da população acima caracterizada.

O valor da produção agrícola em 1955 foi 1 600 milhares de cruzeiros, destacando-se a de cana-de-açúcar. Produz, também, feijão, milho e mandioca.

A pecuária é importante para a economia do município, que exporta gado para os de Juàzeiro e Petrolina. O efetivo pecuário é estimado em 22 000 bovinos, 55 000 ovinos, 55 000 caprinos, 20 000 eqüinos, 56 000 suínos e 1 000 muares.

A indústria é representada por pequenas fábricas de farinha de mandioca, alambiques de aguardente de cana, engenhos de rapadura, olarias, além da produção doméstica de manteiga e requeijão.

O valor da produção industrial em 1955 foi de 5 000 milhares de cruzeiros, sobressaindo a produção de farinha de mandioca e de rapadura.

A atividade artesanal se representa pela produção de artefatos de barro, fabrico de cordas de caroá, chapéus e esteiras de palha de carnaúba, e tecelagem manual de rêdes.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A cidade de Pilão Arcado liga-se à capital Federal, via rodoviária (2 227 km) e via flúvio-ferroviária (2 099 km); à capital do Estado, via rodoviária (792 km) e flúvio-ferroviária (856 km); às cidades de Barra, via fluvial (87 mi), Remanso, via fluvial (41 mi), Sento Sé, via fluvial (95 mi) e Xique-Xique, via fluvial (45 mi). Liga-se ainda às cidades piauienses de Caracol, via mista: fluvial (76 km) e ferroviária (156 km) e São Raimundo Nonato também por via mista: fluvial (76 km) e rodoviária (96 km). A cidade possui um pôrto fluvial servido pelos vapôres que trafegam no rio São Francisco. Uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos está localizada na cidade.

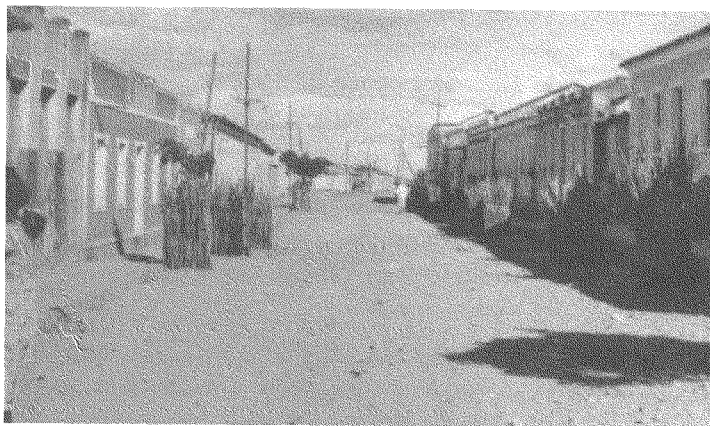
COMÉRCIO E BANCOS — Existem 27 estabelecimentos varejistas. O giro comercial em 1956 atingiu a soma de 3 850 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial, no município, é de Cr$ 2 000,00. O comércio local mantém transação com as praças de Juàzeiro, Petrolina e Salvador.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada em terreno plano, à margem do rio São Francisco. Possui 16 logradouros com o total de 388 prédios.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo Pôsto de Saúde do SESP, por dois postos do Departamento de Endemias Rurais e por um Pôsto mantido pelo Estado. Exercem a profissão na cidade 1 médico, 2 farmacêuticos e 2 enfermeiros. Contam-se 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — A população de 5 anos e mais, segundo o Censo de 1950, era de 6 922 homens e 7 178 mulheres, no total de 14 100, dos quais, sabiam ler e escrever 1 763 homens e 1 065 mulheres (20%).

ENSINO — Em 1956, o município possuía 23 estabelecimentos escolares do ensino fundamental comum, sendo 7 estaduais e 16 municipais, com cêrca de 750 alunos matriculados. Há também 8 escolas da Campanha de Alfabetização de Adultos.

Rua Floriano Peixoto.

Rua Barão do Rio Branco.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Santo Antônio de Pádua, subordinada eclesiàsticamente à diocese de Barra. A paróquia possui 1 igreja-matriz, 12 capelas e 2 associações religiosas.

O movimento religioso em 1956 foi de 913 batizados, 374 comunhões, 78 casamentos e 2 procissões.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas religiosas celebradas anualmente constam de missas, novenas e folguedos populares.

Às vêzes, o 2 de julho é comemorado com corridas de argolinha.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O número de eleitores inscritos no município era de 3 500, tendo votado 1 554 pessoas na eleição de 1954.

Oito vereadores compõem o Legislativo Municipal. Há 62 servidores públicos no município, sendo 5 federais, 21 estaduais, 35 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o movimento das finanças públicas, no período 1950-1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	95	198	...	295
1951	—	135	385	...	435
1952	72	131	629	...	663
1953	71	148	716	38	723
1954	156	177	836	33	749
1955	158	276	684	57	487
1956	291	217	292	56	361

JUSTIÇA — Desde sua criação, pertenceu o têrmo de Pilão Arcado à comarca do Sertão de Pernambuco. Criada a comarca do Rio São Francisco pelo Alvará régio de 3 de junho de 1820, o têrmo continuou a integrar a comarca. Em 1824, em conseqüência da Confederação do Equador, foi a comarca do Rio São Francisco desligada da Província de Pernambuco e anexada à Província de Minas Gerais, pelo Decreto imperial de 7 de julho de 1824. Por fôrça da Resolução Imperial de 15 de outubro de 1827, foi a comarca — tôda a margem esquerda do rio São Francisco — incorporada à Província da Bahia. Em 1846, consoante a Resolução Provincial n.º 229, de 28 de fevereiro de 1846, o têrmo de Pilão Arcado passou a integrar a comarca de Sento Sé, daí sendo transferida para a comarca de Xique-Xique, pela Resolução provincial n.º 650, de 14 de dezembro de 1857, com o nome de Remanso de Pilão Arcado. Criada a comarca de Remanso em 1889, foi o têrmo de Pilão Arcado restaurado pelo Ato de 31-X-1890, vindo a integrar a comarca de Remanso, até que foi supresso pelo Decreto estadual n.º 7 291, de 7 de março de 1931, sendo restabelecido no mesmo ano pelo Decreto estadual n.º 7 805, de 4 de dezembro. Em 1949, foi criada a comarca de Pilão Arcado, desmembrada da de Remanso pelo Decreto-lei estadual n.º 175, de 2 de julho.

Conta 8 cartórios, e 3 dêles são do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 3 feitos, todos no crime.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O adjetivo gentílico adotado pelos habitantes é pilão-arcadense. Conta-se que a origem da denominação veio de um pilão encontrado por pescadores, que dêle se utilizavam para pilar o sal destinado à salga do peixe. O achado se deu à margem do rio São Francisco, num local em que o rio descreve uma curva em forma de arco. O sítio ficou conhecido como "pescaria do Pilão Arcado", denominação que teria passado ao município.

O Prefeito em exercício é o Sr. Pedro Pereira dos Santos e o Presidente da Câmara, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957, é o Sr. Rui Ribeiro.

Desempenhou as funções de primeiro Intendente municipal o Sr. Antônio Joaquim Corrêa de Queiroz, e o primeiro Conselho Municipal ficou constituído dos Srs.: Justino Pacheco de Castro, Antônio Joaquim Soares de Andrade, Manoel Corrêa Alves, Francisco Alves da Rocha, Manoel Alves de Jesus, Severiano Alves Carvalho e José Antunes de Queiroz.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Aloísio Alencar de Jesus; Chefe da Agência de Estatística — Raimundo Rosas dos Santos.)

PINDOBAÇU — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A atual cidade de Pindobaçu nasceu de um pouso de tropeiros, localizado na estrada que demandava a Jacobina. Transformado em povoado com o nome de Lamarão, posteriormente modificado para Pindobaçu, que significa "palmeira grande", foi criado o distrito pela Lei estadual n.º 2 041, de 21 de agôsto de 1927, e elevado à categoria de vila pelo Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, como sede do distrito do mesmo nome, pertencente ao município de Campo Formoso. Pela Lei estadual n.º 542, de 4 de março de 1953, foi criado o município de Pindobaçu, sendo inaugurado a 7 de abril de 1955. Ficou constituído de território desmembrado do município de Campo Formoso.

Sua composição administrativa de acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, é de distrito único.

LOCALIZAÇÃO — O município de Pindobaçu localiza-se na Zona Fisiográfica do Senhor do Bonfim. Limita com os municípios de Campo Formoso, Itiúba, Saúde e Senhor do Bonfim. Está totalmente incluído no "polígono das sêcas". A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográfi-

cas: 10° 44' 30" de latitude Sul e 40° 21' 39" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — Ainda não foi medida a altitude da sede municipal. O C.N.G. fêz levantamentos no interior do município encontrando altitudes entre 352,3663 e 465,2112 metros.

ÁREA — Sua área mede 1 200 quilômetros quadrados segundo estimativa.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Pindobaçu possui os seguintes acidentes geográficos: cachoeira da Fumaça, açude de Filadélfia, rio Itapicuru-Açu, rio Fumaça, lagoa do Alto, lagoa Matizaria, lagoa da Várzea Nova e cachoeira de Apertados.

CLIMA — É ameno e saudável o seu clima. A temperatura na sede municipal apresentou em 1956 as seguintes graduações: máxima de 33°C, mínima de 13°C e média de 25°C.

RIQUEZAS NATURAIS — No revestimento florístico, revela-se a existência de madeiras de lei que representam relativa riqueza para o município. Há cedro, vinhático, putumuju, amargoso, maçaranduba, baraúna, taipoca e outras espécies utilizáveis em construção. Trata-se de pequena quantidade, em face da devastação sistemática das reservas florestais do município.

A fauna, segundo é comum a tôda a região circunvizinha, apresenta aves e animais de pequeno porte, tais como, perdizes, codornizes, zabelês, papagaios, gaviões, caititus, veados, tamanduás, mocós, coelhos etc.

No subsolo há manganês e ouro ainda inexplorados.

POPULAÇÃO — Em 1950, quando distrito de Campo Formoso, Pindobaçu contava uma população de 12 797 habitantes, sendo 6 271 homens e 6 526 mulheres; desta população 84% estavam localizados no quadro rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A única aglomeração urbana é a cidade de Pindobaçu com 1 928 habitantes, segundo dados do Recenseamento de 1950.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade de Pindobaçu, conta ainda o município os povoados em seguida referidos, com população estimada para 1957: Bananeiras com 800 habitantes; Carnaíba com 700 habitantes; Filadélfia com 100 habitantes e Várzea Grande com 300 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, 37,9% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental da economia do município é a agricultura, cuja produção em 1955 atingiu 6 052 milhares de cruzeiros.

Salienta-se, pelo valor da produção, o café beneficiado no valor de 2 240 milhares de cruzeiros, seguindo-se o feijão, a mamona em baga e o milho. A fruticultura é desenvolvida, merecendo registro a produção de banana, com 700 milhares de cruzeiros, seguida das de laranja, manga, abacate, tangerina e limão.

A produção extrativa apresentou, em 1955, as seguintes cifras: lenha 1 350 milhares de cruzeiros, coquilhos de ouricuri 900 milhares de cruzeiros, peles de animais silvestres 300 milhares de cruzeiros, madeira para construção 240 e pó de palha de ouricuri 40 milhares de cruzeiros.

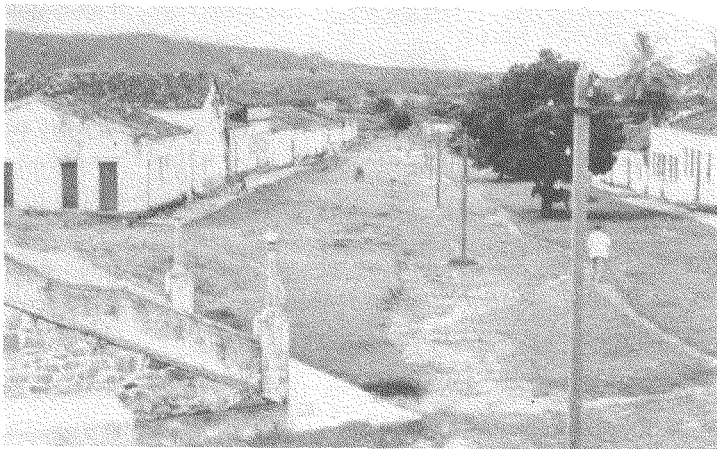
A produção industrial atingiu a 1 869 milhares de cruzeiros, representada pelos seguintes produtos, artigos alimentares, (farinhas de mandioca e de tapioca), fibras de sisal, rapadura, requeijão, telhas e tijolos.

A pecuária compõe-se dos efetivos de 5 000 bovinos, 400 eqüinos, 800 asininos, 400 muares, 3 500 suínos, 2 000 ovinos e 6 000 caprinos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Pindobaçu à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à capital Federal, via rodoviária (2 223 km), à capital do Estado, via ferroviária (485 km) e rodoviária (483 km); às cidades vizinhas de Campo Formoso, via ferroviária (34 km); Itiúba, via ferroviária (99 km); Saúde, via ferroviária (29 km) e Senhor do Bonfim, via ferroviária (46 km) e rodoviária (78 km). É servida pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação foi inaugurada no dia 1.° de março de 1917, Há 1 agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, bem assim a telegráfica da V.F.F.L.B.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações, principalmente, com as praças de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Senhor do Bonfim e Aracaju. Funcionam na sede municipal 5 estabelecimentos comerciais atacadistas e 20 varejistas. O seu giro atingiu 15 825 milhares de cruzeiros, em 1956.

O salário-mínimo oficial decretado para a 4.ª sub-região que compreende o município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade apresenta topografia acidentada. Conta 14 logradouros, dos quais 12 iluminados a eletricidade. Há 556 prédios, e 58 dêles são servidos de luz elétrica. Funciona 1 cinema com capacidade para 100 pessoas e há 1 pensão.

Aspecto da Rua Velha.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Setor n.º 9, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado em Senhor do Bonfim. Há 1 farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais da cidade de Pindobaçu (então sede distrital) era de 1 635 pessoas. Dessas sabiam ler e escrever 273 homens e 275 mulheres num total de 548 pessoas.

ENSINO — Em 1956, existiam 29 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com cêrca de 1 300 alunos matriculados. Das unidades escolares, 10 eram estaduais e 19 municipais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe 1 cinema e 1 associação cultural e recreativa, a Sociedade Cultural de Pindobaçu.

CULTOS RELIGIOSOS — Predomina a Religião Católica. O município possui 1 igreja comum, 7 capelas, 1 associação religiosa. Contam-se também 3 templos do culto não católico.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Além das solenidades religiosas, os principais festejos populares que se realizam no município são as festas juninas, o Natal e Ano-Bom. Êles são marcados pela tradição que os caracteriza na região inteira, acrescida de saborosos pratos regionais.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 2 780 eleitores inscritos, tendo votado 2 174 dêles nas eleições de 1954. São 8 os vereadores eleitos. Em 1956, exerciam atividades em Pindobaçu 34 funcionários públicos, assim distribuídos: 20 federais, 3 estaduais e 11 municipais.

FINANÇAS PÚBLICAS — A situação financeira do município, quanto à arrecadação federal, estadual e municipal, bem assim no que tange à despesa efetuada pela comuna, é representada pelos números constantes do quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	566	185	166	125
1956.......	—	852	1 106	225	984

JUSTIÇA — O município de Pindobaçu é têrmo judiciário da comarca de Campo Formoso. Conta 2 cartórios, sendo 1 do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município se denominam pindobaçuenses. O nome do lugar originou-se da considerável quantidade de palmeiras existentes, na região, as quais tinham grande porte; daí o topônimo Pindobaçu, que significa Palmeira Grande. O Prefeito em exercício é o Sr. Antônio Palmeira da Silva, e o Presidente da Câmara é o Sr. Miguel Maia de Carvalho. Os vereadores eleitos no pleito de 3 de outubro de 1954 foram: Antônio José de Carvalho, Miguel Maia de Carvalho, João Paulo de Olinda, Joaquim Freitas Sobrinho, José Passos de Oliveira, Joaquim Pereira Maia, Antônio Loureiro da Silva e José Hilarião da Silva.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por José de Almeida Costa; Chefe da Agência de Estatística — Aldemar Silva Rocha.)

PIRITIBA — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — O território do município de Piritiba faz parte da área de ricas terras, descobertas em 1883 pela bandeira chefiada por José Carlos da Mota, as quais viriam mais tarde a ser o município de Mundo Novo, de onde se desmembrou Piritiba.

Na área desbravada formou-se a fazenda Cinco Várzeas, onde João Damascena Sampaio muito tempo depois fundou o núcleo que deu origem à atual cidade de Piritiba.

Em 1931, o Decreto estadual n.º 7 743, de 13 de novembro, criou o distrito de França, e o Decreto estadual n.º 8 283, de 28 de janeiro de 1933, criou mais tarde o distrito de Largo, ambos integrando então o município de Mundo Novo e, atualmente, fazendo parte do de Piritiba.

A ajuda de João Damascena Sampaio foi decisiva, possibilitando que o povoado de Cinco Várzeas progredisse ràpidamente, principalmente depois da inauguração do tráfego ferroviário da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro ocorrida em 1933.

Em 1934, o Decreto estadual n.º 8 881, de 5 de abril, criou no povoado de Cinco Várzeas o distrito de igual nome. Posteriormente, em face do Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, foi o topônimo

Vista parcial da Praça Dr. Getúlio Vargas.

mudado para Piritiba, que significa "o sítio do junco, o juncal", denominação esta originada da grande quantidade de junco existente nas lagoas da fazenda Cinco Várzeas.

A vila de Piritiba foi elevada à categoria de cidade e criado o município, desmembrado do de Mundo Novo, pela Lei estadual n.º 503, de 28 de novembro de 1952, ficando formado pelos distritos de Piritiba, França e Largo. A instalação do município ocorreu em 7 de abril de 1955.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica da Encosta da Chapada Diamantina e seu território está totalmente incluído no "polígono das sêcas". Limita com os municípios de Mundo Novo, Morro do Chapéu e Miguel Calmon.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal mede 516 metros.

ÁREA — A área é estimada em 1 050 quilômetros quadrados. Tratando-se de município novo, ainda não possui área levantada.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia é acidentada pela presença da serra do França, que faz parte da Chapada Diamantina. Nascem nesta serra diversas vertentes dágua.

O município é banhado pelo rio Jacuípe e muitos riachos, todos temporários. Estão situados no território municipal dois açudes públicos com capacidade de 1.100.000 metros cúbicos e três particulares com capacidade de 360.000 metros cúbicos.

CLIMA — O clima é subtropical e ameno. A temperatura na cidade em 1956 apresentou as graduações seguintes: a máxima de 30ºC, a mínima de 22ºC e a média compensada de 25ºC. A precipitação pluviométrica em 1956 elevou-se a 1 010 milímetros, com a máxima de 75 milímetros em 24 horas.

RIQUEZAS NATURAIS — A fauna e a flora constituem importantes fontes de riqueza natural. Destaca-se pelo seu valor econômico o ouricuri, de onde é extraído o côco e a cêra. São dignas de registro as reservas de lenha e de madeira de lei.

A riqueza mineral é representada por jazidas inexploradas de manganês (nas fazendas Nova Esperança e Marinheira, distrito de França) e argila.

POPULAÇÃO — Em 1950, os três distritos que formam o atual município de Piritiba (Piritiba, Largo e França) tinham uma população de 14 712 habitantes, sendo 7 293 homens e 7 419 mulheres; 70% da população localizavam-se no quadro rural. A população estimada para 1957 é de 17 000 pessoas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — No ano de 1950, segundo dados do Censo, os três distritos que hoje formam o município de Piritiba, possuíam a seguinte população: vilas de Piritiba com 3 114 habitantes, de França com 547 hab. e a de Largo com 417 habitantes.

A população estimada para a cidade de Piritiba em 1957 é de 3 500 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das duas vilas, o município conta os principais povoados seguintes com populações estimadas para 1957: Andaraí — 370 hab., Areia Branca — 265 hab. e Cigana — 200 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Segundo revelou o Censo de 1950, 33% das pessoas em idade ativa, consideradas as de 10 anos e mais, estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à economia do município é a pecuária, havendo exportação de gado bovino para Feira de Santana e para os Estados de Ceará, Pernambuco e Sergipe. A agricultura tem significação econômica para o município, bem como a extração de cêra e de côco de ouricuri.

Agricultura — No ano de 1955, o valor da produção agrícola, grandemente prejudicada pela sêca, atingiu a 1 365 milhares de cruzeiros, sendo os principais produtos, na ordem de valor, a mandioca, a mamona, o feijão, o sisal, respectivamente com 922, 118, 112 e 103 milhares de cruzeiros. Cultiva-se ainda o milho, a abóbora, a batata-

Grupo Escolar Almirante Barroso.

-doce, a banana e a laranja. Salvador é o principal mercado importador dos produtos agrícolas do município. A cultura de sisal vem tomando grande incremento.

Pecuária — E' a pecuária a principal atividade econômica do município, que possui importantes fazendas de engorda e de criação de gado selecionado das raças indu-brasil, zebu, gir e guzerate. A população pecuária em 1956 estava estimada em 47 000 bovinos, 9 000 suínos, 2 400 ovinos e 1 300 caprinos.

Indústria — No ano de 1955, o valor da produção industrial elevou-se a 8 655 milhares de cruzeiros, cabendo à indústria de transformação 7 902 milhares e o restante às indústrias extrativas. No primeiro grupo, as principais produções foram de farinha de mandioca, cêra de ouricuri e massas alimentícias nos valores, respectivamente, de 6 380, 333 e 317 milhares de cruzeiros. Produz, ainda, cordas de sisal, fibra de sisal, manteiga, sola, vinho de frutas, telhas e tijolos. A principal produção da indústria extrativa é o coquilho de ouricuri, com 517 milhares de cruzeiros. *Artesanato* — A atividade artesanal é representada pelo fabrico doméstico de manteiga e requeijão.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — É servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação da cidade foi inaugurada em 20-7-1934 e a da vila de França em 12-10-1923. Um ramal rodoviário do Estado de 22 quilômetros liga a sede municipal à rodovia-tronco BA-4 (Bahia—Rio São Francisco), próximo de Mundo Novo. Liga-se a cidade de Piritiba às sedes municipais vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Mundo Novo, via ferroviária — 21 quilômetros e rodoviária — 20 quilômetros; Miguel Calmon, via rodoviária — 42 quilômetros e ferroviária — 40 quilômetros e Morro do Chapéu, via rodoviária — 94 quilômetros. Com a Capital Federal e a Capital do Estado, via rodoviária na distância de 1 795 e 364 quilômetros, respectivamente, e via ferroviária na distância de 1 023 e 361 quilômetros, respectivamente.

Servem o município 1 Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e 2 Agências telegráficas da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, sendo uma na sede municipal e outra na estação ferroviária da vila de França.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações, principalmente, com as praças de Salvador, Mundo Novo e Miguel Calmon. Existiam na sede municipal 3 estabelecimentos comerciais atacadistas e 18 varejistas e no ano de 1956 o giro de todo o município elevou-se a 51 875 milhares de cruzeiros.

O salário-mínimo oficial para a região que compreende o município está fixado em Cr$ 2.000,00.

Funciona na cidade de Piritiba uma agência do Banco da Bahia S. A. inaugurada em 25 de julho de 1956.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está edificada em local de topografia acidentada. Há 25 logradouros dos quais 4 são calçados a pedras irregulares. No ano de 1956, contava 817 prédios, sendo a estação da estrada de ferro o principal edifício. O número de ligações elétricas é de 196, sendo beneficiados pela rêde elétrica os 25 logradouros existentes. Estavam registrados na Prefeitura Municipal, em 1956, 8 automóveis e 9 caminhões. Funcionam 4 pensões na cidade com capacidade para 34 hóspedes.

Vista Panorâmica da cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existem duas farmácias, tôdas localizadas na sede municipal. Exercem a profissão em Piritiba 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico. O município faz parte do Setor n.º 9, sediado em Senhor do Bonfim, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — Revelou o Censo de 1950 que sòmente 29% da população de 5 anos e mais sabiam ler e escrever.

ENSINO E EDUCAÇÃO — Em 1956 existiam 18 unidades do ensino primário fundamental comum, com cêrca de 950 alunos matriculados. Verificava-se a existência de sete cursos da Campanha de Alfabetização de Adultos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A população dispõe de 3 bibliotecas públicas com menos de mil volumes cada uma. No ano de 1956, contavam-se 2 associações culturais — o Centro Desportivo e Cultural de Piritiba e o Clube Social de Piritiba, e 1 serviço de alto-falante.

CULTOS RELIGIOSOS — Há no município 1 igreja e 4 capelas subordinadas à paróquia de Nossa Senhora da Conceição de Mundo Novo, sediada na cidade de Mundo Novo. Do culto não católico há 1 igreja presbiteriana na cidade, 4 salões distribuídos pelos distritos e Centro Espírita na sede.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal festa religiosa é a do Senhor do Bonfim, patrono da igreja local. Ocorre no dia 23 de janeiro. Consta de missa solene e procissão.

Constituem festas populares o carnaval, a micareta, as diversões juninas e o Natal.

E' habitual, nas ocasiões de sêcas, o roubo da imagem de Santo Antônio. Ela é retirada de uma residência, às escondidas, e só devolvida, com festa e procissão, depois de caídas as chuvas.

Como manifestações folclóricas é ainda comum o aparecimento do "bumba-meu-boi", do reisado, do presepe e do samba de matuto, que guardam costumes tradicionais, exibindo-se o primeiro na via pública e os demais nas casas de família.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 3 017 eleitores inscritos em 1954, dos quais votaram 1939 nas eleições daquele ano. São 12 os vereadores em exercício. No ano de 1956 estavam em atividade 75 funcionários públicos civis, assim distribuídos: 34 federais, 15 estaduais, 25 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o demonstrativo da arrecadação pública e da despesa realizada pela municipalidade no período indicado 1955-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	2 273	352	307	333
1956.......	--	2 852	1 305	528	1 299

JUSTIÇA — Piritiba é distrito judiciário da comarca de Mundo Novo.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos naturais do município aplica-se o gentílico piritibano. O topônimo Piritiba está ligado às lagoas cobertas de junco, que existiam na fazenda Cinco Várzeas, e significa "sítio de junco". O Prefeito em exercício é o Sr. Carlos Aires de Almeida, e o Presidente da Câmara, eleito para o período legislativo iniciado a 7 de abril de 1957, é o Sr. Josias Freitas Nunes. A primeira Câmara Municipal ficou assim constituída: Josias Freitas Nunes, Joaquim Sampaio Neto, Otávio Sousa Santos, José Batista Viana Neto, Francisco Pinto da Silva, Tertuliano Alves Borges, Mamede Pereira Lima e Agenor de Araújo Lima.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal da Bahia por José P. Tôrres Filho; Chefe da Agência de Estatística — Moisés Mendes Aragão.)

POÇÕES — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — As origens do município de Poções datam de 1732, quando o povoamento das cabeceiras do rio de Contas e a vida civil e administrativa, nutridos pelas exigências da mineração, incentivaram a exploração das regiões circunvizinhas.

Surgiu, então, uma bandeira chefiada pelo coronel André da Rocha Pinto que, sentindo a necessidade de penetração em vários pontos, se dividiu em outras, cada qual tomando rumo diverso pelo rio de Contas até o rio Verde e cabeceira do rio São Mateus.

Uma delas, a dirigida pelo coronel André, desceu pelo rio de Contas até perto da sua foz, a fim de explorar a mata no vale do rio. A canoa que os conduzia submergiu; mas salvaram-se numa ilha, de onde foram levados por jesuítas que tinham uma fazenda nos arredores de Pôrto Seguro.

Alguns anos depois, o coronel André da Rocha Pinto incendiou o cartório da então vila do Príncipe — hoje cidade de Caetité — incorrendo, assim, nas iras do vice-rei, que ordenou lhe levassem a cabeça do criminoso.

Temeroso e revoltado com a prepotência do vice-rei, reuniu o coronel André uma bandeira de duzentos homens e veio homiziar-se no lugar denominado "Passagem da Conquista", nas proximidades da atual sede do município.

Hospital Regional.

Conhecedor profundo da região, resolve tentar a exploração das minas do "Timorante", distantes 5 léguas para os lados das matas.

Depois de algum tempo de trabalho, sente necessidade de ferramenta adequada e munição bastante. Resolve enviar o filho, acompanhado de quarenta homens, para irem abrindo picada até Ilhéus, aonde deveriam abastecer-se com o produto do ouro que levavam para tal fim.

O mensageiro, porém, chegando àquela cidade, ali permaneceu por dois anos, em verdadeira orgia, sustentando todo o seu pessoal a pêso de ouro.

Entrementes, morre o velho bandeirante e é seu filho avisado para regressar imediatamente. Encontra êste o extenso roteiro, no qual o seu falecido pai mencionava enigmàticamente o lugar onde enterrara todo o mineral apurado durante os dois anos de sua ausência.

Por informação, tem conhecimento de que o velho, certo dia, despachara das minas todo o pessoal que ali trabalhava, ficando em sua companhia apenas um escravo, o qual desapareceu misteriosamente.

De posse de alguns dados, continuou o herdeiro na tentativa de localizar a grande fortuna, porém, por mais que escavasse nos pontos que lhe pareciam indicados, nada pôde encontrar, regressando desanimado a Ilhéus.

Corria o ano de 1782. Governava a capitania da Bahia D. Afonso Miguel Gonçalves, Marquês de Valença, quando surgiu João Gonçalves da Costa. Descobriu êste os campos da Conquista e rechassou os índios que infestavam a zona. Fundou a povoação, depois de ter feito uma estrada entre Ilhéus e aquela região, tão cheia de feras que, num só mês, o sertanista matou 24 onças.

Ao fazer êste percurso o famoso bandeirante já encontrou em Poções três habitantes irmãos. Estabeleceu-se nesta região o seu filho bastardo sargento-mor Raimundo Gonçalves da Costa, que escolheu para sede do seu vasto domínio o hoje arraial de Santo Antônio de Morrinhos, distante 8 quilômetros da vila e 2 apenas da serra da Visão.

Não ficou inativo o sargento-mor. Transpôs as caatingas, fêz entradas nas matas, bateu-se com índios e, virando a serra da Visão, foi até o rio Novo, em 1818.

De todos os filhos do coronel João Gonçalves da Costa, o sargento-mor foi o que mais se distinguiu pela bravura, tornando-se o mais intrépido conquistador dos sertões. Faleceu em 1830, no então arraial da Vitória.

Em 1840, surge na Região o português de nascimento, coronel Raimundo Pereira Magalhães, com 15 anos de idade, tendo encontrado ainda vestígios das explorações anteriores, principalmente o desejo dos habitantes de descobrirem o tesouro enterrado pelo velho bandeirante André da Rocha Pinto. Sôbre isto, o jovem português ouviu de um velho negro centenário, porém em perfeito juízo, que dizia ter sido escravo do coronel André, sendo molecote na ocasião da morte dêste, mas que se lembrava perfeitamente disso, por ter assistido às pesquisas do *Senhor Môço* em procura do tesouro, assim como das palavras que, repetidas sempre pelo velho, indicavam o rumo ao tesouro: "Do cemitério para baixo, de passagem para cima, pedra do norte a sul nem mais, para atrás, da estrada para cima me verás".

Confere-se, pois, ao coronel André da Rocha Pinto a primasia da penetração inicial na região que hoje integra

Principal praça da cidade.

o município de Poções, que fazia parte do antigo e bravio sertão da Ressaca, da comarca de Jacobina.

A povoação foi fundada por Thimóteo Gonçalves da Costa e seus filhos Bernardo e Roberto Gonçalves da Costa após a conquista dos indígenas residentes no local pelo capitão-mor João Gonçalves da Costa, que doou o terreno onde foi construída uma capela sob a invocação do Divino Espírito Santo. As obras da capela foram iniciadas a 3 de agôsto de 1830, continuadas em 1842 pelo capitão-mor João Dias de Miranda e terminadas pelo capitão Antônio Coelho Sampaio.

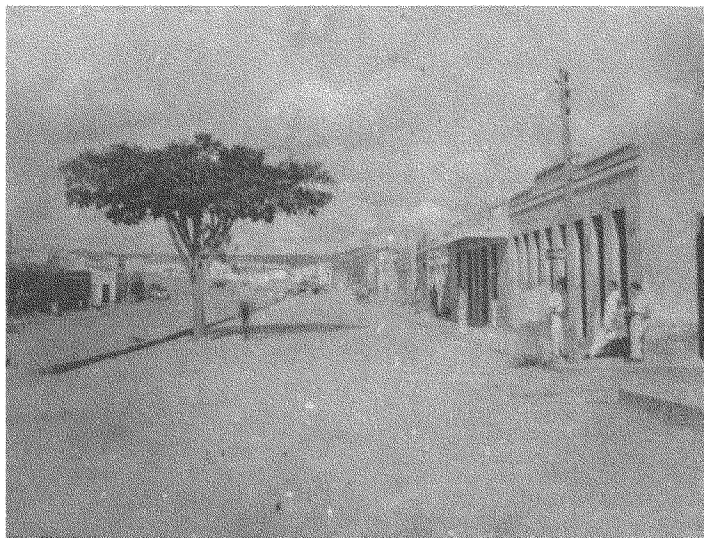
A freguesia foi criada com a denominação de Divino Espírito Santo, conforme Lei Provincial n.º 1.848, em 16 de setembro de 1878, sendo seu primeiro Vigário o padre Luís da França dos Santos.

A Lei provincial n.º 1.986, de 26 de junho de 1880, criou o município de Poções com sede no arraial do mesmo nome e com território desmembrado do de Vitória.

Verificou-se a fundação do novo município em 25 de abril de 1883.

O tenente-coronel Afonso Henrique Pereira de Magalhães, filho do pioneiro coronel Raimundo Pereira de Magalhães, residindo em Boa Nova e cioso do seu progresso, assumiu a chefia política do município e, contando com grande prestígio, conseguiu a transferência da sede para ali, pela Lei n.º 522, de 17 de setembro de 1903, a qual suprimiu o município de Poções, transferindo a sede para Boa Nova, que foi elevada à categoria de vila pela mesma Lei.

Surgiu daí grande descontentamento da população de Poções, até que, em 1910, no mês de agôsto, um grupo, chefiado por três homens — Pedro Ferreira Campos, Germano Tavares da Silva e João Batista França — explodiu em verdadeira reação armada contra o chefe boa-novense, travando-se sério tiroteio. Disso resultou um morto e vários feridos, não tendo havido maiores conseqüências, graças à intervenção do tenente Jerônimo Ferreira, da polícia baiana, que fêz cessar as hostilidades.

Por fôrça da Lei estadual n.º 1.238, de 20 de maio de 1918, a sede municipal retornou a Poções, sendo restabelecido, por conseguinte, o município dêsse nome, o qual aparece nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1920, constituído de 2 distritos: Poções e Boa Nova.

Praça Deocleciano Teixeira

Rua da Itália (em calçamento)

A Lei estadual n.º 1.468, de 14 de maio de 1921, novamente extinguiu o município de Poções, transferindo a sede para Boa Nova, e a de n.º 1.564, de 21 de julho de 1922, restabeleceu-o, com território desmembrado de Boa Nova.

A reinstalação do município ocorreu a 29 de setembro de 1922.

De acôrdo com a divisão administrativa correspondente ao ano de 1933, Poções se compõe dos distritos de Poções, Nova Laje, Ibicuí, Campos Sales e Iguaí, sendo que, nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937 e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10.724, de 30 de março de 1938, o referido município se divide em 8 distritos: Poções, Água Bela, Água Fria, Campos Sales, Ibicuí, Iguaí, Nova Laje do Gavião e Umburanas.

Pelo Decreto estadual n.º 11.089, de 30 de novembro de 1938, o distrito de Nova Laje do Gavião adquiriu o território do extinto distrito de igual nome, do município de Conquista e passou a denominar-se Vista Nova. Pelo Decreto estadual n.º 10.724, de 30 de março de 1938, a vila foi elevada à categoria de cidade.

No quadro territorial estabelecido pelo supracitado Decreto estadual n.º 11.089, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, Poções compreende os distritos de Poções, Água Bela, Campos Sales, Ibicuí, Ibitupã (ex-Umburanas) Iguaí, Nova Canaã (ex-Água Fria) e Vista Nova (ex-Nova Laje do Gavião).

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, o topônimo do município de Poções foi modificado para Djalma Dutra.

Segundo o quadro territorial vigorante em 1944-1948, fixado pelo citado Decreto-lei n.º 141 e confirmado pelo Decreto estadual n.º 12.978, de 1.º de junho de 1944, Djalma Dutra compõe-se dos seguintes distritos: Djalma Dutra, Água Bela, Lucaia (ex-Campos Sales), Ibicuí, Ibitupã, Iguaí, Nova Canaã e Vista Nova. Por fôrça do artigo 30 das disposições transitórias da Constituição do Estado da Bahia de 1947, readquiriu o município a sua antiga denominação.

Sua composição administrativa, de acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, é de seis distritos: Poções, Bom Jesus da Serra, Lucaia, Nova Canaã, Periperi de Poções e Vista Nova, tendo perdido os distritos de Ibicuí e Iguaí que obtiveram autonomia. A sede do distrito

de Água Bela foi em 1953 transferida para o povoado de Bom Jesus, passando o distrito a chamar-se Bom Jesus da Serra.

LOCALIZAÇÃO — Está localizado na Zona Fisiográfica de Vitória da Conquista, e seu território é parcialmente abrangido pelo "polígono das sêcas". Limita com Boa Nova, Brumado, Ituaçu, Ibicaraí, Iguaí, Ibicuí e Vitória da Conquista. A sede tem as seguintes coordenadas geográficas: 14° 31' 46" de latitude Sul e 40° 21' 54" de longitude W.Gr. Rumo, partindo da capital do Estado — O.S.O., da qual dista em linha reta 254 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede é de 760,213 metros, de acôrdo com a chapa cravada ao lado esquerdo do 1.° degrau de acesso à porta principal da igreja do Divino Espírito Santo.

ÁREA — Em 1953 o município tinha a área de 6 277 quilômetros quadrados. No entanto, com o desmembramento dos distritos de Ibicuí e Iguaí, calcula-se que tenha perdido perto de 2 000 quilômetros quadrados do seu território.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Topografia acidentada. O município é cortado por várias serras, entre as quais se distinguem: a da Ouricana, a da Tábua Dourada e a do Pelado. O território é banhado por diversos rios, sendo mais notáveis o São Bento, o Gavião, o Gongogi e o das Pedras.

Existem várias cachoeiras, salientando-se a da Bananeira e a das Sete Voltas, que ainda não foram aproveitadas. O açude Morrinhos construído pelo Departamento Nacional de Obras contra as Sêcas tem capacidade de 3 110 400 metros cúbicos.

CLIMA — Salubérrimo: frio e sêco no inverno e temperado no verão. A temperatura da sede apresentou em 1956 os seguintes dados: média das máximas — 32°C, média das mínimas — 16°C e média compensada — 22°C. Registram-se chuvas abundantes de outubro a dezembro. A precipitação, em 1956, alcançou a altura de 780 milímetros.

RIQUEZAS NATURAIS — A principal é a mineral, predominando o amianto, cuja qualidade é considerada muito boa. Os depósitos atingem uma reserva média de cinco milhares de toneladas de serpentinito, com teor de 2% de amianto. As minas estão em franca exploração pela Sociedade Anônima Mineração de Amianto que realiza 2/3 da produção brasileira, aproximadamente. Existem, ainda, cristal de rocha, ferro, grafite e mica, que não estão sendo explorados. O solo é fertilíssimo, com muitas terras ainda incultas. A flora é abundante em madeira de lei, plantas medicinais e de tinturaria. As matas são pródigas em animais e aves de variadas espécies.

POPULAÇÃO — A população recenseada em 1950 era de 99 270 habitantes, sendo 49 383 homens e 49 887 mulheres. Entre êsses havia 67 748 brancos, 14 344 pretos e 16 865 pardos. Na população de 15 anos e mais existiam 2 536 solteiros, 2 967 casados e 397 viúvos. Para cada 100 homens havia um total de 101 mulheres.

A densidade demográfica era de 15,82 habitantes por quilômetro quadrado. A população estimada para 1957 somava 55 500 em vista do desmembramento dos distritos de Ibicuí e Iguaí. A população da cidade, em 1950, era de 3 586 habitantes, sendo 1 598 homens e 1 988 mulheres. Para cada 100 homens havia um correspondente de 124 mulheres. Estima a população da sede para 1957 em 4 500 pessoas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam 8 aglomerações urbanas, em 1950, com a seguinte população: Poções — 3 586 habitantes, Água Bela — 59, Ibicuí — 1 863, Ibitupã — 671, Iguaí — 2 165, Lucaia — 369, Nova Canaã — 1 067 e Vista Nova — 125 habitantes. Dos aglomerados acima indicados, Ibicuí, Iguaí e Ibitupã já não pertencem ao município, por terem sido desmembrados. Foi elevado à categoria de distrito, em 1953, o povoado de Periperi, com a denominação de Periperi de Poções, com uma população aproximada de 1 000 habitantes. Ainda em 1953 a sede do distrito de Água Bela foi transfe-

Outro aspecto da Rua da Itália.

rida para Bom Jesus da Serra que tem uma população de menos de 500 pessoas.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas, o município possui vários povoados, entre os quais se salientam os abaixo-indicados, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Morrinho — 650 hab., Água Fria — 610 hab., São Félix — 580 hab., Itajaí — 450 hab., Caldeirão — 240 hab., Caitano — 270 hab., Duas Vendas — 170 hab. e Capiriana — 150 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população em idade ativa (10 anos e mais) era, em 1950, de 65 196 pessoas, sendo 32 189 homens e 33 007 mulheres. Dessa população, 25 057 pessoas (24 394 homens e 663 mulheres) se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" que, depois da "atividade doméstica", é o ramo de mais elevado índice de ocupação no município. As 25 057 pessoas que se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" constituíam 38% da população em idade ativa.

Agricultura — A principal atividade do município é a agricultura, que alcançou em 1955 o valor de 74 milhões de cruzeiros, contribuindo com maior importância o feijão com 29 milhões, a mandioca-brava com 8 milhões, o café com 7 milhões, a cana-de-açúcar com 5 milhões e o cacau com 4 milhões. Cultivam-se, ainda, arroz, batata-doce, aipim, abóbora, amendoim, banana, cebola, fava, laranja, mamona, milho e tomate. O município é um dos principais produtores de café e feijão do Estado.

Pecuária — Existem no município 5 472 propriedades agropecuárias com o valor venal total de .... Cr$ 196 482 020,00. O rebanho existente em 1956 constava de bovinos — 130 000, eqüinos — 20 000, asininos — 5 000, muares — 6 500, suínos — 250 000, ovinos — 20 000 e caprinos 25 000. Funciona no município um Pôsto Agropecuário da Inspetoria Regional de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura.

Indústria — A produção industrial alcançou em 1955 o total de 19 milhões, sobressaindo a farinha de mandioca com 8 milhões, a manteiga com 3 milhões, o café beneficiado com 2 milhões. Existem ainda as indústrias de açúcar mascavo, de aguardente, arroz beneficiado, biscoito e bolachas, calçados, fumo em corda, óleo de mamona, pão, queijo, rapadura, requeijão, sabão massa, e sola. A indústria extrativa alcançou em 1955 o total de 19 milhões de cruzeiros, contribuindo com maior parcela a extração do amianto no total de 12 milhões, seguido da extração de lenha e madeiras com 4 milhões.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Poções à Capital Federal, e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal — aéreo, 1 153 quilômetros ou rodoviário, 1 253 quilômetros; à Capital do Estado — aéreo, 402 quilômetros ou rodoviário, 457 quilômetros; Boa Nova — rodoviário, 27 quilômetros; a Ibicuí — rodoviário, 78 quilômetros; a Ibicaraí — rodoviário, 294 quilômetros; a Iguaí — rodoviário, 56 quilômetros; a Ituaçu — rodoviário, 304 quilômetros e a Vitória da Conquista — rodovia, 72 quilômetros. O município é servido pela Real-Aerovias e pela emprêsa de ônibus — Brasil de Transporte, S. A. Possui 1 campo de pouso com pista de 1 280 metros. A rodovia Rio—Bahia corta o município, passando pela cidade. Existe uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Açude Público Municipal.

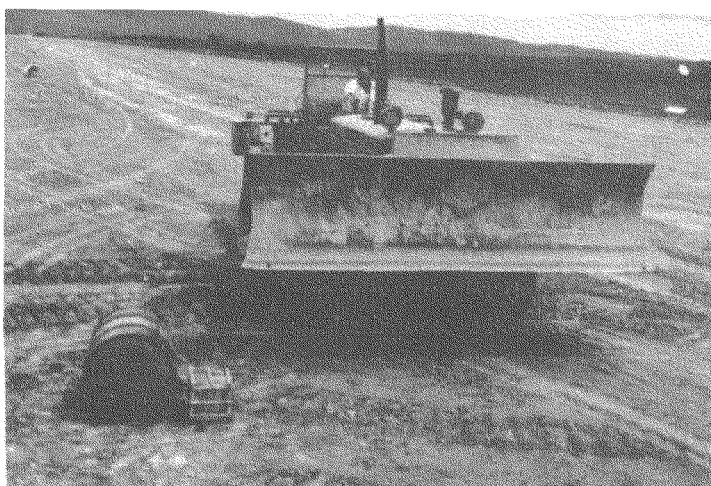
COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transação com as praças de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais, Pernambuco e Maranhão.

Importa tecidos, ferragens, calçados, produtos farmacêuticos e outros. Exporta para Salvador farinha de mandioca, café, cacau e cereais. Na sede, existe uma agência do Banco da Bahia S. A., inaugurada em 9 de setembro de 1953. Há na cidade 51 estabelecimentos varejistas e 3 atacadistas. Em 1956 o giro comercial foi de 117 975 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial é de dois mil e duzentos cruzeiros. Aos sábados realiza-se a feira semanal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está localizada numa depressão de terreno em forma de bacia. O centro comercial fica na parte baixa, enquanto a parte alta está se desenvolvendo pouco a pouco. Funcionam 2 cinemas, 5 hotéis e 3 pensões. Dos 17 logradouros existentes, 6 são pavimentados, 3 arborizados e 16 iluminados a luz elétrica. Há 1 087 prédios, e 220 dêles são servidos de luz elétrica.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funcionam na cidade 2 postos médicos: o Pôsto de Higiene de Poções e o Pôsto de Puericultura. Existe 1 hospital em fase de inauguração. O Departamento Nacional de Endemias Rurais presta assistência sanitária através do Setor n.º 6, sediado em Jequié. Exercem a profissão no município cinco médicos, 3 dentistas e 1 enfermeiro. Há 7 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe a Sociedade das Classes, que presta assistência social à população local.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, a população de 5 anos e mais era de 81 888 pessoas, e desta sabiam ler e escrever 12 401 (7 645 homens e 4 756 mulheres), ou seja, 15% da população acima caracterizada. Na cidade havia 3 056 pessoas com a idade mencionada, das quais sabiam ler e escrever 1 166, sendo 605 homens e 561 mulheres.

Campo de Pouso.

ENSINO — Em 1956 funcionaram 14 escolas primárias estaduais, 11 municipais e 1 particular com o total de 1 035 alunos matriculados, sendo 496 do sexo feminino e 539 do sexo masculino. O principal estabelecimento de ensino é o Grupo Escolar Estadual Alexandre Porfírio, situado na sede municipal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na cidade 1 jornal semanal "O Comércio", 2 bibliotecas e 1 tipografia.

CULTO RELIGIOSO — A paróquia local tem 2 igrejas, 10 capelas e tem a invocação do Divino Espírito Santo. Existem ainda, na cidade 2 templos protestantes e 1 culto espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A festa do padroeiro, Divino Espírito Santo, realiza-se nos fins de maio e princípio de junho de cada ano. E' precedida sempre de novena, com oradores sacros, e culmina com missa festiva, cantada pelo celebrante, havendo Diácono e Subdiácono, com queima de fogos e música pela filarmônica local, sempre contratada para abrilhantar as festividades. A praça fica repleta de barracas cobertas com palhas de bambu, onde se vendem comestíveis, organizam-se quermesses, realizam-se leilões, etc., tudo em benefício da festa. À tarde, são encerrados os festejos com a tradicional procissão do Divino Espírito Santo, acompanhada por incalculável multidão de fiéis, que entoam hinos de louvor ao Divino Padroeiro.

Festejos carnavalescos — E' tradição, na cidade, a ocorrência do folguedo "Guerreiros", por ocasião do carnaval. Grupos de pessoas, inclusive crianças, trajam roupas cobertas com penas de diversas aves, imitando índios, e saem às ruas executando danças próprias dos silvícolas e cantando toadas, que são acompanhadas por batuques de pandeiros e caixas cobertas de couro cru. Na execução dos seus passos, relembram com muita propriedade os antigos costumes dos indígenas. Uma das cantigas mais apreciadas é a que diz:

Nós somos os tupinambás,
Que viemos de Salvador
Comer o acajá...
Em casa do nosso amor.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava em 1954 com o total de 14 920 eleitores, tendo comparecido nas eleições daquele ano apenas 5 231 pessoas. São 8 os vereadores em exercício. Em 1956 estavam em atividades, no município, 142 funcionários públicos, assim distribuídos: federais 9, estaduais 28, municipais 103 e autárquicos 2. O município é sede da 30.ª Circunscrição Escolar da Secretaria de Educação e da 26.ª Circunscrição da Nona Região Fiscal do Interior da Secretaria da Fazenda.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado das finanças públicas do município no período 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	530	2 645	1 233	759	1 144
1951	601	4 161	1 651	1 087	1 495
1952	654	3 115	2 160	1 059	1 490
1953	784	4 342	2 453	1 505	2 320
1954	896	3 966	2 480	1 533	2 863
1955	1 289	5 711	3 128	2 135	3 054
1956	2 162	7 315	4 103	2 776	4 095

JUSTIÇA — No Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, Poções era têrmo da comarca de Condeúba, daí passando para a comarca de Conquista por fôrça da Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898. Em 1904, pelo Decreto estadual de 4 de outubro, foi o têrmo extinto e anexado ao de Conquista. Com o nome de Boa Nova, aparece como têrmo da comarca de Jequié na Lei n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, mudado o nome para Poções em 1922 em face da Lei estadual n.º 1 564 de 21 de julho. Continuou Poções como têrmo da comarca de Jequié até que pelo Decreto estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, foi criada a comarca de Djalma Dutra com dois têrmos: Djalma Dutra e Boa Nova. A denominação foi alterada para Poções pela Constituição Estadual de 1947. Atualmente, é sede de comarca de 2.ª entrância, abrangendo também os territórios de Ibicuí e Iguaí.

Existem no município 10 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. Foram julgados em 1956, 68 feitos no cível, 2 no crime e 1 de outra natureza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município dizem-se poçoenses. A denominação Poções atribui-se ao fato de existirem na zona onde foi formado o primeiro povoamento grandes poços, em tôda a parte baixa da localidade.

O Prefeito atual é o Dr. Aloísio Eutálio da Rocha e o Presidente da Câmara é o Sr. Júlio Rocha e Silva. O primeiro intendente municipal foi o tenente-coronel Raimundo Pereira Magalhães. A primeira câmara municipal compunha-se dos seguintes membros: tenente-coronel Raimundo de Magalhães, presidente, capitão João Gonçalves Chaves, tenente Germânio Tavares da Silva, Elesbão José da Rocha, Antônio Soares de Sousa, Manuel Roque da Rocha Loredo e Porfírio Ferreira da Costa.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Luís Gonzaga de Oliveira Brito; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Francisco José Ferreira.)

POJUCA — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Com a chegada da caravana de Tomé de Sousa, em 1549, mandada ao Brasil por D. João III, rei de Portugal, pisou as terras incultas da Bahia, enfrentando a hostilidade do gentio, o intrépido bandeirante Garcia d'Ávila, lançando com o seu trabalho, aliado ao espírito aventureiro de que era possuidor, o alicerce do grande Império, descoberto em tão boa hora por Cabral.

Estabeleceu-se Garcia d'Ávila nas terras onde está situado o atual município de Pojuca, edificando o Castelo da Tôrre, de onde partiram em demanda às terras da nossa hinterlândia, desbravando densas florestas, as inúmeras bandeiras, que tanto contribuíram para o povoamento da região.

Data de 1608 a 1612 o movimento colonizador verificado nas terras marginais dos rios Pojuca, Jacuípe e Joanes, que atraíram pela sua fertilidade diversos colonos, os quais ali se fixaram, fazendo erguer-se das matas incultas, pequenas comunidades.

A primeira povoação surgida no território do atual município data de 1684, quando se fixaram às margens do rio Pojuca, onde hoje está situada a cidade do mesmo nome, as famílias Freire de Carvalho, Veloso e Saraiva, que fizeram construir moradias e engenhos, atraindo para o desenvolvimento da nascente povoação diversas famílias de colonos.

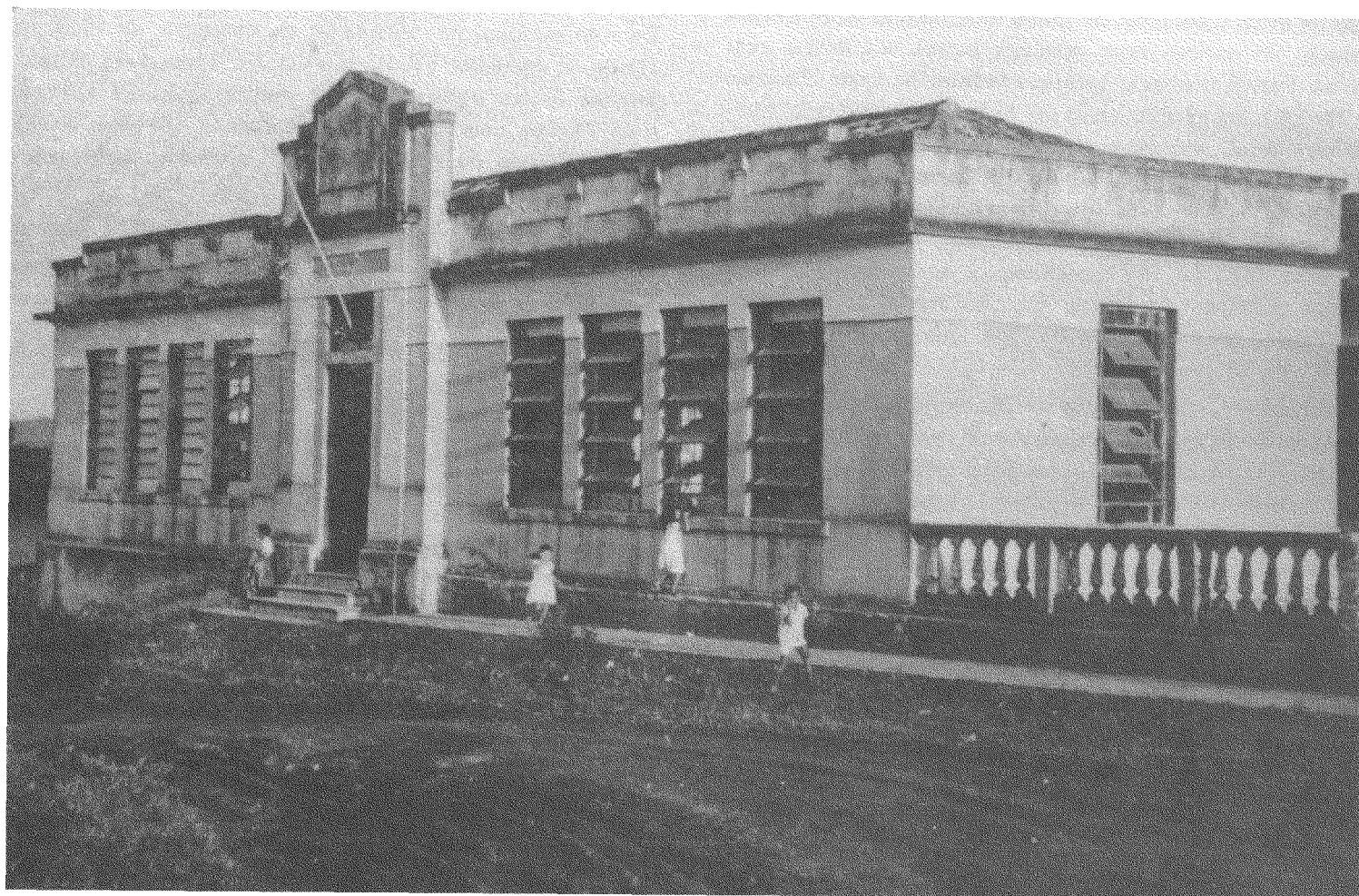
Com o decorrer do tempo foram nascendo as primeiras casas e as primeiras ruas, conhecendo a povoação apreciável progresso, conseqüência lógica do seu aumento populacional.

O distrito criado pela Lei municipal de 5 de setembro de 1892 figura na divisão administrativa do Brasil, relativa a 1911, como componente do município de Santana de Catu.

Em virtude da Lei estadual n.º 979, de 29 de julho de 1913, criou-se o município de Pojuca, com território desmembrado do de Santana de Catu (atual Catu), começando a funcionar como tal a 26 de outubro dêsse ano.

Na divisão administrativa do Brasil concernente a 1933, o município de Pojuca apresenta-se subdividido em 2 distritos, o da sede e o de Miranga, mantendo-se essa formação distrital nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também, no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938.

No quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, o município continua a figurar formado pelos distritos de Pojuca e Miranga, repetindo-se tal fato no quadro vigente em 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944. Continua com a mesma composição administrativa no quadro que foi estabelecido pela Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, para vigorar no qüinqüênio 1954--1958.

LOCALIZAÇÃO — O município de Pojuca localiza-se na Zona Fisiográfica do Recôncavo. Limita com os municí-

Grupo Escolar.

pios de Alagoinhas, Catu, Mata de São João e São Sebastião do Passé. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 26' 20" de latitude Sul e 38° 19' 20" de longitude W. Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal, da qual dista em linha reta 62 km, N.N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 61,368 metros.

ÁREA — A área do município, segundo os dados do Conselho Nacional de Geografia, mede 295 km2, sendo considerado como um dos menores municípios do Estado em área.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é pouco acidentado, apresentando pequenas elevações ao oeste. Os principais acidentes geográficos são os rios Pojuca, Catu e Quiricó.

CLIMA — É temperado com variações bruscas. Não há pôsto meteorológico no município. Estima-se, porém, que a temperatura da sede municipal em 1956 tenha apresentado os seguintes dados: máxima 32°C, e mínima 18°C.

Rua Ruy Barbosa.

RIQUEZAS NATURAIS — O petróleo e gás natural são as riquezas de maior evidência, seguindo-se a riqueza vegetal de madeiras para construção, lenha e carvão. Em 1956 foram produzidos 462 168 barris de petróleo e 1 132 782 barris no primeiro semestre de 1957.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era de 6 911 habitantes (3 340 homens e 3 571 mulheres), predominando os de côr parda com 3 263, seguidos pelos brancos com 2 034 e pretos com 1 592. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam maioria com 2 509 contra 1 323 casados e 353 viúvos.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam em 1950 duas aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Pojuca (2 534 hab.) e vila de Miranga (160 hab.).

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e da vila, o município conta o povoado de Central, cuja população estimada para 1957 é de 500 habitantes.

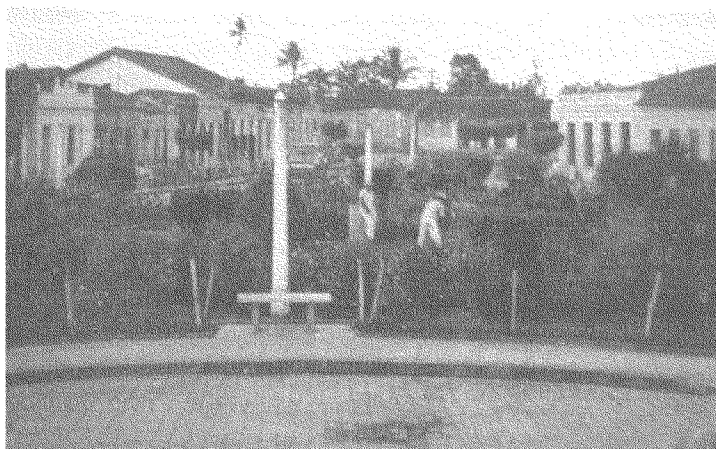
ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 27,63% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Rua Dr. Seabra.

A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, cuja produção foi em 1955 de 1 250 milhares de cruzeiros. Cultivam-se mandioca, milho, feijão, fumo em fôlha, cana-de-açúcar e frutas.

O município está situado na chamada "bacia leiteira" e possui uma usina de lacticínios para pasteurização do leite. É um dos principais fornecedores de leite à Capital do Estado.

Além da extração de petróleo e gás natural, há indústrias de cerâmica, de carnes e produtos derivados e de farinha de mandioca.

Três grandes empreendimentos contribuirão para a emancipação econômica do município: o oleoduto que liga os campos petrolíferos à Refinaria de Mataripe; a Estação Transformadora para fornecimento de luz e fôrça da C. H. E. S. F. e a rodovia asfáltica que ligará Pojuca à Capital do Estado, cujos estudos para a construção já vão adiantados.

Praça Ruy Barbosa.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Pojuca à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal, rodovia (1 697 km), à Capital do Estado, ferrovia (81 km) e rodovia (90 km); às cidades vizinhas de Alagoinhas, ferrovia (42 km), rodovia (42 km); Catu, ferrovia (11 km), rodovia (12 km); Mata de São João, ferrovia (13 km), rodovia (21 km); e São Sebastião do Passé, rodovia (69 km). É servida pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação na sede municipal foi inaugurada a 13 de fevereiro de 1863.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações, principalmente com as praças de Salvador, Alagoinhas, Mata de São João, Serrinha, Catu e Senhor do Bonfim. Existem no município 63 estabelecimentos comerciais varejistas. O seu giro atingiu, 11 150 milhares de cruzeiros em 1956. O salário-mínimo decretado para a 2.ª sub-região, a que está compreendido o município, é de Cr$ 2 400,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada à margem do rio Pojuca. É servida pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cujas linhas a dividem ao meio. Conta 35 logradouros, dos quais 6 pavimentados e 3 arborizados. A iluminação pública se estende a 21 logradouros e a domiciliária conta 150 ligações. A principal artéria é a Rua Dr. J. J. Seabra, onde estão localizadas as melhores casas comerciais, figurando como logradouros importantes a Praça Rui Barbosa e a Praça da Bandeira. Destacam-se os prédios seguintes: a Prefeitura Municipal, a Estação Ferroviária da V. F. F. L. B., o Mercado de Cereais, o Açougue Público Municipal e a igreja-matriz. Conta com 902 prédios, 1 cinema, 2 pensões, 1 agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e 3 caminhões registrados na repartição competente.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo "Pôsto Médico Correspondente" da Secretaria da Saúde Pública. O município integra o Setor n.º 1, sediado em Salvador, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que também presta assistência sanitária à população. Exercem a profissão em Pojuca 1 médico, 1 dentista e 2 farmacêuticos. Existe 1 farmácia.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais somava 5 813 habitantes, dos quais 1 896 sabiam ler e escrever, representando 32,617% da população em idade escolar.

ENSINO — Em 1956, existiam 16 unidades do ensino primário fundamental comum, a saber: 9 estaduais, 5 municipais e 2 particulares, com cêrca de 800 alunos matriculados, figurando como principal estabelecimento de ensino as Escolas Reunidas "Conselheiro Saraiva".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 entidades culturais: o "Pojuca Foot-Ball Club", fundado em 1921, com 48 associados, e 1 sociedade dançante e recreativa.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Foi recentemente construído na Rua Dr. J. J. Seabra, em frente à igreja-matriz, um obelisco com o retrato de bronze do P.e João Rodrigues Montez, Vigário da paróquia por muitos anos, e que muito trabalhou pelo desenvolvimento local, através de sua vida exemplar tôda dedicada ao bem do próximo.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia consagrada ao Senhor Bom Jesus da Passagem de Pojuca, fundada a 12 de dezembro de 1904. Além da igreja-matriz, existem 2 capelas e 2 associações religiosas com cêrca de 200 associados. Contam-se ainda, 2 templos do culto protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÊRIDES — O município realiza com brilhantismo diversos festejos populares, mantendo bem viva a tradição local, que tanto tem contribuído para o enriquecimento do nosso folclore.

No Natal, à semelhança do que acontece em todo o Brasil, ocorre à meia-noite, a tradicional missa do galo.

No primeiro domingo após a Páscoa, faz-se na cidade a mais popular de tôdas as festas, denominada "micareta", dela participando o povo em geral, sem distinção de classe, no desfile de carros alegóricos, cordões, batucadas, grupos fantasiados, etc.

Os tradicionais festejos de São João, presentemente, ainda guardam a tradição, vivendo antigos hábitos, qual o de fazer fogueira em frente às casas residenciais, o da queima de fogos de artifícios quando os visitantes são servidos de licor de jenipapo e canjica de milho verde.

A festa do padroeiro da cidade, pelo seu brilhantismo, merece citação. Planejada e organizada pelo Vigário local. consta de tríduos catequéticos. novena. missas de co-

Vista de uma turma de agrimensores.

munhão geral e solene, e procissão. À noite, realiza-se a festa de largo, com feira-chique, quermesses, leilões e outros divertimentos, abrilhantados pela banda de música.

Existe também o folguedo popular denominado "reisado", no dia 5 de janeiro, consistindo na apresentação de ternos ricamente vestidos, entoando cânticos bem ensaiados, acompanhados por orquestra. Exibem-se em frente à igreja e, após percorrerem algumas ruas, estacionam por fim à porta de casas residenciais, saudando os proprietários e pedindo-lhes ingresso às mesmas, e, dentro de casa, apresentam bailados, sapateados, etc.

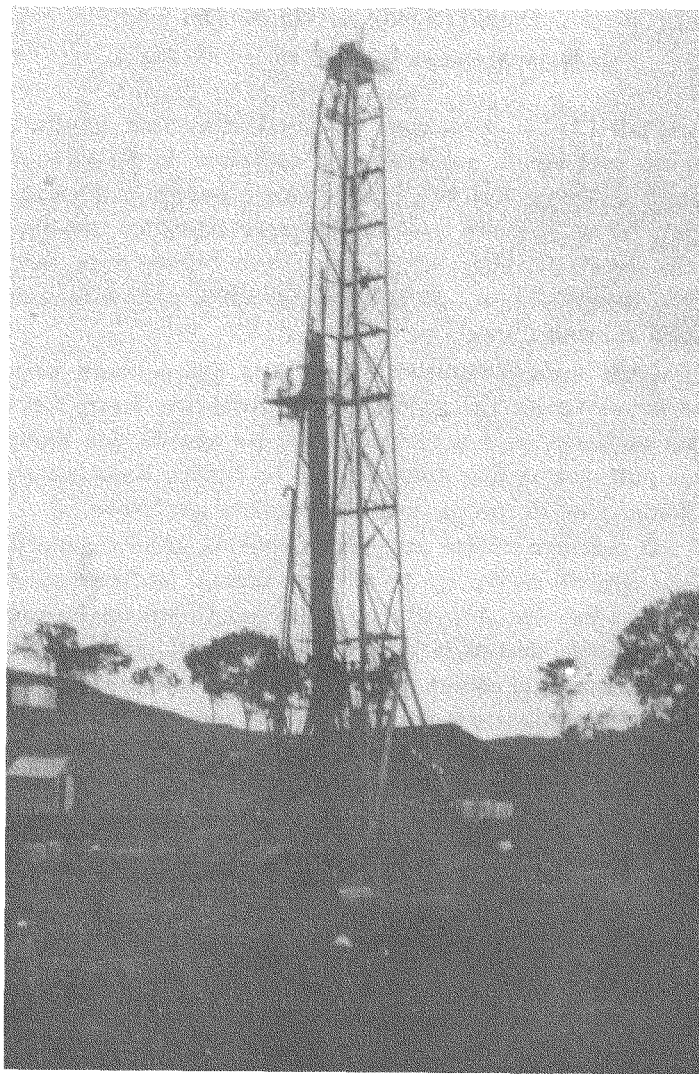
SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com 2 304 eleitores inscritos, tendo votado 1 537 pessoas nas eleições de 1954. São 8 os vereadores no Legislativo Municipal. Em 1956, estavam em atividades no município 94 funcionários, assim distribuídos: federais 35, estaduais 31, municipais 26 e autárquicos 2.

FINANÇAS PÚBLICAS — A situação financeira, no que diz respeito a arrecadação federal, estadual e municipal, é representada pelos números constantes da tabela abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	99	387	425	122	524
1951	210	533	380	131	386
1952	65	364	525	181	391
1953	540	383	920	165	894
1954	299	449	634	196	610
1955	282	718	801	273	688
1956	405	710	1 140	238	1 302

JUSTIÇA — O município aparece na Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, como têrmo componente da comarca da Mata de São João, observando-se o mesmo na Lei estadual n.º 2 225, de 14 de setembro de 1929. Pojuca aparece ainda como têrmo da comarca da Mata de São João nas divisões territoriais do Brasil de 1936 e 1937, no Decreto estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, no Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, e no Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944.

Atualmente, Pojuca continua na situação de têrmo da comarca da Mata de São João. Tem 6 cartórios, sendo 2 do Registro Civil. O total de feitos julgados, em 1956, foi de 18, assim distribuídos: cível 14 e crime 4.

Outro aspecto da mesma turma no serviço de agrimensão.

Perfuração de um poço de petróleo.

VULTOS ILUSTRES — *José Antônio Saraiva* — Estadista brasileiro, bacharelou-se em 1846 pela Faculdade de Direito de São Paulo. Iniciou a sua carreira política como membro da Assembléia Provincial em Valença. De 1851 a 1853 foi presidente do Piauí e sucessivamente presidente de Alagoas e de São Paulo, governador de Pernambuco, ministro da Marinha, conselheiro do Império e, após a Proclamação da República, senador pela Bahia.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se pojucanos, no entanto também é usado o gentílico pojuquenses. O rio Pojuca banha todo o município de oeste para leste, num percurso aproximado de 60 quilômetros, e a cidade encontra-se edificada à sua margem esquerda, originando-se daí o seu topônimo. O têrmo Pojuca, segundo Teodoro Sampaio, é corrutela de "yapô-yuca", o "pântano, o estagnado e podre".

O Prefeito atual é o Sr. Percílio dos Santos e o presidente da Câmara Municipal de Vereadores é o Sr. Nilo Amaral Trinchão. Foi primeiro intendente municipal o Sr. Carlos Pinto e o primeiro Conselho Municipal compunha-se dos seguintes membros: Manoel Joaquim da Silva, Pedro Cândido da Trindade, Dr. João Evangelista Paim, Raimundo Ferreira de Santana, Antônio Tomé de Abreu, José Félix de Oliveira Ramos e João Nicodemo Poltti.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por José de Almeida Costa; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Francelino Improta.)

PÔRTO SEGURO — BA

Mapa Municipal na pág. 93 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — A origem do atual município de Pôrto Seguro está ligada aos primeiros capítulos da História do Brasil. O Monte Pascoal, que integra o território do município, foi a primeira porção de terra brasileira avistada pelas náus cabralinas, tendo sido Pôrto Seguro o primeiro ponto descoberto, em 22 de abril de 1500, pelo Almirante Pedro Álvares Cabral.

Logo após o Descobrimento e a conseqüente posse das novas terras, foi criada uma feitoria em Santa Cruz, mais ao norte, para servir de ponto de aguada das esquadras portuguêsas que demandavam às Índias. Essa feitoria, armada com 12 peças, possuía pequena guarnição.

O primeiro núcleo ou povoamento da atual cidade de Pôrto Seguro surgiu na parte denominada hodiernamente "cidade alta". Foi aí criada em 1626 por Cristóvão Jacques uma feitoria, destinada a ser estação naval para vigilância da costa, que estava a mercê dos piratas inglêses, franceses dinamarqueses e holandeses, que vinham fazer o comércio clandestino de pau-brasil. Seus primitivos habitantes foram os colonos portuguêses que vieram da Metrópole. A colonização deve-se aos portuguêses e aos padres da Companhia de Jesus. Êsses últimos edificaram um convento e uma capela, onde ministravam a doutrina cristã a colonos e gentios.

Como não estivessem dando bons resultados as medidas postas em prática pela coroa portuguêsa para pôr fim aos atos de pirataria, que vinham ocorrendo nas costas do Brasil, resolveu o rei luso dividir a novel colônia em capitanias hereditárias, fato que ocorreu no ano de 1534, cabendo, por Carta Régia de 27 de maio daquele ano, ao fidalgo da Côrte, Pero de Campos Tourinho, a capitania do Pôrto Seguro.

Pero de Campos Tourinho, — natural de Viana da Foz do Lima —, era varão possuidor de muitos haveres e de grande parentela, casado com D. Inês Ferna Pinto, da qual teve um filho — Fernão de Campos Tourinho.

De posse da capitania, levantou em 1535 a vila na foz do rio Buranhém, algumas milhas ao sul da baía Cabrália, construíndo casas, forte, capela, armazéns, estaleiro e forja. Distribuiu terras aos moradores, fêz um tombo para registro das sesmarias e iniciou a exploração dos sertões. Por ordem sua, foi organizada uma bandeira, em 1553, pelo seu sobrinho Sebastião Fernandes Tourinho, a qual subiu o rio Doce, indo até a lagoa Vapabuçu, de onde seguiu para o centro de Minas Gerais, de lá trazendo "ouro em palhetas e pedras coradas".

A Pero de Campos Tourinho, após seu falecimento, sucedeu seu filho Fernão de Campos Tourinho, na posse da capitania do Pôrto Seguro. O segundo donatário levou a capitania à desordem, vindo a sofrer ataques dos aimorés. Com o falecimento de Fernão de Campos Tourinho, sucedeu-lhe sua irmã, D. Leonor, a qual, com licença régia, vendeu a capitania a D. João de Lencastro, 1.º duque de Aveiro, a 10 de agôsto de 1559, que posteriormente a legou a seu filho D. Pedro Diniz. Em 1759, a capita-

Vista panorâmica do Pôrto Seguro.

Igreja N. S.ª da Pena.

nia de Pôrto Seguro passou para os bens da Coroa, vindo depois a fazer parte da Província da Bahia.

O distrito de Pôrto Seguro foi criado por fôrça de Alvará datado de 20 de outubro de 1795, que elevou a capela à categoria de freguesia, sendo canonizada pelo Arcebispo D. Frei Antônio Correia.

A vila foi elevada à categoria de cidade pelo Ato n.º 499, de 30 de junho de 1891.

Na divisão territorial administrativa do Brasil, referente ao ano de 1911, o município do Pôrto Seguro aparece formado de distrito único — o do mesmo nome.

Pela Lei estadual n.º 1 190 de 28 de maio de 1917, o território do extinto município da Vila Verde (criado em 1762) foi anexado ao de Pôrto Seguro. Tendo sido extinto, por fôrça da Lei n.º 1 961, de 8 de junho de 1927, o município de Trancoso, (criado por Alvará Régio de 19 de fevereiro de 1759), foi o seu território anexado também ao de Pôrto Seguro. Em 1928, a Lei estadual n.º 2 131, de 9 de agôsto, criou o distrito de São José do Buranhém. Por fôrça do Decreto estadual n.º 7 479, de 8 de julho de 1931, o território do município de Santa Cruz Cabrália, supresso pelo referido Decreto estadual, foi incorporado ao município de Pôrto Seguro, sendo mais tarde, restaurado.

Na divisão administrativa do Brasil correspondente a 1933, o município apresenta-se formado de quatro distritos: Pôrto Seguro, Vila Verde, Trancoso e São José do Buranhém. Permanece a mesma composição distrital nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938.

No quadro fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939/1943, o município do Pôrto Seguro continua formado por quatro distritos: Pôrto Seguro, Buranhém (ex-São José do Buranhém), Trancoso e Vale Verde (ex-Vila Verde). A mesma situação permanece no quadro estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944.

Pela Lei estadual n.º 628, de 31 de dezembro de 1953, que alterou a divisão territorial do Estado da Bahia e fixou o quadro para o qüinqüênio 1954/1958, foi criado o distrito de Guaratinga (ex-povoado de Novo Horizonte), desmembrado do distrito de Buranhém, o qual foi investido nessa categoria a 17 de agôsto de 1954 e transferida a sede do distrito de Trancoso para Caraíva. A atual composição administrativa do município, é a seguinte: Pôrto Seguro, Buranhém, Caraíva, Vale Verde e Guaratinga.

Marco do Descobrimento.

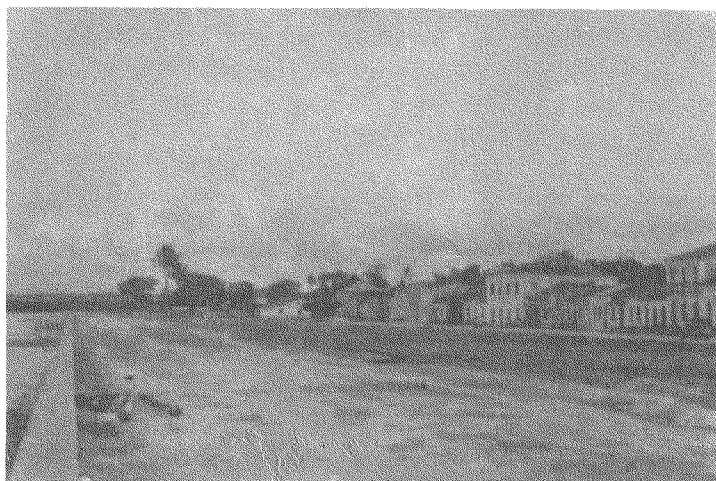
LOCALIZAÇÃO — O município do Pôrto Seguro localiza-se na Zona Fisiográfica do Extremo Sul do Estado da Bahia. Faz limites com os municípios de Santa Cruz Cabrália, Prado e Jacinto (Minas Gerais) e com o Oceano Atlântico.

São as seguintes as coordenadas geográficas da sede municipal: 16° 27' 22" de latitude Sul e 39° 04' de longitude W. Gr. Rumo da Capital do Estado em direção a sede municipal, da qual dista em linha reta 370 km, S.S.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 4 metros.

ÁREA — O município do Pôrto Seguro tem uma extensão territorial de 6 819 km2.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é quase totalmente montanhoso, existindo apenas pequenos vales. Suas serras são ramificações da serra dos Aymorés. O seu monte mais alto é o Pascoal, que tem 536 m e se acha no sul do município, em a nascente do braço norte do rio Corumbau. O cume do monte tem a forma de uma caçarola emborcada, com ligeiro declínio para a frente; o pico mede cêrca de 100 metros de comprimento e 2 de largura e a sua parte norte é desnuda, sendo o lado noroeste uma gigantesca rocha.

Aspecto da Rua Portugal.

Dentre os rios mais caudalosos temos o Buranhém, que atràvessa todo o município, de leste a oeste, desembocando no Atlântico, no ponto em que está localizada a cidade do Pôrto Seguro, e que é apelidado "rio do Peixe", na parte próxima ao Estado de Minas Gerais, por causa da abundância de peixes em suas águas: o rio Caraíva, que banha mais da metade da parte sul do município e o rio do Frade. Os três rios citados são parcialmente navegáveis por pequenas embarcações do tipo dos saveiros e canoas. Há ainda outros pequenos cursos dágua — o rio Corumbau, o Jardim, o da Barra, o da Vila e o Taípe. Existem algumas cachoeiras no curso do rio Buranhém.

Ruínas da igreja da Glória, a 1.ª do Brasil.

O solo do município do Pôrto Seguro é constituído por terrenos primários e secundários, formados de rochas cristalinas granitóides metamórficas primárias.

CLIMA — O município possui diversidade de clima; no litoral é quente no verão, é frio e úmido, no inverno; no interior, o clima é temperado. A sede municipal apresentou em 1956 os seguintes dados de temperatura: média das máximas — 30°C, médias das mínimas — 15°C e média compensada — 22° à sombra.

RIQUEZAS NATURAIS — Tôda a costa de Pôrto Seguro é riquíssima em areias monazíticas, havendo também jazidas inexploradas de águas marinhas, ametista e grafite, além das de pedra calcária e de construção, que se vêm

Vista aérea da cidade.

explorando. Em suas matas existem em grande quantidade madeiras de lei de várias espécies, principalmente o pau--brasil. Entre as quedas dágua citam-se a da Barra do Córrego das Pedras, a da Pedra de Santo Antônio, a do Pouso Alegre, a das Duas Barras, a do Fausto, a Grande, a Sêca, a do Funil e outras. No reino vegetal, extrai-se muita madeira, lenha e piaçava. As populações litorâneas dedicam-se particularmente à pesca.

O valor total da produção extrativa do município, em 1955, foi de 1 078 milhares de cruzeiros, tendo o peixe contribuído com a maior parcela, ou seja, 700 milhares de cruzeiros.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento de 1950, a população do município de Pôrto Seguro somava 25 826 habitantes, sendo 13 112 do sexo masculino e 12 714 do feminino. Havia predomínio da côr parda, com um efetivo de 13 524 pessoas, seguida dos brancos, com 8 782. No que se refere ao estado civil, evidenciavam-se os casados com 7 350, seguidos dos solteiros com 4 927. Estimativas da população consignam para 1957, 35 000 habitantes. A zona rural é habitada por 88% de tôda a população.

Aglomerações urbanas — Existiam em 1950 quatro aglomerações urbanas, cuja população era respectivamente a seguinte: cidade do Pôrto Seguro — 1 888 habitantes, sendo 902 homens e 986 mulheres; vilas Buranhém — 597, Trancoso — 157 e Vale Verde — 374. Em 1953, Trancoso deixou de ser vila, pois a sede do distrito foi transferida para o povoado Caraíva, com menos de 500 pessoas. Nesse ano foi criado o distrito de Guaratinga com sede no antigo povoado de Novo Horizonte, cuja população é de aproximadamente 1 000 pessoas.

Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas existem no município, os povoados seguintes, com a correspondente estimativa de população para 1957: Nossa Senhora d'Ajuda — 500 hab.; São João do Sul — 600; Quilômetro — 500; Trancoso — 250; Laje — 200; Monte Pascoal — 80 e Itaquena 30 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Censo de 1950, a população em idade ativa (10 anos e mais), era de 16 745 habitantes, sendo 8 450 do sexo masculino e 8 295 do sexo feminino. Dessa população (6 324 pessoas) 6 100 homens e 224 mulheres se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que, após "atividades domésticas", era o mais numeroso no município, representando 38% das pessoas em idade ativa.

A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, evidenciando-se mais a cultura do cacau. Cultiva-se, ainda, mandioca, café, amendoim, arroz, cana--de-açúcar, côco-da-baía, milho, e frutas. O valor total da produção agrícola, em 1955, elevou-se a 50 175 mil milhares de cruzeiros, tendo o cacau contribuído com a maior parcela, isto é, com 25 000 milhares de cruzeiros, secundado pela mandioca com 13 500 milhares de cruzeiros.

Em 1954, existiam 1 406 propriedades rurais, no valor venal de 33 534 000 cruzeiros.

Igreja da Misericórdia.

Pecuária — A pecuária vem tomando grande impulso no interior do município. A composição estimada dos seus rebanhos, em 1955, era a seguinte: bovinos — 20 000 cabeças, eqüinos — 3 000, asininos — 800, muares — 2 600, suínos 10 000, ovinos — 500 e caprinos — 300.

Indústria — Ainda é pouco desenvolvida a atividade industrial em Pôrto Seguro. As pequenas indústrias existentes constituem-se de pequenos fabricos de aguardente, farinha de mandioca, farinha de tapioca, rapadura, telhas, tijolos, cal, café torrado ou moído, arroz beneficiado, polvilho ou goma e massas alimentícias. O valor da produção industrial, em 1955, foi de 5 435 milhares de cruzeiros, representando a farinha de mandioca a maior parcela, com 3 850 milhares de cruzeiros.

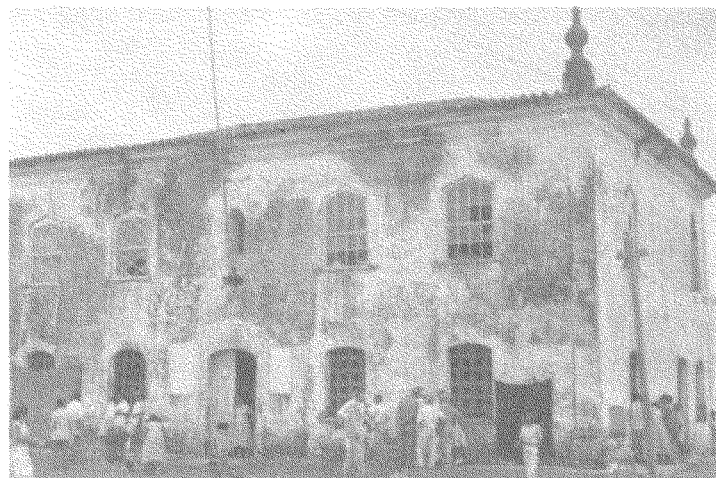
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Pôrto Seguro liga-se à Capital Federal, à Capital Estadual e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal — rodovia (1 868 km), à Capital Estadual — via aérea (400 km), marítima (212 milhas) e rodovia (819 km); às cidades vizinhas de Prado — via aérea (110 km) e marítima (65 milhas); Santa Cruz Cabrália — via aérea (24 km), marítima (15 milhas) e rodovia (43 km). Liga-se ainda com as cidades mineiras de Jacinto (252 km) e Rubim (354 km) ambas por via rodoviária. O município possui bom campo de pouso com pista de 1 250 metros de extensão para aviões comerciais; existem 6 pequenos campos de aterrissagem no interior do município, para aviões teco-teco. É servido pela Real-Aerovias. Conta, outrossim, 1 pôrto marítimo e 3 fluviais utilizados por embarcações a vela. Há na cidade

Vista parcial da cidade alta (primitiva cidade).

uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

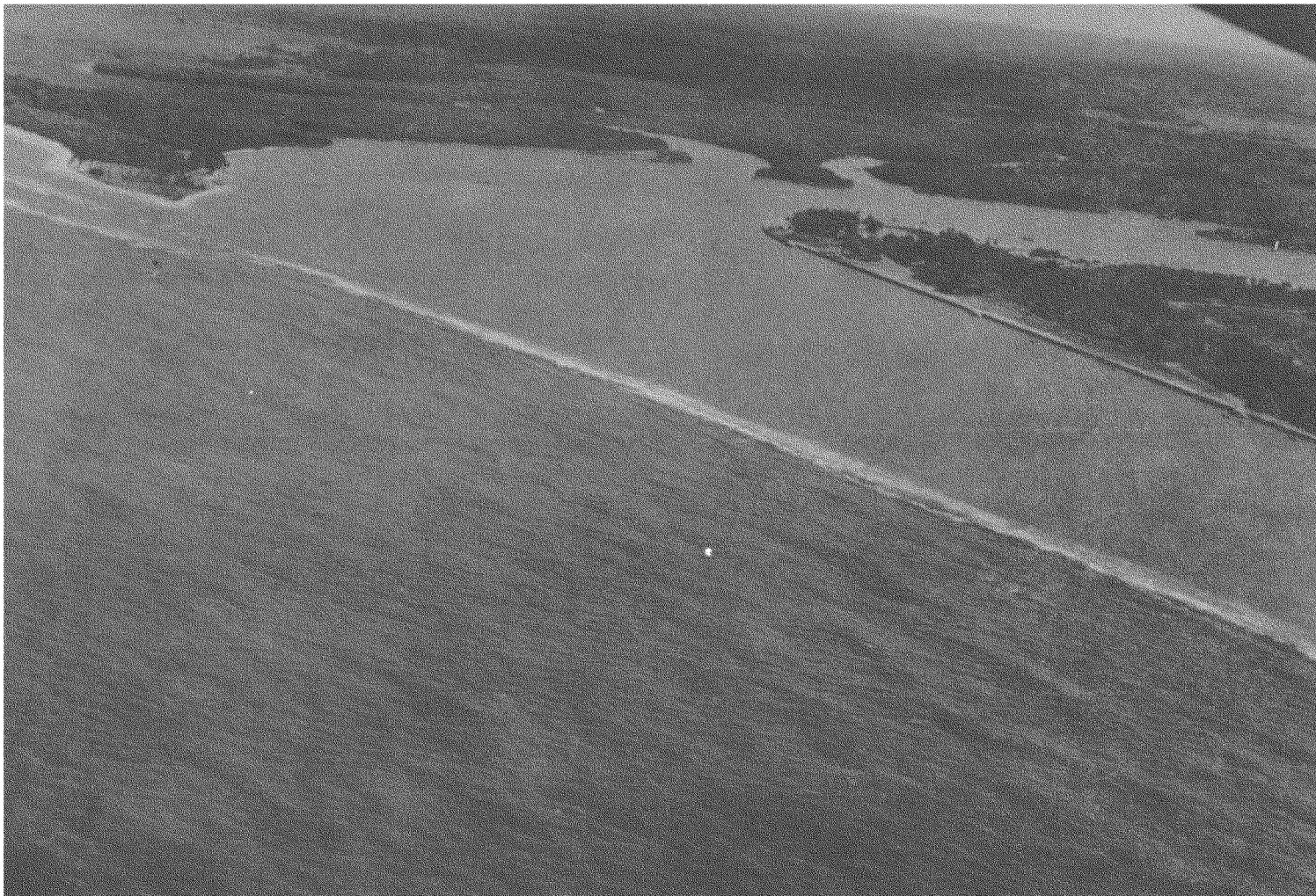
COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, Ilhéus, Belmonte e com municípios do norte de Minas Gerais. Registram-se na sede municipal 30 estabelecimentos comerciais varejistas e 8 atacadistas. O giro comercial em 1956 atingiu 45 225 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial decretado para a 4.ª sub-região que compreende o município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — Pôrto Seguro está situada na foz do rio Buranhém; possui cais de proteção, recentemente construído, que se presta à atracação.

A cidade é dividida em duas zonas: "cidade baixa" e "cidade alta"; nesta, teve início a primitiva povoação, estando situados aí os seguintes edifícios históricos: Paço Municipal, construído pelo ouvidor José Xavier Machado, no ano de 1772; ruínas da igreja da Glória, a mais antiga

Antigo Paço Municipal.

do País, construída no ano de 1503 (presumìvelmente); a igreja de Nossa Senhora da Pena — padroeira local, reconstruída em 1773, pelo referido ouvidor José Xavier Machado; igreja da Misericórdia e de São Benedito, também chamada Colégio dos Jesuítas, por ter o colégio dêsses padres funcionado anexo a ela. Encontra-se ainda nessa parte da cidade o edifício da cadeia pública e o marco de pedra lavrada, que assinala o descobrimento do Brasil, edificado por Gonçalo Coelho, de ordem do rei de Portugal. Alguns atribuem a feitura dêsse marco, a Américo Vespúcio; mas a versão mais acertada é a que o dá como da autoria de Gonçalo Coelho. Êsse marco está plantado em frente à igreja-matriz de Nossa Senhora da Pena. Encontram-se também nessa parte da cidade alguns canhões, para ali transportados em 1503, a fim de garantir a defesa da colônia contra as incursões dos franceses.

As duas partes da cidade são ligadas por uma estrada carroçável, que tem extensão de dois quilômetros. Fica a zona alta situada no cimo de uma colina, de onde se descortina vasto horizonte, especialmente na parte da costa. Com o passar dos anos, a cidade foi descendo o morro, e espraiou-se pelo lado esquerdo da foz do Buranhém, que forma verdadeira divisa geográfica das duas partes da cidade; na zona baixa estão as repartições públicas, o comércio e a maior concentração demográfica.

São 50 os logradouros públicos, dos quais um ajardinado e arborizado. A rêde de iluminação elétrica estende-

Vista panorâmica do Pôrto Seguro e da cidade.

-se a 38 logradouros. Cêrca de 152 prédios estão servidos de luz elétrica. Funcionam na sede municipal 3 pensões, 1 cinema, 1 agência do D. C. T. e 2 correspondentes de bancos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelo Pôsto de Higiene, da Secretaria de Saúde e Assistência do Estado, e pelo Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais, de cujo Setor n.º 10 o município faz parte. Exercem profissão na cidade 1 médico, 2 farmacêuticos e 2 dentistas. Funciona 1 farmácia.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade Auxiliadora dos Artistas do Pôrto Seguro e a Associação de Proteção à maternidade e à Infância prestam assistência às classes mais necessitadas. Existem ainda 2 sindicatos de empregados e o Núcleo Colonial Agrícola.

Igreja do Colégio ou São Benedito

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, a população de 5 anos e mais totalizava 21 186 pessoas, sendo 10 751 do sexo masculino e 10 435 do feminino. Dessa população, 3 322 pessoas eram alfabetizadas, sendo 1 993 homens e 1 329 mulheres, ou a percentagem de 15,7%.

ENSINO — Em 1956, existiam 11 unidades de ensino primário fundamental comum, ou seja, 3 estaduais, 7 municipais e 1 particular. No mesmo ano a matrícula efetiva foi de 579 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe uma única biblioteca na cidade, pertencente à Agência de Estatística e denominada Biblioteca Pedro Álvares Cabral. Funciona a filarmônica "Dois de Julho", fundada em 1949.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Pôrto Seguro é um repositório vivo de importantes recordações de nossa história. A cidade alta, tôda ela pode ser considerada um monumento. Possui importantíssimas edificações históricas, muitas delas ainda perfeitamente conservadas e outras em ruínas o que é de lamentar. As mais importantes são: ruínas da igreja da Glória (a mais antiga do País), igreja da Misericórdia, igrejas de Nossa Senhora da Pena, de São Benedito ou do Colégio dos Jesuítas, edifício do Paço Municipal, edifício da cadeia pública e o Marco do Descobrimento. A 7 quilômetros

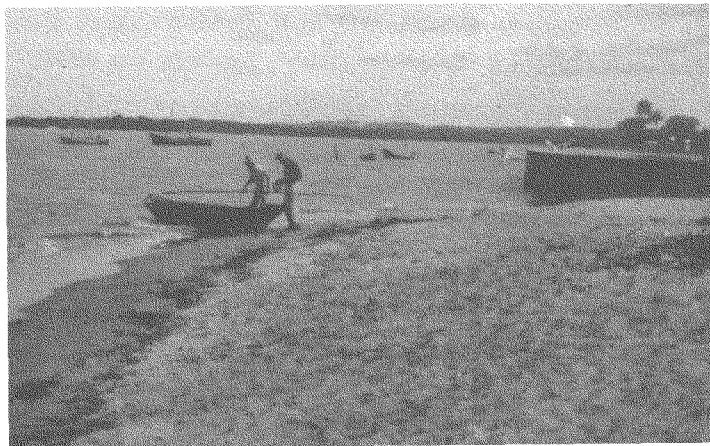
9 — 25 253

Vista do farol de Pôrto Seguro.

ergue-se a majestosa ermida de Nossa Senhora d'Ajuda, no povoado do mesmo nome, cheia de ricas e piedosas tradições. Ao sopé da maravilhosa colina, onde está edificada a igreja d'Ajuda, existe o célebre banheiro da "água milagrosa". Essa igreja teve sua construção iniciada no ano de 1549 pelos padres jesuítas Vicente Rodrigues e Francisco Pires, sendo êste o superior, e foi concluída em 1551 pelos mesmos religiosos. A fonte milagrosa foi descoberta pelo jesuíta padre Jorge Rijo. As igrejas de Pôrto Seguro possuem ricas alfaias e belas imagens, de rara perfeição e valor artístico.

CULTOS RELIGIOSOS — A maioria absoluta da população de Pôrto Seguro professa a religião católica romana. A paróquia foi fundada em 27 de maio de 1534, sob a invocação de Nossa Senhora da Pena do Pôrto Seguro e está subordinada ao bispado de Ilhéus.

Além da igreja-matriz de Nossa Senhora da Pena, existem mais 9 igrejas comuns, 10 capelas públicas e 10 semipúblicas. São as seguintes as associações religiosas existentes na Paróquia: Irmandade de Nossa Senhora da Pena, Irmandade de Nossa Senhora da Ajuda, Irmandade de São Benedito do Colégio, Irmandade de São Benedito d'Ajuda e Apostolado do Coração de Jesus.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais festas religiosas de cunho popular realizadas no município são a de Nossa Senhora da Ajuda — a 15 de agôsto; a de São Benedito — a 27 de dezembro; a de Nossa Senhora da Pena (padroeira da cidade), a 8 de setembro e a do Divino Espírito Santo. No interior do município, festejam-se também São Miguel, São Bartolomeu, São Brás, São Bento, Santa Luzia, Nossa Senhora da Conceição, Santa Bárbara, São Jorge, São Cosme e São Damião.

Vista parcial da baía de Pôrto Seguro.

As festas juninas, são muito concorridas em todo o município. Dentre os folguedos populares distinguem-se os Caboclinhos, os baianos e os ranchos.

Destaca-se entre as solenidades realizadas anualmente no município e com reflexo em todo o extremo sul e norte de Minas Gerais a festa de Nossa Senhora d'Ajuda, a 15 de agôsto. Para o pequeno povoado acorrem grandes levas de devotos ou romeiros que vão pagar promessas e rogar favores à Virgem Maria, assim como banhar-se na água milagrosa e dela beber.

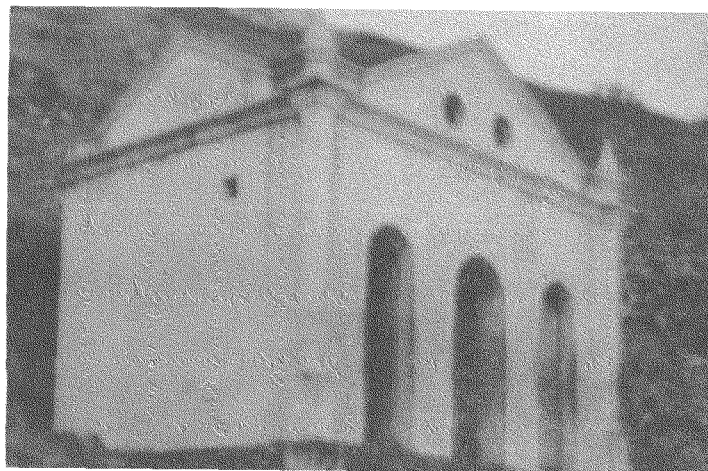
Na sala dos milagres existem centenas de comprovantes das graças alcançadas pela Santa Aparecida. Segundo a tradição, assim começou a devoção na Ajuda: "um velho lenhador, habitante de um rancho colmoso, à ourela da costa, subindo um dia ao ápice da montanha, na suposição de encontrar melhor madeira com que pudesse restaurar alguns enchimentos e portais do seu tugúrio, e sentindo sêde, aproxima-se de um cantante regato, que deriva a poucos metros. Topa, surprêso, em um calhau: era a milagrosa santinha. De joelhos, toma-a nas mãos e, prestes, volve à casa, depondo-a num arremêdo de nicho formado pela anfractuosidade de uma das paredes humílimas... Dera-lhe a gala de ramalhetes de flôres agrestes: boninas, mal-me-quer e outras... Todo o resto dêsse dia consumira-o a orar ante a imagem! Vencido pela molestosa posição e mais pelo sono, dormiu, dando por falta de sua Santa logo ao acordar! Buscou novamente o sítio referido e eis

Ruínas do Forte.

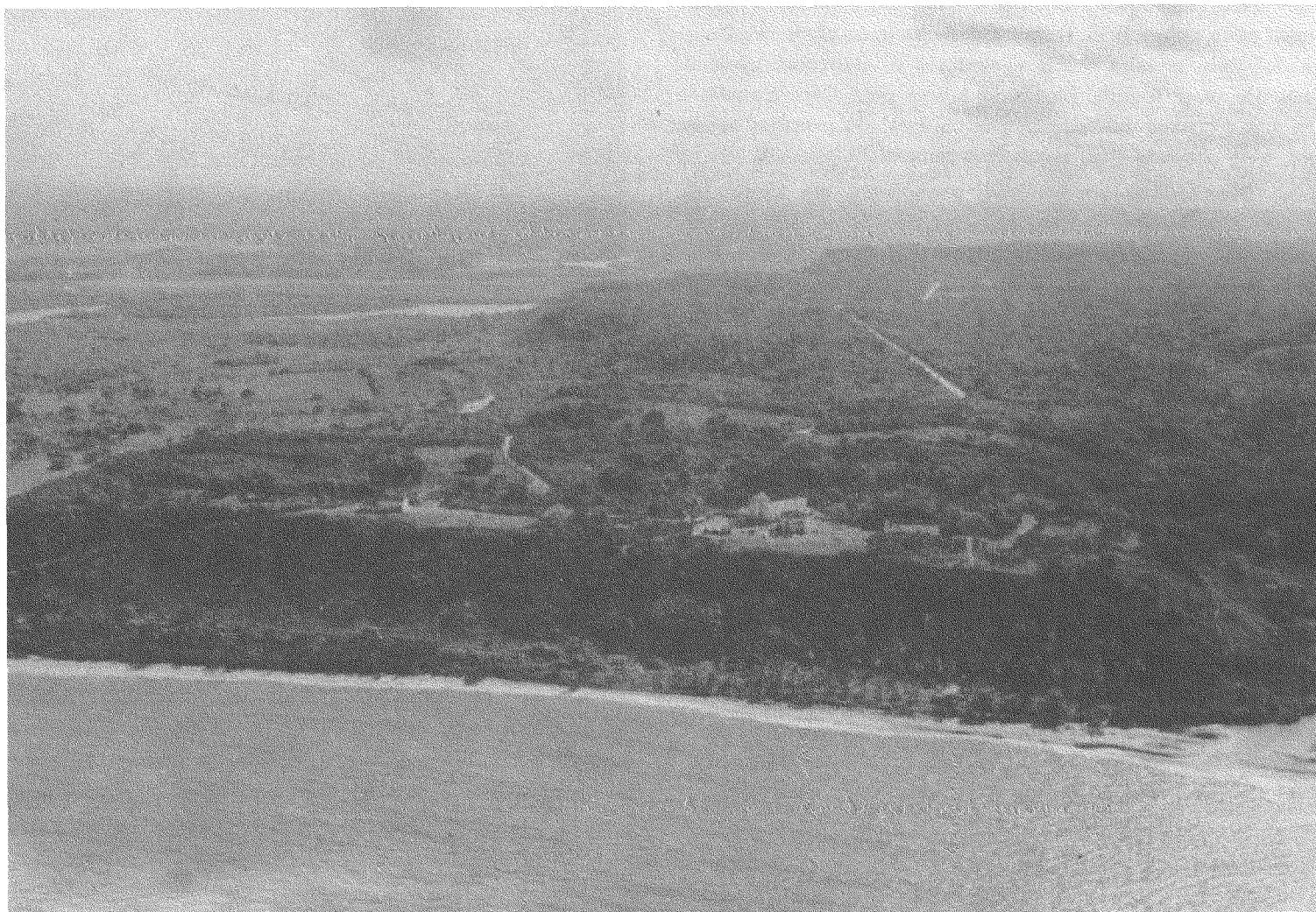
que dera com Ela na mesma atitude da véspera! Trouxera-a, pô-la no oratório, rezara e dormira e, ao abrir os olhos: nada! Pela terceira vez a encontrara e, compreendendo o seu divino propósito, inspirado talvez pelo Céu, transferira a sua cabana justamente para o local do precioso achado, hoje ocupado pelo riquíssimo templo..."

"Tornando-se um ermitão, peregrinara em tôrno, fazendo curas maravilhosas, cujos proventos se destinavam ao levantamento de uma igreja para a Santa, a que deu o nome de Nossa Senhora da Ajuda. Tal fôra a fama de seus prodígios que, povo e sacerdotes, concorreram vantajosamente para abreviar o desiderato do iluminado lenhador".

A tradição continua: "O primeiro e o segundo templo, que se edificaram, ruíram numa noite, por ter a frente para o mar, um, e o outro, para a terra, coisa que a caprichosa Senhora não queria! Se os padres a colocavam voltada para este, Ela virava-se; para a oeste, o mesmo; e para o sul, o mesmo ainda, preferindo sempre enfrentar-se com o norte". Nesta posição se encontra a atual igreja.

"Afirmam ser de carne e ossos a Santa, e só poderem vê-la os padres! A que se vê no altar-mor a exposição pública, tamanho natural, é obra humana, pôsto que a verdadeira mede apenas 30 centímetros e acha-se dentro de uma custódia de oiro, em sítio oculto à visão profana".

Banheiro da "água milagrosa" (povoado de N. S.ª da Ajuda.)

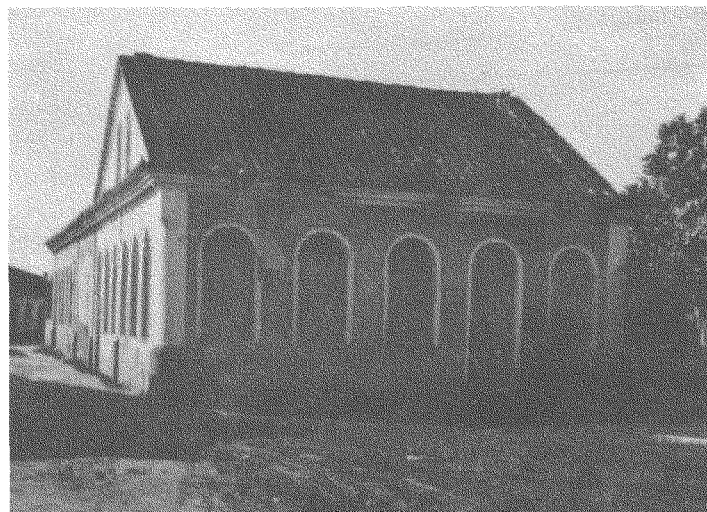
A fonte milagrosa da Ajuda — Corria o ano de 1549, sendo superior dos jesuítas, em Pôrto Seguro, o padre Francisco Pires, sacerdote "com fama de louvável virtude e zêlo, cujas memórias ainda andam frescas nos corações daqueles moradores", segundo escreveu o cronista da Companhia de Jesus no Brasil, padre Simão de Vasconcelos, quando no citado ano, "com seus suores e de alguns companheiros que consigo tinha", estava construindo a ermida de Nossa Senhora d'Ajuda. A Virgem Senhora, vendo a devoção e a fadiga com que os padres lhe fabricavam aquela sua casa, houve por bem lhes proporcionar alguns mira-

Outro aspecto das ruínas do forte.

Vista da Vila Alta ou Cidade Alta.

culosos favores; dentre os muitos que lhes concedera, cita-se o da aparição da água milagrosa. Os serviços da construção ficavam muito longe da água, tanto para uso doméstico como para o preparo das argamassas, o que forçava os religiosos a buscá-la um pouco distante, tendo conseqüentemente de efetuarem muitas subidas e descidas da colina e de atravessar as terras de um morador, que não se conformava com tais idas e vindas. por dentro de sua propriedade. Êsse proprietário vivia sempre mal humorado com os padres, que sentiam imensamente "mais a paixão do bom homem que o cansaço de trazer às costas a água".

Assim contristados, os religiosos suplicaram à Virgem contornasse semelhante estado de coisas. E a Senhora lhes acudira.

Com imenso esfôrço, já haviam conseguido levantar a capela-mor do santuário e, um dia, quando o padre Francisco Pires celebrava a missa na referida capela, verificou-se o milagre. "Oficiava o sacerdote, transportado de celeste fervor, quando ao "canon", ouviu-se repentinamente, debaixo do altar, um "sonoro e brando sussurro", no dizer do padre José de Anchieta, indo "brotar aquela corrente em um formoso ôlho de água, fora do frontispício da igrejinha, ao pé de uma frondosa árvore, com a qual ficou remediada a necessidade que havia dela para a obra da igreja e serviço dos padres".

À notícia alviçareira, correram todos os moradores para ver e admirar o grande prodígio: e, entre êles, "aquele que bramava contra o trânsito dos padres através de suas terras". Segundo narra o padre Simão de Vasconcelos, o homem ficou tomado de espanto, vendo, "quão mais liberal se lhes mostrara a Senhora aos religiosos, e com água mais doce, e clara, sendo a sua de lagoa e mui somenos". Tocado por essa "como repreensão do Céu", continua o jesuíta, ficou êle "trocado para com os padres, e por tôda vida devoto especial da Companhia". A notícia dos milagres de Nossa Senhora da Ajuda espalhou-se por tôdas

Prefeitura Municipal.

as capitanias da costa do Brasil e ao manancial e à ermida principiaram desde logo a acorrer grandes levas de romeiros procedentes até dos pontos mais afastados da colônia.

Outro episódio interessante da história de Pôrto Seguro é o do sacrifício de Ynaiá. "É uma lenda de amor e abnegação".

Ynaiá era linda índia da tribo dos aimorés e que vivia feliz em Caraíva, localidade situada à margem do Atlântico. O chefe da tribo era seu irmão. Em princípios de 1503, surgiu atrás da foz do Corumbau uma esquadra. "Era a expedição de Gonçalo Coelho". "Um saveiro se aproximou e os aimorés deixaram cair por terra as flechas agressivas". "O navegador português conquistou a amizade dos silvícolas". Em seguida, a esquadra velejou para o Pôrto Seguro, vencendo em horas o percurso.

"A índia Ynaiá deveria ser uma Iracema; tinha os olhos negros e deixou-se apaixonar pelo homem branco. "Um dia, Ynaiá fugiu da tribo e caminhou pelo litoral: quando atingiu o Pôrto Seguro, já as náus portuguêsas se haviam retirado e a índia, não mais encontrando o homem pelo qual se apaixonara, morreu. Foi enterrada na antiga igreja de São Francisco, hoje não mais existente. Consta que o Abaitara, chefe dos aimorés, vingou a morte de sua irmã, mandando destruir o povoado de Santo Amaro, tendo salvo, ùnicamente, a Imagem de Nossa Senhora.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1955, o município contava 2 510 eleitores inscritos, tendo comparecido e votado no pleito que se feriu naquele ano 1 025 eleitores. Doze vereadores integram o Legislativo Municipal. Em 1956, exerciam atividades no município 56 funcionários públicos, sendo 21 federais, 18 estaduais, 16 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo revela as cifras que, no setênio 1950-1956, foram arrecadadas, pela União e pelo Estado, bem como as que, no mesmo período, foram arrecadadas e despendidas pela Comuna.

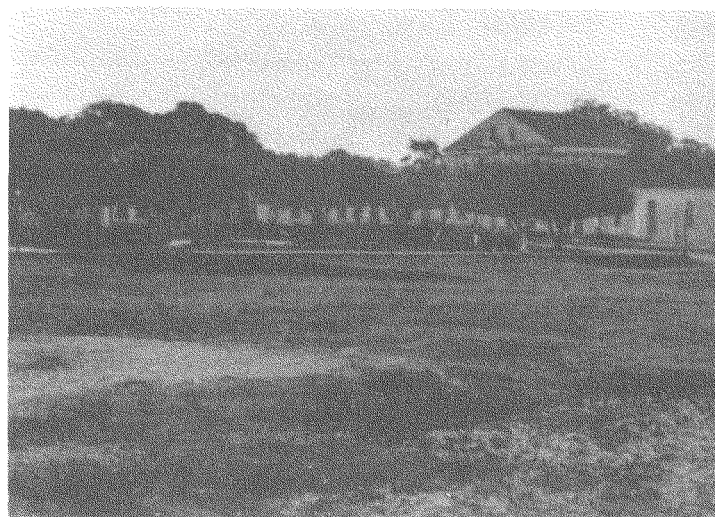
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	107	564	754	183	945
1951	126	724	534	204	611
1952	148	743	684	186	675
1953	267	986	107	280	755
1954	362	2 487	1 217	479	1 165
1955	522	3 776	1 518	587	1 449
1956	408	3 378	1 707	647	1 237

JUSTIÇA — Uma fonte afirma que em 1759 o Marquês de Pombal criou uma ouvidoria em Pôrto Seguro, e outra diz que a ouvidoria foi criada por Carta Régia de 2 de abril de 1763, sendo seu 1.º ouvidor o desembargador Tomás Couceiro de Abreu, antigo ouvidor de Tomar. Foi a ouvidoria transformada em comarca por Resolução provincial de 9 de maio de 1833, situação em que permaneceu até 1929. Foi a comarca extinta em data que não se conseguiu apurar. Nas divisões territoriais de 1936, 1937 e 1938 aparece como têrmo da comarca de Canavieiras, passando a têrmo da de Belmonte, em virtude do Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944. A comarca foi restaurada pelo Decreto-lei estadual n.º 175, de 2 de julho de 1949. Atualmente é de 1.ª entrância, encontrando-se vaga. Os serviços da justiça estão a cargo da comarca de Belmonte — Possui 8 cartórios, sendo 5 do registro civil.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os filhos ilustres nascidos no Pôrto Seguro, distingue-se Alcibíades Borges Conceição, jornalista e poeta satírico, que deixou várias obras: Klaka, Ieschou, A Caminho da Bahia Moderna, o Paraíso dos Ladrões; foi colaborador de vários jornais e revistas nacionais; escreveu também duas obras teatrais, "Cousas da Época" e "Nossa Vidinha". Cita-se ainda o médico Alvim Horcades, que foi escritor e deputado federal.

Vista do povoado de N. S.ª da Ajuda.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Pôrto Seguro adotam o gentílico "pôrto-segurenses".

Pôrto Seguro recebeu esta denominação do próprio almirante descobridor — Pedro Álvares Cabral, por causa do quebra-mar natural, existente na barra do pôrto e que é formado por uma linha de recifes, que o torna seguro para o abrigo de embarcações.

Praça da Bandeira.

O Prefeito municipal em exercício é o Dr. Adelar Maria de Andrade e o presidente da Câmara Municipal, o Sr. Ergard Ferraz de Oliveira.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Teófilo Santa Cruz Santos Silva; Chefe da Agência de Estatística — Nelson da Mata.)

POTIRAGUÁ — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira povoação do atual município de Potiraguá foi fundada no ano de 1934 por Bento Alves, fazendeiro na região, em terrenos cedidos por João Antônio dos Santos, Dona Tranquilina Martins Ferraz e filhos, das fazendas Boa Vista e Fonte Nova, integrantes do município de Encruzilhada. A povoação que surgia recebeu o nome de Belém.

Em 1937 as autoridades de Encruzilhada tentaram instalar no arraial o distrito de Araponga, no que foram impedidos pela população, insatisfeita não só com o nome de Araponga que lhe queriam dar, como também por não desejarem continuar subordinados ao município de Encruzilhada.

Em 1938, por determinação do Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro, o povoado de Belém foi elevado à categoria de vila e distrito, e com o nome de Natal foi incluído no município de Canavieiras.

Por fôrça do Decreto estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, Natal teve o seu topônimo mudado para Potiraguá, que significa, segundo Teodoro Sampaio, "a flor de côres diversas" ou "comedor de camarões", segundo outros.

Em 1953, por fôrça da Lei n.º 544, de 6 de março do mesmo ano, a vila de Potiraguá foi elevada à categoria de cidade, com a criação do respectivo município, desmembrado do município de Canavieiras. A instalação solene do novo município ocorreu a 7 de abril de 1955.

Prefeitura Municipal.

Sua composição administrativa, de acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, é de dois distritos: Potiraguá e Gurupá-Mirim.

LOCALIZAÇÃO — O município de Potiraguá localiza-se na Zona Cacaueira do Estado da Bahia, tendo como limites os municípios de Canavieiras, Macarani e Belmonte.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 15º 35' 41" de latitude Sul e 39º 52' 34" de longitude W.Gr. S.S.O. é o rumo da cidade, partindo da Capital do Estado.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ÁREA — O município foi criado em 1953 e não tem área medida. Calcula-se, todavia, que a sua área aproximada é 1 028 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — É levemente acidentado o território do município. Estão localizados ali 31 açudes particulares.

CLIMA — A temperatura máxima é de 30ºC, a mínima de 18ºC e a média de 24ºC. Não há pôsto ou estação meteorológica no município.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais mais relevantes são as suas reservas florestais e jazidas de pedra e cal.

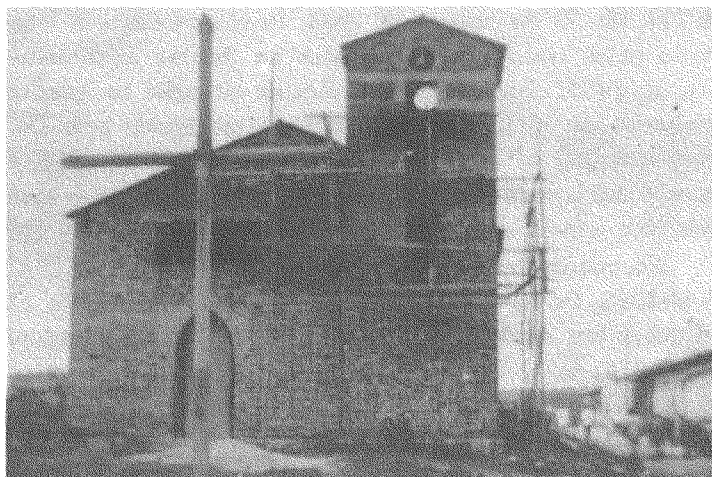
POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, o então distrito de Potiraguá integrava o município de Canavieira e tinha uma população de 6 064 habitantes, dos quais 3 208 eram do sexo masculino e 2 856 do feminino. Dêsse total, 70% localizavam-se no quadro rural.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A antiga vila de Potiraguá, hoje cidade do mesmo nome, de acôrdo com o Recenseamento de 1950, contava uma população de 1 828 pessoas. Atualmente, são duas aglomerações urbanas: a cidade de Potiraguá e vila de Gurapá Mirim.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com os resultado do Censo de 1950, 36% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à sua economia é a criação de gado, especialmente o bovino. Potiraguá é dos maiores centros de criação de gado no Estado. Em 1955, assim eram estimados os seu rebanhos: 50.000 bovinos, 600 eqüinos, 600 asininos, 1 200 muares, 900 suínos, 900 ovinos e 700 caprinos.

Dentre os produtos agrícolas, cultiva-se o cacau, o café, o feijão e o arroz. O valor da produção agrícola referente em 1955 foi de 4 641 milhares de cruzeiros, tendo contribuído o cacau com a maior parcela, ou seja, 4 000 milhares de cruzeiros.

No que se refere ao ramo industrial, o município possui pequenos fabricos de arreios e selas para montaria, massas alimentícias, farinha de mandioca, rapadura, sola, telhas e tijolos, e manteiga. As indústrias do município têm feição artesanal. O valor da produção em 1955 foi de 5 620 milhares de cruzeiros, salientando-se o fabrico de manteiga com 1 503 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Potiraguá liga-se à Capital Federal, à Capital Estadual e às cidades vizinhas de Belmonte, Canavieiras, Itapetinga, Itabuna, Macarani e Una pelos meios de transporte seguintes: à Capital Federal, via mista (rodovia — 160 km e aérea — 949 km); à Capital Estadual, via mista (rodovia — 160 km e aérea — 330 km); Itapetinga, via rodoviária — 72 km; Macarani, via rodoviária — 123 km; Canavieiras, via mista (fluvial — 72 km, rodoviária — 34 km e vicinal — 48 km). A sede municipal possui um campo de pouso para aviões teco-teco, com pista de 400 metros de extensão por 15 de largura.

Igreja de Santa Terezinha.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Recife, Itapetinga, Itabuna e Vitória da Conquista. Existem 33 estabelecimentos comerciais varejistas em todo o município, tendo o giro comercial em 1956 atingido a 40 500 milhares de cruzeiros.

O salário-mínimo oficial estabelecido para a região onde se encontra o município é de Cr$ 2 400,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Potiraguá conta com 11 logradouros, sendo 1 pavimentado e 3 arborizados. Dos logradouros existentes, 8 são iluminados a eletricidade. A cidade possui 358 prédios, dos quais 60 estão servidos de luz elétrica. Funcionam 1 cinema (Cine Nossa Senhora de Fátima) e 2 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Exercem sua profissão na cidade 1 médico e 1 dentista. Existem 2 farmácias. O município integra o Setor n.º 10, sediado em Ilhéus, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, 32% da população de 5 anos e mais, sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956 existiam 8 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, sendo 2 estaduais e 6 municipais, com a matrícula de 270 alunos.

CULTOS RELIGIOSOS — Existe na cidade 1 igreja em construção dedicada a Santa Teresinha.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Os festejos religiosos mais tradicionais realizados no Município são: Ano-Bom, Natal, Reis, São João e São Pedro.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1955, existiam 1 859 eleitores inscritos, tendo votado na eleição dêsse ano 598. A Câmara Municipal de Potiraguá é composta de 8 vereadores. Em 1956, exerciam atividades 14 funcionários públicos, sendo 4 federais, 8 estaduais, 1 municipal e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o movimento das finanças públicas no município, no período 1955-1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	1 078	451	418	456
1956.......	—	1 620	1 195	524	1 022

JUSTIÇA — O têrmo judiciário ainda não foi instalado e os serviços da Justiça estão sob a jurisdição da comarca de Canavieiras. Possui 2 cartórios, sendo 1 do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A pessoa natural de Potiraguá denomina-se potiraguaense ou potiraguense.

O Prefeito municipal em exercício é o Sr. Joaquim Correia de Melo e o Presidente da Câmara de Vereadores, o Sr. Péricles Dantas Fernandes. Os componentes da primeira Câmara de Vereadores foram os seguintes: Egídio Farias de Almeida, Péricles Dantas Fernandes, Valdique Fernandes Borges, José de Sousa Dantas, Pedro Alves Sobrinho, Catarino Moreira de Oliveira, Aurino Pereira de Oliveira e Francisco Alves Costa.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Teófilo Santa Cruz Santos Silva; Chefe da Agência de Estatística — Francisco Guimarães de Carvalho.)

PRADO — BA

Mapa Municipal na pág. 95 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — Prado teve origem numa aldeia de índios descendentes dos aimorés que se estabelecera antes do ano de 1755 na margem esquerda do rio Jucurucu, próximo à beira-mar. Foi a aldeia de Jucurucu elevada à categoria de vila por Carta régia de 3 de março de 1755, sendo Vice-Rei D. Luís Pedro Peregrino de Carvalho Menezes de Ataíde, 10.º Conde de Atougia, que criou também o mu-

nicípio com o nome de Prado. Em 12 de dezembro de 1764, deu-se a inauguração da vila, pelo ouvidor da comarca e capitania de Pôrto Seguro, Desembargador Tomé Couceiro de Abreu, sendo seu escrivão José da Costa e Silva Pinto. Nesse ato, o mesmo juiz determinou os limites do município criado, os quais ficaram sendo os seguintes: ao norte, o rio Corumbau e ao sul, o rio Itanhém; não tratou dos limites a leste e oeste, porque, naturalmente, deveriam ser o Oceano Atlântico e os próprios da capitania, respectivamente. Designou terrenos para patrimônio do Conselho e para logradouros públicos, que ficaram sendo: os dêstes, todo o terreno baixo que se achasse ao derredor da vila, e os daquele, quatro léguas em quadro a começar das terras altas, junto da praia e do rio para o lado do norte até completá-las, tudo de acôrdo com a Carta régia de 3 de março de 1755, que assim autorizava.

Em 12 de novembro de 1772, foi o município desmembrado com a criação do de Alcobaça ficando seus limites meridionais numa linha reta de leste a oeste, que começava na Ponta de Guaratibas.

Sua elevação à categoria de freguesia, com o nome de Nossa Senhora da Purificação do Prado, deu-se por fôrça do Alvará régio de 20 de outubro de 1795, sendo canonizada pelo Arcebispo D. Frei Antônio Correia.

O município conservou-se estacionado até o ano de 1884; nessa época, começou a prosperar com a emigração de pessoas de outros municípios. Datam daí a construção da casa da Câmara e a das primeiras estradas para pedestres.

A vila recebeu foros de cidade pela Lei estadual número 129, de 2 de agôsto de 1896, sendo inaugurada com tôda solenidade em 28 de setembro do mesmo ano, juntamente com a sua iluminação a querosene.

Em 1898, a Lei estadual n.º 234, de 5 de junho, criou no município os distritos de Curumuxatiba e Escondido, e a de n.º 276, de 27 de agôsto do mesmo ano, criou os de Água Branca e Nova Esperança; os dois últimos foram porém suprimidos pela Lei estadual n.º 428, de 22 de agôsto de 1901.

Na divisão territorial administrativa do Brasil relativa ao ano de 1911, o município de Prado apresenta-se formado por três distritos: Prado (sede), Comoxatiba e Escondido.

Segundo os quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1.º de setembro de 1920, o município subdivide-se, ainda, em três distritos: Prado, Coromochatiba e Escondido. Na divisão administrativa do Brasil referente a 1933, êle aparece constituído pelos cinco distritos seguintes: Prado, Cumuruxatiba, Escondido, Jequitaia e Santo Antônio.

De acôrdo com as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, Prado permanece integrado pelos cinco distritos citados na divisão administrativa de 1933, observando-se a mesma situação no quadro territorial do qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, e onde, todavia, o último distrito — Santo Antônio — aparece com o novo topônimo: Trindade.

No quadro territorial que vigorou no qüinqüênio .... 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município em aprêço apresenta-se com formação distrital idêntica à consignada no quadro do qüinqüênio precedente, isto é, Prado,

Igreja Matriz de N. S.ª da Purificação.

Cumuruxatiba, Escondido, Jiquitaia e Jucururu (ex-Trindade).

De conformidade com a Lei 628, de 30 de setembro de 1953, foi extinto o de Jiquitaia e criado o de São José do Prado, ficando o município com a seguinte composição: Prado, Cumuruxatiba, Escondido, Jucurucu (alterada a grafia) e São José do Prado.

LOCALIZAÇÃO — O município do Prado localiza-se na Zona Fisiográfica do Extremo Sul, sendo banhado pelo Oceano Atlântico. Faz limite com os municípios de Alcobaça, Pôrto Seguro e com o Estado de Minas Gerais.

As coordenadas geográficas da sede municipal são as seguintes: 17° 20' 42" de latitude Sul e 39° 13' 05" de longitude W.Gr. Rumo O.S.O., partindo da Capital do Estado, estando distante da mesma, em linha reta, 469 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 6 m.

ÁREA — O município tem uma área de 5 461 km^2.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município é plana em sua maior extensão na linha da costa, sendo que a oeste se apresentam alguns montes, entre os quais sobressaem os de Santo André, Redondo, João de Leão e Pescoço.

Além do Corumbau, do Caí e de grande número de riachos, o principal rio é o Jucurucu que nasce na serra dos Aimorés e tem uma extensão navegável de 120 km dentro do município. Na fazenda Duas Barras o rio divide-se em dois braços que tomam os nomes de rio do Norte e rio do Sul, os quais também são, em parte navegáveis por canoas. Há várias cachoeiras no curso do rio Jucurucu e seus dois braços, sendo as principais: Grande, São Pedro, São Paulo, Pancada do Bonfim, Cristal, Meia Légua, Barra do Córrego Grande e outras. Várias lagoas ainda são encontradas no território do município.

CLIMA — Temperado na zona central e muito saudável no norte. No litoral é quente no verão, e frio no inverno. A temperatura média da sede municipal é de 25°C aproximadamente.

RIQUEZAS NATURAIS — O município de Prado é riquíssimo de opulentas matas, onde se encontram variedades de madeira de lei, tais como: o cedro, o jacarandá, o vinhático, a peroba, o pau-d'arco e muitos outros, cuja extração já foi a principal fonte de renda do município.

No ramo mineral, possui areia monazítica, almenita e pedra calcária, em exploração esta última. A areia monazítica que abunda no distrito de Cumuruxatiba, foi antigamente explorada em larga escala, sendo antes beneficiada por máquinas próprias.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Censo de 1950, a população era de 33 104 habitantes, sendo 17 187 do sexo masculino e 15 917 do sexo feminino. Nessa população havia sensível predominância dos pardos com 15 947 pessoas, vindo em seguida os brancos, com 9 416 indivíduos. Quanto ao estado civil, na população de 15 anos e mais, havia predomínio dos casados, com 9 584 contra 6 659 solteiros. Da população do município, 90% localizavam-se no quadro rural.

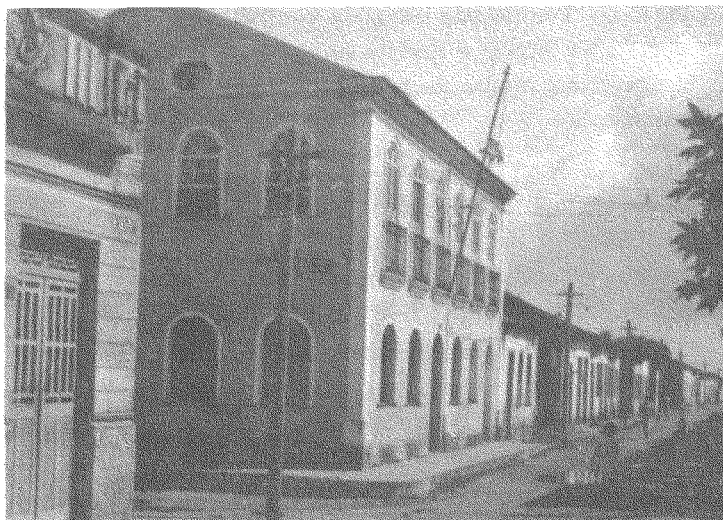
A estimativa populacional para 1957 é de 42 500 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, havia no município cinco aglomerados urbanos, cujas populações eram as seguintes: cidade de Prado — 1 589 hab. (728 homens e 861 mulheres), vila de Cumuruxatiba — 483 hab., Escondido — 756 hab., Jiquitaia — 52 hab. e Jucurucu — 326 habitantes.

Em 1953, surgiu mais um aglomerado urbano, com a criação do distrito de São José do Prado.

Outras aglomerações — O município, além da cidade e vilas, possui os povoados seguintes: Farol — 353 habitantes, Alegria — 321, Pau d'Alho — 316, Maçaranduba — 298, Futuca — 142, Guarani — 109, Varedas — 89 e Almeida — 48 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Segundo o Censo de 1950, a população em idade ativa (dez anos e mais) era de 21 625 habitantes, sendo 11 295 do sexo masculino e 10 330 do feminino; dessa população, 8 671 pessoas se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que depois das "atividades domésticas", era o ramo ocupacional mais acentuado. As 8 671 pessoas que se dedicavam a atividades inerentes à agricultura, pecuária e silvicultura, representavam 40% do total da população em idade ativa.

Agricultura — A atividade ágrico-econômica fundamental é a cultura do cacau, cuja produção, em 1955, alcançou a importância de 16 684 milhares de cruzeiros. As demais culturas agrícolas principais são as da cana-de-açúcar, da mandioca, do café, do côco-da-baía, da banana e do arroz. O valor total da produção agrícola em 1955, elevou-se a 21 238 milhares de cruzeiros. O café já foi base econômica do município, porém, com o aviltamento dos preços chegou quase a desaparecer. Atualmente, entretanto, está sendo cultivado em grande escala, prenunciando boas safras nos próximos anos.

Prefeitura Municipal e Cadeia Pública.

Em 1954, existiam no município de Prado 4 301 propriedades rurais, no valor venal de 194 316 milhares de cruzeiros.

Pecuária — A estimativa da população pecuária, em 1956, era a seguinte: bovinos — 2 900; eqüinos — 2 000; asininos — 200; muares — 1 500; suínos — 4 800 e ovinos — 60 cabeças. Há pequena exportação de gado para o Estado de Minas Gerais.

Indústria — O valor da produção industrial, em 1955, foi de apenas 3 078 milhares de cruzeiros, tendo-se feito notar com maior parcela a farinha de mandioca, cuja produção se elevou a 1 200 milhares de cruzeiros. O parque industrial do município é ainda muito rudimentar, existindo sòmente pequenos fabricos, sendo principais: o de aguardente, o de massas alimentícias, o de telhas, tijolos, o da cal. O beneficiamento de madeira também merece especialmente considerado.

Os principais produtos de origem extrativa são a lenha, a madeira e o pescado. Em 1955, o valor da produção extrativa atingiu a cifra de 836 milhares de cruzeiros, contribuindo a extração de madeira com a maior parcela: 346 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Prado liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: — Capital Federal — via mista (rodovia — 60 quilômetros e aérea — 716 km); à Capital do Estado — marítima (266 milhas) e via mista (rodovia — 60 km e aérea — 540 km), às cidades vizinhas de Alcobaça — marítima (12 milhas) ou rodovia (30 km), Pôrto Seguro — aérea (110 km) ou via marítima (64 milhas). Liga-se ainda com as cidades mineiras de Jacinto (300 km), Rubim (354 km) e Machacalis (260 km). O município possui um pôrto marítimo e dois fluviais. Está sendo construído na cidade um bom campo de pouso, havendo já no interior, outros.

A sede municipal liga-se à rodovia Salvador — Espírito Santo através do ramal Prado—Alcobaça.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local realiza operações com as praças de Vitória (Espírito Santo), Salvador, Aracaju, Caravelas e cidades vizinhas de Minas Gerais. Existem no município 10 estabelecimentos comerciais atacadistas, 121 varejistas e um escritório do Banco da Bahia S. A., inaugurado em 2 de outubro de 1956.

O giro comercial, em 1956, foi de 53 175 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade do Prado está situada na margem esquerda do rio Jucurucu e perto da foz dêste, no Atlântico. Possui pequeno pôrto fluvial, que é utilizado por barcos de vela e canoas.

A cidade cuja população estimada para 1957 é de 1 700 habitantes, tem 19 logradouros, dois dos quais estão arborizados ou ajardinados. A rêde de iluminação elétrica estende-se a 18 logradouros. O número total de prédios é de 404, sendo 200 já servidos de luz elétrica. A principal artéria é a Rua Getúlio Vargas.

Funcionam na sede municipal treze estabelecimentos comerciais, sendo quatro atacadistas, quatro pensões e a Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. A primeira estação telegráfica foi inaugurada em 8 de maio de 1879.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Registra-se a existência de uma farmácia, na sede municipal, duas na vila de Escondido e duas em povoados. Um médico, dois dentistas, um farmacêutico e duas parteiras leigas exercem a profissão no município, prestando assistência médico-sanitária à população. O combate às endemias é feito pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais, através de seu setor n.º 10, com sede na cidade de Ilhéus.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os elementos do Censo de 1950, a população de 5 anos e mais, era de 27 038 pessoas, no município, das quais 14 158 pertenciam ao sexo masculino e 12 880 ao feminino. Dessa população, sabiam ler e escrever 3 132 pessoas (2 021 homens e 1 111 mulheres, isto é, cêrca de 12% da população caracterizada).

Na cidade, havia 1 342 pessoas de 5 anos e mais, 699 das quais sabiam ler e escrever (338 homens e 361 mulheres).

ENSINO — Em 1956, contavam-se 24 unidades de ensino primário fundamental comum, com cêrca de 750 alunos matriculados. Dessas unidades, quatro eram estaduais, e funcionavam três na sede municipal. A primeira escola primária foi criada por Decreto de 16 de junho de 1832.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A única biblioteca local pertence à Agência de Estatística e traz o nome de "Mário Barbosa". Dispõe de 505 volumes.

Rua Getúlio Vargas.

Vista parcial da cidade.

CULTOS RELIGIOSOS — A paróquia, criada em 20 de outubro de 1795, é dedicada a Nossa Senhora da Purificação. Acha-se subordinada eclesiàsticamente à diocese de Ilhéus. Além da igreja-matriz, contam-se 15 capelas públicas; um sacerdote católico dá assistência religiosa aos paroquianos. As associações religiosas são em número de cinco. Encontram-se também quatro templos protestantes.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Como festejo religioso de caráter popular é celebrada a festa de São Sebastião, anualmente, nos dias 3 e 4 de fevereiro, e que tem como tradição a luta entre "mouros" e "cristãos". Outra festa religiosa muito concorrida é a de São Benedito, na 1.ª segunda-feira da Páscoa. Característica popular dêste festejo é a "marujada". As principais festas litúrgicas da Igreja Católica são também realizadas no município, onde predomina esta religião.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1954, o município de Prado contava 1 980 eleitores, tendo comparecido e votado no pleito que se realizou naquele ano 1 638 cidadãos. São doze os vereadores em exercício.

Em 1956, exerciam suas atividades no município 59 funcionários, assim especificados: federais — 8, estaduais — 16, municipais — 34 e autárquicos — 1.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta os números das finanças públicas no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	261	921	913	281	965
1951	298	1 075	619	302	621
1952	277	854	690	262	595
1953	540	1 395	1 478	697	1 449
1954	468	2 749	1 961	1 256	1 577
1955	903	4 401	2 448	1 684	2 753
1956	1 158	4 469	3 184	1 903	2 713

JUSTIÇA — O município foi a princípio, têrmo da comarca de Pôrto Seguro (ouvidoria), passando, em 1833, para a de Caravelas. Em 1874 pertencia à comarca de Alcobaça e em 1904 voltou a pertencer à de Pôrto Seguro. Depois, passou novamente para a de Caravelas, situação em que permaneceu até 1949, quando pelo Decreto-lei estadual n.º 175, de 2 de julho, foi criada a comarca de Prado, formada pelos têrmos do mesmo nome e o de Alcobaça. Em vista porém, de a comarca ainda não ter entrado em funcionamento, continuam os serviços judiciários a ser realizados pela comarca de Caravelas. Existem nove cartórios, sendo cinco do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos em Prado adotam o gentílico pradense.

O Sr. Prefeito municipal eleito em 3 de outubro de 1954, é o Sr. Dr. Antônio Fontes Mascarenhas, o Presidente da Câmara eleito para o período legislativo iniciado em 3 de abril de 1957 é o Sr. Manuel Pereira Reis.

Foi primeiro Intendente o Sr. José Pereira Ramos e do primeiro Conselho Municipal fizeram parte os seguintes membros: Manuel Inácio Teixeira, João José Pereira, Antônio Pereira Lago, Padre Antônio Bernardo do Rosário, Frederico Herman e Manuel José da Boa Morte.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Teófilo Santa Cruz S. Silva; Chefe da Agência Municipal de Estatística José do Nascimento Pires.)

QUEIMADAS — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O desbravamento primitivo da região processou-se antes de 1700 quando bandeiras rumavam em busca das minas de Jacobina.

O território era habitado por tribos indígenas que, conquanto não deixassem o nome, delas ficaram vestígios.

A denominação Queimadas se originou de duas fazendas chamadas "As Queimadas", onde se iniciou o povoamento, ambas pertencentes a D. Isabel Maria Guedes de Brito, que anteriormente residia no município de Inhambupe. Essas fazendas se localizavam nas terras férteis que ficam à margem direita do Itapicuru-Açu. Vindo residir nelas, D. Isabel franqueou terras aos que ali se quisessem fixar.

Em 1815 foram concluídas as obras da igreja, onde se entronizou a 13 de junho do mesmo ano a imagem de Santo Antônio, patrono da povoação.

Quem diria então que aquêle modesto templo, oitenta anos depois, seria testemunha das cenas descritas por Euclides da Cunha, em "Os Sertões"!

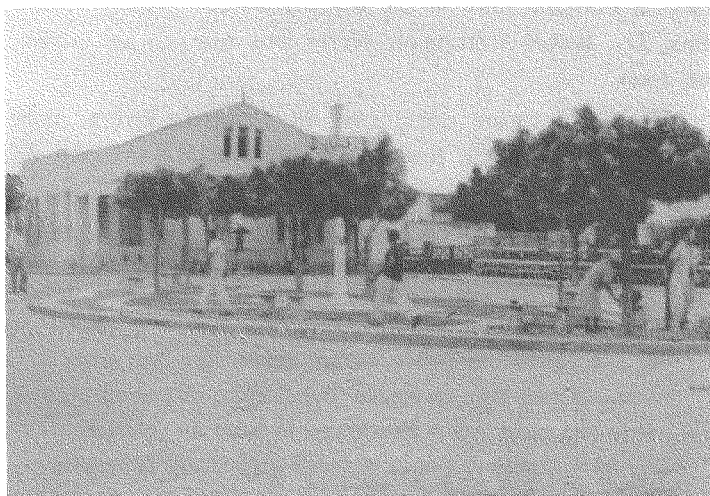
"... a capela exígua e baixa, como um barracão murado. E nas suas paredes, cabriolando doudamente, a caligrafia manca e a literatura bronca do soldado. Todos os batalhões haviam colaborado nas mesmas páginas, escarificando-as a ponta do sabre ou tisnando-as, no gravarem as impressões do momento. Eram páginas demoníacas aquêles muros sacrossantos: períodos curtos, incisivos, arrepiadores; blasfêmias fulminantes; imprecações, e brados, e vivas calorosos, rajavam-nas em todo o sentido profanando-as, mascarando-as, em caracteres negros espetados em pontos de admiração, compridos como lanças".

Vinte e sete anos depois, pela Lei provincial n.º 168, de 19 de maio de 1842, fundou-se a freguesia de Santo Antônio das Queimadas, pertencente ao município de Vila Nova da Rainha, depois Bonfim e, afinal, Senhor do Bonfim.

Foi o arraial elevado à categoria de vila e criado o município, desmembrado do território do município de Vila Nova da Rainha (Senhor do Bonfim), formado pelas freguesias de Santo Antônio das Queimadas e São Gonçalo da Serra da Itiúba, pela Resolução provincial n.º 2 454, de 20 de junho de 1884, recebendo o nome de Vila Bela de Santo Antônio das Queimadas. A instalação do município ocorreu a 20 de junho de 1887.

A 6 de fevereiro de 1886 foi inaugurada a estação de Queimadas da Estrada de ferro Bahia—São Francisco. Com sede no arraial de Santa Luzia, o Ato estadual de 28 de julho de 1890 criou um distrito policial.

Em 1897, durante a Campanha de Canudos, transitaram pelas Queimadas inúmeros soldados, concentrando-se aí as tropas que constituíram a 4.ª Expedição, sob o comando do general Artur Oscar de Andrade Guimarães. Naquela época o distinto escritor patrício Euclides da Cunha ali permaneceu por alguns dias fazendo investigações geográficas, sociográficas e de outros aspectos, que contribuíram para a elaboração de sua obra monumental — "Os Sertões".

O topônimo foi alterado para Queimadas pela Lei estadual n.º 1 081, de 19 de junho de 1915. Na divisão administrativa de 1911, o município compunha-se de dois distritos: Queimadas e Itiúba. Na divisão de 1933 aparece com três, sendo acrescido do distrito de Santa Luzia, criado pela Lei municipal de Queimadas n.º 11, de 4 de abril de 1918, e aprovada pela Lei estadual n.º 1 298, de 6 de maio de 1919. Pelo Decreto estadual n.º 9 601, de 18 de julho de 1935, a subprefeitura de Santa Luzia, criada pelo Decreto n.º 8 693, de 3 de novembro de 1933, foi elevada a município. A subprefeitura de Itiúba, criada pelo Decreto n.º 8 526, de 6 de julho de 1933, também foi elevada a município pelo Decreto estadual n.º 9 322, de 17 de janeiro de 1935. Ficou Queimadas constituído de distrito único, situação que continuou até a criação do distrito de Nordestina pela Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953. Atualmente a sua composição administrativa é de dois distritos: Queimadas e Nordestina.

Praça Benevides Simões.

LOCALIZAÇÃO — Localiza-se o município de Queimadas na Zona Fisiográfica do Nordeste, incluído seu território, totalmente, no "polígono das sêcas". Limita com os municípios de Itiúba, Jacobina, Monte Santo, Santaluz e Saúde.

A sede municipal situa-se nas seguintes coordenadas geográficas: 10° 58' 37" de latitude Sul e 39° 38' 02" de longitude W.Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal N.N.O., da qual dista em linha reta 241 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 275 m.

ÁREA — A área territorial é de 2 747 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: o rio Itapicuru-Açu, que banha o município na extensão de 130 km; a serra dos Marrecos, com uma altitude de 200 m. Ainda podem ser apontados os açudes construídos pelo D.N.O.C.S.: Monteiro, que tem capacidade para três milhões de metros cúbicos; Riacho da Onça, capaz de armazenar dois milhões e trezentos mil metros cúbicos; e Jenipapo, cuja capacidade é de quinhentos e quarenta e dois mil metros cúbicos.

CLIMA — O clima do município é ameno no inverno; quente e sêco, no verão. A temperatura na sede municipal apresentou em 1956 as variações seguintes: média das máximas 30°C; média das mínimas 16°C e média compensada 20°C.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora é representada por algumas madeiras de lei, tais como: angico, peroba, pau-d'arco, baraúna, pau-ferro e outras, comuns à caatinga nordestina.

Entre os representantes da fauna, notam-se principalmente as suçuaranas (ou onças vermelhas), as jaguatiricas, os macacos, os veados, as emas e as seriemas (ou sariemas).

Nos rios Itapicuru-Mirim e Itapicuru-Açu encontram-se curimãs, traíras, jundiás e outras espécies da fauna ictiológica.

Dos minerais, registram-se em potencial o cromo, os diamantes, o granito, o ouro e as pedras calcárias.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Recenseamento de 1950, era de 12 999 habitantes, que se desdobravam em 6 209 homens e 6 790 mulheres; 4 136 brancos, 7 467 pardos e 1 375 pretos. Das pessoas de 15 anos e mais (em número de 7 421), 3 127 eram solteiros, 3 786 casados e 508 viúvos. Havia absoluta ausência de estrangeiros. A população era quase tôda católica. Segundo se observa, o sexo feminino preponderava; bem como os pardos superavam o número dos brancos.

A densidade demográfica era de 5 habitantes por quilômetro quadrado. Conforme estimativa a que procedeu o Departamento Estadual de Estatística, a população em 1957 é de 15 000 habitantes.

Aglomerações urbanas — A sede municipal possuía em 1950, segundo os resultados do Censo Demográfico, 2 424 pessoas. Destas, 1 068 eram homens e 1 356 mulheres. A população da cidade de Queimadas, estimada para 1957, é de 2 700 habitantes.

Pelo Recenseamento de 1950, existia sòmente êsse aglomerado urbano. Em 1953, porém, se fundou novo centro populacional, a vila Nordestina, com menos de 1 000 habitantes.

Outras aglomerações — Além da cidade e da vila possui o município núcleos populacionais ou povoados. Nestes, a população estimada para 1957, é 148 hab. (Espanta Gado), 254 hab. (Riacho da Onça), 156 hab. (Rio do Peixe) e 230 hab. (Lagoinhas).

ATIVIDADE ECONÔMICA — O município produz cereais, mamona, mandioca, sisal e outras espécies de menor importância. A indústria extrativa vegetal apresenta coquilho de ouricuri (ou licuri), cascas taníferas e lenha. A pesca é feita nos rios Itapicuru-Açu e Itapicuru-Mirim.

A produção agrícola, em 1955, atingiu mais de três (3) milhões de cruzeiros. De origem animal, podem ainda citar-se os couros e as peles (de bovinos, caprinos e ovinos).

A pecuária é de importância significativa, sobretudo em gado menor (caprinos e ovinos). Em 1956, seus rebanhos eram compostos de 15 mil caprinos, 10 mil ovinos, 8 mil bovinos e 9 000 suínos. Segundo o registro industrial referente ao ano de 1956, o município possuía naquele ano 14 estabelecimentos, totalizando produção de mais de 4 milhões de cruzeiros.

Na cidade estão localizados o Hôrto Florestal de Queimadas e a Colônia Avícola, mantidos pelo Estado. Está situado no Município o Núcleo Colonial de Queimadas, do I.N.I.C.

MEIOS DE TRANSPORTE — A cidade utiliza-se da estrada de ferro V.F.F.L.B. que a liga às vizinhas de Itiúba, Santaluz, Jacobina e Saúde, cujos percursos são respectivamente de 43, 46, 215 e 170 quilômetros, e para a Capital do Estado de 345 km. É servida de estrada de rodagem que a mantém em comércio com a Capital e com os municípios limítrofes. Possui uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, de São Paulo, de Sergipe e dos municípios limítrofes. Na sede municipal, há 56 estabelecimentos comerciais varejistas e 3 atacadistas. O giro comercial, em 1956, foi de 20 025 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial decretado para a 4.ª sub-região, da qual faz parte o município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade situa-se à margem direita do rio Itapicuru-Açu. Possui aspecto aprazível e ruas arborizadas. Os logradouros são planos, dez dêles calçados a paralelepípedos. Há 34 logradouros. São 895 os prédios, dos quais, 215 ligados à rêde elétrica. A iluminação pública abrange 26 artérias. A Praça da Matriz é o centro administrativo, cultural e social da cidade. Ali se encontram a igreja-matriz, a Prefeitura Municipal, o Pôsto de Higiene e outros principais estabelecimentos.

Em 1911, grandes enchentes do rio Itapicuru-Açu quase a destruíram. Após a catástrofe, a administração municipal, as autoridades e os comerciantes transferiram suas sedes e estabelecimentos para o então arraial de Itiúba. Com esforços e sacrifícios econômicos, efetuou-se a reconstrução da cidade de Queimadas.

Anteriormente, havia quatorze anos, outras vicissitudes causaram grande mal a Queimadas: as conseqüências da luta de Canudos (1896-1897).

Euclides da Cunha, que ali estêve depois da passagem da 4.ª Expedição, a do general Artur Oscar, descreve Queimadas de então:

> "Povoado desde o comêço dêste século XIX, mas em plena decadência, fêz-se um acampamento ruidoso. O casario pobre, desajeitadamente arrumado aos lados da praça irregular, fundamente arada pelos enxurros — um claro no matagal bravio que o rodeia — e, principalmente, a monotonia das chapadas que se desatam em volta, entre os morros desnudos, dão-lhe um ar tristonho completando-lhe o aspecto de vilarejo morto, em franco descambar para tapera em ruínas".

Procurando justificar aquêle quadro lúgubre, acrescenta em seguida, o admirável escritor:

> "Prendiam-lhe, ademais, recordações penosas. Ali tinham para tôdas as fôrças anteriormente envolvidas, na luta, no mesmo prolongamento do largo aberto para a caatinga..." "Acervos repugnantes de farrapos e mulambos; traços multicores e imundos, de fardamentos velhos; botinas e coturnos acalcanhados; quepes e bonés; cantis estourados; todos os rebotalhos de caserna, esparsos em área extensa, em que branqueavam restos de fogueira, delatavam a passagem dos lutadores, que lá armaram as tendas, a partir da expedição Febrônio. Naquele chão batido dos rastros de dez mil homens, haviam turbilhonado na vozeira dos bivaques — paixões, ansiedades, esperança, desalentos indescritíveis".

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há o Pôsto de Higiene mantido pelo Estado, e a Associação de Caridade. Inicia-se a edificação da Casa de Maternidade. O município faz parte do Setor n.º 9, sediado em Senhor do Bonfim, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Exercem a profissão na cidade 1 médico, 1 dentista, 2 farmacêuticos e 1 enfermeiro.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Possui a Cooperativa de Energia Elétrica da Cidade de Queimadas, Resp. Ltda., fundada em 1942, com 225 associados.

ALFABETIZAÇÃO — No município, conforme os resultados do Censo Demográfico de 1950, as pessoas de 5 anos e mais somavam 10 817. Dêste número, 3 048 sabiam ler e escrever; quanto ao sexo, 1 631 eram homens e 1 417 mulheres. A percentagem, pois, das pessoas daquela idade que sabiam ler e escrever era de 28%.

Em relação à sede municipal, das 2 035 pessoas de 5 anos e mais, 1 030 sabiam ler e escrever; destas, 472 eram homens e 558 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram 19 escolas de ensino primário, cuja matrícula efetiva atingiu 786 alunos. Há também um ginásio com matrícula de mais de 40 alunos, uma escola de dactilografia e uma de corte e costura.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade possui duas associações de fins recreativos.

CULTOS RELIGIOSOS — O culto católico romano é constituído de uma paróquia, cujo padroeiro é Santo Antônio das Queimadas. Além da matriz, há 1 igreja e 9 capelas.

As capelas localizam-se: 2 na sede, uma sob o patrocínio de Nossa Senhora do Rosário e outra de São José; 1 na fazenda Curralinho, sob a invocação de Nosso Senhor do Bonfim; a Capela de Nossa Senhora das Dores, na povoação de Espanta Gado; duas capelas, uma de Nossa Senhora das Dores e outra de Nosso Senhor do Bonfim, ambas na fazenda Umburanas, e 2 outras sob a proteção de São João e São José no povoado de Cajueiro. Há 1 templo protestante e 1 centro espírita na cidade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — As principais manifestações religiosas e de caráter popular realizam-se sobretudo nas festividades comemorativas do padroeiro Santo Antônio das Queimadas. É seu dia principal o 13 de junho, quando se encerram os festejos.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Existiam no município 5 073 eleitores inscritos e 3 483 votaram em 1954. São 8 os vereadores em exercício. Em 1956 havia no município 178 funcionários civis, dos quais 73 eram federais, 46 estaduais, 35 municipais e 24 autárquicos. Tem sede no município a 13.ª Circunscrição Escolar da Secretaria da Educação.

FINANÇAS PÚBLICAS — A situação da receita arrecadada pela União Federal, pelo Estado e pelo município, bem assim a despesa realizada pela Comuna, é representada no quadro seguinte:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	229	263	328	103	182
1951	322	476	656	181	806
1952	329	428	514	180	541
1953	404	310	812	138	801
1954	484	397	835	255	606
1955	315	561	784	174	683
1956	273	1 115	1 209	329	1 103

JUSTIÇA — O têrmo foi criado a 20 de junho de 1884, subordinado à comarca de Água Fria. No Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, o têrmo de Queimadas pertence à Comarca de Bonfim, de onde a Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, a transferiu para a comarca de Jacobina. Em 1904 voltou a pertencer à comarca de Bonfim por fôrça do Decreto estadual n.º 266, de 4 de outubro.

A comarca de Queimadas, integrada pelos têrmos de Queimadas e Itiúba, foi criada pelo Decreto-lei estadual n.º 175, de 2 de julho de 1949, ocorrendo sua instalação a 15 de maio de 1955.

Há em todo o município 6 cartórios, sendo 1 do Registro Civil. Em 1956, foram julgados 27 feitos, sendo 16 no cível.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se queimadenses. O Prefeito municipal é o Sr. Mário Alves de Santana e o presidente da Câmara, eleito para o período que se iniciou em 7 de abril de 1957, é o Dr. Edson da Silva Freitas. O primeiro Intendente municipal foi Tietre Ferreira de Carvalho. Compuseram o primeiro Conselho Municipal: Abílio José Ferreira, Manoel da Costa Lemos, Antônio Lisboa de Sena Ferreira, Cirino Marques da Silva, Manuel Ferreira de Carvalho, Francisco Rosa de Oliveira e Luís Pereira da Silva.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal de autoria de Robério Azeredo, com acréscimos de José de Almeida Costa; Chefe da Agência de Estatística — José Moura de Oliveira.)

REMANSO — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O território do atual município de Remanso está situado em terras dantes pertencentes ao Conde da Ponte e de início, fazia parte do de Juàzeiro. Para a fazenda Arraial, seu ponto de origem, convergiram os que fugiam às lutas armadas travadas em Pilão Arcado em fins do século XVIII, aumentando o núcleo existente às margens do São Francisco, no local onde um grande remanso formava seguro pôrto de atracação. O local, com seus terrenos férteis e vegetação adequada à criação do gado, atraindo novos refugiados, progrediu ràpidamente e, em breve, aí se formava o arraial de Nossa Senhora do Remanso.

Pelo Alvará de 15 de janeiro de 1810 foi criada a vila e o município de Pilão Arcado e, por fôrça ainda do mesmo diploma, foi criado o distrito de Nossa Senhora do Remanso, desanexado do município de Juàzeiro e incorporado ao de Pilão Arcado.

A Resolução provincial número 650, de 14 de dezembro de 1857, extinguiu o município de Pilão Arcado, incorporando todo o seu território ao município de Nossa Senhora do Remanso de Pilão Arcado, por êsse mesmo diploma criado. Foi a nova sede instalada em 25 de junho de 1858.

Em 1872, a Resolução provincial número 1 197, de 27 de abril, transferiu para a vila de Remanso a sede da freguesia de Santo Antônio do Remanso de Pilão Arcado, cuja igreja voltou à condição de capela, e elevou a capela de Nossa Senhora do Rosário, da nova vila de Remanso, à condição de igreja-matriz, sendo, então, o seu primeiro Vi-

Embarcações típicas do São Francisco.

gário o P.e Bernardino Nunes de Almeida. A nova igreja-matriz teve a sua construção iniciada em 1882 pelo padre Henrique José Cavalcanti, sendo inaugurada, embora incompleta, em 1894.

Em 31 de outubro de 1890 perdeu parte do seu território para a composição do município de Pilão Arcado, nessa mesma data restaurado.

A Lei estadual número 369, de 9 de agôsto de 1900, elevou a sua sede à categoria de cidade, com a denominação de Remanso, topônimo que se estendeu ao município. Foi a nova cidade instalada solenemente em 1.º de janeiro de 1901.

O município recebeu êsse topônimo em virtude do remanso (redemoinho ou redemunho, na linguagem local) que havia em frente à cidade, formado pelo rio São Francisco, e que já não existe hoje.

Nas divisões administrativas de 1911 e 1933, o município de Remanso figura composto de três distritos: Remanso, Poços e Peixe, assim permanecendo nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938.

Na divisão territorial fixada pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, Remanso compunha-se ainda dos 3 distritos citados anteriormente, verificando-se, entretanto, que o distrito de Peixe teve o seu topônimo mudado para Campo Alegre.

Também no quadro territorial vigente em 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, Remanso continua com os mesmos distritos anteriormente citados: Remanso, Catita (ex-Campo Alegre) e Poços.

A sua atual composição, de acôrdo com o estabelecido pela Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, é de quatro distritos: Remanso, Catita, Peixe e Poços.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Baixo Médio São Francisco e limita com os municípios de Pilão Arcado, Casa Nova e Sento Sé, no Estado da Bahia, e Caracol e São Raimundo Nonato, no Estado de Piauí. A sede municipal possui as seguintes co-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ordenadas geográficas: 9° 40' 51" de latitude Sul e ...... 42° 04' 26" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 510 quilômetros, sendo o seu rumo O.N.O. a partir da mesma. O município é banhado pelo rio São Francisco, a cuja margem está localizada a cidade. Está totalmente incluído no Polígono das Sêcas.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal mede 392 metros.

ÁREA — A área é de 7 977 km², estando incluído entre os vinte municípios de maior extensão territorial do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Na parte hidrográfica salienta-se o rio São Francisco, que banha o município na direção de sul para o norte, com largura média de 880 metros e profundidade média de 4 a 6 metros. Situa-se a cidade justamente no ponto em que o rio inflete o seu curso da direção nordeste para a sudeste. *Lagoas* — Do Toca-Toca, está localizada no distrito-sede, com 800 metros de comprimento por 200 de largura e 2 de profundidade; da Fazenda, também no distrito-sede, com 1 200 metros de comprimento, 500 de largura e 2 de profundidade; de Cotias, do Angico, do Campo Alegre, de Santa Úrsula e do Peixe, tôdas cinco de menores proporções que as anteriores. São piscosas, muito concorrendo para a economia do município. *Serras* — Poucas serras e de pequena altitude se destacam, devendo ser citadas: — dos Columins, da Pedra Comprida, dos Carros, tôdas pertencem à cordilheira das Vertentes ou serra da Divisão.

CLIMA — O clima é quente e sêco. A precipitação pluviométrica, em 1956, foi de 643,3 mm e a máxima, em 24 horas, no mesmo ano, foi de 60,6 mm. A temperatura da cidade foi a seguinte no ano de 1956: média das máximas 39,6°C, média das mínimas 15,6°C e a média compensada, 28,6°C.

RIQUEZAS NATURAIS — Alguns exemplares de madeira para construção são encontrados no interior do município, destacando-se o pau d'arco, a peroba e a baraúna, bem como diversas plantas medicinais, como angico, umburana, velame e uma infinidade de raízes.

A fauna é rica, apresentando espécimes de onça suçuarana, ema, gato-do-mato, perdiz e seriema.

A pedra para construção e o sal-gema são as principais riquezas minerais. O território do município também possui salitre, todavia não está sendo explorado.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Recenseamento de 1950, era de 23 540 habitantes, assim distribuídos: 11 407 homens e 12 138 mulheres; 8 434 brancos, 3 227 pretos e 11 843 pardos; 6 663 casados, 4 381 solteiros, 965 viúvos e 1 desquitado; 80,174% da população estavam localizados na zona rural.

Aglomerações urbanas — As aglomerações urbanas, em 1950, apresentavam a população seguinte: cidade de Remanso com 4 073 habitantes e as vilas de Catita e Poços com 553 e 41 habitantes, respectivamente. Com a elevação do povoado de Peixe à categoria de vila, em 1953, ficou o município acrescido de mais uma aglomeração urbana. A vila de Peixe tem uma população estimada em 100 habitantes.

Outras aglomerações — Entre os povoados, destacam-se, segundo a população estimada para 1957: Angico com 250 habitantes, Marcos com 220 e Riacho com 100 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Consoante o Censo de 1950, 30% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A agricultura é a principal atividade econômica do município. O valor dos seus produtos, ascendeu, em 1955, a um total de 6 milhões de cruzeiros, destacando-se a mandioca e o feijão, com 3 000 e 1 260 milhares de cruzeiros, respectivamente. Cultivam-se, ainda, algodão, milho, batata-doce e frutas de diversas qualidades.

Pecuária — É desenvolvida a atividade pecuária, contribuindo com grande parcela para a economia do município, estimando-se os rebanhos em: 28 000 bovinos, 4 500 eqüinos, 10 000 asininos, 6 000 muares, 12 000 suínos, 25 000 ovinos e 40 000 caprinos. Exporta gado para Petrolina e Juàzeiro.

Indústria — A indústria é rudimentar. O valor da produção de 1955 foi de 8 900 milhares de cruzeiros, destacando-se na indústria pròpriamente dita a produção de farinha de mandioca, a cêra de carnaúba e a fabricação de manteiga. Na indústria extrativa, os principais produtos são a borracha de maniçoba, o peixe, o sal, as fibras de caroá e de malva, a resina de angico e o pó de palha de ouricuri.

Há um pequeno estaleiro para reparo de barcos, canoas e saveiros.

A atividade artesanal pràticamente se limita ao trabalho feminino de fabrico de rendas e bicos de "almofada", usando linha de algodão ou de sêda.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Remanso liga-se por via aérea com a Capital Federal (615 km), via rodoviária (2 155 km); à Capital do Estado, via aérea (655 quilômetros) e rodoviária (720 quilômetros); às cidades vizinhas de Casa Nova, via fluvial (69 mi) e rodoviária (117 quilômetros); Pilão Arcado, via fluvial (41 mi) e rodovia (72 quilômetros); Sento Sé, via fluvial (45 mi); São Raimundo Nonato — (Pi) via rodoviária (96 km) e Caracol (Pi) via rodoviária (156 quilômetros).

Possui um campo de pouso, na cidade, com duas pistas, com 1 500 e 1 300 metros, sendo servida por linha regular do Consórcio Real-Aerovias-Nacional, com seis pousos semanais, ligando-se a Salvador, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, bem como a várias cidades marginais do São Francisco.

Dispõe de pôrto fluvial com regular movimento, servido pelas companhias de Navegação do São Francisco, barcas motorizadas, canoas, etc.

Há uma Agência Portal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e serviço de Rádio da Secretaria da Segurança Pública.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem 123 estabelecimentos varejistas e 8 atacadistas, sendo 121 varejistas e 7 ata-

cadistas localizados na cidade. O giro, em 1956, atingiu 33 800 milhares de cruzeiros.

Funciona uma Agência do Banco da Bahia, inaugurada em 26 de março de 1956. O comércio mantém transações com as praças de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Juàzeiro e Petrolina. O salário-mínimo do município está fixado em Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada à margem esquerda do São Francisco e apresenta topografia plana, dividida em dois bairros — Remanso, à margem do rio, e Capão, para o interior, separados por um braço fluvial, sôbre o qual passa a "barca" da estrada para São Raimundo.

Conta 71 logradouros públicos, 15 dos quais totalmente pavimentados a paralelepípedos, 3 arborizados e ajardinados; 37 são iluminados com luz elétrica. De seus 1 371 prédios, apenas 127 são providos de energia elétrica. Tem 2 hotéis e 1 pensão, 8 automóveis e 14 caminhões registrados na repartição competente.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo Pôsto Médico mantido pelo S.E.S.P.. Existem 2 farmácias; 2 médicos e 2 dentistas exercem a profissão. O território municipal faz parte do Setor número 11, sediado em Juàzeiro, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, o qual mantém um Pôsto na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — No município estão instaladas uma sociedade Beneficente dos Artistas, fundada em maio de 1957, e a confraria de São Vicente de Paulo. Existe ainda o Pôsto de Puericultura, mantido pela L.B.A.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, 21% da população de 5 anos e mais sabiam ler e escrever, sendo o índice da cidade de 52,70%, das vilas de 52,37%, e da zona rural de 12,28%.

Ensino — Em 1956, existiam 36 unidades escolares do ensino fundamental comum, sendo 9 estaduais e 27 particulares subvencionadas pelo município, com 1 200 alunos matriculados. Havia também 9 cursos da Campanha de Alfabetização de Adultos. Funciona na cidade o Grupo Escolar Estadual Getúlio Vargas.

Ainda se consigna a existência do Ginásio Municipal Ruy Barbosa, com 105 alunos matriculados no início do ano letivo de 1957.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há 1 cinema, 2 sociedades recreativas, 2 bibliotecas, inclusive a da Prefeitura Municipal, com acima de 1 000 volumes.

CULTOS RELIGIOSOS — É sede de paróquia de Nossa Senhora do Rosário de Remanso, subordinada à diocese de Barra, fundada em 27 de abril de 1872. Conta 1 matriz, 1 igreja comum, 14 capelas. No ano de 1956 foram realizados 972 batizados, 300 crismas, 9 200 comunhões, 131 casamentos e 5 procissões.

Existem 6 associações religiosas com um número aproximado de 802 associados.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas religiosas mais concorridas do município, são a de Nossa Senhora do Rosário, constante de novena e procissão de encerramento; a do Sagrado Coração de Jesus, no mês de junho, também encerrada com procissão.

Os hábitos folclóricos, embora em decadência, sobrevivem nas "rodas de São Gonçalo", no "bumba-meu boi" e nos "reisados". As "rodas de São Gonçalo" ocorrem nos meses de janeiro a março. É excusado dizer que a referida dança, ou samba, é uniforme, em tôda a região, variando apenas os versos e o instrumental, acrescidos de "birimbau" (instrumento tìpicamente indígena e com o formato de um arco), violão e cavaquinho, além do imprescindível tambor ou caixa.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — No município existem 5 729 eleitores alistados, tendo comparecido 3 715 cidadãos para votar em 1954. Compõe-se de 8 vereadores a Câmara Municipal. Exercem atividades no município 15 funcionários federais, 26 estaduais, 18 municipais e 8 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — No período de 1950-1957 o movimento das finanças públicas é o que consta do quadro que se segue:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	187	662	612	245	839
1951	168	872	303	281	705
1952	166	817	709	285	577
1953	233	795	1 113	284	892
1954	157	954	906	316	1 050
1955	200	1 358	1 037	329	647
1956	315	1 617	1 297	364	1 088

JUSTIÇA — O município, desde a sua criação, pertenceu ao têrmo de Xique-Xique, de acôrdo com a Resolução provincial número 650, de 14 de dezembro de 1957, sendo erigido em comarca de 1.ª entrância pela Lei provincial número 2 682, de 1.º de julho de 1889, incluindo os têrmos de Remanso e Pilão Arcado; êste último, pela Lei número 175, de 2 de julho de 1949 passou a constituir nova comarca. Conta 10 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. O total de feitos julgados no ano de 1956 foi de 40, assim distribuídos: no cível 20, no crime 11 e de outras espécies 9.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são chamados remansenses. O Prefeito atual é o Sr. Décio Castelo Branco, e o Presidente da Câmara é o Sr. Dercílio Castelo Branco, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957.

Desempenhou funções de primeiro Intendente do município o Sr. Tibúrcio Guanais Pereira. O primeiro Conselho Municipal estava assim constituído: Dr. Emídio José de Azevedo Sá (Presidente), Jesuíno Liberato Café, Abílio Lino de Sousa, Miguel Arcanjo de Moura, Januária da Costa Soeiro, José Cirino Tolentino de Sousa, Francisco Nolasco de França Antunes e Manoel Rodrigues Teixeira Primo.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Aloísio Alencar de Jesus; Chefe da Agência de Estatística — Adelson Araújo.)

RIACHÃO DO JACUÍPE — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A cidade de Riachão do Jacuípe foi fundada nos terrenos de uma fazenda de criação de gado, denominada Riachão, pertencente a João dos Santos Cruz, situada à margem esquerda do rio Jacuípe. Dita fazenda fôra desmembrada da sesmaria doada pelo Rei de Portugal ao Conde da Ponte e a João Viegas Peixoto, em recompensa aos bons serviços prestados pelos mesmos à Coroa Portuguêsa.

Localidade ribeirinha, como é a cidade do Riachão do Jacuípe, foi o seu povoamento resultante de sua privilegiada localização à margem do rio Jacuípe.

Ao ter começo a povoação, foi levantada uma capela consagrada à Nossa Senhora da Conceição, elevada à categoria de Freguesia pela Lei Provincial número 276, de 25 de maio de 1847, com o orago de Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe.

O arraial foi elevado à categoria de vila pela Lei provincial número 1 823, de 1.º de agôsto de 1878, que também criou o município constituído dos territórios das freguesias de Nossa Senhora da Conceição do Riachão do Jacuípe, Nossa Senhora da Conceição do Coité e de Nossa Senhora da Conceição do Gavião, desmembrados dos municípios de Jacobina e Monte Alegre (atual Mairi). A instalação ocorreu a 25 de outubro do mesmo ano.

Na divisão administrativa de 1911, o município estava constituído de distrito único, o de Riachão do Jacuípe.

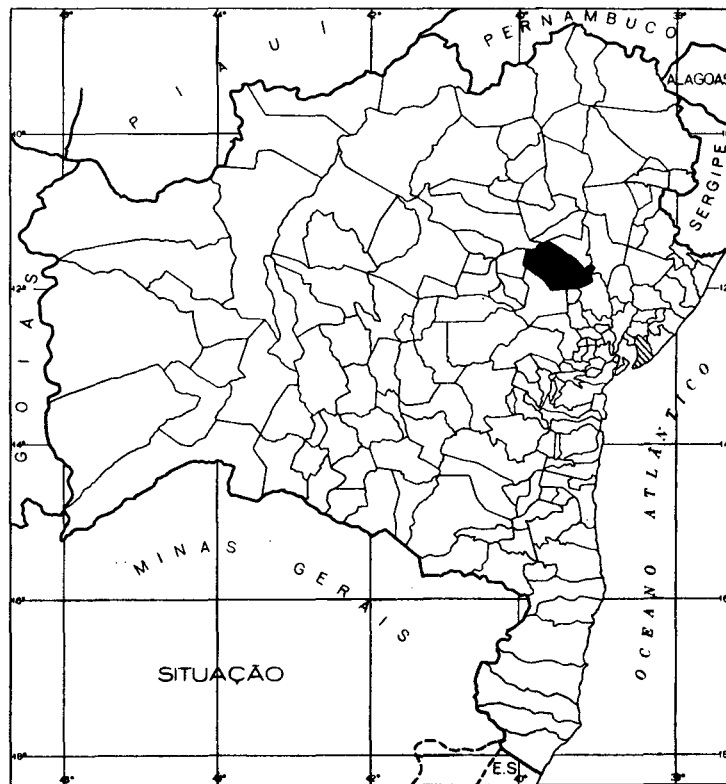
Pela Lei estadual número 2 140, de 14 de agôsto de 1928, a vila de Riachão do Jacuípe foi elevada à categoria de cidade.

Pelos Decretos estaduais n.os 7 455, de 23 de junho de 1931 e 7 479, de 8 de julho de 1931, foi o município extinto e anexado ao de Conceição do Coité, sendo criada em sua sede uma subprefeitura. Foi restaurado pelo Decreto estadual n.º 8 447, de 27 de maio de 1933, e reinstalada a 24 de junho do mesmo ano.

Na divisão administrativa de 1933, o município aparece constituído pelos distritos de Riachão de Jacuípe, Gavião e Candeal. Mais tarde foi criado o distrito de Ichu, por fôrça do Decreto estadual número 9 556, de 10 de junho de 1935.

Idêntica composição lhe deu a Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, que fixou o quadro territorial para vigorar no qüinqüênio 1954-1958: Riachão de Jacuípe, Candeal, Gavião e Ichu.

Vista geral da cidade.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica de Feira de Santana e o seu território está integralmente incluído no "Polígono das Sêcas". Limita com os municípios de Feira de Santana, Serra Preta, Ipirá, Mairi, Jacobina, Santaluz, Conceição do Coité e Serrinha. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: .. 11° 48' 22" de latitude Sul e 39° 22' 34" de longitude W. Gr. N.N.O. é o rumo da sede municipal partindo da Capital do Estado, da qual dista, em linha reta, 160 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A cidade está a 219,5256 metros de altitude, de acôrdo com a chapa cravada pelo C.N.G. no 3.º e último degrau do pedestal da imagem de Nossa Senhora da Conceição, defronte da igreja-matriz.

ÁREA — A área do município mede 4 273 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico é o rio Jacuípe. Há também os rios Tocos, Malhada da Areia, Salgado, Peixe e outros de menor importância. *Serras*: As ramificações da serra do Espinhaço tomaram as seguintes denominações: Zumbi, Santo Antônio, Caldeirão, Taboada, Caraíbas, Bonita, Bugio, Alegria, Harmonia, Fontinha, Boqueirão e outras de menor porte.

CLIMA — O clima é quente e sêco durante o verão. No inverno, é frio e agradável. A temperatura da sede municipal em 1956 apresentou as seguintes variações: máxima 36°C, mínima 13°C e média compensada 28°C. A temperatura máxima é registrada nos meses de novembro a janeiro.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora jacuipense é rica em plantas medicinais. As principais espécies de madeira de lei são: baraúna, angico, pau-d'arco e aroeira. Há madeiras

menos resistentes como a quixaba, a umburana, o umbuzeiro, a catingueira, etc. *Fibras*: Há o caroá e a barriguda. No reino mineral existem jazidas inexploradas de apatita, cristal de rocha, fosforita e grafite. No reino animal mencionam-se algumas espécies de pequeno porte: a onça vermelha ou suçuarana (já escassa), a jaguatirica (gato pintado), a rapôsa, o tatu, o teiú, o cágado, o camaleão, o veado, o mico, etc. Entre as aves, citam-se ema, seriema, jacu, zabelê, perdiz, codorniz, inhambu, marreco e galinhola, aracuã e columbinas diversas.

POPULAÇÃO — A população encontrada pelo Recenseamento de 1950 era de 41 391 habitantes, dos quais 20 448 homens e 20 943 mulheres, sabendo ler e escrever 3 418 homens e 2 877 mulheres. A população da cidade somava 1 552 habitantes, sabendo ler e escrever 342 homens e 356 mulheres. O quadro rural abrigava 38 148 habitantes do município, o que correspondia a 82% da população total.

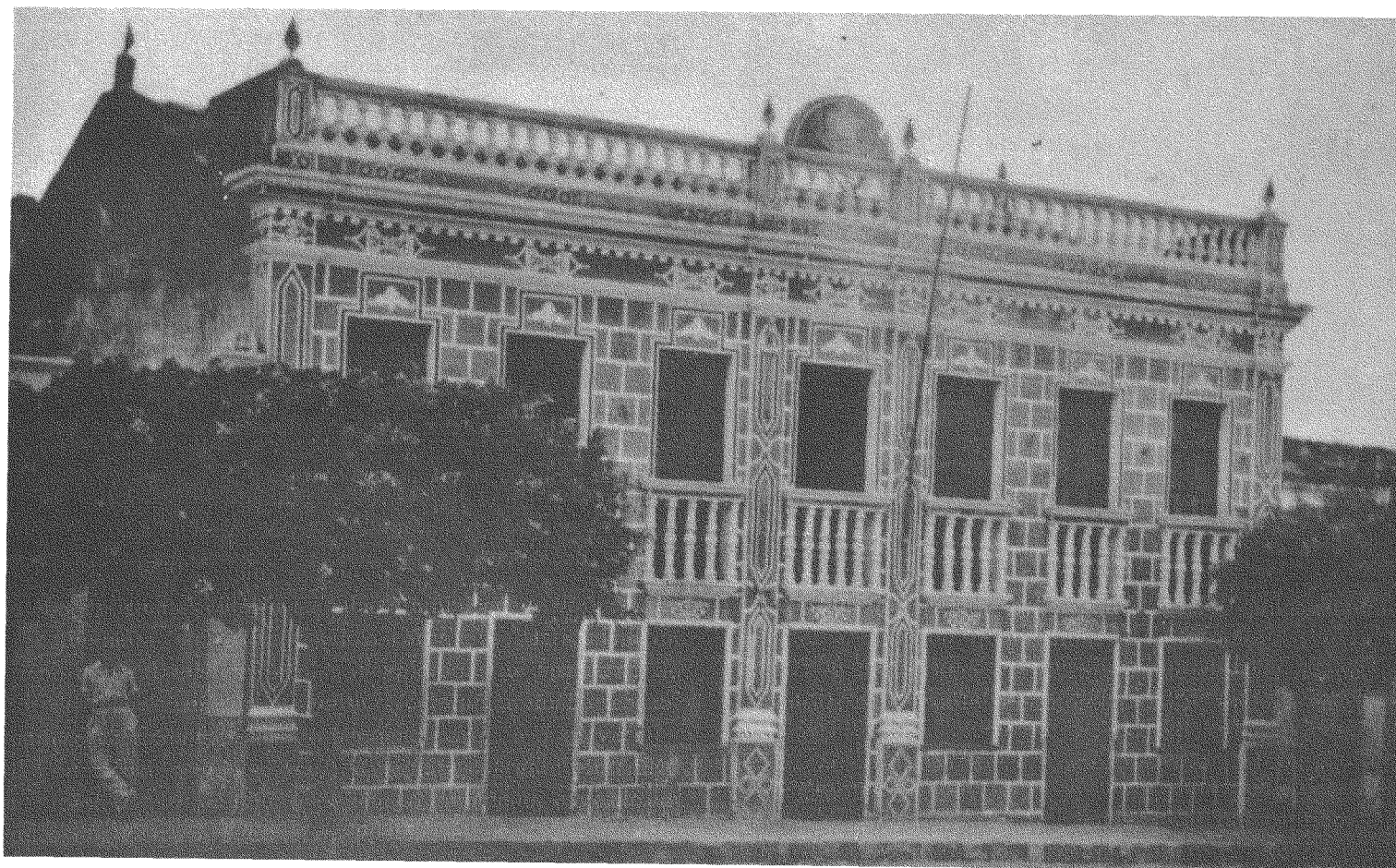
Aglomerações urbanas — Em 1950, as principais aglomerações urbanas eram a cidade com 1 552 habitantes e as vilas de Candeal com 875, Gavião com 390 e Ichu com 426 habitantes. A população estimada para 1957 é de 2 400 pessoas, na cidade.

Outras aglomerações — Figuram ainda no município os povoados seguintes: Alto Alegre com 483 habitantes, Quilômetro 90 com 343, Pé de Serra com 335, Chapada com 300 e Barreiros com 173 habitantes. Há outros povoados com menos de 100 habitantes que são: São João, Casa Nova e Ponto Chique.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A principal atividade econômica é a agricultura. Em 1955, a produção atingiu 10 150 sacas de 60 quilogramas de feijão e 17 000 de milho. Houve também 1 200 toneladas de mandioca, 22 500 quilos de fumo em fôlha, 120 000 quilogramas de mamona em baga e 1 810 000 quilogramas de fibra sêca de sisal. O município é considerado grande produtor de feijão, milho e sisal no Estado.

Pecuária — A população pecuária do município é constituída de 50 mil suínos, 30 mil bovinos, 20 mil caprinos, 15 mil ovinos, 4 mil eqüinos e menor número de muares e asininos. A produção industrial em 1956 correspondeu a quase 10 milhões de cruzeiros, destacando-se o desfibramento e beneficiamento de sisal, a fabricação de cordas, a extração de madeiras e a produção de laticínios e farinha de mandioca.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se o município por estradas de rodagem: à Capital federal (1 651 km), à Capital estadual (216 quilômetros), às cidades vizinhas de Conceição do Coité, 36 quilômetros; Feira de Santana, 75 quilômetros; Serra Preta, 128 quilômetros; Ipirá, 101 km; Mairi, 170 km; Jacobina, 147 km; Santaluz, 88 quilômetros; e Serrinha, 54 quilômetros. Há no município 6 automóveis e 24 caminhões. Serve a cidade uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém intercâmbio com as praças de Serrinha, Feira de Santana, Salvador, Rio de Janeiro e São Paulo. Existem na cidade 28 estabelecimentos comerciais. O giro comercial em 1956 atingiu a quantia de 44 900 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo fixado é de 2 000 cruzeiros. As transações bancárias se processam através de estabelecimentos localizados em Feira de Santana e Serrinha.

Prefeitura Municipal.

ASPECTOS URBANOS — Conta a cidade 22 logradouros, dos quais 3 são pavimentados e 2 arborizados. Dos seus logradouros, 10 são iluminados, enumerando-se 132 ligações domiciliares. O total de prédios eleva-se a 772. Os principais edifícios são a igreja-matriz, a Prefeitura e o prédio escolar. Há 4 pensões em funcionamento.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funciona um pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais subordinado ao Setor número 5, com sede em Serrinha. Exercem a profissão na cidade 2 médicos e 1 dentista. Existem 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Prefeitura local atende às necessidades mais prementes, encaminhando a outros centros os que carecem de assistência social.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, existiam em todo o município 3 418 homens e 2 877 mulheres sabendo ler e escrever, no grupo de pessoas de 5 anos e mais, cujo total era de 33 832 habitantes. Na cidade, das 1 266 pessoas em idade de 5 anos e mais, 342 homens e 356 mulheres sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956 o ensino primário era realizado por 14 escolas estaduais e 25 municipais, com matrícula de 1 700 alunos. Na sede municipal funciona o grupo Escolar Estadual Osvaldo Cruz.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Dispõe a cidade de 2 bibliotecas, sendo uma pertencente à Prefeitura Municipal e a outra mantida pela Agência de Estatística, a Biblioteca Machado de Assis. Há também uma filarmônica denominada Sociedade Lira 8 de Setembro, fundada em 1910.

Aspecto da Rua Conselheiro Henrique.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede de duas paróquias subordinadas à Arquidiocese do Salvador; ambas têm a invocação e orago de Nossa Senhora da Conceição, estando localizada uma na cidade e outra na vila de Gavião. Compreendem as paróquias 2 igrejas, 10 capelas e 5 associações. Do culto não católico, existem 1 templo protestante e 1 centro espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Entre as solenidades religiosas, mencionam-se. o Natal as festas de São Roque, a 15 de agôsto, e a de Nossa Senhora da Conceição, a 8 de dezembro. São de caráter popular as festas realizadas por ocasião das colheitas de cereais, por exemplo a debulha do milho e a batida do feijão. Organizam-se elas nas residências dos médios e pequenos agricultores. Depois de executado o mutirão, vem um "samba ou batuque sertanejo". Quando das sêcas prolongadas, saem procissões na zona rural, mudando imagens de uma igreja para outra, ao som de cânticos pedindo chuva. Desde que venham as chuvas outra procissão, mais numerosa e mais vibrante em hinos e preces de gratidão, conduz novamente a imagem ao seu altar ou oratório. Pelo Natal, costuma haver na zona rural, o bumba-meu-boi.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Votaram 4 204 eleitores no pleito eleitoral de 1954. A Câmara Municipal constitui-se de 12 Vereadores, cujo presidente atual é o Sr. José Abraão Carneiro. Foi escolhido para Prefeito Municipal o Exator Estadual, Pedro Paulo da Silva, falecido em agôsto de 1957, sendo substituído pelo Presidente da Câmara Municipal.

Há no Município 8 funcionários federais, 5 estaduais, 9 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o movimento das finanças públicas no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	223	817	995	...	526
1951	280	1 121	594	221	679
1952	249	1 281	649	244	512
1953	259	1 077	1 198	265	1 738
1954	216	1 253	840	260	898
1955	159	2 474	994	315	902
1956	120	3 121	1 360	402	1 161

JUSTIÇA — O município foi considerado têrmo judiciário da comarca de Feira de Santana pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, permanecendo nesta situação até quando foi extinto em 1931. Restaurado o têrmo em 1933 pelo Decreto estadual número 8 613, de 22 de agôsto, ficou subordinado à comarca de Serrinha.

Por fôrça do Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, voltou a integrar a comarca de Feira de Santana.

O Decreto-lei número 175, de 2 de junho de 1949, criou a comarca de Riachão do Jacuípe, ainda não instalada, continuando os serviços da Justiça a cargo da comarca de Feira de Santana. Compreende 8 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. Em 1956, foram julgados 20 feitos no cível.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos naturais do município aplica-se o gentílico jacuipense. Jacuípe, segundo Teodoro Sampaio, pode significar "no rio,dos jacus" ou "no rio, sêco ou no rio temporário".

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Joaquim Simas Sobrinho; Chefe da Agência de Estatística — Florisval Ferreira de Carvalho.)

RIACHO DE SANTANA — BA

Mapa Municipal no 9.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração no território do município realizou-se nas margens do rio Boqueirão, a 14 quilômetros da atual cidade, onde havia uma pequena aldeia de índios canindés, oriundos do cruzamento dos caetés e picuris, fusão resultante da aliança defensiva contra os aimorés, seus maiores inimigos.

Foi executada a penetração em 1695 pelo sargento-mor José Velasquez Santiago, filho de Mariano Velasquez Santiago, português membro da Ordem dos Granadeiros de Lisboa, vindo para a Bahia vinte anos anteriormente e residente na Capital, que incutiu em seu filho a aventura de internar-se pelo sertão à procura de riqueza fácil.

Ambicioso e orientado pelo velho pai, José Velasquez organizou uma pequena bandeira, com escravos conduzindo cargas de víveres e armas, e seguiu o roteiro das cabeceiras do rio Paraguaçu até que atingiu a região ao cabo de longos dias de viagem, depois de várias guerrilhas sustentadas contra os índios.

Em 1758, aparece Pedro Leolino Mariz explorando a região após a descoberta de minas de salitre. Pessoas acorreram ao local para a exploração das citadas minas e fundaram o arraial de Riacho de Santana, no território de Monte Alto.

Em 1861, a Resolução Provincial número 871, de 12 de setembro, elevou a capela de Nossa Senhora do Rosário, filial da freguesia de Nossa Senhora Mãe dos Homens de Monte Alto, à categoria de freguesia, sendo canonizada pelo arcebispo D. Manoel Joaquim da Silva, Conde de São Salvador. Seu primeiro Vigário foi o padre Antônio Boaventura de Cerqueira Pinto.

Dezessete anos depois, foi o arraial de Riacho de Santana elevado à categoria de vila pela Lei provincial 1 826, de 13 de agôsto de 1878, que também criou o município do mesmo nome, com território desmembrado de Monte Alto, sendo inaugurado em 19 de abril de 1879.

Na divisão administrativa do Brasil em 1911, o município aparece formado apenas pelo distrito de Riacho de Santana e nessa situação permaneceu até o ano de 1921, quando pela Lei estadual número 1 501, de 1.º de agôsto, criou-se no município o distrito de Matas. Na divisão administrativa de 1933, bem assim nas divisões territoriais de 1936-1937 e na adotada pelo Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município ficou constituído pelos distritos da Sede e o de Matas, sendo pelo último decreto elevada a vila à categoria de Cidade.

Em 1938, pelo Decreto número 11 089, de 30 de novembro, o nome do distrito de Matas foi mudado para Matina.

Permaneceu o município sem alteração até que, em 1953, pela Lei estadual número 628, de 30 de dezembro, foi criado o distrito de Botuquara. Assim, o município aparece hoje com a seguinte formação: Riacho de Santana, Botuquara e Matina.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Médio São Francisco, totalmente incluído no "polígono das sêcas", e está situado no vale do São Francisco. Faz limite com os municípios de Palmas de Monte Alto, Caetité, Macaúbas e Bom Jesus da Lapa. A sede possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 36' 34" de latitude Sul e 42° 56' 29" de longitude W. Gr. Dista da capital do Estado, em linha reta, 464 quilômetros, sendo o seu rumo O. S. O., a partir de Salvador.

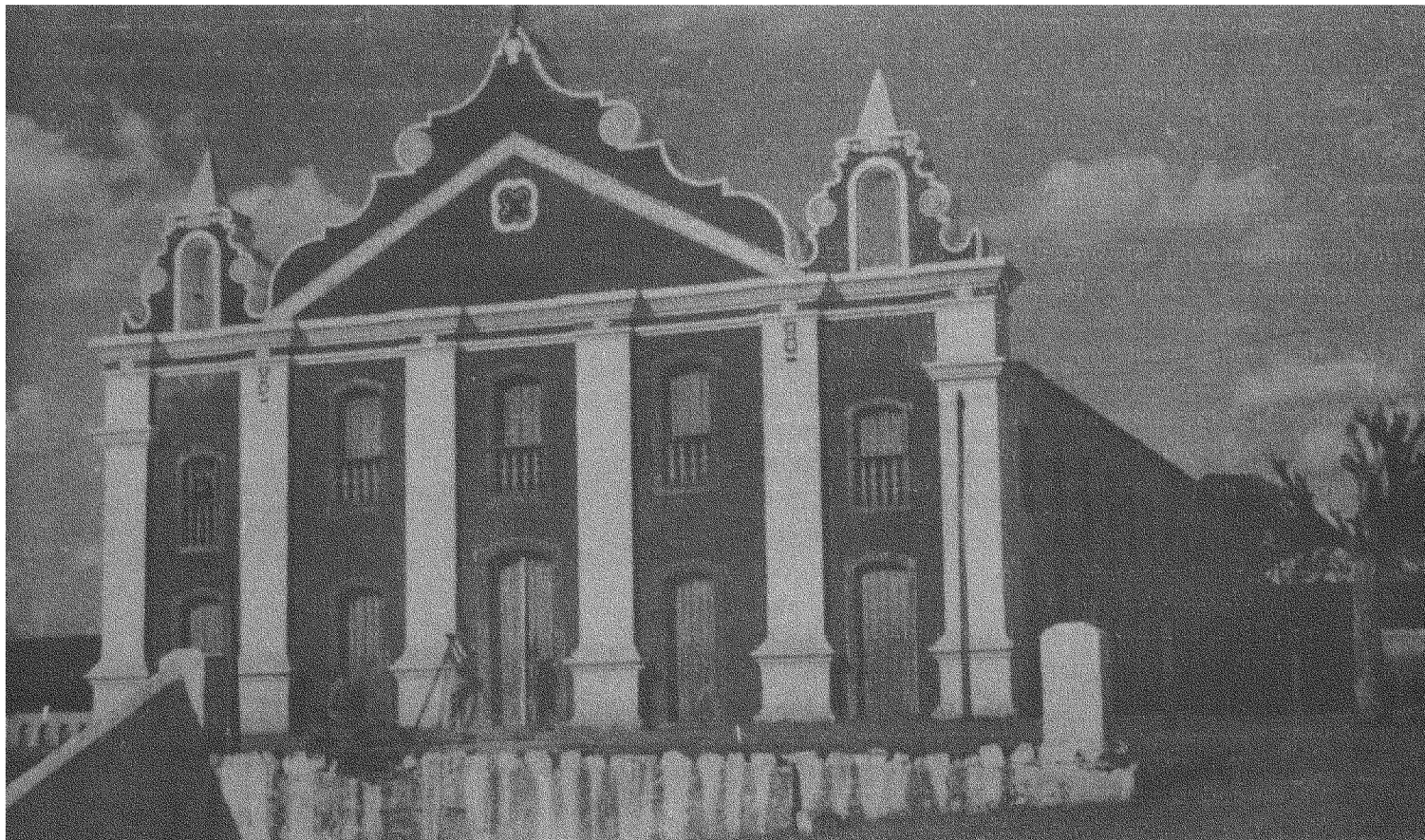
Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de .... 623,356 metros, conforme chapa cravada pela Secção de Nivelamento do Conselho Nacional de Geografia no último degrau do prédio da Prefeitura Municipal.

ÁREA — A área do município mede 3 708 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são: a queda dágua, localizada na cidade, ainda com seu aproveitamento em estudo, e a cachoeira das Umburanas, com grande capacidade de aproveitamento, no Sítio Umburana, distrito-sede; os cursos dágua mais importantes são: riacho Santana, que percorre o município numa extensão superior a 80 quilômetros, o Santo Onofre, que seca nas grandes estiagens, e o riacho Paul.

Entre as lagoas, as mais importantes são as de Muquém, com 100 metros de comprimento por 70 de largura; do Arroz, com 250 metros de comprimento e 200 de largura; dos Furados, com 500 metros de comprimento e 300 de largura; de Santa Rita, com 150 metros de comprimento e 100 de largura, tôdas situadas no distrito da sede; da Matina, com 350 metros de comprimento e 300 de largura; de Água Preta, com 600 metros de comprimento e 300 de largura, ambas no distrito de Matina.

CLIMA — O clima é ameno. A temperatura na sede durante o ano de 1956 foi a seguinte: média das máximas .... 35°C, média das mínimas 14°C e média compensada 24°C.

Igreja-Matriz.

RIQUEZAS NATURAIS — Entre as riquezas naturais, contam-se: lã de barriguda, paina, madeiras de construção, madeiras de lei. A flora é rica em plantas medicinais. Dentre os minerais, possui jazidas de cristal de rocha, malacacheta, mica, cobre, salitre, tabatinga de diferentes côres, pedra para construção e pedra calcária, ainda sem exploração, embora se extraia em pequena quantidade pedra para construção, calcária e tabatinga. No reino animal possui o município grande variedade de animais silvestres e de menor porte, caititu, queixadas, ema, seriema, rapôsa, veado e outros mamíferos.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, a população do município de Riacho de Santana era de 21 301 habitantes, sendo 10 242 homens e 11 059 mulheres; quanto à côr, havia 11 219 brancos, 4 156 pretos e 5 900 pardos. Em relação ao estado civil a população de 15 anos e mais apresentava-se com a seguinte composição: 4 546 solteiros, 6 513 casados, 2 desquitados e 813 viúvos. Os 91% da população localizavam-se na zona rural. A estimativa populacional riachense para 1957 é de 22 000 habitantes.

Aglomerações urbanas — Eram duas as principais aglomerações urbanas em 1950: a cidade com 1 480 habitantes, sendo 647 homens e 833 mulheres e a vila de Matina com 364 habitantes.

Em 1953 foi acrescido o município de mais uma aglomeração urbana, a vila de Botuquara, cuja população era de 400 habitantes.

Outras aglomerações — Campinas, com 100 habitantes é o principal povoado.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população em idade ativa (10 anos e mais) era de 6 929 homens e 7 925 mulheres, no total de 14 854. Dêste total, 5 804 homens e 294 mulheres dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A agricultura é a maior fonte de riqueza, contribuindo em 1955 com 8 036 milhares de cruzeiros, destacando-se a produção de algodão, feijão, milho, cana-de-açúcar e arroz. Produz ainda mandioca, fumo.

A pecuária é relativamente desenvolvida, contando o município o seguinte rebanho: 12 000 bovinos, 7 000 ovinos, 5 000 caprinos, 2 500 eqüinos, 1 000 asininos, 1 500 muares e 8 000 suínos.

A indústria é rudimentar, à exceção das usinas de beneficiamento de algodão. Em 1956, verificou-se a produção de 238 mil quilos de algodão beneficiado no valor de 6 664 milhares de cruzeiros.

O valor da produção industrial atingiu a quantia de 8 557 milhares de cruzeiros, compreendendo aguardente de cana, farinha de mandioca, manteiga, óleo de mamona, polvilho, goma, rapadura de cana, telhas e tijolos, calçados e artefatos de couro para montaria e outros fins.

Artesanato — A tecelagem manual é difundida em todo o município. Produzem-se rêdes, cobertores, mantas e tecidos grossos para roupas. São fabricados ainda artefatos de sola para montaria, arreios, selas, alforges, caronas para sela e outros artigos de couro.

Os teares se localizam geralmente na zona rural, especialmente no distrito de Matina. Estima-se em 450 o número de teares existentes no município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Riacho de Santana liga-se diretamente à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas. À Capital Federal, via rodoviária, no percurso de 1 511 km; à

Capital do Estado, via rodoviária — 851 quilômetros; via rodoviária, às cidades de Bom Jesus da Lapa — 72 km, Caetité — 93 quilômetros, Guanambi — 100 quilômetros, Macaúbas — 180 quilômetros e Palmas de Monte Alto — 154 quilômetros.

Há um campo de pouso para pequenos aviões teco-teco.

A cidade é servida por uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos. Registrados na Prefeitura, existem 9 caminhões, 1 camioneta e 20 bicicletas.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é representado por 90 estabelecimentos varejistas localizados na cidade. O giro comercial, em 1956, foi de 25 525 milhares de cruzeiros. As transações comerciais são feitas, geralmente, com as praças de Salvador, Belo Horizonte, Montes Claros e Vitória da Conquista. O salário-mínimo oficial no município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade se encontra edificada em terreno montanhoso. As elevações que a circundam são ramificações das serras de Macaúbas, dos Brejinhos, da Covanca, do Tatu e da Cara Suja.

Conta 29 logradouros, sendo 17 pavimentados a pedras irregulares, 4 arborizados ou ajardinados e 12 servidos de energia elétrica.

O total de prédios do quadro urbano é de 329, sendo 68 servidos de eletricidade. Na Cidade funcionam 2 postos de abastecimentos de veículos.

Há 2 hotéis, 5 pensões e 1 serviço de alto-falantes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município pertence ao Setor número 11, sediado em Juàzeiro, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Exercem a profissão na cidade 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população (5 anos e mais) somava 17 981, sendo 8 526 homens e 9 455 mulheres, dos quais 3 548 sabiam ler e escrever, representando 19,7% da população de 5 anos e mais.

Ensino — Durante o ano de 1956, funcionaram no município 26 escolas do ensino fundamental comum, 13 estaduais e 9 municipais, com matrícula de 900 alunos. Existiam também 4 unidades da Campanha de Alfabetização de Adultos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade dispõe de 1 biblioteca mantida pela Agência de Estatística.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Por ocasião da romaria à cidade de Bom Jesus da Lapa, Riacho de Santana enche-se de peregrinos vindos do sul do Estado e do Estado de Minas Gerais. Aí estacionam veículos de tôdas as partes do País, caravanas de pedestres e cavaleiros, que se destinam ao santuário do Senhor Bom Jesus da Lapa.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede de paróquia, subordinada à diocese de Caetité, criada em 1861, e consagrada a Nossa Senhora da Glória. Possui 1 igreja-matriz, 11 capelas e 2 associações religiosas.

Prefeitura Municipal.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — São habituais as festas de caráter religioso de Natal, Mês de Maria, da padroeira, e, em janeiro, a festa de São Sebastião.

Sem grande assiduidade, aparecem reisados em janeiro e fevereiro.

As corridas de argolinhas, promovidas por cavaleiros divididos em dois grupos e trajados diferentemente, sob os nomes de "russianos e japonêses", ocorrem, de vez em quando, no mês de julho.

As duas equipes disputam, cavaleiro a cavaleiro, o maior número de tiradas da "argolinha". O vencedor é o que maior quantidade de vêzes acerta. O encerramento é festivo, com bailes e banquetes.

SITUAÇÃO POLÍTICA E ADMINISTRATIVA — O total de eleitores inscritos em 1954 era 3 715, dos quais votaram 2 682 no pleito do referido ano.

A câmara municipal é composta de 8 vereadores.

Em atividade no município encontram-se 16 funcionários, sendo 2 federais, 3 estaduais, 10 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — As finanças públicas, quanto à despesa feita pela municipalidade e à arrecadação realizada pela União, o Estado e a Comuna, estão resumidas no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	84	336	329	...	558
1951	103	414	456	...	481
1952	96	346	938	...	926
1953	91	444	794	...	805
1954	120	574	753	...	753
1955	214	835	866	252	846
1956	156	1 451	(1) 1 000	(1) 246	(1) 1 000

(1) Orçamento.

JUSTIÇA — O município, desde a sua criação, ficou sendo têrmo da comarca de Caetité. Depois foi transferido para a comarca de Monte Alto, com a criação desta pelo Decreto estadual número 1 997, de 9 de julho de 1880.

Pelo Decreto número 264, de 4 de outubro de 1904, o têrmo de Riacho de Santana anexou-se ao de Bom Jesus da Lapa, da comarca de Urubu. Por motivos de fatos ocorridos em Riacho de Santana, para ali se transferiu, provisò-

riamente, a sede da comarca de Carinhanha, de acôrdo com o Decreto estadual número 1 415, de 30 de novembro de 1914.

Restaurada a comarca de Monte Alto, Pela Lei estadual 1 119, de 21 de agôsto de 1915, o têrmo de Riacho de Santana voltou a ser componente da mesma. Em 1929, pela Lei estadual número 2 225, de 14 de setembro, o têrmo foi retirado da comarca de Palmas de Monte Alto, extinta pela mesma lei, passando a compor a nova comarca de Guanambi.

Em 1930, o Decreto estadual número 6 946, de 26 de agôsto, transferiu provisòriamente para o têrmo de Riacho de Santana a sede da comarca de Guanambi que, posteriormente, voltou à sede primitiva.

Enfim, pela Lei estadual número 512, de 19 de junho de 1945, criou-se a comarca de Riacho de Santana. Possui o município 6 cartórios, sendo 2 do registro civil. Apenas 6 feitos foram julgados no ano de 1956, todos no cível.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação gentílica dos naturais de Riacho de Santana é "riachenses".

O Prefeito atual do município é o Sr. Telmínio Fernandes Pereira. O presidente da Câmara é o Sr. Arnaldo Cardoso Coutinho, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957.

A primeira câmara municipal era assim constituída: Porfírio Teodorio de Sousa (Presidente), Antônio Pereira de Castro, Joaquim Leão e Silva, Martiniano Pereira da Silva, Pedro Alexandre de Almeida, Helariano Pereira de Souza e Francisco Pereira de Castro Lima.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Aloísio Alencar de Jesus; Chefe da Agência de Estatística — Lídio de Souza Castro.)

RIBEIRA DO POMBAL — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A atual cidade de Ribeira do Pombal originou-se de uma aldeia de índios quiriris, ou cariris.

No ano de 1667, os jesuítas padre João de Barros e padre Jacobo Rolando penetraram na aldeia silvícola e iniciaram a catequese. Continuando a obra missionária dos seus irmãos de hábito, o padre Jacques Cocle, em 1672, prosseguiu a catequese, tendo encontrado no local uma capela erigida pelos seus predecessores sob a invocação de Santa Teresa.

Localizada a cêrca de 30 quilômetros do rio Itapicuru, a aldeia foi batizada pelos evangelizadores com o nome de Canabrava de Santa Teresa de Jesus dos Quiriris, em virtude da abundância de canabrava na região.

Situada no roteiro daqueles que se dirigiam ao rio São Francisco, a aldeia ficou famosa por servir de ponto de repouso e hospedagem para os viandantes.

Em 1758, o arcebispo D. José Botelho de Matos elevou o arraial à categoria de freguesia com o nome de Pombal, em homenagem ao seu pároco, o padre João Campos de Cerqueira Pombal, parente do célebro marquês de Pombal.

Por Carta régia de 8 de maio de 1758, sendo vice-rei D. Marcos de Noronha e Brito, 6.º Conde dos Arcos, foi a freguesia elevada à vila. O mesmo diploma criou o município de Pombal, cuja instalação, procedida pelo Ouvidor de Sergipe, Miguel de Aires Lobo de Carvalho, verificou-se no mesmo ano.

Em 1760 na antiga aldeia de Saco dos Morcegos, na mesma região, criou-se a freguesia de Mirandela. Em 1837, a Lei provincial número 51, de 21 de março, extinguiu a vila e o município de Mirandela, criados em data não apurada, anexando o seu território ao município de Pombal. A freguesia de Mirandela foi extinta em 1843 pela Resolução provincial número 185, de 12 de abril, ficando a capela subordinada à freguesia de Santa Teresa do Pombal.

Em 1848, a capela de "Nossa Senhora do Amparo de Ribeira do Pao Grande", pertencente ao município de Pombal, foi elevada à categoria de freguesia pela Lei provincial número 294, de 9 de maio. Posteriormente, o Ato estadual de 31 de outubro de 1890 elevou essa freguesia à vila, criando o município do mesmo nome, com território desmembrado do de Pombal.

Na divisão administrativa do Brasil de 1911, o município aparece constituído por um único distrito, o de mesmo nome. Já no quadro do Recenseamento Geral do Brasil, realizado em 1920, aparece formado pelos distritos de Pombal, Mirandela e Pedras.

Em 1931, pelos Decretos estaduais ns. 7 455, de 23 de junho e 7 479, de 8 de julho, o município foi extinto, sendo o seu território anexado ao município de Cipó, criado pelos mesmos decretos. Em Pombal passou a funcionar uma subprefeitura, até que o Decreto-lei estadual número 8 643, de 19 de setembro de 1933, restaurou o município com território desmembrado do de Cipó. A reinstalação verificou-se em 10 de outubro do mesmo ano.

Na divisão administrativa referente a 1933, bem como nas divisões territoriais de 1936 e 1937, e ainda no Dec.-lei estadual número 10 724, de 30 de março, e no Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro, ambos de 1938, o município aparece formado por dois distritos: Pombal e Mirandela.

Em 31 de dezembro de 1943, por fôrça do Decreto-lei estadual número 141, retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município passou a denominar-se Ribeira do Pombal.

Prefeitura Municipal.

De acôrdo com a Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, está constituído de dois distritos: Ribeira do Pombal e Mirandela.

LOCALIZAÇÃO — Localiza-se o município de Ribeira do Pombal na Zona Fisiográfica do Nordeste. Seu território, que se estende pela bacia do rio Itapicuru, está totalmente incluído no "polígono das sêcas". Tem como limites os municípios de Cícero Dantas, Tucano e Cipó. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 10° 50' 10" de latitude Sul e 38° 31' 50" de longitude W. Gr. Rumo, partindo da Capital do Estado à sede municipal: N. Distância, em linha reta, para a Capital: 227 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — De acôrdo com a chapa cravada no lado esquerdo do 2.° degrau da escada de acesso à porta principal da igreja-matriz pela Seção de Nivelamento do Conselho Nacional de Geografia, a altitude da sede municipal é de 228,0348 metros.

Em outros pontos, tais como no centro de entroncamento para a localidade de Novo Amparo, no trecho da estrada Cícero Dantas — Ribeira do Pombal (BR-12) e no centro do entroncamento para as localidades de Barracão e Mirandela, no lugar Nova Esperança, trecho da mesma estrada, o C. N. G. determinou as seguintes altitudes. Para o primeiro ponto: 342,9486 metros e para o segundo ponto: 270,3935 m.

ÁREA — A área do município de Ribeira do Pombal é de 940 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — De topografia geralmente plana, possui entretanto algumas serras de pequena altitude, como também alguns morros tabulares.

As principais serras são: Serra do Fucinho, com a altura aproximada de 200 m, Serra do Rabo da Arraia, onde o Pico Praiano eleva-se a aproximadamente 200 m e Serra da Lagoa com a altura, também aproximada, de 200 metros.

Os principais morros, com a respectiva altura aproximada, são: Morro do Pico com 250 metros, Morro da Cangalha com 200 metros e Morro do Urubu com 150 metros. Os rios e lagoas são periódicos. Dentre os rios destaca-se o Itapicuru. As principais lagoas são: do Congo, com 500 m de comprimento por 80 de largura; do Caboré, com o comprimento da anterior e 100 metros de largura; Grande, cujo comprimento atinge 800 metros e a largura 200 metros; Joboá, com comprimento de 400 metros e largura de 100 m. Há também um açude com a capacidade de 1 200 000 metros cúbicos.

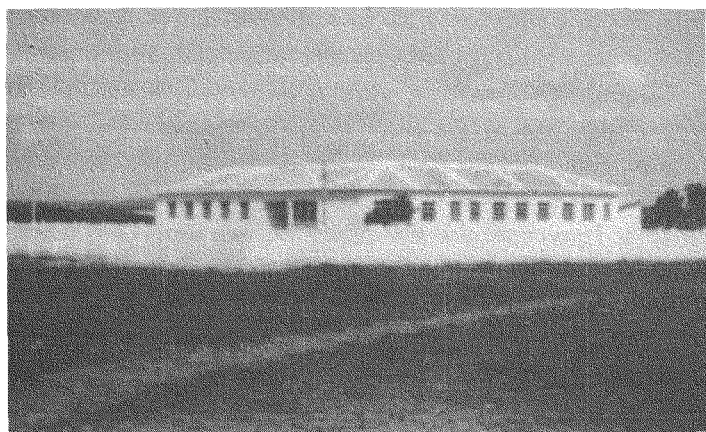
CLIMA — O clima do município é temperado e salubre. A temperatura na cidade em 1956 foi a seguinte: média das máximas 35°C, média das mínimas 16°C e média compensada 24°C.

RIQUEZAS NATURAIS — Situado na zona do Nordeste sujeita a sêcas, a vegetação do município é pobre e constituída de cactos e árvores de pequeno porte. Mesmo assim, nas matas ainda existentes assinala-se a presença de madeiras de lei como: cedro, peroba, quiri, gonçalo-alves, sucupira, maçaranduba e outras. Nas caatingas, as árvores de maior porte são: baraúna, pau-d'arco, pereira, aroeira e pau-ferro, além de umbu e da árvore "barriguda", que produz lã. Medram, ainda, o ouricuri, o caroá, o caju, além das seguintes plantas medicinais: catuaba, angico, bálsamo e umburana.

A fauna, outrora abundante, tornou-se escassa. No reino mineral assinala-se a presença de pedra calcária.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, a população do município era de 23 763 habitantes, dos quais 11 670 homens e 12 093 mulheres. Havia, então, para cada grupo de 100 homens, um equivalente de 104 mulheres. A densidade demográfica era de 25 hab./km^2. Predominava a côr parda com 12 293 representantes contra 9 353 pessoas brancas e 2 086 indivíduos de côr preta. Quanto ao estado civil, a população de 15 anos e mais se compunha de 4 639 solteiros, 7 190 casados, 1 desquitado e 673 viúvos. Na zona rural localizavam-se 86% da população.

Mercado Municipal.

Considerando-se como constante a taxa de crescimento populacional do município, calculada para o decênio

Hospital Santa Luzia.

1940-1950, com base nos recenseamentos realizados, a população estimada para 1957 é de 31 000 habitantes.

O município é sujeito a exôdo para o Sul do país.

Aglomerações urbanas — Nos quadros do Censo de 1950, o município figurou com duas aglomerações urbanas: a cidade de Ribeira do Pombal com a população de 2 769 habitantes composta de 1 296 homens e 1 473 mulheres, onde havia para cada grupo de 100 homens um equivalente de 114 mulheres, e a vila de Mirandela com 583 habitantes.

Outras aglomerações — Além da cidade e da vila, existem os povoados seguintes com as respectivas populações estimadas para 1957: Bôca da Mata — 354 hab., Tapera — 37, Serra das Almas — 173, Boa Esperança — 51, Barracão — 297, Poço — 35, Curral Falso — 170, Pedras — 177, Baixa — 74, Banzaé — 322, Salgado — 40, Araçás — 48, Segredo — 152 e Marcação — 58 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, havia no município 15 552 pessoas em idade ativa (10 anos e mais), sendo 7 547 homens e 8 005 mulheres. Dessa população, 6 036 homens e 663 mulheres, totalizando 6 699 pessoas, dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" que correspondem a 43% da população em idade ativa do município.

Agricultura — A atividade fundamental para a economia do município é a agricultura. Figuram como culturas principais a do feijão, a do milho e a do arroz. Cultiva-se ainda mamona, algodão herbáceo, manga, côco-da-baía e banana. Em 1956 foi iniciado o plantio do arroz nas lagoas periódicas, com resultados promissores. O valor da produção agrícola, em 1955, foi de 697 milhares de cruzeiros. Para êsse total, a cultura do feijão contribuiu com 36%, a da mandioca com 26% e a da cana-de-açúcar com 24%. Na cidade funciona a Associação Rural de Ribeira do Pombal.

Pecuária — A pecuária é importante para a economia do município, principalmente a criação e a engorda do gado bovino. Estava assim constituída, em 1956, a população pecuária do município: 9 000 bovinos, 1 000 eqüinos, 800 asininos, 1 200 muares, 1 000 suínos, 9 000 ovinos e 3 000 caprinos. O município exporta gado para os Estados de Sergipe e Pernambuco e para os municípios de Cipó, Cícero Dantas e Tucano.

Indústria — A atividade industrial no município restringe-se ao pequeno fabrico de farinha de mandioca, rapadura, calçados, queijo, manteiga, aguardente, telhas, tijolos e selas. A indústria extrativa é representada pela extração de argila, coquilhos de ouricuri e lenha.

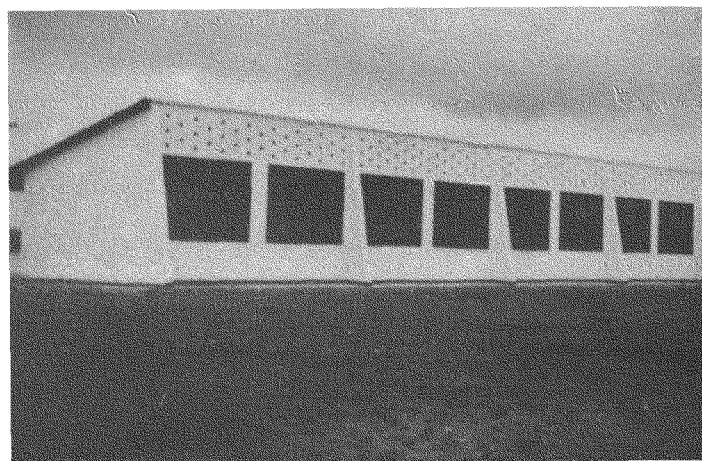
MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município de Ribeira do Pombal, liga-se via rodoviária à Capital Federal (1 502 km), à Capital do Estado (299 quilômetros), às cidades vizinhas de Cícero Dantas (34 quilômetros), Cipó (31 km) e Tucano (31 km). O município é servido por uma emprêsa rodoviária. Em 1956 foram registrados 2 jipes e 20 caminhões. O município é servido por 2 agências do Departamento dos Correios e Telégrafos, sendo uma postal-telegráfica na cidade.

COMÉRCIO E BANCOS — Em 1956, existiam 8 estabelecimentos comerciais atacadistas e 49 varejistas. Na cidade eram 7 atacadistas e 43 varejistas. No mesmo ano o giro comercial atingiu a 21 275 milhares de cruzeiros. As principais praças com as quais o município mantém transações comerciais são as de São Paulo, Salvador, Aracaju e Alagoinhas, das quais importa tecidos, peças para autos, pneumáticos, ferragens, louças e outros artigos. Às sextas-feiras, semanalmente, realiza-se na sede municipal, tradicional feira-livre, de grande importância para o intercâmbio comercial da região.

O salário-mínimo oficial decretado para a 4.ª sub-região em que está compreendido o município é de 2 000 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ribeira do Pombal está situada em um planalto. Conta cêrca de 700 prédios formando 65 logradouros, dos quais 3 são pavimentados, 7 arborizados e 26 iluminados a eletricidade. Perto de 235 prédios estavam ligados à rêde elétrica. Possui 1 cinema, 3 hotéis e 2 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo Pôsto de Higiene mantido pelo Estado. Em 1956 existia 1 hospital ainda não inaugurado. O município integra o Setor número 3, sediado em Alagoinhas, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Há 2 farmácias, ambas na sede municipal. Exercem a profissão 1 médico e 1 farmacêutico.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Associação Rural de Ribeira do Pombal presta assistência aos lavradores.

Grupo Escolar.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, a população de 5 anos e mais era de 19 473 habitantes, sendo 9 503 homens e 9 970 mulheres. Dessa população, sabiam ler e escrever 3 213 pessoas (1 939 homens e 1 274 mulheres). A taxa de alfabetização era de 17% sôbre a população em idade escolar.

Ensino — Em 1956 existiam em funcionamento 10 escolas do ensino primário fundamental comum, das quais, 3 estaduais, 6 municipais e 1 particular. No mesmo ano a matrícula efetiva foi de 431 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe uma biblioteca estudantil.

CULTOS RELIGIOSOS — O município de Ribeira do Pombal está eclesiàsticamente subordinado ao bispado de Senhor do Bonfim. É sede da paróquia de Santa Teresa de Jesus, cuja criação se verificou em 1754. Em 1956 existiam no município 2 igrejas, 12 capelas e 11 associações religiosas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Realizam-se no município várias solenidades populares de caráter religioso tais como a Semana Santa, as festas de Santo Antônio, de São João, de São Pedro, o Mês de Maio e o Natal. É tradicional a festividade de Santa Teresa, realizada no dia 15 de outubro de cada ano, que consta de procissão e missa. Os vaqueiros tomam parte nos festejos e disputam corridas de argolinhas, além de apresentarem números de aboios, saltos a cavalo, etc. Acorrem visitantes de outros municípios, inclusive do Estado de Sergipe. Na despalhagem e debulhagem do milho são, às vêzes, organizados mutirões festivos.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Existiam 5 182 eleitores inscritos, dos quais 4 571 compareceram às urnas em 1954. A atual Câmara municipal está constituída de 8 vereadores. Em 1956 exerciam suas funções no município, 54 funcionários públicos sendo 7 federais, 13 estaduais, 33 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro abaixo informa-se o movimento das finanças públicas no período de 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	573	720	...	783
1951	—	953	638	...	639
1952	—	1 231	776	...	776
1953	—	826	1 132	...	941
1954	—	1 047	980	...	781
1955	100	1 454	1 092	422	1 250
1956	156	1 255	1 443	395	1 536

JUSTIÇA — Desde a sua criação Pombal figurou como têrmo da Ouvidoria da Bahia, passando depois a fazer parte da comarca de Itapicuru, criada pela Resolução provincial de 9 de maio de 1833. Por fôrça da Lei provincial número 2 270, de 10 de agôsto de 1881, foi criada a comarca de Pombal, composta dos têrmos de Pombal e Bom Conselho, desmembrados das comarcas de Itapicuru e Jeremoabo. Em virtude da Lei provincial número 2 337, de 22 de julho de 1882, foi a mesma extinta, sendo restaurada pela Resolução provincial número 2 452, de 19 de junho de 1884, porém constituída apenas do têrmo de Pombal. O têrmo de Tucano, que pertencia à comarca de Monte Santo, pela Resolução Provincial número 2 572, de 15 de outubro de 1886, foi transferido para a comarca de Pombal, passando esta a constituir-se do têrmo do mesmo nome e do têrmo de Tucano. Pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892 foi a comarca novamente extinta passando Pombal a Têrmo da comarca de Bom Conselho, e Tucano a Têrmo da de Monte Santo. A Lei estadual número 280, de 6 de setembro de 1898, restaurou novamente a comarca de Tucano, desta vez formada pelos têrmos de Pombal, Soure e Amparo. Pelo Decreto estadual número 264, de 4 de outubro de 1904, o têrmo de Amparo foi anexado ao de Pombal. Pelo Decreto estadual número 266, do mesmo dia, mês e ano, a comarca de Pombal foi extinta mais uma vez, passando Pombal a têrmo da comarca de Bom Conselho (Cícero Dantas). Por fôrça da Lei estadual número 2 225, de 14 de setembro de 1929, Pombal foi desanexado da comarca de Bom Conselho, passando a ser Têrmo da comarca de Itapicuru. Pelo Decreto estadual número 7 481, de 8 de julho de 1931, foi supressa a comarca de Itapicuru, passando o têrmo de Pombal a pertencer à comarca de Barracão. Pela Lei estadual número 201, de 29 de agôsto de 1937, foi restabelecido o têrmo de Pombal que passou a fazer parte da comarca de Inhambupe.

Rua do Tucano.

Na condição de têrmo da comarca de Inhambupe, Pombal aparece na divisão territorial de 1937, no Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, e no Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro do mesmo ano. Por fôrça do Decreto-lei número 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, o têrmo teve o nome mudado para Ribeira do Pombal.

Pelo Decreto estadual número 512, de 19 de junho de 1945 Ribeira do Pombal foi desmembrado da comarca de Inhambupe, passando a têrmo da comarca de Cícero Dantas (ex-Bom Conselho). Desmembrada desta última, foi a comarca de Ribeira do Pombal mais uma vez restaurada por fôrça do Decreto-lei número 175, de 2 de julho de 1949. Atualmente, Ribeira do Pombal é comarca de 1.ª entrância, constituída do têrmo do mesmo nome. Conta com 6 cartórios, dos quais 2 são do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 12 feitos: 11 no cível e 1 no crime.

VULTOS ILUSTRES — Dentre os vários filhos ilustres de Ribeira do Pombal, citam-se Dr. Antônio Ricardo Borges e Dr. Antônio Ferreira de Oliveira Brito.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município são denominados pombalenses. O Prefeito escolhido para o atual exercício é o Sr. José Domingues Brito Silva e o Presidente da Câmara eleito em 30-IV-1957 é o Sr. Emanuel Oliveira Brito.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Antônio Passos Gonçalves Peralva; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Moisés Costa Fonsêca.)

RIO DE CONTAS — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — O município do Rio de Contas teve sua origem na última década do século XVII, quando viajantes que vinham de Goiás e do norte de Minas Gerais, em demanda da cidade do Salvador, capital da província da Bahia, fundaram um pequeno povoado, que tomou o nome de Creoulos, para lhes servir de "ponto de pouso", ou descanso, na exaustiva caminhada.

Êsse povoado situava-se em um planalto da serra das Almas, à margem esquerda do rio de Contas Pequeno, atual rio Brumado.

Foi então edificada uma pequena capela, em forma octogonal, sob a invocação de Senhora Santana.

Logo após, foram descobertos veios e cascalhos auríferos, não sòmente no leito do rio de Contas Pequeno (Brumado) como também nos seus afluentes e nas serras circunvizinhas.

Êsse fato fêz atrair à região grande número de garimpeiros, predominando bandeirantes paulistas e mineiros, os quais, subindo o rio Brumado e explorando as serranias próximas, fundaram, a três léguas acima e numa altitude de 1 450 metros, outra povoação a que deram o nome de "Mato Grosso", tendo os jesuítas, que acompanhavam os bandeirantes, erigido uma igreja em o novo povoado, sob a invocação de Santo Antônio.

Com o desenvolvimento da mineração e o aumento da população, o arraial de Mato Grosso prosperou consideràvelmente e, assim, em 1718, foi criada a primeira freguesia do Alto Sertão Baiano — ou Sertão de Cima —, com a denominação de freguesia de Santo Antônio de Mato Grosso.

Entrementes, no começo do século XVIII, os jesuítas construíram outra igreja, a 12 quilômetros abaixo do povoado de Creoulos, com o orago de Nossa Senhora do Livramento.

Alguns anos mais tarde, em 20 de outubro de 1722, quando já vários povoados tinham sido fundados pelo interior da Bahia, o vice-rei D. Vasco Fernandes César de Menezes, Conde de Sabugosa, escreveu uma carta ao Rei D. João V, de Portugal, na qual fazia ver a necessidade de serem criadas duas vilas no interior da Bahia, tendo o Conselho Ultramarino resolvido criar as vilas de Santo Antônio de Jacobina e Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas, situada esta última no lugar em que hoje se encontra a cidade do Livramento do Brumado.

Praça da Matriz.

Contando com autorização dada pela Carta régia de 27 de novembro de 1723, D. Vasco Fernandes encarregou o coronel Pedro Barbosa Leal de erigir a vila, o que foi feito pelo mesmo em 1724. Sua criação foi aprovada pela Provisão Real datada de 9 de fevereiro de 1725.

O coronel Pedro Barbosa Leal não foi feliz na escolha do local: as febres de mau caráter ali grassavam, quando o rio se espraiava na época das cheias; e tanto assim que, em 20 de fevereiro de 1744, o Ouvidor-Geral da parte sul da comarca da Bahia escrevia uma carta ao Rei D. João V, em que pedia fôsse mudada a sede da vila para um lugar "mais propício".

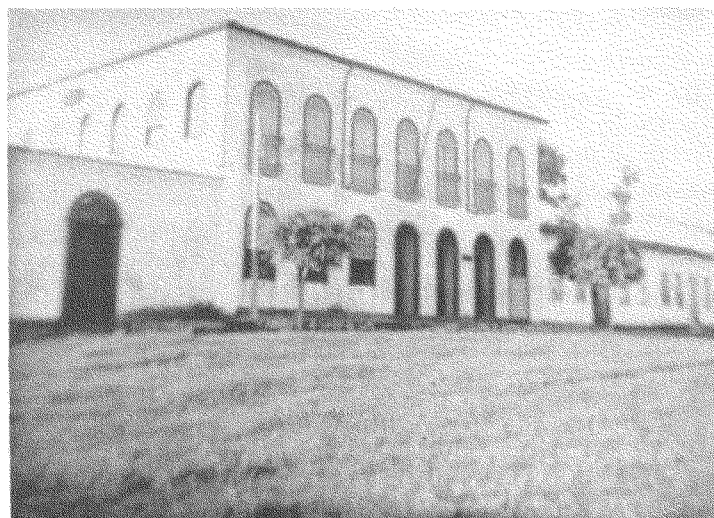
Pela Provisão régia de 2 de outubro de 1745, foi autorizada a mudança da sede da vila para o povoado de Creoulos, primitivo povoado da região, situado a 12 quilômetros acima, no planalto da serra onde atualmente se encontra a cidade do Rio de Contas.

A fundação da nova vila só se efetuou em data de 28 de julho de 1746, por ordem do então vice-rei D. André de Melo e Castro — Conde de Gálveas.

Grupo Escolar Barão de Macaúbas.

Com sua elevação à vila, o povoado de Creoulos passou a denominar-se Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio das Contas, sendo que a vila anterior passou a chamar-se Vila Velha, que é a hodierna cidade do Livramento do Brumado.

Transferida a sede da vila, o govêrno da metrópole determinou que se construíssem os edifícios da Cadeia Pública, Câmara Municipal, Casa de Fundição, e que se instalasse o pelourinho simbólico. O pelourinho foi erguido na principal praça da vila, do qual ainda existe, atualmente, a base e o capitel. A Casa de Fundição, reza a tradição que funcionou, não se sabendo, contudo, nem o local nem a data; quanto ao edifício da Casa da Câmara e Cadeia Pública, só foi construído no começo do século XIX — após a Independência. É um belo e imponente edifício, que se encontra bem conservado pela municipalidade, e fica na moderna Praça Senador Tanajura, ou da Igreja.

A mesma Provisão régia, de 2 de outubro de 1745, que autorizou a transferência da vila, elevou-a à categoria de freguesia, transferindo para aí a sede da freguesia de Santo Antônio de Mato Grosso, com a denominação de freguesia do Santíssimo Sacramento das Minas do Rio de Contas, sendo canonizada pelo Arcebispo D. José Botelho de Matos.

Edifício da Prefeitura Municipal.

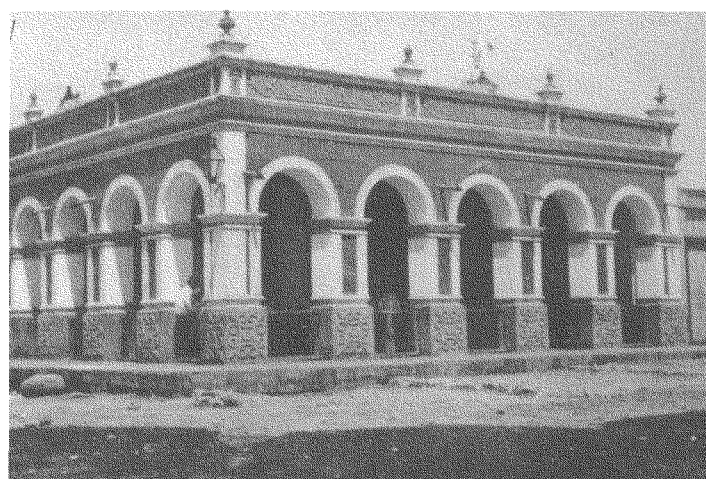
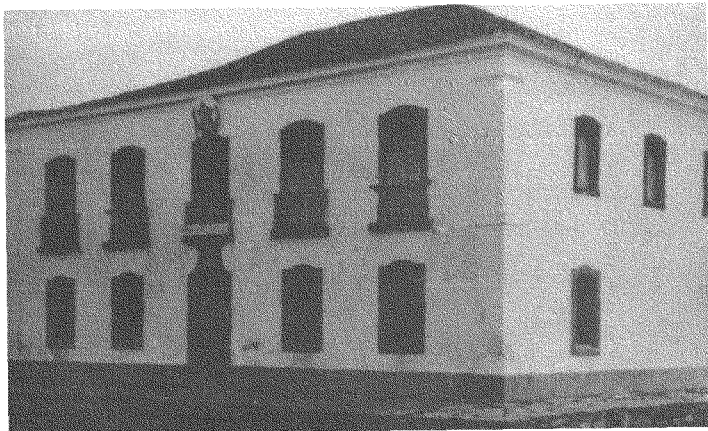
Em 1840, foi simplificado o nome do município para Minas do Rio Contas e em 1931, por fôrça do Decreto estadual número 7 479, de 8 de julho, passou a denominar-se simplesmente — Rio de Contas.

Originàriamente, o território do município era constituído de uma vasta extensão de terras, extremando com Jacobina e o rio São Francisco. Compreendia tôda a região hoje conhecida por Chapada Diamantina, todo o Alto Sertão Baiano ou Sertão de Cima, como era então conhecido, quase tôda a bacia do rio de Contas Grande, atual rio de Contas, e grande parte da bacia do rio São Francisco.

Dada a sua grande extensão territorial, o município perdeu algumas áreas para a integração de novos municípios.

O primeiro município desmembrado foi o de Santo Antônio do Urubu de Cima, atual Paratinga; em 1810 foi desmembrado o de Vila Nova do Príncipe, atual Caetité; em seguida, vieram Mucugê, Água Quente (atual Paramirim), Bom Jesus do Rio de Contas (depois Anchieta e, atualmente, Piatã); e, por último, em 1921, desmembrou-se Vila Velha, hoje Livramento do Brumado.

A vila de Minas do Rio de Contas foi elevada à categoria de cidade pela Resolução provincial número 2 544, de 28 de agôsto de 1885.

Na divisão administrativa do Brasil de 1911 e no quadro do Recenseamento Geral de 1920, o município apresenta-se formado pelos distritos de Minas do Rio de Contas (sede), Vila Velha, Furna, Boa Sentença e Gravatá (êste

Matadouro Municipal.

Forum Barão de Macaúbas.

último foi criado pela Lei estadual número 261, de 6 de agôsto de 1898). Em 1921, pela Lei estadual número 1 496, de 26 de agôsto, o arraial de Vila Velha foi novamente elevado à categoria de vila, ficando desmembrada do município de Minas do Rio de Contas. Assim, ficou êste formado apenas pelos distritos de Minas do Rio de Contas, Furna, Boa Sentença e Gravatá.

Em 23 de junho de 1931, pelo Decreto estadual número 7 455 o município de Livramento (ex-Vila Velha) foi anexado ao de Rio de Contas; essa anexação pouco durou, pois, pelo Decreto estadual número 7 479, do mesmo ano, foi o município de Livramento restaurado.

Na divisão administrativa do Brasil de 1933, o município do Rio de Contas aparece formado pelo distrito do mesmo nome e pelos de Furna, Boa Sentença e Gravatá.

Nas divisões territoriais de 1936 e 1937 e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município do Rio de Contas ainda se encontra com a mesma composição distrital acima.

Já no Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, aparece formado pelos distritos de: Rio de Contas (sede), Palmital (ex-Furna), Marcolino Moura (ex-Boa-Sentença) e Gravatá.

Finalmente, no quadro apresentado pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, sua composição é a seguinte: Rio de Contas (sede), Arapiranga (ex-Palmital), Caraguataí (ex-Gravatá) e Marcolino Moura, formação esta que perdura, de acôrdo com a Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, que fixou o quadro da divisão territorial para o qüinqüênio 1954-1958.

Prédio em construção destinado à futura Escola Profissional e Ginásio.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina, em posição centro-oeste. O seu território está totalmente incluído no "Polígono das Sêcas". Limita com os municípios de Paramirim, Piatã, Livramento do Brumado, Itauaçu, Brumado, Barra da Estiva e Mucugê.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 36' 00" de latitude Sul e 41° 47' 10" de longitude W. Gr. Rumo O. S. O., partindo da Capital do Estado e distando da mesma, em linha reta, 349 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 1 050 metros.

ÁREA — A área do município mede 1 611 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia é bastante montanhosa. Suas serras principais são: a das Almas, a da Tromba, a de Santo Antônio e a do Palmital. Os picos mais em destaque são o das Almas, com 1 836 metros de altitude, considerado o ponto mais alto do Estado; o do Itobira (Itambira ou Itaubira) e o morro do Tombadouro. Banham as suas terras os seguintes rios: o Brumado, o de Contas, o Água Suja e o ribeirão das Furnas.

O rio Brumado nasce no lugar denominado Largo do Queirós — no sopé do pico das Almas, distrito do Rio de Contas, e tem uma extensão total de 150 quilômetros. Corre na direção de oeste para sudoeste e banha os lugares Brumadinho, Jiló, Barra, Bananal, Cercadinho, Brumado e a cidade de Rio de Contas. Sua profundidade varia de 1 a 4 metros. Encontram-se no mesmo as cachoeiras do Fraga, Corriola e a famosa Brumado, além de quedas menores.

O rio de Contas nasce na serra da Tromba, município de Piatã e percorre o município do Rio de Contas numa extensão de 90 quilômetros, isto é, do seu encontro com o rio Água Suja, no lugar Limeira, distrito de Caraguataí, até Várzea da Pedra, no distrito de Marcolino Moura; sua profundidade varia de 2 a 6 metros. Serve de limite entre o município do Rio de Contas e os de Mucugê, Barra da Estiva e Ituaçu.

O rio Água Suja nasce no pico do Itobira (limite do município do Rio de Contas com o de Piatã) e percorre uma extensão de 60 km na direção de oeste para leste. Possui um grupo de quedas dágua, denominado "Salto" (no distrito de Caraguataí).

O ribeirão das Furnas nasce na serra do Palmital, distrito de Arapiranga, e percorre uma extensão de 55 quilômetros na direção de norte para leste, atravessando a zona mais fértil e próspera do município (vale do Ribeirão); tem uma profundidade variável de 1 a 3 metros. No seu curso, banha as seguintes localidades do município: vila Arapiranga, fazenda Irapuàzinho, povoado Umbuzeiro dos Santos, fazendas Boa Vista, Angico e outras; povoado Casa de Telha, vila Marcolino Moura, povoados Engenho Novo e Engenho Velho e lugares Ribeirão e Cana Brava. Lagoas principais: Lagoa Grande, no distrito de Arapiranga, Lagoa do Tamboril e das Pedras, no distrito de Caraguataí.

CLIMA — Observam-se duas características de clima: quente e sêco nos baixios ou caatingas, e temperado ou frio nas serranias ou nos gerais.

A temperatura máxima atinge 32°C e a mínima 10°C, sendo a média de 21°C. Na cidade, onde o frio é intenso nos meses de junho a agôsto, já se registrou a baixa temperatura de 7°C, pela madrugada.

RIQUEZAS NATURAIS — O município do Rio de Contas é muito rico em potencial hidráulico, calculando-se êste em 62 638 c. v.

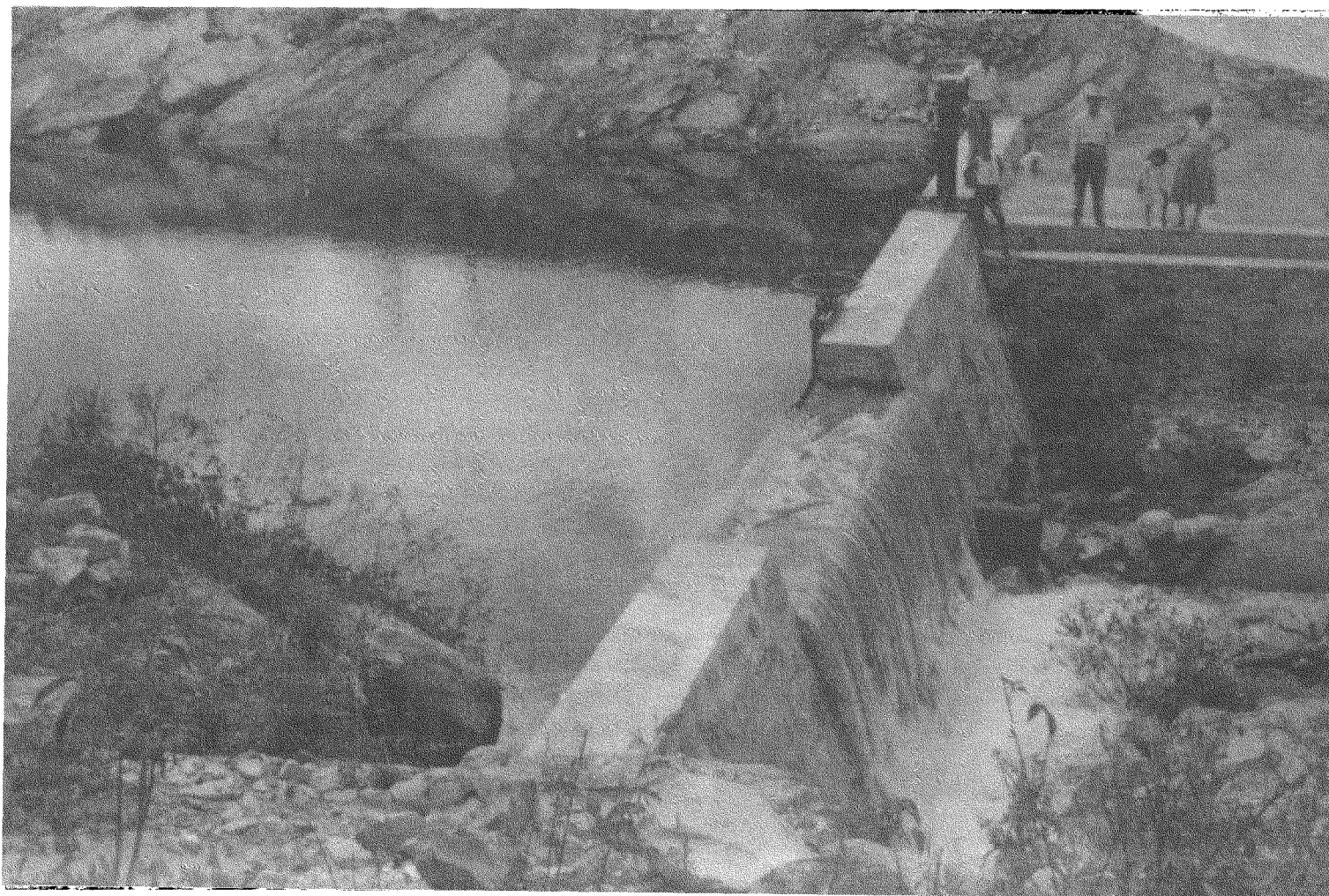
No que se refere a riquezas minerais, o município possui jazidas de ferro, ouro, cassiterita, volfrâmio, platina e vários outros metais, pedras preciosas e pedras para construção.

Presentemente diversas firmas interessadas realizam pesquisas no território do município, visando à exploração de minérios em grande escala. Já se estão extraindo pequenas quantidades de cassiterita e ouro.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950, a população do município era de 15 906 habitantes, sendo 7 191 homens, e 8 715 mulheres, e predominando os brancos com o total de 9 336 pessoas. Quanto ao estado civil, estão em maioria os casados, com 4 699, seguidos pelos solteiros, com 3 745. A população do município era principalmente rural, com 72% dos seus habitantes.

A estimativa da população para 1957 consigna 16 736 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existem no município quatro aglomerações urbanas, cuja população, em 1950, era a seguinte: cidade do Rio de Contas — 1 435 habitantes e vilas de Arapiranga — 961, Caraguataí — 699 e Marcolino Moura — 1 401 habitantes.

A estimativa da população da cidade para 1957 é de 1 600 habitantes.

Barragem sôbre o rio Brumado.

Rua Castro Alves.

Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município possui os seguintes povoados principais, com as respectivas populações, aproximadamente: Mato Grosso — 550 habitantes; Umbuzeiro dos Santos — 420; João Vaz — 350; Casa de Telha — 300; Barra do Brumado — 120; Engenho Velho — 120; Livramento — 85 e Boa Sentença — 90 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Pelo Censo de 1950 existiam no município 11 197 pessoas em idade ativa (10 anos e mais); dessa população, 4 109 pessoas se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", constituindo, assim, 37% da população em idade ativa, percentagem superada ùnicamente pelas "atividades domésticas". Rio de Contas é município essencialmente agrícola.

As atividades fundamentais à economia do município são: na cidade, o artesanato em seus variados ramos; no resto do município, a cultura da cana-de-açúcar, do arroz, de cereais, outros ramos agrícolas e fabrico de rapadura e aguardente.

Agricultura — O valor da produção agrícola, em 1955, elevou-se a 3 683 milhares de cruzeiros, contribuindo a cana-de-açúcar com a maior parcela, seguindo-se a mandioca, o arroz, o feijão, a batata-doce, a banana, o milho, a cebola e outros produtos.

Em 1954, existiam 1 903 propriedades rurais no valor venal de 18 771 milhares de cruzeiros.

Pecuária — A pecuária contribui também com boa parte para a economia do município. Estima-se que, em 1956, possuía um rebanho assim constituído: bovinos 8 000, eqüinos 6 000, asininos 7 000, muares 4 200, suínos 21 000, ovinos 6 000 e caprinos 5 600 cabeças.

Praça Senador Tanajura e Rua 15 de Novembro.

Indústria — O valor da produção industrial, em 1955, ultrapassou a importância de 3 200 milhares de cruzeiros, tendo-se distinguido o fabrico de aguardente com 877; seguindo-se o de rapadura com 873; depois o de calçados com 392; o de farinha de mandioca com 375 e o de arreios para montaria com 272.

O salário-mínimo fixado para o município é de ...... Cr$ 2 000,00.

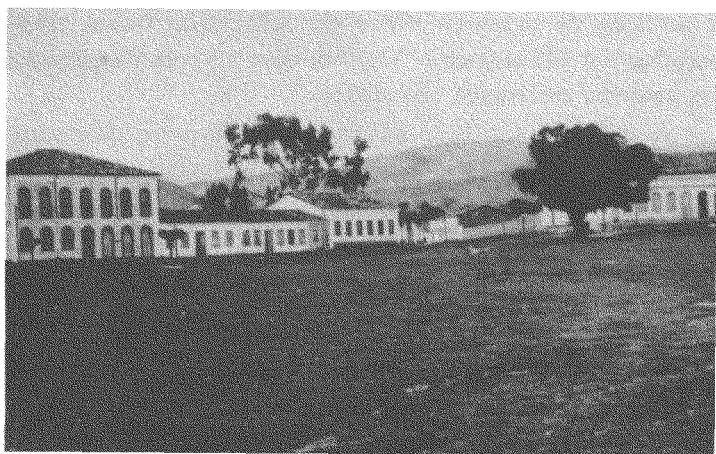
Artesanato — É intensa a atividade artesanal, sobretudo dos habitantes da cidade. O município pode ser considerado como o mais importante parque artesanal do interior da Bahia, sendo que a habilidade e vocação para com as artes é uma característica dos habitantes da cidade, onde 70% do povo se dedicam às atividades peculiares ao artesanato.

"No Rio de Contas todo mundo tem uma arte". "A indústria doméstica é tão disseminada que se pode considerar cada casa uma oficina". E o povo tem uma verdadeira tendência hereditária para as artes.

Os principais ramos do artesanato existentes no Rio de Contas são: ferreiros, latoeiros, sapateiros, seleiros, arrieiros, ourives, fogueteiros, costureiras e bordadeiras.

Rua Barão de Macaúbas.

Os principais produtos fabricados pelos "oficiais artesões" são: bridas, esporas, cabeções de ferro, latão e níquel; cabos de faca em variados tamanhos, formas e acabamentos; facas e punhais de ferro, prata ou ouro (alguns de fino acabamento); armações para selas, de ferro e madeira; sapatos de fino acabamento para homens, senhoras e crianças; selas muito bem trabalhadas; foguetes do ar e bombas, além de outros artigos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade do Rio de Contas liga-se por estrada de rodagem à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas, no percurso seguinte: Capital Federal, 1 703 quilômetros; Capital do Estado, 788 quilômetros; Barra da Estiva, 120 quilômetros; Brumado, 104 quilômetros; Ituaçu, 150 km; Livramento do Brumado, 13 km; Mucugê, 156 quilômetros; Paramirim, 97 quilômetros e Piatã, 170 km.

Praça Governador Rodrigues Lima.

O município possui um campo de pouso para pequenos aviões, com pista de 550 metros.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio rio-contense mantém transações com as praças de Livramento do Brumado, Brumado, Vitória da Conquista, Salvador, Itabuna, Belo Horizonte e outros municípios.

Existem no município 131 estabelecimentos comerciais varejistas, sendo 40 na sede. O giro comercial, em 1956, atingiu a importância de 9 225 milhares de cruzeiros.

Existem algumas feiras no município, sendo a principal a que se realiza aos sábados, na cidade.

ASPECTOS URBANOS — A cidade do Rio de Contas está situada numa altaneira planície de gerais da serra das Almas, a uma altitude de 1 050 metros. Conta bons e sólidos edifícios, casas térreas e sobrados, caiados e envidraçados, formando 41 logradouros. As ruas, na sua maioria, são largas, planas e longas. Há dois largos denominados do Capim (o nome primitivo era Canteiro) e de Sant'Ana; e duas bonitas praças, a da Matriz (hoje Senador Tanajura) e Rosário (atualmente Governador Rodrigues Lima). Na Praça da Matriz se acha a igreja paroquial do Santíssimo Sacramento. Na Praça do Rosário existiu antigamente outra igreja, sob a invocação de Nossa Senhora do Rosário.

Há duas ruas calçadas com pedras irregulares, não se tendo, ainda, em nenhuma delas, concluído o calçamento.

A iluminação pública estende-se a 39 logradouros. Na sede há 363 prédios, estando 135 dêles servidos de luz elétrica. O consumo total de energia elétrica, na sede municipal, em 1955, foi de 30 672 kWh.

As principais ruas são: Quinze de Novembro, Barão de Macaúbas, Barão do Rio Branco e Silva Jardim. *Edifícios principais:* — Igreja do Santíssimo Sacramento, Santuário de Santana e Nossa Senhora de Fátima, o forum, a Cadeia Pública, a Prefeitura Municipal e a Escola Profissional (cuja construção se encontra em fase final).

A cidade dispõe de uma agência postal-telegráfica e conta um hotel, uma pensão e uma tipografia.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo Pôsto de Higiene do Estado e pelo Setor número 13 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado aquêle na cidade de Brumado, ao qual se subordina.

Exercem a profissão na cidade um médico e dois dentistas. Existem quatro farmácias, sendo uma situada na sede municipal.

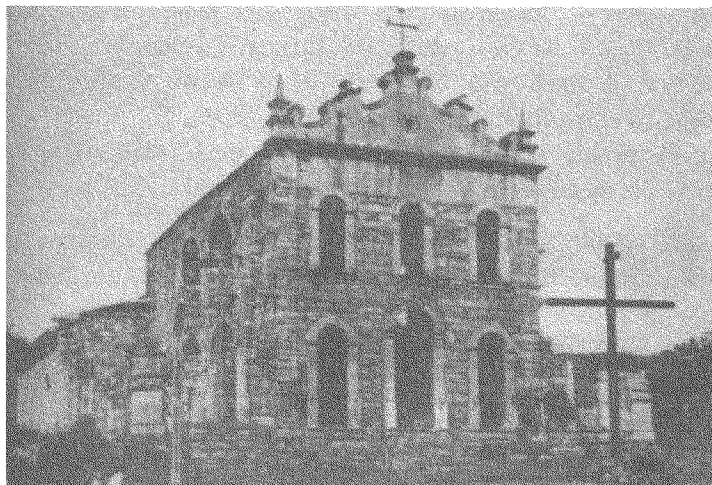
Comporta para regularização da entrada das águas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Afora a assistência prestada pela municipalidade, existe a Bôlsa de Caridade do Clube Riocontense que presta assistência à pobreza e à velhice abandonadas.

Existe, outrossim, a Cooperativa Mista do Rio de Contas, de crédito e produção, que, todavia, não está funcionando atualmente.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 13 599 pessoas; dessas, 2 924 sabiam ler e escrever, ou seja, 21,50%.

Ensino — Em 1956, existiam 17 unidades de ensino primário fundamental comum, sendo 9 estaduais e 8 municipais. Foram matriculados 900 alunos.

Na cidade funciona o grupo escolar estadual "Barão de Macaúbas" com 9 professôras.

Ruínas da Igreja de Santana, construída pelos portuguêses.

Encontra-se na última fase de construção um moderno conjunto de cinco pavilhões, destinado ao funcionamento da Escola Profissional (artesanato) e do Ginásio.

O município é sede da 19.ª Circunscrição Escolar da Secretaria da Educação, abrangendo cinco municípios.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem três bibliotecas na cidade: a "D. Augusto, Cardeal da Silva" pertencente à Agência Municipal de Estatística, a da Prefeitura e a do Clube Riocontense; tôdas com menos de 1 000 volumes. Funciona uma sociedade cultural, beneficente, recreativa e, reconhecida de utilidade pública pelo Govêrno do Estado, — o Clube Riocontense, fundado em 1901, e ainda uma sociedade musical — a Lira dos Artistas. Na vila de Caraguataí, há também uma sociedade musical — a Lira Carlos Gomes.

CULTOS RELIGIOSOS — A primitiva freguesia do município foi criada em 1718 sob a invocação de Santo Antônio de Mato Grosso, no atual povoado de Mato Grosso. Posteriormente, por fôrça da Provisão régia de 2 de outubro de 1745, a sede da primitiva freguesia foi transferida para a "Vila Nova de Nossa Senhora do Livramento e Minas do Rio das Contas" (atual cidade do Rio de Contas), mudando-se sua invocação para Santíssimo Sacramento das Minas do Rio de Contas. A paróquia subordina-se eclesiàsticamente à diocese de Caetité.

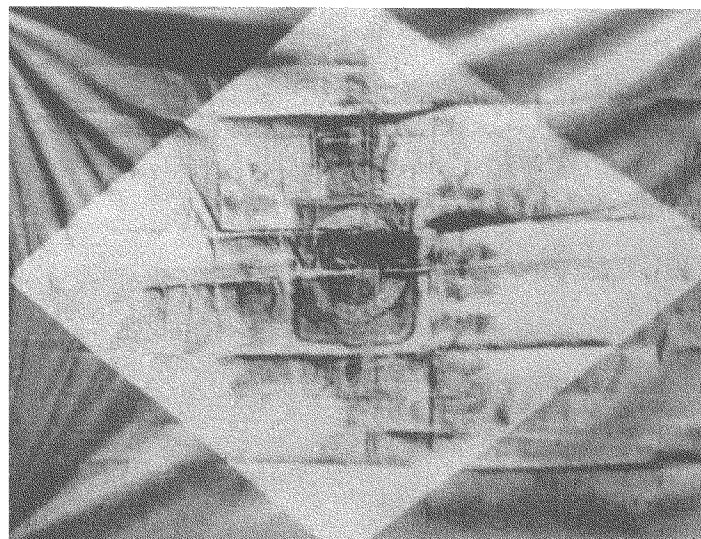
Além da igreja-matriz, existe outra igreja na cidade — o "Santuário de Santana e a de Nossa Senhora de Fátima", esta, de construção antiga, tôda de pedra, mas inacabada; os serviços de prosseguimento da construção foram recomeçados por iniciativa do Vigário, com o apoio da população, estando em franca atividade.

A matriz é um belo edifício, de construção de pedra.

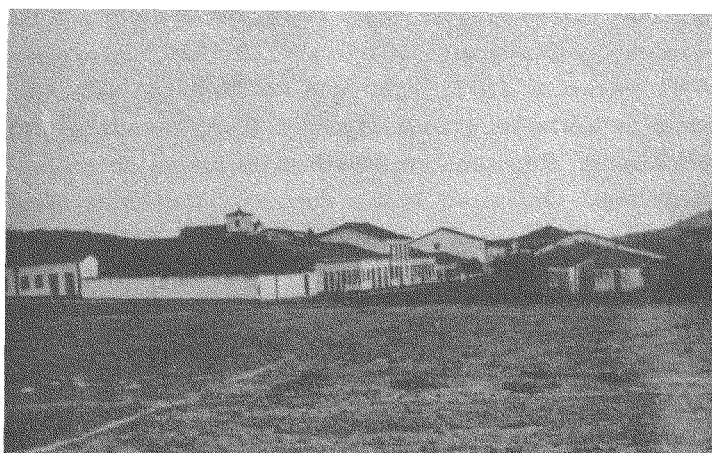
No município, existem ainda 15 capelas. Contam-se 10 associações religiosas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Festeja-se, com certa animação o Natal, que se caracteriza por lindos presepes e pela Missa do Galo; as festas juninas de São João, de Santo Antônio e de São Pedro, também continuam sendo celebradas com apreciável entusiasmo; é bastante generalizado, nesses festejos, o uso das fogueiras, churrascos, leitoas assadas, licores, compadresco de "pula-fogueira" e, bem assim, as interessantes "jornadas", cordões de môças e rapazes em traje de chita, chapéu de palha e demais adornos campesinos, mas tudo obedecendo a norma e estética padronizadas.

Promove-se a "jornada" dos brancos e a dos pretos; nunca se verifica a presença de gente de côr escura na jornada dos brancos.

Existe ainda a "jegada", conjunto de homens e mulheres do povo, geralmente pretos, a executar com tambores, flautas, pandeiros e outros instrumentos, suas músicas características, mas de maneira estrepitosa e sem nenhuma conexão harmônica; funciona como um "terno de reis" e, assim, a qualquer hora da noite — e sem nenhum aviso prévio — dirige-se a "jegada" à casa de qualquer família, onde, de início, entoa o cântico "abra a porta", característico da chegada.

Bandeira com que foi homenageado o batalhão de Marcolino Moura.

Aberta a porta pelo dono da casa, entra o terno cantando, ao som dos instrumentos, uma canção de louvor ao "dono da casa". Serve o dono da casa aos componentes do "terno" café, doces ou bebidas (de preferência cachaça) e distribui, ainda, algum donativo para auxílio do folguedo, que continua noite adentro, em outras residências. É uma diversão tìpicamente africana, de colorido local.

É costume também promoverem-se romarias a certas partes (principalmente aos Cruzeiros erguidos nas colinas adjacentes) para pedir chuva. Em tais romarias não há um ritual específico; reza-se o têrço, o Senhor Deus Misericórdia, etc.; cada pessoa leva consigo um vasilhame contendo água (garrafa, pote, etc.) para depositar ao pé do cruzeiro.

Praça Governador Rodrigues Lima.

Das festas litúrgicas, as mais importantes que se celebram na cidade, são: *Corpus Christi* (padroeiro local); Imaculada Conceição; Santana; Divino Espírito Santo; São Sebastião; Natal; Reis e Semana Santa.

As festas da Imaculada Conceição, Sant'Ana, Espírito Santo e São Sebastião são organizadas ou dirigidas pelo "Festeiro" que é eleito em cada ano, no fim da missa solene da festa respectiva.

A solenidade da "Entrega da Bandeira" é bastante sugestiva: o "festeiro" em exercício sai com a bandeira do Santo, acompanhado do Padre e quase tôda a população da cidade e visitantes, ao som da banda de música, foguetes e fogos de artifício para a casa do "festeiro" eleito, que, juntamente com os membros de sua família, aguarda em casa a chegada do préstito. Discursos de agradecimento e votos de bom êxito marcam a transmissão da "bandeira" pelo "festeiro" anterior ao seu substituto.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1954, o número de eleitores inscritos no município era de 2 302, tendo comparecido às urnas e votado 1 553 eleitores. São 8 os vereadores em exercício.

Em 1956, havia no município 76 funcionários, assim distribuídos: — federais 18; estaduais 31; municipais 26 e autárquicos 1.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado das finanças públicas no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	232	319	384	92	394
1951	239	354	386	101	217
1952	238	401	429	84	512
1953	199	321	752	99	814
1954	284	402	1 256	129	1 384
1955	296	604	751	154	505
1956	208	830	975	189	618

JUSTIÇA — O município é sede de comarca de 1.ª entrância, de Zona Eleitoral (61.ª Zona) e junta apuradora de eleições (64.ª Junta).

A comarca foi criada pela Resolução provincial de 9 de maio de 1833, formada pelos têrmos de Minas do Rio de Contas, Caetité, Macaúbas e Urubu. Pela Lei provincial número 6, de 2 de maio de 1835, ficou formada pelo têrmo do mesmo nome, e pelos de Macaúbas e Caetité; pela Resolução número 518, de 19 de abril de 1855, passou a ser constituída pelo têrmo do mesmo nome e pelos de Santa Isabel do Paraguaçu e Maracás.

Pela Lei provincial número 809, de 11 de junho de 1860, perdeu o têrmo de Maracás (elevado a comarca) e ganhou o de Lençóis.

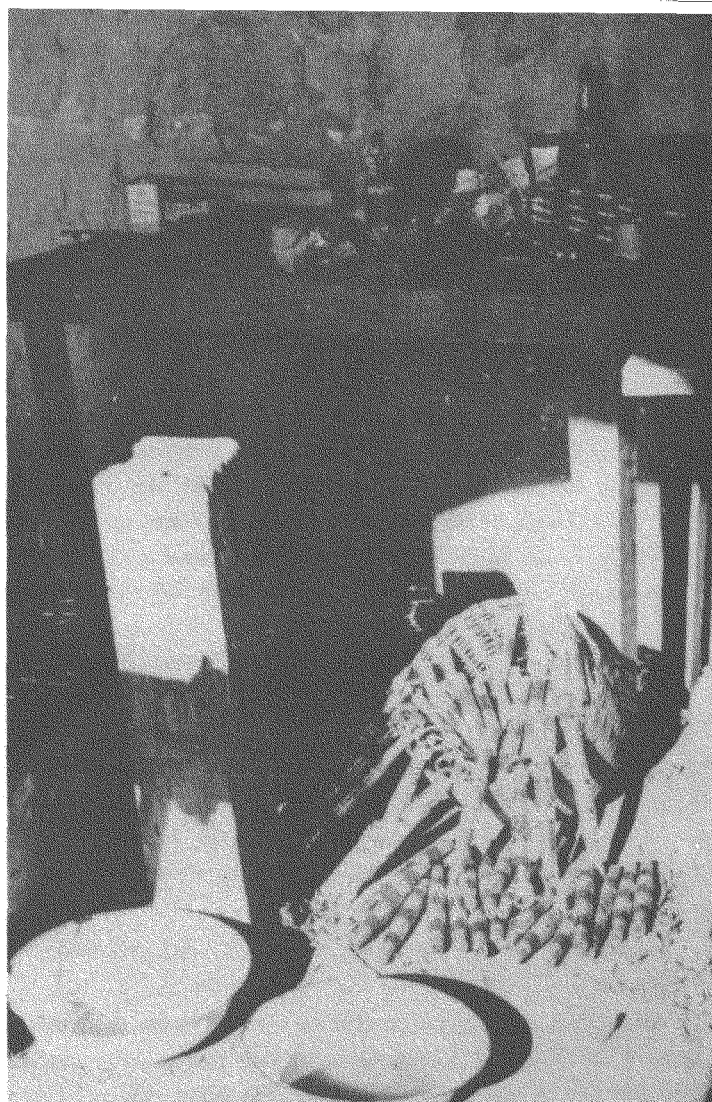
Pela Lei provincial número 1 149, de 18 de abril de 1871, perdeu os têrmos de Lençóis e de Santa Isabel, que passaram a constituir a nova comarca das Lavras Diamantinas, com sede em Lençóis, juntamente com o têrmo de Brejo Grande.

Pela Resolução provincial número 1 311, de 28 de maio de 1873, a comarca de Minas do Rio de Contas ficou formada apenas pelo têrmo de igual nome, uma vez que o têrmo do Brejo Grande foi anexado à comarca de Maracás.

Pela Lei provincial número 1 813, de 11 de julho de 1878, a comarca passou a ser formada pelos têrmos do mesmo nome e de Bom Jesus do Rio de Contas.

Pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, a comarca foi constituída pelos têrmos do mesmo nome, do Bom Jesus do Rio de Contas, da Água Quente e dos Remédios.

Na Lei estadual número 280, de 6 de setembro de 1898, a comarca aparece constituída pelos seguintes têrmos: Minas do Rio de Contas, Água Quente e Jussiape (êste último anexado à comarca pelo Decreto estadual número 264, de 4 de outubro de 1904).

Permanece a mesma composição acima na Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, tendo, porém, o

Artesanato — Fabrico de cabo de faca.

Casa onde nasceu o Dr. Abílio Cesar Borges — Barão de Macaúba.

têrmo de Água Quente mudado a sua denominação para Paramirim.

Em 1922, pela Lei estadual número 1 560, de 17 de julho, foi anexado à comarca o têrmo da Vila Velha, que, pela Lei estadual número 1 612, de 25 de maio de 1923, teve o seu nome mudado para o de Livramento.

A Lei estadual número 2 225, de 14 de setembro de 1929 estabeleceu a seguinte composição para a comarca: Minas do Rio de Contas, Livramento, Bom Jesus do Rio de Contas e Paramirim.

Por fôrça do Decreto estadual número 6 983, de 16 de setembro de 1930, a sede da comarca foi mudada provisòriamente para a vila de Paramirim, tendo voltado à situação antiga pelo Decreto estadual número 7 311, de 19 de março de 1931. Nesse mesmo ano, os Decretos estaduais n.os 7 455 e 7 479, respectivamente de 23 de junho e 8 de julho, simplificaram o nome da mesma para Rio de Contas.

Nas divisões territoriais de 1936 e 1937 e no Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, a comarca apresenta-se formada pelos têrmos do Rio de Contas, de Anchieta (ex-Bom Jesus do Rio de Contas), do Livramento e de Paramirim.

A mesma constituição permanece no Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro do referido ano e no quadro do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944 (êste último decreto mudou os nomes de Livramento e Anchieta para Livramento do Brumado e Piatã, respectivamente).

Por fôrça do Decreto-lei estadual número 512, de 19 de junho de 1945, a comarca do Rio de Contas perdeu os têrmos de Paramirim e Piatã, que foram elevados à categoria de comarca e, por último, perdeu o do Livramento do Brumado, também elevado à comarca, pelo Decreto-lei estadual número 175, de 2 de julho de 1949, ficando Rio de Contas sòmente com o têrmo do mesmo nome e na categoria de comarca de 1.ª entrância.

A comarca de Paramirim — ainda não instalada — continua sob a jurisdição do Rio de Contas.

Em 1956, a comarca do Rio de Contas tinha 9 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. O total dos feitos julgados em 1956 foi de 74 assim distribuídos: no cível 43; no crime 30; outros 1.

VULTOS ILUSTRES — *Abílio César, Barão de Macaúbas* — nasceu na cidade em 9 de setembro de 1824 e faleceu em 17 de janeiro de 1891. Diplomado em Medicina pela Academia da Côrte, foi grande educador. Nasceu e viveu para bem ensinar. Reputado um dos grandes nomes da pedagogia nacional. Organizou às suas custas o batalhão dos Zuavos, que prestou assinalados serviços à Pátria na Guerra do Paraguai. Homem de imprensa, foi redator de vários periódicos. Fundou o Ginásio Baiano, que dirigiu durante 14 anos e onde educou várias gerações. Fundou no Rio o Colégio Abílio. Deixou várias obras escolares.

Marcolino Moura e Albuquerque, médico formado pela tradicional Faculdade de Medicina do Recife. Ainda estudante, organizou um batalhão de voluntários sertanejos, que seguiu sob o seu comando para o campo de luta, na Guerra do Paraguai, tendo tomado parte na batalha de Tuiuti.

Regressou ao Rio de Contas coberto de glórias e trazendo a bandeira nacional do seu batalhão crivada de balas e tinta em sangue, a qual ofereceu pessoalmente à Câmara Municipal, onde está carinhosamente guardada.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no Rio de Contas adotam o gentílico riocontense.

O Prefeito escolhido nas eleições de 3 de outubro de 1954, foi o Sr. Rodolfo Oliveira Abreu, e o Presidente da Câmara, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957, é o Sr. Filogônio Ramos Cardoso.

Desempenhou funções de primeiro Intendente o Doutor José de Aquino Tanajura e o primeiro Presidente da Câmara foi o mesmo Intendente, sendo os demais membros: Aurélio Justiniano da Rocha, Cristóvão Gonçalves Novais de Aguiar, Francisco Rodrigues da Trindade, Graciano Marques e Manuel Honório de Moura Albuquerque.

O último Conselho do Império tinha a seguinte constituição: tenente Adolfo Henrique Cottschall — Presidente; Eunápio César da Silva — Secretário; Teófilo Viana, Arlindo Eutrópio Ramos, Miguel Joaquim de Novais, tenente Adalberto de Oliveira Rocha e Rodrigo Alves Pereira, membros.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Teófilo Santa Cruz Santos Silva; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Arival da Costa Lima.)

RIO REAL — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — O que se conhece da vida histórica dêste município baseia-se mais na tradição do que mesmo em fatos. Segundo tradição local, existiu, em épocas remotas, no lugar onde hoje se encontra edificada a cidade, um brejo denominado "Brejo Grande" que devido à pureza de sua água servia para abastecer os moradores da circunvizinhança. Com o correr dos tempos, desapareceu parte dêsse brejo e às margens do que dêle restou surgiu o povoado de Brejo Grande, mais tarde Barracão e atualmente Rio Real.

Entretanto, o que se sabe de concreto é que o território do atual município deve a sua penetração e coloniza-

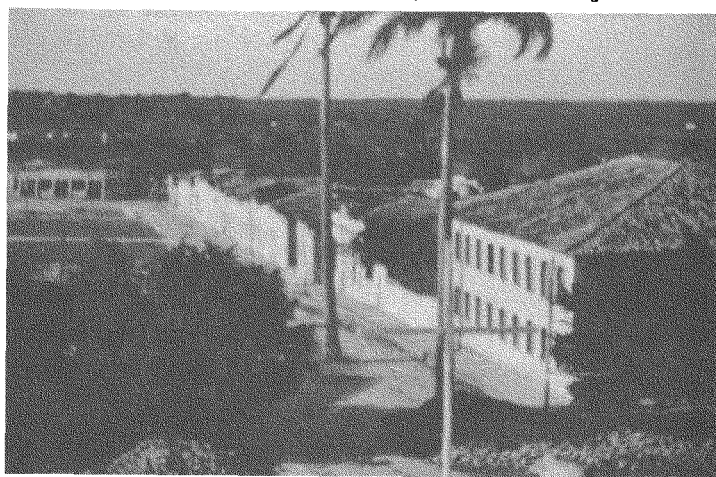
ção a brasileiros, descendentes diretos de portuguêses, que ali se fixaram, utilizando elementos negros e indígenas, domesticados, na prática da agricultura, considerada até hoje, como a principal atividade do município.

O povoado de Brejo Grande, devido naturalmente ao seu desenvolvimento sempre maior, foi, em 1855, através da Lei provincial n.° 538, de 8 de maio, elevado à categoria de freguesia, sob a invocação de Nossa Senhora do Livramento de Brejo Grande. A freguesia conheceu o seu primeiro Vigário na pessoa do padre Manoel José Escorrega.

Decorridos 25 anos da sua elevação à categoria de freguesia, foi o povoado de Brejo Grande elevado à categoria de vila, com o nome de Barracão, pela Resolução provincial n.° 1 991, de 1.° de julho de 1880, que também criou o município da mesma denominação e formado com território desmembrado do de Itapicuru, ocorrendo a sua instalação em 16 de maio de 1882.

A vila de Barracão recebeu o nome de Rio Real pelos Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, que também mudaram para Rio Real o nome do município e a êle anexaram os territórios dos municípios de Jandaíra e Itapicuru.

Mais tarde, pelo Decreto estadual n.° 8 104, de 19 de julho de 1932, o território do distrito de Cajueiro, (criado pela Lei estadual n.° 1 941, de 22 de abril de 1927), do extinto município de Vila Rica, foi anexado ao município de Rio Real. No mesmo ano, o Decreto estadual número 8 233, de 27 de dezembro, criou, no município de Rio Real a subprefeitura de Itapicuru e no ano seguinte o Decreto estadual n.° 8 342, de 14 de março de 1933, criou a subprefeitura de Jandaíra. O município de Itapicuru foi restabelecido, com sede na subprefeitura do mesmo nome e território desmembrado do de Rio Real, pelo Decreto estadual n.° 8 447, de 27 de maio de 1933.

A vila de Rio Real recebeu foros de cidade através do Decreto-lei estadual n.° 10 724, de 30 de março de 1933.

Vista parcial da cidade.

Com o restabelecimento, pelo Decreto estadual número 8 464, de 1.° de junho de 1933, do município de Vila Rica, o território do distrito de Cajueiro foi desanexado do de Rio Real, voltando a integrar o de Vila Rica.

Também em 1933, através do Decreto estadual número 8 703, de 16 de novembro, foi o município de Jandaíra restaurado, com território desmembrado do de Rio Real.

Por fim, nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.° 10 724, de 30 de março de 1938, o município em questão permanece constituído apenas de um distrito, o de Rio Real, situação que permanece inalterada.

LOCALIZAÇÃO — O município localizado na Zona Fisiográfica do Litoral Norte, situa-se na margem esquerda do rio Itapicuru. É limitado ao norte pelo Estado de Sergipe, do qual se acha totalmente separado pelo rio Real, e pelos municípios de Esplanada, Itapicuru, Acajutiba, Jandaíra e Conde. Possui a sede municipal as seguintes coordenadas geográficas: 11° 28' 43" de latitude Sul e ..... 37° 56' 06" de longitude W.Gr. Rumo da Capital do Estado em direção a sede municipal, da qual dista em linha reta 168 km, N.N.E.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — É de 167 metros a altitude da sede municipal.

ÁREA — A área total do território do município mede 766 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Topografia pouco acidentada, com pequenas elevações. A bacia hidrográfica salienta-se pelo grande número de rios que banham o município: o Itapicuru, com os seus afluentes, Pequara, Nicaça, Timbó, Brejinho, Monte Alegre, Oiti e Azul; o Real, com os seus tributários Mumbuca, Rita, Nina, Brejo, Repouso, Parari e Calumbe, que ajudam a aumentar o volume de suas aguadas tão importantes para a vida do Nordeste. Existem também várias lagoas, sendo as mais importantes a Grande e a do Salgadinho. Possui, ainda, diversas ilhas formando arquipélago no meio do rio Itapicuru, sendo a mais importante a ilha de Sucuruí que, além de cultivada, é rica em diamantes.

CLIMA — O clima apresenta-se quente e sêco no verão, amenizado pela viração N.E., e úmido no inverno. Em

1956, a temperatura na sede no município apresentou os seguintes dados: média das máximas 36°C, média das mínimas 19°C e média compensada 25°C. A precipitação máxima em 24 horas atingiu, naquele ano, a altura de 25 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — Na flora, merecem menção poucas espécies de madeira de Lei e plantas medicinais, devido à grande devastação de suas matas. Também a fauna é pobre, apresentando algumas espécies de animais

Gare da estação da V.F.F. Leste Brasileiro.

silvestres. A pesca, entretanto, constitui uma grande riqueza natural. De origem mineral, são extraídas a argila e a pedra para construção; o leito do rio Itapicuru, porém, possui diamantes, carbonados e ouro, cujas jazidas são pràticamente inexploradas.

POPULAÇÃO — Em 1950, o Recenseamento revelou que a população total do município era de 12 858 habitantes, compreendendo 6 223 homens e 6 635 mulheres. Quanto à côr, a população estava assim distribuída: pardos 7 887, brancos 3 642, pretos 1 310 e 19 não se declararam quanto à côr. No grupo populacional de 15 anos e mais, os casados predominavam, pois enquanto somavam 3 788 indivíduos, os solteiros eram apenas 2 800, os viúvos 519 e os desquitados 16. O quadro rural congregava, em 1950, 79,14% da população total do município.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existe sòmente a da cidade que em 1950 contava 2 682 pessoas.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade, há no município os povoados de Teotônio e Palmeira com a população estimada de, respectivamente, 370 e 230 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — O município tem na agricultura sua principal atividade econômica e o valor da produção em 1955 foi de 3 185 milhares de cruzeiros, destacando-se as produções da mandioca e do milho, que concorreram com 1 164 e 1 080 milhares de cruzeiros respectivamente, seguidos do feijão, da cana-de-açúcar, do amendoim com casca, do fumo em fôlha, etc.

A pecuária é também de grande expressão econômica para o município; a população dos seus rebanhos foi estimada, em 1956, em 25 000 cabeças de bovinos, 12 000 de suínos, 10 000 de ovinos, 3 900 de caprinos, 3 000 de eqüinos e menos de 1 000 das outras espécies. Exporta gado em pequena escala para o Estado de Sergipe e a praça de Salvador.

A indústria de açúcar mascavo, aguardente, farinha de mandioca, cal, massas alimentícias, telha e tijolos, valeu em 1955, 4 693 milhares de cruzeiros. A indústria extrativa é pouco desenvolvida e o seu valor no mesmo ano foi de 433 milhares de cruzeiros, concorrendo a extração da lenha com 400 milhares de cruzeiros, ou seja, quase o total da produção extrativa. O Recenseamento de 1950 revelou que no grupo populacional compreendido entre 10 anos e mais, 36% dedicavam-se às atividades acima.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade à Capital Federal, ferrovia — 2 496 km e rodovia — 1 822 km; à Capital do Estado, ferrovia — 260 quilômetros e rodovia — 284 km; às cidades vizinhas de Acajutiba, ferrovia — 34 km; Conde, via mista (ferrovia — 54 km e rodovia — 46 km) ou por via vicinal — 42 quilômetros; Esplanada, rodovia ou ferrovia — 54 km; Itapicuru, rodovia — 42 km; e Jandaíra, rodovia — 24 quilômetros. Liga-se também com as cidades sergipanas de Cristianápolis, rodovia — 36 km; Itabaianinha, ferrovia — 35 km e Tobias Barreto, rodovia — 61 km. É a sede, bem como grande extensão do município, servida pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação da cidade foi inaugurada em 14 de agôsto de 1912.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio da sede é relativamente desenvolvido e mantém transações com as praças de Aracaju e Salvador. São 2 os estabelecimentos atacadistas, enquanto o de varejistas soma 40. O giro comercial em 1956 atingiu 15 000 milhares de cruzeiros. Rio Real, à exceção de 2 correspondentes, não possui estabelecimentos bancários, motivo por que as transações dêsse gênero são efetuadas nos municípios vizinhos. O salário-mínimo estabelecido para a região é de 2 200 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade apresenta uma topografia ligeiramente acidentada. O seu aspecto urbanístico é interessante, possuindo ruas largas. Dispõe de estação

Praça Barão do Rio Branco.

ferroviária. Conta 20 logradouros, dos quais 9 são pavimentados e 1 arborizado e ajardinado simultâneamente. Tem serviço de luz elétrica, cuja rêde serve a 12 logradouros e a 250 dos 821 prédios existentes na cidade. Funciona 1 cinema e existem 3 pensões com capacidade para hospedar 30 pessoas. Também possui a cidade 1 Agência do D.C.T. e 1 Agência telegráfica da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — No município apenas o Pôsto de Higiene do Estado presta assistência médico-sanitária à população, além da Vigilância Sanitária exercida pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais, através do Setor n.º 3 sediado em Alagoinhas. Exercem a profissão na cidade 2 médicos e 1 dentista. Existem 2 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência social aos pobres é prestada pela Sociedade São Vicente de Paulo.

ALFABETIZAÇÃO — Os dados censitários de 1950 revelaram que a população de 5 anos e mais, no município era composta de 10 674 habitantes e dela sòmente 2 494 pessoas sabiam ler e escrever, compreendendo 1 323 homens e 1 171 mulheres, ou seja, 23,4%.

ENSINO — Em 1956, existiam no município 17 unidades escolares do ensino fundamental comum, compreendendo 2 mantidas pelo govêrno do Estado e 15 pelo do município, tendo a matrícula efetiva atingido, naquele ano, 900 alunos. O Grupo Escolar Estadual Marquês de Abrantes é o principal estabelecimento de ensino.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe a biblioteca pública "2 de Julho", com um acervo de 350 volumes.

CULTOS RELIGIOSOS — A paróquia de Nossa Senhora do Livramento é subordinada à arquidiocese de Salvador, sendo composta de 1 igreja matriz e 3 capelas públicas. O culto não católico acha-se representado pela Igreja Batista de Rio Real, localizada na cidade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa consagrada à padroeira do município, Nossa Senhora do Livramento, é realmente a única manifestação de cunho religioso e popular comemorada em Rio Real, anualmente, no dia 8 de setembro, com programa festivo que obedece, há muitos anos, às mesmas normas. Nesse dia as ruas amanhecem engalanadas, rezam-se missas pela manhã e, à tarde, ocorre a grande e tradicional procissão, encerrando-se os festejos religiosos com a bênção do SS. Sacramento. À noite verifica-se a festa de largo, que conta com o comparecimento de quase tôda a população, tendo como principal diversão a tradicional "feira-chique" e diversos jogos passa-tempo, cujas rendas se revertem em benefício da igreja-matriz.

Rua Manoel Moreira.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Os eleitores inscritos em todo o município totalizavam 2 921, tendo votado nas eleições de 1954 apenas 1 983. A Câmara de Vereadores é composta de 8 membros. Em 1956, 92 funcionários públicos exerciam atividades no município, compreendendo 70 federais, 15 estaduais, 6 municipais e 1 autárquico. O município é sede da 2.ª Circunscrição da Primeira Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o movimento das finanças públicas no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	131	474	425	191	426
1951	243	513	497	239	360
1952	321	596	550	251	632
1953	306	530	918	276	1 065
1954	332	625	783	305	764
1955	293	751	928	370	913
1956	353	934	1 355	514	1 254

JUSTIÇA — Desde a sua criação que o município ficou pertencendo ao têrmo da comarca de Itapicuru e como tal aparece no Ato Estadual de 3 de agôsto de 1892 e na Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898. Entretanto, pelo Decreto estadual n.º 266, de 4 de outubro de 1904, passou a têrmo da comarca de Conde. Mais tarde, voltou o têrmo de Barracão a integrar a comarca de Itapicuru, fato que se verificou por fôrça da Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, que transferiu a sede da comarca para o têrmo de Barracão.

A Comarca de Barracão foi criada pela Lei estadual n.º 1 662, de 29 de agôsto de 1923, formada pelos têrmos de Barracão e Vila Rica. Pelo Decreto estadual n.º 7 481, de 8 de julho de 1931, foram anexados, provisòriamente, à comarca de Barracão, os têrmos de Pombal e Amparo. Através do Decreto estadual n.º 8 104, de 19 de julho de 1932, a comarca de Barracão passou a ser formada pelos têrmos de Barracão, Pombal e Itapicuru. Em 1935, pelo Decreto estadual n.º 9 415, de 18 de março, o têrmo de Jandaíra passou a fazer parte da comarca de Barracão. Por fim voltou a dita comarca, através da Lei estadual número 131, de 23 de novembro de 1936, a ser formada pelos têrmos de Barracão e Jandaíra.

Na divisão territorial de 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, a comarca foi designada Rio Real e permaneceu subdividida em dois têrmos: Rio Real e Jandaíra. Com formação judiciária idêntica aparece no quadro territorial em vigência no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938.

Por fim, pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, foi o têrmo de Jandaíra extinto, sendo restabelecido pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944. Portanto, atualmente, a comarca continua formada pelos mesmos têrmos: Rio Real e Jandaíra. Compreende, sòmente o têrmo de Rio Real, 5 cartórios, sendo 1 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 47 feitos no cível e 8 no crime.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do município são denominados realenses. A origem e significado do topônimo devem-se ao grande rio ali existente. O Prefeito em exercício é o Sr. Antônio Guimarães de Carvalho e o Presidente da Câmara é o Sr. Josias Correia dos Santos.

Rio Real conheceu o primeiro Prefeito na pessoa do Dr. Pedro Mendes de Carvalho. Compunha-se o primeiro Conselho Municipal dos seguintes membros: Otávio de Sousa Leite — presidente, Salvador Franklin de Oliveira, Fernando Cardoso de Matos, Feliciano Ferreira de Matos, Hermógenes Ferreira da Costa, Antônio Gonçalves Lopes e Antônio Honorato da Silva Ribeiro.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Jehovah de Andrade Campos; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Esequias de Azevedo Oliveira.)

RUY BARBOSA — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras penetrações no território do atual município de Ruy Barbosa decorreram das entradas de bandeirantes paulistas, chefiadas, entre outros, por Braz Rodrigues do Aragão, que, chegado a Salvador em agôsto de 1671, logo se transferiu para Cachoeira, onde fixou a base de operações contra os silvícolas que, localizados na serra do Orobó, desciam periòdicamente sôbre os estabelecimentos portuguêses do recôncavo. Derrotados e subjugados, os indígenas se dispersaram pelas matas do sul da capitania.

Mais tarde, já livres das incursões dos índios, essas terras se integraram nos vastos domínios — cento e sessenta léguas do mestre-de-campo Antônio Guedes de Brito, que foi um dos primeiros a iniciar a criação de gado e a estabelecer currais a partir da margem baiana do rio de São Francisco. O desenvolvimento da pecuária nas regiões do sertão foi estimulado pela Carta régia de 1701, que só permitia a criação de gado para além de uma faixa de dez léguas da costa; com isto, foram muito procuradas as terras do mestre-de-campo, que aforava "sítios" de uma légua de extensão, a dez mil réis por ano.

Pelo Alvará de 7 de agôsto de 1768, o Conde de Avintes e 2.º Marquês de Lavradio, D. Luiz Antônio de Almeida Portugal, resolvendo litígio entre o conselheiro Joaquim Inácio da Cruz e sua sogra, D. Maria da Encarnação Correia, contra a viúva de Guedes de Brito, foi-lhes passada carta de arrematação, sendo doadas e concedidas sesmarias, em nome de El-Rei, doze sítios dessas terras sitas na jurisdição da freguesia de Nossa Senhora do Rosário do Pôrto da Cachoeira e compreendidos entre os rios Capivari e das Piranhas e as serras do Orobó e do Tupim.

O Conselheiro Joaquim Inácio da Cruz e sua sogra, tomaram posse das referidas terras em 19 de junho de 1769, segundo auto lavrado pelo Tabelião Antônio Nunes Bandeira.

Gaspar de Araújo Pinto, segundo escritura pública lavrada em 23 de outubro de 1772, na cidade de Salvador, adquiriu os ditos sítios por cem mil réis. Com a morte dêste, que teve o inventário julgado em 1778, na vila de Cachoeira, pelo Juiz José Antônio Álvares de Araújo, as terras foram divididas entre a sua viúva, D. Inês Maria de Oliveira, e os cinco filhos, sendo adjudicada à viúva, dentre outras, a fazenda "Brejo Grande da Serra do Orobó".

Ao capitão Inácio de Araújo Pinto coube, por testamento de D. Inês Maria de Oliveira a sucessão das terras da fazenda "Orobó Grande", onde iniciou, com os irmãos, a construção de uma capela, que ainda existia até pouco tempo, no centro da Praça Castro Cincurá, tendo sido demolida pelo estado de ruína em que se encontrava.

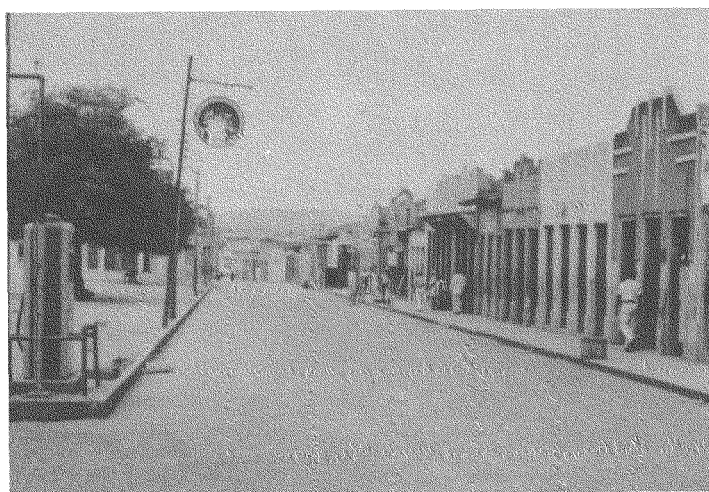
Por morte do capitão Inácio de Araújo Pinto, ocorrida em Cachoeira, em 1882, passaram as terras aos seus sobrinhos, dentre os quais D. Maria Carolina de Oliveira Almeida, casada com Manoel de Oliveira Mendes, Visconde de Itapicuru de Cima, a quem coube a fazenda "Orobó Grande".

Esta propriedade foi vendida ao coronel Antônio Francisco Pamponet, que pagou a sisa, em Camisão, a 25 de agôsto de 1858 e, por morte dêste e de sua espôsa, os seus filhos a subdividiram, vendendo-a a diversos compradores.

De um ponto de pouso dos viajantes que demandavam às Lavras Diamantinas, surgiu, na fazenda "Orobó Grande", uma rancharia e, em tôrno dela uma pequena povoação, que conservou êsse mesmo topônimo.

Já em 1884, foi essa povoação elevada a freguesia, com a denominação de Santo Antônio dos Viajantes do Orobó Grande, criado o distrito de paz de Orobó Grande pela Lei provincial n.º 2 476, de 26 de agôsto do mesmo ano, e canonizada em novembro pelo arcebispo D. Luiz Antônio dos Santos; data de 9 de dezembro de 1884 o ato de desmembramento dessa freguesia da de Nossa Senhora do Rosário do Orobó e de 11 de janeiro do ano seguinte a posse do seu 1.º Vigário, o padre Pedro Ventura Estêves. Não foi rápido o seu crescimento, pois só a 25 de junho de 1914, pela Lei n.º 1 022-A, é que foi criado o município de Orobó, desmembrado do de Itaberaba, e a povoação elevada à categoria de vila. Deu-se a instalação oficial em 6 de outubro, constituído o município de um único distrito.

Em 28 de agôsto de 1922, por fôrça da Lei n.º 1 601, foi a vila de Orobó elevada a cidade com o nome de Ruy Barbosa, que foi estendido ao município pela Lei n.º 1 637, de 13 de agôsto de 1923.

Pelo Decreto n.º 7 909, de 31 de dezembro de 1931, foram criados os distritos de Paraíso, Lajedinho e Morro das Flôres.

Vista parcial da Praça Dr. Castro Cincurá.

É assim, que, na divisão administrativa do Brasil, relativa a 1933, e nas divisões territoriais de 1936 e 1937, bem como nos Decretos-leis estaduais n.os 10 724, de 30 de março de 1938 e no Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, o município se apresenta constituído por quatro distritos — Ruy Barbosa, Lajedinho, Morro das Flôres e Paraíso conservada essa divisão no Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, apenas com a mudança do nome do distrito de Paraíso para Tapiraípe. E assim se manteve, até a última lei de divisão territorial (Lei n.º 638, de 30 de dezembro de 1953).

LOCALIZAÇÃO — O município de Ruy Barbosa localiza-se na Zona Fisiográfica da "Encosta da Chapada Diamantina" e está totalmente incluído no "Polígono das Sêcas", embora se incluam no seu território trechos do fértil vale do rio Utinga, nos distritos de Lajedinho e Tapiraípe. Faz limite com os municípios de Andaraí, Ipirá, Itaberaba, Lençóis, Macajuba, Utinga e Mundo Novo.

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 12° 17' 06" de latitude Sul e 40° 26' 54" de longitude W.Gr. Está no rumo O.N.O., partindo da Capital do Estado, da qual dista, em linha reta, 214 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 368,8108 metros, tomando como referência a chapa cravada pelo Conselho Nacional de Geografia no centro da porta principal da igreja-matriz. No interior do município foram registradas altitudes variando de 301,1002 a 531,1065 m.

ÁREA — A área mede 3 082 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O relêvo do solo é fortemente acidentado, dada a presença da serra do Orobó e das suas ramificações, que caracterizam a paisagem, marcada pelos morros numerosos, entre os quais se alongam vales estreitos, tudo revestido, quase em sua totalidade, pelas espêssas matas do Orobó. Além desta serra de elevação máxima calculada em 950 metros que se prolonga das proximidades da cidade ao lugar Ponta da Serra, com 24 km dentro do município, são dignas de registro as seguintes serras: do Rosa, da Macajuba, da Casa Branca, da Cana brava, do Hipólito e da Mocòzeira.

Praça Presidente Vargas.

Banham o território do município os rios Utinga, que é o principal, Capivari, Saracura, Riachão, Piranhas, Salobro e Água Branca, todos de curso periódico e afluentes diretos ou indiretos do rio Paraguaçu.

Localiza-se no distrito de Lagedinho a "Cachoeira Grande", não aproveitada, bem como o açude "Simpatia", existindo também, no distrito Tapiraípe outro açude com êsse mesmo nome, com capacidade total calculada em .. 186 027 m³.

À margem do rio Utinga encontra-se a Gruta de Pedra Branca, na fazenda dêste nome.

CLIMA — O clima é subtropical; quente e úmido no verão, e agradável no inverno. A temperatura na sede municipal, no ano de 1956, apresentou as graduações seguintes: 35°C máxima, 20°C mínima e média compensada 27°C. A precipitação pluviométrica anual registrada em 1956 foi de 900 mm e a máxima em 24 horas de 63 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora apresenta matas ricas em madeira de lei, embora venham sendo devastadas para a formação de pastagens artificiais, havendo abundância de lenha, plantas oleaginosas, taníferas e medicinais.

A fauna reúne diversas espécies de animais silvestres como veado, tatu, tamanduá, teiú e outros, e também aves, dentre as quais, jacu, codorniz, perdiz, etc. Os rios são piscosos na época de enchentes.

As riquezas minerais são cristal de rocha, grafita, salitre, ainda inexploradas, e tabatinga, pedras calcária e de construção, exploradas.

POPULAÇÃO — A população em 1950 era de 37 317 pessoas com a densidade demográfica de 12,11 habitantes por quilômetro quadrado, estando 79% dos habitantes localizados no quadro rural; quanto ao sexo, contam-se 18 710 pessoas do feminino e 18 607 do masculino; quanto à côr, há 20 151 pardos, 9 757 pretos e 7 342 brancos.

No total dos habitantes recenseados em 1950, a partir da idade de 15 anos e mais, encontram-se, para um grupo de 100 homens, 101 mulheres.

Igreja-Matriz (vista noturna).

Estimativas populacionais consignam 48 000 habitantes para o ano de 1957.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existem quatro aglomerados urbanos, os quais tinham em 1950 a seguinte população: cidade de Ruy Barbosa, com 5 574 habitantes vila de Lajedinho — 700, vila de Morro das Flôres — 507 e vila de Tapiraípe — 1 014.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas, conta o município vários povoados, entre os quais, se destacam os seguintes, cujas populações foram estimadas para o ano de 1957: Flôres — 700 hab., Zuca — 340 hab., Riacho d'Antas — 190 hab., Caldeirão do Morro e Santa Clara — 70 hab., cada um.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Os 34% das pessoas em idade ativa, consideradas as de 10 anos e mais, estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", segundo revela o Censo de 1950. A pecuária, bem desenvolvida, é a atividade fundamental à economia do município. No ano de 1954, localizavam-se ali 1 792 propriedades rurais com o valor venal de 82 895 milhares de cruzeiros.

Agricultura — A produção agrícola, no ano de 1955, elevou-se a 24 716 milhares de cruzeiros, apesar dos prejuízos decorrentes da sêca. O principal produto foi a mamona, com 12 105 milhares de cruzeiros e 5 760 toneladas, seguindo-se, em importância, a mandioca e o feijão, respectivamente, com 2 573 e 1 972 milhares de cruzeiros. Na produção de mamona no ano de 1955, situou-se Ruy Barbosa como 3.º produtor do Estado. Cultivam-se ainda aipim, amendoim, arroz, banana, batata-doce, batata-inglêsa, café, cana-de-açúcar, cebola, côco, fumo em fôlha, laranja manga, melancia, milho e sisal. Há exportação dos produtos agrícolas, sendo Salvador o principal centro de compras.

Pecuária — A pecuária, a mais importante das atividades econômicas do município, é desenvolvida principalmente no ramo de engorda de bovinos, comprados no sul do Estado e norte de Minas Gerais. Há também criatório de gado selecionado, com predominância da raça indu-brasil. Há importantes fazendas com pastagens artificiais, boas instalações e plantéis selecionados. Há exportação de gado para corte, que é vendido no tradicional "Campo do Gado", de Feira de Santana, seu mercado essencial. Também é apreciável a criação de eqüinos de raças puras, embora em pequena quantidade. Os efetivos pecuários no ano de 1956 foram estimados em 34 600 bovinos, 11 600 suínos, 5 500 eqüinos, 5 000 ovinos, 1 900 caprinos, 1 700 muares e 1 500 asininos.

Como organizações de fomento e proteção à pecuária, destacam-se o Pôsto Agropecuário de Ruy Barbosa e o Pôsto de Vigilância Sanitária Animal, ambos mantidos pelo Ministério da Agricultura. Exercem a profissão no município 1 veterinário e 2 agrônomos.

Indústria — A produção industrial, em 1955, elevou-se a 10 730 milhares de cruzeiros, tendo a indústria de transformação contribuído com 76% do valor de tôda a produção verificada.

O valor total da indústria de transformação, naquele ano, da ordem de 8 176 milhares de cruzeiros, procedeu quase todo do ramo dos produtos alimentares, sobressaindo o fabrico rudimentar de farinha de mandioca, com 4 538

milhares de cruzeiros, seguido de 1 741 milhares de cruzeiros de fabricação de massas alimentícias. Registram-se ainda atividades de fabricos de arreios de montaria, artigos de cerâmica, manteiga, rapadura, sola e carne de sol.

A indústria extrativa, no mesmo ano, com a produção total de 2 554 milhares de cruzeiros, se traduziu nas extrações de cêra e coquilhos de ouricuri, e de lenha com, respectivamente, 1 785, 119 e 460 milhares de cruzeiros, verificando-se ainda atividades extrativas ligadas a pedras para construção, tabatinga, casca de angico e madeiras.

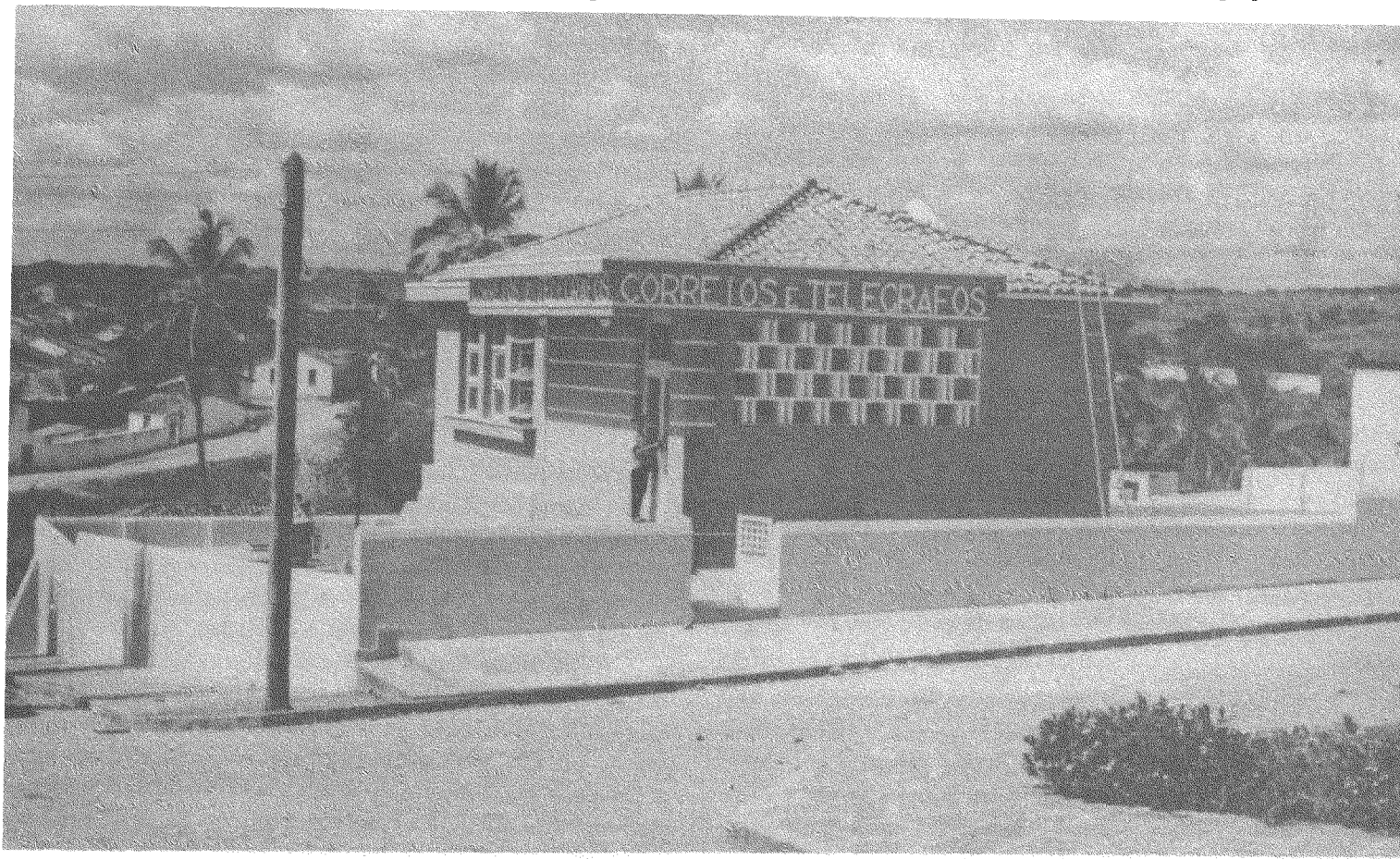
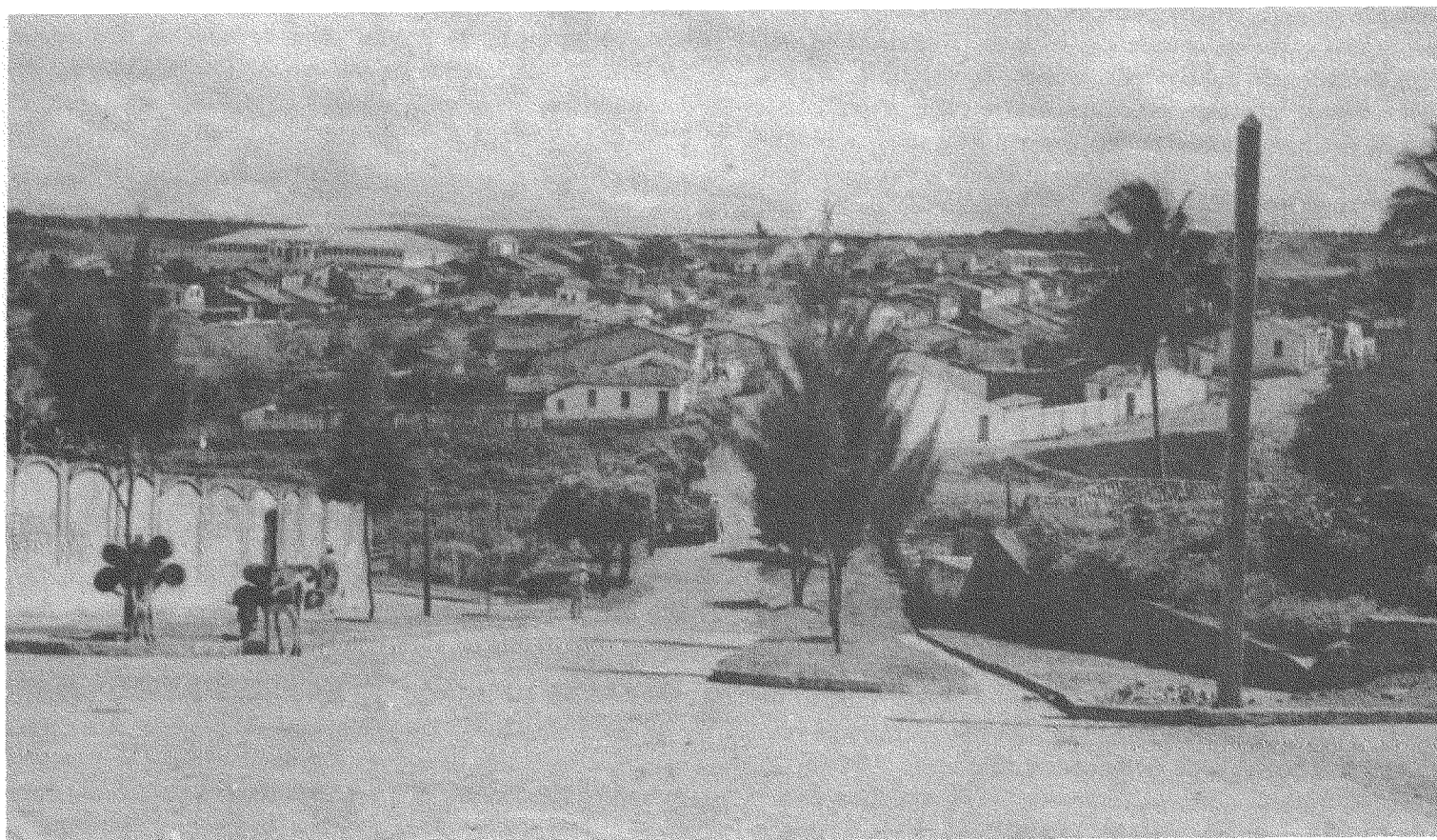
Artesanato — A atividade artesanal é representada pelo fabrico de requeijão e manteiga, nas fazendas, embora em decadência.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, sendo a estação ferroviária inaugurada a 15 de dezembro de 1951, localizada no povoado de Flôres, distante 3 km da cidade, no ramal Jacu—Senhor do Bonfim. Da cidade partem duas ligações rodoviárias, ligando-se uma delas em Itaberaba com a rodovia Bahia—Goiás e a outra com a rodovia Bahia—Rio S. Francisco, logo adiante da cidade de Baixa Grande. Liga-se às sedes municipais vizinhas por rodovias com as seguintes distâncias: Andaraí — 224 km, Ipirá — 118 km, Itaberaba — 40 km, Lençóis — 159 km, Macajuba — 30 km, Mundo Novo — 60 km e Utinga — 90 km; também há ligação ferroviária com Itaberaba — 41 km e Mundo Novo — 60 km. As ligações com a Capital estadual são feitas por estrada de rodagem e ferrovia, no percurso, respectivamente, de 361 e 373 km; com a Capital Federal liga-se por 2 031 km de estrada de ferro e 151 km de rodovia.

As comunicações se fazem pela agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e por uma estação telegráfica da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, no povoado de Flôres, além de uma agência postal do D.C.T. no interior do município. Conta ainda a sede do município com uma estação de radioamador, prefixo PY-6-CH.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador e Feira de Santana. Existiam no ano de 1956, em todo o município, 251 estabelecimentos mercantis, sendo 3 atacadistas. O giro comercial alcançou 97 775 milhares de cruzeiros. Realiza-se semanalmente, na sede do município, uma feira de compra e venda de gado bovino de âmbito regional, assim como importante feira-livre, aos sábados, com grande abundância de gêneros a venda, entre os quais a afamada "carne de sol de Ruy Barbosa", de produção local. O salário-mínimo fixado é de Cr$ 2 200,00.

Estão funcionando na sede municipal as seguintes agências bancárias: do Instituto de Fomento Econômico da Bahia, inaugurada a 9 de novembro de 1947, e do Banco Econômico da Bahia, a partir de 12 de agôsto de 1948.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está localizada no sopé da serra Orobó sendo de topografia acidentada. Possui 36 logradouros, dos quais 20 pavimentados e 4 arborizados ou ajardinados, sobressaindo as Praças Getúlio Vargas e Castro Cincurá; nesta última fica a maioria das casas de comércio e se realiza a feira-livre semanal. Conta 1 682 prédios, destacando-se como principais os dos Correios e Telégrafos, a Igreja-Matriz, o Hospital Ruy Barbosa e o Cine-Teatro Lux. O abastecimento dágua é feito por meio rotineiro, sendo apanhada de reservatório mantido pela Municipalidade, que se vem empenhando junto às autoridades federais a fim de conseguir auxílio para instalação de uma rêde de abastecimento. Existe pequena rêde de

Agência dos Correios e Telégrafos.

Vista parcial da Zona Norte.

esgotos, servindo a 459 prédios. A energia elétrica é fornecida pela Prefeitura, para iluminação pública (31 logradouros) e particular (356 prédios). Funcionam o Cine Santo Antônio e o Cine-Teatro Lux, êste último construído recentemente, com instalações modernas e podendo ser considerado um dos melhores do interior do Estado. Estavam registrados na Prefeitura Municipal, em 1956, 14 automóveis e 26 caminhões. Existem 1 hotel e 8 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica à população do município é prestada, sòmente na sede municipal, pelos seguintes estabelecimentos: Hospital Regional de Ruy Barbosa, com 45 leitos, servindo aos municípios vizinhos; Pôsto de Serviço Médico, da Secretaria de Saúde, e Pôsto de Puericultura. Exercem a profissão 4 médicos, 2 dentistas, 1 farmacêutico e existem 2 farmácias. O município integra o Setor n.º 12, sediado em Itaberaba, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência aos pobres é prestada pela Irmandade de Santa Casa de Misericórdia e Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de Ruy Barbosa, ambas mantenedoras de estabelecimentos de assistência médica. Quanto ao cooperativismo funciona a "Cooperativa Mista de Melhoramentos e Crédito Rural de Lajedinho Resp. Ltda.", fundada em 1956, tendo a 31 de dezembro daquele ano 240 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Os resultados do Recenseamento de 1950 revelaram que a população de 5 anos e mais, no município, era de 31 080 habitantes, dêstes sabendo ler e escrever apenas 21%; na cidade, eram alfabetizados 2 278 habitantes dos 4 807 existentes e a maioria dos que sabiam ler e escrever era de 1 240 do sexo feminino.

ENSINO E EDUCAÇÃO — A rêde escolar do ensino primário fundamental comum, em 1956, se distribuía por 16 unidades com 820 alunos matriculados.

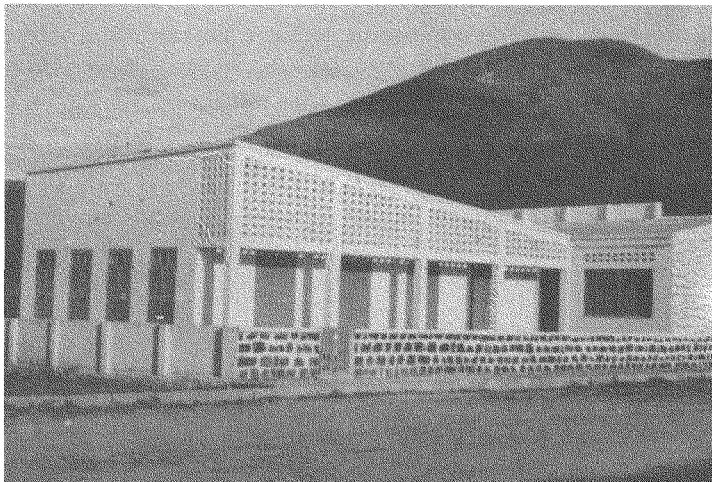
Segundo a dependência administrativa, ditos estabelecimentos apresentaram os seguintes dados: Govêrno Estadual — 6 unidades escolares com 14 professôres e 451 alunos matriculados; Govêrno Municipal — 8 unidades com igual número de professôres e 261 matrículas; particulares, com 2 unidades e 8 professôres. Funcionaram 5 cursos de alfabetização de adultos. O principal estabelecimento de ensino primário é o Grupo Escolar Estadual "Carneiro Ribeiro", ocupando 10 professôres. Situa-se na zona rural do município o Instituto "Ponte Nova" que mantém o curso pedagógico e, em 1956, contou 141 alunos matriculados, havendo 25 conclusões de curso, sendo o movimento de matrículas o 2.º do interior do Estado, naquele ano. A matrícula inicial dêste estabelecimento, em 1957, elevou-se a 154 alunos. Existe também a Escola Técnica de Comércio com 57 matrículas do curso comercial básico. Há uma escola de corte com 12 alunos matriculados, em 1956.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A Biblioteca Pública Municipal dispõe de mais de 1 000 volumes e a da Agência de Estatística de cêrca de 1 000. No ano de 1956, registrou-se a existência de 2 associações desportivas e uma recreativa — o Clube Social de Ruy Barbosa. Há 1 livraria e 1 serviço de alto-falantes na cidade.

A 19 de fevereiro de 1920, foi o município ocupado por fôrças rebeldes, chefiadas por um caudilho regional, Horácio de Matos, que, com muitos outros políticos sertanejos, se sublevaram contra a 2.ª eleição J. J. Seabra para o Govêrno do Estado, atendendo ao comando das fôrças oposicionistas sob a orientação doutrinária de Ruy Barbosa. As tropas rebeldes confraternizaram com o grupo do coro-

nel Evaristo Ribeiro Soares, que já dominava a cidade, aí permanecendo até 26 de outubro do mesmo ano, após a pacificação geral do Estado, com intervenção do Exército, de que resultou uma conciliação política mantendo Seabra no Govêrno e elegendo-se para o Legislativo Estadual numerosos chefes da rebelião. Por fôrça dêsse acôrdo, o Cônego Sizínio Galvão de Souza foi investido no cargo de Intendente Municipal.

CULTOS RELIGIOSOS — É o município sede de Paróquia, consagrada a Santo Antônio dos Viajantes, desde 9 de dezembro de 1884, tendo o 1.º Vigário, padre Pedro Ventura Estêves, tomado posse em 11 de janeiro de 1885. Conta 1 igreja-matriz e 12 capelas e é subordinado à jurisdição eclesiástica da arquidiocese de Salvador, estando em andamento providências para a criação do bispado de Ruy Barbosa. Do culto não católico, contam-se 1 Igreja Evangélica Batista e 1 Centro Espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Entre as festividades comuns à Igreja Católica, destaca-se a de Santo Antônio, padroeiro da cidade. Realiza-se a 13 de junho e consta geralmente de trezena, missa solene, pregação sacra e procissão.

Clube Social, vendo-se ao fundo a célebre Serra do Orobó.

Tradicionalmente comemorado é o "São João", a 24 de junho, com fogueiras, queima de fogos, reuniões familiares e o tradicional baile à caipira.

Existe, também, a micareta, no mês de abril, notável pela afluência de pessoas dos municípios vizinhos, destacando-se, entre as brincadeiras de cunho carnavalesco, o "terno dos caboclos" que se apresenta com pessoas fantasiadas de índio e cantando letras de hinos indígenas. Outro folguedo popular, que se verifica, em janeiro, é o "bumba-meu-boi", que se exibe na via pública acompanhado por grande número de pessoas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município tem 9 322 eleitores inscritos, tendo votado 5 020 pessoas nas eleições de 1954. O Legislativo Municipal compõe-se de 12 vereadores.

Exerciam atividades no município 112 funcionários civis assim distribuídos: federais — 8, estaduais — 32, municipais — 65 e autárquicos — 7.

O município é sede da Delegacia Regional de Polícia da 7.ª Região e da 14.ª Circunscrição da Sexta Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo dá o demonstrativo da arrecadação pública e da despesa realizada pelo município, no período indicado:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	338	1 644	984	571	994
1951	548	2 376	1 680	716	1 449
1952	522	2 047	1 215	562	1 318
1953	557	2 063	1 687	739	1 756
1954	617	2 551	1 651	841	1 592
1955	846	4 799	1 897	1 226	1 588
1956	882	6 131	2 552	1 519	2 244

JUSTIÇA — O têrmo de Orobó foi instalado em 16 de novembro de 1914, subordinado à comarca de Curralinho, tendo passado para a comarca de Itaberaba pela Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, que restaurou esta Comarca. Pela Lei estadual n.º 1 637, de 13 de agôsto de 1923, teve o nome mudado para Ruy Barbosa. Como Têrmo permaneceu até 1945, quando pelo Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho de 1945, foi criada a comarca, constituída dos têrmos de Ruy Barbosa e Macajuba, desmembrada, respectivamente, de Itaberaba e de Mundo Novo. A Lei estadual n.º 175, de 2 de julho de 1949, criou a comarca de Macajuba, ficando a de Ruy Barbosa constituída pelo têrmo do mesmo nome, situação que permanece até o presente como comarca de 2.ª entrância. Conta 9 cartórios, sendo 4 do registro civil. O total de feitos julgados, em 1956, foi de 56, sendo no cível 52, e no crime 4.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos naturais do município aplica-se o gentílico "rui-barbosenses". A designação Ruy Barbosa foi conferida em homenagem ao grande brasileiro.

O Prefeito em exercício é o engenheiro-agrônomo Deoclides Gonçalves Sacramento Neto e o Presidente da Câmara Municipal, eleito para o período legislativo que se iniciou em 7 de abril de 1957, é o Sr. João Rocha Sampaio. O primeiro Intendente Municipal foi o coronel Francisco Ribeiro Sampaio e o primeiro presidente do Conselho do Município, Deoclides Gonçalves Sacramento, figurando os demais membros: João Firmino de Queirós, Evaristo Ribeiro Soares, Leonel Moreira de Freitas, Lafaiete Cohim Pacheco, Manoel Martins Dias de Almeida e Antônio de Alencar e Sousa.

Um aspecto típico da vida local, comum à região de atividade pecuária, é a presença do vaqueiro com a sua característica indumentária de couro, o "jaleco", o "gibão", as "perneiras", "luvas" e o tradicional "chapéu de couro" com barbicacho passando sob o queixo, e cavalgando o seu "cavalo de campo", magro, resistente e veloz.

Neste município, a atividade pecuária enseja o êxodo rural, porque está generalizada pelos pecuaristas a proibição da prática da agricultura, sendo um dos pretestos a indenização que êste terá de fazer ao morador quando o proprietário de terras deseja a sua retirada.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística da Bahia por José Pereira Tôrres Filho; Chefe da Agência de Estatística — Geraldo Davi Rebouças Lima.)

SALVADOR — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — *O descobrimento* — O primeito contacto dos portuguêses com a terra onde veio a ser fundada a cidade do Salvador, ocorreu na viagem da nau pela qual Cabral mandara levar ao Reino a mensagem da boa-nova do Descobrimento. Perlongando a costa, e dela muito descobrindo, essa nau venceu o percurso de Pôrto Seguro ao cabo de São Roque.

Divergem os historiadores quanto à identidade do comandante dêsse barco: Gaspar de Lemos ou André Gonçalves? O fato é que, sabedor da auspiciosa notícia, D. Manuel se apressou em continuar o descobrimento da nova terra. Três naus foram aparelhadas e confiadas ao comando do mesmo capitão da mensageira. Rumaram elas para as terras recém-descobertas, trazendo entre os seus tripulantes o experiente navegador Américo Vespucci. Reconhecendo as recentes conquistas e dando nome aos acidentes geográficos. de acôrdo com os santos do dia, a 1.º de novembro de 1501 a expedição encontrou uma baía ampla, cheia de ilhas e muitos habitantes, que recebeu a denominação de baía de Todos os Santos. Aí assentaram um marco de pedra no extremo sul do promontório, no lugar hoje ocupado pela fortaleza e farol de Santo Antônio da Barra, — a antiga Ponta do Padrão.

A vastidão da baía, as boas condições de segurança que oferecia aos barcos nela ancorados, garantiram-lhe, desde logo, certa preferência na extensa costa já descoberta. Na segunda expedição, que trouxe os mesmos objetivos da primeira, a baía de Todos os Santos foi ponto de referência para encontro dos barcos por acaso desviados da rota.

Correu célere pela Europa a notícia dos novos descobrimentos portuguêses no Atlântico Sul, e expedições numerosas, sobretudo de franceses, não respeitando a divisão do mundo entre portuguêses e espanhóis, determinada pela Bula do papa Alexandre VI, que fixara a chamada linha de Tordesilhas, passaram a incursionar nas costas do Brasil, traficando com os indígenas, o que forçou a coroa portuguêsa, até então com os seus interêsses voltados para a Índia, a estabelecer feitorias no litoral. Tais feitorias se distribuíram ao longo da costa, de preferência onde o corte do pau-brasil era mais fácil e abundante, como na baía de Todos os Santos e seus arredores; a feitoria que aqui se estabeleceu, porém, não deixou vestígios, embora tudo faça crer tenha estado localizada numa das pequenas ilhas do fundo da baía.

Malograda esta feitoria, por largo período ficou a baía de Todos os Santos sem qualquer estabelecimento português, o que contribuiu, de maneira decisiva, para que esta parte da costa se tornasse esquecida, e de tal forma esquecida se tornou que, aqui entrando em 1525, para dar combate a flibusteiros franceses, que não a abandonavam, Cristóvão Jaques vem a ser considerado, posteriormente, descobridor da baía.

Vista panorâmica da cidade.

Basílica da Conceição da Praia.

Caramuru e Vila Velha — É nesse intervalo que surge em nossa história uma personagem a cuja vida o verdadeiro e o lendário estão intimamente ligados. É Diogo Álvares, o Caramuru, que, naufragando por volta de 1510 ou 1511 nas imediações do Rio Vermelho, onde hoje fica o bairro da Mariquita, viveu durante alguns anos ignorado en-

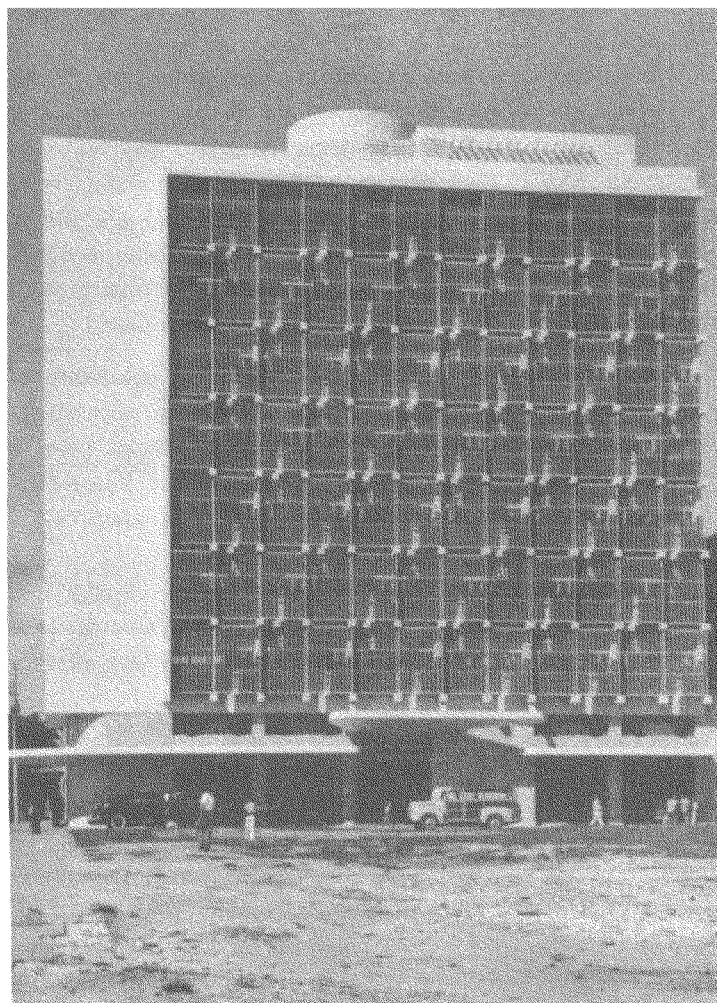
Sede da Reitoria da Universidade da Bahia.

tre o gentio, com o qual mantinha boas relações, gozando de posição respeitável entre os tupinambás.

O círculo de amizade do sagaz lusitano não se restringia apenas aos selvagens. Era mais amplo e abrangia os corsários franceses, que tinham nêle um precioso aliado, o homem indicado para lhes servir de intermediário com o gentio, no próspero comércio do pau-brasil. A sua aproximação com os franceses era tão estreita, que, em 1528, Caramuru, em França, assistiu ao batizado da sua espôsa Paraguaçu, que recebeu então o nome de Catarina.

A viagem de Caramuru deu origem às numerosas lendas que inspiraram o famoso poema de Santa Rita Durão, "O Caramuru", em que sobressai o romântico sacrifício de Moema.

Praça 13 de Maio.

Mais tarde, Caramuru aliou-se aos portuguêses, tendo casado suas filhas com altos dignitários da Colônia, dando origem, assim, à nobreza da terra. Paraguaçu, a índia com quem se casara, viveu longo tempo cercada do respeito geral, senhora de vastas terras, na Bahia, em local onde hoje

Edifício Caramuru.

Paço Municipal

estão os bairros da Vitória e da Graça, tendo falecido em 1589. Está ela sepultada na Igreja da Graça, que se ergue no mesmo local do "velho oratório de barro recoberto de palmas de 1530", mandado construir por Paraguaçu, para atender a pedido da Virgem que lhe apareceu em sonho. Aí, três dias depois da chegada de Tomé de Sousa, a 31 de março de 1549, se elevaram os cânticos da primeira festa religiosa da comitiva do primeiro Governador-Geral.

Capitania da Baía de Todos os Santos — O policiamento da costa pelos portuguêses, missão em que se notabilizou Cristóvão Jaques, sôbre ser pesadíssimo encargo para o erario régio, tão debilitado pelas aventuras náuticas da época, pecava pela quase ineficácia, tão modestos eram os resultados práticos.

Afigurou-se, então, ao soberano português que a melhor solução para assegurar e fortalecer definitivamente o seu domínio no Brasil, seria fundar vários núcleos permanentes de população.

D. João III, pessoalmente, acreditando mais no futuro das terras de Vera Cruz, onde poderia melhor fundamentar as esperanças lusitanas de conquistas, riquezas e glórias, do que nas esquivas aventuras da Índia, buscou efetivar tais planos e aprestou e enviou, já em 1530, à nova possessão, grande frota com a incumbência de fundar povoações e estimular a colonização de suas vastíssimas costas. Comandou essa expedição Martim Afonso de Sousa, com o título de "Capitão-Mor e Governador da Terra do Brasil". Não se limitaram, todavia, a essa providência as demonstrações do interêsse régio pela Colônia, pois se introduzia, logo a seguir, o sistema de capitanias hereditárias, método indireto e aparentemente eficaz e econômico de administrar e povoar seus novos territórios, recomendado pelo êxito obtido quando aplicado aos Açôres e à Madeira.

Contrariando previsões favoráveis, baseadas nos bons resultados anteriores, no Brasil tal empreendimento não alcançou o êxito esperado na quase totalidade das capitanias hereditárias, entre as quais a da Baía de Todos os Santos, doada a Francisco Pereira Coutinho,

Tendo aqui chegado em fins de 1535 ou princípios de 1536, despendera o donatário da Capitania cêrca de dois anos para compor e organizar a sua expedição, que incluía sete embarcações com uns quatrocentos ou quinhentos homens.

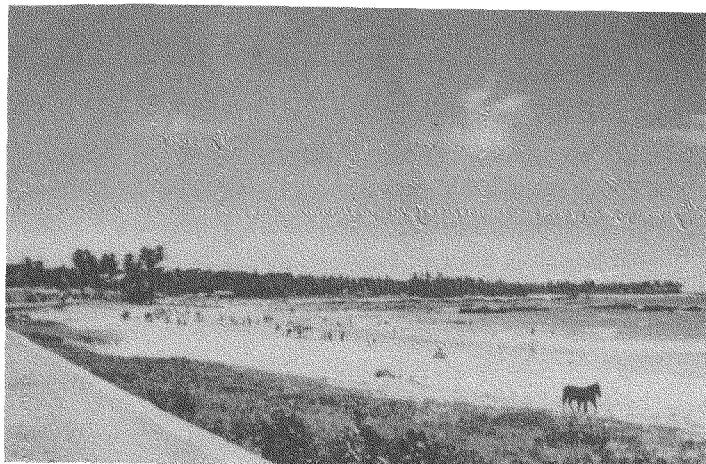
Desembarcaram Coutinho e sua gente na enseada da Barra, próxima à povoação fundada por Caramuru e onde êste havia muito residia — um pequeno núcleo habitado por selvagens e europeus, êstes uma população de adventícios, náufragos e marujos.

O donatário, sentindo a necessidade premente de dominar o pôrto e de defendê-lo, construiu uma estância forte "no outeiro onde hoje está Santo Antônio da Barra; na descida da colina, pôs a Vila no melhor assento que achou, no espaço compreendido entre a camboa doada ao Caramuru e o ribeiro do Bosque em que tem feito casas para

Vista da Praia da Barra.

100 moradores e tranqueiras em redor". Foi esta a Vila do Pereira, situada no local hoje conhecido como Pôrto da Barra.

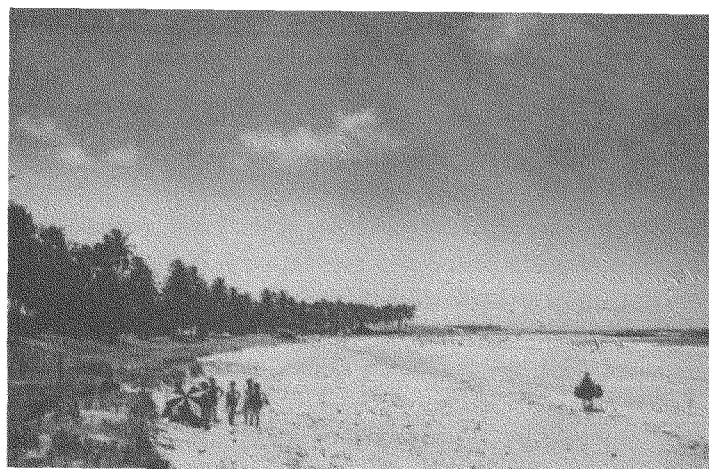
É oportuno registrar que, embora não se conheça exatamente a época em que se iniciou a introdução de escravos no Brasil, tem-se como primeira indicação a "relativa a Jorge Lopes Bixorda que, em 1538, teria trazido os primeiros negros a esta cidade, seja à Vila do Pereira".

Foram de paz os primeiros anos de colonização da Capitania da Baía de Todos os Santos; mas essa paz não perdurou, pois a entrada de tão avultado contingente de indivíduos de outra raça, de outros costumes e, além disso, com o indisfarçável objetivo de apossar-se da terra, ainda que à sombra da amizade de Caramuru, afigurou-se ao gentio como uma conquista. A presença de Caramuru, no entanto, muito contribuiu para, nos primeiros tempos, atenuar rancôres e conter os ímpetos de revolta.

Vista da Praia de Itapoan.

O descontentamento dos tupinambás, que se viam cerceados nas suas liberdades, extravasou num levantamento em massa, que incidiu rijamente sôbre o estabelecimento de Pereira Coutinho, o "rusticão", como era apelidado. Resistindo à custa de vitórias parciais, cedo se viu o donatário reduzido a um cêrco, privado de água e mantimentos, que apenas lhe chegavam por mar. Forçado a capitular, retirou-se Coutinho para Pôrto Seguro e, mais tarde, insistindo valentemente em recuperar o perdido, retornou à sua Capitania.

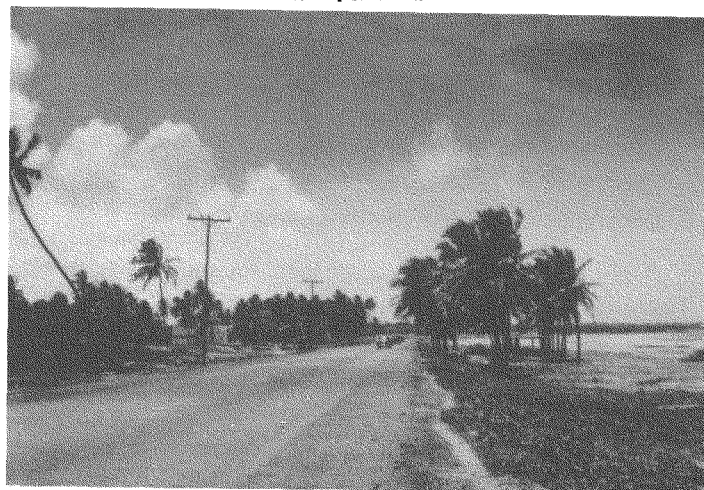
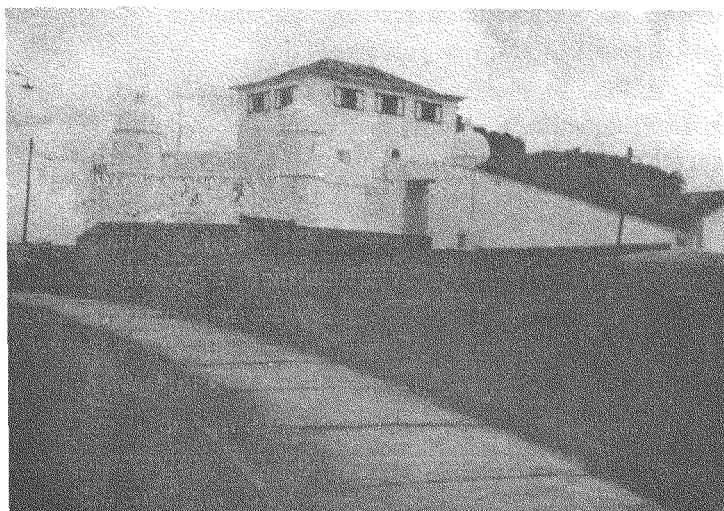
Um naufrágio o surpreendeu nas imediações da ilha de Itaparica, onde pereceu tràgicamente nas mãos dos silvícolas. Caramuru, que acompanhava o donatário, mais uma vez se salvou, graças ao privilegiado conceito de mago, de que desfrutava entre os selvagens.

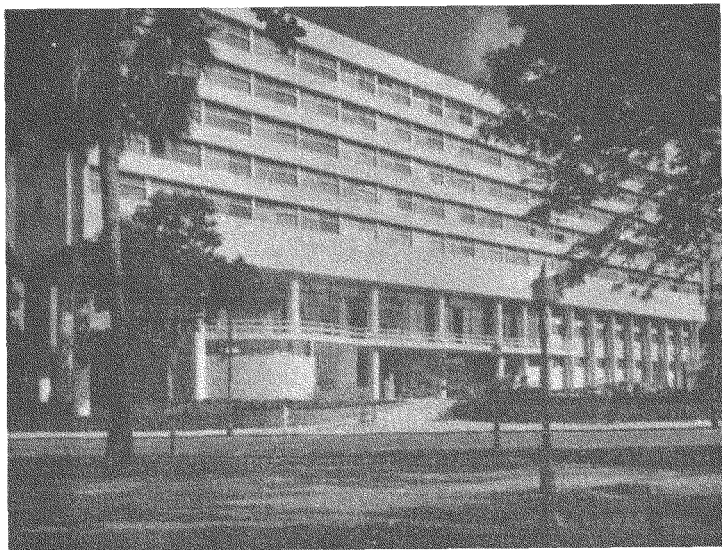
A Vila do Pereira foi arrasada, saqueada e desarmada a fortaleza sôbre o mar. O gentio, dando vazão ao seu ódio contra o conquistador, nada poupara, destruindo engenhos e herdades, queimando cêrcas e matando o gado.

Tomé de Sousa e a fundação da Cidade — Do malôgro desta capitania como de outras e dos reveses de seus donatários, surgiu a necessidade de novas diretrizes para a colonização, corporificadas no feliz propósito de dar à Colônia um govêrno-geral, capaz de dirimir e sobrepujar, pela fôrça e pela autoridade, os diversos fatôres que obstaram ao progresso das malfadadas capitanias.

Vista da Praia de Piatan.

Para tal fim, entretanto, fazia-se mister situar a sede do govêrno em lugar apropriado, o que foi resolvido por D. João III, resgatando a capitania da Baía de Todos os Santos para nela instalar a sede do govêrno-geral, "conhecidas já as grandes possibilidades da Bahia, a fertilidade da terra, os seus bons ares, maravilhosas águas e abundância de mantimentos".

Por Alvará de 7 de janeiro de 1549, determinou o monarca:

"mandar fazer numa fortaleza e povoação grande e forte na Baya de Todos os Santos por ser yso o mais conveniente luguar que ha nas ditas terras do Brazil para daly se dar favor e ajuda nas outras povoações e se ministrar justiça e prover nas cousas que cumprem a meu serviço e aos negocios de minha fazenda e a bem das partes..."

Bôca do rio, na estrada de Itapoan.

Forte de Monteserrate.

A 1.º de fevereiro de 1549, partiu de Lisboa grande frota constituída de três naus, — Salvador, Conceição e Ajuda — duas caravelas, — Rainha e Leoa — e o bergantim São Roque, transportando cêrca de 1 000 pessoas, (número considerado exagerado por alguns), inclusive três das figuras mais representativas da colonização do Brasil: Tomé de Sousa, o 1.º Governador-Geral, o padre Manuel da Nóbrega, superior dos Jesuítas e Garcia d'Avila, que foi feitor e almoxarife da Cidade.

Hotel da Bahia.

Chegado ao seu destino, Tomé de Sousa, depois de entrar em entendimentos com Diogo Álvares, Paulo Dias Adôrno e outros moradores para o alojamento provisório de tôda a gente, desembarcou no dia 31 de março.

> "postos os portuguêses em forma de peleja para prevenir qualquer assalto dos gentios e sobretudo dar impressão de fôrça. Nóbrega desembarcou também com os seus, levando um dêles uma cruz alçada como para indicar que era gente de paz".

A glória da fundação da quadricentenária cidade cabe a Tomé de Sousa, o que não exclui a afirmativa de existir outro núcleo de povoação, a Vila do Pereira. Sôbre êsse fato é bastante elucidativo o seguinte trecho da primeira carta que do Brasil escreveu o padre Nóbrega:

> "Chegamos a esta Bahia a 29 do mês de março de 1549. Andamos na viagem oito semanas. Achamos a terra de paz e quarenta ou cinquenta moradores na povoação que antes era. Receberam-nos com grande alegria..."

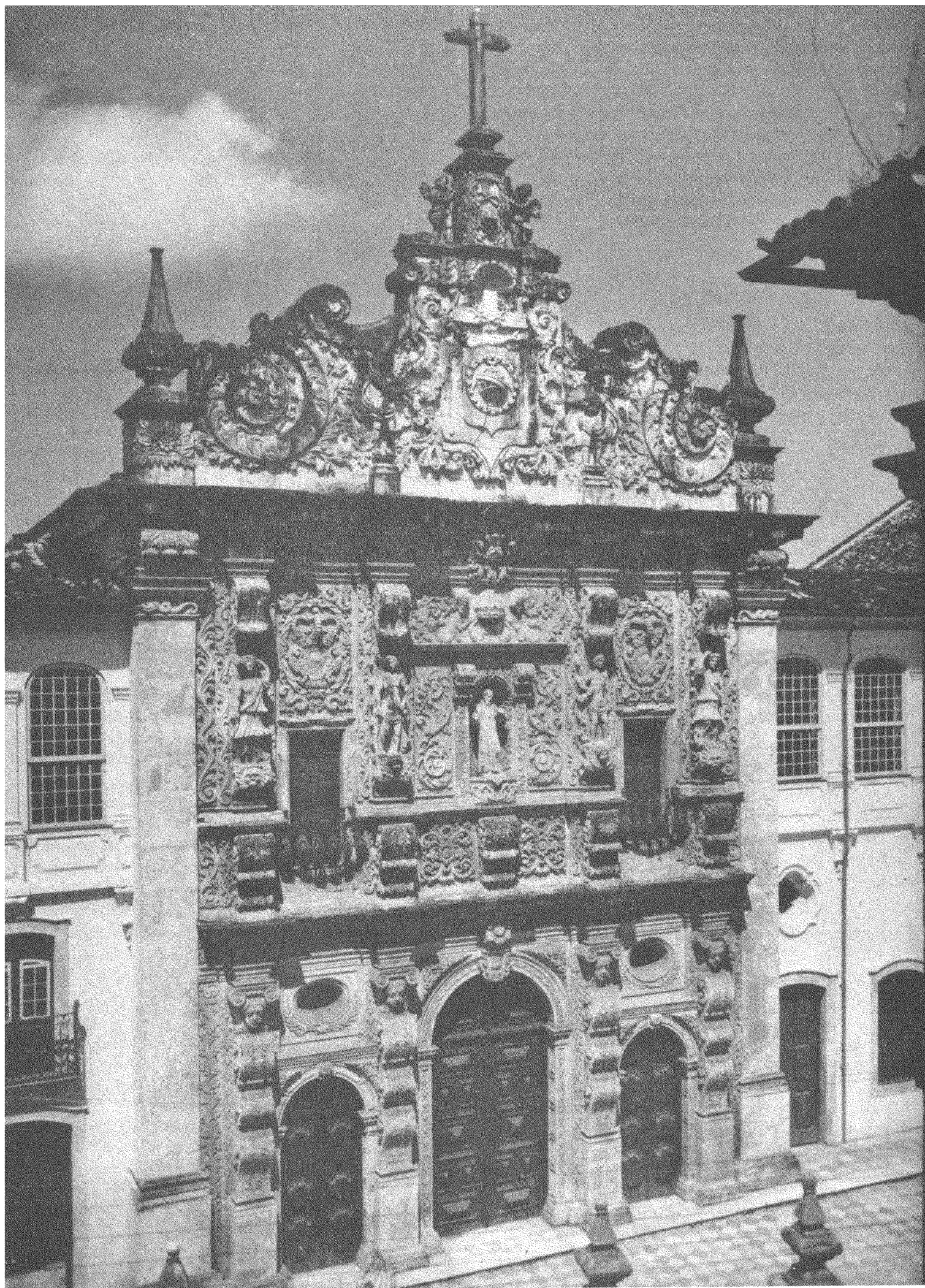
O desembarque de Tomé de Sousa, com sua comitiva, assinala o marco inicial da história de Salvador e da construção da Cidade. Esta comitiva se compunha das mais altas autoridades da administração da Colônia — o Ouvidor-Mor, o Provedor-Geral, o Capitão-Mor, um clérigo de missa, seis padres da Companhia de Jesus —, além de duzentos homens de tropa, trezentos colonos de contrato e quatrocentos degredados.

Rua Afonso Celso.

Trinta dias se passaram ocupados em estabelecer a paz com o gentio da terra, abrir roças para o plantio de mantimentos, armazenar apetrechos de guerra e ferramentas, reparar a cêrca da antiga povoação do Pereira e percorrer as redondezas à procura de local apropriado para edificação da cidade.

O lugar escolhido foi

> "um terrapleno distante, cêrca de meia légua, da Vila Velha e da povoação do Pereira, de situação estratégica privilegiada, debruçado a pique sôbre o mar, dominando-o, com ótimas aguadas e pôrto extenso, de fácil defesa caso viessem ataques do mar ou de terra, uma vez que êste antiplano dominava os morros vizinhos, de que se isolava pelos riachos e lagoas que enchiam as baixadas de valados profundos".

Edifício do Instituto do Cacau da Bahia.

Igreja da Ordem Terceira de São Francisco.

Limpo o terreno, levantada a estacada, construídos os muros, edificadas as casas do Governador e da Câmara no cimo do monte, desceu o mestre Luís Dias — o arquiteto — à ribeira, onde fêz à beira-mar o arsenal e a alfândega com os armazéns.

As casas, a princípio, foram construídas tôdas térreas, feitas de taipa de mão e sòmente cobertas de palma. Supervisionadas pelo próprio Governador e dirigidas pelo mestre da pedraria, Luís Dias, completaram-se as obras de tal modo que Nóbrega, na sua epístola datada de 10 de agôsto de 1549, já descrevia a cidade nestes têrmos:

> "Pode-se já contar cem casas e se começa a plantar canas-de-açúcar e muitas para o mister da vida, porque a terra é fértil de tudo".

A cidade, nos primeiros meses de fundada, tinha de comprimento 140 braças portuguêsas (equivalentes a 308 metros) por 106 braças (233 metros) de largura, tendo como limites extremos, ao norte, a parte da Praça Municipal onde se levanta hoje a Biblioteca Pública (porta de

Igreja de Santana.

Igreja de São Joaquim.

Santa Catarina) e, ao sul, o ponto correspondente ao segundo pilar do edifício da Secretaria de Agricultura, (porta de Santa Luzia), pontos assinalados com placas de bronze que reproduzem a planta da cidade primitiva.

> "Assentada no cimo de um monte cujo chão, limpo do mato, fácil foi afeiçoar, dando-lhe o aspecto de uma esplanada a 64 metros sôbre o mar, a nova cidade, no seu recinto fortificado, teve que se amoldar ao terreno, que afetava a figura triangular, correndo o lado maior pela borda do precipício que deita para o mar, a cavalheiro sôbre o pôrto; o menor, no sentido transverso, na posição que hoje ocupa a Ladeira da Praça (Rua Visconde do Rio Branco) e o terceiro lado, o de terra, mais ou menos na posição em que ora está a rua dos Capitães (Rua Rui Barbosa)".

Não se conhece documento que estabeleça a data oficial da instalação da cidade, sendo apontadas as de 29 de março — data da chegada de Tomé de Sousa; 1.º de maio — a que se referem as primeiras fôlhas de pagamento dos construtores; 13 de junho — dia de *Corpus Christi*, quando se realizou a primeira procissão em caráter solene, que ficou desde então sôbre o patrocínio da Câmara Municipal;

Igreja do Convento do Carmo.

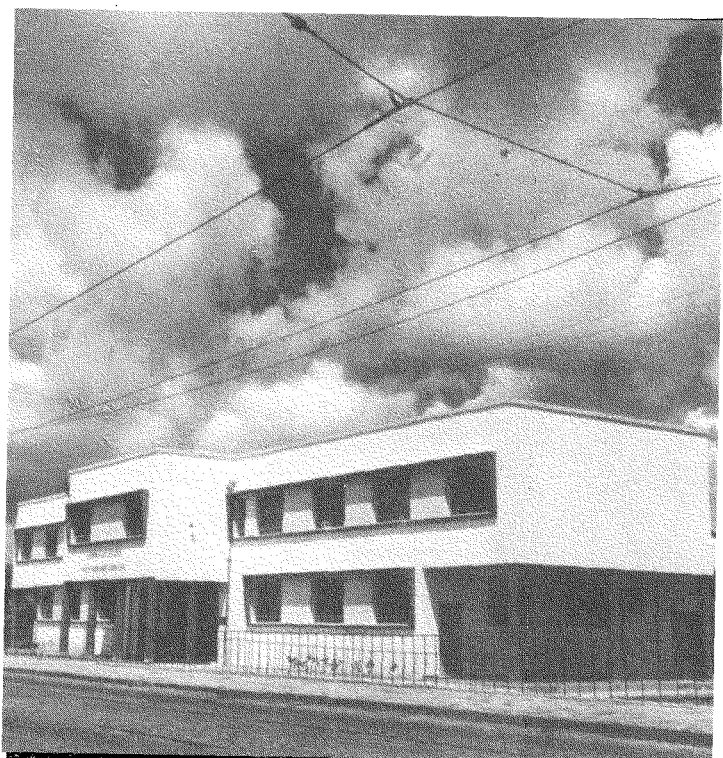
Igreja da Ordem 3.ª do Carmo

e a de 1.º de novembro — a que se atribuía a instalação da Câmara. Oficialmente, comemora-se a fundação no dia 29 de março, data inconteste da chegada de Tomé de Sousa.

Também não se conhece a data certa da instalação da Câmara, pois tôda a documentação anterior a 1624 foi destruída quando da ocupação da cidade pelos holandeses. Sabe-se que a Casa da Câmara foi construída simultâneamente com o Palácio do Governador. Pode-se inferir, em face de documentos, que a administração municipal começou em junho de 1549, opinião corroborada por muitas ordens de pagamento de serviço.

A Mesa de Vereação "se compunha de dois juízes ordinários ou do povo, ainda chamados juízes de vara vermelha, um dos quais presidia aos trabalhos, de três vereadores e de um procurador da Cidade, eleitos anualmente pelas oitavas de dezembro, por um corpo eleitoral composto pelos homens bons da Cidade". A Câmara realizava sessões semanais, começando às oito horas da manhã e os Oficiais da Câmara, como eram chamados, tinham funções diferentes: o Procurador do Conselho tinha as funções do executivo; os Juízes Ordinários, as nìtidamente judiciais; e aos vereadores cabia a deliberação sôbre os negócios pròpriamente administrativos de interêsse local, competindo-lhes "verear, isto é, andar vendo como se cumpriam as posturas do Conselho, quais as necessidades ou abusos, como se conservavam os bens do Município, como se abasteciam o mercado, evitando a ruindade, carestia e o atravessamento dos víveres".

Mosteiro da Graça.

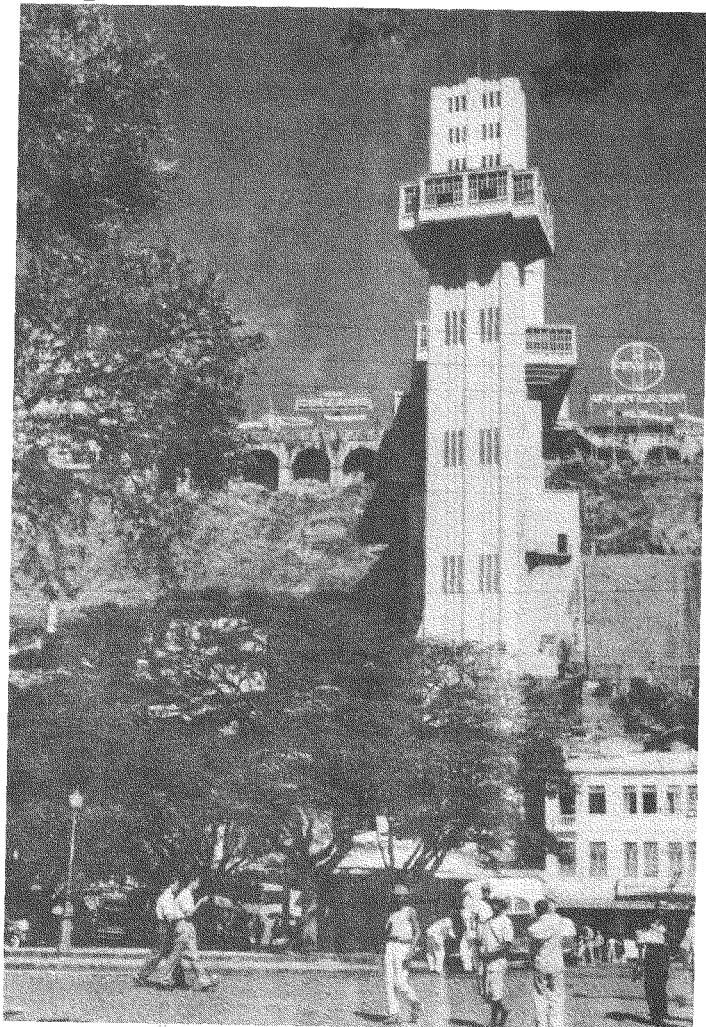
Igreja da Palma.

Centro de Saúde Prof. Adriano Gordilho.

Os Jesuítas, que aqui chegaram em 1549, já encontraram uma igreja ou, melhor, "uma maneira de igreja", um templo humilde, de varas trançadas, coberto de palha, fervorosa homenagem rendida por Catarina Álvares, espôsa de Caramuru, a N. S.ª das Graças. Foi esta a primeira igreja da Bahia e a primeira do Brasil. Mas tarde, os moradores construíram outra, dedicada a N. S.ª da Vitória, nos limites da Vila Velha. Ambas, ainda hoje, podem ser encontradas, já reformadas, e invocando as mesmas padroeiras.

Coube a Tomé de Sousa edificar a igreja que tomou por orago Nossa Senhora da Ajuda. Êsse templo, ainda coberto de palha, vem servir de Sé, o que lhe valeu por muito tempo a designação de "Sé de Palha".

Pôsto de Assistência Obstétrica.

A cidade constituía uma paróquia subordinada ao bispado de Angola, sendo o seu primeiro Vigário o p.e Manoel Lourenço. O bispado, o primaz do Brasil, foi criado pela bula "super specula militantem ecclaesiae", de 25 de fevereiro de 1551, sendo nomeado primeiro bispo D. Pedro Fernandes Sardinha, que aqui chegou em 22 de junho de 1552.

Primeira expansão da Cidade — Duarte da Costa foi o sucessor de Tomé de Sousa no govêrno-geral, tendo aqui chegado em 13 de julho de 1553. A sua administração sofreu as conseqüências das intrigas, murmurações e desmandos de uma sociedade nascente, sujeita ao viver rude de uma região inculta.

Elevador Lacerda, principal ligação entre as Cidades Alta e Baixa.

Um dos feitos mais relevantes da sua administração é talvez o seu triunfo sôbre os tupinambás, salvando a cidade, confiada ao seu govêrno, dos infortúnios que, anteriormente, sofrera a povoação do Pereira. Data desta época, segundo Gabriel Soares, a instituição do brasão de armas da cidade que consta de "uma pomba branca em campo verde, com um rôlo à roda branco, com letras de ouro que dizem: *Sic illa ad arcam reversa est* e a pomba tem três fôlhas de oliva no bico".

Foi também no govêrno de Duarte da Costa que tomou impulso a catequese, quando sobressai a figura de Nóbrega, alma enérgica e forte, que pugnava por um ideal elevado e que, afrontando perigos e malquerenças, oferece severa resistência aos abusos e aos crimes da rude sociedade local.

Promoveu Duarte da Costa a construção do Colégio, de onde iriam sair os grandes vultos da Colônia, erguida

Palácio da Aclamação.

em terreno próprio, no mesmo local onde estão hoje a Faculdade de Medicina e a Catedral. Já desde 1549 tinham os Jesuítas construído casa e ermida no monte Calvário, no local hoje chamado Carmo, onde, sob as vistas do irmão Vicente Rodrigues e de Simão Gonçalves, se educavam moços órfãos vindos de Lisboa e bom número de meninos, filhos dos índios e mestiços da terra, tendo se transferido, em 1551, para o novo local, no Terreiro de Jesus. Em 1556 organizaram os Jesuítas um "curso de letras", graduando a sua primeira turma de bacharéis, quando cada um dos quais recebeu o título de "Mestre em Artes", em 1575.

Um lutuoso acontecimento encheu de consternação a incipiente Colônia naquele ano distante de 1556. A nau "Nossa Senhora da Ajuda" naufragara nas costas sergipanas, perecendo, então, nas mãos dos selvagens caetés, D. Pero Fernandes Sardinha, o primeiro bispo do Brasil, e seus desafortunados companheiros de viagem.

Antes mesmo que chegasse o seu sucessor, Duarte da Costa deixa a Bahia em 1557, sendo substituído por Mem de Sá, homem já notabilizado por avultados serviços de guerra e administração, diplomado em jurisprudência, que veio "precedido de lisongeira fama adquirida no Desembargo do Paço e no Conselho del-Rei". Trazia como objetivo precípuo da sua administração a expulsão dos franceses do Rio de Janeiro, o que conseguiu, embora nesta emprêsa absorvesse boa parte do seu longo govêrno (1557 - 1572), fecundo e de acertadas obras.

Era Mem de Sá amigo devotado dos Jesuítas e, com isso, muito lucrou a Colônia, pois no seu govêrno se verificou acentuado progresso da catequese.

Nesse período, a cidade foi pràticamente renovada, sendo reformados e ampliados a Casa da Câmara e o Palácio do Governador, construídas as primeiras enfermarias da Casa da Misericórdia, erguido o corpo de alvenaria da Sé Catedral e edificada, às custas do governador, a Igreja do Mosteiro de Jesus (atual Catedral Basílica), "de uma nave mas quasi da cumpridão da da Sé". Fêz edificar em Pirajá um engenho público, o Lagar do Príncipe, para moer as canas dos lavradores pobres. A cidade refez-se com a atitude austera do governante, "os negócios públicos se moralizaram e os costumes refreados por uma fiscalização intensa e constante moderaram a licenciosidade que tanto escandalizara os jesuítas e indignara o bispo".

"Reavivado o espírito do apostolado, apoiado Nóbrega pelo braço forte do Governador, restauraram-se as aldeias em tôrno à Cidade: — a do Monte Calvário, onde é hoje o Carmo, a primeira de que os padres aqui curaram, onde fizeram casa e igreja entre cabanas do gentio tupinambá; a de S. Sebastião do Tubarão, sôbre o monte em que hoje se ergue enobrecida com sua vultosa abóbada a igreja abacial de São Bento; a de Santiago, das maiores destas redondezas, onde os padres da Companhia tinham logrado reunir o maior número de catecúmenos, no mesmo caminho que levava à Vila Velha, no sítio entre o largo da Piedade e São Raimundo; a do Simão pròximamente no mesmo local onde está o Passeio Público (por detrás do Palácio da Aclamação), com igreja ou ermida cujo orago era São Pedro; a de São Paulo, no sítio em que ora está a freguesia de Brotas, com a sua igreja no local onde é agora a Cruz da Redenção; a de Boirangaoba, nome indígena do maioral dela,

Vista do Pôrto da Barra.

com o nome de São João, no sítio onde é hoje a localidade de Plataforma".

Ainda por ordem de Mem de Sá, foram estabelecidos outros novos aldeamentos como o do Rio Vermelho, na costa oceânica, com um pôrto e aguadas próximas; o do Espírito Santo, também na costa, onde hoje fica o distrito de Abrantes (município de Camaçari); o de Santo Antônio, a 9 léguas da cidade; o de Santiago, a 4 léguas; e o de Vera-Cruz, em Itaparica. Estas aldeias se tornaram reservas militares e forneceram homens para as futuras entradas.

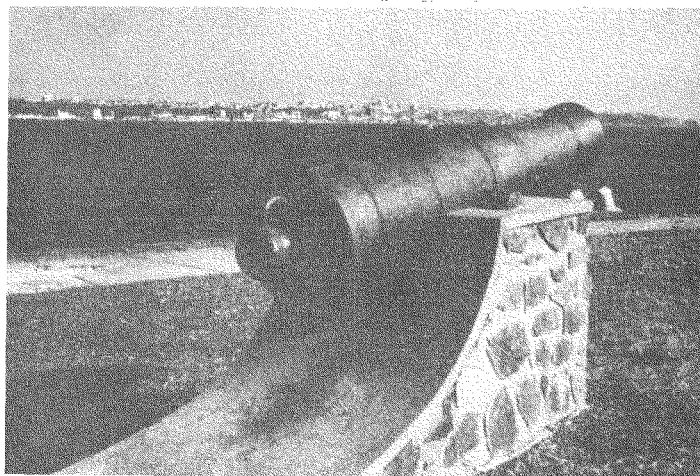
Outro bairro que surgiu nessa época foi o da Palma, em tôrno da pequena ermida dedicada a Nossa Senhora do Destêrro, onde hoje está localizada a Faculdade Católica de Filosofia.

Praça 15 de Novembro.

De Mem de Sá e de Nóbrega se diz: "na ação e zelos foram os verdadeiros fundadores do Brasil". A administração de Mem de Sá terminou com a sua morte e aqui mesmo, na Bahia, foi sepultado no templo dos Jesuítas, podendo-se ainda hoje encontrar a sua lápide na Catedral Basílica numa sepultura rasa sôbre a qual os padres da Companhia de Jesus, agradecidos, inscreveram esta singela frase: "insígne bemfeitor dêste Colégio".

A coroa portuguêsa tomou, em 1573, a decisão de dar ao Brasil dois governos com atribuições iguais, porém independentes entre si: o govêrno do Norte, com sede em Salvador, foi confiado a Luís de Brito, e o do Sul, sediado no Rio de Janeiro, entregue a Antônio Salema. Esta medida, visando à conquista do Norte e à organização definitiva do Sul, traduz a vacilante política do Reino no administrar a sua extensa Colônia, visto que, pouco depois, em 1578, foi novamente unificada a administração sob um só govêrno, confiado a Diogo Lourenço da Veiga, reconduzida a sede para Salvador.

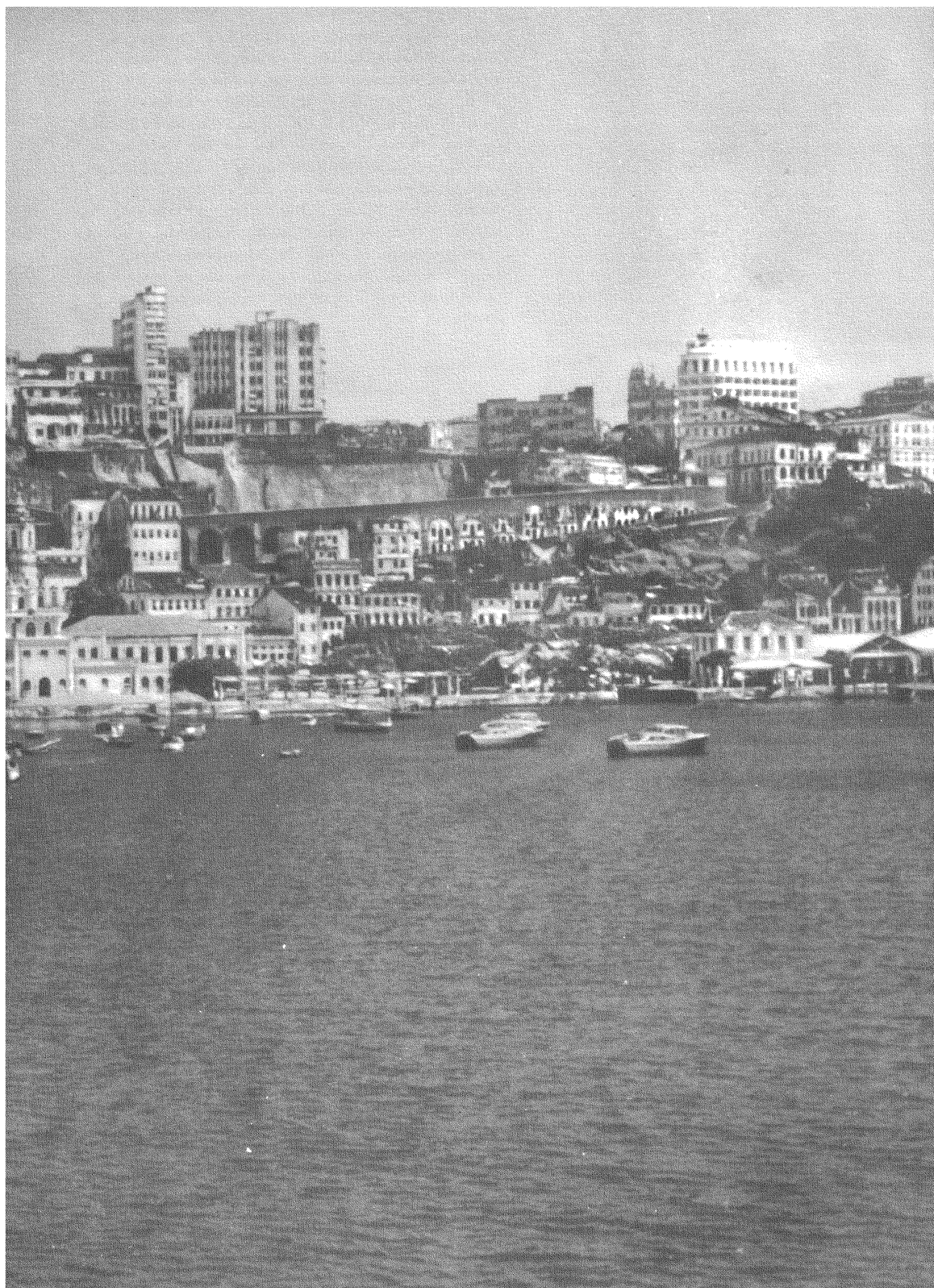
Por êsse tempo, sobressaltava-se a cidade com os numerosos quilombos de negros fugidos, que se formavam nos seus subúrbios, dificultando a expansão para o interior, tendo sido desbaratados em 1575 pelo Ouvidor Cosme Rangel.

Outros fatôres a entravar o crescimento da cidade, que, em 1576, não contava mais de 1 100 brancos eram "a expansão pela costa à procura de terras para a lavoura da mandioca, as primeiras entradas e a fundação do Rio de Janeiro". Além disso, "em 1562 e 1563 a fome e a bexiga eliminaram um número espantoso de índios e de escravos pretos".

Peça antiga da Fortaleza de Monte Serrat.

"A Cidade já não tinha muros. Crescera a exceder de muito o âmbito da primitiva cêrca". Estendia-se, agora, desde a atual Praça do Pelourinho, ao norte, até a atual Praça Castro Alves, ao sul; embora formando uma única paróquia — a da Sé — com sua matriz ainda não acabada, já era rica em igrejas: a da Ajuda, reformada, a da Misericórdia, com o seu hospital, a do Colégio dos Jesuítas, cujas obras prosseguiam vagarosamente, a ermida de Santa Luzia, vizinha da Ajuda, e a de Nossa Senhora da Conceição, na Rua da Praia, atual cidade baixa.

São desta época, também, os primeiros mosteiros e conventos: o de São Bento, no sítio em que estava a ermida de São Sebastião, começado em 1584 e enriquecido com a doação de terras legadas por Gabriel Soares, que se estende hoje por grande parte do atual subdistrito de São Pedro; o dos Carmelitas, começado em 1586 e situado no alto

Praça 2 de Julho.

Aspecto do Pôrto de Salvador.

Basílica do Senhor do Bonfim.

do monte Calvário, para além da depressão que se chama atualmente a Baixinha; o de São Francisco, fronteiro ao Colégio dos Jesuítas, iniciado em 1583.

Completara-se a organização judiciária com a criação, em Regimento de 25 de setembro de 1587, da primeira Re-

Igreja do Convento de São Francisco.

lação no Brasil, constituída do Chanceler da Relação do Estado do Brasil, de três Desembargadores do Agravo e Apelações, do Ouvidor-Geral das Causas Crimes e Cíveis, do Juiz dos Feitos da Coroa e Fazenda, do Procurador dos Feitos da Coroa, Fazenda e Fisco, do Promotor da Justiça, do Provedor dos Defuntos e Resíduos, dos Escrivães, da Guarda da Relação e do Recebedor do Dinheiro das Despesas e do Distribuidor. Foram os primeiros desembargadores Antônio Coelho Aguiar, Baltasar Ferraz e Gaspar de Figueiredo e Chanceler Luís Machado de Gouveia, os únicos juízes que vieram ao Brasil, dos dez que comporiam o Tribunal, que, assim, não chegou a se instalar senão em 5 de junho de 1609 por fôrça do novo Regimento de 7 de março dêsse ano.

Igreja do Pilar depois da restauração.

"Econômica e financeiramente, a cidade do Salvador gozava de invejável prosperidade". "Com o aniquilamento dos quilombos estava assegurado o livre trânsito para o Sertão". "O apresamento do índio passara a plano secundário, com evidente superioridade do braço africano, que dava rápido florescimento às propriedades agrícolas". "A tal ponto chegara a preferência pelo negro que, segundo os jesuítas, em 1576, só de Angola se importaram para o Brasil 12 000 peças dos quais 3 000 para os engenhos baianos, já em número de 36, com uma produção de 3 000 caixas de açúcar".

As invasões — Essa prosperidade e êsse engrandecimento aguçavam a cobiça dos corsários e a hostilidade dos inimigos de Castela, agora que o Brasil estava sujeito ao seu domínio por fôrça da sujeição de Portugal a Felipe II da Espanha.

É assim que, em 21 de abril de 1587, foi a cidade bombardeada por piratas inglêses, sob o comando de Lestes e Withrington, como preparativo de um desembarque, que não se realizou por fôrça de um temporal que desarvorou as naus. Outro desembarque frustrado foi o da esquadra flamenga sob o comando do almirante Leynssen, que, na antevéspera do Natal do ano de 1599, irrompeu no pôrto da cidade, fazendo da baía de Todos os Santos um vasto campo de batalha, e pondo à prova as defesas fundadas nos princípios estratégicos dos mestres portuguêses que repeliram e impediram o desembarque do agressor. "Durante 55 dias, em que a Cidade viveu em sobressalto, os holandeses afundaram e queimaram os navios surtos no pôrto e pilharam o recôncavo, assaltando engenhos, destruindo alambiques e incendiando casas".

Nova invasão foi tentada pelos holandeses, comandados por Paul Wan Caarden, a 20 de junho de 1604. Tendo investido contra o arraial do Rio Vermelho e sendo repelidos, bombardearam a cidade intensamente durante quarenta dias, quando propuseram retirar-se mediante resgate, ao que respondeu o governador Diogo Botelho, desafiando-os a virem "buscar na praça mais rica do mundo, pelas armas, o almejado tributo".

Poucos anos haviam decorrido e já, em 1612, a cidade era novamente ameaçada pelos corsários franceses de De La Touche, celebrizando-se na defesa o capitão Baltazar de Araújo e Sousa, o Bângala, que, à frente dos homens bons da Bahia, foi oferecer-lhes combate em pleno oceano. Apesar de ter soçobrado com o seu navio, a cidade livrou-se do assalto e teve "por dez anos, tranquilidade para o seu comércio e paz para o seu progresso e trabalhos".

É quando findam as tréguas entre Espanha e Holanda e logo chegam notícias à Bahia de uma grande esquadra flamenga, — 26 naus —, que se aprestava em Texel para vir atacar a Colônia, "tendo como comandante Jacob Willekens e Pieter Heyn, sob a chefia militar de João Wan Dorth, conhecedor da costa brasileira e da cidade do Salvador, onde estivera preso".

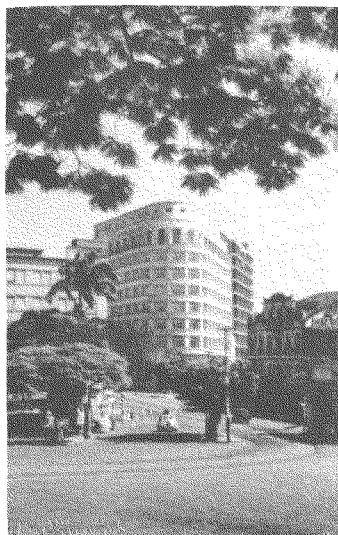
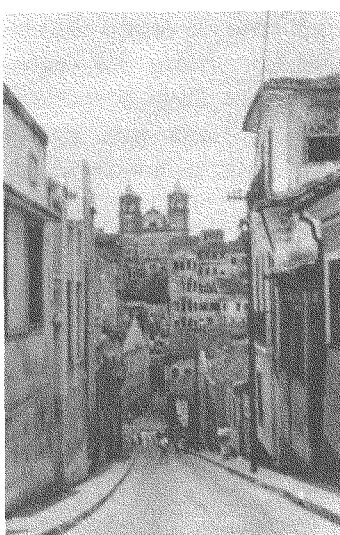
O governador Diogo de Mendonça Furtado, que andava em luta com o bispo D. Marcos Teixeira, acelerou as obras de defesa da cidade: "fortes e trincheiras, esperas e redutos foram de pronto armados com guarnições dobradas para refôrço do potencial defensivo; pregões transmitiam à população resoluções da Câmara e do Governador, proibindo a retirada dos seus haveres e assegurando plena garantia a tudo e a todos".

Salvador perdera o aspecto pacato e silencioso, transformada num movimentado centro de atividade guerreira. Nada menos de 3 000 homens se concentravam nos campos próximos do centro urbano e novos contingentes chegavam constantemente dos engenhos do recôncavo e das aldeias indígenas. Êstes preparativos foram perturbados pela atuação do bispo, que, aproveitando-se do descontentamento provocado pela expectativa de um ataque que não chegava,

Palácio Rio Branco.

aconselhou aos chefes militares do recôncavo a retornarem ao seu labor, o que realmente ocorreu.

No entanto, a 14 de abril de 1624 foram os holandeses avistados à altura da foz do São Francisco e, a 9 de maio, pelas 9 horas da manhã, transpondo a barra, faziam calar com os seus canhões o forte da Ponta do Padrão, em cujas proximidades desembarcaram 1 250 homens, enquanto o grosso da esquadra rumava para o pôrto da cidade. Na noite dêste mesmo dia, acamparam os holandeses nas portas de S. Bento, provocando o pânico na população, que fugiu durante a noite para as bandas do Rio Vermelho, enquanto o remanescente do exército espanhol desertou inteiramente desmoralizado. A cidade caiu sem reagir, sendo saqueada pela tropa que se regalou com a fartura de alfaias, jóias e mercadorias, além da prata amoedada "em tão grande quantidade que os soldados não se davam ao trabalho de contar moedas, repartindo-as sob medida, na base de uma copa de seus chapéus para cada um".

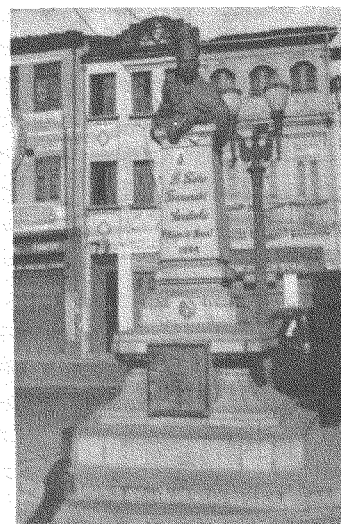
Prêso o governador, que não acompanhara o bispo na retirada, trataram os invasores de fortificar a cidade, onde se estabeleceram, sediando o seu Govêrno na Casa da Câ-

Aspecto da Praça Castro Alves.

Ladeira do Alvo.

mara; as igrejas foram depredadas e transformadas em depósitos, celeiros, adegas ou paióis e a Sé foi destinada ao culto anglicano, quebrados os altares e destruídas as imagens.

O bispo e seu cabido, juízes e vereadores, mercadores e fidalgos, que haviam abandonado a cidade, reuniram-se na aldeia do Espírito Santo (Abrantes) onde deliberaram sôbre o govêrno da Capitania, que recaiu em Matias de Albuquerque, Capitão-Mor de Pernambuco. Em meio às dissensões, ainda aí reinantes, o bispo D. Marcos Teixeira assumiu o comando do exército, cêrca de 1 000 homens, e veio acampar no Rio Vermelho, donde dirigiu o movimento das 37 guerrilhas que atacavam o inimigo nas zonas de São Bento, Carmo e Itapagipe, reduzindo o raio de ação dos invasores aos limites do alcance da artilharia da cidade.

Quatro meses durou o comando do bispo, que foi substituído por Francisco Nunes Marinho, enviado por Matias de Albuquerque com tropas de refôrço. D. Marco Teixeira, velho e cansado, morreu pouco depois.

O govêrno espanhol, à notícia da queda da Bahia, mobilizou todos os seus recursos e, já em dezembro de 1624,

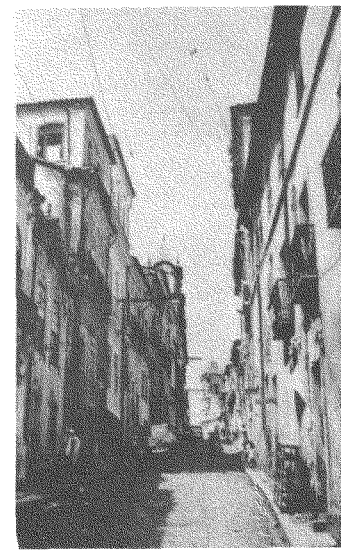
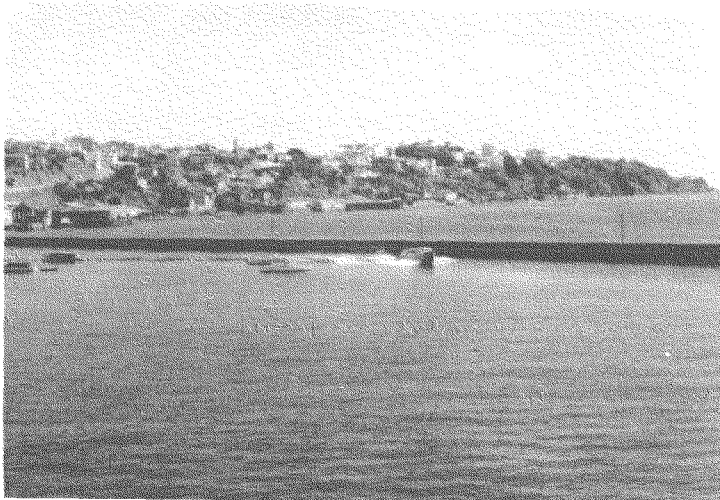
Monumento ao Barão do Rio Branco.

Monumento ao 1.º Bispo do Brasil.

confirmava Matias de Albuquerque no govêrno-geral e designava Francisco de Moura Rolim para o comando das tropas. Continuaram as guerrilhas de terra enquanto os chefes militares do recôncavo patrulhavam as águas da baía.

Em 22 de março de 1625, chegava, sob o comando de D. Fradique de Toledo, uma esquadra de 52 navios de guerra, além de urcas, patachos e outros barcos, com um exército de 12 563 homens. Bloqueada a esquadra holandesa, desembaracaram as tropas restauradoras e apertaram o cêrco. A 30 de abril, foi assinada a capitulação dos holandeses no Convento do Carmo, sendo a cidade inteiramente reocupada no dia seguinte.

Agravando o estado de ruína, em que a cidade fôra deixada pelo invasores, os "soldados espanhóis não deixaram porta nem fechadura e houve saque geral dado pelos ditos espanhóis e ficaram todos os moradores desbaratados de todos os seus bens e havendo mister muita fazenda para reedificar suas casas e móveis de seu uso".

A Câmara, que ficara em sessão permanente em Ipitanga, só retornou à cidade em 2 de agôsto, encontrando o Paço Municipal em estado de lastimável devastação, a ponto de não mais se poder aí reunir pelo desabamento da escada, passando as suas sessões a ser feitas na alfândega. Um dos maiores danos da invasão foi a completa destruição dos livros e arquivo da Câmara, perdendo-se, assim, o mais rico documentário da vida da cidade até 1624. Tôdas as posturas tiveram que ser refeitas, o que permitiu gran-

Marco em mármore português.

Ladeira do Paço.

Aspecto parcial da encosta.

des inovações de transcendentes vantagens para a vida urbana, sobretudo no que se refere à exigência de licença prévia para construções, construção de canalização de esgôto e cuidados com a destinação do lixo na cidade.

Dois anos depois, a cidade repeliu em março de 1627 novo ataque dos holandeses sob o comando de Pieter Heyn.

Diante de tão graves acontecimentos, sentindo a necessidade urgente de fortificar a cidade, o governador Francisco Nunes Marinho mandou edificar os fortes do morro de São Paulo, de Santa Maria e de São Diogo e concluiu a construção da fortaleza de Santo Antônio, sendo os três últimos no pôrto da Barra.

A fortaleza do Mar (Forte de São Marcelo), foi concluída, e reparada a de São Bartolomeu da Passagem, em Itapagipe.

Êstes fracassos feriram fundo a vaidade do flamengo, senhor de Pernambuco e das capitanias vizinhas, e o próprio Maurício de Nassau armou poderosa esquadra sob seu comando com o objetivo de reconquistar a Bahia, tendo lá chegado a 16 de abril de 1638.

Evitando os fogos das fortalezas, atravessou a baía e foi desembarcar sem resistência na praia de Nossa Senhora da Escada; daí marchando sôbre Itapagipe e, superando a resistência oposta por Bagnuolo, atingiu a garganta de Águas de Meninos, donde os invasores galgaram o oiteiro da Lapinha e assestaram a sua artilharia no alto da Soledade. A batalha decisiva foi travada na noite de 2 de maio

Praia de Armação

não tendo resistido o invasor ao fogo da fortaleza de Santo Antônio Além do Carmo e ao ataque de flanco das tropas de Luís Barbalho. Nassau pediu armistício e, em meio a êste, a 26 de maio, reembarcou com sua gente para Recife. "Em 13 de junho pregou Antônio Vieira na ermida de Santo Antônio Além do Carmo, à beira das trincheiras que por quarenta dias ali defenderam a cidade, assaltada e ameaçada pelo exército de Nassau, o seu grande sermão de graça" pelo sucesso das armas portuguêsas. Mas, dois anos depois, voltava Vieira a pregar contra os holandeses quando a cidade estava ameaçada novamente pelas armas de Nassau e os desastres se sucediam. Foi então que começaram a fazer preces em tôdas as igrejas pelo sucesso das armas portuguêsas que andavam infelizes. Vieira proferiu do púlpito da igreja da Ajuda, em 10 ou 11 de maio de 1640, espantoso de audácia e veemência, o seu doloroso sermão, tomando por texto a frase: *"exurge, quare abdormis, Domine?"*. E, dirigindo-se a Deus, não como suplicante, mas como censor, num arrebatamento sublime de angústia e de patriotismo, "dirigiu à Providência essa famosa apóstrofe que é um dos trechos mais sublimes da eloqüência sagrada em todos os países e em que a acusa amargamente de ter abandonado os

Pesca do Xaréu.

seus fiéis portuguêses, que pela Fé tantos sacrifícios fizeram, para ir proteger os herejes da Holanda, que são os seus inimigos". Êste é considerado o melhor sermão de Vieira, pronunciado aos 32 anos de idade, cinco anos depois de ordenado socerdote, e "a mais impressionante das orações pronunciadas em língua portuguêsa".

É que desde 25 de abril de 1640 tinham voltado os holandeses a ameaçar a Bahia. Era de pânico a situação da cidade diante do desastre sofrido pela esquadra comandada pelo Conde da Tôrre, composta de 86 naus, que, tendo partido para atacar os holandeses em Pernambuco, foi totalmente desbaratada, salvando-se apenas um bergantim em que retornou o comandante derrotado. Logo a seguir, aporta a esquadra holandesa vitoriosa, sob o comando do almirante Lichtbardt, que trazendo ordens expressas de Nassau para levar tudo a ferro e fogo, em represália pelos danos causados pelas tropas de Luís Barbalho nas regiões ocupadas pelos holandeses, em 25 de abril de 1640 atacou a cidade e incendiou e destruiu 27 engenhos além de povoações e casas particulares no recôncavo.

Novo assalto sofreu a cidade em 1647 por uma armada de 2 500 homens, sob o comando de Sigismundo Van

Aspecto do Pôrto de Salvador.

Sckoppe, que desembarcou em fevereiro na ilha de Itaparica, fronteira à cidade do Salvador, onde resistiu às guerrilhas e às expedições mandadas da cidade, só se retirando em dezembro de 1647, à aproximação da frota de refôrço mandada de Lisboa.

Esta foi a última tentativa dos flamengos contra a cidade do Salvador, depois de mais de quarenta anos de guerra declarada.

Depois da vitória — Libertada assim dos rigores e sobressaltos da guerra, a cidade voltou a expandir-se, arruando pelas encostas o casario humilde. Cresceu devagar e cautelosamente, a princípio; logo, porém, transpôs o recinto apertado do paredão circundante e desceu pelas ladeiras abaixo.

É a era da construção dos palácios, como o dos governadores, o do arcebispo, o da Câmara, o da Misericórdia, dos santuários — Conceição, Rosário do Pelourinho, S. Antônio, Nazaré — e dos conventos — Destêrro, Carmo, São Bento, Santa Teresa, Palma, São Francisco e Lapa. (1)

A cidade transfigurava-se; já não era a tôsca cidade de palha e madeira, graciosamente enfeitada de palmas e ramagens, que os pioneiros edificaram; e, "para compensar o apoio que lhe fôra prestado em tôdas as iniciativas e o espírito da população, D. João IV, por Alvará de 22 de março de 1646, concedeu aos cidadãos de Salvador os mesmos privilégios com que galardoara a cidade do Pôrto".

No campo eclesiástico, tendo sido criados, em 1676, os bispados do Maranhão, Pernambuco e Rio de Janeiro, foi a diocese da Bahia elevada à categoria de arcebispado metropolitano do Estado do Brasil.

A vida intelectual da cidade era marcada com a presença de representantes da melhor literatura portuguêsa, entre os quais se salienta o maior poeta do século no Brasil, Gregório de Matos, chamado o Bôca do Inferno, que fustigava com as suas sátiras os costumes da época sem respeitar sequer os clérigos e as autoridades da Colônia, o que lhe valeu a prisão e o destêrro para Angola, donde conseguiu voltar para o Brasil; impedido, porém de voltar para a Bahia, viveu no Recife, onde morreu em 1696.

A peste — Enlutou-se, então, a cidade (1686-1688) com a irrupção da "peste da bicha" (provàvelmente a febre amarela), que vitimou grande parte da população, inclusive o arcebispo, o governador, seis desembargadores, doze jesuítas e muitas outras altas autoridades. A história guarda desta calamidade o nome de D. Francisca de Sande, que transformou seu solar de São Bento em enfermaria, onde ela mesma sustentava e cuidava dos doentes.

Decorreu desta epidemia, por voto do povo, a instituição de São Francisco Xavier como padroeiro da cida-

(1) Em 1677 se fundou o primeiro mosteiro de freiras na Colônia — o de Santa Clara do Destêrro —, atendendo a apêlo do governador no sentido de evitar que os pais mandassem as suas filhas, como era costume, para os conventos de Portugal.

de, com a aprovação real verificada em 3 de março de 1687.

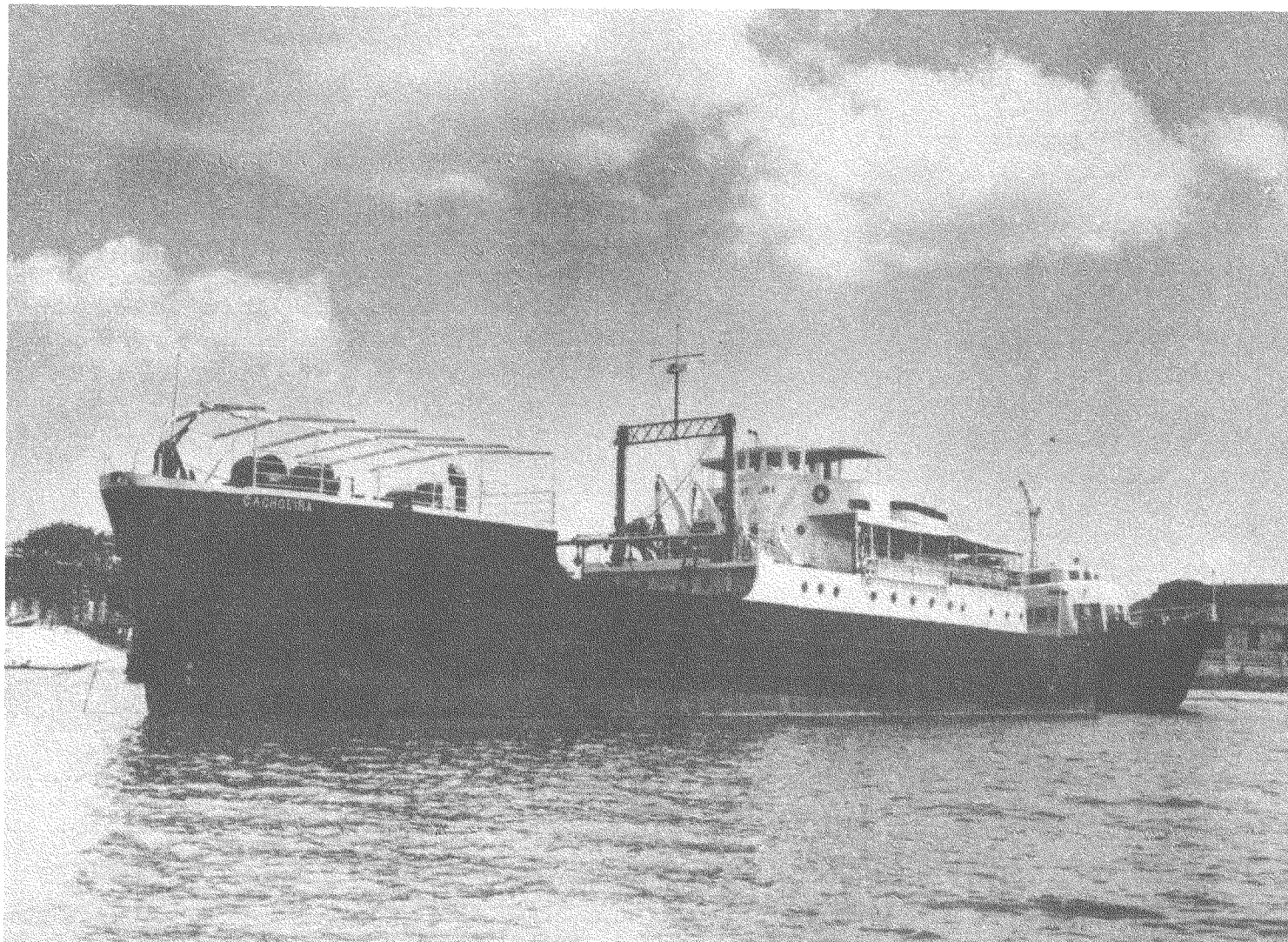
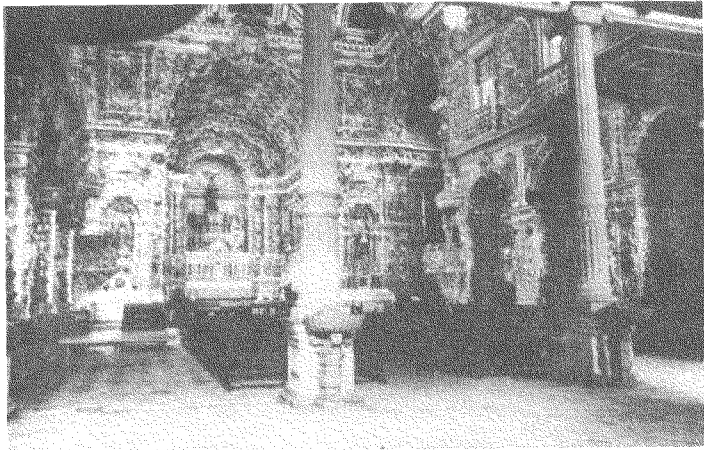
Período de transição — Apesar de tudo, acentuava-se o desenvolvimento econômico da cidade, o que levou o govêrno da metrópole a criar a Casa da Moeda por Alvará de 19 de dezembro de 1695, determinando que "fôsse batida moeda na Capitania da Bahia, com circulação circunscrita à Colônia", sendo, porém, extinta em dezembro de 1698; foram construídos seis guindastes para o transporte de mercadorias do pôrto para a cidade.

"Sob a justificativa de que a Cidade do Salvador, sendo cabeça da Colônia, não poderia estar equiparada aos demais organismos municipais do país, em 1696, os juízes ordinários de Vara Vermelha foram substituídos pelos Juízes de Fora e criada a Ouvidoria da Comarca", medida que foi considerada uma compensação do govêrno régio aos golpes desferidos no poderio da Câmara do Salvador pela Carta de 29 de dezembro de 1693, que criara numerosas Vilas por tôda a Capitania, restringindo a autoridade daquela, em luta constante contra o Govêrno da Colônia e da metrópole, tendo à frente os Juízes do Povo, cuja atitude foi sempre "lutar com o povo em busca de sua tranquilidade e bem estar, mesmo quando aquele se colocava fora da lei". Foi o que aconteceu no motim de 19 de agôsto de 1711, quando o povo se levantou em praça pública, recusando sujeitar-se "ao pagamento de 10% lançados sôbre tôdas as mercadorias importadas e exigindo redução imediata do preço do sal, que fôra elevado de 400 reis para 720 o alqueire" o que obrigou o governador a atender às reivindicações.

E a cidade continuou a crescer, muito aproveitando da administração do marquês de Angeja (1714-1718), que, tendo visitado os engenhos do recôncavo, atraiu para a Capital a aristocracia rural, que nela começou a estabelecer residências compatíveis com a sua abastança, no propósito de acercar-se da autoridade máxima da Colônia.

Surgem novas ruas e velhos bairros se transformam; datam dessa época "São Bento e São Pedro, recém-abertos numa larga artéria cheia de sol, onde se levantam sobrados com dois e três andares, imponentes nas suas linhas européias, com portadas de pedra lavrada, vindas de Lisboa". Completa-se a construção da Sé, iniciada quase um século antes, e o novo palácio do arcebispo (atualmente sede do cabido e da Faculdade Católica de Direito) (2). Restaurou-se a Casa da Moeda. Na parte baixa da montanha, junto ao pôrto, a alfândega levantou seus armazéns ensejando o aparecimento de numerosas casas de negócio, o que deu origem à atual cidade baixa, que viveu sob freqüentes ameaças de desabamentos da encosta, como os ocorridos em 1721 e 1732, apesar das obras de conso-

---

(2) *Nota* — A igreja da Sé era ao lado do palácio do arcebispo, com a frente para a baía. Os seus fundos davam para as casas que hoje ficam em frente do dito palácio. Foi demolida em 1933.

Navio "Cachoeira", da Navegação Bahiana.

Igreja do Convento de São Francisco.

lidação e das muralhas de sustentação que tinham sido feitas.

A primeira metade do século XVIII foi assinalada por notável desenvolvimento literário na cidade, cuja vida intelectual se enriquecera com o número considerável de seus filhos licenciados em Coimbra e famosos escritores, entre os quais se distinguem Sebastião da Rocha Pita, Manuel Botelho de Oliveira e outros, que, a 7 de março de 1724, fundaram a Academia Brasileira dos Esquecidos, à semelhança da Academia Real, que D. João V criara, em Lisboa, e onde se reuniam nada menos de quarenta e quatro poetas e prosadores, funcionando até 4 de fevereiro de 1725. Dos trabalhos dessa Academia resultou a publicação da História da América Portuguêsa, de Rocha Pita.

Igreja da Ordem 3.ª de São Domingos.

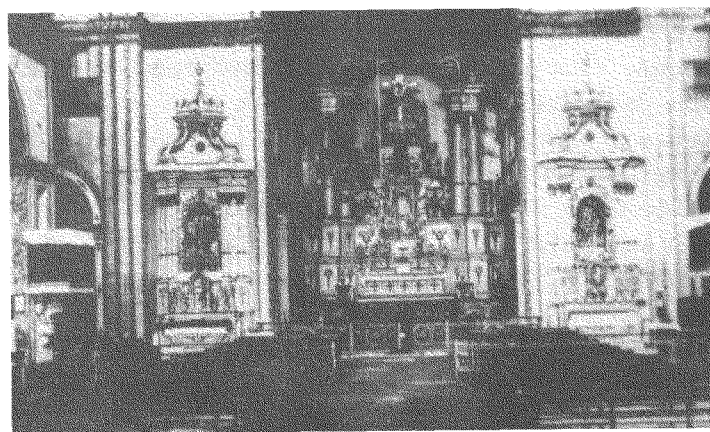
Em 1759, outra academia foi fundada — a dos Renascidos —, que funcionou de 19 de maio a 10 de novembro, e constava de quarenta membros, de acôrdo com o padrão da Academia Francesa, entre os quais se destacavam Frei Antônio Santa Maria Jaboatão, autor do "Orbe Seráfico", e Antônio Caldas, autor da "Notícia Geral da Capitania da Bahia", cujo *fac simile* a Câmara Municipal de Salvador publicou recentemente.

Dias de agitação viveu a cidade de 1758 a 1760 com o processo de expulsão dos Jesuítas, ligado à vida da comunidade desde a sua origem e que se consumou com a prisão de 117 padres e leigos da Companhia, que foram transferidos incomunicáveis do Colégio para o Noviciado, onde permaneceram reclusos de 7 de janeiro a 18 de abril de 1760, data em que foram embarcados para o Reino.

Com esta providência da administração de Pombal, grande prejuízo sofreu a instrução com o fechamento de uma classe de primeiras letras, duas de Gramática e uma de Retórica, Filosofia e Teologia.

Três anos depois, perde Salvador a sua condição de capital da Colônia, transferida esta para a cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, mais próxima das minas e em melhor posição estratégica para vigilância do vice-rei sôbre as coisas do Sul e as fronteiras com os espanhóis, então em guerra com Portugal.

A perda da categoria de Capital, porém, não reduziu a sua categoria de cidade principal do pensamento, da fé, da riqueza e do poderio luso-americano.

Bons administradores, como D. Rodrigo José de Meneses (1784-1788), contribuíram para lhe manter o prestígio e criar condições condignas à sua importância.

Interior da Igreja da Sé.

Novas ruas foram abertas e velhas ruas retificadas e pavimentadas; a Praça da Piedade surgiu com o desmonte e terraplenagem de uma elevação ali existente; construiu-se na Quinta dos Jesuítas um lazareto para os morféticos e em São Lázaro um hospital para doentes contagiosos; equipou-se a cidade com um cais de desembarque e edificaram-se novas muralhas entre a Misericórdia e o Taboão. Para atender à população, que já nessa época se contava por 39 209 habitantes, além de 2 676 moradores dos subúrbios, foram fundados o celeiro público e o curral do Retiro. Em 1785, ergueu-se o primeiro teatro da cidade — a Ópera Velha, — situado na Rua do Saldanha, e poucos anos depois novo teatro se construiu no Guadelupe (atual Praça dos Veteranos), que passou a ser chamado de Ópera Nova.

Palácio Arquiepiscopal.

Ladeira do Pelourinho e Portos do Carmo.

Manifestações nativistas — Novos dias de agitação e intranqüilidade surgiram para a população, quando o espírito nativista e o descontentamento contra a opressão fiscal e a carestia da vida deram ensejo, em 1798, a uma conspiração de tendência libertária, que previa a proclamação da "República Bahianense"; embora a devassa tivesse apurado a participação de elementos das classes de projeção, entre os quais se achavam Cipriano Barata e José da Silva Lisboa, mais tarde Visconde de Cairu, foram seus chefes ostensivos os alfaiates João de Deus Nascimento e Manuel dos Santos Lira e os soldados Luís Gonzaga das Virgens e Lucas Dantas de Amorim Tôrres, razão por que o movimento passou à História com o nome de "Revolução dos Alfaiates". Nada menos de 32 implicados nela, inclusive oficiais da tropa, foram condenados às mais diversas penas e os quatro chefes foram executados e esquartejados na manhã de 8 de novembro de 1799, em a nova fôrca levantada no Largo da Piedade.

O século XIX encontrou a cidade com o seu delineamento já estabelecido, indo, na cidade baixa, da praia da Preguiça até a Jequitaia, numa rua tortuosa com prédios de 3 e 4 andares, e, na cidade alta, do forte de São Pedro até o Convento da Soledade. Mais distantes situavam-se os bairros de Brotas, Rio Vermelho e Itapagipe, com grandes propriedades, e o de Itapoã, onde se explorava a pesca da baleia e a refinação do óleo utilizado na iluminação pública.

D. João VI na Bahia — Foi nesta cidade que, a 22 de janeiro de 1808, chegou a côrte portuguêsa, que fugia à invasão dos exércitos napoleônicos.

Aqui se demorou o Príncipe Regente trinta e quatro dias a receber calorosas demonstrações de carinho e aprêço, incluindo-se entre estas um insistente convite da Câmara e do povo para fixar em Salvador a sede do govêrno.

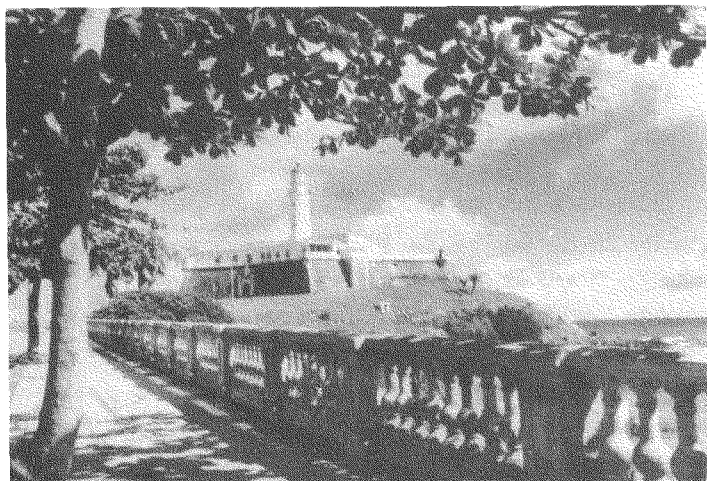
Durante a sua estada na Bahia assinou o Regente a carta de 28 de janeiro de 1808 que declarava abertos os portos do Brasil às nações amigas, resolução possìvelmente inspirada por José da Silva Lisboa, secretário da Mesa de Inspeção e futuro Visconde de Cairu.

Interessou-se o real governante pelas coisas da terra que com tanto carinho o recebera; por ato de 18 de fevereiro criou, com as classes de Anatomia e Obstetrícia, a Escola de Cirurgia, a primeira da Colônia, confiada à direção do Dr. José Correia Picanço; autorizou a instalação, com isenção de impostos, de uma fábrica de vidros e a fundação da primeira companhia de seguros fundada no Brasil, organizada por comerciantes baianos, sob a denominação de Comércio Marítimo. Ainda aqui, tomou as providências para a construção de 25 barcas canhoneiras e aprovou o orçamento para a abertura de uma estrada para o Rio de Janeiro.

D. João e sua comitiva partiram da Bahia no dia 26 de fevereiro, tendo a sua presença marcado o início de uma fase renovadora para a vida da cidade, que ganhou um ritmo de acelerado progresso material, ressentindo-se, porém, de adequado ambiente intelectual, o que levou "os homens de letras e os abastados a se congregarem requerendo ao Príncipe em novembro de 1808, a criação de uma Universidade, por cuja manutenção se comprometiam 41 cidadãos mediante contribuições mensais", o que infelizmente não foi conseguido.

O Conde dos Arcos — A administração de D. Marcos de Noronha e Brito, 8.º Conde dos Arcos (1810-1818),

"deixou sulco inapagável na história local"; nesse período foi criada a Junta do Comércio, atual Associação Comercial, para a qual se edificou um palácio que, ainda hoje, é uma das principais peças arquitetônicas da cidade; construiu-se, também, o Passeio Público, onde a Câmara ergueu um obelisco de mármore português, comemorativo da passagem da família real, mais tarde transferido para a atual Praça da Aclamação, fronteira ao Palácio do mesmo nome; fundou-se o primeiro jornal — "Idade de Ouro" —, em 1811; organizou-se uma biblioteca pública; o Teatro São João, iniciado em 1806 pelo Conde da Ponte, foi inaugurado a 13 de maio de 1812 pelo Conde dos Arcos, embora não de todo terminadas as obras, subindo à cena o melodrama "A escocesa", ficando a capital dotada da melhor casa de espetáculos do País, na época.

A propósito, vale ser referido que data do século XVIII a fundação do Teatro na Bahia. Uma Carta Régia de 9 de outubro de 1733, ordenou ao então Ouvidor da Bahia que mandasse "demolir um proscênio que existia no salão da Câmara da Capital, com assentos para os espectadores que assistissem às representações dramáticas, que ali tinham lugar". À falta de documentação mais remota, pode-se considerar que êsse Teatro da Câmara foi o ponto de partida das casas de espetáculoos públicos de Salvador.

Farol da Barra.

Pela insegurança decorrente de freqüentes desmoronamentos da encosta sôbre a qual se erguia a cidade, cogitou-se ainda uma vez da sua transferência para a península de Itapagipe, evitando assim prejuízos materiais e perda de vidas como ocorreram, com maior gravidade, nas invernias de 1812 e 1813, quando numerosos prédios desabaram ou foram soterrados na Cruz do Pascoal, no Xixi (Pilar), na Misericórdia, na Gamboa, na Conceição e em Santo Antônio, Além do Carmo.

Em 1817, instalou-se, com a denominação de Caixa Filial, uma agência do Banco do Brasil.

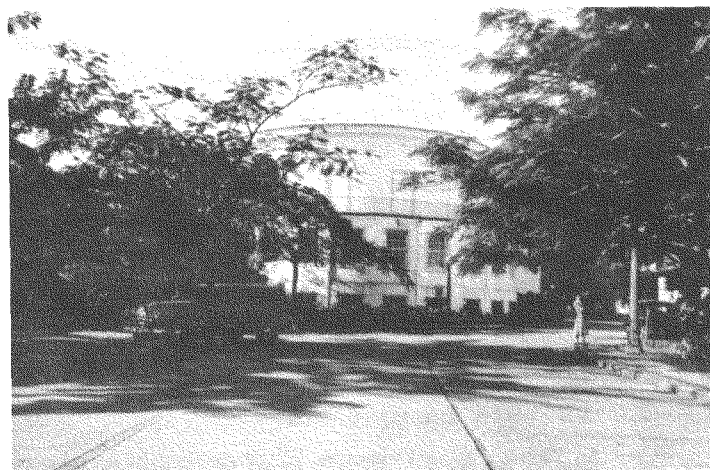
As modificações por que passava o País repercutiram na vida da cidade. A elevação do Brasil à categoria de Reino, em 16 de dezembro de 1815, e a proclamação de D. João VI como Rei provocaram demonstrações de regozijo e de lealdade.

Já a Revolução Pernambucana de 1817 provocou um estado de agitação apenas reprimido pela vigilância do Conde dos Arcos, tendo sido prêso ao desembarcar na

Mercado "Modêlo".

praia da Barra, a 26 de março, o emissário dos insurretos — o padre Roma —, que foi fuzilado no Campo da Pólvora, atual Praça Pedro II, a 29 do mesmo mês. Daqui partiram reforços para reprimir a Revolução e, debelada esta, foram conduzidos para esta cidade numerosos presos que "superlotaram os degredos e cubículos localizados nos baixos da Câmara". Foi rápido o processo e a 12 de junho os chefes do movimento — Domingos José Martins, José Luís de Mendonça e o padre Miguelinho — eram fuzilados.

Revolução constitucionalista — Mas vicejava "a semente da liberdade, germinada na Bahia com o sangue dos baianos sacrificados em 1798 e dos pernambucanos em 1817".

As notícias da Revolução Constitucionalista do Pôrto, em 24 de agôsto de 1820, encontraram terreno propício, pois as idéias e princípios liberais, já vitoriosos nos Estados Unidos e na França, eram aqui propagados por associações secretas, principalmente a Maçonaria, e pelos chefes das revoluções malogradas. Chegada a notícia ao Brasil, a 1.° de janeiro de 1821, logo portuguêses e brasileiros entraram a conspirar, tendo à frente Cipriano Barata, que, na própria prisão do Aljoube, se articulou com o comandante e outros oficiais e organizaram uma entidade revolucionária. Na madrugada de 10 de fevereiro, levantaram-se as fôrças do Forte de São Pedro e marcharam em direção à Praça do Palácio, indo encontrar, à altura das Mercês e dos Aflitos, as tropas fiéis ao Conde da Palma, comandadas pelo marechal Felisberto Caldeira Brandt, que se dispersaram diante do fogo de metralha dos insurgentes. Reunido em conselho, com Felisberto Caldeira e outras pessoas gradas.

Aspecto da sede da Reitoria da Universidade da Bahia.

o Conde, compreendendo a inutilidade da luta, resolveu aderir ao regime constitucional por exprimir a vontade do povo.

Nesse mesmo dia reuniu-se o Senado da Câmara para tomar o juramento do governador e eleger uma Junta Provincial "que haja de governar esta Província até que S. M. tenha solenemente jurado a Constituição". Perdurou o ambiente de agitação, diante da falta de notícias do Rio de Janeiro, tendo-se agravado com a partida de Dom João VI para Portugal, em 26 de abril, quando assumiu a regência o Príncipe D. Pedro. A Junta de Salvador só resolveu prestar obediência ao novo Regente em 3 de junho, depois de ter consultado as Câmaras das principais vilas do Interior. A Junta mostrou-se inteiramente fiel a Portugal, apoiada pelos portuguêses, o que provocou o ressentimento dos brasileiros. Neste ambiente realizaram-se, a 3 de setembro, as eleições para deputado às côrtes de Lisboa, as quais deram a vitória "a probos e estimados cidadãos, alguns de velhas famílias baianas", o que decepcionou os partidários de Portugal e aumentou a animosidade reinante entre portuguêses e brasileiros.

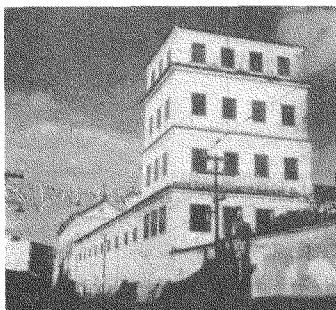
Em 3 de novembro, um levante promovido por militares e civis, na maioria brasileiros, tentou depor a Junta, e, tendo fracassado, foram os cabeças presos e remetidos para Portugal.

A guerra da Independência — Com as eleições realizadas a 31 de janeiro de 1822, para renovação da junta de govêrno, saíram vitoriosos os brasileiros, o que exacerbou os ânimos dos portuguêses. Acentuou-se a discórdia com a nomeação, a 15 de fevereiro, do brigadeiro Inácio Luís Madeira de Melo para governador das armas, na Bahia, em substituição ao brasileiro, brigadeiro Manuel Pedro de Freitas Guimarães, que vinha exercendo o cargo. A Câmara, pretextando falta de formalidades, recusou dar posse ao novo comandante português, do que resultou a divisão das fôrças militares em dois grupos, cada qual com o seu comando. Viveu a Cidade dias de sobressalto e desordem, sem que as autoridades civis dispusessem de elementos para restabelecer a disciplina, ficando semideserta sob o domínio da patuléia ameaçadora.

" A guerra civil estava iminente. A Câmara, na sua sessão de 18, propôs uma fórmula apaziguadora: a organização de uma Junta Militar de sete membros, à qual cada um dos brigadeiros daria três membros, sendo o sétimo tirado por sorte. Mas era tarde. Na madrugada de 18 saíam os primeiros piquêtes de reconhecimento, tanto das casernas brasileiras como das portuguêsas. Na manhã de 19 de fevereiro, combatia-se nas ruas da Bahia. Os quartéis onde o chefe era Manuel Pedro ficavam no Forte de São Pedro e na Mouraria. Foi aquêle cercado, após uma carga de baioneta, que arrebatou aos brasileiros dois canhões, postados no Rosário e nas Mercês; e o quartel da Mouraria, impetuosamente assaltado, resistiu com bravura, até ser forçado a render-se. A tropa refugiada no Forte de São Pedro manteve-se galhardamente até 21 de fevereiro".

"No mesmo dia 19, dando-se os soldados e marinheiros lusos ao saque de casas e templos, invadiram o Convento da Lapa, tentando arrombar a porta da clausura das freiras. Esta, porém, se abriu e surgiu a veneranda abadêssa, madre Joana Angélica de Jesus, senhora baiana a quem trinta e cinco anos de cela impunham uma suave majestade, a qual abriu os braços diante dos arrombadores, gritando-lhes: — "para trás! que só penetrareis nesta

Aspecto do restaurante universitário.

casa do Senhor passando por sôbre o meu cadáver". Mal isso dissera, uma baioneta trespassou-a, rolando morta a sublime religiosa, aos pés dos milicianos, que ainda derrubaram a coronhadas o capelão do Convento, padre Daniel da Silva Lisboa". Invadido o Convento, fugiram as religiosas para o Convento do Destêrro.

Convento da Lapa.

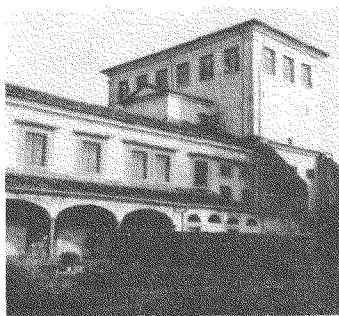
Igreja do Santíssimo Sacramento.

No dia seguinte, ameaçando Madeira bombardear o Forte de São Pedro com artilharia grossa, "a população assistiu terrificada ao espetáculo da passagem das freiras das Mercês, cruz alçada, em demanda do Convento da Soledade, onde se acolheram por ameaça de destruição do seu recolhimento pelos canhões portuguêses".

No dia 21, entregou-se o Forte de São Pedro, mas lá só se encontravam o brigadeiro Manuel Pedro e uns poucos oficiais, pois os cabeças da insurreição e a sua soldadesca se tinham evadido para a Tôrre de Garcia d'Ávila e as vilas de São Francisco, Santo Amaro, Iguape, Cachoeira e Maragogipe, onde foram preparar fôrças para prosseguimento da luta.

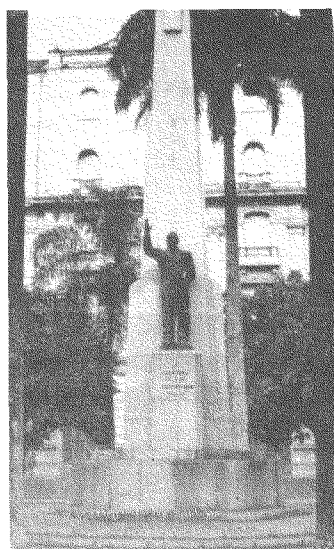
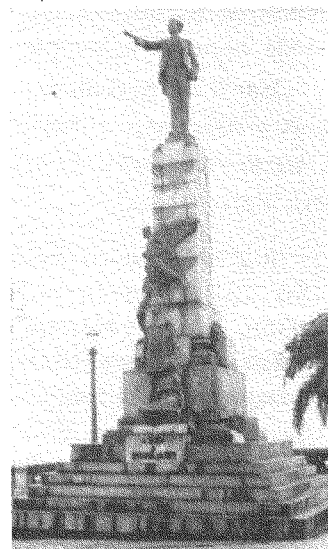
Em maio, chegou de Portugal Miguel Calmon du Pin e Almeida, portador de célebre carta dos deputados baianos nas côrtes de Lisboa, em que se consultavam às Câmaras sôbre a melhor forma de govêrno para os interêsses do Brasil.

Dois motivos deram origem a esta consulta: de um lado, o fato de sòmente o Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul acatarem a autoridade do Príncipe Regente, enquanto o govêrno da Bahia, assim como os do Maranhão e Pará, se subordinarem diretamente a Lisboa, e Pernambuco reerguia a bandeira da autonomia; doutra parte a decisão das côrtes portuguêsas de destituírem D. Pedro da Regência.

Praça da Sé.

Convento do Destêrro.

Logo se manifestaram as Câmaras da vila de São Francisco e de Santo Amaro, aceitando a regência de Dom Pedro; "foi mais longe a Vila de Nossa Senhora do Rosário do Pôrto da Cachoeira (atual cidade da Cachoeira), que, em 25 de junho, discrepando da política da Junta Provisória, em não obedecer ao Príncipe Regente, se antecipou às demais, aclamando-o defensor perpétuo do Brasil, reconhecendo-lhe a regência e jurando fidelidade", no que foi acompanhada pelas vilas de Santo Amaro e Maragogipe.

A Cidade do Salvador, transformada em praça de guerra, sob a ocupação das tropas portuguêsas, não se manifestou oficialmente, oprimidas a Junta e a Câmara pela pressão de Madeira que, com aparato de fôrça, impediu a reunião da Câmara aprazada para 15 de junho com o fim de aprovar a adesão da Bahia ao govêrno do Rio de Janeiro.

Êstes acontecimentos agravaram o êxodo das pessoas abastadas, que se retiravam para suas fazendas e engenhos, enquanto as deserções de praças abriam numerosos claros nos batalhões da cidade, que começava a ser bloqueada pelos destacamentos do recôncavo, levantados depois da proclamação da Câmara da Cachoeira, que havia criado uma junta Conciliatória de Defesa, reconhecida como Govêrno do Recôncavo. Escasseavam os víveres, pois as es-

Mon. a José Joaquim Seabra.

Monumento a Castro Alves.

tradas estavam impedidas e muitas vilas do sul negavam embarques de mantimentos para Salvador. As tropas de Madeira mantiveram-se em expectativa, o que permitiu aos baianos reforçarem as suas posições e transformarem a massa desordenada em tropas militarizadas sob a orientação de Gomes Caldeira e Lima e Silva e sob o comando do general Pedro Labatut, antigo coronel do exército de Napoleão, que havia chegado de Alagoas, por terra, com cêrca de 200 homens.

Madeira resolveu atacar a ilha de Itaparica, enviando dois brigues portuguêses, a 28 de julho, que tentaram forçar o passo do Funil.

"Aí, enterrados na lama do mangue até o pescoço, doze voluntários patriotas resistiram, a tiro, aos inimigos, e com tal bravura que os brigues se evadiram levando dezenas de mortos e feridos".

Enquanto os baianos lutavam contra as tropas portuguêsas de Madeira, D. Pedro I, em São Paulo, proclamava a Independência, fato que levou a Junta Conciliatória de Defesa a se transformar, a 22 de setembro, em Junta Provisória, com sede na cidade de Cachoeira, o que equivalia à deposição da Junta Governativa, sediada em Salvador, cuja autoridade se restringia então aos limites do município da Capital.

Conjunto Assistencial professôra Julia Kubitschek.

Ao chegar Labatut, nomeado por D. Pedro para dirigir a campanha de libertação da Bahia, "já encontrou em Pirajá, num flanco da Cidade, sôbre a Estrada das Boiadas ou do Sertão, o coronel Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque, com as suas milícias da Tôrre, e outros grupos de Voluntários sob o comando de oficiais brasileiros".

A 29 de setembro, Labatut intimou Madeira a render-se. A resposta do lusitano foi o fuzilamento do emissário. Tendo recebido reforços de Lisboa, desembarcados no dia 30, as tropas portuguêsas prepararam sua defesa numa linha de trincheiras de artilharia, que ia do Rio Vermelho a Brotas e Lapinha, daí descendo para o Engenho da Conceição.

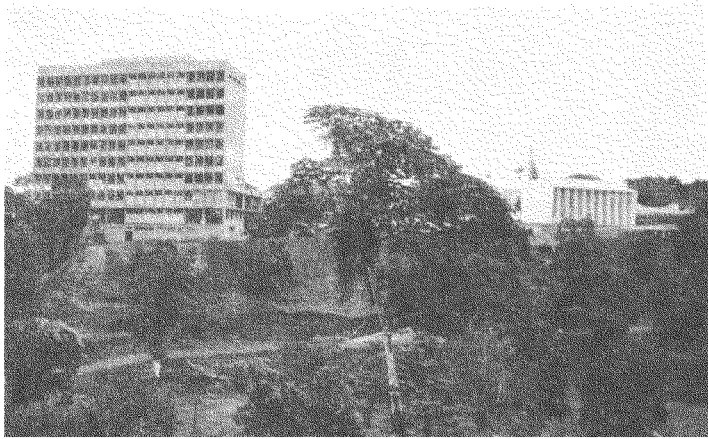
Acossados pelo cêrco e ameaçados pela fome que rondava a cidade, os lusitanos passaram à ofensiva e, a 8 de novembro, desembarcaram nas praias de Plataforma e Itacaranha, com o plano de desalojar as fôrças nacionais acampadas em Pirajá. "Após cinco horas de encarniçado e sangrento embate com as guarnições brasileiras das Campinas e Bate-Folha, defensores da cobiçada iminência do Cabrito, viram os atacantes transformar-se a sonhada vitória em derrota, tendo de retirar-se, em recuo desordenado, desmoralizados, apesar de a batalha se ter travado em condições desfavoráveis para os brasileiros".

O resultado desta batalha muito se deveu ao corneteiro Luís Lopes, que, tendo recebido ordem do comandante Falcão de Lacerda, como chefe do batalhão pernambucano, para tocar "retirada", por motivos até hoje não esclarecidos, lançou o sinal das ordenanças de caçadores de "avançar cavalaria e degolar". Os portuguêses, que já levavam de vencida as tropas brasileiras, julgaram "que tínhamos forte reserva de cavalaria, e debandaram, sendo então perseguidos a baioneta até quase dentro da Cidade".

Pirajá foi uma vitória conseguida à custa de patriotismo e intrépida ousadia, sobressaindo, entre os heróis, os nomes de Barbosa Sobral, Meneses Dória, Pedro Jácome, Barros Falcão, Felisberto Caldeira, Argôlo Ferrão, e tantos outros, que se bateram anônimamente pela liberdade da Pátria, merecendo especial relêvo os "encourados do Pedrão" corpo formado pelo pernambucano padre, José Maria Brainer, e os flecheiros tapuias.

Depois desta derrota, Madeira recolheu as suas tropas, e Labatut, passando à ofensiva, a 29 de dezembro, levou a efeito uma investida, durante a qual chegou até aos redutos da Soledade, donde recuou. Em fevereiro de 1823, já com o seu exército definitivamente organizado, ocupou posições consolidadas em Brotas, Cruz do Cosme, Campinas, Conceição e Fazenda Grande, forçando Madeira a fazer que se retirassem da cidade, ameaçada pela fome, mulheres, velhos e crianças.

Tão grave se tornou a situação, que, em 9 de maio, Madeira destituiu a Junta Provisória, assumiu o poder civil e militar da Província, proclamou o estado de sítio, declarou a cidade praça de guerra, e, no dia seguinte, destituiu todos os membros do Senado e da Câmara.

Eram cada vez mais delicadas as condições de vida na praça sitiada, agravando-se a inquietação dos civis e o descontentamento dos militares, que começaram a desertar. A 30 de junho, Madeira propôs ao quartel-general brasileiro que evacuaria a cidade desde que lhe fôsse permi-

Faculdade de Odontologia.

tido embarcar-se com tôda a sua gente na esquadra, sem ser hostilizado, proposta que foi recusada por Lima e Silva, comandante do exército libertador, desde a deposição e prisão de Labatut.

O Dois de Julho — A 1.º de julho começou o embarque das tropas portuguêsas, acompanhadas pelos membros da Junta de Govêrno recentemente nomeada. E pelas oito horas da manhã do dia 2 a esquadra zarpou, atacados os brigues retardatários pela flotilha de Itaparica, sob o comando de João Francisco de Oliveira Botas, o intrépido e lendário João das Botas, que ocupou o Forte do Mar, (Forte de São Marcelo), com a guarnição da sua barca, hasteando, pela primeira vez, no ancoradouro da cidade, a bandeira nacional, que, segundo a tradição, fôra feita pelos oficiais brasileiros que se encontravam presos naquela fortaleza.

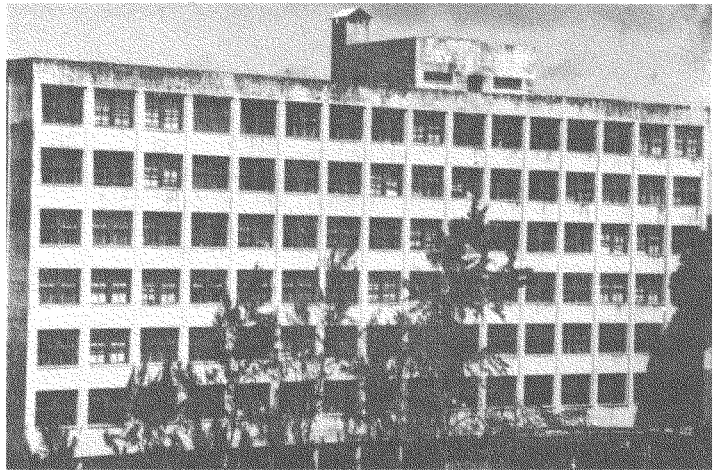
À notícia da evacuação da cidade, movimentou-se o "Exército Pacificador", à frente o próprio Lima e Silva e, marchando pela Estrada das Boiadas, chegou à Lapinha, onde se juntou com as tropas do tenente-coronel Manuel Barros Falcão, vindas das Brotas; juntos se deslocaram para o alto da Soledade, onde "as freiras do Convento, pelas mãos do seu capelão, coroaram os vencedores, não o fazendo pessoalmente por lhes proibir a clausura". Mais além, no forte do Barbalho, com tiros de peça, foi firmado o pavilhão imperial. Sob um tapête de flôres lançadas das janelas pelas senhoras vestidas de verde e amarelo, desfilaram entre festões e sob arcos de palmas de ouricuri e dendêzeiros, ao espoucar de foguetes e ao repique dos sinos de tôdas as igrejas, destino ao Terreiro de Jesus, onde

Maternidade Climério de Oliveira.

fizeram alto nada menos de 9 515 homens, que compunham o "Exército Pacificador", triunfalmente aclamados pela população que os vinha acompanhando desde os bairros longínquos.

A marcha vitoriosa rematou com o "Te Deum" que se cantou na Catedral pelas 15 horas, com a assistência de todo o estado-maior, depois do que recolheu-se a tropa aos aquartelamentos prèviamente estabelecidos.

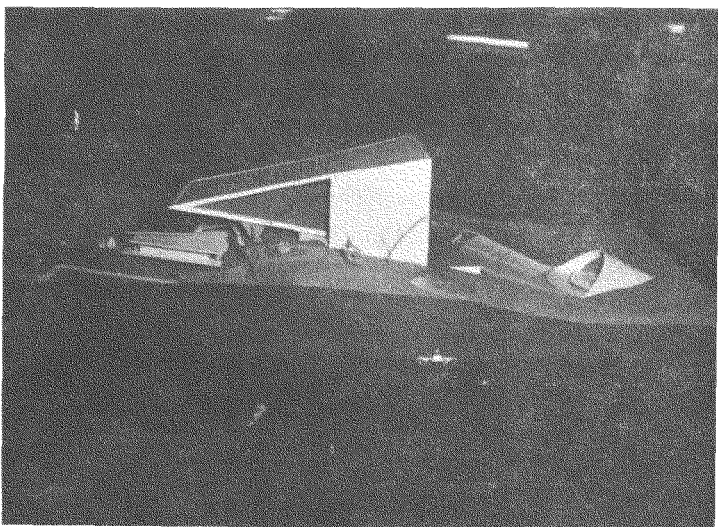
Assim, ficou reintegrada a Bahia na comunhão brasileira, após um ano de árduas lutas, que consolidaram a Independência e a unidade do Brasil. (3)

Inquietações e motins — Com a restauração, seria de esperar um período de paz, que reconduzisse a cidade à normalidade administrativa; mas os exaltados ânimos da população, que se traduziam em agressivos choques entre brasileiros e portuguêses, a indisciplina na tropa e as correntes políticas que mantinham orientações antagônicas, não permitiram tal se verificasse, aumentando as angústias dêsse período de agitada transição.

Escola de Enfermagem.

Apesar disso, é das mais notáveis a participação da Bahia na vida política do País. No Conselho de Estado, criado pelo Imperador e constituído de dez membros, figuravam cinco eminentes baianos, destacando-se, pela sua participação ativa como redator da nossa primeira Cons-

---

(3) A partir do primeiro aniversário dêsse acontecimento, alguns patriotas se lembraram de comemorá-lo, e, à margem das cerimônias oficiais, fizeram construir uma carrêta montada sôbre rodas de canhões tomados às fôrças de Madeira, ornamentaram-na com troféus de guerra e, à falta de um índio autêntico, instalaram nela um mameluco, representando o Brasil. Em 1825, saiu à rua nova carrêta montada sôbre as mesmas rodas, a qual ostentava agora a escultura de um caboclo a cravar uma flecha na cabeça de um dragão — símbolo do Brasil a esmagar a Tirania. Essa mesma escultura ainda hoje desfila pelas ruas da cidade por ocasião dos festejos do 2 de julho.

Mais tarde, em 1846, o presidente da Província, general Andréa, português de nascimento, por questões de ordem política ou por encontrar no fato ostensivo desabono à sua terra natal, resolveu suprimir o caboclo, sugerindo se fizesse outro carro com uma cabocla representando Catarina Paraguaçu. O povo mostrou-se irredutível quanto à participação do caboclo no cortejo, sem achar, contudo, inconveniente algum quanto à inclusão da cabocla. Resultou de tudo isso que o desfile patriótico ficou enriquecido com a sugestão do português, em razão da qual se incluiu a venerável figura de Paraguaçu, que ainda hoje comparece ao desfile do 2 de julho.

Maqueta do Teatro Castro Alves.

tituição, o marquês de Caravelas, José Joaquim Carneiro de Campos, nascido na cidade do Salvador.

Em meio às preocupações oriundas de freqüentes motins e agitações que caracterizaram êste período, circulou, em 1824, o boato de que, em Portugal, se estava organizando uma expedição para retomar a cidade. Ancorando no pôrto, para abastecer-se, a frota portuguêsa que conduzia as tropas retiradas de Montevidéu, recrudesceram as animosidades e houve manifestações contra os soldados e marinheiros, sendo também apedrejadas e invadidas casas comerciais que, por alguns dias, cerraram as portas. No ano seguinte já Portugal reconhecia a nossa independência.

Com o objetivo de aliviar a tensão reinante, D. Pedro I e a Imperatriz, em 1826, visitaram a Bahia, onde foram acolhidos com esplêndidas festas, distribuindo o Imperador mercês e comendas aos heróis da campanha libertadora.

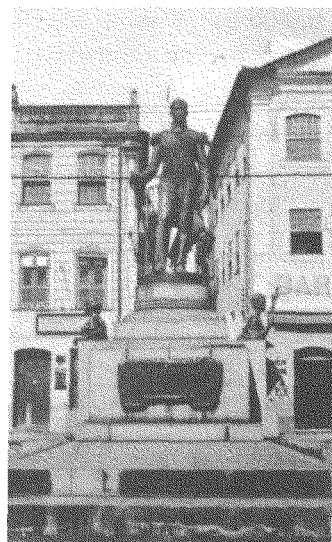
Apesar da sua importância, Salvador era uma cidade às escuras.

As suas rendas eram insuficientes e o govêrno do Império, ainda em 1826, recusava atender ao apêlo do Presidente da Província para que à cidade coubesse uma quota do impôsto que então se cobrava em todo o país para a iluminação do Rio de Janeiro; nesse ano, porém, a Câmara Provincial sancionou o primeiro projeto, autorizando a instalação de lampiões para a iluminação pública, mandando-se vir de Lisboa dois para servirem de modêlo; apesar disso, sòmente a 6 de julho de 1829 foram inaugurados os primeiros lampiões, alimentados a azeite de baleia, na cidade baixa e, pouco depois, no distrito da Sé e em São Pedro.

Vista interna do Pavilhão Omatro da Nova Penitenciária do Estado.

Apesar da visita imperial, não arrefeceu o clima de agitação que continuava a sobressaltar periòdicamente a cidade com motins e assassínios; antes, agravava-se a situação com a notícia da abdicação e, posteriormente, com a instabilidade e fraqueza da Regência; já em outubro de 1831 irrompeu uma sublevação de caráter federalista, prontamente debelada; no ano seguinte, sedição semelhante revolucionou a Cachoeira e São Félix, também fracassada, sendo os seus chefes presos no Forte do Mar (Forte de São Marcelo), onde se revoltaram em abril de 1833, arvoraram a bandeira federalista e atiraram com as peças da fortaleza para terra, rendendo-se, porém, no momento em que o reduto ia ser tomado de assalto.

Em janeiro de 1835, sublevaram-se os africanos "malês": 1 500 negros muçulmanos, no desespêro de sua condição, pretenderam assassinar tôda a população branca; a luta foi sangrenta, e, vencidos, os escravos rebeldes foram duramente castigados.

Monumento ao 2 de Julho.

Monumento ao Conde dos Arcos.

Outro motim ocorreu pouco depois, a chamada "cemiterada", decorrente da revolta do povo, instigado pelas irmandades e confrarias religiosas contra a inauguração do cemitério do Campo Santo, em 23 de outubro de 1836, em conseqüência da Lei provincial de 25 de junho de 1834, que proibira os enterramentos nas igrejas. O cemitério foi demolido pela população e só em 1844, depois de transferido para a Santa Casa da Misericórdia, foi reconstruído, sendo usado, a princípio, para enterramento dos doentes hospitalizados, escravos e presos.

Êstes acontecimentos revelavam a inquietação reinante, o descontentamento popular e a fragilidade das instituições, cuja fermentação era mantida pelas tendências republicanas, estimuladas pelos êxitos da Revolução Farroupilha, que se alastrava no Sul e que aqui se manifestou no auxílio prestado para a evasão, em setembro de 1837, do caudilho Bento Gonçalves, que se achava preso no Forte do Mar (São Marcelo).

A Sabinada — A 7 de novembro dêsse ano, outra vez a cidade se viu flagelada pela guerra com o movimento se-

paratista que visava a proclamar a República da Bahia, separada do centro, enquanto durasse a minoridade de D. Pedro; êste movimento passou à História com o nome de "Sabinada", por ser seu chefe Sabino Vieira, homem culto e professor da Faculdade de Medicina, que contava com o apoio de elementos do maior prestígio em tôdas as classes. Ocupando a cidade, os rebeldes formaram um novo govêrno sob a presidência do jornalista e patriota Inocêncio da Rocha Galvão, tendo como secretário o próprio Sabino Vieira. As autoridades civis e militares e o arcebispo D. Romualdo de Seixas abandonaram a cidade, refugiando-se em Cachoeira, transformada em sede do govêrno.

A Regência mobilizou os recursos de terra e mar para debelar a revolução, o que conseguiu no dia 13 de março de 1838, depois de luta sangrenta, em que o número de baixas passou de mil e cêrca de 60 edifícios foram destruídos pelo incêndio, tendo sido feitas mais de 2 000 prisões e sendo desterrado para Goiás o chefe da rebelião, que nunca mais regressou à Bahia.

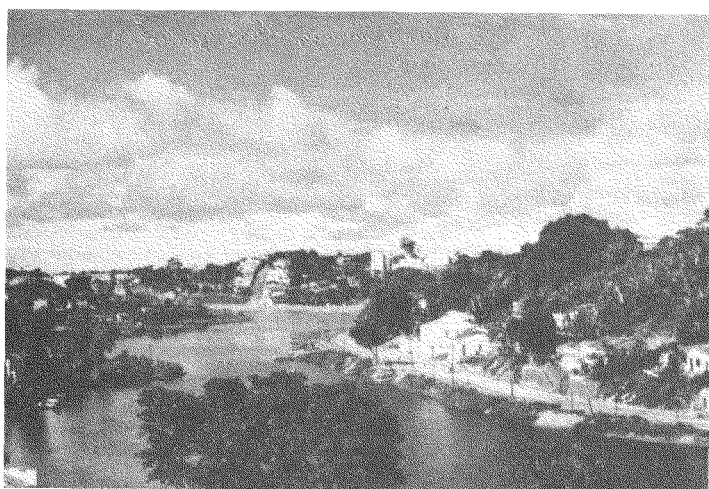
É de notar que a Sabinada foi um movimento de caráter democrático e apoiado na massa popular. Os proprietários rurais e a aristocracia urbana moveram contra êle tremenda campanha, "que extirpou da cidade, por muitos anos, o germe da rebelião das ruas e arrefeceu o sentimento republicano".

Paz e progresso — A cidade, porém, se ressentiu dos efeitos da revolução malograda, até 1840, quando retomou o seu ritmo de progresso. Nesse ano, fundou-se a Associação Comercial da Bahia e começou a funcionar a Escola de Aprendizes Marinheiros; em 8 de outubro do mesmo ano, foi fundada a Escola Normal, criada pela Lei n.º 37, de 16 de abril de 1836, e em 17 de setembro de 1841, no antigo convento dos Agostinhos, na Palma, foi instalado o Liceu Provincial, atual Colégio da Bahia, criado pela Lei n.º 33, de 9 de março de 1836. No ano seguinte, foi organizado um Conselho de Instrução Pública, composto de seis membros, nomeados pelo Presidente da Província. (Lei n.º 172, de 25 de março de 1842).

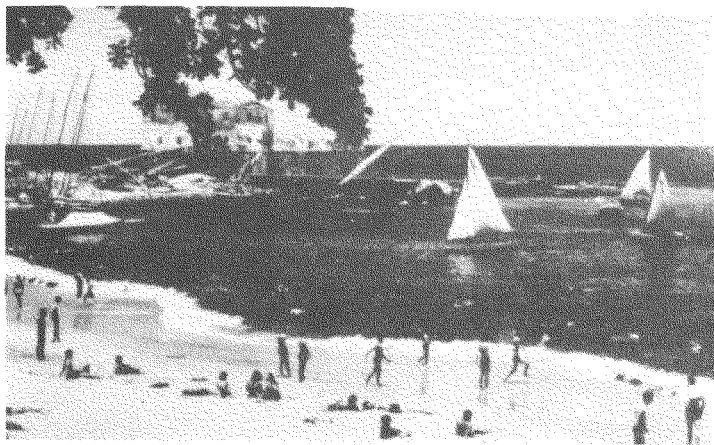
A maioridade assegurou um decênio de paz e de bons governantes, do que se aproveitou a cidade. Pavimentaram-se as principais artérias do comércio (cidade baixa) até a Calçada do Bonfim; nivelaram-se a Rua do Sodré e a Ladeira de Santa Teresa, na cidade alta; fizeram-se obras de consolidação das muralhas de arrimo da ladeira da Misericórdia, que também foi pavimentada; construiu-se a Rua da Vala (atual Rua D. J. J. Seabra, mais conhecida por Baixa do Sapateiro), drenando brejos e canalizando córregos desde a Ladeira de São Roque até o Arco da Estrada (Arco das Sete Portas); foi regularizado o serviço de abastecimento de água, inaugurando-se em 7 de ja-

Prédio do Forum Ruy Barbosa.

neiro de 1852 vinte e um chafarizes, alguns de caráter ornamental, de bronze e mármore.

Epidemias e agitações — Mas, em 1850, irrompeu na cidade violenta epidemia de febre amarela, transmitida por tripulantes do brigue americano "Brasil", tendo vitimado mais de 1 600 pessoas. O govêrno tomou as providências recomendadas na época para proteger a população, tendo organizado um lazareto na fazenda Bom Despacho, em Mar Grande (Ilha de Itaparica) para hospitalização dos amarílicos desembarcados dos navios e um hospital de emergência, em Monte Serrate, para isolamento dos doentes da cidade; outras providências foram tomadas, entre as quais o revigoramento da proibição dos sepultamentos nas igrejas, fundando-se vários cemitérios, como o da Maçaranduba, em Itapagipe, e o das Quintas, até então privativo dos lázaros. Dessa vez não houve contra êsse ato do govêrno protestos nem reclamações. O espírito reli-

Vista do Dique.

gioso do povo, diante da calamidade, recorreu a orações e procissões, tendo-se realizado a primeira transladação da imagem do Senhor do Bonfim, trazida solenemente para a Igreja da Sé, onde ficou exposta.

Nova epidemia — a da cólera-morbo — tornou a devastar a Cidade em 1855, trazida por passageiros do vapor "Imperatriz", vindos do Pará, tendo-se alastrado ràpidamente por tôdas as freguesias da cidade e irrompido por Cachoeira, Santo Amaro, Nazaré e todo o litoral e atingido o Sertão, em Feira de Santana e Jeremoabo, vitimando cêrca de 30 000 pessoas, entre as quais se encontravam médicos, acadêmicos de medicina e confessores, devotados na assistência aos doentes. Cabe aqui ressaltar o nome do

Vista do Pôrto da Barra.

Farol de Itapoan.

Dr. Cipriano Barbosa Betâmio, que morreu vítima da sua dedicação.

Mal refeita das conseqüências da peste, é a cidade sobressaltada, em 28 de fevereiro de 1858, por um motim popular, a que serviu de pretexto o ato do presidente da Província que transferira as recolhidas da Santa Casa da Misericórdia para o Convento da Lapa, dirigido por irmãs de caridade francesas, e pela carestia de gêneros alimentícios, que vinha provocando acirrada troca de mensagens entre a Câmara da cidade e o Presidente da Província, Cansanção de Sinimbu. O povo invadiu o Paço da Câmara, tocando o sino a rebate, e, aos gritos de "queremos carne sem osso e farinha sem caroço", apedrejou o palácio do governador. No dia seguinte, repetiu-se a arruaça, que foi dispersada pela cavalaria, fugindo o povo em debandada, deixando a praça e adjacências coalhadas de chinelos, dos mais variados tipos e qualidades, o que valeu

Vista da Lagoa do Abaeté.

fôsse a arruaça apelidada irônicamente, de "revolução dos chinelos".

Ainda durante êste período de efervescência, foi que D. Pedro II visitou pela primeira vez a Bahia, onde chegou, em companhia da Imperatriz e das Princesas e de numeroso séquito, a 6 de outubro de 1859, tendo estendido sua visita às cidades do recôncavo.

O ano de 1860 assinala importantes melhoramentos. O primeiro trecho da estrada de ferro da Bahia ao São Francisco foi então aberto ao tráfego, e ia da Jiquitaia a Aratu; macadamizou-se a Rua da Vala; foram inaugurados caminhos novos que ligaram a Fonte Nova ao Rio Vermelho, costeando o dique, e o Retiro ao Engenho da Conceição. Por outro lado, foram construídas diversas fábricas,

Igreja do Senhor do Bonfim.

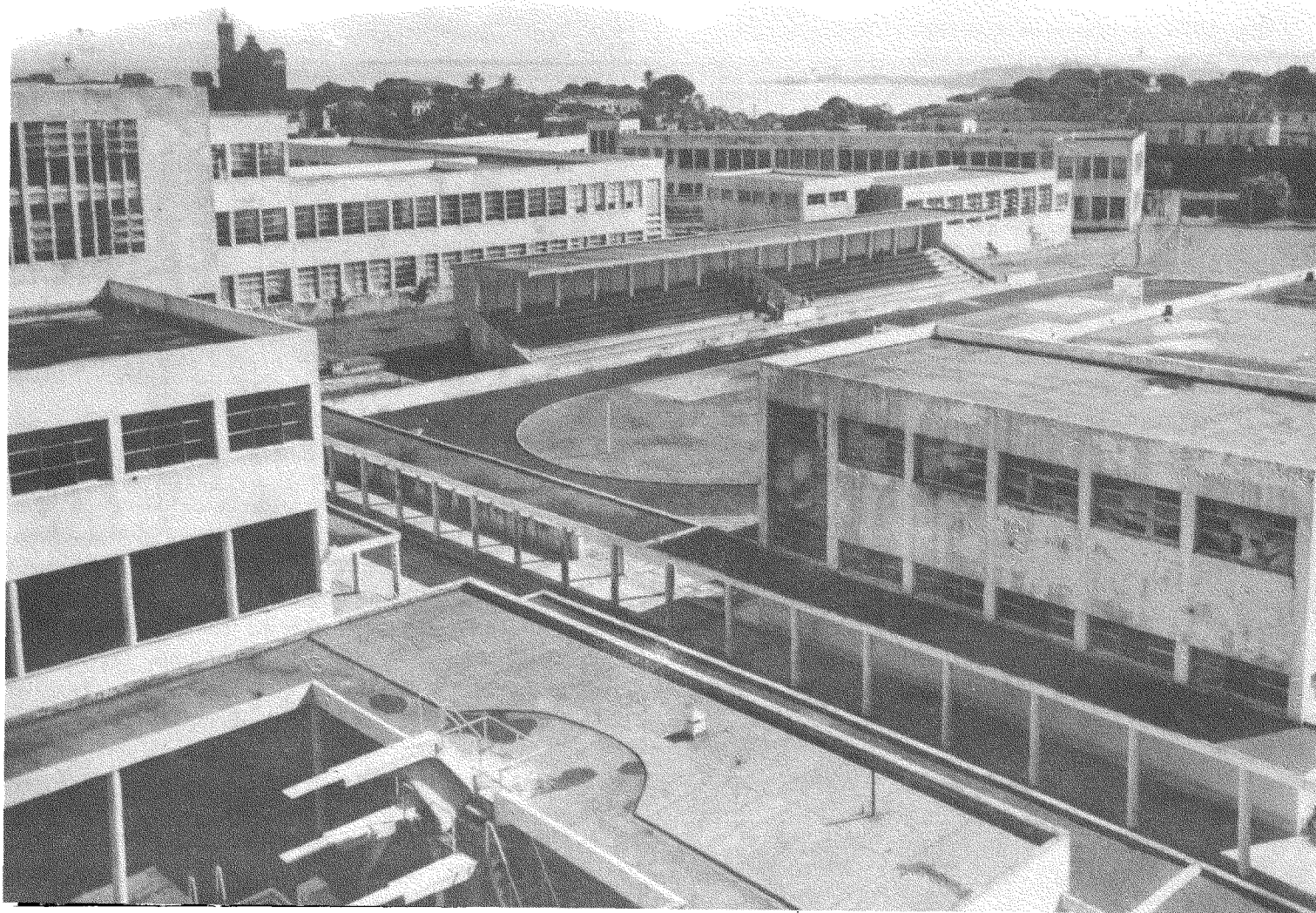
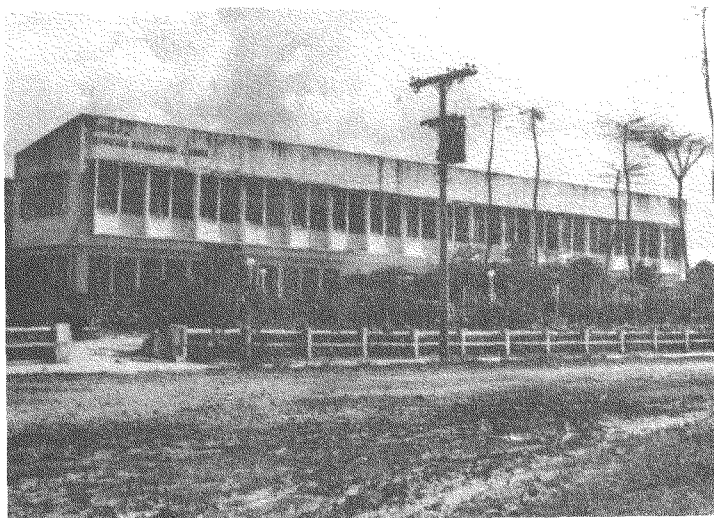
aumentando-se sensìvelmente o movimento comercial; começou a funcionar o Banco da Bahia, criado em 1858. Dois grandes jornais a essa época orientavam a opinião pública: "O Diário da Bahia", órgão liberal (1856) e o "Jornal da Bahia", conservador. A 10 de maio de 1862, inaugurou-se o serviço de iluminação a gás carbônico, tendo sido abolido o velho sistema de iluminação a azeite de baleia, pela Lei provincial de 19 de julho de 1854; o novo sistema inicialmente, foi montado entre a Rua do Noviciado (São Joaquim) e o Cais Dourado (Praça Deodoro), com 96 combustores, construído o gasômetro na Rua do Noviciado; três meses mais tarde o número de lampiões foi aumentado para 1 475 além da iluminação da fachada do teatro "São João", no local onde hoje fica a Secretaria da Agricultura.

"A paz construtiva de que a Bahia vinha gozando e que lhe trazia um notável progresso material, foi perturbada por grave incidente de caráter internacional, em 7 de outubro de 1864, com o aprisionamento, no pôrto da cidade, do navio americano "Flórida", da facção sulista, pelo navio "Wassuchets", da armada dos americanos do Norte, tendo morrido mais de 50 tripulantes da nau aprisionada, sem que os navios brasileiros, diante da surprêsa do ataque, pudessem perseguir o agressor." A violação da neutralidade brasileira provocou a indignação popular e o protesto diplomático, tendo a afronta sido reparada, dois anos depois, quando o navio de guerra americano "Nipsic", no pôrto de Salvador, içava no tôpo do mastro grande o pavilhão imperial brasileiro, saudando-o com 21 tiros.

Guerra do Paraguai — Naquele ano, foi o Brasil arrastado à guerra contra o Paraguai, e a Bahia, como sempre, tomou a dianteira na prestação do seu tributo, embarcando, logo em 23 de janeiro de 1865, o Corpo de Polícia, com o efetivo de 410 praças e o Batalhão de Caçadores de Linha, com 340 homens, passando o policiamento da cidade a ser feito pela Guarda Nacional.

Com a chegada dos primeiros feridos, movimentou-se a população e fundou a Associação Beneficente Dois de Dezembro para socorrer as viúvas e órfãos. As tropas expedicionárias baianas granjearam assinalados triunfos, salientando-se os Corpos de Polícia, os batalhões dos Zuavos e os Voluntários da Pátria.

Evolução construtiva — O crescimento da cidade exigiu do govêrno uma solução para o transporte coletivo, que a partir de 14 de julho de 1851, vinha sendo feito por um serviço de gôndolas que havia substituído as cadeirinhas de arruar, carregadas por negros possantes, e que representavam para as famílias ricas o principal meio de transporte.

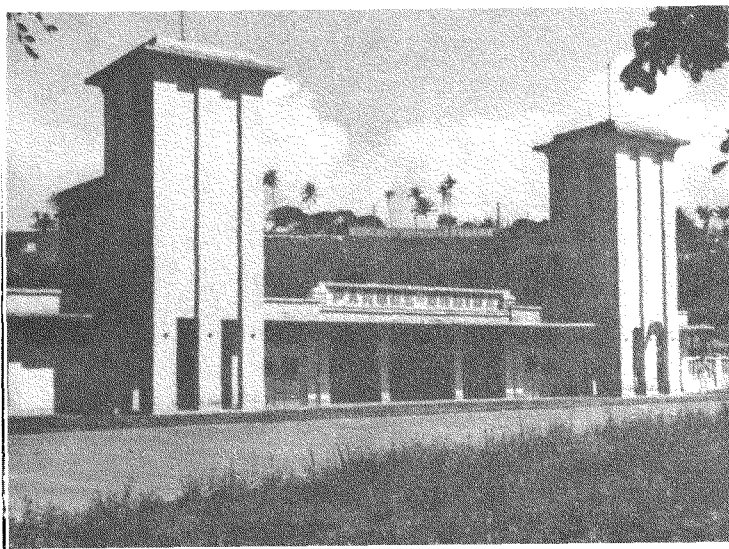
Em 18 de maio de 1864 foi feita a concessão dos serviços de transporte de carga e passageiros entre a cidade alta e a baixa, mais tarde transferida ao negociante An-

Vista parcial do Instituto Normal da Bahia.

Fachada principal da Escola de Medicina Veterinária.

tônio Francisco de Lacerda, em 1869, que montou elevadores hidráulicos, inaugurados a 8 de dezembro de 1873 e eletrificados em 1907. Como complemento, obteve o mesmo concessionário licença para estabelecer um serviço de vagões, correndo sôbre trilhos, e puxados por animais, no trajeto entre a Praça do Palácio e a Barra.

Ainda no mesmo ano, a Companhia Veículos Econômicos inaugurou um sistema idêntico ao anterior, na parte baixa da cidade, da Conceição da Praia até o Bonfim. Dois anos depois, a Companhia Trilhos Centrais pôs em funcionamento mais um serviço de bondes, no trecho da Barroquinha às Sete Portas, prolongando-se mais tarde (1876) até o Rio Vermelho.

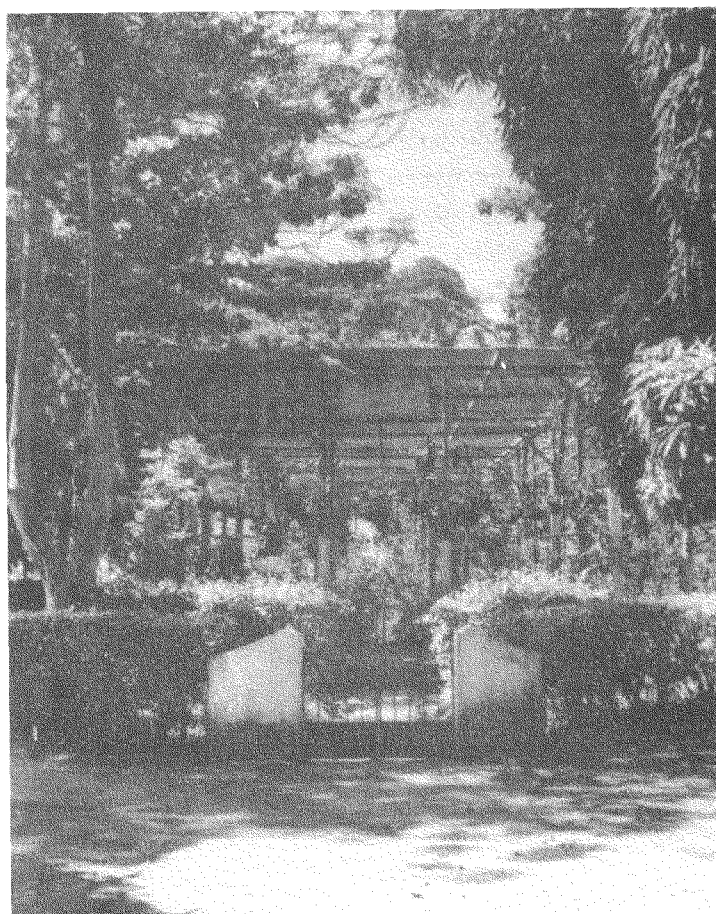
Em 1874, inaugurou-se a primeira linha telegráfica, Salvador—Pojuca—Recife e, dois anos depois, entre Salvador e Rio de Janeiro; o telégrafo submarino foi inaugurado em 1875.

Prosseguia a cidade na sua evolução, já com seu arcabouço delineado, desaparecidos os morros e elevações, que se transformaram em praças e jardins, em continuação às ruas, já agora, na maioria, calçadas.

Melhorou-se o abastecimento de água, com a captação de novos mananciais, canalizados para chafarizes ornamentais, erguidos nos jardins, ao mesmo tempo que as residências particulares começavam a utilizar o gás carbônico para fins domésticos.

Entrada principal do Parque de Ondina.

Abriu-se, em 1878, a Ladeira da Montanha, audaciosa obra de engenharia, que liga ainda, a cidade baixa à cidade alta e que suprimiu o pesadelo dos desmoronamentos periódicos, o último dos quais ocorrera em 8 de junho de 1871.

Em 1884, foram entregues as primeiras 27 linhas telefônicas aos assinantes, apenas oito anos decorridos, depois da sua invenção.

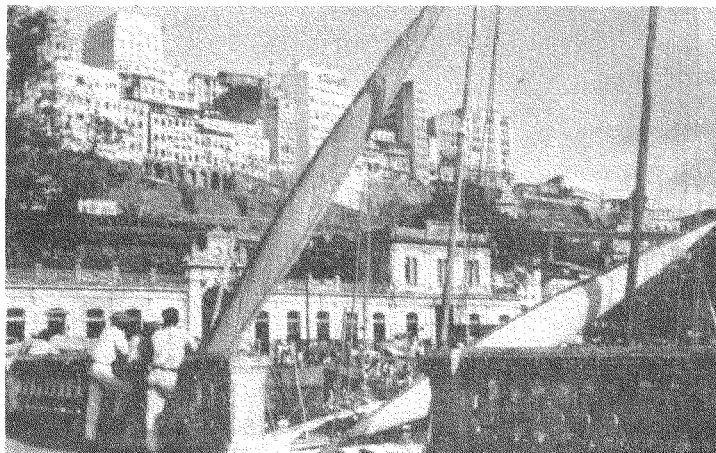
A Abolição — A abolição dos escravos encontrou a opinião pública da cidade empolgada por um tradicional espírito antiescravista. Da Bahia partira o primeiro protesto contra a escravidão, no livro do advogado Manuel Ribeiro da Rocha, publicado em 1758, sob o título: "Etíope resgatado, empenhado, corrigido, instruído e libertado". Sabino Vieira, em 1837, desfraldara a bandeira da libertação dos escravos, e, no ano seguinte, Antônio Ferreira França apresentara à Câmara Geral um projeto de lei extin-

Orquideário de Ondina.

guindo a escravidão no Brasil, através de um plano qüinqüenal de alforrias. Quando Presidente da Província, Francisco Gonçalves Martins (1848-1852) fechara os portos da Bahia ao contrabando negreiro, com o aplauso da Câmara municipal, exercendo intensa fiscalização em tôda a costa. Numerosas associações libertadoras haviam sido criadas, distinguindo-se, entre elas, a Sociedade Dois de Julho, constituída da mocidade da Faculdade de Medicina; a Sociedade Libertadora 7 de Setembro, dirigida por Abílio Cesar Borges, que alforriara mais de 500 escravos e pusera em circulação o periódico "O Abolicionista"; a Sociedade Humanitária Abolicionista, dirigida por Antônio Ferreira Garcês; a Sociedade Libertadora Baiana, dirigida por Pânfilo de Santa Cruz; além de numerosas outras, que tiveram vida efêmera.

Em 1864, Garcês dos Santos iniciara o trabalho livre na lavoura, em sua fazenda, no recôncavo baiano, e, quatro anos depois, a condêssa de Barral promovera a libertação dos escravos dos seus engenhos antes da lei do ventre livre.

A 20 de março de 1872, a imprensa baiana assinara um compromisso "segundo o qual nenhum dos seus órgãos continuaria a servir a causa da escravidão, obrigando-se cada um dêles a não dar publicidade, daquela data em diante, a anúncios de espécie alguma relativos à fuga, compra, venda e locação de escravos"; êste compromisso fôra revigorado em 1881, em comemoração ao decênio da morte de Castro Alves.

Em novembro de 1882, "A Gazeta da Tarde" inaugurara uma série de conferências, a primeira das quais fôra pronunciada por José do Patrocínio, então de passagem por Salvador; entre outras, em agôsto de 1885, também Ruy Barbosa falara sob o tema "A Situação Abolicionista".

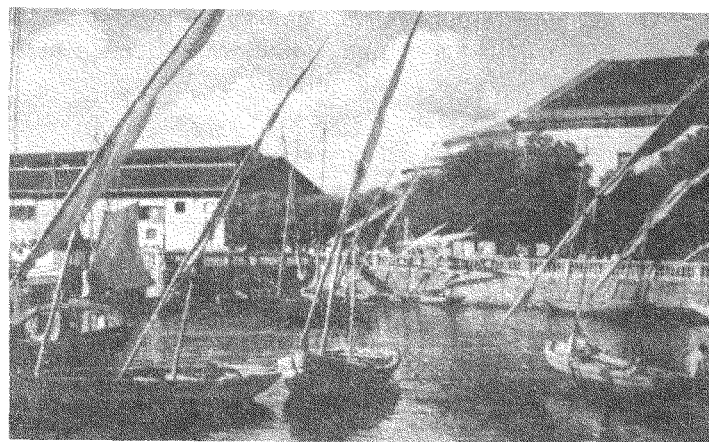
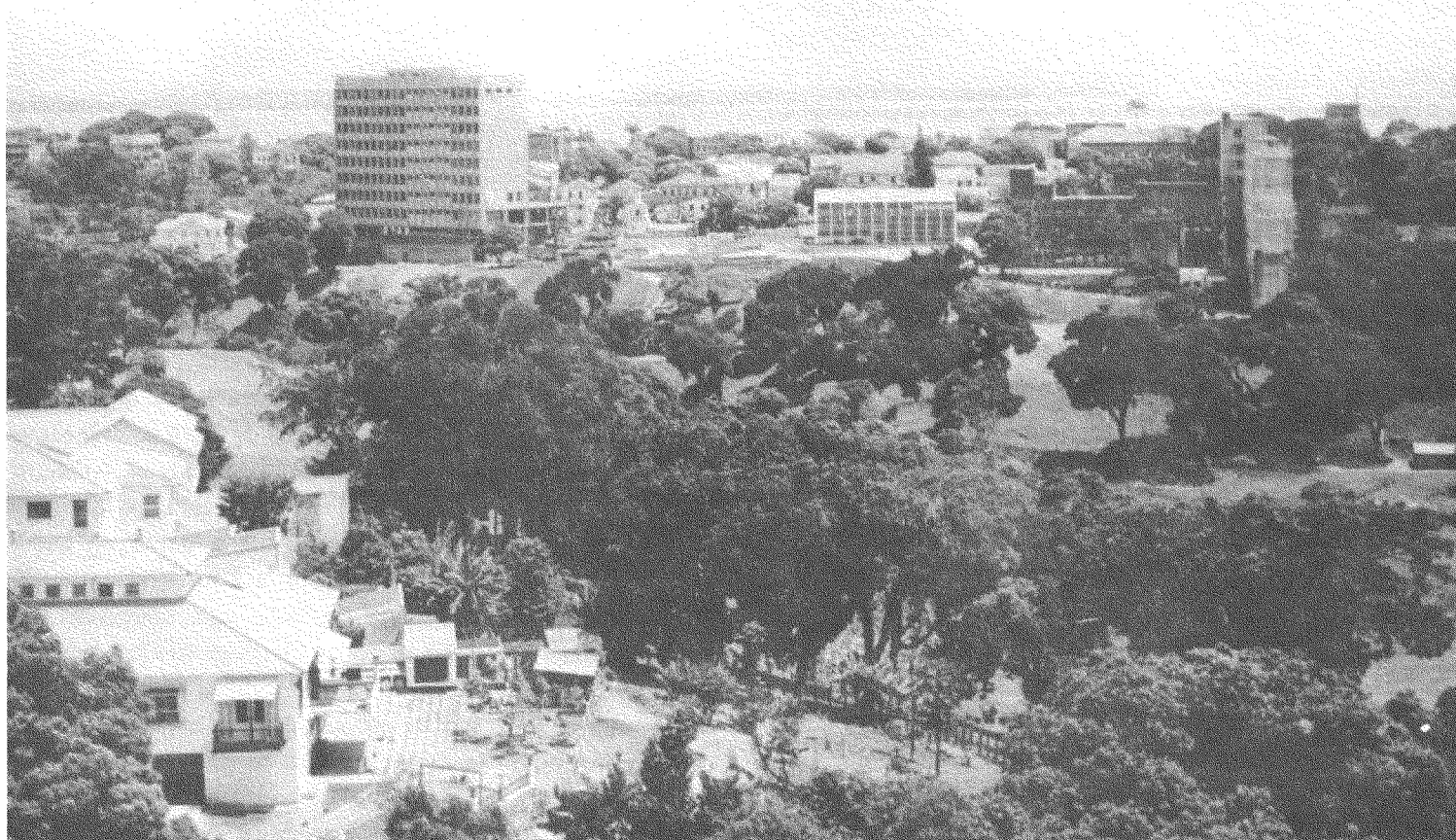
A Câmara Municipal, em 1886, por iniciativa de Ferreira França, instituíra um "livro de ouro", no qual se inscreveram os mais abastados elementos da Província, alforriando-se numerosos escravos com o produto da arrecadação. E, no ano seguinte, essa mesma Câmara aprovara a indica-

Aspecto dos dois planos da cidade.

ção do seu Presidente, Augusto Guimarães, "no sentido de ser nomeada uma comissão para estudar os meios práticos conducentes à extinção do elemento servil". Luís Anselmo da Fonseca e Elpídio Mesquita haviam publicado "A escravidão, o Clero e o Abolicionismo" e "Africanos Livres", respectivamente, em que advogavam a causa abolicionista. Todas as classes sociais participavam, assim, do movimento, empolgadas pelo eco dos versos flamejantes de Castro Alves, o poeta dos escravos. Com um passado assim, os baianos receberam com grande júbilo a notícia da abolição, chegada imediatamente a Salvador, cuja Câmara Municipal se reuniu na tarde do domingo, 13 de maio de 1889, fazendo afixar uma proclamação, que começava com os seguintes dizeres: "a Câmara municipal, cheia da maior satisfação, anuncia ao povo desta Capital que a Sereníssima Regente do império acaba de promulgar a lei que há tantos anos é a mais viva aspiração do País, declarando que todos são, dêsde já, livres nesta terra brasileira e que o sol brilhante da nossa Pátria aquecerá sòmente, de hoje em diante, uma geração de livres".

Proclamação da República — Bem diferente foi a reação à notícia da Proclamação da República, que só provocou estupefação e ressentimento: apesar das manifesta-

Saveiros na Feira de Água de Meninos.

ções históricas de republicanismo e da série de motins e revoluções fracassados, a cidade permanecia fiel ao espírito monarquista. O manifesto republicano de 1870 só despertou na Bahia a atenção dos estudantes da Faculdade de Medicina, tomados de entusiasmo, logo arrefecido. Só houvera propaganda da República pràticamente a partir de 1886, com a organização do Clube Federal e a publicação de um pequeno jornal de circulação limitada, cuja linguagem desabrida contra a família imperial e especialmente contra a princesa Isabel, irritava a opinião pública. Demonstração dêste espírito foi o incidente ocorrido com a visita de Silva Jardim, que aqui desembarcara a 15 de junho de 1889, viajando no mesmo navio em que vinha o Conde d'Eu, em visita às províncias do Norte; a população considerara uma afronta esta viagem do propagandista da República e, ao passar com o grupo do clube republicano, foi o préstito, na Ladeira do Taboão, dissolvido a cacetadas, tendo sido necessária a intervenção da polícia para garantir a vida de Silva Jardim, acompanhando-o até a residência de Virgílio Damásio, onde ficara hospedado.

A primeira notícia da Proclamação da República só chegou a Salvador altas horas da noite de 15 de novembro por um telegrama de Rui Barbosa a Manuel Vitorino, comunicando-lhe a sua nomeação, dêle Vitorino, para Governador do Estado. Tanto o Presidente da Província, Conselheiro Almeida Couto, como o Presidente da Câmara Municipal, Augusto Álvares Guimarães, e o Comandante das Armas, general Hermes da Fonseca, recusaram aceitar o fato consumado, no que foram acompanhados pelo próprio Manuel Vitorino, que a princípio não aceitava a nomeação.

Embarcações típicas de pescadores.

Vista panorâmica do Parque Universitário.

A Câmara Municipal expediu ao Presidente da Província uma mensagem subscrita pelo presidente e mais doze vereadores, que assim concluía: "Agora, que chegam da Côrte notícias de graves acontecimentos que alí se estão dando, é dever da Câmara rodear de todo aprêço a cadeira exercida por V. Exa., como delegado do Govêrno legítimo e protestar contra o ato de assalto que constitui o intitulado Govêrno Provisório". Nesse ínterim, Virgílio Damásio, aproveitando a acefalia do govêrno, assume a sua direção. E no dia 16, ao receber comunicação oficial do Marechal Deodoro da implantação do novo regime, o Presidente da Província, depois de uma reunião com os dirigentes e elementos de relêvo social, respondeu nos seguintes têrmos: "Como Presidente da Província e em nome do povo baiano, reunido espontâneamente, e por muitos representantes de diversas classes sociais, sem distinção de partidos políticos, sob inspiração de ardente patriotismo, declaro respeitar e manter a Constituição e as Leis do Império".

Certo da lealdade da Bahia, o Conselheiro Almeida Couto procurou articular o Norte para a reação, do que "se incumbiu o General Hermes da Fonseca, (que na reunião de Palácio jurara lutar pela Monarquia e pela sua continuação), que se encarregou de enviar telegrama circular a tôdas as guarnições do setentrião brasileiro e convidar o Barão de Sergi para comandar as fôrças da Bahia, que formariam a brigada defensiva do Império". A verdade é que êsse telegrama *não foi expedido nem foram concentradas* as fôrças.

No dia 16, às 18 horas, um pequeno grupo constituído dos soldados em formatura e dos sócios do Clube Republicano, que não excediam de 160, reunidos no recinto do Forte de São Pedro, aclamaram a República, sem discursos e sem salvas.

Êsse ato provocou a repulsa de grande parte da população que se reuniu nas ruas do bairro da Sé, onde agrediu e espancou os que regressavam dessa reunião, continuando as arruaças pela noite adentro e culminando com o apedrejamento da casa de Manuel Vitorino, no Largo de Nazaré.

A notícia, do embarque da família imperial, porém, arrefeceu os ânimos e, no dia 17, na praça fronteira ao Forte de São Pedro, Virgílio Damásio, acompanhado de Deocleciano Ramos e Cosme Moreira, diante da tropa e do povo, proclamou, "a República no estado federado da Bahia, parte integrante da grande federação dos Estado Unidos do Brasil". O local desta solenidade passou a chamar-se Largo da Proclamação e depois Praça da Aclamação.

Pouco antes disto, às 12 horas, o general Hermes da Fonseca fizera ler à tropa em formação a sua ordem do dia de adesão e obediência ao govêrno Provisório Republicano.

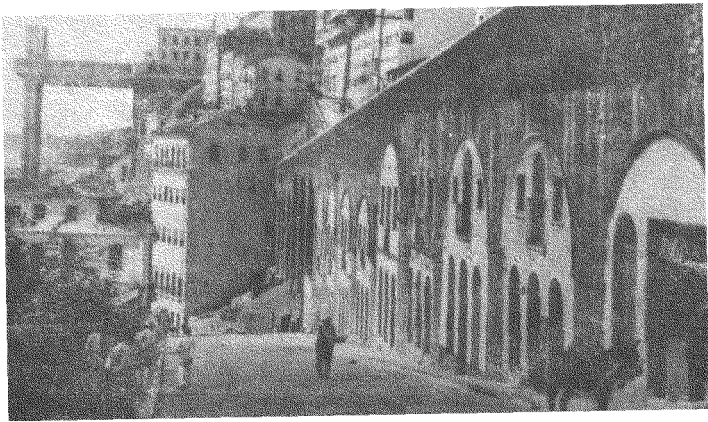
No dia 18, Virgílio Damásio tomou posse do govêrno do Estado, para que fôra nomeado interinamente, diante da recusa de Manuel Vitorino, que acabou aceitando o cargo, no qual se empossou no dia 23, perante a Câmara Municipal a qual, desde o dia 18, com a presença de seis dos treze conselheiros que a compunham, havia aderido ao novo regime.

Outra vista panorâmica do Parque Universitário.

Transformações administrativas — O município sofreu completa reforma nos seus órgãos dirigentes, pois o Govêrno Provisório dissolvera as Câmaras Municipais, substituídos os Conselheiros por Intendentes de livre nomeação dos governadores, cabendo o poder executivo a um administrador municipal, também nomeado. Para êste último cargo, o Governador nomeou o Conselheiro Almeida Couto, que fôra o último Presidente da Província. Esta situação foi modificada com a promulgação da Carta Magna de 1891, e a conseqüente Lei estadual de organização dos municípios, de 20 de outubro do mesmo ano, pela qual o município se dividia em distritos e êstes em quarteirões, cabendo a administração a um Intendente, como chefe do executivo, e a um Conselho de quinze membros, com funções deliberativas, todos eleitos por quatro anos, e exercendo suas funções gratuitamente. A 18 de dezembro de 1892, foram eleitos os primeiros dirigentes de Salvador no regime republicano: intendente Conselheiro José Eduardo Freire de Carvalho Filho, Dr. João Agripino da Costa Dória, c^{el}. Manuel de Oliveira, c^{el}. João Rodrigues Germano, c^{el}. João Manuel de Seixas, cap. Antônio José Machado, c^{el}. João de Teive e Argôlo, c^{el}. Ernesto Pereira Carvalho da Cunha, Guilhermino Álvares da Costa Dória, ten. Francisco Luís de Azevedo, prof. Leopoldino Antônio de Freitas Tantou, Comendador Salvador Pires de Carvalho e Albuquerque, Antônio Pereira Bastos, Francisco Ribeiro de Teive e Argôlo e Durval Hermelino Ribeiro.

No fim do século, já o município do Salvador reorganizara a sua administração e a cidade tinha a mesma configuração geral que hoje apresenta, tendo-se inaugurado os serviços de energia elétrica em 6 de junho de 1897, quando a Companhia Carris Elétricos pôs em circulação, entre o comércio e Itapagipe (cidade baixa), os primeiros bondes elétricos, generalizando-se, a partir de então, o uso da eletricidade na iluminação pública e particular. A eletricidade, porém, já era conhecida na cidade desde a noite de 1.º de julho de 1885, quando o prof. Malaquias dos Santos, da Faculdade de Medicina, fizera a primeira demonstração pública de iluminação elétrica realizada no Brasil, iluminando o Terreiro de Jesus.

A vida intelectual enriquecera-se com a criação da Faculdade de Direito (1891), o Instituto Geográfico e Histórico da Bahia (1894), a Escola Politécnica (1897) e o Conservatório de Música, anexo à Escola de Belas Artes ..... (1897). É desta época a aparição do cinema em Salvador, datando de 4 de dezembro de 1897 a exibição do primeiro filme no Politeama Bahiano, inaugurado a 6 de março de 1886.

Na primeira década do Século XX, havia estagnado o surto de progresso que tanto beneficiara a cidade, conseqüência, talvez, dos acontecimentos que feriram a fundo a economia dos senhores de engenho, com a Abolição, a dos criadores, com as longas estiagens, que atingiram a maior gravidade em 1899, e a do Nordeste, com as sêcas e a luta

Ladeira da Misericórdia.

impiedosa contra os fanáticos de Antônio Conselheiro, em Canudos.

Período Republicano — Apesar disso, a fisionomia urbana sofreu modificações sensíveis a começar com as obras do pôrto, que ampliaram a área da cidade com os aterros necessários para a construção do ancoradouro, onde hoje se localiza a principal zona bancária e do alto comércio. Essas obras, iniciadas a 12 de novembro de 1906, tiveram a sua primeira fase concluída em 13 de maio de 1913, quando foram inaugurados 360 metros de cais de 8 m de água, com 3 armazéns completamente aparelhados e calçamento da faixa do cais na extensão referida. (4).

Grandes trabalhos foram realizados de 1912 a 1914 com a abertura da Avenida Sete de Setembro, desde o Largo do Teatro, atual Praça Castro Alves, seguindo pelo tradicional caminho da Vila Velha, até o farol da Barra, além de outros melhoramentos no centro da cidade, o que levou à demolição de históricas igrejas como a da Ajuda, a de São Pedro e a do Rosário de João Pereira. Outros edifícios tinham sido danificados anteriormente em conseqüência do intenso canhoneio dos Fortes do Mar e do Barbalho, ocorrido em janeiro de 1912, em virtude da luta entre o Govêrno do Estado e o Govêrno Federal, resíduos da campanha civilista em que Rui Barbosa, com o apoio da política dominante, na Bahia, agitava a opinião pública do País contra a candidatura do Marechal Hermes da Fonseca.

Em 1915, pela Lei n.º 1 102, de 11 de agôsto, o cargo de Intendente, que era de eleição popular, com mandato de quatro anos, passou a ser de nomeação do governador com a aprovação do senado estadual, e pelo prazo de dois anos. Mais tarde, em 1926, passou o Intendente a ter a denominação de Prefeito e os Conselheiros municipais voltaram a ser denominados vereadores.

O município sofreu modificações na sua estrutura orgânica e na sua administração, decorrentes do estado de agitação que viveu o País, a partir da Revolução de 1930, com administradores nomeados pelo govêrno estadual, voltando a receber a autonomia pela Constituição Federal de julho de 1946, continuando, porém, o Prefeito a ser nomeado até 1954, quando por fôrça da Lei federal n.º 2 179, de 4 de fevereiro de 1954, que deixou de considerar Salvador como base militar, foi eleito o eng.º Hélio Ferreira Machado, que se empossou no dia 29 de março de 1955. A constituição baiana de 2 de agôsto de 1947, quebrando a tradição da gratuitidade, firmou o critério da remuneração para os vereadores. Em 1.º de fevereiro de 1951, o Govêrno do Estado sancionou a Lei Orgânica especial para o município de Salvador, que tomou o n.º 376.

Vista da praia e do morro do Ipiranga.

Nos últimos vinte anos, tem-se expandido a cidade, sobretudo na direção dos seus arrabaldes (Barra, Graça, Itapagipe, Mares, Brotas, Liberdade, São Caetano, Pituba e Itapoã), abrindo-se novas ruas e avenidas, visando, principalmente, ao aproveitamento dos vales. Estas obras, em linhas gerais, obedecem ao plano de urbanização da cidade do Salvador, elaborado pelo Escritório do Plano de Urbanismo da Cidade do Salvador.

Por ocasião das grandes festividades com que, em 1949, a cidade comemorou o seu quarto centenário, o teatrólogo Chianca de Garcia, no Auto de Graça e Glória da Bahia, simbolizou a história da cidade na luta entre Anhangá, o diabólico espírito da selva, e o gênio protetor da cidade. Êste esbôço que acabamos de acompanhar, realmente

(4) Para se ter uma idéia do pôrto, bastará lembrar que em 1912, o cais que existia era o que se acha soterrado em tôda a extensão da atual Rua Miguel Calmon, que só tinha um lado (o lado onde fica o edifício da Aliança da Bahia). Na esquina do edifíco do I.A.P.C. passa o cais soterrado, que vai ter à Praça Marechal Deodoro, onde êsse mesmo cais tinha o nome de Cais Dourado. Em 1912, a Navegação Baiana era entre o atual prédio do Banco do Brasil e a Bôlsa de Mercadoria. As águas do mar tomavam tôda a área atualmente coberta de areia tirada do fundo da baía e de grandes edifícios e docas, que ali se vêem, inclusive o novo cais. Os navios ficavam ao largo, na baía, e tôdas as suas ligações com terra eram feitas por saveiros, lanchas, rebocadores, etc.

Aspecto da tradicional feira de Água dos Meninos.

Edifício da Petrobrás.

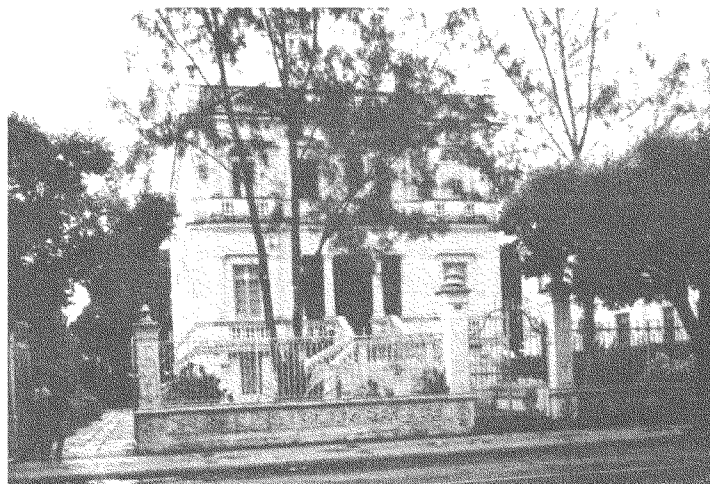
nos mostra as alternativas de desgraças e glórias, que marcam a trajetória da mais antiga cidade da América Portuguêsa, a qual, apesar das vicissitudes, na palavra de Afonso Rui de Sousa, "manteve o prestígio da sua validade, fiel à sua tradição, coberta com a grandeza histórica do seu passado e confiante nas possibilidades incomensuráveis do seu futuro".

LOCALIZAÇÃO — O município de Salvador situa-se na Zona Fisiográfica do Recôncavo, uma das dezesseis em que se subdivide o Estado, formando uma península triangular, cujo vértice, apontando para o sudoeste, constitui o cabo de Santo Antônio da Barra e limita a baía de Todos os Santos ao norte e a leste. Dentro do Estado fica êle no extremo leste, aproximadamente no têrço norte da costa. Limita com os municípios de São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Camaçari, com o Oceano Atlântico e a baía de Todos os Santos.

A cidade do Salvador ocupa as duas bordas marítimas do município, numa extensão de vários quilômetros, que vai de Itapoã a Periperi, passando por Santo Antônio da Barra, com ramificações, em profundidade, inferiores ao desenvolvimento linear.

As coordenadas geográficas da sede municipal são: latitude Sul de 12° 55' e 34" e longitude W.Gr. de .... 38° 31' e 12".

Posição do Município em relação ao Estado.

ALTITUDE — Dada a situação topográfica da cidade e do município de Salvador, edificada a primeira no tôpo de colinas, nas baixadas intermediárias e nas planícies litorâneas do Atlântico e da baía de Todos os Santos, e estendendo-se o segundo pelos baixios do litoral norte e pela região dos tabuleiros, são variadas as altitudes determinadas pelo Conselho Nacional de Geografia (5) no seu território. É assim que encontraremos no perímetro urbano as seguintes altitudes extremas: 2,76 m na chapa cravada na

Residência do Universitário.

base do monumento a Riachuelo, na Praça de mesmo nome, numa das frentes da Associação Comercial; 66,24 m no primeiro degrau do monumento aos heróis do Dois de Julho, em Campo Grande; 12,20 m na calçada do prédio número 409 à Rua Barros dos Reis, entre as Sete Portas e a Calçada. A altitude máxima assinalada no município é de ..... 119,91 m na estrada de Água Comprida a Mataripe, 4 m da margem direita, 5,1 km aquém do cruzamento com a nova rodovia Salvador—Feira de Santana.

ÁREA — A área do município é de 760 km².

TOPOGRAFIA — A cidade, em vista da sua incômoda posição, plantada ao pé e por sôbre o "horst", cristalino, logo à entrada da baía de Todos os Santos, tem de ser, naturalmente, uma cidade alongada, que se desenvolve quase linearmente, subordinada ao fator geológico, modelar da sua original e acidentada topografia. Ao nível do mar, encontra-se a "cidade baixa", que ocupa uma faixa estreita ao longo da baía e continua para noroeste, formando os subdistritos de Mares e Penha, na península de Itapagipe. A cêrca de 70 metros acima do nível do mar, sôbre o "horst" cristalino, situa-se a "cidade alta", que pode ser alcançada por ladeiras, elevadores e planos-inclinados. A zona urbana ocupa, ainda, os vales intermediários, entre as colinas em que se ergue a "cidade alta", a planície litorânea do sul da cidade e da costa atlântica oriental.

(5) Altitudes determinadas pela Seção de Nivelamento da Divisão de Cartografia do C.N.G.

O exame dêsse conjunto nos leva a pôr em evidência duas zonas distintas: a baixa, a oeste, e a dos tabuleiros, ao norte e a leste. O limite dessas duas zonas é bem nítido na cidade do Salvador, sendo determinado por imponente escarpa contínua com o abrupto voltado para oeste, a qual é indicada por uma linha interrompida, que se prolonga por muitos quilômetros para o norte do município: é o limite oriental da depressão, onde se depositaram os sedimentos que encerram lençóis petrolíferos.

Edificada nessas imediações, a cidade do Salvador é acidentada, com ladeiras íngremes, que dificultam sobremodo o traçado da metrópole.

A leste da depressão acima mencionada, encontram-se rochas do complexo cristalino brasileiro, as quais não originaram um relêvo de formas ousadas, como acontece em outras zonas do País, pois sofreram intenso trabalho erosivo, que, nivelando-as, formou um tabuleiro regular, de 60 metros de altitude. Ao norte, acentua-se o aspecto tabular referido, em razão da existência de sedimentos arenosos e argilosos, de formação recente.

Os riachos que nascem junto à baía, sôbre êsse tabuleiro regular, voltam-se, paradoxalmente, para o oceano. É o caso do rio Joanes, que serve de limites entre os municípios de São Sebastião do Passé e Camaçari e o S. Francisco, pequeno afluente do Joanes, o riacho Imbiruçu, o Itamboatá, o Ipitanga, etc. Os vales, que são largos, recebem a denominação local de "baixas". Quando pantanosos, trazem grandes problemas de saneamento. Apresentam, no entanto, facilidades para a construção de represas, sendo geralmente necessária uma pequena barragem para obter um considerável volume de água armazenada.

O tabuleiro, a leste, perde em altitude e é coberto de recentes formações arenosas: são as dunas (Itapoã), que, emprestando à paisagem um aspecto particular, apresentam uma vegetação semelhante à das restingas, com pitangueiras e os famosos coqueirais, que constituem o traço característico da orla marítima. Ainda no litoral interior se encontra uma vegetação típica — os mangues.

É bem diferente a flora que cobre os tabuleiros: capoeiras, onde sobressai a palmeira piaçaba, sinal de devastação.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O mais importante acidente geográfico no município é a baía de Todos os Santos, que representa o elemento predominante da sua paisagem, além de dar nome a todo o Estado. "A rigor, a baía de Todos os Santos é formada por três baías menores: a primeira, a que se poderia chamar baía de Itaparica, constituída pela vasta e alongada ilha dêste nome e a costa oci-

Vista parcial do bairro da Barra.

Aspecto da costa.

A baía de Todos os Santos tem uma área avaliada em 1 052 km² com cêrca de 200 km de circuito, medindo 70 km de sul a norte e 60 km de leste a oeste, da enseada de Periperi à foz do rio Paraguaçu. Nela desembocam numerosos rios, o mais importante dos quais é o Paraguaçu, que nasce na Chapada Diamantina e mede 520 km de curso.

Constitui a baía a "via natural de comunicação entre a cidade do Salvador e os demais centros de povoamento do Recôncavo, sendo intensa a navegação em suas águas, feita com pequenos barcos de vapor e com veleiros".

A baía de Todos os Santos representa realmente o elemento predominante da cidade. É a maior do País, e sua beleza pode ser comparada, sem favor, à da baía de Guanabara; tanto num como noutro caso, a baía faz o papel de pequeno mar interior; não apenas uma importante cidade cresceu à sua margem como numerosos outros centros urbanos conheceram uma relativa prosperidade na época dos veleiros. Aliás, Todos os Santos e Guanabara constituem, numa extensa porção do litoral brasileiro, os dois únicos pontos que apresentam vida marítima local bastante ativa e movimentada.

Os cursos de água do município podem ser divididos em dois grupos: os que deságuam no Atlântico e os que desembocam na baía. Os mais importantes do primeiro grupo são: Joanes, que limita o município de Salvador ao norte com o de São Sebastião do Passé e a nordeste com o de Camaçari, com 52 km de extensão, e recebe como principal

dental; a segunda, que poderia ter o nome de baía de São Francisco, com seu aspecto deltaico; e finalmente a terceira, que seria a baía do Salvador, também apresenta um aspecto de antigo delta, situada na porção oriental, sendo a mais importante, não apenas por sua maior profundidade, o que permite a navegação de grande calado, mas também por banhar a capital do Estado".

A ilha de Itaparica forma duas entradas para a baía: "a de leste, entre a ponta de Santo Antônio da Barra e a ilha, medindo mais de três milhas, e a de oeste, entre Itaparica e a terra firme do município de Jaguaripe, ou, mais exatamente, entre a ponta de Cacha-Pregos, extremidade sul da grande ilha, e a ponta do Garcês, na foz meridional do rio Jaguaripe: é a denominada barra falsa".

Para o interior, a baía se distende plácida e segura, formando várias enseadas: "Tainheiros, Escada, Periperi, Aratu e a da cidade de Itaparica, além de outras". A mais importante — a baía de Aratu — é um entalhe vasto e profundo na parte N.E. da baía de Todos os Santos, com a qual se comunica pelo chamado rio Cotegipe, verdadeiro canal cuja profundidade varia entre 12 e 39 metros e cuja largura varia de 200 a 600 metros.

O litoral da baía é recortado de penínsulas e pontes sendo as mais importantes delas: as penínsulas de Itapagipe e Paripe e as pontas de Chega-Nêgo, Itamoabo, Corôa, de Monte Serrate, do Toque-Toque, da Sapoca, do Forte, da Laje, da Areia, da Posse, do Retiro e outras.

Coqueiros de Itapoan.

Aspectos dos dois planos.

afluente o São Francisco; o Jacaracanga (que recebe o Imbiruçu), que serve de limite entre os distritos de Candeias e Água Comprida; o Itamboatá; o Canta Galo, nas divisas entre os distritos de Água Comprida e Ipitanga; o Ipitanga, que recebe o Cururipe e serve de limite do distrito de Ipitanga com o de Água Comprida e o de Salvador, e o riacho Flamengo. Os outros cursos de água que desembocam no Atlântico são: o Pituaçu, o Bolandeira, o Jaguaripe e o Camarogipe. Desaguando na baía, encontram-se os seguintes: o rio do Cobre, o Cotegipe (que liga a baía de Aratu com a de Todos os Santos) e o riacho de Santa Maria (com seu afluente Passagem), o riacho do Ferreira (nos limites dos distritos de Água Comprida e Candeias) e o São Paulo (que serve de limite entre Salvador e São Francisco do Conde). Na ilha de Madre de Deus, encontra-se o riacho da Costa.

Na baía, além de outras, existem as seguintes ilhas, pertencentes ao município do Salvador: dos Frades, Maria Guarda, das Vacas, Madre de Deus, Bom Jesus, Mosquitos, Santo Antônio e a de Maré, próxima ao litoral e fronteira à baía de Aratu, e a pequena ilha de Santa Luzia, na enseada dos Tainheiros.

As lagoas mais importantes são: o Dique (com 1,7 km de comprimento, 200 m de largura e 4,2 km de perímetro, entre as colinas de Brotas e de Nazaré, à margem da Avenida Vasco da Gama) o Tanque da Conceição (nas proximidades do Largo do Tanque) e o Tanque do Meio.

Do ponto de vista turístico, é famosa a pequena lagoa de Abaeté, circundada de dunas, localizada em Itapoã.

As représas mais importantes são as que se seguem, cujas capacidades em metros cúbicos vão indicadas: Ipitanga (6 000 000 m^3), Prata (136 000 m^3), Pituaçu ..... (3 000 000 m^3), do Cobre (2 340 000 m^3), Mata Escura e Camarogipe (540 000 m^3), Cachoeirinha, Saboeiro e Cascão (as três em conjunto — 490 000 m^3) e Joanes ...... (15 000 000 m^3).

CLIMA — O clima da cidade de Salvador é caracterizado por chuvas abundantes, observando-se um período acentuadamente chuvoso, que se prolonga de abril a agôsto, e outro menos rigoroso, que compreende os meses de setembro a março, com chuvas variáveis. O período de temperatura mais elevada, em geral, vai de novembro a março. As temperaturas mais baixas ocorrem geralmente no mês de julho. A temperatura da cidade varia entre a mínima de 19°C e a máxima de 32°C. À sombra, a temperatura é sempre agradável, em qualquer época do ano, graças às brisas que sopram do Atlântico.

Em 1956, as principais ocorrências climáticas verificadas em Salvador foram as seguintes: temperatura média das máximas 27,3°C; média das mínimas 22,00°C; média compensada 25,1°C; evaporação total no ano 1 314 mm; insolação total 2 423 horas, cabendo ao mês de janeiro a mais elevada parcela nesse total com 296,7 horas. A altura

total da precipitação pluviométrica varia, em média, em tôrno de 1 500 mm anuais.

RIQUEZAS NATURAIS — As mais importantes riquezas naturais do município são as jazidas de petróleo. O descobrimento do óleo negro ocorreu em janeiro de 1939, no Lobato, subúrbio da Capital, graças aos esforços de Oscar Cordeiro. Atualmente, Lobato é apenas um marco histórico, pois suas reservas não têm sentido econômico.

As pesquisas posteriores, realizadas pelo Conselho Nacional do Petróleo e continuadas pela Petrobrás, revelaram dois campos produtores — Candeias e Aratu, êste último, também, produtor de gás natural utilizado para fins industriais e domésticos.

Ainda, no reino mineral, é significativa a reserva de calcário, sobretudo na baía de Aratu e adjacências, onde se localizou a Fábrica de Cimento Aratu. O subsolo é também rico em pedra para construção.

As águas da baía de Todos os Santos e do litoral atlântico são ricas em peixes. É digna de registro a tradicional

Dunas de Itapoan.

pesca do xaréu, na praia da Armação, de notável importância econômica e de atraentes motivos folclóricos, e para a qual se utiliza a rêde de arrasto.

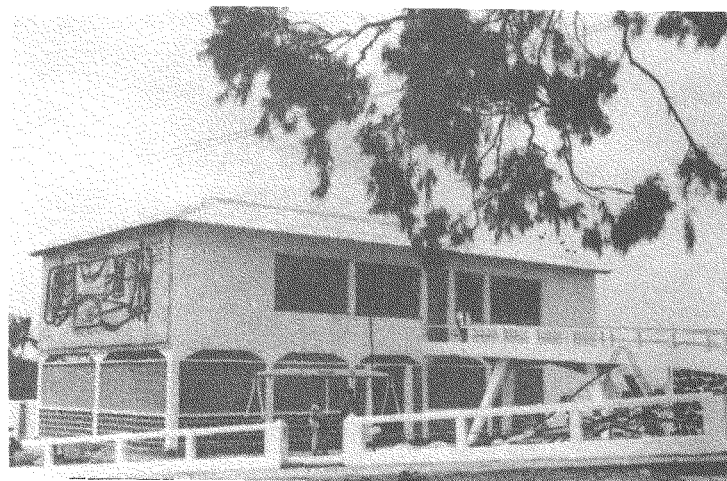
POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, o município do Salvador tinha 417 235 habitantes. Era o 4.º município mais populoso em todo o País, dentre os 1 894 que existiam naquela data. A sua população representava 9% da população total do Estado.

Cotejando-se os resultados dos dois últimos recenseamentos, encontram-se os seguintes resultados:

a) população presente em 1-IX-1940 .... 290 091 hab.
b) População presente em 1-VI-1950 ..... 417 235 hab.
c) Incremento relativo de população entre os dois Censos 40,91%

Êsse incremento relativo — 40,91% — verificado em 9 anos e 10 meses foi superior ao registrado para as demais capitais da região Leste, excetuada a de Belo Horizonte.

A estimativa da população do município para os próximos anos é a seguinte:

1958	551 000 hab.
1959	571 000 hab.
1960	591 000 hab.

Conjunto Assistencial B. Lafont.

A densidade demográfica do município aumentou de 382 habitantes por quilômetro quadrado, em 1940, para 549, em 1950.

A composição da população, segundo o sexo, é favorável ao sexo feminino. Em 1950, existiam 224 842 mulheres (53,9%) contra 192 293 homens (46,1%). Em 1940, correspondiam no município 119 mulheres para cada grupo de 100 homens, tendo-se, em 1950, encontrado a proporção de 117 mulheres para 100 homens. É provável que êsse mais rápido aumento da população masculina decorra do incremento da imigração de sua mão-de-obra.

Dentre os 417 235 habitantes do município, 398 153 (95,4%) declararam-se católicos romanos, 7 872 (1,9%) protestantes, 5 129 (1,2%) espíritas, 119 (0,0%) ortodoxos, 837 (0,2%) israelitas, 763 (0,2%) de outras religiões, 827 (0,2%) não declararam a religião que professavam e 3 535 (0,9%) declararam não professar nenhuma religião.

Os estrangeiros, em 1950, totalizavam apenas ...... 5 992 (1,4%) e os naturalizados, 372 pessoas (0,0%).

Dentre os estrangeiros, a colônia espanhola era a mais numerosa.

Segundo a idade, notava-se acentuada predominância de população jovem no efetivo demográfico do município. Em 1950, o número de pessoas de idade inferior a 15 anos correspondia a 33%; na faixa de 15 a 65 anos encontravam-se 64% e o grupo de idade superior a 65 anos era de 3% apenas. Esta hegemonia de grupos etários jovens revela elevada taxa de mortalidade, por conseguinte reduzida "esperança de vida", e alta taxa de natalidade. A população pre-

Moderna Estação de tratamento.

Lagoa do Abaeté e o templo de Yemanjá.

sente no município, em 1950, segundo grupos de idade era a seguinte:

GRUPOS DE IDADE	TOTAL DO MUNICÍPIO	NA CIDADE (quadros urbano e suburbano)
0 a 4 anos	54 169	49 698
5 » 9 »	40 580	37 126
10 » 14 »	42 127	39 094
15 » 19 »	46 955	44 097
20 » 24 »	49 005	46 251
25 » 29 »	40 507	38 252
30 » 39 »	58 135	54 534
40 » 49 »	39 930	37 394
50 » 59 »	23 376	21 928
60 » 69 »	13 927	13 085
70 » 79 »	5 447	5 097
80 anos e mais	1 985	1 855
Idade ignorada	1 092	1 011
TOTAL	417 235	389 422

A distribuição da população municipal, segundo a côr, era a seguinte, em 1950:

CÔR	SEXO		SOMA (a+b)	% SÔBRE O TOTAL
	Homens (a)	Mulheres (b)		
Branca	64 584	75 139	139 723	33,49
Preta	46 783	56 399	103 182	24,73
Parda	80 408	92 586	172 994	41,46
Amarela	31	5	36	0,01
Sem declaração	587	713	1 300	0,31
TOTAL	192 393	224 842	417 235	100,00

Das 280 mil pessoas de idade superior a 15 anos, 171 mil (61%) eram solteiras, 89 mil (31,7%) se declararam casadas, 19 mil (6,9%) eram viúvas, 360 (0,1%) eram desquitadas ou divorciadas e 611 (0,2%) preferiram não declarar o estado civil.

A distribuição do efetivo demográfico do município segundo a localização, em 1950, era a seguinte:

a) Quadro urbano	361 660	....	87%
b) Quadro suburbano	27 762	....	6%
Pop. da cidade (a+b)	389 422	....	93%
c) Quadro rural	27 813	....	7%
Pop. do município (a+b+c)	417 235	....	100%

Assim, 93% da população municipal se localizava na cidade do Salvador e 7% apenas no quadro rural.

Segundo a unidade da federação de nascimento, dos 417 235 habitantes do município, 386 789 (92,7%) eram naturais do Estado da Bahia e 30 446 (7,3%) nasceram em outras unidades da federação. Dêstes, 9 709 (32%) eram sergipanos, 2 959 (10%) pernambucanos, 2 846 (9%) alagoanos e os 14 932 (49%) se distribuíam pelas demais unidades.

No que tange à ocupação dos habitantes, o quadro abaixo apresenta as modificações estruturais do emprêgo no decênio 1940-1950. O quadro classifica a população de idade superior a 10 anos, segundo as três categorias geralmente aceitas de emprêgo primário, secundário e terciário. O setor primário inclui agricultura, pecuária, silvicultura; produção extrativa vegetal, mineração, caça e pesca; o setor secundário abrange indústrias de transformação, de construção e serviços industriais de utilidade pública; o setor terciário compreende as demais atividades como prestação

de serviços, comércio, defesa pública, administração e profissões liberais.

SETOR	PESSOAS OCUPADAS DE 10 ANOS E MAIS		DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL		CRESCIMENTO NO DECÊNIO	
	1940	1950	1940	1950	Absoluto	Percentual
Primário	9 200	9 700	9,7	6,2	500	5,4
Secundário	25 700	46 900	27,2	30,0	21 200	82,5
Terciário	59 800	99 700	63,1	63,8	39 900	66,7
TOTAL	94 700	156 300	100,0	100,0	61 600	65,0

Observando-se a distribuição percentual da mão-de-obra, em Salvador, e segundo os setores de atividades acima descritos, nota-se que as modificações estruturais operadas no decênio foram favoráveis ao setor secundário e ao terciário, mais pronunciada naquele, em detrimento do setor primário. Essa mudança relativa das atividades primárias para as subseqüentes reflete que Salvador vem experimentando uma fase de desenvolvimento econômico.

A tabela a seguir informa a distribuição da população municipal, em 1950, segundo o ramo de atividade, observando-se a importância que cabia às "indústrias de transformação". Sobressaem também os ramos "prestação de serviços" e "comércio de mercadorias", que reflete a condição de grande centro urbano de Salvador, sem caracterizar pròpriamente a base econômica do município:

RAMOS DE ATIVIDADE	PESSOAS PRESENTES DE 10 ANOS E MAIS	%
Agricultura, pecuária e silvicultura	6 770	2,1
Indústrias extrativas	2 923	0,9
Indústrias de transformação	31 435	9,8
Comércio de mercadorias	22 581	7,0
Comércio de imóveis e valores mobiliários, créditos, seguro e capitalização	2 000	0,6
Prestação de serviços	44 686	13,9
Transporte, comunicações e armazenagem	15 507	4,8
Profissões liberais	1 484	0,5
Atividades sociais	10 153	3,1
Administração pública, legislativo, justiça	6 200	1,9
Defesa nacional e segurança pública	6 535	2,0
Atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes	145 717	45,2
Atividades não compreendidas nos demais ramos, atividades mal definidas ou não declaradas	726	0,2
Condições inativas	25 769	8,0
TOTAL	322 486	100,0

Do total de 363 mil pessoas de 5 anos e mais, existiam, em 1950, no município cêrca de 250 mil (69%), que sabiam ler e escrever contra 113 mil (31%) analfabetos. Como se vê, cêrca de 69% dos habitantes de idade superior a 5 anos eram alfabetizados.

Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia.

Casa da Universitária.

O número de pessoas em idade escolar (7 a 14 anos), recenseadas em 1950 ascendeu a 66 140, enquanto que a matrícula geral do ensino fundamental comum no referido ano foi apenas de 40 210. A quota de pessoas em idade escolar matriculadas atingia apenas 61%.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Por ocasião do Recenseamento Geral do Brasil (1950), o município compreendia um só distrito: o da sede, com a denominação de Salvador, subdividido em subdistritos.

A população da cidade de Salvador, em 1950, era de 389 422 habitantes.

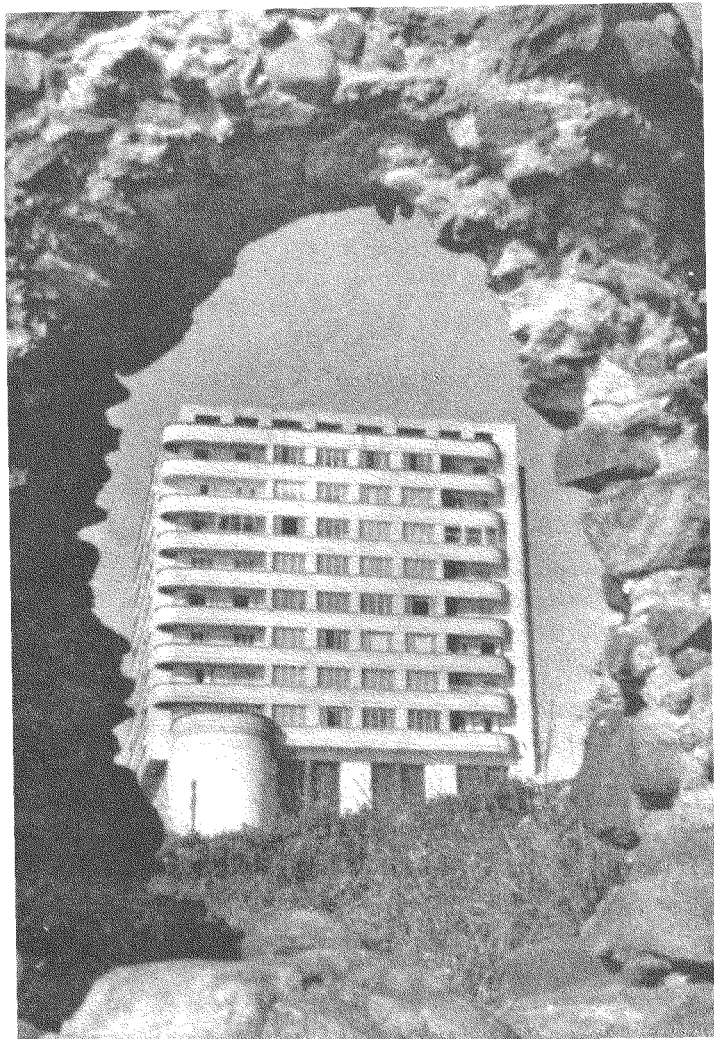
A estimativa da população da cidade para os próximos anos é a seguinte:

1958	515 000 hab.
1959	533 000 hab
1960	552 000 hab.

Obedecendo à divisão administrativa vigente em 1950, a população da cidade do Salvador recenseada em 1950 e estimada para 1958 (quadros urbanos e suburbanos), segundo os subdistritos é a seguinte:

SUBDISTRITOS	POPULAÇÃO		% SÔBRE O TOTAL
	Recenseada 1950	Estimada 1958	
Quadro Urbano (1)	361 660	478 000	92,9
Brotas	53 913	71 000	13,8
Conceição da Praia	2 258	3 000	0,6
Mares	28 440	38 000	7,3
Nazaré	13 110	17 000	3,4
Paço	7 103	9 000	1,8
Penha	37 409	49 000	9,6
Pilar	2 148	3 000	0,6
Santana	15 875	21 000	4,1
Santo Antônio	113 402	152 000	29,1
São Pedro	17 548	23 000	4,5
Sé	8 865	11 000	2,3
Vitória	61 589	81 000	15,8
Quadro Suburbano (2)	27 762	36 000	7,1
Itapoã	4 807	6 000	1,2
Paripe	3 593	5 000	0,9
Periperi	7 937	10 000	2,0
Pirajá	2 998	4 000	0,8
Plataforma	8 427	11 000	2,2
TOTAL (cidade)	389 422	514 000	100,0

(1) Atualmente, além dos subdistritos vigentes em 1950, o quadro urbano da cidade esta acrescido dos subdistritos de Amaralina, Itapoã, Maré, Plataforma, Periperi, Pirajá, Paripe e São Caetano. — (2) O quadro suburbano do distrito da sede foi supresso pela Lei municipal n.º 502, de 12/8/1954.

No decênio 1940-1950, o mais rápido crescimento populacional ocorreu no quadro suburbano, que cresceu em

Edifício Oceania, na Barra.

cêrca de 72%, enquanto o urbano aumentou apenas em 40%, o rural em 58%.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — O quadro rural, obedecida a divisão administrativa vigente à época do Recenseamento de 1950, apresenta a seguinte população recenseada em 1950 e a estimada para 1958:

SUBDISTRITOS	POPULAÇÃO		% SÔBRE O TOTAL
	Recenseada 1950	Estimada 1958	
Quadro Rural (3)	27 813	37 000	100,0
Aratu	600	1 000	2,2
Bom Jesus	1 485	2 000	5,3
Candeiras	3 607	6 000	16,5
Cotegipe	3 914	5 000	14,1
Ipitanga	5 457	7 000	19,6
Madre de Deus	2 779	4 000	10,0
Maré	2 133	3 000	7,7
Matoim	4 466	6 000	16,1
Passé	2 372	3 000	8,5

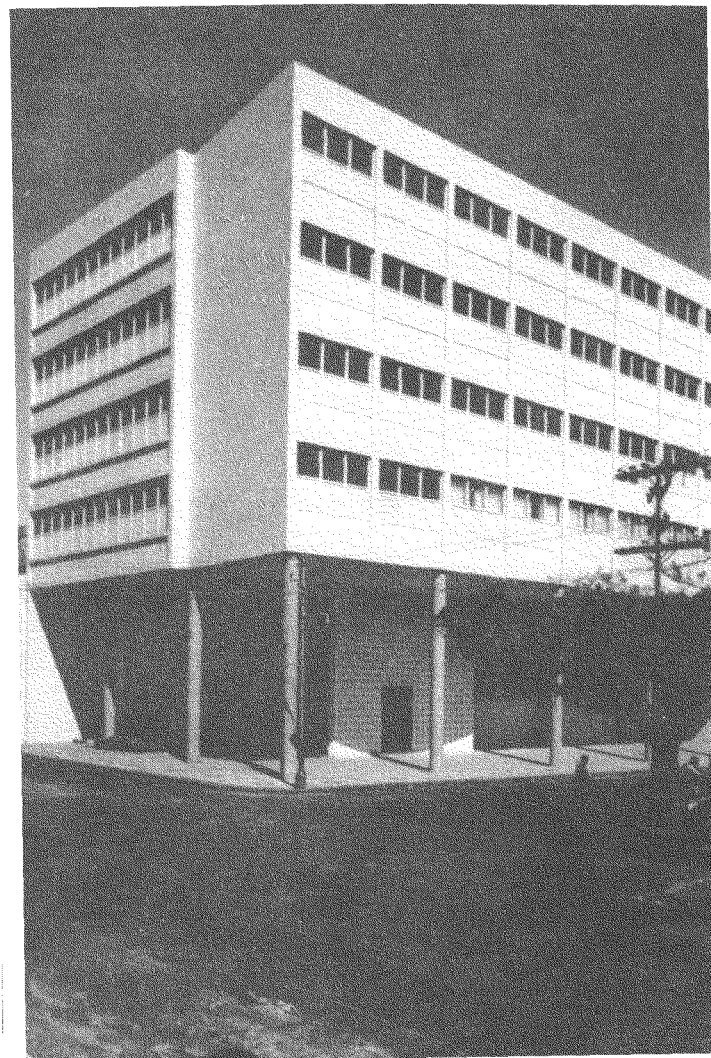
(3) O quadro rural foi alterado pela Lei municipal 502, criando-se mais quatro distritos: Ipitanga, Água Comprida, Nossa Senhora das Candeias e Madre de Deus.

Além das aglomerações citadas, existem, ainda, espalhadas por todo o município grande número de pequenas aglomerações que, embora não sejam sede de circunscrição administrativa, constituem núcleos de população contínua. Dentre os principais, citam-se os seguintes: Santo Antônio do Rio das Pedras, Ponta de Nossa Senhora, Cotegipe, Mapele, Muriqueira, Santa Luzia, Tiro Seguro, Portão, Maria Guarda, Suape, Botelho, Itamoabo, Martelo, Oratório, Jacaracanga, Cabôto, Freguesia, Passagem dos Teixeiras, Cruz, Maçui, Rio do Cunha e Roça Grande. As mais florescentes são: Portão (3 000 hab.), Passagem dos Teixeiras ...... (1 000 hab.) e Muriqueira (750 hab.).

ATIVIDADES ECONÔMICAS — O total da população do município, em 1950, com 10 anos de idade e mais, era de 322 486. Se dêsse total forem subtraídos: os efetivos correspondentes a "atividades domésticas não remuneradas e atividades escolares discentes" (145 717); a "condições inativas" (25 769); e a "atividades não compreendidas nos demais ramos e mal definidas" (726), restarão 150 274 pessoas (47%), que constituíam a "população ativa" do município. Dêste total, o ramo "prestação de serviço", com 44 686 (30%), constituía o grupo de atividade que concentrava maior número de pessoas ativas.

Os estabelecimentos que exploravam serviços ocupavam, em 1950, apenas 7 379 pessoas (17%) das 44 686 incluídas no ramo "prestação de serviços"; as demais ou se dedicavam a atividades particulares ou eram empregados domésticos.

O ramo "indústrias de transformação" abrangia 31 435 pessoas (21%) e ao ramo "comércio de mercadorias" pertenciam 22 581 pessoas (15%). Como se vê, concentravam-se nestes três ramos cêrca de 66% da população ativa do município.

Ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" pertenciam apenas 6 770 (5%), o que representa uma diminuta parcela da população ativa.

Faculdade de Ciências Econômicas.

Associação Comercial da Bahia.

O município integra uma zona fisiográfica, cuja economia gira essencialmente em tôrno de riquezas produzidas pelo trabalho agrícola e criação de gado, não obstante ser também a área mais industrializada do Estado.

Ainda que Salvador não seja um município agrícola, produz laranja, abacate, banana, cana-de-açúcar, manga, mandioca, côco-da-baía, além de hortaliças. O valor total da produção agrícola, em 1956, ascendeu a cêrca de 30 milhões de cruzeiros, distinguindo-se a produção de banana com 9,8 milhões, a de côco-da-baía com 5 milhões, a de manga com 4,1 milhões e a de cana-de-açúcar com 3,2 milhões.

Esta produção é insuficiente para as necessidades do consumo local, que é atendido pela produção dos municípios vizinhos e até dos mais distantes.

As atividades pecuárias são de pequena monta, restringindo-se à estabulação de gado leiteiro e à exploração de granjas avícolas. O valor total da produção animal, em 1956, foi de 25 milhões de cruzeiros, sobressaindo a produção de leite de vaca, cujo valor subiu a pouco mais de 20 milhões de cruzeiros, sendo Salvador abastecida, também, pelos municípios integrantes da "bacia leiteira" do Estado, distinguindo-se os de Alagoinhas, Mata de São João, Catu, Camaçari, Pojuca, Santo Amaro e São Sebastião do Passé.

No ramo da indústria extrativa, a mineral ocupa lugar de relêvo com a exploração de petróleo e de gás natural, cuja produção, nos três últimos anos, foi a seguinte:

	Petróleo (barris de 159 litros)	*Gás natural* (m^3)
1955	965 051	50 713 120
1956	1 407 607	54 127 604
1957	2 458 192	72 559 027

Ainda no reino mineral, o município é rico em pedras para construção, calcário e argila, tendo a produção, em

Departamento de Turismo da Prefeitura Municipal.

1956, subido a 23 mil metros cúbicos de pedra, no valor de 2,7 milhões de cruzeiros, e a 3,2 mil toneladas de cal, no valor de 2,2 milhões de cruzeiros.

A pesca é rotineira, sendo praticada tanto na costa atlântica como no interior da baía. A produção de pescado, em 1956, foi de 1 037 toneladas no valor de 21 milhões de cruzeiros.

Mon. ao Padre Manoel da Nóbrega.

Monumento aos irmãos Vitorino.

A indústria de transformação é de grande importância para a economia do município. Exclusive a indústria do petróleo, o valor total da produção industrial do município, em 1956, foi de 3 793 milhões de cruzeiros, cuja distribuição, segundo a classe de indústria, é informada no quadro que se segue:

CLASSE DE INDÚSTRIA	NÚMERO DE ESTABELECIMENTOS	TOTAL DO PESSOAL EMPREGADO	VALOR DA PRODUÇÃO (mil cruzeiros)
I — *Indústria extrativa*			
Indústria extrativa mineral (1)	8	188	6 927
Indústria extrativa vegetal (2)	3	85	43 775
II — *Indústria de transformação*			
Indústria de transformação de minerais não metálicos	50	1 071	136 036
Indústrias metalúrgicas	31	559	126 762
Indústrias mecânicas	1	(*)	(*)
Indústrias do material elétrico e material de comunicações	1	(*)	(*)
Indústria de construção e montagem do material de transporte	5	59	6 954
Indústria de madeira	23	382	51 526
Indústria do mobiliário	47	831	68 104
Indústria de papel e papelão	7	191	56 551
Indústria de borracha	1	(*)	(*)
Indústria de couros e peles	11	576	193 949
Indústrias químicas e farmacêuticas	33	439	205 037
Indústrias têxteis	9	4 011	350 536
Indústria do vestuário	40	470	53 787
Indústria de produtos alimentares	185	2 666	1 776 695
Indústria de bebidas	9	487	119 014
Indústria de fumo	1	(*)	(*)
Indústrias editoriais e gráficas	41	763	73 377
Indústrias diversas	7	109	10 910
Indústria de construção civil	11	976	197 471
Serviços industriais de utilidade pública	1	(*)	(*)
TOTAL	524	15 131	3 792 806

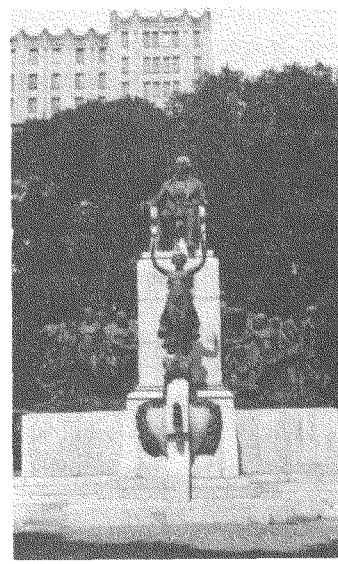
(1) Exclusive a indústria petrolífera. Afora a extração de pedra, a produção refere-se a beneficiamento de produtos minerais. — (2) A produção refere-se ao beneficiamento primário de produtos extrativos vegetais procedentes de outros municípios.
(*) Os dados estão incluídos nos totais.

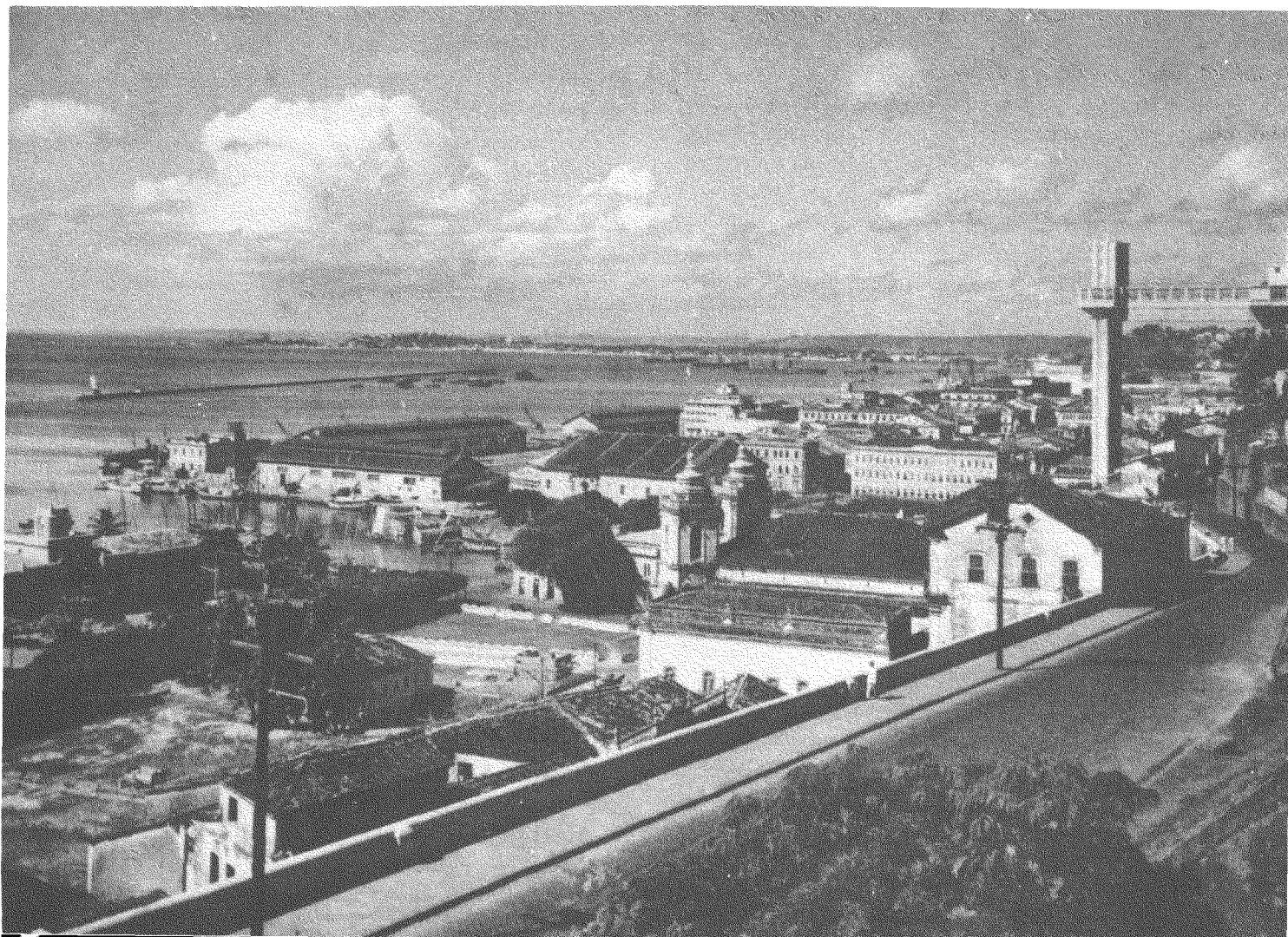
Como se vê, dentre as indústrias de transformação, merece realce a de produtos alimentares, cujo valor representa 47% do total geral; segue-se a têxtil, com valor da produção equivalente a 9%, a química e farmacêutica (5%), da construção civil (5%), a de couros e peles (5%) e a indústria do fumo (4%).

O valor médio da produção por estabelecimento, em 1956, foi de 7 238 mil cruzeiros.

Num total de 524 estabelecimentos abrangidos pelo Registro Industrial foram encontradas 15 131 pessoas. Os salários e vencimentos pagos ao pessoal ocupado nesses estabelecimentos ascenderam a 499 milhões de cruzeiros e as despesas de consumo a 2 212 milhões de cruzeiros.

A circunstância de ser Salvador um dos centros turísticos mais procurados do País deu lugar ao surgimento da indústria de "lembranças da Bahia". Os principais artigos fabricados em Salvador são: de osso (figas, espátulas, pequenas facas, rebenques, calçadeiras, berloques, objetos de adôrno, etc.), de côco (adornos, berloques, fantasias, bijuterias e objetos decorativos), de palha e fibras diversas (trançados em geral, cestinhas, bôlsas, cintos, chapéus, sandálias, etc.), de sementes (brincos, colares, pulseiras, broches etc.), de conchas e búzios (adornos, abajures, cinzeiros, colares e grande variedade de objetos decorativos), de chifre (adornos em geral, caravelas, vasos, peixes decorativos, etc.), de ouro (broches, pulseiras e balangandã), trabalhos de linha, em geral, e bonecos — "baianas" de grande fama, com suas vestes características. Êstes artigos são, em grande parte, produzidos em pequenas oficinas ou como indústria doméstica, além de alguns estabelecimentos especializados na produção e no comércio, como o Instituto Industrial Visconde de Mauá, a Penitenciária do Estado e a "Casa Lembrança da Bahia". Os pontos mais importantes de venda dêstes produtos são, além dos acima referidos, o Mercado-Modêlo, a Secção do Touring Clube no cais do pôrto, o Hotel da Bahia e o Aeroporto de Ipitanga.

Monumento a Riachuelo.

Possibilidades industriais de Salvador — "Em estudos recentes, realizados pela Comissão de Planejamento Econômico (CPE) e pelo Instituto de Economia e Finanças da Bahia (IEFB), concluiu-se ser a área do Recôncavo a que oferece melhores condições para industrialização no Estado, tendo como centro Salvador.

Realmente Salvador, além de ser o centro urbano mais importante do Estado, constituindo um mercado suficientemente grande para estimular o desenvolvimento indus-

Visão panorâmica da Cidade Baixa.

trial, dispõe de mão-de-obra e energia elétrica abundantes, acessibilidade satisfatória, assegurada pela sua organização portuária, seu aeroporto moderno e suas rodovias e ferrovias, que a integram na rêde nacional de transportes, devendo-se acrescentar ainda a existência do seu parque industrial progressista e de serviços urbanos outros, também importantes (telefone, água, esgotos, etc.), e a proximidade da fonte de matérias-primas, tais como: petróleo, calcário, caulim, cana-de-açúcar, fumo, frutas tropicais, etc. Embora, no município de Salvador, as principais indústrias se concentrem no subdistrito dos Mares há uma tendência acentuada para estabelecer nova "cidade industrial" em Aratu, onde já funciona uma fábrica de cimento, estando em vias de instalação outra grande indústria. Foi esta, aliás, a zona escolhida por técnicos, nos estudos referidos, como a mais adequada, em Salvador.

Aproveitando estas condições é que várias indústrias já se estabeleceram no Recôncavo ou estão para fazê-lo.

Atualmente, em construção ou planejadas no Recôncavo existem fábricas de nitrogênio (Aratu), cerveja, matadouro frigorífico, "nylon", tôdas em Salvador; de baterias e de papel, em Santo Amaro, e de alumínio, no Recôncavo.

Vê-se, assim, que Salvador está intensificando a sua industrialização e oferece oportunidades para o estabelecimento de novas indústrias.

As indústrias que se podem beneficiar das condições locacionais oferecidas pelo Recôncavo são as seguintes: a) indústrias cuja principal atração é o mercado local e regional: biscoitos, doces e confeitos, laticínios, cerveja, papel de embrulho, fósforos, vidro, metais leves, impressão de livros, sacos de papel, mobiliário, artefatos de madeira e construção naval; b) indústrias cuja atração é a existência de mão-de-obra abundante e barata: confecções em geral, têxtil, calçados, brinquedos e equipamento de comunicação; c) indústrias cuja principal atração é a existência de matéria-prima disponível e abundante: chocolate e subprodutos do cacau, álcool e aguardente, produtos de côco, doces de frutas em conserva carne e preparação de derivados, couros e produtos derivados, charutos e cigarros, gorduras e óleos vegetais, petróleo e subprodutos, petroquímica (incluindo fibras artificiais, plásticos, tinta, soda cáustica, etc.), cerâmica e louça, cosméticos, fertilizantes, cordas, chapéus, plásticos; e) indústrias cuja principal base é a existência de energia abundante: alumínio e siderúrgica".

Com a finalidade de realizar pesquisas sôbre o trabalho artesanal no Estado, elaborar planos de desenvolvimento e aperfeiçoamento da produção, proporcionar possibilidades técnicas aos grupos de artesãos e promover o preparo de mestres, foi criado o Instituto de Pesquisas e Treinamento do Artesanato por Decreto estadual n.º 16 860, de 27 de agôsto de 1957, que já entrou em funcionamento e instalou diversas oficinas-pilôto no interior do Estado.

MEIOS DE TRANSPORTE E VIAS DE COMUNICAÇÃO — O município é servido pela Viação Férrea Federal

Leste Brasileiro, que, na Capital, tem a sua estação inicial e o seu escritório central. A rêde dessa importante ferrovia estende-se por 2 545 quilômetros, alcançando as suas linhas os municípios de Propriá (Sergipe), Monte Azul (Minas Gerais), Petrolina (Pernambuco) e Paulistana (Piauí). A referida ferrovia mantém trens elétricos, tendo 22 pontos de parada dentro do município; estima-se em 30 o número de trens diários em trânsito no território municipal.

Os municípios vizinhos e a Capital Federal ligam-se a Salvador pelos seguintes meios de transporte:

Camaçari — 1) rodoviário: 41 km; 2) ferroviário: 50 quilômetros;

São Francisco do Conde — 1) marítimo: 50 km; 2) rodoviário: 95 km;

São Sebastião do Passé — Rodoviário: 65 km;
Itaparica — Marítimo: 15 milhas;

Capital Federal — 1) Aéreo: 1 265 km; 2) Rodoviário: 1 704 km; 3) Ferroviário: 2 231 km; 4) Marítimo: 1 406 km.

O aeroporto de Salvador, localizado em Santo Amaro do Ipitanga, é um dos mais movimentados do País, sendo servido pela quase totalidade das companhias nacionais que operam em território brasileiro. O serviço de táxi-aéreo para o Interior é intenso, ligando a Capital com grande número de outros municípios do Estado, sendo explorado por uma companhia aérea com sede em Salvador.

Em 1956, o aeroporto de Salvador apresentou o seguinte movimento: número de pousos — 12 152; passageiros embarcados — 98 854, desembarcados — 95 710; carga embarcada — 1 833 toneladas e desembarcada — 2 430 toneladas; malas do correio embarcadas — 37 89 quilos e desembarcadas — 58 442 quilos.

O número de pousos diários é estimado em 35 o que coloca o aeroporto em 5.º lugar no País, neste particular.

O pôrto de Salvador é o principal escoadouro da riqueza do Estado, distando 784 milhas do pôrto do Rio de Janeiro e possuindo as seguintes características técnicas: início da exploração — 1 913; cais acostável, de alvenaria de blocos, com a extensão de 1 480 metros; guindastes — 34, de 1,5 a 5,0 (t); pontes rolantes — 18, de 2,0 (t); linhas férreas com extensão de 6 731 m; locomotivas, 2 com potência de 150 H.P.; vagões — 10; possui 10 armazéns com a área útil total de 19 600 m² e 3 194 m² de pátios. O número de navios entrados no pôrto e respectiva tonelagem foi a seguinte nos três últimos anos:

	Navios entrados	Tonelagem (Mil t)
1954	1 246	3 690
1955	1 162	3 333
1956	1 312	3 560

Êste movimento coloca o pôrto de Salvador em 6.º lugar, quanto ao número de navios entrados e em 3.º lugar, quanto à tonelagem.

Praça Castro Alves.

Grupo de baianas em trajes característicos.

O movimento portuário de entrada e saída de mercadorias nos últimos três anos é apresentado no quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	DADOS NUMÉRICOS		
	1954	1955	1956
Comércio exterior			
Exportação... Tonelada	131 002	135 608	131 347
Exportação... Valor (Cr$ 1 000)	2 030 814	2 223 471	2 472 268
Importação... Tonelada	241 044	190 975	223 398
Importação... Valor (Cr$ 1 000)	926 719	965 850	1 301 673
Comércio de cabotagem			
Exportação... Tonelada	...	166 450	378 216
Exportação... Valor (Cr$ 1 000)	...	1 161 360	1 934 952
Importação (1)	...	...	...

(1) Os dados sôbre a importação do comércio de cabotagem não foram conseguidos na fonte oficial.

Quanto à exportação para o exterior, o pôrto de Salvador classificou-se em 6.° lugar, no ano de 1956, quanto à tonelagem e ao valor; no que se refere à importação, ocupou o 6.° lugar em relação à tonelagem e o 4.° lugar no que se refere ao valor, comparado com os demais portos do País.

Na exportação do País para o exterior, o pôrto de Salvador ocupou: o 1.° lugar na exportação de cacau em pasta, manteiga de cacau, torta de cacau, fumo em fôlha e mamona; o 2.° lugar, na exportação de cacau em amêndoas, minério de manganês e sisal; o 3.° lugar, na de óleo de mamona, e o 4.° lugar, na de cêra de carnaúba. Quanto à importação do exterior, ocupou o 2.° lugar, na importação de tubos, canos e acessórios de ferro e aço, e o 4.° lugar na importação de trigo em grão.

Os principais artigos exportados e importados pelo pôrto de Salvador, em relação ao comércio exterior, em 1956, vão indicados abaixo, na ordem decrescente do valor, até o 10.° lugar:

Comércio exterior

MERCADORIAS	QUANTIDADE TONELADA	VALOR (Cr$ 1 000)
Exportação		
1.°) Fumo em fôlha	22 171	814 486
2.°) Derivados do cacau	15 926	553 185
3.°) Cacau em amêndoas	15 317	350 970
4.°) Café em grão	5 879	205 514
5.°) Fibra de sisal	19 315	162 967
6.°) Mamona em bagas	23 787	138 872
7.°) Piaçava	2 506	63 926
8.°) Óleo de mamona	3 155	51 798
9.°) Cêra de carnaúba	731	47 989
10.°) Cêra de licuri	242	19 164
Importação		
1.°) Trigo em grão	92 377	232 660
2.°) Bacalhau	5 277	164 552
3.°) Equipamentos para perfuração de poços	1 152	83 833
4.°) Querosene	39 089	79 907
5.°) Arame farpado	5 661	77 412
6.°) Gasolina de aviação	16 838	48 160
7.°) Óleo para motor de explosão	39 743	46 731
8.°) Tubos, canos de aço, etc.	3 556	32 072
9.°) Navios e barcos a motor	281	24 318
10.°) Leite em pó	883	24 087

Para outras partes do País exporta Salvador, entre outros, os seguintes artigos: gasolina, petróleo bruto, café em grão, gases do petróleo, cacau, fibra de sisal, óleos para

Baianas tipicamente trajadas.

Hospital das Clínicas.

motor, cêra de licuri, piaçava, fumo em fôlha. Os maiores importadores dêstes produtos são: Distrito Federal, São Paulo, Espírito Santo, Pernambuco, Ceará e Pará.

É oportuno mencionar a relevante posição que ocupa o saveiro como meio de transporte marítimo do Recôncavo, sendo responsável por grande parte do movimento de passageiros entre Salvador e numerosas localidades situadas na Bahia. A capacidade média de um saveiro é de 20 passageiros por viagem; os que fazem o transporte de carga possuem uma capacidade que varia entre 12 e 30 toneladas, de acôrdo com a natureza da mercadoria transportada. O número estimado dessas embarcações, para todo o Estado, é de 5 500.

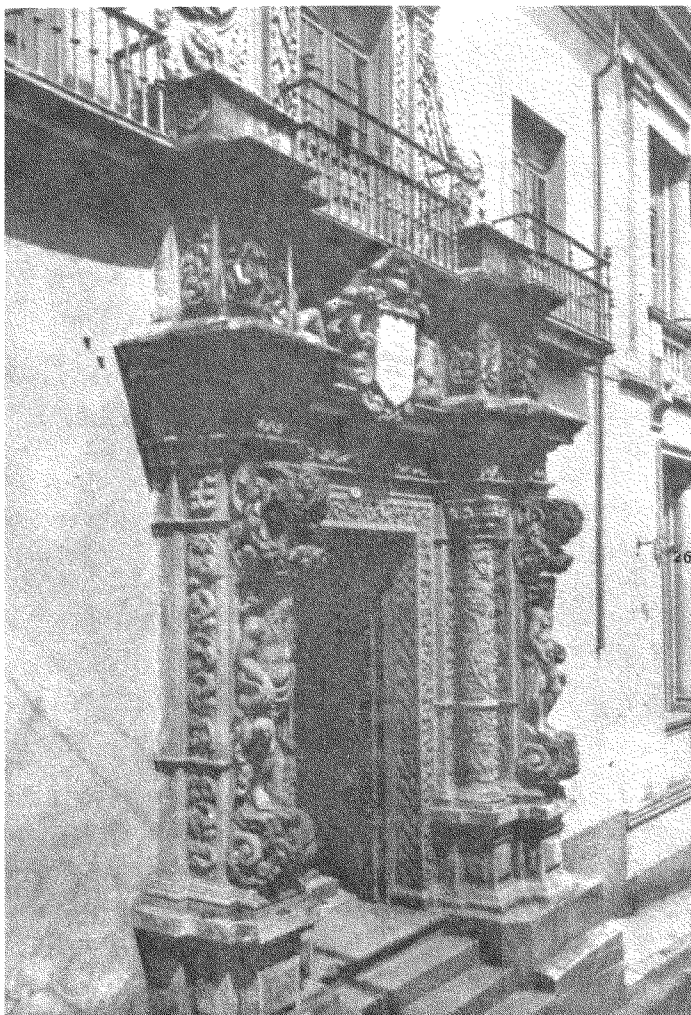
Por meio de navios, lanchas e barcos, Salvador liga-se a várias cidades e localidades do Recôncavo, especialmente: Itaparica, São Roque, Maragogipe, Cachoeira, Santo Amaro, Ilhéus, Canavieiras, Caravelas, Prado, Alcobaça, Pôrto Seguro, Viçosa (Mucuri).

Têm sede no município várias companhias de navegação, sendo a principal a Companhia de Navegação Baiana, pertencente ao Estado, que explora o serviço de transporte de passageiros e carga entre o pôrto de Salvador e os principais portos do Estado.

O transporte urbano, na cidade do Salvador, é explorado pelo govêrno municipal, através do Serviço Municipal de Transportes Coletivos, e por emprêsas particulares. O S.M.T.C. explora o serviço de bondes, ônibus e elevadores. O número dos bondes em tráfego é atualmente de 47, tendo sido transportados em 1957 cêrca de 33 milhões de passageiros contra 49 milhões, do ano anterior. O serviço de Ônibus da Prefeitura mantém em tráfego atualmente uma média diária de 37 ônibus modernos, tendo transportado, em 1957, 21 milhões de passageiros contra 4,4 milhões em 1956. O total de emprêsas particulares de transporte urbano de passageiros, em 1956, era de 52, dispondo de 420 veículos, entre ônibus e lotações. Estima-se em 71 milhões o número de passageiros transportados em 1956 pela totalidade dos ônibus que servem a cidade.

Está prevista para o ano de 1958 a introdução de ônibus elétricos na cidade, cuidando-se já da posteação e do asfaltamento da cidade baixa, onde será inaugurado tal serviço.

O transporte entre a cidade "alta" e a "baixa" é efetuado através de 2 elevadores e 2 planos inclinados. O movimento nos ascensores e planos, em 1957, subiu a 37,7 milhões de passageiros ou seja, 105 mil por dia.

O município é sede de Diretoria do Departamento dos Correios e Telégrafos, que mantém 21 agências, das quais 10 funcionam no perímetro urbano. Conta, ainda, a Capital 15 estações radiotelegráficas de uso privativo de várias repartições e entidades, como as do Palácio do Govêrno, Secretaria de Segurança Pública, Companhia Hidrelétrica do São Francisco, Petrobrás, Companhia de Energia

Portaria do Liceu de Artes e Ofícios.

Elétrica, além das estações pertencentes às companhias de aviação, Rádio Internacional, Western, etc.

O serviço telefônico urbano e interurbano é explorado pela Companhia de Energia Elétrica e conta com 8 401 aparelhos telefônicos e 2 255 extensões telefônicas. O município da Capital está ligado por telefone às seguintes cidades do Estado: Alagoinhas, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Conceição da Feira, Coração de Maria, Cruz das Almas, Feira de Santana, Maragogipe, Muritiba, Nazaré, Santo Antônio de Jesus, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, São Félix, São Francisco do Conde, Santo Amaro, Sapeaçu e São Sebastião do Passé.

A Rádio Internacional e a Radional ligam a Capital com as capitais dos Estados e com as principais cidades do mundo. A "Western" explora, também, o serviço telegráfico.

A cidade de Salvador liga-se por meio rodoviário às principais capitais do País, através da BR-4, que partindo de Salvador, se liga ao entroncamento rodoviário de Feira de Santana, na distância de 108 km, estando em grande parte já asfaltada. Em São Sebastião do Passé, sai a BR-12, que se dirige para o Norte, passando por Alagoinhas, Cipó, Paulo Afonso e Glória, indo entroncar com a BR-25 (Pernambuco); em Humildes, antes de Feira de Santana, entronca a BR-5, que se dirige para o Sul, passando por Cachoeira, Cruz das Almas, Itabuna e Ilhéus. Está em construção o trecho de ligação com o Espírito Santo e o Rio de Janeiro. De Feira de Santana partem: a BR-13, que se dirige para o Norte ("a transnordestina"), passando por Serrinha, Tucano, Barra do Tarrachil e prosseguindo até Fortaleza; e a BR-28, que vai até Lençóis, nas Lavras Diamantinas. A BR-4 prossegue de Feira de Santana para Jequié, Vitória da Conquista, Teófilo Otoni e Governador Valadares, ligando Salvador ao Distrito Federal.

COMÉRCIO E BANCOS — O município do Salvador constitui, por excelência, em relação ao Estado, não só o centro político-administrativo, como também o centro de gravitação econômica. Nesse particular, todavia, restringe-se ùltimamente a sua área de influência quer pela formação de novas regiões geoeconômicas no Interior, quer pela abertura de novas vias de comunicação. Diversas regiões do Estado que até há pouco tempo dependiam do comércio de Salvador, hoje são dependentes de outras praças, que lhes entregam as mercadorias à porta e em melhores condições.

O Censo Comercial realizado em 1950 revelou que o total das vendas no comércio atacadista, realizadas em Salvador, correspondiam a 84% das vendas totais realizadas no conjunto dos estabelecimentos congêneres. A percentagem das vendas, nos estabelecimentos varejistas, foi de 46%.

O Censo Comercial de 1950 dá para Salvador, em resumo, os seguintes resultados: número de estabelecimentos atacadistas — 494, varejistas — 3 245; pessoal empregado no comércio atacadista — 5 131 e no varejista — 9 147,

Faculdade de Filosofia.

totalizando 14 278; valor total das vendas — 2,3 bilhões de cruzeiros no comércio atacadista, e 1,1 bilhão no varejista, totalizando 3,4 bilhões de vendas.

Em 1956, 238 firmas atacadistas com movimento superior a 5 milhões de cruzeiros anuais acusaram um volume de vendas equivalente a 11,4 bilhões de cruzeiros, participando o comércio de gêneros alimentícios com a maior percentagem de vendas (2,1 bilhões de cruzeiros).

O giro comercial, também chamado venda mercantil, que se calcula na base da arrecadação do impôsto sôbre vendas e consignações, foi o seguinte nos últimos três anos: 10,6 bilhões de cruzeiros, em 1954; 14,3 bilhões, em 1955, e 15,8 bilhões em 1956 classificando-se a praça de Salvador em 5.º lugar dentro do País, quanto ao giro comercial.

O município concentra a quase totalidade do movimento bancário do Estado. Em 1957, operavam em Salvador 27 bancos nacionais, 3 casas bancárias e 2 bancos estrangeiros que mantinham, além da sede, 17 agências na capital. Dêstes, têm a matriz na Capital os seguintes: Banco de Administração, Banco da Bahia, Banco do Comércio da Bahia, Banco Correia Ribeiro, Banco de Crédito Hipotecário e Agrícola do Estado da Bahia, Banco de Crédito Popular da Bahia, Banco Econômico da Bahia, Instituto de Fomento Econômico da Bahia, Casa Bancária da Cidade do Salvador, Casa Bancária Companhia Bancária de Mandatos e Casa Bancária Gorges.

O quadro abaixo informa os saldos de maior expressão em 31-12-1956, por onde se poderá notar a importância do movimento bancário da Capital, em relação ao do Estado:

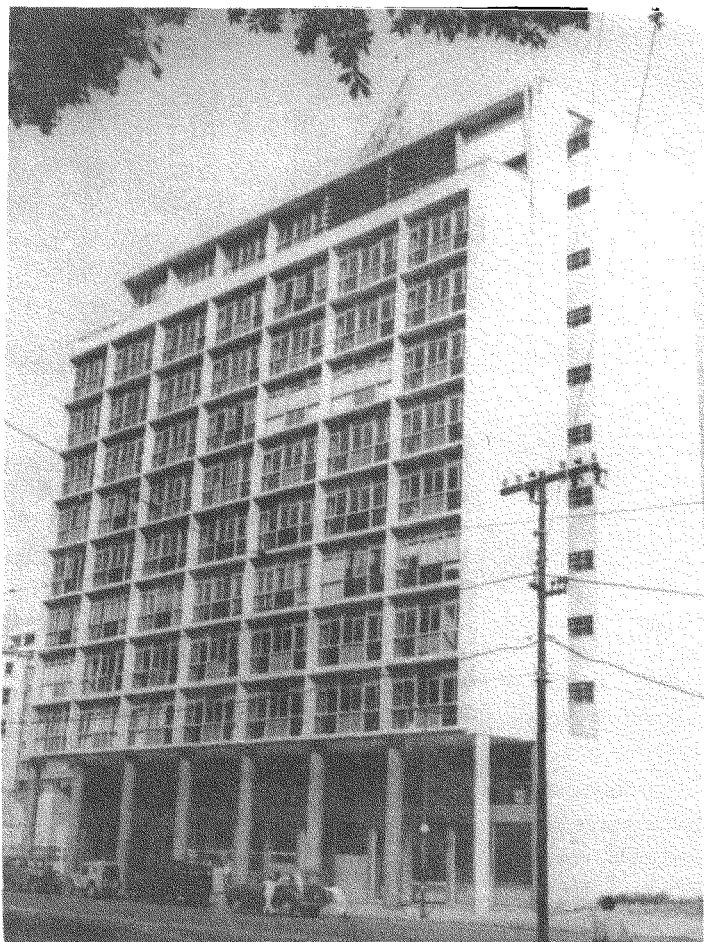
CONTAS	SALVADOR (milhões de cruzeiros)	% DE SALVADOR S O ESTADO (%)
a) Empréstimos em conta-corrente	1 587	62
b) Empréstimos hipotecários	129	99
c) Títulos descontados	1 965	54
d) Depósitos a vista e a curto prazo	3 337	72
e) Depósitos a prazo	863	87
f) Caixa em moeda corrente	213	46

Há na cidade de Salvador uma Câmara de compensação de cheques, cuja média mensal nos três últimos anos foi a seguinte:

	Número	*Valor* (Cr$ 1 000)
1954	14 258	1 212
1955	17 823	1 301
1956	22 272	1 927

ASPECTOS URBANOS — Construída inicialmente no alto de uma das ondulações do tabuleiro que se debruça sôbre a baía de Todos os Santos, a cidade de Tomé de Sousa foi, com o correr dos tempos, ligando-se às aldeias e peque-

Novos edifícios da Cidade Baixa.

nas povoações edificadas nas colinas vizinhas, em tôrno dos conventos ou dos núcleos das missões. Por isso, é difícil uma apresentação de conjunto da fisionomia urbana, visto que diferentes bairros, de que se compõe a cidade, apresentam características peculiares.

Edifício São Paulo.

Ao aproximar-se de Salvador, via aérea, o observador, vindo do sul, avistará à esquerda, confrontando a ilha de Itaparica, o farol da Barra, no extremo meridional da cidade, a linha da costa atlântica até os coqueirais de Itapoã e, ao fundo da paisagem, um casario amontoado, erguendo-se sôbre as colinas ou mergulhando nas encostas e vales.

A visão mais expressiva do conjunto urbano é a observada do mar, ao se aproximar o visitante do ancoradouro. No primeiro plano está a cidade baixa, centro bancário, comercial e portuário, onde os altos edifícios da arquitetura moderna, contrastando com velhos sobrados da era colonial, se vão multiplicando e encobrindo a paisagem original da encosta, em cujo tôpo se ergue a cidade alta. À esquerda, estende-se a península de Itapagipe, bairro residencial, onde sobressai a colina do Bonfim e a ponta do Monteserrate.

O acesso à cidade alta é feito pelas ladeiras do Taboão, Montanha, Conceição, Misericórdia, Mauá e outras menores, ou pelos ascensores (elevadores "Lacerda" e "Taboão" e planos inclinados "Gonçalves" e do "Pilar").

Do centro cívico inicial, que se estrutura em tôrno do Palácio do Govêrno e do Paço Municipal, a cidade se estende, recobrindo as ondulações sucessivas dos outeiros e colinas.

O Recenseamento de 1950 revelou a existência de 86 065 domicílios, dos quais 79 725 (93%) nos quadros urbano e suburbano (cidade). Quanto às instalações, 27 387 (32%) dispunham de água encanada, 40 812 (47%), de energia elétrica e 42 645 (50%) contavam com instalações sanitárias.

O movimento de construções civis vem-se mantendo em ritmo crescente, com ligeiras oscilações em tôrno da tendência, como se pode ver no quadro abaixo:

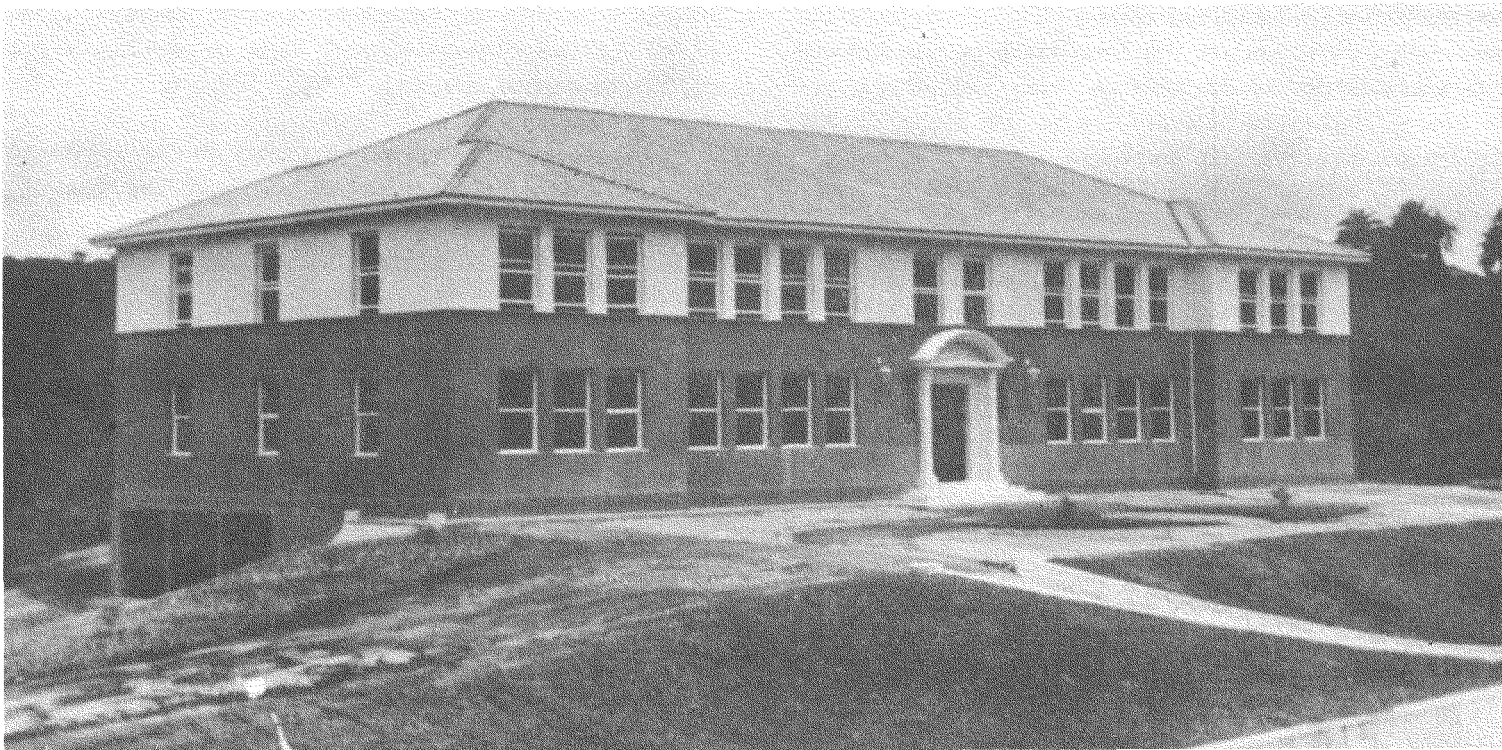
ANO	CONSTRUÇÕES LICENCIADAS	ÁREA DE PISO (m2)
1951	1 438	202 493
1952	1 373	179 855
1953	1 347	161 108
1954	1 270	199 255
1955	1 701	278 656
1956	2 119	340 011

Estima-se existirem, em 1958, cêrca de 120 mil domicílios no município e 110 mil na cidade do Salvador.

O abastecimento de água na cidade é proveniente de cinco mananciais com a capacidade total de captação, em 24 horas, de 55 mil metros cúbicos. As linhas adutoras têm uma extensão de 58 km e as de distribuição estendem-se por 278,5 km no conjunto dos quadros urbano e suburbano. A água é acumulada em 12 reservatórios com a capacidade total de 42 mil metros cúbicos, donde é distribuída a 32 315 prédios (31-12-1956).

Velha baiana, ornada com balangandãs de ouro.

A rêde de esgotos de dejetos e águas superficiais serve a 172 logradouros, em tôda a sua extensão, possuindo 6 tanques fluxíveis e 330 poços de inspeção de visitas.

O número de prédios esgotados em 31-12-1957 era de 6 301.

Instituto Biológico da Bahia.

O consumo de energia elétrica, no município da Capital, vem aumentando progressivamente, no último qüinqüênio:

ANO	CONSUMO TOTAL (1 000 kWh)	CONSUMO PARTICULAR COMO FÔRÇA MOTRIZ (1 000 kWh)	% SÔBRE O CONSUMO TOTAL
1952	87 723	9 195	10,5
1953	90 936	11 203	12,3
1954	100 266	12 725	12,7
1955	113 463	16 579	14,6
1956	128 177	23 095	18,0
1957	143 157	41 603	29,1

Em Salvador, a média de consumo particular de energia como fôrça motriz, no período 1949-1954, era de 11 milhões de kWh, passando, em 1957, a 41,6 milhões de kWh.

O consumo de energia para iluminação e para fôrça, na Capital, nos últimos três anos, é o que consta do quadro abaixo:

ESPECIFICAÇÃO	CONSUMO (mil kWh)		
	1955	1956	1957
TOTAL GERAL	113 463	128 177	143 157
Para iluminação:			
a) pública	8 258	8 954	11 697
b) particular	66 304	73 059	(*) 70 761
Para fôrça:			
a) pública	10 259	12 068	11 784
b) particular	16 579	23 095	41 603
c) tração	12 063	11 001	7 312

(*) Sujeito a retificação.

ALFABETIZAÇÃO — Das 363 mil pessoas de 5 anos de idade e mais que compunham a população de Salvador, em 1950, cêrca de 250 mil (69%) sabiam ler e escrever e 113 mil (31%) eram analfabetos. Comparando o município de Salvador com o Estado da Bahia, a percentagem de analfabetos para o Estado era de 73% contra 31% para Salvador.

A comparação entre os resultados encontrados pelos Recenseamentos de 1940 e 1950 para o município da Capital está condensada no quadro seguinte:

ESPECIFICAÇÃO	1940			1950		
	Total	Homens	Mulheres	Total	Homens	Mulheres
Sabem ler e escrever	171 154	81 343	89 811	250 008	120 162	129 846
Não sabem ler nem escrever	84 577	33 631	50 946	112 580	44 827	67 753
De instrução não declarada	536	213	323	478	179	299
TOTAL	256 267	115 187	141 080	363 066	165 168	197 898

Como se vê, entre 1940 e 1950, não foi assinalado substancial progresso nos padrões de alfabetizados, pois de 67%, em 1940, foi para 69%, em 1950, o que expressa uma melhoria diminuta. Tanto em 1940 como em 1950, o sexo feminino apresenta maior número de alfabetizados em comparação com o masculino, embora se note uma leve diminuição percentual da alfabetização feminina, que de-

Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários.

cresceu de 52,5%, em 1940, para 51,8%, em 1950, talvez em virtude do incremento da entrada de mão-de-obra feminina, no período, resultado da crescente urbanização da cidade, após 1940.

ENSINO — Dos 322 486 habitantes de 10 anos e mais existentes, em 1950, no município, 117 848 (36,5%) possuíam curso completo em qualquer dos três graus — elementar, médio e superior. Neste total, o sexo feminino participava com 53%.

A população de 10 anos de idade e mais, distribuída por sexo de acôrdo com o grau de instrução, era a seguinte, em 1950:

GRAU DE INSTRUÇÃO	TOTAL	HOMENS		MULHERES	
		N°	%	N°	%
Elementar	92 471	41 804	45	50 667	55
Médio	21 703	10 036	46	11 667	54
Superior	3 674	3 315	90	379	10
TOTAL	117 848	55 155	47	62 693	53

Os estabelecimentos de ensino elementar, médio e superior, existentes na Capital, matricularam no início de 1957, um total de 84 287 alunos, sendo 56 116 (66%) no ensino elementar, 25 038 (30%) no médio e 3 133 (4%) no superior.

A densidade média de alunos por unidade escolar era, em 1957: 129 no ensino elementar, 245 no médio e 67 no superior. Para cada professor correspondiam 32 alunos no ensino elementar, 18 no médio e 6 no superior.

A matrícula inicial, em 1957, era a seguinte:

GRAU DO ENSINO	UNIDADES ESCOLARES	N.° DE PROFESSÔRES	MATRÍCULA		
			Total	Homens	Mulheres
Elementar	436	1 748	56 116	26 755	29 361
Médio	(*) 102	1 389	25 038	13 019	12 019
Superior	(*) 47	542	3 133	2 043	1 090
TOTAL	585	3 679	84 287	41 817	42 470

(*) O número indicado não se refere a estabelecimentos, mas a cursos, correspondende a 18 estabelecimentos no ensino superior e 49 no médio.

O comparativo das condições do ensino entre Salvador e o interior do Estado, em 1957, se apresenta resumido nos seguintes dados:

ESPECIFICAÇÃO	ESTADO	SALVADOR	% SÔBRE O TOTAL
Ensino elementar			
Número de unidades	6 134	436	7
Número de professôres	9 128	1 748	19
Matrícula	291 867	56 116	19
Ensino médio			
Número de unidades	224	102	46
Número de professôres	5 257	1 389	55
Matrícula	41 574	25 038	60
Ensino superior			
Número de unidades	48	47	98
Número de professôres	561	542	97
Matrícula	3 207	3 133	98

Aspecto de um novo bairro que surge entre a Barra e a Graça.

Igreja de Santo Antônio da Barra.

As 102 unidades de ensino médio, segundo o ramo, assim se distribuem:

ESPECIFICAÇÃO	UNIDADES ESCOLARES	%	MATRÍCULA	%
Ginasial	41	40,3	16 738	66,8
Colegial-científico	14	13,7	2 897	11,6
Colegial-clássico	8	7,8	804	3,2
Comercial-básico	5	4,9	949	3,8
Técnico em contabilidade	9	8,8	1 371	5,5
Pedagógico	10	9,8	1 636	6,5
Técnico de estatística	1	1,0	15	0,1
Industrial	14	13,7	628	2,5

Verifica-se pelos dados acima que a grande preferência recai nos cursos de ginásio e colégio numa porcentagem de 82%.

Quanto ao ensino superior, a distribuição por cursos é conforme segue:

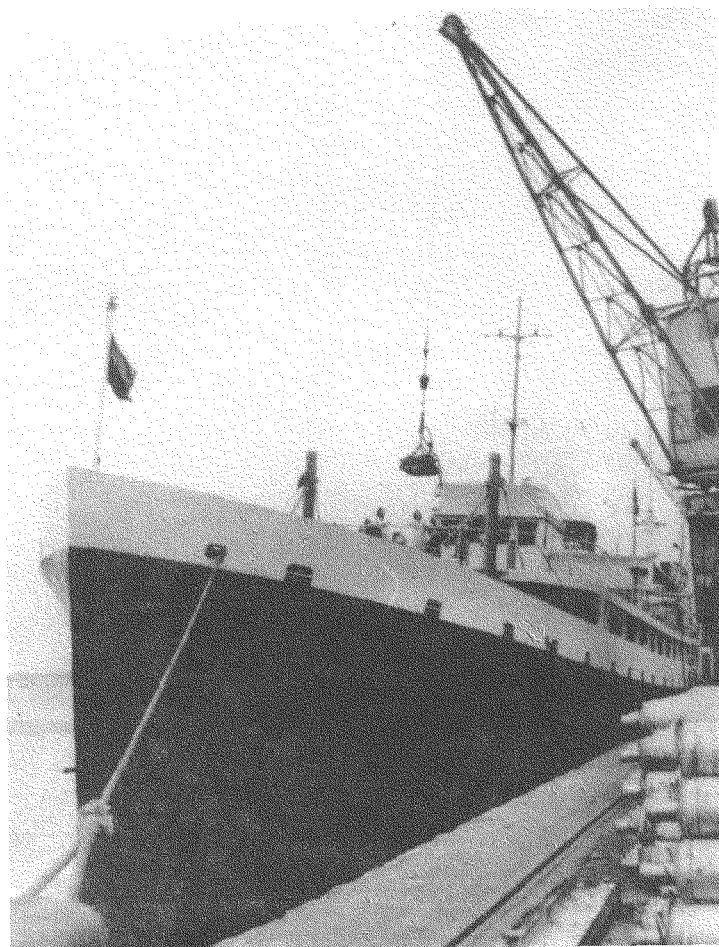
CURSOS	UNIDADES ESCOLARES	%	MATRÍCULA	%
Arquitetura	1	2,13	58	1,85
Belas-artes	3	6,38	90	2,87
Biblioteconomia	1	2,13	27	0,86
Ciências Econômicas	2	4,26	67	2,14
Direito e Doutorado	3	6,38	539	17,20
Enfermagem	1	2,13	62	1,98
Engenharia	3	6,38	466	14,87
Estatística	1	2,13	26	0,83
Farmácia	1	2,13	71	2,27
Filosofia, Ciências e Letras	21	44,66	666	21,26
Jornalismo	1	2,13	—	—
Medicina e Saúde Pública	3	6,38	674	21,52
Música	2	4,26	69	2,20
Odontologia	1	2,13	224	7,15
Química	1	2,13	4	0,13
Serviço Social	1	2,13	20	0,64
Veterinária	1	2,13	70	2,23
TOTAL	47	100.00	3 133	100,00

A cidade de Salvador mantém a sua tradição de centro cultural e educacional, que atende, principalmente, no ensino superior, não só à população estudantil da Bahia como dos Estados do Nordeste. É sede de uma Universidade, mantida pelo Ministério da Educação, com as Faculdades de Medicina, de Direito, de Engenharia, de Farmácia, de Odontologia, de Filosofia, Ciências e Letras, de Ciências Econômicas, Escolas de Belas-Artes e de Enfermagem, além de um curso de Biblioteconomia. Existem, ainda a Escola de Medicina Veterinária, mantida pelo Estado, a Escola Baiana de Medicina e Saúde Pública, a Faculdade Católica de Filosofia, a Faculdade Católica de Direito, a Escola de Serviço Social, a Escola de Estatística da Bahia, a Escola de Música e o Instituto de Música. A Petrobrás, visando a suprir as suas crescentes necessidades de técnicos especializados, vem mantendo diversos cursos, de duração variável, de geologia, revisão, produção e perfuração destinados à especialização de engenheiros, além de cursos de topografia e de especialistas para a indústria do petróleo. A Escola Politécnica da Universidade mantém um curso de Engenharia de Petróleo.

O Estado sustenta um Centro de Estudos para formação de Oficiais da Polícia Militar e uma Escola de Polícia Civil. Em 1957 começou a funcionar o Colégio Militar de Salvador, subordinado à 6.ª Região Militar.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Em 1956, contava a cidade do Salvador com 87 estabelecimentos de assistência médico-sanitária, sendo 27 hospitais e 45 ambulatórios.

Os hospitais dispunham de 4 563 leitos, que assim se distribuíam: gerais — 864, cirurgia e traumatologia — 570, neuropsiquiatria — 1 264, obstetrícia e ginecologia — 227, doenças transmissíveis agudas — 122, pediatria e puericultura — 260, tuberculose — 617 e outras doenças — 579.

O conjunto dos estabelecimentos médico-sanitários mantêm 38 laboratórios, 16 salas de parto, 44 salas de

Navio José Marcelino.

Vista parcial do Pôrto de Salvador.

operação, 46 gabinetes dentários, 55 raios-X e 17 lactários. Nestes estabelecimentos estavam em atividade 986 médicos, 150 dentistas, 22 farmacêuticos, 138 enfermeiros diplomados, 1 157 enfermeiros não diplomados, 73 visitadoras e 171 auxiliares não especificados.

Dentre os estabelecimentos hospitalares devem ser postos em relêvo: — o Hospital das Clínicas, subordinado à Universidade da Bahia, o Hospital para Tuberculosos, da Fundação Otávio Mangabeira, o Hospital Santa Isabel, da Santa Casa da Misericórdia, o mais antigo da cidade, o Sanatório Espanhol e o Hospital Português, mantidos pelas respectivas Colônias, e a Pro-Matre da Bahia.

A Secretaria de Saúde e Assistência mantém quatro Centros de Saúde, com serviço de ambulatório, epidemiologia, polícia sanitária e verificação de óbitos e, também, o Hospital de Pronto Socorro.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — No campo da assistência social, tanto o poder público como entidades privadas vêm ampliando seus programas.

Na esfera estadual, o Govêrno vem construindo um série de Conjuntos Assistenciais, cujo número já se eleva a 18, localizados especialmente nos bairros proletários, estando sendo construídos mais 6 e 16 projetados. Êstes Conjuntos são administrados pela União Assistencial da Bahia, entidade de caráter privado, que aplica os recursos fornecidos pelo Estado, e se destinam a prestar, além da assistência social pròpriamente dita, assistência médico-odontológica e cursos pré-vocacionais. Cada conjunto mantém instalações de lavanderia, sala de costura e, em alguns, parque infantil, berçário e escola. O volume de atendimento, em 1957, na totalidade dos estabelecimentos, foi o seguinte: departamento médico — 62 226, departamento odontológico — 46 139, cirurgia odontológica — 347, departamento de artesanato — 332 matrículas, lavandarias — 33 798 pessoas matriculadas.

O govêrno do município, com a criação da Secretaria do Bem-Estar Social, vem desenvolvendo intenso programa de assistência, amparo e recuperação social através do seu departamento especializado — o Departamento de Educação, Saúde e Assistência. A Campanha Municipal Pró-Infância, com quatro consultórios, apresentou, em 1957 o seguinte movimento: higiene infantil — 2 174 crianças matriculadas, 4 657 exames realizados, 30 imunizações BCG, 183 palestras para mães; higiene pré-natal — 5 932 mulheres matriculadas, 3 144 comparecimentos de gestantes, 2 105 receitas e 509 curativos; higiene e assistência dentária — 4 753 inscritos, 4 144 compareceram e 453 inspeções médicas de escolares. A Campanha Municipal Contra a Tuberculose realizou no subdistrito de Santo Antônio, no primeiro semestre de 1957, 10 118 abreugrafias.

Cena da lavagem na escada da Igreja do Bonfim.

A Diretoria de Assistência Social, nos setores de amparo e recuperação, agência de trabalho e serviço jurídico, realizou através dos 7 postos médicos existentes o seguinte movimento: Serviço Social — 90 reuniões de clubes de mães, 38 palestras educativas, 150 aulas de corte e costura e 32 de arte culinária; Serviço jurídico — 301 pessoas atendidas e 249 casos solucionados; agência de trabalho — 337 operários registrados, 214 encaminhados e admitidos e 147 encaminhados sem confirmação, 670 operários não qualificados registrados, 228 encaminhados a emprêgo e 170 admitidos; setor de recreação e teatro educativo — 143 sessões educativas realizadas e 74 recreativas; setor de orientação e seleção — 115 matriculados, 296 testes aplicados e 91 entrevistas realizadas.

Contava Salvador, em 1956, com 23 asilos e recolhimentos, que abrigavam 2 898 internados. Destas instituições, 5 eram destinadas a órfãos, 7 a menores desamparados, 3 à velhice, e os 8 restantes ou atendiam a todos ou a alguns dêsses aspectos simultâneamente.

Quanto ao sexo, 12 dessas instituições eram privativas para o feminino, 3 para o masculino e 8 prestavam assistência a ambos os sexos. Os adolescentes e crianças contavam com a assistência de 17 estabelecimentos; destinados a adultos havia 4, e 2 aceitavam internos de tôdas as idades.

Dentre êles, distinguem-se: a Casa Pia e Colégio dos Órfãos de São Joaquim, instalada em 1798, o Instituto Rute Aleixo, o Instituto de Cegos da Bahia, a Casa da Providência, o Asilo Santa Isabel, o Asilo do Bom Pastor, o Abrigo do Salvador, o Abrigo D. Pedro II, mantido pela Prefeitura, fundado em 1887 e contando com 450 leitos para a velhice desamparada, o Educandário Eunice Weaver, para filhos de leprosos, o Instituto de Preservação e Reforma, mantido pelo Estado, a Casa do Tio Juca, inicialmente mantida por um filantropo e hoje dirigida com auxílios do poder público e destinada a abrigar, em regime familiar, e orientar a educação de crianças e adolescentes de ambos os sexos.

Muitas outras associações filantrópicas merecem ainda citação: a Santa Casa de Misericórdia, a Legião Brasileira de Assistência, o Instituto de Assistência e Proteção à Infância, a Liga Baiana Contra a Mortalidade Infantil, a Liga Baiana Contra o Câncer, a Sociedade Baiana de Combate à Lepra, o Abrigo dos Filhos do Povo, a Fundação Anti-Tuberculosa Santa Teresinha, a Obra de Assistência aos Pobres e aos Meninos Vendilhões, a Associação Leão XIII, a Cruzada Católica Social da Paróquia de Santa Teresinha e muitas outras.

Ainda outras associações existem com objetivos semelhantes no âmbito restrito dos bairros e das paróquias, cuja enumeração seria prolongada.

As associações de beneficência mutuária, com um total de 89 700 associados, eram em número de 41, em 1956. Dentre estas associações, sobressai a Associação dos Funcionários Públicos do Estado da Bahia, que congrega cêrca de 12 mil associados; a Associação dos Empregados no Comércio; o Centro Operário da Bahia; o Círculo Operário; a Sociedade Beneficente da Fôrça Pública do Estado; a Sociedade Protetora dos Desvalidos; o Montepio dos Artífices; a Real Sociedade Espanhola de Beneficência e a Real Sociedade Beneficente Portuguêsa.

COOPERATIVAS — O Cooperativismo, no município, é representado por 16 entidades específicas existentes em 1956, sem incluir as cooperativas escolares.

O capital realizado atingiu 11,7 milhões de cruzeiros e o quadro social era de 7 935 no referido ano. Classificadas segundo a principal finalidade, 8 eram de consumo, 1 de compra e venda, 3 de crédito e 3 tinham outros fins. As cooperativas de maior movimento eram as seguintes: Cooperativa Central Instituto de Pecuária da Bahia, Cooperativa dos Cacauicultores Baianos, Cooperativa dos Lavradores de Cacau, Cooperativa de Consumo dos Ferroviários da Bahia e Cooperativa Mista dos Fornecedores de Cana da Bahia. Subordinado à Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, presta assistência técnica e financeira ao cooperativismo o Departamento de Assistência ao Cooperativismo em convênio com o Serviço de Economia Rural.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Salvador tem sido, através dos anos, grande centro de atração cultural. Conta com um numeroso contingente de profissionais de nível universitário.

As bibliotecas públicas, em 1956, atingiam o número de 35, cada uma das quais possuía mais de 1 000 volumes, com um acervo total de 358 mil volumes, muitas delas merecendo referência especial não só pela quantidade de obras como pelo valor bibliográfico de suas coleções. En-

Aspecto da feira de frutas em Águas de Meninos.

tre estas, salientam-se: a Biblioteca Pública do Estado, a do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, a da Faculdade de Medicina, a do Mosteiro de São Bento, a do Convento de São Francisco, a do Gabinete Português de Leitura, a do Instituto de Economia e Finanças, a da Ordem dos Advogados, a da Faculdade de Direito, a da Faculdade de Filosofia, a da Associação dos Empregados no Comércio, a da Academia de Letras e a da Escola Politécnica. Predominam as bibliotecas de caráter geral, salientando-se, entre as especializadas, a do Tribunal de Justiça, a Infantil Monteiro Lobato, a Central de Educação, a do Instituto de Economia e Finanças e a da Congregação Mariana de São Luís.

Os museus mais importantes são: o Museu e Pinacoteca do Estado da Bahia, de caráter geral e mantido pelo govêrno do Estado; o do Instituto Geográfico e Histórico; o do Instituto Nina Rodrigues, de medicina legal e antropologia; o museu de Arte Sacra da Catedral Basílica; o do Instituto Feminino da Bahia, de arte popular; e a Coleção Nelson Oliveira, científica. São também importantes os arquivos públicos, ricos em documentos ligados à história do País e da cidade. Dentre os mais importantes, citam-se: o Arquivo Público do Estado, o Arquivo Histórico da Prefeitura, os arquivos do Mosteiro de São Bento, da Santa Casa de Misericórdia e da Arquidiocese.

Vários institutos técnico-científicos e de pesquisa contribuem para a vida cultural da cidade, devendo ser mencionados: a Fundação para o Desenvolvimento da Ciência, o Instituto Médico-Legal "Nina Rodrigues", o Instituto Biológico, a Fundação Gonçalo Moniz, o Instituto Brasileiro para Investigação da Tuberculose, o Instituto de Tecnologia e o Instituto de Economia e Finanças.

Numerosas são as associações culturais, distinguindo-se as seguintes: Academia de Letras da Bahia, Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, Associação Baiana de Medicina, Instituto da Ordem dos Advogados, Associação Baiana de Imprensa, Núcleo de Estudos Odontológicos, Associação dos Agrônomos da Bahia, Instituto Baiano de História da Medicina, Associação dos Geógrafos do Brasil (secção da Bahia), Centro de Estudos Etnográficos, Liga Baiana Contra o Analfabetismo, Centro Cultural Teodoro Sampaio, Gabinete Português de Leitura, Associação da Imprensa Periódica, Associação dos Municípios da Bahia, Sociedade de Cultura Artística da Bahia, Instituto Brasileiro de Filosofia, Associação Cultural Brasil-Estados Unidos, Aliança Cultural Franco-Brasileira, Associação Cultural Ítalo-Brasileira Dante Alighieri, Instituto de Cultura Hispânica, Associação Brasileira de Escritores, Sociedade Unificadora dos Professôres Primários, Sociedade Numismática da Bahia.

O movimento artístico de Salvador, no setor musical, é estimulado pela Sociedade de Cultura Artística da Bahia, que promove recitais e concertos de artistas consagrados, e pela Universidade da Bahia, que mantém a Orquestra Sinfônica, o Seminário de Música, e promove cursos de aperfeiçoamento e de extensão musical.

Aspecto da cidade.

O teatro é incentivado pela Federação Baiana de Teatros Amadores à qual se filiam as seguintes agremiações teatrais: Teatro de Amadores da Bahia, Sociedade de Arte Teatral, Teatro Renato Viana, Grêmio Dramático Familiar, Grupo Teatral Vera Cruz, Teatro dos Bancários, Teatro de Amadores de Fantoches e Teatro Espírita da Bahia. Afora estas, ainda existem as seguintes agremiações: Teatro de Cultura da Bahia, Teatro Mariano da Congregação São Luís, o Teatro Experimental da Bahia e a Jogralesca do Colégio Estadual da Bahia. A Universidade da Bahia mantém uma Escola de Teatro na qual existe o Grupo Dramático "A Barca". Destaca-se, também, o movimento teatral denominado "A Hora da Criança", destinado a despertar vocação artística na infância, que está cogitando de construir uma casa de espetáculo própria.

No que se refere às artes plásticas, a Galeria Oxumaré mantém exposição permanente de pinturas e esculturas de artistas locais e patrocina exposições de artistas visitantes. No belvedere da Sé, onde funciona a Diretoria de Turismo da Prefeitura, também são realizadas exposições de arte.

Em 1958, existiam 28 cinemas na Capital e duas casas de teatro — o Cine-Teatro Guarani e o auditório do Instituto Normal da Bahia. O Centro "SESC — SENAC Orlando Moscoso" dispõe de um auditório para representações.

Encontra-se em adiantada fase de construção pelo Govêrno do Estado, através da Secretaria de Viação e Obras Públicas, o Conjunto Educativo de Arte Teatral, do qual faz parte o monumental Teatro Castro Alves, cuja inauguração está prevista para o dia 2 de julho de 1958. O projeto do teatro é de autoria de José Fonyat Filho e Humberto Lemos Lopes, ao qual foi conferida, em 1957, Menção Honrosa pelo júri internacional da IV Bienal do Museu de Arte Moderna de São Paulo. Terá o teatro Castro Alves uma lotação de 1 600 lugares, sendo a platéia dividida em três lances, o que possibilitará reduzir a área de representação a cêrca de 600 lugares, quando necessário. Com esta lotação, ficará o teatro situado entre os maiores da América Latina, podendo funcionar como teatro lírico, centro comunal, teatro de comédia, salão de concêrto; seu vestíbulo servirá para exposições de arte, recepções, etc.; a fossa da orquestra tem capacidade para 90 músicos; seu palco, que poderá encenar os mais diferentes gêneros de espetáculo, tem capacidade para 300 artistas, possuindo movimentação automática de cenários, palco móvel e ciclorama. Anexo ao teatro funcionará um anfiteatro provido de concha acústica. O Teatro Castro Alves está sendo construído "em consonância com os melhores padrões técnicos".

Pesca do Xaréu.

Seminário Livre de Música da Universidade.

Com a finalidade de assessorar o Govêrno do Estado nos problemas relacionados com o desenvolvimento e a difusão das belas-artes, da música e do teatro, na Bahia, e elaborar os planos necessários ao perfeito funcionamento do Teatro Castro Alves, como instrumento a serviço da cultura baiana, foi instituída pelo Decreto estadual número 16 969, de 13 de dezembro de 1957, a Comissão de Cultura Artística e Teatral do Estado da Bahia.

A imprensa de Salvador conta 20 periódicos, jornais e revistas, entre os quais 4 diários — "A Tarde", "O Diário de Notícias", "O Estado da Bahia", e o "Diário Oficial", cuja média de tiragem diária atinge 48 mil exemplares.

Há 3 estações radiodifusoras na Capital: A Rádio Sociedade da Bahia, PRA-4, freqüência de 740 kc e potência de 50 000 W; a Rádio Excélsior da Bahia, ZYD-8, freqüência de 840 kc e potência de 30 000 W; e a Rádio Cultura da Bahia, ZYN-20, freqüência de 1 440 kc e potência de 40 000 W.

Está em fase de organização a Televisão Itapoã, prevendo-se para breve a sua inauguração.

O movimento editorial de Salvador é dos mais intensos, colocando-se em 4.º lugar no conjunto do País. O maior contingente de obras publicadas cabe à Livraria Progresso Editôra. Além desta, merece citação como editôras, pelo equipamento de que dispõem, a Tipografia Beneditina, a Fundação Gonçalo Muniz, a Imprensa Oficial, a Tipografia do Liceu Salesiano e a Tipografia Naval.

As associações esportivas e sociais são numerosas, arrolando-se, em 1956, como principais, 84 entidades. As associações esportivas filiam-se às seguintes Federações: Baiana de Desportos Terrestres, Baiana de Atletismo, Baiana de Natação, dos Clubes de Regatas da Bahia, Baiana de Basket-Ball, Baiana de Volley-Ball, Baiana de Tênis de Mesa e Baiana de Pugilismo.

Entre as associações de caráter recreativo e social, salientam-se o Clube Baiano de Tênis, o Iate Clube da Bahia, a Associação Atlética, o Clube Comercial de Salvador, o Golf Clube da Bahia, o Cajazeira Social Clube, o Centro Recreativo Espanhol, o Clube Inglês; entre as de caráter esportivo e social, destacam-se o Esporte Clube da Bahia, o Esporte Clube Vitória, o Esporte Clube Ipiranga, a Associa-

Aspecto da Rua Chile.

Cais do carvão e moinho.

ção Desportiva Guarani, o Esporte Clube Botafogo, o Galícia Futebol Clube, o Pirajá Atlético Clube, o Clube de Regatas e Natação São Salvador, o Esporte Clube Santa Cruz (regatas), o Iate Clube de Itapagipe e o Clube de Regatas Itapagipe; entre os carnavalescos sobressaem: o Cruzeiro da Vitória (antigo Cruz Vermelha), o Fantoches da Euterpe, o Inocentes em Progresso, o Cavalheiros da Liberdade e o Rosa do Adro, que animam o carnaval da cidade com carros alegóricos.

VULTOS ILUSTRES — *Frei Vicente do Salvador* (1564-1636) — Vicente Rodrigues Palha ingressou em 1600 na ordem seráfica, onde tomou o nome de Frei Vicente do Salvador. Considerado o primeiro clássico brasileiro, foi também, quem primeiro escreveu sôbre o nosso país. A "História da Custódia do Brasil", que abrange cinco livros sôbre os usos, costumes e riquezas do Brasil, é considerada obra monumental, de consulta obrigatória pelos que se interessam por tudo que diz respeito aos primórdios da nossa formação. Diplomado em Cânones por Coimbra, foi Vigário-geral do bispado da cidade do Salvador.

Eusébio de Matos (1629-1692) — Conhecido também como Frei Eusébio da Soledade, foi um dos maiores oradores sacros da nossa história, rivalizando com Vieira. Entrou para a Companhia de Jesus e substituiu o padre Antônio Vieira na cátedra de Filosofia, no Colégio dos Jesuítas. Deixou, mais tarde, a Companhia de Jesus e ingressou na Ordem Carmelita. Orador, poeta, pintor, músico e matemático, foi um dos maiores talentos do seu tempo.

Gregório de Matos (1633-1696) — Gregório de Matos estudou no Colégio dos Jesuítas e bacharelou-se em Cânones pela Universidade de Coimbra. Advogou em Lisboa, onde foi, também, juiz do Crime e de Órfãos e Ausentes. Poeta satírico de temperamento irrequieto e gênio causticante, feria todos com os seus versos irreverentes. Foi o maior poeta do século, no Brasil. Por vêzes, atacou nobres e clero com suas sátiras. Granjeou, por isso, uma legião de inimigos, o que lhe custou a deportação para Angola, por ordem de D. João Lencastro. Voltou à Pátria, indo advogar em Pernambuco, onde continuou epigramista incorrigível. Doente e sem recursos, foi recolhido a uma casa de caridade, onde o governador Caetano de Melo lhe concedeu uma pensão, condicionando, porém, tal favor ao silêncio do poeta, que foi uma das maiores glórias da poesia satírica do País. Faleceu em Recife, sendo enterrado na igreja da Penha.

Manuel Botelho de Oliveira (1636-1711) — Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, foi o primeiro brasileiro em editar um livro de versos, reunidos sob o título "Música do Parnaso", impresso em Lisboa em 1705. Dedicou-se à advocacia. Foi eleito vereador do Senado da Câmara de Salvador. É considerado o Patriarca da poesia brasileira.

P.e José Borges de Barros (Batizado a 5-3-1657, faleceu em 1719) — Diplomado em Direito Canônico pela Universidade de Coimbra, foi mestre-escola e desembargador da Relação Eclesiástica, Vigário-geral de Évora e oratoriano de Estremós. Professor de Filosofia e Teologia; orador, foi famoso pela sua prodigiosa memória.

Conjunto Assistencial prof. Aristides Novis.

Rocha Pita (1660-1738) — Sebastião da Rocha Pita, diplomado em Direito Canônico por Coimbra, é considerado um dos mais autorizados historiadores brasileiros do século XVIII. A sua obra principal, "História da América Portuguêsa" é, no gênero, um dos mais completos estudos que se escreveram na língua pátria. Em recompensa pela sua obra, D. João V nomeou-o fidalgo da Casa Real e cavalheiro da Ordem de Cristo. Publicou vários trabalhos históricos, alguns de grande valor como documentário da época em que viveu. Fundador da Academia dos Esquecidos, que se reuniu pela primeira vez em 7-III-1724. Seu nome é patrono de cadeira na Academia Brasileira de Letras e na Academia de Letras da Bahia.

Pe João Calmon Du Pin e Almeida (1668-1737) — Diplomado em Teologia pela Universidade de Coimbra. De volta à Bahia, ordenou-se sacerdote. Foi Vigário-geral e ocupou outros cargos como os de mestre-escola e "chantre" da catedral, desembargador da Relação Eclesiástica, juiz de casamentos, promotor do Sínodo que celebrou o arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide, provisor e governador do Arcebispado.

Barão do Rio de Contas (Nasceu a 17-4-1754 e faleceu a 29-4-1828) — Francisco Vicente Viana, bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra aos 19 anos de idade, foi magistrado, político e figura de projeção no Primeiro Império. Desempenhou os cargos de juiz-de-fora e de órfãos na Bahia e de ouvidor-geral e provedor da comarca da Bahia. Eleito presidente da junta provisória do govêrno da Bahia, aboliu a censura da Imprensa. Proclamada a Independência, foi nomeado o primeiro presidente da Província.

Visconde de Cairu — José da Silva Lisboa nasceu a ..... 16-7-1756 e faleceu a 20-8-1835. Diplomou-se em Direito Canônico e em Matemática pela Universidade de Coimbra. Ensinou grego e hebraico no Colégio das Artes. No Brasil, foi conselheiro de D. João e, por sua inspiração, o príncipe regente franqueou a abertura dos portos brasileiros às nações amigas, ato da mais alta significação na época para o progresso econômico do País. Desembargador no Paço, deputado da Junta de Comércio e desembargador da Relação, foi, mais tarde, eleito deputado à Constituinte do Império e, posteriormente, deputado geral e senador. Agraciado com o título de Visconde de Cairu, foi conselheiro de Estado. Traduziu o "Direito Mercantil", e legou-nos várias obras sôbre Economia Política e Direito. Notável publicista, professor, magistrado e político de relêvo. Teve seu nome ligado à história da fundação, em 1808, da Escola de Cirurgia da Bahia, o primeiro curso médico do Brasil.

Alexandre Rodrigues Ferreira (1756-1815) — Seguiu, a princípio, a carreira eclesiástica, que abandonou depois de receber Ordens Menores. Doutor em Filosofia pela Faculdade de Filosofia de Coimbra, voltou ao Brasil em comissão do govêrno português para estudar a fauna e a flora brasileiras. Nomeado "encarregado da História política dos estabelecimentos portuguêses no estado do Pará", percorreu a bacia amazônica e legou à cartografia nacional um acervo inestimável. Etnógrafo e geógrafo, é considerado, com justiça, entre os maiores nomes da Geografia Nacional e cognominado o "Humboldt Brasileiro".

Joaquim de Amorim de Castro (1760-1817) — Diplomado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi desembargador da Relação do Rio de Janeiro, juiz da Coroa e Fazenda, juiz-de-fora da Cachoeira, fiscal do Arsenal de Guerra, desembargador do Paço e deputado da Mesa de Consciência e Ordens. Dedicou-se aos estudos botânicos e deixou uma "Relação das Madeiras do Distrito de Cachoeira".

Barão de Itapicuru de Cima (1760-1829) — Luís de Manuel de Oliveira Mendes foi senhor de engenho abastado. Teve papel saliente nas lutas pela Independência e distinguiu-se pela coragem, heroísmo e abnegação com que se houve. Coronel-de-milícias de Santo Amaro, ofereceu auxílios materiais às tropas brasileiras e marchou para a luta, acompanhado dos seus três filhos, à frente dos voluntários que êle mesmo arregimentara. Teve participação decisiva na luta que se travou na Bahia pela Independência do Brasil.

Vista parcial do Estádio Otavio Mangabeira.

Marquês de Inhambupe — Nasceu a 6-4-1760 e faleceu a 18-9-1837. Antônio Luís Pereira da Cunha, bacharel em Leis por Coimbra, ocupou em Lisboa diversos cargos de relêvo. No Brasil, foi membro da Junta governativa de Pernambuco, ouvidor da Câmara do Rio das Velhas, ouvidor em Sabará, chanceler da Relação da Bahia, conselheiro da Fazenda, deputado à Constituinte do Império, da qual foi presidente e deputado geral, e conselheiro de estado. Eleito senador por três províncias, foi escolhido pela de Pernambuco. Ocupou a pasta dos Estrangeiros. Foi agraciado com o título de visconde e elevado ao de marquês. Foi, ainda, ministro de estado várias vêzes, ministro do Império e presidente do Senado por muito tempo.

Joana Angélica de Jesus (1761-1822) — Ingressando no convento da Lapa, fêz a profissão de irmã das Religiosas Reformadas de Nossa Senhora da Conceição. Atingiu, em 1815, a posição de abadêssa e, em 1819, a de prelada. As lutas pela Independência do Brasil, que se desenrolaram na cidade do Salvador, não pouparam o convento da Lapa. Conjecturando Luís Madeira de Melo, chefe das tropas portuguêsas, que existiam sediciosos abrigados no convento, mandou fôsse êle invadido pelas tropas. Joana Angélica, ao ver a horda inimiga intentando penetrar no convento, assomou à porta e, sòzinha, opôs tenaz resistência à fúria dos vândalos. Defendendo a pureza e a integridade do seu cenóbio, tombou varada pelas baionetas assassinas, dando o seu sangue em defesa do seu santuário. Legou à posteridade uma lição de bravura inexcedível.

Baltasar da Silva Lisboa (1761-1840) — Diplomado em Direito Civil e Canônico em Coimbra, foi juiz-de-fora do Rio de Janeiro, presidente da Câmara Municipal do Rio de Janeiro, ouvidor da comarca de Ilhéus e desembargador da Relação da Côrte. Designado para várias comissões, teve a honra de assinar a ata de adesão da Vila de Marau à Independência. Lecionou na Faculdade de Direito de São Paulo. Magistrado, historiador, legou-nos eruditos trabalhos. Pertenceu a várias instituições científicas, dentre elas a Academia Real das Ciências de Lisboa, que publicou, em 1825, sua obra intitulada "Memória Topográfica e Econômica da Comarca de Ilhéus".

Cipriano José Barata de Almeida (1762 ou 1763-1838) — Nasceu na freguesia de São Pedro Velho. Diplomado em Medicina pela Universidade de Coimbra. Eleito deputado à constituinte portuguêsa, rejeitou assinar a Constituição portuguêsa, fugindo de Lisboa e refugiando-se na Inglaterra, donde lançou um manifesto. Patriota ardoroso, foi eleito deputado à Constituinte do Império em 1823, mas não chegou a assumir o mandato. Exerceu o cargo de deputado provincial em Pernambuco. Publicou o periódico

Vista da Praia de Itapoan.

Aspecto da Cidade do Salvador.

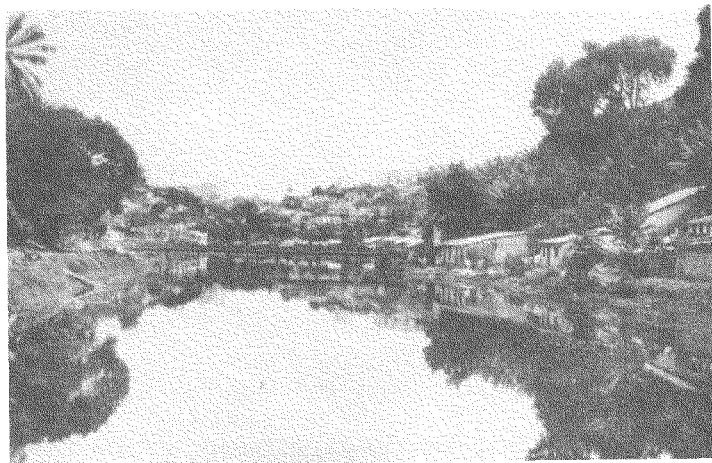
"Sentinela da Liberdade". Prêso várias vêzes por causa dos seus ideais de liberdade, já no fim da vida, teve de lecionar no Rio Grande do Norte para não morrer à míngua. Ficaram célebres em Lisboa os seus doestos contra os portuguêses.

Visconde de Cachoeira — Luís José de Carvalho Melo — nasceu a 6 de maio de 1764 e faleceu a 6 de junho de 1826. Diplomado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi grande do Império, senador pela província da Bahia e conselheiro de estado. Exerceu os cargos de juiz-de-fora da Ponte de Lima, em Portugal, desembargador da Relação do Rio de Janeiro e foi o primeiro corregedor do Crime da Côrte. Foi deputado à Constituinte do Império e ministro dos Estrangeiros. Patriota sincero, foi um dos redatores do projeto da constituição do Império e autor dos "Estatutos dos Cursos Jurídicos".

Marquês de Caravelas (1768-1836) — José Joaquim Carneiro Campos ingressou no mosteiro de São Bento, onde tomou ordens. Abandonando a carreira eclesiástica, diplomou-se em Leis na Universidade de Coimbra. Foi oficial-maior da Secretaria dos Negócios do Rei de Portugal, deputado à Constituinte do Império e um dos seus redatores. Mais tarde, deputado geral pela província do Rio de Janeiro e senador pela Bahia. Agraciado com o título de Visconde de Caravelas, foi, posteriormente elevado a Marquês. Ocupou a pasta da Justiça e foi ministro do Império duas vêzes. Por ocasião da abdicação de D. Pedro I, foi nomeado membro da regência provisória. Foi, ainda, ministro membro do Conselho de Estado. Estadista dos mais conspícuos, ocupou no Império os mais altos postos com exemplar probidade, morrendo sem deixar fortuna alguma.

Luís Paulino de Oliveira Pinto da França (1771-1824) — Foi valoroso soldado e inspirado poeta. Salientou-se na guerra peninsular, batendo-se contra os franceses, que, sob o comando de Junot, invadiram Portugal. Pela sua valentia, atingiu o pôsto de marechal-de-campo. Foi deputado às Côrtes de Lisboa, representando o Brasil, e o primeiro morgado de Fonte Nova.

Antônio Ferreira França — Nasceu a 14 de janeiro de 1771 e faleceu a 9 de março de 1848. Bacharel em Matemática, Filosofia e Medicina pela Universidade de Coimbra, foi lente visitador das Escolas Régias da Bahia e professor de Cirurgia. Ingressando na política, foi eleito vereador ao Senado da Câmara do Salvador, deputado à Constituinte do Império e deputado geral. Professor dos mais eminentes e abolicionista exaltado, foi um cientista e filósofo dos mais salientes da sua terra.

Marquês de Nazaré — Clemente Ferreira França .... (1774-1827). Diplomado em Direito pela Universidade de Coimbra, foi deputado à Constituinte do Império, senador

Vista do Dique.

e ministro da Justiça, cargo em que faleceu. Foi distinguido com o título de Visconde e depois com o de Marquês. Fêz parte do Conselho de Estado convocado pelo Imperador quando chamado a ocupar o trono de Portugal, por ocasião da morte de D. João VI. Foi um dos redatores da Constituição Imperial.

Barão da Silveira, de Portugal — Francisco Elias Rodrigues da Silveira — nasceu a 20-7-1778 e faleceu a ...... 10-1-1864. Diplomado pela Universidade de Coimbra, foi primeiro médico da Real Câmara e sócio e secretário perpétuo da Academia Real de Ciências de Lisboa. Conquistou fama como clínico na Côrte.

1.º Barão de Monte Santo — Luís José de Oliveira nasceu a 21-6-1779 e faleceu a 21-3-1851. Bacharel em Leis por Coimbra, foi magistrado, membro da junta governativa do Piauí, senador e presidente do Senado.

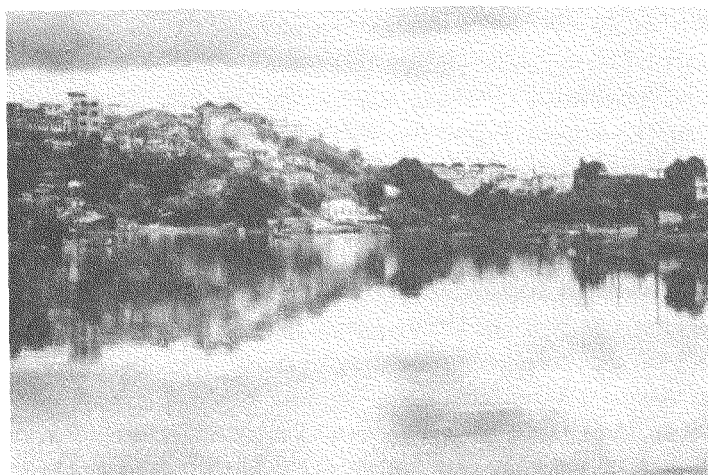
José Lino dos Santos Coutinho — Nasceu a 31-3-1784 e faleceu a 24-7-1836. Diplomado em Medicina por Coimbra, foi figura de realce na medicina, na política e na oratória. Teve papel preponderante nas lutas pela Independência, sendo eleito deputado às Côrtes e deputado geral. No Brasil, foi deputado às duas primeiras legislaturas, ministro do Império e membro da junta provisional do govêrno da Bahia. Pelos seus altos méritos, foi agraciado com os títulos de conselheiro e de médico honorário do Imperador Pedro I. Foi o primeiro diretor da Faculdade de Medicina da Bahia, nomeado por Decreto de 27-6-1833. Quando deputado, apresentou projeto de reorganização do ensino médico, que foi convertido em Lei a 3-10-1832.

Visconde de Jequitinhonha — Francisco Gomes Brandão, que nasceu a 23-3-1794 e faleceu a 15-2-1870, trocou o nome para Francisco Gê Acaiaba de Montezuma após a Independência. Bacharel em Leis por Coimbra, foi político, orador impetuoso e arrebatador, e ardoroso batalhador em prol da nossa Independência. Eleito deputado à Constituinte, fêz cerrada oposição, sendo prêso e exilado para a França. Foi, também, vereador pelo Senado da Câmara de Salvador. Em 1837, assumiu a pasta da Justiça e dos Negócios Estrangeiros. Ocupou, também, as funções de Ministro Plenipotenciário junto ao govêrno britânico. Foi conselheiro de estado e senador. Rejeitou o título de barão pela sua atuação nas lutas da Independência; mas, em 1854, foi agraciado com o título de Visconde de Jequitinhonha. Foi um dos primeiros homens públicos brasileiros em exigir a organização da Estatística no Brasil, sendo um dos sócios fundadores da Sociedade de Estatística do Brasil.

Marquês de Monte Alegre — José da Costa Carvalho nasceu a 7-2-1796 e faleceu a 18-9-1860. Político e parlamentar de projeção na vida pública nacional. Diplomado em Leis pela Universidade de Coimbra, exerceu os cargos de juiz-de-fora e ouvidor em São Paulo. Eleito sucessivas vêzes para o Parlamento, foi opositor combativo de Pedro I. Foi deputado à Constituinte do império, deputado geral e presidente da Câmara, membro da Regência, deputado provincial em São Paulo, diretor do Curso Jurídico dêsse Estado, senador pela província de Sergipe, presidente do Senado, presidente da província de São Paulo, ministro e presidente do Conselho de Ministros. Foi um dos fundadores e primeiro presidente da Sociedade de Estatística do Brasil, fundada em 16-VII-1854, com o escopo de promover e organizar a estatística geral do Império. Apresentou ao Parlamento extenso relatório sôbre a necessidade de se promover o Censo Geral. Pelos seus altos méritos, foi agraciado com o título de Barão, elevado ao de Visconde e depois ao de Marquês de Monte Alegre.

2.º Visconde de Caravelas — Manuel Alves Branco nasceu a 2-6-1797 e faleceu a 13-3-1855. Bacharel em Leis e Ciências por Coimbra, foi juiz do Crime da cidade da Bahia e juiz-de-fora da Côrte. Eleito deputado à Assembléia Geral, impressionou pela oratória. Foi senador e Ministro da Justiça e três vêzes ocupou a pasta da Fazenda. Membro do Conselho de Estado, Ministro e presidente do Conselho de Ministros, foi agraciado com o título de 2.º Visconde de Caravelas. Parlamentar respeitado e temido pelo seu caráter inflexível, morreu sem deixar fortuna.

2.º Visconde de Macaé — José Carlos Pereira de Almeida nasceu em 1799 e faleceu a 25-4-1856. Diplomado em Direito por Coimbra, foi senador pela Bahia, grande do Império, gentil-homem da Imperial Câmara do Conselho do Imperador, conselheiro de estado e presidente do Conselho de Ministros. Foi, ainda, ouvidor de Paranaguá e Curitiba, presidente das províncias de São Paulo e Rio Grande do Sul, ministro do Império e da Justiça e deputado pela província de Minas Gerais.

Joaquim Marcelino de Brito (1799-1879) — Político, magistrado e administrador. Foi juiz-de-fora de Fortaleza, ou-

Vista do Dique.

Aspecto da encosta.

vidor da comarca de Sergipe, deputado pela província do Ceará, desembargador em Pernambuco e, mais tarde, representante de Sergipe na Câmara. Presidente das províncias de Sergipe e Bahia, esta interinamente. Eleito deputado, foi levado à presidência da Câmara. Em 1844, foi presidente de Pernambuco. Foi, ainda, ministro do Império e, posteriormente, ministro do Supremo Tribunal de Justiça.

Francisco de Sousa Paraíso — Nasceu nos últimos anos do século XVIII e faleceu em 1843. Diplomado em Direito, foi magistrado, desembargador da Relação da província da Bahia, senador pela Bahia e depois presidente da Província, quando irrompeu a Sabinada.

Antônio Fernão Moniz — Nasceu a 28-12-1813 e faleceu a 31-7-1887. Humanista e erudito, foi o primeiro brasileiro que interpretou o positivismo de Augusto Comte em língua portuguêsa.

Frei Raimundo Nonato da Madre de Deus Pontes ...... (1815-1875) — Estudou no convento de São Francisco, na Bahia. Mais tarde, lente de Exegese, recebeu do govêrno imperial o título de pregador imperial. Foi secretário e custódio da província. Eram tão impressionantes os seus sermões que lhe chamavam o "Lacordaire brasileiro".

José Tomás Nabuco de Araújo — Nasceu a 14-8-1818 e faleceu a 19-3-1878. Diplomado por Olinda, foi magistrado, político, orador de nomeada e um dos mais eminentes vultos do Segundo Império. Exerceu o cargo de promotor público na cidade do Recife, foi juiz de Direito da comarca de Pau-do-Alho. Eleito para o Parlamento, foi, mais tarde, presidente da província de São Paulo, conselheiro de estado e senador pela Bahia. Ocupou três vêzes a pasta da Justiça. Filho de José Tomás Nabuco de Araújo e pai de Joaquim Nabuco, dois dos mais ilustres brasileiros, foi êle, também, ilustre por todos os títulos.

Visconde do Rio Branco — José Maria da Silva Paranhos nasceu a 16-3-1819 e faleceu a 1-11-1880. Foi estadista, político e parlamentar dos maiores que o Brasil já teve. Estudou na Academia de Marinha do Rio de Janeiro, onde foi lente substituto, passando depois para a Escola Militar do Império, onde lecionou Mecânica, Economia Política, Estatística e Direito Administrativo. Ingressou na política, foi eleito para a Assembléia Legislativa da província do Rio de Janeiro e mais tarde vice-presidente. Em 1858, foi nomeado presidente da província do Rio de Janeiro. Ocupou, com brilhantismo, as pastas dos Negócios Estrangeiros, da Marinha e da Fazenda. Desempenhou importantes missões diplomáticas no Rio da Prata.

Visconde de Itaparica — Alexandre Gomes de Argôlo Ferrão, o segundo dêste nome, nasceu a 8-8-1821 e faleceu a

23-6-1870. Militar por vocação, tomou parte em várias campanhas nas províncias do Maranhão, São Paulo, Minas Gerais e na Guerra do Paraguai. Nomeado conselheiro de Guerra, foi agraciado com o título de Visconde de Itaparica.

José Eduardo Freire de Carvalho — Nasceu a 6-6-1828 e faleceu a 24-6-1905. Médico de nomeada e político de relêvo. Diplomado em Medicina pela Faculdade da Bahia, tomou parte saliente no socorro às vítimas da epidemia da cólera-morbo que devastou a cidade. Em 1866, foi eleito para a Câmara Legislativa da Província. Foi, mais tarde, presidente interino da Província, deputado geral e senador estadual.

Luís Gonzaga Pinto da Gama — Nasceu a 21-6-1830 e faleceu a 24-8-1882. Nascido de mãe negra mas liberta, foi vendido pelo pai aos 10 anos de idade como escravo. Aos 17 anos ainda era analfabeto mas aos 29 anos já era rábula e tribuno ardoroso. Poeta e ardoroso abolicionista, recebeu na sua morte verdadeira consagração da cidade de São Paulo, onde chegara como escravo.

Forte de São Marcelo.

Luís José Junqueira Freire — Nasceu a 31-8-1832 e faleceu a 24-6-1855 aos 23 anos de idade. Grande poeta, foi considerado dos maiores da sua geração. Doente desde a infância, ingressou no mosteiro de São Bento aos 19 anos, voltando à vida secular dois anos depois. Deixou versos melancólicos, fruto de sua vida curta, triste e torturada.

Conselheiro Junqueira — João José de Oliveira Junqueira nasceu na cidade do Salvador a 14-3-1832 e faleceu a .... 9-11-1887. Diplomado pela Faculdade do Recife, exerceu a princípio a Magistratura. Foi deputado provincial e presidente das províncias do Piauí, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Representou a Bahia no Senado. Ocupou a pasta da Guerra duas vêzes, onde se portou com brilho não vulgar.

Almeida Couto — José Luís de Almeida Couto, nasceu em Pirajá, município de Salvador, a 28-10-1833 e faleceu a 8-10-1895. Diplomado em medicina pela Faculdade da Bahia. Médico, político e abolicionista de relêvo, foi deputado provincial quatro vêzes e à Assembléia Geral e presidente da província de São Paulo. Por duas vêzes, ocupou a presidência da província da Bahia. Na República, foi senador estadual e intendente municipal. Agraciado com o título de Conselheiro do Imperador.

Agrário de Sousa Meneses — Nasceu no Terreiro de Jesus, na cidade do Salvador, a 25-2-1834 e faleceu a 23-8-1863. Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife, regressou à Bahia, onde ingressou na política. Foi deputado provincial várias vêzes. Poeta, jornalista, orador talentoso e dramaturgo dos maiores do seu tempo. Foi diretor do Teatro Público.

Augusto José Novis (1837-1908) — Diplomado em medicina pela Faculdade da Bahia, clinicou em Mato Grosso. Em 1876, foi agraciado com o título de Cavaleiro da Ordem da Rosa. Médico militar, serviu na Campanha do Paraguai. Foi exemplo de honradez.

Virgílio Clímaco Damásio — Nasceu a 21 de janeiro de 1838. Foi lente de Química Mineral e de Medicina Legal. Fundador da Academia de Belas-Artes. Foi um dos mais denodados paladinos da propaganda republicana, tendo sido o primeiro a assumir as funções de governador da Bahia ao proclamar-se o novo regime. Fêz parte da Assembléia constituinte, foi senador federal durante 18 anos. Deixou várias obras sôbre Medicina.

1.º Barão de Itapoan — José Joaquim Nabuco de Araújo nasceu em Salvador e faleceu a 29-4-1840. Bacharel em Leis por Coimbra, foi magistrado membro da junta governativa do Pará e senador do Império.

Custódio José de Melo — Nascido a 9 de janeiro de 1840 e falecido a 15 de março de 1902, foi um dos mais ilustres oficiais da marinha brasileira. Deputado à Constituinte de 1890, tomou parte saliente nos acontecimentos que determinaram a queda de Deodoro. Foi ministro e chefiou a revolução da armada em 1893.

Antônio Carneiro da Rocha (1842-1925) — Diplomado pela Faculdade do Recife, foi juiz municipal da 3.ª Vara da cidade do Salvador. Ingressando na política, foi deputado provincial em três legislaturas e, posteriormente, deputado geral. Ocupou a pasta da Marinha. Eleito para o Senado, não chegou a tomar assento naquela casa do Parlamento. Proclamada a República, foi intendente municipal eleito a 10 de novembro de 1907.

Luís Tarquínio (1844-1903) — Distinguiu-se como homem organizador por excelência e financista de renome nacional. A sua obra-prima foi a Fábrica da Boa Viagem, a que deu o melhor da sua capacidade e onde se antecipou à legislação social de amparo ao operariado, com a montagem de creche, ambulatório, capela, escola e vila operária, tudo isso mais de 30 anos antes da nova legislação de 1930-1945. Foi intendente municipal e conselheiro da cidade do Salvador.

Antônio Pacífico Pereira (1846-1922) — Diplomado em Medicina pela Faculdade de Medicina da Bahia, teve seu nome laureado com menção honrosa na "Memória Histórica da Academia da Bahia". Lecionou várias cátedras na Faculdade de Medicina da Bahia, da qual foi diretor. Freqüentou as Universidades de Viena, Munich e Berlim e as Faculdades de Medicina de Paris, Londres e Edimburgo. Foi uma das maiores culturas médicas do seu tempo.

Rui Barbosa — Nasceu na Rua dos Capitães, hoje Rui Barbosa, em 5-11-1849 e faleceu em 1-3-1923. Estudou na Bahia, no Recife e em São Paulo, em cuja Faculdade de Direito se formou. Foi eleito deputado provincial, em 1877, pela Bahia e, mais tarde, deputado geral. Na cultura brasileira, representou, entre 1880 e 1923, o papel oracular de mentor cívico, a suprema expressão da Eloqüência. Proclamada a República, foi o autor do Decreto n.º 1, que criou a República Federativa, e principal autor do anteprojeto da Constituição de 1891. Ocupou a pasta da Fazenda e o lugar de vice-chefe do Govêrno Provisório. Exilado por Floriano, voltou de Londres para o Senado, onde teve uma cadeira permanente até morrer. No govêrno Rodrigues Alves, já famoso pelas suas qualidades de jurista e orador, representou o Brasil na Conferência de Paz em Haia, onde elevou muito alto o nome do Brasil, conquistando para o País um lugar de relêvo no concêrto das grandes nações. Em 1910 e 1919 se candidatou ao mais alto cargo do País, sendo derrotado, ao que se disse, pela depuração das câmaras políticas. Estreou no jornalismo no "Diário da Bahia". Pela variedade e profundeza do seu saber, Rui foi figura de relêvo no cenário universal. O seu nome ficou imperecível como jornalista, orador, vernaculista, poliglota, jurista e político. Como escritor, foi dotado de admiráveis recursos estilísticos e de exuberante sinonímia, encontrando os dicionaristas cêrca de, no mínimo, 3 000 vocábulos não dicionarizados nos seus escritos. Equiparado, como homem de letras, aos maiores escritores do Vernáculo, foi castiço na linguagem e possante na frase. Em tôda sua obra, seja discurso, parecer, artigo, carta, nota-se a marca do seu estilo grandioso, o aprumo da forma a erudição pujante, o classicismo e a engenhosa dialética. Como Jornalista surpreende pelo seu poder de agressividade. Como Jurista, foi profundo e completo. Filólogo, foi dos maiores da Língua. Como Orador, foi gênio verbal que punha nos seus discursos a graça, a ironia, a apóstrofe a catilinária, a retumbância e o desafio. É ainda hoje, entre os didatas da Democracia, o mais citado, o mais discutido, o mais estudado e o mais vivo. Dedicou particular atenção à estatística brasileira, a que aludiu várias vêzes nos seus pareceres e discursos. No Parlamento, encareceu a necessidade de se organizarem trabalhos estatísticos acêrca da nossa realidade e fêz judiciosa análise dos dados sôbre o ensino no País. Em 1918, o seu jubileu teve proporções de apoteose. A sua morte abalou tôda a Nação e arrancou de estadistas, governos e academias estrangeiras as mais eloqüentes demonstrações de pesar. Ainda hoje se sente a falta do grande homem. Suas "Obras Completas" vêm sendo publicadas pelo Ministério da Educação e abrangerão cêrca de 200 volumes, a julgar pelos 50 que já saíram.

Alfredo do Vale Cabral (1851-1896) — Considerado cronològicamente o nosso primeiro folclorista, foi pesquisador erudito e um dos organizadores da Exposição Bibliográfica de 1881.

Manuel Vitorino Pereira — Nasceu a 30-1-1853 e faleceu a 9-11-1902. Médico pela Faculdade da Bahia, freqüentou os hospitais de Paris, Viena, Berlim e Londres, onde se aperfeiçoou. Catedrático da Faculdade de Medicina, foi ardoroso abolicionista. Ingressando na política, foi eleito deputado. Na República, foi o primeiro governador do Estado. Mais tarde eleito deputado e depois senador federal, em 1894, foi eleito vice-presidente da República, havendo assumido a presidência no impedimento de Prudente de Morais, afastado por motivo de doença. Político, orador, cientista, jornalista, é com justiça considerado um dos maiores filhos da Bahia. Como tribuno competiu com Rui Barbosa, a quem saudou, no velho Teatro São João, quan-

Vista parcial de um jardim.

Vista parcial da cidade.

do êste voltou do exílio. Foi orador de eloqüência clássica, primorosa e arrebatadora.

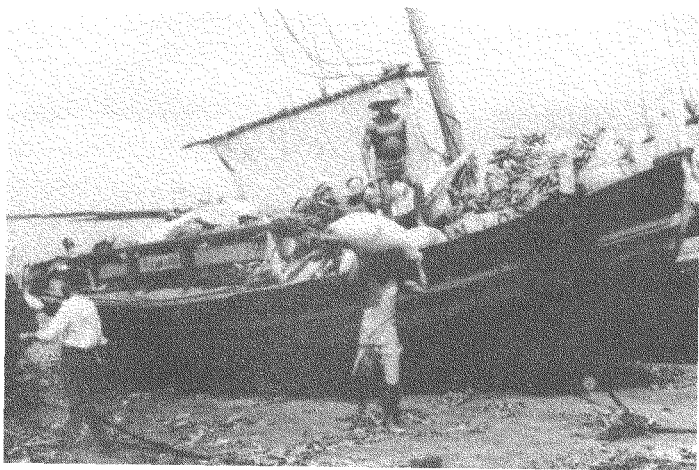
José Joaquim Seabra (1855-1942) — Bacharel pela Faculdade de Direito do Recife, onde concorreu à cátedra e ensinou. Deputado à Constituinte pela Bahia, fêz oposição enérgica a Floriano, o que lhe valeu o destêrro. Voltando à Câmara, foi implicado na revolta de Custódio de Melo, sendo exilado. Novamente eleito pela Bahia, voltou ao Parlamento. Em 1902, foi ministro da Justiça e, mais tarde, da Viação. Em 1912, foi eleito governador do estado da Bahia, cargo que ocupou novamente em 1920. Exilado, outra vez, depois da Revolução de 1930, retornou à Câmara em 1934. Na História política do Brasil, ocupa lugar de relêvo. Estadista eminente e orador inflamado. Teve vida política agitadíssima. Atribui-se-lhe a grande transformação da cidade baixa, graças à área que foi tomada ao mar pelas obras do pôrto, realizadas por sua influência no Ministério da Viação.

Aurélio Viana (1864-1939) — Aurélio Rodrigues Viana foi cientista e político agitado. Diplomado em Medicina pela Faculdade da Bahia, onde exerceu a cátedra, foi conselheiro municipal. Eleito e reeleito deputado estadual, foi presidente da Câmara dos Deputados, tendo assumido o govêrno do Estado, em virtude da renúncia de Araújo Pinho. Eleito senador federal, renunciou para ocupar a cadeira de deputado federal, para a qual foi reeleito.

Francisco de Castro — Nasceu a 17-9-1857 e faleceu a 11-10-1901. Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia, pontificou na Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, onde os discípulos o chamavam "divino mestre". Grande orador, clínico famoso, poeta e sábio. Eleito para a Academia Brasileira de Letras, faleceu antes de tomar posse. Foi médico e grande amigo de Rui Barbosa, que, em palavras magistrais, lhe fêz o elogio *post mortem*.

Padre Sebastião do Vale Pontes (1663-1736) — Bacharel em Cânones pela Universidade de Coimbra, dedicou-se à advocacia em Portugal. Foi provisor e Vigário-geral do Arcebispado, desembargador eclesiástico, cônego, mestre-escola e deão da Sé.

Augusto Cesar Viana (1868-1933) — Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia, onde regeu, logo em seguida, a cátedra de Anatomia e Fisiologia Patológica. Foi diretor da Faculdade duas vêzes, em 1908 e 1932. Dedicou tôda a vida ao ensino, sendo apontado como paradigma de altas virtudes.

Gonçalo Moniz — Gonçalo Moniz Sodré de Aragão (1870-1939), foi cientista de renome. Entre seus pares, era considerado sábio. Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia, ingresso·· no magistério, que exerceu com inigualável proficiência. Catedrático de Patologia Geral, foi, mais tarde, diretor da Higiene Municipal, diretor da Saú-

Saveiro descarregando na feira de Águas de Meninos.

de Pública Estadual, quando concluiu e inaugurou o Instituto Osvaldo Cruz. Ocupou o cargo de secretário do Interior, Justiça e Instrução Pública, quando construiu e montou a Biblioteca Pública. Fundou o Hospital do Isolamento. Foi dos primeiros alunos laureados da Faculdade de Medicina, conseguindo distinção em tôdas as cadeiras do curso médico. Extraordinário microbiologista, fêz o primeiro diagnóstico bacteriológico de peste bubônica e isolou o bacilo. Foi, ainda, filólogo e poliglota.

Pethion de Vilar — Egas Moniz Barreto de Aragão (1870-1924). Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia, ensinou Francês e Alemão no Ginásio da Bahia. Exerceu a cátedra de História Natural Médica na Faculdade de Medicina. Na política, foi deputado estadual. Como homem de letras, foi inspirado poeta, e poliglota. Escrevia versos em vários idiomas.

Juliano Moreira (1873-1932) — Diplomado pela Faculdade de Medicina da Bahia, foi seu assistente de Clínica Psiquiátrica. Na capital da República, foi diretor do Hospício Nacional de Alienados. Foi o maior psiquiatra de sua geração. O seu nome científico projetou-se nos meios europeus, onde representou, com o maior brilhantismo, o Brasil em congressos científicos. Em 1900, o 4.º Congresso Internacional de Assistência a Alienados, realizado em Berlim, elegeu-o seu presidente honorário. Publicou várias obras, que o consagraram como um dos maiores cientistas do seu tempo.

Góis Calmon — Francisco Marques de Góis Calmon (1874-1932). Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife, foi homem público dos mais conspícuos, jurista, economista e fiscal do Banco da Bahia. Embora infenso à política, foi eleito governador da Bahia em 1924, pôsto no qual prestou relevantes serviços ao Estado.

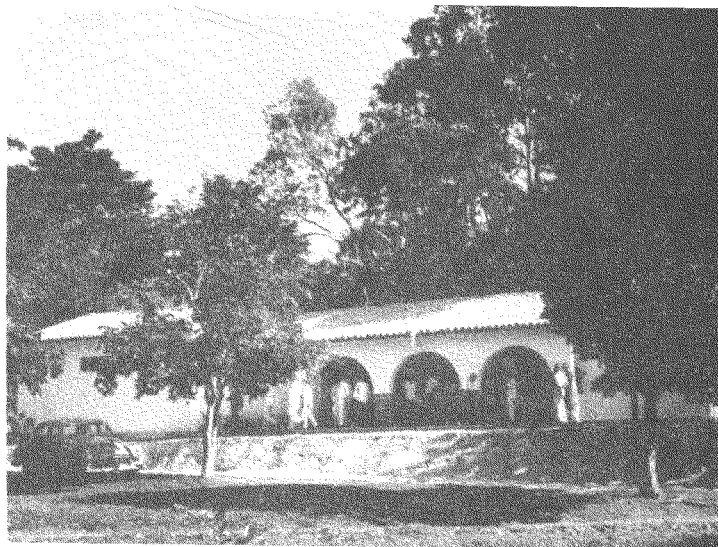
Antônio Ferrão Muniz de Aragão (1875-1931) — Jornalista e político, deixou tradição política das mais honrosas.

Vista da praia de Itapoan.

Outro aspecto da praia de Itapoan.

Diplomado pela Faculdade de Direito da Bahia. Ingressando na política, foi eleito deputado estadual e depois deputado federal, sendo reeleito. Eleito governador do Estado, em 1916. Terminado o mandato, ingressou no Senado. Foi professor de Economia Política da Escola Politécnica.

Miguel Calmon Du Pin e Almeida (1879-1935) — "Estadista e escritor de que se pode orguhar o Brasil". Diplomado pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro aos 20 anos, ensinou na Escola Politécnica da Bahia. Ocupou o cargo de secretário da Agricultura, Viação e Obras Públicas do Estado. Mais tarde, foi Ministro da Viação aos 27 anos de idade, o mais jovem ministro de estado que já houvera no País. Ingressando na política, representou a Bahia várias vêzes no Parlamento. Chefiou a política baiana com maestria, por muitos anos.

Moniz Sodré — Antônio Moniz Sodré de Aragão (1881-1940). Político de relêvo, orador brilhante, jurista, professor e jornalista intrépido, exerceu com brilho invulgar altos postos na administração pública. Diplomado pela Faculdade de Direito da Bahia, foi catedrático de Direito Criminal da mesma escola. Advogou e exerceu o jornalismo. Ingressando na política, foi deputado estadual, deputado federal e senador da República e teve saliente atuação. Ocupou o cargo de secretário do Interior e Justiça no Estado do Rio.

Escritório do Serviço Florestal do Campo de Ondina.

Oscar Freire de Carvalho — Nasceu a 3-10-1882 e faleceu a 11-1-1923. Formado em Medicina pela Faculdade da Bahia, exerceu a cátedra de Medicina Legal. Foi o organizador do ensino médico legal na Bahia; a êle se deve a instalação, inauguração e regulamentação do Instituto Nina Rodrigues. Regeu a cadeira de Medicina Legal da Faculdade de Medicina de São Paulo, onde realizou grande modificação no ensino médico-legal.

Centenas de outros filhos da cidade, ilustres e dignos de figurar nesta lista, deixam de ser arrolados quer pelo enorme espaço que absorveriam, quer porque não se encontram fàcilmente os necessários registros biográficos, que poderão ser consultados com mais vagar para oportuna inserção em futuras reedições desta monografia da cidade soteropolitana.

Aspecto da feira de Água de Meninos.

PECULIARIDADES LOCAIS — Quem quiser conhecer melhor a história e as peculiaridades da antiga Bahia de Todos os Santos encontrará farto material, a começar pelos velhos cronistas e viajantes, em cujos depoimentos se acham imagens, ainda hoje nítidas, da vida da Cidade. Podem ser citados, entre outros, "Cultura e Opulência do Brasil" de Antonil; "Tratado da Terra do Brasil" de Gandavo; "Tratado da Terra e da Gente do Brasil" de Fernão Cardim; "Cartas do Brasil" de Nóbrega; "Tratado Descritivo do Brasil em 1587" de Gabriel Soares; "Através do Brasil" de Spix e Martius; "Cartas de Vilhena"; "Memórias Históricas e Políticas da Bahia" de Inácio Acioli; "História da Custódia do Brasil" de Frei Vicente do Salvador; "História da América Portuguêsa" de Rocha Pita; "Notícia Geral da Bahia" de José Antônio Caldas; o "Novo Orbe Seráfico" de Jaboatão e "História da Colonização Portuguêsa do Brasil".

Entre os livros atuais, são básicos para o conhecimento da Cidade os seguintes: "História da Bahia" e "História da Literatura da Bahia" de Pedro Calmon; "A Fundação da Cidade do Salvador" de Teodoro Sampaio; "História Política e Administrativa da Cidade do Salvador" e "História da Câmara Municipal do Salvador" de Afonso Rui; "Povoamento da Cidade do Salvador" de Thales de Azevedo; "A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil" de Almeida Prado; "A Bahia" de Outrora" de Manuel Querino; "Alma e Corpo da Bahia" de Eduardo Tourinho; "A Cidade do Salvador" de Edson Carneiro; "A Primeira Cidade do Brasil", a "Cidade de Tomé de Sousa" e a "Cidade do Salvador" de Alberto Silva; "As Artes na Bahia" de Robert C. Smith; e "Formação e Evolução Étnica da Cidade do Salvador" de Carlos Ott.

Contudo, a quem deseje ter uma rápida visão da Cidade, para compreender e amar a Bahia, podem ser indicadas, entre numerosas publicações, as seguintes: "Bahia, Imagens da Terra e do Povo" de Odoríco Tavares; "Bahia de Todos os Santos" de Jorge Amado; "Beabá da Bahia" de José Valadares; "Breviário da Bahia" e "Livro das Horas" de Afrânio Peixoto; "Roteiro da Bahia" de Herman Lima; "Bahia, Cidade Feitiço" de Carlos Tôrres; "Itapagipe" de Hermano Requião; e "Cidade do Salvador, Terra do Meu Coração" de Weldon Americano; "Casos e Coisas da Bahia", de Antônio Viana. Para o turista, há um "Roteiro Turístico da Cidade do Salvador" e uma coleção de "Pequeno Guia das Igrejas da Bahia", de Marieta Alves e Afonso Rui, ambos editados pela Prefeitura de Salvador. Há ainda coleções de fotografias, entre as quais: "Relíquias da Bahia" de Edgar Falcão, com uma edição popular "Isto é a Bahia" e "Bahia de Ontem e de Hoje" editado pela Prefeitura da Ca-

pital e os cadernos da "Coleção Recôncavo", com desenhos de Caribé e texto sôbre coisas da Bahia.

Culinária baiana — A cozinha baiana é famosa e tradicional. Não só os seus pratos, em geral, condimentados com azeite-de-dendê e pimenta malagueta, como também os seus bolos e doces. São comidas em cujo louvor muito já se disse em prosa e verso, inclusive por escritores e poetas estrangeiros, como Stefan Zweig, Waldo Franco e outros. Os nomes dos restaurantes típicos e de quituteiras famosas — Maria de São Pedro, por exemplo — correm mundo. São comidas presentes à mesa do rico e do pobre, preparadas segundo as últimas receitas.

Os pratos da culinária baiana são numerosos; passam dos quarenta. Das comidas, as mais famosas são: *acarajé* — bôlo feito com feijão fradinho raladó na pedra e cozido no azeite-de-dendê, saboreado com môlho especial de pimenta malagueta, sendo encontrado em tôdas as esquinas, nos tabuleiros das "baianas"; *vatapá* — creme dourado e suculento, em que entram fubá de arroz, ou fruta-pão, ou farinha de trigo, ou farinha de pão, ou farinha de mandioca, gengibre, sal, amendoim torrado ou castanha, pimenta, coentro, camarão, leite de côco e azeite-de-dendê; *abará* — bôlo feito com feijão ralado e camarão sêco, sendo vendido envolto em fôlha de bananeira; *caruru* — manjar em que entra quiabo, camarão sêco, cebola, amendoim torrado ou castanha, coentro, pimenta, sal e azeite-de-dendê; *efó* — prato com língua-de-vaca ou taioba cozida no azeite-de-dendê com diversos temperos, verdadeiros "purê de vitaminas"; *xinxim de galinha* — galinha cozida no azeite com camarão, salsa e coentro; *feijão de leite* — feijão mulatinho com leite de côco-da-baía, que é sempre acompanhado de frigideira de camarão ou de bacalhau; *feijão de azeite* — é feijão fradinho cozido no azeite-de-dendê; *moqueca de peixe* — peixe com tempêro de coentro, cebola e pimenta, cozido no axeite-de-dendê, podendo a moqueca ser também de camarão, ostra ou lagosta. Além dêstes, podem-se citar ainda os seguintes pratos regionais: sarapatel, acaçá, arroz-de-auçá, quiabada e bobó de inhame. Não se devem esquecer os doces e guloseimas como canjica de milho verde, bolinhos de goma, arroz-doce, beijos-de-iazinha, bôlo-de-iaiá, pé-de-moleque, munguzá, bolinhos-de-iansan, bolinhos-de-janaína e a famosa cocada-puxa. Sôbre o assunto, há publicadas várias obras, entre as quais: "A Arte Culinária da Bahia" de Manuel Querino, "Caderno de Xangô", de Sodré Viana e "Cozinha Baiana, seu Folclore e suas Receitas" de Hildegardes Viana.

A "baiana" — A "baiana" é figura das mais características na paisagem humana da Cidade, bem como nas velhas cidades do Recôncavo; são pretas ou mulatas que vivem do comércio de quitutes e usam indumentária típica, ligada aos preceitos rituais das seitas afro-brasileiras. São encontradas nas esquinas, nos pontos de reunião, nas festas populares, sentadas em banquetas, à frente do seu famoso tabuleiro, tendo ao lado, quase sempre, o fogareiro de brasa, em que frita o acarajé para ser saboreado ainda quente. É pelo vestuário que a "baiana" se tem celebrizado; saia rodada, adamascada, de côres vivas em que são utilizados cêrca de 16 metros de tecidos; numerosas anáguas engomadas; camisa de tecido finíssimo, primorosamente bordadas; bata rendada; compridos xales multicores de pano-da-costa; na cabeça, torso de sêda de gorgorão prêto ou de tecido branco ou de côres berrantes; chinelinhas trabalhadas de meio salto na ponta do pé. Completa esta indumentária vistosa a riqueza e variedade de adereços: argolões de ouro nas orelhas; no pescoço, longos colares em voltas numerosas, feitos de contas brilhantes, de miçangas, de búzios, com a indispensável e mística figa-de-guiné, amuleto contra o "mau-olhado"; nos dedos, nos pulsos, nos braços, até quase aos cotovelos, uma profusão inumerável de anéis e pulseiras, ornados de custosos barangandãs — berloques, tetéias, bugigangas de ouro, de prata, de azeviche —. O tipo da "baiana" faz parte, hoje, do folclore nacional celebrizado nas músicas populares e na estilização de Cármen Miranda, tendo-se transformado em motivo favorito de fantasias carnavalescas.

A capoeira — A capoeira é um folguedo popular, vindo da Angola, no século XVI. Misto de dança e luta, em que as pernas e a cabeça desempenham papel importante, é quase um "ballet" ao ritmo forte dos tambores, cujos toques, ora rápidos ora lentos, estimulam ou arrefecem o ânimo dos contendores. Nos velhos tempos, a capoeira era menos divertimento e mais combate, em que os lutadores, fazendo cabriolas e dando rasteiras, procuravam atingir o adversário e derrubá-lo ao solo. Hoje, a capoeira se realiza, quase sempre, nas festas populares, principalmente no pátio das igrejas, por ocasião de festas religiosas, acompanhada da música do berimbau — o primitivo urucungo angolês — do caxixi, do reco-reco e do pandeiro, variando o seu tipo de acôrdo com os diferentes ritmos da música. Embora menos freqüente, hoje, e já estilizada, a capoeira é praticada em "escolas" freqüentadas pelos afeiçoados, podendo-se destacar a do "mestre" Bimba — o mais famoso de todos — na rua Francisco Muniz Barreto (loja) onde funciona o Centro Cultural de Física Regional; a do "mestre" Pastinha, na Ladeira do Pelourinho n.º 19, onde funciona o Centro Esportivo de Capoeira Angola, e a do "mestre" Valdemar, na Rua Pero Vaz. Sôbre a capoeira, há um pequeno caderno editado pela Prefeitura do Salvador e outro da Coleção Recôncavo, com desenhos de Caribé.

O candomblé — "Os candomblés da Bahia são práticas religiosas, adaptadas umas, residuais outras, de cultos e crenças negras"; "o candomblé incorpora, funde e resume as várias religiões do negro africano e sobrevivências religiosas dos indígenas brasileiros com muita coisa do catolicismo e do espiritismo". Os "terreiros" são numerosos, em Salvador, pois, segundo os registros oficiais, existem mais de quinhentos, quase todos com estatuto, registro policial, sendo uma parte congregada à União das Seitas Afro-Brasileiras da Bahia, (Rua Virgílio de Lemos 16). "O lugar em que os negros da Bahia realizam as suas características festas religiosas tem hoje o nome de candomblé, que, antigamente, significou sòmente as festas públicas anuais das seitas africanas e, em menor escala, os nomes de *terreiro roça* ou *aldeia*, êste último no caso dos candomblés de influência ameríndia". No ritual, na terminologia e nos "santos" do candomblé transparece a linhagem atávica do culto. Os "orixás" ou "santos" mais festejados são: oxalá, xangô, ogum, oxossi e oxumaré. Muitos dêstes "orixás" são identificados com os santos do culto católico, por fôrça de sincretismo; *oxalá*, por exemplo, é identificado com o Senhor do Bonfim,

a quem chamam Orixá Babá, (santo pai) e Babá Ôké (pai da colina); *iemanjá*, a mãe d'água, identifica-se com Nossa Senhora da Conceição e é festejada a 8 de dezembro; *nanã*, com Nossa Senhora Sant'Ana, sendo festejada a 26 de julho; *iansã*, com Santa Bárbara, sendo festejada a 4 de dezembro. Outras festas coincidem com as festas e comemorações da igreja católica ou cívicas, como é o caso da "Fogueira de Airá", no dia de S. Pedro; Festa de *oxossi*, no dia de *Corpus-Christi*. Coincidindo com as festas cívicas, temos a Festa dos Caboclos, que, em sua maioria, os terreiros comemoram a 7 de setembro, havendo outros que a comemoram a 2 de julho, data da Independência da Bahia. Os membros principais da seita são: o pai-de-santo, a mãe-de--santo e o chefe do "terreiro". Os *ogãs* são os protetores civis do candomblé, o *achougum*, o que executa os sacrifícios; os *babalaôs* são espécies de adivinhos. As cerimônias do culto são realizadas ao som de instrumentos musicais e cantos apropriados, muitos dêles em linguagem nagô, que ainda é falada nas comunidades religiosas dos negros. A orquestra compõe-se de três instrumentos principais: o atabaque (ilu), o agogô e a cabaça; afora êstes, ainda se incluem o caxixi, o ganjá, o agê e o xaque-xaque. Os "terreiros", em geral, estão localizados em pontos afastados da Cidade, como Engenho Velho, "Gantois", São Gonçalo do Retiro, etc.

Os barangandãs, hoje disputados e estilizados para servirem de enfeites femininos, são, na sua origem, símbolos do culto africano; têm, cada um, o seu significado. Por exemplo, as devotas de xangô usam carneirinhos de ouro ou de prata nos braceletes de contas vermelhas e brancas, as côres da sua predileção; as devotas de ogum usam cachos de uvas, enquanto as de oxossi, a espada e a lua crescente; as de omulu usam como insígnias caranguejos; as de oxalá, o peixe e a cruz.

O assunto tem sido estudado por numerosos etnólogos. Dentre os inúmeros trabalhos publicados, citam-se os seguintes: "O Animismo Fetchista dos Negros Baianos" de Nina Rodrigues, "A Aculturação Negra no Brasil" e "O Folclore Negro no Brasil" de Artur Ramos; "Costumes Africanos no Brasil" de Manuel Querino, "O Candomblé da Bahia" de Donald Pierson, "O negro na Bahia" de Luís Viana Filho, "Imagens do Nordeste Místico" de Roger Bastide, "Religiões Negras" e "Candomblés da Bahia" de Edison Carneiro.

IGREJAS, CONVENTOS E MOSTEIROS — Autênticos monumentos de arte colonial, testemunhas da grandeza histórica da Cidade e da sua riqueza, nos tempos coloniais, atestado da religiosidade do povo, são as igrejas de Salvador o que há de mais belo, no Brasil, do ponto de vista da arquitetura religiosa tradicional.

"Os melhores sítios, o alto das colinas como em Portugal foram reservados às igrejas e conventos aos edifícios públicos e solares..."

Salvador tem 165 templos católicos — 1 catedral 30 matrizes, 98 igrejas e 36 capelas, 32 dos quais inscritos no

Mostruário dos produtos da fibra de sisal na Bôlsa de Mercadorias.

livro do Tombo da Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Relacionam-se abaixo algumas das igrejas de maior interêsse artístico:

Catedral — Basílica Maior — É a Catedral de Salvador um dos templos mais imponentes da Bahia, verdadeiro monumento de mármore e cantaria; infunde respeito e veneração. Até a expulsão dos jesuítas, era a capela do seu Colégio, ao lado construído (hoje Faculdade de Medicina). A primitiva capela era de taipa e coberta de palha, sendo construída em seu lugar, a expensas de Mem de Sá, nova capela segundo os planos do irmão Francisco Dias. O atual templo é o quarto do Colégio da Companhia de Jesus, tendo sido sua construção iniciada em 1657 e concluída em 1672. Tôda ela é revestida interna e externamente, de lajes de mármore, vindas de Portugal. "Tem a característica de possuir as tôrres mais baixas do que o frontal. É internamente de grande suntuosidade em mármore, ouro, trabalho de talha, pintura, escultura, jacarandá. Ao alto, fôrro ricamente talhado, com motivos rosáceos e figuras de anjos, leão, touro e águia, que, simbolicamente, representam os quatro Evangelhos: S. Mateus, S. Marcos, S. Lucas e S. João; ao centro, suspenso, enorme e artístico sol de metal com o emblema da Companhia de Jesus. A capela mor ostenta extraordinária riqueza em trabalho de talha revestido de ouro. É um dos mais belos monumentos de decoração não barroca de interiores do período monumental, tanto em Portugal como no Brasil. O quadro de Nossa Senhora do Pópulo, que figura no trono do Altíssimo, é cópia de pintura atribuída a S. Lucas. No frontespício do arco que emoldura o altar-mor está a imagem do Salvador, esculpida em pedra da Bahia. No altar do cruzeiro, à direita, está colocada a imagem, de prata, de Nossa Senhora das Maravilhas, perante a qual o padre Antônio Vieira, orando, sentira um estalo no cérebro, momento a partir do qual se tornara êle dotado de privilegiado talento, vindo a ser o maior orador sacro em língua portuguêsa. A sacristia apresenta cômodas de jacarandá com encrustações de marfim e tartaruga; sôbre o retábulo pinturas de cobre descrevendo a vida de Nossa Senhora, teto com pinturas em quadros, inclusive os retratos de Santo Inácio de Loiola e de Anchieta. No corredor se encontram as celas, na primeira das quais morou e viveu Vieira. Na parte superior se encontra o Museu Sacro da Catedral, que guarda preciosas peças sacras, merecendo referência especial: o altar todo de prata maciça da antiga Sé, a cadeira atribuída ao uso do padre Vieira, o altar portátil em que os primeiros bispos do Brasil celebravam e a imagem com o busto de prata maciça de São Francisco Xavier, padroeiro da Cidade". Na catedral se encontram os túmulos de Mem de Sá, de Guedes de Brito, fundador da Casa da Ponte, de Felisberto Gomes Caldeira, herói da Independência e do padre Vieira, êste em lugar ainda ignorado.

Igreja da Ordem 3.ª de São Domingos — Sua construção foi iniciada em 1731, no Terreiro de Jesus, pelo mestre pedreiro João Antunes dos Reis. Em 1758, estavam suas paredes internas cobertas de talha dourada, muito embora inacabada a construção. Um século depois, em 1873, sob a alegação de ruína, foi a igreja reformada internamente, despojando-se, então, as paredes cobertas de talha dourada. Vestígio do fausto antigo são as primorosas pinturas que restaram da reprovável destruição. Na sacristia se encontram peças interessantes: arcais, painés, e relíquias de São Domingos, de São Francisco e do véu de Nossa Senhora. A escada que conduz à sala do consistório é considerada o mais artístico dos trabalhos de talha, de jacarandá, existentes na Bahia.

Igreja do Convento de São Francisco — Iniciada a 1.º de novembro de 1708, depois de concluído, em grande parte, o edifício do convento começado em 1636, foi terminada em 1723. Aos 3 dias de outubro de 1713 foram oficialmente inauguradas as obras até o ponto em frente aos púlpitos, isto é, capela-mor e cruzeiro. O corpo da igreja e o frontispício de pedra lavrada foram concluídos em 1723, ficando o templo pronto em 1743. Esta igreja foi a última grande estrutura de capelas laterais construídas na Bahia. A pedra da fachada veio de Lisboa, em blocos numerados, adquirida por Domingos de Carvalho e oferecida à Ordem. A sua primeira reforma foi feita em 1808, quando as tôrres foram revestidas de azulejo. A fachada é de estilo moneirista. O revestimento interno, de madeira, é inteiramente barroco. "Totalmente dourada e policromada, realiza o ideal da *igreja tôda de ouro* que surgiu em Lisboa e Goa ao findar-se o século XVII..." O interior do templo é todo recamado de ouro, azulejos, jacarandá, mármore, cantaria, escultura e pintura.

Não há recanto, por menor que seja o espaço, que não apresente lavor primoroso. À entrada, painéis, de azulejo nas paredes laterais; "os confissionários, o rendilhado de todo o templo, coberto de ouro, a variedade de figuras de anjos, cariátides, atlantes, pássaros, ramos, palmas, flôres e diversidade do colorido, os pisos de mármore, os púlpitos de impressionante beleza" fazem da igreja a "expressão máxima no mundo lusitano" em decoração interior. Dentro as inúmeras obras de arte destaque-se: a imagem de S. Pedro de Alcântara, obra prima de arte sacra baiana, a imagem de S. Francisco, rico lampadário de prata, grades de jacarandá esculpidas. "O claustro, com os seus azulejos, é, no gênero, o mais notável do Brasil". No templo se encontra o túmulo do Coronel Garcia de Ávila Pereira, fidalgo da Casa Real.

Igreja da Ordem 3.ª de São Francisco — Lançada sua pedra fundamental a 1.º de janeiro de 1702, nela celebrou-se a primeira missa em 22 de junho de 1703. Circunda o pátio uma grade de ferro com monumental portão artisticamente trabalhado. Tôda a fachada é cinzelada em arenito e apresenta santos, figuras, anjos, caras, emblemas, coroas, ramos, ornatos etc. Essa fachada é obra-prima "extritamente ligada à tradição luso-brasileira da talha de madeira" executada em arenito; "constitui o único exemplo, tanto em Portugal como no Brasil, de um frontispício inspirado em retábulos trabalhados no a que se convencionou chamar estilo nacional de talha de madeira, florescente em Portugal entre 1675 e 1715, aproximadamente". Na sacristia, que se atinge através de longo corredor, se acha o cofre que guarda as alfaias da ordem e rico lavabo com magnífico trabalho de incrustamento em mármore. Na igreja, o frontal do altar-mor é de prata, com símbolos de ouro maciço, e data de 1806; o fôrro apresenta belos painéis de autoria de Franco Velasco e José Rodrigues Nunes; o grande órgão foi fabricado em Salvador, em 1848, por Carlos

Aspecto da Cidade Baixa.

Tapp. Ao lado da igreja, é de notar a "casa dos santos", ampla sala onde estão entronizados os santos da ordem em imagens de tamanho natural.

Igreja da Misericórdia — A capela da Misericórdia foi um dos primeiros edifícios construídos pela Irmandade da Santa Casa de Misericórdia em terreno doado por Simão da Gama de Andrade, que chegara ao Brasil em 1550. A primitiva capela foi demolida em 1652, tendo sido construída, entre 1654 e 1659, a atual igreja, que tem sofrido várias reformas: em 1703 foi assentada a escadaria de pedra do Consistório, e em 1728 foi construída a tôrre. O portal da igreja da Misericórdia, que constitui a única decoração de tôda a fachada, é uma composição extremamente formosa, na qual o arco é ladeado por enormes mísulas, que encimam guirlandas de frutas e flôres. É tipo de ornamentação raríssimo na arquitetura. O grande portal, que é de pedra arenítica da Bahia, "pode ser considerado obra-prima legítima da arte brasileira". O altar-mor ostenta maravilhoso Cristo de marfim sôbre opulenta cruz de prata. A sacristia apresenta um dos mais belos arcazes da Cidade, todo de jacarandá; no assoalho da sacristia, há um tampão que dá acesso para o antigo cemitério. O salão nobre apresenta talha dourada, azulejos, altar, lustres de cristal e preciosa pinacoteca; na parede ostenta a caneta com que D. Pedro II encerrou a ata da sessão a que presidiu, na Bahia, em 1859, e o original da carta de Rui Barbosa, em que êle solicitou demissão do cargo de inspetor, que exercia, na Santa Casa.

Igreja da Ajuda — A igreja da Ajuda está localizada na Rua Padre Vieira; a igreja primitiva, construída em 1549, de taipa e coberta de palha, situava-se em lugar próximo ao da atual. Em 1552, cedida pelos jesuítas, elevou-se à dignidade de Sé, com a chegada do primeiro bispo, D. Pero Fernandes Sardinha, recebeu a denominação de *Sé de Palha,* que passou à história. Sua construção de pedra e cal foi concluída em 1573. Em 1912, foi ela demolida para alargamento da rua, sendo construída outra igreja, na sua vizinhança, para onde se transferiram as peças do antigo templo; a nova igreja é de estilo romano-bizantino. Na igreja da Ajuda se venera a imagem de Nossa Senhora da Ajuda, vinda em 1549, com Tomé de Sousa. A imagem de Nosso Senhor dos Passos, de impressionante perfeição, vestida de gorgorão de sêda e bordado a ouro e pedrarias, toma parte na procissão da Semana Santa, percorrendo as ruas em riquíssimo andor revestido de prata e de pequenos símbolos de ouro; a cruz da imagem, com cêrca de 3 metros, é de jacarandá incrustado de prata, pesando todo o conjunto mais de 100 kg, pelo que são necessários 14 homens para o seu transporte. O sino é o mesmo da antiga igreja, trazido pelo primeiro bispo do Brasil. Nesta igreja se encontra o púlpito em que pregou Vieira. Na igreja da Ajuda, Vieira

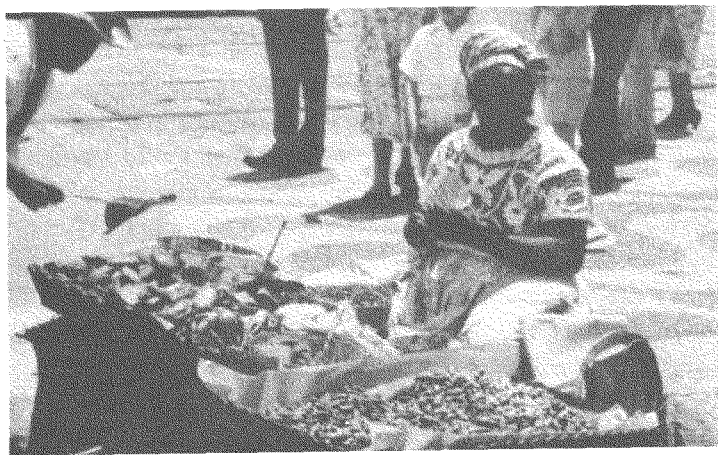
pregou em 1640 o mais famoso dos seus sermões — "Sermão pelo bom sucesso das armas de Portugal contra as de Holanda" —, considerado "o discurso mais veemente e genial que se ouviu nunca em púlpito cristão".

Abadia e Convento de São Bento — Chegando à Bahia Frei Antônio Ventura, obteve a 15 de abril de 1581 licença do governador Lourenço da Veiga e da Câmara para fundar o mosteiro da Ordem. A parte mais antiga da igreja teve sua construção iniciada em 1584. Em 1680 foi iniciada a nova igreja em substituição à antiga. Outras obras de ampliação tiveram começo em 1850, sendo finalmente concluída em 1885, com a edificação da cúpula. Apresenta a igreja o altar-mor, grade e púlpitos de mármore; as colunas mestras e arcadas são de cantaria; as grades e o côro, de jacarandá. A nave da igreja "é a única dotada de abóbada de berço em caixotões da mesma espécie das que se encontram nas principais igrejas maneiristas de Portugal". A igreja beneditina, desenhada por Frei Macário de São João "é o único exemplo, na Cidade, de fiel imitação do traçado de São Vicente de Fora de Lisboa..." No mosteiro, que conta com grande número de peças de jacarandá, é digna de referência a sua biblioteca, uma das mais completas e bem organizadas da Cidade. Anexa ao mosteiro, a Ordem dispõe de ótima oficina gráfica. O mosteiro guarda a imagem de Nossa Senhora das Brotas, medindo aproximadamente um metro, evocação de um milagre aqui ocorrido, que se diz ser a primeira imagem esculpida no Brasil. O Mosteiro foi transformado em Quartel General dos holandeses, em 1625 e na igreja se encontram sepultados muitos bravos da guerra holandesa. Aí, também, se encontram os restos mortais do grande cronista Gabriel Soares e de Frei Antônio Ventura, primeiro abade do Mosteiro.

Igreja da Vitória — A história da igreja de Nossa Senhora da Vitória é muito discutida, pois se ignora, até hoje, a data da sua construção. Querem uns que seja anterior à igreja da Graça. Há até quem afirme ser o atual templo de 1625, e ter sido construído em comemoração da vitória da expulsão dos holandeses, que, em 1624, ocuparam a cidade do Salvador. Admitiu Teodoro Sampaio que, em seu lugar, existiu, antes, uma capela. A igreja foi construída por Francisco de Barros, nela sepultado em 1627 ou 1629. Em 1808, com auxílio dado por D. João VI, então Príncipe Regente, foi a igreja da Vitória, pela terceira vez, totalmente reedificada. A última reforma do secular templo fêz-se em 1910.

Igreja de Nossa Senhora da Graça — "A igreja de Nossa Senhora da Graça nasceu com o Brasil, no século XVI. Já Tomé de Sousa e os jesuítas encontraram Diogo Álvares e Catarina naquela casa, a molde de igreja, de que nos fala Nóbrega". Nessa nave modestíssima é que se elevaram os cânticos da primeira festa religiosa da comitiva de Tomé de Sousa, realizada no dia 31 de março de 1549. Do seu primado sôbre qualquer outro templo muito se tem escrito. "O certo é que, substituindo o velho oratório de barro recoberto de palmas — de 1530, a atual igreja de pedra e cal se pode dar como levantada depois da morte de Caramuru, em 1557". A construção da igreja, diz a lenda, foi conseqüência das visões continuadas que tivera Paraguaçu, de que uma mulher que viera numa nau estava entre os gentios e lhe pedia que a mandasse buscar. Realizadas diversas buscas por Caramuru, encontrou-se em Boipeba uma imagem entre os destroços da nau Madre de Deus, a qual foi imediatamente reconhecida por Paraguaçu, dizendo ser aquela a mulher que lhe aparecera e falara. Pediu Paraguaçu ao marido que edificasse uma igreja, o que foi feito de barro e palma para onde foi levada a imagem. A igreja atual apresenta tôrre seiscentista, que lembra as meias-laranjas tão populares na arquitetura portuguêsa do fim do século XVI e pode ser considerada o primeiro tipo de campanário usado na Bahia. O teto é de Teófilo José de Jesus, cognominado o Rafael baiano. Na sacristia há duas famosas telas. Numa se vê a visita votiva do Senado da Câmara à ermida da Graça, em 1765. A outra nos conta as aventuras de Caramuru, desde o seu naufrágio, em 1509, ao milagre do sonho de Paraguaçu, sem esquecer o seu embarque para a França e o episódio romântico de Moema. Na igreja se encontram sepultadas Paraguaçu e Julia Fetal, esta assassinada em abril de 1847 com uma bala de ouro, "vítima de um amor insane".

Igreja e Convento do Carmo — Datam dos fins do século XVI e foram edificados em terrenos doados, em 1592, por Cristóvão Agenor Daltro. Eram primitivamente um hospício; reformas sucessivas transformaram-nos em mole conventual no antigo Calvário. A igreja é rica em obras de arte. O altar-mor ostenta riquíssimo frontal de prata maciça, com símbolos de ouro, da autoria de Cassiano Mendes da Costa, de 1731, e monumentais tocheiros de prata e lustres de bronze, presentes de D. João VI. É célebre, aí, a tribuna em que lecionou e pregou Frei Euzébio de Matos, discípulo e rival de Vieira na cátedra. A sacristia da igreja é uma das mais notáveis da Bahia, com obra de talha dourada, onde se vêem as estátuas dos papas São Telésforo, São Dionísio e dos bispos São Pedro Tomás e André Cursínio, grandes dignitários carmelitas. O teto da sacristia representa cena da vida de Santo Elias e a pintura é atribuída a Frei Eusébio de Matos. Aí existem paramentos raros dos séculos XVI e XVII, bordados a fio de ouro e de prata. Na igreja estão sepultados o Conde de Bagnuoli e Bernardo Vieira Ravasco. O Convento tem dois claustros e ainda possui, no primeiro andar, uma capela e um museu com preciosidades históricas. No convento foi assinada a rendição dos holandeses, em 1625, transformado que fôra em quartel-general das tropas do Norte, que sitiaram a Cidade, de Maio de 1624 a abril de 1625.

Igreja da Ordem 3.ª do Carmo — A Ordem 3.ª do Carmo foi fundada na Bahia em 19 de outubro de 1636. Em 1644, foi iniciada a sua capela. Mais tarde, em 1713, sofreu reforma, tendo sido totalmente destruída no incêndio ocorrido em 1788, do qual se salvaram a imagem do Senhor Morto, a de Nossa Senhora do Carmo e as do grupo da Paixão. A igreja atual é de estilo barroco e foi iniciada em 1788, ficando concluída em 1860. O teto é de Teófilo de Jesus, posteriormente restaurado, por José Antônio da Cunha Couto. São dignas de admiração as imagens que representam diversas passagens da vida e paixão do Cristo, de autoria de Francisco Xavier das Chagas. A imagem do Senhor Morto figura na procissão da Sexta-Feira Santa, conduzida em esquife de jacarandá com guarnições de prata.

Baiana tipicamente trajada e seu famoso taboleiro.

Conceição da Praia — A Basílica da Conceição da Praia, onde se celebra todos os anos uma das maiores devoções da cidade do Salvador, encontra-se no local em que foi erecta uma capela por Tomé de Sousa. De estilo renascentista romano, é revestida interna e externamente de mármore português. Foi iniciada em 1739 e em 1820 ainda se punha "remate às obras da tôrre"; foi construída na Cidade Baixa, na antiga Praia dos Mercadores, encostada à Ladeira da Montanha; internamente é de grande imponência; a pintura do teto, notável trabalho de José Joaquim da Rocha, dá a sensação de um outro templo superposto, cuja execução remonta ao ano de 1773; o altar-mor é de 1765 e constitui imponente obra de talha de João Moreira do Espírito Santo. No campanário existe famoso carrilhão.

Igreja do Pilar — A igreja de Nossa Senhora do Pilar é "um dos mais belos templos do estilo"; em estilo D. João VI, a sua construção parece ter chegado ao final em 1798, sendo uma das mais preciosas obras arquitetônicas da Bahia.

A origem da devoção "está envolta nas roupagens graciosas da lenda. Conta-se que o Apóstolo São Tiago recebeu por intermédio dos anjos, formosa imagem de Nossa Senhora sôbre um pilar ou coluna, o que justifica o título". A igreja sofreu as conseqüências de vários desabamentos de terras da encosta junto à qual foi construída, inclusive o ocorrido em 9 de julho de 1843, quando faleceu, aí, soterrado o vigário João Nepomuceno Moreira de Pinho. A fachada da igreja termina pelo frontão demasiado sinuoso nas linhas gerais. Ao lado da igreja, está o antigo cemitério da Irmandade, ostentando majestosas linhas clássicas em 1799, hoje em franca ruína, não obstante sua importância como arquitetura; a pintura do teto deve-se a José Teófilo de Jesus; os quatro altares dourados e todo o conjunto de talha do corpo da igreja são da autoria de Joaquim Francisco de Matos. É igreja riquíssima em alfaias de ouro, prata e pedras preciosas — a mais rica de que se tem ciência —; a coroa de Nossa Senhora, em lindo lavor tem 140 brilhantes de primeira água; os cetros, diademas, coroa do Senhor Menino, duas custódias muito ricas, castiçais de prata, estante para missal, cruz, lanternas, salvas, tudo de prata de lei, constituem verdadeiro tesouro de arte sacra. "Detentora de tanta riqueza em alfaias a Irmandade do Pilar luta com dificuldades para manter o culto" e conservar o velho templo. "Aquêles que têm a seu cargo a guarda do velho tesouro, fazem verdadeiro ato heróico para mantê-lo intacto, vendo desaparecer, embora, outras preciosidades que o tempo não respeita — suas velhas pinturas, muitas das quais irremediàvelmente perdidas!" No pátio da igreja existe uma fonte dedicada a Santa Luzia, a que se atribuem virtudes milagrosas.

Igreja do Bonfim — As obras da Basílica do Senhor do Bonfim tiveram início em 1746, em local escolhido pelo fundador da Devoção — Capitão-de-mar-e-guerra Teodósio Rodrigues de Faria —, tendo sido inaugurada em 24 de junho de 1754. A sua arquitetura é do estilo Renascença. O adro da igreja foi concluído em 1802, com lajes e degraus de mármore português. O interior é de cedro e ornado de grande quadro religioso da autoria de Antônio Franco Velasco. A famosa igreja acha-se em pequeno promontório da península de Itapagipe, com o frontispício voltado para a entrada da baía, de modo que é visto por quem chega pelo mar. É a igreja mais procurada da Bahia em virtude da entusiástica devoção da Cidade ao Senhor do Bonfim, que transpõe as fronteiras do Estado e se expande no país. Ao lado da nave da igreja existem dois corredores enriquecidos com 34 quadros de Teófilo de Jesus. Um dos corredores, o esquerdo, conduz à Sala dos Milagres, cujas paredes e teto estão inteiramente cobertos de "ex-votos". A imagem do Senhor do Bonfim, com rico aparelhamento de prata e ouro, é de extraordinário esplendor. No pátio da igreja do Bonfim realiza-se a maior festa popular do País, sendo o segundo domingo de janeiro o principal dia. Durante o novenário, na quinta-feira, realiza-se a tradicional cerimônia da lavagem do Bonfim, ato de grande relevância e de colorido excepcional pelo aspecto folclórico que apresenta.

Igreja de Monte-Serrate — Verdadeiro mimo de arte colonial, está construída sôbre uma rocha, batida pelo mar pela frente e pelos lados, sendo o pátio lavado pelas vagas, nos dias de borrasca. Foi a igreja de Monte-Serrate doada ao mosteiro de São Bento por D. Francisco de Sousa, que a edificou a suas expensas; há, porém, quem afirme ter sido construída pelos Garcia d'Ávila. A pequena ermida é objeto de profunda devoção do povo, sobretudo de pescadores. Do seu pátio descortina-se belíssimo panorama da baía de Todos os Santos e da cidade do Salvador, que aparece um semicírculo, artìsticamente construída sôbre dois planos. Nesta igreja se encontram um quadro a óleo descritivo de "ex-voto" e a impressionante imagem de São Pedro Arrependido, trabalho de terracota, de Frei Agostinho da Piedade.

Igreja e Convento do Destêrro — A fundação do Convento do Destêrro foi solicitada pela nobreza, povo e Câmara da cidade do Salvador a el-Rei de Portugal, D. Afonso VI, para que os vassalos de S.M. nêle pudessem recolher as filhas. A Provisão Régia de 7 de fevereiro de 1665 consentiu na construção, que foi iniciada em 1671, sob a responsabilidade do Senado da Câmara. Em 1677, chegaram à Bahia as religiosas de Évora para preparar as noviças baianas. Em 28 de jneiro de 1678, as duas primeiras jovens baianas penetravam os umbrais do Convento de Santa Clara do Destêrro, ainda inacabado, — Marta Borges de França e sua irmã Leonor, que foram, na vida religiosa, Soror Marta de Cristo e Soror Leonor de Jesus. Êste foi o

Baiana com seu taboleiro vendendo acarajé.

primeiro convento para senhoras que se construiu no Brasil. A construção da igreja data da época da do Convento, tendo sido radicalmente reformada no século XIX, iniciadas as obras em 1844. No secular templo há riquíssimas coleções de alfaias, sobressaindo o belo sacrário de prata, que se deve ao zêlo de Soror Maria da Soledade, que com recursos próprios e esmolas mandou fazer em Portugal a preciosa peça, que conta aproximadamente 250 anos; as três imagens da Capela-mor também possuem coroas, bastões e resplandores de ouro e de fino lavor. Na Casa Forte estão guardadas verdadeiras preciosidades, tais como a custódia de ouro, executada na Bahia, em 1807, por Boaventura de Andrade, em que foram empregadas 331 pedras preciosas e semipreciosas; o medalhão emoldurado por 59 águas-marinhas e outras peças do culto, tôdas de ouro.

Convento da Lapa — Êste convento foi inaugurado em 7 de dezembro de 1744, sendo ocupado inicialmente pelas concepcionistas, ao lado da capela de Nossa Senhora da Lapa, construída por João de Miranda Ribeiro. A guerra da Independência causou grandes prejuízos às ocupantes do convento da Lapa. Além do assassínio de Joana Angélica de Jesus, abadêssa do convento, ocorrido a 20 de fevereiro de 1822, pelas tropas do General Madeira, a fome lhes bateu às portas, obrigando ao pedido de autorização ao Arcebispado para desfazer-se de valiosas alfaias para prover a comunidade do necessário à sobrevivência. Foram, então, sacrificadas 1 âmbula de ouro, grandes tocheiros de prata, importante custódia, coroas e outros objetos valiosos. O século XX encontrou quase despovoado o histórico convento, ocupado apenas por 3 Religiosas Concepcionistas, quando em 16 de julho de 1901 foram recebidas e abrigadas as Religiosas do Bom Pastor. Merece visita a porta da clausura onde se sacrificou Joana Angélica em 1822.

Seminário de Santa Teresa — A igreja de Santa Teresa, edificada pelos Carmelitas descalços entre 1668 e 1686, apresenta frontaria do período monumental e constitui o melhor exemplo da imitação colonial, pois repete o Convento de Santa Teresa em Ávila. Internamente, merecem especial menção os confessionários e o batistério. Há uma pequena capela, conhecida como de Nossa Senhora do Sete, que, segundo a lenda, era invocada pelos estudantes para a obtenção da nota sete, a mínima para aprovação nos exames. No subsolo, encontra-se o subterrâneo de Santa Teresa; os subterrâneos estão ligados à história da Bahia, havendo divergência de opinião entre os estudiosos a respeito da sua utilização. Nesta igreja está sepultado o Mestre de Campo Jerônimo Sodré, tronco genealógico de grandes vultos da Bahia, cujo nome serviu de batismo à Rua do Sodré.

Afora as igrejas e os conventos mencionados, muitos outros integram o patrimônio artístico e histórico da cidade do Salvador, que, antes da transferência do govêrno dos vice-reis para o Rio de Janeiro, em 1763, "ofuscava tôdas as demais cidades do Brasil pela variedade, tamanho e riqueza das suas igrejas". Assim é que podem ser referidas, ainda que superficialmente: a igreja de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, em estilo barroco, e cuja irmandade é constituída sòmente de homens de côr: o convento da Soledade, onde foram prestadas homenagens às tropas de Lima e Silva, a 2 de julho de 1823; a igreja da Boa-Viagem, de onde sai a imagem do Senhor dos Navegantes para a imponente procissão marítima; a igreja da Penha, cuja origem se diz que remonta a 1560; a igreja da Palma, em estilo barroco, rica em talha dourada e belas pinturas, estando ligada a fatos históricos da invasão batava; a igreja de Santana, em estilo barroco, com belo frontispício, que guarda troféus da Guerra do Paraguai e onde se supõe esteja sepultado o patriota pernambucano José Inácio Ribeiro de Abreu Lima (Padre Roma), arcabuzado, a poucos metros da ireja, no Campo da Pólvora; a igreja da Saúde e Glória, com belos azulejos coloridos e riquíssimas alfaias de ouro; a igreja de Santo Antônio da Barra, em estilo colonial e em sítio cuja história remonta aos dias do primeiro donatário da Capitania; as igrejas da Barroquinha, do Corpo Santo, do Passo ou Santíssimo Sacramento, de Santo Amaro de Ipitanga, de Santo Antônio da Mouraria, de São Miguel e de São Pedro dos Clérigos. Sôbre o assunto há numerosos estudos, tendo a Prefeitura do Salvador editado uma série denominada "Pequeno Guia das Igrejas da Bahia", da autoria de Afonso Rui e Marieta Alves e "As Artes na Bahia", Volume IV da série "Evolução Histórica da cidade do Salvador" de Robert C. Smith. "Bahia — Cidade Feitiço", de Carlos Torres, editado em 1957 pela Imprensa Oficial, traz um roteiro das principais igrejas da Cidade.

CULTOS RELIGIOSOS — A história dos cultos religiosos da igreja católica na cidade do Salvador começa com a *catequese*, prossegue com as *missões* e completa-se

com as *freguesias*. Deve-se aos jesuítas a obra de catequese — os primeiros em batalhar pela civilização do índio e pela liberdade do gentio —, sob a caridosa orientação de Nóbrega e seus continuadores. A contribuição do jesuíta, no árduo trabalho de aldeamento e povoamento da Capitania, começou nos arredores da cidade do Salvador, nos primeiros dias da chegada de Tomé de Sousa, intensificando-se no govêrno de Mem de Sá, com a formação de numerosas aldeias, conforme discriminação feita no histórico da Cidade.

A divisão do Município em freguesias é a mais antiga das por que passou o seu território, antecedendo à divisão militar e à civil. A cidade do Salvador, ao ser fundada, constituía uma paróquia subordinada ao bispo de Angola, sendo seu primeiro Vigário o padre Manuel Lourenço. Em 1551, no reinado de D. João III, pela Bula "Super Specula Militantis Ecclesiae", do Papa Júlio III, de 25 de fevereiro, foi erecta a Diocese de S. Salvador da Bahia de Todos os Santos, com sede na Cidade do Salvador, sendo seu território desmembrado do Arcebispado de Funchal e tornado sufragânea do Arcebispado de Lisboa, sendo seu primeiro bispo D. Pero Fernandes Sardinha. Durante 126 anos não teve o Brasil senão êsse bispado, que foi elevado à dignidade pela Bula "Inter Pastoralis Officii" do Papa Inocêncio XI, de 22 de novembro de 1676, tendo como bispados sufragâneos as dioceses de Olinda e Rio de Janeiro e os bispados de S. Tomé e Angola, na África; foi seu primeiro Arcebispo D. Gaspar Barata de Mendonça, que nunca veio à Bahia. Pela Bula "Romanorum Pontificum vigilantia", de 5 de junho de 1827, tornaram-se sufragâneos da Arquidiocese da Bahia os bispados do Maranhão o do Pará, desde sua ereção sufragâneos de Lisboa. Em 1892, o Papa Leão XIII, pela Bula "Ad universas ecclecias", de 27 de abril, dividiu o Brasil em duas províncias eclesiásticas: a do Norte, com sede na cidade do Salvador, e a do Sul, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro. Posteriormente, foram criadas novas províncias desmembradas da província da Bahia, que, atualmente, compreende o Estado da Bahia e tem como sufragâneas as dioceses da Barra, Caetité, Ilhéus, Bonfim e Amargosa. Em 14 de janeiro de 1953 a arquidiocese foi elevada à dignidade de Cardinalato, tendo sido seu primeiro Cardeal D. Augusto Álvaro da Silva.

No século XVI foram erectas as paróquias de Sé, Nossa Senhora da Vitória, S. Miguel de Cotegipe e Senhora Santana da Ilha de Maré; no século XVII o foram as paróquias de Nossa Senhora da Conceição da Praia, São Pedro, Nossa Senhora do Ó de Paripe, Nossa Senhora da Piedade de Matoim, de S. Bartolomeu de Pirajá, Nossa Senhora de Itapoã, Nossa Senhora da Encarnação de Passé, e Nossa Senhora de Madre do Boqueirão; no século XVIII foram criadas as paróquias de Nossa Senhora do Pilar, Santíssimo Sacramento da Rua do Paço, Nossa Senhora de Brotas, Santo Antônio Além do Carmo, Santíssimo Sacramento e Santana, Nossa Senhora da Penha de Itapagipe; no século XIX foram erectas as paróquias de Nossa Senhora da Boa Viagem, Nossa Senhora dos Mares, Nossa Senhora de Nazaré e Nossa Senhora das Candeias; no século XX foram criadas as seguintes: Sant'Ana do Rio Vermelho, Cristo Rei, Senhor Bom Jesus dos Milagres, S. Cosme e S. Damião, Nossa Senhora da Saúde e Glória, Nossa Senhora da Conceição de Guadalupe, Nossa Senhora da Conceição do Tororó, São Jorge e Santa Teresinha do Menino Jesus. Atualmente, o município conta 22 paróquias e 6 vigairarias forâneas.

O Titular da Catedral da Cidade do Salvador e da Arquidiocese Primacial é o Ministério da Transfiguração do Senhor, cuja festa é celebrada em 6 de agôsto. O padroeiro oficial da cidade e da Arquidiocese, desde 1686, é São Francisco Xavier, festejado com procissão votiva sob os auspícios da Câmara Municipal do Salvador em 10 de maio.

Os resultados do Recenseamento de 1950 revelaram que 95,4% da população da Capital declararam professar a religião católica apostólica romana. Na Capital existem: 1 catedral, 30 igrejas matrizes, 98 igrejas e 36 capelas públicas. D. Augusto Álvaro da Silva é o Arcebispo da Bahia e Primaz do Brasil.

Os cultos não católicos contavam, em 1956, 22 templos além de cêrca de 30 entidades que se dedicavam ao culto espírita.

FORTALEZAS — "Salvador nasceu cidade mas nasceu, também, fortaleza". O Regimento de Tomé de Sousa, datado de 17 de dezembro de 1548, determinava que se fizesse "uma fortaleza e povoação grande e forte..." e que se fortificassem até os engenhos de açúcar; duas preocupações presidiram à localização e construção da cidade do Salvador, — a proteção contra o gentio e a defesa contra aventureiros e piratas estrangeiros. A primitiva cidade ficava dentro dos muros de uma fortaleza, de que hoje nada mais resta. À maneira que a cidade se desenvolvia, ia-se construindo uma linha costeira de fortificações, que a contornava e se alongava pelo Recôncavo, apoiada aquela pelos fortes que se localizavam no tôpo das colinas. Estas fortalezas, marcos inapagáveis da arquitetura colonial, se algumas vêzes cederam à investida dos invasores, conseguiram resistir ao assalto do tempo e ainda hoje enriquecem a paisagem. Sem mostrarem a riqueza ornamental dos velhos templos, são, como êstes, de estilo barroco, sóbrio e pesado, estando hoje incorporados à cidade, no seio de cujo casario se erguem como símbolos de majestade e beleza, atestando um passado de lutas. Alguns dêles merecem citação.

Fortaleza de Santo Antônio da Barra — Localizada na ponta do cabo de Santo Antônio, na antiga Ponta do Padrão, foi a primeira fortaleza construída na Bahia. Iniciada em 1536, só foi concluída em 17 de setembro de 1772. Teve relevante atuação na luta contra os holandeses, na guerra da Independência e na Sabinada. Desde 2 de dezembro de 1839 serve como base para o farol que, ainda hoje majestoso, orienta a navegação na entrada da baía. Nesta fortaleza, Santo Antônio de Lisboa assentou praça como Capitão Intendente por ordem do Governador D. Rodrigo da Costa, que, para isso, expediu ordem em 16 de julho de 1705, sendo promovido por decretos reais a major em 1810 e a tenente-coronel em 1814. É tombado êste forte como monumento histórico.

Forte de Santa Maria — Situado na enseada da barra, próximo à fortaleza de Santo Antônio da Barra, foi concluído em 1696. Foi ocupado pelos holandeses, em 1624, e reconquistado, em 1625, pelas tropas de Fradique de To-

ledo. Tendo nêle funcionado um farolete até 1919, é hoje símbolo do passado, tombado como monumento histórico.

Forte de São Diogo — A pouco mais de 300 metros do de Santa Maria, e na enseada, data do século XVII, tendo sido reedificado em 1772. Surgiu na História com a resistência à investida de Nassau (1638), quando, em ação conjunta com os de Santa Maria e Santo Antônio da Barra, repeliu o invasor. É hoje repartição militar.

Forte da Gamboa — Situado à beira-mar e no sopé da montanha, o forte de São Paulo da Gamboa surgiu como simples "bateria de São Paulo" ligada ao sistema defensivo do Forte de S. Pedro; desempenhou papel saliente nas lutas da Independência e na Sabinada; foi a primeira fortificação da Bahia em saudar a chegada de D. João VI. "A sua glória na imaginação popular foi a da peça "vovó" — um canhão Armstrong, calibre 250, com 13 toneladas, a maior peça de artilharia e primeira daquele fabricante que já viera ao Brasil, sendo montada no ano de 1875", a qual atirou uma só vez. O forte é tombado como monumento histórico.

Forte de São Marcelo — Nascido da invocação de Nossa Senhora do Pópulo, mais tarde de São Marcelo, é conhecido, também, como Forte do Mar. Mandado construir em 1623 e concluído em 1630, foi reformado de 1650 a 1772. Está localizado num ilhéu dentro do ancoradouro do pôrto; é de forma circular, com muralha de doze metros de altura. Participou de movimentos revolucionários, como a Abrilada e a Sabinada, e serviu de prisão nas lutas da Independência; nêle também estêve encarcerado Bento Gonçalves. Outrora os seus canhões salvaram as naus, os dias fastos e nefastos de nossa História, deram sinal de incêndio e "relógio público e oficial da cidade, troavam pela alvorada e ao recolher"; nos seus calabouços dormiram heróis e estudantes relapsos. Em 1912, suas baterias bombardearam a cidade. Hoje está desarmado e sem nenhuma serventia. Está tombado como monumento histórico.

Forte da Lagartixa — Situado perto de Água de Meninos, foi mandado construir por Diogo de Menezes, tendo sido considerado como um dos mais estratégicos. Atualmente é repartição militar.

Forte da Jequitaia — Localizado nas proximidades da Calçada, foi o último a ser construído na cidade, e hoje dêle restam apenas os muros deformados e a plataforma desfigurada por um escritório da Petrobrás.

Forte do Monte Serrate — Ereto na ponta do mesmo nome, na península de Itapagipe, teve sua construção iniciada em 1586 e concluída em 1722; é considerado "a mais linda jóia da arquitectura militar dos tempos coloniais"; desempenhou papel saliente nas invasões holandesas, tendo morrido em 1624 nas suas proximidades o general holandês João Vandorth; foi ocupado duas vêzes na guerra holandesa, o mesmo ocorrendo na Sabinada, quando resistiu às tropas legais.

Mostruário da Bôlsa de Mercadorias.

Fortaleza ou Baluarte de Santo Antônio Além do Carmo — Situada à borda da escarpa em que assenta a Cidade Alta, no Largo de Santo Antônio, a cavaleiro de Água de Meninos; foi edificada em 1625, muito contribuiu para a defesa da cidade contra os holandeses. Hoje serve como Casa de Detenção.

Fortaleza do Barbalho — Situa-se na Cidade Alta e originou-se do reduto que o bravo Luís Barbalho construiu em 1628 para resistir aos holandeses; teve sua construção terminada em 1736. Hoje é repartição militar.

Forte de São Pedro — Localizado nas proximidades do Campo Grande, fazia parte do segundo círculo de fortificações da cidade; sua construção foi iniciada em 1646 e concluída em 1722, sofrendo obras complementares de embelezamento em 1877. Foi uma das mais poderosas fortalezas da cidade, ligada à da Gamboa por um fôsso longo e profundo (atual Rua Newton Prado). Além das suas participações nas lutas flamengas, foi notável a sua atuação nos numerosos movimentos libertários; nêle se recolheram as tropas que iniciaram o movimento pela Independência, sob o comando do brigadeiro Manuel Pedro, batidas pelo General Madeira; durante a Sabinada foi duramente castigada pelas fôrças legais. Finalmente, foi à sombra das suas muralhas que se proclamou a República, na Bahia, a 17 de novembro de 1889. Serve hoje como repartição militar.

Muitos outros fortes e estâncias fortificadas existiram na cidade, de que hoje nada mais restam. Sôbre o assunto há farta literatura, merecendo referência: "Fortificações da Bahia", de Silva Campos, "Fortes Coloniais da Cidade do Salvador", de Edgar Falcão, e "Fortalezas da Cidade do Salvador", de Luís Monteiro da Costa.

MONUMENTOS, ESTÁTUAS E HERMAS — São numerosos os monumentos, estátuas, hermas, obeliscos, medalhões e placas comemorativas que assinalam fatos históricos ou personalidades marcantes na vida da cidade e do País, podendo alguns dentre êles ser citados, pela sua imponência ou beleza artística.

Monumento ao Dois de Julho — Situado à Praça Dois de Julho, antigo Campo Grande, foi erigido em 1895, pelo esfôrço de uma comissão popular, para comemorar a entrada do Exército Libertador na cidade, em 2 de julho de 1823; compõe-se de elegante coluna de bronze com 11,46 metros, assente sôbre pedestal de mármore de Carrara; encimando a coluna, ostenta-se a figura de um índio com 4,11 metros de altura, armado de arco e flecha, simbolizando o Brasil, na atitude de quem desfere tremendo golpe sôbre uma serpente, que esmaga sob os pés. Ao todo o monumento mede 25,86 m de altura. É o mais imponente e mais belo monumento da cidade.

Obelisco comemorativo da chegada da família real — Localizado inicialmente no Passeio Público, foi posteriormente transferido para a Praça da Aclamação, fronteira ao Palácio do mesmo nome. É o mais antigo monumento histórico da cidade, inaugurado em 25 de janeiro de 1815 para comemorar a chegada da família real portuguêsa à Bahia, em 22 de janeiro de 1808. Mandado erigir pelo Senado da Câmara, é um obelisco de fino mármore português, com a data do desembarque do Príncipe Regente numa das suas faces.

Monumento a Rio Branco — Erigido a 7 de setembro de 1919 por iniciativa da Associação dos Empregados no Comércio da Bahia, situa-se no antigo Largo de São Pedro (trecho da Av. Sete de Setembro); a estátua, de bronze, repousa sôbre granito nacional, e tem um plinto de bronze com alto relêvo numa alegoria à Paz. Mede 7,20 metros de altura.

Monumento a Castro Alves — Situado na praça (antigo Largo do Teatro) que tem o nome do poeta, o monumento foi inaugurado a 6 de julho de 1923. Mede 10,74 metros de altura e compõe-se de uma estátua do grande vate, de bronze e em gesto declamatório sôbre pedestal.

Monumento a Rui Barbosa — Na Praça D. Pedro II, antigo Campo da Pólvora, ergue-se o majestoso *Forum* Rui Barbosa, o monumento que a Bahia erigiu para guardar os despojos do maior dos brasileiros; no subsolo do edifício há uma cripta de mármore, onde repousam os restos mortais do grande baiano e os de sua espôsa; logo à entrada, no andar térreo, há um panteão com escultura da cabeça de Rui, e gravadas em mármore sentenças lapidares do grande apóstolo da Liberdade. Foi inaugurado em 5 de novembro de 1949, sob o govêrno Octávio Mangabeira.

Monumento a Riachuelo — Situado na Cidade Baixa, em frente à Associação Comercial, que o mandou erigir; é uma coluna de bronze de estilo coríntio, encimada por capitel que sustenta uma esfera sôbre a qual repousa o anjo da Vitória. Mede 23 metros de altura e foi inaugurado em 23 de novembro de 1874 para perpetuar os brilhantes feitos da Batalha de Riachuelo.

Monumento comemorativo da chegada de Tomé de Sousa — Localizado no Pôrto da Barra, local do desembarque de Tomé de Sousa, foi inaugurado em 29 de março de 1952, como homenagem da colônia portuguêsa ao IV centenário da fundação da Cidade. Consiste em uma coluna de pedra de lioz com 6 metros de altura, encimada por um bloco com escudo português. Um painel de azulejos, que representa a chegada e fundação da cidade por Tomé de Sousa, emoldurado em pedra de lioz, completa o monumento.

Cruz do Pascoal — Localiza-se no início da Rua Direita de Santo Antônio (atual Rua Joaquim Távora), em frente ao plano inclinado do Pilar; foi mandada construir por Pascoal Marques em 1743. É constituída de uma coluna citavada de alvenaria revestida de azulejos, e tem no alto um oratório com pequena imagem de Nossa Senhora do Pilar. Mede 3 metros de altura e "é um dos monumentos mais expressivos e pitorescos da Bahia".

Monumento ao Visconde de Cairu — Localizado na Praça Visconde de Cairu, entre a Alfândega e o Elevador Lacerda, ergue-se o monumento em memória do inspirador da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, relativa à abertura dos portos brasileiros. Foi inaugurado em 2 de julho de 1923 e é constituído de um conjunto de granito e bronze com a estátua de Cairu.

Monumento aos Irmãos Pereira — Situado na Fonte das Pedras, na praça fronteira ao estádio Octávio Mangabeira, é um conjunto de três estátuas de bronze de tamanho natural sôbre artístico pedestal de granito, inaugurado, em

Aspecto da praia de Itapoan.

1954, em homenagem aos irmãos Manuel Vitorino Pereira, que foi governador do Estado e Presidente da República durante três meses, Mons. José Basílio Pereira, notável orador sacro e Pacífico Pereira, cientista de renome.

Panteon de Labatut — Situado em Pirajá, foi construído por iniciativa da Liga Baiana de Educação Cívica e inaugurado em 26 de julho de 1914. Nêle repousam os restos mortais do valente cabo de guerra Pedro Labatut, comandante do Exército Pacificador na guerra da Independência, na Bahia. Existem ainda no monumento várias inscrições alusivas aos feitos heróicos dos bravos de Pirajá, e retratos emoldurados de Lord Cockrane, de Lima e Silva, de Joana Angélica e de Maria Quitéria. Perto do Panteão existe a igreja de Pirajá, que data de 1640.

Pavilhão ao Dois de Julho — Situado no antigo Largo da Lapinha, ergue-se, inaugurado em 2 de julho de 1918, o pavilhão construído por subscrição popular e por iniciativa do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia, onde se guardam os carros alegóricos e os emblemas que tomam parte, anualmente, na histórica passeata de 2 de julho. No interior do pavilhão foi organizado o Museu da Independência e uma galeria de retratos dos vultos mais assinaláveis da campanha pela Independência, que culminou com a vitória de 2 de julho de 1823.

Estátua da Fé — No cemitério do Campo Santo, encimando o mausoléu do Barão de Cajaíba, ergue-se a estátua da Fé, primor de concepção e realização do escultor alemão João Halbig, cujas obras marcaram época na reação contra o Romantismo. A estátua da Fé é incontestàvelmente obra-prima de um dos mais célebres estatuários do mundo, adquirida em Munique, em 1865.

Além dos monumentos e estátuas já referidas, podem mencionar-se ainda os seguintes: monumento ao Padre Nóbrega, na Praça 15 de Novembro, em frente à Catedral; monumento ao Bispo D. Pero Fernandes Sardinha, no mesmo local onde ficava o altar-mor da antiga Sé, destruída; estátua do jurisconsulto Teixeira de Freitas, em frente à Faculdade de Direito; bustos de Virgílio e de Carneiro Ribeiro, na praça fronteira ao Colégio Estadual da Bahia; herma do Duque de Caxias, na Mouraria, em frente ao Quartel-General da 6.ª R. M.; busto de Cervantes, na Avenida Joana Angélica, em frente ao Museu do Estado; estátua do Conselheiro Almeida Couto e monumento a Pedro II, ambas no Largo de Nazaré; busto de Abílio César Borges, na entrada da Escola Normal; monumento ao Conde de Pereira Marinho, em frente ao Hospital Santa Isabel da Santa Casa de Misericórdia; estátua de Góis Calmon (Francisco Marques de Góis Calmon), defronte do grupo escolar do mesmo nome, nos Barris; monumento de Rodrigues Lima, defronte da igreja da Vitória; monumento à memória do Dr. Patterson, no Largo da Graça; monumento a Stefan Zweig, localizado na Av. Sete de Setembro (Barra); busto de Tamandaré, no largo da Barra; obelisco a Ruben Dário, na Praça do mesmo nome, na Barra; monumento a Jesus Cristo, com 7 metros de altura, inaugurado em 24 de dezembro de 1920, localizado no Morro do Cristo, na Avenida Oceânica; herma de Euricles de Matos, no Rio Vermelho; monumento a Colombo, na Praça Colombo (Rio Vermelho), inaugurado em 10 de janeiro de 1940; estátua do Monsenhor Tapiranga, famoso orador sacro, no Largo de Santo Antônio Além do Carmo; estátua de Maria Quitéria, no Largo da Soledade; monumento ao General Labatut, no Largo da Lapinha; monumento a Luís Gama, no Largo do Tanque; obelisco comemorativo que assinala o local do primeiro poço produtor de petróleo no Brasil localizado no Lobato; monumento ao Dr. J. J. Seabra, na Praça da Inglaterra; monumento ao Conde dos Arcos, em frente à Associação Comercial; herma de Frederico Pontes, no início da Av. Jequitaia, da qual foi construtor; estátua do Irmão Joaquim, na praça fronteira ao Colégio de São Joaquim, por êle fundado; monumento a Lauro Farani de Freitas, na calçada em frente à estação da Leste Brasileiro, de que foi diretor; estátua de Luís Tarquínio, na praça central da vila operária por êle construída na Av. Luís Tarquínio; monumento ao Salvador, no largo em frente à Basílica do Senhor do Bonfim, inaugurado em 1865; herma de Júlio Davi, no bairro de Itapagipe, ao lado da igreja do Rosário.

Como monumentos históricos também se podem considerar numerosos edifícios inscritos nos livros de tombo da Diretoria do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, entre os quais o edifício da Associação Comercial; o Colégio dos Órfãos de São Joaquim; o Paço do Saldanha, hoje Liceu de Artes e Ofícios; o Recolhimento do Bom Jesus dos Perdões; a Cúria Metropolitana, na Praça da Sé; a Casa dos Sete Candieiros (sede da D.P.H.A.N.); o antigo Solar Boa Vista (atual Hospital Juliano Moreira), onde morou Castro Alves; o Solar do Sodré (hoje Ginásio Ipiranga), onde morreu Castro Alves; o Solar do Barão do Rio Real (Pr. Almeida Couto); o Solar Marback (baixa do Bonfim); Solar do Conde dos Arcos (hoje Colégio Dois de

Vista da baía de Todos os Santos.

Julho); Santa Casa de Misericórdia; Casa das Setes Mortes (Rua Ribeiro Santos); Solar do Gravatá (Pr. dos Veteranos); Palacete do Berquó (Rua Visconde de Itaparica), e muitos outros edifícios tombados. Deve-se ainda mencionar a Casa de Rui Barbosa, hoje museu, mantido pela Associação Baiana de Imprensa, na Rua Rui Barbosa; o Palácio dos Governadores, e o Paço da Câmara Municipal, na Praça Tomé de Sousa. Ainda devem ser referidas, dentre as numerosas placas de mármore e de bronze que assinalam lugares onde se desenrolaram fatos marcantes da história da cidade, sobretudo os episódios das lutas contra os holandeses e da guerra da Independência, as que se encontram no ângulo direito da Biblioteca Pública do Estado e na segunda coluna da fachada lateral da Secretaria de Agricultura que reproduzem a planta da primitiva cidade, marcando os seus dois pontos extremos.

Sôbre o assunto há uma separata da Revista Militar Brasileira, sob o título "Os Monumentos Nacionais — Estado da Bahia", da autoria do coronel João Batista de Matos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A riqueza das tradições da Bahia expande-se na seqüência das festas populares, que, embora apresentando um ciclo mais intenso de dezembro a abril, se estende por todo o ano, quase se podendo afirmar que não há mês sem uma grande festividade. Não só os motivos religiosos, senão também comemorações cívicas e outros pretextos puramente populares são motivos para as expansões de alegria e os folguedos do povo. Algumas vêzes, dois ou três motivos se associam, dando a tais manifestações acentuada côr local.

O rico e sugestivo calendário destas manifestações pode assim resumir-se:

Festa de Nosso Senhor dos Navegantes — Realiza-se no dia 1.º de janeiro a mais bela comemoração religiosa da Cidade. Na véspera, à tarde, a imagem do Senhor dos Navegantes é transportada por mar da igreja da Boa Viagem para a Basílica da Conceição da Praia, onde é recebida festivamente, para daí sair, de volta, no dia seguinte, depois de missa solene, sendo conduzida até o cais, onde é embarcada em riquíssima galeota. No trajeto de ida e volta, do cais à Basílica, é acompanhada pela imagem de Nossa Senhora da Conceição da Praia. Forma-se imenso cortejo marítimo de centenas de embarcações de todos os tipos, que, indo até a entrada da barra, defronte do outeiro de Santo Antônio, ruma depois, com a imagem, para o seu santuário, na Boa Viagem, onde encontra, ao chegar à praia, a imagem de Nossa Senhora da Boa Viagem, que vem recebê-la. À tarde, realiza-se a procissão de Nossa Senhora da Boa Viagem. Desde a noite da véspera, no dia da festa e no seguinte, o largo da Boa Viagem e logradouros próximos é centro de festejos populares, com comidas baianas servidas nas barracas, músicas e exibições.

Festa de Reis — Os festejos de 6 de janeiro reproduzem os costumes da época da catequese, quando os Jesuítas, visando a atrair o gentio, organizavam folguedos de fundo religioso, que fizeram costume entre o povo e chegaram até nós. O centro destas festividades é o Largo da Lapinha, sendo animados, também, na Penha e no Rio Vermelho. Consistem na visita de "ternos" e "ranchos", que vindos de pontos diversos da cidade, cada qual com o seu estandarte e o seu símbolo, e ao som de orquestras, executam bailados no palanque armado na praça. Festa patrocinada pela Prefeitura, uma comissão julga e confere prêmios, que são entregues na noite do dia 7 na Praça de Palácio, onde as danças se repetem. Terminada a apresentação na Lapinha, na madrugada do dia 6, os ternos e ranchos dispersam-se pela cidade, visitando clubes e residências, onde, animados pelos seus cânticos, se realizam entusiásticos bailes. Entre os ternos, são mais populares os denominados Arigof, Bacurau, Bem-te-vi, Bonina, Cardeal, Estrêla d'Alva e Robalo.

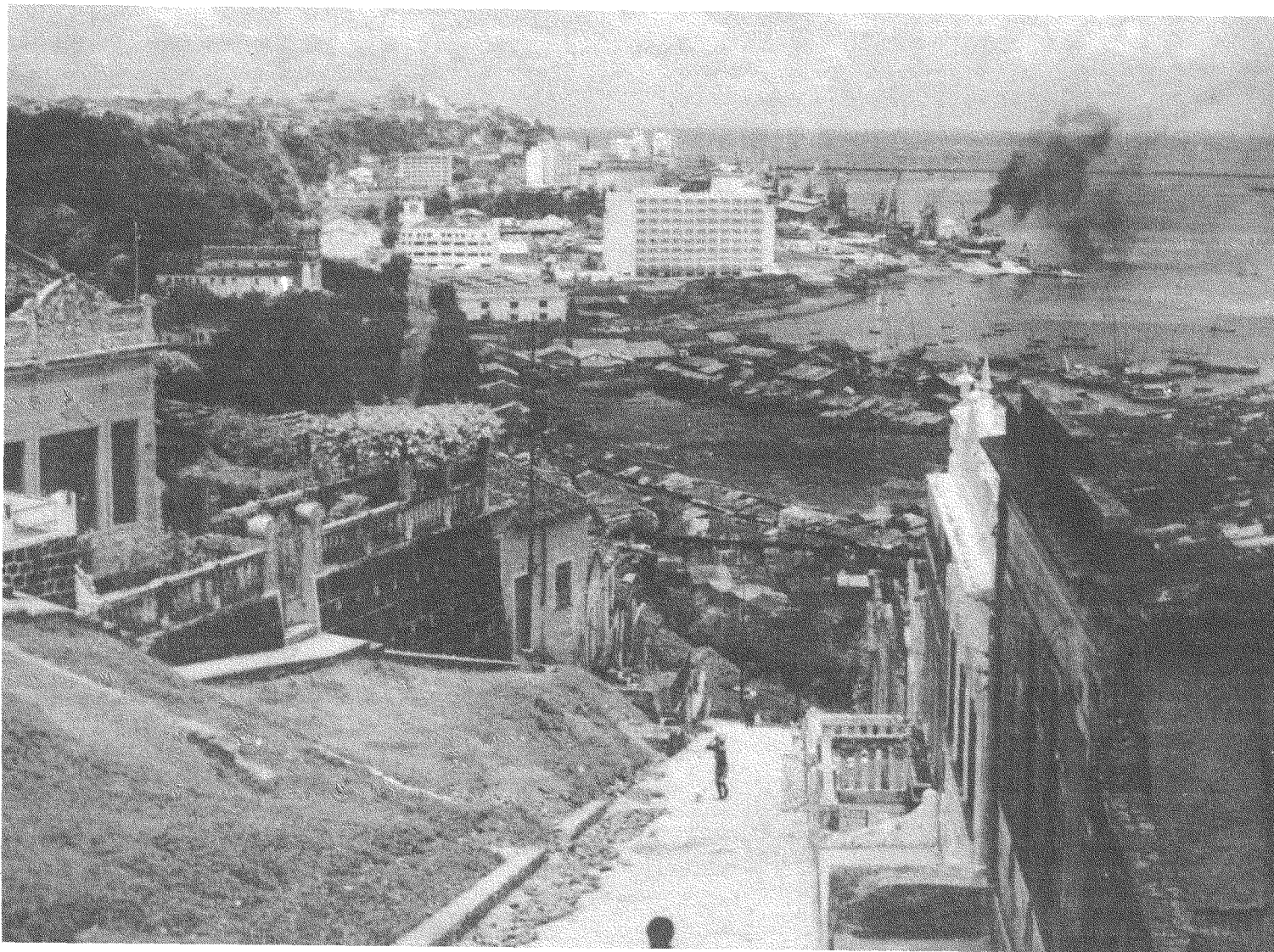
À porta das residências visitadas os ternos cantam:

Ó de casa, nobre gente!...
Despertai e ouvireis
Que da parte do Oriente
São chegados os 3 Reis.

Aberta a casa, entram todos, bailando e cantando:

Abra a porta, também a janela,
Queremos gozar esta côr de canela!...

A dona da casa
É boa de dar
Garrafas de vinho
Doce de araçá.

Festa do Bonfim — Celebra-se no terceiro domingo de janeiro a mais imponente das festas religiosas da Bahia. Compreende um verdadeiro ciclo, que se estende até os primeiros dias de fevereiro. É precedida de novena, que culmina com os grandes festejos populares da noite de sábado, com a grande missa campal do domingo e com os folguedos dessa noite, que se encerram com fogos de artifício. Nessa mesma noite, começam as festividades de Nossa Senhora da Guia, que se encerram no domingo imediato, com as mesmas solenidades religiosas, embora sem a mesma vibração popular. A semana seguinte é dedicada a São Gonçalo e, durante o tríduo, a Irmandade procede a apuração das esmolas depositadas numa grande arca, cujo produto se destina a custear as despesas. No domingo, finalmente, celebra-se a festa, que encerra o ciclo. Durante êste período não só a praça fronteira à igreja, mas tôda a colina e a Baixa do Bonfim se cobre de barracas, onde se encontram os mais variados pratos da cozinha baiana, além de quermesses de prendas e jogos de habilidade, parque de diversões e danças de capoeira, tudo enfeitado pela vistosa indumentária das "baianas" e animado por orquestras e filarmônicas. Não só da cidade, como do interior do Estado e de outros pontos do País, acorre verdadeira multidão para participar desta festividade, cuja origem data de 1745. Na quinta-feira anterior à festa do Bonfim, realiza-se a tradicional lavagem da igreja, partindo da Praça Cairu amplo cortejo, inclusive de devotos que pagam promessas, formado de carroças e animais ornamentados conduzindo pipas e barris, acompanhado de numerosas "baianas" típica e ricamente trajadas, que compõem o ritual dos candomblés. Atualmente a "lavagem" é simbólica, limitando-se ao adro do templo e é prestigiada com a presença de altas autoridades, contando invariàvelmente com o comparecimento do Prefeito e do Presidente da Câmara do Salvador. Stefan Zweig escreveu uma página admirável sôbre a "lavagem" no seu livro "Brasil, país do futuro".

Aspecto parcial da Cidade Baixa.

Festa da Ribeira — Complemento das festas do Bonfim, embora sem qualquer ligação oficial com a mesma, realiza-se no dia seguinte à chamada Segunda Feira da Ribeira, congregando grande número de foliões, que, durante todo o dia até a madrugada seguinte, realizam verdadeiro carnaval, com máscaras, cordões, batucadas e corso. Famosos capoeiristas realizam exibições.

Festa de Iemanjá — No dia 2 de fevereiro, no bairro do Rio Vermelho, realiza-se a festa de Iemanjá — a mãe-d'água ou rainha do mar —, identificada no sincretismo religioso, como Nossa Senhora das Candeias. É uma festa de pescadores e homens do mar, a que a crendice popular e a curiosidade dos visitantes emprestam maior relêvo. Os iniciados e devotos levam suas oferendas — flôres, perfumes, pequenos espelhos, moedas, pentes e objetos de adôrno —, que, no culto afro-brasileiro, se consideram da preferência de Iemanjá, bem como bilhetes em que se lhe dirigem pedidos de tôda sorte. Os presentes são recolhidos na "casa do pêso", em um balaio, sob as vistas do "pai e da mãe-de-santo", que é conduzido numa embarcação, seguida de numeroso acompanhamento, ao som de cânticos rituais e lançado ao mar. Se submerge, significa que Iemanjá aceitou o presente e dará sua proteção aos seus devotos. Porém se as ondas o arremessam à praia é sinal de mau augúrio. O culto à mãe-d'água é também realizado na Lagoa do Abaeté, no Dique e em Itapagipe.

Festa de Itapoã — Celebra-se no mesmo dia (2 de fevereiro) a festa de Nossa Senhora da Purificação, precedida da lavagem da igreja na quinta-feira, e manifestações populares a Iemanjá.

Festa do Rio Vermelho — No domingo anterior ao carnaval, realiza-se neste bairro a festa da sua padroeira Senhora Sant'Ana, precedida de novena e de lavagem da igreja na quinta-feira. No domingo anterior já o Bando Anunciador dos festejos, aproveitando as festas de Nossa Senhora de Lourdes e Nossa Senhora do Parto, percorre o bairro com carros alegóricos, conduzindo a rainha da festa e suas princesas, seguido de batucadas e cordões carnavalescos. No sábado, há visita dos ranchos e ternos, e no domingo, após as solenidades religiosas, há um pequeno carnaval durante a tarde e à noite, quando se queimam fogos de artifício.

Carnaval — Como em todo o país, esta festa popular desperta entusiasmo em todo o Estado. Não só nos clubes como nas ruas, os préstitos dos clubes carnavalescos, os cordões, blocos, batucadas, além de grupos de mascarados, animam as ruas, e vão do Terreiro até o Campo Grande, em cujos passeios as famílias assistem aos folguedos sentadas em cadeiras, bancos e sofás, colocados de São Bento até as Mercês, numa demonstração "do espírito simples, comodista e contemplativo do nosso povo". A Prefeitura Municipal

do Salvador realiza pelo Carnaval o baile do Galo Vermelho.

Procissão dos Passos — É a primeira procissão da quaresma, realizada na segunda sexta-feira após as cinzas, saindo da igreja da Ajuda para a Catedral. Toma parte na procissão a imagem de Nosso Senhor dos Passos, uma das relíquias da cidade, que percorre ruas do bairro da Sé e se dirige ao Terreiro de Jesus, onde se dá o "encontro" com a imagem de Nossa Senhora das Dores, que sai da igreja de São Domingos.

Semana Santa — A semana santa tem especial comemoração na cidade. No domingo de Ramos se celebra a bênção das palmas, que são guardadas como relíquias. Na sexta-feira realiza-se, com grande solenidade, a Procissão do Entêrro, que parte da igreja da Ordem 3.ª do Carmo, para onde retorna, depois de ter percorrido ruas dos bairros do Beco e da Sé, ficando a imagem do Senhor Morto exposta à veneração dos fiéis durante tôda a noite.

Sábado de Aleluia — Os festejos da Aleluia constam de missa pela manhã; à noite há queima de "judas" nos bairros, com leitura do testamento do traidor, geralmente em versos, e queima de fogos de artifício. Nos clubes realizam-se animados bailes.

Mês de Maria — Esta devoção é celebrada com esplendor em quase todos os templos da cidade.

Procissão de S. Francisco Xavier — Realiza-se no dia 11 de maio a procissão do padroeiro da cidade, sob o patrocínio da Câmara Municipal, em cumprimento de voto público, tomando parte autoridades e irmandades. O cortejo sai da Catedral-Basílica e percorre as principais ruas do centro da cidade. Esta procissão data de 1636.

Festa do Divino Espírito Santo — A festa do Divino cai em dia móvel e é celebrada na igreja de Santo Antônio Além do Carmo. A solenidade conta com a presença simbólica do pequeno "Imperador", que, após a missa, se dirige à Casa de Detenção, situada próximo à Igreja, com grande acompanhamento, onde dá liberdade a dois reclusos fazendo cair sôbre os mesmos a bandeira que empunha. O pequeno "Imperador" é sempre criança de família distinta do bairro e se apresenta luxuosamente vestida com real indumentária.

Procissão de Corpus Christi — A procissão do Corpo de Deus, realizada pela primeira vez em 13 de junho de 1549, a primeira a que assistiu a quadricentenária cidade, é a mais notável, do ponto de vista histórico. Realiza-se na quinta-feira da segunda semana após a Festa do Divino. É uma tradição de 400 anos, que vem sendo mantida e custeada pela Câmara Municipal, que assumiu desde 1549 o compromisso de nela se fazer representar. No passado, eram concedidas graças especiais aos que comungavam e acompanhavam todos os atos religiosos do dia.

Festa de Nossa Senhora Auxiliadora — A 24 de maio, os Salesianos festejam na igreja anexa ao Colégio, no Largo de Nazaré, o dia de Nossa Senhora Auxiliadora, havendo procissão, que percorre ruas do bairro.

Festa de Santo Antônio — A partir de 1.º de junho, realizam-se por tôda a cidade festas em louvor de Santo Antônio. Constam de trezenas rezadas nas residências e templos. Após as orações, há geralmente festas íntimas, com comidas típicas, licor de jenipapo e danças. São ricos de tradição os cânticos em louvor ao Santo soldado que promove casamentos e ajuda a encontrar objetos perdidos. Quadras como esta são ouvidas:

> "Glorioso Santo Antônio,
> Com Deus menino nos braços:
> Fazei que êle me prenda
> Nos seus amorosos laços!"

Nas igrejas da Piedade, Mouraria, Santo Antônio da Barra, Santo Antônio Além do Carmo e sobretudo na igreja de São Francisco, as cerimônias religiosas do dia 13 de junho são bastante concorridas.

Festa de São João — A noite e véspera de São João é intensamente vivida nos bairros afastados da cidade. Apesar de tôdas as restrições, é impressionante a queima de fogos neste dia e, principalmente, a sôlta de balões, uma tradição que permanece arraigada na vida da cidade. Nas residências, come-se a canjica de milho verde, a pamonha, o pé-de-moleque, bebe-se o licor de jenipapo e festeja-se o santo com danças, quadrilhas e outras brincadeiras.

Festa de São Pedro — Na véspera do dia 29 de junho, embora com menor intensidade, festeja-se o São Pedro, com as mesmas características da festa em louvor a são João.

Dois de Julho — Se a festa do Senhor do Bonfim representa a maior solenidade religiosa em Salvador, o Dois de Julho constitui a mais imponente e vibrante comemoração cívica. Para os baianos, a Independência foi realmente conquistada no dia 2 de julho de 1823, quando o Exército Libertador expulsou as tropas portuguêsas — que ocupavam a cidade. Desde 1824 vem o povo festejando a grande data. Pela manhã do dia 2, as autoridades e o povo reúnem-se no Largo da Lapinha, defronte do Pavilhão dos "Caboclos", os quais daí são retirados em vistosas carrêtas, formando-se então o cortejo cívico, conduzindo retratos dos heróis e carros alegóricos, que percorrem o mesmo itinerário seguido, em 1823, pelas tropas vitoriosas. Em todo o percurso, as casas apresentam festiva ornamentação, com bandeiras, colchas, palmas, e o préstito é interrompido nos pontos mais importantes pelas palavras de oradores, que exaltam as glórias do passado.

Ao chegar à Praça da Sé, os "Caboclos" e as alegorias são recolhidos em pavilhão, e a passeata dissolve-se. À tarde, o Cardeal Arcebispo celebra o Te-Deum na Catedral-Basílica, e, em seguida, se reorganiza o préstito, em que se desfilam os colégios, os clubes desportivos, as fôrças armadas e grande massa popular em demanda ao parque Dois de Julho (Campo Grande), da escadaria de cujo monumento se ouvem discursos patrióticos, encerrados pelo do Governador do Estado. No parque, maravilhosamente iluminado, perdura a visitação aos "Caboclos" durante as noites seguintes, até o dia 6, quando, em passeata, retornam ao Pavilhão da Lapinha. No dia 14 se encerram as comemorações com uma romaria cívica ao panteão de Labatut, em Pirajá.

O entusiasmo com que o povo, por mais de um século, vem comemorando esta efeméride, sòmente pode ser traduzido nos arroubos condoreiros do genial poeta da Bahia

— Castro Alves —, na sua ainda hoje repetida "Ode ao Dois de Julho":

"Era no Dois de Julho. A pugna imensa
Travara-se nos cerros da Bahia...
O anjo da morte pálido cosia
Uma vasta mortalha em Pirajá.
Neste lençol tão largo, tão extenso
Como um pedaço rôto do infinito...
O mundo perguntava erguendo um grito!
— Qual dos gigantes morto rolará?!...

Debruçados do céu... a noite e os astros
Seguiam da peleja o incerto fado...
Era a tocha — o fuzil avermelhado!
Era o Circo de Roma — o vasto chão!
Por palmas — o troar da artilharia!
Por feras — os canhões negros rugiam!
Por atletas — dois povos se batiam!
Enorme anfiteatro — era a amplidão!

Não! Não eram dois povos que abalavam
Naquele instante o solo ensangüentado...
Era o porvir — em frente do passado,
A liberdade — em frente à escravidão.
Era a luta das águias — e do abutre,
A revolta do pulso — contra os ferros,
O pugilato da razão — contra os erros,
O duelo da treva — e do clarão!..."

....

Festa de São Cristóvão — A 23 de julho os motoristas festejam o seu padroeiro numa procissão noturna, que sai da igreja da Conceição da Praia e vai até à Barra. Quase todos os veículos motorizados acompanham a imagem, transportada em carrêta iluminada através da cidade.

Festa de Santana — Celebra-se no dia 26 de julho, na matriz de sua invocação, constituindo feriado escolar; é festejada pela associação de professôres, que a veneram como sua padroeira.

15 de Agôsto — Três festividades religiosas, tôdas precedidas de novenas, se realizam nesta data: na igreja da Barroquinha, a festa de Nossa Senhora da Boa Morte, cuja maior imponência, é na noite de 14, e que é promovida pela Irmandade do Senhor dos Martírios, constituída sòmente de homens de côr; no Mosteiro de São Bento, a festa de Nossa Senhora das Angústias e na igreja da Saúde, a de Nossa Senhora da Assunção.

7 de Setembro — Como em todo o País, a data é comemorada com desfile militar, pela manhã, e parada colegial, à tarde, indo da Sé até o monumento ao "2 de Julho".

Festa da Primavera — É festejada a primavera pela mocidade estudantil num cortejo carnavalesco, que percorre as ruas centrais da cidade.

Cosme e Damião — Os dois santos católicos — Cosme e Damião — são identificados no sincretismo religioso com os gêmeos Ibji, donde a popularidade e as características da festa. É comum, no mês de setembro, saírem pela rua "filhas de santo" com a gravura dos santos e pedindo esmolas para a missa votiva — "missa pedida". A festa é de caráter doméstico e realiza-se no dia 27 de setembro; os devotos, que são numerosos, geralmente mandam celebrar missa e oferecem aos amigos e visitantes grandes comezainas, com tôda a gama da culinária afro-brasileira, regada a vinhos e licores. É de preceito, nesse dia, que as crianças sejam as primeiras servidas em mesa especial. Em tôdas as classes, as famílias que possuem gêmeos se consideram obrigadas a festejar os santos "mabaças", inclusive com a "missa pedida" pelos gêmeos.

Festa de São Francisco — É festejado com grande imponência no mosteiro de São Francisco e no convento da Piedade a 4 de outubro.

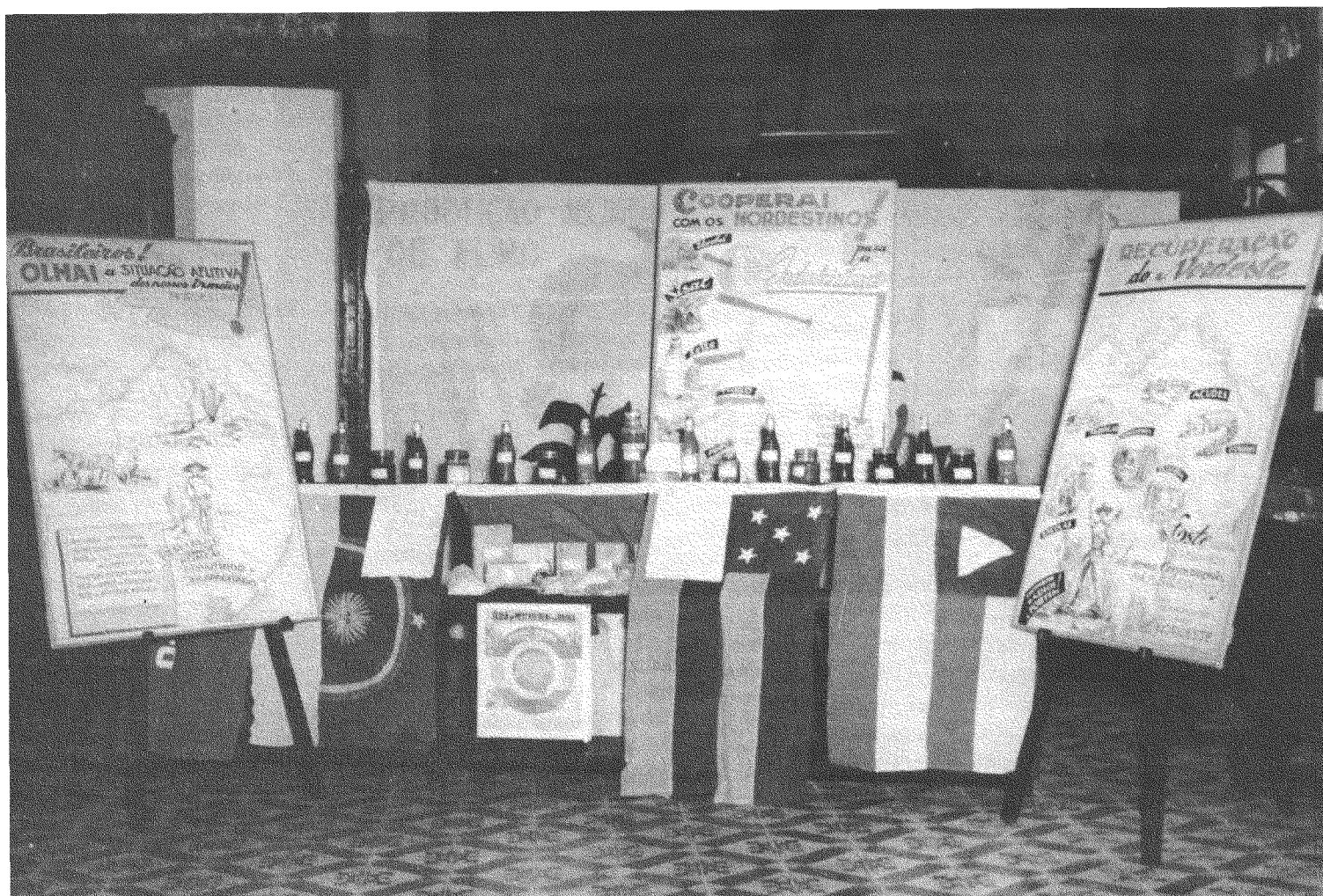
Festa de Nossa Senhora da Piedade — É comemorada na igreja do seu padroado, dos frades Capuchinhos, no terceiro domingo de outubro, sendo precedida de novena, encerrando-se com missa solene e festejos de largo.

Novembro — Em novembro, a cidade comemora as datas de Finados, com visitas aos cemitérios, bem como os dias da República e da Bandeira, com as habituais cerimônias cívicas.

Festa da Conceição — A 8 de dezembro, com a festa celebrada na igreja de Nossa Senhora da Conceição da Praia, inicia-se o ciclo mais intenso das festividades populares. As novenas realizam-se com extraordinária imponência, ricamente ornamentados os altares. À tarde do dia 8, percorre as principais ruas da Cidade Baixa a procissão, que é repetida, no dia seguinte, pelos peixeiros do Mercado-Modêlo, que transportam até à igreja a imagem de Nossa Senhora da Conceição, entronizada no mercado. Durante todo o período das novenas, mas principalmente nos dias 7 e 8, a praça fronteira à igreja e ruas adjacentes se enchem de barracas, em que se encontram comidas típicas, numerosas frutas da estação, jogos e diversões de tôda a sorte, além das rodas de samba e de capoeira, o que atrai aos festejos multidão incalculável.

Festa de Santa Luzia — Na matriz do Pilar, na Cidade Baixa, festeja-se Santa Luzia no dia 13 de dezembro, sendo exibidas então riquíssimas alfaias que tornam famoso aquêle templo.

Natal — A "missa do galo", celebrada em tôdas as igrejas, provoca o movimento noturno da população enquanto na maioria dos templos e em numerosas casas, se armam vistosos presépios, sendo mais importantes os das igrejas de São Francisco, da Piedade e o da residência Magnavita (Av. Joana Angélica, n.º 37).

Festa de Nossa Senhora das Candeias — Na Vila de Candeias, centro de concorridas romarias, celebra-se a 2 de fevereiro a festa da padroeira, a que afluem devotos de vários pontos do País. A festa principal consiste na procissão com velas acesas ou candeias, reproduzindo a viagem de Nossa Senhora ao Templo, conduzindo o Menino Jesus. Em seguida, há a visita à fonte dos milagres, a que se atribuem curas de doenças da vista. Os romeiros costumam entoar cânticos e benditos correspondentes aos diferentes momentos da visita.

Exposição de produtos derivados do Umbuí.

Como saudação inicial:

"Deus vos salve, Mãe de Deus,
Das Candeias invocada,
Amparo dos pecadores,
Neste monte colocada.

Em romaria aqui vimos
Uma promessa pagar;
A vós, Rainha do céu,
A vós, estrêla do mar".

Na visita à fonte:

"A vossa água é tão santa,
Que a nossa vista clareia,
Lavando tôdas as culpas,
Ó Mãe de Deus das Candeias.

Ó Mãe de Deus das Candeias,
Aceitai a romaria,
Que os romeiros são de longe,
Não podem vir todo dia".

E na despedida:

Adeus, minha mãe, adeus!
Adeus, Senhora da Luz!
Adeus, Virgem das Candeias!
Adeus, ó Mãe de Jesus!

Não há cristão que não chore,
Na hora da despedida;
Ao deixar tão boa Mãe,
Consolo de nossa vida."

Festa de São Braz — No dia 9 de fevereiro, comemora-se em Plataforma o dia de São Braz com missa solene, concorrida procissão e festa de largo à noite.

Outras efemérides — A data de 29 de março é comemorada oficialmente como a da fundação da cidade do Salvador, relembrando a data do desembarque de Tomé de Sousa na Bahia.

Afora outras datas, comemora-se ainda a data do nascimento de Rui Barbosa (5 de novembro) e a data do nascimento de Castro Alves (14 de março), constando de sessões cívicas nas entidades culturais, festas escolares e romaria ao Forum Rui Barbosa e ao monumento e ao túmulo de Castro Alves, onde são depositadas coroas de flôres.

Sôbre as festas, procissões e manifestações folclóricas, em Salvador, existe farta literatura. Convém ler: "Bahia; Imagens da Terra e do Povo", de Odorico Tavares; "Breviário da Bahia", de Afrânio Peixoto; "Procissões Tradicionais da Bahia", de Silva Campos; e "Casos e Coisas da Bahia", de Antônio Viana.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — A cidade do Salvador foi fundada em 1549, permanecendo como capital do Brasil até 1763. Em quase 215 anos gozou do privilégio de ser a primeira metrópole lusitana do novo mundo, tornando-se "uma réplica fidelíssima de Lisboa e do Pôrto, as duas maiores cidades de Portugal".

A divisão do território da capitania da Bahia em freguesias e distritos militares precedeu à divisão civil. A criação de vilas na Capitania só ocorreu após a Carta Régia de 5 de setembro de 1696, que ordenou a criação

de povoações pelo Recôncavo, embora a Carta Régia de 27 de dezembro de 1693 já houvesse ordenado esta providência. Em conseqüência da carta de 5 de setembro de 1696, foram criadas as vilas de Jaguaripe (1697), Cachoeira e São Francisco de Sergipe do Conde (1698).

Como se vê, de 1549 a 1696, a cidade do Salvador foi a única unidade administrativa existente na Capitania.

Na divisão administrativa de 1911, o Município denomina-se São Salvador e se compõe de 19 distritos: Sé, São Pedro, Conceição da Praia, Rua do Paço, Vitória, Santana, Pilar, Mares, Penha de Itapagipe, Nazaré, Brotas, Santo Antônio Além do Carmo, Itapoã, Pirajá, Paripe, Cotegipe, Passé, Matoim e Maré.

Por fôrça do Decreto Estadual n.º 7 479, de 8 de julho de 1931, foram anexadas ao município de Salvador as ilhas do Bom Jesus, dos Frades, da Madre de Deus e de Santo Antônio.

Em 1933, o Município compõe-se de 24 distritos, tendo tido acrescidos à composição vigente em 1911, mais cinco distritos: Aratu, Candeias, Santo Amaro de Ipitanga, Plataforma e Periperi.

Na divisão territorial de 1936, ainda se apresenta com o mesmo número de distritos, sendo 12 urbanos e 12 suburbanos, notando-se que os distritos de Santo Antônio Além do Carmo e Penha de Itapagipe passaram a denominar-se respectivamente, Santo Antônio e Penha.

A divisão territorial de 1937 alterou a denominação do distrito da Sé para Salvador e suprimiu a divisão em quadros urbanos e suburbanos, constituindo todo o município um só quadro — o urbano.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município do Salvador passa a ser constituído de um só distrito — Salvador —, subdividido, por sua vez em 24 zonas com as mesmas denominações dos distritos constantes da divisão territorial de 1936, situação que permaneceu inalterada nas divisões territoriais fixadas para os qüinqüênios 1939-1943 e 1944-1948, estabelecidas pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, e pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, sendo que a última divisão alterou a denominação de zona para subdistrito.

O artigo 23 do Ato das Disposições Transitórias da Constituição Estadual de 1947, transferiu do município de São Francisco do Conde para o de Salvador os distritos de Suape e Senhor dos Passos com as denominações, respectivamente, de Madre de Deus e Bom Jesus, situação que permaneceu até 1953.

Em 1954, a Lei municipal n.º 502, de 12 de agôsto, dividiu o município do Salvador em cinco distritos com a seguinte subdivisão:

Distrito de Salvador — Cidade do Salvador (sede). Subdistritos de Amaralina, Brotas, Conceição da Praia, Itapoã, Mares, Maré, Nazaré, Passo, Penha, Pilar, Plataforma, Periperi, Pirajá, Paripe, Sé, Santana, Santo Antônio, São Caetano, São Pedro e Vitória.

Distrito de Ipitanga — Vila de Ipitanga (sede). Compreende o subdistrito de Portão.

Distrito de Água Comprida — Vila de Água Comprida (sede), compreendendo os subdistritos de Aratu, Cotegipe e Matoim.

Distrito de Nossa Senhora das Candeias — Vila de Nossa Senhora das Candeias (sede), abrangendo o subdistrito de Passé.

Distrito da Madre de Deus — Vila da Madre de Deus (sede), abrangendo as ilhas da Madre de Deus, Maria Guarda, das Vacas, do Bom Jesus, dos Frades de Santo Antônio e pequenas ilhas adjacentes.

A partir de 1891, o município do Salvador passou a ser administrado por um Conselho, um chefe do Executivo denominado intendente, eleitos por quatro anos. Em 1915, pela Lei n.º 1 102, de 11 de agôsto, passaram os intendentes a ser nomeados pelo governador, com a aprovação do Senado Estadual e pelo prazo de dois anos. Em 1928, os conselheiros municipais passaram a ter a denominação de vereadores e, em 1930, o intendente passou a chamar-se prefeito. Só recentemente, em 1954, o cargo de prefeito do município da Capital se tornou eletivo.

A atual administração do município é exercida pelo Eng.º Hélio Ferreira Machado, eleito prefeito em 1954, e pela seguinte Câmara Municipal: vereadores Heitor Dias Pereira (Presidente), Adroaldo Soares de Albergaria, Augusto d'Almeida Monteiro, Amir Rodrigues de Macêdo, Antonino Batista dos Anjos Casaes, Armando Ulm da Silva, Artur Guimarães Cova, Carlos de Góes Mascarenhas, Dionisio Carlos de Azevedo, Gustavo Gomes da Fonseca, Jaime Loureiro Costa, José da Rocha Lira, Josenita Dias da Quinta, Laurentina Pugas Tavares, Lutgard Macedo, Maria Nemur do Valle Laffitte, Osório Villas Boas e Rosalvo Barbosa Romeu. Como suplente têm exercido a função: Ajax Baleeiro, Ebert de Castro, Haroldo Sá, José Flávio Tourinho e Mílton Neves.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo resume o movimento financeiro do Município, no decorrer do período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	324 385	334 491	89 608	63 432	97 679
1951	424 774	611 221	103 642	77 692	107 836
1952	384 448	568 612	130 105	108 441	128 510
1953	535 608	427 977	153 917	121 885	147 508
1954	695 081	855 645	188 726	157 261	215 643
1955	942 876	975 501	275 339	226 558	286 847
1956	1 072 098	1 092 830	352 898	301 104	534 883

JUSTIÇA — A Ouvidoria da Bahia foi criada por Carta Régia datada de 20 de janeiro de 1549, sendo nomeado para o cargo, pela mesma Carta Régia, Pero Borges, que veio na comitiva de Tomé de Sousa. A Ouvidoria da Bahia, com sede em Salvador, foi a primeira criada no Brasil. Desta Ouvidoria foi desmembrada a de Sergipe d'El-Rei por Carta Régia de 16 de fevereiro de 1696. Depois foi criada a Ouvidoria da Bahia parte Sul, com sede em Jacobina, pela Resolução do Conselho Ultramarino de 10 de dezembro de 1734, homologada pela Coroa por Carta Régia de 3 de julho de 1742, sendo seu primeiro Ouvidor o B.el Manuel da Fonseca Brandão. Seguiu-se a criação da Ouvidoria de Ilhéus por Carta Régia de 2 de abril de 1763, sendo seu primeiro Ouvidor o Dr. Miguel Aires Lôbo de Carvalho, nomeado por Carta Régia de 19 de fevereiro de 1768. A Ouvidoria do Pôrto Seguro foi criada pela Carta Régia

Aspecto da feira de cerâmica em Água de Meninos.

de 2 de abril de 1763, sendo seu primeiro Ouvidor o Doutor Tomé Conceiro de Abreu, nomeado pela mesma carta que criou a Ouvidoria.

A cidade do Salvador foi sede da primeira Relação do Brasil, criada em Regimento de 25 de setembro de 1587, mas só se instalou a 5 de junho de 1609, por fôrça de novo Regimento datado de 7 de março dêsse ano, de D. Felippe, rei de Portugal, sendo extinta posteriormente por Alvará Régio de 5 de abril de 1626 e restaurada pela Lei de 12 de setembro de 1652, perdendo, porém, a denominação de Relação do Brasil e ficando a Relação da Bahia constituída das capitanias da Bahia, Sergipe, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí, Maranhão, Pará e Rio Negro. Em 1626, foram criadas, na Bahia, as ouvidorias do Crime e do Cível. Mais tarde, em 1696, foi criado o Juizado de Fora, sendo nomeado para o cargo José da Costa Correia. O Juizado do Crime foi criado pela Carta Régia de 21 de fevereiro de 1742, sendo nomeado para o cargo Rodrigo dos Reis Correia, que tomou posse no dia 25 de setembro do mesmo ano.

Pela Resolução do Conselho Provincial datada de 9 de maio de 1833, as Ouvidorias da Bahia passaram à categoria de Comarcas, sendo criadas pela mesma Resolução as de Santo Amaro, Cachoeira, Nazaré, Itapicuru, Sento Sé, Minas do Rio de Contas, Rio São Francisco, Valença e Caravelas, ficando a Província dividida em 13 comarcas.

Com a divisão do País em 11 distritos de Relações, ficou a Bahia como sede da 2.ª Relação compreendendo a Província de Sergipe.

Depois de proclamada a República, o antigo Tribunal de Relação da Bahia continuou a existir até 2 de agôsto de 1892, sendo substituído pelo Tribunal de Apelação e Revista, criado pela Lei n.º 15, de 15 de julho de 1892, tendo-se instalado no dia 11 de agôsto de 1892.

Com a reforma da Constituição do Estado (24 de maio de 1915) foi estabelecido o Tribunal Superior de Justiça, composto de juízes com a denominação de Desembargadores, dada pela Lei n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915.

A primeira divisão judiciária do Estado prevê a fixação do número de Comarcas em 40, inclusive a Comarca da Capital.

Atualmente Salvador é têrmo da Comarca da Capital, integrada, também, pelos têrmos de Camaçari, Itaparica e São Sebastião do Passé.

Funcionam na Capital 17 Varas judiciárias, sendo 3 do Cível, 4 do Crime, 2 de Família e Sucessões, 1 do Comércio, 1 de Órfãos, Interditos e Ausentes, 1 dos Feitos da Fazenda Nacional, 1 dos Feitos da Fazenda Estadual, 1 dos Feitos da Fazenda Municipal, 1 de Assistência Judiciária, 1 de Acidentes do Trabalho e 1 de Menores Abandonados e Delinqüentes.

Está em curso na Assembléia Legislativa um projeto de Reforma do Judiciário.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A cidade do Salvador, por sua topografia, por sua situação na baía de Todos os Santos, pela celebridade de suas igrejas, pelos recantos pitorescos que apresenta, pela suavidade do seu clima, pela sua culinária típica, pelo colorido de suas festas populares, pela tradicional hospitalidade de sua gente, pela sua história quadricentenária, constitui-se, em si mesma, uma grande atração turística. É a cidade mais original do Brasil, em virtude da sua edificação sôbre montanhas, encostas, vales e baixadas, o que lhe confere aspectos singulares de ladeiras, rampas, escadarias, ruas retas ou tortuosas, que apresentam surprêsas imprevistas e contrastes interessantes.

Há sítios, trechos e ruas da Cidade, que já se tornaram famosos, no Brasil e no exterior, graças às descrições de viajantes ou pela fôrça penetrante da música popular, sendo de notar: a Colina do Bonfim; a Ladeira do Pelourinho; o Terreiro de Jesus; o Largo do Cruzeiro de São Francisco; a Baixa dos Sapateiros; o Farol da Barra; a Rampa do Mercado; a Ponta do Monte Serrate; a Feira de Águas de Meninos; as praias e coqueiros de Itapoã; os campos petrolíferos de Candeias, e a lagoa do Abaeté.

Outros aspectos que atraem a curiosidade ou o interêsse do visitante são: o elevador Lacerda; os Planos Inclinados; o Mercado Modêlo, com o restaurante típico de Maria de São Pedro; os templos e mosteiros, — cheios de história e de riquezas; os solares e sobradões antigos; as fontes; os subterrâneos; os monumentos históricos e artísticos; os museus com suas coleções raras e ricas, como o do Estado, ou especializados, como o de arte sacra da Catedral; o antropológico do Nina Rodrigues; o de arte popular do Instituto Feminino; as galerias de arte; as instituições culturais; a Universidade da Bahia; a Casa de Rui Barbosa; as feiras, as festas populares; as praias; as fortalezas; os candomblés; a culinária típica; as pitorescas ilhas da baía; o jardim zoobotânico da Ondina; tudo isto emoldurado na paisagem marítima, que se descortina a cada recanto da Cidade. A cidade do Salvador tem o que mostrar por dias a fio, meses até, ao visitante mais exigente.

Para o confôrto e a distração do visitante, oferecem os hotéis, entre os quais o Hotel da Bahia é o mais confortável e artìsticamente decorado com motivos regionais, ambiente acolhedor e repousante. A vida noturna da Cidade é animada por buates como o Cloc-Bar, o XK-Bar, o Manhattan-Bar, o Anjo Azul, a Buate Pituba e outras, algumas das quais localizadas em recantos pitorescos, de onde se nos oferecem belos panoramas.

Na Galeria Oxumaré, no Passeio Público, o visitante conhecerá manifestações de arte popular regional e tomará contacto com o movimento artístico da Cidade.

Para orientação dos que desejam bem conhecer a Cidade, mantém a Prefeitura um Departamento de Turismo, que tem editado numerosas publicações e guias, podendo-se ainda recorrer a organizações particulares, como a secção

do Touring Clube do Brasil, a Bahia Turismo S. A., a Agência Conde, a Exprinter e a Nortetur.

É ainda Salvador o ponto de partida de visitas e excursões pelo interior do Estado às estações balneárias da ilha de Itaparica, das Caldas de Cipó, de Dias d'Ávila e do Jôrro; aos campos petrolíferos do Recôncavo e à Refinaria de Mataripe; ao castelo da Tôrre; às famosas feiras de Santana; à cachoeira de Paulo Afonso e às obras da Companhia Hidrelétrica do São Francisco.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A beleza da paisagem, o pitoresco das ladeiras, a sua riqueza arquitetônica, a peculiaridade tradicional dos costumes, a impressionante e atraente côr local, tudo, enfim, em Salvador, — sempre foram e continuam sendo motivos de sedução para escritores e artistas — compositores, pintores, desenhistas, fotógrafos, cinegrafistas. Pintores como Panceti, Noêmia, Clóvis Graciano, Aldo Bonadei, Djanira, Inimá, Mercier e outros; desenhistas como Caribé, Thiré, Aldemir, Hansen, Lênio, Poti, Kantor e Campofiorito; compositores como Ari Barroso; fotógrafos como Manzon, Gautherot e Verger chegam à Bahia e se encantam com o que a Cidade apresenta de mais típico, fixando nas suas telas, nos seus papéis, nos seus negativos, nas suas canções tudo de sedutor e de belo que Salvador possui. Isto sem falar nos artistas da terra, igualmente interessados na captação em têrmos de arte, de sua "paisagem", como Prisciliano, Carlos Bastos, Genaro de Carvalho, Rubem Valentim, Maria Célia, Lígia Sampaio, Jenner Augusto. Na escultura, sobressai Mário Cravo Júnior. Na música popular já cantaram a Bahia através de suas composições populares: entre os mais antigos, Sinhô, Assis Valente, Josué de Barros, Humberto Pôrto, Vicente Paiva, Herivelto Martins; entre os mais moços — Aristeu Queiroz, João Melo, Aldemar Brandão, Clodoaldo Brito, Naydson Suzart e Dulfe Cruz. Falando-se em música popular, não se pode esquecer Almirante, um grande amigo da Bahia, e o saudoso Francisco Alves, o cantor que mais músicas gravou sôbre a Bahia. Na música afro-brasileira, sobressai João da Baiana, J. B. de Carvalho, Heitor dos Prazeres e Sussu. Dorival Caimi e Ary Barroso têm divulgado, através das suas populares canções, as mais famosas músicas sôbre a Bahia.

Dotada de tantas peculiaridades, não é de admirar que para Salvador tenham acorrido tantos artistas, fotógrafos, cinematógrafistas, etc.

O nome da Cidade — "O nome da Capital do Estado da Bahia é *Salvador.* Desde o século XVI que se fala em fortaleza do Salvador, cidade do Salvador. Isto todos nós aprendemos na escola. Ninguém, porém, dirá que vai viajar para Salvador, ou que vai a Salvador. Se disser, procura logo acrescentar — Bahia. Pois corre o risco de não ser entendido. É uma questão de tradição: Salvador é mais conhecida como Bahia. Quem nasceu em Santo Amaro diz-se santamarense; em Cachoeira, cachoeirano; em Itaparica, itaparicano. Mas quem nasceu em Salvador, Capital do Estado da Bahia, jamais será salvadorense: há quem chame baiano da gema." (José Valadares "Beabá da Bahia").

"A aludida Capital é entretanto conhecida no Estado, no País e universalmente, pelo nome de *Bahia,* expressão que fica melhor e mais justa, dando-lhe a verdadeira designação de batismo, devido à magnificência da belíssima enseada que a contorna." (Carlos Tôrres — "Bahia — Cidade Feitiço".)

"Abre esta costa do Brasil em 13 graus da parte do Sul uma bôca ou barra de três léguas; a qual, alargando-se proporcionalmente para dentro, faz uma baía tão formosa, larga e capaz, que por ser tal, deu nome à Cidade, chamada por autonomásia — Bahia." (Padre Antônio Vieira — "Ânua da Província do Brasil de 1624 a 1625".)

"O Padre Manuel da Nóbrega, enquanto se não inaugurou a Cidade, datava êle as suas cartas com êste dizer — desta Bahia ... de 1549 — falando assim, como que genèricamente, de referência à baía de Todos os Santos onde se achava. Na carta de 10 de agôsto, porém, aquela em que nos descreve os grandes festejos havidos no dia de *Corpus,* a maneira por que a datou é muito frisante e expressiva — dêste pôrto e cidade do Salvador a 10 de agôsto de 1549...; até o dia de *Corpus* o local é simplesmente — a Bahia; mas depois dêsse dia, e depois das grandes festas, é a cidade do Salvador." (Teodoro Sampaio — "História da Fundação da Cidade do Salvador".)

"Cidade do Salvador da Bahia, dizem alguns". "... o povo continua chamando a sua cidade pelo doce nome de Bahia. Esta é a cidade da Bahia. Assim a trata o povo de suas ruas..." (Jorge Amado — "Bahia de Todos os Santos.")

"A Câmara da Cidade do Salvador, Bahia de Todos os Santos do Estado do Brasil, que êsse era o seu título oficial dos primeiros tempos..." (Teodoro Sampaio — "História da Fundação da Cidade do Salvador".)

Nas atas da Câmara do século XVII encontram-se as referências à "cidade do Salvador" e "cidade do Salvador Bahia de Todos os Santos".

Luís Vilhena, no comêço do século XIX, sugeriu as denominações eruditas de soterópolis (*Soter* — *Salvador* e *polis* — cidade) e soteropolitano para designar os seus habitantes, os quais não se generalizaram. Baianos se chamam tanto os naturais do Estado, em geral, como os nascidos na cidade do Salvador, em particular.

O topônimo "Bahia", quando de referência ao Estado ou à Cidade, conserva o "h" de acôrdo com o item 42 das "Instruções" relativas ao sistema ortográfico aprovado pela Academia Brasileira de Letras em 12 de agôsto de 1943, ora em vigor:

Outro aspecto da feira de cerâmica em Água de Meninos.

— "42 — Os topônimos de tradição histórica e secular não sofrem alteração alguma na sua grafia, quando já esteja consagrada pelo consenso diuturno dos brasileiros. Sirva de exemplo o topônimo "Bahia", que conservará esta forma quando se aplicar em referência ao Estado e à Cidade que têm êsse nome".

Salvador (Bahia), 6 de fevereiro de 1958.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por José Figueirêdo Leal de Araújo, Chefe da Secção de Estatística da Capital; Revisão e ampliação de Luís Rogério e Artur Ferreira; Revisão gramatical do texto pelo Professor Sebastião Valença.)

Observação: Os dados divulgados referentes ao ano de 1957 e as estimativas para 1958 ficam sujeitos a retificação quando forem divulgados pelos órgãos competentes.

BIBLIOGRAFIA

Ab'Sáber, Aziz Nacib — A Cidade do Salvador — Boletim Paulista de Geografia, n.º 11 — Julho 1952.

Accioli, Inácio e Braz do Amaral — Memórias Históricas e Políticas da Província da Bahia — Vol. I a VI — Imprensa Oficial do Estado da Bahia — 1919-1940.

Amado, Jorge — Bahia de Todos os Santos — Liv. Martins Editora 4.ª ed. — 1956.

— ABC de Castro Alves — Liv. Martins Editora — 1941.

Amorim, Deolindo — A Independência do Brasil e as Câmaras do Recôncavo Baiano — *in* Revista do Instituto Geográfico e Histórico da Bahia — n.º 74 — 1947.

Azevedo, Aroldo de — Regiões e Paisagens do Brasil. Col. Brasiliana n.º 274 — Cia. Ed. Nacional — 1952.

Azevedo, Thales de — Povoamento da Cidade do Salvador — Prefeitura Municipal do Salvador — 1949.

Calmon, Pedro — História da Fundação da Bahia — Museu do Estado da Bahia — 1949.

— História da Literatura Baiana — Prefeitura Municipal do Salvador — 1949.

— História da Bahia — Cia. Melhoramentos de São Paulo — 2.ª ed.

— *História do Brasil* — Col. *Brasiliana n.º 176* — 2.ª ed. — Cia. Ed. Nacional — 1951.

Câmara Municipal do Salvador — Instalação da Câmara Municipal da Cidade do Salvador — Tip. Beneditina — Salvador — 1948.

Carneiro, Edison — A Cidade do Salvador — Coleção Rex-Edição da Organização Simões — Rio — 1954.

— Candomblés da Bahia — Editorial Andes Ltda. — 2.ª ed. — Rio.

Diário Oficial — Edição Especial do Centenário — (581 páginas) Imprensa Oficial do Estado da Bahia — 1923.

Freitas Filho, Lincoln de — Vida e Morte nas Capitanias Brasileiras — I.B.G.E. — 1956.

Freire, Felisbelo — História Territorial do Brasil — 1.º Vol. — Tip. Jornal do Comércio — Rio — 1906.

Friedman, John e José Leal — População e Mão de Obra na Bahia — Livraria Progresso Editora — Bahia — 1957.

Fróis de Abreu, Sílvio — O recôncavo da Bahia e o Petróleo do Lobato — *in* Revista Brasileira de Geografia — Ano I, n.º 2 — 193.

Hartt, C. F. — Geologia e geografia fisiográfica do Brasil — Col. Brasileira n.º 200 — Cia. Ed. Nacional — 1941.

I.B.G.E. — Censo Demográfico de 1940 — Parte XII, tomo 1 — Bahia.

— Censo Demográfico de 1950 — Vol. XX, tomo 1 — Bahia.

— Contribuições para o estudo da demografia no nordeste — 1955.

— Características Demográficas da Bahia — 1949.

— Sinopse Estatística do Município do Salvador — 1948.

— Monografia de Salvador — 1955.

— Anuário Estatístico do Brasil — 1957.

— Boletim Estatístico (vários números).

Kidder, D.P. e Fletcher, J. C. — O Brasil e os Brasileiros — Col. Brasiliana n.º 205 — Cia. Ed. Nacional — 1941.

Leitão, C. Melo — Visitantes do Primeiro Império — Col. Brasiliana n.º 32 — Cia. Ed. Nacional — 1934.

Matos, c.el João Batista de — Os Monumentos Nacionais, Estado da Bahia — Imprensa do Exército — Rio — 1956.

Monteiro, Luís — Fortalezas da Cidade do Salvador — Publicação Estudos Baianos — Bahia — 1957.

Nóbrega, Bernardino Ferreira — Memórias Históricas sôbre as vitórias alcançadas pelos itaparicanos — Tipografia Social — Bahia — 1923.

Norton, Luís — A côrte de Portugal no Brasil — Col. Brasiliana n.º 124 — Cia. Ed. Nacional — 1938.

Ott, Carlos B. — Formação e Evolução Étnica da Cidade do Salvador — Tomo I — Prefeitura Municipal do Salvador — 1955.

Passos, Alexandre — Manoel Vitorino e o Desencanto Político — Irmãos Pongetti Editores — Rio — 1956.

Prado, J. F. de Almeida — A Bahia e as Capitanias do Centro do Brasil — Col. Brasiliana n.º 247 — Cia. Ed. Nacional — 1950.

Prefeitura Municipal do Salvador — Atas da Câmara — Documentos históricos do Arquivo Municipal — Vol. I a VI.

— Livro do Tombo — I Vol.

— Roteiro Turístico da Cidade do Salvador — 1952.

— Pequeno Guia das Igrejas da Bahia (Série) 1949 a 1954.

— Capoeira — Postais da Bahia — n.º 1 — 1955.

— Boletim Informativo — Diretoria Municipal de Estatística e Divulgação — n.º 1 — 1957.

Revista Eclesiástica da Bahia — Ano XLVIII — ns. 2 e 3 — 1956.

Ruy, Afonso — História Política e Administrativa da Cidade do Salvador — Prefeitura Municipal do Salvador — 1949.

— História da Câmara Municipal da Cidade do Salvador — Câmara Municipal — 1953.

— A primeira Revolução Social Brasileira (1798) — Col. Brasiliana n.º 217 — Cia. Ed. Nacional — 1942.

Salvador, Frei Vicente do — História do Brasil — Cia. Melhoramentos São Paulo — 3.ª ed.

Sampaio, Teodoro — História da Fundação da Cidade do Salvador — Tip. Beneditina — Bahia — 1949.

Santos, Milton — O papel metropolitano da Cidade do Salvador — (*conferência*) — Bahia — 1956.

Silva, Alberto — A primeira Cidade do Brasil — Câmara Municipal do Salvador — Bahia — 1953.

— A Cidade de Tomé de Souza — Irmãos Pongetti Editores — Rio — 1949.

— Elogio da Cidade do Salvador (discurso) — Diretoria do Arquivo da Prefeitura Municipal do Salvador — 1952.

Smith, Roberto C. — As Artes na Bahia — Prefeitura Municipal do Salvador — 1954.

Soares, Gabriel — Tratado Descritivo do Brasil em 1587 — Col. Brasiliana n.º 117 — Cia. Ed. Nacional — 3.ª ed. — 1938.

Sousa, Antônio Loureiro de — Baianos Ilustres — Tip. Beneditina — Bahia — 1949.

Tavares, Odorico — Bahia, Imagens da Terra e do Povo — Liv. José Olímpio Editora — 2.ª ed. — 1951.

Torres, Carlos — Bahia, Cidade Feitiço — Imprensa Oficial do Estado da Bahia — 1957.

Valadares, José — Beabá da Bahia — Liv. Turista Editora — 1951.

Viana, Antônio — Casos e Coisas da Bahia — Museu do Estado da Bahia — 1950.

Viana, Hildegardes — A Cozinha Baiana, seu Folclóre, suas Receitas — Fundação Gonçalo Muniz — Bahia — 1955.

Vieira, Antônio (P.e) — Por Brasil e Portugal — Col. Brasiliana n.º 108 — Cia. Ed. Nacional — 1938.

Vilhena, Luís dos Santos — Recompilação de Notícias Soteropolitanas e Brasílicas (Cartas de Vilhena) — 1.º e 2.º vols. — Imprensa Oficial do Estado da Bahia — 1921 e 1922.

Departamento Estadual de Estatística — Informações diversas colhidas nas edições mimeografadas e na própria repartição.

SANTA CRUZ CABRÁLIA — BA

Mapa Municipal na pág. 91 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — A história do município de Santa Cruz Cabrália orgulha-se "de começar com páginas semelhantes às da carta de Caminha, onde se debuxa, por forma tão graciosa e comovente, o sentido fidalgamente humano dos descobridores perante o novo homem do Novo Mundo".

No lugar Coroa Vermelha, onde, a 1.º de maio de 1500, cêrca das 11 horas da manhã, Pedro Álvares Cabral mandou erguer a cruz com as armas e divisas reais de Portugal, começa verdadeiramente a história de Santa Cruz Cabrália.

"A primeira notícia contemporânea, e suficientemente localizada, que temos, da povoação de Santa Cruz, consta duma interessante carta, escrita por Duarte Lemos, que então estava como Governador dessa capitania.

Na curiosa epístola, informa o capitão ao monarca: "Senhor, V.A. saberá como Vasco Fernandes Coutinho veio ter a êste pôrto seguro e foi surgir junto da nau a Santa Cruz, fazenda do duque de Aveiro, que é desta vila duas léguas, onde estava a nau de V.A. a carregar brasil... eu fui ver e lhe pedi e requeri..." (História da Colonização Portuguêsa do Brasil, III, página 267).

Desta notícia, e segundo a carta de Luís Teixeira, conclui-se ter havido mais de uma povoação de Santa Cruz. Duas primeiras se sucederam em ambas as margens do Mutari e na parte final do curso respectivo, distantes duas léguas da vila do Pôrto Seguro. Mas, dada a brevidade dêsse trecho do rio, cêrca de 800 metros ao longo da costa, e a distância de poucos metros dum lado ao outro, as duas povoações estariam tão próximas, que se pode admitir a distinção em velha e nova, com fases no desenvolvimento do mesmo povoado.

O certo é que o tratado da Terra do Brasil, redigido em 1570, ou antes, segundo a opinião autorizada de Rodolfo Garcia, já menciona "Santa Cruz, que está aí (Pôrto Seguro) quatro léguas para o norte" querendo dizer a vila na margem direita do Sernampetiba.

Diz Gabriel Soares "que a vila de Santa Cruz foi edificada por Pero de Campos Tourinho; e para que a povoação tivesse igreja e a terra fôsse objeto duma transação com o duque de Aveiro e êste enviasse a povoá-la gente sua, fêz construir várias benfeitorias para êsse fim, e conclui supondo que a fundação date da chegada do donatário às suas terras, ou pouco depois, ou seja de 1535 ou do ano seguinte e que a passaram para junto do rio Sernampetiba

Vista aérea da cidade.

Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição.

pelos repetidos assaltos e assolações dos aimorés, pela terra ser mais sadia e acomodada para os moradores viverem".

"Conclui-se que, quando Pero de Campos Tourinho fundou a primeira povoação de Santa Cruz, plausìvelmente no lugar onde teria existido alguma pequena feitoria — fortaleza, ainda perduravam muitos tupiniquins, que haviam presenciado aquêles acontecimentos, velhos apenas de 35 anos. Neste tempo, já habitava a margem direita do rio Sernampetiba desde 1530, o português de nome João de Tiba, fazendo-nos crer ser o mesmo encontrado por Aspilcueta Navarro — escreveu êle em 1551: "achei um homem de boas partes antigo na terra, e tinha dom de escrever a língua dos índios, que foi para mim grande consolação..." (Cartas — avulsas, ed. da Academia págs. 71, 76 e 85).

O território fazia parte da capitania de Pôrto Seguro doada a Pero de Campos Tourinho por Carta régia de 27 de maio de 1534 e foral de 23 de setembro do mesmo ano.

Em 1536, Pero de Campos Tourinho fundou na enseada da baía uma povoação que foi arrasada pelos Aimorés, na véspera do Natal do ano de 1564, sendo trucidados quase todos os que se encontravam no templo assistindo à missa do galo. A povoação entrou em decadência após êste fato, mudando-se os seus habitantes para as margens do rio Sernampetiba, onde residia João de Tiba, aí fundando nova povoação com o nome de Santa Cruz. Nessa povoação foi construída uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição, elevada à categoria de Freguesia pelo Alvará régio datado de 2 de dezembro de 1795. Tendo entrado novamente em decadência, ficou reduzida a um simples arraial até que foi restaurada por Decreto da Assembléia provincial datado de 29 de novembro de 1832, sendo criado então o município, com território desmembrado do de Pôrto Seguro, ocorrendo sua instalação a 23 de julho de 1823.

Na divisão administrativa de 1911, o município aparece formado por um único distrito, o de Santa Cruz.

Viveu o município autônomo até 8 de julho de 1931 quando foi extinto pelo Decreto n.º 7 479 e anexado ao de Pôrto Seguro, ficando criada em sua sede uma Subprefeitura.

Pelo Decreto estadual n.º 8 594, de 4 de agôsto de 1933, foi, no entanto, restaurado e reinstalado a 25 do mesmo mês e ano.

O primitivo nome da Povoação foi "Vera Cruz", depois mudado para o de "Santa Cruz" e atualmente é Santa Cruz

Cabrália por fôrça do Decreto n.º 9 400, de 9 de março de 1935.

A então vila de Santa Cruz foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março do ano de 1938. A sua composição administrativa, de acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, é de dois distritos: Santa Cruz Cabrália e Gabiarra, êste último criado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943.

LOCALIZAÇÃO — O município de Santa Cruz Cabrália localiza-se na Zona Fisiográfica do extremo sul do Estado. Limita com o município de Belmonte, com o Oceano Atlântico e com o município de Pôrto Seguro.

É a seguinte a posição geográfica da sede municipal: 16° 15' 06" de latitude Sul e 39° 00' 18" de longitude W.Gr.

Rumo da Capital do Estado à sede municipal, S.S.O., distância, em linha reta, entre ambas: 351 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

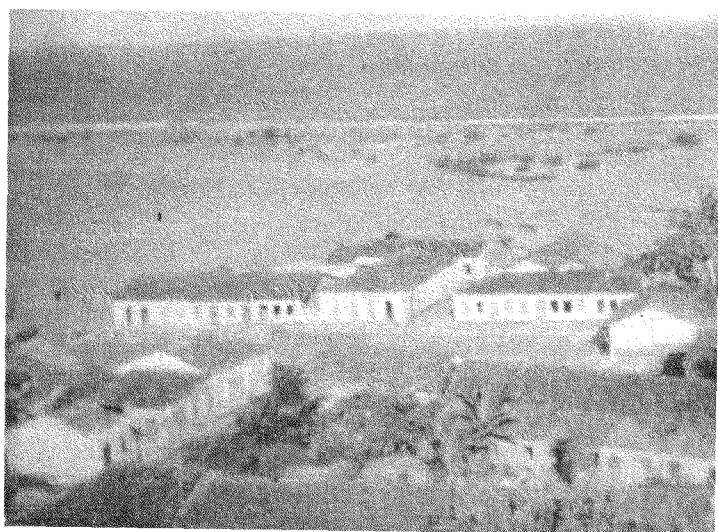
ALTITUDE — Santa Cruz Cabrália está a 5 metros de altitude.

ÁREA — A área do município mede 2 892 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é de topografia muito acidentada, notando-se entretanto um planalto em Santo André, que, partindo dêsse local, perto da barra do rio João de Tiba, vai até defrontar-se com o povoado de Mundo Novo, onde atravessa a rodagem BA-2 entre os rios João de Tiba e Santo Antônio. O ponto culminante do município é a serra da Gabiarra com a altitude aproximada de 400 metros. As serras existentes são contrafortes da serra dos Aimorés, tomando as seguintes denominações locais: serras Limoeiro, Geral ou Gabiarra e Santo Antônio. O município é banhado pelos rios João de Tiba, Santo Antônio, Mutari, Gabiarra, do Sul e Camorogi, êstes dois últimos, afluentes do João de Tiba. *Bacia do João de Tiba* — Êste rio nasce nos contrafortes da serra dos Aimorés, entre o município e o de Pôrto Seguro, corre na direção S.O.-N.E., até a foz do rio Gabiarra e daí, para este, até a cidade, onde toma a direção N.E., até a sua foz, num percurso de quase 135 km. Seus principais afluentes pela margem direita são o Malacacheta, o riacho Grande e rio do Sul (tendo êste como afluentes os rios Sapucaeira, Braço Norte, Riacho Grande, Pequi e Pedrinhas), Ticupai, Bom Sucesso, Tanque e Camorogi; pela margem esquerda o Córrego Grande, o Gabiarra, o Mutuns, o Arimunguê e o Acuba. *Bacia do Santo Antônio* — Êste rio nasce na serra Geral ou Gabiarra, a 85 km da cidade. Seu principal afluente pela margem esquerda é o rio da Praia e pela direita o rio do Sul. *Bacia do Mutari* — Nasce na serra do mesmo nome cêrca de 20 km da cidade; é seu principal afluente, pela margem direita, o rio Jardim. O Mutari é o rio descrito na carta de Pero Vaz Caminha, onde Cabral abasteceu a sua esquadra, por ocasião do descobrimento do Brasil, em 1500. *Bacia do Rio do Sul* — Nasce êste rio no espigão divisor de águas entre o município e o de Pôrto Seguro, a cêrca de 64 km da cidade. *Cachoeiras* — Existem no município 4 quedas dágua dignas de realce: a Cachoeira do Félix, com 7 metros de altura e potência de 400 H.P., localizada no rio do Sul, a cêrca de 36 km da cidade; a Cachoeira Toma-Calção, também com 7 metros de altura e fôrça de 400 H.P., localizada no rio João de Tiba; a Cachoeira Grande, com cêrca de 8 metros de altura e potência de 450 H.P., também no rio João de Tiba; a Cachoeira do Riacho Grande, com 4 metros de altura e fôrça de 80 H.P., situada no Riacho Grande, afluente do rio João de Tiba.

Cruz erguida no local exato onde foi celebrada a 1.ª missa.

CLIMA — O clima é característico da região do extremo sul da Bahia: quente e sêco na zona baixa e agradável no interior. A temperatura da sede apresentou em 1956 os seguintes dados: máxima 38°C, mínima 10°C e média 26°C.

RIQUEZAS NATURAIS — Embora existam jazidas minerais no município, são elas inexploradas. Sabe-se, entretanto, da existência de mica, grafite, calcário, areia monazítica e cristal de rocha, dos quais são conhecidas boas amostras, encontradas ao acaso. *Revestimento florístico* — A flora do Município é exuberante e variadíssima. As principais plantas medicinais são: ipecacuanha, salsaparrilha,

Vista parcial da cidade.

alcaçuz, quina, cambará, janaúba, andá, açu, etc. *Fibras vegetais* — Imbirema, imbiruçu, piaçava, piteira, carrapicho e guaxima. *Plantas de essências* — Baunilha, pau-cravo. *Plantas oleaginosas* — Copaíba (já existindo extração de óleos), côcos, andiroba, etc. *Madeiras de Lei* — cedro, baraúna, canela preta, aderno, pau-ferro, peroba, jacarandá, vinhático, putumuju, jequitibá, sapucaia, louro, etc. *Fauna* — É riquíssima a fauna no município. Na classe dos mamíferos há 3 ou 4 variedades na ordem dos símios, barbado, mono e japurá.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento de 1950 a população do município era de 5 612 habitantes, sendo 2 865 homens e 2 747 mulheres. Dessa população existiam 1 852 brancos, 978 pretos e 2 761 pardos. Da população de 15 anos e mais, 1 099 eram solteiros, 1 685 casados e 171 viúvos. No município, para cada grupo de 100 homens existiam 96 mulheres. A população estimada para 1957 é de 6 000 habitantes. A população da cidade era de 465 habitantes. sendo 198 homens e 267 mulheres, havendo para cada grupo de 100 homens um equivalente de 135 mulheres. A população urbana correspondia a 14% da população total.

Aglomerações urbanas — Existiam em 1950, apenas duas aglomerações urbanas com as seguintes populações: cidade de Santa Cruz Cabrália com 465 habitantes e vila de Gabiarra com 303 habitantes.

Outras aglomerações — Existem ainda os povoados de Santo André (150 hab.), Santo Antônio (60 hab.), Mundo Novo (300 hab.) e Laranjeiras (40 habitantes). Santa Cruz Cabrália é a 4.ª cidade do Estado, de menor população.

ATIVIDADE ECONÔMICA — As pessoas em idade de 10 e mais anos, num total de 3 640, estavam assim distribuídas: 1 873 homens e 1 767 mulheres. Dessa população, 1 478 pessoas (1 423 homens e 55 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", representando 41% da população em idade ativa do município.

Agricultura — É a atividade principal e em 1955 atingiu a cifra de mais de 12 000 milhares de cruzeiros, contribuindo com a maior parcela o cacau, seguindo-se o côco-da-baía, a cana-de-açúcar e o feijão.

Pecuária — A pecuária não tem grande significação para a economia municipal. O efetivo do rebanho em 1956 era constituído, principalmente, de 10 500 bovinos e 25 000 suínos.

Indústria — A indústria extrativa vegetal é importante para a economia do município, sendo o principal produto a piaçava. A extração de madeiras é também de grande significação, possuindo o município vastas reservas de madeiras de lei de tôdas as qualidades.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se com os municípios limítrofes da seguinte forma: Belmonte — marítima (canoa) 65 mi, aérea — 72 km (táxi-aéreo) e vicinal (cavalo) 72 km; Pôrto Seguro — marítima — 15 mi (canoa), aérea, — 20 km (táxi-aéreo), vicinal (cavalo) 24 km e rodoviária — 43 km (caminhão). Liga-se à Capital do Estado: 1.º) aérea — Santa Cruz — Belmonte (72 km, táxi-aéreo) e Belmonte—Salvador, 384 quilômetros; 2.º) mista: a) rodoviária — 43 km (caminhão) Santa Cruz—Pôrto Seguro; b) Pôrto Seguro, Canavieiras, Ilhéus, Salvador (vapôres da Companhia Navegação baiana — 296 mi); à Capital Federal: mista a) Santa Cruz—Belmonte, marítima (65 mi, canoa); b) fluvial (lancha) Belmonte— Canavieiras — 30 km; c) Canavieiras — Capital Federal (aérea 920 km).

Existem no município 2 campos de pouso para pequenos aviões, com pistas de 500 metros; um campo é de propriedade do Govêrno Municipal e se acha localizado em Apoá, na cidade e outro fica a 3 quilômetros da sede municipal, no povoado de Santo André, e é de propriedade das Indústrias Cabrália S. A. Existem também 2 portos fluviais, no rio João de Tiba, servidos por barcos a vela, embora esporàdicamente, que conduzem piaçava para Salvador e abastecem o comércio de gêneros.

COMÉRCIO E BANCOS — Santa Cruz Cabrália mantém transações mercantis com as praças de Salvador e Ilhéus. Existem na sede 11 estabelecimentos varejistas e 1 atacadista. O giro comercial atingiu em 1956 o total de 5 925 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial está fixado em 2 000 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — Está situada a Cidade de Santa Cruz Cabrália entre o rio João de Tiba, ao norte, e o quebra-mar natural, a leste, na baía Cabrália. Conta a cidade 18 logradouros, sendo 1 ajardinado. Todos os logradouros existentes são iluminados a eletricidade. Existem 60 prédios servidos de luz elétrica, dos 171 ali construídos. O logradouro principal é a Praça da Bandeira. Existem na sede 2 pensões e 1 agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Cadeia Pública.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população por 1 Pôsto de Saúde mantido pelo Estado. Exerce a profissão na cidade, 1 médico. Existe 1 farmácia no distrito de Gabiarra. O município integra o Setor n.º 10, sediado em Ilhéus, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade Cultural e Beneficente S. C. Cabrália e a Associação dos Estivadores de S. C. Cabrália são as únicas existentes.

Vista parcial da Baía Cabrália.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 4 550 pessoas, sendo 2 338 homens e 2 212 mulheres. Dessa população sabiam ler e escrever 596 pessoas, sendo 330 homens e 266 mulheres, ou seja, 13% da população de 5 anos e mais. Na cidade existiam 383 pessoas de 5 anos e mais, das quais sabiam ler e escrever 230, sendo 105 homens e 125 mulheres.

Ensino — Existiam, em 1956, 9 unidades escolares do ensino fundamental comum, sendo 1 estadual, 6 municipais e 2 da Campanha de Alfabetização de Adultos. A matrícula do ensino fundamental comum atingiu cêrca de 300 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Possui 1 biblioteca municipal com acima de 1 000 volumes.

CULTOS RELIGIOSOS — A paróquia do município é consagrada a Nossa Senhora da Conceição de Santa Cruz Cabrália. Além da igreja-matriz, existem 2 capelas públicas e 1 semipública. Na sede, há sòmente 1 igreja de estilo colonial. "Êsse templo tem a sua história trágica, pois fôra vítima de repetidos ataques dos aimorés, num dos quais tombara sem vida o padre que celebrava missa, numa remota noite de Natal! Contam que êsse ataque se fizera cruento, rolando o padre a pancadas dos tacapes, assim como altares, imagens e quadros sacros", estabelecendo-se grande atropêlo dos assistentes. Conta-se que dêsse ataque escaparam sòmente duas crianças que, saindo pela praia levaram a notícia a Pôrto Seguro.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS — Como festejo popular atualmente se realiza o denominado "marujada" ou "chegança". Êste folguedo ocorre sempre no dia 8 de dezembro de cada ano, dia da festa da padroeira da cidade, Nossa Senhora da Conceição. As figuras e suas respectivas indumentárias são as seguintes: 1 capitão-de-mar-e-guerra, 1 patrão, 1 contra-mestre, 2 gajeiros, 2 baldeadores, 1 porta-bandeira, 2 guardas-marinhas e os demais, num grupo de 20 ou 30 homens, trajados todos à marinheira.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava com 1 244 eleitores inscritos, tendo votado 996, em 1954. São 8 os vereadores em exercício. Em 1956 havia no município 23 funcionários, assim distribuídos: 6 federais, 3 estaduais, 12 municipais e 2 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — Informa o quadro abaixo o movimento das finanças públicas no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	124	313	38	279
1951	—	161	384	78	184
1952	—	213	419	88	542
1953	—	225	810	94	516
1954	—	385	635	112	615
1955	—	586	742	159	1 103
1956	—	696	1 180	312	1 099

JUSTIÇA — Desde 1763, quando foi criada a Ouvidoria de Pôrto Seguro, ficou Santa Cruz subordinada à mesma. Em 1833, a Ouvidoria foi transformada em comarca, continuando Santa Cruz como têrmo até 1898 quando, pela Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro, passou a têrmo da comarca de Belmonte. Pelo Decreto estadual n.º 264, de 4 de outubro de 1904, foi extinto o têrmo de Santa Cruz e anexado ao de Pôrto Seguro. Pela Lei estadual n.º 967, de 17 de setembro de 1906, foi restabelecido o têrmo de Santa Cruz, iniciando suas atividades a 22 de outubro de 1906 em ato solene sob a presidência do Juiz de Direito de Pôrto Seguro, Dr. Júlio José de Brito, que empossou o Bacharel Antônio Gonçalves Dibaí no cargo de Juiz Municipal. Em 1931 foi o têrmo extinto e anexado ao de Pôrto Seguro, sendo restabelecido em 1933 pelo Decreto estadual n.º 8 594. Nas divisões judiciárias de 1936, 1937 e 1938, aparece o têrmo integrando a comarca de Canavieiras. Pelo Decreto estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo de n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, o têrmo passou a pertencer à Comarca de Belmonte. Com a restauração da comarca de Pôrto Seguro pelo Decreto-lei estadual n.º 175, de 2 de julho de 1949, o têrmo de Santa Cruz Cabrália passou a integrar a nova comarca. Conta o município 4 cartórios, sendo 2 do registro civil.

Vista aérea da cidade.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Antônio Ricáldi da Rocha Castro.* Nasceu no povoado de Santo André no dia 13 de dezembro de 1843. Estudou na Escola de Medicina da Bahia, onde se diplomou em medicina e farmácia. Foi deputado estadual em 5 legislaturas. Tomou a defesa do município de Santa Cruz contra a fundação da "Companhia Norte-Mineira", depois The Brazilian Hardwood Corporation", ideada pelo então governador Luís Viana. Foi êle o lançador do projeto de lei que restabeleceu os patrimônios dos municípios de Pôrto Seguro, Trancoso e Vila Verde (extintos posteriormente) e Santa Cruz Cabrália, em virtude de não terem sido encontradas na Tôrre do Tombo, em Portugal, as cartas de criação dos mesmos. O citado projeto foi transformado em lei sob n.º 691 e assinado pelo governador José Marcelino de Sousa, em 13 de setembro do ano de 1906. Recebeu da Câmara de Pôrto Seguro, a cujo município se radicou, constituindo família e exercendo a sua profissão, o título de "benemérito". Faleceu no dia 29 de maio de 1933.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se santacruzense de cabrália, entretanto a forma cabraliense será melhor e mais concisa. O seu topônimo era "Vera Cruz", depois passou para "Santa Cruz" e, atualmente, por fôrça do Decreto estadual número 9 400, de 9 de março de 1935, passou a ser Santa Cruz Cabrália. O Prefeito em exercício é o Sr. Sidrack Carvalho. O presidente da Câmara é o Sr. Asdrubal Peixoto.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por José Prates Sobrinho; Chefe da Agência de Estatística — Róbson Franklin de Queirós.)

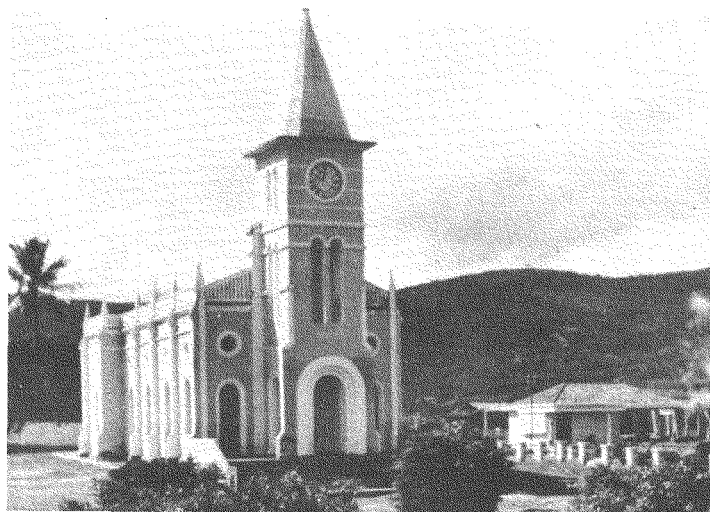
SANTA INÊS — BA

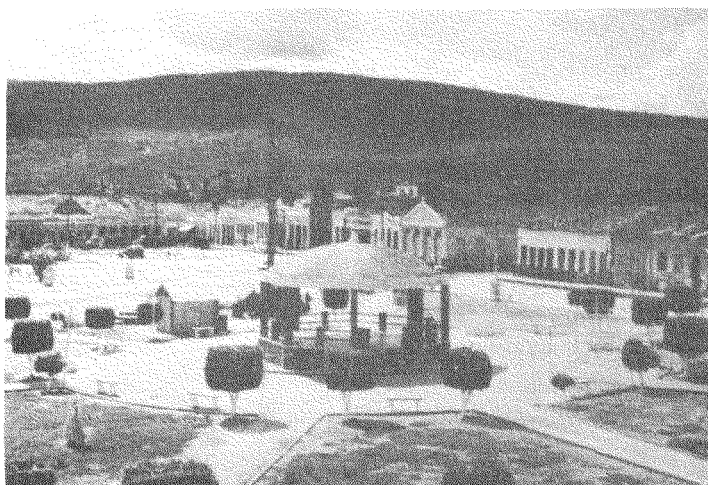
Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração no território foi feita por dois genros de Francisco de Sousa Feio, residentes na sesmaria de propriedade do mesmo, que ficava onde está hoje localizada a cidade de Ubaíra. Fazendo exploração além dos limites conhecidos, foram fixar residência num lugar que originou a atual Santa Inês.

Em 1824 houve uma grande sêca que se prolongou por três anos. Os genros de Francisco de Sousa Feio, Pedro da Costa Avelar e Vicente Ferreira de Sousa, abandonaram o arraial e voltaram ao ponto de partida. Luís Teófilo Rodrigues, adquirindo uma faixa de terras incluindo o local da antiga povoação, fêz construir diversas casas de telhas, ampliou a antiga capela de Santa Inês, renascendo então o arraial inicial.

O distrito de Santa Inês foi criado pela Lei estadual n.º 251, de 17 de junho de 1898, figurando nos quadros de apuração do Recenseamento de 1920 subordinado ao município de Areia.

Por fôrça da Lei estadual n.º 1 714, de 22 de julho de 1924, foi criado o município de Santa Inês, ocorrendo sua instalação a 26 de outubro do mesmo ano. A sede recebeu foros de cidade pela Lei estadual n.º 1 944, de 18 de maio de 1927.

Igreja-Matriz de Santa Inês.

Segundo as divisões territoriais de dezembro de 1936 e 1937, como também pelo quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Santa Inês compõe-se de três distritos: Santa Inês, Olhos d'Água e Lagoa Queimada, observando-se o mesmo no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 039, de 30 de novembro de 1938, onde o distrito de Olhos d'Água aparece com a nova denominação: Igatiquira.

Vista da Praça da Bandeira.

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o município de Itaquara foi extinto e seu território anexado como distrito ao município de Santa Inês. Dêsse modo, Santa Inês figura com

Aspecto da Rua Ruy Barbosa.

4 distritos: Santa Inês, Igatiquira, Irajuba (ex-Lagoa Queimada) e Itaquara. Todavia o Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, que retificou o Decreto-lei estadual n.º 141, restaurou o município de Itaquara, voltando Santa Inês a possuir três distritos.

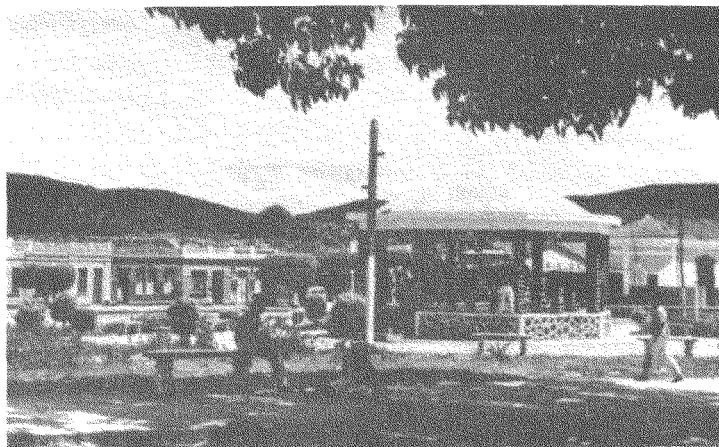
Praça da Estação.

Sua composição administrativa, de acôrdo com a Lei n. 628, de 30 de setembro de 1953, é a seguinte: Santa Inês, Igatiquira e Irajuba.

LOCALIZAÇÃO — O município de Santa Inês está localizado na Zona Fisiográfica de Jequié. Limita com os municípios de Maracás, Brejões, Ubaíra, Nilo Peçanha, Itaquara e Jaguaquara. Está parcialmente incluído no Polígono das Sêcas. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13º 20' 30" de latitude Sul e 39º 49' 20" de longitude W. Gr. Seu rumo partindo da Capital do Estado é O.S.O., da qual dista, em linha reta, 138 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

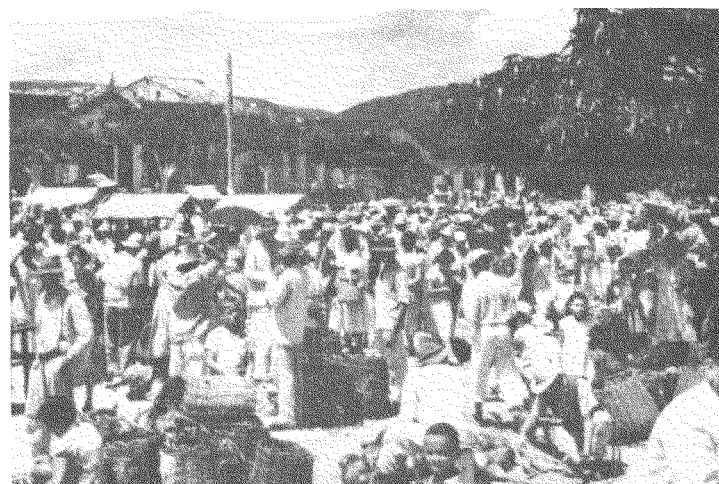
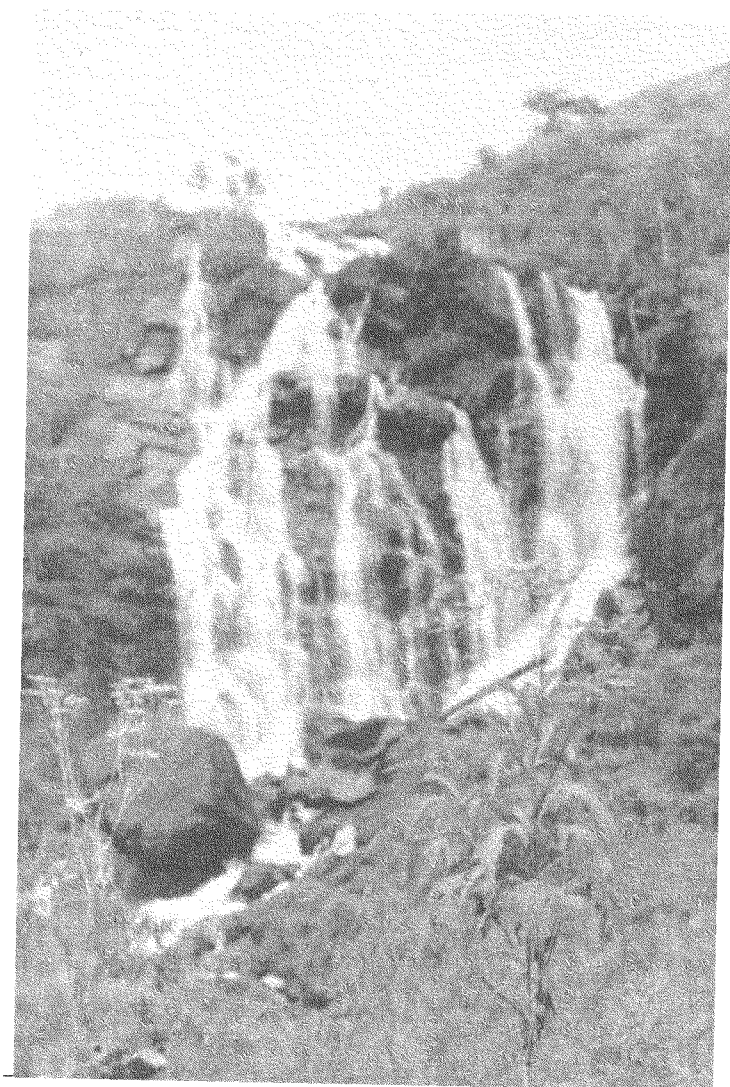
ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 389 m.

ÁREA — A área do município mede 988 km².

Outro aspecto da Praça da Bandeira.

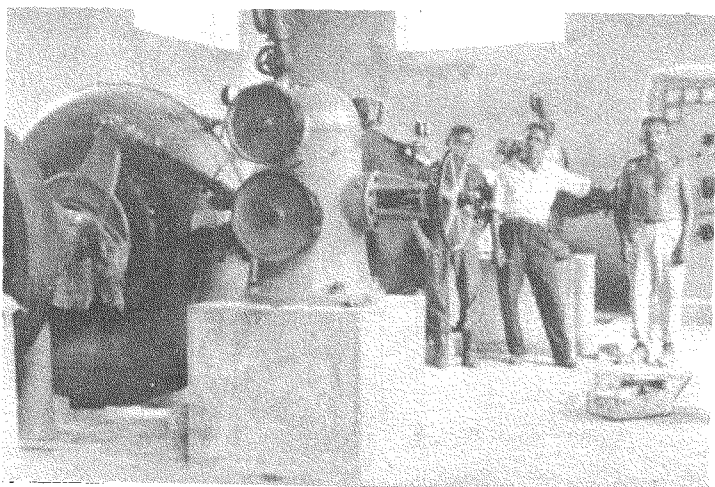
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são os seguintes: *Rios* — Jiquiriçá e Prêto; *Riachos* — Borracha, Contendas, Alagadiço, Barriguda, Cansanção, Vazante, José Francisco, Manoel Raimundo, Xemxém, Casca, São Paulo e outros de menor importância. *Lagoas* — Miguel, Troncos, Alagadiço, Salgado, Três Mães, Alto, Nova, Preta, Onça, Urubu, Misericórdia e Santana. *Cachoeiras* — Véu de Noiva, Piabanha e Inferno, sendo as duas últimas aproveitadas, a 1.ª com potência de 1 200 H.P. e a 2.ª com a de 4 000 H.P. *Serras* — Existem as serras do Salgado, Piabanha, Riachão e Palmeira.

CLIMA — O município está pràticamente dividido em duas zonas pluviométricas. A primeira, de pouca chuva, abrange a caatinga, e a segunda é de chuvas abundantes durante todo o ano. Na caatinga, o clima é sêco e, na mata, úmido. A temperatura na sede municipal apresentou em 1956 as seguintes variações: média das máximas 30ºC, média das mínimas 12ºC e média compensada 26ºC. A precipitação máxima em 24 horas foi de 36 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — Possui o município reservas inexploradas de cristal de rocha, grafite, manganês e águas marinhas. Nas suas florestas são encontradas madeiras de tôdas as espécies e nas caatingas abundam ouricurizeiros, donde é extraído o pó.

POPULAÇÃO — A população do município, de acôrdo com o Recenseamento de 1950, era de 25 162 habitantes, sendo 12 560 homens e 12 602 mulheres. Predominavam os de côr parda, com 11 568 indivíduos. Quanto ao estado civil, 7 000 solteiros contra 6 443 casados. A zona rural abrigava 81,7% da população do município.

Praça Luiz Teofilo, em dia de feira-livre.

Cachoeira do Inferno, no rio Prêto.

Aglomerações urbanas — Existiam em 1950 três aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de Santa Inês com 3 200 hab., — vilas de Igatiquira com 857 e Irajuba com 546 habitantes. A população da cidade estimada para 1957 está consignada em 3 500 habitantes.

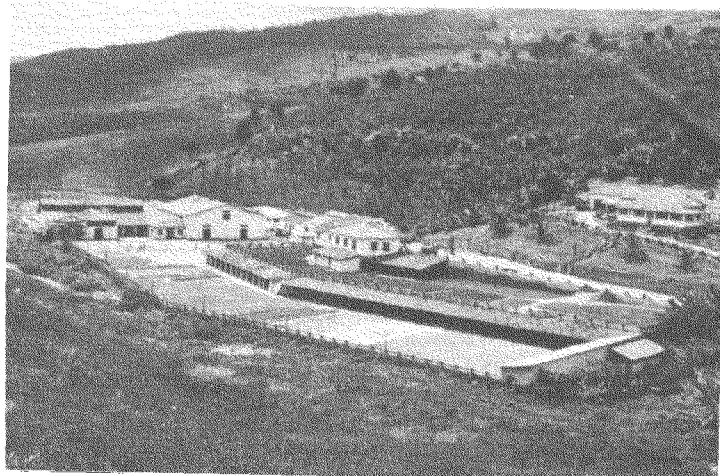
Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município conta com os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Lagoa Queimada — 224 hab., Ipauaté — 235 hab., Palestina — 565 hab., Canal de Ouro — 160 hab., São Paulo — 150 hab., Ilha Formosa — 136 hab., Barbados — 130 hab., Charco — 105 habitantes e Tôrre, Riacho Fundo, Barriguda e Lagoa Nova, com menos de 100 pessoas cada.

Usina hidrelétrica da Cachoeira do Inferno.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Segundo o Censo de 1950, 36,33% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, destacando-se a cultura do café, considerado o melhor do Estado. Recentemente, Santa Inês foi premiado como o maior produtor de cafés finos do país. O prêmio foi concedido à Fazenda Palestina, de Mário da Silva

Praça da Bandeira.

Cravo. Cultiva-se também fumo, mamona, mandioca, sisal, milho, feijão e cacau. Extraem-se coquilhos e pó de palha de ouricuri. A produção agrícola em 1955 ultrapassou a casa dos 20 milhões de cruzeiros.

Pecuária — O município salienta-se como criador de gado de raça, em pequena escala. Mantido pela Inspetoria Regional do Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura, existe um Pôsto Agropecuário.

Indústria — A indústria está representada pelo beneficiamento de café e pelo desfibramento do sisal. A mais importante indústria é a usina Cravo, que além de café, beneficia sisal, produzindo cordas de sua fibra, e fabrica farinha panificável. Além destas, conta com pequenas indústrias de farinha de mandioca, cerâmica e calçados, tendo a produção industrial do município, em 1955, subido a 90 milhões de cruzeiros.

Vista da fazenda Palestina

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal, via rodoviária — 1 429 km; Capital do Estado, via mista (ferrovia — 190 km e marítima — 21 mi) e via

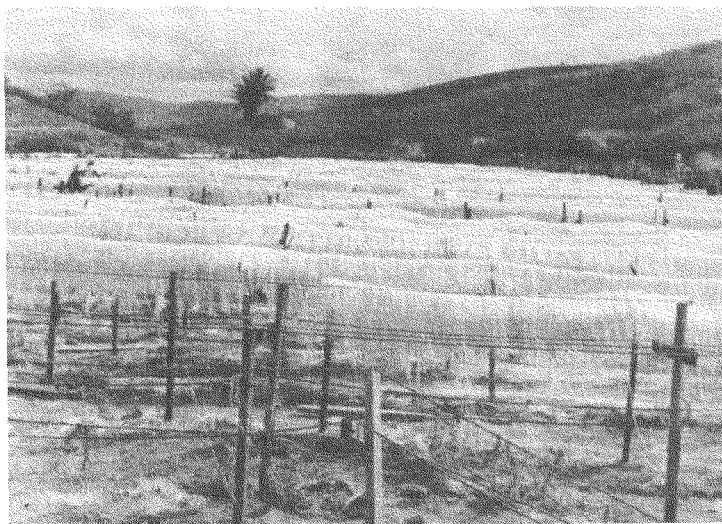
rodoviária — 323 km; Brejões, via rodoviária — 38 km; Itaquara por ferrovia — 27 km ou via rodoviária — 26 quilômetros; Jaguaquara, por ferrovia — 37 km ou via rodoviária — 37 km; Maracás, via rodoviária — 58 km; Nilo Peçanha — via vicinal — 220 km e Ubaíra, por ferrovia — 28 km ou por meio de rodovia — 41 km. O município é servido pela Estrada de Ferro de Nazaré e cortado pela rodovia BR-4 a 36 km da cidade.

Outro aspecto da fazenda Palestina.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, Feira de Santana e Jequié. Exporta café, farinha, pó de palha de ouricuri, sisal, mamona e outros produtos vegetais. Funciona 1 Agência do Banco Econômico da Bahia, inaugurada em 1.º de novembro de 1956.

Na sede municipal existem 7 estabelecimentos atacadistas e 60 varejistas, sendo o giro comercial em 1956 de mais de 57 milhões de cruzeiros. O salário-mínimo oficial é de 2 200 cruzeiros.

Vista parcial da fazenda Palestina

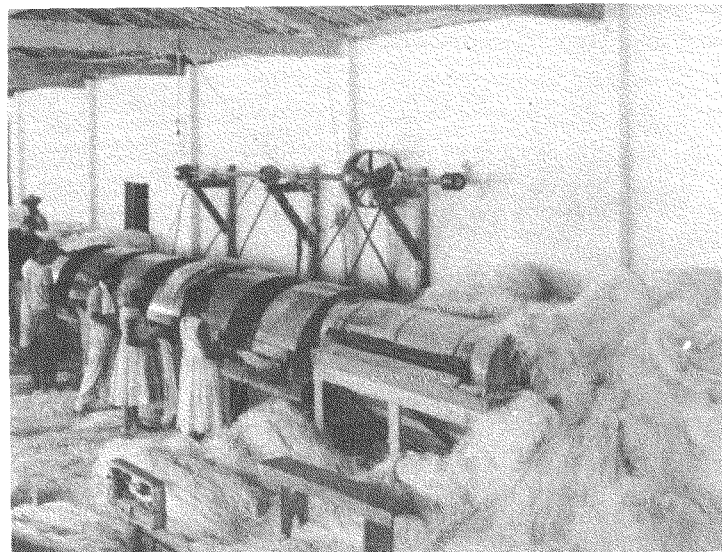
ASPECTOS URBANOS — A cidade está edificada em amplo e aprazível vale banhado pelo rio Jiquiriçá. Situa-se à margem da Estrada de Ferro Nazaré, sendo relativamente plana. Conta 39 logradouros; 2 são pavimentados, e 10, arborizados. Dêles, 12 possuem água encanada, 21 dispõem de iluminação elétrica e 4 estão ligados à rêde de esgotos. Há 578 prédios, sendo 244 servidos de luz elétrica, 179 abastecidos de água e 248 ligados à rêde de esgitos. O principal logradouro é a Praça da Bandeira, onde estão localizadas a Prefeitura e demais re-

Sisal no processo de enxugar, na fazenda Palestina.

partições públicas, além do comércio grossista. Funcionam na cidade 1 cinema, 1 Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos, 2 hotéis e 3 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — É prestada à população pelo Pôsto Correspondente de Saúde, mantido pelo Govêrno do Estado, e pelo Pôsto de Puericultura "Martagão Gesteira", mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância.

O município é sede do Setor n.º 7 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, que mantém um pôsto especializado de combate à "esquistossomose", com jurisdição sôbre os municípios de Santa Inês, Amargosa, Brejões, Itaquara, Itiruçu, Jaguaquara, Jiquiriçá, Laje, Mutuípe, São Miguel das Matas e Ubaíra. Exercem profissão no município 4 médicos, 3 dentistas, 1 farmacêutico, 1 enfermeiro e 3 guardas do Serviço de Profilaxia Rural, do Pôsto de Esquistossomose. Funcionam 2 farmácias.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais somava 21 450 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 3 333 pessoas, ou seja, 15,5% da população de 5 anos e mais.

Ensino — Em 1956, existiam 19 unidades do ensino fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido 825 alunos. Das unidades escolares 15 eram estaduais, 3 municipais e 1 particular. Existe uma escola denominada "Clube das Mães", que ministra conhecimentos sôbre pue-

Um aspecto do beneficiamento de sisal.

Produtos de fibra de sisal.

ricultura e dá aulas práticas sôbre prendas domésticas. Esta instituição é mantida por senhoras da sociedade local. Há uma Escola Técnica de Comércio recém-criada.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam três bibliotecas com menos de 1 000 volumes cada. A primeira pertence à Prefeitura Municipal, a segunda, denominada "Águia de Haia", pertencente à Agência de Estatística, e a última, ao Grupo Escolar Góis Calmon. Existem também 3 associações culturais, sendo 1 educativa e 2 recreativas.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Santa Inês, fundada em 1939 e subordinada à diocese de Amargosa. Conta 2 igrejas, 10 capelas públicas e 2 semipúblicas, mantendo 3 associações religiosas. Há 1 templo de culto não católico.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Realiza-se anualmente na cidade a festa em homenagem a Santa Inês, no dia 21 de janeiro, com procissões e outras solenidades religiosas, às quais o povo empresta tôda colaboração.

Por ocasião das festas de Natal e Reis são armados presepes e sai à rua o "bumba-meu-boi".

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1954 estavam alistados 5 024 eleitores no município, tendo votado 2 309 nas últimas eleições. Compõe-se o Legislativo Municipal de 12 edis. Exerciam funções no município 55 servidores públicos, sendo 10 federais, 18 estaduais, 15 municipais e 12 autárquicos. O município é Sede da 21.ª Circunscrição da Oitava Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o movimento das finanças públicas no período de 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	180	702	1 018	596	595
1951	184	858	808	644	510
1952	211	910	1 120	847	771
1953	276	997	1 500	1 109	855
1954	416	1 538	1 952	1 173	1 856
1955	691	2 426	1 464	664	817
1956	856	3 026	2 112	1 058	866

JUSTIÇA — Pela Lei estadual n.º 1 792, de 15 de julho de 1925, o município de Santa Inês foi classificado como têrmo da comarca de Areia (atual Ubaíra), permanecendo nessa situação até 1949, quando, pelo Decreto-lei estadual n.º 175, de 2 de julho, foi criada a comarca de Santa Inês composta ùnicamente do território do município. Compreende 10 cartórios, sendo 3 do Registro Civil. Em 1956, foram julgados 55 feitos no cível e 11 no crime.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município, chamam-se "santinesenses". O café produzido ali é considerado o melhor do Estado. Em recente concurso para a escolha da "Rainha do Café", Santa Inês elegeu a representante da Bahia. O atual Prefeito é o Senhor Juvenal Cardoso de Matos e o Presidente da Câmara, o Sr. Miguel Marques. Desempenhou funções de primeiro Intendente Municipal o Sr. Luís Vieira Coelho. O primeiro Conselho compunha-se dos seguintes membros: Abílio Montanha da Silva (Presidente), José Miranda Rebouças, Leovigildo Rabelo do Amaral, Antero Duarte dos Santos, Germano Nunes Logrado, Jesuíno Alves de Araújo, Aurélio Cardoso de Almeida, Pedro da Rocha Barbosa e Adauto Nogueira (Vice-Presidente).

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal por Anterlino Leite Gaspar; Chefe da Agência de Estatística — José Dantas Lé.)

SANTALUZ — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O atual município de Santaluz teve os seus primórdios em 1880 na fazenda Santa Luzia, correspondendo a uma gleba pertencente à família Lopes, cujo chefe se chamou José, avô de Vicente Lopes.

Outra versão, no entanto, refere-se à existência, já em 1850, de habitações nas adjacências das terras onde foi fundada a fazenda, e que se ampara no fato de serem já habitados, na época, o município de Serrinha, que prosperava desde 1838 como sede de distrito, o de Queimadas, também em evidência como sede de distrito desde 1842, e o de Conceição de Coité, que em 1855 fôra também elevado a distrito de paz.

Todavia, històricamente prevalece a data de 1880, quando o velho José Lopes, certo de que por ali passariam os trilhos da Estrada de Ferro de Salvador ao Rio São Francisco, a atual Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, construiu a primeira casa da fazenda Santa Luzia que mais tarde foi desapropriada pelo govêrno federal para ter utilizada a área como reserva da referida ferrovia. De fato, decorridos 4 anos, inaugura-se a estação ferroviária de Santa Luzia a 15 de setembro de 1884. Em conseqüência das facilidades proporcionadas pelos proprietários da gleba, inclusive à padroeira Santa Luzia (à qual foi doada a área de terras compreendida pela Rua da Matriz até o meio da ladeira da Rua de Itiúba e da casa de Rosendo Lopes até o Quartel da Polícia), com o objetivo de incrementar o desenvolvimento da população, logo surgiram numerosas casas, afluindo consideràvel número de pessoas residentes nas adjacências. Aí, poucos anos depois, o Ato estadual de 28 de julho de 1890 cria o distrito policial com sede no arraial de Santa Luzia, no município de Queimadas.

Mais tarde, pela Lei municipal n.º 11, de 4 de abril de 1918, aprovada pela Lei estadual n.º 1 298, de 6 de

maio de 1919, foi o arraial de Santa Luzia elevado à categoria de sede de distrito de paz, ocorrendo sua instalação a 20 de setembro de 1920.

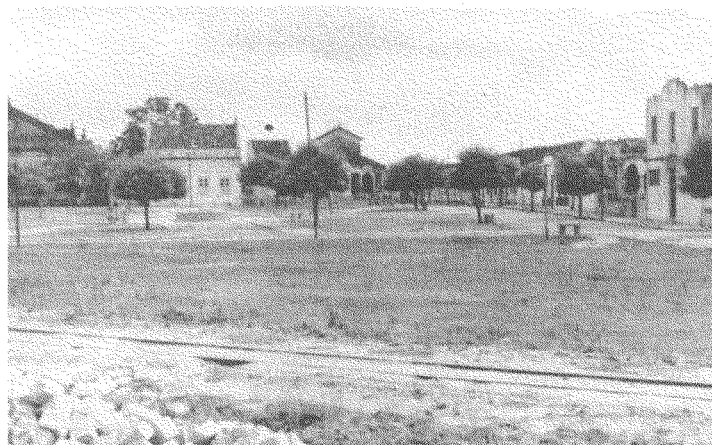
A partir de 1922, começa o movimento pela emancipação de Santa Luzia, sendo apresentados vários projetos à Câmara Estadual, sem que lograssem aprovação. Pelo Decreto estadual n.º 8 693, de 3 de novembro de 1933, foi criada uma subprefeitura com sede no mesmo arraial de Santa Luzia e pelo Decreto estadual n.º 8 694, de igual data, foi nomeado o primeiro Subprefeito, Ezequiel Cardoso da Costa, designando-se o dia 21 para instalação da subprefeitura e posse do subprefeito.

Pouco mais de um ano depois, a 18 de julho de 1935, pelo Decreto estadual n.º 9 601, foi, afinal, Santa Luzia elevada a vila e criado o município, tendo a sua instalação se verificado a 1.º de setembro do mesmo ano, data também da posse do primeiro Prefeito, Sr. Ezequiel Cardoso Costa.

Segundo as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Santa Luzia consta de um distrito, o de Santa Luzia, assim permanecendo no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938.

Por fôrça do Decreto-lei federal n.º 311, de 2 de março de 1938, que proíbe a existência de cidades e vilas com o mesmo topônimo, passou êste município a chamar-se Santaluz, como determina o Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943. A sua atual composição é de distrito único.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Nordeste da Bahia, totalmente incluído no chamado "Polígono das Sêcas". Limita com os municípios

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Praça C.el José Leitão.

de Queimadas, Monte Santo, Serrinha, Conceição do Coité, Riachão de Jacuípe e Jacobina. O rumo em direção à Capital do Estado é N.N.O. e a distância da Capital do Estado, em linha reta, é 203 quilômetros. As coordenadas geográficas da cidade são: latitude Sul de 11º 15' 13" e longitude W.Gr. de 39º 22' 29".

ALTITUDE — A cidade de Santaluz está a 362,527 m de altitude, segundo o marco existente nas proximidades da estação ferroviária local.

ÁREA — A área total do município mede 1 564 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são: rio Itapicuru (que serve de limite entre êste município e os de Queimadas e Monte Santo), rio Jacuípe (que limita êste com o município de Riachão de Jacuípe) e o rio do Peixe (que delimita o município de Santaluz com o de Queimadas); Serra do Pintado, cujo cimo é ponto limítrofe de Santaluz com o município de Conceição do Coité, Serra Caracunha e Morro do Lopes, nas proximidades da sede municipal.

Existem 3 açudes públicos, inclusive o de Tapera construído pelo D.N.O.C.S., com capacidade de 2 958 000 metros cúbicos.

CLIMA — A temperatura na cidade em 1956 foi a seguinte: média das máximas 34ºC, média das mínimas 18ºC e média compensada 26ºC. Clima saudável, quente durante o estio, quase sempre prolongado, devido às sêcas periódicas, e agradável, às vêzes frio nas estações invernosas. Em virtude do seu clima e da Casa de Saúde aparelhada para clínica geral e pequena cirurgia, a cidade tem atraído pessoas atacadas das mais variadas moléstias, procedentes das distantes regiões do norte do país (Piauí, Paraíba, etc.).

RIQUEZAS NATURAIS — A flora do município é do tipo xerófilo, distinguindo-se entre as madeiras o angico, a aroeira, o pau-d'arco, a baraúna, a umburana, o pau-de-colher e o pau-de-rato. A fauna, também modesta e grandemente prejudicada pelas sêcas e pelos caçadores, apresenta ainda exemplares de onças vermelhas ou suçuaranas, micos, jaguatiricas ou gatos mariscos, teiús, cágados e alguns roedores emas, seriemas, papagaios, periquitos e pica-paus, vários columbinos — pombos, juritis e rôlas, e outros de famílias diversas.

No rio Itapicuru, nos tanques e açudes, encontram-se, embora não sejam abundantes, a traíra, o jundiá, o piau e a curimatá.

No reino mineral, encontra-se ouro no rio Itapicuru, cromo nas proximidades da cidade, em sítio pertencente à firma Newman & Cia., manganês na fazenda Mucambinho, a 15 quilômetros da cidade, abundantes pedreiras e pedra calcária, sendo estas exploradas.

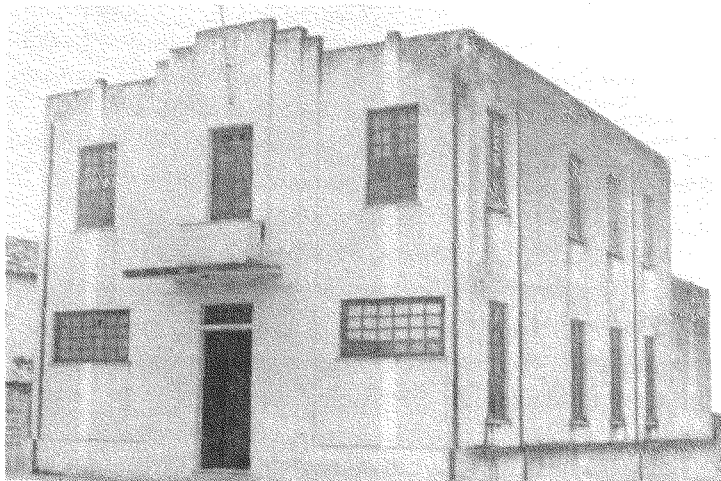
POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população do município era de 9 831 habitantes, assim distribuída: 4 910 homens e 4 921 mulheres. No grupo constituído de 5 253 pessoas de idade de 15 anos e mais, 2 199 eram solteiros, 2 779 casados, 273 viúvos e 2 desquitados.

A população era quase totalmente católica e predominavam os indivíduos de côr parda. A densidade demográfica consignava 6 habitantes por quilômetro quadrado.

Aglomerações urbanas — A única aglomeração urbana é a sede municipal, que contava em 1950, com 2 464 habitantes, sendo 1 150 homens e 1 314 mulheres, dos quais 1 029 sabiam ler e escrever, isto é, 42%.

Outras aglomerações — Registram-se no território do município os povoados abaixo cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Pereira — 300 habitantes, Itareru — 110, Sisalândia — 105 e Serra Branca — 100.

ATIVIDADE ECONÔMICA — O município tem sua principal atividade econômica na cultura do sisal, cuja produção anual se eleva a cêrca de dois milhões de quilos, valendo aproximadamente dez milhões de cruzeiros. A produção de cereais e de mamona está em posição secundária.

A extrativa mineral limita-se à exploração de paralelepípedos, meio-fio e pedra calcária; é de excelente qualidade a rocha utilizada para paralelepípedos e congêneres, cuja exportação proporciona boa fonte de renda. Produz, também, telhas e tijolos comuns e exporta couros e peles sêcas.

Prédio onde funciona a Prefeitura Municipal.

A pecuária exerce significativa influência na vida econômica do município; em 1956, os rebanhos estavam assim constituídos: 10 000 bovinos, 35 000 caprinos, 21 000 ovinos, 6 500 suínos e outros grupos de menor importância numérica. Segundo os dados constantes do inquérito para o Registro Industrial referente ao ano de 1956, o município possui 17 estabelecimentos industriais, totalizando uma produção de mais de 8 milhões de cruzeiros. O artesanato é representado pela produção de cêstas, bôlsas e cordas de sisal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade está ligada às sedes municipais vizinhas e à Capital do Estado do seguinte modo: Queimadas, via ferroviária — 46 km; Monte Santo, via ferroviária até Queimadas (46 km) e, daí, via rodoviária (34 km); Serrinha, via ferroviária — 70 km; Conceição do Coité, via ferroviária até a estação de Salgadália e, daí, via rodoviária — 34 km; Riachão de Jacuípe, via rodoviária — 80 km; Jacobina, via ferroviária — 261 km; à Capital do Estado, via ferroviária — 299 km.

Açougue Municipal.

A cidade é servida por uma Agência Postal do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos. Utiliza-se também das linhas telegráficas da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

COMÉRCIO E BANCOS — Em 1956 existiam 74 estabelecimentos comerciais varejistas e 1 atacadista. O giro comercial do município em 1956 atingiu 27 175 milhares de cruzeiros. O comércio, predominando o de fibra de sisal, mantém transações com as praças de Serrinha, Feira de Santana e Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Aracaju. O salário-mínimo oficial fixado é de 2 000 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — Santaluz é cidade pequena e de lento progresso; as ruas são cuidadas e arborizadas. Existem 43 logradouros, 4 dêles são calçados a paralelepípedos e 32, iluminados a eletricidade. Há 1 000 prédios, dos quais 350 dispõem de iluminação elétrica. A principal artéria é a Praça Coronel José Leitão. Possui 1 cinema e 4 pensões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Não há na cidade nenhum estabelecimento ou organização de assistência mantida pelo poder público. Residem em Santaluz 2 médicos e 2 dentistas.

O município integra o Setor n.º 9, sediado em Senhor do Bonfim, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — Em 1950, o censo demográfico revelou existirem 2 182 pessoas que sabiam ler e escrever entre as 7 986 de 5 anos e mais de idade, correspondendo a 27,33%.

Ensino — Existiam 5 escolas da Campanha de Alfabetização de Adultos, 1 grupo escolar estadual e 12 escolas municipais. A matrícula do ensino fundamental comum al-

cançou 660 alunos. A primeira professôra pública foi nomeada em 1888, percebendo mensalmente 66$000, e chamava-se Tarcilina Lúcia da Conceição Borges, contando presentemente 82 anos de idade.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe 1 biblioteca pertencente à Agência de Estatística e contam-se 2 Serviços de Alto-falantes.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Constitui objeto de menção, como particularidade, a Igreja-Matriz de Santa Luzia.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O grande lago artificial nas vizinhanças da cidade e as minas de manganês, com suas instalações, são motivos que atraem a curiosidade dos visitantes.

CULTOS RELIGIOSOS — A padroeira é Santa Luzia e a paróquia foi fundada pelo Cardeal Augusto da Silva, a 15 de janeiro de 1944, subordinada ao Arcebispado de Salvador. O primeiro vigário da Paróquia foi o P.e Oldegar Dias de Freitas.

Há também 7 cultos protestantes.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festas da padroeira e o tradicional "bumba-meu-boi" podem ser citados entre as manifestações populares.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1954 estavam inscritos em Santaluz 3 004 eleitores, dos quais 2 111 votaram no pleito do referido ano. A Câmara Municipal compõe-se de 8 vereadores.

Em 1956 exerciam suas atividades no município 53 funcionários federais, 15 estaduais, 22 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro abaixo está informada a receita federal, estadual e municipal no período 1950-1056, bem como a despesa realizada pela Comuna no mesmo período:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	310	364	364	444
1951	—	560	349	349	314
1952	—	303	383	383	330
1953	—	343	748	748	790
1954	—	383	655	655	712
1955	—	818	714	714	621
1956	149	1 300	720	720	739

JUSTIÇA — Em 1936, o município fazia parte do têrmo de Queimadas, pertencente à comarca de Bonfim. Por fôrça da divisão territorial de 1937, passou a pertencer ao têrmo de Itiúba. Pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, o município voltou a pertencer ao têrmo de Queimadas até que, pelo Decreto-lei estadual n.º 175 de 2 de julho de 1949, foi criado o têrmo de Santaluz pertencente à comarca de Serrinha.

Existem no município 4 cartórios, sendo 1 do Registro Civil; em 1956 foram julgados 20 feitos, 14 dêles no cível e 6 no crime.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. José Martins Leitão Guerra* — médico clínico na localidade, cujos serviços profissionais são procurados por numerosos doentes oriundos de tôda a região nordestina da Bahia e de Estados vizinhos.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são denominados "luzienses". O topônimo vem do nome da padroeira, Santa Luzia, conferido à primitiva fazenda que deu origem à localidade. O Prefeito é o B.el José Bahia da Silva Leitão e o Presidente da Câmara, o Sr. Ezequiel C. Costa.

O primeiro Prefeito foi o Sr. Ezequiel Cardoso Costa.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Robério Azeredo e Joaquim Simas Sobrinho; Chefe da Agência de Estatística — Sidney Farias.)

SANTA MARIA DA VITÓRIA — BA

Mapa Municipal no 9.º Vol.

HISTÓRICO — A sede do atual município de Santa Maria da Vitória teve origem nos meados do século XIX, num arraial formado na margem esquerda do rio Corrente, em território então pertencente ao município do Rio das Éguas, por pessoas que para ali acorreram com o fito da exploração de ouro nas proximidades, dedicando-se depois à agricultura. Em 1840, viam-se apenas poucas casas, circundadas de frondosas gameleiras, em cuja sombra se abrigavam os que vinham fazer transações comerciais. Era, naquela época, o pôrto freqüentado constantemente por ejolos (canoas ligadas por travessas de madeira), que se entregavam ao comério, especialmente de rapadura produzida no Brejo do Espírito Santo, que em 1887 era distrito de paz, e do qual muito dependia o arraial em formação.

Em 1850, um artífice, vindo da cidade de Barra do Rio Grande, construiu a primeira embarcação para o transporte de mercadorias e animais. Foram construídas logo após outras embarcações e o arraial começou a crescer com a chegada de grande número de pessoas para as atividades agrícolas. A capela construída por seus fundadores foi dedicada à Nossa Senhora da Vitória, ficando filiada à freguesia de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas. O arraial cresceu de importância e transformou-se em um pôrto de grande movimento comercial.

Em 1880, já um grande aglomerado humano para a época, foi o arraial do Pôrto de Santa Maria da Vitória elevado à categoria de vila e criado o município, com o nome de Santa Maria da Vitória, pela Lei provincial número 1 960 de 8 de junho, que também elevou à categoria de freguesia a capela existente, transferindo para aí a sede da vila e da freguesia do Rio das Éguas. Com isto surgiu uma rivalidade entre as populações dos dois núcleos — Santa Maria da Vitória e Rio das Éguas —, o que entravou por muito tempo o progresso de ambos os promissores centrs, em vista das mudanças da sede de uma para outra localidade, conforme a situação política dominante. Só com o advento da República, cessou a rivalidade com a elevação de ambas as localidades a sede de vilas.

Foi o município de Santa Maria da Vitória extinto pela Resolução provincial número 2 558, de 14 de maio de 1886,

que restaurou o município do Rio das Éguas. Pela Resolução provincial número 2 579, de 4 de maio de 1888, foi restaurado, sendo extinto o de Rio das Éguas. Pela Lei estadual número 737, de 26 de junho de 1909, que alterou o nome do município para Santa Maria, foi a vila elevada à categoria de cidade. Pelo Decreto estadual número 8 060, de 14 de maio de 1932, a Subprefeitura de Rio Alegre, do município de Carinhanha, foi extinta, passando o seu território a pertencer ao município de Santa Maria. O Decreto estadual número 8 292, de 3 de fevereiro de 1933, criou os distritos de Inhaúmas e São Pedro do Açude. Êste último foi extinto pelo Decreto estadual número 8 483, de 13 de julho de 1933, sendo porém restaurado pelo Decreto estadual número 8 666, de 3 de outubro de 1933. Na divisão territorial de 1933, o município aparece formado pelos distritos de Santa Maria (sede), Rio Alegre, Inhaúmas e São Pedro do Açude. Essa composição distrital é mantida nas divisões territoriais de 1936, 1937 e 1938, com alterações apenas nas designações dos distritos de Rio Alegre e São Pedro do Açude, cujos nomes foram simplificados para Alegre e São Pedro. Pelo Decreto estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, parte do distrito de Inhaúmas foi anexada ao município de Correntina (ex-Rio das Éguas) e o município teve o seu nome mudado para Santa Maria da Vitória. Por êsse mesmo Decreto-lei, os distritos de São Pedro e Alegre tiveram os nomes mudados para, respectivamente, Açudina e Coribe. A composição distrital do município, de acôrdo com a Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, é a seguinte: Santa Maria da Vitória, Açudina, Coribe e Inhaúmas.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona do Médio São Francisco, limitando-se com os municípios de Correntina, Barreiras, Santana, Bom Jesus da Lapa, Carinhanha. A sede possui as seguintes coordenadas geográficas:

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

13° 23' 50" de latitude Sul e 44° 11' 55" de longitude W. Gr.; dista da capital do Estado, em linha reta, 590 quilômetros, sendo o seu rumo O. S. O., a partir da mesma.

ALTITUDE — A altitude da cidade é de 564 metros.

ÁREA — A área do município é de 5 748 quilômetros quadrados.

Prefeitura Municipal.

Subestação de luz e fôrça.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — *Rios* — Banham o território municipal o rio Corrente, o rio Formoso e alguns riachos periódicos. O primeiro corta o município numa extensão de 54 quilômetros; é navegável e sujeito a enchentes periódicas e súbitas, que não têm conseqüências desastrosas, dada a rapidez da sua vazante. Existe uma queda dágua localizada no lugar denominado São José dos Arrudas, distrito de Coribe, não se tendo avaliada sua potência, pois, a usina hidrelétrica da cachoeira do Rio das Éguas, em Correntina, que irá abastecer tôda a região, torna desinteressante o seu aproveitamento imediato.

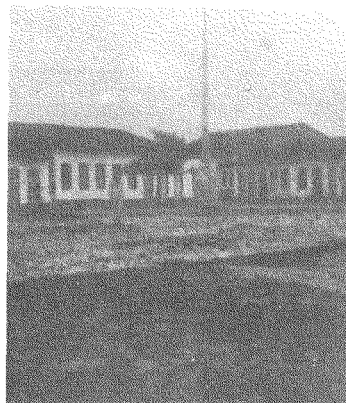
Lagoas — A lagoa de São Sebastião, localizada na fazenda do mesmo nome, distrito da sede, mede 300 metros de comprimento, 120 de largura e 2 de profundidade; a lagoa do Brejinho, na fazenda do mesmo nome, distrito da sede, mede 200 metros de comprimento, 100 de largura, e 1 a 2 metros de profundidade; a lagoa da Barra, localizada na "Agropastoril", distrito da sede, mede 150 m de comprimento, 80 de largura e 2 de profundidade. Tôdas são perenes e piscosas.

Morro — O morro do Domingão, localizado na "Agropastoril", formado parcialmente de pedras irregulares, apresenta aspecto muito interessante.

CLIMA — O clima é temperado no verão e frio no inverno, não havendo mudanças bruscas de temperatura. Nas proximidades das matas, torna-se mais frio, sendo as chuvas mais abundantes. A maior precipitação pluviométrica verificada em 24 horas, durante o ano de 1956, foi de 122 milímetros.

RIQUEZAS NATURAIS — *Flora* — A flora do município é ainda rica em madeiras para construção, entre outras, a aroeira, o pau-d'arco e a baraúna, e para marcenaria o cedro, o gonçalo-alves; também se encontram dendêzeiros, coqueiros, ouricurizeiros, buritizeiros e angicais. As fibras de caroá e malva abundam no município.

Minerais — Cal, pedra para construção e argila constituem a parte da riqueza mineral, encontrando-se, porém, jazidas de porfírio, granito e ouro, não exploradas.

Fauna — De origem animal, destacam-se as numerosas espécies de peixes de água-doce, que povoam rios e lagoas, e animais silvestres em profusão, distinguindo-se a onça suçuarana, o caititu, a cutia, o tatu, o teiú, e um sem número de outras caças excelentes. As matas são ricas em numerosas variedades de abelhas.

Praça da Bandeira.

Praça do Mercado.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 28 007 habitantes, assim distribuídos: 13 171 homens e 14 836 mulheres; 9 787 brancos, 3 452 pretos e 14 751 pardos. A população de 15 anos e mais apresentava-se com 5 768 solteiros, 8 406 casados e 940 viúvos.

Localizam-se na zona rural 89% da população do município sendo de 33 000 habitantes a estimada para 1957.

Aglomerações Urbanas — As aglomerações urbanas do município, segundo os dados do último recenseamento, eram a cidade de Santa Maria da Vitória, com 2 073 habitantes — 913 homens e 1 160 mulheres; e as vilas de Açudina com 327, Coribe com 524 e Inhaúmas com 250 habitantes.

Outras Aglomerações — Conta o município com 9 povoados com as seguintes populações: Água-Quente — 260 habitantes, Brejo do Espírito Santo — 310, Barreiros — 130, Canabrava — 220, Colônia Agrícola do Formoso — 300, Descoberto — 430, Malhada — 250, Mucambo — 245, São Félix — 160.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Da população de 10 anos e mais, 36% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A agricultura, principal atividade econômica do município, produziu a soma de 22 523 milhares de cruzeiros em 1955, destacando-se o feijão com 7 458. Produz, também, algodão, arroz com casca, cana-de-açúcar, milho, mandioca, mamona em baga, fumo em fôlha e frutas.

Pecuária — O rebanho de maior destaque é o de bovinos com 148 000 cabeças, seguido do de suínos com 82 000, o de caprinos com 35 000 e o de ovinos com 28 000.

Indústria — O valor da produção industrial do município em 1955 atingiu 24 191 milhares de cruzeiros, sendo a produção de rapadura a mais importante, com 7 200 milhares de cruzeiros. Produz ainda farinha de mandioca e algodão beneficiado.

O artesanato é representado pela produção de louça de barro, rêdes de algodão e de fibra de timbó, e de cordas de caroá.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Santa Maria da Vitória liga-se à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transportes: capital Federal, via mista: fluvial 402 mi e ferroviária 1 006 km; capital do Estado via mista: flúvio-ferroviária 1 429 km; às cidades de Barreiras, via fluvial 313 mi, Bom Jesus da Lapa, via fluvial 66 mi, Carinhanha, via fluvial 158 mi, Corretina, via rodoviária 60 quilômetros e Santana, via rodoviária 60 quilômetros. Possui um campo de pouso para pequenos aviões (táxi-aéreo). Há 3 portos localizados no município, com movimento de passageiros e cargas, servidos pelas Companhias de Navegação do São Francisco e por barcas motorizadas. A cidade conta com uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos e uma estação de radiocomunicação da Comissão do Vale do São Francisco, localizada na Colônia Agrícola do Formoso.

Os veículos registrados na cidade são 2 jipes, 3 caminhões, 2 tratores e 25 bicicletas.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é representado por 140 estabelecimentos varejistas e 3 atacadistas. O giro comercial no ano de 1956 foi de 38 300 milhares de cruzeiros.

As transações comerciais são feitas com as praças de São Paulo, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Salvador, Juàzeiro, Correntina, Santana e o Estado de Goiás. O salário-mínimo oficial é Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade encontra-se edificada à margem esquerda do rio Corrente, ao sopé de um morro denominado "Morro do Deus Menino". Conta com 31 logradouros, dos quais 6 são parcialmente pavimentados, 4, arborizados e 27 servidos com energia elétrica. Com um total de 812 prédios, 230 são servidos de iluminação elétrica.

Possui 1 cinema, duas sociedades artístico-recreativas, uma dançante e recreativa, 1 hotel, duas pensões, 1 teatro e 3 serviços de alto-falante. A cidade é guarnecida por um cais de pedra e cimento.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população pelo Pôsto de Higiene, mantido pelo Estado, e pelo Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Está sendo construído 1 hospital. Exercem a profissão na cidade 1 médico, 1 dentista, 2 farmacêuticos e 1 enfermeiro.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 23 430 habitantes, sendo 10 929 homens e 12 501 mulheres. Sabiam ler e escrever 3 838 habitantes, assim distribuídos: 2 360 homens e 1 478 mulheres, representando 16% da população de 5 anos e mais.

Ensino — Durante o ano de 1956, funcionaram no município 25 estabelecimentos escolares: 10 estaduais, 5 municipais, 2 particulares e 8 da Campanha de Alfabetização de Adultos, com uma matrícula de 600 alunos aproximadamente. Existem duas escolas de música.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade possui 5 bibliotecas, destacando-se a da Agência de Estatística, com a denominação de "Biblioteca Dr. Artur Ferreira",

com um acervo de quase 1 000 volumes e mobiliário próprio, compreendendo estantes com portas de vidro, poltronas e mesa para consulentes. A Prefeitura Municipal mantém uma ótima biblioteca, com mais de 2 000 volumes e com boa freqüência. Ambas são registradas no Instituto Nacional do Livro. Existem ainda 3 bibliotecas pertencentes a entidades particulares.

Uma tipografia está localizada na sede do município.

ATRAÇÃO TURÍSTICA — A cachoeira no Rio Formoso, nas imediações do lugar denominado São José das Arrudas, é efetivamente uma atração turística.

CULTOS RELIGIOSOS — O Município é sede de Paróquia subordinada à Diocese de Barra, compreendendo uma igreja Matriz, 10 capelas e duas associações religiosas, com um total de 493 sócios. A paróquia é consagrada a Nossa Senhora da Vitória.

Foram realizados em 1956 em todo município 493 batizados, 1 crisma, 4 840 comunhões, 108 casamentos e 10 procissões.

O culto protestante (Presbiteriano) possui 1 templo na cidade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A festa religiosa da padroeira consta de novenas, missa e procissão e se realiza no dia 15 de agôsto. Dos festejos populares, os mais interessantes são o "reisado", o "pastoril" e o "samba-de-matuto". Os pastoris ou "ternos dos pastoris" são realizados geralmente entre janeiro e fevereiro e consistem de dois grupos, um de rapazes trajando calça branca e camisa de côr, e outro de môças, com vestimentas típicas de pastorinhas (holandesas). Duas filas paralelas, uma de môças e a outra de rapazes, desfilam até a casa onde se vão realizar os festejos da noite. Aí são cantados versos como os seguintes:

"Senhor dono da casa,
Abra esta porta que queremos entrar;
Queremos nesta noite
Comer, brincar e dançar.

II

Abre a porta nobre gente,
As pastorinhas querem entrar
Para adorar o Deus menino,
Que hoje acaba de chegar.

Nas épocas de sêca, é costume um grupo derramar água nas cruzes existentes nos arredores, ao som de cânticos como êste:

"São Rafael que
Mora lá na serra
Vá pedir a Nosso Senhor
Que nos dê chuva na terra"

"Chuva que nos molha
É o pão que nos consola.
A luz que nos alumia
É a sêca que nos sufoca".

Nas derrubadas de mata ou na tapagem de casa, realiza-se, às vêzes, o adjunto ou "mutirão". O trabalho é realizado ao som de cânticos e de desafios. Eis dois versos:

"Não trabalho mais,
Não trabalho mais.
Trabalhar p'ra empreiteiro
Não trabalho mais".

"Trabalhei demais,
Trabalhei demais.
Na fazenda do Lageado
Não trabalho mais".

Nas casas de farinha, por ocasião da seva da mandioca, são cantados versos pelos homens que puxam a roda. Eis aqui um dêles:

"Puxa a roda cabra macho,
A mandioca está pesando.
Muié bunita quando acho,
Choro e brigo soluçando".

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Estavam inscritos 5 447 eleitores, dos quais 3 689 votaram em 1954.

A Câmara Municipal é composta de 12 vereadores. Em atividades no município encontram-se 43 funcionários assim distribuídos: 13 federais, 6 estaduais, 18 municipais e 6 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o movimento das finanças públicas no município no período de 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	225	526	342	128	293
1951	270	822	465	216	424
1952	404	996	628	219	401
1953	419	814	819	230	817
1954	371	1 088	704	233	764
1955	378	1 907	1 044	319	622
1956	497	1 450	979	273	741

JUSTIÇA — Desde sua criação o município ficou como têrmo da comarca de Carinhanha. Pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, que criou a comarca de Correntina, o têrmo de Santa Maria da Vitória ficou sendo a sede da comarca, que era formada pelos têrmos de Santa Maria da Vitória (sede) e Correntina, Bom Jesus da Lapa e Santana dos Brejos. Pelo Decreto estadual n.º 266, de 4 de outubro de 1904, a comarca teve o nome mudado para Rio Corrente, com sede ainda em Santa Maria da Vitória. O têrmo teve o nome simplificado para Santa Maria pela Lei estadual número 737, de 26 de junho de 1909, nome êsse que passou a ser o da comarca (ex-Rio Corrente), pela Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, aparecendo formada pelos têrmos de Santa Maria (sede), Santana dos Brejos e Correntina. Pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, a comarca recebeu o nome de Santa Maria da Vitória, continuando a ser formada pelos mesmos têrmos. Com a elevação à categoria de comarca

dos têrmos de Correntina e Santana (ex-Santana dos Brejos), pelo Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho de 1945, ficou a comarca de Santa Maria da Vitória constituída apenas do território municipal. Possui o município 15 cartórios, dos quais 4 são do Registro Civil. No ano de 1956 foram julgados 40 feitos, assim distribuídos: 22 cíveis e 18 criminais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A denominação dos naturais da região é santa-marienses.

O Prefeito do município é o Sr. Arnaldo Pereira da Silva e o Presidente da Câmara, o Sr. Joaquim Teodoro Sobrinho, eleito para o período iniciado em 7 de abril de 1957. O primeiro Intendente municipal foi o Sr. José Augusto Pereira de Carvalho, e o primeiro Conselho Municipal estava assim constituído: João José da Costa Athayde (Presidente), João Moreira de Moura, José de Souza Borba, João Afonso de Oliveira, Matheus de Queiroz Monteiro e Sebastião Laranjeiras da Silva.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Aloísio Alencar de Jesus; Chefe da Agência de Estatística — Adenor Batista Mariano.)

SANTANA — BA

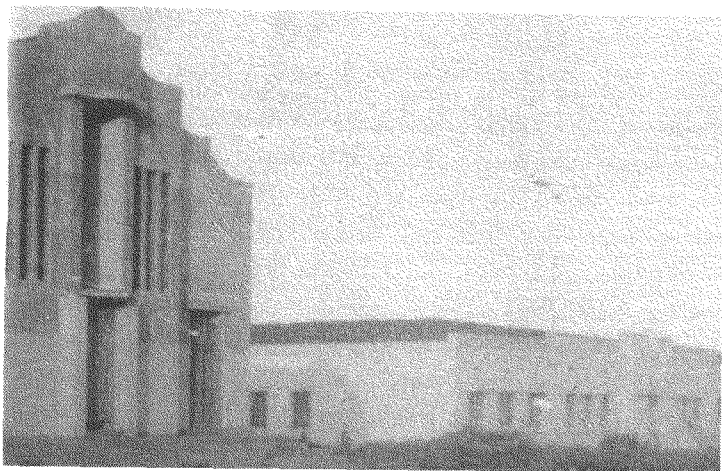
Mapa Municipal no 9.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração no território do atual município de Santana ocorreu na segunda metade do século XVII, quando aí se fixaram índios tupininquins vindos da região que hoje constitui o município de Angical. Posteriormente, em 1760, o sargento-mor Antônio da Costa Xavier, chegando à região, a mando do conde da Tôrre, então dono das sesmarias, com a incumbência de fiscalizar os terrenos concedidos a rendeiros, aí se fixou e fundou uma fazenda para plantação da cana-de-açúcar e criação de gado. Por muito tempo foi Antônio da Costa Xavier o chefe e administrador, sendo sucedido pelo seu primogênito Raimundo da Costa Xavier a quem coube a fazenda por herança, onde nasceu um arraial, pertencente ao distrito de São Gonçalo, do município de Rio das Éguas, tomando o nome de Santana dos Brejos, denominação da capela aí existente, filiada à freguesia de Nossa Senhora da Glória do Rio das Éguas. Foi a capela de Santana dos Brejos elevada à categoria de freguesia pela Lei provincial número 1 018, de 2 de maio de 1868, continuando a pertencer ao município de Rio das Éguas. Com a criação do de Santa Maria da Vitória, em 1880, a freguesia de Santana dos Brejos passou a integrar o novo município, voltando a pertencer ao de Rio das Éguas, por fôrça da Resolução provincial número 2 558, de 14 de maio de 1886, que suprimiu o município de Santa Maria da Vitória. Restaurado êste em 1888 pela Resolução provincial número 2 579, de 4 de maio, voltou novamente a pertencer a esta comuna. O município, com a denominação de Santana dos Brejos e território desmembrado do de Santa Maria da Vitória, foi criado pelo Ato estadual datado de 26 de agôsto de 1890, ocorrendo sua instalação a 16 de dezembro do mesmo ano. A Lei estadual número 410, de 25 de abril de 1901, concedeu foros de cidade à vila de Santana dos Brejos. Na divisão administrativa referente a 1911, o município é formado de um único distrito, o de Santana dos Brejos.

Segundo os quadros de apuração do Recenseamento de 1920, Santana dos Brejos compõe-se de três distritos, — o da sede e os de São Gonçalo (criado pela Lei provincial número 2 381, de 1.º de agôsto de 1832, no município de Santa Maria da Vitória) e Pôrto Novo, criado por fôrça da Resolução municipal de data desconhecida, com a criação aprovada pela Lei estadual número 1 257, de 25 de julho de 1918. O topônimo foi alterado para Santana pelos Decretos estaduais ns. 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479, de 8 de julho do mesmo ano. Na divisão administrativa de 1933, o município continua formado por três distritos — Santana, São Gonçalo e Pôrto Novo do Corrente (ex-Pôrto Novo), situação que permaneceu inalterada nas divisões seguintes até que o Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, modificou a denominação de São Gonçalo para Penamar, voltando o distrito de Pôrto Novo do Corrente a se denominar Pôrto Novo. Sem nenhuma alteração permaneceu a composição administrativa do município até que a Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, criou o distrito de Ibiagui. A sua composição administrativa atual é a seguinte: Santana, Ibiagui, Penamar e Pôrto Novo.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na zona do Médio São Francisco, limitando-se com os municípios de Barreiras, Bom Jesus da Lapa, Angical e Santa Maria da Vitória. Pertence à bacia hidrográfica do Rio São Francisco. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 58' 59" de latitude Sul e 44° 03' 12" de longitude W. Gr. Oeste é o rumo da cidade partindo da capital, de onde dista, em linha reta, 573 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 650 metros.

Ginásio Municipal.

ÁREA — A área do município é de 4 019 km², sendo uma das províncias de maior área do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos do município são:

Rios — O Corrente, com uma extensão de 54 quilômetros no município e a largura de 60 a 70 metros, e os riachos da Ema, Santo Antônio, Juàzeiro, Alagoinha, Redondo, Santana e São Gonçalo.

Lagoas — grande número de lagoas possui a comuna, destacando-se, pela sua extensão, as da Pedra, Baraúna, a Tiririca, a do Junco, a Velha; as três primeiras localizam-se no distrito de Santana e as restantes no de Penamar.

Morro — O principal é o morro do Bode.

Ilha — a única ilha, a da Ingàzeira, está localizada no distrito de Pôrto Novo, formada pelo rio Corrente.

CLIMA — Clima temperado. É quente e sêco. Em 1956 a temperatura máxima foi de 36°C e a mínima de 16 graus centígrados.

RIQUEZAS NATURAIS — Na flora registra-se a existência de cedro e de madeira para construção como peroba, pau-d'arco e baraúna. Existe em abundância malva, pequi, copaíba, buriti, caroá, tucum e caju.

Na fauna existe grande variedade de caças (caititu, onça-pintada, preta e suçuarana, veado, paca, cutia, capivara, perdiz e zabelê).

Quanto a minérios registra-se a existência de jazidas de chumbo, manganês, salitre e fluorita não exploradas.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, o município de Santana possuía 27 831 habitantes, assim distribuídos: 13 207 homens e 14 624 mulheres, sendo 9 096 brancos, 2 940 pretos e 15 653 pardos. A população de 15 anos e mais apresentava a seguinte composição: 6 254 solteiros, 7 814 casados, 1 desquitado e 840 viúvos. Estavam localizados na zona rural 84% da população. A estimada para 1957 é de 31 000 habitantes.

Aglomerações Urbanas — Foram registradas pelo Censo de 1950 as seguintes aglomerações urbanas: cidade de Santana com 3 059 habitantes e as vilas de Penamar com 914 e Pôrto Novo com 562. Em 1953 foi criada a vila de Ibiagui (ex-povoado de Alagoinhas), com perto de 1 000 pessoas. A população da cidade de Santana estimada para 1957 é de 3 600 habitantes.

Outras Aglomerações — Conta ainda o município com os seguintes povoados: Canabrava 220 habitantes, Gameleira 290, Morrinho 140, Reprêsa 350, Santo Antônio 380 e Curralinho 60 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Segundo o Censo de 1950, 39% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". O valor da produção agrícola no ano de 1956 foi de 12 milhões de cruzeiros, destacando-se o algodão, com 3 milhões e 600 mil cruzeiros. Produz ainda arroz, feijão, cana-de-açúcar, milho e mamona.

Pecuária — É importante a atividade pecuária para a economia do município. O seu rebanho está estimado em 55 000 bovinos, 12 000 caprinos, 18 000 ovinos, 18 000 suínos, 1 600 eqüinos, 2 700 asininos e 2 000 muares. A exportação de gado verifica-se principalmente para os municípios de Mundo Novo, Jacobina e Feira de Santana.

Indústria — O beneficiamento do algodão e o fabrico de rapadura são os mais importantes ramos industriais. O valor da produção industrial em 1955 foi superior a 12 milhões de cruzeiros, aparecendo o beneficiamento de algodão com 8 100 milhares de cruzeiros e a produção de rapadura com 2 990 milhares de cruzeiros. Produz, também, farinha de mandioca, manteiga, telha e tijolo.

Artesanato — A produção artesanal é representada pela tecelagem doméstica de rêdes e pelo fabrico de cordas de caroá.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Santana liga-se à capital Federal por via mista (rodovia 72 km, fluvial, de Sítio do Mato até Pirapora 343 mi e ferrovia 1 006 km); à capital do Estado, via aérea (503 quilômetros) e via mista (rodovia 72 quilômetros, fluvial, de Sítio do Mato a Juàzeiro 392 mi e ferrovia 570 quilômetros); às cidades vizinhas de Angical, via vicinal (180 quilômetros); Barreiras, via vicinal (204 quilômetros); Bom Jesus da Lapa, via mista (rodovia 72 quilômetros e fluvial 13 mi) e Santa Maria da Vitória, via rodoviária (60 quilômetros).

A cidade possui um campo de pouso com pista de 1 200 metros.

Sociedade Operária.

Na vila de Pôrto Novo está localizado o pôrto do município, servido pelos vapôres da Viação Baiana do São Francisco e Comissão do Vale do São Francisco (antiga Cia. Indústria e Viação de Pirapora) e por grande número de barcas e canoas. Na cidade e na vila de Pôrto Novo existem Agências do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem em todo o município 229 estabelecimentos varejistas. Na cidade estão localizados 20 estabelecimentos atacadistas e 37 varejistas. O giro comercial em 1956 foi de 55 450 milhares de cruzeiros. O valor da exportação dos produtos agrícolas ascendeu a 10 milhões de cruzeiros, aproximadamente. As principais praças com as quais o município mantém transações comerciais são: Belo Harizonte, Salvador, Juàzeiro, Petrolina e Pirapora.

O salário-mínimo oficial para a região onde se situa o município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A topografia da cidade é bastante acidentada, principalmente no oeste. Conta 59 logradouros, dos quais 21 parcialmente pavimentados com pedras irregulares, 1 arborizado e ajardinado e 36 servidos de energia elétrica. Existem na zona urbana da cidade 991 prédios e apenas 178 dispõem de instalação elétrica. Há 3 pensões, 2 automóveis, 7 caminhões e 3 bicicletas registrados nas repartições competentes.

Vista parcial da Rua São Gonçalo.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população pelo Pôsto Médico Correspondente, mantido pelo Estado, pelo Pôsto de Malária e pelo Pôsto de Tracoma, ambos sob a jurisdição do Setor 11, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado em Juàzeiro, e estando o segundo localizado na vila de Pôrto Novo.

Possui ainda a cidade duas farmácias. Três médicos, 1 dentista, 2 farmacêuticos e 3 enfermeiros exercem a profissão na sede municipal.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade Operária de Santana é a única entidade assistencial encontrada, possuindo excelente instalação.

ALFABETIZAÇÃO — O Recenseamento Geral de 1950 acusou os seguintes dados em relação à alfabetização no município: 3 439 habitantes de 5 anos e mais sabiam ler e escrever, sendo 2 016 homens e 1 423 mulheres, representando 15% da população de 5 anos e mais.

Ensino — Em 1956, existiam 22 estabelecimentos escolares do ensino primário fundamental comum, sendo 9 estaduais, 11 municipais e 2 particulares, com um total de 1 250 alunos matriculados. O ensino extraprimário é ministrado pelo Ginásio Diocesano de Santana, com os cursos ginasial, normal e comercial básico.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Santana possui duas bibliotecas, sendo uma pertencente à Agência Municipal de Estatística, com um acervo de 307 volumes, e a outra do Ginásio Diocesano. Possui também 1 cine-teatro, com capacidade para 300 espectadores.

CULTO RELIGIOSO — O município é sede da Paróquia de Nossa Senhora Santana, subordinada eclesiàsticamente à Diocese de Barra. A Paróquia foi criada pela Lei provincial número 1 018, de 2 de maio de 1868, sendo o seu primeiro vigário o padre Esperidião Alves dos Reis. Conta com uma igreja Matriz, duas igrejas comuns e 10 capelas. Possui também 4 associações religiosas, com um total de 425 membros.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas religiosas mais freqüentes no município são as de Nossa Senhora Santana, em julho, repercutindo nos municípios vizinhos de onde acorre grande número de pessoas, com encerramento festivo que se precede por imponente procissão. Comemoram-se ainda os dias de São João, Natal, Ano Bom e Reis.

As festas populares vêm perdendo o seu brilho costumeiro mas ainda se realizam "reisado" e "reis pastoris".

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Santana contava com 3 989 eleitores inscritos, tendo votado 2 684 em 1954. Doze vereadores compõem a Câmara Municipal.

Exercendo as suas atividades no município, existem 100 funcionários, sendo 9 federais, 44 estaduais, 30 municipais e 17 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa os resultados da arrecadação pública e da despesa municipal no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	218	788	511	258	669
1951	261	1 326	686	436	472
1952	374	1 248	940	550	1 149
1953	283	1 025	1 060	388	1 099
1954	350	1 383	1 216	453	1 288
1955	499	2 878	1 285	777	1 301
1956	519	2 876	1 668	739	1 304

JUSTIÇA — Desde sua criação, o município integrou, como têrmo, a comarca de Carinhanha, passando a têrmo da comarca de Correntinas pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892. Com a extinção do têrmo de Correntina, foi êste anexado ao de Santana dos Brejos que passou a integrar a comarca de Rio Corrente (mais tarde Santa Maria da Vitória), de acôrdo com o Decreto estadual número 265, de 4

de outubro de 1904. Atualmente é comarca, formada de um único têrmo, criada pelo Decreto-lei estadual número 519, de 19 de junho de 1945, ocorrendo sua instalação a 29 de janeiro de 1946 pelo juiz de Direito Dr. Ulisses Caldas Pinto, sendo seu primeiro titular o Dr. José Lino de Andrade.

Conta com 9 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. O total de feitos julgados no ano de 1956 foi de 26, dos quais 17 cíveis e 9 criminais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Santanenses é a denominação dada aos naturais do município. O Prefeito em exercício é o Sr. Aurelino Antônio Filardi e o Presidente da Câmara, o Sr. Lindauro Teixeira de Oliveira, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Aloísio Alencar de Jesus; Chefe da Agência de Estatística — Demosthenes Filardi.)

SANTA TERESINHA — BA

Mapa Municipal no 5.° Vol.

HISTÓRICO — Antes do aparecimento do colonizador branco, habitavam a região os índios cariris e sabujás, descendentes dos tupinambás, que teriam vivido aldeados, êstes no lugar Caranguejo e aqueloutros na Pedra Branca.

Ainda que se não possa fazer indicação da fonte histórica, é tradição que êsses índios existiram nos lugares mencionados, havendo vestígios na serra do Guariru que corroboram a lenda ou dela são mesmo prova.

No século XVI a história registra a penetração de exploradores e suas bandeiras em território do município; todavia, sem sentido de colonização. O mais importante dêles foi talvez Gabriel Soares, que chegou a construir uma casa forte para abrigar-se a seguro dos índios e onde guardava os mantimentos, munições e armas da bandeira. O seu objetivo era localizar as minas descobertas por seu irmão de nome João, que lhe deixara roteiro delas.

Dados mais positivos, porém, só se têm a partir do século XVIII.

O aldeamento de índios cariris ou (cairiris), na Pedra Branca, foi realmente a origem do município. A capela aí existente e dedicada a Nossa Senhora de Nazaré foi elevada a freguesia, em 1759, com o nome de Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca. Dois anos depois, apresentando-se próspera e com suficiente capacidade para a vida político-administrativa, foi promovida à categoria de vila pela Provisão real de 28 de setembro de 1761, que, também, criou o município da Pedra Branca. Verificou-se, contudo, que a prosperidade inicial não medrou, passando a arrefecer e dar mostras de estagnação e decadência por fim. Daí a Lei provincial n.° 7, de 2 de maio de 1853, extinguindo o município de Pedra Branca, que passou a integrar o de Cachoeira.

Uma outra aglomeração se foi constituindo durante a fase de declínio de Pedra Branca e formou o arraial de Tapera, assim designado em virtude do tipo das habitações do aldeamento indígena primitivo. O lugar progrediu e depois passou a ser a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Tapera, criada pela Resolução provincial número 183, de 10 de abril de 1843, com o território da subordinação eclesiástica da capela local de Nossa Senhora da Conceição.

Com a elevação do arraial de Tapera à categoria de vila, o que se deu pela Lei provincial n.° 360, de 19 de outubro de 1849, foi igualmente criado o município de Tapera, dêle passando a fazer parte a freguesia de Nossa Senhora da Pedra Branca, que, por essa mesma lei, foi desanexada do município de Cachoeira. A instalação de Tapera, como município, ocorreu no dia 9 de janeiro de 1850.

Da mesma forma que Pedra Branca, Tapera não floresceu suficientemente para se conservar na categoria de município. Vale dizer que as mudanças da sede foram uma constante na vida político-administrativa local, pois sempre que uma freguesia surgia próspera era elevada a vila, para lá se passando a sede e ficando extintos o município e vila antigos.

Assim aconteceu com Tapera em benefício de Amargosa, pela Resolução provincial n.° 1 726, de 21 de abril de 1877. Contudo, o município foi restaurado pelo Ato estadual de 28 de maio de 1890, quando se passou a constituir dos territórios das freguesias de Nossa Senhora da Conceição da Tapera, Nossa Senhora de Nazaré da Pedra Branca e Santo Antônio de João Amaro, desmembrados do município de Amargosa.

A seguir, em virtude do Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, a sede do município de Tapera foi mudada para a povoação de Jibóia, por êsse mesmo ato elevada a vila. Por êsse novo topônimo ficou sendo designado o município, até que a Lei estadual n.° 321, de 1.° de agôsto de 1899, alterou a denominação para Monte Cruzeiro.

Na divisão administrativa do Brasil relativa ao ano de 1911, o município aparece formado pelos distritos de Monte Cruzeiro, Pedra Branca e João Amaro, enquanto nos quadros de apuração do Recenseamento de 1920, êle se apresenta formado dos mesmos distritos e mais os de São Francisco do Cajueiro e Veados.

Por fôrça da Lei estadual n.° 1 499, de 29 de julho de 1921, que restaurou a vila de Tapera, a sede e bem assim o município voltaram a ter essa sua antiga denominação. Mas ainda desta feita a história se repetiu e a Lei estadual n.° 2 105, de 25 de julho de 1928, designou uma última sede: a localidade de Santa Teresinha, passando a ser êste o topônimo do município por fôrça dessa mesma Lei estadual n.° 2 105.

Prefeitura Municipal.

Na divisão administrativa do Brasil concernente ao ano de 1933, o município se apresenta formado pelos distritos de Santa Teresinha (sede), Monte Cruzeiro, São Francisco do Cajueiro, Sítio Novo e João Amaro.

Consoante as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município é constituído pelos distritos citados na divisão administrativa de 1933, e mais o de Lajedo Alto, observando-se o mesmo no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938. Nota-se, no entanto, que, nesse quadro, os distritos de Sítio Novo e São Francisco do Cajueiro se denominam, respectivamente, Paraguaçu e Sousa Peixoto.

A cidade de Santa Teresinha, atual sede municipal, adquiriu essa categoria por fôrça do Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938.

De conformidade com o quadro territorial vigente em 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município de Santa Teresinha forma-se dos mesmos distritos que apresenta no quadro do qüinqüênio anterior, verificando-se, todavia, a alteração toponímica do distrito de Paraguaçu, que se chama, então, Iaçu. Idêntica situação permanece na divisão territorial vigorante no qüinqüênio 1949-1953.

Pela Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, a sede do distrito de Sousa Peixoto foi transferida para Novo Paraíso, aparecendo o município no quadro da divisão territorial relativa a 1954-1958, baixada pela referida Lei, integrado pelos 6 seguintes distritos: Santa Teresinha (sede) —, criado pela Lei estadual n.º 1 499, de 29 de julho de 1921, (ex-Tapera, — criado pela Lei provincial número 360, de 19 de outubro de 1849); Monte Cruzeiro (ex-

Rua da Matriz.

Jibóia) — criado pela Lei provincial n.º 111, de 16 de maio de 1870; Iaçu (ex-Paraguaçu e ex-Sítio Novo) —, criado pela Resolução municipal n.º 3, de 19 de abril de 1922, aprovada pela Lei estadual n.º 1 569, de 3 de agôsto do mesmo ano; Novo Paraíso (ex-Sousa Peixoto e ex-São Francisco do Cajueiro) —, criado pela Lei municipal de 12 de novembro de 1890; João Amaro, — criado pelo Decreto estadual n.º 9 648, de 7 de agôsto de 1935; e Lajedo Alto, — criado pelo mesmo Decreto estadual.

LOCALIZAÇÃO — O município de Santa Teresinha está situado na região centro-oeste do Estado da Bahia, na chamada Zona Fisiográfica da Feira de Santana. Faz limite com os municípios de Castro Alves, Santo Antônio de Jesus, São Miguel das Matas, Amargosa, Brejões, Maracás e Itaberaba. A sede municipal, tem a sua posição indicada pelas seguintes coordenadas geográficas: 12º 44' 30" de latitude Sul e 39º 34' 50" de longitude W.Gr. Rumo da Capital do Estado em direção à sede municipal, da qual dista, em linha reta, 110 km, O.N.O.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude na sede municipal é de 210 m.

ÁREA — O município mede 3 864 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A orografia do município apresenta um trecho com relêvo bastante acidentado, em que se destacam inúmeras serras e picos. As principais montanhas são às serras da Jibóia, do Galo, do Guariru, Geral e dos Olhos-d'Água. Os picos dominantes situam-se no monte do Cruzeiro, na serra Suçuarana, na serra Estrêla e na serra do Boqueirão, com altitudes que variam de 400 a 600 metros.

O sistema hidrográfico é formado principalmente pelos rios Paraguaçu e Ribeirão. O Paraguaçu serve de limite com os municípios de Itaberaba e Castro Alves, possuindo o seu curso, de sentido oeste-leste, um trecho navegável de 120 quilômetros. O ribeirão nasce na serra de Sincorá, município da Barra da Estiva, e corre de sul para norte; é afluente do Paraguaçu, nêle se lançando à altura da sua barra, no município de Maragogipe.

Além de inúmeros outros rios e riachos existem algumas lagoas. As mais importantes são a Branca, a Formosa, a da Samambaia e a do Tanquinho.

CLIMA — O clima do município é em geral quente e salubre, com chuvas abundantes na chamada "zona da ma-

ta" e muito sêco na caatinga. A temperatura na sede municipal, no ano de 1956, apresentou as seguintes variações: média das máximas 30°C; média das mínimas 17°C; e média compensada 24°C. A precipitação no ano, na sede municipal, atingiu a altura pluviométrica de 580 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora tem grande variedade de madeiras de lei e de plantas medicinais, estendendo-se por áreas enormes, cobertas ainda por matas virgens.

A fauna é variada e abundante. Entre as aves existem em quantidade perdizes, codornizes, pombas, zabelês, juritis, papagaios, periquitos, corujas, além de pássaros os mais diversos. Os espécimes silvestres mais comuns são macacos, veados, caititus, tamanduás, pacas, cutias, capivaras e tatus.

Dentre os minerais, apenas é conhecida a existência de cristal de rocha em jazidas ainda não exploradas.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento do Brasil, a população do município em 1950 era de 36 168 habitantes, compreendendo 17 340 homens e 18 828 mulheres, de onde haver para cada grupo de 100 homens cêrca de 108 mulheres. Quanto à côr, o maior grupo era de pardos, igual a 22 611. No cômputo da população de 15 anos e mais, os casados eram mais numerosos que os solteiros, viúvos e desquitados, somando o seu número 9 443. Viviam no quadro rural 91,75% da população do município. A densidade demográfica calculada em relação ao ano de 1950 é de 9,36 habitantes por quilômetro quadrado. A população do município, em 1957, é estimada em 40 500 habitantes.

Aglomerações urbanas — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, existiam 6 aglomerações urbanas com as seguintes populações: cidade de Santa Teresinha — 690 hab. (uma das menores do Estado), e vilas de Iaçu — 917, João Amaro — 515, Lajedo Alto — 561, Monte Cruzeiro — 187 e Sousa Peixoto — 115 habitantes. Em 1953, esta última vila retrocedeu para a categoria de povoado, sendo criada a vila de Novo Paraíso, então com 540 habitantes.

Outras aglomerações — Além da cidade e vilas, existem, com as populações que citamos, os seguintes principais povoados: Itatim — 230 hab., Pedra Branca — 130, Sousa Peixoto — 115, Campo Alegre — 75 e Boqueirão — 50 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com os resultados do Recenseamento Geral, realizado em 1950, 31,28% da população em idade ativa (10 anos e mais) ocupavam-se àquela época no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A agricultura continua a ser a base fundamental à economia do município. Em 1955, a produção agrícola foi igual a 39 000 milhares de cruzeiros produzidos principalmente pela mandioca e bananas, que, sòzinhas, contribuíram com 30 000 milhares de cruzeiros daquele total. As indústrias são rudimentares e pouco desenvolvidas, alcançando em 1955 um valor de produção igual a 9 000 milhares de cruzeiros. A pecuária é importante, possuindo os seguintes principais rebanhos: 57 200 bovinos, 21 000 caprinos, ... 12 000 ovinos e 10 000 suínos, além de menores criações de eqüinos, asininos e muares.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A sede municipal liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal, por ferrovia — 2 010 km e rodovia — 1 539 km; à Capital do Estado, por ferrovia — 223 quilômetros e rodovia — 256 km; às cidades vizinhas de Amargosa, rodovia — 48 km; Brejões, rodovia — 133 km; Castro Alves, ferrovia — 18 km e rodovia — 16 km; Itaberaba, ferrovia — 108 km e rodovia — 119 km; Maracás, rodovia — 201 km; Santo Antônio de Jesus, rodovia — 87 quilômetros e São Miguel das Matas, rodovia — 81 km. A cidade de Santa Teresinha é estação ferroviária servida pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro e inaugurada em 23 de dezembro de 1881.

COMÉRCIO E BANCOS — A praça comercial da sede municipal possui apenas 4 estabelecimentos varejistas. Contudo, em todo o município existem 133 estabelecimentos, todos do gênero varejista, que produziram em 1956 um giro comercial de 33 250 milhares de cruzeiros. As transações comerciais são efetuadas principalmente com a Feira de Santana, Castro Alves, Salvador e São Félix, donde o município importa tecidos, calçados, ferragens, louças, além dos artigos chamados secos e molhados do comércio de retalho, e para onde exporta banana, café beneficiado, fumo em fôlha, farinha de mandioca, rapadura e aguardente. A Praça ressente-se da falta de agências bancárias ou casas similares.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Santa Teresinha está edificada no sopé da serra do Guariru, em meio a uma planície. A urbe pròpriamente dita compõe-se de 8 logradouros e 155 prédios. Dos logradouros 1 tem arborização ou ajardinamento e 1 é calçado a paralelepípedos. Há serviço de iluminação elétrica, que se estende a 5 artérias e a 33 casas.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O território do município integra o Setor n.º 4, sediado em Muritiba, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era àquela época de 30 250 habitantes. Sabiam ler e escrever 5 586 pessoas, isto é, apenas 18,47% da população em causa.

Ensino — O ensino primário fundamental comum, em 1956, era lecionado em 32 estabelecimentos com uma matrícula de 1 485 alunos. O Estado mantinha 22 escolas e o município 9, havendo mais 1 particular. Há na cidade de Santa Teresinha um grupo escolar, mantido pelo Estado.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem 2 pequenas bibliotecas na cidade.

CULTOS RELIGIOSOS — O culto católico apostólico romano é o professado pela grande maioria da população. Sua organização compreende as paróquias de Nossa Senhora da Conceição da Tapera, na cidade, e a de Nossa Senhora da Conceição da Jibóia, na vila de Monte Cruzeiro, as quais subordinam 3 igrejas, 22 capelas e 3 congregações e associações religiosas. Quatro sacerdotes residentes atendem aos atos litúrgicos e demais misteres religiosos.

O culto protestante é difundido pela Igreja Batista no lugar Caldeirão, onde existe 1 templo.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E EFEMÉRIDES — As manifestações religiosas locais são as festas promovidas pela Igreja Católica, em comemoração às seguintes datas: 8 de dezembro, consagrada a Santa Terezinha, padroeira da cidade; 26 de julho, festa de Nossa Senhora Santana, em Monte Cruzeiro; 13 de junho, festa de Santo Antônio, em João Amaro; e 4 de outubro, festa de São Francisco de Assis, em Novo Paraíso. Afora essas, há as datas litúrgicas de caráter geral, em que ocorrem procissões, novenas, terços, etc.

As principais efemérides locais são: 1.º de janeiro, — dia da Cidade, e 8 de dezembro, — dia da Padroeira.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía, em 3 de outubro de 1954, 7 718 eleitores inscritos, dos quais 3 151 votaram nas eleições gerais realizadas naquela data. A representação política à Câmara Municipal é de 12 vereadores. O corpo de servidores públicos civis consta de 102 federais, 44 estaduais, 35 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação das receitas federal, estadual e municipal, bem como a despesa do município apresentaram os seguintes dados no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	155	593	679	236	679
1951	196	802	582	284	558
1952	136	402	588	192	475
1953	163	514	901	284	732
1954	105	939	937	385	964
1955	1 204	1 393	1 176	469	1 074
1956	351	1 958	1 718	811	1 272

JUSTIÇA — Por fôrça da Lei provincial n.º 7, de 2 de maio de 1835, o território do município foi inicialmente têrmo judiciário da comarca da Cachoeira, tendo passado depois para a de Amargosa no ano de 1877, em virtude da Resolução provincial n.º 1 726, de 21 de abril, que extinguiu o município da Tapera (atual Santa Teresinha) e o anexou ao de Amargosa, também por ela mesma criado. Esta situação perdurou até ser baixado o Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, que dá o têrmo do município, então denominado Jibóia, como integrante da comarca de São Félix. Em 1898, pelo Decreto estadual de 5 de outubro, o território do têrmo de Jibóia retornou à jurisdição da comarca de Amargosa, e nessa condição aparece ainda no Decreto estadual n.º 266, de 4 de outubro de 1904, mas com o nome de Monte Cruzeiro, como se passou a chamar desde 1899.

A Lei estadual n.º 1 119, de 21 de julho de 1915, registra Monte Cruzeiro como têrmo componente da comarca de Castro Alves. Em 1921 a situação é a mesma: porém o têrmo tornou à denominação antiga de Tapera, por fôrça da Lei estadual n.º 1 499, de 29 de julho do referido ano. Contudo, tal denominação não aparece na Lei estadual n.º 2 225, de 14 de setembro de 1929, que confirma a situação judiciária anterior, por ter sido mudada para a atual de Santa Teresinha.

De acôrdo com as divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município de Santa Teresinha é têrmo judiciário da comarca de Castro Alves. Tal situação mantém-se inalterada no quadro territorial em vigência no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, e também no vigente em 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944.

A comarca de Santa Teresinha foi afinal criada pelo Decreto-lei estadual n.º 175, de 2 de julho de 1949, todavia sòmente ocorreu a sua instalação em 15 de maio de 1955. Atualmente é de 1.ª entrância, formada do têrmo de Santa Teresinha, que subordina 16 cartórios, sendo 6 do Registro Civil. Durante o ano de 1956, foram julgados 149 feitos cíveis e 32 criminais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município são chamados pelo adjetivo gentílico santa-teresinhenses. Antes que se firmasse o atual topônimo, houve quatro outros: Pedra Branca, Tapera, Jibóia e Monte Cruzeiro, sendo os dois primeiros originários de aldeamento indígena.

A Região é periòdicamente assolada pelo estio, que determina o êxodo da população rural para os Estados do Sul do País, e está inteiramente abrangida pelo "Polígono das Sêcas".

É Prefeito em exercício o Sr. Misael Vaz Santos, e presidente da Câmara Municipal, o Sr. Salvador Figueiredo Andrade, ambos eleitos no pleito de 3 de outubro de 1954. O primeiro intendente foi o tenente-coronel Francisco de Oliveira Guedes e a primeira câmara de vereadores, eleita em 9 de junho de 1850, a que êle mesmo presidiu, era constituída de mais os seguintes membros: capitão Antônio Péricles de Sousa Icó, reverendo João José da Rocha Bastos, capitão José da Costa Galvão, major João Batista Vilas-Boas, Srs. José Ferraz Peixoto e Antônio Vieira Sampaio.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal por Myron Pereira; Chefe da Agência de Estatística — Joel Ribeiro dos Santos.)

SANTO AMARO — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1557, nasceu e cresceu à margem do rio Taripe, nas proximidades do mar, a povoação de Santo Amaro. Aí viveram os colonizadores, por vários anos, construindo suas habitações, seus estabelecimentos, sua capela e tirando do rio e do mar peixes e crustáceos para sua subsistência.

Antes de firmarem o seu domínio na região, tiveram os colonizadores lusos de travar sucessivas e renhidas guerrilhas com os primitivos habitantes das margens dos rios Sergi-Mirim e Subaé — os tupinambá — que, no entanto, vieram mais tarde prestar inestimáveis serviços aos colonos.

O trabalho desenvolvido pelos jesuítas do "Colégio de Santo Antão de Lisboa", para despertar no espírito do colono ignorante e do índio arredio e desconfiado o sentimento religioso e os princípios morais, malgrado contar com a aprovação, colaboração e submissão de muitos, teve de

sobrepor-se a dificuldades decorrentes da incompreensão, maldade e rebeldia de tantos outros. Não só na igreja e no púlpito, como no meio secular, o jesuíta combatia os desregramentos dos habitantes do povoado e de seus arredores, o que, aqui como em outros lugares, era visto com ódio e rancor por muito indivíduos. Dessa situação resultou doloroso incidente, que teve por desfecho o assassínio de um jesuíta, em plena capela, quando oficiava a missa. O fato, como era de esperar, causou geral indignação e motivou a interdição da igreja, mudando-se também colonos para as margens dos rios Sergi-Mirim e Subaé, a dois quilômetros do local onde se haviam primitivamente instalado.

Já por essa época, 1591, tinha o povoado a categoria de curato e, assim, houve necessidade de transferir-se a Freguesia para o novo sítio, onde se haveria de edificar a nova igreja. Sòmente treze anos mais tarde, em 1604, é que se deu essa transferência para a igreja de Nossa Senhora da Purificação, construída a um quilômetro do local onde se estava erigindo a capela primitiva, sob a invocação de Santo Amaro, hoje dedicada a Santa Luzia.

Para desenvolvimento da colonização, as terras foram divididas e doadas, cabendo a parte em que hoje se acha edificada a cidade ao major João Ferreira de Araújo, a quem toca a glória de figurar entre os fundadores de Santo Amaro.

Também à família Adôrno, descendente de Diogo Alvares — o Caramuru — pertenceu parte daquelas terras; essa família vivia em discórdia com os colonos, circunstância que também concorreu para que os mesmos emigrassem para as margens dos rios Sergi-Mirim e Subaé.

Na "Relação Descritiva", informa o padre José Nogueira da Silva: — "Teve esta freguesia igreja matriz no sítio do engenho do Conde de Linhares, fundado à margem do rio Sergipe do Conde e, como o sítio não era conveniente, no ano de 1604, meia légua acima, se fundou nova matriz, distante da capela, cêrca de um tiro de peça."

A fertilidade da terra do massapê e o vigor aplicado ao trabalho agrícola pelos colonos transformaram em pouco tempo a região em importante zona produtora, onde se desenvolveram a cana-de-açúcar, o fumo e a mandioca. Aos poucos, foram surgindo engenhos de açúcar, casas de farinha, pequenos beneficiamentos de fumo. É de notar que ao Governador-Geral Mem de Sá se deve a instalação de um dos primeiros engenhos — não o primeiro — em terra santamarense, o chamado engenho do Conde de Linhares, de que ainda existem as ruínas.

Êsse engenho, após a morte do seu fundador, ocorrida a 2 de março de 1572, passou a pertencer à sua filha, espôsa do Conde de Linhares; daí a razão de ser ainda hoje denominado "Conde" o local em que foi estabelecido o antigo engenho e onde se construíram o ancoradouro do "Conde", o pôrto do "Conde" — onde ainda hoje atracam os navios da Navegação Baiana, que fazem o transporte de passageiros e cargas entre Santo Amaro e Salvador.

O engenho do Conde, na foz do rio Pitinga, dizia-se que era a verdadeira residência de Mem de Sá, tal a freqüência de suas visitas àquelas paragens, não obstante fôssem tais viagens realizadas pelo governador tão rápidas que se não notava sua ausência na cidade do Salvador, conforme afirma F. Borges de Barros, em sua Arqueologia Histórica.

O grande progresso então verificado em Santo Amaro teve por base o delta formado pelos rios Traripe, Pitinga e Subaé, coberto pelas matas de Pitanguinhas, onde o engenho Timbó, com grande roda d'água, serrava madeira e fa-

Vista parcial da cidade.

zia açúcar. Na região, outros engenhos surgiram em Palma, Penha, Calugi, S. Gonçalo da Patativa, e lançou-se a base rudimentar das primeiras fábricas de açúcar, iniciativa de que, nos séculos seguintes, resultaria extraordinário desenvolvimento da região, através da indústria açucareira.

Paralelamente à ação pioneira dos colonizadores, davam os missionários jesuítas desempenho à sua missão evangélica, catequizando índios, fundando igrejas e engenhos, reconciliando íncolas e colonos, que, juntos, aí construíram os alicerces da civilização.

Igreja-Matriz de N. S.ª da Purificação.

Nascido, pois, nos primeiros tempos da colonização do Brasil, foi Santo Amaro, pela posição geográfica e pela riqueza do solo, transformado mais tarde na zona de convergência dos elementos que se expandiram e floresceram em São Gonçalo da Patativa, São Francisco e outras localidades do recôncavo.

A nobreza da terra era constituída pelos "senhores de engenho", que dispunham de grandes cabedais para explorar o rendoso cultivo da cana e o fabrico do açúcar, para o que eram necessários 200 escravos, no mínimo, para cada engenho — centro de grande atividade em trabalhos de roça, de moagem, de preparo do açúcar, de transporte para os mercados, etc.

Ao lado dêsses "senhores", viviam os pequenos plantadores que não possuíam engenhos e tomavam por arrendamento terras aos seus proprietários, nelas cultivando a cana, para vendê-la na época da moagem, quase sempre a preço irrisório, aos donos de engenhos, que passaram, assim, a monopolizar a produção. Êsse regime de cooperação ainda hoje perdura nas usinas de açúcar dos distritos onde predomina a cultura da importante gramínea.

Outros produtos agrícolas, como o feijão, o milho e o arroz, vieram pesar complementarmente na balança econômica do município, transformando-o em celeiro e exportador de açúcar, fumo e outros produtos.

O labor rude e incessante do escravo foi elevando cada vez mais o nível econômico da progressista região santamarense, onde não custou a surgirem os engenhos metálicos, os alambiques, seguidos das modernas destilarias e importantes usinas de açúcar.

Pertencendo Santo Amaro, judicialmente, à vila de São Francisco da Barra do Sergipe do Conde (atual São Francisco do Conde), o seu desenvolvimento era tão grande no comêço do século XVIII, que o Marquês de Angeja, quando visitou o recôncavo, em 1715, desejou elevar o povoado a vila. Não obstante se ter frustado o seu intento, poucos anos depois, em 5 de janeiro de 1727, foi êle atingido, sob o govêrno de Vasco Fernandes César de Meneses, que se fêz presente ao ato da inauguração.

O nome de "Santo Amaro" é devido aos monges beneditinos, aos quais foram doadas grandes áreas, numa das das quais se localizara a cidade, e se erigia a capela, sob a invocação de Santo Amaro, orago pertencente à sua Ordem; de então por diante, ficou êsse Santo como padroeiro local. Com a criação da freguesia de Nossa Senhora da Purificação e construção da igreja do mesmo nome, passou a localidade a ser chamada Santo Amaro da Purificação, denominação que nada tem de oficial, sendo o topônimo apenas — Santo Amaro — designação da cidade e do município.

Em todos os grandes acontecimentos da história pátria, sempre se fêz presente Santo Amaro. Nas lutas pela independência, nas pugnas do Paraguai e em vários outros sucessos de alta significação para o País, nunca o seu concurso estêve ausente.

Quando dos movimentos que antecederam a Independência do Brasil, a vila de Santo Amaro, por sua Câmara, foi escolhida pelas municipalidades baianas para estabelecer os planos da Revolução Nacionalista. Na residência do Corregedor Antônio José Duarte de Araújo Gondim fêz-se a reunião, da qual participaram os elementos cultos e influentes de Santo Amaro, inclusive o Conselheiro Miguel Calmon Du Pin e Almeida, que acabava de regressar de Portugal, portador da carta-circular dos deputados baianos às Côrtes de Lisboa, datada de 23 de março de 1822, em que davam conta das suas atividades e pediam orientação. Nesta carta, endereçada às vilas da Bahia, consultavam os deputados se convinha à Bahia que houvesse no Brasil uma ou duas delegações do Poder Executivo, para facilitar o recurso necessário aos povos dêsse reino, ou se lhe convinha, antes, que o Poder Executivo residisse só em el-rei, delegando êste a uma junta governativa de cada província a parte do mesmo poder que fôsse necessária à rápida execução das leis e recursos dos povos, como acontecia antigamente com os capitães-generais e, finalmente, se não conviesse um dêsses alvitres, qual seria aquêle que julgava a Província mais conveniente e útil ao seu bom regime e administração.

Àquela consulta, responderam os santamarenses da maneira constante da ata de 14 de junho: — "a) que houvesse no Brasil um centro único do Poder Executivo; b)

Edifício da Prefeitura Municipal.

que êsse poder fôsse exercido por Sua Alteza o Príncipe Real, segundo as regras prescritas em uma liberal Constituição; c) que a sede do mesmo poder fôsse aquêle lugar julgado mais útil ao bom regime e administração do Reino; d) que o Brasil tivesse um exército próprio para sua defesa, inamovível de província a província e de reino a reino, salvo no caso de ser mister repelir qualquer agressão feita à dignidade do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, convindo, por conseqüência que não fôsse admitido nas províncias dêste reino destacamento algum de tropa que não pertencesse ao exército do Brasil; e) que o Brasil possuísse a necessária armada naval para a defesa de suas costas, também inamovível como o exército; f) que houvesse no Brasil o Tesouro Nacional, onde se arrecadasse o contingente das rendas das suas províncias, e que dêsse tesouro se fornecesse a Portugal a devida quota para a sustentação da Família Real e do Corpo Diplomático; g) que se estabelecesse no Brasil um Tribunal de Justiça com as mesmas atribuições do estabelecido em Portugal; h) que em cada província do Brasil houvesse uma junta do govêrno, eleita pelo povo, e cujo presidente fôsse um membro dela escolhido pelo Poder Executivo dêste reino; i) que a essa junta fôssem subordinadas tôdas as autoridades civis e militares, de maneira, porém, a evitar que ela viesse a acumular todos os poderes, o que se faria mediante um regulamento a ser elaborado, cabendo à Junta indicar ao Poder Executivo do Reino os concidadãos das províncias aos quais seriam conferidos os cargos públicos; j) que, para promover eficazmente a prosperidade do Brasil, se decretasse que êste reino oferece seguro asilo aos estrangeiros que para êle tragam indústria ou capitais e, também, que se estabelecesse a tolerância religiosa; l) que se conservasse, enfim, e sem restrição alguma, a franqueza e liberdade ao comércio dêste reino e se fundasse, quanto antes, uma universidade em lugar que mais conveniente fôsse."

A 25 de junho de 1822, depois dessa reunião da Câmara de Santo Amaro, ajuntam-se na Praça da Regeneração, em Salvador, tôdas as fôrças que aclamaram o príncipe Dom Pedro como Regente do Brasil. Esta data assinala o rompimento da revolução, provocada pela vila da Cachoeira, centro da reação contra as fôrças do general português Madeira de Melo. A 29 do mesmo mês, Santo Amaro aclama o Príncipe Regente numa reunião da Câmara, que foi considerada a mais importante, visto ter como objetivo deliberar sôbre proposição do General Gomes de Sá, que foi aprovada e tinha a seguinte redação: "Que esta Vila e seu distrito considerem já a causa adotada por quase tôdas as províncias do Brasil, que seus habitantes reconheçam a Sua Alteza Real o Senhor D. Pedro de Alcântara, o Príncipe Regente, como Regente Constitucional do Brasil e o aclamem seu Protetor e Perpétuo Defensor em nome de seu Augusto Pai, El-rei o Senhor Dom João VI."

A 22 de outubro de 1822, a Câmara Municipal de Santo Amaro, com a cooperação das de São Francisco, Cachoeira e Maragogipe, organizou uma comissão, integrada de proeminentes vultos locais, com a incumbência de ir ao Rio de Janeiro conferenciar com D. Pedro e levar-lhes as congratulações em nome da Bahia.

Já a êsse tempo se travava a luta armada e o govêrno imperial havia resolvido socorrer a Bahia com uma esquadra, dirigida pelo comandante Delamare e um exército chefiado por Labatut. A 8 de novembro, Santo Amaro envia à luta tropas de quase 600 homens, sob o comando de Manoel Bernardo Calmon e João Ferreira de Araújo, e, pouco depois, um contingente de 300 homens voluntários arregimentados por Antônio Bittencourt Berenguer César. A 18 do mesmo mês, as tropas de Madeira investem contra o pôsto avançado de Saubara, atual vila dêste município, desenrolando-se encarniçada luta pela posse dêsse reduto, considerado fundamental para a defesa de Santo Amaro, Cachoeira, Maragogipe, São Francisco e do sertão, que estavam com suas fôrças empenhadas na luta da libertação. Foi o povoado defendido pelo bravo padre Bernardo, à frente de 400 voluntários, por êle instruídos militarmente, depois de ter custeado tôdas as despesas de equipamento e armas.

Além dos contingente santamarenses mencionados, encontravam-se em luta o batalhão de milícias sob o comando do Coronel Luiz Manuel de Oliveira Mendes, um esquadrão de cavalaria de 600 voluntários, equipados e fardados a expensas de Antônio Joaquim de Oliveira e Almeida; outro, formado por 400 combatentes, organizado e custeado por Inácio Pires de Carvalho e Albuquerque, e mandado por êste para o acampamento de Pirajá, onde foi entregue ao comando geral de Labatut; e uma companhia de cavalaria da Legião de Honra Imperial, criada e custeada por Francisco Maria Sodré Pereira.

Para atender às despesas com alimentação, armamento e sôldo dos combatentes, foi reorganizada, a 30 de abril de 1823, em Santo Amaro, a Caixa Militar, cuja direção foi confiada a uma comissão composta de Luiz Antônio Pires de Carvalho e Albuquerque, Antônio Joaquim Alvares de

Praça da Purificação.

Freitas, Coronel Gaspar de Araújo Azevedo Gomes de Castro e Manuel de Oliveira Mendes; essa comissão passou a angariar fundos e conseguir donativos para a Caixa e, assim, pôde abastecer os pontos estratégicos de Saubara, Engenho do Conde, Acupe, Fazenda de Baixo, Gamboa e Brotas.

A 3 de junho voltam os nacionais a investir contra as fôrças do General Madeira que, ainda uma vez, conseguiu deter a ofensiva brasileira, pois o govêrno de Portugal lançava mão de todos os recursos para manter o general na Bahia, último reduto onde se concentravam suas esperanças, pois as demais províncias, salvo o Maranhão, já estavam livres do jugo lusitano. Com a chegada da esquadra comandada por lord Cochrane, almirante inglês, já famoso nas lutas pela independência do Chile, as fôrças brasileiras na Bahia, obtido o contrôle marítimo, conseguiram sitiar a cidade e, vencidas as últimas resistências dos portuguêses, penetraram na cidade do Salvador no dia 2 de julho de 1823, expulsando o general Madeira e suas tropas. Assim consolidou-se a independência do Brasil, para cujo êxito concorreu Santo Amaro, com seu auxílio material e com a inteligência, a ação, o heroísmo e o sangue de seus filhos.

Ao entrar em Salvador, coberto de glórias, o valoroso exército da liberdade, figurava em suas fileiras o intrépido batalhão de caçadores, organizado em Santo Amaro em agôsto de 1822, composto de arrojados elementos dessa vila. São inolvidáveis os serviços prestados por êsse batalhão à causa da independência nacional.

Em 1809, segundo dados históricos, verificara-se a primeira rebelião de escravos em Santo Amaro. A esta sucederam-se outras, a mais violenta das quais ocorreu em 24 de janeiro de 1835, tendo-se espalhado por todo o recôncavo. Naquela ocasião, Santo Amaro foi palco de distúrbios e assassínios praticados por negros das tribos gêge e nagô, que predominavam no município. Entre os atos de mais deplorável repercussão, sobreleva a morte de Manuel Gomes de Meneses, administrador de Tanque de Senzala, povoado que ainda hoje conserva essa denominação. Fatos como êsses enlutaram muitos lares do recôncavo, e eram freqüentes nas lutas dos escravos pela sua liberdade.

Já em 1816, porém, dois ilustres santamarenses — Bernardino Borges de Barros e Paulo José de Melo Azevedo e Brito — propunham a abolição da escravatura, rasgo que não teve eco entre os senhores de então.

Muitos anos depois, em 1867, João Garcez dos Santos e a Condêssa de Barral e Pedra Branca libertaram o ventre de suas escravas; seguiram-lhes o exemplo os frades da Ordem de São Bento, entre os quais havia vários santamarenses, libertando os 4 000 escravos que a Ordem possuía.

Avenida Presidente Vargas.

Igreja Santa Luzia.

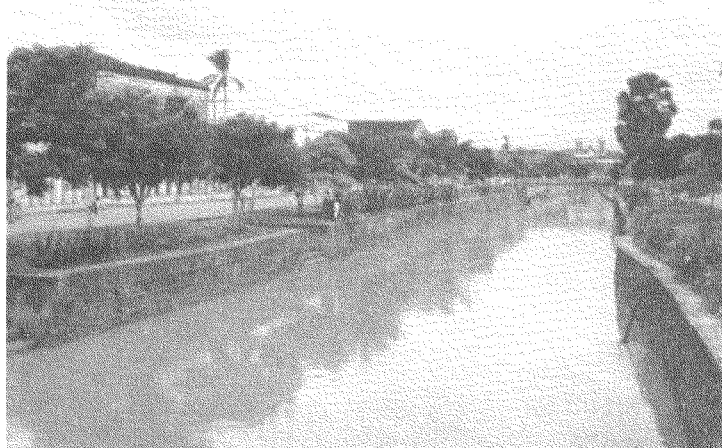
Além dêsses magníficos episódios históricos, cabe mencionar a atitude assumida por Santo Amaro, em 1837, quando, através de súa Guarda Nacional e hostes militares, deu combate ao tenente-coronel Higino Pires Gomes, um dos comandantes das fôrças que desfecharam o movimento revolucionário denominado "Sabinada".

Por ocasião dessa revolução, o Governador Prisco Paraíso foi obrigado a abandonar a capital, vindo estabelecer-se temporàriamente em Santo Amaro, de onde lançou a proclamação de 11 de novembro do mesmo ano, que terminava por esta valorosa e patriótica exortação: "Eia! Uni-vos, abraçai-vos e sêde fiéis à constituição; só dela pode emanar a felicidade dos brasileiros. Viva a Religião! Viva a Constituição! Viva o Senhor D. Pedro II e o Govêrno legal estacionado em Santo Amaro."

O Arcebispo Primaz do Brasil, com D. Romualdo de Seixas, também se transferiu para Santo Amaro naquela época; duas pastorais foram então expedidas: uma de 16 e outra de 30 de novembro de 1837, na qual era o povo de Santo Amaro exortado a reunir-se na capela de Nossa Senhora do Amparo para "orar pelo trono brasileiro e pelo jovem monarca D. Pedro II."

Não foi menos valiosa a participação de Santo Amaro na Guerra do Paraguai. O santamarense Francisco Lourenço de Araújo, Barão de Sergi, foi o expoente máximo da bravura dos que honraram a Pátria nas renhidas batalhas em campos inimigos; comandou o glorioso "46.º Batalhão de Voluntários", constituído em sua quase totalidade, de santamarenses, tendo partido da Bahia em novembro de 1865, sòmente retornando em abril de 1870. Foi condecorado com a Medalha Geral da Campanha do Paraguai relativa ao oficialato da Ordem da Rosa por decreto imperial de 24 de outubro de 1866; foi ainda nomeado comendador da Ordem da Rosa por decreto de 20 de julho de 1867; e, pelas batalhas travadas em dezembro de 1868, foram-lhe concedidas as honras de coronel-do-exército por ato de 17 de março de 1869. De volta da guerra, foram-lhe conferidas as honras de brigadeiro.

A elevação de Santo Amaro à categoria de cidade deu-se por fôrça da Lei provincial n.º 43, de 13 de março de 1837.

O município, de acôrdo com a Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, está constituído de quatorze distritos: Santo Amaro (dividido em dois subdistritos — Purificação e

Rosário), Acupe, Barão de Bom Jardim, Buracica, Campinhos, Conceição do Jacuípe, Inhatá, Jacu, Lustosa, Mata da Aliança, Rio Fundo, Saubara, Terra Boa e Traripe.

LOCALIZAÇÃO — O município de Santo Amaro localiza-se na Zona Central do Recôncavo Baiano, às margens do rio Subaé, próximo à confluência do rio Traripe e ao mar. Limita com os municípios de Salvador, Alagoinhas, Cachoeira, Coração de Maria, Feira de Santana, Maragogipe, Irará, São Francisco do Conde, São Gonçalo dos Campos e São Sebastião do Passé. A sede municipal tem as seguintes coordenadas geográficas: 12° 32' 45" de latitude Sul e 38° 42' 41" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Santo Amaro está a 8 m. Encontram-se localizados na Praça da Purificação dois marcos do I.B.G.E.

ÁREA — A área do município totaliza 1 251 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município não apresenta topografia acidentada, podendo-se afirmar que é formado de dois aspectos distintos: o primeiro, que compreende as altitudes variáveis de 130 a 210 metros, constitui os terrenos levemente ondulados da região cretácea; o segundo, de "tabuleiros" erodidos, cortados aqui e ali de colinas onde se acham situados os pontos mais elevados do município; é a região em que repousam os sedimentos terciários.

O território municipal apresenta três tipos geológicos: o terciário, o cretáceo e o arqueano. Predomina solo de côr escura, pegajoso, muito plástico na época das chuvas, de grande absorvência, rico em matéria orgânica, denominado "massapê" e oriundo da desagregação dos folhelhos argilosos, característicos dos terrenos cretáceos. O massapê é o "habitat" da cana-de-açúcar. Outra grande área é formada por sedimentos terciários, de idade pliocênica, ricos em cangas ferruginosas, arenitos grosseiros e argilas.

Os vales dos rios, tanto na zona terciária como na cretácea, não apresentam encostas íngremes. Os rios mais importantes, são o Pojuca, o Traripe, o Jacuípe, o Subaé, o Camurugipe, o Pitanga e o Açu ou Pavão.

CLIMA — O clima é quente e úmido na época do verão; no inverno é frio com predominância dos ventos do quadrante sul ou como são chamados "ventos baixos". A temperatura da sede municipal apresenta as seguintes características: média das máximas 34°C; média das mínimas 25°C e média compensada 29°C.

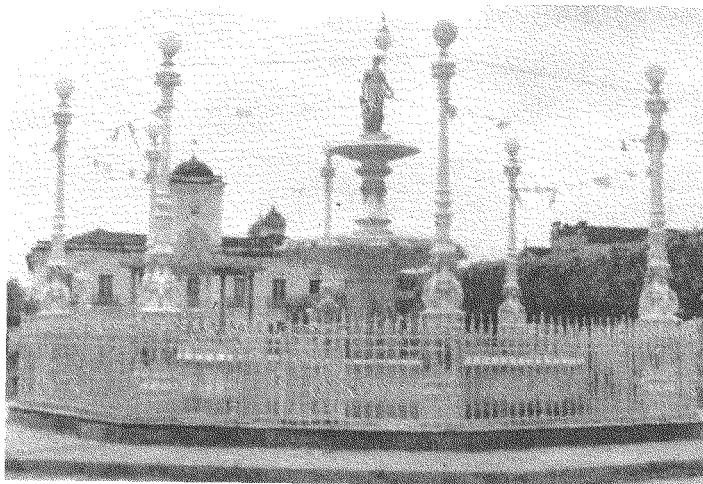
RIQUEZAS NATURAIS — O revestimento florístico do município é rico, notando-se a existência de extensas matas onde se encontram madeiras para construção, ervas medicinais, o dendêzeiro e várias espécies de frutas silvestres.

Na fauna encontram-se animais silvestres, peixes e grande variedade de aves.

No reino mineral há jazidas de chumbo, inexploradas, e pedra calcária e para construção, exploradas.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era de 85 739, sendo 42 029 homens e 43 710 mulheres. Predominava a côr parda, com 48 717 representantes, seguindo-se a preta com 27 602, a branca com 9 049 e, finalmente, a amarela com 64 indivíduos. Na população de 15 anos e mais, havia 34 522 solteiros, 13 761 casados, 39 desquitados e 3 071 viúvos. No município, para cada 100 homens havia 103 mulheres.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Em 1950, segundo o censo, existiam em Santo Amaro as aglomerações urbanas seguintes, com a respectiva população: Cidade de Santo Amaro — 12 258 pessoas, sendo 5 345 homens e 6 913 mulheres, Vilas: Buracica — 583 hab., Campinhos — 1 519, Inhatá — 3 786, Jacu — 247, Lustosa — 794, Mata da Aliança — 1 965, Rio Fundo — 1 022, Saubara — 4 042, Traripe — 2 042 e Barão de Bom Jardim — 1 673 habitantes. Em 1953 foram criadas as 3 vilas que se seguem, com a população estimada para 1957: Acupe — 2 430 hab., Conceição do Jacuípe — 1 380 e Terra Boa — 2 320 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e vilas, o município conta os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Amparo — 280 hab., Araripe — 230, Benguê — 250, Brejo do Andró — 200, Caduçu — 200, Coité do Meio — 900, Bom Jesus dos Pobres — 250, Ilha Grande — 200, Ilha Pequena — 1 200, Pi-

Chafariz da Praça da Purificação.

cado — 240, São Francisco — 1 000, Pedra — 320, Pitanga 370, Pilar — 1 100, Cobiça — 900, São Braz — 370, Ilha do Dendê — 310, Lembrança — 310, Nova Suíça — 270, Itapema — 600, Tanque de Senzala — 260, Ilha do Monte Cristo — 100, Tauá — 350, Apicum — 130, Araial — 200 e Areia — 320 habitantes.

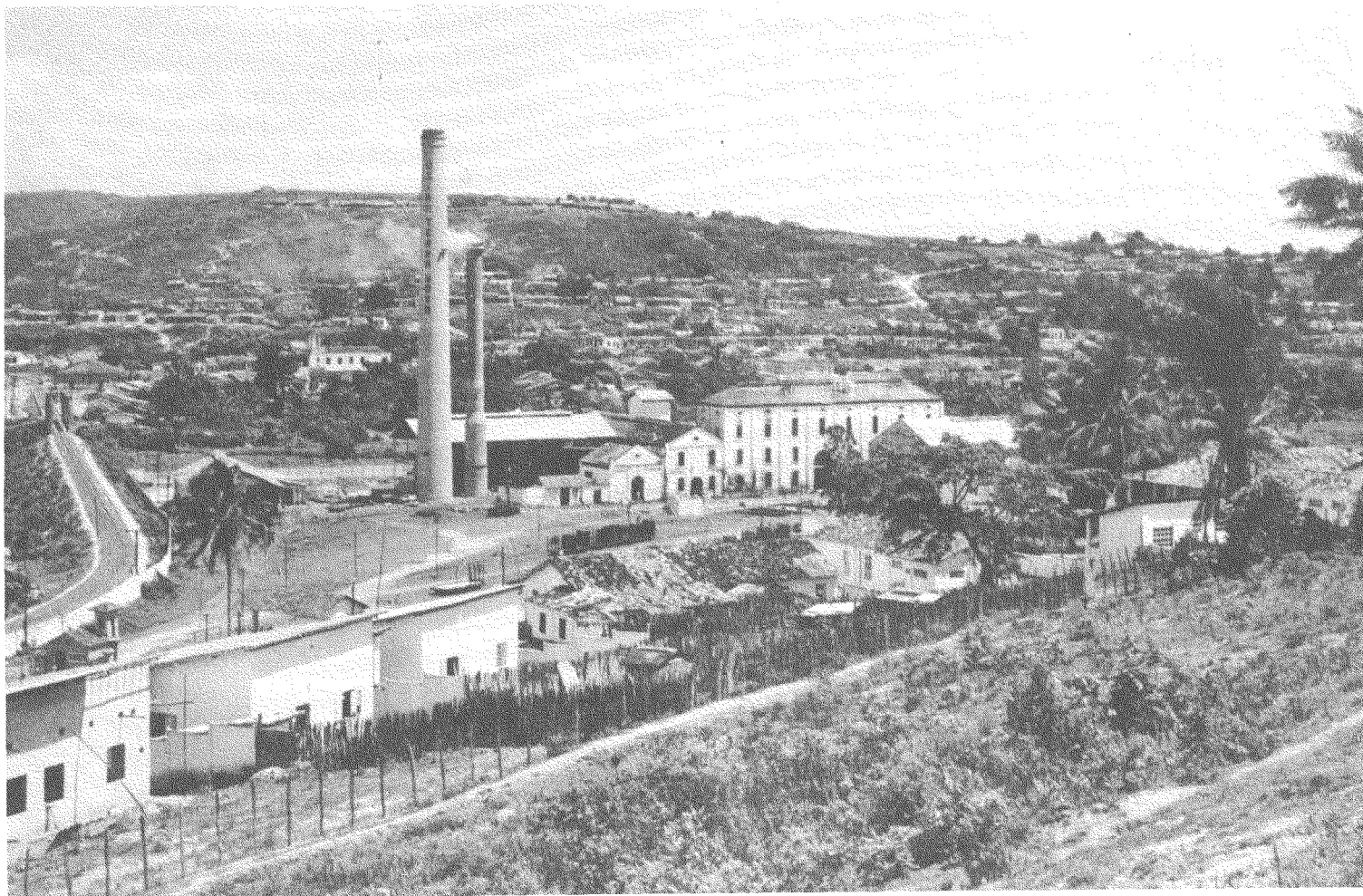
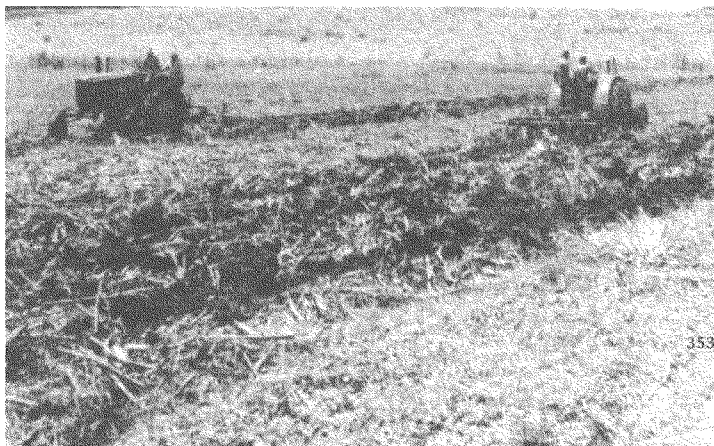
ATIVIDADE ECONÔMICA — Segundo o Recenseamento de 1950 a população em idade ativa (10 anos e mais) de Santo Amaro era de 61 844 pessoas, sendo 30 168 homens e 31 676 mulheres. Desta população 16 206 indivíduos dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" que após "atividades domésticas" é o mais numeroso no município. Vale dizer que a percentagem dos que se dedicam à "agricultura, pecuária e silvicultura", é de 26,2% das pessoas em idade ativa.

A base da economia do município é a produção açucareira, que em 1956, atingiu 267 156 milhares de cruzeiros. As principais culturas são: cana-de-açúcar, fumo e mandioca. Cultivam-se, também, amendoim, arroz, café, côco-da-baía, feijão, milho, frutas e verduras. A produção agrícola escoa-se principalmente para Salvador e Feira de Santana. A criação de gado bovino, com um rebanho de, aproximadamente, 43 000 cabeças, é constituída de gado leiteiro, cuja produção se destina à Capital do Estado, na quase totalidade. A pesca, durante o ano de 1956, atingiu 110 toneladas no valor de 2 770 milhares de cruzeiros. A produção de azeite de dendê, no mesmo ano, atingiu 32 400 quilos, no valor de 907 milhares de cruzeiros. A extração de madeira e lenha para fins industriais, atingiu em 1956 ...... 180 000 m³, no valor de 45 785 milhares de cruzeiros. Extrai-se sal marinho e piaçava. Há 2 anos iniciou-se no município a cultura do cacau branco, sob a assistência técnica do Instituto de Cacau da Bahia.

Existe o Núcleo Colonial Gustavo Dutra, que produz apreciável quantidade de hortaliças, e registra-se um Pôsto Agropecuário.

É Santo Amaro o mais importante centro açucareiro do Estado. São importantes, também, a destilação de álcool e aguardente e a indústria de fundição de metais. Outros produtos ali manufaturados e de menor relêvo são: cal, telhas, tijolos, ladrilhos, móveis de vime, vinagre, calçados, manteiga, arroz beneficiado e farinha de mandioca.

Merece registro o movimento de trabalhadores rurais que, todos os anos, nas épocas de safra, procedem de municípios vizinhos e da zona sertaneja do Estado e se destinam à lavoura canavieira. Êsses trabalhadores retornam aos seus municípios de origem, logo que sejam concluídos os trabalhos de limpa e colheita da cana-de-açúcar.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se à Capital Federal por ferrovia (2 154 km) e rodovia (1 623 km); à Capital do Estado por ferrovia (78 km); via marítimo-fluvial (36 mi) e rodovia (145 km); com as cidades vizinhas de: Alagoinhas, por ferrovia (158 km) e rodovia (131 km); Cachoeira, por ferrovia (60 km) e rodovia (74 km); Catu, rodovia (101 km); Coração de Maria, rodovia (46 km); Feira de Santana, por ferrovia (76 km) e rodovia (45 km); Irará, rodovia (82 km); Maragogipe, por via fluvial (60 mi); São Francisco do Conde, por via flúvio-marítima (9 mi); São Gonçalo dos Campos, por ferrovia (55 km) e rodovia (45 km); São Sebastião do Passé, rodovia (70 km). É servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro com 7 estações e 6 "pontos-de-pa-

Usina de açúcar Terra Nova.

Cultura mecânica da cana-de-açúcar na Usina Terra Nova.

rada"; e, bem assim, pelas ferrovias de uso privativo das usinas de açúcar Aliança, Terra Nova, São Carlos, Passagem, Itapetingui, Paranaguá e rio Fundo. É também servido pela Companhia de Navegação Baiana, que mantém linha regular para a cidade, e ainda por 1 emprêsa rodoviária com sede local.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na sede municipal 3 estabelecimentos comerciais atacadistas, 215 varejistas, 5 bancos (2 matrizes e 3 agências) e uma agência da Caixa Econômica Federal. O comércio mantém transações, principalmente, com as praças de Salvador, Feira de Santana e Coração de Maria. O giro comercial atingiu 264 025 milhares de cruzeiros em 1956. O salário-mínimo oficial decretado para a 2.ª Sub-região, à qual o município pertence, é de Cr$ 2 400,00 .

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada num estreito vale, às margens do rio Subaé, próximo à confluência do rio Traripe e nas proximidades do mar. Possui 1 pôrto fluvial-marítimo. Conta 105 logradouros, vários dêles ligados por pontes sôbre o rio Subaé, cujas margens, em quase tôda a extensão da cidade, se encontram protegidas por um cais de atracação para barcos de pequeno calado, canoas, saveiros, etc. Dos 105 logradouros públicos existentes, 93 são totalmente pavimentados: 60 a paralelepípedos e 33 a pedras irregulares.

A principal artéria é a Praça da Purificação, onde se acham situados a igreja de Nossa Senhora da Purificação, o Paço Municipal e as principais casas residenciais, seguindo-se a Rua do Imperador, a Conselheiro Saraiva, a General Câmara, a Avenida Presidente Vargas e a Viana Bandeira.

A cidade é beneficiada por serviços de água encanada (Companhia Aquária Santamarense), de esgôto sanitário e de energia elétrica, êste último explorado pela Companhia Energia Elétrica da Bahia. Encontram-se 2 626 edifícios, dos quais 1 997 são servidos de energia elétrica, 1 590 abastecidos de água encanada e 1 570 ligados à rêde de esgotos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há 4 hospitais com 173 leitos, sendo 1 na sede municipal, com 112 leitos, e os 3 outros localizados nas vilas de Campinhos, Terra Boa e no povoado de Itapetingui; possui ainda uma maternidade e os seguintes postos: 1 de higiene, 1 de puericultura, 1 do Serviço de Endemias Rurais, 1 ambulatório. Contam-se 22 médicos, 6 dentistas, 5 farmacêuticos e 9 enfermeiros no município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existem 4 associações de caridade, 1 associação de beneficência mutuária, 4 cooperativas (sendo 1 de crédito), 5 sindicatos (inclusive 1 de empregadores) e 1 asilo de recolhimento.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, existiam no município 73 098 pessoas de 5 anos e mais, sendo 35 767 homens e 37 371 mulheres. Desta população, sabiam ler e escrever 22 374 pessoas, representando 30,6% daquele grupo.

ENSINO — Atualmente existem 192 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com cêrca de 11 000 alunos matriculados. Possui 2 estabelecimentos do ensino médio, ambos mantendo o curso ginasial e o normal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Santo Amaro é interessante centro de tradições culturais. Possui 6 cinemas (2 na sede municipal); 3 periódicos "A Defesa", "A Mocidade" e a fôlha oficial "O Município"; 2 bibliotecas, uma delas com acima de 1 000 volumes; 4 filarmônicas (2 na sede municipal).

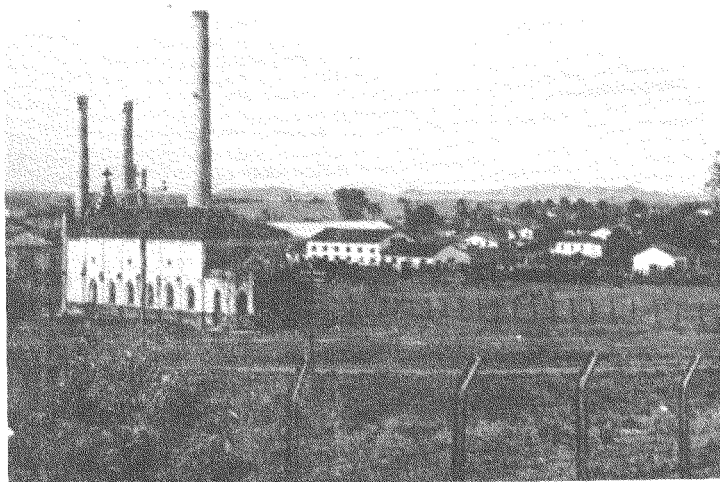
PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Dentre os principais monumentos históricos e artísticos tombados pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, sobressaem os seguintes: Palacete Araújo Pinho, construído em 1 600 e em cuja porta principal se lê a inscrição: "Neste prédio revivem as tradições da nobreza que, unida ao povo, batalhou pela causa da Independência do Brasil". Colocou esta placa o Museu da Bahia em 1.º de fevereiro de 1929; prédio da Prefeitura Municipal, construído em 1726-1727; tem na porta principal uma lápide, onde se lê: "Aos bravos santamarenses da Campa-

Corte e condução de cana em carrêta.

nha da Independência, o Museu da Bahia — 1.º de fevereiro de 1929", e, ainda, no Salão Nobre, outra lápide com os seguintes dizeres: "Comemorando o centenário da Independência brasileira, o govêrno municipal e o povo de Santo Amaro mandaram colocar na sala de seu Conselho esta lápide, que lembra as principais efemérides da participação dos santamarenses na nobilíssima campanha de 1822 a 1823. Em 14 de junho de 1823; 29 de junho de 1822; 24 de agôsto de 1822; 28 de setembro de 1822; 8 de novembro de 1822; 8 de janeiro de 1823; 22 de janeiro de 1823; 1.º de fevereiro de 1823; e 28 de abril de 1823. — Santo Amaro, 14 de junho de 1922".

A igreja de Nossa Senhora da Purificação, cuja construção data de 1604, pela suntuosidade dos seus altares, seus riquíssimos candelabros de prata e seu fôrro decorado pelo célebre pintor mineiro José Joaquim da Rocha, merece especial atenção, sendo objeto de interêsse de quantos visitam a cidade. São ainda dignos de registro o prédio número 9, situado na Rua da Matriz, antiga residência do herói da Guerra do Paraguai, Francisco Lourenço de Araújo, Barão de Sergi; e a igreja-matriz da vila de Campinhos que, por suas linhas arquitetônicas, constitui preciosa relíquia da arquitetura da época.

CULTOS RELIGIOSOS — O município está dividido eclesiàsticamente em 7 paróquias, 2 delas na sede municipal (Purificação e Rosário). Existem 12 igrejas, 31 capelas e 27 associações religiosas do culto católico romano. Do culto não católico contam-se 7 templos subordinados à igreja Batista, 1 à Igreja Evangélica Assembléia de Deus e 3 grupos espíritas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa em honra a Nossa Senhora da Purificação começa no dia 24 de janeiro e termina no primeiro domingo após o dia 2 de fevereiro. No dia 24 de janeiro tem início a novena. É uma das maiores festas religiosas e populares do Estado. A "lavagem", com a participação de numerosos "blocos", é o festejo de maior realce.

Usina Aliança.

Durante todo o período das festas, na praça fartamente iluminada, armam-se barracas de brinquedos, doces e bebidas; realizam-se quermesses, queimam-se fogos de artifício, funcionam parques de diversões, etc. As duas filarmônicas locais, com a participação de outras dos distritos, dos municípios vizinhos, e, não raro, da Capital do Estado, ocupam os coretos da praça onde executam músicas de seus repertórios. Imagens de santos procedentes de outras igrejas e até de outros municípios incluem-se na grande procissão de encerramento. A matriz de Nossa Senhora da Purificação, uma das mais suntuosas do Estado, apresenta abundante ornamentação, com milhares de lâmpadas internas e externas acesas, dando um aspecto belo e solene ao ambiente, enquanto focos de lâmpadas de várias côres prêsas aos ciprestes da praça dão a impressão de gigantescas árvores-de-natal.

A festa de Santo Amaro é precedida de novena, com "noiteiros". A imagem é conduzida para a igreja do Bonfim e retorna ao seu templo no dia seguinte, acompanhada da imagem do Senhor do Bonfim. Encerra-se no dia 15 de janeiro, após a procissão.

A festa de Nossa Senhora dos Navegantes é organizada pelos pescadores que, por água, partem do povoado de São Brás, trazendo em procissão a imagem, seguida de grande número de embarcações, canoas, saveiros, botes, lanchas. Ao chegar à cidade, todo o cais, numa extensão de aproximadamente três quilômetros, fica repleto de povo, e durante todo o trajeto espoucam foguetes e ecoam palmas. É uma festa típica originalíssima.

Além dessas, muitas outras festas religiosas e seculares se realizam no município, onde se mantêm os costumes dos antepassados, que desafiam o tempo pela conservação dos traços de antigüidade que revelam. Dentre elas citam-se o "maculelê", o "candomblé", o "caruru de Cosme e Damião", a "lavagem", o "bumba-meu-boi", os "índios", o "presente à mãe d'água", a "capoeira", o "2 de julho", o "passeio", a "dança-da-pêga", o "samba", o "13 de maio" e o "lindro amô".

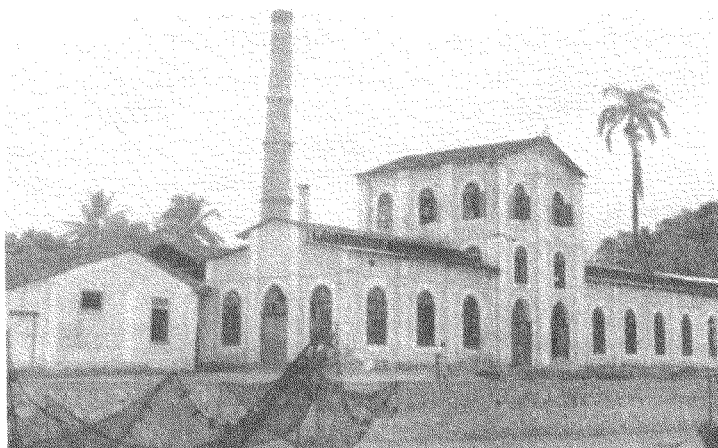
Não faltam na mesa do santamarense comidas regionais como o "caruru", o "vatapá", o "acarajé", o "beiju", a "moqueca", o "efó", o "abará", a "maniçoba", o "xinxim", em que, na maioria, a pimenta e o azeite de dendê são condimentos indispensáveis.

Observa-se que as classes dos mais abastados ou daqueles que integram as camadas sociais mais esclarecidas, não tomam parte direta nas citadas diversões, excetuado o "2 de Julho", porém não aceitariam de bom grado supressão ou modificação que alterasse substancialmente êsses hábitos.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta 16 979 eleitores inscritos, tendo votado 10 112 nas eleições de 1954. São 12 os vereadores em exercício. Exerciam em 1956 suas atividades no município 1 229 funcionários, assim distribuídos: federais 329 (inclusive pessoal da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro), estaduais 375, municipais 387 e autárquicos 138. A cidade é sede da 2.ª Região Policial, da 4.ª Circunscrição de Ensino do Interior e da 11.ª Circunscrição da Quinta Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — As condições da arrecadação de impostos e taxas no município, no setênio de 1950-1956, retratam-se, no quadro abaixo, bem como os números referentes à despesa realizada:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	4 100	5 068	3 271	2 784	3 420
1951	4 802	7 013	3 398	2 958	3 410
1952	8 557	6 621	4 206	3 747	4 167
1953	6 258	7 431	4 632	3 684	4 294
1954	7 887	9 833	5 424	4 318	5 133
1955	6 655	9 846	7 178	5 415	7 030
1956	5 803	11 172	7 955	7 557	9 363

JUSTIÇA — A comarca de Santo Amaro, criada pelo Conselho de Govêrno de 9 de maio de 1833, é provida de duas varas — Cível e Crime; abrange os têrmos de Santo Amaro, São Francisco do Conde e Coração de Maria, conforme o Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944. O têrmo de Santo Amaro conta 23 cartórios, sendo 14 do Registro Civil, 2 dos quais na sede municipal (Purifica-

Destilaria Jujuba Lt.da

ção e Rosário). O total de feitos julgados em 1956 foi de 237, sendo 129 cíveis, 21 criminais e 87 referentes a outras espécies.

VULTOS ILUSTRES — Concorreu o município da maneira mais relevante para a galeria de homens ilustres do Brasil por grande contingente de filhos seus. Por ordem cronológica, podemos citar os principais:

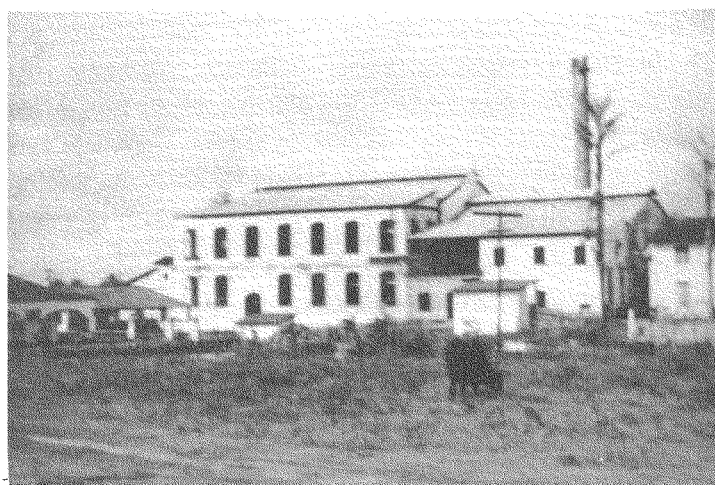
José Egídio Álves Pinto de Almeida — Marquês de Santo Amaro, nasceu em 1.º de setembro de 1767 e faleceu no Rio de Janeiro em 12 de agôsto de 1832. Foi um dos mais notáveis diplomatas do Brasil. Como representante do País, na França e na Inglaterra, teve brilhante atuação. Não menos fulgente foi no desempenho de vários cargos de relêvo; como parlamentar, atuou sempre com muito acêrto e eficiência. Exerceu a função de secretário do gabinete de D. João, então regente do trono Português, tendo voltado à pátria no séquito dêsse príncipe, em 1808. Foi gentil-homem da câmara do Príncipe D. Pedro. Em 1818, foi agraciado com o título de barão e, ao regressar D. João VI a Portugal, preferiu ficar no Rio de Janeiro, sendo em breve, elevado a visconde, conselheiro de estado, membro do Conselho da Fazenda e senador pela província do Rio de Janeiro. Enviado a Paris e a Londres, como embaixador, após ter sido elevado a marquês, teve oportunidade de prestar relevantes serviços a D. Maria II, Rainha de Portugal, e aos portuguêses que emigravam para aquêles países.

Domingos Borges de Barros — Visconde da Pedra Branca, nasceu no engenho São Pedro em 10 de outubro de 1779 e faleceu em 20 de março de 1855. Diplomou-se em Filosofia pela Universidade de Coimbra; foi poeta de renome, estadista e diplomata, deputado às Côrtes Gerais portuguêsas; senador do Império e vereador do Senado da Câmara de Salvador. Recebeu o título de Barão e, mais tarde, o de Visconde da Pedra Branca. Foi um dos primeiros defensores do direito de voto às mulheres.

Francisco Gonçalves Martins — Visconde de São Lourenço, nasceu na vila do Rio Fundo em 12 de março de 1807 e faleceu em 10 de setembro de 1872. Fêz o curso de Humanidades em Portugal e, na Universidade de Coimbra, formou-se em Direito. No movimento em prol de Dona Maria II tomou parte direta, o que o obrigou a fugir para a Espanha, fazendo a pé todo o percurso da viagem. Estêve na Inglaterra e na França, voltando para o Brasil, em 1830, quando ingressou no jornalismo e se instalou com escritório de advocacia. Foi Juiz de Direito e chefe de polícia, na Bahia. Nas legislaturas de 1834 a 1850, elegeu-se deputado e, depois, senador. No parlamento, a sua atuação foi das mais brilhantes e profícuas. Exerceu por duas vêzes a presidência da Bahia, durante os períodos de 1848-1852 e 1868-1871. Foi ministro do Império, em 1853, e escreveu vários artigos sôbre Literatura e Política.

Francisco Lourenço de Araújo — Barão de Sergi, nasceu a 10 de setembro de 1816 e faleceu a 30 de novembro de 1893. Estudou na cidade do Pôrto e tomou parte ativa nas lutas aí desenroladas entre D. Miguel e D. Pedro. Voltando ao Brasil, dedicou-se à lavoura. Exerceu vários cargos públicos. Lutou na Guerra do Paraguai à frente do seu batalhão, o "46.º de Voluntários". Pelos serviços prestados à Pátria foi agraciado com o título de Barão, condecorado com o oficialato da Ordem da Rosa, nomeado comendador da mesma ordem, distinguido com as honras de coronel-do-exército e de brigadeiro. A bandeira que empunhavam os bravos do Paraguai, sob o seu comando, acha-se colocada, entre os retratos dos imperadores Pedro I e Pedro II, no Paço Municipal de Santo Amaro.

José Antônio Saraiva — Conselheiro Saraiva, nasceu no engenho Quitanda, em 10 de maio de 1823, e faleceu no dia 21 de julho de 1895. Cursou em São Paulo a Faculdade de Direito, diplomando-se em 1846. Voltando à Bahia, exerceu diversos cargos na magistratura. Na Assembléia Provincial, figurou como seu membro a contar de 1849, nela conquistando altas distinções. Foi em 1851 presidente do Piauí e, em 1853, ocupou as mesmas funções em Alagoas, bem como em São Paulo, em 1854. Foi ministro da Fazenda, governador de Pernambuco e no Rio da Prata em missão especial desincumbiu-se com êxito satisfatório. Foi chefe de ministério por duas vêzes, — 1880 e 1883 —, deixando um traço marcante de sua probidade e honradez, qualidades que o colocaram entre os grandes homens da Pátria.

Miguel Calmon du Pin e Almeida — Nascido em 19 de abril de 1843, faleceu no dia 30 de outubro de 1886. Filho de cavalheiro fidalgo da casa real, — o coronel Bernardo Calmon du Pin e Almeida e de D. Maria Francisca de Araujo Magalhães, era sobrinho do Marquês de Abrantes, de quem lhe veio o nome. Fêz o curso de humanidades, após o qual se deslocou para a cidade de São Paulo, em cuja faculdade de Direito ingressou, formando-se no ano de 1863. Foi promotor público, juiz de Direito e exerceu

Outro aspecto da Usina Aliança

em Santo Amaro a advocacia. Eleito deputado em 1871, chefe de polícia do Maranhão, depois nomeado por D. Pedro II chefe de polícia da Côrte. Voltando à magistratura, exerceu-a em Guaratinguetá, em São Paulo, nas funções de juiz de Direito, depois de ter sido viador da Imperatriz D. Teresa Cristina. Foi em 1884 juiz de Direito no Rio de Janeiro e, logo após, desembargador. Presidiu às Províncias do Ceará e do Rio Grande do Sul.

Sátiro de Oliveira Dias — Nasceu em 1844 e faleceu em 1913. Ainda estudante de Medicina prestou serviços na Guerra do Paraguai. Diplomou-se pela Faculdade de Medicina da Bahia. Foi deputado provincial; presidente das províncias do Amazonas, Rio Grande do Norte e Ceará onde declarou extinta a escravidão, em 1884, abolicionista veemente que sempre foi. Deputado Geral pelo Amazonas, secretário do Interior, na Bahia, e deputado federal, destacou-se pela eloqüência e pelo saber.

João Ferreira de Araújo Pinho — Nasceu em 1851 e faleceu em 1916. Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife, foi promotor da comarca de Santo Amaro, deputado provincial, secretário do govêrno da Bahia, deputado geral e senador. Exerceu também a presidência da província de Sergipe e, em 1908, foi governador da Bahia. Estadista, parlamentar, escritor, jornalista, tribuno e grande administrador.

Teodoro Fernandes Sampaio — Nascido na vila de Barão do Bom Jardim, em 7 de janeiro de 1855, fêz o curso primário no colégio do Professor José Joaquim dos Passos, na cidade de Santo Amaro, seguindo depois para São Paulo, e, em seguida, para o Rio de Janeiro, onde cursou humanidades no Colégio São Salvador. Formou-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro, em 1876, na qual ingressara em 1871. Foi professor de vários estabelecimentos. A êle se devem os estudos e projetos para os melhoramentos do pôrto de Santos (São Paulo) e os do rio São Francisco. Em 1879, foi um dos integrantes da "Comissão Hidráulica". Foi nomeado em 1883 primeiro engenheiro da Comissão de Melhoramentos do Rio São Francisco. Por solicitação do grande geólogo Orville Derby, seguiu em 1886 para São Paulo, formando entre os membros de importante comissão que iria estudar o levantamento da carta geológica da então província paulista. Escreveu, entre outras obras, a "História da Fundação da Cidade do Salvador" e o "Rio São Francisco". Era ainda dedicado aos estudos da tupinologia, sôbre o que escreveu, além de diversas monografias, o livro "O Tupi na geografia nacional".

Eustáquio Primo de Seixas — Nasceu em 1858 e faleceu em 1912. Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife. Foi promotor público, juiz de Direito, deputado provincial, secretário de estado. Ingressou no Tribunal de Justiça, onde teve extraordinária atuação. Foi um dos autores da "Consolidação das Leis Processuais do Estado".

Antônio do Prado Valadares — Nasceu em 13 de junho de 1882 e faleceu a 8 de janeiro de 1938. Seus primeiros estudos foram feitos em sua terra natal, transportando-se depois para a cidade de Salvador, onde estudou humanidades e ingressou em 1856 na Faculdade de Medicina aos quatorze anos de idade. Tamanha era sua inteligência e dedicação aos estudos que concluiu o curso como aluno laureado, obtendo, por isto, o prêmio de viagem de estudos à Europa, além de seu retrato no Panteon da Escola. Prado Valadares foi um sábio. Foi professor de Patologia Geral, Clínica Médica e Clínica Propedêutica, à frente da qual permaneceu até a sua morte. Foi hábil manejador do nosso idioma, para o qual contribuiu com alguns neologismos científicos. *Ergastenia* é um dêles, para traduzir o francês *Surmenage*.

Entre os vivos, mencionam-se três ilustres filhos de Santo Amaro: Pedro Francisco Rodrigues Lago, ex-senador da República e ex-Governador do Estado, Wanderley de Araújo Pinho, ex-Prefeito da Capital e o cientista José Silveira, Catedrático da Faculdade de Medicina.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — É "santamarense" o adjetivo gentílico dado aos nascidos no município.

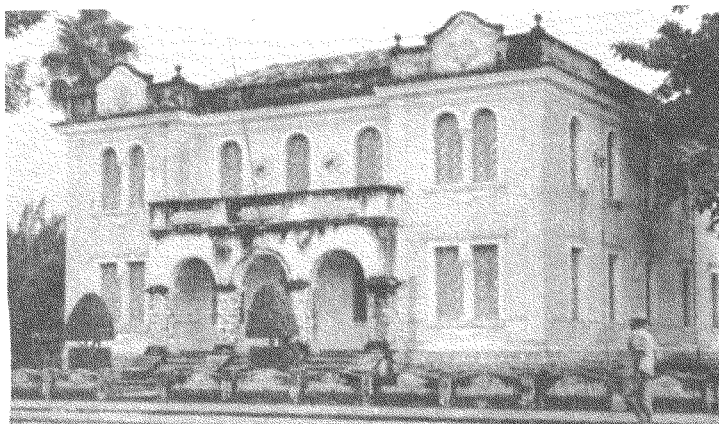
O Prefeito em exercício é o Sr. Manuel Marques da Silva, e o presidente da Câmara Municipal é o Sr. José Nery de Mesquita. O primeiro intendente foi o Dr. João Francisco Regis (1889). Durante o período republicano, o município de Santo Amaro, foi administrado por 33 intendentes e prefeitos.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Balbino Dias da Rocha, Chefe da Agência Municipal de Estatística; Agente de Estatística — Reinaldo Augusto Fonteleli; Auxiliar de Agência — Arnaldo Almeida).

SANTO ANTÔNIO DE JESUS — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — As primeiras penetrações no território do atual município de Santo Antônio de Jesus resultaram da colonização pelo rio Jaguaripe, havendo os povoadores partido do núcleo dêste nome, com entradas em direção à serra do Gariru ou Jibóia. Acompanharam êstes o curso d'água pela sua margem direita, tendo as penetrações facilitadas pelos desmembramentos, por meio das concessões feitas por Pero Carneiro da sesmaria de Peroaçu, verdadeira capitania de que era donatário D. Álvaro da Costa, em virtude da Carta régia de 16 de janeiro de 1558, com extensão territorial compreendida desde a barra do Paraguaçu à do Jacuípe e seguindo dez léguas para o sertão pelos dois ditos rios. Sem dúvida alguma, deve-se a essas duas correntes colonizadoras o povoamento das terras dêste município, que foram ocupadas entre os séculos XVII e XVIII. Foram fatôres decisivos no povoamento destas paragens as excelentes e férteis matas, com valiosas madeiras de lei, o grande número de cursos d'água, atraindo a plantação da cana-de-açúcar com o estabelecimento de pequenos engenhos, e a existência de taboleiros próprios para a atividade agrícola, em que predominou, desde o início, a cultura da mandioca. Mais do que a lavoura da cana-de-açúcar, como ocorreu em Jaguaripe, em Nazaré e no Recôncavo, aquêles que assumiram o compromisso de cultivar as terras dêste município tiveram na plantação de mandioca o fator predominante de fixação do homem à terra desta zona.

De quantas sesmarias iniciais se conhecem, tudo leva a crer foi a concedida, por Carta de 12 de novembro de 1644, a Antônio de Sousa d'Andrade e João Borges de Escobar,

Prefeitura Municipal.

até a serra Gariru, aquela mais antiga e que mais se ajusta aos limites atuais do município de Santo Antônio de Jesus, conquanto não abrangesse todo o seu território.

No século XVIII, marchando as correntes convergentes, partidas de Jaguaripe e de Maragogipe, na direção da serra do Gariru, são concedidas sesmarias a Francisco Gonçalves da Mota, no rio Sururu, a José Félix da Mota, no rio da Dona, entre o rio Jiquitibá e o riacho Pedra Branca, a Manoel da Mota Carvalho, também no rio da Dona, entre o rio Taitinga e os riachos do Cedro e dos Contistas, a José de Sousa Cunha, entre o riacho Gameleira ou Gameleiro e o rio Sururu, a José Pereira de Brito, no riacho Mutum, a Mánoel dos Santos Ribeiro, entre o riacho da Gameleira ou Gameleiro e o rio Sururu, as quais de mais perto interessam à história do povoamento da região. Segundo documentação existente, já neste século havia grande número de "lavradores de farinha", dentre os quais, pela sua importância histórica, sobressaem os nomes do padre Mateus Vieira de Azevedo, do padre José Ferreira de S. Paio, do padre Bento Pereira, de Manoel dos Santos Carvalho e de Luís Vieira de Brito.

Impõe-se à consideração de todos aquêles que estudam a história do desbravamento da terra santo-antoniense a figura respeitável do padre Mateus Vieira de Azevedo, cuja residência nas proximidades do rio Sururu foi transformada no primeiro povoado, em face da ereção, ali, de um Oratório consagrado a Santo Antônio de Jesus. Segundo rezam documentos cuja autenticidade parece assegurada, o padre Mateus Vieira de Azevedo, em data de 27 de setembro de 1776, doou, por escritura pública lavrada na vila de Nossa Senhora da Ajuda do Jaguaripe, as terras do seu sítio ao citado templo medindo um quarto de meia légua em quadra, dividindo-se ao nascente com o sítio de Luís Vieira de Brito e ao poente com o de Manoel dos Santos de Carvalho, reservando o doador vinte braças em quadra para a capela e o seu adro e "no mais fazendo bem seis mil reis annualmente", daí resultando a provisão de 23 de setembro de 1777, graças ao que o oratório existente se transformou em capela, com o privilégio de nela serem sepultados os moradores da região. Em tôrno à capela, no local em que no presente se encontra a Praça Padre Mateus, antiga da Matriz, surgiu o arruamento inicial, por muito tempo chamado e conhecido como a "Capela do Padre Mateus", ou a "Capela de Santo Antônio" ou, ainda, a "Capela de Santo Antônio de Jesus", a cuja expansão se deve a atual cidade dêste nome. Esta capela estava filiada à freguesia de Nossa Senhora de Nazaré, em cujas "roças" estava situada, e por Lei de 15 de outubro de 1827 o povoamento surgido em tôrno da mesma foi elevado à categoria de distrito de Paz. Necessárias foram várias reclamações e representações à Câmara de Jaguaripe e até mesmo uma Portaria do Presidente da Província da Bahia para que, em 3 de junho de 1832, fôssem afinal realizadas as eleições para juiz de Paz que, presididas pelo Rev. Antônio Inácio Álvares de Miranda, apontaram como vencedores o Rev. Votorino José de Almeida, por 111 votos, para juiz de Paz, e o capitão Manoel da Roxa Barbosa, por 99 votos, para suplente daquele, tendo sido ambos empossados em sessão extraordinária da Câmara da vila de Nossa Senhora da Ajuda de Jaguaripe, em data de 31 de agôsto de 1832, quando também foi investido nas funções de escrivão o cidadão Geraldo Pereira da Silva.

A primeira escola pública foi criada, em nome do Imperador D. Pedro II, pela Regência, por Decreto de 16 de junho de 1832, provida com a nomeação do Professor Manoel Antônio do Vale, por decisão do Conselho Geral da Província, em sua reunião extraordinária de 11 de junho de 1883.

Prestou relevantes serviços à região o Batalhão do Distrito da Capela de Santo Antônio de Jesus, criado em 12 de novembro de 1833, com o número 41, composto de 526 homens, sendo 509 guardas do serviço ordinário e 17 de reserva, organizando-se, assim, a Guarda Nacional que depois veio a se transformar em Guarda Montada, graças à grande quantidade de cavalos existentes.

Em 19 de junho de 1852, a Lei n.º 448, sancionada pelo Vice-Presidente da Província, Álvaro Tibério de Moncorvo Lima, elevou à categoria de Matriz a capela de Santo Antônio de Jesus, desmembrando-a, ao mesmo tempo, da freguesia de Nossa Senhora de Nazaré, com os seguintes limites: — "principiará da nascente do rio Preto, que já serve de divisa à Freguesia de São Miguel, até o pé da Serra, denominado Gairu d'ahi descendo, e sempre costeando o mesmo Rio até a embocadura do Rio da Dona, e lugar denominado Pôço e d'ahi até o Riachão, e seguindo pela estrada até o Canta Gallo, e continuando, estrada abaixo, até o Rio Taitinga, e por elle abaixo até a embocadura do Rio Jaguaripe, e por este acima até encontrar com a divisa da Freguesia de São Felippe, com a qual se limitará pelas divisas desta até a Serra, e por esta cortando de Norte a Sul até a nascente do Rio Preto, donde principiou, e por onde se li-

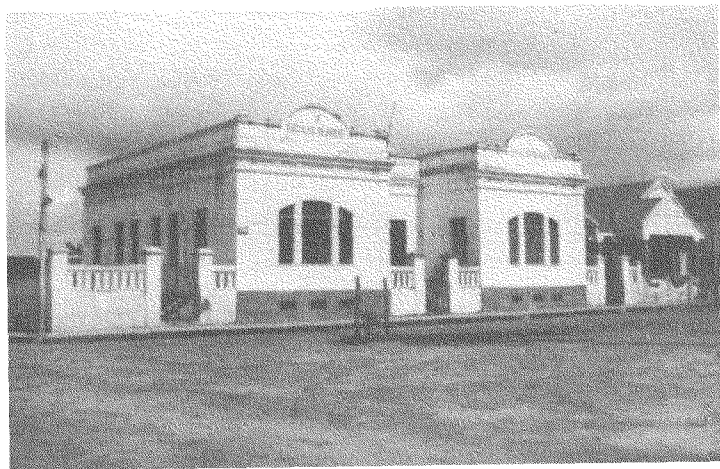
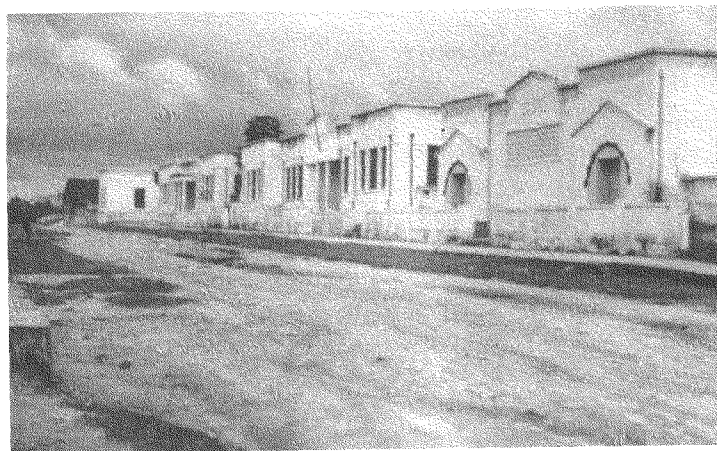
Igreja-Matriz.

mitará com a freguesia de S. Miguel, ficando salvos sempre os limites desta, e os da freguesia de São Felippe".

Com o arraial já ampliado consideràvelmente nas suas proximidades, à margem da estrada real que vinha de Nazaré, surgira a capela de São Benedito, no Casco Grosso, por iniciativa de Felizardo José de Sousa e sua mulher, Ana Joaquina do Espírito Santo, os quais fizeram doação de terras para a edificação do novo templo, em tôrno do qual surgiu o arrabalde dêste nome e que veio a ligar-se à cidade de Santo Antônio de Jesus.

O padre Antônio Ângelo Gomes de Mendonça cuidou de erigir a capela de Nossa Senhora da Conceição de Vargem Grande, em 1868, segundo consta da "Geografia do Município de Santo Antônio de Jesus, para o uso das escolas e do Povo", do prof. Viriato da Silva Lobo, editada em 1898.

Em 1874, por Ato de 29 de abril, cria-se a primeira cadeira do ensino primário para o sexo feminino, existindo até então no setor do ensino público uma cadeira para o sexo oposto. A professôra Maria Cândida Fernandes Costa foi a titular desta última cadeira e posteriormente foi substituída pela professôra Maria da Conceição Martins Barbosa. Na mesma época, o então florescente arraial contava um professor particular de Latim e Francês de nome Cícero Pânfilo de Sousa. Segundo Manoel Jesuíno Ferreira, na "A Província da Bahia", Tip. Nacional, Rio, 1875, Santo Antônio de Jesus alcançava, então, 9 654 habitantes, sendo dêstes 4 000 escravos; 300 estrangeiros viviam no seu território, onde o analfabetismo atingia a 8 320 pessoas. A Lei número 1 952, de 29 de maio de 1880, elevou, no seu artigo 2.º, a então paróquia de Santo de Jesus à categoria de vila e de município, desmembrado do de Nazaré, compreendendo as freguesias de Santo Antônio de Jesus e de São Miguel de Nova Lage. A 5 de janeiro de 1891, o Conselho municipal resolveu criar um distrito de paz em Vargem Grande, onde havia povoamento em tôrno da capela existente. Por Ato de 1.º de junho de 1891, dá-se o desmembramento da freguesia de São Miguel da Nova Lage.

Servindo a "dous grandes centros de população, de actividade industrial e comercial, como são, no caso, a cidade de Nazaré e a povoação de Santo Antônio de Jesus", como bem acentuou o eng.º Licurgo José de Melo, no seu relatório de 3 de abril de 1897, apresentado ao Presidente da província da Bahia, que o fêz incluso na sua fala do dito ano, abre-se, festivamente, em data de 7 de setembro de 1881, o tráfego definitivo de Nazaré a Santo Antônio de Jesus,

Escolas Reunidas Félix Gaspar.

Escola Normal das Mercês e Ginásio Santo Antônio.

da Tram-road, depois denominada, como até agora, Estrada de Ferro de Nazaré, cujos trilhos foram prolongados até alcançarem a cidade de Jequié.

A 4 de março de 1883 instala-se solenemente a vila na casa do capitão Claudemiro Pereira de Andrade, com a presença do Dr. Manoel Pedro de Rezende Filho, Presidente da Câmara Municipal de Nazaré, dando-se juramento e posse aos primeiros vereadores, tenente-coronel Manoel José da Paixão e Araújo, capitães Antônio Batista d'Almeida, João Alexandrino Peixoto, Francisco José Barreto, Reinaldo Francisco de Almeida Lírio e Rev. Cirilo José Dias de Andrade. Na mesma data, sob a presidência do tenente-coronel Manoel José da Paixão e Araújo, vereador mais velho, procedeu-se à escolha do Presidente e Vice-Presidente da novel Câmara, sendo eleitos, respectivamente, Manoel José da Paixão e Araújo e padre Cirilo José Dias de Andrade. A Câmara de Vereadores cuida do povoado e promove a construção do matadouro, ao Calabar, da localização dos seus próprios serviços e, na sessão de 15 de abril de 1884, aprova o primeiro orçamento para 1884/1885, prevendo uma receita de 12:783$000 e fixando a despesa em 11:940$000. Também tratou da pavimentação da Rua da Estapão, a primeira a receber tal espécie de melhoramento, mediante contrato de dois contos de réis. Daí em diante abrem-se novas e melhoram-se as estradas velhas; constroem-se pontes e são cuidadas outras tarefas administrativas que atestam progresso. A 30 de junho de 1891, veio, finalmente, o Ato do Govêrno do Estado elevando à categoria de cidade a então vila, verificando-se a sua solene instalação em 9 de junho do mesmo ano, com a presença do intendente Doutor Eduardo Augusto da Silva, dos conselheiros Ursicino Pinto de Queirós, Alexandre José d'Almeida Sampaio, José Tomás dos Santos Silva e Aprígio Alves de Almeida, sendo orador oficial o Dr. Félix Gaspar de Barros e Almeida.

(Notícia histórica à base de informações e documentos fornecidos pelo Sr. Fernando Pinto de Queiroz).

Na divisão administrativa do Brasil referente ao ano de 1911, apenas o distrito-sede compõe o referido município, que teve o seu nome simplificado para Santo Antônio, em virtude do Decreto estadual número 7 479, de 8 de julho de 1931.

Dois distritos, denominados Santo Antônio e Vargem Grande, compõem o referido município na divisão administrativa referente ao ano de 1933, nas territoriais datadas de

31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938. Pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, o nome do município e de seu distrito-sede voltou a ser Santo Antônio de Jesus, permanecendo o primeiro com a mesma divisão distrital anterior, no quadro fixado por êsse Decreto para vigorar no qüinqüênio 1939-1943. O município de Santo Antônio de Jesus, de acôrdo com o Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, passou a abranger mais um distrito — São Miguel das Matas — formado pelo extinto município de São Miguel e figura no quadro fixado por êsse Decreto-lei, para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, composto de três distritos: Santo Antônio de Jesus, São Miguel das Matas e Varzedo (ex-Vargem Grande). Porém o Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, que retificou o citado Decreto-lei, estabelecendo o quadro definitivo a vigorar no mesmo qüinqüênio, restabeleceu o município de São Miguel das Matas, voltando o de Santo Antônio de Jesus a abranger, sòmente, o da sede e o de Varzedo.

Sua composição administrativa, de acôrdo com a Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953 e em vigência atualmente, permaneceu inalterada.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Recôncavo. Limita-se com os municípios de Aratuípe, Conceição do Almeida, Laje, Nazaré, Santa Teresinha, São Felipe e São Miguel das Matas.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude do município é de 214,9429 m, conforme chapa cravada na porta principal da estação ferroviária. A Secção de Nivelamento do Conselho Nacional de Geografia achou vários níveis na Rodovia BR-5, sendo o máximo de 218,3886 m e o mínimo 186,5189 metros.

ÁREA — O município cobre a área de 327 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são os rios Mucambo, Jaguaripe, Prêto, da Dona, do Braga, Sururu, Mutum, Pedra Branca, Taitinga e Jequitibá; Lagoas: Tábuas, com superfície de 448 m² e profundidade média de 7 metros; Tabocal, com 235 metros quadrados e profundidade média de 1,80 m; Timbó, com 369 m² e profundidade média de 2,90 m; Encantado, com 340 metros quadrados e profundidade média de 3,40 m, e Vargem Grande, com 260 metros quadrados e profundidade de 1,20 metros. Serras: da Jibóia e da Boa Vista.

Escola Rural de Joeirana.

CLIMA — O clima do município é salubre e saudável. As estiagens ocorrem de setembro a março, sem que se possa falar em sêca. O período chuvoso de maior intensidade vai de maio a julho. A precipitação máxima durante o ano de 1956 foi de 1 213,4 mm. A temperatura da sede municipal em 1956 atingiu as seguintes graduações: 33,8°C máxima, 14,8°C mínima e 23,2°C média.

RIQUEZAS NATURAIS — O município produz manganês em larga escala. Suas jazidas localizadas no quilômetro 53 da Estrada de Ferro de Nazaré encontram-se em franca atividade, sendo a exportação feita pelo pôrto de São Roque, situado no município de Maragogipe, para onde é transportado por via férrea. No reino vegetal, possui lenha e madeiras. No animal, destaca-se a produção de mel e cêra de abelha.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 29 668 habitantes, ... 13 917 homens e 15 751 mulheres. Quanto à côr, existiam 7 238 brancos, 8 922 pretos e 13 482 pardos. Na população de 15 anos e mais encontravam-se 9 466 solteiros, 6 910 casados, 10 desquitados e 1 364 viúvos. A cada 100 homens correspondiam 113 mulheres. A população em idade ativa (10 anos e mais) era de 21 459 pessoas, sendo 9 765 homens e 11 694 mulheres. Dessa população, 5 750 (5 036 homens e 714 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A população do município para 1957 é estimada em 32 000 habitantes.

Aglomerações urbanas — A população da cidade, segundo o Censo de 1950, era de 11 417 habitantes, sendo 5 009 homens e 6 408 mulheres, ocupando o 11.º lugar na ordem decrescente das cidades mais populosas do Estado. A vila de Varzedo contava com 422 habitantes em 1950.

Cine Rex.

Outras aglomerações — Além da cidade e da vila, há os seguintes povoados: Cocão, Cinqüenta e Três e Venda Nova, os quais têm uma população aproximada de 160 habitantes, 110 e 80, respectivamente.

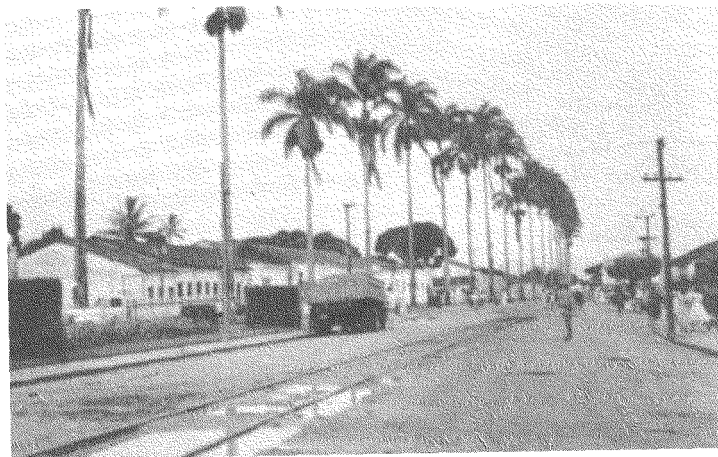
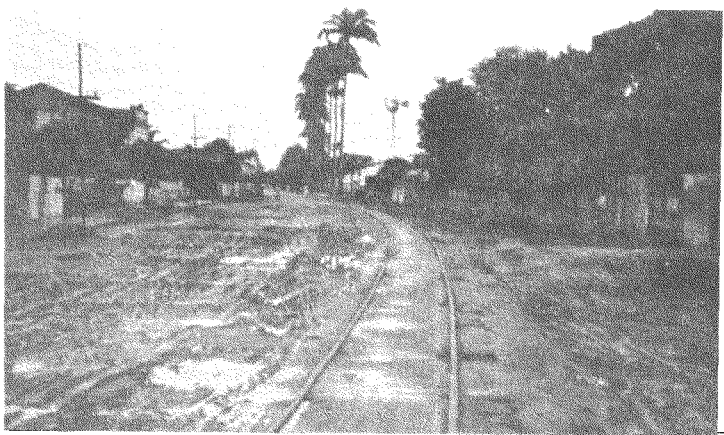
ATIVIDADE ECONÔMICA — Ainda de acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 26,80% estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A agricultura é a atividade fundamental para a economia do município, sendo as principais lavouras o fumo, a mandioca e a cana-de-açúcar. Cultiva-se, ainda, amendoim, café, feijão, milho e frutas. A produção de fumo, em 1955, alcançou o valor de 46 200 milhares de cruzeiros, sendo o total da produção agrícola de pouco mais de 74 milhões de cruzeiros. Há extração de manganês e fabricação de farinha de mandioca, açúcar mascavo e aguardente. Registra-se no município a existência de grande número de oficinas de consertos de automóveis. Com sede na comuna encontramos a 5.ª região do Instituto Baiano do Fumo, que mantém um Campo de Experimentação a seu cargo, destinado à distribuição de mudas, sementes e adubos aos lavradores de fumo. O núcleo de motomecanização da Inspetoria Regional do Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura igualmente atua no município. Mantidos pelo Govêrno do Estado, existem a Estação de Fruticultura e a Colônia Avícola.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se à capital Federal, por meio de rodovia (1 586 quilômetros) e por via mista (ferrovia 255 km e rodovia 1 339 quilômetros); à capital do Estado, via rodoviária (246 quilômetros) e por via mista (ferrovia 65 quilômetros e marítima 24 mi); às cidades vizinhas de Aratuípe, via vicinal (33 km) e por via mista (ferrovia 34 quilômetros e rodovia 6 quilômetros); Castro Alves, via rodoviária (71 quilômetros); Conceição do Almeida, via rodoviária (31 quilômetros); Laje, por ferrovia (56 km) e rodovia (45 km); Nazaré, por ferrovia (34 quilômetros); e via rodoviária (34 quilômetros); Santa Teresinha, via rodoviária (87 quilômetros); São Felipe, via rodoviária (46 km) e São Miguel das Matas, por ferrovia (36 km) e via rodoviária (40 quilômetros). É servido pela Estrada de Ferro de Nazaré e cortado pela Rodovia BR-5.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na cidade 380 estabelecimentos varejistas e 13 grossistas. Seu comércio mantém transações com as praças de Salvador, São Paulo e Rio. O giro comercial em 1956 alcançou 121 250 milhares de cruzeiros. Funcionam na cidade agências do Banco Econômico da Bahia, inaugurada em 18-1-1949, do Banco da Bahia, inaugurada em 19-IV-1956 e da Caixa Econômica. Além dêstes, opera o Banco de Crédito Agrícola e Popular. O salário-mínimo da zona é 2 200 cruzeiros.

Praça da Feira.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está edificada em uma extensa planície possuindo algumas ruas arborizadas com palmeiras imperiais. Possui 62 logradouros, dos quais 15 são pavimentados, 9 arborizados e 32 possuem luz elétrica. Em 1955 o número de prédios era de 3 411, sendo 900 iluminados a eletricidade. A cidade é importante centro de convergência dos que se servem da Estrada de Ferro de Nazaré. É fim de linha dos ônibus de Valença e Ipiaú. Nela funcionam 2 cinemas — o Cine-Teatro Glória e o Cine-Teatro Rex.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funcionam na cidade o Hospital da Santa Casa de Misericórdia, que dispõe de 73 leitos, o Pôsto de Higiene do Estado, mantido pela Secretaria de Saúde, a Maternidade Luís Argolo, mantida pela Santa Casa de Misericórdia, o Pôsto de Puericultura, mantido pela Legião Brasileira de Assistência, e o Am-

Rua Prudente de Moraes.

Rua da Mangueira.

bulatório do I.A.P.E.T.C. Exercem a profissão na comuna 7 médicos, 5 dentistas, 2 farmacêuticos e 3 enfermeiras. O município está sob a jurisdição do Setor número 1 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, com sede em Salvador.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade São Vicente de Paulo e a Santa Casa de Misericórdia são as únicas associações de caridade existentes no município. A Sociedade Beneficente dos Artistas Santo-antonienses presta benefícios aos sócios. Há as Cooperativas de Crédito Agrícola e Popular de Santo Antônio de Jesus, Resp. Ltda., com 548 sócios, que em 1956 fêz um movimento de empréstimo superior a 4 milhões de cruzeiros, e a Cooperativa Elétrica da vila de Varzedo.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme dados do Recenseamento Geral de 1950, a população do município (cinco anos e mais) era de 25 392 habitantes, sendo 11 749 homens e 13 643 mulheres. Dessa população sabiam ler e escrever 6 937 (3 543 homens e 3 394 mulheres), isto é, 27,3% do total da população de 5 anos e mais. Na cidade existiam 9 879 pessoas de 5 anos e mais, sendo que sabiam ler e escrever 4 376: 2 086 homens e 2 290 mulheres.

Ensino — Em 1956 existiam 58 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, sendo 21 estaduais, 36 municipais e uma particular, tendo a matrícula efetiva atingido 2 867 alunos. Além de outras escolas, funcionam na cidade o Grupo Escolar Félix Gaspar. O ensino extraprimário é administrado pelo Ginásio Santo Antônio de Jesus e pela Escola Normal Nossa Senhora das Mercês, com as matrículas iniciais de 337 e 39 alunos respectivamente, em 1957. Existe também uma escola de Corte e Costura.

Praça São Benedito.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem na cidade as bibliotecas da Prefeitura Municipal com 1 040 volumes e a Humberto de Campos, da Agência Municipal de Estatística, com 540 volumes. Há duas tipografias, duas livrarias, duas filarmônicas — a Carlos Gomes, fundada em 1919 e a Amantes da Lira, em 1904 — e 6 clubes de futebol.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Santo Antônio de Jesus que conta com 9 igrejas, 8 capelas públicas e uma semipública. Funcionam 7 associações religiosas. A paróquia está subordinada ao bispado de Amargosa. Existem 2 templos não católicos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A trezena de Santo Antônio padroeiro do município, é a principal festa da cidade. São festejados também os dias de São José, São Benedito e São Roque. Os

Avenida Barros e Almeida.

festejos joaninos são revestidos de grande animação, constituindo originalidade a colocação de altas árvores no centro das fogueiras.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o movimento das finanças públicas no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	564	1 409	948	608	778
1951	674	1 753	1 478	809	1 399
1952	830	1 825	2 008	913	1 587
1953	860	2 599	1 976	1 110	870
1954	909	3 129	2 541	1 314	1 291
1955	1 273	4 412	2 517	1 306	851
1956	1 607	6 254	3 625	2 521	7 849

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Félix Gaspar de Barros e Almeida* — Formado em Direito. Foi Secretário da Polícia e Segurança Pública no Govêrno Luís Viana (1896-1898) e Ministro da Justiça e Negócios Interiores do Govêrno Rodrigues Alves, tendo substituído, em 28 de maio de 1906, o grande Dr. J. J. Seabra.

Dr. Armando Sampaio Tavares — (1-XI-1894 — ...-III-1944) — Formado em medicina pela Faculdade da Bahia, no ano de 1917. Pontificou como clínico e cientista de renome, assim como na cátedra de Clínica Médica da Faculdade de Medicina da Bahia. Deixou publicados 65 trabalhos sôbre medicina.

Dr. Landulfo Alves de Almeida — Formado em agronomia. Exerceu a Interventoria do Estado da Bahia entre 1938 e 1943. Foi eleito senador da República pela Bahia, em 1950, vindo a falecer no desempenho do mandato senatorial.

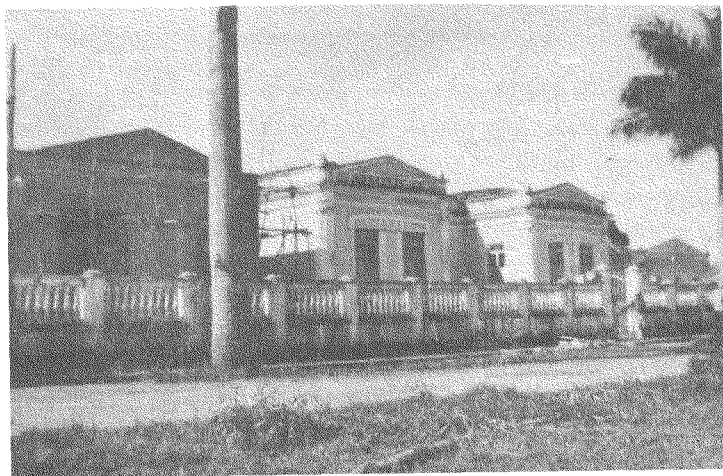
Dentre os vivos, sobressaem-se:

Renato Almeida — escritor, professor estudioso dos assuntos folclóricos do Brasil, sendo Secretário-Geral da Comissão Nacional de Folclore.

Prof. Izaias Alves de Almeida — Membro da Academia de Letras da Bahia e do Conselho Nacional de Educação. Fundador e diretor do Colégio Ipiranga e da Faculdade de Filosofia da Universidade da Bahia, ambos em Salvador, onde exerceu o cargo de Secretário da Educação e Saúde Pública.

Dr. Rômulo Barreto de Almeida — Bacharel em Direito e Economista. Secretário da Fazenda dêste Estado.

JUSTIÇA — Em seguida à criação da vila, dá-se a instalação do têrmo a 11 de maio de 1883, subordinado à comarca de Nazaré, datando dêste dia a primeira audiência pelo 1.º suplente de juiz municipal e o sorteio dos jurados para a sessão do júri a realizar-se a 11 de junho do mesmo ano. Em 1884 é preenchido o cargo de Adjunto de Promotor Público, sendo indicado e nomeado o advogado João Ferreira de Lima Pires. A Lei estadual de 6 de setembro de 1898, dispondo sôbre a Organização Judiciária do Estado, criou a comarca de Santo Antônio de Jesus, formada pelos têrmos dêste nome e dos de São Miguel e sendo classificada de 3.ª entrância pelo Decreto estadual de 22 de setembro de 1898. Supressa esta comarca pelo Decreto estadual número 266, de 4 de outubro de 1904, e tornando-se têrmo subordinado à de Nazaré, o Decreto-lei estadual número 247, de 2 de julho de 1944, deu-lhe, de novo, a categoria de comarca de primeira entrância, constituída dos têrmos de Santo Antônio de Jesus, São Miguel das Matas e Laje. Atualmente é comarca de 2.ª entrância, composta de 3 têrmos: Santo Antônio de Jesus, Laje e São Miguel das Matas. Dos 11 cartórios existentes no município, 2 são do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 93 feitos: 71 cíveis e 22 criminais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Santo-antoniense é a denominação local dos habitantes nascidos do município, onde houve centros abolicionistas, republicanos, conservadores e liberais. Ainda existe uma placa de mármore em um dos edifícios da cidade com os seguintes dizeres: "Nesta casa foi proclamada a República em 1899. Colocaram esta lápide o Museu da Bahia e esta Prefeitura. Prefeito Dr. Rosalvo de Almeida Fonseca. Pelo Museu o Diretor Dr. F. B. Barros. 7-IX-1930".

Hospital da Santa Casa de Misericórdia.

Cultura mecânica de abacaxi.

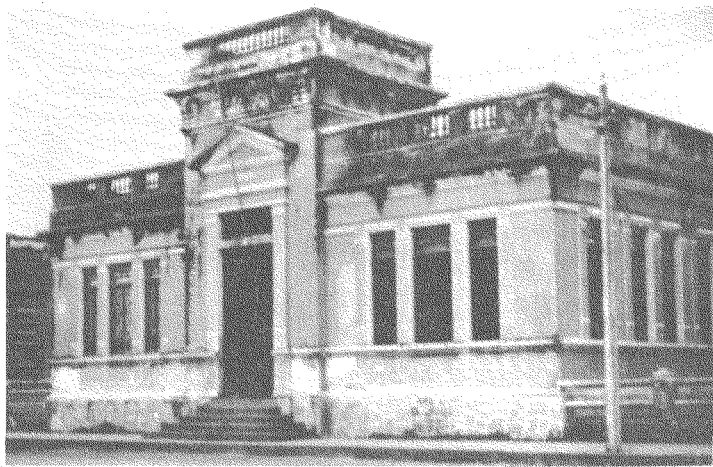
O atual Prefeito é o Sr. Antônio Magalhães Fraga e o Presidente da Câmara, o Sr. Waldemar Pinto Queiroz.

Em 4 de março de 1883, sob a presidência do tenente-coronel Manoel José da Paixão e Araújo, vereador mais velho, procedeu-se à escolha do primeiro Presidente e Vice-Presidente da novel Câmara, sendo eleitos, respectivamente, Manoel José da Paixão e Araújo e padre Cirilo José Dias de Andrade. Proclamada a República, foi a Câmara de Vereadores substituída pelo Conselho municipal, nomeando o Governador do Estado para o cargo de Intendente o cidadão Antônio Luís de Barros e para conselheiros Claudemiro Pereira de Andrade, Galdino Alves Leitão, Alexandre José de Almeida Sampaio, Dr. Félix Gaspar d'Araújo e Almeida, Augusto Rodrigues da Costa e Selvulo da Costa Galvão, os quais, com exceção dos três últimos, foram empossados em 8 de março de 1890. Em substituição a Augusto Rodrigues da Costa e ao Dr. Félix Gaspar d'Araújo e Almeida, que não aceitaram as nomeações, foram apresentados os nomes, respectivamente, de João Manoel dos Santos e Eugênio Joaquim da Maia, os quais, havendo solicitado demissão, foram substituídos em 15 de agôsto de 1890 por José Tomás dos Santos Silva e Ursicino Pinto de Queirós. Nesta data, empossou-se o Dr. Eduardo Augusto da Silva. Em 28 de setembro de 1892, José Tomás dos Santos Silva substituiu o Dr. Eduardo Augusto da Silva, que aceitou o cargo de juiz de Direito da comarca de Amargosa, deixando a Intendência. Em 15 de janeiro de 1893, em sessão especial do Conselho municipal, foram empossados os primeiros intendentes e conselheiros eleitos, com mandatos até 31 de dezembro de 1895: Dr. Joaquim Estêves de Sousa Ribeiro — Intendente, e Conselheiros Antônio Rufino Cardoso, José Tomás dos Santos Silva, escolhido Presidente, Evaristo Tomás de Andrade, Manoel Inácio de Morais, Antônio Francisco de Almeida Sampaio, Otaviano Pedreira Gomes e Henrique José de Andrade.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Anterlino Leite Gaspar e José P. Tôrres Filho. Notícia histórica e outros dados fornecidos pelo Sr. Fernando Pinto de Queiroz; Chefe da Agência de Estatística — Alcides Fontenelle; Agente de Estatística auxiliar — Adonias F. Malta).

SANTO ESTÊVÃO — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A primeira penetração em terras do atual município data do ano de 1739, quando o padre português José da Costa Almeida, possuidor de mais de três léguas de terra no lugar conhecido por Santo Estêvão Velho, onde morava e possuía fazenda de criação e de lavoura, acossado pela sêca que então assolava aquela região, foi obrigado, no ano referido, a sair dali em busca de recursos para o gado, indo encontrar forte manancial de água doce, que ainda hoje existe, na margem do riacho Salgado, distante trezentos metros do local em que se acha a sede dêste município. A descoberta do líquido fêz com que êle aí se fixasse, edificando currais, casas de moradia e uma capela sob o orago de Santo Estêvão. Conta-se que o referido padre, quando pela manhã chegava à casa de orações para cuidar da sua obrigação sacerdotal, notava a falta da imagem de Santo Estêvão, que ali fôra colocada, a qual ia ser encontrada no local de origem. Por várias vêzes repetiram-se tais fatos e, assim, o padre, convencido de que a imagem do Santo não queria deixar o seu primitivo altar, tratou de conseguir outra imagem para a nova capela, o que deu origem, naquela época, ao nome do lugar — Santo Estêvão Novo. Construída a capela em 1751 e dedicada a Santo Estêvão, foi em 1754 elevada à categoria de freguesia com o nome de Santo Estêvão do Jacuípe. Tinha esta freguesia de Santo Estêvão de Jacuípe, na sua formação territorial de início, 20 léguas de circunferência, e estava situada entre os rios Paraguaçu e Jacuípe, êste limitando-a ao norte com a de Nossa Senhora do Rosário da Cachoeira, e aquêle ao sul dividindo-a da de São Pedro de Muritiba. Devido ao descaso do Pe. José da Costa Almeida, que não ficara contente com a elevação da capela à freguesia ficou ela em ruínas. O povoado Santo Estêvão Novo, de que resultou o povoamento iniciado na fazenda referida, só veio a desenvolver-se depois do ano de 1757, ano em que o 1.º vigário, padre Antônio Rodrigues Nogueira, descrevendo a freguesia de Santo Estêvão de Jacuípe, relata: "aqui não há povoação, nem rebanho junto, porque tudo são ovelhas desgarradas pelas distâncias em que moram uns e outros". Também nessa época, o referido vigário fêz referência à capela inicial que estava arruinada e que "só não são deixados de administrar os Sacramentos aos paroquianos porque os administra em uma casa de palha onde resido". Parte daí o movimento para construção da igreja Matriz, que foi concluída muitos anos depois.

Prefeitura Municipal.

Igreja-Matriz

Quando freguesia de 2.ª Classe, passa a ser sede do distrito de paz de Santo Estêvão de Jacuípe, subordinado à vila de Nossa Senhora do Rosário do Pôrto da Cachoeira, por Lei de 15 de outubro de 1827, com os mesmos limites da freguesia aí sediada, tendo-se notícia de que o povoado nesta época constava de 300 casas e 376 eleitores; havia um subcomissário de polícia.

Pertenciam ao âmbito administrativo da freguesia as capelas de Nossa Senhora do Resgate de Umburanas e Santo Antônio de Aquino, sendo delas desanexados por haverem alcançado o predicamento de matrizes; a primeira em virtude da Lei número 183, de 10 de abril de 1843, e a segunda por fôrça da Lei número 1 588, de 13 de agôsto de 1857. A partir de então foi reduzida a sua primitiva área, cujos limites eram — ao norte com as freguesias do Senhor do Bonfim e Bom Conselho de Serra Preta; a leste com a de Nossa Senhora do Resgate de Umburanas; ao sul com a de São Pedro de Muritiba e a oeste com a do Bom Conselho da Serra Preta e com a de Santo Antônio de Arguim. Na divisão administrativa de 1911, aparece como distrito subordinado ao município de Cachoeira com a denominação de Santo Estêvão de Jacuípe. A Lei número 1 491, de 12 de julho de 1921, sancionada pelo Coronel Frederico Augusto Rodrigues da Costa, que substituía o Governador do Estado, José Joaquim Seabra, elevou a povoação à categoria de vila e criou o município de Santo Estêvão de Jacuípe, com território desmembrado do de Cachoeira e mesmos limites do distrito de paz. Ocorreu a sua instalação em 21 de setembro de 1921. Por fôrça do Decreto estadual número 7 455, de 23 de junho de 1931, foi extinto o município e anexado ao de São Gonçalo mas o Decreto não chegou a ser executado, sendo o município restaurado, logo em seguida, pelo Decreto estadual número 7 479, de 8 de julho de 1931, com a denominação alterada para Santo Estêvão. No ano de 1933 foi criado um distrito de paz com a denominação de Patos, por fôrça do Decreto número 8 389, de 17 de abril. Segundo as divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o município em causa tem a integrá-lo dois distritos: Santo Estêvão e Patos, situação que permaneceu inalterada até que o Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, alterou a denominação do distrito de Patos para Ipecaetá. O município permaneceu com dois dis-

tritos até que a Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, que fixou o quadro administrativo para o qüinqüênio 1954-1958, criou o distrito de Cavunge, desmembrado do de Ipecaetá, ficando o município com a seguinte composição: Santo Estêvão, Cavunge e Ipecaetá.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica de Feira de Santana e está totalmente incluído no "Polígono das Sêcas", fazendo parte o seu território do vale do rio Paraguaçu. Limita-se com os municípios de Castro Alves, Feira de Santana, Ipirá, São Gonçalo dos Campos, Muritiba e Serra Preta. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 12° 26' 50" de latitude Sul e 39° 14' 28" de longitude W. Gr. Partindo da capital do Estado em direção à sede municipal, o rumo é O. N. O. A distância da metrópole ao distrito-sede é de 98 km, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 90 metros. Medições recentes do Conselho Nacional de Geografia registram no interior do município as seguintes altitudes: 233,7852 m, no centro do entroncamento para a cidade de Santo Estêvão, no trecho da Estrada Jequié—Feira de Santana (Rio—Bahia); 237,0231 m no tôpo do marco de triangulação do C. N. G., no vértice Cabeça da Vaca; 127,1790 metros no centro e entrada do piso da ponte de concreto sôbre o Rio Curumataí, divisa entre os municípios de Santo Estêvão e São Gonçalo dos Campos, no trecho da Estrada Jequié—Feira de Santana (Rio—Bahia).

ÁREA — A área do município é de 829 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A maior parte do município de Santo Estêvão está compreendida num grande planalto sem desnivelamento apreciável. Nas proximidades do rio Paraguaçu, o terreno é formado por argila conhecida como "massapê-prêto", entremeado de pedras e rochas. A caatinga começa a poucos quilômetros da margem do Paraguaçu. Seis quilômetros para o norte da cidade de Santo Estêvão, a leste e a oeste, começam duas cordilheiras formadas pelas serras da Lapa, São Francisco e Melancieira a oeste, e pelas serras do Mucambo, Lagoa Danta, Cacimba, Caçador, Mão D'onça, Cipó, São Tomé, Jorgonço, Mulungu, Congo, Santa Rosa, Jibóia, Bom Sucesso, a leste. Os pontos culminantes encontram-se nas serras do Bom Sucesso, no pico Cuscuzeiro, considerado o mais alto do município, com 1 000 metros de altitude, e os dos Cágados, de Lapa e São Francisco. O principal rio é o Paraguaçu, navegável por canoas, possuindo na sua margem esquerda as localidades de Pôrto do Américo e Pôrto de Castro Alves. A um quilômetro desta última localidade, as águas do Paraguaçu já se acham represadas pela barragem Jerry O'Conell.

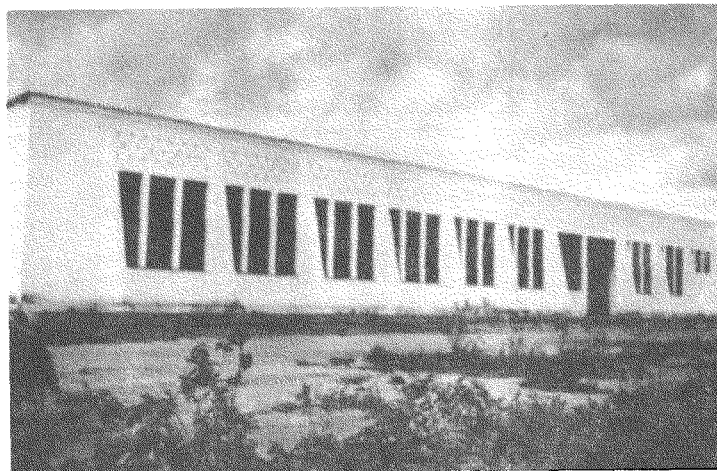
No lugar conhecido por "os Roncadores", as águas do rio Paraguaçu precipitam-se e formam três cachoeiras e diversas corredeiras. A primeira delas é conhecida por cachoeira "Marcela" ou "Roncador de Cima", com 10 metros de altura, a segunda é a cachoeira "Roncador do Meio", com a altura de 20 metros, e a última a cachoeira "Gameleira" ou "Roncador de Baixo", com altitude de 25 metros.

Situam-se no município duas ilhas fluviais formadas pelo rio Paraguaçu: a ilha de Umbuzeiros, medindo 8 100 metros de perímetro, e a ilha Grande, com um perímetro de 2 400 metros.

As lagoas naturais não são perenes e contam-se dentre elas a da Várzea Redonda, a Salgada, a da Várzea Nova, a da Várzea Suja, a da Várzea de Casa e a Lagoinha, contando a maior com um perímetro calculado em 3 200 metros.

CLIMA — O clima é subtropical e ameno. A temperatura no ano de 1956, na sede municipal, apresentou as graduações seguintes: máxima de 30°C e mínima de 18°C. A precipitação pluviométrica anual em 1956 foi estimada em 1 200 mm e a máxima em 24 horas foi 95 milímetros.

RIQUEZAS NATURAIS — A flora conta com madeira de lei em pequena quantidade, havendo lenha em abundância e plantas medicinais. A fauna apresenta animais silvestres de pequeno porte e aves. É praticada a pesca no rio Paraguaçu.

Não se conhecem ocorrências minerais mas, segundo o engenheiro Max Gernaert, há probabilidade de encontrar-se ouro na região.

Escola Nuclear.

POPULAÇÃO — A população do município em 1950 era de 31 665 pessoas, e a densidade demográfica, 38 habitantes/km². Localizavam-se na zona rural 95% dos habitantes. No total da população indicada predominavam .. 16 299 do sexo feminino, 14 761 pardos, seguidos de 11 123 de côr preta. Entre os recenseados em 1950, a partir da idade de 15 anos, cada grupo de 100 homens corresponde a 106 mulheres.

A população do município para 1957 é estimada em 36 000 habitantes.

Rua Marechal Deodoro da Fonseca.

Aglomerações Urbanas — Existiam em 1950 dois aglomerados urbanos com a seguinte população: cidade de Santo Estêvão com 1 437 habitantes e vila de Ipecaetá com 142. A população da cidade de Santo Estêvão estimada para 1957 é de 1 800 habitantes. Em 1953 foi criada a vila de Cavunge cuja população é de menos de 500 pessoas.

Outras Aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município apresenta ainda cinco povoados, com as seguintes populações estimadas para o ano de 1957: Tapera 110 habitantes, Alto do Sítio 75, Pôrto de Castro Alves 60, Paiajá e Serrote com menos de 50 cada um.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Da população em idade ativa no município, consideradas as pessoas de 10 anos e mais, 52% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A atividade fundamental à economia da região é a agricultura. O município encontra-se na "zona fumageira" e a produção do fumo em fôlha, no ano de 1955, o coloca em sétimo lugar no Estado. No ano de 1954, contavam-se 2 860 propriedades agropecuárias no valor de 46 677 milhares de cruzeiros.

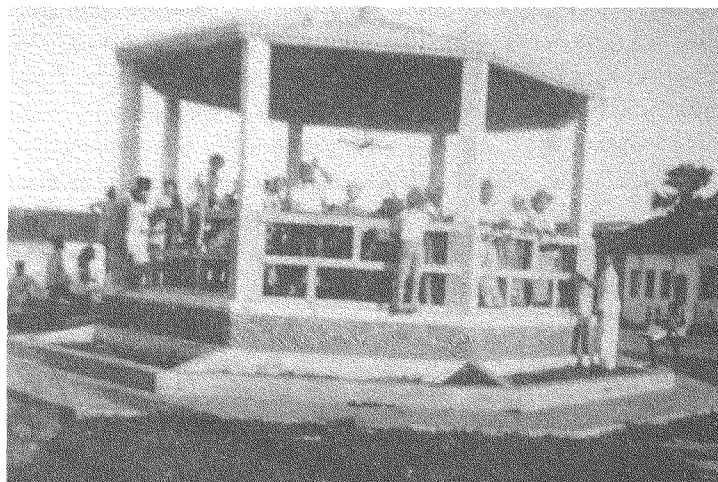
Agricultura — O valor da produção agrícola no ano de 1955 elevou-se a 21 183 milhares de cruzeiros, aparecendo em primeiro lugar a produção de fumo em fôlha, no valor de 15 300 milhares de cruzeiros, o que representava 72% do valor total da produção. Produz ainda feijão, mandioca e milho. Os principais centros compradores dos produtos agrícolas do município são: Feira de Santana, Cruz das Almas e São Félix. Um Agrônomo presta assistência à lavoura através de escritório da ANCAR.

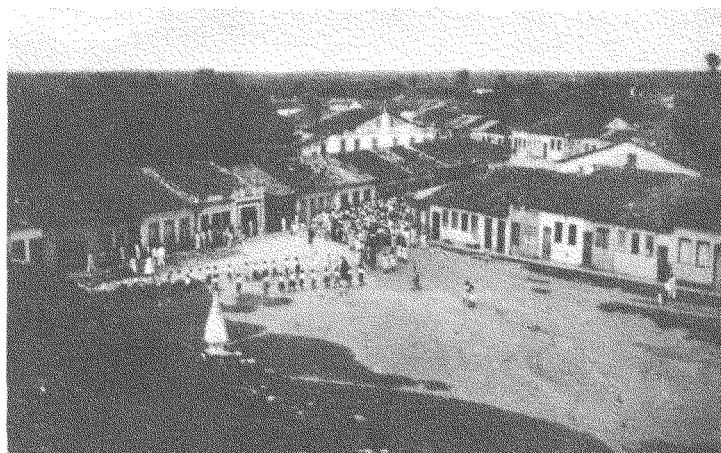
Pecuária — A atividade pecuária é importante para a economia local. A criação de gado bovino supera a engorda. Verifica-se a existência de seleção de bovinos das raças nelore, hindu-brasil, zebu e gir. No ano de 1956, os efetivos pecuários estavam assim distribuídos: bovinos 10 000 cabeças, suínos 3 000, eqüinos, muares e caprinos 2 500 para cada espécie, ovinos 2 000 e asininos 400. Há exportação de gado bovino, eqüino e muar para Feira de Santana, e de suínos e aves para Salvador.

Indústria — A produção industrial alcançou, no ano de 1955, 5 milhões de cruzeiros, tendo a indústria de transformação contribuído com 4 093 milhares de cruzeiros, aparecendo em primeiro lugar a produção de farinha de mandioca com 74% do valor total da produção. A contribuição da indústria extrativa foi da ordem dos 1 038 milhares de cruzeiros e teve como principal atividade a extração de 41 000 metros cúbicos de lenha no valor de 902 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Passa por êste município a rodovia—tronco Rio—Bahia, ligada à cidade de Santo Estêvão por uma variante de 2 quilômetros. O município possui uma rêde de 86 quilômetros de estradas de rodagem municipais no seu território, que servem para diversas ligações intermunicipais e distritais. A cidade liga-se, via rodoviária, às cidades de Castro Alves (61 km), Feira de Santana (42 km), Ipirá (101 quilômetros), Muritiba (42 km), São Gonçalo (72 quilômetros) e Serra Preta (42 km); à capital do Estado (182 quilômetros) e à capital Federal (1 684 km).

O município é servido por uma emprêsa de transporte rodoviário para passageiros, com viagens diárias e conta com uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, sediada na cidade.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações, principalmente com as praças de Salvador e Feira de Santana. É ativo o seu comércio de fumo em fôlha de produção local, havendo armazéns destinados à sua compra e ao seu beneficiamento. O giro comercial foi expressivo, alcançando, 32 850 milhares de cruzeiros em 1956. Estão situados no município 65 estabelecimentos comerciais varejistas, dos quais 34 localizam-se na sede municipal. O salário-mínimo oficial está fixado em Cr$ 2 200,00.

Coreto situado na Praça da Bandeira.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está assentada em vasta planície, à margem do riacho Salgado. Contava 557 prédios nos 23 logradouros em 1956; dêstes, 4 são pavimentados e 1 arborizado e ajardinado. O serviço de fornecimento de energia elétrica pública e particular está a cargo da

Procissão do Senhor.

municipalidade, existindo 205 prédios ligados à rêde de eletricidade. Dos 23 logradouros, 15 são dotados de iluminação pública. Existem na sede do município 6 automóveis, 14 caminhões. Há duas pensões e 1 cinema.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada através do Pôsto de Puericultura, mantido por entidade particular, ocupando 1 médico e uma enfermeira diplomada, e do Pôsto de Higiene a cargo do Estado. O município faz parte do Setor número 2, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado em Feira de Santana.

Residem e clinicam na cidade 2 médicos e 2 dentistas. Existem, em todo o município, 3 farmácias dirigidas por práticos licenciados, sendo que destas, duas estão situadas na cidade.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A assistência aos pobres é prestada pela Sociedade de São Vicente de Paulo e pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo revelam os dados do Censo de 1950, a população de 5 anos e mais era composta de 26 421 habitantes e dêste total sòmente 12,68% sabiam ler e escrever, ou seja, 3 349 pessoas.

Ensino — No ano de 1956 existiam 66 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com 2 728 alunos matriculados. Segundo a dependência administrativa, a distribuição da rêde escolar em causa era a seguinte: 13 estabelecimentos estaduais com 17 professôres e 594 discentes, 45 unidades escolares municipais, igual número de professôres e 1 800 alunos matriculados, e 8 unidades escolares particulares, com 8 professôres e 334 alunos matriculados.

Situam-se no distrito-sede o Grupo Escolar D. Pedro I e a Escola Nuclear. No ano de 1956 existiam em todo o município 8 escolas da Campanha de Alfabetização de Adultos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há 3 bibliotecas públicas com menos de 1 000 volumes, sendo a principal a da municipalidade, pertencendo as demais à Paróquia e à Agência de Estatística, esta com o nome de Mário Augusto Teixeira de Freitas.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Na administração do intendente Temístocles Pires de Cerqueira, a municipalidade ergueu uma coluna na margem esquerda do rio Paraguaçu, na antiga povoação Pôsto Papagente, inaugurando-a a 21 de julho de 1922, em homenagem ao grande poeta Castro Alves, por haver êle nascido na antiga fazenda Cabaceiras, na margem oposta dêsse rio, constando da mesma os seguintes dizeres: "Pôsto de Castro Alves. Homenagem do município de Santo Estêvão do Jacuípe ao genial poeta Castro Alves, com justiça chamado Poeta dos Escravos. Desta data em diante o povoado Pôsto Papagente passou a chamar-se "Pôsto de Castro Alves".

CULTOS RELIGIOSOS — É desde 1751 sede de Paróquia consagrada a Santo Estêvão e subordinada à Arquidiocese da Bahia, contando com a Matriz e 5 capelas. Do culto não católico, há um salão do Culto Protestante na cidade e um templo na vila de Cavunge.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Além das festas de Natal e São João, a mais animada das religiosas é a celebrada em homenagem a Santo Estêvão, padroeiro da cidade, realizada a 26 de dezembro. É celebrada missa solene e tradicional procissão.

Sôbre folguedos populares, é verificada a apresentação pública do "bumba-meu-boi', de 15 a 17 de fevereiro de cada ano.

Na zona rural, em época da colheita do feijão, entre aquêles que a têm volumosas, verifica-se a prática tradicional da "bata", que consiste no ajuntamento dos vizinhos no terreiro adredemente limpo. A "bata" é executada ao som de cânticos como a estrofe abaixo:

"Na bata do feijão
Mandaram me chamá.
Os homens pra batê
As muié pra beatá".

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 5 800 eleitores inscritos e dêstes 3 978 votaram em 1954. O atual Legislativo compõe-se de 12 vereadores. No ano de 1956 exerciam suas atividades no município 80 funcionários públicos civis, assim distribuídos: federais 7, estaduais 21, municipais 51 e autárquico 1.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o movimento da arrecadação pública e da despesa, pela municipalidade, no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	447	473	232	594
1951	—	625	605	327	702
1952	—	519	662	329	684
1953	—	623	1 124	430	1 107
1954	—	829	1 140	637	1 175
1955	—	1 268	1 244	645	797
1956	276	2 315	1 639	483	1 491

JUSTIÇA — O município foi elevado à categoria de têrmo pela Lei estadual número 1 822, de 1.° de agôsto de 1925, e instalado a 7 de setembro do mesmo ano, subordinado à comarca de Cachoeira, tendo sido o seu primeiro Juiz municipal o Dr. Antônio Ferreira Santos. Em virtude da Lei n.° 2 225, de 14 de setembro de 1929, foi supresso e anexado

Casa da Fazenda Mucambo.

ao têrmo de Cachoeira. Pela Lei número 201, de 29 de agôsto de 1937, foi restaurado o têrmo de Santo Estêvão, subordinado à comarca de Cachoeira. De acôrdo com o Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, o referido município passou a ser têrmo da comarca de Feira, situação em que ainda permanece.

Localizam-se na comuna 8 cartórios, dos quais 2 são do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 39 feitos, sendo 23 cíveis.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se santo-estevenses. O topônimo inicial, Santo Estêvão do Jacuípe, está ligado ao nome da imagem do Santo que foi colocada na primitiva capela e ao rio Jacuípe.

O Prefeito em exercício é o Sr. Lineu Cerqueira da Silva e o Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Jorge Cerqueira Leite. O primeiro intendente do município foi o Sr. Isauro Borges Cabral e o primeiro Conselho estava assim constituído: Manoel dos Anjos de Santana (presidente), Temístocles Pires de Cerqueira, Alfredo Gesteira Brandão, João Magalhães de Almeida, Bartolomeu José dos Santos, Honorato Francisco da Silva, Manoel Cabral Arapiraca e Rafael Alves Pereira.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal da Bahia, por José P. Tôrres Filho; Chefe da Agência de Estatística — José Paulo da Silva.)

SÃO FÉLIX — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Era primitivamente uma aldeia de índios tupinambás, que em 1534 contava vinte palhoças habitadas por pouco mais de duzentos indígenas. Naquele ano, chegaram os primeiros portuguêses para explorar as terras e o comércio de madeiras, resultando daí estímulo ao povoamento: edificação de casas residenciais e fundação de casas de negócio.

Coube aos portuguêses, juntamente com o braço indígena escravizado, o início da plantação da cana-de-açúcar e a montagem de engenhos. Entretanto, sòmente com a entrada dos africanos, em 1549, começou a lavoura a apresentar grande desenvolvimento. Desapareceram, todavia, os indígenas por horror à escravidão e maus tratos que se lhes infligiam. Revoltados, internaram-se êles nas matas, devastaram plantações, provocaram e sustentaram freqüentes guerrilhas, sendo a paz conseguida a muito custo. Em 1611, atacaram povoações vizinhas, assassinando tôda a população de São José do Aporá.

A primeira freguesia foi criada pela Lei provincial de 1.º de junho de 1838, com a denominação "Nossa Senhora do Destêrro do Outeiro Redondo". A seguir, veio a constituição da freguesia do "Senhor Deus Menino de São Félix", pela Resolução de 15 de outubro de 1857, no local em que ainda se acha a sede municipal, e na mesma data da criação do distrito de São Félix.

Foi o território municipal desmembrado do de Cachoeira, já no período republicano. Coube ao Governador Manoel Vitorino Pereira a assinatura do Ato número 4, de 20 de dezembro de 1889, da emancipação, cujos têrmos são os seguintes: "considerando o notável desenvolvimento industrial e comercial que teve o povoado de São Félix e atendendo às justas reclamações dos seus habitantes, que desejam gozar dos foros e direitos de município, resolve elevar a referida Povoação à categoria de vila, que se comporá das freguesias de São Félix, Muritiba, Outeiro Redondo, São José do Aporá e Cabeças".

A instalação da vila e do município ocorreu em 1.º de fevereiro de 1890. Teve como primeiro Intendente, por nomeação, Geraldo Dannemann e Vice-Presidente o Doutor Salvador Pinto. Em 18 de dezembro de 1892, foi o citado administrador eleito para o mesmo cargo.

Sua elevação a cidade deu-se por ato do Governador do Estado, Dr. Virgílio Clímaco Damásio, datado de 25 de outubro de 1890. Na divisão administrativa do Brasil con-

Igreja-Matriz.

cernente a 1911, os distritos de São Félix do Paraguaçu, Muritiba, Cabeças, Outeiro Redondo e Aporá, compõem o município de que se trata, o qual, por fôrça do Decreto número 7 479, de 8 de julho de 1931, passou a denominar-se apenas "São Félix".

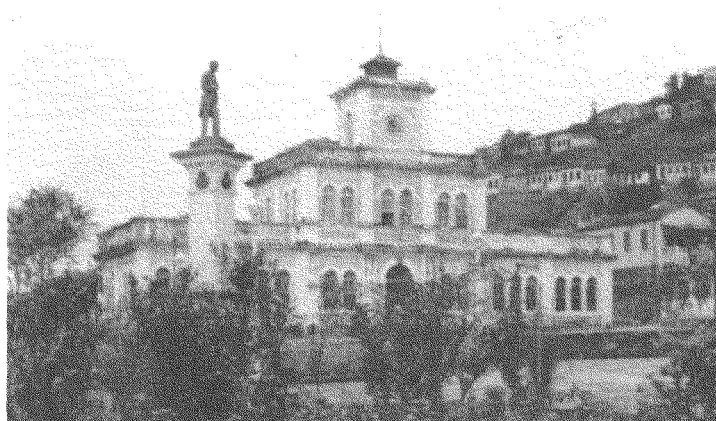
Todavia, apenas dois distritos, — o da sede e o de Outeiro Redondo —, constituem o município na divisão administrativa de 1933 bem assim nas territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937 e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938. Daí em diante, sua composição administrativa tem sido a mesma, com os distritos de São Félix e Outeiro Redondo.

LOCALIZAÇÃO — Situado na "zona fisiográfica do Recôncavo", pertence a bacia hidrográfica do rio Paraguaçu. Limita com os municípios de Cachoeira, da Cruz das Almas, de Maragogipe e de Muritiba. As coordenadas da sede municipal são: 12° 36' 56" de latitude Sul e 38° 57' 55" de longitude W. Gr. O rumo partindo da Capital do Estado é O. N. O., da qual dista em linha reta 60 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Atinge apenas 8,64 metros, no centro da soleira da porta principal da igreja-matriz da cidade; 6,87 m no trilho junto à plataforma e na confrontação do canto direito da estação local da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro; 8,13 m no centro da soleira da porta principal da mesma estação; 80,06 metros a 3 metros da margem esquerda do trecho da estrada São Félix — Muritiba a 1,27 quilômetros além da igreja-matriz da cidade.

ÁREA — Calculada em 116 km². É um dos menores município do Estado em território.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia é acidentada. É banhado na direção norte-sul pelo rio Paraguaçu, o

Praça Ruy Barbosa.

mais importante. É êste navegável em trecho de cêrca de 30 milhas a contar do ponto inicial na cidade até a desembocadura. Encontra-se no mesmo rio o pôrto fluvial de São Félix.

Em vista de sua pequena altitude, a cidade está sujeita às inundações pelo Paraguaçu que ocorrem, em média, de cinco em cinco anos, causando largos prejuízos ao município, principalmente ao comércio. A última enchente verificou-se em março de 1957, durando oito dias.

O território é banhado, também, pelos rios Capivari, Sinunda, Caminhoá, Sabaúna os quais recebem outros tributários e desembocam no Paraguaçu.

Encontra-se a queda dágua Mazangana, no rio Capivari, a 2 km da cidade ficando a José Marinho, entre São Pedro Velho e São Félix, a 1,5 km desta. Ambas são inexploradas.

Quanto à nesografia, é insignificante, existindo ilhotas no curso do Paraguaçu, de formação granítica umas, e outras formadas pelas aluviões das cheias do rio. As montanhas pertencem ao prolongamento das serras do Sincorá ou Chapada, — vindo de Minas Gerais, da cadeia do Grão-Mogol —, na sua subdivisão oriental. O ponto de elevação mais considerável é o Morro do Deus Menino, nos limites com Muritiba.

CLIMA — É quente e úmido. Temperatura: máxima 36°C, mínima 23°C e média 28°C. Precipitação pluviométrica em 1956: 1 250 mm; a máxima, em 24 horas, 170 mm. A ocorrência de chuvas é mais intensa de maio a junho e as trovoadas de novembro a dezembro.

RIQUEZAS NATURAIS — Há jazidas de manganês inexploradas e de pedras para construção, exploradas. Também

Vista parcial da cidade.

se registra pequena área coberta de matas, de onde se extrai lenha. Há abundância de peixe no rio Paraguaçu.

POPULAÇÃO — Pelo Censo de 1950, a população do município era de 14 801 habitantes, sendo 6 797 homens e .. 8 004 mulheres. Quanto à côr, 2 070 eram brancos, 5 418 pretos e 7 278 pardos. Quanto ao estado conjugal, no grupo de 15 anos e mais, 5 091 eram solteiros, 2 967 casados, um desquitado e 580 viúvos. A densidade demográfica encontrada, — devida à pequena extensão territorial —, foi de .... 127,595 hab./km^2, sendo a maior do interior do Estado. No que tange à distribuição, localizavam-se no quadro rural 59,55% dos habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Os centros urbanos são constituídos da cidade de São Félix e da vila do Outeiro Redondo, sede do distrito de igual nome. A população da cidade naquele ano era de 5 872 habitantes. Para cada grupo de 100 homens havia um correspondente de 145,55 mulheres. A vila do Outeiro Redondo possuía 115 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — As demais aglomerações são concentradas nos povoados de Pedreira, com pouco mais de 100 habitantes, de Cajàzeira, com menos de 100, ambos no distrito de São Félix, e Matataúba, no distrito de Outeiro Redondo, com menos de 100 habitantes.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — Das pessoas em idade ativa de 10 anos e mais, 30,14% estavam ocupadas em 1950 no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", sendo 2 248 homens e 896 mulheres.

A atividade fundamental à economia do município está ligada ao cultivo, beneficiamento e industrialização do fumo. Estão situadas na cidade as fábricas de charutos "Dannemann" e "Costa Pena", ora fechadas devido à crise que atinge à indústria fumageira.

Agricultura e pecuária — O volume da produção agrícola, em 1955, foi de Cr$ 23 642 mil. Aparece como principal produto o fumo em fôlha, com 753 450 quilogramas e valor de Cr$ 14 064 mil, cifra equivalente a 59,5% da produção agrícola do município, e a 3,09% da produção fumageira do Estado. A seguir, os dois principais produtos agrícolas são: café beneficiado, com 2 890 sacos de 60 kg, no valor de .. 4 046 mil e mandioca, com 753 450 quilogramas, valor em cruzeiros 1 674 mil. As lavouras de fumo e mandioca são cultivadas, em maior escala, no distrito de Outeiro Redondo. Além do fumo e da mandioca, cultivam-se o milho, o feijão, a cana-de-açúcar, o café, e o amendoim.

A pecuária não constitui atividade notável; os maiores efetivos são: bovino — 3 970 cabeças, ovinos — 810 e suínos — 740.

A Inspetoria Regional de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura mantém um Pôsto Agropecuário no distrito de Outeiro Redondo.

Indústria — Foi, até a crise recente que resultou no fechamento das fábricas de charutos o maior centro exportador dêste produto no país. A produção industrial, em 1955, elevou-se a 12 343 milhares de cruzeiros. Fabricam-se ainda doces, velas, calçados, farinha de mandioca e aguardente.

Prefeitura Municipal.

Igreja do Senhor São Félix.

É intensa a atividade artesanal das charuteiras domésticas. Em 1956, localizavam-se na Cidade 8 estabelecimentos industriais.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Pelo município passava uma das velhas e movimentadas estradas reais que, do pôrto de São Félix para S. O., se dirigia à zona do Rio de Contas e de lá para Minas Gerais, Goiás e outros pontos, antes do advento das comunicações rodoviárias e ferroviárias.

Hoje é a cidade importante centro ferroviário, com oficinas de reparação, e sede de Inspetoria da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Passa por aí a rodovia Bahia-Espírito Santo (BR-21). É também sede da 3.ª Região de Trânsito, de dependência administrativa estadual. Essa região é servida por oito emprêsas rodoviárias, uma delas com sede no município. Na cidade acha-se pequeno pôsto fluvial à margem direita do rio Paraguaçu, com ancoradouro de profundidade média de 4 metros e cais de 180 metros. Das emprêsas de navegação que a freqüentam, uma tem sede no Município e faz a linha São Félix—Salvador.

As ligações com as cidades vizinhas são feitas do seguinte modo: Cachoeira, por ferrovia, rodovia e via fluvial — 1 quilômetro; Cruz das Almas, ferrovia — 20 km e rodovia — 26 quilômetros; Maragogipe, via vicinal — 24 quilômetros e via fluvial — 16 mi; Muritiba, ferrovia — 5 km e rodovia — 5 km. Com a Capital do Estado; via rodoviária — 170 km, ferrovia — 139 km e via flúvio-marítima — 39 mi. Com a Capital Federal, rodovia — 1 356 quilômetros e ferrovia — 2 093 km.

A estação ferroviária da antiga "Central da Bahia" e hoje Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, servindo o município, se localiza na cidade e foi inaugurada a 23 de dezembro de 1881. A estrada de ferro atingiu a cidade em 17 de maio de 1870, quando se iniciou a construção da "Estrada Central". Era o ponto inicial da antiga "Central da Bahia" que ligava o Litoral ao Sertão.

Merece especial referência a ponte denominada "D. Pedro II", de ferro engradado, com 355,64 metros de comprimento, 9,13 metros de largura e dividida em 4 vãos de 91,41 m cada, formados por 4 pilares de alvenaria com liga de cimento. Está sôbre o rio Paraguaçu e vincula a sede municipal à de cachoeira. Essa ponte, reputada no gênero das mais importantes da América do Sul foi construída nos fins do século XVIII, com o escopo de ligar a "Central da Bahia" ao ramal de Feira de Santana. A via férrea passa no centro da ponte e, nos lados, há pista para pedestre e animais. Na época da inauguração, em 7 de julho de 1885, se pretendia cobrar módico pedágio o que, todavia, não se efetivou.

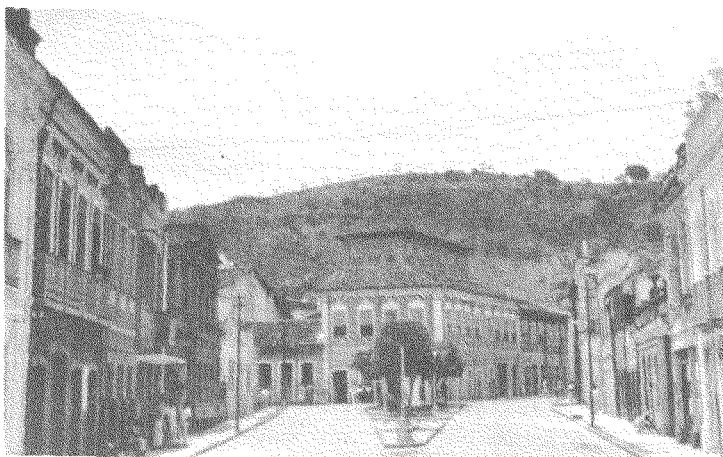
É servida a cidade por Centro Telefônico interurbano da Companhia Energia Elétrica da Bahia: Liga-se com 18 municípios do Estado, inclusive a Capital, e mantém tráfego mútuo com a Rádio Internacional para os mais adiantados centros do Brasil. Estavam registrados na Prefeitura Municipal, no ano de 1956, 12 automóveis e 21 caminhões.

COMÉRCIO E BANCOS — No ano de 1956 existiam na sede municipal 58 estabelecimentos varejistas e 2 atacadistas, com um giro comercial de Cr$ 58 950 milhares de cruzeiros.

O salário-mínimo oficial fixado para o município é de Cr$ 2 200,00.

Quanto à atividade bancária, é o município servido por agências do Banco do Brasil, S. A., inaugurada em 16-4-1919, e do Banco Econômico da Bahia, inaugurada em 7-VI-1930 e um escritório do Banco da Bahia, S. A., inaugurado em 6 de janeiro de 1948. O movimento bancário em 31-XII-1956, atingiu os números seguintes em milhares de cruzeiros: caixa — 5 078, empréstimos em C/C — 42 172, títulos descontados — 30 234, depósito a vista e curto prazo — 32 064 e depósito a prazo — 3 200.

ASPECTOS URBANOS — A cidade apresenta conformação de um funil. No início foi edificada no planalto à encosta da cordilheira, continuando depois a expandir-se. Acompanha a direção do rio Paraguaçu, em cuja margem direita está situada. Suas construções são, em maioria, de estilo antigo de casas assobradadas.

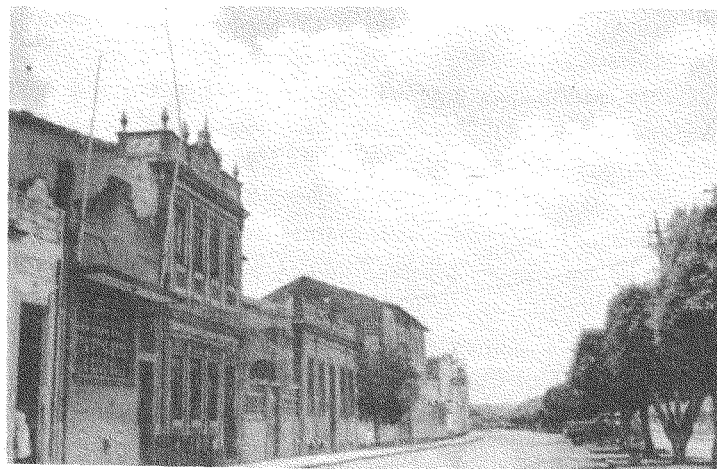
Contam-se 41 logradouros, sendo 39 pavimentados. São 1 328 os prédios existentes. O abastecimento d'água é canalizado e serve 34 logradouros e 369 prédios. A iluminação elétrica iniciou-se em 15 de janeiro de 1928. A distribuição de energia está a cargo de emprêsa local que a adquire à Companhia Energia Elétrica da Bahia. No ano de 1956, o consumo elevou-se a 503 530 kWh; 86 400 kWh destinaram-se à iluminação pública; 280 500 a particulares e 136 630 kWh à fôrça-motriz. Segundo dados de 1956, conta 763 ligações. As oficinas da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro dispõem de gerador próprio, não havendo sido computado o seu consumo no total acima referido.

Praça Inácio Tosta.

Funciona, desde 1890, rêde de esgôto da Prefeitura Municipal, com o tipo de esgotamento unitário, sem tratamento, que descarrega no rio Paraguaçu. Eleva-se a 650 o número de prédios servidos pela rêde, cuja extensão é de 440 metros.

Há o cinema "Avenida", da Emprêsa Afonso Cavalcante, com 113 lugares, inaugurado no ano de 1915.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O "Hospital Nossa Senhora de Pompéia", mantido pela irmandade de igual nome, de clínica médico-cirúrgica, funciona desde 1925. Tem a capacidade de 25 leitos, sendo 16 para indigentes, 6 para contribuintes e 3 para pessoal técnico do próprio hospital. Militam aí 3 médicos, 1 radiologista, 1 dentista, 1 técnico-operador de Raio X e 1 auxiliar e 4 auxiliares de enfermagem. Mantém também ambulatório.

Pelo Govêrno é mantido o "Pôsto de Higiene" de clínica médica, com um médico e dois auxiliares de enfermagem. A "Liga Sanfelista contra a Mortalidade Infantil" mantém o "Pôsto de Puericultura", com atividade pediátriaca, e lactário, que dispõe de um médico. Ainda se registra o Pôsto número 4, da "Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Serviços Públicos da Bahia e Sergipe", privativo dos seus associados. O Departamento Nacional de Endemias Rurais presta assistência sanitária através do Setor número 4, sediado na cidade de Muritiba, do qual faz parte o município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Há o albergue noturno "Deus Menino", instalado em 1944, com 16 leitos, servindo principalmente de "dormitório para mendigos". Atendeu a 578 pessoas no ano de 1956.

Avenida Salvador Pinto.

Das associações de caridade, funciona a "Confraria de São Vicente de Paula".

Quanto ao cooperativismo, há na Cidade um armazém da Cooperativa dos Ferroviários Ltda. com sede em Salvador. Há também dois sindicatos de empregados agrupando 233 associados e um patronal com 30 sócios.

ALFABETIZAÇÃO — A população de 5 anos e mais, recenseada em 1950, era de 12 419 habitantes; dêstes, 5 615 eram homens e 6 804 mulheres. Sabiam ler e escrever 3 720 habitantes, correspondendo a 29,95% daquele grupo. Em 1950, a quantidade de pessoas de 5 anos e mais, na cidade de São Félix, era de 4 988 habitantes, dos quais sabiam ler e escrever 2 707 pessoas.

ENSINO — Os resultados do ensino em 1955 acusaram a existência de 24 escolas primárias; dessas, 10 eram estaduais, 13 municipais e 1 particular. Havia também 3 cursos da Campanha Nacional de Alfabetização de Adultos. No ano de 1956, o total de escolas primárias aumentou para 29.

O corpo docente ocupava 41 professôres, assim distribuídos por dependência administrativa: 14 do Estado, 13 do município e 2 de particulares. A matrícula efetiva elevou-se a 1 464; dêste total, 855 eram alunos dos 14 estabelecimentos estaduais, 519 dos 13 municipais e 90 dos 2 particulares. Havia em 1956 um curso de música.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Aos sábados publica-se o "Correio de São Félix", jornal independente e noticioso. É importante a "Biblioteca Municipal São Félix",

funcionando em prédio para si construído; possui 3 371 volumes, todos catalogados.

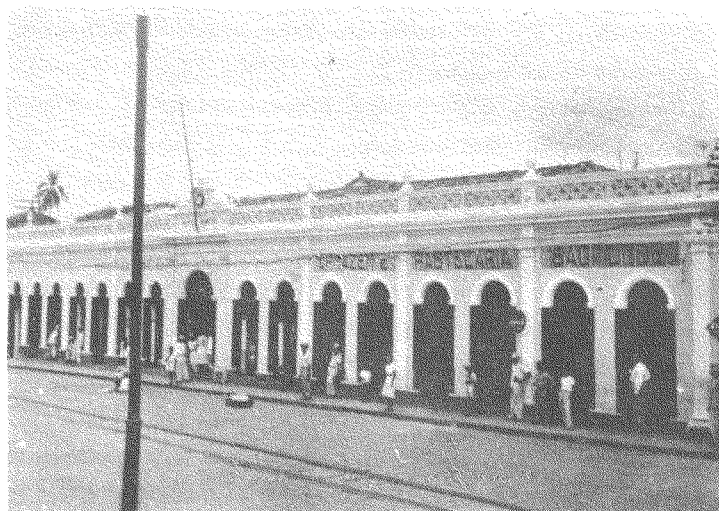
Contavam-se 3 agremiações culturais, em 1956. O principal clube recreativo é a "Associação Atlética de São Félix". Há uma tipografia, uma livraria e dois serviços de alto-falantes na sede municipal.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Por ocasião da guerra da Independência da Bahia em 1823, São Félix lutou ao lado de Cachoeira. Outro fato glorioso se desenrolou em fevereiro de 1832, durante a Revolução Federalista. O povo de São Félix, inflamado pelo desejo de regime republicano, chefiado pelo Juiz de Paz, Berriando Guanais Mineiro, promoveu uma revolução. Acompanhado de mais de 200 homens, inclusive de oficiais de nosso exército, dois dias após o início, passaram o rio Paraguaçu e, de assalto, tomaram o Convento do Carmo na cidade de Cachoeira, onde se aquartelaram. No dia 20, na Câmara Municipal, proclamaram o novo sistema e aclamaram o Govêrno Provisório, cabendo a chefia ao Juiz, de Paz. Após lutas encarniçadas de sete dias com as fôrças legais vindas da Capital da Província por terra e mar, a Revolução foi sufocada, com grande perda de vidas de ambos os lados. Foram presos Guanais Mineiros e outros implicados.

Quanto a monumentos históricos registram-se: a) — a estátua de Rui Barbosa, por iniciativa da Municipalidade, inaugurada a 17-IX-1932, sendo justo acentuar haver sido a primeira homenagem prestada, na Bahia, por êsse meio, à "Águia de Haia"; b) — a estátua da Liberdade, de iniciativa municipal, inaugurada a 20-XII-1895.

CULTOS RELIGIOSOS — Localizam-se duas paróquias no município: a do Senhor Deus Menino de São Félix e a de Nossa Senhora do Destêrro do Outeiro Redondo, ambas subordinadas à arquidiocese da Bahia.

Quanto a cultos não católicos, há a Igreja Batista de São Félix, na cidade, e um Centro Espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As festividades do Padroeiro da cidade, São Félix, são realizadas em novembro. Constam de missa solene, procissão e folguedos populares. Também são bastante animadas as novenas de maio. A festa de São João mantém ainda o seu aspecto de diversão popular. Não perdeu seu tradicionalismo: fogueiras, cangica, milho verde assado na fogueira, danças caipiras, fogos, etc. Registra-se ainda o "samba", geralmente no mês de maio, na via pública. Embora restritas a pequeno grupo, há práticas fetichistas: "candomblés" e "afochés". São comuns os "carurus de São Cosme", especialmente no dia de São Cosme e São Damião.

Mercado Municipal.

Vista parcial da cidade.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1954 estavam alistados 3 768 eleitores e votaram 2 080. Vereadores em exercício: 8. Número de funcionários civis em exercício: federais 329, estaduais 7, municipais 53 e 26 autárquicos. Na cidade funciona a Delegacia Seccional do Impôsto de Rendas. O Prefeito em exercício é o Sr. Antônio de Almeida, e o Presidente da Câmara Municipal, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957 é o Sr. Fernando Ramos de Almeida.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro abaixo informa-se para o qüinqüênio 1952-1956, o movimento da arrecadação federal, estadual e receita e despesa municipal:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1952	4 404	1 919	969	439	1 139
1953	4 189	1 400	1 526	682	1 290
1954	5 011	2 202	1 543	634	1 917
1955	2 926	2 702	1 547	664	1 625
1956	2 228	2 729	1 650	659	1 650

JUSTIÇA — A criação da comarca de São Félix data de 1.º de fevereiro de 1890, pelo Decreto número 176. Em 3 de agôsto de 1892, pelo Governador Dr. Virgílio Clímaco Damásio, foi elevada à categoria de 2.ª entrância. Pelo Decreto número 266, de 4 de outubro de 1904, foi extinta. Em 16 de julho de 1933, foi restabelecida com a categoria de 3.ª entrância, constituída pelos têrmos de São Félix, Muritiba e Cruz das Almas, situação em que se mantém até o presente.

Exerce o cargo de Juiz de Direito o Dr. João Azevedo Cavalcante. Funcionam no têrmo de São Félix 7 cartórios, sendo 5 do registro civil. Foram julgados, em 1956, 393 feitos cíveis, 23 criminais e 196 de outra natureza.

VULTOS ILUSTRES — *Dr. Joaquim Ignácio Tosta* — Político, parlamentar desde a Monarquia até a República.

Exerceu as elevadas funções de Delegado do Tesouro Nacional em Londres. Estadista, empenhou-se pelo desenvolvimento moral e material do País. Foi fundador e lente da Faculdade de Direito da Bahia.

Américo Furtado de Simas — Nasceu em 15 de outubro de 1875 e faleceu em 21 de janeiro de 1944. Estudou no colégio do professor França e formou-se em engenharia civil pela Escola Politécnica do Rio de Janeiro no ano de 1900. Organizou e dirigiu o Serviço Meteorológico do Estado da Bahia no período 1903-1906. Lecionou na Escola Politécnica da Bahia desde 1901, tendo exercido várias cadeiras, examinado em quase tôdas e feito parte de Juntas Examinadoras em numerosos concursos num período de mais de 40 anos. Dirigiu a Comissão de estudos dos rios do Estado e realizou a sua maior obra como engenheiro, em 1906, quando projetou e dirigiu a construção da instalação hidrelétrica de Bananeiras, no rio Paraguaçu, onde permaneceu até 1920. Em São Félix e Cachoeira, colaborou em várias obras públicas, especialmente no serviço de água. De 1924 a 1927, dirigiu os trabalhos do bairro de Monte Serrat, transformando a antiga chácara do Estado em bairro residencial moderno. Em 1930, volta a dirigir o Serviço Meteorológico do Estado na Inspetoria de Serviços Geográficos, Geológicos e Meteorológicos, onde permaneceu até 1937. Aí publicou o mapa do Estado da Bahia e a fôlha Bahia de acôrdo com a Convenção de Londres, além de um trabalho sob o título: "O mapa do Estado da Bahia e a sua divisão em fôlhas". Representou o Estado na Comissão do Plano Diretor da Cidade do Salvador. Realizou estudos de urbanização na cidade de Senhor do Bonfim, onde deixou várias obras. Foi grande difusor do ensino profissional, tendo trabalhado pelo desenvolvimento do Liceu de Artes e Ofícios, da Escola de Artífices e do Curso de Mecânica prática, neste último como diretor por mais de 20 anos. No seu livro "A energia hidráulica, a Viação e o Problema das Sêcas no Estado da Bahia", previu soluções práticas e técnicas para o aproveitamento racional de nossas grandes reservas de energia e sugeriu solução para o problema das sêcas. Estudou o problema de assistência social e apresentou um projeto de organização do Instituto de Aposentadoria, Pensões e Montepio.

A partir de 1928, foi professor da Escola de Belas Artes da Bahia e seu Diretor nos últimos anos de vida. Deixou inúmeros estudos e projetos ligados à engenharia e ao ensino.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se sanfelistas. Ocorrendo a chegada dos portuguêses no dia de São Félix Catalício, o povoado ficou tendo o topônimo São Félix.

O primeiro Intendente do município foi o Sr. Geraldo Dannemann e compunha-se o primeiro Conselho Municipal dos seguintes membros, nomeados por Ato de 4 de janeiro de 1890: Dr. Salvador José Pinto, Dr. Joaquim Inácio Tosta e Sr. Artur Furtado de Simas.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por José Pereira Tôrres Filho; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Francisco Caribé de Araújo Pinho.)

SÃO FILIPE — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1678, pouco tempo depois de haver Baião Parente pacificado a nação Maracás ou Maracans, que habitava os vales dos rios Paraguaçu e Jaguaripe, os irmãos Tiago e Felipe Dias Gato, parentes próximos de Bartolomeu Gato, grande fazendeiro em Maragogipe, partindo desta localidade, ocuparam um aprazível sítio nas proximidades do rio Copioba, junto das margens do rio Pequi, edificando a primeira moradia e fazendo plantações. Em virtude da fertilidade das terras, os irmãos Felipe e Tiago Dias Gato aliciaram a vinda de outros moradores, o que fêz aumentar o número de habitantes. Dentro em pouco, vendo crescer a povoação que havia fundado, cuidaram da ereção de um cruzeiro e da edificação de uma capela em 1681, sob a invocação dos apóstolos São Felipe e São Tiago, que se tornaram padroeiros da nova localidade. Desde então, o pequeno povoado se tornou conhecido pela designação de São Felipe das Roças, tal a quantidade de lavouras de mandioca, fumo, cana-de-açúcar e cereais aí existentes. Mais tarde, talvez por terem verificado que as cabeceiras do rio Copioba não estavam muito longe do povoado, passaram a chamá-lo de São Felipe das Cabeceiras.

Como parte da freguesia de Maragogipe, criada em 1698, São Felipe foi crescendo até que foi elevado à freguesia em setembro de 1718, sob o govêrno de D. João V, sendo arcebispo da Bahia D. Sebastião Monteiro da Vide. Foi seu primeiro vigário o Padre Pedro Fernandes de Azevedo. Em face do seu grande desenvolvimento, foi a povoação elevada à categoria de vila e criado o município com a denominação de São Felipe e território desmembra-

Igreja-Matriz.

do de Maragogipe, pela Lei número 1 952, de 29 de maio de 1880. Só em 23 de novembro de 1883 teve lugar sua instalação. Sua sede foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, em obediência ao Decreto federal número 311, de 2 de março do mesmo ano. Sua composição administrativa, de acôrdo com a Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, é de três distritos: São Felipe, Caraípe e Dom Macedo Costa.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Recôncavo, encravado entre os ubérrimos vales dos rios Copioba e Jaguaripe. Limita-se com os municípios de Cruz das Almas, Maragogipe, Nazaré, Santo Antônio de Jesus e Conceição do Almeida. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 50' 48" de latitude Sul e 39° 05' 41" de longitude W. Gr. Seu rumo, partindo da capital do Estado, é O. N. O., da qual dista, em linha reta, 61 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 160 metros.

ÁREA — A área é de 332 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é acidentado. Observa-se a existência da serra da Copioba, com a altura máxima de 360 metros. Os principais rios são: o Caraí, o Jaguaripe, o Copioba-Açu e o Copioba-Mirim. É digna de registro a queda dágua da Copioba, aproveitada para iluminação da cidade.

CLIMA — O clima da cidade e das vilas é salubre. As estiagens costumam ocorrer nos meses de setembro a fevereiro. As chuvas são abundantes em junho e julho. A temperatura máxima é de 35°C, a mínima de 16°C e a média compensada de 25 graus centígrados.

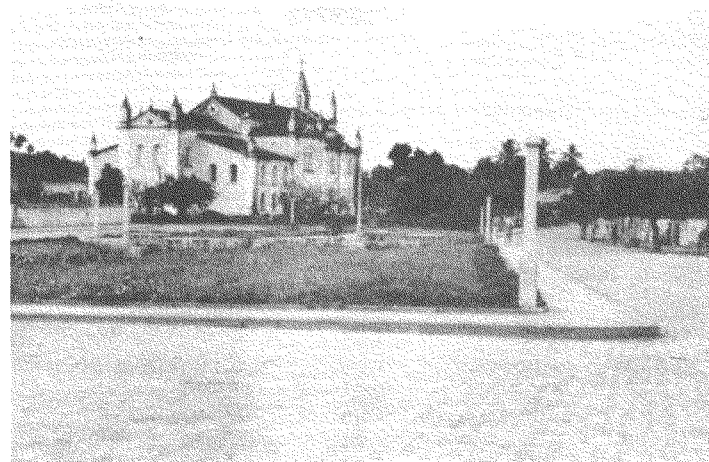
Grupo Escolar Dr. Renato Medrado.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui em pequena quantidade madeiras, coquilhos-de-dendê, castanha de caju e mel de abelhas. No reino mineral, existem jazidas de manganês e tabatinga, inexploradas.

POPULAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, a população do município era de 25 343 habitantes, sendo 12 231 homens e 13 112 mulheres, predominando os de côr parda com 12 050. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam a maioria, com 7 570 contra 6 295 casados. Estavam na zona rural 92,7% da população provinciana.

Aglomerações Urbanas — Existiam em 1950 três aglomerações urbanas: cidade de São Felipe, com 1 080 habitantes, e vilas de D. Macedo Costa com 385, e Caraípe com 376.

Outras Aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município conta, ainda, com os povoados abaixo, com a respectiva população estimada para 1957: Bom Gôsto 120 habitantes; Jacarandá 100; Milagres de Santo Antônio 64; Três Cruzeiros 60; Sobradinho 48; Cangalheiro 36; Santa Teresinha 30, Ilhota, 27 e Nossa Senhora das Graças 40.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Segundo o Censo de 1950, das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 48,58% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Praça da Bandeira.

A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, destacando-se as plantações de mandioca, cana-de-açúcar, fumo e café como principais. Cultivam-se, ainda, amendoim, feijão, milho e frutas. A produção agrícola em 1955 foi de mais de 37 milhões de cruzeiros, destacando-se o fumo em fôlha, que alcançou a quantidade de 705 000 quilos, e a mandioca com 83 000 quilos, num valor de 13 080

e 16 880 milhares de cruzeiros, respectivamente. Extrai-se coquilho-de-dendê e cria-se gado em pequena escala.

As indústrias representam-se pelos engenhos de açúcar mascavo, de rapadura e de aguardente, e pelas casas de farinha de mandioca.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se, via rodoviária, à capital Federal num percurso de 1 570 km; à capital do Estado, 230 km; às cidades vizinhas, também via rodoviária, nas seguintes distâncias: Conceição de Almeida 15 quilômetros, Cruz das Almas 34 km, Maragogipe 36 quilômetros, Nazaré 80 km e Santo Antônio de Jesus 46 quilômetros.

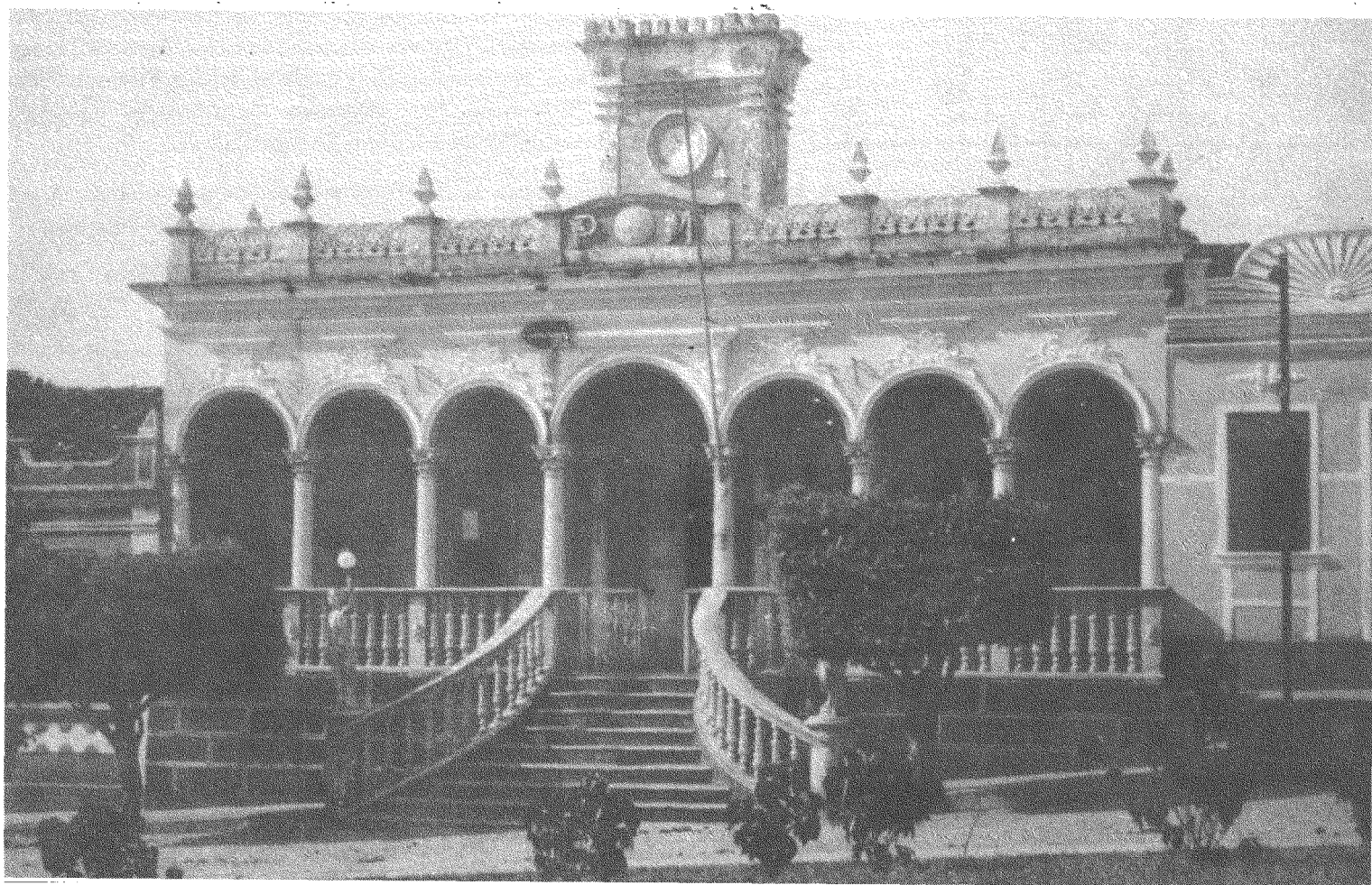
COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as cidades de Salvador, Feira de Santana, Maragogipe, Nazaré e Ipirá. Existem na sede municipal 30 estabelecimentos varejistas e o giro comercial foi de 30 850 milhares de cruzeiros em 1956. A feira mais importante é realizada aos sábados na sede municipal. O salário-mínimo oficial decretado para a 3.ª Sub-região, da qual o município faz parte, é de Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está edificada num planalto estreito, a quatro quilômetros da nascente do rio Copioba-Açu e a dois quilômetros da sua margem direita. Na grande praça central estão situados quase todos os edifícios públicos locais e no seu centro se ergue majestoso templo católico de belo estilo arquitetônico. Conta com 22 logradouros, dos quais 7 são pavimentados, 3 ajardinados e arborizados e 15 iluminados. Há na cidade 464 prédios, dos quais 110 são servidos de luz elétrica. Existem uma pensão e uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funciona na cidade o Pôsto de Puericultura, mantido pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. O município faz parte do setor número 4, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado em Muritiba. Existem duas farmácias e clinicam 1 médico e 1 dentista; exercem a profissão 2 farmacêuticos.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 21 500 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 3 796 pessoas (17,6%).

Ensino — Em 1956, existiam 32 unidades do ensino fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido 1 780 alunos. Das unidades escolares, 9 eram estaduais e 23 municipais. Funciona na cidade o grupo Escolar Dr. Renato Medrado.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existem na cidade os seguintes monumentos: um em homenagem a Maria Auxiliadora, localizado em frente à igreja Matriz, constituído de uma estátua da Virgem; foi inaugurado a 21 de dezembro de 1920, em conseqüência de um voto feito em 1900 pela espôsa do Dr. Júlio Borges, então Juiz municipal da vila de São Felipe, para que esta fôsse preservada da peste bubônica; outro ao Doutor José Marcelino de Sousa, em memória do ilustre filho do município. O monumento está localizado na Praça Campo José Lourenço, lendo-se no mármore a inscrição seguinte: "Magistrado — 1873-1877; Deputado Federal —

Prefeitura Municipal.

1885-1889; Governador da Bahia 1904-1908; Senador Federal 1908-1917". Foi inaugurado a 2 de dezembro de 1920. O outro monumento é ao Dr. José Lourenço Barbosa dos Santos. Constitui-se de um busto de bronze sôbre um pedestal de alvenaria, localizado na Praça Cônego José Lourenço.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Paróquia de São Felipe e São Tiago, fundada em 1718 e subordinada ao Arcebispado da Bahia. Conta com uma igreja e duas capelas públicas, mantendo 5 associações religiosas do culto católico romano.

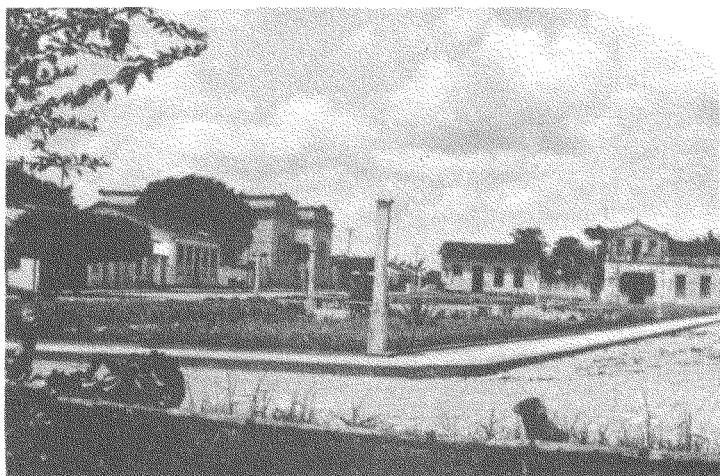
MANIFESTAÇÃO RELIGIOSA — A festa aos padroeiros São Felipe e São Tiago, constituídas da reza do novenário, missa solene, sermão, procissão com diversos andores ricamente ornamentados, retreta de filarmônicas e queima de fogos de artifício, é, sem dúvida, a manifestação religiosa mais importante.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com 4 554 eleitores inscritos, tendo votado 2 459 em 1954. O atual Legislativo está composto de 12 vereadores. Exerciam em 1956 suas atividades no município 40 funcionários públicos civis, assim distribuídos: 3 federais, 20 estaduais, 16 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — A arrecadação pública é informada pelo quadro abaixo para o período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	123	319	541	313	442
1951	108	544	637	266	815
1952	130	506	657	357	602
1953	177	504	995	363	922
1954	277	832	928	451	1 181
1955	187	1 052	1 123	615	896
1956	205	1 711	1 186	786	1 442

JUSTIÇA — São Felipe é têrmo da comarca de Maragogipe, de acôrdo com o quadro fixado pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, situação que ainda permanece. Compreende o têrmo 4 cartórios, sendo 3 do Registro Civil.

VULTOS ILUSTRES — *José Marcelino de Sousa,* nascido em 1848 e falecido em 1917. Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife, foi Promotor de Itapicuru e de Na-

Praça José Marcelino.

Outro aspecto da Praça José Marcelino.

zaré, onde veio a ser Juiz municipal. Ingressando na política, foi eleito Deputado geral e mais tarde Senador estadual. Em 1904, foi eleito Governador do Estado, tendo dotado a Bahia de um bom serviço de navegação interna e costeira. Deixando o Govêrno, foi eleito para o Senado Federal.

D. Antônio de Macedo Costa, apelidado o "Crisóstomo Brasileiro", nasceu a 7 de agôsto de 1830, na fazenda São Domingos e batizou-se a 22 de agôsto de 1830 na Igreja da freguesia de São Felipe. Faleceu em Barbacena a 31 de março de 1891. O município de Maragogipe também disputa o privilégio de tê-lo como filho ilustre.

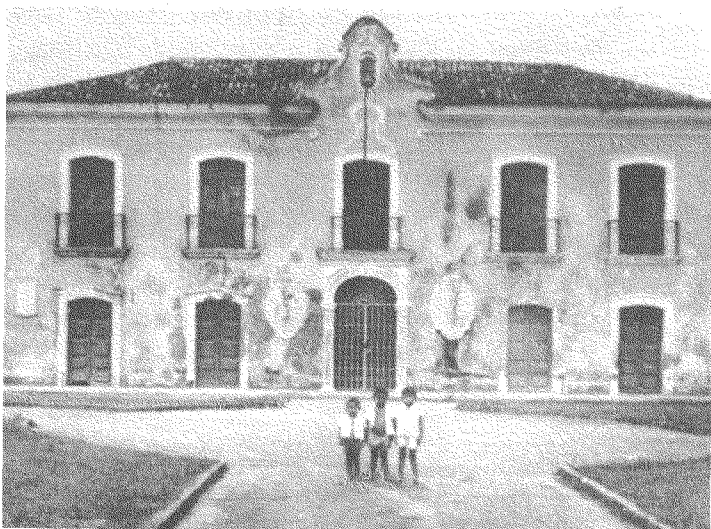
OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município denominam-se são-filipenses. O prefeito em exercício é o Sr. João da Cruz Morais e o presidente da Câmara, o Sr. Adrião de Sousa Neiva. O primeiro intendente foi o presidente da Câmara, Antônio de Carvalho Pinto Lima. A primeira Câmara compunha-se dos seguintes membros: ten.-cel. José Leandro Gesteira, Padre Francisco Manoel Purificação, ten. Marcolino de Almeida, Francisco da Fonseca Rocha e Rufino Correia Caldas.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Anterlino Leite Gaspar; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Israel Medrado.)

SÃO FRANCISCO DO CONDE — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — "Doando em 1629 Gaspar Pinto dos Reis e sua mulher D. Isabel Fernandes, por escritura pública, cento e quarenta e três braças (143) de terras no lugar conhecido por "Sítio", na antiga sesmaria de D. Fernando de Noronha, Conde de Linhares, aos religiosos franciscanos, o Custódio da Ordem, Frei Antônio dos Anjos, fêz seguir para aquêle local os Frades Francisco Lisboa, Pedro da Purificação e Manoel Pôrto, o corista Frei José de São Pedro e o leigo Frei Francisco Olegário para darem início à construção do convento e da igreja.

Com a inauguração do convento e da igreja, em 1636, o número de casas residenciais em suas adjacências aumentou consideràvelmente, constituindo uma próspera povoação que passou a ser denominada "São Francisco do Sítio" ou

Prefeitura Municipal.

"Sítio de São Francisco" em homenagem ao orago da sua igreja, ficando dêste modo lançados os alicerces da futura vila.

Autorizado o Governador-Geral do Brasil pela Carta régia de Dom Pedro II, o "Piedoso", de 27 de dezembro de 1693, a criar vilas, na Bahia, nos lugares onde fôsse conveniente, o Governador Dom João de Lencastro, e dando execução à referida Carta, realizou uma excursão pelo seu recôncavo, da qual resultou ser pela Portaria de 27 de novembro de 1697 elevada à categoria de vila a povoação de São Francisco do Sítio com o nome de São Francisco da Barra do Sergi do Conde por estar situada na foz do rio Sergi do Conde, assim chamado por passar pelas terras do Conde de Linhares.

A vila de São Francisco da Barra do Sergi do Conde, por corrutela São Francisco da Barra do Sergipe do Conde, foi solenemente instalada em 16 de fevereiro de 1698 pelo Dr. Estêvão Ferraz de Campos, Desembargador dos Agravos e Apelações, Crimes e Cíveis da Relação do Brasil.

Quando foi inaugurada a vila de São Francisco da Barra do Sergi do Conde, pertenciam ao seu território as freguesias de Nossa Senhora da Purificação do Sergi do Conde, Nossa Senhora do Monte do Recôncavo e Nossa Senhora do Socorro do Recôncavo, criadas em 1608 no bispado de D. Constantino Barradas.

Depois foram criadas as freguesias de Nossa Senhora da Madre de Deus de Boqueirão e a de São Gonçalo, na

Convento de São Francisco.

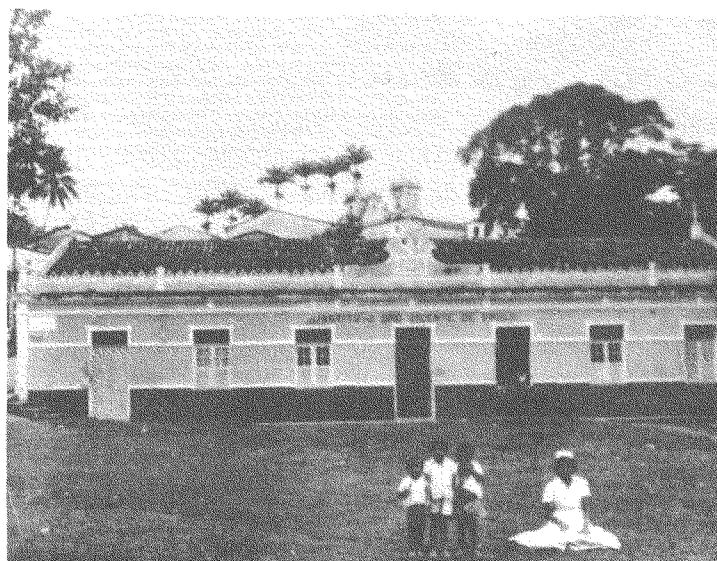
sede da vila, em 1696, no arcebispado de D. João Franco de Oliveira, de São Sebastião das Cabeceiras de Passé em 1718, no arcebispado de D. Sebastião Monteiro da Vide e de Santana do Catu em 1796, no arcebispado de D. Frei Antônio Correia.

A freguesia de Nossa Senhora da Purificação do Sergi do Conde foi, em 1727, desmembrada para constituir a vila de Nossa Senhora da Purificação de Santo Amaro.

A freguesia de Santana do Catu foi, em 1868, desmembrada para constituir a vila de Santana do Catu.

A freguesia de São Sebastião das Cabeceiras de Passé foi, em 1926, desmembrada para constituir a vila de São Sebastião.

A freguesia de Nossa Senhora da Madre de Deus do Boqueirão passou, em 1947, a pertencer à cidade do Salvador.

Assim tem atualmente a antiga vila de São Francisco da Barra do Sergi do Conde, depois simplesmente vila de São Francisco e atual cidade de São Francisco do Conde, apenas três freguesias que são as de São Gonçalo, na sede,

Instituto São Vicente de Paula.

Nossa Senhora do Monte do Recôncavo e Nossa Senhora do Socôrro do Recôncavo, as quais constituem os atuais distritos de São Francisco do Conde, Monte do Recôncavo e Mataripe". (Notícia histórica escrita especialmente para a E. M. B. pelo historiador Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho).

Nas lutas travadas pela Independência nacional, teve o município participação das mais salientes concorrendo com poderoso contingente de infantaria, cavalaria e de marinheiros. Faria Dutra e Pedro Ribeiro, franciscanos ilustres, comandantes do esquadrão de cavalaria organizado pelo patriota Bento Lopes Vilas Boas, voltaram aureolados de glórias dos campos de batalha. No mar, o barco "Vila de São Francisco", tripulado por 55 heróis franciscanos sob o comando do pilôto Fortunato de Sousa, arrostou denodadamente tôdas as vicissitudes da guerra e vigilante impediu que os navios do General Madeira de Melo recebessem víveres no recôncavo baiano, patrulhando, dia e noite, as águas da enseada. Ao lado dos barcos "25 de junho" e "D. Januário", travou combate decisivo com sete canhoneiras inimigas, aprisionando uma delas com armas e munição. Nos combates de janeiro, ajunta brilho às vitórias alcançadas nas

águas itaparicanas. Com o sangue de seus filhos, que engrossaram as fileiras do Exército da Liberdade por doze meses de combate, ficou São Francisco do Conde glorificado na história pátria.

Na divisão administrativa de 1911, o município aparece formado pelos distritos de São Francisco, Monte Recôncavo, Boqueirão e São Sebastião das Cabeceiras do Passé. Pela Lei municipal número 42, de 4 de abril de 1922, foi criado o distrito de Jacuípe. Mais tarde, foi extinto o município de São Sebastião do Passé e anexado o seu território ao de São Francisco pelos Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho, e 7 479, de 8 de julho, ambos de 1931. Em 11 de novembro de 1931 foi, porém, restaurado o município de São Sebastião do Passé.

Na divisão administrativa de 1933, aparece o município com a seguinte constituição: São Francisco, Bom Jesus, Socorro do Recôncavo e Madre de Deus do Boqueirão.

Pelo Decreto estadual número 9 218, de 26 de novembro de 1934, foi alterado o topônimo do distrito de Socorro do Recôncavo para Santo Estêvão, em virtude de ter sido mudada a sede do distrito para o arraial dêste último nome.

Pelo Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, a vila foi elevada à categoria de cidade, aparecendo com a seguinte constituição: São Francisco, Monte Recôncavo, Madre de Deus do Boqueirão, Santo Estêvão e Bom Jesus. Em 30 de novembro de 1938, pelo Decreto estadual número 11 089, foi alterado o nome do distrito de Santo Estêvão para Socorro e criado mais o distrito de

Grupo Escolar.

Colônia. Os distritos do município passaram a ser: São Francisco, Colônia, Madre de Deus (ex-Madre de Deus do Boqueirão), Monte Recôncavo, Senhor dos Passos (ex-Bom Jesus) e Socorro (ex-Santo Estêvão).

Pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, o município teve seu topônimo alterado para São Francisco do Conde e os distritos de Socorro, Colônia e Madre de Deus passaram a chamar-se Mataripe, Santa Elisa e Suape, respectivamente.

De acôrdo com o artigo 23 das Disposições Transitórias da Constituição do Estado da Bahia, foram transferidos para o município do Salvador os distritos de Suape (ex-Madre de Deus) e Senhor dos Passos.

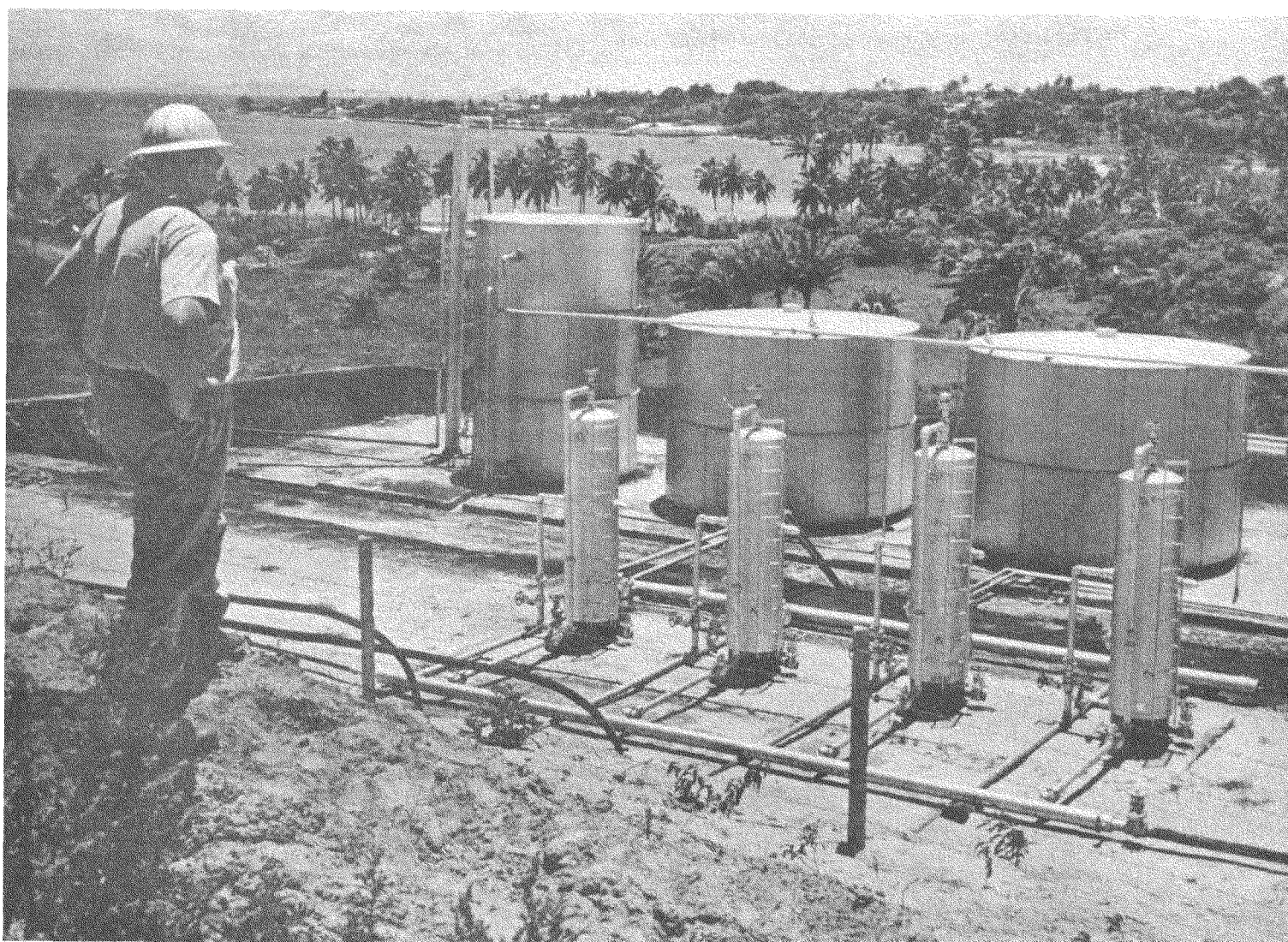
De acôrdo com a Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, a composição atual do município é a seguinte: São Francisco do Conde, Mataripe e Monte Recôncavo.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se no recôncavo baiano, na foz do rio Sergipe e nas proximidades do mar. Limita com os municípios do Salvador, Santo Amaro e São Sebastião do Passé. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 37' 50" de latitude sul e .... 38° 40' 20" de longitude W. Gr. Rumo partindo da Capital do Estado N. N. O., da qual dista, em linha reta, 41 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A parte mais baixa da cidade está a 3 metros de altitude.

ÁREA — A área do município soma 218 quilômetros quadrados, classificando-o como dos de menor extensão no Estado. Em face das transferências de dois distritos seus para

Trecho da Praça da Independência.

Instalações armazenadoras do petróleo bruto do Recôncavo Baiano.

o município de Salvador, os dados acima estão sujeitos a retificação.

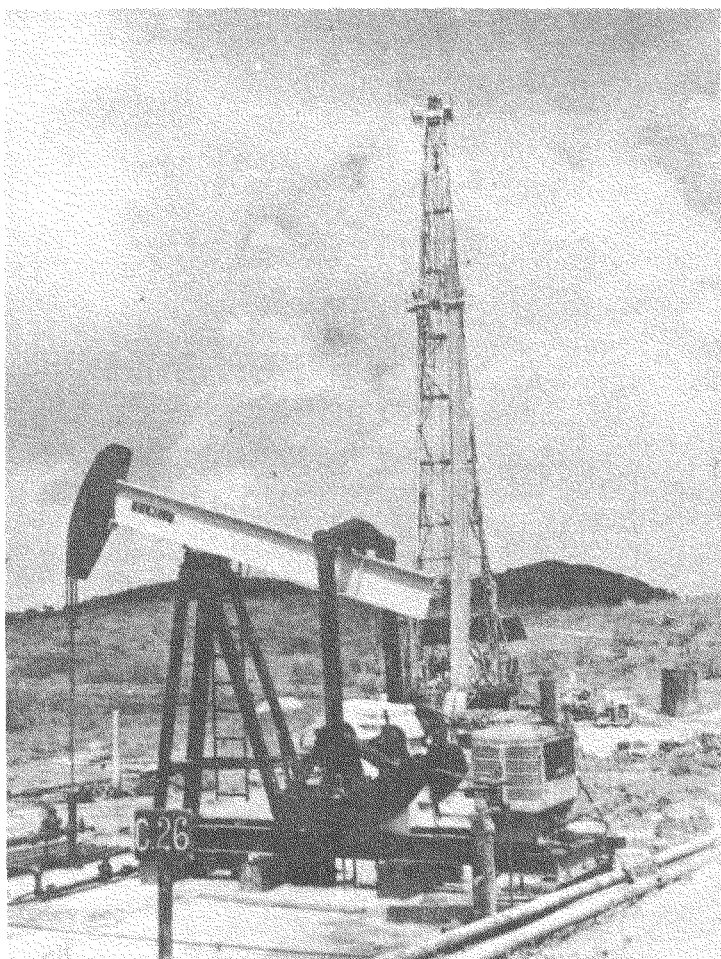
ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Topografia acidentada com elevações de pouca altura, sendo o acidente principal o morro do Recôncavo, situado no fundo da baía de Todos os Santos, na foz do rio Sergi-mirim. Banham o município os rios Macaco das Pedras, Guaíba, Bomba, Paramirim das Almas e São Paulo.

CLIMA — O clima é o característico da região do recôncavo baiano: quente, com variações bruscas no verão, e frio e úmido na época invernosa. A temperatura na sede municipal apresentou, em 1955, os seguintes dados: 32°C máxima e 25°C média.

RIQUEZAS NATURAIS — Rico em jazidas petrolíferas, é o ouro negro a principal riqueza do município. Os campos de D. João e Mataripe contam com dezenas de poços de petróleo e de gás em plena produção. Localizam-se na foz do rio Sergi-mirim, defronte à cidade, poços submarinos em fase de produção, enquanto prosseguem em ritmo acelerados os trabalhos de perfuração de novos poços. No distrito de Mataripe encontra-se em funcionamento a Refinaria de Mataripe com capacidade de 35 000 barris diários de óleo bruto, tendo produzido, em 1955, 291 952 316 litros no valor de Cr$ 186 632 836,00. Com a descoberta de novos poços petrolíferos, a produção de 1957 será duplicada, estando para isso a Refinaria ampliando suas instalações. O dendê nativo, outra riqueza natural do município, é beneficiado por grande número de pequenos produtores de azeite-de-dendê. O pescado, embora abundante, é produzido em escala reduzida.

POPULAÇÃO — A população do município em 1950 era de 11 077 habitantes, sendo 6 295 homens e 4 782 mulheres, predominando os de côr parda que somavam 5 729, seguindo-se os de côr preta com 4 401 e os de côr branca com 926 habitantes. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam a maioria com 4 712 contra 1 607 casados e 334 viúvos. Do total da população, 77% se localizam no quadro rural.

Aglomerações Urbanas — Existem, atualmente, quatro aglomerações urbanas que em 1950 contavam com a seguinte população: cidade de São Francisco do Conde — 1 453 habitantes, Mataripe — 270 e Monte Recôncavo — 309, sendo que Mataripe, com o advento da refinaria de petróleo tem atualmente considerável população. A vila de Santa Elisa foi extinta em 1953.

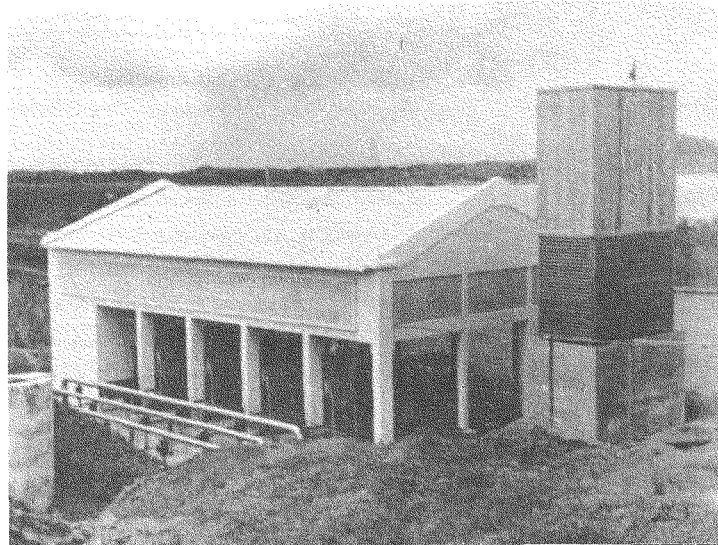
Outras Aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município conta os povoados abaixo, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: D. João — 656 hab., Santo Estêvão — 408, São Bento das Lajes — 356, Paramirim — 270, São Roque — 218, Engenho de Baixo — 156, Engenho d'Água — 155 habitantes.

Junto a um poço produtor em Candeias — uma sonda trabalha em outra perfuração para aumento da capacidade produtora da região.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, da população em idade ativa (10 anos e mais), num total de 7 950, dedicavam-se 2 188 pessoas ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" que representa 27,5% do total. Atualmente, com a exploração do petróleo e a instalação da Refinaria de Mataripe, houve uma transformação surpreendente na estrutura econômica do município, com reflexos em tôda a região, pela convergência contínua de novos elementos humanos para as atividades petrolíferas. Outra atividade digna de registro é a cultura e a industrialização da cana-de-açúcar, tendo a produção de açúcar, em 1955, atingido 10 milhões de quilogramas no valor total de 53 251 milhares de cruzeiros. O município produz, ainda, fumo, mandioca, banana, laranja e cacau, êste último em fase de experimentação. A introdução do plantio do cacau branco na região do recôncavo vem trazer profunda modificação na economia da zona. Êste é um cacau de tipo superior, assim denominado em virtude da coloração de suas sementes. São sementes brancas, muito ricas em gordura, pouco amargas e de baixo teor de acidez. As condições do recôncavo quanto a clima e solo são propícias ao desenvolvimento da nova cultura. Diante desta expectativa, um antigo cultivador de cana-de-açúcar, o Dr. Vicente Porciúncula, plantou em suas terras o cacau fino, obtendo alto rendimento. Atualmente, existem plantados no município 40 000 cacaueiros das espécies "Catongo" e "Almeida". A primeira safra ocorreu em 1957, tendo sido produzido 300 arrôbas de cacau branco em 8 000 pés de oito anos de idade. Espera-se colhêr um milhão de sacos de cacau dentro de 15 anos. O valor total, em 1955, atingiu 25 milhões de cruzeiros, para as culturas acima enumeradas. Salvador é o principal centro consumidor dos produtos de São Francisco do Conde. A gasolina e os subprodutos da Refinaria de Mataripe são exportados para todo o Estado da Bahia e demais Estados do Norte do País. A atividade pecuária não é significativa. O seu pequeno rebanho é constituído de 4 000 bovinos, 1 600 suínos e 1 500 muares.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de São Francisco do Conde à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Capital Federal, via rodoviária .... (1 753 quilômetros) e via marítima (786 mi); à Capital do Estado, via rodoviária (80 km) e via marítima (27 mi); às cidades vizinhas de Santo Amaro, via marítima (9 mi) e São Sebastião do Passé, por via vicinal (42 km). Possui 1 pôrto marítimo servido pela Navegação Bahiana. Com referência às vias de comunicação, é a cidade servida com uma agência postal-telegráfica (D.C.T.), uma agência telefônica e três estações de radiocomunicação de uso privado.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 14 estabelecimentos varejistas, tendo o giro comercial em 1956 atingido 25 050 milhares de cruzeiros. Salvador e Santo Amaro São as principais praças com as quais o comércio mantém transações. O salário-mínimo para o município é de 2 400 cruzeiros.

ASPECTO URBANO — Possui a sede do município um pôrto de atracação para navios, barcos, lanchas e demais embarcações de pequeno calado. Conta a cidade 20 logradouros, sendo 12 pavimentados a paralelepípedos, 1 arborizado e 18 servidos de iluminação elétrica. São 415 os prédios existentes, dos quais 245 são servidos de iluminação elétrica. A cidade apresenta topografia acidentada com pequenas elevações.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada pelos postos médicos da Secretaria da Saúde, da Usina Santa Elisa, da Usina D. João, e pelo ambulatório da Refinaria de Mataripe, êste último com 19 leitos e pertencente à Petrobrás. São Francisco do Conde faz parte do Setor número 1, sediado em Salvador, do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Exercem a profissão no município 4 médicos, 3 dentistas, 5 enfermeiros e 2 parteiras.

Estação de bombeamento para injeção de gás e água no subsolo.

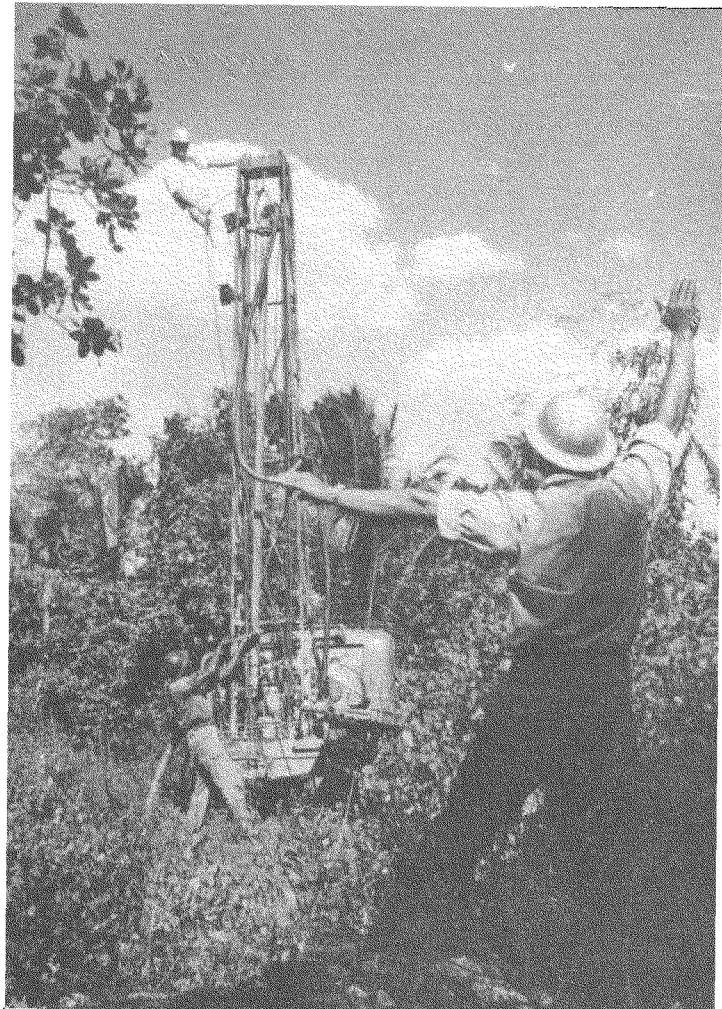
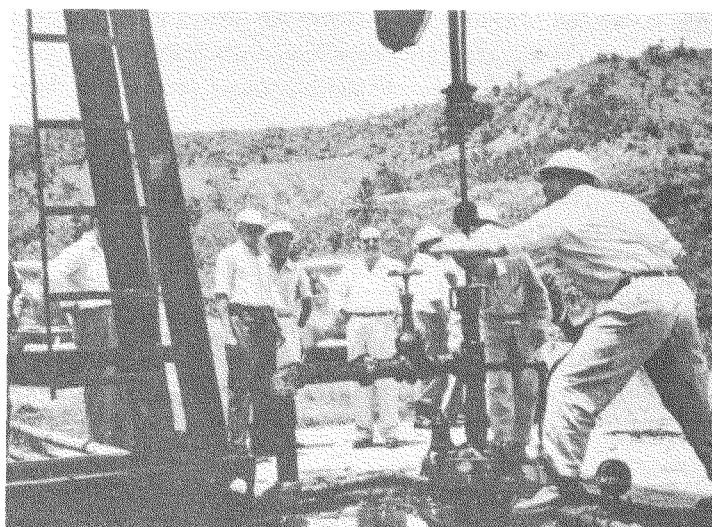
ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — O Instituto São Vicente de Paulo presta assistência social aos necessitados, possuindo acomodações para internamento. Também o Instituto de Obras Sociais Santo Antônio dispõe de serviços de clínica médica geral para os desamparados, funcionando ambas no Convento de São Francisco de Assis.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 9 390 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 2 586 pessoas, ou seja 27,5%.

Ensino — Em 1956, existiam 21 unidades do ensino primário fundamental comum com cêrca de 1 121 alunos matriculados. Dessas, 14 eram estaduais e 7 municipais. Funcionam na sede municipal as "Escolas Reunidas de São Francisco", e a Escola de Iniciação Agrícola "Sergio de Carvalho", esta pertencente ao Ministério da Agricultura.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Tombado pela Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, existem a Casa do Engenho de São Miguel e Almas, juntamente com a capela anexa, e o Convento e Igrejas de Santo Antônio.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Os campos petrolíferos e a Refinaria de Mataripe podem ser considerados como atrações turísticas pelo grande número de pessoas que por ali passam em visita à nascente indústria do petróleo.

CULTOS RELIGIOSOS — O município conta três paróquias: a de Nossa Senhora do Monte, fundada em 1620, que

Prospecção geofísica da Petrobrás.

Demonstração de bombeamento de um poço sargento, no Recôncavo

dispõe de 2 igrejas e 2 capelas semipúblicas; a de São Gonçalo, com 3 igrejas e 3 capelas semipúblicas, mantendo 3 associações religiosas e a de Nossa Senhora do Socorro, com 2 igrejas, 1 capela pública e 3 semipúblicas. Tôdas estão subordinadas à Arquidiocese de Salvador.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas celebradas são as de Natal, Reis, Ano-Bom e Semana Santa. À passagem do "ano-bom", realiza-se na cidade uma festa de sentido profundamente regionalista promovida pelos pescadores residentes na sede municipal. Consta de missa solene na capela erigida em honra a Nossa Senhora da Conceição. Após o ofício divino, há corridas de canoas a vela, com prêmios à embarcação vencedora.

Durante a noite que antecede ao dia da festa, ou seja, na noite de 31 de dezembro, ocorre um candomblé, cujos principais promotores são pessoas vindas da cidade de Santo Amaro, do Acupe e do interior do município, numa confraternização afro-brasileira. A festa é dedicada ao culto da rainha do mar, "dona Janaína".

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 2 166 eleitores em 1954, tendo votado .. 1 237 dêles. A sua Câmara é constituída de 8 vereadores. Exercem atividades no município 97 funcionários, assim distribuídos: federais — 32, estaduais — 35, municipais — 28 e autárquicos — 2.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo apresenta o resultado das finanças públicas no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	89	570	773	26	233
1951	16 979	890	796	332	714
1952	26 951	690	709	386	705
1953	50 748	465	1 012	371	704
1954	63 763	852	966	474	916
1955	100 311	1 075	1 574	920	1 801
1956	156 209	1 755	1 624	782	1 714

JUSTIÇA — O município de São Francisco do Conde fêz parte da Ouvidoria da Bahia. Com a criação da comarca de Santo Amaro pela Resolução provincial datada de maio de 1833, passou São Francisco a integrar a comarca de Santo Amaro. Pelo Ato estadual de 22 de fevereiro de

1890, foi criada a comarca de Barra do Sergipe do Conde, formada pelo têrmo de São Francisco, desmembrado da comarca de Santo Amaro, sendo extinta mais tarde pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, voltando a pertencer à comarca de Santo Amaro como têrmo, situação em que ainda permanece. Conta 7 cartórios, sendo 3 do registro civil. O total de feitos julgados, em 1956, atingiu a 13, sendo 3 cíveis, 6 criminais e 4 referentes a outros feitos.

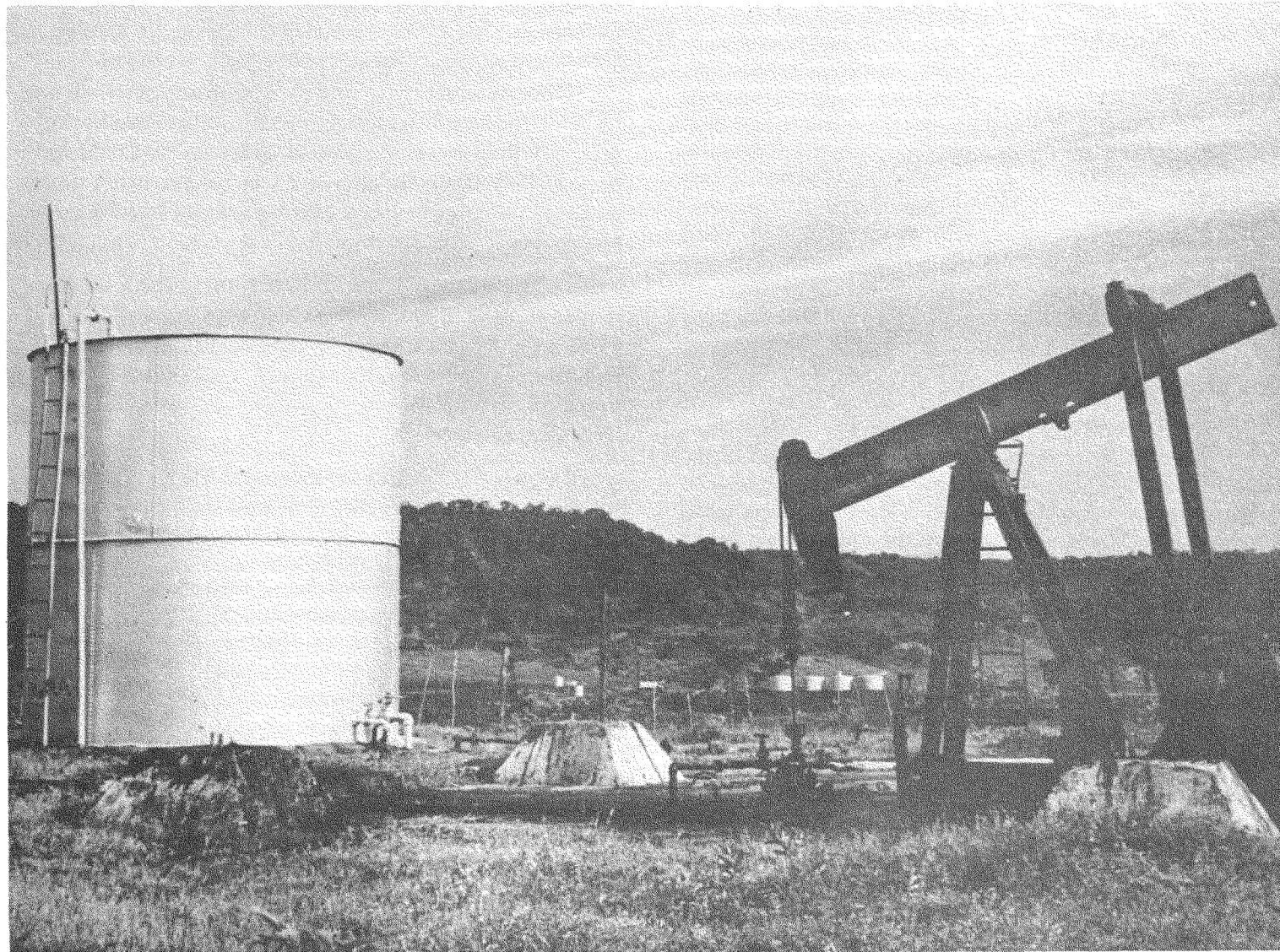
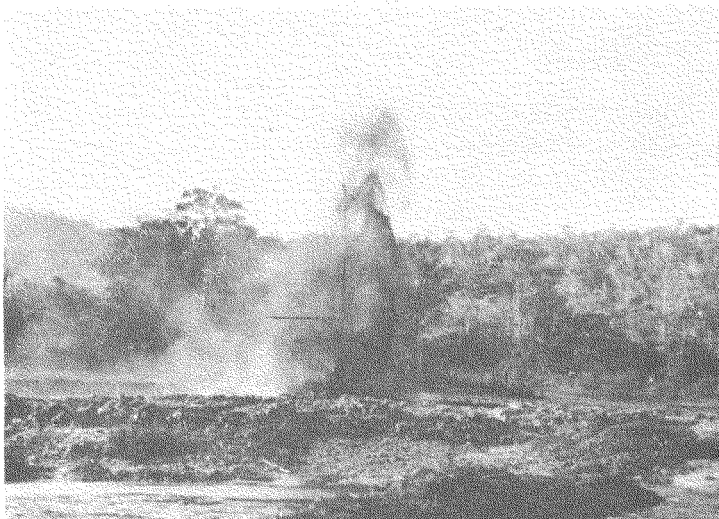
VULTOS ILUSTRES — *Mário Augusto Teixeira de Freitas,* filho do engenheiro Afonso Augusto Teixeira de Freitas, escritor e destacada figura do magistério. Nasceu Mário Augusto Teixeira de Freitas em São Francisco do Conde a 31 de março de 1890.

Em 1908, já formado em Direito pela Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais do Rio de Janeiro, conquistou um lugar na antiga Diretoria-Geral de Estatística do Ministério da Viação, onde sua inteligência privilegiada, espírito de iniciativa e comprovada capacidade de trabalho lhe proporcionaram natural ascendência entre os companheiros de repartição. Nessa fase, promoveu numerosas pesquisas estatísticas, até então inéditas no país, e realizou vários estudos com base nos levantamentos efetuados.

Em março de 1920, foi nomeado Delegado do Recenseamento em Minas Gerais, desempenhando com brilhantismo aquela missão até o término dos trabalhos. Teve, em seguida, a oportunidade de ensaiar a aplicação, no campo da estatística, do sistema de cooperação interadministrativa entre diferentes esferas de govêrno, no caso, o federal e o estadual, sistema êsse de que se tornaria mais tarde um ardoroso defensor.

Como Diretor do Serviço de Estatística Geral de Minas Gerais, lançou importantes trabalhos, dentre êles o "Anuário Estatístico do Estado", o "Anuário Demográfico", o "Anuário de Legislação e Administração Municipal", o "Atlas Corográfico Municipal de Minas Gerais", "A Carteira Estatística de Minas Gerais", e a "Divisão Administrativa Judiciária de Minas Gerais".

Em 1930, a convite do Govêrno Provisório, colaborou na organização do recém-criado Ministério da Educação e Saúde Pública, no qual passou a dirigir a Diretoria de Informações, Estatística e Divulgação, que logo se tornou o centro dinamizador das atividades da nova Secretaria de Estado. Em 1931, estruturando e unificando as estatísticas do ensino em todo o país, através do Convênio Nacional de Estatísticas Educacionais e Conexas, celebrado entre a União e os Estados, concebe o que seria o ponto de partida de tôda a evolução do sistema da estatística geral brasileira.

Mais tarde, M. A. Teixeira de Freitas colaborou decisivamente com o então Ministro da Agricultura, general Juarez Távora, na criação de um serviço de estatística da produção e não mais se deteve no sentido da coordenação de tôdas as atividades estatísticas nacionais, à base da cooperação intergovernamental. Foi Relator da Comissão In-

Poço produtor de petróleo (por bombeamento).

"Bow-Out" do AG — 25.

terministerial que estudou a organização do Instituto Nacional de Estatística, criado em 1934.

Criado o Instituto, depois denominado Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, nas mesmas bases de cooperação interadministrativa, M. A. Teixeira de Freitas foi o primeiro a ocupar, até 1948, o cargo de Secretário-Geral, sem prejuízo das funções de Diretor do Serviço de Estatística da Educação e Saúde, que também exercia.

Embora aposentado em dezembro de 1952, após 44 anos de serviço público, até 1955, participou ativamente das reuniões do Instituto Interamericano de Estatística em cuja fundação, verificada em 1941, exerceu, aliás, destacado papel, tendo sido eleito seu primeiro presidente e, mais tarde, presidente honorário. Participou da 29.ª Sessão do Instituto Internacional de Estatística, do qual era vice-presidente.

Foi presidente da Associação Brasileira de Educação e da Sociedade Brasileira de Estatística, membro da Liga Brasileira de Esperanto, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, da Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro, da Associação Brasileira dos Municípios, da Sociedade dos Amigos de Alberto Tôrres, da Liga de Defesa Nacional, da Ação Social Arquidiocesana e do Conselho-Diretor da Fundação Getúlio Vargas.

Dentre as causas por que mais se bateu, figuram a revitalização dos municípios, a redivisão territorial, incluindo a interiorização da Capital Federal, o prevalecimento do sistema métrico decimal, a instituição de colônias-escolas, a cooperação interadministrativa em vários campos das atividades governamentais, a reforma do Registro Civil, a unificação ortográfica, a adoção do esperanto como língua auxiliar, a criação de bibliotecas e museus municipais e a restruturação da administração brasileira.

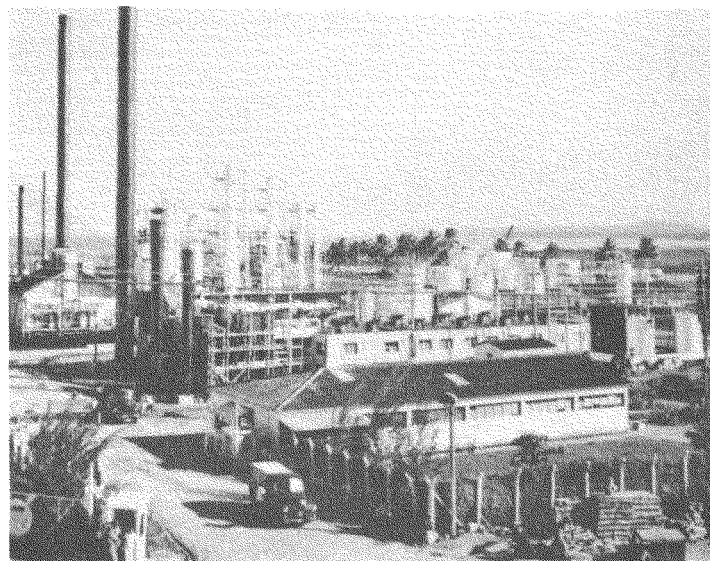
Participou ativamente de numerosas iniciativas e campanhas de objetivos cívicos e culturais, tendo sido o promotor da I e II Exposição Nacional de Educação, Cartografia e Estatística, da 1.ª Exposição Nacional de Mapas Municipais, das comemorações do batismo cultural de Goiânia e da instituição do Dia do Município. Colaborou, com grande eficiência, nas primeiras Semanas Ruralistas levadas a efeito no país e no movimento de renovação do sistema educacional brasileiro, promovido pela A.B.E. Apontado pelo então presidente do D.A.S.P., Sr. Luís Simões Lopes, como "funcionário público número 1 do Brasil", por suas excepcionais qualidades de servidor da Nação, teve o seu nome proposto por aquela autoridade para inscrição no Livro de Mérito, iniciativa, que, entretanto, não chegou a se concretizar, tal o empenho com que, em sua modéstia, a ela se opôs o homenageado. Publicou numerosos trabalhos sôbre estatística, educação, administração, política, ortografia, e assuntos municipais.

Faleceu Mário Augusto Teixeira de Freitas em 21 de fevereiro de 1956, aos 66 anos incompletos.

Jerônimo Fiuza Moniz Barreto — (1723-1780) Padre Jesuíta, professor, biógrafo e moralista.

Joaquim Inácio de Sequeira Bulcão, 1.º Barão de São Francisco (1768-1829) cognominado pelos seus relevantes serviços à causa da independência de "Patriarca da Liberdade Bahiana", foi capitão-mor do Têrço das Ordenanças, Vereador do Senado da Câmara da cidade do Salvador, membro da Junta Governativa da Província, membro do Conselho Geral da Província, Senador eleito do Império, porém, não nomeado, Grande do Império, Cavalheiro da Imperial Ordem de Cristo, Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial, tinha o título do Conselho de Estado, o Hábito de Cristo e a medalha de ouro da restauração da Bahia. Mandou fundir canhões dos bronzes dos seus engenhos de açúcar para lutar pela Independência e organizou às suas custas um Regimento para combater o general Madeira.

José de Araújo de Aragão Bulcão — 2.º Barão de São Francisco (1798-1865) foi capitão-mor do Têrço das Ordenanças, Vereador e Presidente da Câmara Municipal da vila de São Francisco, Deputado Provincial, Vice-Presidente da Bahia, Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial, Grande do Império, Vereador da Casa Imperial, Cavalheiro e Comendador da Ordem do Cruzeiro e tinha a medalha de ouro da restauração da Bahia.

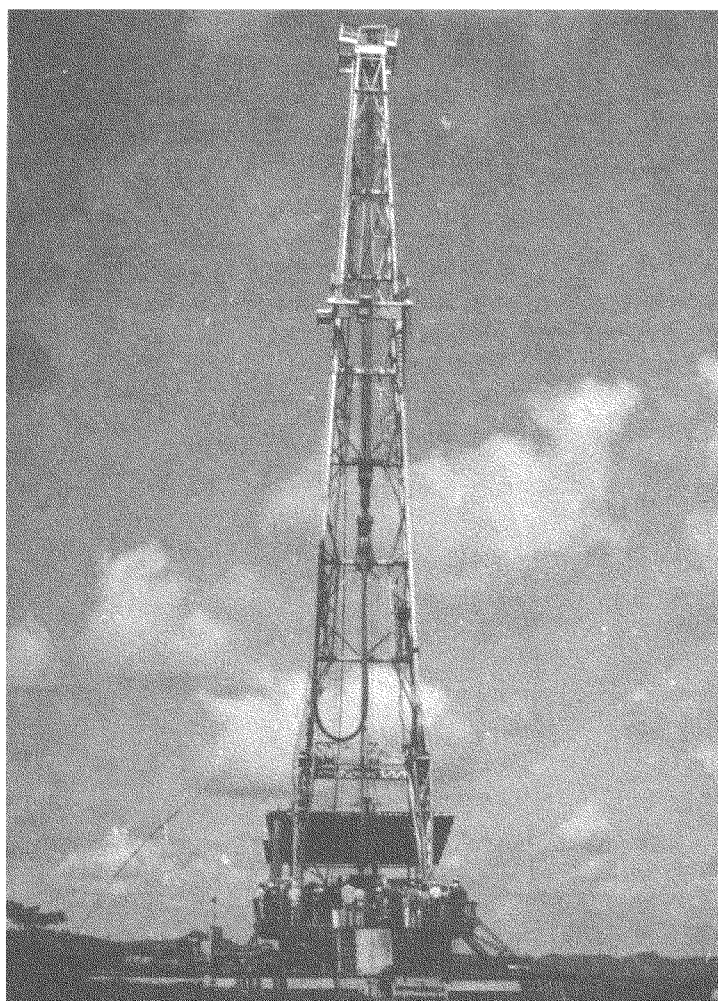
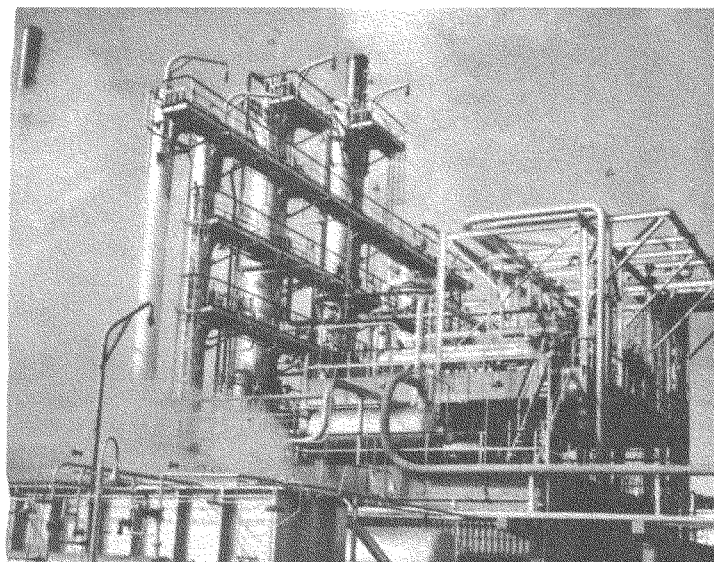
Dr. Antônio de Araújo de Aragão Bulcão — 3.º Barão de São Francisco (1832-1913), Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Magistrado, Chefe de Polícia, Vice-Presidente e Presidente da Bahia, Presidente de Sergipe, Conselheiro Municipal, Presidente do Conselho e Intendente da Vila de São Francisco, Senador do Estado, Vi-

Refinaria de Mataripe.

ce-Presidente e Presidente do Senado, Governador interino da Bahia, Fidalgo da Casa Imperial, Cavalheiro da Imperial Ordem de Cristo e Comendador da Real Ordem Portuguêsa de Nosso Senhor Jesus Cristo.

Joaquim Inácio de Aragão Bulcão — Barão de Matoim (1804-1886), Diplomata, Deputado Provincial, Provedor da Santa Casa de Misericórdia, Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial, Comendador da Ordem de Cristo e tinha a medalha da restauração da Bahia.

Dr. Antônio Vicente Bulcão Viana — (1875-1940) Doutor em Medicina pela Faculdade da Bahia, médico do Exército tendo atingido o pôsto de general-de-brigada, Diretor do Hospital Militar de Santa Catarina, Deputado estadual e Presidente do Congresso de Santa Catarina, Presidente interino de Santa Catarina.

Dr. Egas Moniz Barreto de Aragão e Menezes — Barão de Moniz de Aragão (1841-1898) Doutor em Direito pela Universidade de Gottinga, na Alemanha, Diplomata, Vereador e último Presidente da Câmara Municipal da vila de São Francisco no regime monárquico.

Bento de Araújo Lopes Villas-Boas — Barão de Maragogipe (1775-1850) Militar, Vereador da Câmara Municipal da Vila de São Francisco, Suplente do Conselho Geral da Província, Suplente do Conselho de Govêrno, Suplente de Deputado Provincial, Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial, Comendador da Imperial Ordem de Cristo e Cavalheiro da Imperial Ordem do Cruzeiro e tinha a medalha de ouro da restauração da Bahia.

Tôrre em operação nos Campos Dom João.

Aspecto das unidades de destilação da Refinaria de Mataripe.

Miguel José Maria de Teive e Argolo — Barão de Paramirim (1802-1868), Comandante Superior da Guarda Nacional da vila de São Francisco e Cavalheiro da Imperial Ordem de Cristo.

Alexandre Gomes de Argolo Ferrão — Barão de Cajaiba (1800-1870), Militar, Comandante das Armas da Província da Bahia, Vice-Presidente e Presidente interino da Bahia, Suplente de Deputado Provincial, Grande do Império, Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial, Vereador da Casa Imperial, Oficial da Imperial Ordem do Cruzeiro, Comendador da Imperial Ordem de São Bento de Aviz e tinha a medalha de ouro da restauração da Bahia.

Dr. Franklin Américo de Menezes Dória — Barão de Loreto (1836-1906), Bachareu em Direito pela Faculdade de Recife, Magistrado, Deputado Provincial, Deputado Geral, Chefe de Polícia, Presidente do Maranhão, Piauí e de Pernambuco, Ministro, Professor do Colégio Pedro II, Comendador da Imperial Ordem da Rosa e Grã-Cruz da Ordem da Águia Vermelha, da Prússia. Acompanhou ao exílio a família imperial. Ocupou uma das cadeiras da Academia Brasileira de Letras.

Manoel de Oliveira Mendes — Visconde do Itapicuru de Cima (1793-1867), Suplente de Deputado Provincial, Vereador da Casa Imperial, Comendador da Ordem de Cristo e tinha a medalha da restauração da Bahia.

Dr. Joaquim José Pinheiro de Vasconcelos — Visconde de Montserrate (1788-1884), Bacharel em Leis pela Universidade de Coimbra, membro do Conselho Geral da Província, Presidente da Bahia por três vêzes, Presidente de Pernambuco, Senador eleito do Império, porém, não nomeado, Magistrado atingiu o cargo de Ministro do Supremo Tribunal de Justiça, do qual foi Presidente, Grande do Império, Vereador da Casa Imperial, Grã-Cruz da Imperial Ordem de Cristo, Dignitário das Imperiais Ordens da Rosa e da do Cruzeiro e tinha o título do Conselho de Estado e a medalha da restauração da Bahia.

Antônio Bernardino da Rocha Pita e Argolo — Conde de Passé (1793-1877), Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial, Grande do Império, Vereador da Casa Imperial, Dig-

nitário da Imperial Ordem da Rosa, Comendador da Imperial Ordem de Cristo, Cavalheiro da Imperial Ordem do Cruzeiro e tinha a medalha da restauração da Bahia.

Dr. Joaquim Alves da Cruz Rios — (1861-1924), Bacharel em Direito pela Faculdade de Recife, Magistrado, Intendente da vila de São Francisco, Deputado à Constituinte de 1891, Deputado estadual e Diretor da Escola Agrícola da Bahia.

Dr. Gonçalo Marinho de Aragão Bulcão — (1839-1894), Engenheiro Civil pela Escola Central, Deputado provincial, Deputado Geral e Fidalgo Cavalheiro da Casa Imperial.

Como filhos ilustres de São Francisco do Conde podem ser citados ainda os seguintes: Inácio de Araújo de Aragão Bulcão (1803-1858), Baltasar de Araújo de Aragão Bulcão (1826-1880), José Joaquim Pires de Carvalho e Albuquerque (1814-1888), João Vicente Bulcão Viana (1878-1947), Antônio Moniz Sodré de Aragão (1837-1881), Antônio Inácio de Azevedo (1793-1888), Antônio Joaquim da Silva Gomes (1804-1872), Francisco de Azevedo Monteiro .... (1815-1899), Joaquim de Azevedo Monteiro (1814-1892), João Florêncio Gomes (1840-1925).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "franciscanos". O topônimo São Francisco do Conde vem do Conde de Linhares, possuidor das terras em que foi fundada a vila, e dos frades franciscanos que construíram um convento sob a invocação de São Francisco de Assiz. O Prefeito em exercício é o Eng.º Vicente Albuquerque Porciuncula, e o Presidente da Câmara, o Sr. Antônio de Santana.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Balbino Dias da Rocha. Na parte histórica e no capítulo "Vultos Ilustrês", contou-se com a colaboração do historiador Antônio de Araújo de Aragão Bulcão Sobrinho; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Osvaldo Lourenço de Santana.)

SÃO GONÇALO DOS CAMPOS — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — A penetração inicial no território do atual município ocorreu no século XVII quando bandeiras que penetraram nos sertões da Bahia demarcaram terras, fizeram plantações e estabeleceram currais no local que denominaram "Campos da Cachoeira".

O aparecimento da imagem de São Gonçalo onde pousaram os desbravadores motivou a construção de uma capela sob orago de São Gonçalo do Amarante, em tôrno da qual se formou o arraial de São Gonçalo dos Campos.

Há notícia de que os fundadores do aludido arraial, no meado do século XVII, foram os jesuítas que habitavam os conventos da Cachoeira e de Belém.

Depois de haver sido sede de "curato" por longo tempo, o arraial foi elevado à categoria de freguesia, sob a invocação de São Gonçalo, em 1696, a partir de quando nasceu o distrito de paz de igual nome.

Em 1713, os jesuítas construíram a igreja-matriz.

No ano de 1843, em 10 de abril, foi criado o distrito de paz Resgate das Umburanas, pela Lei provincial número 183, na sede da Paróquia de Nossa Senhora do Resgate das Umburanas.

Foi o arraial elevado à categoria de vila e criado o município, com o topônimo de São Gonçalo dos Campos, com território desmembrado do de Cachoeira, e formado pelas freguesias de São Gonçalo dos Campos e Nossa Senhora do Resgate das Umburanas, pela Lei provincial número 2 460, de 28 de julho de 1884, promulgada pelo Presidente da Província, desembargador João Rodrigues Chaves, ocorrendo a respectiva instalação em 25 de fevereiro de 1885.

No ano de 1887, a divisão administrativa municipal é acrescida do distrito de Mercês — atual Sergi — em face da Lei provincial número 188.

A sede municipal foi elevada à categoria de cidade, com a mesma denominação do município, por fôrça da Lei estadual número 176, de 25 de junho de 1897, sendo governador do Estado o Conselheiro Luís Viana.

Na divisão administrativa do Brasil referente a 1911, o município de São Gonçalo dos Campos é composto pelos distritos-sede, Resgates das Umburanas e Mercês.

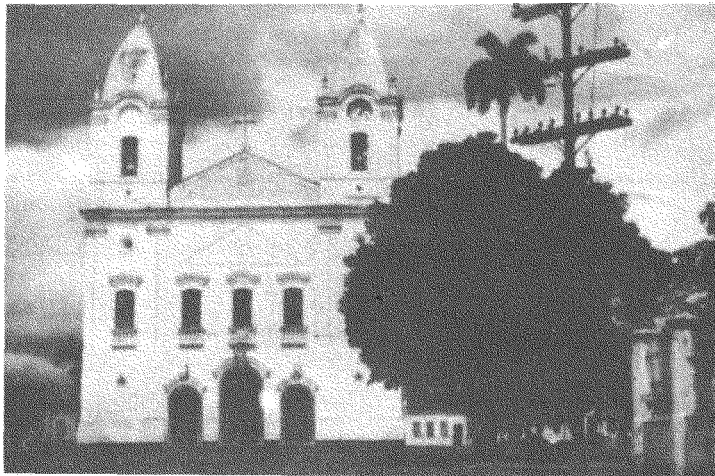
Nos quadros de apuração do Recenseamento de 1920, continua o município com a mesma composição anterior.

De acôrdo com os Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho, e 7 479, de 8 de julho, ambos do ano de 1931, o seu topônimo foi simplificado para São Gançalo. Êste primeiro decreto anexa ao seu território o município de Santo Estêvão do Jacuípe, logo restaurado pelo segundo decreto.

Na divisão administrativa correspondente ao ano de 1933 e na territorial datada de 31 de dezembro de 1956, não sofreu o município qualquer modificação em sua composição.

No ano de 1937, foi criado mais um distrito, o de Afligidos.

Assim é que os distritos de São Gonçalo, de Mercês, de Resgates, das Umburanas e de Afligidos são os componentes do município na divisão territorial datada de 31 de dezembro de 1937 e no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938.

O Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, para vigorar no qüinqüênio 1939-1943, manteve essa composição distrital; no entanto, o topônimo do

Igreja-Matriz.

distrito de Resgate das Umburanas foi mudado para Uberlândia.

De conformidade com o Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial a vigorar no qüinqüênio 1944-1948, foi restabelecido o antigo topônimo do município e do seu distrito-sede, continuando o primeiro composto de quatro distritos: São Gonçalo dos Campos (ex-São Gonçalo), Afligidos, Sergi (ex-Mercês) e Tinguatiba (ex-Uberlândia), situação que ainda permanece inalterada.

LOCALIZAÇÃO — O município de São Gonçalo dos Campos localiza-se na Zona Fisiográfica do Recôncavo e está parcialmente incluído no "Polígono das Sêcas", fazendo parte o seu território do vale do rio Paraguaçu. Limita com os municípios de Conceição da Feira, Feira de Santana, Muritiba, Santo Amaro e Santo Estêvão.

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 12° 26' 25" de latitude Sul e 38° 56' 40" de longitude W. Gr. Fica no rumo N. N. O., partindo da Capital do Estado, da qual dista em linha reta 72 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Medição recente do Conselho Nacional de Geografia na cidade de São Gonçalo dos Campos registrou as seguintes altitudes: de 234,6307 metros, tomando como referência a chapa cravada à esquerda da porta principal da igreja-matriz, e de 234,8909 metros, considerando-se o trilho junto à plataforma e na confrontação da porta principal da Estação da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro; no trecho da estrada Jequié—Feira de Santana (Rio—Bahia), no centro e entrada do piso da ponte de concreto sôbre o Rio Cavaco, divisa entre Feira de Santana e êste município, a altitude é de 131,1233 metros.

Praça Dr. J. J. Seabra.

CLIMA — O clima é subtropical e ameno. A temperatura no ano de 1956 na sede municipal apresentou as graduações seguintes: máxima 35°C, mínima 15°C e média compensada 23°C. A precipitação pluviométrica de 1956 atingiu 1 691 mm, com o máximo de 65,3 mm em 24 horas.

ÁREA — A área mede 603 quilômetros quadrados, sendo um dos menores municípios do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia municipal compreende vasto planalto ao norte e ao sul; é montanhosa e acidentada para o oeste e não possui serras importantes.

Banham o território do município os rios Paraguaçu e Jacuípe, os mais importantes, navegáveis por canoa, e os rios Sergi, Acre, Itaquari, Murundu, Pindoba e Subaé; no último dêsses rios existem duas quedas dágua inexploradas, Campanário e Botelho, próximas da vila de Afligidos.

No território do município encontram-se pequenas lagoas, destacando-se a Vargem Grande, a Quindongo e a Mangueira.

RIQUEZAS NATURAIS — Os rios e lagoas são piscosos. A indústria extrativa conta com a extração de madeira e de lenha e há pequena reserva florestal. Nos campos há plantas medicinais.

POPULAÇÃO — A população do município em 1950 era de 30 830 pessoas com a densidade demográfica de 51 habitantes por quilômetro quadrado; 82% dos habitantes estavam localizados no quadro rural. No total da população predominavam 15 968 mulheres e, quanto à côr, 14 663 pretos.

No total dos habitantes de 15 anos e mais recenseados em 1950, encontra-se para cada grupo de 100 homens um equivalente de 108 mulheres e, quanto ao estado civil, a maioria era de 9 289 solteiros.

Aglomerações Urbanas — Existiam no ano de 1950 quatro aglomerados urbanos com a seguinte população: cidade de São Gonçalo dos Campos com 3 771 hab., vila de Afligidos com 340 hab., vila de Sergi com 593 habitantes e vila de Tinguatiba com 892 habitantes.

A população da cidade para 1957 é estimada em 3 900 habitantes.

Outras Aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município possui os povoados abaixo, com as seguintes popula-

ções estimadas para o ano de 1957: Cruz — 270 habitantes, Santana — 200, Olheiro — 170, Angélica — 150, Flôres, Magalhães e Santo Estêvão Velho com 100 cada, Tábua, Cocão, Brotas, Brita, Pedrinha e Ferri-Boat com menos de 100 habitantes cada.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 37,90% estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", em 1950. A lavoura é a atividade fundamental à economia do município, destacando-se a produção de fumo em fôlha, de excepcional qualidade. O município está situado na "zona fumageira" do Estado, sendo grande exportador de fumo em fôlha. Na sede municipal encontram-se importantes trapiches de beneficiamento dêsse produto, mantidos por agências das principais firmas exportadoras sediadas na Capital.

Agricultura — A produção agrícola, no ano de 1955, elevou-se a 14 727 milhares de cruzeiros, contribuindo a cultura do fumo em fôlha com 519 750 quilogramas, no valor de 11 435 milhares de cruzeiros, movimento êste que corresponde a 77,5% do valor total de tôda a atividade agrícola municipal. Pelo volume da produção e valor, situam-se em segundo e terceiro lugares, respectivamente, as culturas da mandioca e do feijão. É importante ainda a produção de amendoim com casca, ocupando o 5.º lugar no Estado no ano de 1955, com 55 300 quilogramas no valor de 221 milhares de cruzeiros. Cultivam-se, também, frutas e legumes. Os principais mercados compradores dos produtos agrícolas do município são Feira de Santana e Salvador.

Situam-se no município uma Estação Experimental do Ministério da Agricultura, subordinada à Divisão Agrícola do Leste, o Campo da 1.ª Região do Instituto Bahiano de Fumo e um escritório da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR). Três agrônomos exercem a profissão em São Gonçalo dos Campos.

Pecuária — A atividade pecuária tem significação econômica, distribuída pelos ramos de criatório de gado bovino selecionado e engorda, sobressaindo o distrito de Tinguatiba, onde se acham localizadas importantes fazendas. Há exportação de gado em pequena escala para Feira de Santana.

Os efetivos pecuários no ano de 1956 estão estimados em 14 200 bovinos, 7 350 suínos e 2 400 ovinos.

Indústria — A produção industrial, no ano de 1955, elevou-se a 9 123 milhares de cruzeiros, tendo a indústria extrativa contribuído com 1 404 milhares de cruzeiros, sobressaindo a extração de lenha com 920 milhares.

Rua C.el João Pedreira.

A indústria de transformação, no citado ano, produziu 7 719 milhares de cruzeiros e o principal ramo está no grupo de produtos alimentares com 5 953 milhares de cruzeiros, aparecendo a fabricação de farinha de mandioca com o valor de 2 101 milhares de cruzeiros em plano principal. Fabrica-se ainda aguardente, produtos de cerâmica, sabão e bebidas. No ano de 1956, estavam localizados três estabelecimentos industriais ocupando mais de 5 pessoas na sede municipal.

Artesanato — A atividade artesanal é representada pelo fabrico doméstico de charutos, de calçados e de peças de mobiliário.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Situada no ramal da Feira de Santana, a cidade é servida por estação da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, inaugurada em 2-VIII-1919, existindo ainda no território do município mais uma estação e dois pontos-de-parada, inaugurados em 2-XII-1876. A linha sul da mesma ferrovia também passa pelo território do município, com uma estação na vila de Afligidos, inaugurada em 3-XI-1923. O município é cortado pelas rodovias Bahia—Espírito Santo, que passa pela sede municipal, e Rio-Bahia, que atinge o distrito de Tinguatiba.

É servido por 4 emprêsas rodoviárias. No rio Jacuípe, passagem do distrito da sede para o de Tinguatiba, há um "ferry-boat".

Liga-se a cidade de São Gonçalo dos Campos com as sedes municipais vizinhas pelos seguintes meios de transporte: Conceição da Feira, ferrovia — 11 km e rodovia — 12 km; Feira de Santana, ferrovia — 20 quilômetros e rodovia — 30 quilômetros; Muritiba, ferrovia — 33 quilômetros e rodovia — 35 quilômetros; Santo Amaro, ferrovia — 55 km e rodovia — 45 e Santo Estêvão, rodovia — 72 km. As ligações da cidade com a Capital Estadual são por ferrovia — 133 quilômetros e por estrada de rodagem — 140 km; e com a Capital Federal, por estrada de ferro — 2 121 quilômetros e por estrada de rodagem — 1 606 quilômetros.

As comunicações na sede municipal são feitas pela Agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e por uma dependência do telégrafo da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro. Situa-se ali o Centro Telefônico interurbano, inaugurado em 1924, da Cia. Energia Elétrica da Bahia, com sede em Salvador.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro, Feira de Santana e Santo Amaro. Existiam, no ano de 1956, localizados na sede municipal, 36 estabelecimentos comerciais varejistas e importantes agências de compra em grosso de fumo em fôlha. O giro comercial foi de 76 150 milhares de cruzeiros, em 1956, graças ao movimentado comércio de fumo. O salário-mínimo oficial fixado para a região onde se acha o município é de ...... Cr$ 2 200,00.

Há na cidade de São Gonçalo dos Campos uma agência da Caixa Econômica Federal que, em 31-XII-1956, ti-

nha 1 336 cadernetas em circulação, alcançando o valor dos depósitos a cifra de CrS 4 958 848,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está edificada em vasto planalto formado por "campos", com ruas largas e bem traçadas. Possui 1 130 prédios. Os edifícios públicos mais importantes são a Prefeitura Municipal, o Grupo Escolar, a Cadeia Pública e a Estação Ferroviária. Em 1956, contavam-se 39 logradouros, quase todos pavimentados. O abastecimento dágua potável de excelente qualidade é feito em torneiras públicas: A energia elétrica é fornecida pela Cia. Energia Elétrica da Bahia, datando a sua inauguração de 16 de novembro de 1930. O número de ligações elétricas eleva-se a 425. Há o Cine "Vox", com a lotação de 200 lugares. Existiam registrados na Prefeitura Municipal 9 automóveis e 7 caminhões em 1956. Funcionam 3 pensões com capacidade de hospedar 40 pessoas. É digno de realce o fato de a cidade de São Gonçalo dos Campos, pela excelência do seu clima e pela qualidade da sua água potável, ser procurada para estação de repouso no período de novembro a fevereiro.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica à população é prestada pelo Hospital da Santa Casa de Misericórdia, que dispõe de 48 leitos. Há ainda o Pôsto de Puericultura e um Pôsto Oficial de Saúde. Exercem a profissão na cidade 3 médicos, 1 dentista e 1 farmacêutico licenciado. Existem 4 farmácias, sendo três situadas na sede. O município faz parte do Setor número 4, com sede em Muritiba, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Associação de Proteção à Maternidade e à Infância de São Gonçalo dos Campos presta assistência aos pobres, bem como a Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, mantenedora da "Casa dos Pobres" para asilo de órfãos e velhos desamparados.

O movimento cooperativista conta com a Cooperativa Banco de Crédito Popular e Agrícola Resp. Ltda. de São Gonçalo dos Campos e a Cooperativa de Consumo da Estação Experimental, ambas agrupando, em 31 de dezembro de 1956, 216 associados.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais, no município, era de 25 954 pessoas, sendo 12 428 do sexo masculino, sabendo ler e escrever 4 857, ou seja, 18,7% daquele total.

Na cidade de São Gonçalo dos Campos, da idade em causa sabiam ler e escrever 1 449 pessoas (867 mulheres e 682 homens).

Ensino e Educação — Existiam, no ano de 1956, do ensino primário fundamental comum 49 unidades escolares, ocupando 59 professôres e com 2 494 alunos matriculados. Segundo a dependência administrativa, a distribuição do ensino em causa é a seguinte: 26 estabelecimentos estaduais com 36 professôres e 1 372 matrículas e 23 estabelecimentos municipais com 23 professôres e 1 122 matrículas.

O principal estabelecimento de ensino primário é o das Escolas Reunidas "Antônio Carlos Pedreira", mantido pelo Govêrno Estadual. O ensino ginasial é ministrado pelo Ginásio "Agripino Lima Pedreira", mantido por entidade particular, o qual em 1956 possuía 88 alunos matriculados. Verifica-se ainda a existência de um curso de música.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Circula desde 1930 o hebdomadário "A Razão". Existem 2 bibliotecas com menos de 1 000 volumes cada, sendo uma mantida pela Agência de Estatística. No ano de 1956, contavam-se 7 associações culturais, 6 esportivas e 1 recreativa e artística — a Sociedade Lira Sangonçalense. Há 1 tipografia e 1 serviço de alto-falante na cidade.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — São Gonçalo dos Campos tomou parte ativa nos acontecimentos ligados à Independência Nacional. Em 24 de junho de 1823, quando a Câmara de Cachoeira se reuniu e proclamou a sua adesão ao Príncipe Regente D. Pedro, seguindo-se os fatos de 25 de junho, São Gonçalo dos Campos aderiu e, sob o comando do capitão-mor Manoel Moreira Daltro, foi enviado um contingente para refôrço do batalhão cachoeirano.

Rua Cazuza Machado e parte da Rua João Pedreira.

Em 1832, São Gonçalo dos Campos combateu contra o movimento federalista, sob o comando do seu primeiro Juiz de Paz, João Pedreira do Couto Ferraz.

Na Praça Góis Calmon, atualmente Aníbal Pedreira, ergue-se o Monumento aos Heróis da Independência, um marco de alvenaria inaugurado em 28 de fevereiro de 1930.

CULTOS RELIGIOSOS — É sede de Paróquia, fundada em 1696 pelo arcebispo D. João Francisco de Oliveira, consagrada a São Gonçalo do Amarante e subordinada à arquidiocese da Bahia, contando 1 igreja e 8 capelas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Além das festividades comuns à Igreja Católica, a principal festa religiosa é a celebrada em homenagem a São Gonçalo, padroeiro da cidade. Realiza-se em fevereiro e consta geralmente de novena, missa solene, pregação sacra e procissão, afora entretenimentos populares.

Como divertimentos do povo, realizam-se, principalmente, as exibições de "bumba-meu-boi", "burrinha" e "ternos", no mês de fevereiro, nas festas de São Gonçalo.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 4 200 eleitores alistados e nas eleições de 1954 votaram 3 678 dêles. Há 12 vereadores em exercício. No ano de 1956, havia no município 97 funcionários públicos, dêstes, 52 eram federais, 25 estaduais, 16 municipais e 4 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo é demonstrativo da arrecadação pública e da despesa realizada pela Municipalidade no período indicado: 1950-1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	282	1 202	499	329	625
1951.......	381	1 378	999	395	794
1952.......	710	1 311	950	544	882
1953.......	928	1 073	1 289	572	1 396
1954.......	989	1 847	1 351	641	1 411
1955.......	766	2 903	1 584	747	1 307
1956.......	888	3 733	2 167	1 251	1 446

JUSTIÇA — Pela Lei número 5 604, de 25 de abril de 1864, foi criada a primeira unidade judiciária subordinada ao têrmo da comarca de Cachoeira, tendo sido o seu primeiro magistrado o Juiz Municipal Desembargador Hermógenes Pedreira Daltro.

Nessa situação o município continuou até que, pelo Decreto-lei estadual número 175, de 2 de julho de 1949, foi criada a comarca de São Gonçalo dos Campos, de 1.ª entrância, desmembrada da de Cachoeira, ocorrendo a sua instalação sòmente a 13 de março de 1955, sendo o seu primeiro Juiz de Direito o Doutor Paulo Sousa. Constitui-se a comarca de têrmo único, contando 4 cartórios de Registro Civil e mais 3 outros; no ano de 1956, foram julgados 38 feitos: 30 no cível, 5 no crime e 3 de outra natureza.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Aos naturais do município aplica-se o gentílico sangonçalenses. O topônimo São Gonçalo dos Campos está ligado à lenda do aparecimento da imagem dêste nos campos onde foi fundado o povoamento inicial. O Prefeito em exercício é o Sr. Argeu Cosme Ribeiro e o Presidente da Câmara Municipal, o Sr. Joel da Silveira Magalhães. Desempenhou funções de primeiro Intendente do município C.el Antônio Carlos Pedreira, empossado a 1.º de maio de 1890.

Foi primeiro Presidente do Conselho o padre José Lourenço Vieira Geraldes e os demais membros: farmacêuticos Saturnino Manoel de Mota Lima (Secretário), Astério Marques de Oliveira, cap. José Lopes de Meneses, tenente Carolino Magalhães Cerqueira e João Ribeiro de Oliveira.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal na Bahia por José P. Tôrres Filho; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Nelson Lemos Pinheiro.)

SÃO MIGUEL DAS MATAS — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo a tradição, no lugar onde hoje é a "Fazenda Arco-Verde", uma das principais do município, existiu uma tribo indígena, denominada "índios do arco verde". Acredita-se que o desaparecimento dos silvícolas se tenha dado por volta de 1820, de quando datam os primórdios de São Miguel das Matas. A oeste de onde está hoje a cidade, existiu um grande terreno de mata virgem, de propriedade de Joaquim Tirana, onde em frente o capitão Manuel dos Santos Ribeiro estabeleceu um engenho de açúcar e rapadura, desenvolvendo a plantação de cana. Tempos depois, de acôrdo com o seu vizinho Tirana erigiu um pequeno cemitério. Por essa época, apareceu no local um caboclo procedente de Aratuípe, que pedia óbulos para celebrar uma festa em louvor a São Miguel. Hospedou-se na casa do capitão e êste, que também nutria muita crença no Santo, resolveu combinar com o seu vizinho o levantamento de uma capela em frente ao cemitério. Construída a capela e inaugurada nos fins de 1802, convidaram para dirigi-la um capelão, ficando São Miguel como padroeiro. Começaram, depois, a chegar romeiros, que aos poucos iam edificando casas para os dias de missa, surgindo, então, os primeiros estabelecimentos comerciais, e dando-se início, dêste modo, à povoação. Os plantios de mandioca e de cana foram aos poucos transformando o lugar, que antes era mata fechada, em vastos campos de plantação. Retirando-se anos depois o capelão, cujo nome não é conhecido, substituiu-o outro de nome frei Félix que, nas suas práticas, por ocasião de missas, batizados, casamentos e outros atos religiosos, aconselhava sempre aos moradores a cultura do café e lhes oferecia sementes, ensinando-lhes o modo de as plantar e colhêr. As plantações, que a princípio eram feitas apenas nos quintais das residências, tomaram impulso promissor, espanhando-se por todo o povoado e tornando-se uma das suas principais riquezas. A cultura do fumo iniciou-se na povoação com a chegada de nordestinos, que emigravam de suas terras tangidos pelas grandes sêcas que periòdicamente assolam o nordeste baiano. Os terrenos, nesse tempo, eram de fácil aquisição. Um senhor de nome Frederico Garcia de Resende, segundo informações de antigos moradores, adquiriu meia légua de terras em troca de uma arma de fogo "clavinote". As matas eram de riqueza incalculável. Havia madeira de lei que media 12 a 14 palmos de circunferência. Pequena foi a contribuição do elemento negro no desbravamento do território, porque também era pequeno o número de donos de escravos e de senhores de engenho. O local fundado chamou-se São Miguel da Aldeia.

Por efeito do Ato de 1.º de junho de 1891, criou-se o município de São Miguel, com território desmembrado do de Santo Antônio de Jesus, tendo-se iniciado a sua administração autônoma a 8 de junho do mesmo ano. Com apenas um distrito, o de São Miguel, assim figura o município, não só na divisão administrativa do Brasil referente ao ano de 1911 e nos quadros do Recenseamento Geral de ...... 1.º-9-1920, como também na divisão administrativa de 1933 e nas territoriais de 31-12-1936.

Igreja-Matriz.

Em face do Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial para vigorar no qüinqüênio 1944-1948, São Miguel foi extinto e seu território anexado ao município de Santo Antônio de Jesus, como distrito, sob a denominação de São Miguel das Matas. Restaurou-o, porém, o Decreto-lei estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, conservando-lhe o mesmo nome. A sua composição administrativa não sofreu alteração, continuando de acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, a figurar com o distrito único de São Miguel das Matas.

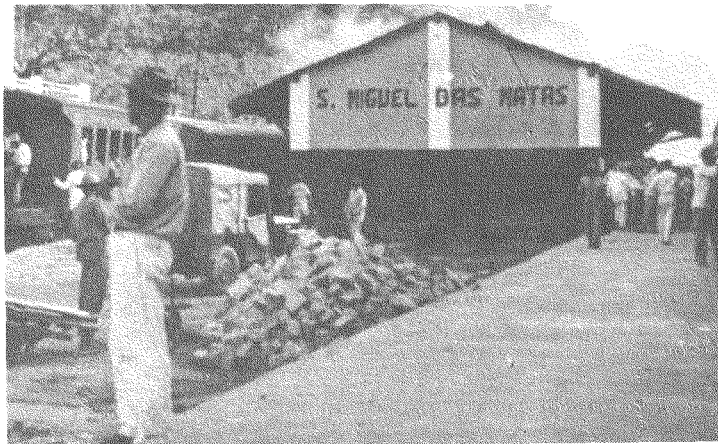
LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica de Jequié. Limita com os de Santa Teresinha, Santo Antônio de Jesus, Laje e Amargosa. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13º 01' de latitude Sul e 39º 26' de longitude W.Gr. Seu rumo, partindo da Capital do Estado, é O.S.O., da qual dista em linha reta 100 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal mede 262 m.

ÁREA — A área totaliza 243 km², sendo um dos menores municípios baianos quanto à extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são as serras da Glória e do Cruzeiro e o rio São Miguel.

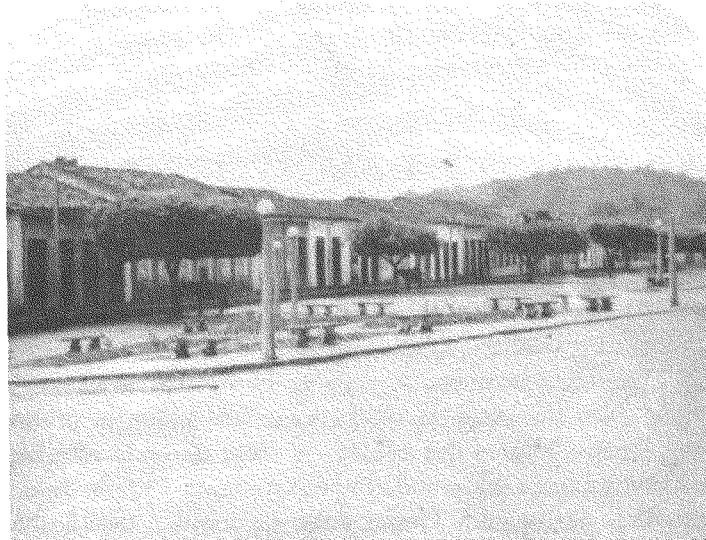
CLIMA — O clima é característico da zona: bastante úmido no inverno e na parte da cidade, que está localizada num planalto. A temperatura é amena no verão. As chuvas são constantes e devidas à zona de mata que a circula. A temperatura, na sede municipal, pode ser estimada em 30ºC a média das máximas; 20ºC, a das mínimas e a compensada, em 25ºC. A precipitação, no ano de 1956, atingiu a altura total de 1 437,9 mm, tal como informa o Pôsto Pluviométrico da cidade.

Estação da Estrada de Ferro Nazaré.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais estão representadas pelas matas, onde se encontram madeiras de lei e para construção, em relativa abundância.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era de 9 905 habitantes, sendo 4 820 homens e 5 085 mulheres, predominando os habitantes de côr branca que eram 3 837. Quanto ao estado civil, constituíam maioria os solteiros, que somavam 2 800, em confronto com 2 471 casados, 429 viúvos e 1 desquitado. Para cada 100 homens havia um correspondente de 105 mulheres. Os 89% da população habitavam a zona rural.

Aglomerações urbanas — Existe apenas uma aglomeração urbana: a cidade de São Miguel das Matas com 1 086 habitantes.

Outras aglomerações — Não dispondo de distritos, conta o município os seguintes povoados: Areia Fina com 84 habitantes e Ponto da Serra com 76.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Segundo informa o Recenseamento de 1950, 33,7% da população em idade ativa (10 anos e mais) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" que, depois de "atividade doméstica", é o ramo que mais gente ocupa no município. A atividade fundamental à economia do município é, portanto, a agricultura que se faz representar pelo café, pelo fumo e pela cana-de-açúcar. Destacam-se, também, as culturas de banana, de mandioca e do aipim, que, no entanto, são consumidas internamente, sem possibilidade de exportação. Em pequena escala são cultivados o abacate, a batata-doce, a

Trecho da Praça Duque de Caxias.

laranja, o limão e a tangerina. A indústria está representada pelo mel de cana, — destinado ao fabrico de aguardente —, rapadura, aguardente, açúcar mascavo, artigos de panificação, tijolos, telhas e artigos não especificados, sendo o total da produção industrial de 4 376 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal, rodovia — 1 524 km; via mista (rodovia 892 km e ferrovia 1 306 km); à Capital do Estado, rodovia — 286 quilômetros; mista (ferrovia 101 km e marítima 21 mi); a Amargosa, ferrovia — 29 km; ou rodovia — 33 km; a Laje, ferrovia — 20 km; a Santa Teresinha, rodovia 81 quilômetros; a Santo Antônio de Jesus, ferrovia — 36 km, ou rodovia — 40 km. O município é servido pela Estrada de Ferro de Nazaré. De São Miguel parte a ramificação da via férrea para Amargosa.

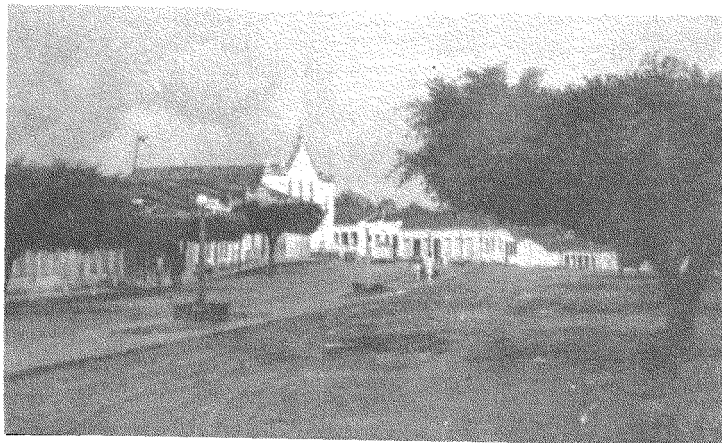
COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com os municípios de Salvador, Santo Antônio de Jesus, Laje e Amargosa. Possui 1 casa comercial atacadista e 67 varejistas; sendo que 27, inclusive a atacadista, estão na sede municipal. O giro comercial, em 1956, alcançou 18 975 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial decretado para a 3.ª sub-região da qual faz parte o município é de Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS —A cidade está situada em vasto planalto, ficando a estação da estrada de ferro no sopé do mesmo; o acesso à parte alta é feito por meio de íngreme ladeira, calçada de pedras irregulares. Conta 23 logradouros, sendo 2 pavimentados, 2 arborizados e 11 servidos de luz elétrica. Dos 283 prédios da cidade, 115 possuem energia elétrica. Funciona uma pensão e uma agência do D.C.T.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há no município um pôsto médico mantido pelo govêrno estadual, dispondo de 1 médico e 1 atendente. Existem 2 farmácias, 1 farmacêutico licenciado e 1 dentista. Integra o município o Setor n.º 7, sediado em Santa Inês, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais somava 8 385 habitantes, dos quais sabiam ler e escrever 2 129, sendo 1 173 homens e 956 mulheres, ou seja, 25,4% daquela população.

Ensino — Existiam, em 1956, 21 unidades escolares de ensino fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido cêrca de 1 065 alunos. Das unidades escolares, 4 eram estaduais e 17 municipais, e na cidade funcionavam 7 unidades, salientando-se as Escolas Reunidas Miguel Couto.

Outro aspecto da Praça Duque de Caxias.

Vista parcial da Praça Duque de Caxias.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há, no município quatro bibliotecas, a saber: a da Prefeitura Municipal, com 630 volumes; a "Rafael Xavier", da Agência Municipal de Estatística, com 372 volumes; a "São Tomás de Aquino", da Congregação Mariana, com 285 volumes e a "Escolar" com 187 volumes, tôdas de obras gerais. Há uma associação cultural e dois serviços de alto-falantes.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de São Miguel, pertencente ao bispado de Amargosa, contando 1 matriz, 1 igreja e 4 capelas públicas. Registram-se 4 associações religiosas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As principais festas religiosas realizadas no município são: a dedicada ao padroeiro, São Miguel, que é celebrada no dia 29 de setembro com grande pompa e atraindo pessoas dos municípios vizinhos, e o mês mariano, dedicado a Nossa Senhora e rezado em maio. Ocorrem, ainda, as fogueiras de São João e as festividades natalinas. Ùltimamente, tem sido festejada a gloriosa data baiana de "2 de Julho", com passeata cívica, desfile escolar, quando são conduzidos os carros do "caboclo" e das heroínas Maria Quitéria e Soror Angélica. Em animais ricamente ornamentados, alunos das escolas estaduais personificam as figuras históricas de D. Pedro e do gen. Labatut.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Contava o município 2 130 eleitores inscritos, em 1954, tendo votado 1 470 pessoas nas eleições daquele ano. São 8 os vereadores na Câmara Municipal. Exerciam funções no município 52 servidores públicos, sendo 2 federais, 16 estaduais, 32 municipais e 2 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — Os dados das finanças públicas acham-se expressos no quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	127	248	354	80	419
1951	179	342	388	100	226
1952	167	313	415	86	238
1953	189	407	777	116	379
1954	141	503	982	172	1 372
1955	220	761	804	180	1 076
1956	214	1 180	1 048	213	698

JUSTIÇA — Em 1892, pelo Ato estadual de 3 de agôsto, o município é têrmo da comarca de Amargosa. Pela Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, passou a têrmo da comarca de Santo Antônio de Jesus. Em 1904 foi extinto pelo Decreto estadual n.º 264, de 4 de outubro, sendo anexado ao têrmo de Santo Antônio de Jesus, que no Decreto estadual n.º 266, da mesma data do anterior, aparece formando a comarca de Nazaré. Foi o têrmo de São Miguel restaurado, aparecendo na Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, fazendo parte da comarca de Amargosa. Ainda como têrmo dessa comarca aparece na Lei estadual n.º 2 225, de 14 de setembro de 1929, bem como nas divisões territoriais datadas de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937 e também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938. Com a condição de têrmo da comarca de Amargosa encontramo-lo assim figurando no quadro territorial em vigência no qüinqüênio 1939 a 1943 fixado pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938.

Pelo disposto no Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, o município e, conseqüentemente, o têrmo de São Miguel, foram extintos. Restaurou-os, no entanto, o Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, com o nome de São Miguel das Matas. Dêsse modo, no quadro territorial vigente em 1944-1948, estabelecido pelo primeiro dos Decretos citados e retificado pelo segundo, o têrmo de São Miguel das Matas apresenta-se constituído pelo município de idêntica denominação e subordinado à comarca de Santo Antônio de Jesus, situação que ainda permanece. Compreende o têrmo 8 cartórios, sendo 1 do Registro Civil. Em 1956, foram julgados 19 feitos — 16 no cível, 1 no crime e 2 de outras naturezas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "miquelenses". O Prefeito atual é o Sr. Alírio Ataíde de Andrade, e o presidente da Câmara, o Sr. Ademário Vilas Boas.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Anterlino Leite Gaspar; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Gutemberg Dantas Lé.)

SÃO SEBASTIÃO DO PASSÉ — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Situado em terrenos de grande fertilidade, particularmente propícios à cultura da cana-de-açúcar, São Sebastião do Passé, como é atualmente conhecido, cedo atraiu as atenções de colonizadores interessados no desenvolvimento dessa cultura que, na época, ocupava relevante posição na economia do Brasil colonial.

Os terrenos que hoje constituem o município pertenciam na sua origem à vila de São Francisco, atual São Francisco do Conde, e abrigavam um arraial relativamente próspero, dotado de alguns engenhos e conhecido por São Sebastião, em virtude de aí existir uma capela dedicada a êsse santo. Eclesiàsticamente subordinado à freguesia de Nossa Senhora da Encarnação do Passé, pelo Alvará régio de 11 de abril de 1718, foi desta desmembrado e elevado à categoria de freguesia, sob o nome de São Sebastião das Cabeceiras do Passé, passando, também, de acôrdo com o mesmo Alvará, a constituir distrito da vila de São Francisco.

É de supor que o distrito tenha prosperado, pois em 1757, segundo a "Memoria" apresentada pelo então Vigário da freguesia, padre Felipe Barbosa da Cunha, já possuía três capelas filiadas: Nossa Senhora da Soledade, no engenho Retiro; Nossa Senhora das Mercês, no Engenho Pojuca; Nossa Senhora do Destêrro, no engenho Laranjeiras. Contava ainda três oratórios, na capela de Nossa Senhora da Conceição, dos religiosos de Nossa Senhora do Monte do Carmo, situada num engenho do arraial denominado Terra Nova. Segundo ainda a "Memória" acima mencionada, possuía naquele ano "410 fogos e 2 640 almas".

Ficou anexado à vila de São Francisco até o ano de 1926, quando a população local, descontente com a nomeação do coronel Manoel Duarte para Intendente daquele município, organizou uma comissão para tratar, junto aos poderes competentes, do desmembramento do distrito do município da vila de São Francisco. Essa comissão era constituída dos Srs. Luís Ventura Estêves, José Nicolau Figueroa, Dr. Apolinário Lopes, Artur Salustiano Araújo, Francisco Lourenço da Cruz e outros. A princípio reivindicaram êles o desmembramento e posterior incorporação a quaisquer dos outros municípios vizinhos. A comissão inicialmente se dirigiu ao então governador do Estado, Dr. Francisco Marques de Góis Calmon, que, demonstrando boa vontade pela causa, sugeriu a independência de São Sebastião, que passaria a constituir um município. A idéia contou com o entusiasmo da população, que dirigiu abaixo-assinado à Câmara dos Deputados solicitando a emancipação. Finalmente a Lei estadual n.º 1 870, de 19 de julho de 1926, criou o município de São Sebastião que foi instalado a 12 de outubro do mesmo ano.

Em virtude dos Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho, e 7 479, de 8 de julho, ambos de 1931, o município de que se trata foi exinto, sendo, por efeito do último dos Decretos referidos, incorporado seu território ao do município de São Francisco, e criada em São Sebastião uma subprefeitura. Todavia, o Decreto estadual n.º 7 600 de 11 de setembro de 1931, restaurou o município de São Sebastião, reinstalado no dia seguinte.

Segundo a divisão administrativa do Brasil, concernente a 1933, o município em aprêço compõe-se de 3 distritos: o da sede e os de Jacuípe e Cinco Rios. Tais distritos formam, com o de Colônia, o município de São Sebastião, nas

Igreja-Matriz.

divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938.

No quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, São Sebastião volta a figurar integrado pelos 3 distritos consignados na divisão administrativa em 1933, em razão de ter perdido o distrito de Colônia para o município de São Francisco.

De conformidade com o quadro territorial vigente em 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município permanece constituído pelos mesmos distritos apontados no quadro do qüinqüênio precedente, devendo-se notar sòmente a alteração sofrida pelo seu topônimo, que é também o do seu distrito-sede, o qual se grafa, agora, São Sebastião do Passé.

Sua composição administrativa, de acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, é a seguinte: distritos de São Sebastião do Passé, Cinco Rios, Jacuípe e Lamarão do Passé.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Recôncavo e limita com os municípios de Santo Amaro, Catu, Pojuca, Mata de S. João, Camaçari, Salvador e São Francisco do Conde. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 12° 30' 15" de latitude Sul e 38° 30' de longitude W.Gr. Seu rumo partindo da Capital do Estado é N., da qual dista em linha reta 47 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 57,3028 metros, conforme chapa cravada no lado direito do último degrau da escadaria de acesso à porta principal da igreja-matriz.

ÁREA — A área soma 564 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são os seguintes: rios Jacuípe, Joanes, Pojuca, Pequiá, Cabula, Antônio Dias, Moenda, Uberaba, e Riachos da Eica e do Muleque. Dentre as elevações, a serra da Gurgaia é a principal.

CLIMA — O clima é temperado e saudável, quente e úmido no verão, e frio no inverno.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui jazidas de petróleo e águas minerais, a primeira em franca exploração. Conta com poucas matas e capoeiras, donde é extraída lenha e carvão.

POPULAÇÃO — Em 1950, contava o município com 21 135 habitantes, sendo 10 956 homens e 10 179 mulheres, predominando os de côr parda com 11 195. Quanto ao estado civil, os solteiros eram 8 536 contra 3 138 casados. Do total da população do município, 75,96% localizavam-se no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Existiam em 1950 três aglomerações urbanas com a seguinte população: cidade de São Sebastião do Passé (2 544 hab.) e as vilas de Cinco Rios (1 122 hab.) e Jacuípe (1 413 hab.). Em 1953, foi criada a vila de Lamarão do Passé, cuja população é de aproximadamente 500 pessoas.

Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município possui os principais povoados abaixo discriminados, cuja população estimada para 1957 é a seguinte: Carmo — 315 hab., Taquipe — 148 hab., Riacho Claro — 285 habitantes, Capimirim — 270 hab., Lagoa — 161 hab., — Cabaxi — 189 hab. e Pouco Ponto — 217 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — *Agricultura* — Segundo o Censo de 1950, 30,84% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A agricultura é a atividade fundamental à economia do município, destacando-se a cultura da cana-de-açúcar. Cultivam-se ainda mandioca e frutas, tendo a produção em 1955 ultrapassado 12 milhões de cruzeiros.

Indústria — O município aparece como produtor de petróleo, colocando-se em 3.º lugar no Estado com as seguintes produções: 400 131 barris de 159 litros em 1955, 168 200 em 1956 e 101 296 no 1.º semestre de 1957. Conta uma usina de açúcar, pasteurização de leite, beneficiamento de madeiras e fábrica de farinha de mandioca. Há fabricação de carvão vegetal em grande quantidade. O município faz parte da bacia leiteira, fornecendo leite à Capital.

Estão localizados no município uma Estação Experimental de Cana e um Campo de Experimentação Agrícola.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — Liga-se a cidade de São Sebastião do Passé à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas por via rodoviária nas seguintes distâncias: à Capital Federal (1 623 quilômetros); à Capital do Estado (75 km); às cidades de Camaçari (34 km); Mata de São João (48 km); Catu (31 km); Pojuca (69 km); Santo Amaro (70 km); e São Francisco do Conde, via vicinal, 42 km. Uma emprêsa rodoviária serve o município mantendo linha diária para a Capital do Estado. Tôdas as emprêsas de ônibus que trafegam para Salvador passam forçosamente pela cidade.

As linhas da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro percorrem o território do município numa extensão de 23 quilômetros.

COMÉRCIO E BANCOS — Existe na sede municipal 5 estabelecimentos comerciais atacadistas e 39 varejistas, mantendo o comércio transações principalmente com as praças de Salvador, Feira de Santana e Santo Amaro. Em 1955 o giro comercial atingiu 61 280 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial está fixado em 2 400 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de São Sebastião do Passé está situada à margem do rio Jacuípe e é servida pela rodovia Bahia—Feira. Conta com 44 logradouros, sendo 15 pavimentados e 12 arborizados. Existem 2 cinemas, sendo 1 na vila de Cinco Rios, 5 pensões e 1 agência Postal do D.C.T. Há um centro telefônico interurbano.

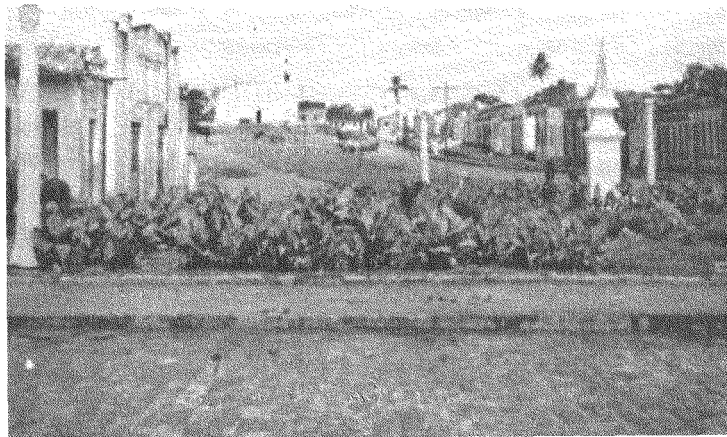
ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Servem o município o Pôsto de Higiene de São Sebastião, mantido pelo govêrno do Estado, o Pôsto de Puericultura, da Associação Beneficente da Criança, entidade particular, e o Ambulatório da Sociedade Civil São Roque. Exercem a profissão 1 médico, 1 dentista, 4 farmacêuticos, 1 enfermeiro e 1 parteira. Existem 4 farmácias. O município faz parte do Setor n.º 1, com sede em Salvador, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Há na vila de Jacuípe a Soc. Cooperativa de Energia Elétrica, que se destina ao fornecimento de luz elétrica aos seus associados; foi fundada em 1946.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 17 942 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 4 341 pessoas, isto é, 24,29%.

Ensino — Em 1956, existiam 96 unidades do ensino fundamental comum, tendo a matrícula efetiva atingido 2 194 alunos. Das unidades escolares, 18 eram estaduais e 18 municipais.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Conta o município com 2 bibliotecas: a Getúlio Vargas, pertencente à Prefeitura Municipal e contando mais de 1 000 volumes, e a outra, pertencente à Agência de Estatística. Existem ainda 2 associações culturais e dançantes.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existe no povoado de Lagoa um velho prédio construído pelos Jesuítas no século XVII, onde afirmam ter residido Diogo Álvares Correia. Ainda hoje ali moram seus descendentes. O prédio, juntamente com a capela anexa, está tombado na Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

Igreja-Matriz.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de São Sebastião do Passé, que conta 1 igreja, 7 capelas públicas e 3 semipúblicas, mantendo 4 associações religiosas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Realiza-se anualmente no dia 20 de janeiro a festa em homenagem a São Sebastião. Consta de missa festiva, procissão, festejos de rua e retretas no largo da matriz. No dia 21 de janeiro, realizam-se na cidade festas de cunho carnavalesco.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 5 100 eleitores inscritos, tendo votado 3 015 nas eleições de 1954. Compõe-se a Câmara Municipal de 8 vereadores. Exerciam atividades no município, em 1956, 81 funcionários públicos civis assim distribuídos: 11 federais, 34 estaduais, 33 municipais e 3 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o movimento das finanças públicas no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	325	695	702	373	703
1951	401	1 595	817	432	1 694
1952	641	1 418	1 080	616	941
1953	1 195	1 294	1 465	208	1 659
1954	1 106	1 964	1 375	671	1 375
1955	1 002	2 649	1 723	1 078	1 447
1956	1 415	2 993	1 980	1 018	1 947

JUSTIÇA — O têrmo de São Sebastião foi criado pela Lei estadual n.º 1 999, de 25 de julho de 1927, como integrante da comarca de Santo Amaro. Foram o município e o têrmo extintos em 1931, sendo restaurados no mesmo ano, aparecendo ainda o têrmo como pertencente à comarca de Santo Amaro, até que, pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, o têrmo de São Sebastião do Passé foi desmembrado da comarca de Santo Amaro, passando a fazer parte da comarca da Capital, situação em que permanece atualmente.

Conta o têrmo 10 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. Em 1956, foram julgados 28 feitos no cível e 2 no crime.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os filhos do município denominam-se sebastianenses. O Prefeito em exercício é o Sr. Otávio Brandão e o Presidente da Câmara o Sr. Teodolino Ferreira de Sousa.

O primeiro intendente foi o coronel Luís Ventura Estêves e o primeiro Conselho Municipal compunha-se dos seguintes membros: Apolinário Lopes das Candeias, Hermelino Bispo de Macedo, Pedro Alexandrino dos Santos Silva, Miguel Arcanjo de Meneses, Antônio Esequiel Portugal, Francisco Lourenço da Cruz, Engenheiro Candido Garcês dos Santos, José Hormindo Batista.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Anterlino Leite Gaspar; Chefe da Agência de Estatística — Ozeas Nazário dos Santos.)

SAPEAÇU — BA

Mapa Municipal no 4.º Vol.

HISTÓRICO — Notícias remotas sôbre as terras do atual município são as de que integraram a sesmaria de Paraguaçu, doada pelo segundo Governador-Geral do Brasil, D. Duarte da Costa, ao seu filho D. Álvaro da Costa, em 17 de janeiro de 1557.

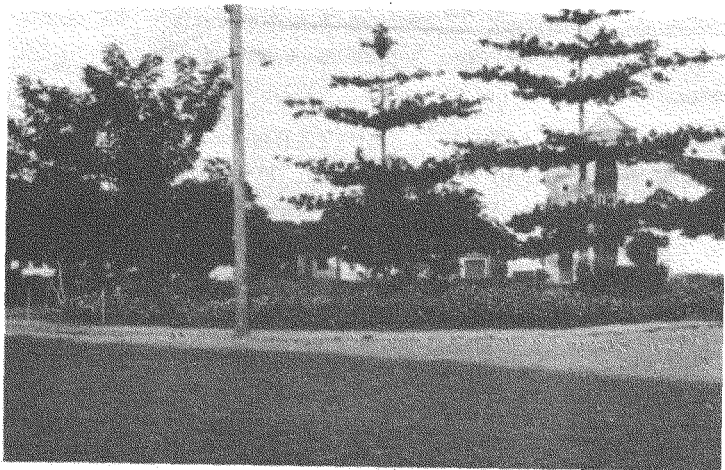
Expulsos os aborígines no século XVIII, aí se formou a fazenda Sapé Grande, de propriedade de Pedro Barbosa Leal, onde foi construída uma capela dedicada a Nossa Senhora da Conceição. Nesta Capela o Padre Vitorino, filho da região, veio cantar a sua primeira missa.

O proprietário da fazenda Sapé Grande cedeu terrenos a vários colonos que construíram as suas habitações em tôrno da capela, formando-se o povoado Sapé, pertencente ao município de São Félix do Paraguaçu, cuja capela foi elevada à categoria de freguesia, com o nome de Nossa Senhora da Conceição do Sapé, pela Lei provincial n.º 2 548, de 9 de setembro de 1885, desmembrada da freguesia de Cruz das Almas, a partir de quando data a criação do distrito de paz.

Nesta época foi fundada a Liga Sapeense em prol da sua emancipação política, a cuja frente estavam os Senhores Des. Rafael José Jambeiro, José Ribeiro Machado, Manoel Afonso da Silva e Manoel Martins Valverde que, auxiliados por Alcebíades Jambeiro, membro do Govêrno Estadual, conseguiram do então governador Manoel Vitorino Pereira o Ato de 8 de agôsto de 1890 elevando a freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Sapé à categoria de vila e de município, com o território desmembrado do de São Félix do Paraguaçu.

A sua vida como município durou apenas 17 dias em virtude da representação da Intendência de São Félix do Paraguaçu ao governador de então, Marechal Hermes Ernesto da Fonseca, que o extinguiu pelo Ato de 25 de agôsto do mesmo ano de 1890, tendo seu território voltado a integrar o do município de origem.

Com a criação do município de Cruz das Almas, por fôrça da Lei estadual n.º 190, de 29 de julho de 1897, passou o seu território a pertencer a êsse município, como distrito de paz, sendo desanexado do de São Félix do Paraguaçu.

Em virtude do estabelecido pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, modificado pelo de n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, foi o nome da sede do distrito mudado de Sapé para Sapeaçu.

Praça José Joaquim Seabra.

Com o topônimo Sapeaçu, foi o município restaurado com sede na vila do mesmo nome pela Lei estadual n.º 549, de 27 de abril de 1957, composto pelos territórios dos distritos de Sapeaçu e Baixa do Palmeira, ambos desanexados do de Cruz das Almas. A instalação solene ocorreu a 7 de abril de 1955.

LOCALIZAÇÃO — O município de Sapeaçu localiza-se na Zona Fisiográfica do Recôncavo. Limita com os municípios de Castro Alves, Conceição do Almeida e Cruz das Almas.

A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 12° 40' 19" de latitude Sul e 39° 44' de longitude W. Gr.

Dista da Capital do Estado. em linha reta. aproximadamente 80 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 226,1068 metros, com referência à chapa cravada pelo C.N.G. à direita dos degraus de um coreto localizado ao lado da igreja de Nossa Senhora da Conceição.

ÁREA — A área é estimada em 104 km², sendo Sapeaçu um dos menores municípios do Estado em extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia municipal é pouco acidentada, os cursos dágua que banha o território do município são pequenos e pertencem às bacias do Jaguaripe e do Paraguaçu.

CLIMA — O Clima é subtropical e ameno. A temperatura em 1956 na sede municipal apresentou as seguintes graduações: a máxima de 33°C, a mínima de 17°C e a média compensada de 24°C. A precipitação pluviométrica em 1956 elevou-se a 1 100 mm, com o máximo de 92 mm em 24 horas.

Rua Trajano Andrade.

RIQUEZAS NATURAIS — De origem mineral é verificada a extração de argila. Há pequena reserva de lenha. A fauna é inexpressiva.

POPULAÇÃO — Em 1950, a população dos dois distritos formadores do atual município de Sapeaçu, pertencentes ao município de Cruz das Almas, era de 11 545 habitantes. Os 81% dos habitantes localizavam-se na zona rural.

A população para o ano e 1957 é estimada em 14 000 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existiam em 1950, embora pertencentes ao município de Cruz das Almas, dois aglomerados urbanos, a vila de Sapeaçu com 1 206 hab. e a vila da Baixa do Palmeira com 948 habitantes.

A partir de 7 de abril de 1955, quando foi instalado o município, Sapeaçu passou a ser cidade e a sua população é estimada atualmente em 1 300 habitantes.

Outras aglomerações — Além da cidade e da vila, existem os povoados abaixo com a seguinte população estimada para 1957: Gassu — 50 hab., Orobó — 30, Laranjeiras — 120, Sapucaia — 50 e Canabrava — 110 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Revelaram os resultados do Recenseamento de 1950 que 30% das pessoas em idade ativa, consideradas as de 10 anos e mais, estavam ocupadas do ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A agricultura é a atividade fundamental à economia do município. destacando-se na "zona fumageira" do Estado pela excelência dos fumos produzidos. Desempenham importante função na economia local os 8 armazéns de fumo para compra em grosso do produto. Em 1956 elevou-se a 44 722 arrôbas a exportação de fumo em fôlha. Existem 655 propriedades rurais arroladas nos órgãos fiscais do Estado.

Agricultura — A produção agrícola no ano de 1955 elevou-se a 16 050 milhares de cruzeiros, sendo 10 200 milhares correspondentes a 525 toneladas de fumo em fôlha. Na ordem de valor, segue-se a produção de laranja e a de mandioca. Produz, ainda, aipim, amendoim em casca, banana, batata-doce, batata-inglêsa, café beneficiado e côco. Os principais mercados compradores dos produtos agrícolas do município são Salvador, Feira de Santana, Maragogipe, Cachoeira e Cruz das Almas.

Pecuária — A atividade pecuária é desenvolvida e consiste no criatório e engorda de bovinos em pastagens naturais. Os efetivos pecuários, no ano de 1956, estavam calculados em: bovinos — 4 000, suínos — 5 000, ovinos — 1 050, muares — 1 000, caprinos, asininos e eqüinos em menor número. Há exportação de bovinos e suínos para Cruz das Almas e Feira de Santana.

Indústria — A produção industrial no ano de 1955 elevou-se a 2 638 milhares de cruzeiros, havendo a indústria de transformação contribuído com 2 564 milhares de cruzeiros e a extrativa com apenas 74 milhares.

No ramo da indústria de transformação. o principal produto fabricado é farinha de mandioca, alcançando o valor da produção 1 200 milhares de cruzeiros.

Artesanato — A produção artesanal é representada pelo fabrico doméstico de charutos.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Passa pela sede do município a rodovia tronco federal Bahia—Espírito Santo, de onde também parte ramal com destino à cidade vizinha de Castro Alves. Os trilhos da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro passam pelo município e a ligação desta ferrovia com a Estrada de Ferro Nazaré, em Santo Antônio de Jesus, está em vias de conclusão. Os trilhos da Estrada de Ferro de Nazaré já ultrapassaram êste município e passam próximos à cidade de Sapeaçu.

A sede do município liga-se por via rodoviária à Capital Federal — 1 548 km, à Capital do Estado — 208 km e às cidades vizinhas de Castro Alves — 33 km, Conceição do Almeida — 6 km, Cruz das Almas — 12 km e São Felipe — 24 km. Serve o município 1 emprêsa rodoviária.

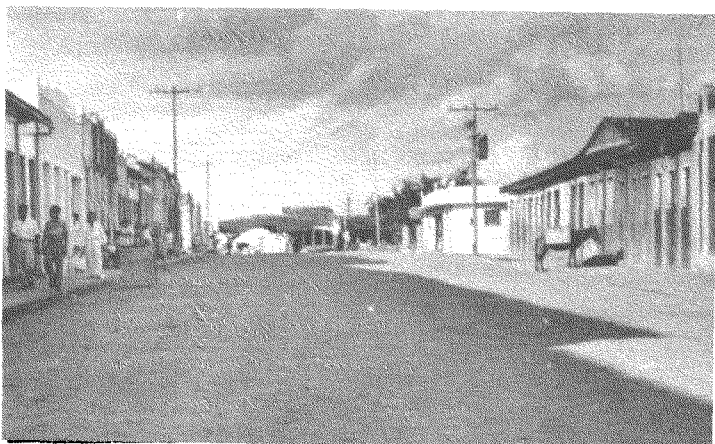
Sapeaçu possui 2 agências postais-telegráficas do .... D.C.T., uma das quais na cidade que também conta com um centro telefônico interurbano da Cia. de Energia Elétrica da Bahia.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio mantém transações principalmente com as praças de Salvador, São Paulo, Feira de Santana e Cachoeira. O movimento comercial é expressivo devido ao fumo em fôlha, principal lavoura do município. Em 1956, existiam 53 estabelecimentos comerciais, dos quais 41 na sede municipal sendo dêstes 1 grossista. O giro comercial em 1956 atingiu 35 025 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo fixado é de 2 250 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está assentada em local de topografia pouco acidentada. Possui 787 prédios. Em 1956 contavam-se 11 logradouros, sendo 2 pavimentados e 1 ajardinado. A Companhia de Energia Elétrica da Bahia, cujas rêdes passam pela sede municipal, serve 10 dos 11 logradouros existentes. Em 1956, estavam ligados à rêde elétrica 130 prédios. Há 1 cinema. Estavam registrados na Prefeitura Municipal 2 automóveis e 11 caminhões em 1956. Existem 3 pensões com capacidade de 60 hóspedes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica à população é prestada pelo Pôsto Médico de Sapeaçu, do Govêrno Estadual. Faz parte o município do Setor n.º 4, sediado em Muritiba, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

Exerce a profissão 1 médico residente na cidade de Sapeaçu e 2 dentistas práticos. Há 3 farmácias, estando 2 situadas na cidade.

ALFABETIZAÇÃO — Com base nos resultados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais, nos

Trecho da Rua Trajano Andrade.

dois distritos que hoje formam o município de Sapeaçu, que sabia ler e escrever era apenas de 28%.

Ensino e educação — No ano de 1956 a rêde escolar do ensino primário fundamental comum era formada por 20 unidades escolares, sendo 7 estaduais e 13 municipais, com cêrca de 950 alunos matriculados.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A única associação cultural existente é o Centro Cultural e Recreativo de Sapeaçu. Funciona um serviço de alto-falante na cidade.

CULTOS RELIGIOSOS — É sede da paróquia consagrada a Nossa Senhora da Conceição e subordinada ao arcebispado da Bahia, contando 1 igreja-matriz e 5 capelas. A paróquia está anexada à de Cruz das Almas. Do culto não católico existe 1 templo batista.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — São realizadas as festas religiosas de Natal, São João e São Pedro, Mês de Maria e da Conceição. Esta última ocorre a 8 de dezembro, sendo a mais importante por ser a festa da padroeira. Consta de missa solene, pregação sacra e procissão precedida da lavagem simbólica da igreja-matriz pelo povo. Nesta ocasião, um cortejo de mascarados sai dançando pelas ruas, quando é apresentado um indispensável "casamento de matuto". Dos fantasiados, uns representam os noivos e outros os seguem como convidados, sendo o cortejo acompanhado pela carga de malas representando a chegada do enxoval dos noivos. Nos meses de dezembro e janeiro, ou nas chamadas festas de Natal e Reis, verificam-se apresentações de "jornadas", dos "sambas de matuto", "bumba-meu-boi", presepes e bailes pastoris. Êste último folguedo é constituído de vinte e quatro crianças, trajadas respectivamente de pastôres e pastôras, que saem em fila, dois a dois, cantando hinos pastoris em visita aos presepes. À frente dêsse grupo que foi ensaiado com antecedência, vai um menino trajado de "Messias" e quatro meninas de anjo. No percurso para o local da visita, sòmente as pastôras cantam e dançam. Quando o baile pastoril chega à porta da residência onde há presepe, esta deve estar fechada. O "Messias" bate na porta e, cantando, pede licença ao dono da casa para entrar. É cantada entre outras a estrofe:

> "Correi caros pastôres
> Ao presepe glorioso.
> Vinde ver e admirar os passarinhos cantando,
> a Deus Menino louvando".

Daí em diante, os componentes do baile pastoril entram nas residências e cantam e dansam em frente ao presepe.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 2 250 eleitores inscritos e dêstes 1 340 votaram nas eleições de 1954. São 8 os vereadores em exercício. Em 1956, estavam em atividades no município 41 funcionários públicos civis, assim distribuídos: 4 federais, 15 estaduais, 21 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa a partir do ano de 1955, a arrecadação pública e a despesa realizada pela Municipalidade.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	1 389	1 042	420	872
1956.......	—	1 885	1 361	568	1 244

JUSTIÇA — O município faz parte do têrmo de Cruz das Almas, pertencente à Comarca de São Félix.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município adotam o gentílico sapeaçuenses. O topônimo Sapeaçu significa na língua tupi, "espécie grande de palmas que servem para cobrir habitações". O Prefeito em exercício é o Sr. Orlando Floriano de Sousa, e o Presidente da Câmara Municipal, eleito para o período iniciado a 30 de maio de 1957, é o Sr. Alfredo Fernandes de Carvalho. Foram os seguintes os vereadores eleitos em 3 de outubro de 1954: José Teixeira de Castro Filho, Temístocles de Araújo Lopes, Antônio Ribeiro, João de Oliveira Peixoto, Edgar Nascimento Borges, Juvenal do Nascimento Filho, Manoel Henrique Lopes Filho e Alfredo Fernandes Carvalho.

O primeiro administrador, antes de eleito o Prefeito em 3 de outubro de 1954, foi Alfredo Fernandes Carvalho na qualidade de Gestor, em decorrência do Decreto estadual n.º 549, de 19 de agôsto de 1954, cujo período de administração foi de 5 de setembro de 1954 a 5 de abril de 1955.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal da Bahia por José P. Tôrres Filho; Chefe da Agência de Estatística — Ernanto da Silva Velame.)

SAÚDE — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — A tradição reza que a primeira penetração em território do atual município da Saúde, deu-se em princípio do século XVIII, por temerários bandeirantes, que tinham como fito, o descobrimento de minas de ouro.

Nessa época, dominava a região a tribo dos ferozes "paiaiá", senhores das terras situadas nas proximidades do rio Itapicuru-Açu, que, por se mostrarem hostis à presença do elemento branco, foram banidos dêsse território, permanecendo alguns, todavia, catequizados pelos jesuítas.

Em tudo prodigalizado pela natureza, solo aurífero por excelência e de grande fertilidade, o lugar tornou-se em

breve um ponto de irradiação e mesmo de concentração para os bandeirantes que a êle arribavam, quando em demanda das minas descobertas em outras paragens.

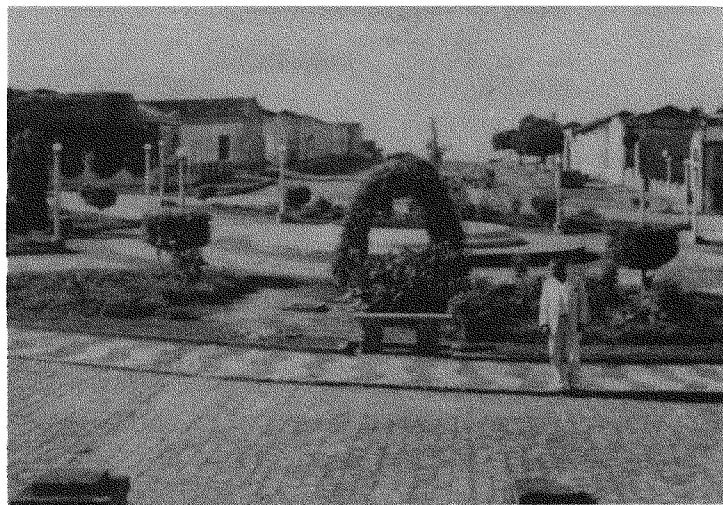
Em conseqüência da excelência do clima e salubridade dessa região, deram os bandeirantes a êsse primitivo acampamento, então localizado onde é hoje a fazenda Passagem, o significativo nome de Saúde.

No ano de 1765, os mineradores João Gramacho e Garibão começaram a edificar um povoado, situando-o em um vale distante cinco quilômetros ao norte do primitivo pouso, ao sopé da "Serra do Ouro Fino", conhecida por alguns como "Serra do Espinhaço" e que, segundo velhos testemunhos, tinha o nome de "Serra do França".

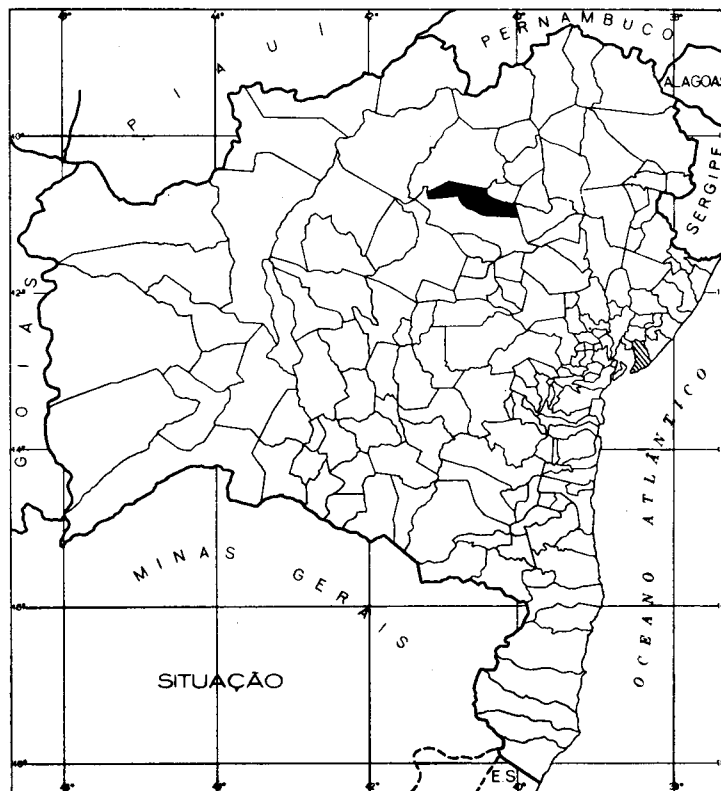
Congregando esforços nessa emprêsa, os jesuítas erigiram uma igreja para invocação e louvor da Mãe Santíssima, a qual, pela Lei provincial n.º 67, de 1.º de junho de 1838, foi elevada a freguesia, recebendo o lugar a denominação de Nossa Senhora da Saúde de Jacobina.

A Lei estadual n.º 1 024, de 6 de julho de 1914, elevou a povoação à categoria de vila e criou o município com a denominação de Saúde em território desmembrado do de Jacobina. Como tal começou a funcionar em 22 de novembro daquele ano.

Por fôrça dos Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho, e 7 479, de 8 de julho, ambos de 1931, foi tornada sem efeito a Lei estadual anterior, sendo supresso o município e o seu território reincorporado ao de Jacobina.

O Decreto n.º 8 463, de 1.º de junho de 1933, restabeleceu-o, verificando-se sua reinstalação no dia 12 do mesmo mês e ano. Nesta data o município compunha-se de dois distritos: Saúde e Riachuelo. No quadro territorial fixado pelo Decreto-lei n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de Riachuelo aparece com a nova designação: Mirangaba.

Praça Ruy Barbosa.

A Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, criando mais quatro distritos, deu ao município a composição administrativa seguinte: Saúde, Caldeirão Grande, Mirangaba, Nuguaçu, Ponto Novo e Taquarandi

LOCALIZAÇÃO — O município de Saúde está localizado na Zona Fisiográfica de Senhor do Bonfim e tem como limites os municípios de Jacobina, Campo Formoso, Pindobaçu e Queimadas. Seu território, que está totalmente situado no "Polígono das Sêcas", faz parte da bacia hidrográfica do São Francisco. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 10º 55' 40" de latitude Sul e 40º 24' 50" de longitude W.Gr. Rumo da Capital à sede municipal N.O. Distância em linha reta à Capital do Estado 296 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 535 metros. O Conselho Nacional de Geografia registrou a altitude de 412,0578 m tomando como referência o centro de entroncamento para a cidade de Saúde, ponto situado a 12 quilômetros além da ponte sôbre o Itapicuru-Mirim, na estrada Capim Grosso — Senhor do Bonfim. Ainda na mesma rodovia foi anotada a altitude de 435,0265 m para o piso da ponte de concreto-armado sôbre o rio Itapicuru-Açu, divisa dêste município com o de Pindobaçu. Há, todavia, no município, elevações que atingem 1 200 metros.

ÁREA — A área do município é 2 393 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Apresenta-se o município sob a forma de vasto planalto triangular, em cujo centro existem serras que atingem a altitude de 1 200 m. Essas serras são ramificações da de Jacobina e a principal delas, mais alta e abrupta, é conhecida como "Serra da Saúde" ou, como alguns a chamam, "Serra do Espinhaço". De permeio às serranias há férteis vales cortados pelos riachos, que afluem para os principais rios: Itapicuru, Paiaiá e das Pedras. Êsses, que nascem na montanha e por ela fluem em busca de terras baixas, apresentam curso acidentado, à feição de torrentes, com corredeiras de pequeno vulto, que, vez por outra, sobressaem pela altura e impetuosidade da queda. Assim é o caso das cachoeiras do rio das Pedras e do Paiaiá que possuem cada uma a potência estimada de 100 H.P. Ambas permanecem inaproveitadas e a última, que se distingue pela beleza e maiores possibilidades, já foi objeto de estudos para a montagem de uma usina hidrelétrica.

Pela flora e configuração geográfica, divide-se o município em duas partes: uma a leste, de terrenos ondulados

com pontos de grande elevação, onde florescem matas e ricas e pastagens; é regada por córregos e apresenta lagunas e pântanos; nessa parte se fazem distinguir duas estações chuvosas: a do inverno e a das trovoadas; é a zona que mais favorece à agricultura.

A outra parte, situada a oeste do município, é plana com ligeiras ondulações, tomando aspecto de caatinga com vegetação característica; apresenta córregos de regime incerto alimentados pelas chuvas estacionais; nesta parte é abundante a criação.

CLIMA — O clima apresenta-se quente no verão, frio e sêco no inverno, sendo muito salubre e agradável. Em 1956, os dados sôbre temperatura foram os seguintes: média das máximas: 26°C, média das mínimas: 18°C, média compensada: 22°C. A precipitação pluviométrica no mesmo ano (1956) atingiu a altura total de 138,0 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — Em virtude de o município possuir ótimo clima e terras férteis, encontram-se em estado nativo várias frutas como sejam: caju, umbu, jabuticaba, araça, guabiraba, jenipapo, mangaba, maçaranduba, azeitona dos campos, ingá, oiti, etc. Não muito rico em matas, possui, todavia, várias madeiras de lei: ipê, peroba, maçaranduba, jequitibá, vinhático, sucupiruçu, além de outras. Na flora se salientam com plantas medicinais: — o cambará, o angico, a capeba, o pau-de-rato e o carapiá. Nas margens dos regatos vicejam fetos ornamentais. Ainda no reino vegetal sobressaem várias espécies de cactos, o caroá e imensa quantidade de palmeiras de ariri, de babaçu e de ouricuri. Esta última, além de produzir a baga oleaginosa, fornece um "pó de palha" semelhante ao da carnaúba.

Possui fauna variada e abundante onde encontramos emas, inambus, perdizes, seriemas, jacus, codornizes, araquãs, zabelês, gaviões, tucanos, papagaios, arapongas, patos, marrecos, socós, várias espécies de pombas selvagens em meio à variada quantidade de aves canoras de reduzido porte.

As abelhas silvestres habitam árvores ôcas e podem ser encontradas as espécies uruçu, jataí e mandaçaia.

Não menos abundantes são os animais selvagens: caititus, onças de várias espécies, cutias, tatus, pacas, veados, ouriços-cacheiros, quatis, rapôsas, gatos-do-mato, cachorros-do-mato, guaraxains, gambás, macacos, micos, teiús, cágados, camaleões, além de outros animais menores, como sejam coelhos, mocós, caxinguelês, etc.

Nos rios e lagoas pescam-se traíras, piranhas, mandis, piaus, cumbás, jundiás, curimatás, cascudos, corrós, além de pequenas tartarugas, conhecidas por cágado-d'água.

No reino mineral o município conta com depósitos de manganês, cromo, ouro e pedra calcária. Nas cabeceiras do Paiaiá já se encontrou diamante.

O manganês, o cromo e o ouro foram explorados, achando-se hoje, todavia, paralisados os trabalhos de mineração. A mina de ouro de Maravilha chegou a congregar centenas de pessoas na sua exploração.

POPULAÇÃO — O Censo de 1950 revelou para o município da Saúde a população de 24 834 habitantes, composta de 12 079 homens e 12 755 mulheres. Apresentou então a densidade de 10,38 habitantes por quilômetro quadrado.

Quanto à côr, constitui-se a população de 5 858 brancos, 2 308 pretos e 16 570 pardos, além de 98 de côr não declarada. Evidencia-se a predominância dos pardos, que representam 66,72% da população do município. As pessoas de pele branca vêm em segundo lugar com 23,59%, enquanto os pretos representam a parcela mínima, contribuindo com 9,29% para o total.

Há quase equilíbrio entre o sexo masculino e o feminino, existindo para cada grupo de 100 homens um equivalente de 105,60 mulheres. A população de 15 anos e mais, portanto em idade de contrair matrimônio, era de 13 608 pessoas e assim estava dividida: 4 855 solteiros, 7 662 casados, 6 desquitados, 974 viúvos e mais 111 não declarados. Sobressai como maior classe a dos casados, que representam 56,31% da população de 15 anos e mais. As demais percentagens, em ordem decrescente, são: solteiros (35,68%), viúvos (7,16%), não declarados (0,82%) e desquitados (0,04%).

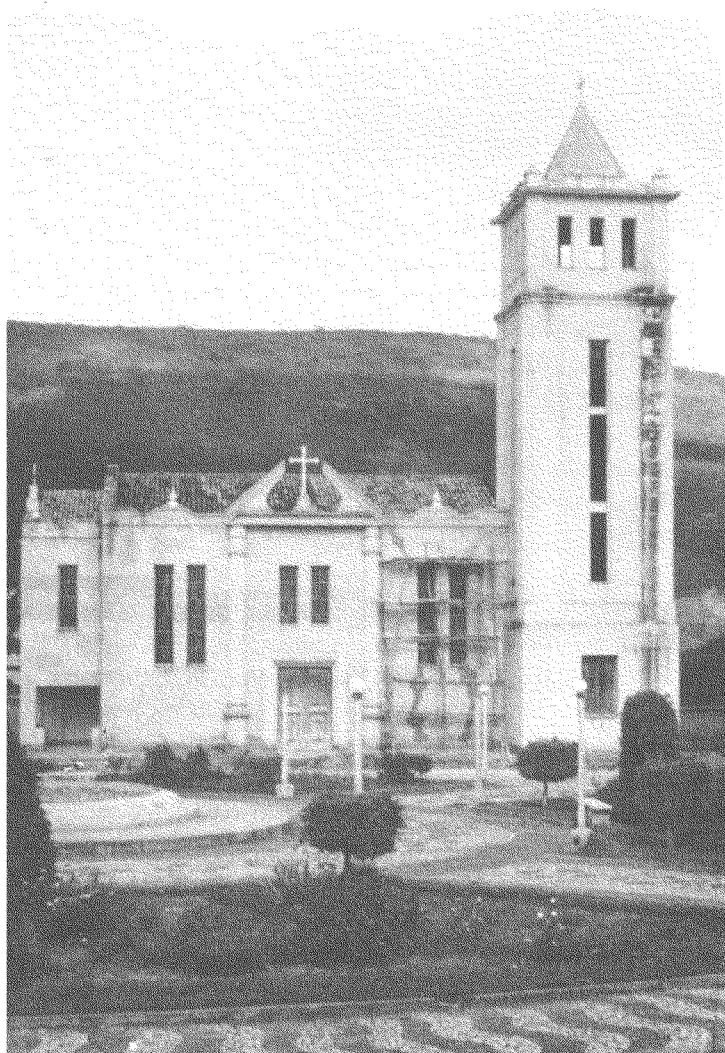
Município essencialmente agropecuário, tem na zona rural o seu maior reduto de população. Essa, à época do censo, assim estava localizada: população rural — 88,72%, população urbana — 7,02%, população suburbana — 4,26%. Se considerarmos constante a taxa de crescimento populacional do município, calculada para o decênio 1940-1950, com base nos censos realizados nesses anos, temos para 1957 a população estimada de 31 000 pessoas. Todavia, há que se ponderar a grande mobilidade dos seus habitantes e o êxodo que se vem observando, quando grande número de pessoas se desloca para outros lugares de ganhos mais compensadores, ou mesmo evadindo-se do atraso do meio, e, o que é mais freqüente, fugindo do fenômeno periódico da sêca. Em 1955 saíram do município aproximadamente 1 500 pessoas.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Segundo o Censo de 1950, eram êstes os aglomerados urbanos com as respectivas populações: a cidade de Saúde com 1 779 habitantes, com 780 homens e 999 mulheres, existindo, pois, para cada grupo de 100 homens um equivalente de 128 mulheres; a vila de Mirangaba com 1 022 hab., sendo 485 homens e 537 mulheres.

Em 1953, com a criação de novos distritos, aparecem mais quatro aglomerados urbanos: vilas de Caldeirão Grande — 929 hab., Nuguaçu — 247 hab., Ponto Novo — 302 habitantes e Taquarandi — 353 habitantes.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da sede municipal e das vilas, o município conta com os povoados seguintes, que têm sua população estimada para 1956 em: Jenipapo — 158 hab., Limeira — 103 hab., Barracas — 43 hab., Maravilha — 72 hab., Lajedo — 113 hab., Canabrava — 315 habitantes e Angico — 274 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Revela-nos o Censo de 1950 que, das 16 795 pessoas em idade ativa (10 anos e mais) existentes no município, 5 451 se dedicavam ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". Em têrmos percentuais vale dizer que êsse ramo ocupa 32,46% daquela população.

Agricultura — A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, sobressaindo as culturas da mamona, da mandioca, do sisal, do milho, do café e do feijão. Além dêsses produtos, colhe-se ainda: arroz cana-de-açúcar, alho, batatinha, cebola, fumo e algodão.

Igreja-Matriz.

No Estado, classifica-se o município como o segundo produtor de mamona em bagas. A produção dessa semente oleaginosa alcançou em 1955 o montante de 10 909 000 kg, representando 6,98 da produção do Estado. Para o município essa cultura torna-se o sustentáculo da sua economia. Produzindo em 1955 a soma de Cr$ 21 808 000,00 representou 80,24% do valor da produção agrícola municipal, que foi de Cr$ 27 178 440,00. Em seguida. como cultura-chave da economia, vem a mandioca que, em 1955, contribuiu com 5,85% para o valor da produção agrícola. Constitui também atividade econômica a extração de bagas de babaçu e de ouricuri, as riquezas naturais atualmente de maior evidência e cuja produção, em 1955, foi a seguinte: babaçu 110 000 kg e ouricuri 140 000 kg. Em 1956, a produção de ouricuri atingiu 250 000 kg, no valor de ...... Cr$ 2 500 000,00. A fruticultura é representada pelas seguintes espécies: marmelo, manga, banana, melancia, limão, abacaxi, laranja e outras.

O principal centro comprador dos produtos agrícolas do município é Salvador.

Pecuária — O município apresenta-se como grande criador de gado bovino (leiteiro e de corte), além de outras espécies. Em 1956 estava assim constituída a população pecuária: bovino, 25 000 cabeças; eqüinos, 3 000; asininos, 2 500; muares, 3 500; suínos, 5 000; ovinos, 3 500 e caprinos 4 000.

Em suas terras existe a fazenda Jacumuá, de propriedade do Sr. Francisco Rocha Pires, onde se reproduzem animais de fino padrão racial. Localiza-se no distrito-sede um pôsto agropecuário da Inspetoria Regional de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura.

Indústria — Apresenta-se como principal atividade industrial a extração de babaçu e ouricuri que, em 1956, atingiu valores ponderáveis na produção agrícola. Além dessa atividade, verifica-se a indústria do beneficiamento do sisal, indústria de laticínios, farinha de mandioca, carne-de-sol, rapadura e cal.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade da Saúde está ligada à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas da seguinte maneira: à Capital Federal — ferrovia (2 195 km) e rodovia (1 843 quilômetros); à Capital do Estado — ferrovia (514 km) e rodovia (408 km); a Campo Formoso — ferrovia (63 quilômetros), a Jacobina — ferrovia (46 km) e rodovia (45 km), a Pindobaçu — ferrovia (29 km), a Queimadas — ferrovia (170 km). O município é servido pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação da cidade foi inaugurada em 6 de maio de 1918. Existem ainda pontos de parada em Itacurubi e Acuruí, inaugurados em 7 de setembro de 1943, e Paiaiá, em 1945. Existem no município duas agências postais-telegráficas, do Departamento Nacional dos Correios e Telégrafos e da Estrada de Ferro Federal Leste Brasileiro.

COMÉRCIO E BANCOS — A principal praça com que o município mantém transações comerciais é a de Salvador; para essa Cidade exporta os produtos agrícolas e dela importa as mercadorias encontradas no comércio municipal. Realiza ainda transações com as praças comerciais vizinhas. Em 1956, existiam na sede municipal 17 estabelecimentos comerciais atacadistas, 26 varejistas e uma fábrica de manteiga. O giro comercial em 1956 foi de 25 800 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial está fixado em 2 000 cruzeiros. Semanalmente, aos sábados na sede municipal e, às segundas feiras, na vila de Caldeirão Grande, realizam-se feiras de grande importância para o comércio municipal. Nelas tomam parte não só os munícipes como soem aparecer também comerciantes de praças vizinhas.

As transações bancárias são realizadas nas vizinhas cidades de Jacobina e do Senhor do Bonfim.

ASPECTOS URBANOS — A cidade da Saúde é edificada em um largo vale plano e de extremidades em declive, que se estende no sentido norte-sul, entre a imponente serra da Saúde, também conhecida como do Espinhaço, que se eleva a oeste, e a menos alta serra da Santa Cruz, a leste, e assim chamada por ter um madeiro no seu cimo plantado.

Constituída de 17 logradouros, apresenta-se com duas ruas compridas, largas e paralelas, no sentido do vale, interligadas por transversais menores e mais estreitas. Alguns logradouros de alinhamento tortuoso caracterizam a cidade, construída sem obedecer a plano preestabelecido.

Dos 297 prédios existentes, 150 são servidos por luz elétrica. Para entretenimento da população funciona o Cine São Luís. Existem 2 pensões e 1 agência do D.C.T.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é dispensada à população pelo Hospital Nelson Carneiro e pelo Departamento Nacional de Endemias Rurais através do Setor n.º 9 sediado em Senhor do Bonfim. O hospital, que é mantido por convênio entre a

União, o Estado e o município, além de serviços de ambulatório, possui 34 leitos para internamento de doentes. Assistem a população dois médicos, um dentista e oito enfermeiros práticos licenciados. Cinco farmácias servem o município, sendo uma na sede municipal e quatro em vilas.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade São Vicente de Paula mantém na sede, auxiliada, pelo Govêrno Federal, o Abrigo São Vicente de Paula, com o objetivo de dar assistência aos mendigos e crianças e asilo aos velhos desamparados. A mesma sociedade mantém ainda as Obras Sociais de São Vicente.

Existe a Cooperativa Mista dos Agricultores da Saúde, cujo escopo é proporcionar crédito aos pequenos agricultores.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Censo de 1950 a população de 5 anos e mais era de 20 738 pessoas, sendo 10 024 homens e 10 714 mulheres. Dessa população sabiam ler e escrever 2 586 homens e 2 167 mulheres, num total de 4 753 pessoas. Eram, portanto, alfabetizados 22,20% da população de 5 anos e mais.

ENSINO — Em 1956 funcionaram no município 45 unidades de ensino primário geral, assim classificadas: 17 estaduais, 3 municipais e 25 particulares. Nessas escolas a matrícula efetiva foi de 1 765 alunos. Entre os estabelecimentos de ensino sobreleva o Grupo Escolar Estadual Ernesto Carneiro Ribeiro.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existe na sede municipal três pequenas bibliotecas franqueadas ao público e cujo total de livros não atinge 1 000 volumes. Essas bibliotecas pertencem à Prefeitura Municipal, ao Centro Saudense de Cultura e Diversões e à Agência Municipal de Estatística. Existem na Cidade o Centro Saudense de Cultura e Diversões, que tem por fins estatutários o desenvolvimento cultural físico e moral dos sócios, e a União Cultural dos Artífices Saudenses, cuja função é promover o desenvolvimento cultural e o entretenimento dos associados. O futebol é acolhido com entusiasmo, havendo um campo para a sua prática.

CULTOS RELIGIOSOS — Os dados censitários revelaram a existência de: 24 545 católicos romanos, 242 protestantes, 1 israelita, 3 de outras religiões, 12 sem religião e mais de 31 de crença não declarada. Evidencia-se a predominância do catolicismo, representando 98,84% da população. Segue o protestantismo com 0,97%.

O município está eclesiàsticamente subordinado ao bispado do Senhor do Bonfim. Conta com 3 igrejas, 8 capelas e 6 associações religiosas. A Paróquia é consagrada a Nossa Senhora da Saúde, padroeira do município, cuja festa é realizada no dia 8 de setembro. Não existem templos de outras religiões.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Como conseqüência do maior contato da população com outros meios e da inevitável absorção de costumes e normas impostas pela vida moderna, notam-se grandes modificações no que diz respeito aos hábitos e tradições do município. Subsistem sòmente alguns costumes mais arraigados na alma do povo, por isso que mais resistentes às influências externas.

Na Semana Santa há a procissão do Senhor Morto e outras práticas religiosas realizadas na igreja. Na quinta e na sexta-feira santas é tradicional a peregrinação à Santa Cruz, que consiste em um grande cruzeiro situado no cimo da serra que se eleva a leste da cidade. Pessoas há que aproveitam a ocasião para pagar promessas, depositando ao pé da cruz peças de cêra ou madeira, os milagres, representando a parte do corpo curada. Outras pessoas, como penitência, sobem a montanha carregando ao ombro pedras que, igualmente, depositam ao pé do santo lenho.

O mês de maio é devotamente festejado. Cada dia é dedicado a uma família ou grupo de famílias de maior prestígio, a quem compete a ornamentação da igreja para a realização da trintena. À noite, reúnem-se fiéis de tôdas as classes para louvarem a Mãe Santíssima.

No dia 1.º de junho, algumas pessoas devotas de Santo Antônio começam a rezar a trezena em suas próprias casas. Terminam no dia 13 com cânticos, foguetes e licores.

Outra festa intensamente comemorada no município é o São João. Nas ruas fincam-se árvores ornamentadas com flechas de cana e que têm amarradas nos galhos frutas e garrafas de bebidas.

O São Pedro é também festejado da mesma forma, porém com menor intensidade por ser considerado festa de viúvos.

No dia 8 de setembro celebra-se a maior festa religiosa do município — a festa da padroeira, Nossa Senhora da Saúde. Precede esta festa uma novena. No dia 8 há missa festiva e procissão. À noite, organiza-se uma feira chique com leilão, jôgo do coelho e outras atrações.

O Natal é festejado com entusiasmo. Na Praça do Comércio, improvisa-se uma feira com barracas de doces e jogos. Faz-se uma quermesse em benefício da igreja ou de outra instituição. As môças vestidas à cigana lêem a sorte, pelo que cobram um pequeno tributo. Outras se improvisam de guardas e, com ruidosos apitos, prendem os rapazes em recintos de sapé. Os reclusos são postos em liberdade mediante o pagamento de pequena quantia para a instituição em cujo benefício se promove o festejo.

Antes do Natal, nas casas de família, improvisam-se interessantes presépios que são desarmados no dia de Reis. Festeja-se também o Ano-Bom.

Os reisados, que outrora eram freqüentes, hoje são raros e as corridas de argolinha só esporàdicamente se promovem.

Nota-se de ano para ano menos entusiasmo em todos êsses festejos, cuja tendência é tomarem outros aspectos ou mesmo desaparecerem.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLITICA — Existiam 7 200 eleitores no município, dos quais 3 300 compareceram às urnas em 1954. Compõem a Câmara Municipal 8 vereadores. Em 1956 serviram no município 81 funcionários, assim qualificados: 34 federais, 31 estaduais, 15 municipais e 1 autárquico. A segurança pública era mantida por 20 policiais civis e 4 militares.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir transcrito revela as cifras que, no setênio 1950-1956, no município da Saúde, arrecadaram a União e o Estado bem como as

que, no mesmo período, a própria Comuna arrecadou e despendeu:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	128	541	1 104	553	1 130
1951.......	128	765	799	598	705
1952.......	127	687	730	613	824
1953.......	170	587	1 147	906	1 428
1954.......	234	814	1 502	812	1 511
1955.......	176	1 170	1 660	938	1 322
1956.......	146	1 485	1 111	458	1 000

JUSTIÇA — Em 1916 o território da Saúde tornou-se têrmo anexo à comarca de Jacobina, tendo como seu primeiro magistrado o Dr. Edgar Carneiro. Essa situação perdurou até 1944, quando o têrmo judiciário constituído pelo município foi transferido para a comarca de Campo Formoso por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro da divisão administrativa e judiciária em vigência no qüinqüênio 1944-1948, sendo retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944.

No quadro anexo à Lei n.º 175, de 2 de julho de 1949, que dispõe sôbre a Organização Judiciária do Estado, o município da Saúde é comarca de 1.ª entrância e constitui-se de um têrmo único. A referida Comarca, entretanto, não entrou em funcionamento, pelo que continuam os seus serviços judiciários na dependência da comarca de Campo Formoso.

Existem 12 cartórios, sendo 2 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 48 feitos, todos no cível.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município são chamados "saudenses". Por possuir o município bom clima e apresentar ótimas condições de salubridade conserva o topônimo de Saúde, que lhe deram os bandeirantes.

O Prefeito ora em exercício é o Sr. Justino de Almeida Filho. É presidente da Câmara o Sr. Jonas Carvalho, eleito para o período legislativo iniciado em 7-4-1957.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Antônio Passos Gonçalves Peralva; Chefe da Agência Municipal de Estatística Sílvio Sousa Vieira.)

SEABRA — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

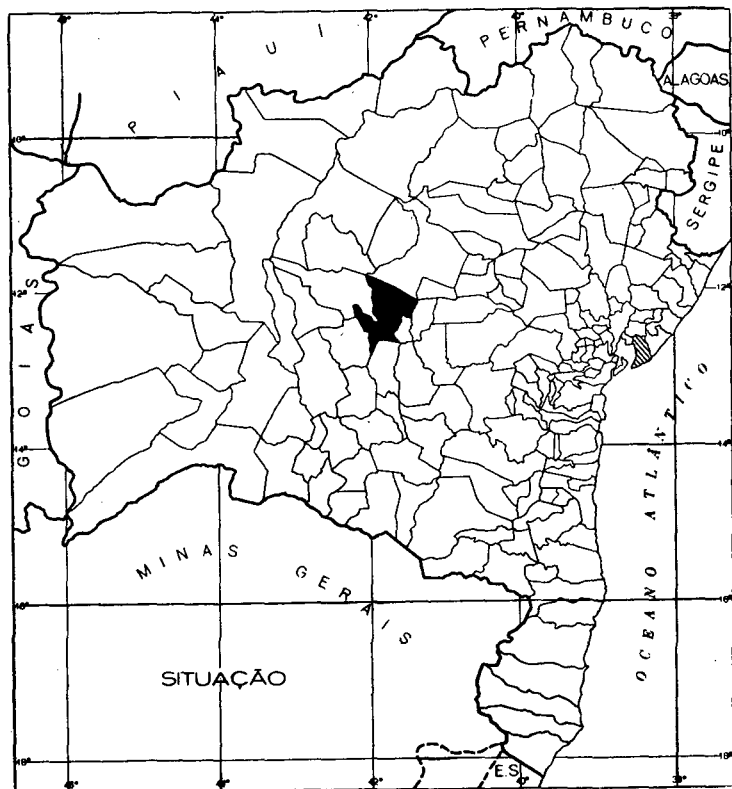
HISTÓRICO — Em princípios do século XVII, florescendo as minas de ouro de Jacobina e de Minas do Rio de Contas, a metrópole determinou a abertura de uma estrada que ligasse os dois núcleos de exploração aurífera. Essa estrada, que cortava as terras hoje pertencentes ao atual município de Seabra, então desertas, atraiu os seus primeiros povoadores constituídos na maior parte de portuguêses que, depois de desiludidos com as exigências reais vinculadas à mineração, aí se fixaram, organizando fazendas de criatório e de lavoura, que ainda conservam os nomes primitivos de São José, Cêrco, Alegre e Canguçu. Documentos e registros públicos referentes a doações feitas pelo govêrno imperial de fazendas aos antigos desbravadores dêste território confirmam a maneira do seu povoamento no início.

É tradição oral de que o primeiro núcleo de população nasceu no local Parnaíba, hoje vila de Iraporanga ex-Esconso), também situada à margem da dita estrada real e talvez devido a existência de água abundante na lagoa que lhe deu o nome, vindo depois o início do povoamento da atual sede do município, originário de um aglomerado de casas de palha, situado no cruzamento do rio Cochó com a estrada referida, que servia de pouso, especialmente nas paradas resultantes das cheias dêste rio, aos viajantes que o chamavam Passagem de Jacobina.

Nesta povoação, já com o nome de Campestre e pertencente ao município de Nossa Senhora do Livramento do Rio de Contas, a capela construída anteriormente foi elevada à sede da freguesia de Nossa Senhora da Conceição do Campestre, pela Lei provincial de 15 de março de 1847, confirmada pela Lei n.º 899, de 15 de maio de 1863, a partir de quando foi criado o distrito de paz de Campestre. Posteriormente, pela Resolução provincial n.º 1 014, de 8 de maio de 1868, foi a citada freguesia transferida para o município de Lençóis. Por influência do coronel Heliodoro de Paula Ribeiro, vulto de grande prestígio no sertão, foi o arraial de Campestre elevado à categoria de vila, com a denominação de Vila Agrícola de Campestre, pela Lei provincial n.º 2 652, de 14 de maio de 1889, que também criou o município de Campestre, com território desmembrado do de Lençóis, sendo instalado a 14 de dezembro do mesmo ano. Pelo Decreto n.º 491, de 27 de junho de 1891, foi a vila elevada à categoria de cidade, com o nome de Campestre. A Lei estadual n.º 776, de 25 de maio de 1910, criou o distrito de Jatobá, ocorrendo a sua instalação depois de 1911. Na divisão administrativa de 1911, o município aparece formado por um único distrito — o de Campestre. O município teve sua denominação mudada para "Dr. Seabra", pela Lei estadual n.º 1 126-A, de 27 de agôsto de 1915, em homenagem ao então Governador do Estado, Doutor J. J. Seabra. Pelo Decreto estadual número 7 119, de 13 de dezembro de 1930, o povoado Poço de Manoel Félix foi elevado à categoria de vila, com o nome de João Pessoa, criando-se o distrito pelo Decreto estadual n.º 8 416, de 10 de maio de 1933. Pelos Decretos estaduais n.º 7 455, de 23 de junho de 1931, e n.º 7 479, de 8 de julho do mesmo ano, o município e a cidade tiveram os nomes simplificados para Seabra. Nas divisões administrativas até 1938, o município aparece formado dos distritos de Seabra, Várzea do Caldas, Parnaíba, Jatobá e João Pessoa. O município de Seabra figura com o distrito-sede e os de Baraúnas (ex-Jatobá), Iraporanga (ex-Esconso e ex-Parnaíba), Iraquara (ex-João Pessoa) e Várzea do Caldas nas divisões administrativas seguintes e até a vigência da do qüinqüênio 1954-1958, decorrente da Lei estadual n.º 628, de 31 de dezembro de 1953, que criou o distrito de Licuri, desmembrado do de Iraporanga, ficando sua composição administrativa constituída de seis distritos: Seabra, Baraúnas, Iraporanga, Iraquara, Licuri e Várzea do Caldas.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina e está totalmente incluído no "Polígono das Sêcas", fazendo parte o seu território do vale do São Francisco. Limita-se com os municípios de Bro-

tas de Macaúbas, Ibitiara, Lençóis, Morro do Chapéu, Palmeiras e Piatã.

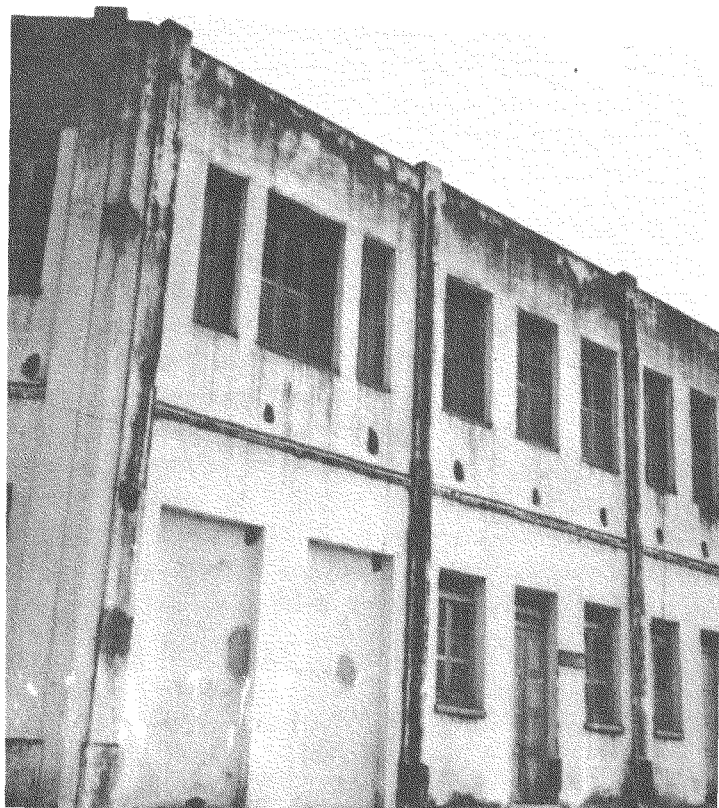
A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas: 12° 25' 04" de latitude Sul e 41° 46' 04" de longitude W.Gr. Está no rumo O.N.O., partindo da capital do Estado, de onde dista, em linha reta, 343 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 800 m.

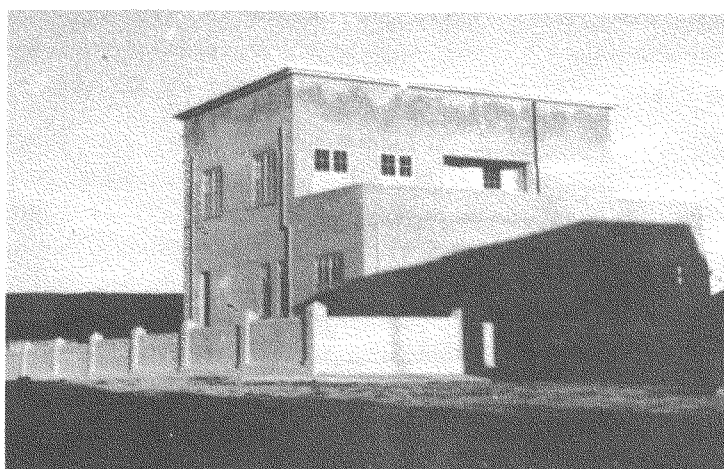
ÁREA — A área é de 4 464 km², sendo um dos mais extensos do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia é acidentada pela presença da cordilheira do Cincorá e pelos contrafortes da serra da Mangabeira. As serras da Conceição, Agreste ou Gado Bravo, Macamba, Cincorá e Jequi são as mais importantes. Os picos dominantes são o Morro Sobrado, com altitude calculada em 900 metros nas serranias da Conceição, e os cumes das serras do Gado Bravo e Jequi, com altitudes calculadas de 1 300 e 1 200 metros, respectivamente. O principal rio do município é o Cochó ou Santo Antônio, que nasce nas serra dos Três Morros e banha a cidade de Seabra e a vila de Baraúnas. Recebe os seguintes afluentes: Campestre, Prata, Tijuco, Ribeirão e Prêto. A região banhada pelas suas águas é fértil e apropriada à criação do gado. É tributário do rio Paraguaçu, no qual desemboca com o nome de Santo Antônio. Há ainda o córrego Gado Bravo, afluente do rio Jacaré ou Vereda de Romão Gramacho, afluente do rio São Francisco. Existem duas cachoeiras, a dos Dois Braços, formada pelos rios Cochó e Prêto, e a do rio Campestre, ambas formadas por alguns rios temporários. No território dêste município encontram-se várias lagoas, dentre as quais as mais importantes são as seguintes: lagoa da Parnaíba. na vila de Iraporanga, com 400 x 200 metros, destacando-se as suas águas sulfurosas; lagoa do Piroca, no distrito de Iraporanga e a lagoa do Segrêdo, no povoado Segrêdo, distrito de Iraquara. Entre as grutas, citam-se as seguintes: a gruta dos Caboclos, sita no povoado Torrinha, do distrito de Iraporanga, distante 37 km da cidade; no interior desta gruta existem salões de 10 e mais metros de altura, com vários arabescos que se presumem sejam inscrições indígenas; a gruta da Torrinha, localizada no distrito de Iraporanga, com 150 por 12 metros de extensão, possuindo notável depósito de água; a gruta da Pratinha, na fazenda dêste nome, no distrito de Iraporanga, de 2 500 metros quadrados, apresentando vasto salão ornado de estalactites e estalagmites; a gruta de Pedra Furada, localizada na fazenda dêste nome, no distrito de Iraporanga, com cêrca de 10 000 metros quadrados e servindo de aguada local; a gruta da Lagoa Sêca, na fazenda dêste nome, no distrito de Iraporanga, com 150 x 12 m de extensão.

CLIMA — O clima é subtropical e ameno. A temperatura da sede municipal no ano de 1956 apresentou as graduações seguintes: máxima de 32°C, mínima de 12°C e média compensada de 25°C. A precipitação pluviométrica em 1956 elevou-se a 947 mm, com o máximo em 24 horas estimado em 95 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — A fauna possui animais silvestres: onça, gato-do-mato, tamanduá, veado, ouriço caixeiro, etc., e aves como papagaios, periquitos, pombos e outras. A flora é variada, apresentando madeira de lei, grande quantidade de lenha e plantas medicinais e oleaginosas. A riqueza mineral é abundante, sobressaindo as jazidas de cristal de rocha de Santo André, Antônio Francisco, Boa Sorte, Banha Tatu, Paomeirinha, Campestre e Córrego, no distrito de Seabra, as de Mata Piolho e Mocambo, no distrito de Várzea do Caldas, e as de Jatobá, Saco Redondo, Velame e Morro Redondo, no distrito de Baraúnas. As minas de diamantes e carbonados mais conhecidas são as do riacho do Mel, lagoa do Poli, Chapadinha, Serrinha e Gentio, localizadas no distrito de Iraporanga, e Água de Rega, Gado Bravo, Inhame, Santo Antônio e Alagadiço, no distrito

Prefeitura Municipal.

de Seabra. Nas grutas de Iraporanga e na baixa do Salitre, no distrito de Iraquara, há minas inexploradas de salitre julgadas inesgotáveis. No distrito de Baraúnas existem ricas jazidas de ametista, que já estiveram em exploração. No povoado São José, distrito de Iraporanga, existem jazidas de enxôfre e alúmen, vulgarmente chamado pedra-ume. Dessas riquezas só o cristal de rocha está sendo explorado.

POPULAÇÃO — A população do município, em 1950, era de 37 216 pessoas, com a densidade demográfica de 8 habitantes por quilômetro quadrado. Dos residentes, 89% estavam localizados no quadro rural. Quanto ao sexo, predominavam 19 403 mulheres e, quanto à côr, a maioria era formada por 26 103 pardos, seguidos de 6 057 brancos. No total dos habitantes recenseados em 1950 para um grupo de 100 homens, encontraram-se 109 mulheres e, quanto ao estado civil, para as pessoas de 15 anos e mais, a maioria era composta de 10 929 casados.

Agência dos Correios e Telégrafos.

A população do município para o ano de 1957 está estimada em 42 000 habitantes.

Aglomerações urbanas — Em 1950 existiam cinco aglomerados urbanos com os seguintes habitantes: a cidade de Seabra com 1 135 e as vilas de Baraúnas com 918, Iraporanga (ex-Esconso) com 953, Iraquara com 799 e Várzea do Caldas com 316 habitantes. Em 1953 foi o município acrescido da vila de Licuri, com a população estimada de 400 habitantes.

Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município possui, ainda, os principais povoados abaixo com as seguintes populações estimadas para 1957: Riacho do Mel 600 habitantes, Água de Rega 500, Palmeiras do Mendes 400, Antônio Francisco, Lagoa de Boa Vista e Segrêdo 380 cada, Canabrava dos Martins, Gado Bravo, Várzea da Canabrava 350 cada, Palmeirinha e São José 320 cada, Sohém 300, Cêrco e Torrinha 250 cada, Duas Passagens 230, Bebedouro, Ingàzeiro, Passagem do Velame 200 cada, Alagadiço, Campestre, Espinho e Cascudo 150 cada, Cochó do Malheiro e Inhame 130 cada e Carrapicho e Vaca Sêca com menos de 100 habitantes cada.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 43% estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A agricultura é atividade fundamental à economia do município, salientando-se a cultura do café. Seabra é considerado o celeiro agrícola das Lavras Diamantinas.

Agricultura — O valor da produção agrícola no ano de 1955, embora prejudicada pela sêca, elevou-se a 47 197 milhares de cruzeiros, contribuindo o café, que foi o principal produto, com 12 106 milhares de cruzeiros, correspondendo a 28% do valor total da produção agrícola. Seguem-se, em ordem de valor, a cana-de-açúcar, a mandioca, o feijão e o milho. Produz ainda frutas, aipim, alho, arroz, batata, cebola, fava, fumo em fôlha e mamona. No seu território há faixas de terra apropriadas ao cultivo de frutas européias, como uvas e maçãs. Classificou-se em 3.º lugar no Estado, no ano de 1955, quanto à produção de milho, em 5.º quanto à de cebola, em 8.º quanto à de cana-de-açúcar e em 9.º quanto à de feijão. Os produtos agrícolas são exportados em grande escala para as praças de Salvador, Itaberaba, e Palmeiras. Presta assistência à agricultura e à pecuária o Pôsto Agropecuário de Seabra, no distrito de Iraporanga, mantido pelo Ministério da Agricultura.

Pecuária — A atividade pecuária possuía em 1956 os seguintes efetivos: 16 000 asininos, 15 000 ovinos, 14 000 suínos, 5 000 eqüinos, 4 000 caprinos e 2 000 muares.

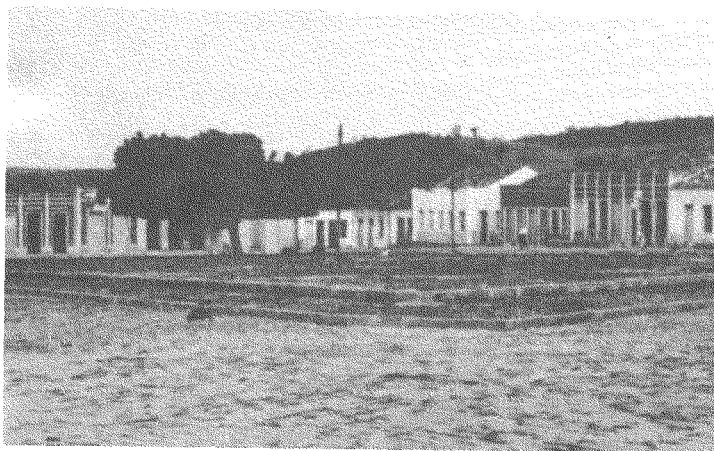
Indústria — O valor da produção industrial no ano de 1955 elevou-se a 11 465 milhares de cruzeiros, tendo a indústria extrativa contribuído com 10 622 milhares. Sobressaiu-se a produção de cristal de rocha com 6 milhões de cruzeiros, seguindo-se a extração de lenha, a de madeiras e de pó de palha de ouricuri. Produz ainda farinha de mandioca, tijolo, telha e vinho de frutas.

Artesanato — A produção artesanal é representada pela preparação doméstica de requeijão, manteiga e rapadura, e pelo preparo do fumo em corda.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador, Palmeiras e Itaberaba. Em 1956 existiam 170 estabelecimentos comerciais em todo o município. O giro comercial atingiu 37 475 milhares de cruzeiros em 1956. O salário-mínimo oficial está fixado em Cr$ 2 000,00.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Apesar de não ser o município servido por uma rodovia-tronco, encontra-se em fase de construção pelo govêrno federal o trecho da Bahia—Goiás. Liga-se a sede municipal às cidades vizinhas, via rodoviária, nas distâncias seguintes: Brotas de Macaúbas (180 km), Ibitiara (96 km), Lençóis (84 quilômetros), Morro do Chapéu (167 km), Palmeiras (45 quilômetros) e Piatã (132 km); à capital do Estado, via rodoviária (670 km); à capital Federal, via rodoviária (1 761 km).

Na cidade de Seabra está localizada uma Agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada à margem direita do rio Cochó, na confluência dêste com o rio Campestre, no planalto da Chapada Diamantina. Conta 332 prédios. Em 1956 possuía 9 logradouros, sendo 4 pavimentados e 2 arborizados. Dêstes os principais são a Praça Benjamin Constant, onde se acha localizado o comércio e se realiza a feira-livre semanal, a Praça da Bandeira e a Rua Souto Soares. A rêde de energia elétrica estende-se a 6 logradouros e serve a 82 prédios. Estavam registrados em 1956 na Prefeitura Municipal 1 automóvel e 4 caminhões. Existem duas pensões.

Praça Benjamin Constant.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada através do Ambulatório Médico do S.E.S.P. Existe uma farmácia na cidade e 3 estabelecimentos comerciais localizados no interior vendem drogas e produtos farmacêuticos. O município faz parte do Setor n.º 12, do Departamento Nacional de Endemias Rurais sediado em Itaberaba.

ALFABETIZAÇÃO — Pelo Recenseamento Geral de 1950, a população do município, de 5 anos e mais, era de 30 993 habitantes, dos quais 20% sabiam ler e escrever.

Ensino e educação — A rêde escolar do ensino primário fundamental comum em 1956 era formada de 43 unidades escolares com 1 430 alunos matriculados, e, segundo a dependência administrativa, estava assim distribuída: 10 estabelecimentos estaduais com 13 professôras e 376 alunos matriculados, 33 municipais com 33 professôras e 1 054 alunos matriculados. Registra-se, ainda, a existência de 9 cursos da Campanha de Alfabetização de Adultos. O principal estabelecimento do ensino primário é o Grupo Escolar Juraci Magalhães, localizado na cidade.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Registra-se a existência de uma biblioteca pública da Agência de Estatística, com menos de 1 000 volumes. O Empório Social Seabrano é a única sociedade existente.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — A criação do município de Campestre, desmembrado do de Lençóis, foi conseqüência de desentendimentos entre grupos políticos das duas localidades. Nessa ocasião, as Lavras Diamantinas foram teatro de lutas sangrentas. Inúmeros foram os combates travados no território de Seabra, distinguindo-se os do Cochó do Malheiro, em 1895, que convulsionaram o sertão e particularmente as Lavras Diamantinas, quando foi completamente arrasada uma povoação de 150 casas. Esta situação de lutas armadas e vinditas entre grupos adversários só terminou em 1930, com o advento da Revolução.

Existe um obelisco no fundo da igreja de São Sebastião, na cidade, de autoria do padre João Pedro Alves.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Constituem objeto de estudo as belezas naturais das grutas existentes, destacando-se a da Pratinha, no distrito de Iraporanga. As águas sulfurosas da vila de Iraporanga atraem, na época do inverno rigoroso, quando o seu clima se apresenta temperado, grande número de pessoas.

CULTOS RELIGIOSOS — É o município sede da paróquia de Nossa Senhora da Conceição, subordinada ao bispado da Barra, e conta, além da Matriz, uma igreja e 38 capelas. Do culto não católico, existe 1 templo na vila de Várzea do Caldas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Além de outras festas comuns da Igreja Católica, a principal festa religiosa é a de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da cidade.

Ccmo divertimento popular, embora venha decaindo nos últimos anos, os mais animados são os ternos de reis, realizados de 24 de dezembro a 6 de janeiro, com exibições nas casas de família e no pátio da igreja. São ensaiados prèviamente e formados com rapazes e môças que se apresentam comumente fantasiados e cantando, acompanhados de orquestras típicas, em tôrno de um "boi".

É comum na zona rural o "adjunto" ou "boi", consistindo no ajuntamento de trabalhadores rurais convidados por vizinhos para lhes prestarem auxílios nos trabalhos de roça, em qualquer fase. Trabalham em conjunto, ao som de versos, cantados em voz alta; o interessado serve-lhes comidas e bebidas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía 2 834 eleitores inscritos, tendo votado 2 020 nas eleições de 1954. O atual Legislativo compõe-se de 12 vereadores. Exerciam, em 1956, as suas atividades no município 116 funcionários civis, assim distribuídos: 6 federais, 29 estaduais, 80 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o movimento da arrecadação pública e da despesa realizada pela municipalidade no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	137	504	249	221	197
1951	223	637	688	334	552
1952	167	491	724	354	1 002
1953	107	516	1 118	366	1 127
1954	70	733	944	410	943
1955	225	1 525	1 198	543	1 023
1956	369	2 042	1 872	762	1 410

JUSTIÇA — A criação do fôro civil e conselho de jurados em Campestre data de 19 de julho de 1890. Pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, o município de Campestre passou a têrmo da comarca das Lavras Diamantinas, sendo a de Campestre criada e desmembrada desta última pela Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, formada pelos têrmos de Campestre e de Bom Jesus do Rio de Contas. O têrmo de Campestre foi extinto e anexado ao de Palmeiras pelo Decreto estadual n.º 264, de 4 de outubro de 1904, e a comarca foi extinta pelo Decreto n.º 266 da mesma data, voltando a ser anexada à das Lavras Diamantinas. A comarca foi restaurada com o nome de Doutor Seabra, pela Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, formada pelos têrmos do mesmo nome, Bom Jesus do Rio de Contas e Guarani. Em 1929 foi a comarca novamente extinta pela Lei estadual n.º 2 225, de 14 de setembro, voltando a pertencer à das Lavras Diamantinas. Na divisão administrativa de 1936, o têrmo Doutor Seabra faz parte

da comarca das Lavras Diamantinas que, na divisão de 1937, aparece com o nome de Lençóis, aí permanecendo até 1945, quando o Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho, restaurou a comarca com o nome de Seabra, constituída de têrmo único, situação que permanece, no qüinqüênio 1954-1958. É comarca de 1.ª entrância e conta com 10 cartórios, dos quais 6 são do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 70 feitos, sendo 63 cíveis e 7 criminais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais da região denominam-se seabrenses. O significado do nome atual do município decorre de homenagem ao Dr. José Joaquim Seabra, grande vulto baiano. O Prefeito em exercício é o Dr. Sílvio Martins de Almeida e o Presidente da Câmara Municipal, no período iniciado a 7 de abril de 1957, é o Sr. Aloísio de Sousa Rocha. O primeiro Intendente municipal foi o capitão Aprígio José da Silva Leão e o primeiro presidente da Câmara Municipal, Ezequiel Duarte Pinheiro.

As estiagens prolongadas provocam êxodo para as matas de Andaraí e para o sul do País.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal, por José P. Torres Filho; Chefe da Agência Municipal de Estatística — José Alves Filho.)

SENHOR DO BONFIM — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O município do Senhor do Bonfim teve origem no povoamento da Região por portuguêses, com elementos escravos e indígenas, ao seguirem a rota das bandeiras que se dirigiam às margens do rio São Francisco, ou às minas de ouro de Jacobina, que atraíram inúmeros aventureiros.

A área onde está localizada a cidade do Senhor do Bonfim, ainda no século XVII, abrigava apenas rancharia de tropeiros. Êsse primitivo núcleo demográfico situava-se à margem de uma lagoa, recentemente drenada, aos fundos da atual Praça Juraci Magalhães, na confluência com a Rua Visconde do Rio Branco.

A povoação mais próxima, naquela época, era o arraial de Missão do Saí, em cujas proximidades se localizava o aldeamento dos índios patachó, primitivos habitantes da Região. Aquêle arraial era dirigido pelos religiosos franciscanos que, ali, em 1697, erigiram convento e igrejas, sob a invocação de Nossa Senhora das Neves. Suas ruínas, até bem pouco tempo, ainda existiam.

Em 5 de agôsto de 1720, foi por Carta Régia criada a Vila de Jacobina com sede no arraial de Missão do Saí. A fundação ocorreu a 24 de junho de 1722, tendo sido transferida a sede em 1724 para o de Jacobina, atualmente cidade dêste nome.

Em tôrno da primitiva rancharia foram construídas novas habitações à margem da "estrada das boiadas", atualmente Estrada Real Bonfim—Juàzeiro, desenvolvendo-se uma povoação que, em 1750, recebeu oficialmente o nome de Arraial do Senhor do Bonfim da Tapera. Depois, em 1795, foi elevado a "Julgado" pelo Ouvidor-Geral Florêncio José de Morais.

Em 1797, atendendo a pedido da população local, o arraial foi elevado à categoria de vila pela Carta Régia de 1.º de julho, com o topônimo de Vila Nova da Rainha. A instalação, porém, só ocorreu em 1.º de outubro de 1799, sendo feita em 3 do mesmo mês e ano a primeira eleição popular para preenchimento dos cargos necessários à administração.

Pela Lei provincial número 2 499, de 28 de maio de 1885, a Vila Nova da Rainha foi elevada à categoria de cidade, com o topônimo de Bonfim que, também, designava o município até 1944. Instalado êste, em 7 de janeiro de 1887, pelo Juiz de Direito interino Dr. Aurélio Pires de Carvalho e Albuquerque, ficou constituído de dois distritos: Bonfim e Jaguarari.

Na Divisão Administrativa relativa a 1933, o município aparece composto por 3 distritos: Bonfim, Catuni e Carrapichel.

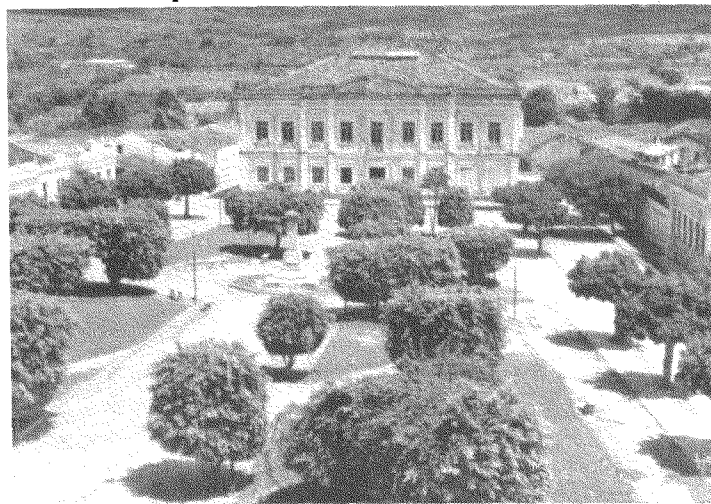
Segundo as divisões territoriais de 1936 e de 1937 e nos quadros anexos ao Decreto-lei número 10 724, de 30 de março de 1938, e ao Decreto número 11 089, de 30 de novembro do mesmo ano, Bonfim compunha-se dos distritos de Bonfim e Carrapichel, permanecendo sem alteração até 1944.

Em face do Decreto-lei número 141, de 30 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial para o período 1944-1948, o município e a cidade tiveram o nome alterado para Senhor do Bonfim. Ainda pelo mesmo decreto, o município de Jaguarari foi extinto e seu território anexado, como distrito, ao de Senhor do Bonfim. Desta maneira, Senhor do Bonfim ficou formado dos distritos de Senhor do Bonfim, Carrapichel e Jaguarari.

Todavia, por fôrça do Decreto número 12 978, de 1.º de junho de 1944, Jaguarari foi restaurado e Senhor do Bonfim retornou à composição anterior de dois distritos: — Senhor do Bonfim e Carrapichel.

Atualmente, de acôrdo com a Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, está constituído de cinco distritos: Senhor do Bonfim (sede), Carrapichel, Andorinha, Igara e Tijuaçu.

Em princípios de 1889, foi a cidade do Senhor do Bonfim distinguida com a visita de Sua Alteza o Conde d'Eu, sendo recebido sem demonstração de entusiasmo por parte do povo.

Por ocasião da proclamação da República, Senhor do Bonfim foi a primeira cidade da Bahia a aderir à nova for-

Praça Juraci Magalhães.

ma de govêrno, antes mesmo da Capital do Estado; o pavilhão republicano foi ali hasteado por Manuel Vitorino, depois eleito vice-presidente da República. No dia 17 de novembro de 1889 realizou-se festiva passeata pelas ruas da cidade, acompanhada pela Filarmônica Ceciliana. Dirigiu as manifestações o Dr. José Gonçalves, eleito, depois, o primeiro governador constitucional do estado da Bahia.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Senhor do Bonfim. Encontra-se na extensa região do "polígono das sêcas", fazendo parte o seu território da bacia hidrográfica do São Francisco.

Limita com os municípios de Campo Formoso, Itiúba, Jaguarari, Monte Santo e Pindobaçu.

A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 10° 27' 32" de latitude sul e 40° 11' 22" de longitude W. Gr. Rumo em direção da Capital do Estado para o município — N.N.O. Distância em linha reta à Capital — 318 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 545,259 metros, tomando por referência a chapa cravada no lado direito da entrada para a sala de passageiros da estação ferroviária. O Conselho Nacional de Geografia, através da Secção de Nivelamento, registrou outras altitudes na cidade e no interior do município, variando de 425,948 a .... 568,503 metros.

ÁREA — A área do município é de 2 268 km²

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Parte do município está na região da serra do Espinhaço, sendo seus contrafortes conhecidos pelos nomes de Serra do Gado Bravo, Serra do Mamão, Serra do Catuni, Serra do Jaguarari, Serra dos Morgados e Serra da Varzinha.

Ginásio Sagrado Coração.

Há poucos rios e ribeiros no município. Mencionam-se o Itapicuru-Mirim que, nascendo na fazenda Guararapes, no município de Campo Formoso, corta o município do Senhor do Bonfim, banhando-lhe extensa faixa de terra; o Cariacá, cujas nascentes se originaram no Brejo do Vigia, no município de Campo Formoso; o Maravilha, o Mocó e o Engenho Velho, todos perenes, originários da serra do Gado Bravo, a pequena distância da sede municipal.

O município possui alguns açudes, merecendo menção o Sohen, situados nas proximidades da vila da Igara, com capacidade para 16 000 000 de metros cúbicos e o Riacho do Sítio com capacidade para 896 000 metros cúbicos.

CLIMA — Clima temperado. As chuvas são escassas no município. As precipitações verificam-se no verão, de maneira incerta, por ocasião das trovoadas de novembro até março, sucedendo não se verificarem durante um, dois e mais anos. Do mesmo modo, no inverno, as precipitações são incertas e irregulares, ocorrendo em épocas normais nos meses de maio a julho. Nos meses de agôsto e setembro a temperatura é fria. As precipitações anuais atingem em média 540 mm.

A temperatura da sede municipal apresentou em 1956 os seguintes dados: 37°C (máxima), 12°C (mínima), e 25°C (média).

RIQUEZAS NATURAIS — O revestimento florístico apresenta exemplares de cedro, vinhático, putumuju, amargoso, maçaranduba, baraúna, vilão, taipoca, sucupira, umburana, oiti e pau-fava, todos em pequena quantidade.

A fauna compõe-se de grande variedade de aves e de animais de pequeno porte.

Análises realizadas em amostras minerais do município acusaram a existência de manganês, ferro, cobre, zinco, cobalto, enxôfre e fósforo.

POPULAÇÃO — A população do município segundo o Recenseamento de 1950 era de 31 652 habitantes com a seguinte composição: 14 596 homens, 17 056 mulheres, 22 150 pardos, 8 135 brancos e 1 279 pretos. Das pessoas de 15 anos e mais, em número de 18 239, 7 296 eram solteiros, 9 475 casados, 1 465 viúvos e 3 desquitados. A população de 5 anos e mais era de 26 919 habitantes, sendo 12 256 homens e 14 663 mulheres. Daquele total, sabiam ler e escrever 10 395 pessoas, sendo 5 233 homens e 5 162 mulheres, ou seja, 38,62%.

Praça Dr. Antônio Gonçalves.

A população da sede municipal, de 5 anos e mais, era de 8 677 habitantes. Dêstes, 5 168 sabiam ler e escrever (2 519 homens e 2 649 mulheres). A população total da Cidade era de 10 113 habitantes, sendo 4 468 homens e 5 645 mulheres. A população do município em idade ativa (10 anos e mais) era de 22 387 habitantes, sendo 9 950 homens e 12 437 mulheres.

Dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" 5 179 indivíduos, o que corresponde a 23,13% das pessoas em idade ativa.

No quadro rural estavam localizados 24,34% da população do município. A estimativa da população para 1957 é de 35 000 habitantes.

Aglomerações Urbanas — As aglomerações urbanas em 1950 eram as seguintes: a Cidade com 10 113 habitantes, e a vila de Carrapichel com 778 habitantes.

Em 1953, foram criadas mais três aglomerações, as vilas de Andorinha, Igara e Tijuaçu, cuja população, segundo estimativa, é de 600, 2 000 e 500 habitantes, respectivamente.

A população da cidade estimada para 1957 é de 13 000 habitantes.

Outras Aglomerações — Conta ainda o município com os seguintes povoados: Estiva (com 450 habitantes), Quicé (com 360), Cachoeirinha (com 350), Cariacá (com 260), Terreirinho (com 270), Umburanas (com 250), Missão do Saí (com 300) e Baraúna (com 200).

ATIVIDADE ECONÔMICA — A mais importante atividade econômica do município é a agricultura, cujas principais culturas são a mandioca, o feijão, o milho, a mamona, o fumo e o sisal. Cultivam-se, também, arroz, cana-de-açúcar e frutas.

Há extração de coquilhos e pó de palha de ouricuri ou licuri.

Agricultura — O valor da produção agrícola, em 1955, atingiu a 11 115 milhares de cruzeiros, tendo o feijão, o milho e o café contribuído com as maiores parcelas.

Pecuária — Cria-se gado, havendo exportação em pequena escala para o estado de Pernambuco. Os efetivos da população pecuária em 1956 estavam estimados em 10 000 bovinos, 1 000 eqüinos, 2 800 asininos, 1 000 muares, 6 000 suínos, 5 000 ovinos e 12 000 caprinos.

Um pôsto de Criação, um pôsto de Vigilância Sanitária Animal e um Campo de Multiplicação de Sementes de Fumo existem no município destinados ao fomento agropecuário.

Indústria — O valor da produção industrial, em 1956, foi de 35 112 milhares de cruzeiros assim distribuídos: extração de óleos vegetais 20 579 milhares, produtos alimentares 4 859 milhares, bebidas e estimulantes 2 517 milhares, fubá de milho 1 852 milhares, calçados em geral 1 470 milhares, sabão 1 504 milhares, cordas de sisal 565 milhares, papelaria 450 milhares, energia elétrica 351 milhares, torrefação de café 270 milhares, farinha de mandioca 245 milhares, móveis de madeira 261 milhares, rapadura e aguardente 81 milhares e outros 132 milhares de cruzeiros. O mais importante estabelecimento industrial é a Fábrica de Óleos Bonfim, da firma Augusto Roters & Cia.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade do Senhor do Bonfim liga-se à Capital Federal via ferroviária (2 270 quilômetros) e rodoviária (1 840 km); à Capital do Estado via ferroviária (439 km) e rodoviária (405 quilômetros); às cidades vizinhas de Campo Formoso via ferroviária (32 km) e rodoviária (30 quilômetros), Itiúba via ferroviária (53 quilômetros) e rodoviária (60 km), Jaguarari via ferroviária (27 quilômetros) e rodoviária (27 quilômetros), Monte Santo via rodoviária (120 km) e Pindobaçu via ferroviária (46 quilômetros). É servida por meio de rodovias federal, estadual e municipal. Existem no município 2 estações ferroviárias da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, inauguradas em 31 de agôsto de 1887: a da cidade e a da vila de Carrapichel. Possui ainda 1 campo de pouso para pequenos aviões.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na sede municipal 11 estabelecimentos comerciais atacadistas e 108 varejistas; 2 agências bancárias e 1 agência da Caixa Econômica Federal. A agência do Banco do Brasil foi inaugurada em 16 de fevereiro de 1943 e a do Instituto de Fomento Econômico da Bahia em 13 de junho de 1948. A agência da Caixa Econômica Federal movimentou, em 1956, 2 640 cadernetas e fêz depósitos no montante de Cr$ 5 151 156,30. O giro comercial, em 1956, atingiu 127 825 milhares de cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade do Senhor do Bonfim, de simples rancharia no século XVII, passou a ser hoje uma cidade moderna com ruas pavimentadas, traçado regular e edificações modernas.

Educandário N. S.ª SS. Sacramento.

Conta com 81 logradouros públicos, 20 dos quais pavimentados, 34 abastecidos com água canalizada e 66 servidos de luz elétrica. O consumo de energia elétrica para fins de iluminação pública e particular e fôrça motriz foi, em 1956, de 432 000 kWh. 12 logradouros arborizados e alguns ajardinados embelezam a Cidade.

A topografia é ligeiramente acidentada. Dentre os edifícios merecem menção os da Prefeitura, do Ginásio Sagrado Coração, do Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento, da Loja Maçônica "União e Fraternidade Bonfinense" e dos Correios e Telégrafos.

Rua Manoel Vitotino.

A cidade possui 2 880 prédios, 1 198 dos quais servidos de luz elétrica e 423 abastecidos de água canalizada.

Funcionam 2 estabelecimentos de diversões: o Cine-Teatro São José e o Cine Ginásio, com lotação total de 890 lugares.

Registrados na repartição competente existem 6 hotéis, 7 pensões, 31 automóveis e 51 caminhões.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Conta o município com o Hospital Nossa Senhora da Piedade com 33 leitos, 2 postos especializados de Tracoma, 1 Pôsto de Puericultura, da Legião Brasileira de Assistência, 1 Pôsto de Higiene mantido pelo Estado e 1 Pôsto da Caixa de Aposentadoria e Pensões dos Ferroviários e Serviços Públicos da Bahia e Sergipe.

8 médicos, 4 dentistas, 1 farmacêutico e 1 veterinário exercem atividade no município. Existem 5 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Além da Legião Brasileira de Assistência, a Conferência do Senhor Bom Jesus do Bonfim e o Patrocínio São José, prestam assistência social à população pobre. Existe também a União Beneficente e Cultural dos Artífices de Bonfim, de fins mutuários.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com dados do Censo de 1950, 38,62% da população de 5 anos e mais sabem ler e escrever.

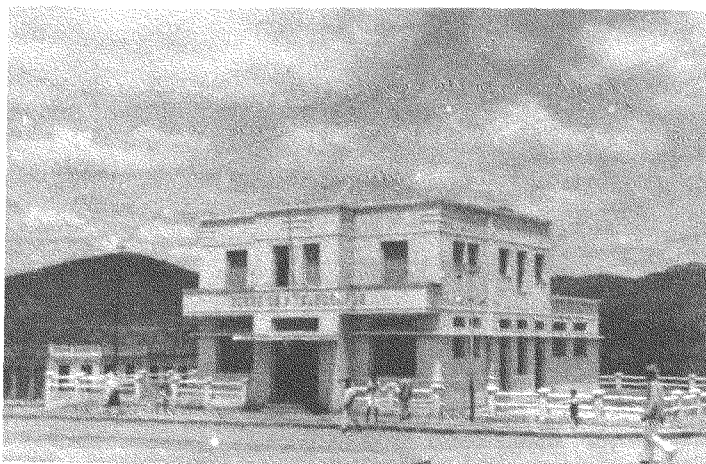
Ensino — Em 1956, havia 127 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com cêrca de 4 800 alunos matriculados, sendo 63 estaduais, 61 municipais e 3 particulares. O principal estabelecimento de ensino é o grupo Escolar Estadual Autricliano de Carvalho. Existem 2 estabelecimentos de ensino secundário, mantendo cursos ginasiais e pedagógico, servindo a vários municípios da região. O Educandário Nossa Senhora do Santíssimo Sacramento matriculou 329 alunos no comêço do ano letivo de 1957 e o Ginásio Sagrado Coração, 245.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Senhor do Bonfim possui 2 bibliotecas, a Municipal Borges de Barros e a Rui Barbosa, esta da Agência Municipal de Estatística, com mais de 1 000 volumes; 2 filarmônicas, uma com mais de 50 anos — a Sociedade Filarmônica 25 de janeiro, 2 associações dançantes e recreativas, 1 serviço de alto-falantes e 1 livraria. A Liga Desportiva Bonfinense congrega vários clubes desportivos.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Há na vizinhança do povoado Missão do Saí o Monte Tabor, onde fiéis erigiram uma capela no ponto mais elevado. Ali, há romaria durante os dias da Semana Santa, principalmente na sexta-feira. A população de grande parte do município para lá se dirige e faz penitências.

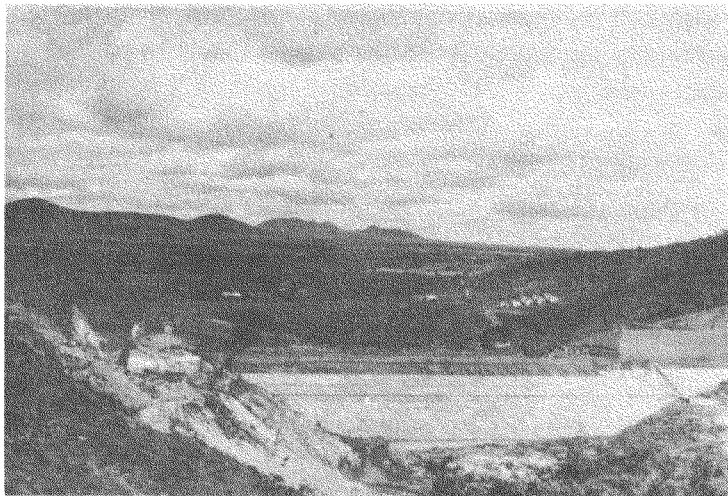
O povoado da Missão do Saí é localidade das mais antigas do município, vindo do início do povoamento da Região. Em suas proximidades, situava-se o aldeamento dos índios patachó, primitivos habitantes do município, dirigidos pelos franciscanos, que ali erigiram convento e igrejas sob a proteção de Nossa Senhora das Neves.

Na praça Juraci Magalhães ergue-se um obelisco comemorativo da elevação do povoado à categoria de vila, e de vila à cidade, com inscrições alusivas ao fato histórico. Merecem citação histórica as ruínas da igreja e do convento existentes no cemitério da Cidade.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O povoado Missão do Saí pelo seu passado poderá constituir atração turística. Ali viveram aldeados os índios patachó, primitivos habitantes do município, sob a orientação dos religiosos franciscanos.

Edifício dos Correios e Telégrafos.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede de bispado. A atual paróquia do Senhor do Bonfim data de 12 de dezembro de 1812. Além da catedral, existem a igreja matriz, 18 capelas e 6 associações religiosas. Do culto não católico funcionam 5 templos protestantes e 1 espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — À semelhança dos demais municípios do Estado realizam-se em Senhor do Bonfim, anualmente, tradicionais festejos do Natal, Ano-Bom e Reis. As festas de Reis celebram-se no dia 6 de janeiro principalmente nas

fazendas, povoados e no povoado de Missão do Saí, localidade histórica do município. A população festeja o dia embandeirando a praça principal. À noite, realiza-se festa em frente à igreja, onde se exibe o "terno", grupo de homens bem vestidos e ornamentados, empunhando lanternas, bandeirolas e estandartes, que entoam cânticos e dançam em redor do palanque onde está armado o presépio.

Açude Sohen.

Há ainda no município o folguedo popular denominado "corrida da argolinha", que consiste no seguinte: em bem arreiados animais, duas equipes de cavaleiros, trajando calça branca, camisa vermelha ou azul, disputam um prêmio; empunhando lanças, os cavalheiros investem um de cada vez a tôda brida e tentam alvejar uma argolinha que oscila prêsa a um fio. O grupo de cavalheiros que marcar maior número de pontos será proclamado, festivamente, vencedor, deixando a pista sob delirantes aplausos da ruidosa assistência.

Cada quadro tem a sua rainha, — uma jovem escolhida entre as mais belas do lugar. Proclamado o vencedor, efetua-se o baile da vitória que se prolonga até alta madrugada.

O "calumbi" ou "zabumba" também comparecem às festividades religiosas. O "calumbi" consta de um grupo de quatro ou mais músicos, que percorrem as principais ruas, executando melodias populares e arranjos musicais.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município do Senhor do Bonfim contava com 12 826 eleitores, dos quais 5 972 votaram nas eleições de 1954. O número de vereadores é de 12. Exerciam suas atividades, em 1956, no município, 387 funcionários federais, 26 estaduais, 25 municipais e 8 autárquicos.

Festa de São João.

O município é sede dos seguintes departamentos do Serviço Público: 8.ª Região de Trânsito, 6.ª Região do Instituto Baiano do Fumo, 12ª Região de Delegacias Regionais, Pôsto de Vigilância Sanitária Animal, da Inspetoria Regional da Divisão de Defesa Sanitária Animal, número 9 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, 14.ª Circunscrição Escolar da Sêcretaria de Educação e 4.ª Circunscrição da 2.ª Região do Interior, do Departamento de Fiscalização de Rendas.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro abaixo resumem-se os aspectos financeiros do município no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	621	1 942	1 271	686	1 306
1951	698	2 715	1 782	915	1 735
1952	916	2 505	2 636	1 003	2 457
1953	1 018	2 754	2 305	936	2 561
1954	1 267	2 864	2 467	1 267	2 482
1955	1 234	4 969	3 177	1 564	3 097
1956	1 378	6 384	3 797	1 934	3 521

JUSTIÇA — O município pertenceu, inicialmente, à comarca de Jacobina. Em 1877, a Resolução provincial número 1 727, de 21 de abril, criou a comarca de Vila Nova da Rainha, desmembrada da de Jacobina. Na divisão territorial de 31-XII-1936, a Comarca compreendia três têrmos: o da sede, constituído pelos municípios de Bonfim e Jaguarari. o de Campo Formoso, formado pelo município do mesmo nome; o de Queimadas, composto pelos municípios de Queimadas, Itiúba e Santa Luzia. Esta constituição foi alterada na divisão territorial de 31-XII-1937, passando o município a compor-se de quatro têrmos: Bonfim (municípios de Bonfim e Jaguarari), Campo Formoso, Queimadas e Itiúba (municípios de Itiúba e Santa Luzia). Com a criação das comarcas de Campo Formoso e Queimadas, perdeu a comarca êstes têrmos e mais o de Itiúba, ficando constituída apenas dos têrmos de Senhor do Bonfim e Jaguarari que é a constituição atual.

A Comarca conta com 9 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. Em 1956, foram julgados 111 feitos, assim distribuídos: 93 no cível, 12 no crime e 6 de outras naturezas.

VULTOS ILUSTRES — Embora não seja filho do município do Senhor do Bonfim, merece salientar o vulto ilustre do Dr. José Gonçalves da Silva, desde cedo radicado às atividades do município. Nasceu em 25 de dezembro de 1838. Fêz seus preparatórios no antigo Colégio Pereira. Aos 16 anos de idade matriculou-se na Faculdade de Direito do Recife, transferindo-se depois para a Faculdade de São Paulo, onde se bacharelou em 1859. Em 1860, regressou à Cidade, sendo nomeado, em 1862, Coronel Comandante Superior da Guarda Nacional do município de Vila Nova da Rainha tendo neste pôsto, prestado assinalados serviços ao país. Ingressando na política, foi eleito em 1868 deputado provincial pelo 4.º Distrito. Nomeado Governador do Estado em 15 de outubro de 1890, foi eleito Governador Constitucional em 2 de julho de 1891, cargo que renunciou em

dezembro do mesmo ano. No ano seguinte foi eleito Senador Estadual, cargo que abandonou em 1895, por questões políticas. Recusou convite para ocupar a Pasta do Exterior. Faleceu na fazenda Piabas em 15 de agôsto de 1911. Perpetuando a sua memória, ergueram os bonfinenses em praça pública um busto de bronze sôbre pedestal de granito.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se "Bonfinenses".

O atual Prefeito é o Sr. Mariano Ventura e o presidente da Câmara é o Sr. Antônio Honorato Barbosa. O primeiro Intendente foi o Dr. José Gonçalves da Silva. O primeiro Conselho Municipal compunha-se dos seguintes membros, empossados em 4-III-1890: P.e Pedro Hugo Teixeira, Antônio Laurindo da Silva Duarte, Juvêncio Pereira Fialho, Francisco Vital da Silva, Antônio de Amorim Castro, Miguel Francisco Simas, Ten-cel. Ildefonso Batista de Oliveira e Severo Lopes de Carvalho.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por José de Almeida Costa; Agente de Estatística Auxiliar — Aluísio Carlos Leal; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Luís Antônio Paranhos Picanço.)

SENTO SÉ — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Como muitas das cidades banhadas pelo rio São Francisco, Sento Sé originou-se de uma aldeia de índios centossés, à margem direita do "rio da unidade nacional". O nome ora aparece grafado Cento Sé, ora Santucé, qual cita Teodoro Sampaio.

Os primeiros povoadores foram portuguêses, vindos já de outras regiões do São Francisco e do Piauí, os quais aí formaram grandes lavouras de cana-de-açúcar, edificaram engenhos e fizeram comércio com outras localidades do vale.

A primeira feitoria lusitana chamou-se Sento Sé, berço do atual município. Em 1719, foi construída uma capela dedicada a São José e filiada à freguesia de Santo Antônio da Jacobina, elevada à categoria de freguesia de São José da Barra, em 1752, pelo arcebispo D. José Botelho Matos, sendo seu primeiro Vigário o P.e Domingos Alves de Sousa. Nesse ano a povoação foi elevada a julgado. Em 17 de junho de 1802 foi colocada a pedra fundamental da nova igreja-matriz, que foi dedicada a São João Batista.

O arraial de Sento Sé foi elevado à categoria de vila e criado o município desmembrado de Jacobina por Decreto provincial de 6 de julho de 1832, inaugurado a 21 de novembro de 1833, com a presença do Presidente da Província Joaquim José Pinheiro Vasconcelos.

Pela Lei estadual número 1 911, de 9 de agôsto de 1926, o arraial de Almeida foi elevado à categoria de vila, sendo aí transferida a sede do município, que teve o nome mudado para Manoel Vitorino, extinguindo-se o de Sento Sé. Dois anos depois, foi a extinção revogada pela Lei estadual número 2 119, de 6 de agôsto de 1928, sendo extinto o distrito de Aldeia, voltando a sede do município ao antigo local, conservando, porém, o nome de Manoel Vitorino. A denominação voltou a ser Sento Sé, pelo Decreto estadual número 8 818, de 20 de fevereiro de 1934.

A vila de Sento Sé foi elevada à categoria de cidade pelo Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, aparecendo neste ano com a seguinte composição distrital: Sento Sé, Alegre, Boqueirão, Lagoa, Oliveira e Taboleiro Alto.

Pelo Decreto estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, os distritos de Oliveira, Taboleiro Alto e Alegre tiveram os topônimos alterados, respectivamente, para Américo Alves, Cajuí e Ouro Branco.

No Decreto lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual número .. 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município aparece com a seguinte composição: Sento Sé, Amaniú (ex-Alegre e ex-Ouro Branco), Bossoroca (ex-Boqueirão), Piri (ex-Lagoa), Américo Alves e Cajuí. Pela Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, o município foi acrescido de mais um distrito — o de Minas do Mimoso.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Baixo Médio São Francisco, estando o seu território totalmente incluído no Polígono das Sêcas. Limita com os seguintes municípios: Campo Formoso, Casa Nova, Jacobina, Juàzeiro, Morro do Chapéu, Pilão Arcado, Remanso e Xique-Xique. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 9° 39' 38" de latitude Sul e 41° 18' 14" de longitude W. Gr. Dista da Capital do Estado, em linha reta, 455 quilômetros. O seu rumo, partindo da Capital, é N.N.O. É banhado pelos rios São Francisco e Verde, estando a cidade localizada a dois quilômetros de distância da margem direita do primeiro.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 380 metros.

Praça Getúlio Vargas.

ÁREA — A área do município totaliza 14 724 quilômetros quadrados, estando Sento Sé incluído entre os 20 municípios de maior extensão territorial do Estado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O rio São Francisco, com extensão de 270 km no território do município, e com largura e profundidade variável entre 800 a 1 200 e 2 a 10 metros respectivamente, é navegável e sujeito a enchentes; o rio Verde nasce no município de Brotas de Macaúbas e percorre os municípios de Gentio do Ouro, Xique-Xique e Sento Sé. A dois quilômetros da cidade, está a cachoeira de Curralinho. Entre as ilhas, tôdas localizadas no rio São Francisco, citam-se as do Urucê, de Isabel, e do Boqueirão, localizadas no distrito de Bossoroca; a da Malhada, no distrito de Pari; a da Inácia, na fazenda Tamanduá, distrito de Bossoroca; a Santarém, no distrito de Pari. As ilhas são utilizadas para a agricultura e a pecuária. Além das citadas existe grande número de outras pequenas.

Entre as serras, citam-se a da Gameleira, na fazenda Brejo Grande, distrito de Sento Sé; a do Alegre, no distrito de Amaniú; a das Almas, no distrito de Amaniú; a da Palmeira, no distrito de Américo Alves; a do Mimoso, no distrito de Minas do Mimoso; a do Cruna, no distrito de Amaniú; e as do Cachorro Queimado e de São Pedro, no distrito de Piri.

Os morros Velho, do Pascoal, da Despensa, do Tombador, Monte Cruzeiro e Tambor são os mais importantes no território municipal.

A gruta da Pedra Branca, na fazenda do mesmo nome, e a gruta de São Pedro, são as únicas existentes.

CLIMA — O clima é o geralmente observado na região do São Francisco; quente durante quase todo o ano. A temperatura em 1956 apresentava as variações seguintes: máxima de 38°C, mínima de 22°C e média compensada de 25°C. A precipitação pluviométrica anual em 1956 atingiu 82 mm.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui ricas jazidas de cristal de rocha, ametista e galena, que estão sendo exploradas ativamente, além de manganês e pedra calcária, inexploradas. As fontes de águas termais Brejos da Brázida e da Batateira, infelizmente ainda não exploradas, são também riquezas naturais de importância e merecem um estudo para seu aproveitamento. No reino vegetal, encontra-se madeira para construção (pau d'arco, aroeira, baraúna e outras), carnaúba, ouricuri, caroá, malva e grande quantidade de plantas medicinais.

A fauna é rica em peixes e animais de pequeno porte; caititu, tatu, cutia, capivara e veado. A ema ainda é encontrada.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, o município possuía 14 750 habitantes, sendo 7 361 homens e 7 389 mulheres, assim distribuídos: 2 257 brancos, 2 168 pretos e 10 259 pardos. A população de 15 anos e mais apresentava-se com 2 664 solteiros, 4 798 casados e 631 viúvos. Do total da população, 70% localizavam-se na zona rural. A estimativa populacional do município para 1957 é de 16 000 habitantes.

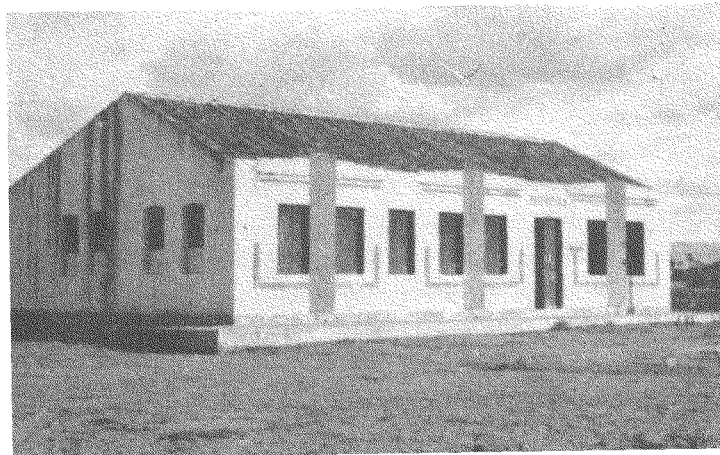
Aglomerações Urbanas — As aglomerações urbanas do município, segundo o Recenseamento de 1950, eram as seguintes: cidade de Santo Sé com 858 habitantes (406 homens e 452 mulheres) e as Vilas de Amaniú com 515 habitantes, Américo Alves com 927 hab., Bossoroca com 774 habitantes, Cajuí com 368 habitantes e Piri com 998 habitantes. Em 1953 foi criada a vila de Minas do Mimoso com 175 pessoas. A cidade de Sento Sé, em 1950, classificou-se em 16.° lugar dentre as menos populosas do Estado.

Outras aglomerações — Conta ainda o município 20 povoados, sendo os 10 de maior população os seguintes: Mundo Novo — 345 hab., Aldeia — 344 hab., Batateira — 204 habitantes, Bebedouro — 112 habitantes, Urucê — 108 habitantes, Brejo da Brázida — 99 hab., Curralinho — 86 habitantes, Incibro — 118 hab., Riacho dos Pais — 86 habitantes e Tapera — 80 habitantes.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Da população de 10 anos e mais, 37% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". O município possui um campo de irrigação, mantido pelo Ministério da Agricultura.

O valor da produção agrícola em 1955 foi de 5 000 milhares de cruzeiros, destacando-se a produção de mandioca, feijão, cana-de-açúcar, mamona, milho e algodão.

A pecuária é representada pelo efetivo pecuário seguinte: 10 000 bovinos, 13 000 suínos, 35 000 ovinos, 40 000 caprinos, 4 000 eqüinos, 6 500 asininos e 3 000 muares. Há, como se vê, forte predominância do gado menor.

O valor da produção industrial no ano de 1956 atingiu mais de 10 000 milhares de cruzeiros, destacando-se a extração de cristal de rocha com 3 800 milhares de cruzeiros, a de ametista com 1 800 milhares e a de cêra de carnaúba com 1 100 milhares de cruzeiros. Produz ainda fa-

Prefeitura Municipal.

rinha de mandioca, rapadura e peles de animais silvestres.

O trabalho artesanal é representado pelo fabrico de louça de barro, esteiras de canaúba e de ouricuri, chapéus de palha e cordas de caroá.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Sento Sé liga-se à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal, via rodoviária — 2 092 quilômetros; à Capital do Estado, via rodoviária — 675 km; às cidades de Campo Formoso, via rodoviária — 279 quilômetros; Casa Nova, via fluvial — 15 mi; Jacobina, via rodoviária — 375 km; Juàzeiro, via fluvial — 55 mi e rodoviária — 144 km; Morro do Chapéu, via vicinal — 360 km; Pilão Arcado, via fluvial — 95 mi; Remanso, via fluvial — 45 mi; e Xique-Xique, via fluvial — 140 mi. Possui um pôrto no Rio São Francisco utilizado pelas embarcações que ali trafegam e conta com uma Agência do D.C.T. na cidade.

COMÉRCIO E BANCOS — O município dispõe de 47 estabelecimentos varejistas, sendo 9 localizados na cidade. O giro comercial em 1956 foi de 3 200 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial é de Cr$ 2 000,00. O município importa a maioria de suas mercadorias das praças de Juàzeiro, Petrolina, Salvador, e exporta para o Rio de Janeiro cristal de rocha, e ametista, e para Salvador e Juàzeiro, produtos agrícolas, peixes salgados, etc.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está edificada em um planalto levemente acidentado, à margem direita do rio São Francisco. Conta 9 logradouros, dos quais 2 são arborizados, 1 ajardinado e 5 iluminados a eletricidade. Existem 212 prédios dos quais 53 ligados à rêde de energia elétrica. Funcionam 1 serviço de alto-falantes e 1 pensão.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada pelo Pôsto Médico do S.E.S.P., pelo Pôsto do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Exercem a profissão na cidade 2 médicos e 1 prático de enfermagem.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais era de 12 156 habitantes, 6 027 homens e 6 129 mulheres, dos quais sabiam ler e escrever 1 488 homens e 953 mulheres, num total de 2 441 habitantes, representando 20% da população daquela idade.

Praça da Bandeira.

Ensino — Durante o ano de 1956 funcionaram 32 unidades escolares do ensino fundamental comum, sendo 7 estaduais, 11 municipais com matrícula superior a 600 alunos. Havia ainda 14 cursos da Campanha de Alfabetização de Adultos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade dispõe de 2 bibliotecas públicas, uma da Prefeitura Municipal e outra da Agência de Estatística. A primeira possui um acervo superior a 1 000 volumes, contendo várias coleções completas de diversos autores nacionais e estrangeiros, e é muito freqüentada.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Existe em Sento Sé uma casa grande que pertenceu ao Conde da Tôrre, e está conservada como monumento.

O município tomou parte nos movimentos da abolição da escravatura na pessoa do Patriarca José Nunes Sento Sé, que, ao morrer libertou em testamento todos os seus escravos, gesto nobre e corajoso, na época.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Não há pròpriamente atrações turísticas no município mas as grutas da Pedra Branca e de São Pedro e as fontes termais de Brejo da Brázida e da Batateira são pontos que poderão de futuro servir a êste fim.

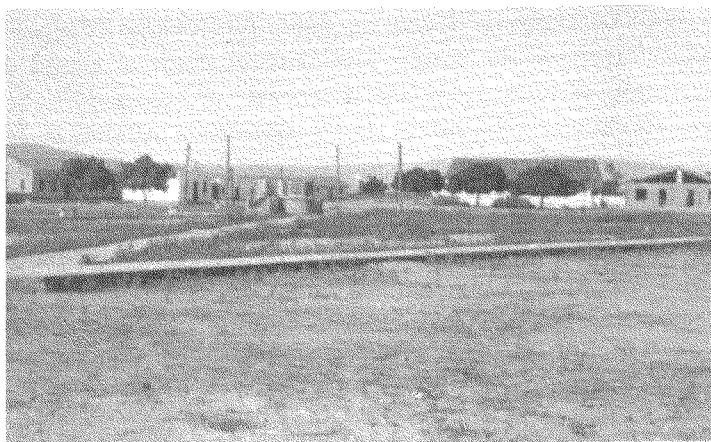
CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de São José da Barra, pertencente à diocese da Barra, subordinando 1 igreja-matriz, 6 igrejas comuns, 10 capelas e 1 associação religiosa. Existe 1 igreja do culto protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As festas religiosas realizadas no município são as comuns da Igreja Católica, destacando-se a festa de São José, com novena, missa e procissão.

Entre as populares, a congada é a mais importante, realizada nos dias 21 e 22 de abril. Consta de um grupo de homens em trajes comuns, vestindo por cima dêstes uma toga de tecido de côr berrante e um capacete com penachos. Os componentes do grupo têm os mais variados postos: major-conselheiro, tenente-coronel, que comanda o grupo, capitão-dos-dançantes que marca a dança e o sargento-da-guarda que supervisiona o batalhão. Os demais são cabos e soldados dançantes. No primeiro dia é realizada a dança nas vias públicas e dentro da igreja. No segundo, são visitadas residências que se dispuserem a receber os Congos. Como pagamento de promessas a Nossa Senhora do Rosário, algumas pessoas oferecem sua casa aos congos que aí dançam e comem. O encerramento é feito com uma passeata, quando são entoadas canções de estrofes como a que se segue:

"O Rei e a Rainha,
Meu tenente-general,
Meu Senhor me dê licença
P'ra meus congos vadiar".

As rodas de São Gonçalo se reúnem, às vêzes, para implorar chuva e para agradecer benefício alcançado.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município possuía 6 418 eleitores, em 1954, dos quais 2 654. votaram em 1954.

Praça Juvêncio Alves.

A Câmara Municipal é formada por 8 vereadores. No município exerciam suas atividades 25 funcionários, sendo 5 federais, 8 estaduais, 11 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo discrimina nas finanças públicas federais, estaduais e a municipal no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	19	103	493	76	530
1951.......	9	133	464	100	343
1952.......	—	103	650	138	742
1953.......	41	153	319	335	331
1954.......	76	200	802	332	829
1955.......	93	330	1 048	267	1 007
1956.......	45	267	1 401	439	1 284

JUSTIÇA — Sento Sé foi elevado à categoria de julgado em 1752, subordinado à ouvidoria da Bahia. Por fôrça da Lei provincial datada de 29 de novembro de 1832, foi o julgado de Sento Sé elevado à categoria de comarca.

Sento Sé aparece como comarca até ser extinta pela Resolução provincial número 650, de 14 de dezembro de 1857, que também criou a de Joazeiro, formada pelos têrmos de Capim Grosso, Juàzeiro e Sento Sé. Mais tarde, o têrmo de Sento Sé foi transferido para a comarca de Salinas (com sede em Riacho da Casa Nova, hoje Casa Nova) pela Lei estadual número 280, de 6 de setembro de 1898.

O Decreto estadual número 264, de 4 de outubro de 1904, extinguiu o têrmo de Sento Sé e anexou o seu território ao de Juàzeiro. Foi o têrmo restabelecido pela Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, continuando a pertencer à comarca de Juàzeiro.

Com a Lei estadual número 1 662, de 29 de agôsto de 1923, que restaurou a comarca de Salinas, foi o têrmo de Sento Sé desligado da comarca de Juàzeiro e incluído na de Salinas.

Em 1926, pela Lei estadual número 1 911, de 9 de agôsto, o nome do têrmo passou a ser Manoel Vitorino. Em 1934, voltou-lhe o antigo nome de Sento Sé.

Na divisão territorial fixada pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, o têrmo aparece integrando a comarca de Juàzeiro, aí permanecendo até que pelo Decreto estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, voltou a pertencer à de Casa Nova. Nesta ficou até 1945 quando foi restaurada a comarca de Sento Sé, pelo Decreto-lei estadual número 512, de 19 de junho.

Compreende 10 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 2 feitos no cível e 16 de outra natureza.

VULTOS ILUSTRES — Joaquim Jerònimo Fernandes da Cunha, nascido a 30 de outubro de 1827 e falecido a 31 de agôsto de 1903. Jurista, parlamentar e orador vigoroso. Diplomado pela Faculdade de Olinda, foi Promotor Público em Sento Sé e na Capital do Estado. Eleito para a Assembléia Provincial da Bahia, foi mais tarde Deputado Geral e Senador. Rejeitou por duas vêzes o convite para ser Ministro de Estado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — O adjetivo pátrio dos naturais do município é sentossenses. Sôbre a grafia de Sento Sé encontram-se as seguintes variações: Cento Sé e Santucé.

O Prefeito atual é o Sr. Antônio Nunes Sento Sé, e o Presidente da Câmara é o Sr. José Reis de Campos, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril de 1957.

Foi primeiro intendente do município o Sr. Thomaz Lins de Albuquerque. O primeiro Conselho do Município estava assim constituído: Flávio Martins Ferreira Campos (Presidente), Antônio José Morais, Manoel José dos Santos, Antônio Martins de Abreu, João Nunes de Sousa e José Justino Antunes de Oliveira.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Aloísio Alencar de Jesus; Chefe da Agência de Estatística — João Onofre dos Santos.)

SERRA PRETA — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

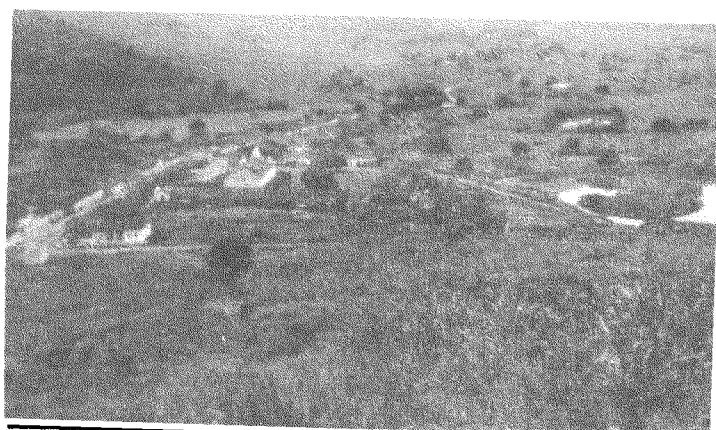
HISTÓRICO — O combate e a expulsão dos indígenas ramificados aos tupis, do território da antiga aldeia de Camisão e das suas adjacências, por bandeirantes chefiados por Braz Roiz de Arcão, em 1673, encorajaram a penetração e o povoamento das terras do atual município, que estêve compreendido na extensa sesmaria de 10 léguas quadradas concedida a Luís Peixoto Viegas de Santana, começando numa lagoa em São José das Itapororocas, seguindo em reta e direção norte até a nascente do rio das Pedras, daí à nascente do rio Paratigi e ao morro das Abobreiras, indo ao rio Jacuípe, de onde partia em reta para o ponto de origem. No final do século XVII, os descendentes do primitivo sesmeiro arrendavam por cinqüenta mil réis por ano a Inácio Carneiro de Oliveira, procedente de Riachão do Jacuípe, uma grande faixa de terra onde o mesmo estabeleceu currais e plantações. Aí também vieram se localizar Domingos Vieira de Santana e José Joaquim de Oliveira Santos que acolheram José Pereira Mascarenhas, vindo do Piauí, trazendo 3 filhos e inúmeros escravos, que fixou residência numa das elevações da então fazenda Queimada, próximo do tanque dos Milagres, e montou engenho para fabricar açúcar. Em tôrno dêste engenho desenvolveu-se a povoação, de início conhecida por Boa Vista, pelo fato de servir de pouso de tropas procedentes da vila de Nossa Senhora do Rosário do Pôrto de Cachoeira com des-

tino ao sertão. Nesta povoação, um dos descendentes dos primitivos desbravadores, de nome João Carneiro de Oliveira, edificou uma capela, cuja cumieira fôra levantada a 15 de agôsto de 1722 e consagrada a Nossa Senhora do Bom Conselho. A partir de então o povoamento passou a denominar-se Boa Vista do Bom Conselho. Em 20 de outubro de 1831 foi criado o cartório de Paz, já com a povoação denominada Serra Preta, sendo seu primeiro serventuário Manoel Martins dos Santos. A capela aí existente, subordinada à paróquia de Santana de Camisão, foi elevada à categoria de freguesia pela Lei provincial número 997, de 15 de outubro de 1867, sob orago de Nossa Senhora do Bom Conselho. O distrito de Serra Preta aparece desde a criação subordinado ao município de Santana do Camisão até 20 de julho de 1931, a partir de quando o município passou a se chamar Ipirá. O Decreto estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, elevou o arraial à categoria de vila de Serra Preta. Daí em diante ficou pertencendo ao município de Ipirá até que a Lei estadual número 604, de 19 de dezembro de 1953, criou o município e elevou a vila à categoria de cidade, desmembrando-o do de Ipirá. A sua instalação ocorreu a 7 de abril de 1955. Na divisão administrativa de 1954-1958, Serra Preta é município constituído de um único distrito, o da sede.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica de Feira de Santana e o seu território está totalmente incluído no "Polígono das Sêcas". Limita-se com os municípios de Feira de Santana, Ipirá, Riachão do Jacuípe e Santo Estêvão.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ÁREA — A área de Serra Preta, ainda não determinada oficialmente por se tratar de município novo, é estimada em 1 200 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território está dividido em duas partes: uma plana formada de caatingas e a outra acidentada. A Serra Preta, a do Taquari ou da Melancieira e a Caboronga são as mais importantes elevações. Os principais morros são os do Alecrim e Zumbi.

Vista aérea da cidade.

CLIMA — O clima é salubre e ameno. A temperatura na sede municipal em 1956 apresentou as seguintes graduações: máxima de 36ºC, mínima de 18ºC e média compensada de 26ºC.

RIQUEZAS NATURAIS — As riquezas naturais do município resumem-se a pequenas extensões de matas para extração de lenha.

POPULAÇÃO — Em 1950, por ocasião do VI Recenseamento Geral, Serra Preta ainda era distrito de Ipirá e possuía, então, uma população de 18 907 habitantes, sendo 9 178 homens e 9 727 mulheres. Aproximadamente, 98% da população total estavam localizados no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Serra Preta é distrito único, só apresentando assim uma aglomeração urbana que é a cidade. Esta, em 1950, tinha uma população reduzida, atingindo apenas 413 habitantes; a atual é estimada em 700 pessoas.

Outras aglomerações — Além da cidade, conta o município com dois povoados: Ponto de Serra Preta com 640 habitantes, e Bravo com 430.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) 40% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", segundo o Recenseamento Geral de 1950. A agricultura é a atividade fundamental à economia do município. É evidente porém a transformação que se está verificando, de centro agrícola a pecuário. Estão sendo compradas extensas propriedades, onde se vai plantando capim para engorda do gado. Disso resulta um deslocamento constante da população rural.

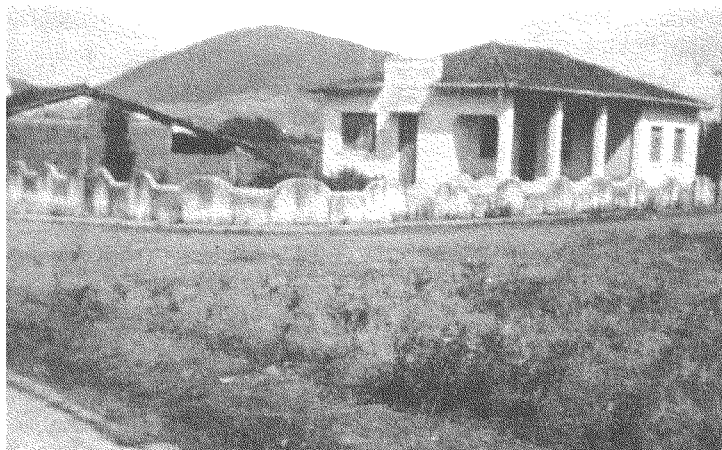
Agricultura — No ano de 1955, a produção agrícola foi bastante prejudicada pela sêca, atingindo 2 912 milhares de cruzeiros. Os principais produtos foram feijão, milho e mandioca. Produz, ainda, fumo, mamona, banana, batata-doce, café e côco. Feira de Santana e Salvador são os principais mercados compradores dos produtos agrícolas do município.

Pecuária — A atividade pecuária é bastante desenvolvida, existindo importantes pastagens artificiais para a engorda de bovinos, bem como criatório selecionado das raças nelore, hindu-brasil e normândia. Os efetivos pecuários no ano

de 1956 estão estimados em 23 000 bovinos, 20 000 caprinos, 25 000 ovinos, 15 000 suínos, 3 500 asininos, 3 000 muares e 2 000 eqüinos. O grande mercado comprador de gado é Feira de Santana. As invernadas são supridas de gado bovino procedente de Minas Gerais, Itapetinga e Itaberaba, principalmente.

Indústria — No ano de 1955 o valor da produção industrial atingiu 756 milhares de cruzeiros. Produz farinha de mandioca, requeijão, manteiga, farinha de tapioca, polvilho ou goma, telhas e tijolos. O grande mercado de venda de requeijão e manteiga é Feira de Santana.

Artesanato — A atividade artesanal é representada pela fabricação, nas fazendas, de manteiga e requeijão.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é cortado pela rodovia-tronco federal BR-13 (Salvador ao Rio São Francisco), começando no km 39 com término no 67, passando pelo centro dos povoados Ponto de Serra Preta e Bravo, ligando-se à sede do município por um ramal de 3 km. Servem a esta comuna duas emprêsas rodoviárias de passageiros. Às cidades vizinhas e às capitais federal e estadual, a cidade de Serra Preta liga-se por via rodoviária nas seguintes distâncias: capital Federal 1 629 km; capital do Estado 195 km; cidades vizinhas de Feira de Santana 53 km; Ipirá 53 km; Riachão do Jacuípe 128 km e Santo Estêvão 42 quilômetros.

Escola de Prendas Lídia Duarte.

O único meio de comunicação com que conta êste município é a Agência postal telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos, na cidade.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transação principalmente com as praças de Salvador e Feira de Santana. O principal centro do comércio é o povoado Ponto de Serra Preta, onde é realizada concorrida feira semanal. Há, atualmente, no município 75 estabelecimentos comerciais varejistas.

ASPECTOS URBANOS — A cidade edifica-se ao pé da serra Taquari e é ladeada pelas serras Grande e Caboronga, apresentando topografia acidentada. Conta 3 logradouros apenas. No ano de 1956, existiam 170 prédios. A energia elétrica é fornecida pela municipalidade, estando 25 prédios ligados à rêde.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O município conta com duas farmácias, sendo uma na sede municipal.

Aspecto de uma rua da cidade.

ALFABETIZAÇÃO — Revelou o Recenseamento Geral de 1950 que 17% da população de 5 anos e mais sabiam ler e escrever.

Ensino — No ano de 1956, a rêde escolar do ensino primário fundamental comum estava constituída de 7 escolas estaduais, com cêrca de 300 alunos matriculados. O principal estabelecimento de ensino primário é a Escola Rural situada no subúrbio da cidade, sendo importante a Escola de Prendas, mantida pelo Estado, para aprendizagem de bordados.

CULTO RELIGIOSO — É sede da Paróquia criada em 1867 sob orago de Nossa Senhora do Bom Conselho e, atualmente, anexada à freguesia de Santa Bárbara, da vila de Pacatu, no município de Feira de Santana. Subordina-se à Arquidiocese da Bahia. Possui uma igreja Matriz e uma capela.

MANIFESTAÇÕES FOLCLÓRICAS — A principal festa é a realizada no dia 31 de dezembro na cidade de Serra Preta, comemorativa do encerramento do ano. Neste dia, logo cedo, chegam à pequena cidade moradores rurais e das vizinhanças que modificam o seu aspecto. Há diversos atos festivos, dentre os quais animadas danças em diversas casas de residência. Após a celebração de missa à meia-noite, é realizado o entêrro do ano velho. A multidão se dirige à porta do cemitério local cantando: "O ano velho morreu, vamos enterrá; o dinheiro dêle é para nós gozar". Diante da necrópole repetem os cânticos. De volta mudam o cântico para o seguinte verso: "Adeus cidade, adeus Bahia, adeus meu ano velho, até um dia". Êste folguedo tem a duração de hora e meia.

Rua C.^el João Reis.

No dia 15 de dezembro de cada ano realiza-se a tradicional "limpa" do caminho do Monte que fica junto da cidade, no cimo do qual existe uma cruz. O local é lugar de penitência e de pagamento de promessas. Nesta data, trabalhadores rurais vindos de lugares próximos e distantes iniciam às 9 horas a "capina do monte", entoando hinos sacros. Ao meio-dia, ao pé da cruz, elegem o encarregado do próximo ano, a que denominam "presidente", e que tem plenos poderes para resolver os assuntos relativos à capina do ano seguinte. Ao "presidente" compete, também, angariar donativos para custeio da festa da "capina do monte".

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 2 400 eleitores inscritos e dêstes 1 200 votaram nas eleições de 1954. O atual Legislativo compõe-se de 8 vereadores. No ano de 1956, exerciam suas atividades em Serra Preta 21 funcionários públicos civis, assim distribuídos: 10 federais, 6 estaduais, 4 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo é o demonstrativo da arrecadação e da despesa realizadas no município, desde a sua instalação:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	529	725	68	592
1956.......	—	923	895	193	489

JUSTIÇA — Desde sua criação, o têrmo pertence à comarca de Ipirá. Possui 2 cartórios, sendo 1 do registro civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se serra-pretenses. O Prefeito em exercício é o Sr. Rubem Simas e o Presidente da Câmara Municipal eleito, para o período iniciado a 7 de abril de 1957, é o Sr. Sérgio Narciso dos Santos. São componentes da primeira Câmara Municipal, instalada em 7 de abril de 1955, os seguintes membros: Sérgio Narciso dos Santos (Presidente), Milton José da Silva Francisco Batista Lima, Alcides Correia da Costa, Valdemar Souza Nascimento, Isaac Nunes das Mercês, Ubaldo Rodrigues da Cruz e Severino Sousa Silva.

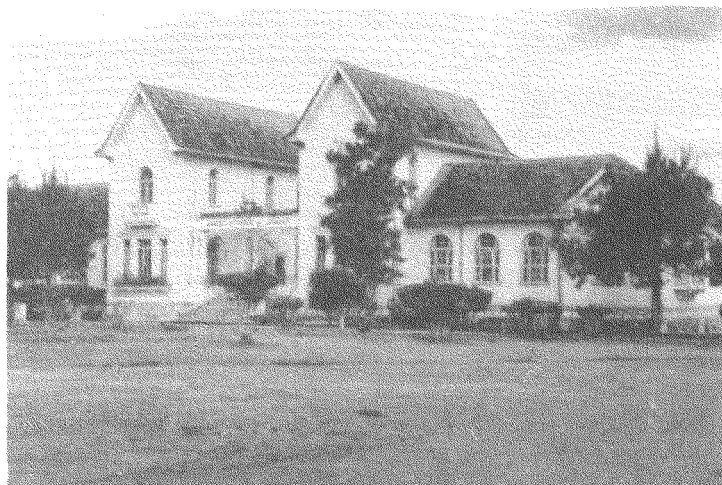
(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal da Bahia por José P. Torres Filho; Chefe da Agência Municipal de Estatística — José Alexandrino de Souza Santos.)

SERRINHA — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1716, o local onde hoje fica a cidade de Serrinha era um logradouro da Fazenda Tamboatá, onde se formou um pequeno núcleo. Mais tarde, Bernardo da Silva, considerado o fundador da cidade, adquiriu a fazenda Tamboatá aos herdeiros do fidalgo Manuel de Saldanha e transferiu, para a povoação denominada Serrinha, a sede da fazenda, construindo aí casas de telha. Falecendo Bernardo da Silva em 1763, a seu pedido os herdeiros doaram "uma légua de terras" a Senhora Santana, cuja capela lhe era dedicada. A êste tempo já o povoado possuía dezesseis casas e servia de pouso aos comerciantes de gado e tropeiros que se destinavam ao rio São Francisco.

A povoação de Serrinha ficava situada no município de Água Fria e a capela de Santana era filiada à freguesia de São João de Água Fria. A atual igreja foi concluída em 1780 e possui uma inscrição em mármore nos seguintes têrmos: "Louvado seja o Santíssimo Sacramento e a Imaculada Conceição da Virgem Sra nossa concebida sem pecado original. 1646. 25 — Março — 1946". A data de 1646 presume-se tenha sido a da catequese dos índios beritingas que dominavam a região.

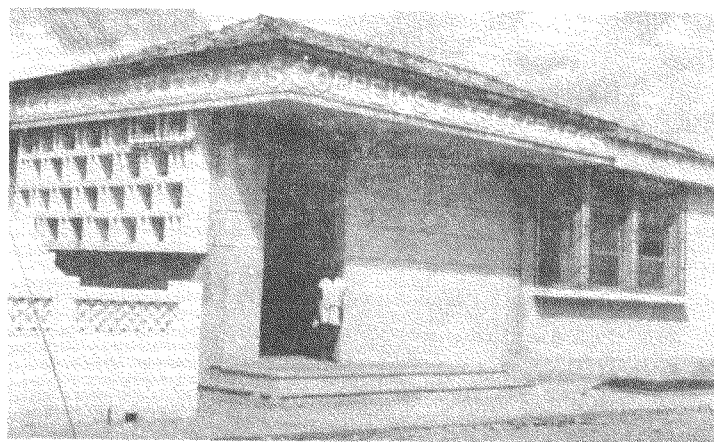
A Lei provincial n.º 67, de 18 de junho de 1838 criou o distrito de Paz de Serrinha e elevou a capela à categoria de freguesia de Senhora Santana de Serrinha, sendo canonizada pelo arcebispo D. Romualdo Antônio de Seixas. Mais tarde, pela Lei provincial n.º 1 069, de 13 de junho de 1876, foi o arraial elevado à categoria de vila e criado o município de Serrinha, com território desmembrado do de Purificação dos Campos (Irará), sendo inaugurado a 11 de janeiro de 1877. Pelo Ato estadual datado de 16 de abril de 1890, o distrito de Beritingas, criado no município de Inhambupe pela Lei provincial n.º 1 267, de 8 de abril de 1873, foi anexado ao município de Serrinha. Dois meses depois, o Ato estadual de 6 de junho de 1890 fêz voltar o distrito ao município de origem mas não chegou a ser executado. A vila de Serrinha recebeu foros de cidade pelo Ato estadual de 30 de junho de 1891, fato que constou da Ata de 4 de julho de 1891 do Conselho Municipal de Serrinha. A instalação solene da cidade ocorreu a 30 de agôsto de 1891, segundo consta da Ata do Conselho Municipal de Serrinha do referido dia. Na divisão administrativa de 1911, o município aparece formado pelo distrito-sede. Em 1920, já era constituído dos distritos de Serrinha, Beritingas, Pedras e Lamarão, êste último porém só foi criado pelo Conselho Municipal, pela Lei municipal n.º 148, de 14 de agôsto de 1922, que foi aprovada pela Lei estadual n.º 1 631, de 26 de julho de 1923. Pelos decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho, e 7 479, de 8 de julho, ambos de 1931, foi anexado ao município de Serrinha o extinto município de Araci (criado pelo Ato estadual de 13 de dezembro de 1890 com o nome de Razo), ficando criada em Araci uma subprefeitura. Nas divisões administrativas seguintes até 1938, o município aparece formado dos distritos de Serrinha, Beritingas, Lamarão e Araci. No quadro da divisão territorial fixado pelo Decreto-lei estadual

Ginásio Estadual.

n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, o distrito de Beritingas passou a se denominar Biritingas. A situação permaneceu inalterada até que a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, criou os distritos de Barrocas e Itapiru, êste com sede no povoado de Pedras e aquêle no povoado de igual nome, ocorrendo a investidura do distrito de Itapiru no dia 15 de julho de 1955, enquanto que o de Barrocas sòmente foi instalado a 10 de setembro de 1956. Atualmente, a composição administrativa do município é a seguinte: Serrinha, Araci, Barrocas, Beritingas, Itapiru e Lamarão. O distrito de Araci foi elevado à categoria de município pela Lei estadual n.º 683, de 14 de novembro de 1956, mas sua instalação só ocorrerá a 1.º de janeiro de 1959.

O topônimo Serrinha é originado da denominação da pequena serra existente nas proximidades da cidade.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Nordeste, compreendido, inteiramente, no "Polígono das Sêcas". Limita-se atualmente com os municípios de Santaluz, Monte Santo, Feira de Santana, Irará, Tucano, Inhambupe, Conceição do Coité e Riachão do Jacuípe. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 11º 39' 28" de latitude Sul, e 39º 00' 18" de longitude W.Gr. Rumo da capital do Estado em direção à sede municipal: N.N.O. Distância da capital, em linha reta, 148 quilômetros.

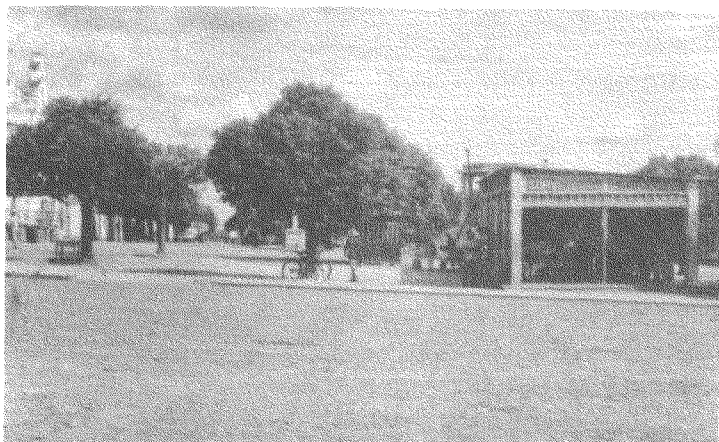
Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

ALTITUDE — A altitude da cidade, na parte mais baixa, ou seja, na estação da ferrovia Leste Brasileiro, é de 365 m. Todavia, no marco referente às coordenadas, existente no centro da Praça Miguel Carneiro, encontrou-se 385,1742 m: no obelisco localizado na Praça Manuel Vitorino, no segundo degrau, 377,3410 metros; e na porta principal da igreja Matriz, 378,9921 metros de altitude. Estas medições foram feitas pela Seção de Nivelamento do Conselho Nacional de Geografia.

Agência dos Correios e Telégrafos

ÁREA — A área é de 3 464 quilômetros quadrados. Entretanto, com o futuro desmembramento do território, para o novo município de Araci, aprovado pela Lei estadual número 863, de 14 de novembro de 1956, de área aproximada de 1 300 quilômetros quadrados, o município de Serrinha será diminuído em mais de um têrço da sua atual superfície.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município está situado na bacia do rio Itapicuru. No aspecto potamográfico, os principais acidentes são o próprio rio Itapicuru, com a pequena queda denominada cachoeira do Inferno; o rio Sinhá Neném ou Poço Grande e o riacho Quererá, no distrito de Araci; o rio do Peixe, no distrito-sede; o rio Inhambupe, no distrito de Beritingas; os riachos Dois Irmãos e Cajueiro, no distrito de Itapiru, e o riacho do Vinagre, no distrito de Lamarão. O território do município é pouco acidentado, razão por que são consideradas principais as pequenas elevações denominadas Morro dos Dois Irmãos e Serrinha. Os açudes são em número de 11, que têm presentemente o considerável volume de 12 milhões e 531 mil metros cúbicos de água.

CLIMA — O clima é ameno; a temperatura na cidade acusou em 1956 a média das máximas — 34ºC, a das mínimas — 18ºC, e a média compensada — 25ºC. Ocorre, às vêzes, quedas súbitas de temperatura no inverno. Durante o verão, mesmo em dias muito quentes, a temperatura torna-se amena durante a noite.

RIQUEZAS NATURAIS — O município possui algumas riquezas naturais, notadamente no reino vegetal. Há madeiras de lei, sendo mais comuns a baraúna, o pau-d'arco, a fava, a catingueira, a canela-de-velho, a candeia e o carrancudo, a umburana, o mulungu, etc. Encontra-se também ariri e ouricuri. Há ervas medicinais, como a jurubeba, o velame, o pau-de-rato, o capim-santo, e espécies fibrosas como o caroá e a malva. Entre as alimentícias citam-se a língua-de-vaca, o caruru e frutas de raro e agradável sabor, como o umbu, o caju, a manga, a mangaba, o murici e o cambucá. Em referência ao reino mineral, assinala-se ouro inexplorado, nas margens do rio Itapicuru; pedra calcária, cuja exploração está paralisada há alguns anos; em franca exploração, registram-se pedreiras de ótima qualidade para paralelepípedos e meios-fios, argila e areia. Quanto a animais, conta o município, apenas, animais de pequeno porte. Existem felinos das espécies jaguatirica e gato-pintado; entre roedores, cutias e coelhos. Há outros animais, como o veado, o mico, a rapôsa, o gambá, o cágado, o teiú, o tatu-

Praça Manoel Vitorino.

peba, o tatu-verdadeiro, o tamanduá. Na fauna ictiológica, pouco abundante, há traíras, jundiás, bariris e curimatás. A fauna ornitológica, também combatida incessantemente, como as demais espécies já mencionadas, pelos caçadores e pelas grandes estiagens, possui ainda bom número de representantes, entre êles, a ema, já muito rara; a seriema, também escassa; marrecos, columbinos e outros.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, foram encontrados no município 68 413 habitantes, sendo 33 568 homens e 34 845 mulheres, ficando apurada a densidade demográfica de 20 habitantes por quilômetro quadrado. Preponderava numèricamente o elemento de côr parda, com 39 638 pessoas, seguido pelo de côr negra, num total de 16 746, e pelo de côr branca com 11 963. Um só de côr amarela havia e 65 não especificaram a côr. Foi, em 1950, o décimo município do Estado em população. Igualmente baseado nos dados do Censo de 1950, nas pessoas de 15 anos e mais, havia 13 850 solteiros, 20 086 casados, 29 desquitados e 1 966 viúvos. Para cada grupo de 100 homens, correspondia um de 104 mulheres. A população estimada para Serrinha, em 1957, é de 89 000 habitantes, sem levar em conta o desmembramento do futuro município de Araci.

Aglomerações urbanas — Em 1950, havia no município seis aglomerações urbanas, com os seguintes efetivos populacionais: cidade de Serrinha, 6 602 habitantes; e as vilas de Araci 941, Beritingas 704 e Lamarão 891. Posteriormente foram criadas duas vilas, cuja população para 1957 é a seguinte: Barrocas 285 e Itapiru 330 pessoas.

Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município conta ainda os seguintes povoados, com a respectiva população estimada: Bela-Vista com 149 habitantes, Bola Verde com 47, Chapada com 39, João Vieira com 136, Pedra Alta com 105, Retiro com 25, Tapuio com 73, Vargem da Pedra com 89 e Saco do Correio com 75.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, da população em idade ativa, isto é, de 10 anos e mais, existente no município, 37% constituem o grupo de pessoas que se ocupavam no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Agricultura — O sisal exerce na economia de Serrinha relevante influência. A produção de fibra sêca, em 1956, foi de 2 296 toneladas, no valor de 11 milhões e meio de cruzeiros. Não é a principal fonte econômica, conquanto constitua a mais segura, porque resiste à severidade das estiagens, fenômeno muito freqüente e que tem reduzido a cultura de cereais a um plano secundário. Em 1956, ano pouco favorável à agricultura, a principal produção provinciana foi de 456 toneladas de feijão, 1 387 toneladas de farinha de mandioca, 1 500 toneladas de milho e 35 toneladas de cana-de-açúcar, no valor de mais de 20 milhões de cruzeiros.

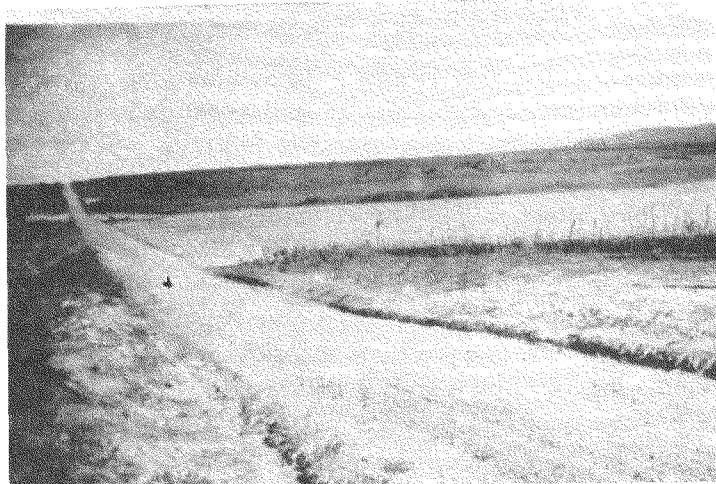
Pecuária — A pecuária é também significativa na vida econômica do município. Em 1956, os rebanhos compunham-se de 30 000 bovinos, 16 000 caprinos, 13 000 ovinos, 10 000 suínos, 6 000 eqüinos, 5 000 asininos e 3 000 muares. O gado bovino é orientado, geralmente, com objetivos de criação, de produção de leite e de corte.

Indústria — Exercem grande influência na vida econômica do município as indústrias de sisal, produzindo também charque, vinhos de frutas, calçados, ladrilhos e marmorites, telha, tijolos, doces e laticínios. O beneficiamento do sisal, bem como as fábricas de cordas, tapêtes, capachos, bôlsas e outros objetos daquela fibra constituem a indústria principal. Em 1956, a comuna exportou para as praças de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte 3 138 toneladas de fibra beneficiada, no valor de 14 milhões de cruzeiros, e mais 2 milhões e 222 mil cruzeiros de tapêtes, capachos, cordas e passadeiras do mesmo produto.

Artesanato — Tem certa influência na economia municipal a atividade artesanal, representada por artigos de cerâmica, talhas, potes, panelas, bonecos de barro. Em outros ramos, as rendas, inclusive de sisal, bôlsas e sacolas de sisal, esteiras, chapéus de ouricuri e ariri; urupemas ou peneiras, vassouras e passadeiras de pindobas. Todos êstes produtos do artesanato são encontrados nas feiras públicas. Há na Agência de Estatística um mostruário de produtos da indústria e do artesanato do município.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Serrinha é òtimamente servida de meios de transporte. É cortada pela Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, cuja estação, uma das mais movimentadas do interior, foi inaugurada em 18 de novembro de 1880. Passa pela cidade a importante Rodovia BR-13 Transnordestina, por meio da qual o norte e o sul do País mantêm intensivo comércio. Há rodovias e estradas carroçáveis que ligam a cidade a todos os municípios vizinhos e às suas vilas e povoados. Via

Avenida Beretingas.

rodoviária, a cidade liga-se diretamente à capital Federal (1 644 km), à capital do Estado (210 km), às cidades vizinhas de Conceição do Coité (38 km), Feira de Santana (67 km), Irará (68 km), Inhambupe (116 km), Nova Soure (72 km), Tucano (86 km), Monte Santo (180 km), Santaluz (90 km), Riachão de Jacuípe (54 km). Via ferroviária, liga-se à capital Federal (2 234 km), à capital do Estado (228 km), à vizinha cidade de Santaluz (70 quilômetros). Há no distrito-sede uma Agência Postal-telegráfica, do Departamento dos Correios e Telégrafos, uma agência postal em cada uma das vilas de Araci, Beritingas e Lamerão. Existe um campo de pouso com pista de 500 metros.

Rodovia Transnordestina — trecho Serrinha—Araci.

COMÉRCIO E BANCOS — Há no município 407 estabelecimentos comerciais, dos quais 74 estão localizados na cidade, sendo 17 grossistas. Em todo o município, mais de 100 caminhões fazem o tráfego de mercadorias. A comuna importa de São Paulo, do Rio de Janeiro, do Recife e de Salvador tudo aquilo que não produz: geladeiras, rádios, peças para automóveis, arroz, açúcar, tecidos, calçados e outros artigos industriais. Exporta para as mesmas praças, e também para municípios próximos, milho, feijão, fumo, batatas, galinhas, ovos, esteiras, chapéus de palha e vassouras de pindoba, além de fibras beneficiadas de sisal e seus produtos manufaturados. Exporta gado de corte para Salvador, Feira de Santana e Alagoinhas. O giro comercial em 1956 foi de 96 675 milhares de cruzeiros. A feira mais importante é a realizada aos sábados. Há na cidade três estabelecimentos bancários, o Banco do Brasil, instalado em 9 de janeiro de 1943, o Banco Econômico da Bahia, inaugurado em 23 de março de 1939 e o Banco da Bahia, em 23 de novembro de 1955; menciona-se ainda uma agência da Caixa Econômica Federal. Encontra-se também em atividade uma agência da ANCAR, bem assim um escritório do Banco do Nordeste. O salário-mínimo oficial decretado para a região da qual o município faz parte é de .... Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Serrinha está localizada num planalto. Em suas adjacências tem ao norte e a leste elevações de pequena altitude. Na mais próxima se acha a estátua da padroeira local, Senhora Santana, com 8 metros de altura. Possui a cidade 8 praças, 3 avenidas, 3 largos, 51 ruas e duas travessas. São pavimentadas a paralelepípedos 3 ruas, 3 praças, duas avenidas, duas travessas e 1 largo, e a pedras irregulares 10 ruas, sendo 5 parcialmente, e uma praça. Apenas uma praça — a principal — é arborizada e ajardinada, tendo um obelisco no centro do jardim e um coreto. Arborizadas são também 3 ruas, 3 avenidas, 3 praças e 1 largo. As rêdes da iluminação termelétrica se estendem por tôda a cidade, alcançando os distantes bairros do Alto do Cruzeiro, Chácara Bela Vista e Rua dos Pobres. Possui 2 cinemas, o principal com tela panorâmica, ambos com capacidade para 820 espectadores. Em 1956, existiam 13 automóveis comuns, 14 jipes, 10 camionetas, 128 caminhões comuns e 10 motociclos, 73 bicicletas, 3 charretes, 21 carroças de duas rodas e 252 carros de bois, registrados na repartição competente. O carro de bois, não obstante a modernização dos meios de transporte, ainda é largamente utilizado no transporte de cereais, material de construção e lenha das fazendas para a cidade. Os principais logradouros da cidade são a Praça Manuel Vitorino, onde se acham a igreja Matriz de Senhora Santana e algumas repartições públicas; a Rua Bernardo da Silva, via em que estão os três principais estabelecimentos bancários. Há em atividade no distrito-sede 6 médicos, 3 dentistas, 2 farmacêuticos, 2 advogados e 2 enfermeiros.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Encontra-se na cidade a Casa de Saúde Imaculada Conceição, de propriedade particular, que presta assistência com internamento, o Pôsto de Higiene, mantido pelo Govêrno do Estado, o pôsto de clínica e pequena cirurgia, privativo dos ferroviários, e o Distrito do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Funcionam 5 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Não há organização especializada de objetivo assistencial; todavia, a Prefeitura de Serrinha, de acôrdo com as suas possibilidades orçamentárias, presta assistência a desvalidos.

Outro aspecto do trecho Serrinha—Araci.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, 24% da população de cinco anos e mais sabiam ler e escrever. Na cidade residiam 5 574 pessoas de 5 anos e mais, 3 153 das quais eram alfabetizadas, havendo preponderância do sexo feminino, com 1 669.

Ensino — Do ensino primário fundamental comum existiam em 1956, 50 escolas municipais em funcionamento entre as quais 20 mediante convênio com o govêrno do Estado, 21 escolas estaduais, com corpo docente de 45 professôras. Do ensino extraprimário existiam 1 ginásio, uma

escola normal, duas escolas de dactilografia e uma de corte e alta costura. Funcionavam também 21 cursos da Campanha de Alfabetização de Adultos. A matrícula nas escolas municipais era de 1 842 alunos, nas estaduais, 1 042 e nos cursos supletivos, 541. No Ginásio Estadual a matrícula foi de 245 alunos, na Escola Normal, de 22. No início do ano de 1957, as matrículas do Ginásio e da Escola Normal foram de 251 e 38, respectivamente.

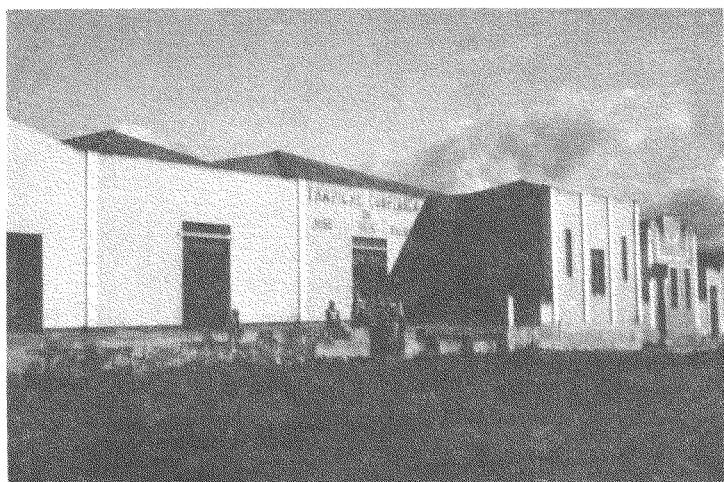
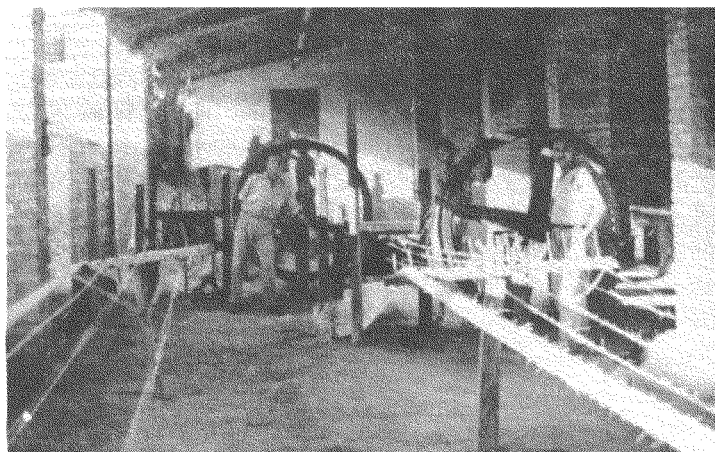
OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há 4 bibliotecas na cidade, sendo a mais importante, pelo número de volumes, a da Agência de Estatística. Há 3 associações culturais, inclusive uma estudantil, 2 serviços de alto-falantes, uma livraria e uma tipografia sob o nome "O Serrinhense".

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — O obelisco da Praça Manoel Vitorino e a estátua da Senhora Santana são os únicos monumentos existentes.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — O ameno e saudável clima e a natural hospitalidade de sua gente fazem de Serrinha uma cidade muito procurada para veraneio.

CULTOS RELIGIOSOS — Há no município três paróquias: a de Senhora Santana, em Serrinha, a de Nossa Senhora da Conceição, em Araci e a de Nossa Senhora do Belém, em Beritingas. Do culto não católico, há 3 templos do culto protestante na cidade, 1 na vila de Araci e 2 do culto espírita no distrito-sede.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As manifestações religiosas notáveis são: o Natal, época dos presepes e respectivas visitações, até o dia dos Santos Reis; a festa da padroeira da Paróquia — Senhora Santana —, realizada no mês de setembro, constando de missa solene e procissão com cortejo de bandeiras, flâmulas e dísticos das organizações religiosas locais; também apoteótica e de repercussão intermunicipal, a "procissão do fogaréu" realizada anualmente, na Quinta-feira Santa, quando milhares de homens partem da igreja matriz conduzindo velas acesas e cantando hinos; a procissão de São Cristóvão, na qual desfilam dezenas de veículos motorizados.

Das festas populares realizam-se os "ternos de reis" ou "reisados", mais freqüentes no meio rural; o "adjunto" ou "boi", que é um ajuntamento de pessoas para realizarem determinado trabalho de preparo, amanho, ou plantio da terra. O ajuntamento em aprêço é constituído também de mulheres e crianças, quando se trata de plantio. Tem cunho festivo e o trabalho é realizado sob cânticos; à noite

Usina de beneficiamento de sisal.

Aspecto da fabricação de cordas de sisal.

realiza-se a ceia na residência do agricultor beneficiado. Seguem-se animadas danças: côco, samba e rodas.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1954, existiam 13 600 eleitores inscritos, dos quais votaram 8 001 no pleito de 3 de outubro do referido ano. A Câmara municipal constitui-se de 12 vereadores. Há no município 131 funcionários federais, 134 estaduais, 94 municipais e 11 autárquicos. Nêle está sediada a 11.ª Circunscrição de Ensino do Interior e a 3.ª Circunscrição da Segunda Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o movimento das finanças públicas no município. no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	510	1 489	1 089	497	1 044
1951	569	1 790	2 034	640	2 076
1952	633	1 906	1 459	777	1 542
1953	954	1 797	1 824	679	1 534
1954	1 319	2 424	1 801	705	1 706
1955	1 127	4 113	2 081	973	1 920
1956	1 591	5 254	2 133	834	2 132

JUSTIÇA — Desde a sua criação, o município de Serrinha ficou incorporado ao têrmo de Purificação dos Campos, da comarca de Feira de Santana. Em 1880, passou a têrmo da comarca de Purificação dos Campos, criada pela Lei provincial n.º 1 997, de 9 de julho daquele ano. Foi a comarca de Serrinha criada pelo Ato estadual de 1.º de abril de 1890, constituída do têrmo único do mesmo nome e desmembrada da de Purificação. Em 1904, por fôrça do Decreto estadual n.º 266, de 4 de outubro, foi a comarca de Serrinha extinta, passando, juntamente com a de Conceição do Coité, a constituir o têrmo de Serrinha, subordinado à comarca de Alagoinhas. Foi a comarca de Serrinha restaurada pela Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, sendo elevado a 2.ª entrância, formada pelos têrmos de Serrinha e Conceição do Coité, desmembrados da comarca de Alagoinhas. A comarca de Serrinha foi elevada a 3.ª entrância pelo Decreto estadual n.º 8 040, de 12 de abril de 1932. Pelo Decreto estadual n.º 8 613, de 22 de agôsto de 1933, ficou a comarca formada pelos têrmos de Serrinha (sede), Conceição do Coité e Riachão do Jacuípe, êste desmembrado da comarca de Feira de Santana. Esta constituição perdurou até o ano de 1938, quando, pelo De-

creto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro, o têrmo de Tucano, pertencente à comarca de Monte Santo, passou a integrar a comarca de Serrinha, e o têrmo de Riachão do Jacuípe voltou a pertencer à comarca de Feira de Santana. Em 1945, pelo Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho, a comarca de Serrinha perdeu o têrmo de Tucano, e pelo Decreto-lei estadual n.º 175, de 2 de julho de 1949, ganhou o de Santaluz. Atualmente a comarca é formada pelos têrmos de Serrinha, Conceição do Coité e Santaluz. Conta com 10 cartórios, dos quais 6 são do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 72 feitos, sendo 71 cíveis e 1 de outra natureza.

O primeiro juiz de Direito foi o Dr. Ponciano Ferreira de Oliveira, ao qual coube pôr em funcionamento a comarca, tendo como juiz preparador o Dr. Virgílio Américo da Cunha Gonçalves. Foi promotor público o Dr. Manuel do Nascimento Silva Tôrres. O atual juiz de Direito é o Dr. Artur de Azevedo Machado. O Dr. Raimundo Cabuçu Tourinho é o representante do Ministério público.

VULTOS ILUSTRES — Gracilian Pedreira de Freitas, jurista de grande cultura, tenente Joaquim Sílvio Ribeiro, herói da Guerra do Paraguai, nascido a 14 de abril de 1842 e falecido a 2 de agôsto de 1936, tendo recebido várias condecorações.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se serrinhenses. O Prefeito em exercício é o Sr. Horiosvaldo Bispo dos Santos e o Presidente da Câmara eleito para o período iniciado a 7 de abril de 1957, é o Sr. Carlos de Freitas Mota.

O primeiro intendente do município foi o Sr. Mariano Silvio Ribeiro e a primeira Câmara municipal estava assim constituída: tenente Joaquim Hortélio da Silva, tenente José Emílio Ribeiro, tenente Leôncio Marques de Freitas, cidadãos Antônio Ferreira Coutinho, Pedro Alves da Silva e Luís dos Santos Cordeiro.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Joaquim Simas Sobrinho, Chefe da Agência de Estatística; Agente de Estatística auxiliar — Raimundo Nonato Paes Gonçalves.)

TAPEROÁ — BA

Mapa Municipal na pág. 49 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O município de Taperoá originou-se de uma aldeia indígena denominada São Miguel de Taperoguá, fundada a 23 de novembro de 1561 pelos jesuítas. Em dezembro do mesmo ano foi iniciada a construção de uma capela tendo por padroeiro São Miguel, edificada no mesmo local onde se encontra a igreja atual. Em 1563 assolou forte epidemia da qual resultou a morte e a dispersão de quase 2 000 índios. Ainda hoje é encontrado grande número de igaçabas, na parte suburbana da cidade. O último achado data de 9 de junho do ano de 1957. Em 1620 o capitão Lucas Fonseca Saraiva fundou, no mesmo local, a capela de São Brás, por haver alcançado uma cura de mal da garganta. Até fins do século passado, São Miguel foi o padroeiro da cidade. Em 1737 a capela de São Brás passou a pertencer à freguesia de Cairu e em 1813, já pertencendo a Valença, foi desmembrada e recebeu o título de Curato.

Por Decreto real de 30 de setembro de 1819, Taperoá foi desmembrado de Valença e anexado ao município de Nova Boipeba (atual Nilo Peçanha). A Resolução n.º 284, de 29 de maio de 1847, elevou a povoação à categoria de vila e criou o município de Taperoá, transferindo para aí a sede do município de Nova Boipeba, que foi extinto.

A capela de São Brás foi elevada à categoria de freguesia pela Resolução provincial n.º 346, de 31 de julho de 1849, que para ela transferiu a sede da freguesia de Senhor do Bonfim de Nova Boipeba, criada pela Lei provincial n.º 67, de 1.º de junho de 1838. Em 1873, o município de Nova Boipeba foi restaurado pela Resolução provincial n.º 1 279, de 30 de abril, ficando desmembrado de Taperoá. A vila de Taperoá recebeu foros de cidade pela Lei estadual n.º 1 131, de 18 de abril de 1916.

Na divisão administrativa de 1911, o município abrange os distritos de Taperoá e Camorogi. Nos quadros do Recenseamento de 1920, aparece formado dos distritos de Taperoá, Camorogi e Mata. Segundo a divisão administrativa vigente em 1933, o município se compõe dos distritos de Taperoá, Camorogi e Palmeiras. Nas divisões territoriais seguintes, a partir da de 1936, o município abrange apenas os distritos de Taperoá e Camorogi, até que a Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, criou mais um distrito — Burietá.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica Cacaueira, no litoral da baía de Tinharé. Limita-se com o oceano Atlântico e com os municípios de Valença, Nilo Peçanha, Cairu, Ubaíra, Jiquiriçá e Mutuípe. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 30' 45" de latitude Sul e 39° 03' 40" de longitu-

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital

Vista parcial da Praça da Bandeira.

de W.Gr. Seu rumo, partindo da capital do Estado, é O.S.O., da qual dista, em linha reta, 81 quilômetros.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 30 m.

ÁREA — A área do município é de 665 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes geográficos são os rios Graciosa ou Engenho, Almas, Águas Claras e Taquari.

CLIMA — Clima temperado. Frio no inverno e ameno no verão. A temperatura média da sede municipal é estimada em 25ºC. As chuvas manifestam-se com intensidade nos meses de abril, maio, junho, julho e agôsto.

RIQUEZAS NATURAIS — Possui o município grandes reservas de florestas, onde predominam as madeiras de lei, como louro, maçaranduba, sucupira, vinhático, putumuju e muitas outras. Conta, também, com grande quantidade de dendêzeiros. De origem mineral existe argila, empregada no fabrico de tijolos e telhas. O braço de mar que lhe confronta e segue até a foz do rio das Almas é muito piscoso.

POPULAÇÃO — A população em 1950 era de 9 580 habitantes, sendo 4 838 homens e 4 742 mulheres, predominando os de côr parda com 5 522, seguindo-se os de côr preta com 2 272. Quanto ao estado civil, os solteiros eram 2 869 contra 2 377 casados. Localizavam-se no quadro rural 69% da população, sendo a estimada para 1957 de 9 800 habitantes.

Aglomerações urbanas — Existiam em 1950 duas aglomerações: a cidade de Taperoá com 2 403 e a vila de Camurugi com 572 habitantes. Em 1953, o povoado de Buris foi elevado à vila com o nome de Burietá, tendo população de perto de 500 pessoas. A população da cidade estimada para 1957 é de 2 900 habitantes.

Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município conta com os seguintes povoados e respectiva população estimada para 1957: Água Comprida — 300; Dr. Getúlio Vargas — 250; Itiúba — 160; Jordão — 380; Laranjeira — 140; Limoeiro — 480; Gracioso — 200; Ponto Cons. Coutinho — 250; Riachão de Areia — 360; Rio Prêto — 440; Tanque Grande — 255 e Terra Dura — 215 habitantes.

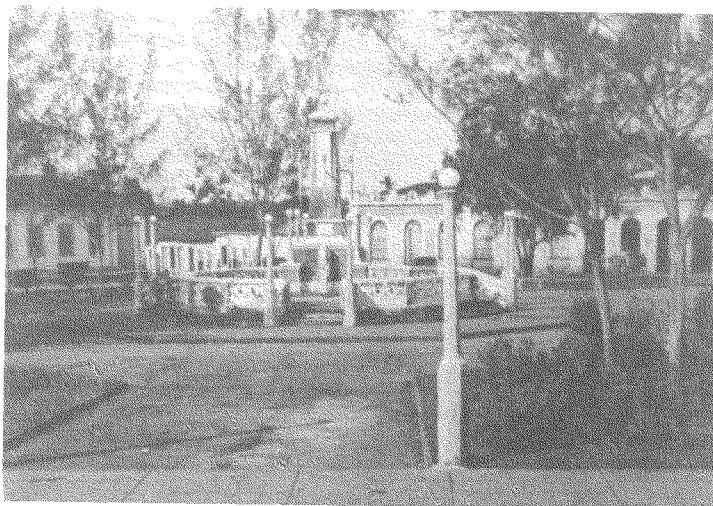
ATIVIDADE ECONÔMICA — *Agricultura* — A lavoura é a principal atividade econômica do município, representada pelas culturas do cacau, do cravo-da-índia, da mandioca, da cana-de-açúcar e do arroz.

Conforme revela o Recenseamento Geral de 1950, 38% da população em idade ativa (10 anos e mais) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A principal cultura é a do cacau, vindo em seguida banana, mandioca e cana-de-açúcar.

Indústria — A indústria extrativa é representada pela derribada de madeiras e fabrico de azeite-de-dendê. A pesca, se bem que praticada em pequena escala, representa "atividade econômica'. Em 1956, a produção de pescado alcançou 30 700 quilogramas. A indústria é constituída de estabelecimentos de pequeno porte, dentre os quais se destaca a "Serraria São José", localizada no povoado de Jordão. O valor da produção industrial em 1955 alcançou 20 440 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: capital Federal via mista (marítima 90 km, rodoviária 1 700 km ou marítima 759 mi), via aérea 1 263 km; capital do Estado via marítima 49 mi ou via rodoviária 338 km; cidades vizinhas de Cairu 8 mi; Jiquiriçá via mista (fluvial 12 mi e rodoviária 73 km) e via ferroviária 84 km; Nilo Peçanha via marítima 12 mi ou via rodoviária 7 km; Mutuípe via mista (fluvial 12 mi e rodoviária 73 km ou ferroviária 73 km); Ubaíra via mista (fluvial 12 mi, rodoviária 78 km e ferroviária 97 km); e Valença via marítima 12 mi e via rodoviária 24 km. Existe um moderno pôrto marítimo, ainda não entregue ao funcionamento pela firma construtora.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações comerciais exclusivamente com a praça de Salvador, donde importa principalmente mercadorias de primeira necessidade. Existem na sede municipal 38 estabelecimentos comerciais, sendo 2 atacadistas. O giro comercial em 1956 ultrapassou 34 milhões de cruzeiros e a exportação atingiu 14 820 milhares de crueziros. A feira, que se realiza aos sábados, atrai grande número de pessoas dos vizinhos municípios de Cairu e Nilo Peçanha. O salário-mínimo oficial decretado para a 3.ª Sub-região, na qual está incluído o município, é de Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS — A topografia da cidade é plana e agradável. Em duas elevações estão construídos a igreja Matriz e o cemitério. Possui um bom pôrto, recentemente construído, e cais de atracação. Na cidade há 28 logradouros, dos quais 12 são pavimentados, 1 ajardinado, 20

Trecho da Praça da Bandeira.

possuindo luz elétrica e 6 ligados à rêde de esgotos. São 660 os prédios da cidade, 382 possuindo ligações elétricas, e 38 ligados à rêde de esgotos. Os principais logradouros da cidade são: Praça da Bandeira e Pôrto Novo. Funcionam na cidade 1 cinema, uma pensão e uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Existe no município um Pôsto de Saúde, com o título de "Pôsto Correspondente do Estado", mantido pela Secretaria de Saúde. Taperoá faz parte do Setor n.º 1 do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado em Salvador. Há duas farmácias em funcionamento. Exercem a profissão 1 médico, 1 dentista e 1 farmacêutico.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 7 994 habitantes, da qual sabiam ler e escrever 1 672, ou seja, 21%.

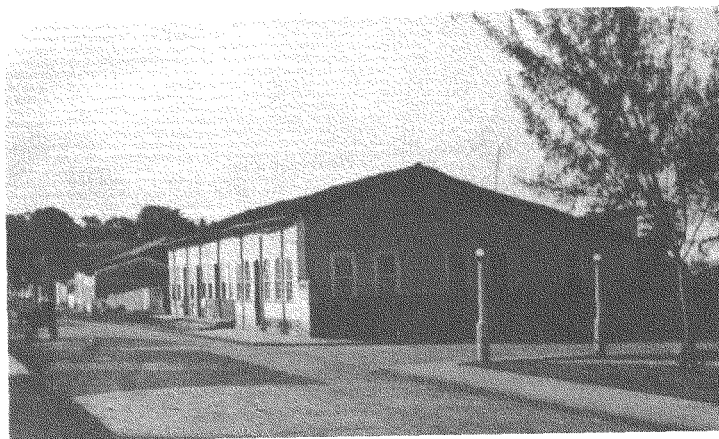
Ensino — Em 1956 funcionavam no município 12 unidades do ensino primário fundamental comum, com a matrícula efetiva de 482 alunos. Quatro eram estaduais e 8 municipais.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — No centro da Praça da República está localizado o Monumento Comemorativo dos Atos do Município, constituído de um obelisco de alvenaria, assentado num polígono octogonal, rodeado de balaústre em forma circular, contando quatro placas de mármore com dados históricos do município. Foi inaugurado em 3 de fevereiro de 1950.

CULTO RELIGIOSO — O município é sede da paróquia de São Brás, subordinada ao bispado de Ilhéus; possui uma Matriz, 3 igrejas e 3 capelas públicas. Há sete associações religiosas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — Na cidade é celebrada com muita pompa a festa de São Brás, padroeiro local. É constituída de novenas, missa festiva e procissão, que atrai habitantes do interior do município e das cidades vizinhas.

Os festejos populares mais importantes são: *as cheganças*, simples ou com mouro, que saem à rua no dia 3 de fevereiro, data em que se celebra a festa em homenagem a São Brás, padroeiro da cidade; *zabiapunga*, que se compõe de um grupo mascarado à frente, tocando caixas com pequenos paus roliços, e de duas filas atrás percutindo

Vista do pôrto velho.

Rua Vitor Meireles.

enxadas. Saem à rua às quatro horas da manhã, permanecendo até 9 horas do dia.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Havia no município 2 208 eleitores inscritos, tendo 1 647 votado no pleito de 1954. O atual Legislativo é composto de 8 vereadores. Em 1956 exerciam suas funções no município, 52 funcionários públicos civis, sendo 7 federais, 16 estaduais, 27 municipais e 2 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o movimento financeiro do município no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	141	333	409	113	472
1951	216	463	480	171	448
1952	690	647	588	224	522
1953	453	1 200	1 058	370	1 097
1954	469	1 197	930	377	897
1955	585	1 862	1 006	416	859
1956	663	1 983	1 377	434	1 196

JUSTIÇA — Desde sua criação, o município ficou como têrmo da comarca de Valença. Pela Resolução provincial n.º 1 311, de 28 de maio de 1873, foi criada a comarca de Taperoá, formada pelos têrmos de Taperoá, Cairu, Santarém (atual Ituberá) e Nova Boipeba (atual Nilo Peçanha).

Em 1881, o têrmo de Santarém passou para a comarca de Camamu. Pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892 foi a comarca de Taperoá extinta e anexados os seus têrmos à comarca de Valença, sendo restaurada pela Lei estadual n.º 1 119, de 21 de agôsto de 1915, como de 3.ª entrância. De acôrdo com a Lei estadual n.º 2 225, de 14 de setembro de 1929, ficou formada pelos têrmos de Taperoá e Nova Boipeba (Nilo Peçanha).

Em 1931, o Decreto estadual n.º 7 321, de 20 de março, extinguiu o têrmo de Nilo Peçanha e o anexou ao de Taperoá. Pelo Decreto estadual n.º 7 442, de 12 de junho de 1931, foi a comarca de Taperoá extinta, sendo seu têrmo anexado à de Valença até 1945, quando o Decreto-lei estadual n.º 512, de 19 de junho, restaurou a comarca de Taperoá, situação em que ainda se encontra, constituída do Têrmo único.

Compreende 7 cartórios, sendo 3 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 39 feitos: 29 cíveis, 8 criminais e 2 de outras naturezas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se taperoenses. Há uma versão de que o nome do município originou-se da topografia e conformação do seu solo, dando à palavra "taperoá" a significação de "saco de pedras"; a correta é "habitante de ruínas".

O Prefeito em exercício é o Senhor Vitor Meireles Filho, e o presidente da Câmara é o Senhor Leão Cerqueira de Oliveira.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Anterlino Leite Gaspar. O histórico contou com a colaboração de Frei Menandro O.F.M. e do Sr. João Bezerra; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Antônio Vitorino dos Santos.)

TREMEDAL — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — A povoação de Tremedal originou-se da fazenda Brejo, de onde provém o nome atual, de propriedade de Joaquim Gonçalves, que aí se estabeleceu em 1885 com sua família e agregados, proveniente do município de Areia, atual Ubaíra. Em 1895, outras famílias, sabedoras da fertilidade da região, vieram juntar-se às primitivas, transformando o simples lugarejo numa povoação, tendo influído para tanto o espírito progressista da numerosa família Ferraz; devido ao seu número a localidade passou a ser conhecida por Tremedal dos Ferraz.

Vista panorâmica da cidade.

Em virtude da decadência da sede do distrito de São Felipe, da qual fazia parte como povoado, a sede do distrito foi transferida em 1922 para o arraial de Tremedal dos Ferraz, com a denominação de Bom Jesus do Tremedal, até que o Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, simplificou o seu topônimo para Tremedal. Em 1921, a Lei municipal número 53, de 10 de fevereiro, criou o distrito de Caraíbas, criação esta aprovada pela Lei estadual número 1 498, de 28 de julho de 1921. Por fôrça da Lei número 599, de 5 de novembro de 1953, foi emancipado do município de Condeúba, recebendo a sua sede foros de cidade, e ocorrendo sua instalação a 7 de abril de 1955. A Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, criou o distrito de Lagoa Preta, ficando o município constituído dos distritos de Tremedal, Caraíbas e Lagoa Preta.

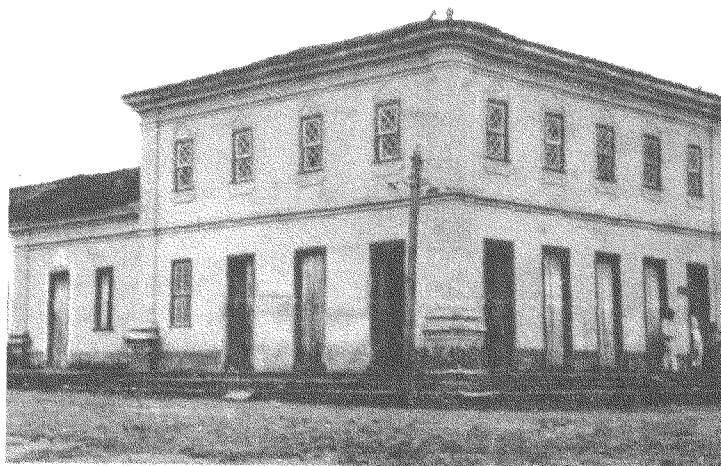
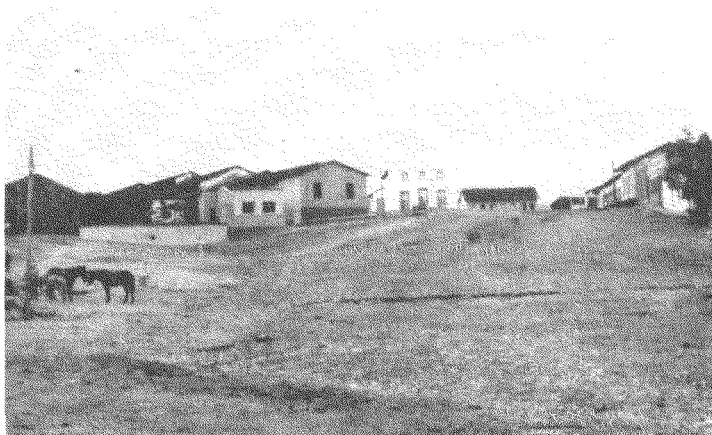
LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica da Serra Geral e seu território é totalmente abrangido pelo "Polígono das Sêcas". Situa-se no sudoeste do Estado e limita-se com os municípios de Brumado, Condeúba, Vitória da Conquista e com o Estado de Minas Gerais.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 530 metros.

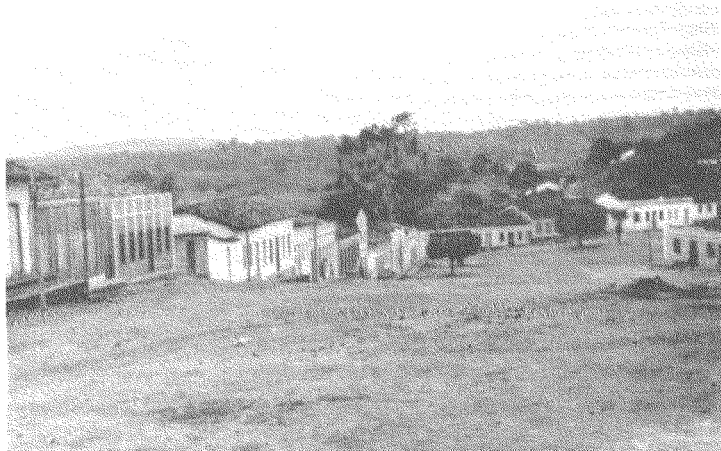
ÁREA — A área do município é de 2 500 km², aproximadamente, pois se trata de município instalado recentemente com área oficial ainda não determinado.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município possui as serras do Mulungu, do Espírito Santo, da Bomba, tôdas ramificações da serra Geral, e os rios Ressaca e Gavião.

CLIMA — O clima é quente no verão e temperado no inverno. A temperatura da sede municipal em 1956 apresentou os seguintes dados: média das máximas 30°C, média das mínimas 18°C e média compensada 23°C. As chuvas são mais freqüentes no período de outubro a março.

Prédio onde funciona a Prefeitura e a Agência Municipal de Estatística.

Praça da Matriz.

RIQUEZAS NATURAIS — No reino mineral merecem menção as jazidas de cristal de rocha, com pequena exploração. Predomina a vegetação rasteira característica das caatingas e capoeiras.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, a população do município (distritos de Tremedal e Caraíbas, então pertencentes ao município de Condeúba) era de 19 527 habitantes, sendo 9 660 homens e 9 867 mulheres. Localizavam-se no quadro rural 95% da população. Na cidade, então vila de Tremedal, município de Condeúba, foram encontradas 644 pessoas, sendo 293 homens e 351 mulheres.

Aglomerações Urbanas — Atualmente o município possui três aglomerações urbanas: a cidade de Tremedal e as vilas de Caraíbas e Lagoa Preta.

Praça do Mercado.

Outras Aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município possui três povoados: São Felipe, Venda e Pé de Serra, com população abaixo de 50 pessoas cada.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Segundo o Censo de 1950, 39% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

Agricultura — A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, cuja produção, em 1955, alcançou o valor total de 862 milhares de cruzeiros, concorrendo com as maiores parcelas o algodão e a mandioca. Produz ainda feijão, cana-de-açúcar, fumo, mamona e milho. A produção agrícola se escoa para os municípios vizinhos de Vitória da Conquista, Condeúba, Brumado e Itambé.

Indústria — O valor da produção industrial em 1955 alcançou o total de 3 500 milhares de cruzeiros, destacando-se a produção de rapadura, farinha de mandioca e requeijão. Há pequena extração de cristal de rocha, assim como de lenha; esta produziu cêrca de 3 milhões de cruzeiros.

Pecuária — Existiam no município, em 1956, 1 142 propriedades agropecuárias, cujo valor venal era superior a 4 910 milhares de cruzeiros. O rebanho existente naquele ano congregava 15 000 bovinos, 5 000 eqüinos, 1 000 asininos, 1 500 muares, 3 000 suínos, 20 000 ovinos e 27 000 caprinos. A pecuária é importante para a vida econômica do município.

Praça Nova.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Via rodoviária, liga-se a cidade de Tremedal diretamente à capital Federal (1 262 km), à capital Estadual (612 quilômetros) e às cidades vizinhas de Brumado (228 km), Condeúba (80 quilômetros) e Vitória da Conquista 84 quilômetros).

A Cidade possui uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

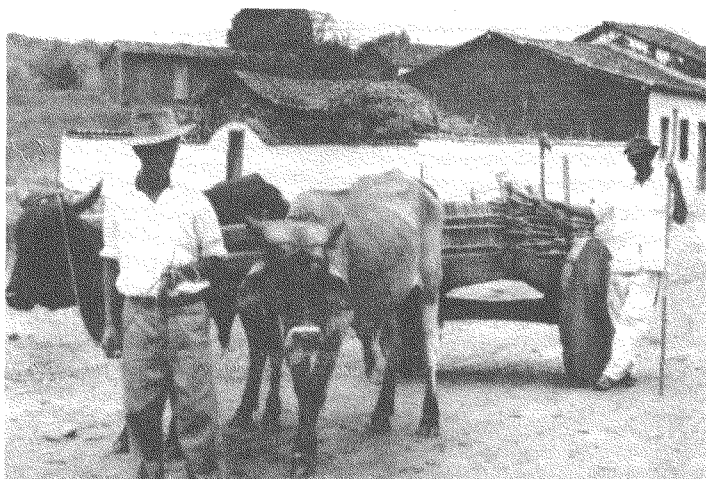
COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 84 estabelecimentos varejistas. O giro comercial em 1956 foi de 8 225 milhares de cruzeiros. O comércio local mantém transações com as praças de Salvador e Vitória da Conquista. Importa tecidos, louças, ferragens, produtos farmacêuticos e estivas em geral. Exporta feijão, milho, fumo, algodão e mamona.

ASPECTOS URBANOS — A cidade possui 6 logradouros, sendo 2 pavimentados e todos servidos de iluminação elé-

Rua Getúlio Vargas.

ca. Em 1956 existiam 142 prédios, dos quais 30 eram :vidos de eletricidade. Funciona na sede municipal uma nsão com capacidade para 20 hóspedes.

ƷSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funcionam na iade 3 farmácias.

.FABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento ɜral de 1950, existia na cidade, então vila do município Condeúba, da população de 5 anos e mais, o total de ;9 pessoas, das quais sabiam ler e escrever 129 homens 113 mulheres.

Transporte típico da região.

Ensino — Em 1956 funcionaram no município 6 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, sendo 3 estaduais e 3 municipais, com o total de 230 alunos matriculados.

CULTO RELIGIOSO — O município é sede da Paróquia do Senhor do Bonfim, instalada em 1881 e subordinada à diocese de Caetité. Conta com uma igreja, 14 capelas e uma associação religiosa.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa mais tradicional do município é a que se realiza no dia 20 de janeiro de cada ano consagrada ao Senhor do Bonfim, padroeiro da cidade. Nesta data, celebra-se missa festiva acompanhada sempre de canto orfeônico e queima de fogos; há quermesses e nas ruas são armadas barracas onde se fazem leilões.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1954 o município possuía 1 894 eleitores, dos quais votaram 809 no último pleito. A Câmara Municipal está composta de 8 vereadores. Em 1956, exerciam suas funções na comuna 16 funcionários públicos, assim distribuídos: 4 federais, 4 estaduais, 7 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — Na tabela abaixo resumem-se os dados sôbre finanças do município nos anos de 1955 e 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	410	178	133	201
1956.......	—	622	857	196	267

JUSTIÇA — Tremedal é têrmo da comarca de Condeúba. Possui 3 cartórios do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 10 feitos, sendo 8 cíveis e 2 criminais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais da região denominam-se "tremedalenses". O primeiro Prefeito do município é o atual, Senhor Leonel Pereira da Silva, e o Presidente da Câmara é o Senhor Joaquim Ferraz de Araújo, eleito para o período legislativo iniciado a 7 de abril do corrente ano. A primeira Câmara Municipal é a presente e está composta dos seguintes membros: Joaquim Ferraz de Araújo, Sebastião Alves Meira, Manoel Inácio Pereira, Osvaldo Almeida Novais, João Alves de Andrade, Leonel Ribeiro, Odílio de Oliveira Santos Melo e Libério José de Lima.

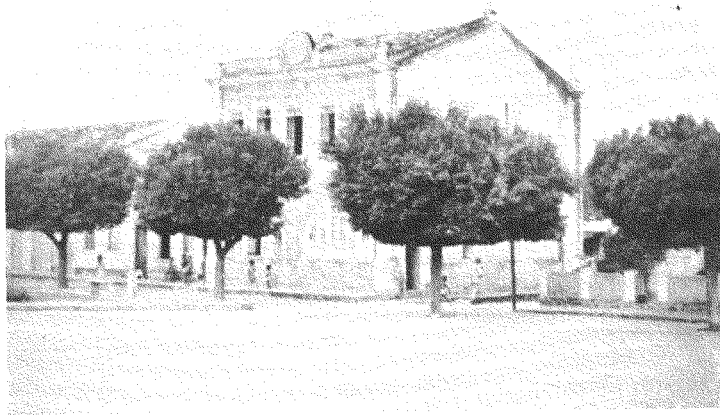
(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Luís Gonzaga de Oliveira Brito; Chefe da Agência de Estatística — Alcides Ferraz dos Santos.)

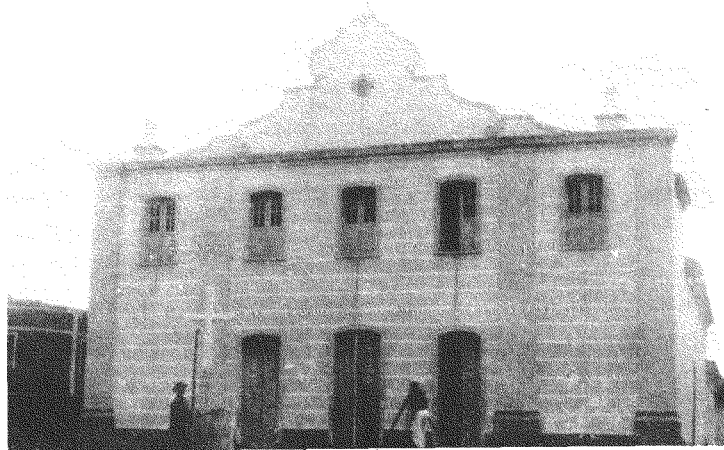
TUCANO — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O atual município de Tucano em 1727 estava ainda na condição de simples aldeia pertencente ao município de Itapicuru, cujo território faz parte do vale do rio Itapicuru. Afirma a história que a cidade "se originou de uma aldeia de índios tucanos, que lhe deu o nome, e onde foi erigida uma capela em honra de Senhora Santana pelo catequista frei Apolônio, elevada à freguesia em 1748 ou 1754, por D. José Botelho de Matos, 8.º arcebispo da Bahia, sob a invocação de Santana e Santo Antônio de Tucano, e entregue à direção do padre Francisco Cabral de Sousa, seu primeiro vigário". A aldeia de Tucano desenvolveu-se e civilizou-se sob a influência catequista, e tomou ares de arraial ou povoado, tendo disto resultado a criação do distrito, no ano de 1754.

Em 1837, a Lei provincial número 51, de 21 de março, criou o município de Tucano, com território desmembrado inteiramente do município de Itapicuru. A inauguração do novo município ocorreu a 26 de maio daquele ano. Esta mesma Lei elevou o arraial à categoria de vila com o título de Imperial Vila do Tucano.

Durante noventa e quatro anos, Tucano dirigiu política e administrativamente os seus próprios destinos, sem interrupção, isto é, de 1837 a 1931. A Região onde está localizado, sacudida e violentada pelos efeitos das sêcas sucessivas, concorreu, por certo, para que fôsse supresso no mencionado ano de 1931. Constituía-se de distrito único, segundo se conclui pela divisão administrativa do Brasil, concernente ao ano de 1911. Foi supresso ou extinto por fôrça dos Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho, e 7 479, de 8 de julho de 1931, sendo incorporado o seu território ao do município de Cipó. Em conseqüência, foi criada em Tucano uma Subprefeitura. Tal situação, porém, não durou muito. Traduzindo o desejo dos munícipes, o Decreto estadual número 8 447, de 27 de maio de 1933, restabeleceu o município de Tucano, o que, com grande entusiasmo, efetuou-se a 24 de junho do mesmo ano de 1933.

Edifício da Prefeitura Municipal.

Na divisão administrativa do Brasil referente a 1933, o município de Tucano aparece constituído pelos distritos de Tucano, Triunfo, Araci e João Vieira. As divisões territoriais de 31 de março de 1936 e 31 de dezembro de 1937, como também o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, trazem o município de Tucano com a mesma constituição distrital. Alguns meses depois, porém, houve alteração. O Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, transferiu da jurisdição de Tucano para a do município de Serrinha o território do distrito de João Vieira, que, anexado ao território do extinto município de Araci, constituiu ou completou o distrito de Araci. João Vieira, conseqüentemente, deixou de ser distrito, em decorrência do citado Decreto número 11 089, integrando assim o distrito de Araci. Dêsse modo, segundo se depreende do disposto no Decreto número 11 089, o município apresenta-se na divisão territorial de 1939-1943 integrado por dois distritos apenas: Tucano e Triunfo. A mesma ocorrência consta do quadro que vigorou no qüinqüênio 1944-1948, estabelecido pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, observando-se que o distrito de Triunfo passou a denominar-se Quijingue. Esta constituição distrital — Tucano e Quijingue — é a que vigora atualmente.

Igreja-Matriz.

Os primitivos habitantes — índios tucanos — pertenciam às tribos dos tupiniquins ou dos carijós. O desbravamento proveio da existência das entradas originárias do sul do Estado, influindo no povoamento os habitantes do município de Itapicuru e adjacências.

LOCALIZAÇÃO — O município está localizado na Zona Fisiográfica do Nordeste, inteiramente compreendido pelo "Polígono das Sêcas"; tem como coordenadas geográficas, na sede municipal, 10° 57' 59" de latitude Sul e 38° 46' 59" de longitude W. Gr. Banhado pelo rio Itapicuru, o município é componente do importante vale, pela extremidade sul. Limita-se com os municípios de Cipó, Euclides da Cunha, Monte Santo, Nova Soure, Ribeira do Pombal e Serrinha. O rumo da cidade, partindo da capital do Estado, é N. N. O. Distância da capital do Estado, em linha reta, 214 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de .... 209,5022 metros, conforme chapa cravada pelo Conselho Nacional de Geografia no primeiro degrau da base do cruzeiro localizado na frente da igreja Matriz.

ÁREA — A extensão territorial do município é de 4 171 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O principal acidente geográfico existente no município é o rio Itapicuru; mas há outros acidentes, como o "Buraco do Vento", na serra do mesmo nome, além da cidade 6 quilômetros, por cujas adjacências passa a rodovia com destino à vizinha cidade de Ribeira do Pombal.

CLIMA — Durante o verão, o clima do município é quente e sêco; no inverno é agradável, com interrupções nos dias ensolarados. Em 1956 a média das máximas foi de 38°C, a das mínimas 20°C e a média compensada de 28°C. O período mais quente e sêco corresponde aos meses de novembro, dezembro, janeiro e fevereiro. O município está sujeito às inclemências da sêca.

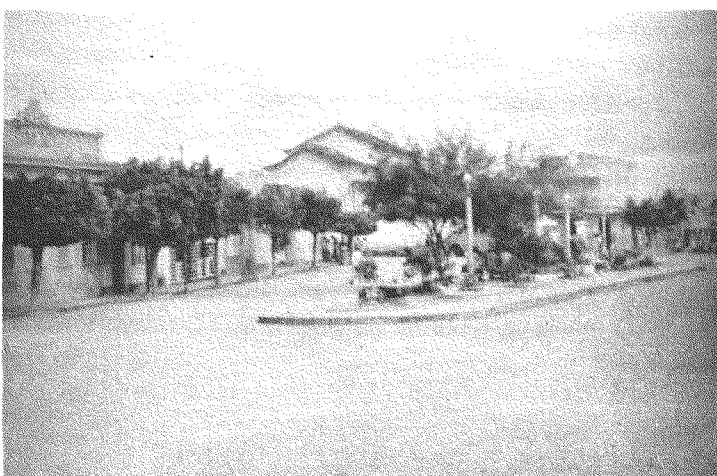
RIQUEZAS NATURAIS — A vegetação é pobre e rala e constituída na maior parte de cactos. Todavia ainda há

madeiras de lei, como angico, baraúna, catingueira, canela-de-velho e outras menos resistentes, como umbuzeiro, umburana, barriguda, pinhão, etc. Há vegetais fibrosos em abundância como caroá, malva e imbira. Da barriguda é extraída a "lã vegetal". Do angico e da jurema são aproveitadas cascas taníferas. Entre as frutas de ótimo paladar citam-se: umbus, cambucás, etc.

Minérios — Embora não explorados, menciona-se a existência dos seguintes: ouro, em todo o curso do rio Itapicuru, pedra calcária, argila e areia, as últimas em exploração. A fauna, sèriamente combatida pelas sêcas e pelos caçadores, contém ainda veado, suçuaranas (estas já escassas), tatus, teiús, camaleões, micos, gambás, jaguatiricas (ou gatos-pintados e mariscos), rapôsas, cágados, columbinas de vários portes (pomba-legítima, pomba-torocaz ou pomba-de-arribação, juriti), jacu, araquã, zabelê, codorniz, seriema e ema (escassíssima). A fauna ictiológica é pobre.

POPULAÇÃO — A densidade demográfica do município de Tucano, segundo o Recenseamento Geral de 1950, corresponde a 6,85 habitantes por quilômetro quadrado. A sua população total era de 28 596 pessoas, e a da sede municipal estimada para 1957 é de 4 500.

Aglomerações Urbanas — A cidade de Tucano possuía 3 039 habitantes em 1950, ou seja 1 407 homens e 1 632 mulheres, e a vila de Quijingue, 469, sendo 225 do sexo masculino e 244 do feminino.

Outras Aglomerações — Dispersos em todo o interior do município, estão os povoados de Pé de Serra (com 600 habitantes), Tracupá (com 360), Crenguenhém (com 350), Caldas do Jôrro (com 300), Mandaçaia (com 280), Rua Nova (com 250), Algodão (com 250), Olhos-d'Água (com 210) e Pôço Redondo (com 200 habitantes). Note-se que as populações acima mencionadas foram estimadas para

Praça Vigário Martins.

1957 pela Agência de Estatística do município. Destas aglomerações, realça-se a de Caldas do Jôrro, ante a importância de que se reveste. No centro do povoado está uma estação balneária, cujos benefícios salutares atraem pessoas de tôdas as regiões do País. De modo geral, o povoado é conhecido, principalmente fora dos limites municipais, pelo nome de "Jôrro de Tucano", derivado do "Jôrro termal", conseqüente de perfurações efetuadas pelo Conselho Nacional do Petróleo.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A agricultura e a pecuária constituem as principais atividades econômicas da região. A primeira é restrita aos alternados ou escassos anos em que as estações invernosas lhe são favoráveis, e por isso mesmo considerada em plano secundário. A pecuária, no entanto, apresenta-se mais sólida, ou menos combalida, principalmente quanto ao gado caprino, que é de resistência notável. Constitui-se de 6 000 bovinos, 8 000 ovinos, 7 000 caprinos, 5 000 suínos e outras espécies menos numerosas.

Praça Duque de Caxias.

Agricultura — Em 1956, o município produziu 1 500 sacos de 60 quilogramas de arroz, 5 700 toneladas de mandioca, 22 000 cachos de bananas, 4 600 centos de côco-da-baía, 580 toneladas de cana-de-açúcar, 60 toneladas de mamona em baga e 431 168 quilogramas de fibra sêca de sisal. A produção de milho e feijão foi nula por falta de chuva. Entretanto, é um dos grandes celeiros dêsses produtos na região nordestina.

Indústria — A principal indústria, no município, é o curtume de couros e peles, à maneira primitiva, em fossas de pedras à margem do rio Itapicuru, havendo alguns tanques construídos de cimento, porém sob tôsca cobertura. A indústria de curtume, em 1955, produziu 2 milhões e 12 mil cruzeiros, e a de artefatos manufaturados (sapatos, trajes para vaqueiros e arreios), cêrca de 1 milhão e 252 mil cruzeiros. A produção de cordas de fibra de sisal foi de 461 milhares de cruzeiros. Na indústria extrativa, tem importância a extração de lenha, fibras, casca de angico, coquilho-de-ouricuri e paina.

Artesanato — Utilizando o caroá, o sisal e a paina, fabricam-se cordas, espanadores, vassouras e rêdes. É desenvolvida a produção artesanal de artefatos de couro: malas de viagem, bruacas de couro (bôlsas d'água), selas, indumentária do vaqueiro, chapéus de couro, etc. Esta atividade apresenta perspectivas econômicas dignas de registro (vide "Artesanato e Arte Popular no sertão baiano", de Carlos J. da Costa Pereira).

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O rodoviário é o único meio de transporte. Há no município 26 caminhões e 7 automóveis inclusive jipes. Ônibus da Emprêsa São José passam pela cidade com destino a Salvador, pela Rodovia Transnordestina, tocando também em Serrinha e Feira de Santana. O distrito-sede liga-se com a capital Federal (1 730 km); com a capital do Estado

Rua D. Pedro II.

(299 km), e com as cidades vizinhas, de Serrinha (86 quilômetros), Cipó (62 quilômetros), Euclides da Cunha (57 quilômetros), Monte Santo (96 km), Nova Soure (77 quilômetros) e Ribeira do Pombal (31 quilômetros). Há na cidade uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telegráfos, e uma estação de rádio da Secretaria de Segurança Pública.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é exercido com as praças de Serrinha, Feira de Santana, Salvador, São Paulo, Rio de Janeiro e Recife. Nas épocas de abundância, exporta cereais para os estados do norte. Normalmente a exportação é feita para Serrinha, Feira de Santana e Salvador onde adquire, principalmente ferragens, drogas, gêneros alimentícios e vestuário. A fibra de sisal e cordas são vendidas normalmente em Salvador. O movimento bancário é feito na cidade de Serrinha, onde há várias agências de bancos. O comércio é ativo. Há 120 estabelecimentos varejistas e 39 atacadistas no município. O giro comercial, em 1956, elevou-se a 26 425 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo decretado para a 4.ª Sub-região a que está sujeito o município é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — Há na cidade 25 logradouros, dos quais 13 são pavimentados, 9 arborizados, inclusive 1 ajardinado; 10 são servidos de água canalizada e 25 iluminados por meio de energia produzida pela usina termelétrica local. Há 850 prédios na cidade, dos quais 221 possuem instalação elétrica e 135 são abastecidos por água encanada. Os principais prédios são o da Prefeitura, escolar e o do Pôsto de Combate ao Tracoma.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há na cidade 1 estabelecimento médico: o Pôsto de Higiene e Tracoma, mantido cooperativamente pelo Estado e pela União. Há também, em atividade, subordinado ao Pôsto Distrital, em Serrinha, um corpo de guardas do Departamento Nacional de Endemias Rurais. Na cidade clinica 1 médico e trabalham 2 enfermeiros, havendo duas farmácias em funcionamento.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Sociedade Santa Terezinha, de cunho caritativo-assistencial, mantenedora do Ginásio Nossa Senhora das Graças, exerce atividade assistencial no distrito-sede. Essa sociedade é integrada por irmãs de caridade, sob a direção do vigário local. Há uma cooperativa registrada, com sede na vila de Quijingue, denominada "Cooperativa de Energia Elétrica Triunfo de Responsabilidade Ltda", com o fim de distribuir energia elétrica para iluminação pública e domiciliar. Foi montada em 1953.

ALFABETIZAÇÃO — Contados pelo Recenseamento Geral de 1950, existiam no município de Tucano, entre 23 634 pessoas de 5 anos e mais, 3 183 homens e 2 176 mulheres que sabiam ler e escrever. Na cidade, eram alfabetizados entre os 2 562 residentes de 5 anos e mais de idade, 591 representantes do sexo masculino e 582 do feminino.

Ensino — O ensino primário fundamental comum é representado por 5 escolas estaduais, 12 da Campanha de Alfabetização de Adultos e 52 municipais, havendo uma particular. O Ginásio Nossa Senhora das Graças, criado em 1953 e mantido pela Sociedade Santa Terezinha, composta de irmãs de caridade, ministra o ensino secundário e dispõe de acomodações para internos. A matrícula em 1956 nas escolas primárias correspondeu a 2 200 alunos, enquanto o Ginásio matriculou 107 no início do ano letivo de 1957.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há uma biblioteca escolar e mais 4 pertencentes a outras instituições, tôdas com menos de 1 000 volumes. O Clube Cultural 15 de Agôsto é o mais importante da cidade.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Em homenagem ao médico e político de renome, Dr. Teotônio Martins de Almeida, há um busto de bronze erigido na Praça Vigário Martins, localizada na sede distrital.

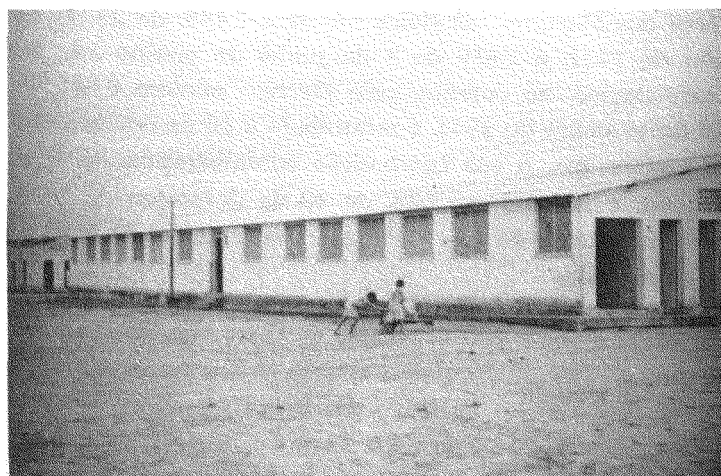
ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A estação balneária do povoado de Caldas do Jôrro, a 8 quilômetros de Tucano, com água termal "do tipo oligo-cálcio-magnesiano-sodada", de temperatura natural de 46,8°C, é importante objeto de atração turística. Nos hotéis do referido povoado são vistas, diàriamente, pessoas vindas de todos os estados da Federação. O jôrro, conseqüente de perfurações realizadas no local pelo Conselho Nacional de Petróleo, é tubulado e distribuído aos banheiros sem perder o calor natural.

Também constitui objeto de atração turística o secular "Buraco do Vento", que fica localizado a 6 quilômetros da cidade de Tucano, na serra do Vento, apresentando uma profunda e ampla cavidade derivada da erosão, com formações de estalactites.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da Paróquia de Santana, fundada no ano de 1754, subordinada à

Povoado de Caldas do Jôrro.

Diocese de Senhor do Bonfim. Além da igreja Matriz, existem 10 capelas e 6 associações religiosas do culto católico apostólico romano. Há 5 templos do culto protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — As mais importantes manifestações religiosas são: a Semana Santa, com a procissão do Senhor Morto, na sexta-feira; a festa do Natal, culminando com a celebração da "missa do galo"; a de São João, quando são acesas fogueiras e queimados fogos diversos, e a festa da padroeira Senhora Santana.

Balneário de Caldas do Jôrro.

Nas épocas de sêcas, realizam-se procissões em todo o território municipal, com mais freqüência na cidade, conduzindo imagens e uma cruz de madeira. Durante o percurso se cantam hinos e fazem-se orações diversas, pedindo chuvas ou bom tempo a Deus.

São realizados ajuntamentos ou batalhões (mutirões) nas épocas favoráveis à agricultura, para o rápido amanho da terra e o plantio. Nesses atos, os homens cantam durante o dia, o que denominam "boi" e que corresponde a vários indivíduos, aos pares, em duas vozes, cantarem ordenadamente, utilizando versos bem rimados e de improviso, louvando o "dono da terra ou da roça", ou desafiando a outros cantadores; na maior parte do tempo, choram as mágoas, rememorando o passado. Acontecimentos dessa natureza são encerrados à noite, quando é realizado farto jantar, regado a aguardente e vinhos, seguido de sambas, lundus e, às vêzes, danças. Nestes casos de "adjutórios" e nas rezas de Cosme e Damião, e outros santos, fazem-se sambas e danças nas mesmas condições, havendo, também, as muito conhecidas e famosas "rodas", usadas em tôda a região nordestina.

A toada "Muié Rendeira" já era conhecida e cantada há mais de 50 anos na região, quando o bando de Lampeão ocupou em dezembro de 1928 o povoado de João Vieira, integrando atualmente o distrito de Araci, no município de Serrinha. A toada era cantada nos mutirões, nas casas de farinha e nos demais acontecimentos festivos da zona rural, em dueto ou em côro, com "segunda voz": "Ê muié rendeira, Ê muié rendá! Tu me ensina fazê renda, que eu ti ensino a namorá".

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1954, existiam 6 389 eleitores inscritos em todo o município, porém, apenas 3 955 votaram no pleito de outubro do referido ano. O atual Prefeito é o Sr. Antônio Penedo Cavalcanti de Albuquerque e o Presidente da Câmara municipal que se compõe de 12 edis é o Sr. João Ferreira de Macedo.

O primeiro Prefeito do município foi o capitão João de Araújo Cavalcante, e os primitivos vereadores, os Senhores capitão Manoel José de Andrade, José Tomás dos Santos, capitão Pedro Alexandrino Pimentel, alferes Manoel Félix de Andrade, Pedro Alexandrino de Matos e Barnabé Francisco de Oliveira.

Encontravam-se em 1956 em Tucano 26 funcionários federais, 34 estaduais, 82 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro seguinte apresenta, em linhas gerais, o movimento financeiro municipal no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	126	419	498	225	587
1951	194	769	567	271	271
1952	227	868	1 146	278	914
1953	276	1 019	1 090	324	1 002
1954	265	1 040	1 466	394	2 342
1955	315	1 681	1 134	243	1 149
1956	455	1 501	1 395	284	1 039

JUSTIÇA — Desde a criação do município, foi têrmo da comarca de Itapicuru. Pela Resolução Provincial número 1 311, de 28 de maio de 1873, passou a fazer parte da comarca de Monte Santo, de onde passou para a de Pombal, por fôrça da Resolução provincial número 2 572, de 15 de outubro de 1886. Pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, o têrmo de Tucano voltou a integrar a comarca de Monte Santo. Mais tarde, foi criada a de Tucano, pela Lei estadual número 280, de 6 de setembro de 1898, ficando formada dos têrmos de Tucano e Razo (nome do antigo município de Razo, posteriormente mudado para Araci, e hoje pertencente ao município de Serrinha). O têrmo de Razo foi extinto pelo Decreto estadual número 264, de 4 de outubro de 1904, e a comarca de Tucano também o foi pelo Decreto estadual número 266, de 4 de outubro de 1904, sendo anexado o têrmo à comarca de Itapicuru. A comarca de Tucano foi restaurada pela Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, formada pelos têrmos de Tucano e Araci, sendo novamente extinta pela Lei estadual número 2 225, de 14 de setembro de 1929, passando a têrmo, com o nome de Têrmo de Tucano e Araci, integrante da comarca de Monte Santo. Foi o têrmo acima extinto por fôrça do Decreto estadual, número 7 455, de 8 de julho de 1931. Mais tarde, o têrmo de Tucano foi restaurado pelo Decreto estadual número 8 477, de 27 de maio de 1933, ficando subordinado à comarca de Monte Santo até 1938, quando passou a pertencer à de Serrinha, onde permaneceu até 1945, quando foi restaurada, mais uma vez, a comarca de Tucano, pelo Decreto-lei estadual número 512, de 19 de junho de 1945. Ficou a comarca constituída dos têrmos de Tucano e Euclides da Cunha. Criada a Comarca de Euclides da Cunha pelo Decreto estadual número 175, de 2 de julho de 1949, de Tucano atualmente se integra de um único têrmo, o de Tucano. É comarca de 1.ª entrância.

O primeiro juiz de Direito togado foi o Dr. Joaquim Procópio Freire de Andrade, assassinado no Paço Municipal no desempenho das suas funções de magistrado. O atual é o Dr. Jaime Ferrari Bulhões e o Promotor Público, o Doutor Rui Bernardes Dantas Fontes.

Compreende 11 cartórios, sendo 2 do Registro Civil. Em 1956, foram julgados 25 feitos cíveis e 17 criminais.

VULTO ILUSTRE — Dr. Teotônio Martins de Almeida, médico e político, que se fêz famoso e de renome pelos serviços prestados ao município.

OUTRO ASPECTO DO MUNICÍPIO — O adjetivo pátrio local, designativo das pessoas naturais do município, é tucanenses.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Joaquim Simas Sobrinho; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Divaldo Pereira Machado.)

UAUÁ — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — No século XVIII, as terras onde se encontra situado atualmente o município de Uauá pertenciam à Casa da Tôrre, do intrépido bandeirante e colonizador dos sertões brasileiros Garcia d'Ávila, de onde saíram "bandeiras" para desbravar as matas da Bahia, fazendo nascer comunidades precursoras. Foi mais ou menos por essa época que o português Guilherme Costa deixou o lugar denominado São João Batista de Jeremoabo, à procura de melhor gleba, onde pudesse desenvolver sua criação de gado, instalando-se às margens do Vasa Barris. Iniciou aí a organização de uma fazenda a que deu o nome de Uauá, em virtude da grande quantidade de pirilampos existentes no local, cuja fazenda foi vendida a Pedro Rabelo de Alcântara, transferindo-a êste a Francisco Ribeiro que, por sua vez, a transformou numa florescente povoação, mandando construir casas para alojar o grande número de colonos que para ali acorriam, atraídos pelas inúmeras vantagens que o lugar oferecia, principalmente ao cartório. Francisco Ribeiro era casado com D. Joana Rodrigues, de cujo consórcio nasceram 3 filhos, tendo um dêles, Belarmino José Ribeiro, se diplomado professor público primário, ocupando a cadeira de ensino existente no povoado, que começava a evolver. Ligava-se a essa família, por parentesco e afinidade, o coronel João Borges de Sá, a quem deve Uauá sua ascendência, evolução e, principalmente, a sua emancipação política, quando se desmembrou do município de Monte Santo.

Em novembro de 1896, já o povoado de Uauá, em pleno florescimento, serviu de acantonamento a uma Companhia do 9.º Batalhão de Infantaria do Exército Nacional, que rumava para Canudos, comandada pelo 1.º tenente Manoel Pires Ferreira, a qual foi atacada por jagunços de Antônio Conselheiro e quase totalmente dizimada no primeiro combate travado com os fanáticos. Existe, como testemunha dos sangrentos acontecimentos ocorridos ali, uma casa que ainda conserva marcas dos projetis que a atingiram. Em 1905, recuperada dos danos sofridos pela Campanha de Canudos, a localidade de Uauá foi elevada à categoria de arraial, como sede de distrito do município de Monte Santo, pela Lei estadual número 590, de 8 de julho. A freguesia foi criada a 24 de maio de 1924, sendo seu primeiro vigário o P.e Arlindo Rocha. A Lei estadual número 1 866, de 9 de julho de 1926, elevando a sua sede à categoria de vila, criou o município com a mesma denominação e com território desmembrado do de Monte Santo, ocorrendo sua instalação a 28 de setembro do mesmo ano. Supresso e anexado ao município de Monte Santo, por fôrça dos Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho de 1931, e 7 479 de 8 de junho do mesmo ano, foi restabelecido, no entanto, pelo Decreto número 8 641, de 19 de setembro de 1933, e reinstalado a 10 de outubro dêsse mesmo ano. A sua composição administrativa, de acôrdo com a Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, está constituída de três distritos: Uauá, Caldeirão e Serra da Canabrava.

LOCALIZAÇÃO — O município de Uauá localiza-se na Zona Fisiográfica do Nordeste, estando o seu território totalmente incluído no "Polígono das Sêcas". Pertence à bacia hidrográfica do São Francisco. Limita-se com os municípios de Chorrochó, Euclides da Cunha, Jaguarari e Monte Santo. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 9° 50' 29" de latitude Sul e 39° 28' 58" de longitude W. Gr. Rumo de direção, da capital do Estado para a sede municipal: N. N. O. Distância em linha reta à capital do Estado: 346 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 439,0132 metros, conforme chapa cravada pelo Conselho Nacional de Geografia entre as portas principais da igreja Matriz.

ÁREA — A área é de 2 970 quilômetros quadrados.

Vista parcial da Praça São João Batista.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município é banhado pelo rio Vasa Barris. Possui o açude do Rodeador, construído pelo Departamento Nacional de Obras Contra as Sêcas o qual dista da cidade cêrca de 3 quilômetros, cobrindo uma área de 4 960 metros quadrados, cuja capacidade é de 1 007 580 metros cúbicos. No sistema orográfico merecem destaque as seguintes serras: a da Canabrava, ao sopé da qual está situada a vila do mesmo nome, com a altura aproximada de 300 metros; a do Sobrado, a 24 quilômetros da sede municipal, com cêrca de 350 metros de altura, e a do Jerônimo, medindo mais ou menos 350 metros, pertencente à cordilheira do Espinhaço, uma ramificação da Chapada Diamantina. Há, na serra do Jerônimo, uma gruta denominada "Gruta do Jerônimo".

CLIMA — Quente e sêco. A temperatura da sede municipal apresentou, em 1956, as seguintes graduações: média das máximas — 30ºC, das mínimas — 18ºC, média compensada — 24ºC. A altura da precipitação pluviométrica anual foi de 233 milímetros.

RIQUEZAS NATURAIS — A devastação das reservas florestais do município, com a freqüente derrubada das árvores, tem contribuído para o agravamento da escassez de chuvas na região, já bastante irregular. Os campos são geralmente cobertos de baixa vegetação, denominada "caatinga". Os cactos abundam em todo o município, predominando o xiquexique, o mandacaru e a cabeça-de-frade. Resistindo às constantes estiagens, existem, em todo o município, juàzeiros e umbuzeiros, constituindo êsses últimos elemento de valor na alimentação do nordestino. Com o umbu se fabrica umbuzada e geléia de excelente sabor.

O solo é de natureza argilo-arenosa; avermelhado nas colinas de pouca elevação e escuro nas baixadas. Nota-se, também, a existência de rochas graníticas. No subsolo há cristal de rocha, cromo, ágata, ferro, grafita, quartzo (rosa) e turmalina (negra), inexplorados, e pedra calcária e salitre, em exploração.

Na fauna, nota-se a existência de peixes, de diversas espécies, animais silvestres, tais como veado, caititu, tamanduá, tatu, além de aves diversas: emas, siriemas, papagaios, periquitos, etc.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 10 811 habitantes, sendo 5 076 homens e 5 735 mulheres, predominando os de côr parda, com 7 313 pessoas. Para 1957, estima-se uma população de 11 300 pessoas. Localizavam-se no quadro rural 91,90% da população.

Aglomerações Urbanas — Existia em 1950 apenas uma aglomeração urbana, a cidade de Uauá, com 880 habitantes. A Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, criou as vilas de Caldeirão e Serra da Canabrava, com a população estimada de 60 e 350 pessoas, respectivamente.

Outras Aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município conta, ainda, com os principais povoados abaixo, e correspondente população estimada para 1957: São Paulo — 450 habitantes, Poço do Vieira — 430, Pedra Grande — 350, Boa Vista — 130, Caratacá — 100 e Lagoa do Pires — 80.

ATIVIDADE ECONÔMICA — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), 33,50% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A atividade fundamental à economia do município é a pecuária, principalmente criação de caprinos e ovinos. O município contava, em 1955, com o seguinte rebanho: .... 18 000 bovinos, 350 eqüinos, 7 000 asininos, 1 200 muares, 3 000 suínos, 28 000 ovinos e 28 000 caprinos. Há exportação de bovinos para os Estados de Sergipe e Pernambuco.

As principais culturas agrícolas são: sisal, algodão, mandioca, milho e feijão. Cultiva-se, também, cana-de-açúcar. Extrai-se caroá e cascas taníferas. A produção agrícola atingiu, em 1955, a cifra de Cr$ 2 172 800,00.

A indústria extrativa contribuiu com a soma de 638 milhares de cruzeiros, proveniente da extração de argila, cascas de angico, fibras de caroá, lenha, madeiras, peixes, peles de animais silvestres e penas de ema.

O total da produção industrial, em 1955, foi de 2 602 milhares de cruzeiros, entrando com a maior parcela a farinha de mandioca, cuja produção atingiu a casa de 1 200 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas por estradas de rodagem, com as seguintes distâncias: capital Federal — 1 900 km; capital do Estado — 461 km; cidades vizinhas de Chorrochó — 160 km, Curaçá — 132 quilômetros, Euclides da Cunha — 113 quilômetros, Jaguarari — 140 quilômetros e Monte Santo — 90 quilômetros.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações, principalmente, com as praças de Salvador, Aracaju e Juàzeiro. Existem na sede municipal 18 estabelecimentos comerciais varejistas. Em 1956, o giro comercial atingiu 9 850 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo decretado para a 4.ª Sub-região, a que está subordinado o município, é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — Edificada numa planície situada entre o rio Vasa Barris e o riacho do Cágado, Uauá é uma das menores cidades do Estado, contando com 14 logradouros públicos, dos quais 9 são servidos de luz elétrica. A cidade conta com 336 prédios, dos quais 243 são residenciais e 102 são servidos de luz elétrica. A principal via urbana é a Praça São João Batista, onde fica situada a Ma-

triz do mesmo nome. Os prédios principais são: Escolas Reunidas João Borges de Sá, Prefeitura Municipal, Igreja Matriz e Mercado Municipal, êste último em fase final de construção. Possui uma pensão, uma agência do Departamento dos Correios e Telégrafos 2 automóveis, 9 caminhões registrados na repartição competente e uma estação radiotelegráfica da Secretaria de Segurança Pública.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência sanitária é prestada através do Setor número 5, do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado em Serrinha. Há uma farmácia no município.

ASSISTÊNCIA SOCIAL — A Congregação de São Vicente de Paula presta assistência aos seus associados e aos pobres.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 9 017 pessoas, da qual sabiam ler e escrever 2 825 (31%).

Ensino — Existiam, em 1956, 14 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, com cêrca de 600 alunos matriculados. Das unidades escolares, 8 eram estaduais e 6 municipais, destacando-se a "Escolas Reunidas João Borges de Sá".

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Existem duas bibliotecas com menos de 1 000 volumes; uma pública mantida pela Agência de Estatística e a outra particular.

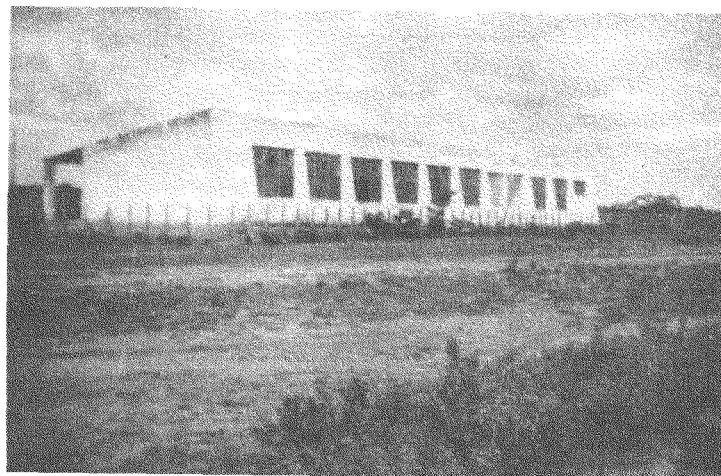
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Por ocasião de estiagem prolongada, quando a sêca assola a Região, é costume os habitantes roubarem uma imagem, devolvendo-a, depois, ao seu legítimo dono, entre cânticos e espoucar de bombas e foguetes, após caírem as chuvas benfazejas. É também costume enterrar imagens roubadas e só desenterrá-las depois das chuvas insistentemente suplicadas, quando grande número de pessoas percorre as ruas da cidade em romaria, entoando benditos, dos quais transcrevem-se algumas estrofes.

"Oh meu Deus misericórdia
Para nós, pobres pecadores
Vos pedimos de joelho:
Mandai-nos chuva, Senhor

Pela vossa santa face,
Vos pedimos com ardor
Que nos tire êste flagelo:
Mandai-nos chuva, Senhor.

Já estamos oprimidos
Da grande sêca na dor.
Só a vós pedimos esmola:
Mandai-nos chuva, Senhor.

Pelos cravos que sentistes,
Pela agonia e calor,
Pelo fel que vós bebestes:
Mandai-nos chuva, Senhor.

Pela hora sacrossanta,
Pela cruz do vosso amor,
Pelo beijo que tomastes:
Mandai-nos chuva, Senhor.

Grupo Escolar João Borges de Sá.

Também para cessar as chuvas tempestuosas são pronunciadas fervorosas orações, invocando-se Santa Bárbara.

Os festejos populares principais são: "reisado", que consiste na reunião de pessoas, formando ternos que se dirigem à porta de determinada casa de família, a qual só lhe é aberta depois de entoados vários cânticos, com louvores a Jesus e Maria, terminando com uma saudação ao dono da casa, a quem é pedida a abertura da porta. O período do "reisado" é de 25 de dezembro a 31 de janeiro.

O São João é comemorado com muita pompa por tratar-se da festa principal do município.

A festa de Cristo-Rei, de caráter exclusivamente religioso, também merece destaque, atraindo grande número de fiéis.

As famílias, por ocasião do Natal, costumam armar nas suas residências presepes natalinos.

As procissões tradicionais de natureza religiosa são as da Semana Santa, a de 24 de junho, considerada a principal, em homenagem ao padroeiro da cidade, São João Batista, e a de Cristo-Rei, no último domingo do mês de outubro de cada ano.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município conta com 4 768 eleitores inscritos, tendo votado 3 380 no pleito de 1954. A Câmara está composta de 8 vereadores. Exerciam, em 1956, as suas atividades no município, 4 funcionários públicos federais, 19 estaduais, 22 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — A situação financeira do município, no que diz respeito à arrecadação federal, estadual e municipal, é representada pelos números constantes da tabela abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	—	140	225	51	405
1951	—	206	345	75	332
1952	—	166	382	75	374
1953	—	254	747	106	720
1954	—	299	751	98	641
1955	—	424	616	98	658
1956	41	535	977	111	952

A Coletoria Federal foi instalada em 1956.

JUSTIÇA — O município é sede da comarca que abrange ùnicamente o seu território. Pertenceu ao têrmo de Monte

Santo, até 31 de dezembro de 1937, quando passou a constituir têrmo judiciário, subordinado à comarca de Monte Santo. O primeiro Pretor foi o bacharel Humberto de Almeida Costa. Pelo disposto no Decreto-lei estadual número 519, de 19 de junho de 1945, criou-se a comarca de Uauá, integrada por um só têrmo, de igual nome, desmembrado da de Monte Santo. Foi o seu primeiro Juiz o Dr. Edilberto Francisco Ayard Maciel.

A comarca de Uauá conta com 8 cartórios, sendo 3 do Registro Civil. O total de feitos julgados, em 1956, foi de 64, assim distribuídos: cíveis 8, criminais 12 e diversos 44 (inclusive 34 executivos fiscais).

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Na serra do Jerônimo existe uma gruta denominada "Gruta do Jerônimo" que, possuindo no seu interior amplos salões, apresenta semelhança com templo religioso, onde são vistas arcadas, pedras com formato de altares, algumas com aparência de imagens, etc. A gruta pode abrigar cêrca de 4 000 pessoas.

Em 1909 foi criada a Agência Postal do Departamento dos Correios e Telégrafos, com sede na cidade de Uauá e a Coletoria Estadual, em 1926, tendo sido o primeiro Coletor o Sr. Belarmino Augusto Campos.

Os naturais da região denominam-se uauasense. O nome do município originou-se do grande número de vagalumes existentes na região.

O atual Prefeito municipal é o Sr. Jerônimo Rodrigues Ribeiro e o Presidente da Câmara de Vereadores, o Sr. Edson Borges Rodrigues. O primeiro Prefeito do município foi o Sr. João Borges de Sá. As primeiras eleições foram realizadas a 29 de setembro de 1926, enquanto a primitiva Câmara compunha-se dos seguintes membros: Olímpio José Rodrigues (Presidente), João Antônio da Costa (Vice-Presidente), João Elpídio Filho (Primeiro-Secretário), João Damasceno e Silva (Segundo-Secretário), Marcelino Carvalho e Silva, Pedro Gonçalves Cardoso, Arquias Dantas de Araújo e Benício José Ribeiro.

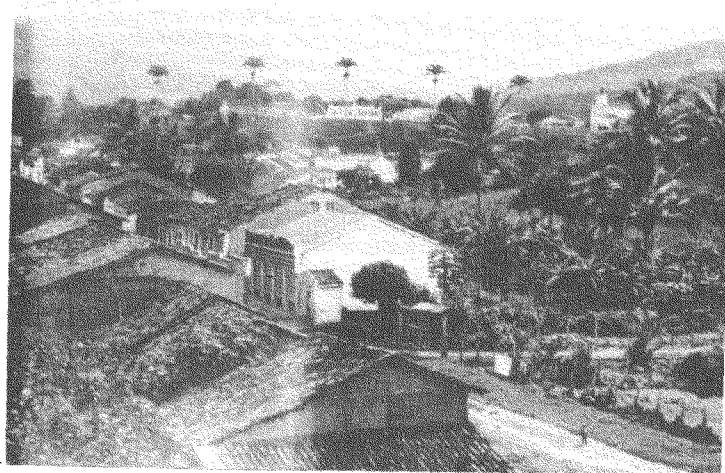
(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por José de Almeida Costa; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Geraldo Guimarães Barreto.)

UBAÍRA — BA

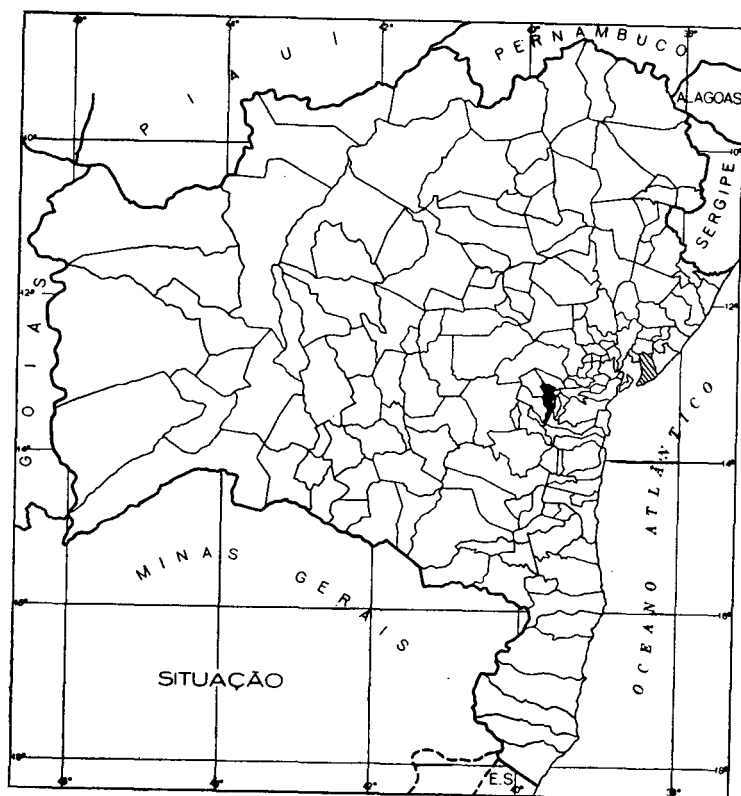
Mapa Municipal no 7.º Vol.

HISTÓRICO — Em 1790, João Gonçalves da Costa foi encarregado de conquistar os índios mongóis, localizados na aldeia de Santo Antônio do Cantanhede, nas margens do rio Jiquiriçá, tendo feito o que se lhe ordenara. Pediu, então, que o território por êle conquistado fôsse incorporado à vila de Valença, o que lhe foi negado, tendo entretanto isto acontecido posteriormente, por fôrça da Carta régia de 1.º de janeiro de 1813. Nas proximidades da região já existiam as sesmarias de "São Paulo" e "Poço do Facão", que haviam sido doadas a Manuel de Sousa Santos e a Domingos de Matos e Aguiar, respectivamente, por Alvará de 13 de maio de 1770, sendo sòmente ocupadas em 20 de dezembro de 1781 pelos referidos proprietários. Também desde 1777, os terrenos, com meia légua para cada lado do rio Jiquiriçá e denominados Barra da Estôpa e Riacho da Tôrre, já haviam sido dados, por sesmaria, ao primeiro explorador da Região, Francisco de Sousa Feio, que tomou posse das mesmas, com as solenidades então costumeiras, a 7 de maio de 1875. A fazenda de Francisco de Sousa Feio, denominada Pindobas, nome que ainda hoje conserva, se estendeu ao riacho, em cuja margem se formaram diversas fazendas. Francisco de Sousa Feio fixou residência no lugar denominado Estôpa, também conhecido por Barra da Palmeira. Aí, onde edificou moradia e fêz plantações, ainda vivem seus bisnetos e outros descendentes que se ocupam na lavoura. A sede da velha fazenda constitui hoje pequeno povoado.

Aumentando a família do primeiro posseiro, um genro seu de nome Manuel de Sousa Santos levou a exploração além dos limites da sesmaria e fixou residência no lugar a que se chamou Santa Inês. Sobrevindo no ano de 1824 o flagelo de demorada sêca, a qual, por três anos, crestou campos e sementeiras, Pedro da Costa Avelar e Vicente Ferreira de Sousa, êste neto de Francisco de Sousa Feio e ambos genros de Manuel de Sousa Santos, abandonaram o local e vieram residir na sede da Fazenda Areia, onde se votaram à lavoura e construíram propriedades, um na parte conhecida por Areia de Cima e outra na conhecida por Areia de Baixo, que constituíam, sucessivamente, a povoação, vila e hoje cidade de Ubaíra.

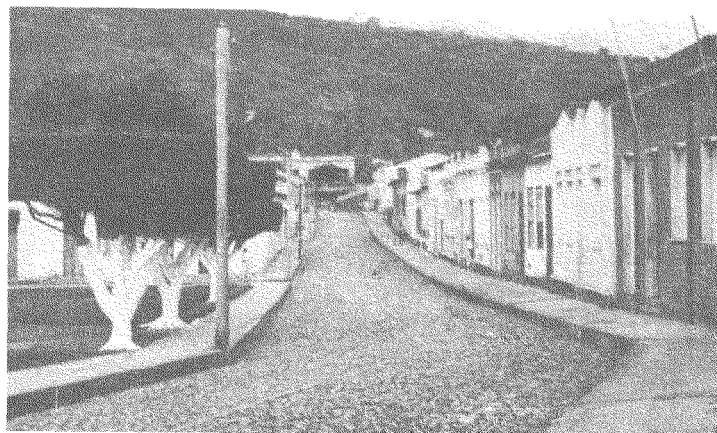
Por motivo da profunda decadência da vila de Santo Antônio de Jiquiriçá, foi sua sede transferida para o então povoado de Areia, que da mesma era parte, pela Lei provincial n.º 1 046, de 17 de junho de 1868. Desde então. teve Areia a denominação de Vila de Jiquiriçá, até perder êste nome por fôrça da Lei n.º 1611 de 16 de junho de 1876, passando a chamar-se São Vicente Ferrer de Areia. O Ato estadual de 30 de junho de 1891 concedeu foros de cidade à sede municipal, sob o nome de Areia, nome que se estendeu ao município. Conforme a divisão administrativa do Brasil de 1911, Areia figurava integrado ùnicamente pelo distrito-sede, apresentando-se nos quadros de apuração do Recenseamento Geral de 1920 composto de 6 distritos: Areia, Riachão, Volta do Rio (Sapucaia), Santa Inês, Caldeirão e Jaguaquara. Segundo a divisão administrativa do Brasil, concernente ao ano de 1933, o município formava-se dos distritos de Areia, Riachão e Sapucaia, situação mantida nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937. Com os mesmos distritos apareceu ainda no quadro territorial em vigor no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual

Vista parcial da cidade.

n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, observando-se, porém, as alterações toponímicas sofridas pelos dois últimos, que passaram a chamar-se respectivamente, Baixinha e Engenheiro França. Em virtude do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, que fixou o quadro territorial a vigorar no qüinqüênio 1944-1948, o nome do município e do seu distrito-sede foi substituído pelo de Ubaíra. Com a retificação do referido quadro pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município de Ubaíra (ex-Areia) permanece constituído dos três distritos citados no quadro do qüinqüênio anterior, isto é, Ubaíra (ex-Areia), Baixinha e Engenheiro França, situação que ainda hoje perdura.

LOCALIZAÇÃO — O município de Ubaíra está localizado na Zona Fisiográfica de Jequié e o seu território está parcialmente incluído no "Polígono das Sêcas". A sede municipal está situada à margem direita do Jiquiriçá, num vale extenso entre o rio e a serra que contorna a cidade, havendo também edificações na margem esquerda, que é ligada por uma ponte de cimento armado à parte principal da cidade. Limita-se com os municípios de Jiquiriçá, Laje, Amargosa, Brejões, Santa Inês, Nilo Peçanha e Taperoá. A sede possui as seguintes coordenadas geográficas: .... 13° 16' 00" de latitude Sul e 39° 39' 39" de longitude W.Gr. O seu rumo, partindo da capital do Estado, é O.S.O. e dista dela, em linha reta, 124 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 316 m.

ÁREA — Sua área é de 932 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais são: *Rios* — Jiquiriçá e Boqueirão. *Cachoeiras* — Risada, Inferno, Prazeres, Palmeiras, Boqueirões, Ferrugem e Três Lagoas. *Serras* — Canoa, Mucuri, Palmeiras, Preguiça, Estôpa, Boqueirão, Tauá, Negra, Araçá, Pindobas, Três Lagoas, Buri, Congo e Pedrinhas.

Trecho da Praça Cônego Galvão.

CLIMA — O clima é agradável e salubre; são abundantes as chuvas, tanto no inverno, de abril e agôsto, com intermitência de sol, principalmente em maio, quanto no verão, por ocasião das trovoadas, que ocorrem nesse período. A temperatura máxima pode ser estimada em 36°C e a mínima em 14°C, pois não existe pôsto meteorológico no município.

RIQUEZAS NATURAIS — Possui Ubaíra ricas florestas, onde existe grande variedade de madeiras para construção e marcenaria, como louro, sucupira, sapucaia, pequi, piquiá, pau-d'arco, murta, vinhático, jequitibá, gonçalo-alves, canela, angico, e muitas outras espécies. Também abundam ervas e plantas medicinais, predominando o sabugueiro, o agrião, a capeba, a jurubeba, a caroba, a erva-tostão, o cardo-santo, o são-caetano e outras. No reino mineral são encontradas reservas de grafita, mica e manganês, sendo que a primeira já foi explorada, há anos.

POPULAÇÃO — A população, em 1950, era de 19 767 habitantes, sendo 9 439 homens e 10 328 mulheres, predominando os de côr parda, que somavam 7 886. Quanto ao estado civil, os solteiros constituíam a maioria, com 5 840, contra 4 904 casados. Localizavam-se no quadro rural 80,245% da população.

Aglomerações urbanas — Existiam em 1950 três aglomerações urbanas com a população seguinte: cidade de Ubaíra 2 217 habitantes, Baixinha 1 258 e Engenheiro França 430.

Outras aglomerações — Além da cidade e das vilas, existem os seguintes povoados, cuja população estimada para 1957 era a seguinte: Jenipapo 310 habitantes, Pindobas 208, Três Braços 100, Alto da Lagoinha 120 e Estôpa 68.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Dados do Recenseamento Geral de 1950 concluem que 43,46% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A agricultura é a atividade fundamental à economia do município, sobressaindo as lavouras de mandioca, café, milho, cana-de-açúcar, fumo, cacau, laranja, batatinha e muitas outras espécies de menor volume de produção. O total, em 1955, ultrapassou a casa dos 70 milhões de cruzeiros. A pecuária, se bem que não seja o município classificado como essencialmente criador, representa atividade econômica de real importância, pois seu rebanho está constituído de 20 000 bovinos.

Vista parcial da cidade.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas nas seguintes distâncias: capital Federal — rodovia 1 460 km; capital do Estado — rodovia 364 km e misto (ferrovia 161 km e marítima 21 mi); Amargosa — ferrovia 90 km ou rodovia 118 km; Brejões — rodovia 361 km; Jiquiriçá — ferrovia 13 km; Laje — ferrovia 41 km ou rodovia 154 km; Nilo Peçanha — vicinal 240 km; Santa Inês — ferrovia 28 km ou rodovia 41 km e Taperoá — vicinal 120 km ou mista (ferrovia 97 km, rodovia 73 km e fluvial 12 mi). O município é servido pela Estrada de Ferro de Nazaré.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio da cidade mantém transações comerciais com os municípios de Salvador, Jequié, Distrito Federal e demais cidades vizinhas. Existem no município 16 estabelecimentos atacadistas e 55 varejistas, sendo que o giro comercial, em 1956, foi de 50 725 milhares de cruzeiros. Dêstes estabelecimentos, 11 atacadistas e 49 varejistas ficavam na sede municipal. O salário-mínimo oficial decretado para a 3.ª Sub-região e na qual o município está incluído é de Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS — Possui a cidade estação da Estrada de Ferro de Nazaré, por onde circulam diàriamente vários trens. Conta com 21 logradouros, todos com iluminação elétrica, sendo 15 calçados e 5 ajardinados. Dêstes, 13 dispõem de água encanada e 4 de rêde de esgotos. O logradouro de maior importância é a Praça Cônego Galrão, onde estão localizadas as repartições públicas da Cidade e parte do comércio. Há 1 cinema, duas pensões e Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Funciona um pôsto médico, mantido pelo govêrno do Estado, que presta assistência ao povo humilde da cidade. O município está subordinado ao Setor n.º 7 do Departamento Nacional de Endemias Rurais sediado em Santa Inês. Exercem suas respectivas profissões na cidade 1 médico, 1 dentista, 1 farmacêutico e uma parteira.

ALFABETIZAÇÃO — Conforme revela o Recenseamento Geral de 1950, a população de 5 anos e mais era de 16 860 habitantes, sendo 7 981 homens e 8 879 mulheres, dos quais sabiam ler e escrever 3 305, ou seja, 19,6% do total.

Ensino — Em 1956 havia 43 escolas do ensino primário fundamental comum, sendo 13 estaduais, 28 municipais e duas particulares, cuja matrícula efetiva no mesmo ano alcançou o total de 1 895 alunos. Das unidades escolares, 17 funcionavam na cidade.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade duas bibliotecas, sendo uma pertencente à Agência de Estatística e outra à Prefeitura Municipal com 468 e 453 volumes de obras gerais, respectivamente.

CULTO RELIGIOSO — O município é sede de Paróquia, contando esta com a respectiva Matriz, erigida em 1847, e 15 capelas públicas. Funcionam 7 associações religiosas. A Paróquia; que tem como orago São Vicente Férrer, está eclesiàsticamente subordinada à Diocese de Amargosa.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — Comemoram-se no município as seguintes datas religiosas: festa em homenagem ao padroeiro São Vicente Férrer, no segundo domingo do mês de janeiro de cada ano, constituí-

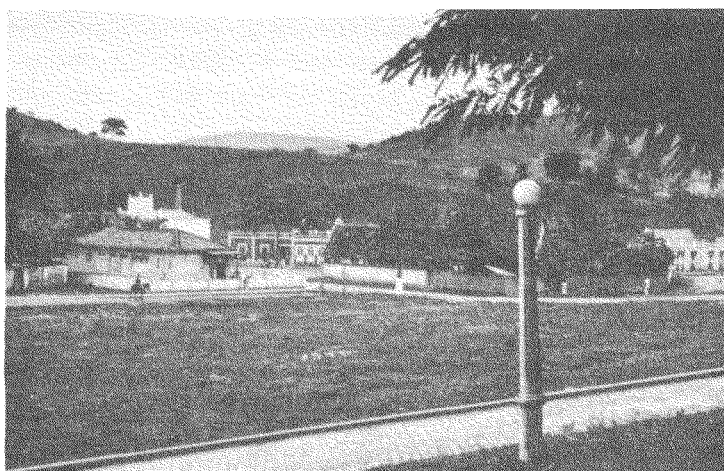
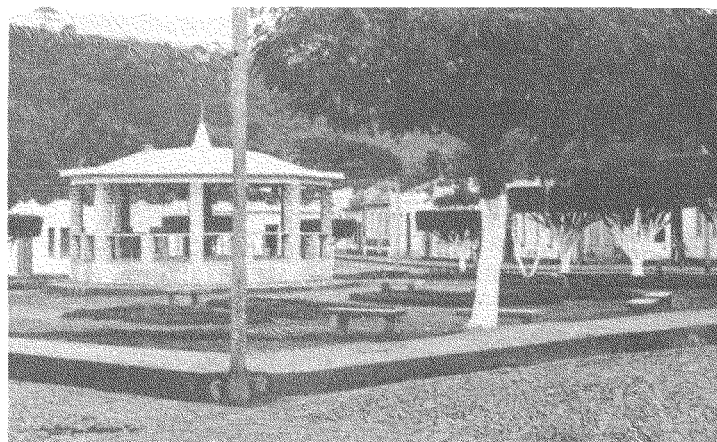
da de novenas, missa festiva, procissão e reunião de largo. No dia 31 de maio, procede-se ao encerramento do Mês Mariano, com a coroação e oferta de flôres à Virgem. E finalmente nas sextas-feiras santas, é realizada a procissão do Senhor Morto.

A principal festa popular é a "micareta", não sendo comemorado o carnaval.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Possuía o município, em 1954, por ocasião do último pleito, 4 933 eleitores inscritos, tendo votado no mesmo ano apenas 1 960. São 8 vereadores que compõem o atual Legislativo. Em 1956 exerciam suas funções no município 102 funcionários públicos civis, sendo 14 federais, 32 estaduais, 51 municipais e 5 autárquicos. Está sediada em Ubaíra a 20.ª Circunscrição da Oitava Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o movimento financeiro do município no período 1950-1956.

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	156	621	561	146	555
1951	204	766	648	285	620
1952	205	724	899	269	668
1953	136	926	1 881	386	1 884
1954	185	1 265	1 269	379	1 262
1955	204	1 891	1 524	558	1 495
1956	402	2 637	1 717	667	1 770

JUSTIÇA — A comarca de Areia, criada pela Lei provincial n.º 1 997, de 9 de julho de 1880, começou a funcionar em 15 de janeiro de 1883. Extinta por Lei de 3 de agôsto de 1892 e restaurada pela Lei estadual n.º 280, de 6 de setembro de 1898, a mencionada comarca aparece nas divisões territoriais de 31 de dezembro de 1936 e 31 de dezembro de 1937, bem como no quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, integrada por três têrmos — o da sede, o de Santa Inês e o de Jiquiriçá, abrangendo êste último dois municípios: Jiquiriçá e Mutuípe. Em razão do Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, a referida comarca absorveu da de Amargosa o têrmo de Laje. Assim, no quadro territorial que êsse decreto fixou, para vigorar no qüinqüênio .... 1939-1943, a comarca de Areia abrangeu quatro têrmos: os três citados acima e o novo têrmo de Laje. Pelo disposto no Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, que estabeleceu o quadro territorial em vigência

Praça da Estação.

Outro aspecto da Praça Cônego Galvão.

no qüinqüênio 1944-1948, a comarca perdeu o têrmo de Laje para a de Santo Antônio de Jesus e Areia passou a chamar-se Ubaíra. Por conseguinte, no mencionado quadro territorial retificado pelo Decreto estadual n.º 12 978, de 1.º de junho de 1944, a comarca de Ubaíra (ex-Areia) compreende novamente três têrmos: o da sede, o de Santa Inês e o de Jiquiriçá, permanecendo êste composto por dois municípios: Jiquiriçá e Mutuípe. Atualmente o município é comarca de 3.ª entrância, abrangendo apenas o têrmo do mesmo nome.

Compreende 9 Cartórios, sendo 3 do Registro Civil. Em 1956 foram julgados 44 feitos cíveis.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município chamam-se ubairenses. A palavra "ubaíra", que substituiu o nome de Areia, é de origem tupi e, traduzida para o português, quer dizer "mel-de-pau". O Prefeito atual é o Sr. Eunísio Alves Magalhães e o Presidente da Câmara, o Sr. Antônio Andrade Eça. O primeiro intendente foi o Sr. Silvério Pinheiro de Matos. A primeira Câmara municipal compunha-se dos Srs. Silvério Ribeiro Novais, Frederico de Melo Pita, Ezequiel Monteiro da Costa, Manoel Bento de Almeida, Antônio Pereira dos Santos, Ernesto Marinho Sá, Padre Manuel Leôncio Galrão, Agnelo Muniz Barreto e Afonso Lauria, sendo o Presidente o Sr. Silvino Ribeiro de Novais.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Anterlino Leite Gaspar; Chefe da Agência de Estatística — Brício Galrão.)

UBAITABA — BA

Mapa Municipal na pág. 65 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — A história de Ubaitaba iniciou-se no século XVIII, quando florescia na capitania de São Jorge dos Ilhéus a cidade de Camamu, cuja boa localização serviu de mola propulsora ao desenvolvimento de vasta região. Por isso, vários municípios inclusive Ubaitaba, compreendidos naquela zona fisiográfica, têm sua história primitiva ligada a Camamu. Esta comuna, sentindo a necessidade de gado para seu consumo e, sobretudo, para ajudar o homem nos trabalhos da lavoura, começou a aplicar esforços para a construção de uma estrada vicinal, que a ligasse à Fazenda Ressaca, sítio onde está situada a cidade de Vitória da Conquista. Após acôrdo firmado entre o então governador, capitão-general Manuel da Cunha Me-

neses, e o reinol João Gonçalves da Costa, proprietário da Fazenda Ressaca, foi em 1775 construída a tão almejada estrada, a que se deu o nome de Estrada da Nação. Com a abertura dessa via de comunicação, que ligou o sertão ao litoral, surgiu primeiramente o povoado dos Funis, onde a estrada que partia da fazenda Ressaca se bifurcava, vindo um ramal para Camamu e o outro para a vila da Barra do Rio das Contas, hoje Itacaré. Nessa ocasião, já predominavam no litoral as grandes fazendas, cujos donos a tôda fôrça impediam o desbravamento, povoação e cultura de suas terras, forçando, assim, os aventureiros a tomarem outros rumos, em direção ao Interior, em busca de terras devolutas. Em conseqüência, após ultrapassarem os domínios dos potentados que se fixaram na faixa litorânea, subiram pela estrada, que partia da Vila da Barra do Rio das Contas, e fundaram o arraial da Faisqueira, no local onde a estrada passava da margem direita do rio das Contas para seguir, pela margem esquerda, rumo ao arraial dos Funis, cinco quilômetros abaixo da atual cidade de Ubaitaba.

Formadas aquelas duas povoações, outras foram surgindo até que colonos procedentes de diversas regiões se fixaram na Fazenda Tabocas, à margem esquerda do rio das Contas, aí formando novo núcleo populacional, sob a denominação de Arraial de Tabocas. Êste, ràpidamente, passou a disputar com Faisqueira a primazia de povoado.

A posse e a exploração das terras prosseguiram incessantemente, não deixando de existirem, entretanto, lutas por sua posse, condição peculiar à zona cacaueira. Por outro lado trariam também a resistência hostil oferecida pelos índios "patachós", aldeados nas margens do rio Gongoji, principal afluente da margem direita do rio das Contas, que não permitiam aos fazendeiros estenderem seus domínios até os dêles, apavorando-os, de quando em quando, e dificultando a continuidade do estabelecimento dos pequenos núcleos populacionais.

Em 28 de janeiro de 1914, uma enchente do rio das Contas destruiu o "arraial de Tabocas" e dispersou sua população. O Dr. Francisco Xavier de Oliveira, médico residente no Arraial, proprietário de farmácia, reuniu e coordenou os flagelados concitando-os a construírem uma nova povoação, acima do nível atingido pelas águas da enchente. Aprovado o plano, com o apoio e colaboração de Antônio Francisco Andrade, Hostílio Elísio Avelar, Antônio Ferreira da Silva, Acúrcio Vítor de Abreu, José Antônio Gomes Filho, Policarpo Fernandes e outros, iniciou-se em forma de parceria, com a colaboração de todos, a construção. Numa das várias sessões, que realizaram os flagelados para traçar diretrizes, ficou assentado que o novo povoado, daquela data em diante, teria o nome de Itapira. Isto foi confirmado pela Lei estadual n.º 1 074, de 28 de abril de 1915, que, também, o elevou a sede de distrito, pertencente ao município da Barra do Rio das Contas. Outro fato que contribuiu para o progresso da nova localidade foi a criação da freguesia de Itapira, em 20 de dezembro de 1917. Seu primeiro vigário foi o padre Alfredo Damaso. Dessa data até o ano de 1930, em Itapira assinalaram-se vários acontecimentos, que muito concorreram para sua emancipação. Dentre êsses, ressaltam-se a criação da Coletoria Federal, em 16 de outubro de 1920, a da Coletoria Estadual, pelo Decreto n.º 4 198, de 23 de dezembro de 1925, inaugurada a 1.º de agôsto de 1926, e, a 6 de julho de 1926, a inauguração da Agência Telegráfica. No decorrer dêsses períodos, os indígenas se foram dizimando, até que, em 1922, desapareceram os remanescentes da última tribo. No ano de 1930, chegam a São Miguel — hoje Poiri, vila do município de Itacaré — defronte a Ubaitaba, os trilhos da Estrada de Ferro de Ilhéus—Conquista, que contribuíram automàticamente para o desaparecimento da importância do pôrto de Itacaré.

Em virtude dos Decretos estaduais números 7 455, de 23 de junho, 7 479, de 8 de julho, e 7 849, de 16 de setembro, todos de 1931, foi o arraial de Itapira elevado à categoria de vila. Para ali se mudou a sede do município da Barra do Rio das Contas, êste com a denominação de Itapira. Todavia, ainda em 1931, pelo Decreto estadual n.º 7 850, de 16 de dezembro, a sede do município estabeleceu-se na Barra do Rio das Contas, mudado êste topônimo para o de Itacaré, e suprimido o município de Itapira. Em 1933, com território desmembrado de Itacaré, em face do Decreto estadual n.º 8 567, de 27 de julho, foi, então, restaurado o município de Itapira, cuja reinstalação ocorreu a 15 de agôsto de 1933 com o novo topônimo de Ubaitaba, que significa "pôrto de canoas".

Sua composição administrativa atual, de acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, é de três distritos: Ubaitaba, Gongoji e Tapirama.

LOCALIZAÇÃO — O município acha-se localizado na Zona Fisiográfica Cacaueira e limita-se ao norte com os municípios de Ipiraú, Camamu, Maraú e Ubatã; ao sul com o município de Itacaré; a leste, com Maraú e Itacaré e, a oeste, com Boa Nova. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 14° 18' 33" de latitude Sul e .... 39° 19' 30" de longitude W.Gr. Rumo da capital do Estado em direção à sede municipal: S.S.O. Distância em linha reta entre as duas cidades: 166 quilômetros.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — Tomando-se por base a parte que margeia o rio de Contas, a altitude da sede municipal é de 48 m, elevando-se, entretanto, a 120 m na sua parte mais alta.

ÁREA — Município relativamente pequeno em extensão territorial, possui a área de 420 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os únicos acidentes geográficos dignos de registro são o rio das Contas e o Gongoji. Com seus afluentes cortam o município nas mais variadas direções, fazendo com que sua topografia se apresente original e interessante. Ressalta-se, também, o rio das Contas, a existência das cachoeiras do Banco-Grande e do Funil, sendo que esta última vai ser aproveitada pelas Centrais Elétricas do Rio das Contas, cujas obras já se estão realizando.

Prefeitura Municipal.

Com exceção de pequenas serras e colinas, a região é plana, não apresentando acidentes orográficos dignos de registro.

CLIMA — O clima é geralmente úmido, sendo quente no verão e frio no inverno. A temperatura na sede do município apresentou, em 1956, os seguintes dados: média das máximas 29°C, das mínimas 21°C e média compensada 25°C. A maior precipitação verificada, em 24 horas, no ano de 1956, foi de 115 milímetros.

RIQUEZAS NATURAIS — O município é pobre de riquezas naturais, pois em sua flora nada existe que mereça aqui ser mencionado. Na fauna, há pequenos peixes fluviais de modesta expressão econômica. De origem mineral, apenas se extraem a argila e a pedra para construção. Há todavia jazidas de mica inexploradas.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados censitários de 1950, existiam no município 14 013 habitantes, sendo 7 457 homens e 6 556 mulheres. Na discriminação de côr predominou a parda, com 8 159 pessoas, vindo em seguida a branca e a preta com 2 944 e 2 872, respectivamente. Da população de 15 anos e mais, 4 956 declararam-se solteiros, 2 964 casados, 337 viúvos e 4 desquitados.

Na sede havia 2 432 habitantes, sendo 1 143 homens e 1 289 mulheres, ou seja, 100 homens para 113 mulheres. No cômputo geral da comuna, quanto ao sexo, a população apresentava-se de maneira inversa, pois havia 100 homens contra 88 mulheres. A maior parte da população estava concentrada no quadro rural, que congregava 81,4% do total.

Aglomerações urbanas — Segundo o Censo de 1950, dois eram os aglomerados urbanos locais: cidade de Ubaitaba, com 2 432 habitantes, e a vila de Tapirama, com 174. Em 1953, o povoado de Pedrinhas foi elevado à vila, cuja população é de 500 indivíduos, aproximadamente. Estima-se em 2 600 pessoas a população da cidade, em 1957.

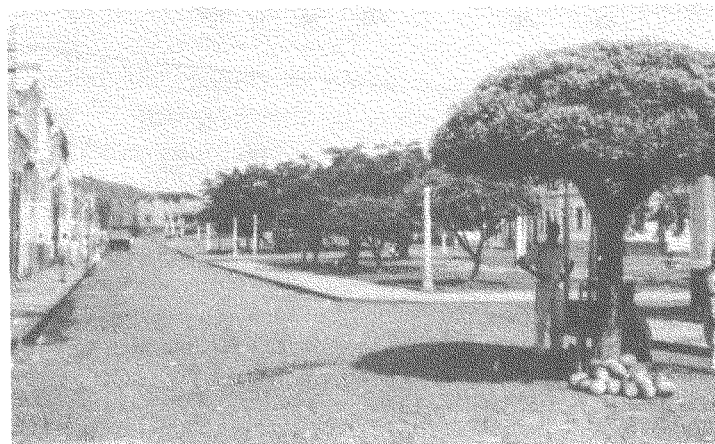
Outras aglomerações — O município, além da sede e da vila de Tapirama, possui 3 aglomerações: Faisqueira, Piraúna e Nova Palma, cuja população estimada para 1957 é de 500, 400 e 100 habitantes, respectivamente.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A principal atividade econômica do município é a agricultura, cujo valor da produção, em 1955, atingiu a soma de 108 638 milhares de cruzeiros, sobressaindo o cacau, seu mais importante produto, com 106 662 milhares de cruzeiros. Os demais produtos cultivados são: a banana, o café, a cana-de-açúcar, a mandioca e o feijão. Merece registro especial o valor da produção da banana, que ascendeu a 750 milhares de cruzeiros.

A produção industrial do município é inexpressiva para sua economia. No ano de 1955, não foi além dos 2 338 milhares de cruzeiros, cabendo a primazia à farinha de mandioca.

A indústria extrativa, em 1955, atingiu a soma de 348 milhares de cruzeiros, contribuindo a pesca com a maior parcela.

O município, apesar de preponderantemente agrícola, possui efetivos na pecuária dignas de registro, pois conta 10 000 bovinos, 3 500 suínos, 1 000 muares, e rebanhos inferiores a 1 000 cabeças constantes de eqüinos, ovinos e caprinos.

Na atividade econômica acima descrita, tomando-se por base o Censo de 1950, ocupavam-se 3 788 pessoas em idade ativa (10 anos e mais), o que corresponde a 38,41% da população total daquela idade.

Praça João Pessoa

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Em virtude da sua localização, predominam no município quatro meios de transporte, que são rodoviário, ferroviário, fluvial e vicinal. Ubaitaba liga-se, por estrada de rodagem, à capital Federal (1 513 km) e à capital do Estado na distância de 493 km; às cidades vizinhas de Boa Nova, por meio de rodovia, 230 km; Camamu, por via vicinal, 96 km e por via mista (rodovia 303 km e marítima 25 mi); Ipiaú, por meio de rodovia, 100 km; a Itacaré, por via vicinal, 60 quilômetros e por via mista (vicinal 24 km e fluvial 15 milhas); Maraú, por via vicinal, 60 km e por via mista

(vicinal 48 e fluvial 12 mi), e Ubatã por meio de rodovia, 50 quilômetros.

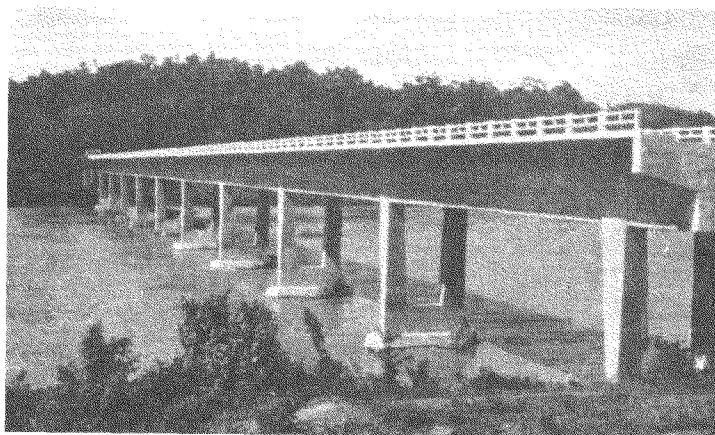
Utiliza-se o município de uma emprêsa rodoviária. Há 4 portos fluviais servidos por embarcações a vela. É servido pela Estrada de Ferro de Ilhéus, cujos trilhos não passam em seu território, porém atingem a vila de Poiri, no vizinho município de Itacaré, que fica defronte da cidade de Ubaitaba.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no município 116 firmas comerciais varejistas e 5 atacadistas. Há também 3 agências e 1 correspondente bancário, e uma agência da Caixa Econômica Federal. É portanto a comuna bem dotada de estabelecimentos de crédito. A agência do Banco do Brasil foi inaugurada em 19 de agôsto de 1943; a do Banco Econômico da Bahia, em 29 de julho de 1949 e o escritório do Banco da Bahia, em 28 de maio de 1951. O giro comercial, no município, atingiu em 1955 a expressiva soma de 151 132 milhares de cruzeiros, o que vem demonstrar a sua pujança.

Ubaitaba mantém transações comerciais com as praças de Ilhéus, Itabuna, Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Belo Horizonte e outras cidades. O salário-mínimo oficial é de 2 400 cruzeiros.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está situada à margem esquerda do rio de Contas, cêrca de 54 km de sua foz, e estende-se cobrindo a planície compreendida entre o rio das Contas e seu afluente, o riacho do Ouro, que seguem paralelos até certo ponto, donde o riacho, mudando de direção, vai desaguar no rio. Rumo ao norte, a cidade já ocupou duas das colinas que se erguem depois da planície e se vai estendendo em demanda de uma das montanhas que limitam seu horizonte visual naquela direção. Ubaitaba oferece, pois, topografia panorâmica aprazível e apresenta formato de "L". É possuidora de belo traçado urbanístico, conta 28 logradouros, dos quais 21 são pavimentados a paralelepípedos e 3 estão arborizados ou ajardinados. É servida por luz elétrica, cuja rêde se estende a 28 vias públicas com 500 ligações domiciliares. A rêde de esgôto ainda é relativamente pequena, visto que sòmente 5 logradouros são por ela servidos. Possui a cidade 640 prédios. Há em funcionamento 1 cinema, com lotação normal para 350 espectadores, 11 pensões, com capacidade total para 116 hóspedes, uma Agência do Departamento dos Correios e Telégrafos e 1 serviço de alto-falantes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Quanto à assistência médico-sanitária, possui 1 pôsto de higiene do Estado. Exercem a profissão na cidade 4 médicos, 3 dentistas e 2 farmacêuticos. O comércio local é dotado de 3 farmácias. Integra o município o Setor n.º 10 — Sul da Bahia — do Departamento Nacional de Endemias Rurais, sediado em Ilhéus.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados censitários de 1950, a população de 5 anos e mais constava de 11 720 habitantes; dêstes, 6 307 eram do sexo masculino e 5 413 do feminino. Daquele total, sabiam ler e escrever apenas 2 931 pessoas, cabendo a primazia aos homens com 1 774 contra 1 157 das mulheres. Assim, o número de alfabetizados, no município, representava 25% sôbre o total referido — 5 anos e mais. Na sede, da população de igual idade, que era de 2 092 habitantes, 1 157 declararam-se alfabetizados, desdobrando-se em 589 homens e 568 mulheres.

Ponte rodoferroviária sôbre o rio das Contas.

Ensino — Em 1956, havia no município 20 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, sendo 6 do Estado, 13 do município e uma particular, tôdas com cêrca de 1 200 alunos matriculados. Funciona também um Ginásio mantido pela Campanha Nacional de Educandários Gratuitos, o qual matriculou 76 alunos no início do ano letivo de 1957.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A cidade possui 1 clube social, 6 associações de cultura física, 1 de cultura artística e uma livraria.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — No município, motivo de grande atração turística é a cachoeira do Funil, cujo potencial será aproveitado pelas Centrais Elétricas do Rio das Contas, estando em andamento os trabalhos para a captação da energia. Dista da sede municipal 5 quilômetros.

CULTO RELIGIOSO — A Paróquia de Santo Antônio de Ubaitaba está sob a jurisdição do Distrito de Ilhéus. Compreende uma igreja Matriz, uma igreja comum, 5 capelas, havendo duas congregações e associações religiosas.

Há sòmente 1 templo do culto protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS — Ubaitaba tem no 13 de junho a sua maior data religiosa, pois é consagrada ao seu excelso padroeiro, Santo Antônio de Ubaitaba. Naquela data, além da tradicional procissão, vários festejos são realizados na cidade, como seja: bailes, quermesses, fogueiras e queima de fogos de artifício.

De outras manifestações do catolicismo, as procissões mais importantes são as do Senhor dos Passos e N. S.ª das Dores, comumente realizadas na sexta-feira da Paixão; a dos Ramos, no domingo de Ramos; a de *Corpus Christi*, em maio ou junho; a do Sagrado Coração de Jesus, em novembro, e, por fim, a de N. S.ª de Fátima, em dezembro.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Havia no município 2 770 eleitores inscritos, tendo votado 1 685 no pleito de 1954. A Câmara de Vereadores está composta de 8 membros. Em 1956, exerciam suas atividades no município 53 funcionários públicos, assim distribuídos: federais 8, estaduais 23, municipais 15 e autárquicos 7. O município é sede da 28.ª Circunscrição da Décima Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — As arrecadações do município, bem assim a despesa realizada pela comuna no setênio de 1950 a 1956, representam-se no quadro infra:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	706	2 263	1 530	820	1 296
1951	926	2 757	1 767	1 107	2 162
1952	1 121	2 280	1 447	834	1 776
1953	1 393	3 234	2 092	1 186	2 087
1954	1 601	6 265	3 149	2 385	3 252
1955	2 150	8 124	3 470	2 318	3 340
1956	3 295	7 003	3 257	2 178	2 412

JUSTIÇA — Ubaitaba, quando ainda vila de Itapira, chegou a ser sede de comarca, criada pelo Decreto n.º 7 624, de 16, de setembro de 1931, ocasião em que para ali se transferiu a sede do município da Barra do Rio das Contas, hoje denominado Itacaré. Voltando a sede do município para a cidade da Barra do Rio das Contas, já com o nome de Itacaré, deixou Itapira de ser sede de comarca, fato confirmado pelo Decreto n.º 7 850, de 16 de dezembro de 1931, passando, entretanto, à categoria de subprefeitura, com os limites do 2.º distrito, de paz e têrmo. Dois anos mais tarde, após haver sido promovido à categoria de município, foi Itapira elevado a têrmo da comarca de Itacaré, pelo Decreto-lei n.º 8 615, de 24 de agôsto de 1933. Sua inauguração realizou-se a 6 de janeiro de 1934, sendo o seu primeiro pretor o doutor Ubaldo Geraldo Miguel. Por fim, já com o nome de Ubaitaba, foi o município elevado à comarca de 2.ª entrância, compreendendo ùnicamente o seu território, isto pelo Decreto-lei n.º 247, de 5 de janeiro de 1945, sendo seu primeiro juiz de Direito o Doutor Carlos Alberto Fiúza de Castro.

Possui 12 cartórios, sendo 4 do Registro Civil. O total de feitos julgados em 1956 foi de 19, sendo 16 cíveis, 1 criminal e 2 de outras naturezas.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os nascidos no município são denominados ubaitabenses. O atual nome da comuna origina-se na língua indígena ("abanhenhenga"): de "uba", que significa *canoa pequena,* "i", *rio,* e *"taba", aldeia, cidade*. Reunindo-se os vários elementos da palavra, resulta: UBAITABA, "Cidade" onde o transporte é feito por canoas pequenas.

O Prefeito em exercício é o Sr. Asclepíades da Rocha Almeida, o Presidente da Câmara é o Sr. José Loiola de Andrade. Logo após a sua independência político-administrativa, o município teve o seu primeiro Prefeito nomeado na pessoa do Dr. Rui Santos, vindo mais tarde, já em 15 de janeiro de 1936, obter o seu primeiro prefeito por eleição: o Sr. Juvenal de Lima França. Foram membros da primeira Câmara municipal o Sr. José Raimundo Andrade, Presidente, e Srs. Bartolomeu Rebouças, Acúrcio de Sousa Magalhães, Joaquim José de Azevedo, César Baltasar, Doutor Francisco Xavier de Oliveira, Sr. João Príamo de Oliveira Soares e Dr. João Mendes de Queirós.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Jehovah de Andrade Campos; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Antônio de Jesus Santos.)

UBATÃ — BA

Mapa Municipal na pág. 61 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O povoamento do atual município de Ubatã teve início no ano de 1909, quando Severino José Costa, Antônio Rebouças, João Teles, Manoel Eloi e Vicente Ferreira se estabeleceram às margens do Rio de Contas e fundaram a povoação de Dois Irmãos, que ficou pertencendo ao distrito de Orojó, do município de Camamu. Em 1918 o arraial foi elevado a distrito de paz, integrando o município de Camamu. Em 1932 passou a integrar o município de Maraú, sendo mudada sua denominação para São Sebastião. No ano seguinte voltou ao domínio de Camamu. Em 1933, por fôrça do Decreto estadual n.º 8 729, de 12 de dezembro do mesmo ano, foi desmembrado do distrito de Orojó, passando a constituir o distrito de Dois Irmãos, do município de Rio Novo, atual Ipiaú. Pelo Decreto estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo de n.º 12 978, de 1.º de julho de 1944, o distrito de Dois Irmãos, depois de chamar-se Alfredo Martins, passou a denominar-se Ubatã, que significa "a madeira rija". Em 1952, por fôrça da Lei estadual n.º 514, de 12 de dezembro do mesmo ano, foi criado o município de Ubatã e elevada a sede à categoria de cidade, ocorrendo a instalação em 7 de abril de 1955. De acôrdo com a Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, o município compõe-se de um único distrito: Ubatã.

Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição.

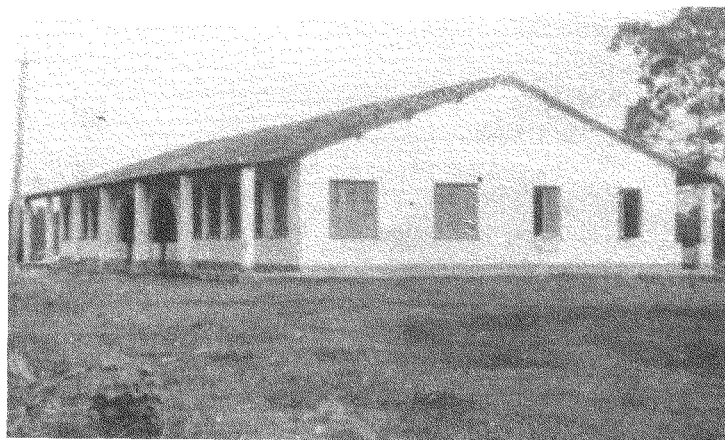
LOCALIZAÇÃO — O município de Ubatã localiza-se na Zona Cacaueira do Estado e limita-se com os municípios de Camamu, Ipiaú, Ituberá e Ubaitaba. Município novo, ainda não teve determinadas as coordenadas geográficas da sua sede.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da cidade de Ubatã é de 103,070 metros, conforme chapa cravada pelo Conselho Nacional de Geografia na extremidade da margem direita da ponte de concreto sôbre o ribeirão Água Branquinha, na saída por Ipiaú.

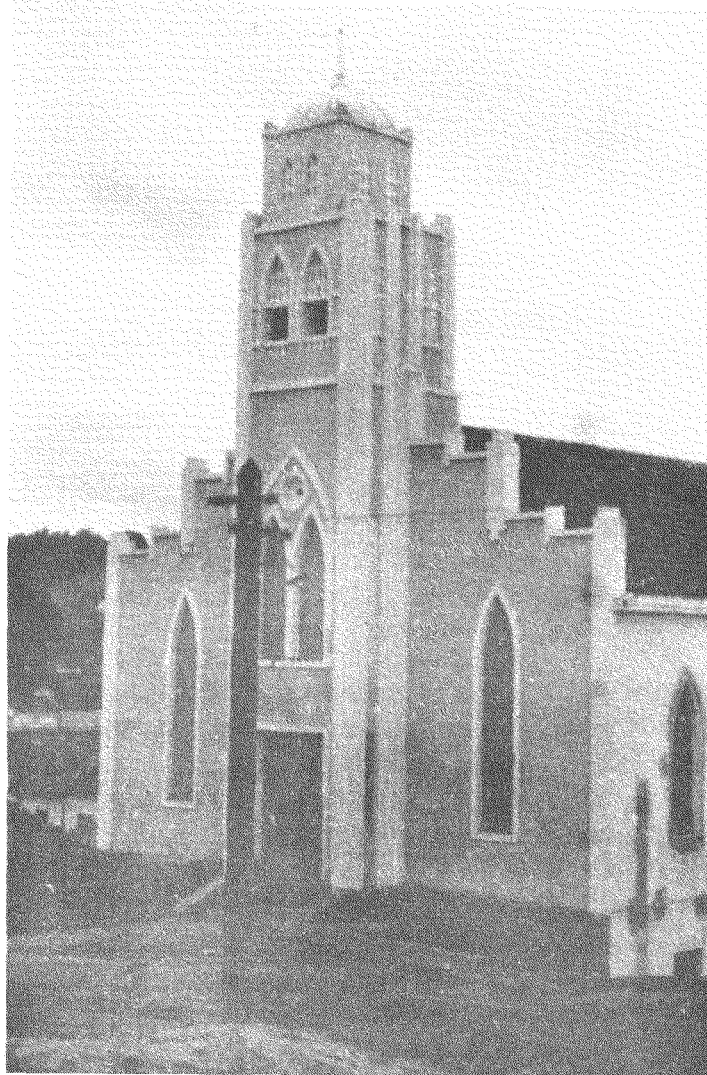
ÁREA — *Ainda não foi medida a área do município*. Sua superfície, calculada pelo mapa, é de 240 km^2 aproximadamente, dado que está sujeito a revisão.

Prefeitura Municipal.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O município de Ubatã tem topografia pouco acidentada. Os principais acidentes geográficos são: o rio de Contas e os ribeirões Dois Irmãos e Água Branquinha.

Prédio da Escola Rural.

CLIMA — O clima é quente e sêco no verão e frio e úmido no inverno. O regímen das chuvas é muito abundante. A temperatura máxima verificada na cidade em 1956 foi de 33°C, a mínima de 16°C e a média de 25°C.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais riquezas naturais do município são argila, pedra para construção, madeira, lenha, peixes e animais silvestres.

POPULAÇÃO — Segundo os resultados do Recenseamento Geral de 1950, o distrito de Ubatã, então pertencente ao município de Ipiaú, tinha uma população de 4 631 habitantes, sendo 2 325 do sexo masculino e 2 306 do feminino. Do total da população, 46% localizavam-se no quadro rural.

Templo Batista.

Rua Salgado Filho.

Aglomerações urbanas — Pelo Censo de 1950, a então vila de Ubatã, hoje cidade do mesmo nome, tinha uma população de 2 503 habitantes. A única aglomeração urbana no município é a da sede municipal.

Outras aglomerações — Além da cidade, o município possui os povoados de Comissão e Ruinha, com respectivamente, 350 e 310 pessoas.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Segundo o Recenseamento Geral de 1950, 33% das pessoas em idade ativa no município (10 anos e mais) se dedicavam a ocupações concernentes ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, destacando-se a lavoura do cacau; cultiva-se, ainda, café, cana-de-açúcar, milho e frutas.

Agência de Estatística.

O valor da produção agrícola local em 1955 elevou-se à importância de 23 469 milhares de cruzeiros, tendo o cacau contribuído com o valor de produção de 22 milhões de cruzeiros, vindo em segundo lugar a produção de mandioca.

Pecuária — Não existem fazendas de criação. A pecuária é reduzida, limitando-se à criação de vacas leiteiras.

Indústria — As indústrias são rudimentares, restringindo-se ao fabrico de massas alimentícias, calçados, carvão vegetal, farinha de mandioca e tapioca, sabão, telhas e tijolos.

O valor da produção industrial, em 1955, foi de 2 936 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Ubatã à capital Federal, à capital Estadual e às cidades vizinhas nas distâncias seguintes: capital Federal, via rodoviária (1 463 km); capital do Estado, via rodoviária (443 km); cidades de Camamu, via vicinal (90 quilômetros); Ipiaú, via rodoviária (43 km); Itaberá, via rodoviária (139 km) e Ubaitaba, via rodoviária (36 km). Servem ao município 3 emprêsas rodoviárias, sendo uma com sede na cidade. O município utiliza-se dos serviços postais do Departamento dos Correios e Telégrafos.

Praça Getúlio Vargas.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, Ilhéus, Itabuna, Rio de Janeiro e São Paulo. Existem na sede municipal 6 estabelecimentos comerciais atacadistas, 167 varejistas e 1 escritório do Banco da Bahia, inaugurado em 11 de julho de 1953. O giro comercial em 1956 foi de 97 025 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial estabelecido para a região onde se situa o município de Ubatã é de Cr$ 2 400,00. Há 14 firmas compradoras e exportadoras de cacau e uma Agência do Instituto do Cacau.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Ubatã está situada na margem esquerda do Rio de Contas e tem 32 logradouros, dos quais 9 são pavimentados e 1 arborizado e ajardinado. A rêde de iluminação elétrica se estende a 20 logradouros e a rêde de esgotos a 13. A cidade possui 1 489 prédios,

Aspecto da Rua Castro Alves.

dos quais 502 estão servidos de luz elétrica e 614 ligados à rêde de esgotos.

Funcionam na cidade 1 cine-teatro, 2 hotéis, 5 pensões e uma Agência postal do Departamento dos Correios e Telégrafos.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Exercem a profissão na comuna 4 médicos, 3 dentistas e 1 farmacêutico. Funcionam 5 farmácias na cidade. O município integra o setor n.º 6 do Departamento Nacional de Endemias Rurais sediado em Jequié.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento Geral de 1950, 25% da população local de 5 anos e mais sabiam ler e escrever.

Aspecto da Praça Presidente Vargas.

Ensino — Existiam no município, em 1956, 16 unidades de ensino primário fundamental comum, sendo 6 estaduais 9 municipais e uma particular, com a matrícula de 600 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Na cidade há uma tipografia e 4 clubes de futebol.

CULTO RELIGIOSO — A Paróquia de Nossa Senhora da Conceição foi fundada em 23 de dezembro de 1956. Funciona na sede municipal 1 templo do culto católico.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais solenidades religiosas realizadas no município são: a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Cidade, a Semana Santa, o Mês Mariano, o Natal e as festas de Reis, São João e São Pedro.

Aspecto da Rua Gonçalo Martins.

Aspecto da Rua Berberte de Castro.

Entre os festejos populares de caráter profano, o carnaval e a "micareta" são os principais. Promovem-se, também, "bumba-meu-boi", de 20 de dezembro a 6 de janeiro, "reisados", de 26 de dezembro a 6 de janeiro e presepes, de 20 de dezembro a 6 de janeiro.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O número de eleitores inscritos no município de Ubatã ascendia a 2 530, tendo votado 1 872 no pleito de 1954. Sua Câmara está composta de 8 vereadores.

Em 1956, exerciam atividades no município 29 funcionários públicos, sendo 5 estaduais, 22 municipais e 2 autárquicos.

Aspecto da Rua Dr. Francisco Xavier.

FINANÇAS PÚBLICAS — O movimento da arrecadação das finanças públicas nos anos de 1955 e 1956 é informado pelo quadro abaixo:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	—	7 638	3 414	3 297	3 719
1956	—	6 387	3 316	2 415	3 271

JUSTIÇA — Desde sua criação, o município é têrmo da comarca de Ipiaú. Conta com 2 cartórios, sendo 1 do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — A pessoa natural de Ubatã denomina-se ubatense.

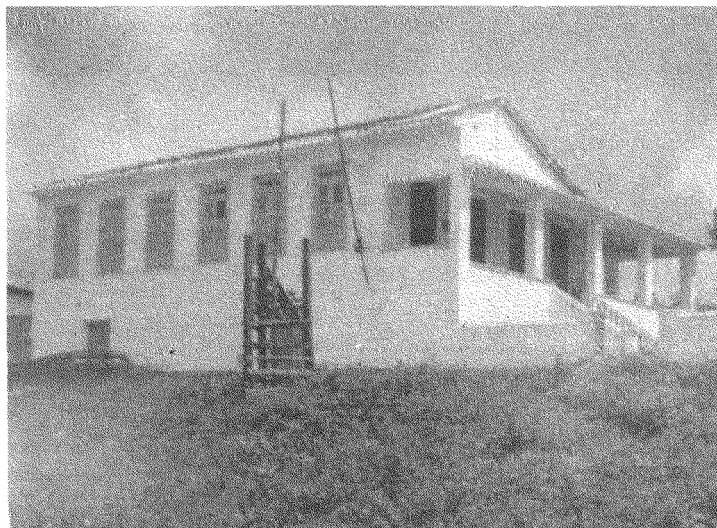
O Prefeito atual, que é o primeiro do município é o Senhor Sandoval Fernandes Alcântara, e o Presidente da Câmara de Vereadores, Senhor Osmar Fernandes de Oliveira. Antes da eleição, dirigiu a comuna o gestor Arnaldo Azevedo, que governou de setembro de 1954 a abril de 1955.

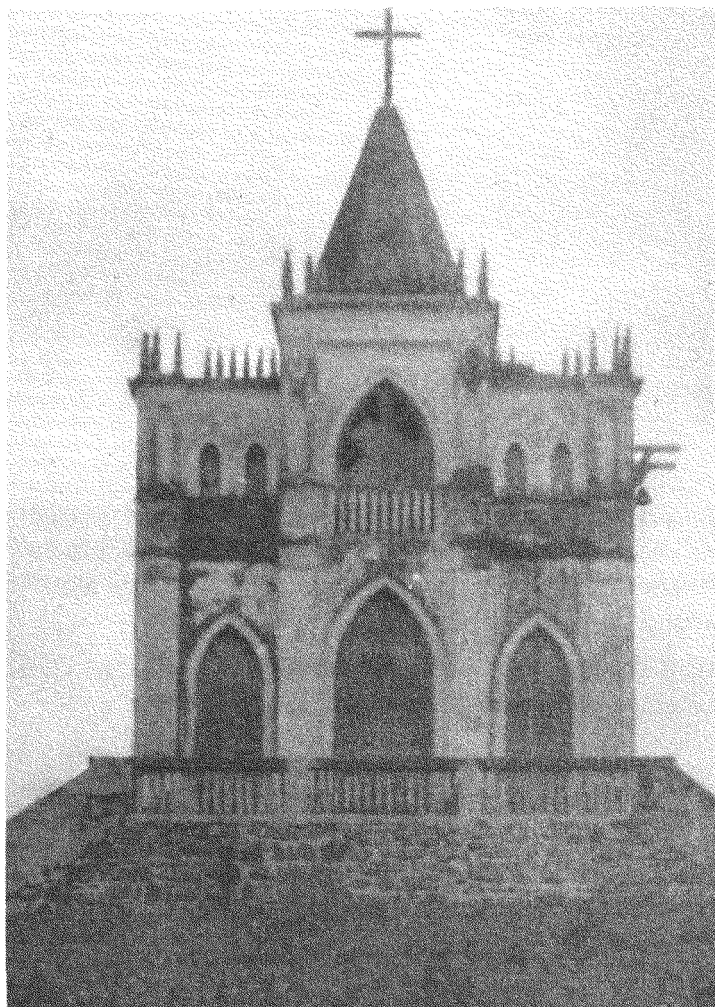
A primeira Câmara de Vereadores possui a composição seguinte: Osmar Hamilton Fernandes Mota de Oliveira (Presidente), Everaldo Oliveira de Azevedo, Leônidas Pereira de Oliveira, Dr. Mário Tavares dos Santos, Milton Faustino dos Santos, Josias Zaga de Souza, Antônio Muniz Ramos e Osmar Fernandes de Oliveira.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Teófilo Santa Cruz Santos Silva; Chefe da Agência de Estatística — Elísio Andrade Bastos.)

UNA — BA

Mapa Municipal na pág. 83 do 6.° Vol.

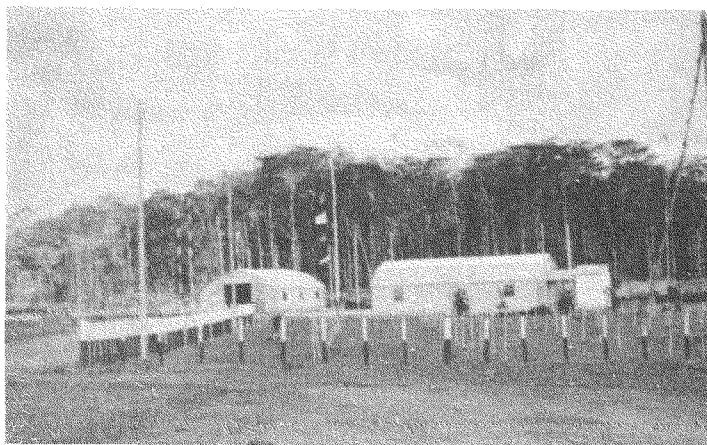
HISTÓRICO — Os primeiros desbravadores do território que, atualmente, integra o município de Una foram D. Maria Clementina Henriqueta e seus familiares. Ali ocuparam terras no ano de 1770 e requereram sesmaria a D. Rodrigo José de Menezes, então Governador e Capitão-Geral da Província da Bahia. Em 23 de julho de 1787 foi-lhes concedida pela rainha de Portugal, D. Maria, a sesmaria requerida, que constava de três léguas de frente e uma de fundo, situada na confluência dos rios Una ou Cachoeira e Braço Sul. A fazenda denominava-se São José. Mais tarde, em 18 de setembro de 1809. em virtude de execução da Fazenda Imperial, foram as terras da sesmaria arrematadas por Manuel Vasconcelos de Sousa. Com a chegada, então, de colonos alemães, austríacos e poloneses, formou-se a primeira povoação, situada entre as embocaduras dos rios Una e Maroim. Recebeu a povoação o nome de Una. Algum tempo depois, a primitiva povoação foi tragada pelo mar. Seus habitantes, então, construíram nova aglomeração a 4 milhas de distância do local primitivo. Deram-lhe o mesmo nome de Una. Sua elevação à freguesia e distrito verificou-se no ano de 1860, por fôrça da Resolução provincial número 842, de 21 de julho. A freguesia foi criada sob o patrocínio de Santo Antônio da Barra do Una. Desmembrado do município de Canavieiras, pelo Ato de 2 de agôsto de 1890, foi criado o de Una, com sede no lugar denominado Pedra. Começou a funcionar em 16 do mesmo mês e ano. O ato de criação não lhe delimitava a área territorial, circunstância que provocou grandes desentendimentos com a comuna de Canavieiras, em conseqüência do que foi Una reanexado àquele município, do qual tinha sido desmembrado em 1890.

Prefeitura Municipal.

A supressão realizou-se pela Lei estadual número 1 326, de 23 de agôsto de 1923. Por esta mesma lei a sede do distrito, em que se transformou o município de Una, foi transferida para a povoação de Cachoeirinha. Todavia, no ano seguinte, 1924, a Lei estadual número 1 718, de 2 de agôsto, restaurou o município, com território desmembrado do de Canavieiras, com sede na povoação de Cachoeirinha. O novo funcionamento ocorreu a 20 de outubro de 1924, no govêrno do Dr. Francisco Marques de Góis Calmon. A 1.° de janeiro de 1939, em obediência ao Decreto-lei federal número 311, ratificado pelo Decreto estadual número 11 089, a vila de Cachoeirinha foi elevada à categoria de cidade, com a denominação de Una. De conformidade com a divisão administrativa do Brasil, concernente a 1933, o município ficou integrado por dois distritos: o da sede e o de Xapuri. Assim permaneceu nas divisões territoriais de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, no quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938 e, também,

Igreja-Matriz de São José.

no quadro vigente de 1939 a 1943, fixado pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938. A mesma formação distrital mantém-se no quadro de 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, retificado pelo Decreto número 12 978, de 1.º de junho de 1944. Apenas se deu a alteração toponímica do segundo distrito, que passou a denominar-se Arataca. Atualmente sua composição administrativa, de acôrdo com a Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, é constituída de três distritos: Una, Arataca e Itatingui, ex-povoado de Prata, criado pela mesma Lei.

Avenida David Fuchs

LOCALIZAÇÃO — O município de Una fica situado na Zona Cacaueira do Estado. Limita-se com os municípios de Ilhéus, Itabuna, Canavieiras e com o oceano Atlântico. Fica no rumo S. S. O. partindo da capital do Estado, da qual dista, em linha reta, 253 quilômetros. As coordenadas geográficas da sede municipal são: 15° 17' 47" de latitude Sul e 39° 04' 28" de longitude W. Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

Aspecto do Núcleo Colonial.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de apenas 6 metros. Em locais próximos à ponte de concreto sôbre o rio Una, na estrada que vai ter à vila de Arataca, o Conselho Nacional de Geografia mediu altitudes variando de 164,737 a 236,439 metros.

ÁREA — A área territorial é de 1 460 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia do município é plana na região litorânea e montanhosa no interior. Os acidentes orográficos são ramificações da cordilheira do Itacara, sendo as principais serras a do Javi, com 700 metros de altura, e a do Mangue.

Vista parcial do Centro de Colonização.

O Una, navegável num percurso de 20 quilômetros, é o principal rio e forma as quedas dágua seguintes: Pancada Alta, situada perto da vila de Arataca; Pancada, na fazenda Pancada; Poções, próxima do quilômetro 2 da Rodovia Una—Fazenda Rio Branco e Espinho.

CLIMA — O clima é quente no verão e frio e úmido no inverno. A temperatura máxima verificada na cidade em 1956 foi de 28°C, a mínima, de 18°C e a média, de 24 graus centígrados.

RIQUEZAS NATURAIS — As principais de natureza mineral são pedra para construção e argila. Vegetais, encontram-se piaçaba, mucugê, dendêzeiros e madeiras de lei. Quanto ao reino animal, há anta, capivara, caititu, porco-queixada, paca e outros; de menor importância, peixes: anero, peatibu, pescada, robalo, etc.; aves: marreco, jacupemba, mutum, vários columbinos e outros.

Galpão onde se localiza o escritório da estação radiotelegráfica.

Além das quedas d'água citadas no tópico anterior, outras existem, entre as riquezas do município.

POPULAÇÃO — Os resultados do Recenseamento Geral de 1950 revelaram que a população do município de Una ascendia a 11 352 pessoas; destas, 6 223 eram homens e 5 129, mulheres. Na composição demográfica, houve predomínio da côr parda, com 7 810, seguida dos brancos, com 1 873. No que se refere ao estado civil, predominaram os solteiros cóm 3 638 indivíduos, seguidos pelos casados, com 2 591. Localizavam-se no quadro rural 91,30% da população. Para o ano de 1957, a população do município está calculada em 12 963 habitantes.

Aglomerações Urbanas — Em 1950 existiam duas aglomerações urbanas: a cidade de Una, uma das menores do Estado, com apenas 417 pessoas, e a vila de Arataca que tinha 517 habitantes. Em 1953, com a criação de novo distrito, surgiu mais uma aglomeração urbana: a vila de Itatingui, tendo aproximadamente 400 pessoas.

Capela de N. S.ª de Fátima, padroeira do Núcleo.

Outras Aglomerações — Existem no município três povoados com o seguinte número de habitantes, aproximadamente: Anuri 420, Oiteiro 220 e Comandatuba 100. Há também o Núcleo Colonial do Una com 692 pessoas.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A mais importante atividade econômica é a agricultura, que tem como principal produto o cacau. O Censo de 1950 revelou que existiam àquela época, no município de Una, 7 999 pessoas em idade ativa, isto é, de 10 e mais anos. Daquele total, 3 407 dedicavam-se à "agricultura, pecuária e silvicultura". Êste ramo de atividade ocupa o maior número de pessoas, superando o de "atividades domésticas". Dentre os ramos da agricultura, predomina a cultura do cacau, que constitui sua principal fonte de riqueza. Data de 1819 a plantação dos primeiros cacauais em Una, pelas famílias Fuchs e Hubert.

Agricultura — O Município, além do cacau, produz ainda piaçaba, borracha, cana-de-açúcar, côco-da-baía, café, mandioca e frutas. A plantação de seringueira está sendo incentivada, contando o município com cêrca de dois milhões daquela árvore, sendo que 450 mil se acham em condições de corte e, pois, de produtividade. Encontra-se também em fase de acabamento uma grande usina de beneficiamento do látex, para sua transformação em borracha. O valor da produção agrícola, em 1955, foi de 78 726 milhares de cruzeiros, tendo contribuído com a maior parcela o cacau que alcançou a cifra de 70 milhões.

Avenida Renato Martins.

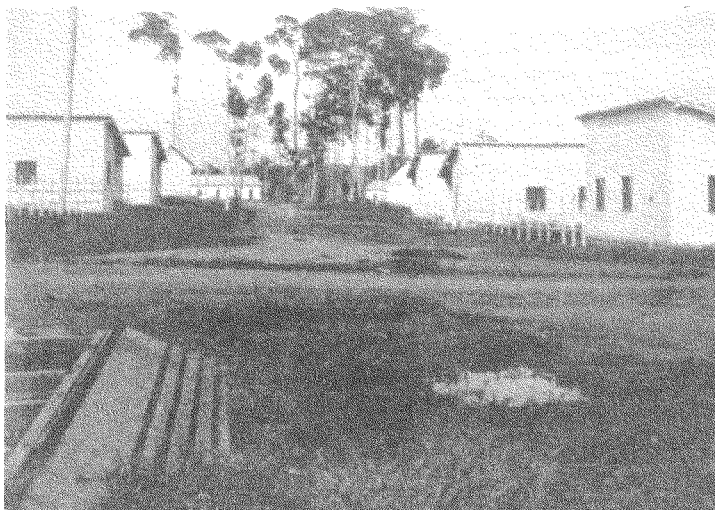
Indústria — Há pequena indústria de telhas e tijolos, de farinha de mandioca, de cortume, de vassouras de piaçaba, etc.

Pecuária — Os rebanhos são pequenos: 3 400 bovinos, 2 200 eqüinos, 2 250 asininos, 2 550 muares e 5 740 suínos. Quanto ao número de propriedades rurais, em 1954, havia no município 2 046, no valor venal de 68 423 milhares de cruzeiros, sendo 1 932 agropecuárias.

Localizam-se no município um Núcleo Colonial e uma Estação Experimental, esta subordinada ao Instituto Agronômico do Leste e se destina a fomentar o plantio da "hevea". Espera-se que com o aproveitamento do potencial hidráulico existente, possa a comuna desenvolver-se economicamente. Já está sendo aproveitada, em parte, a cachoeira dos Sete Braços que fornece energia para as localidades de Arataca, Itatingui, Anuri e fazenda Rio Branco. Também já foi concluído o levantamento topográfico da

Casas construídas pela Fundação da Casa Popular.

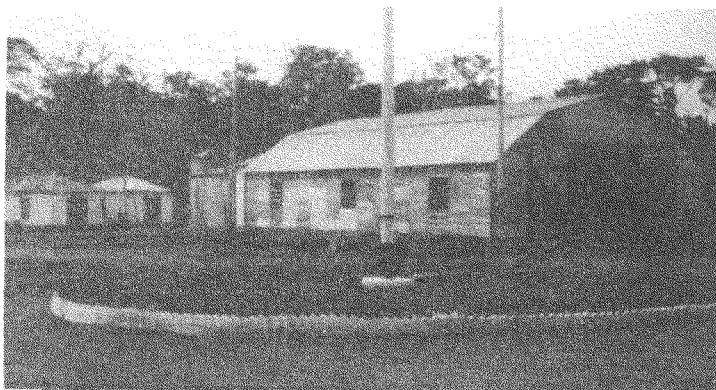
bacia do rio Una (braço Norte), na cachoeira do Espinho onde o govêrno municipal planeja, ajudado pelo govêrno estadual, construir uma usina de eletricidade que beneficiará com luz e fôrça o Núcleo Colonial e a cidade.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade está ligada à de Canavieiras, num percurso rodoviário de 166 quilômetros, ou de 95 km por via aérea; à de Ilhéus, por via marítima, 28 milhas, aérea 40 quilômetros e rodovia 130 quilômetros. A ligação com a cidade de Itabuna é feita normalmente por estrada rodoviária, na distância de 124 quilômetros. Para a capital do Estado, as viagens são por via aérea, no percurso de 425 quilômetros, e rodovia, na distância de 648 quilômetros. A capital Federal atinge-se de avião, no percurso de 1 043 quilômetros, e de automóvel, por estrada com a extensão de 1 578 km.

Aspecto de uma rua do Núcleo Colonial.

Possui o município dois campos de pouso, sendo um no Núcleo Colonial de Una, e ainda um pôrto fluvial, no povoado de Pedras; é servido por uma emprêsa rodoviária. A Rodovia Bahia—Espírito Santo corta a comuna numa extensão de 28 quilômetros, passando pela vila Itatingui.

Há uma Agência Postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — Há na cidade dois estabelecimentos comerciais atacadistas e nove varejistas. Itabuna e Ilhéus são, por excelência, as duas praças com as quais o comércio mantém transações, sendo Ilhéus o pôrto por onde Una escoa seus produtos principais: cacau, piaçaba e borracha. O giro comercial, em 1956, atingiu a importância de 40 775 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial fixado é de 2 400 cruzeiros.

Rua Barão do Rio Branco.

Aspecto do almoxarifado do Núcleo Colonial.

ASPECTOS URBANOS — A cidade acha-se edificada à margem esquerda do rio Una, nas proximidades de sua foz no Atlântico. Possui 16 logradouros, sendo dois dêles pavimentados, parcialmente, e um ajardinado. Todos têm iluminação elétrica, a qual se estende ainda a 111 prédios dos 220 existentes. O consumo de eletricidade em 1956 foi de 34 270 kWh.

Quanto a divertimentos, há um cinema — o Cine-Teatro Radar, com lotação para 200 pessoas, e a Associação Desportiva de Una. Para hospedagem, dispõe a cidade de três pensões. Um advogado, um engenheiro e um agrônomo exercem suas atividades em Una.

Seringueira vovô.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Há o Pôsto Médico Correspondente do Serviço de Saúde do Interior, do govêrno do Estado, e um pôsto de emergência do Departamento Nacional de Endemias Rurais subordinado ao Setor número 10, sediado em Ilhéus, do qual faz parte o território do município. Um médico e um farmacêutico exercem suas atividades na comuna. havendo três farmácias em funcionamento.

Viveiro de multiplicação de seringueiras.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Existe uma cooperativa denominada Cooperativa Mista de Agricultores e Operários de Una, Resp. Ltda, de crédito e consumo, que congregava, em 1956, 650 associados.

ALFABETIZAÇÃO — Revelou o Censo Demográfico de 1950 que sabiam ler e escrever 31,51% da população de 5 anos e mais existente no município de Una, ou seja, 2 987 pessoas.

Ensino — Funcionaram, em 1956, 11 unidades do ensino primário fundamental comum, sendo 5 estaduais, 5 municipais e uma federal — a Escola Cândido Pessoa, localizada no Núcleo Colonial. A matrícula, no referido período, atingiu 500 alunos.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há apenas a Biblioteca da Agência Municipal de Estatística, com menos de 1 000 volumes.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Constituem objetivos de turismo o Núcleo Colonial, a Estação Experimental e um velho e tradicional jequitibá, que mede 11 metros de circunferência e 60 metros de altura, localizado na divisa dêste município com o de Canavieiras. Os vastos seringais no distrito de Una representam também atração turística.

Seringueiras em corte.

CULTOS RELIGIOSOS — Una atualmente pertence à Paróquia de Olivença, situada em Ilhéus. Além de uma igreja existem 8 capelas. Em 1860 foi criada uma freguesia no município, tendo por orago Santo Antônio da Barra do Una, sendo seu primeiro vigário frei Luís Grave. Do culto não católico existem três templos protestantes.

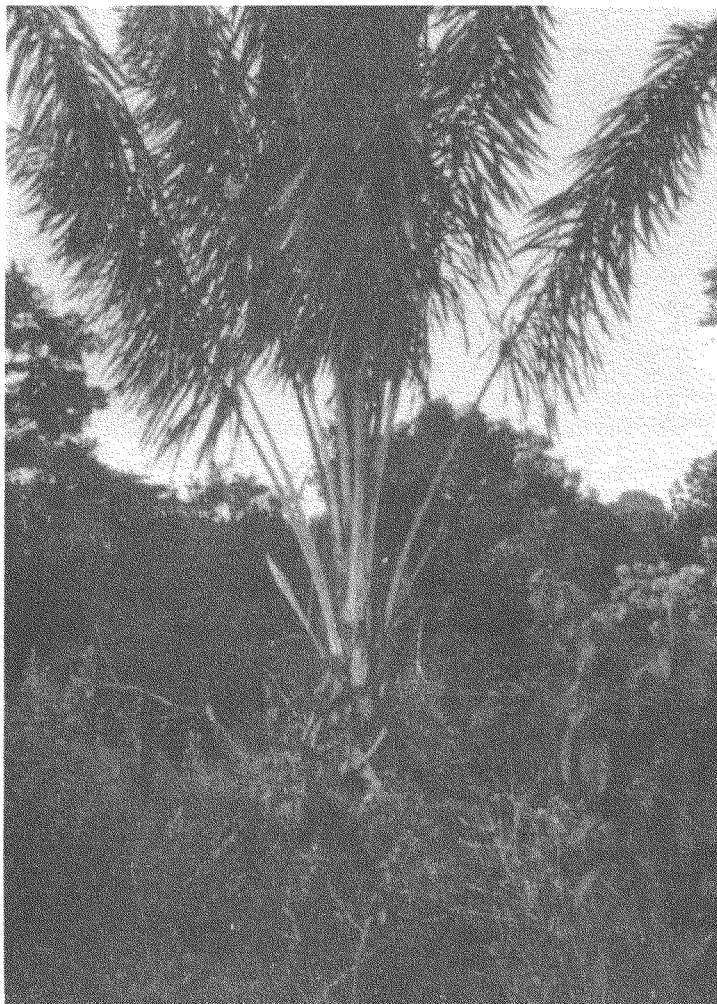
MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais festas religiosas são: a do Padroeiro São José (19 de março); as de São João, São Pedro, Semana Santa, Natal, Ano Bom e Reis. Êsses festejos se fazem no mesmo estilo observado nos demais municípios da zona.

Seringueiras em produção.

O carnaval é a festa profana mais aceita pelo povo da cidade. Promovem-se também, de dezembro a janeiro, os "pastoris" — bailes a fantasia.

A tradicional peregrinação denominada "levada do mastro" realiza-se anualmente em 19 de janeiro, nos povoados de Pedras e Comandatuba, em homenagem a São Sebastião; consiste no seguinte: à tarde daquele dia, dezenas de pessoas saem em procissão do adro da igreja Matriz e se dirigem a determinado lugar, perto da mata, donde,

prèviamente, já haviam tirado um grande mastro. O dito madeiro é conduzido nos ombros do povo até a praça da matriz; ali chegando, arrancam o mastro que fôra pôsto no ano anterior, e, em seu lugar, fincam o novo. Na ponta dêste é posta a efígie de São Sebastião, — o homenageado —, à guisa de bandeira.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O número de eleitores inscritos em 1954 era de 3 000, tendo votado 2 491. A Câmara Municipal se compõe de 8 vereadores. Exerciam suas atividades no município 19 funcionários federais, 5 estaduais, 26 municipais e 1 autárquico.

Vista de uma piaçabeira.

FINANÇAS PÚBLICAS — São representadas resumidamente, no quadro seguinte, as finanças locais:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	192	1 594	858	599	802
1951	144	1 795	951	633	899
1952	149	1 377	1 806	430	2 215
1953	268	1 717	1 659	976	1 322
1954	384	2 573	2 680	2 203	2 197
1955	66	2 917	2 678	2 096	2 985
1956		3 293	3 184	1 902	2 713

JUSTIÇA — Em 1834 foi criado o distrito de Paz do Una, pertencente à Imperial Vila de Canavieiras, sendo seus primeiros juízes de Paz os senhores: Antônio Diogo de Sousa, Joaquim Teodoro Moreira, José Narciso Soares e Francisco Caetano de Sousa Quadros. Posteriormente foi elevado à categoria de têrmo judiciário da comarca de Ilhéus, situação esta em que permaneceu até 1943, quando, em face do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro, o têrmo foi transferido para a comarca de Canavieiras. Atualmente é sede de comarca de 1.ª entrância, embora continue na dependência judiciária de Canavieiras, em virtude de ainda não ter começado a funcionar. Os cartórios existentes são em número de oito, sendo dois do Registro Civil.

Seringal à margem da estrada Una-Rio Branco.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Ao indivíduo que nasce em Una chama-se unense. O têrmo "una" é palavra indígena e significa "negro". Supõe-se que, devido à coloração escura do rio que banha o seu atual território, tenha o município tomado o nome de Una. Elegeu-se no último pleito e foi empossado o Prefeito da comuna, Senhor Armil Fuchs de Almeida; o Presidente da Câmara, eleito para o período legislativo iniciado em 7-IV-57, é o Senhor Sandoval Heitor de Lacerda.

Seringal à margem da estrada Una-Pedras.

O primeiro Intendente do município foi o Dr. Manuel José Vieira, e o primeiro Conselho municipal compunha-se dos seguintes membros que tomaram posse em 14 de agôsto de 1890: tenente João David Fuchs — Presidente, João Navarro de Moura Lessa — Secretário, José Cotias Brandão, Cornélio José da Cunha, José Emídio de Oliveira e Alexandre José de Queirós Guimarães.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística, por Teófilo Santa Cruz Santos Silva; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Nilo Albano Pires.)

URANDI — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — Segundo se infere da tradição antiga, os primitivos habitantes do município foram os portuguêses, que, penetrando na Região à procura de ouro e de pedras preciosas, fundaram fazendas e núcleos demográficos. O maior contingente da população municipal parece ser oriundo do caldeamento do português com o elemento negro trazido para aqui como escravo.

A atual sede do município foi fundada entre os rios Cachoeira e Raiz, na Fazenda Santa Rita, propriedade do cidadão português Antônio Fernandes Baleeiro, o qual aí residia com seu irmão, José Fernandes Baleeiro e alguns escravos, por volta de 1812, data em que se construiu uma capela sob a invocação de Santo Antônio. Tendo sido, pelo proprietário das terras, doada ao Santo Padroeiro uma área de mais ou menos 10 hectares destinada à edificação de casas, surgiram de logo as primeiras construções nesse lugar que passou a ter a denominação de "Duas Barras" por se encontrar próximo às barras dos citados rios. Vários fatôres concorreram para o desenvolvimento da nova povoação. A abundância de água permanente nos dois mananciais oferecia indiscutível vantagem a diversas culturas. A enorme extensão de mato virgem e área devoluta facilitavam a posse da terra atraindo agricultores de outros municípios que procuraram incentivar a agricultura. Localidade muito próxima ao Estado de Minas Gerais, possuía bons meios de escoamento dos produtos agrícolas. Esperançosos grupos de pessoas afluíam para Duas Barras e daí o seu crescimento. A povoação de Duas Barras foi elevada à freguesia pela Lei provincial número 1 732, de 2 de maio de 1877, com o nome de Santa Rita das Duas Barras, designação esta que foi alterada para Santo Antônio de Duas Barras, por fôrça da Resolução provincial número 1 962, de 10 de junho de 1880. Mas não foi a povoação em aprêço a primeira sede municipal. Quando distrito, o atual território do município teve a sua sede na localidade de Gentio, povoação fundada pelos jesuítas e elevada à freguesia com o nome de Nossa Senhora do Rosário do Gentio, pela Resolução provincial n.º 373, de 10 de novembro de 1849. A primeira sede municipal, todavia, foi o arraial Umburanas, antiga aldeia de índios, cuja capela foi elevada à categoria de freguesia pela Lei provincial número 1 800, de 6 de julho de 1877, com o nome de São Sebastião do Amparo das Umburanas. Por fôrça da Lei provincial número 2 661, de 8 de julho de 1889, foi o arraial elevado à vila e criado o município das Umburanas, com território desmembrado do municqpio de Caetité, dando a sua sede a denominação de Vila Bela das Umburanas. Essa Lei, porém, em virtude da revolução havida naquela época, que culminou em a queda da Monarquia e no advento da República, não foi aplicada, o que motivou o Ato estadual de 8 de julho de 1890, assinado pelo então Governador, marechal Hermes Ernesto da Fonseca, que criou novamente o município com a mesma denominação de Vila Bela das Umburanas e formado pelos territórios das freguesias de São Sebastião das Umburanas, Nossa Senhora do Rosário do Gentio e Santo Antônio das Duas Barras. O município foi pôsto a funcionar em 1.º de outubro de 1890. De conformidade com a divisão administrativa do Brasil, concernente a 1911, o município denomina-se Umburanas e subdivide-se em cinco distritos: o da sede e os de Furados, Gentio, Duas Barras e Brejinho das Ametistas. Por fôrça da Lei estadual número 1 276, de 10 de agôsto de 1918, a sede do município foi transferida para a povoação de Duas Barras, elevada à vila com o nome de Urandi, topônimo que passou a designar também o município. Êste, na divisão administrativa do Brasil relativa a 1933, apresenta-se constituído pelo distrito-sede e pelos de Furados, Umburanas e São João da Gameleira. De acôrdo com as divisões territoriais datadas de 31-XII-1936 e 31-XII-1937, bem como com o quadro anexo ao Decreto-lei estadual número 10 724, de 30 de março de 1938, integram o município em aprêço quatro distritos: Urandi, Piedade, São José da Gameleira e Umburanas, verificando-se o mesmo no quadro territorial em vigência no qüinqüênio 1939-1943, estabelecido pelo Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938. Nota-se que o nome do terceiro distrito se grafava, em 1937 — São José da Gameleira e, no quadro territorial de 1939-1943, Gameleira, simplesmente. No quadro territorial vigente em 1944-1948, fixado pelo Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, e retificado pelo Decreto estadual número 12 978, de 1.º de junho de 1944, o município de Urandi mantém-se com formação distrital idêntica à consignada no quadro do qüinqüênio precedente, observando-se algumas modificações nos topônimos distritais. Assim é que Urandi aparece com o distrito do seu nome (sede) e com os de Guirapá (ex-Umburanas), Pindaí (ex-Gameleira) e Tauape (ex-Piedade), constituição esta que permaneceu no quadro territorial para o

Vista panorâmica da cidade.

Rua 15 de Novembro.

qüinqüênio 1954-1958, fixada pela Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953.

LOCALIZAÇÃO — O município está situado na Zona Fisiográfica da Serra Geral, seu território é integralmente abrangido pelo "Polígono das Sêcas" e faz parte da bacia hidrográfica do São Francisco. Limita-se com os municípios de Caculé, Caetité, Guanambi, Jacaraci, Palmas de Monte e com o Estado de Minas Gerais. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 14° 46' 11" de latitude Sul e 42° 39' 23" de longitude W. Gr. Rumo de direção da capital do Estado para o município — O.S.O., da qual dista 649 quilômetros, em linha reta.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 637,035 metros, tomando-se como referência a chapa cravada ao lado direito da escadaria de acesso à porta principal da igreja Matriz. O Conselho Nacional de Geografia encontrou ainda a altitude máxima de 971,966 m, tendo como ponto de referência o trilho da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, no cruzamento com a Estrada Urandi—Caculé, rodoviária, a 1,62 quilômetros da ponte sôbre o riacho da Cachoeirinha; e a mínima de 556,907 metros, no trilho da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro, no cruzamento com a Rodovia Espinosa—Urandi, a 770 metros além da ponte sôbre o rio Verde Pequeno.

ÁREA — A área do município é de 2 191 quilômetros quadrados.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Observam-se no município os seguintes acidentes geográficos:

Serras — a das Almas, que serve de limite intermunicipal com o município de Jacaraci, e cujo ponto culminante tem a altitude de 1 100 metros; a das Ametistas, com 1 000 metros de altitude, e o morro do Capitão, situado a noroeste da sede municipal, com a altitude aproximada de 800 metros.

Rios — A região é banhada pelo rio das Palmeiras, pelo Cachoeira, pelo Raiz, pelo Paiol, pelo Verde e pelo Mata-Veados.

Cachoeiras — Há no município três cachoeiras, que ainda não foram aproveitadas: a do Salto, a do Massena e a das Palmeirinhas.

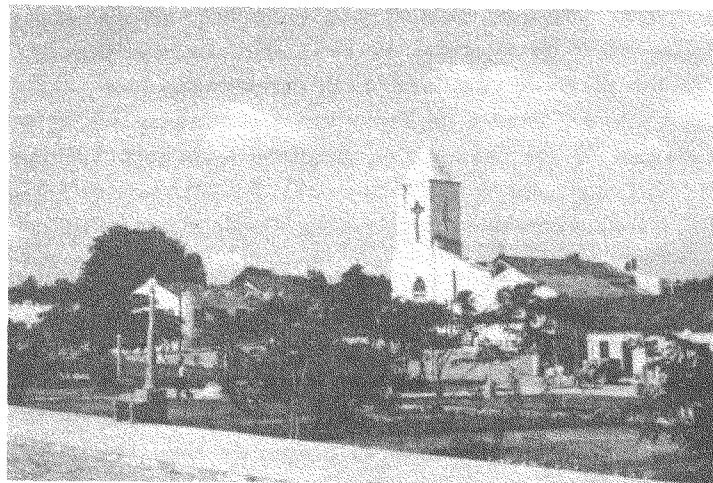
Açudes — Existe um açude público, com capacidade para 8 000 metros cúbicos.

CLIMA — Clima quente, porém muito saudável. A temperatura da sede municipal apresentou, em 1956, os seguintes dados: média das máximas — 30°C, das mínimas — 22°C e média compensada — 26°C. O município está sujeito a longas estiagens com sêcas constantes.

RIQUEZAS NATURAIS — *Ocorrências minerais*: jazidas de ametista, de cristal de rocha, de ferro e de manganês (inexploradas) e de pedra calcária (explorada). *Ocorrência vegetal*: há no território do município matas, nas quais são encontrados vários tipos de madeira para construção e lenha. *Ocorrência animal*: existem nos rios que cortam o território várias espécies de peixe, extremando-se a traíra, o robalo, a curimatá, o piau e outros.

POPULAÇÃO — De acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, a população de Urandi era de 24 132 habitantes, sendo 11 440 homens e 12 692 mulheres. Nesse total, havia 11 612 brancos, 2 972 pretos e 9 509 pardos. Entre as pessoas de 15 anos e mais existiam 4 938 solteiros, 7 343 casados, 1 desquitado e 826 viúvos. Como se nota, predominava o sexo feminino, os casados e a côr branca. A densidade demográfica do município era de 11,01 habitantes por quilômetro quadrado e a população estimada para 1957 é de 32 866 habitantes. Da população encontrada em 1950, ... 89,79% localizavam-se no quadro rural.

Aglomerações Urbanas — De acôrdo com o Censo de 1950, as quatro aglomerações urbanas do município possuíam a seguinte população: cidade de Urandi — 1 585 habitantes, vilas de Guirapá — 197, Pindaí — 364 e Tauape — 319. A população da cidade para 1957 está estimada em 3 000 pessoas.

Outras Aglomerações — Além da cidade e das vilas, existem ainda no município os povoados abaixo, cuja população es-

Praça da Bandeira.

timada para 1957 está assim distribuída: Cantinho — 45, Jurema — 245 e Duas Passagens — 95.

ATIVIDADE ECONÔMICA — A população do município em idade ativa (10 anos e mais) era, de acôrdo com o Censo Demográfico de 1950, de 16 426 pessoas, sendo 7 570 homens e 8 856 mulheres. Dessa população, 5 924 (5 444 homens e 480 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura", que, depois das atividades domésticas, é o ramo ocupacional mais numeroso no município, com 36,06% do total daquela população.

Agricultura — A fundamental atividade para a economia do município é a agricultura, cuja produção, em 1955, alcançou o valor total de 15 546 milhares de cruzeiros, concorrendo com maior parcela o algodão, seguindo-se o milho, o feijão, o arroz, a mandioca, a cana-de-açúcar, a mamona e diversas frutas. Os principais centros compradores dos produtos agrícolas do município são Espinosa e Montes Claros, no Estado de Minas Gerais.

Pecuária — Existiam no município, em 1956, 2 403 propriedades apropecuárias. cujo valor venal era superior a 17 338 milhares de cruzeiros. O rebanho existente naquele ano era de 26 500 bovinos, 7 200 eqüinos, 400 asininos, 2 750 muares, 16 000 suínos, 26 000 ovinos e 23 000 caprinos. Há exportação de gado para os municípios próximos.

Indústria — A produção industrial alcançou em 1955 a cifra de 3 254 milhares de cruzeiros, sobressaindo, com maior valor, a farinha de mandioca, seguida da aguardente de cana, rapaduras, telhas, tijolos, artefatos de barro, cal de pedra, queijo, manteiga, requeijões, dormentes e massas alimentícias. A Inspetoria Regional de Fomento Agrícola do Ministério da Agricultura mantém no município uma usina de beneficiamento de algodão.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Urandi liga-se à capital Federal, à capital do Estado e às cidades vizinhas pelas seguintes vias: capital Federal, ferrovia (1 422 quilômetros) e rodovia ...... (1 495 quilômetros); capital do Estado, ferrovia (810 quilômetros) e rodovia (835 km); Caculé, ferrovia (96 quilômetros) e rodovia (76 km); Caetité, rodovia (109 quilômetros); Guanambi, rodovia (72 km); Jacaraci, rodovia (42 quilômetros; Palmas de Monte Alto, rodovia (120 quilômetros); Espinosa (MG), ferrovia (26 quilômetros) e rodovia (30 quilômetros).

A Viação Férrea Federal Leste Brasileiro serve ao município, passando pela cidade, onde tem estação inaugurada em 7 de setembro de 1951, data em que também o foi um ponto de parada no local denominado Iobi.

Estão registrados na Prefeitura 4 caminhões e 5 jipes. O serviço de comunicação da cidade é feito pela Agência Postal Telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos e pelo serviço telegráfico da Viação Férrea Federal Leste Brasileiro.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem no distrito-sede, 1 estabelecimento atacadista e vinte e seis varejistas, enquanto em todo o município há 82 varejistas. O giro comercial, em 1956, foi de 16 300 milhares de cruzeiros. O comércio local mantém transações com as praças de Belo Horizonte, Salvador, São Paulo e Montes Claros. Importa tecidos, ferragens, louças, produtos farmacêuticos e estivas em geral. Exporta algodão, arroz, feijão, milho e gado em pé. O salário-mínimo oficial é de 2 000 cruzeiros.

Outra vista panorâmica da cidade.

ASPECTOS URBANOS — Possui a cidade 25 logradouros, sendo 8 pavimentados, 1 arborizado, 6 servidos de água canalizada e 11 iluminados com luz elétrica. Em 1956 existiam 356 prédios, dos quais 125 eram servidos de eletricidade e 54 abastecidos de água canalizada. A produção de energia elétrica para iluminação pública e particular atingiu 30 188 kWh. Os principais logradouros da cidade são a Praça da Bandeira e a Rua 15 de Novembro, onde estão localizadas a igreja Matriz, a Prefeitura Municipal e as principais casas comerciais. Funcionam na cidade um hotel e quatro pensões com capacidade para 153 hóspedes.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O Departamento Nacional de Endemias Rurais presta assistência sanitária aos habitantes do município através do Setor número 13, com sede na cidade de Brumado. Exercem a profissão na cidade 1 médico, 2 dentistas e 1 farmacêutico. Funcionam quatro farmácias, sendo duas na sede municipal.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, existia no município, da população de 5 anos e mais, 20 049 pessoas, sendo 9 355 homens e 10 694 mulheres. Do total sabiam ler e escrever 3 617 (2 217 homens e 1 400 mulheres) ou seja, 18,04% da população de 5 anos e mais. Na cidade, havia 1 322 pessoas de 5 anos e mais, sendo alfabetizados 678 homens e 387 mulheres.

Ensino — Em 1956, funcionaram no município 15 unidades escolares do ensino primário fundamental comum: 12 estaduais, duas municipais e uma particular, com o total de 600 alunos matriculados. As Escolas Reunidas D. Pedro II são o mais importante estabelecimento de ensino.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há na cidade três bibliotecas: a Municipal, mantida pela Prefeitura, a "Araripe Macedo", sob a orientação da Agência Municipal de Estatística, e a Allan Kardec, do Centro Espírita Maria Monteiro, cada uma delas possuindo menos de 1 000 volumes.

CULTOS RELIGIOSOS — O município é sede da paróquia de Santo Antônio desde 1877. Subordina-se eclesiàsticamente à Diocese de Caetité. Conta com uma igreja, cinco capelas e uma congregação religiosa com 230 associados. Existe ainda na sede do município um templo protestante e um centro espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal festa religiosa que se realiza na sede do município é a de Santo Antônio, padroeiro da cidade, em 13 de junho. É celebrada também com grande relêvo a festa de Nossa Senhora da Conceição, em 31 de maio. Mantém-se a tradição das festas de São João, Ano-Bom, Natal e Reis. Nesta última, verifica-se o folguedo popular denominado "reisado".

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município, em 1954, possuía 5 184 eleitores, dos quais votaram no último pleito 2 895. A Câmara dos Vereadores está atualmente composta de 8 edis. Exerciam suas funções no município 46 funcionários públicos, assim distribuídos: 13 federais, 21 estaduais, 11 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro abaixo aparecem os resultados das finanças públicas no período de 1950 a 1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	123	432	392	106	428
1951	162	615	461	115	389
1952	108	441	555	125	321
1953	128	390	840	139	935
1954	152	881	1 602	196	1 682
1955	210	1 296	725	195	418
1956	408	1 205	1 035	278	1 133

JUSTIÇA — Desde a sua criação, o município passou a têrmo da comarca de Caetité. Em 1945, com a criação da comarca de Jacaraci, o município de Urandi passou a ser têrmo desta. A comarca de Urandi, desmembrada da de Jacaraci, foi criada pelo Decreto-lei estadual número 175, de 2 de julho de 1949. Entretanto, em vista de ainda não ter começado a funcionar, continuam os serviços judiciários na dependência da comarca de Jacaraci. Tem o município oito cartórios, sendo quatro do Registro Civil. Foram julgados em 1956 dez feitos cíveis. Exerce a profissão na cidade um advogado.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município denominam-se urandienses. Segundo registra o prof. Gabriel Soares Sousa, em seu livro "Notícias do Brasil", a denominação do local tem sua origem na existência de um pássaro prêto, muito comum nas margens dos rios da Região, de nome guirandi, a que os indígenas chamavam de *urandi*. Ensina Teodoro Sampaio que o nome "urandi", em tupi, significa "a madeira negrecenta, ou tirando a negro".

O atual Prefeito é o Senhor Joaquim Ribeiro Silva, sufragado no pleito de 3 de outubro de 1954. O presidente da Câmara é o Senhor Jerônimo Borges de Carvalho, eleito para o período legislativo iniciado em 7 de abril do corrente ano. O primeiro Intendente municipal foi o Senhor Clemente Alves de Carvalho. O município é sede da 16.ª Região de Trânsito e da 17.ª Circuncrição da 7.ª Região Fiscal do Interior.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Luís Gonzaga de Oliveira Brito; Chefe da Agência Municipal de Estatística — José Borges de Carvalho.)

URUÇUCA — BA

Mapa Municipal na pág. 61 do 6.º Vol.

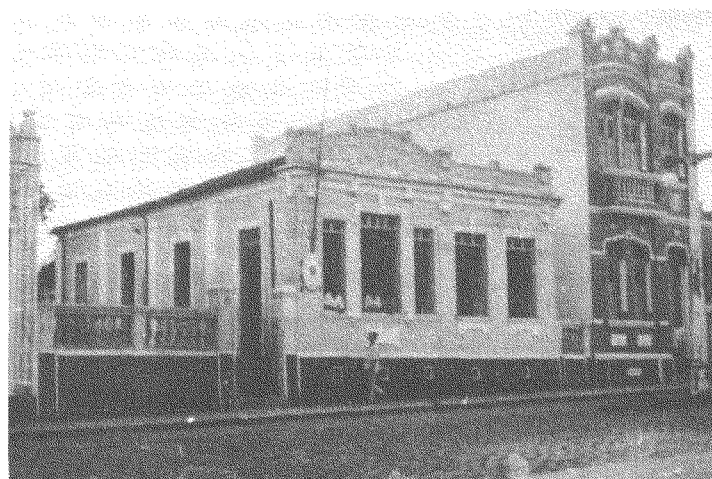
HISTÓRICO — O atual município de Uruçuca teve origem numa povoação formada em 1906 pelos Srs. Manoel Alves de Sousa, Miguel Gomes Baracho, João Macaúbas, Jorge Caetano dos Santos e Antônio Ferreira da Silva. Inicialmente, recebeu o nome de Água Preta por serem de coloração escura as águas do rio Mucambo, que banha a localidade.

Em 1.º de janeiro de 1914, foi inaugurada a estação ferroviária no povoado de Água Preta, tendo como seu primeiro agente o Sr. Afrânio Calasans Amorim. Em 1915 foi inaugurada a agência postal e, no mesmo ano, Frei Lucas constituiu a igreja-matriz, cujo primeiro Vigário foi o Padre Granja.

Vista parcial da cidade.

Fazendo parte do distrito de Castelo Novo, do município de Ilhéus, o povoado de Água Preta foi elevado à sede do distrito do mesmo nome pela Lei municipal número 178, aprovada pela Lei estadual número 1 577, de 10 de agôsto de 1922. O Sr. Aurino Alves Ramos foi o primeiro escrivão de paz e o Sr. Francisco Manuel de Andrade o primeiro juiz de paz.

Em 1927 foi inaugurada a agência telegráfica, tendo como primeiro telegrafista o Sr. Aristóteles Pinto. Nesse mesmo ano circulou o semanário "O Ipiúna", sendo redator-chefe o Dr. Monteiro Lopes.

Por fôrça da Lei estadual número 2 212, de 12 de agôsto de 1929, foi elevado à categoria de vila e criado o município, desmembrado do de Ilhéus, sendo instalado a

Prefeitura Municipal.

20 de outubro do mesmo ano, por determinação do Decreto estadual número 6 529, de 11 de outubro de 1929.

Foi o município de Água Preta extinto pelo Decreto estadual número 7 071, de 10 de novembro de 1930, e o seu território reanexado ao do município de Ilhéus, fato êste que consternou a população.

Pelo Decreto estadual número 7 137, de 17 de dezembro de 1930, foi criada a subprefeitura de Água Preta, criação essa mantida pelo Decreto estadual número 7 489, de 9 de julho de 1931, sendo nomeado subprefeito o Sr. Afrânio C. Amorim. Em 1933 foi extinto o cargo de subprefeito, porém logo após o Dr. Eusígnio Lavigne, Prefeito de Ilhéus, criou o cargo de Administrador Distrital, sendo nomeado para preenchê-lo o Dr. José Coelho de Albuquerque, que o exerceu até 19 de novembro de 1937.

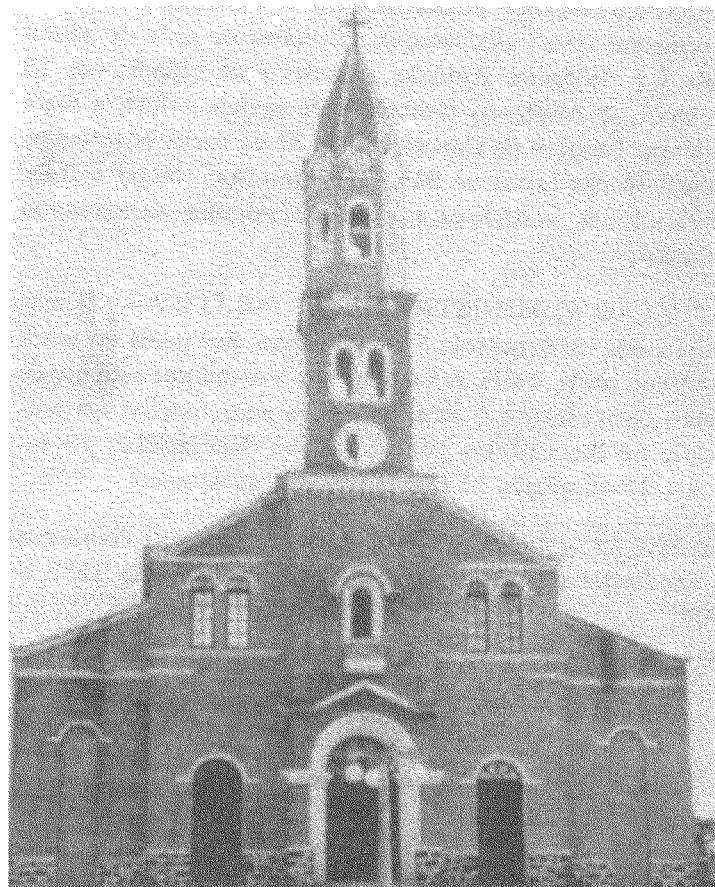
Em virtude do Decreto-lei estadual número 141, de 31 de dezembro de 1943, teve o seu topônimo mudado para Uruçuca e com êste nome foi restabelecido o município pela Lei estadual número 516, de 12 de dezembro de 1952, correndo sua reinstalação a 7 de abril de 1955.

A sua composição administrativa, de acôrdo com a Lei número 628, de 30 de dezembro de 1953, está constituída de distrito único: Uruçuca.

LOCALIZAÇÃO — O município de Uruçuca localiza-se na Zona Cacaueira da Bahia e limita com os municípios de Itajuípe, Ilhéus e Itacaré e com o Oceano Atlântico. São as seguintes as coordenadas geográficas da sede municipal: 14° 35' 27" de latitude Sul e 39° 17' 15" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 86 metros.

ÁREA — Município novo, ainda não se conhece a sua área, calculando-se, contudo, a sua extensão territorial em 450 km², aproximadamente.

Igreja-Matriz de N. S.ª da Conceição.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — É irregular a topografia do município. Os seus principais acidentes geográficos são a Serra Grande e os rios Água Preta e Tijuípe. A principal queda d'água é a cachoeira Pancada Formosa, no rio Água Preta, ainda sem aproveitamento.

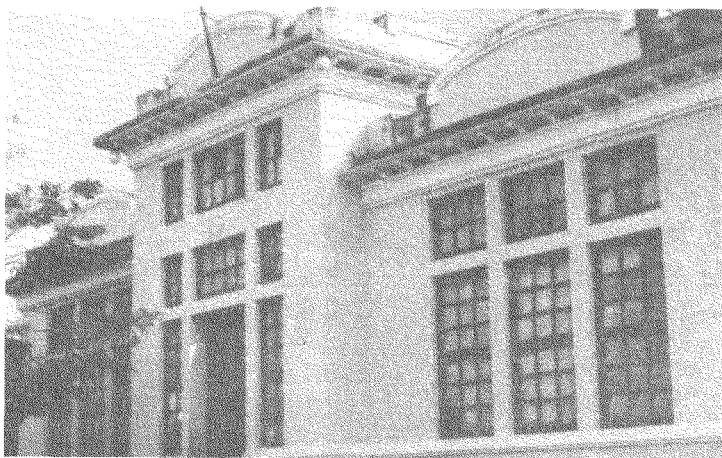
CLIMA — O clima do município é o característico da Zona Sul do Estado: quente no verão e úmido no inverno. O regime das chuvas é muito abundante. Em 1956, a temperatura na sede municipal foi a seguinte: média das máximas — 36,8°C, média das mínimas — 24,4°C e média compensada — 29,1°C. A precipitação máxima em 24 horas foi de 30,5 mm e a precipitação anual foi de 1 981 milímetros.

RIQUEZAS NATURAIS — As matas do município são a única riqueza natural.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, o então distrito de Uruçuca, pertencente ao município de Ilhéus, tinha uma população de 9 132 pessoas, sendo 5 068 homens e 4 064 mulheres. Dessa população, 64% localizavam-se na zona rural.

Aglomerações Urbanas — Em 1950, a vila de Uruçuca, atual cidade do mesmo nome, possuía uma população de 3 300 pessoas.

Outras Aglomerações — O principal povoado do município é Serra Grande com uma população aproximada de 120 pessoas.

ATIVIDADE ECONÔMICA — Segundo o Recenseamento de 1950, 30% das pessoas em idade ativa (10 anos e mais) estão ocupadas no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura". A agricultura é a principal atividade da popula-

Grupo Escolar.

ção do município, constituindo a lavoura do cacau ocupação fundamental. O valor da produção agrícola em 1955 foi de 163 510 milhares de cruzeiros, tendo o cacau contribuído com 155 505 milhares de cruzeiros, vindo em segundo lugar o côco-da-baía com 4 503 milhares de cruzeiros. Além dêstes dois produtos, cultivam-se também mandioca, café, borracha, laranja, aipim, banana, cana-de-açúcar, feijão, etc.

Pecuária — A população pecuária é pequena.

Indústria — O município produz aguardente, massas alimentícias, borracha laminada, doces diversos, farinha de mandioca, sola, telhas e tijolos. O valor da produção industrial em 1955 foi de 10 654 milhares de cruzeiros, salientando-se a produção de borracha laminada no valor de 6 250 milhares de cruzeiros.

Tem sede no município, próximo à cidade, a Estação Experimental do Instituto de Cacau da Bahia, onde funciona um Departamento Técnico-Agrícola do mesmo Instituto. Foi inaugurada recentemente na referida Estação Experimental uma Escola de Capatazes Rurais destinada à formação de administradores para propriedades agrícolas.

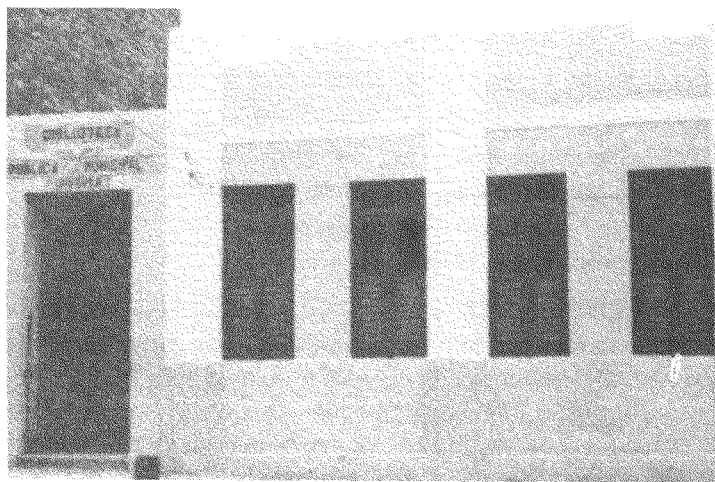
A Estação Experimental de Cacau de Uruçuca é mundialmente conhecida pelas suas atividades a respeito do cultivo do cacau.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Uruçuca liga-se à Capital Federal, à Capital Estadual e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal, via rodoviária — 1 540 quilômetros; à Capital estadual, via rodoviária — 495 km; às cidades de Ilhéus, via rodoviária — 72 km e ferroviária — 54 quilômetros; de Itabuna, via rodoviária — 42 km; de

Vista parcial da cidade.

Itacaré, via mista (ferroviária até Poiri — 43 quilômetros, vicinal de Poiri até Taboquinhas — 24 km e fluvial de Taboquinhas até Itacaré — 15 milhas).

O município é servido pela Estrada de Ferro de Ilhéus, pela Emprêsa de Viação Sul Bahiano e pelos Serviços Postais e Telegráficos do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — Existem na sede municipal 6 estabelecimentos comerciais atacadistas, 62 varejistas, 1 agência bancária e 1 Agência da Caixa Econômica Federal O comércio local mantém transações com as praças de Salvador, Rio de Janeiro, São Paulo, Pôrto Alegre, Recife, Aracaju, Ilhéus e Itabuna. O giro comercial em 1956 atingiu a importância de 75 175 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo oficial estabelecido para a região onde está situado o município em referência é de Cr$ 2 400,00.

Biblioteca Pública Municipal.

ASPECTOS URBANOS — A cidade de Uruçuca possui 28 logradouros, dos quais 23 pavimentados e 5 arborizados ou ajardinados. A rêde de iluminação elétrica estende-se a 24 logradouros e a de esgotos a 17. Possui a cidade 1 002 prédios, dos quais 394 estão servidos de luz elétrica e 133 beneficiados pela rêde de esgotos.

Funcionam na cidade 2 hotéis, 3 pensões, 1 cinema, 4 farmácias e 1 Agência Postal-Telegráfica instalada em 1915.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária à população é prestada por uma entidade Sanitária do Serviço Especial de Saúde Pública (S.E.S.P.), pelo Pôsto Médico do Instituto de Cacau da Bahia e pela Associação de Proteção à Maternidade e à Infância. Exercem suas atividades no município os seguintes profissionais: 4 médicos, 2 dentistas, 1 farmacêutico, 5 enfermeiros auxiliares e 8 agrônomos. Funcionam na sede municipal 4 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Encontra-se na sede municipal uma cooperativa de crédito.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo o Censo de 1950, 37% da população de 5 anos e mais sabiam ler e escrever.

Ensino — Em 1956 existiam no município 14 unidades do ensino primário fundamental comum, sendo 2 estaduais e 12 municipais. A matrícula inicial no referido ano foi de 700 alunos. Funciona também um estabelecimento que mantém curso comercial básico.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — A sede municipal possui 2 bibliotecas, sendo uma da Estação Experimental de Cacau, com 4 873 volumes, e outra da Prefeitura Municipal.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — A Estação Experimental do Cacau e a Escola de Capatazes constituem objeto de turismo, sendo a primeira muito visitada por quantos se interessam pela cultura do cacau.

CULTOS RELIGIOSOS — A paróquia foi criada em 1918 sob a invocação de Nossa Senhora da Conceição, e está subordinada à diocese de Ilhéus. O seu primeiro Vigário foi o padre Granja. Além da matriz, existem 5 capelas públicas e 3 semipúblicas.

São as seguintes as associações religiosas existentes na paróquia: Apostolado da Oração, Congregação Mariana, Cruzada Eucarística e Irmandade de São José. Existem, também, no município, 2 igrejas do culto protestante.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — As principais festas religiosas realizadas no município são: Natal, Ano-Bom, São João, São Pedro e a festa de Nossa Senhora da Conceição, padroeira da Cidade.

Entre os festejos profanos destacam-se o carnaval e a micareta.

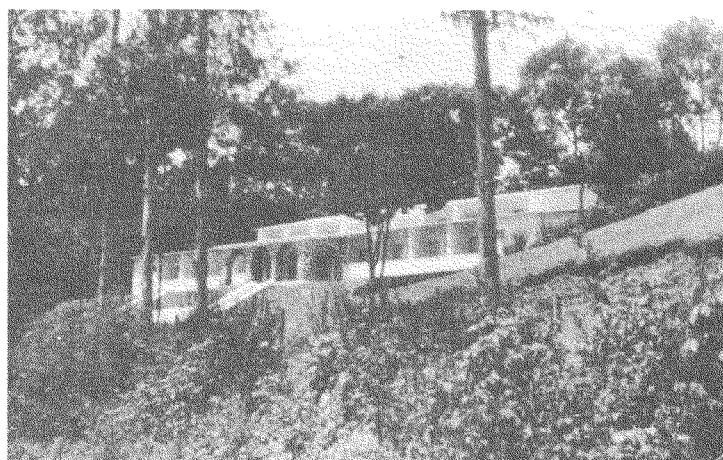
SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 2 743 eleitores inscritos, em 1954, tendo votado 930 pessoas nas eleições daquele ano.

Em 1956 havia 95 funcionários exercendo atividades em Uruçuca, sendo 5 federais, 10 estaduais, 27 municipais e 53 autárquicos.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro a seguir transcrito indica as cifras que foram arrecadadas pela União e pelo Estado, no biênio 1955-1956, bem como as que a própria comuna arrecadou e despendeu desde a sua criação.

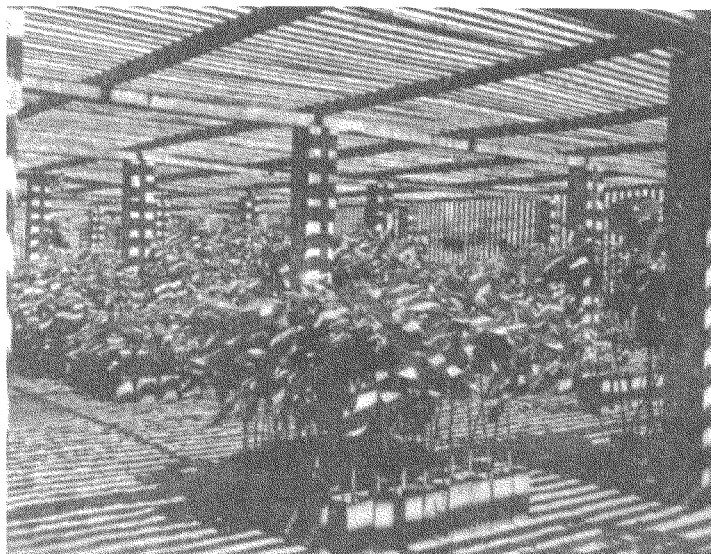
ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955	1 701	4 737	2 608	2 361	1 882
1956	2 084	4 718	3 413	2 592	3 540

JUSTIÇA — O têrmo foi criado com o nome de Água Preta, pertencente à comarca de Ilhéus, pelo Decreto número 2 212, de 12 de agôsto de 1929. Sua instalação ocorreu a 20 de outubro do mesmo ano, tendo sido seu primeiro

Rua Vital Soares.

Hospedaria dos Engenheiros.

Juiz Preparador o Dr. Ubaldo Geraldo Miguel e primeiro Adjunto de Promotor o Sr. José Fortunato de Oliveira.

O têrmo foi elevado, provisòriamente, a sede da comarca de Ilhéus pelo Decreto estadual número 6 781, de 29 de abril de 1930, permanecendo como tal até 1.º de julho do mesmo ano quando pelo Decreto estadual número 6 871 voltou a Ilhéus a sede da Comarca.

O têrmo foi extinto pelo Decreto estadual número . . 7 071, de 10 de novembro de 1930. Com a restauração do município pela Lei estadual número 516, de 12 de dezembro de 1952, foi o têrmo restaurado com o nome de Uruçuca e integrando a comarca de Ilhéus. O município possui 2 cartórios, sendo 1 do Registro Civil.

Estação Central de Experimentação de Cacau.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município continuam sendo chamados "aguapretenses". O Prefeito municipal em exercício é o Sr. Fernando Zaidan, e o Presidente da Câmara, o Sr. Joaquim Cancela Cerqueira.

O primeiro Prefeito do Município foi o Dr. João Rebelo de Matos. A primeira Câmara de Vereadores estava assim constituída: Agripino Soares, Francisco Andrade, João Gualberto Teixeira, Afrânio C. Amorim, Manoel Caldas Júnior, Osvaldo Jacques, Mário Rodrigues da Silva e Aluísio Cardoso Guimarães, todos eleitos em 1929.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Teófilo Santa Cruz Santos Silva; Chefe da Agência de Estatística — José Andrade Montalvão.)

UTINGA — BA

Mapa Municipal no 8.º Vol.

HISTÓRICO — Quando os jesuítas internaram-se pelos sertões baianos em missão catequista e exploraram as matas do Cincorá, nas cabeceiras do rio Paraguaçu, descobriram em 1551 as nascentes do rio Utinga, zona fertilíssima. Acredita-se que tenha sido esta a primeira penetração no território do atual município e da qual resultou o povoamento da região e o aparecimento de fazendas de criação.

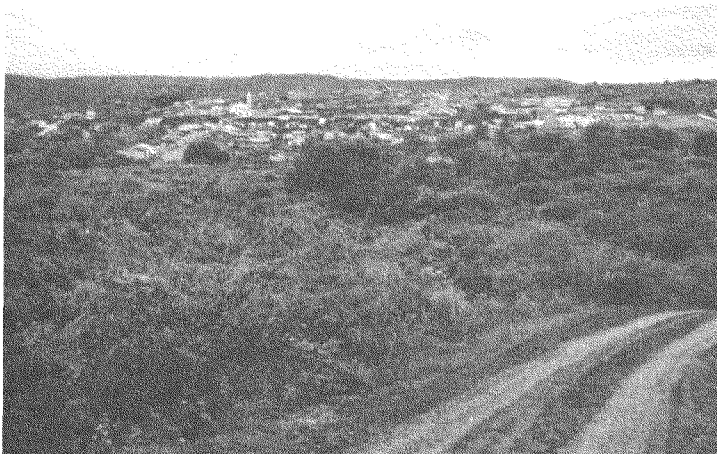
Depois da descoberta das minas de pedras preciosas, notadamente em Lençóis e Estiva, a partir de 1845 começou a haver pelo território movimentada passagem de aventureiros que para elas se dirigiram. O local em que se acha edificada a sede do município passou então a servir de pouso aos viajantes que demandavam às Lavras Diamantinas, formando-se um povoamento com o nome de Palhas.

No ano de 1887, a Lei provincial de 22 de novembro criou em território do atual município, a freguesia de Bom Jesus da Boa Esperança do Riachão de Utinga, hoje com sede na cidade de Utinga. Sediado no arraial do mesmo nome e pertencendo ao município de Morro do Chapéu, a Lei de 7 de julho de 1888 criou o distrito de paz de Riachão de Utinga.

Posteriormente, o povoado de Palhas veio a servir de reduto de malfeitores chefiados por Hermenegildo Sousa Santos e vindos das Lavras Diamantinas, obrigando o Govêrno Estadual a intervir várias vêzes a fim de afugentá-los, culminando com a destruição do povoamento por fôrças policiais que incendiaram o arraial em 1905.

A reconstrução do povoado de Palhas pelos seus moradores não tardou, tomando parte destacada o então proprietário das terras Joviniano Bastos e os irmãos Isidro e Manoel de Sousa Santos. Nasceu assim o arraial Bela Vista de Utinga.

Em 1916, por fôrça da Lei municipal n.º 97, de 11 de abril, emanada de Morro do Chapéu e aprovada pela Lei estadual n.º 1 209, de 2 de agôsto de 1917, foi o povoado de Bela Vista de Utinga elevado à categoria de vila e criado o distrito dêste nome, com território desmembrado do distrito de Riachão de Utinga.

Em 30 de novembro de 1938, o Decreto estadual número 11 089 simplificou o topônimo de Bela Vista de Utinga para Bela Vista e o Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, modificou a denominação do distrito e da sua sede para Utinga.

Vista panorâmica da cidade.

A necessidade de melhoramentos urbanos e a falta de escolas fizeram com que, em 1945, surgisse a idéia da emancipação de Utinga, liderada pelo Vigário local, padre João Ramos, idéia que se concretizou por fôrça da Lei estadual n.º 550, de 27 de março de 1953, que criou o município de Utinga, com território desmembrado do de Morro do Chapéu, e elevou a vila à categoria de cidade. Por essa lei ficou o município composto administrativamente dos distritos de Utinga e Riachão de Utinga. A sua inauguração ocorreu a 7 de abril de 1955.

De acôrdo com a Lei estadual n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, que fixou a divisão administrativa do Estado para o qüinqüênio 1954-1958, a composição administrativa do município é de dois distritos, Utinga e Riachão de Utinga.

LOCALIZAÇÃO — O município localiza-se na Zona Fisiográfica da Chapada Diamantina e está totalmente incluído no "Polígono das Sêcas", fazendo parte o seu território do vale do rio Utinga. Limita com os municípios de Lençóis, Morro do Chapéu, Mundo Novo e Ruy Barbosa. A sede municipal apresenta as seguintes coordenadas geográficas: 12° 05' 10" de latitude Sul e 41° 05' 28" de longitude W.Gr.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 550 m.

ÁREA — A área está estimada em 2 400 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — A topografia municipal é acidentada pelos contrafortes da Chapada Diamantina. Os principais rios que banham o município são o Utinga e o Mucambo, formando o primeiro o fertilíssimo vale do Utinga.

CLIMA — O clima é subtropical. A temperatura na sede do município em 1956 apresentou as graduações seguintes: máxima de 38°C, mínima de 18°C e média compensada de

26ºC. A precipitação pluviométrica anual de 1956 é estimada em 1 150 mm, com o máximo de 90 mm em 24 horas.

RIQUEZAS NATURAIS — A fauna é rica em animais silvestres (onça, gato do mato, veado caatingueiro, caititu, paca e aves). A flora apresenta reservas de madeiras de lei e é rica em lenha, plantas medicinais e oleaginosas. Há jazidas de diamantes, tabatinga e pedras calcárias, estando as duas últimas em exploração.

POPULAÇÃO — Segundo o Recenseamento de 1950, a população dos distritos de Utinga e Riachão do Utinga, pertencentes naquele ano ao município de Morro do Chapéu, era de 12 116 habitantes, com a densidade demográfica calculada em 5,04 habitantes por quilômetro quadrado. Os 85% da população localizavam-se no quadro rural. Estimativa populacional consigna 13 000 habitantes para o ano de 1957.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — Existiam no ano de 1950 dois aglomerados urbanos com a seguinte população: vila de Utinga com 1 650 habitantes e Riachão de Utinga com 152.

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e da vila, o município conta, os seguintes principais povoados cujas populações estimadas para o ano de 1957 vão entre parênteses: Cabeceira do Rio (500), Bonito (450), São Roque (250), Mulungu (200), Buriti e Cambuí (190 cada), Lagoa Bonita e Umburanas (150 cada).

ATIVIDADE ECONÔMICA — Das pessoas em idade ativa (10 anos e mais), conforme os dados do Censo de 1950, 38% estavam ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura".

A atividade fundamental à economia do município é a agricultura, destacando-se as culturas de mandioca e café.

Contribui destacadamente para a economia local a existência de armazéns para compra em grosso de fumo em fôlha. É largamente praticado o beneficiamento e seleção dêste produto.

Agricultura — O valor da produção agrícola no ano de 1955, embora prejudicada pela sêca, elevou-se a 6 691 milhares de cruzeiros, aparecendo nos primeiros lugares 3 900 toneladas de mandioca e de café (10 000 arrôbas), no valor de 2 340 e 2 000 milhares de cruzeiros, respectivamente. Produz ainda cana-de-açúcar, mamona, fumo em fôlha, feijão, milho, banana, cebola, aipim, frutas e côco. Salvador e Rui Barbosa são os principais centros compradores dos produtos agrícolas do município.

Praça da Conceição.

Vista panorâmica da cidade.

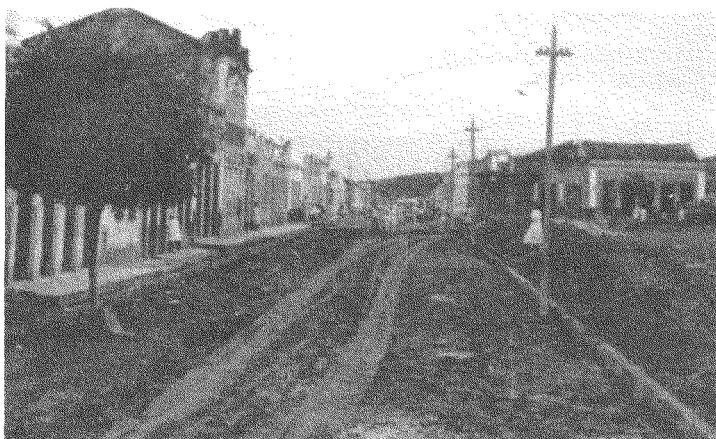
Pecuária — A atividade pecuária é praticada em pequena escala, com a criação do gado em campo aberto. Os efetivos pecuários estão estimados para 1956 em 1 200 bovinos e 1 000 suínos. Os caprinos, asininos e ovinos são em pequena quantidade.

Indústria — A atividade industrial é verificada através de pequena fabricação de cal, tijolos e telhas, bem como no preparo rotineiro da farinha de mandioca, existindo ainda atividades ligadas à extração de pedra calcária e tabatinga. O valor da produção industrial em 1955 foi de 1 956 milhares de cruzeiros, colocando-se nos primeiros lugares a produção de farinha de mandioca e cal. Produz também aguardente e rapadura. Na indústria extrativa, a produção de tabatinga foi de 25 milhares de cruzeiros.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — O município é servido de estradas carroçáveis, paralisando-se o tráfego rodoviário pelo inverno. A cidade liga-se, via rodoviária, às seguintes localidades: à Capital Federal (1 069 quilômetros); à Capital do Estado (434 km); às cidades vizinhas de Lençóis (127 km), de Morro do Chapéu (90 km), de Mundo Novo (96 km) e de Rui Barbosa (90 km). Localiza-se na cidade de Utinga uma agência postal-telegráfica do Departamento dos Correios e Telégrafos.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transações principalmente com as praças de Salvador e Rui Barbosa. Existiam, no ano de 1956, 99 estabelecimentos comerciais varejistas e 1 atacadista em todo o município. O giro comercial atingiu a 15 375 milhares de cruzeiros no referido ano. O salário-mínimo oficial estabelecido para a região onde se situa o município é de Cr$ 2 200,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está construída em local de topografia pouco acidentada, sendo banhada pelo rio Utinga. Possui 14 logradouros, dos quais a Praça Coronel Dias Coelho é a mais importante. O total de prédios em 1956 era de 559, dos quais 90 se acham ligados à rêde de energia elétrica. Foram registrados na Prefeitura Municipal 3 automóveis e 5 caminhões em 1956. Existem 1 pequeno cinema e 2 pensões na cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — Exercem a profissão na cidade 1 dentista e 1 médico. Existe 1 farmácia na sede municipal.

Praça C.el Dias Coelho.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Presta assistência aos pobres a Conferência São Vicente de Paula, sediada na cidade de Utinga.

ALFABETIZAÇÃO — Segundo os dados do Censo de 1950, sabiam ler e escrever 21% da população de 5 anos e mais dos distritos de Utinga e Riachão de Utinga, que àquela época pertenciam ao município de Morro do Chapéu.

ENSINO — A rêde escolar do ensino primário fundamental comum é constituída de 16 unidades escolares, com cêrca de 650 alunos matriculados. O principal estabelecimento do ensino primário é o das Escolas Reunidas Estaduais na cidade de Utinga.

CULTOS RELIGIOSOS — É sede da paróquia de Senhor Bom Jesus da Boa Esperança do Riachão de Utinga, criada em 22 de novembro de 1887, subordinada à diocese de Bonfim. Além da igreja-matriz, existem 9 capelas. Do culto não católico há 1 templo na cidade.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — A festa religiosa mais importante é a realizada no mês de março em louvor ao padroeiro da cidade, constando de novena, missa solene com pregação sacra e procissão, no mês de março. Os festejos populares mais animados — São João e São Pedro — são realizados no mês de junho, guardando ambos os costumes tradicionais. Ocorrem em casas de família "sambas de matutos".

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 1 420 eleitores inscritos e dêstes 1 320 votaram nas eleições de 1954. São 7 os vereadores na Câmara Municipal. No ano de 1956 ravia 22 funcionários públicos civis, assim distribuídos: 11 estaduais, 10 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa o demonstrativo da arrecadação pública e da despesa realizada pela municipalidade no período 1955-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1955.......	—	994	844	203	172
1956.......	—	943	1 008	341	391

JUSTIÇA — Utinga continua na situação de distrito judiciário da comarca de Morro do Chapéu. Compreende 4 cartórios, sendo 2 do Registro Civil.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — OS naturais do município denominam-se "utinguesenses". O topônimo Utinga deriva do rio dêsse nome, que nasce no território municipal, banhando a cidade, e significa "a água ou rio branco".

O Prefeito em exercício, que também é o primeiro que teve êste município, é o Sr. Otávio Monteiro, e o Presidente da Câmara de Vereadores eleito para o período legislativo iniciado a 7 de abril de 1957 é o Sr. Teotônio José de Sousa. A primeira Câmara de Vereadores compõe-se dos seguintes Srs.: Teotônio José de Sousa (Presidente), Francisco Luís da Rocha, Antônio Luís da Silva, Pedro Cedro Ferreira, Benedito de Oliveira Mirna, Francisco da Costa Manduruca e Guaraci Simões de Andrade.

No ano de 1957 foi iniciada pelo Govêrno Federal a irrigação do fertilíssimo vale do rio Utinga, encontrando-se os serviços em fase de desmatamento e saneamento.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística Municipal por José P. Tôrres Filho; Chefe da Agência de Estatística — Gérson Nascimento.)

VALENÇA — BA

Mapa Municipal na pág. 45 do 6.º Vol.

HISTÓRICO — O atual território do município de Valença, por ocasião do descobrimento do Brasil, era habitado por indígenas tupiniquins, de índole relativamente pacífica.

Quando D. João III, rei de Portugal, em 1534, dividiu o Brasil em Capitanias Hereditárias, aquela área ficou pertencendo à Capitania de Ilhéus, sob a jurisdição da vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu, local onde se fêz o primeiro povoamento.

Entre as pessoas que vieram povoar, — provàvelmente no govêrno de Mem de Sá, de 1557 a 1571 —, o território em aprêço, ocupava lugar proeminente Sebastião Pontes, homem rico e prestigioso que já possuía dois engenhos de açúcar no Recôncavo da Bahia. Valiosos empreendimentos, para a época, promoveu Sebastião de Pontes no território: fundou um curral no local que ainda hoje conserva o mesmo nome — Ponta do Curral — defronte a vila extremidade da ilha de Tinharé, onde se localizava a vila de Nossa Senhora do Rosário de Cairu; construiu na primeira cachoeira do rio Una, a duas léguas de sua foz, um novo e grande engenho de açúcar, muito bem servido de casas de vivenda e de purgar, e também, uma formosa igreja, sob a invocação de São Gens, com três capelas de abóbada.

Vieram, também, por aquêle tempo, muitos moradores estabelecer-se nas terras banhadas pelo rio Una, com fazendas de cana e mantimentos. Além dêsses moradores civilizados, havia, também, na vizinhança do engenho, uma aldeia de aborígines subordinados a Sebastião de Pontes.

Era o potentado Sebastião de Pontes, homem honrado, porém de gênio arrebatado e violento, acostumado à luta armada, havendo tomado parte em expedições contra os indígenas. Não costumava transigir com quem quer que o ofendesse ou contrariasse.

Aconteceu por êsse tempo (provàvelmente em 1573, ou 1574), segundo reza a tradição, aparecer um mascate no engenho de Sebastião de Pontes e a êste fêz ofensa de que

resultou mandar açoitá-lo e, a ferro quente, marcá-lo numa das espáduas.

Conta-se que o mascate, tempos depois em Portugal, alcançou meio de apresentar-se ao Rei quando êste ia à missa; deixou cair a capa, única cobertura que levava sôbre os ombros, mostrando-lhe o ferrête ignóbil e, com muitas lágrimas, implorou-lhe justiça. Foram imediatamente transmitidas ordens para a Capital do Brasil, sôbre a prisão e envio, para Lisboa, de Sebastião de Pontes.

Temeroso de enfrentar Sebastião Pontes, em seus domínios, fêz o govêrno real ir ao Morro de São Paulo um navio de guerra, sob o pretexto de arribado. Seu comandante visitou Pontes no engenho do Una e, ardilosa e traçoeiramente, convidou-o para uma visita ao navio. Sebastião de Pontes atraído para bordo, quando ali almoçava foi, então, inteirado da verdade, metido a ferros e transportado para Lisboa. Recolhido à cadeia do Limoeiro, ali acabou seus dias.

Praça Barão Homem de Melo.

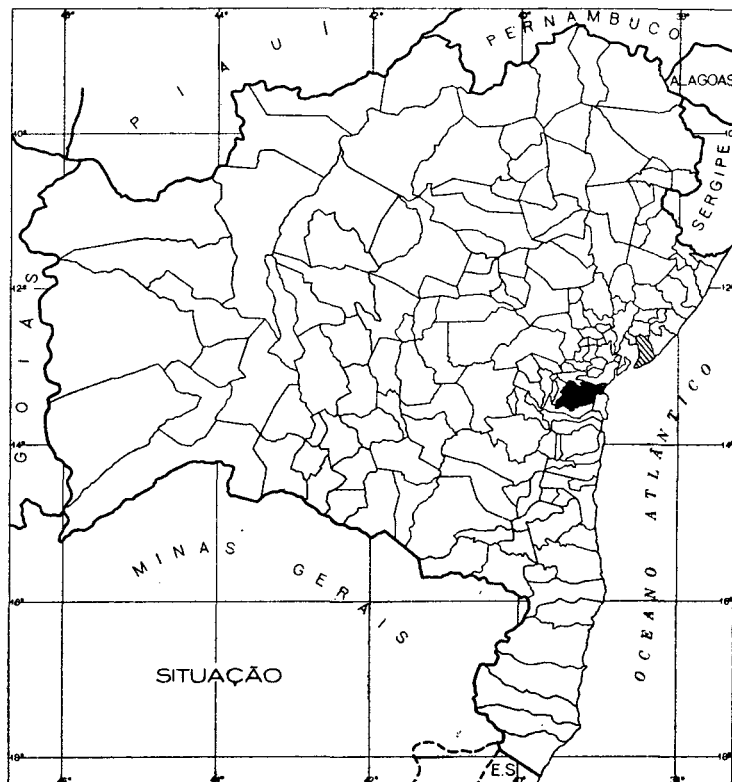
Desta maneira, desapareceu do Una o primeiro homem empreendedor que lhe deu prosperidade. Daí, invadida a região pelos índios aimorés, de índole bravia, feneceu o progresso introduzido e ampliado por Sebastião de Pontes, e ficou obstada por muito tempo a colonização do território de Valença. Como, porém, tais indígenas ignorassem a arte de navegar, retiraram-se os habitantes para as ilhas de Tinharé, Cairu e Velha Boipeba, onde permaneceram.

Anos depois, já no século XVIII, após sangrentas represálias aos aimorés pelos bandeirantes do paulista João Amaro Maciel Parente, reencentou a localidade fase de progresso, que justificou a proposta do Ouvidor da Comarca de Ilhéus — desembargador Baltazar da Silva Lisboa — ao govêrno, para a criação de uma vila na então povoção do Una.

Aprovoda a proposta do Ouvidor, foi determinada, pela Carta régia, de 23 de janeiro de 1799, a criação da vila de Nova Valença do Santíssimo Coração de Jesus, com território desmembrado do município de Cairu. Ocorreu sua instalação a 10 de junho do mesmo ano, com a presença do dito desembargador, que sugeriu a construção da igreja do Santíssimo Coração de Jesus. Uma vez concluída tornou-se matriz da freguesia, em 26 de setembro de 1801.

Por fôrça da Resolução n.º 368, de 10 de novembro de 1849, a sede municipal recebeu fôro de cidade, sob a denominação de Industrial cidade de Valença.

Sua composição administrativa atual, de acôrdo com a Lei n.º 628, de 30 de dezembro de 1953, consiste em quatro distritos: Valença, Guerém, Maricoabo e Serra Grande.

LOCALIZAÇÃO — Valença está situado na Zona Geoeconômica Cacaueira. Limita ao norte com os município da Laje e do Jaguaripe; ao sul, com o de Taperoá; a leste com o Oceano Atlântico e o município de Cairu, e a oeste com o de Mutuípe. A sede possui as seguintes coordenadas geográficas: 13° 22' 08" de latitude Sul e 39° 04' 20" de longitude W.Gr. Dista 73 km da Capital do Estado, em linha reta, e fica no rumo S.O.S., partindo da mesma.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

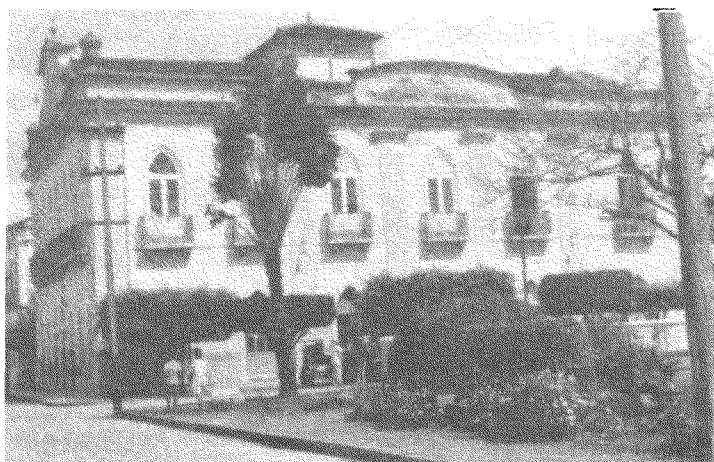
ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de 50 metros. Entretanto, a zona do pôrto da cidade tem altitude muito menor. Há na Praça Barão Homem de Melo um marco plantado no centro de uma rosa-dos-ventos, feito de conchas, obra artística mandada construir pela Prefeitura, onde se vêem as coordenadas da cidade, em letras de bronze. Ùltimamente, a Secção de Nivelamento do Conselho Nacional de Geografia colocou na rodovia BR-5 os marcos seguintes: um, na ponte de concreto sôbre o rio do Braço, com altitude de 143,6707 m; outro, no entroncamento da rodovia BR-5, com a variante que a liga à sede municipal, com a altitude de 146,4128 m. Além dêstes, há mais cinco, colocados na rodovia referida, os quais marcam níveis, cuja altitude máxima é de 185,7141 m.

ÁREA — A área municipal mede 1 809 km².

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — Os principais acidentes são os rios: Una, Graciosa, Braço, Piau, Jiquiriçá, Unamirim, Quebra Machado e Pitanga. Há as cachoeiras do Candengo, Água Branca, Sarapuí e Alta. Lagoas: Dourada, São Fidélis e Derradeira. A serra do Abiá é a principal do sis-

tema orográfico, na qual está o ponto mais elevado do município.

CLIMA — É variável; mesmo no verão, a precipitação pluviométrica é alta. A temperatura é amena. A média das máximas em 1956 alcançou 30°C; das mínimas, 14°C e a temperatura média, 17°C.

RIQUEZAS NATURAIS — É riquíssimo em florestas, onde abundam madeiras para construção, móveis e fins industriais. Salienta-se como o maior produtor econômico a palmeira do dendê ou, simplesmente, o dendêzeiro, que produz o côco de que se extrai o óleo ou "azeite-de-dendê"; os indígenas chamavam-no "caiaué". O dendêzeiro foi trazido da África e espalhou-se da Bahia para o Norte.

Prefeitura Municipal.

Há também, em abundância, a palmeira piaçava, no litoral norte. É grande a extração de madeira de lei e para construção. Sua costa, vizinha ao tradicional Morro de São Paulo, é muito piscosa; verifica-se grande produção de peixe. Quanto às riquezas minerais, é patente a existência de cristal de rocha, ferro, mica e indícios de água marinha; todos êsses minerais, porém, inexplorados.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo o Recenseamento Geral de 1950, era de 33 057 habitantes, sendo que o número de mulheres era 16 922, enquanto havia 16 135 homens. Predominava o número de pessoas pardas, que era de 17 257, seguidos pelos indivíduos pretos, que atingiam 8 466, e por 7 308 brancos. Existiam 10 449 solteiros; 7 670 casados, 3 desquitados e 1 340 viúvos. Os 62,58% da população localizavam-se na zona rural. A densidade demográfica era de 18,27 hab. por km^2. A estimativa da população para 1957 atinge 35 687 habitantes.

AGLOMERAÇÕES URBANAS — A população da cidade, segundo o Recenseamento de 1950, totalizava 11 492 habitantes; dêstes, 5 258 eram homens e 6 234 mulheres. Apenas 5 490 sabiam ler e escrever, sendo 2 563 homens e 2 927 mulheres. É uma das mais populosas cidades do Estado, estimando-se que em 1957 tenha atingido 13 000 habitantes. A população das vilas é a seguinte: Guerém — 122 hab., Maricoabo — 671 e Serra Grande — 85 .

OUTRAS AGLOMERAÇÕES — Além da cidade e das vilas existem os principais povoados abaixo, cuja população é a seguinte: Abiá 700 hab., Guaíbim — 350 hab., Itabaína — 250 hab., Sarapuí — 190 hab., Aristides Queiroz — 120 hab. e Moenda — 110 hab.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — A produção industrial elevou-se em 1955 ao valor de 111 315 milhares de cruzeiros. É, sem dúvida, a mais importante atividade econômica do município, sendo a principal indústria representada pela fábrica de tecidos Nossa Senhora do Amparo, a primeira indústria brasileira de fiação e tecelagem movida à fôrça de turbinas hidráulicas. Emprega, em média, 1 800 operários. Seguem-se serrarias, fábricas de móveis, centenas de pequenos estabelecimentos produtores de azeite-de-dendê e casas de farinha de mandioca.

Em seguida, vem a produção extrativa vegetal, que alcançou em 1956 a quantia de 82 842 milhares de cruzeiros; o maior valor foi fornecido pelas madeiras de lei, num total de 33 milhões. O azeite-de-dendê alcançou a casa de 28 milhões.

A produção animal fêz-se representar pelo pescado, que, em 1956, contribuiu com 194 000 quilogramas, no valor de 5 820 milhares de cruzeiros.

Destaca-se também a produção agrícola, que tem o seu maior volume na lavoura da mandioca, da qual é um dos grandes produtores do Estado. Plantada em grande escala, é cognominada de "lavoura de pobre", em virtude da facilidade de obtenção das sementes, do plantio e da fabricação da farinha para o próprio consumo do lavrador. Produz também o município cacau, café, cravo-da-índia, cana-de-açúcar. Essa produção agrícola foi avaliada, em 1955, em 60 106 milhares de cruzeiros. A Inspetoria Regional de Fomento Agrícola mantém um Campo de dendê com a finalidade de fomentar a sua cultura.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÃO — A cidade de Valença liga-se à Capital Federal por via aérea, no percurso de 1 298 km e por estrada de rodagem no de 1 659 km; à Capital do Estado, por via aérea — 90 km; por via marítima — 51 mi; por rodovia — 320 km, e por via mista: rodovia — 80 km, ferrovia — 64 km, e via marítima — 21 mi. Às cidades vizinhas de: Cairu, por via marítima e fluvial na extensão de 9 mi; Laje, rodovia — 80 km e ferrovia — 56 km; Jaguaripe, via mista (vicinal 42 km e fluvial 9 mi), Mutuípe, por via mista: rodovia — 80 km e ferrovia — 75 km; Taperoá, por via marítima — 12 mi e rodovia — 24 km. Há um campo para pouso de aviões, ainda não totalmente construído, e um pôrto marí-

Trecho do pôrto da cidade.

Trecho da Praça Barão Homem de Melo.

timo, importante para o município, utilizado por embarcações de vela e barcos a motor. Servem o município, também, duas emprêsas rodoviárias de transporte coletivo. A rodovia Salvador—Espírito Santo corta o município passando pelos povoados de Aristides Queiroz, Riacho do Meio, Moendas e Abiá.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio local mantém transação, principalmente, com a praça de Salvador, Capital do Estado. Ùltimamente, recebe mercadorias, em transporte rodoviário, do Rio e São Paulo; para aquêles centros remete diretamente em pequena escala azeite-de-dendê.

Há 18 estabelecimentos atacadistas e 163 varejistas. Na sede municipal, funcionam três estabelecimentos bancários: o Banco de Crédito Agrícola e Popular de Valença, inaugurado em 24 de dezembro de 1948, a agência do Banco Econômico da Bahia S.A., instalado em 29 de julho de 1952 e uma agência da Caixa Econômica Federal. O giro comercial atingiu, em 1956, 87 050 milhares de cruzeiros. O salário-mínimo fixado para o município é de .... Cr$ 2 400,00.

ASPECTOS URBANOS — Valença é cortada pelo rio Una, que a divide ao meio, mas é servida por uma ponte de cimento armado, com parte móvel para permitir o trânsito de embarcações. É freqüentada por habitantes da Zona, que ali encontram confôrto em dias de repouso.

Funciona excelente cinematógrafo, sem dúvida, o único, no interior do Estado, que possui cadeiras acolchoadas, ar renovado, tela panorâmica e demais condições de comodidade.

Há também ótimo hotel, com apartamentos, e três outros bem organizados, dispondo de quartos individuais equipados com colchões de mola, etc.

Conta a cidade duas ótimas sorvetarias e onze bares de freqüência ininterrupta durante o dia e até alta noite. É quase tôda calçada, no centro; tem 86 logradouros, dos quais 33 são pavimentados; 78 dêles têm iluminação elétrica; 37, água canalizada e 17 acham-se ligados à rêde de esgotos. Há; 2 851 prédios, sendo que 2 161 dispõem de iluminação elétrica, 661 de água canalizada e 648 servidos também de esgotos.

Dentre os logradouros mais importantes, salienta-se a Praça Barão Homem de Melô, onde estão o Paço Municipal, a Sociedade Recreativa dos Empregados da Companhia Valença Industrial e o pôrto. Opera na cidade uma estação de radiocomunicação da Secretaria de Segurança Pública.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — O hospital da Santa Casa de Misericórdia, fundado em 1860, atende não só ao município como, também, às zonas vizinhas e dispõe de bem organizada casa de saúde, cuja renda contribui para sua manutenção. O primeiro tem 59 leitos para indigentes, e a segunda, 33 para pensionistas. Em 1956, foram internados 684 indigentes, e atendidos sem internamento 2 422 pacientes. Possui moderna sala de operações e ótimo aparelho de raios X. Existe ainda um Pôsto de Higiene Estadual.

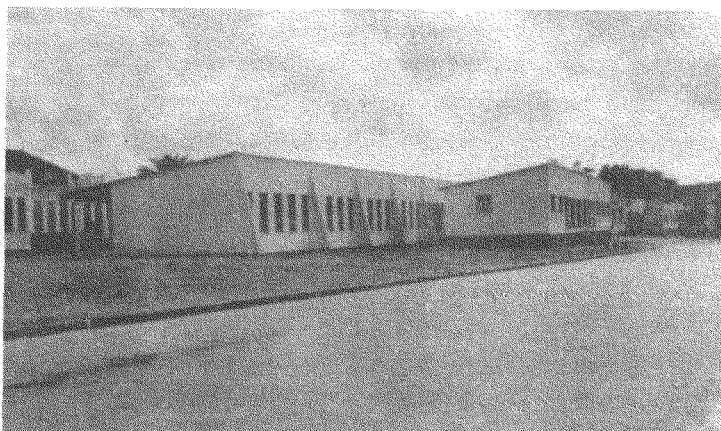
Exercem suas atividades em Valença 6 médicos, 5 dentistas, 3 farmacêuticos, 1 enfermeiro e 1 parteira, êstes dois últimos também, diplomados.

O município integra o Setor n.º 1, com sede em Salvador, do Departamento Nacional de Endemias Rurais.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — Há um Pôsto de Puericultura, mantido pela L.B.A., e o Albergue Noturno, pela Prefeitura Municipal. Além destas instituições, há, também, a Bôlsa de Caridade Valenciana, que funciona desde 1904, prestando auxílio a ilimitado número de pessoas. Cooperativas existem em número de 4: uma de consumo, uma de crédito, uma de produção e uma cultural. Merecem relêvo a de consumo, dos empregados da Fábrica de Tecidos Nossa Senhora do Amparo, por seu alto giro comercial, e a de Crédito Agrícola e Popular de Valença, que realizou em 1956 empréstimos no valor de 4 966 milhares de cruzeiros. Dois Sindicatos de empregados funcionam congregando cêrca de 1 465 associados.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os resultados do Censo Demográfico de 1950, as pessoas de 5 anos e mais eram em número de 27 724; destas sabiam ler e escrever 7 338, sendo que 3 575 eram homens e 3 763 mulheres. Na sede municipal, das 11 492 pessoas existentes, apenas sabiam ler e escrever 5 490, 2 563 delas, homens e 2 927, mulheres.

ENSINO — Em 1956, funcionaram no município 22 escolas estaduais, 28 municipâis e 10 particulares, com cêrca de 2 500 alunos matriculados. São todos estabelecimentos de ensino fundamental comum, merecendo destaque o Grupo Escolar Estadual Zacarias de Góes; 15 dêles se localizam no Interior. Existe um estabelecimento de ensino médio, o Ginásio de Valença, que mantém curso ginasial e pedagógico. Há duas escolas de dactilografia e duas de música. Tem sede no município a 8.ª Circunscrição de Inspetores e Auxiliares de Ensino da Secretaria de Educação.

Sede da Sociedade Recreativa dos Operários da C.V.I.

Praça 2 de Julho.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há dois jornais: o hebdomadário "A SEMANA" e o quinzenário "VALENÇA OFICIAL", órgão da Prefeitura, atualmente com a circulação suspensa. Bibliotecas, há a da Prefeitura Municipal, denominada "Ruy Barbosa", com acima de 1 000 volumes; a da Agência de Estatística com número superior a 700 volumes, denominada "JOSÉ MALTA", e a do Grêmio Gonçalves Dias com pouco mais de 500 volumes, pertencente ao ginásio local. Funcionam 5 clubes de futebol, 2 lítero-esportivos, a Sociedade Rotariana, a Loja Maçônica e a Liga Desportiva.

CULTOS RELIGIOSOS — A cidade é sede de paróquia consagrada ao Sagrado Coração de Jesus, cuja fundação data de 26 de setembro de 1801. Está subordinada à Diocese de Ilhéus. Além da igreja-matriz há no município duas igrejas e vinte e duas capelas. Do culto não católico existem três templos protestantes e um espírita.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS, FOLCLÓRICAS E EFEMÉRIDES — No mês de novembro, é celebrada a festa em homenagem à Virgem do Amparo. Tem caráter regional e atrai à cidade habitantes de vários municípios, inclusive o da Capital do Estado.

A igreja fica no alto de uma colina, donde se avista o mar e para o qual está voltada. A festa é organizada pelos operários. Em razão da distância a que fica do centro, nos dias da novena e no da festa, circulam ônibus para condução do povo.

No adro é armado um coreto, onde tocam as filarmônicas locais. Levantam-se barracões para venda de comidas e bebidas. Consta a festa, além dos folguedos seculares, de missa e procissão. Em janeiro, no dia de Reis, é organizado o "bumba-meu-boi", que, ao som de cânticos, com bombos, percorre a cidade e visita as casas de pessoas bem consideradas. Em dezembro, surge a "Zabiapunga", pela madrugada, vinda do distrito de Maricoabo. É formada por um grupo de mascarados, que, em duas filas, percorre as ruas, acompanhado de populares; tocam caixas e tambores, batem em enxadas e fazem soar búzios; provocam grande ruído, despertando os citadinos, que chegam à janela, estremunhados, para ver o grupo dos excêntricos foliões.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — Em 1956, existiam 6 174 eleitores inscritos, tendo votado 4 877 pessoas no último pleito de 1954.

O Legislativo é composto de 12 vereadores.

O número de funcionários públicos é o seguinte: federais 16; estaduais 62; municipais 110; autárquicos 17.

FINANÇAS PÚBLICAS — No quadro infra resume-se a situação das finanças no setênio de 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	2 764	1 343	1 368	1 176	1 438
1951	2 822	1 958	1 628	1 145	1 520
1952	3 911	1 998	1 916	1 617	1 822
1953	4 945	2 623	2 410	1 763	619
1954	6 481	2 874	2 307	1 837	2 539
1955	8 617	4 336	3 269	2 500	2 892
1956	10 196	4 599	4 385	3 095	4 292

JUSTIÇA — A comarca inicialmente abrangia os têrmos de Valença, Cairu, Nilo Peçanha e Taperoá.

Em virtude do Decreto-lei estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, perdeu o têrmo de Nilo Peçanha; o de Taperoá, por fôrça do Decreto-lei estadual n.º 519, de 19 de junho de 1945, foi também desanexado.

Atualmente é comarca de 3.ª entrância compreendendo os têrmos de Valença e Cairu.

Conta 9 cartórios, sendo 5 do Registro Civil. Foram julgados em 1956, 233 feitos assim distribuídos: no cível 176, no crime 45 e outros 12.

VULTOS ILUSTRES — O estadista *Ângelo Moniz da Silva Ferraz,* nascido em 1812, faleceu em Petrópolis, em 1867. Diplomado em Direito pela Escola de Olinda, foi promotor público na Capital, juiz de direto em Jacobina; deputado provincial; deputado geral, inspetor da alfândega, no Rio; juiz dos feitos da Fazenda, presidente da Província do Rio Grande do Sul; ministro da Fazenda, ministro da Guerra, no Gabinete Olinda, passando em seguida ao Gabinete do seu conterrâneo Zacarias. Preparou a rendição de Uruguaiana, em que Estigarriba com seu exército se rendeu às nossas armas, entregando a espada a D. Pedro II. Recebeu por êsse fato o título de Barão de Uruguaiana. Foi orador notável; possuía vasta erudição e grande competência administrativa. No Senado, foi uma das maiores figuras do seu tempo.

Zacarias de Góis e Vasconcelos (1815-1877). Foi outro notável estadista brasileiro. Diplomou-se e doutorou-se em Olinda, onde foi professor. Presidiu às províncias de Sergipe, Piauí e Paraná. Foi deputado em várias legislaturas, representando ora o Paraná, ora Sergipe e ora a Bahia. Eleito para o Senado, desempenhou então papel destacado. Ocupou as pastas da Marinha, do Império, da Justiça e da Fazenda. Foi Presidente do Conselho. Legou-nos, ainda, importantes trabalhos sôbre limites territoriais.

Wenceslau de Oliveira Guimarães (1861-1932). Diplomado pela Faculdade de Direito do Recife, abraçou a carreira política. Eleito deputado provincial, desenvolveu brilhante atuação. Exerceu, por pouco tempo, o cargo de juiz municipal em Camamu. Foi eleito para a assembléia constituinte do Estado, e reeleito para a legislatura seguinte. Em Belmonte, foi juiz preparador e conselheiro municipal. Em Sergipe, foi chefe de polícia duas vêzes. Elegeu-se senador estadual pela Bahia, e, posteriormente, senador federal. Jurista, parlamentar e orador eminente.

Vital Henrique Batista Soares (1874-1933). Diplomado pela Faculdade de Direito da Bahia, foi promotor público de Macaúbas. Em 1907, eleito membro do conselho municipal de Salvador. Senador estadual, exerceu a fun-

ção de líder da maioria. Deputado federal, renunciou, depois, ao mandato para candidatar-se a Governador do Estado, sendo eleito em 1928. Renunciou ao cargo, em 1930 para candidatar-se à Vice-Presidência da República, obtendo vitória. Foi impedido de tomar posse pela Revolução de 1930.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Valenciano é o gentílico adotado pelos habitantes do município. Há anos, discutiu-se o privilégio do nome "Valença", pois, existia no Estado do Rio um município, — atual Marquês de Valença — com o mesmo topônimo. Entretanto, em brilhante tese, o Bacharel Epifânio Próspero de Andrade, provou ser êste município mais antigo, o que lhe permitiu conservar a primitiva denominação.

Nome do atual Prefeito; Gentil Paraíso Martins. Nome do atual presidente da Câmara: Gil Edmundo Martins.

O primeiro chefe do Executivo Municipal de Valença foi o intendente José Pinto da Silva Moreira, nomeado por Ato de 29 de janeiro de 1890 e empossado a 5 de fevereiro do mesmo ano.

Duas Câmaras e um Conselho Municipal merecem ser citados, a eleita e empossada em 10 de julho de 1799, por ocasião da elevação do povoado de Una à categoria de vila, com a denominação de Nova Valença, composta dos seguintes membros: Antônio Duarte Silva — Presidente, Antônio Bernardo de Vasconcelos, Antônio Pereira Chaves e Bernardo Souza d'Eça. A segunda, por ocasião da elevação da vila de Nova Valença à categoria de cidade, com a denominação de Industrial Cidade de Valença estava composta dos Srs. Cláudio José de Souza Vasconcelos — Presidente, Pedro Balbino, Francisco da Silva Brito, Manuel dos Santos Luz, João Ferreira Durães, Francisco da Silva Chaves, Antônio dos Santos Crispim e Gabriel Pinto de Pinho. Com a proclamação da República foi então dissolvida a Câmara e criado o primeiro Conselho Municipal, que ficou assim constituído: José Pinto da Silva Moreira, Intendente, João José Peçanha, Dr. Jovino Correia Cotias Francisco José de Borges, Prisciliano de Souza Oliveira, Bernardino de Souza Capell e Matias Ferreira de Souza.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Anterlino Leite Gaspar; Agente de Estatística Auxilar — Florentino C. Santos Jr.; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Lourival Idilceu Bastos.)

VITÓRIA DA CONQUISTA — BA

Mapa Municipal no 7.º Vol.

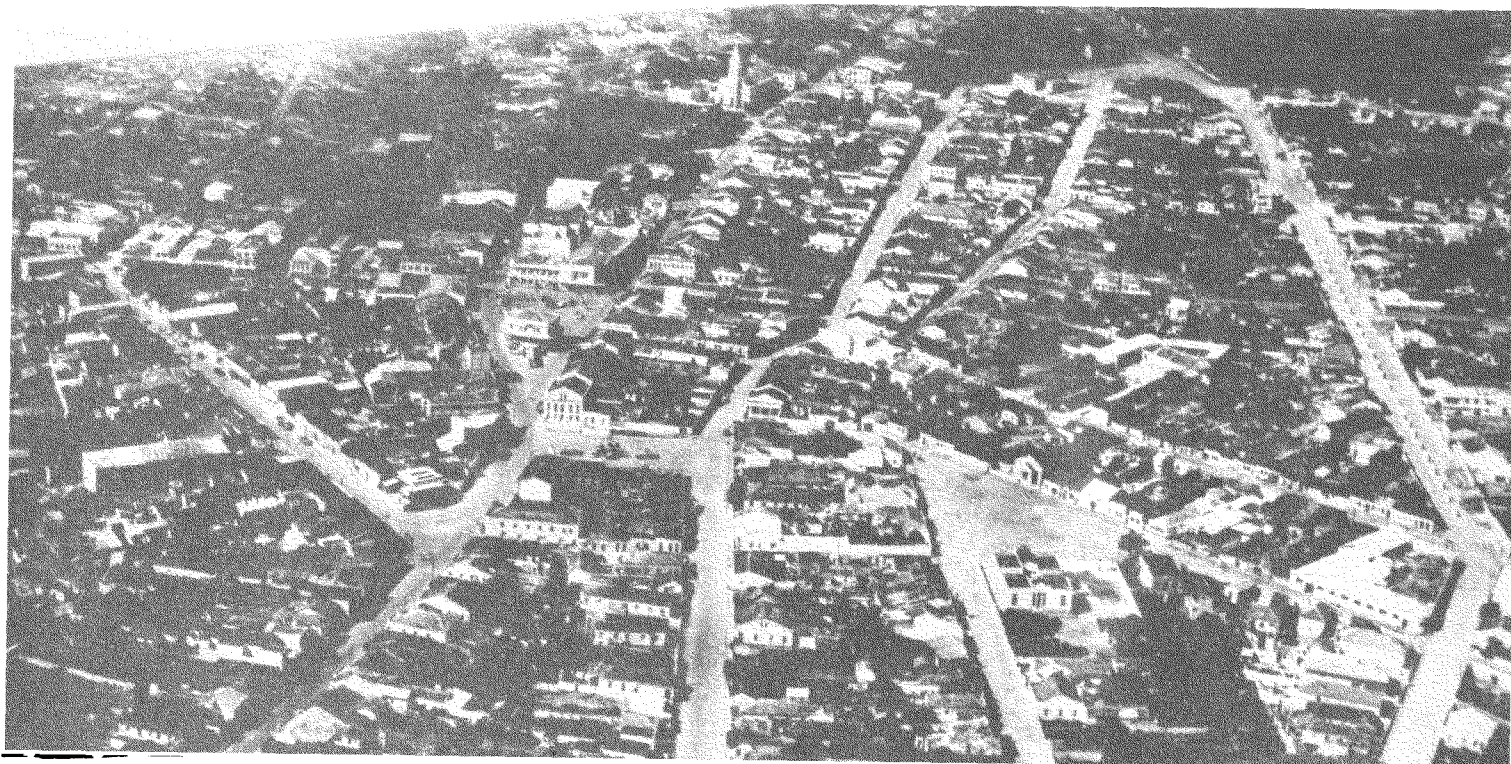
HISTÓRICO — Vitória da Conquista surgiu em conseqüência do esfôrço da administração colonial no sentido de estabelecer comunicações entre o litoral e o sertão. Ao contrário do que sucedeu ao norte, a faixa costeira, que corre ao sul da baía de Todos os Santos, permaneceu, até o século XVII, completamente isolada do interior.

Nessa época (1752), João Gonçalves da Costa partiu do litoral em companhia do sogro — o mestre-de-campo João da Silva Guimarães, do filho Raimundo Gonçalves da Costa e de Antônio Dias de Miranda e, subindo o rio Pardo, alcançou a região habitada pelos índios mongoios e imborés, área que se estendia do rio Catulé-Grande, para o poente, até o local onde fica, hoje, a cidade de Vitória da Conquista. Aí, depois de baldados os esforços para a conquista pacífica dos índios que dominavam a região, o mestre-de-campo João da Silva Guimarães obteve do rei a permissão de guerreá-los, a fim de evitar os constantes ataques às nascentes povoações que se iam desenvolvendo às margens dos rios Paraguaçu e Pardo.

A luta foi travada no lugar posteriormente denominado "Batalha", a duas léguas da atual cidade. Sentindo a superioridade dos silvícolas, Guimarães reagrupa seus sertanistas e, juntos, prometem a Nossa Senhora da Vitória erguer uma capela sob sua invocação, no mesmo lugar em que viessem a vencer os aborígines; fortalecidos com a promessa, conseguem vencer e dominar a região. A João da Silva Guimarães foi, então, concedido o direito de explorar tôdas as terras conquistadas.

Hotel Albatroz.

Retirando-se, mais tarde, para Minas Gerais, o mestre-de-campo confia a seu genro a direção da vasta propriedade e êste, com a ajuda dos filhos, derriba florestas e constrói fazendas, abrindo as primeiras estradas para o litoral, ligando as novas terras a Ilhéus, Canavieiras, Belmonte e outras povoações litorâneas.

Em 1783, cumprindo o voto feito, o bandeirante erigiu uma capela dedicada a Nossa Senhora das Vitórias, no local do último combate; ali surgiu a primeira aglomeração humana, que depois se tornou distrito de Vitória, subordinado ao município de Caetité.

Vista aérea da cidade.

Durante alguns anos, ainda se manifesta, em encontros esporádicos, a resistência dos nativos, até que, em 1806, é feita a paz definitiva, localizando-se os indígenas em sete aldeias situadas ao norte do rio Patibe (Pardo).

Pela Lei provincial n.º 124, de 19 de maio de 1840, o arraial, então denominado de "Imperial Vila de Vitória", foi elevado à vila e freguesia, com território desmembrado do município de Caetité, dando-se a instalação a 9 de novembro do mesmo ano. Em Ato de 1.º de julho de 1891 elevou-se a sede municipal à categoria de cidade, sob a designação de Conquista, extensiva a todo o município.

Na divisão administrativa de 1911, Conquista é formada de três distritos: Conquista, Coquinhos e Encruzilhada. No Recenseamento Geral de 1920, já se compõe de Conquista, Verruga, Encruzilhada, Pôrto de Santa Cruz, Belo Campo, São João da Vila Nova, Nova Laje do Gavião, Coquinhos e José Gonçalves. Em 1921, o distrito de Encruzilhada foi desmembrado para constituir o município, pela Lei n.º 1 483, de 17 de junho; o mesmo ocorreu com o distrito de Verruga que, pela Lei n.º 2 042, de 12 de agôsto de 1927, passou a constituir o município de Itambé.

Segundo a divisão administrativa de 1933, Conquista abrange nove distritos: Conquista, Barra Furada, Belo Campo, São João da Vila Nova, Barra dos Coquinhos, José Gonçalves, Barra da Choça, Nova Laje do Gavião e Itatinga. A mesma divisão é conservada na Lei de divisão territorial de 1936, apenas adotados os topônimos de Coquinhos e Barra do Choça em lugar de Barra dos Coquinhos e Barra da Choça.

Já pela Lei de 1937 e o quadro anexo ao Decreto-lei estadual n.º 10 724, de 30 de março de 1938, o município se constitui de onze distritos: Conquista, Barra do Choça, Barra do Furado, Belo Campo, Coquinhos, Itatinga, José Gonçalves, Monte Verde, Nova Laje do Gavião, São João de Vila Nova e São Paulo.

Pelo Decreto estadual n.º 11 089, de 30 de novembro de 1938, perde os distritos de Nova Laje do Gavião e Itatinga, sendo o primeiro extinto e anexado ao distrito de Vista Nova, do município de Poções, e o segundo transferido para o município de Itambé. Ainda pelo citado decreto, o distrito de Conquista é desmembrado para formar o novo distrito de Angicos, do mesmo município, que passa a contar com os seguintes distritos: Conquista, Angicos, Barra do Choça, Belo Campo, Coquinhos, Joanópolis (ex-São João da Vila Nova), José Gonçalves, Monte Verde, Pôrto de Santa Cruz (ex-Barra do Furado) e São Paulo.

Pelo Decreto-lei estadual n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, o município passou a denominar-se Vitória da Conquista, modificando-se a denominação de vários dos seus distritos: Vitória da Conquista (ex-Conquista), Anagé (ex-Joanópolis), Barra do Choça, Belo Campo, Caatiba (ex-São Paulo), Coquinhos, Iguaí (ex-Angicos), Inhobim (ex-Monte Verde), José Gonçalves e Guaraçu (ex-Pôrto de Santa Cruz).

Atualmente, por fôrça da Lei 628, de 30 de dezembro de 1953, continua a mesma divisão administrativa com os dez distritos acima referidos.

LOCALIZAÇÃO — Acha-se situado na Zona Fisiográfica de Conquista, na bacia do rio Pardo. Limita com os muni-

Rua 15 de Novembro.

cípios de Condeúba, Encruzilhada, Ibicaraí, Ibicuí, Itambé, Itapetinga, Poções, Tremedal e com o Estado de Minas Gerais. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 14° 50' 53" de latitude Sul e 40° 50' 19" de longitude W.Gr. Rumo, partindo da Capital do Estado — O.S.O., da qual dista, em linha reta, 313 km.

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

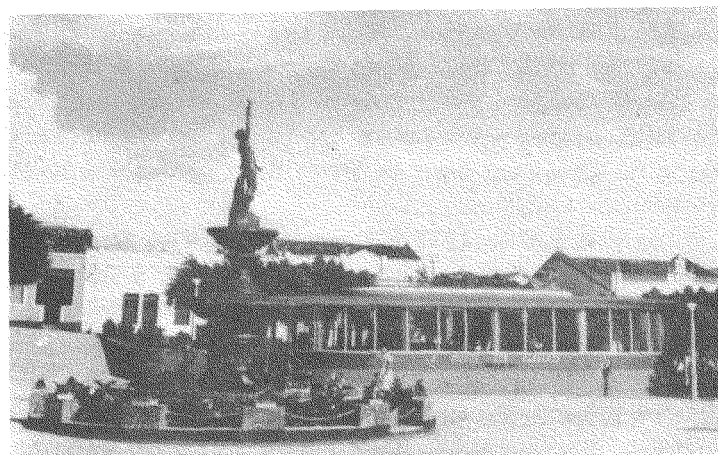
ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de ...... 921,2307 metros com referência à chapa cravada no 4.° degrau da escadaria de acesso ao patamar e na confrontação da porta principal da igreja-matriz. Foram encontradas ainda pelo Conselho Nacional de Geografia as altitudes de 1 003,9736 m no trecho da estrada de rodagem Vitória da Conquista—Poções, 5 m da margem direita, 1,59 km além da sede do DNER em Vitória da Conquista; 660 m aquém do km 400 da BR-4; e a mínima de 368,457 m na chapa cravada na extremidade da ponte de concreto sôbre o rio Gavião, divisa entre os municípios de Condeúba e Vitória da Conquista, na entrada da localidade de Anagé.

ÁREA — A área do município é de 9 422 km². Vitória da Conquista ocupa o 14.° lugar dentre os municípios baianos de maior extensão territorial.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — O território do município é bastante irregular, verificando-se os seguintes acidentes geográficos: *Serras* — do Marçal (distinguindo-se a inscrição de 1 126 metros de altitude em um monumento a 3/4 da subida da serra); de Conquista, também chamada de Periperi; dos Pombos; de Alagoinha e o morro São Paulo. Teòricamente o município se enquadra no grande sistema orográfico da Serra Geral. A configuração geral do município é de planalto, podendo-se mesmo registrar o planalto de Conquista, sendo êsse feitio interrompido pelas elevações citadas. *Rios* — Pardo, Catulé Grande, Água Fria, Gavião, Verruga e o Córrego do Riachão; o Pardo é o mais importante. *Cachoeiras* — Pancada Formosa, na fazenda do mesmo nome e formada pelo Córrego do Riachão; do Marçal, no córrego do Marçal de 20 metros de altura, com potência avaliada em 150 H.P.; do Catulèzinho, avaliada em 5 600 H.P.; Água Fria, no distrito de Barra do Choça, avaliada em 1 500 H.P. e a cachoeira do Rio Pardo, no distrito de Inhobim, avaliada em .... 2 400 H.P., aproximadamente. *Açudes* — existem no município quatro açudes públicos e três particulares com a capacidade total de 550 000 000 m³.

CLIMA — Frio no inverno e ameno no verão. Caracteriza-se por garoas intermitentes, conhecidas por "neblinas" que perduram por dias sucessivos no inverno; durante êsses dias a temperatura permanece abaixo de 15°C, mantendo-se pràticamente uniforme em período de 24 horas; notam-se ainda, fortes rajadas de ventos do quadrante sul. A temperatura da sede municipal, em 1956, apresentou os seguintes dados: média das máximas — 31°C, média das mínimas — 10°C e média compensada — 25°C. Quanto ao regime pluvial, temos a distinguir duas estações: chuvas das águas durante os meses de setembro a janeiro, quando caem 80% das chuvas anuais em aguaceiros copiosos, e chuvas das neblinas nos meses de abril a agôsto.

RIQUEZAS NATURAIS — Há jazidas inexploradas de mica, esmeralda, zinco, águas-marinhas, cristal de rocha e pedra calcária. A fauna é rica em animais silvestres, entre os quais se destacam: teiús, lontras, antas, rapôsas, preguiças, tatus e veados; aves de diversas espécies: periquitos, papagaios, canários, sabiás, nhambus, columbinos vários, etc. O município acha-se subdividido em três partes, que apresentam diferenças típicas entre si: zona da mata, zona da mata de cipó e zona de caatinga, cada qual com sua flora característica.

POPULAÇÃO — A população do município recenseada em 1950 foi de 96 664 habitantes, sendo 47 287 homens e 49 377 mulheres. Classificou-se então em 6.° lugar dentre os municípios baianos mais populosos. Nesta população encontravam-se 41 482 brancos, 10 693 pretos e 44 394 pardos. No grupo de 15 anos e mais, achavam-se 17 593 solteiros, 28 932 casados, 48 desquitados e 2 888 viúvos. Como se nota, havia predominância do sexo feminino, da côr parda, e dos casados. Localizavam-se na zona rural 76% da população do município. Por estimativa populacional, o município de Vitória da Conquista figura em 3.° lugar no Estado da Bahia, com 115 000 habitantes para 1957.

Fonte luminosa e a cidade dos Pássaros.

Aglomerações Urbanas — A maior aglomeração urbana é a da cidade, com a população recenseada (1950) de 17 503 habitantes, sendo 7 779 homens e 9 724 mulheres. Existiam, ainda, em 1950, mais nove aglomerações urbanas: as vilas de Anagé — 497 habitantes; Barra do Choça — 754, Belo Campo — 539, Caatiba — 1 240, Coquinhos — 264, Iguá — 583, Inhobim — 497, José Gonçalves — 874 e Guaraçu — 796. A população da cidade de Vitória da Conquista para 1957 é estimada em 32 000 pessoas, sendo que pelo Censo de 1950 classificou-se em 7.º lugar dentre as mais populosas do Estado.

Vista panorâmica da cidade.

Outras Aglomerações — Além da cidade e das vilas, o município conta vários povoados, dos quais são mais importantes, de acôrdo com a população estimada para 1957: Nova Conquista — 2 300 hab., Campinhos — 600 habitantes, Icaraí — 600 hab., Campo Formoso — 400 hab., Cercadinho — 300 hab., Barra do Furado — 220 hab., Lagoa de Pedra — 200 hab., Pôrto de Santa Cruz — 200 habitantes, Vereda — 180 hab., São Sebastião — 150 hab., Tapirema — 150 hab. e Lagoa do Timóteo — 150 hab.

ATIVIDADES ECONÔMICAS — De acôrdo com o Censo de 1950, a população do município em idade ativa (10 anos e mais) era de 63 288 pessoas, sendo 30 331 homens e 32 897 mulheres. Dessa população 23 777 pessoas .... (21 069 homens e 2 708 mulheres) dedicavam-se ao ramo "agricultura, pecuária e silvicultura" que, depois da atividade doméstica, é o ramo ocupacional mais numeroso no município, com 78% do total daquela população.

Pecuária — A atividade fundamental à economia do município é a pecuária, uma das mais desenvolvidas do Estado, com bons plantéis para cria e corte, em fazendas dotadas de instalações modernas. O rebanho em 1956 compreendia 125 000 bovinos, 15 100 eqüinos, 7 650 asininos, 8 000 muares, 68 000 suínos, 49 200 ovinos, 64 800 caprinos. O seu valor foi estimado em 565 000 milhares de cruzeiros. Em 1956, existiam 3 698 propriedades agropecuárias, com o valor venal de 287 435 milhares de cruzeiros, declarados nas repartições fiscais do Estado.

Agricultura — O valor da produção agrícola em 1956 atingiu 30 000 milhares de cruzeiros, contribuindo com maior importância a mandioca e a seguir o feijão, o milho, o café, a mamona, a banana e o algodão.

Indústria — A produção industrial em 1956 foi de 64 000 milhares de cruzeiros, destacando-se a farinha de mandioca com 17 milhões de cruzeiros, charque com 6 milhões de cruzeiros, madeiras serradas com 4 milhões e quinhentos mil cruzeiros, e manteiga com 4 milhões de cruzeiros; além dêstes, ainda se registra a fabricação dos seguintes produtos: aguardente de cana, balas de açúcar, café moído, artefatos de couro, móveis de madeira, massas alimentícias, fubá de milho, bebidas diversas, ladrilho e outros artefatos de cimento, queijo, sebo industrial, telhas comum e francesa, tijolos comum e refratário, e vinagre. O valor da produção extrativa em 1956 foi de 29 358 milhares de cruzeiros, contribuindo com maior parcela nesse campo de atividade a extração de madeira para diversos fins. Dentre os principais estabelecimentos industriais, merecem destaque a Fábrica "Santo Antônio" para produção de farinha de mandioca, totalmente mecanizada, de propriedade de Antônio Ferraz, a charqueada "Altamira", de propriedade de Sinval Gusmão Figueira e a Serraria "Sales", de propriedade de Senir Ferraz Sales.

Artesanato — Os vários produtos que aparecem na feira semanal acusam produção artesanal. No município, fabricam-se cangalhas, arreios e utensílios de montaria, bruacas de couro para transporte de cereais, sabão de decoada (uma composição de sebo, cinza e vísceras), bolachinhas de goma, biscoitos, chamados também "brevidade" ou "chimangos" (goma, ovos, leite e banha), beijus, farinha de tapioca vassouras de palha e artefatos de barro.

Incentivando a vida econômica, encontram-se em atividade a Colônia Agrícola Santo Antônio, no distrito de José Gonçalves, a Colônia Agrícola de Barra do Choça, ambas mantidas pelo Estado; o Parque Teopompo de Almeida, conhecido como Estação de Monta, mantido também pelo Estado, e o Pôsto de Defesa Sanitária Animal, mantido pela União. Com intervalos irregulares realizam-se com brilhantismo invulgar a Exposição Regional de Pecuária do sudoeste baiano, que congrega considerável número de expositores da Bahia e de Minas.

Rua Góes Calmon.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — A cidade de Vitória da Conquista liga-se diretamente à Capital Federal, por via aérea na distância de 922 km e rodoviária, em 1 188 km; à Capital do Estado, via aérea — 360 km e rodoviária — 566 km. Às cidades vizinhas, por estrada de rodagem: com Encruzilhada — 132 km; Ibicaraí — 217 km; Itambé — 62 km; Poções — 72 km; Condeúba — 172 km; Iguaí — 128 km; Ibicuí — 150 km; Itapetinga — 112 km e Tremedal — 84 km. Situada no cru-

zamento de dois grandes troncos rodoviários — as estradas Rio—Bahia e Ilhéus—Goiás, a cidade se liga a Itabuna — 268 km, Ilhéus — 297 km, Jequié — 158 km, Feira de Santana — 395 km e à cidade mineira de São João do Paraíso — 164 km. É servida pelas companhias aéreas Real Transportes Aéreos e Lóide Aéreo Nacional. Há três emprêsas rodoviárias de passageiros: Brasil de Transporte S.A., Melhoramento de Itapetinga S.A. e Emprêsa Santo Elias. Conta ainda com oito emprêsas de transporte de carga. O aeroporto local possui duas pistas de aterrissagem com 1 500 x 150 metros. Em 1956 foram registrados no município 78 automóveis, 303 caminhões e 182 veículos de outras naturezas. Transitaram pela cidade em 1956 na Rio—Bahia, 38 215 veículos, ou seja, em média 105 veículos por dia, não se contando os carros que transitaram pela rodovia Ilhéus—Goiás, com os quais se atinge a média de 200 veículos diários em trânsito pela cidade. Funcionam na cidade 41 serviços de reparação, abastecimento e conservação de veículos. O serviço de comunicações da sede municipal é feito pela Agência Postal-telegráfica do D.C.T., e pela Estação de Rádio da Polícia. Encontram-se três estações de radioamadores.

COMÉRCIO E BANCOS — Registra-se a existência de 216 estabelecimentos comerciais, dos quais 21 atacadistas; no município, o total dêles é de 755. O giro em 1956 alcançou 700 218 milhares de cruzeiros. O comércio local mantém transação com as praças de Salvador, Belo Horizonte, Rio e São Paulo, importando tecidos, ferragens, bijuterias, utilidades domésticas, produtos farmacêuticos, estivas em geral e outros. Exporta gado em pé, carne salgada, charque, couros e peles, farinha de mandioca, madeira em tábuas, mamona, feijão, milho, manteiga e café. Funcionam na sede municipal cinco agências bancárias: do Banco do Brasil S. A., instalada em 3 de julho de 1944; do Banco da Bahia S.A., instalada em 12 de março de 1954; do Banco

Outro aspecto da Rua 15 de Novembro.

Econômico da Bahia S.A., instalada em 10 de março de 1930; do Banco Mineiro da Produção S.A., instalada em 2 de junho de 1957 e do Instituto de Fomento Econômico da Bahia, instalada em 22 de março de 1952. Funciona também uma Agência da Caixa Econômica Federal da Bahia.

Às sextas-feiras e aos sábados, realiza-se a feira-livre, uma das maiores de tôda a região. O salário-mínimo oficial decretado para a 2.ª sub-região e da qual faz parte o município é de Cr$ 2 400,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade está localizada num extenso e belo planalto. Vitória da Conquista, pelo seu ritmo de expansão, é considerada a cidade que mais cresce na Bahia. Possui 164 logradouros, sendo 12 pavimentados e arborizados e 102 iluminados a eletricidade. Em 1956, contava 7 393 prédios, dos quais 1 930 estão servidos de luz elétrica. Funcionam na cidade três cinemas: Cine Conquista, Cine Glória e Cine Vitória; os dois primeiros com capacidade para 960 e 570 espectadores, respectivamente; estão dotados de ótimas instalações inclusive tela panorâmica. O Hotel Albatroz é considerado o melhor do interior baiano, pelas condições de higiene e alto confôrto que oferece aos seus hóspedes; além dêste, há mais 24 hotéis e 34 pensões.

Praça Barão do Rio Branco.

Como entroncamento das rodovias Rio—Bahia e Ilhéus—Goiás, e pelo seu grande desenvolvimento comercial, a cidade de Vitória da Conquista torna-se ponto de concentração de grande número de viajantes, comerciantes, agricultores, industriais, etc.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médica é prestada pelo Hospital Regional "Crescêncio Silveira", com 72 leitos; Hospital São Vicente de Paula, com 16 leitos; e pelas casas de saúde São Geraldo, Conquista, Correia Leite com 42 leitos; Ambulatório João Santos, com 23 leitos, Maternidade Régis Pacheco com 28 leitos; o tratamento de ambulatório é realizado ainda, nos seguintes serviços: Pôsto de Higiene, Setor do Departamento Nacional de Endemias Rurais, e Pôsto de Puericultura. Exercem a profissão 24 médicos, 12 dentistas, 6 farmacêuticos e 1 veterinário. Funcionam na sede municipal 8 farmácias.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — A Santa Casa de Misericórdia, a União Espírita e o Albergue Nosso Lar prestam assistência gratuita aos pobres. Existe em funcionamento o Sindicato da Construção Civil com 118 associados e, em fase de organização, os Sindicatos dos Trabalhadores na Indústria da Panificação e dos Empregados no Comércio. Estão em plena atividade a Associação Comercial de Vitória da Conquista e a Associação Rural do Sudoeste.

ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com o Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais abrangia 79 887 pessoas, sendo 38 842 homens e 41 045 mulheres. Dêsse grupo, sabiam ler e escrever 15 544 (9 150 homens e 6 394

mulheres), ou seja, 19% do referido total. Na cidade, a população de 5 anos e mais somava 14 834 habitantes, dos quais, sabiam ler e escrever 7 195 pessoas, sendo 3 491 homens e 3 704 mulheres.

Escola Normal Euclides Dantas.

Ensino — Em 1956, funcionaram 88 unidades escolares do ensino primário fundamental comum, sendo 25 estaduais, 51 municipais e 12 particulares com o total de 4 565 alunos matriculados; contavam-se ainda 10 escolas supletivas da Campanha de Alfabetização de Adultos, 3 escolas de corte, 2 escolas de datilografia e 1 curso de música. O ensino secundário é ministrado pelos seguintes estabelecimentos: Ginásio de Conquista, Ginásio e Escola Normal Euclides Dantas (do Govêrno Estadual) e Ginásio Nossa Senhora de Fátima, cujo total da matrícula inicial no ano de 1957, foi de 853 alunos no curso ginasial e 82 no curso normal.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Funcionam na sede municipal 2 bibliotecas: a Biblioteca Juarez Távora, mantida pela Agência Municipal de Estatística, e a Biblioteca Sá Nunes, mantida pela Prefeitura Municipal; 2 semanários — "O Conquistense" e o "O Combate"; 1 associação científica "Associação Bahiana de Medicina" (Regional de Conquista); 3 sociedades culturais e filantrópicas: Rotary Clube, Loja Maçônica Fraternidade Conquistense e Cavalheiros do Oriente; 1 sociedade recreativa — Clube Social Conquistense e 4 sociedades esportivas: Comerciário Esporte Clube, Grêmio Atlético Conquistense, Humaitá Atlético Clube e Atlético Futebol Clube; 1 radioemissora — Rádio Clube de Conquista, prefixo ZYN-25 e 2 serviços de alto-falantes.

PARTICULARIDADES E MONUMENTOS HISTÓRICOS — Além do monumento a Getúlio Vargas, existe o Monumento aos Fundadores da Cidade, constituído por um obelisco de marmorite com a inscrição: "Bandeirantes". Localiza-se na Praça 15 de Novembro e foi inaugurado em 13 de janeiro de 1941.

ATRAÇÕES TURÍSTICAS — Tornou-se ponto obrigatório de visita na cidade, o "Parque Jardim das Borboletas", na Praça 15 de Novembro, inaugurado em 1956. Está dividido em quatro partes: jardim zoológico, viveiro de pássaros, fonte luminosa e paraíso da petizada, onde se acha bem equipado parque infantil; é de notar-se a bela coleção de pássaros das mais variadas espécies; no centro do parque situa-se belíssima estátua, homenageando a mulher, e uma fonte luminosa. O parque é considerado o melhor do interior do Estado. Outro aspecto turístico de grande importância para o município é a serra do Marçal, distante 18 km; é cortada pela rodovia Ilhéus—Conquista e oferece belíssimo panorama aos visitantes; ergue-se no alto da serra um monumento ao Presidente Vargas, comemorativo da inauguração dêsse trecho rodoviário, com placa em que se transcreve o dístico "O VERDADEIRO SENTIDO DE BRASILIDADE É A MARCHA PARA O OESTE".

CULTOS RELIGIOSOS — O município será sede do bispado de Conquista, cuja instalação se anuncia para breve. Está sediada ali a paróquia de Nossa Senhora da Vitória, instalada em 15 de agôsto de 1820.

Conta atualmente 1 igreja, 29 capelas, 5 associações religiosas, com o total de 2 152 associados. Funcionam também no município 5 templos protestantes e 5 centros espíritas.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A principal festa religiosa em Vitória da Conquista é a da Padroeira, a 15 de agôsto; festejam-se, também, o Ano Novo, a época junina e o Natal.

A grande festa local é a da padroeira, do dia 6 a 15 de agôsto, com novena na igreja-matriz em louvor à Nossa Senhora da Vitória; consta de missa com a presença de notáveis oradores sacros, havendo sermões na novena e na missa festiva de encerramento, que se realiza no dia 15 com a procissão. São muito concorridas as cerimônias da Semana Santa.

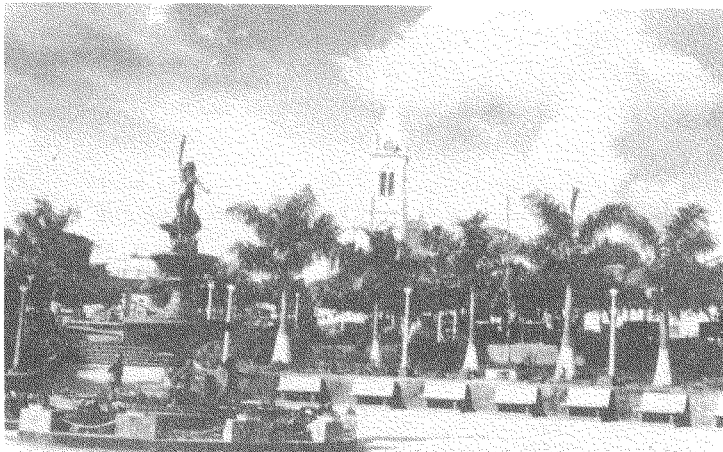
SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O município contava 18 213 eleitores inscritos em 1954; dêles votaram 8 378 nas últimas eleições.

A Câmara municipal é atualmente composta de doze vereadores. Exerciam atividades no município 646 funcionários, assim distribuídos: federais 297, estaduais 164, municipais 172 e autárquicos 13. O município é sede da 5.ª Zona Itinerante do I.B.G.E.; da 3.ª Residência do 5.º distrito do D.N.E.R.; da 7.ª Região do Serviço de Trânsito do Interior; da Delegacia Regional de Polícia da 13.ª Região do Interior; da 17.ª Circunscrição de Ensino do Interior e da 24.ª Circunscrição da 9.ª Região Fiscal do Interior.

FINANÇAS PÚBLICAS — Na tabela abaixo resumem-se os dados sôbre as finanças públicas no município no período 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950	1 511	3 602	1 823	1 380	1 675
1951	2 635	5 433	3 214	2 695	2 932
1952	3 185	6 152	3 815	3 173	4 948
1953	3 585	7 660	4 934	3 700	2 724
1954	4 497	9 704	5 382	4 587	7 926
1955	6 276	15 080	7 383	5 589	7 346
1956	6 410	23 281	9 267	8 546	9 295

JUSTIÇA — A comarca de Conquista foi criada pela Lei 3 111, de 26 de maio de 1873; era constituída pelo Têrmo da sede e dos de Encruzilhada e Itambé até 1943. Pelo Decreto-lei n.º 141, de 31 de dezembro de 1943, a comarca, o têrmo-sede e o município tiveram o nome mudado para

Vitória da Conquista, perdendo os Têrmos de Itambé e e Macarani (ex-Encruzilhada), que se constituíram em Comarcas. Atualmente Vitória da Conquista é comarca de 3.ª entrância e têrmo único com duas varas: uma cível e outra crime. Conta com 18 cartórios, sendo 10 do Registro Civil. O total de feitos julgados em 1956 foi de 84, assim distribuídos: cível 53 e crime 31. Exercem a profissão na cidade 11 advogados.

Parte do Jardim das Borboletas.

VULTOS ILUSTRES — *José de Sá Nunes,* nasceu na cidade de Vitória da Conquista, em 7 de junho de 1889 e faleceu no Rio de Janeiro, em 25 de janeiro de 1955. Ainda muito jovem, viajou para Salvador, ingressando no Seminário, onde se dedicou ao estudo do latim e da língua vernácula. Não chegou a se ordenar, passando a lecionar português em educandários de Salvador. Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito da Bahia. Anos depois, transfere-se para o Rio de Janeiro e, em seguida, para o Paraná, onde é nomeado Juiz de Direito da Comarca de Campo Largo. Mais tarde, leciona português na Universidade de São Paulo onde, em homenagem histórica foi consagrado Doutor em Filologia Portuguêsa.

Regressando ao Rio de Janeiro, participa da comissão da reforma ortográfica de 1943, tendo sido várias vêzes convidado a candidatar-se à Academia Brasileira de Letras.

Com Pedro Calmom, Ribeiro Couto e Olegário Mariano, compôs a embaixada que, em Portugal, discutiu e assinou o acôrdo da uniformidade ortográfica.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Os naturais do município chamam-se "conquistenses" e os forasteiros são denominados "chegantes".

O Prefeito em exercício é o Sr. Edvaldo de Oliveira Flôres. O Presidente da Câmara é o Sr. Nelson Gusmão Cunha, eleito para o período legislativo iniciado a 7 de abril de 1957. O primeiro Intendente Municipal foi Joaquim Correia Melo. A primeira Câmara Municipal compunha-se dos seguintes membros: Manoel José Viana, Joaquim Moreira dos Santos, Teotônio Gomes Rozeira, Manoel Francisco Soares, Luiz Fernandes Oliveira, Francisco Xavier da Costa e Justino Ferreira Campos.

(Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Luís Gonzaga de Oliveira Brito; Agentes de Estatística auxiliares — Nelson Pina e Melquisedeque Xavier; Chefe da Agência Municipal de Estatística — Manoel Messias Barreto.)

XIQUE-XIQUE — BA

Mapa Municipal no 5.º Vol.

HISTÓRICO — O primeiro núcleo povoado estava situado na ilha do Miradouro e foi formado por pescadores atraídos pela grande quantidade de peixe da ipueira ali existente. Mais tarde transportaram-se para terra firme.

A atual cidade teve origem na fazenda Praia, pertencente a Teobaldo José de Carvalho, nascendo em 1700 um arraial com o nome de Xique-Xique, que em 1732 era ainda aldeia de pescadores. A capela aí construída, dedicada ao Senhor do Bonfim e Bom Jesus, foi elevada à categoria de freguesia em 1714 pelo arcebispo D. Sebastião Monteiro da Vide.

Foi o arraial de Xique-Xique elevado à categoria de vila e criado o município pelo Decreto provincial de 6 de julho de 1832, sendo instalado a 23 de outubro de 1834.

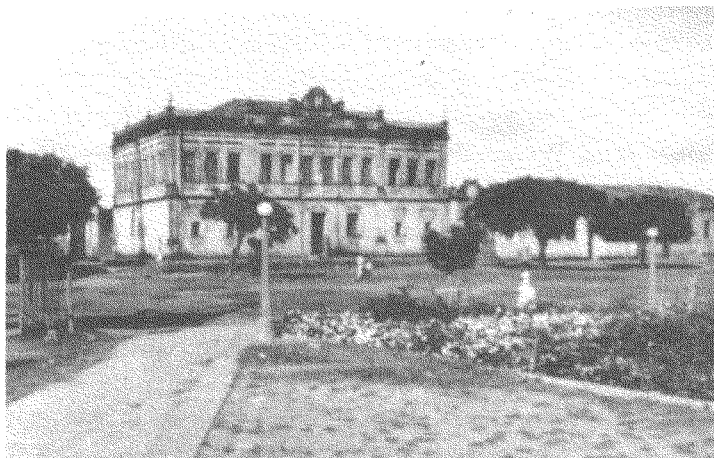
Pela Resolução municipal de 28 de abril de 1900, foram criados os distritos de Mata-Fome, Tiririca e Pedras, cuja aprovação se deu pela Lei estadual número 452, de 6 de junho de 1902, aparecendo o município na divisão administrativa de 1911 integrado dos distritos de Xique-Xique, Mata-Fome, Pedras e Tiririca.

A vila de Xique-Xique foi elevada à categoria de cidade pela Lei estadual número 2 082, de 13 de junho de 1928. Em 1929, foi criado o distrito de Canabrava do Gonçalo, pela Lei estadual de número 2 204, de 8 de agôsto de 1929.

Por fôrça dos Decretos estaduais n.ºs 7 455, de 23 de junho, e 7 479, de 8 de julho, ambos de 1931, foi extinto o município de Assuruá (atual Gentio do Ouro), sendo seu território anexado ao de Xique-Xique, o qual foi restaurado, mais tarde, pelo Decreto estadual número 8 543, de 15 de julho de 1933, com sede em Santo Inácio.

Na divisão administrativa de 1933, o município se apresenta formado pelos distritos de Xique-Xique, Canabrava do Gonçalo, Mata-Fome, Pedras e Tiririca, tendo o Decreto estadual número 9 114, de 1.º de outubro de 1934, transferido sua sede para o povoado de Central, permanecendo com a denominação de Tiririca.

Em 1935, o Decreto estadual de 26 de fevereiro criou o distrito de Central.

A composição do município permaneceu inalterada até que o Decreto estadual número 11 089, de 30 de novembro de 1938, introduziu as seguintes modificações toponímicas: Mata-Fome passou a se chamar Ibiacema, Pe-

Prefeitura Municipal.

dras teve o seu nome mudado para Marrecas e Canabrava do Gonçalo foi alterado para Uibaí.

A Lei estadual número 628, de 30 de dezembro de 1953, criou o distrito de Lagoa da Canabrava e transferiu a sede do distrito de Ibiacema para o povoado de Fazenda Nova, que foi elevado à vila com o nome de Copixaba, ficando o município com a seguinte composição administrativa: Xique-Xique, Central, Copixaba (ex-Ibiacema), Iguira, Lagoa da Canabrava, Tiririca e Uibaí, tendo sido instalado o novo distrito de Lagoa da Canabrava a 27 de abril de 1957.

LOCALIZAÇÃO — O município de Xique-Xique está localizado na Zona Fisiográfica do Baixo Médio São Francisco, à margem direita do rio; limita com os municípios de Brotas de Macaúbas, Gentio do Ouro, Irecê, Sento Sé, Pilão Arcado e Barra. A sede municipal possui as seguintes coordenadas geográficas: 10° 49' 18" de latitude Sul e 42° 43' 38" de longitude W. Gr. Dista da Capital do Estado, em linha reta, 518 km, sendo o seu rumo O.N.O., a partir da mesma.

O município é banhado pelo rio São Francisco e pelo rio Verde. Está totalmente incluído no "polígono das sêcas".

Posição do Município em relação ao Estado e sua Capital.

ALTITUDE — A altitude da sede municipal é de ...... 402,8521 m tomando como referência a chapa cravada pelos "Serviços Aéreos Cruzeiro do Sul", na calçada e no lado esquerdo da entrada da igreja-matriz.

A Secção de Nivelamentos do Conselho Nacional de Geografia encontrou no interior do município altitudes que variam entre 404,7732 e 677,3675 metros.

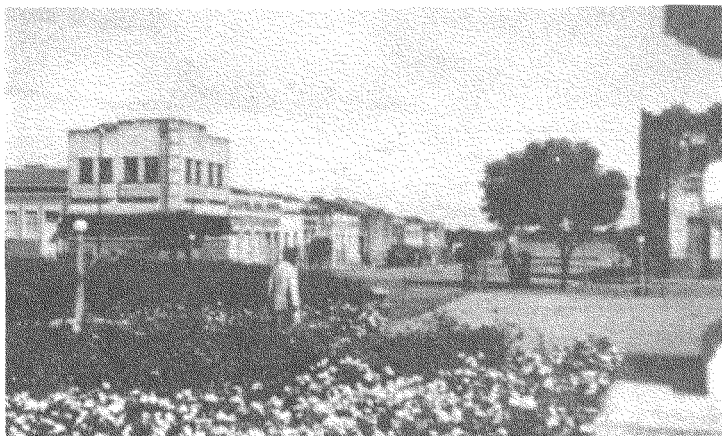
ÁREA — A área mede 11 842 km², estando conseqüentemente incluído entre os dez municípios de maior extensão territorial do Estado.

Igreja-Matriz.

ACIDENTES GEOGRÁFICOS — *Rios* — O São Francisco é o mais importante acidente geográfico no município, banhando-o desde o distrito de Copixaba até o de Iguira, numa extensão de 240 quilômetros, constituindo a divisória com os municípios de Barra e Pilão Arcado. Corta o município de Xique-Xique um dos seus afluentes — o rio Verde — que, nascendo na serra de Itabira, município de Brotas de Macaúbas, atravessa o município de Gentio do Ouro, penetra em Xique-Xique entre as serras do Assuruá e da Laranjeira, corre entre os distritos de Central e Tiririca, passando a 12 quilômetros da sede dêste último, atravessa o distrito de Iguira e, depois de percorrer uma extensão de 180 quilômetros em território do município, lança-se no São Francisco, em frente à cidade de Pilão Arcado. É rio de águas piscosas, navegável por pequenas embarcações até o lugar denominado "Canto do Rio Verde", onde começa a predominar o xique-xique em ambas as suas margens.

Lagoas — São numerosas e extremamente piscosas as lagoas, destacando-se, entre elas, a Lagoa de Itaparica, no distrito-sede na Fazenda Assuruá, medindo 6 por 5 quilômetros e de profundidade variável entre 1 e 2 metros; com uma extraordinária produção de peixes, é fator fundamental da economia do município. Alimentada anualmente pelas cheias do São Francisco, para ela acorrem grandes levas de pessoas nas ocasiões de pescaria.

Ilhas — O município possui grande número, a mais extensa das quais é a do Miradouro, dividida em propriedades agrícolas, cujos terrenos são quase totalmente cultivados. Podem ser citadas, ainda, em ordem decrescente, as seguintes: dos Bois, do Povo, da Barra da Picada, da Champrona e uma infinidade de ilhotas, tôdas formadas por braços do rio São Francisco, cujas terras são cultivadas, produzindo grandes safras, pois a aluvião, acumulada nas cheias anuais, lhes mantém a fertilidade.

Serras — Situa-se no município a famosa serra do Rumo, no distrito de Iguira, com a altitude de 500 metros, que durante a última guerra, forneceu grande quantidade de cristal de rocha, cuja produção em cruzeiros atingiu muitos milhões e atraiu grande multidão de garimpeiros que chegaram a população de mais de 5 000 pessoas. Hoje a região está abandonada. A serra da Laranjeira, não menos alta, é também muito interessante e está localizada na fazenda do mesmo nome, no distrito de Iguira.

Vista parcial da Praça Getúlio Vargas.

Morros e Picos — O morro da Boa-Vista, na fazenda dêste nome, distrito de Iguira, mede 550 m de altura, aproximadamente; o morro Prêto, na fazenda André, também no distrito de Iguira, mede aproximadamente 350 metros de altura, o morro da Fome, no distrito de Uibaí, tem uma altura de 650 metros.

CLIMA — Clima quente e sêco. O período das chuvas, de novembro a março, é denominado das "trovoadas", caracterizando-se pela alta temperatura e chuvas torrenciais; de abril a outubro decorre a época da sêca, com temperaturas mais baixas, sobretudo no mês de julho. São constantes os ventos do sudeste, mais freqüentes no mês de agôsto.

A temperatura da sede municipal, em 1956, apresentou as seguintes variações: média das máximas — 35°C e média das mínimas — 25°C.

RIQUEZAS NATURAIS — O município dispõe de grandes reservas minerais, destacando-se o cristal de rocha, a pedra calcária, o ferro, o quartzo, etc.

Existem ainda algumas matas, onde se encontram madeiras para construção, como pau-d'arco, aroeira e baraúna. São nativos e abundantes o caroá e a carnaubeira, concorrendo esta para a economia do município. Mandacaru, xiquexique , cabeça-de-frade e outros cactos são encontrados em quantidade, além de muitas espécies de plantas e raízes medicinais.

A maior riqueza animal do município são as variadas espécies de peixes, que povoam os ipueiros e lagoas.

A fauna é rica, abundando nas matas e caatingas, perdizes, pombas, veados, onças suçuaranas, patos e marrecos.

POPULAÇÃO — A população do município, segundo os dados apurados no Recenseamento de 1950, apresentou-se com a seguinte distribuição: 16 114 homens e 16 890 mulheres, num total de 33 004 habitantes; 9 159 brancos, 4 445 pretos e 16 890 pardos; entre a população de 15 anos e mais, havia 6 637 solteiros, 10 034 casados, 9 desquitados e 1 374 viúvos. Do total da população, 74% se localizam no quadro rural.

Aglomerações urbanas — Seis eram as aglomerações urbanas do município em 1950: A cidade de Xique-Xique com 3 844 habitantes (1 721 homens e 2 123 mulheres) e as vilas de Central com 2 041 habitantes, Ibiacema com 83, Iguira com 868, Tiririca com 649 e Uibaí com 999 habitantes. A população estimada para 1957 é de 5 000 pessoas na cidade.

Com a criação da vila de Lagoa da Canabrava, em 1953, ficou aumentado para 7 o número de aglomerações urbanas do município. Ainda em 1953, foi extinta a vila de Ibiacema, em vista de ter sido transferida a sede do distrito para Copixaba.

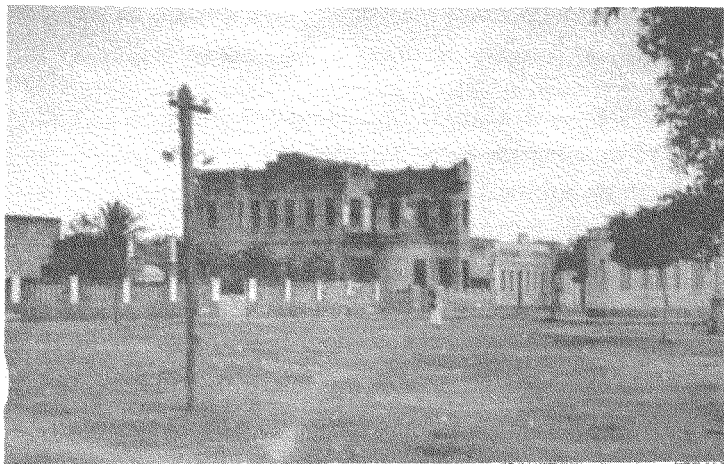
Outras aglomerações — Conta ainda grande número de povoados, para os quais foram feitas as seguintes estimativas para 1957: Saco dos Bois — 505 hab., Utinga — 400 hab., Jacaré — 310 hab., Boa Vista — 210 habitantes, Maxixe — 208 hab., Riacho de Areia — 252 hab., Chapada — 864 habitantes, Recife — 650 hab., Campo Formoso — 530 habitantes, Laranjeira — 360 hab., Quixabeira — 164 habitantes, Matinha de Brito — 189 hab., e Ibiacema — 90 habitantes. (Ibiacema foi a antiga sede do atual distrito de Copixaba).

ATIVIDADE ECONÔMICA — Da população de 10 anos e mais, 36% estão ocupados no ramo "agricultura, pecuária e silvicultura"; a *agricultura* — é a principal atividade econômica do município, tendo o valor dos seus produtos atingido a soma de 11 683 milhares de cruzeiros, dentre êstes destacando-se o feijão, a mamona e a mandioca.

Pecuária — os rebanhos assim estão distribuídos: bovinos — 35 000, eqüinos — 3 800, asininos — 1 500, muares — 1 500, suínos — 28 000, ovinos — 29 500 e caprinos — .. 45 000.

Indústria — Predomina a indústria extrativa: cêra de carnaúba e peixe. O valor da produção industrial, em 1955, foi de 7 627 milhares de cruzeiros, sobressaindo a produção de farinha de mandioca com o valor de mais de 5 mil milhares de cruzeiros. Telha, tijolos, ladrilhos, rapadura, cêra de carnaúba e cal são outros produtos industriais do município.

A atividade artesanal é representada pela fabricação de louça de barro e rêdes de caroá para pescaria, ocupações femininas muito difundidas em Xique-Xique.

MEIOS DE TRANSPORTE E COMUNICAÇÕES — Liga-se a cidade de Xique-Xique à Capital Federal, à Capital do Estado e às cidades vizinhas pelos seguintes meios de transporte: à Capital Federal, via aérea (1 380 quilômetros), rodoviária, via Feira de Santana (2 086 km) ou mista, fluvial (1 011 mi) e ferroviária EFCB (1 006 km); à Capital do Estado, via aérea (800 quilômetros), rodoviária (652 quilômetros); às cidades vizinhas de Barra, via fluvial (42 mi), aérea (79 km); Brotas de Macaúbas, via rodo-

Rua Floriano Peixoto.

viária (178 km); Gentio do Ouro, via rodoviária (96 quilômetros); Irecê, via rodoviária (132 km); Pilão Arcado, fluvial (45 mi); Sento Sé, via fluvial (140 mi).

Possui 1 pôrto, 1 campo de pouso, com 6 pousos semanais de avião do Consórcio Real-Aerovias-Nacional. O movimento fluvial é feito pelas Companhias Navegação Mineira do São Francisco, Viação Bahiana do São Francisco e Comissão do Vale do São Francisco, além de grande número de barcos motorizados de propriedade particular. Está em construção a rodovia Mundo Novo—Xique-Xique, da qual já se utilizam alguns quilômetros.

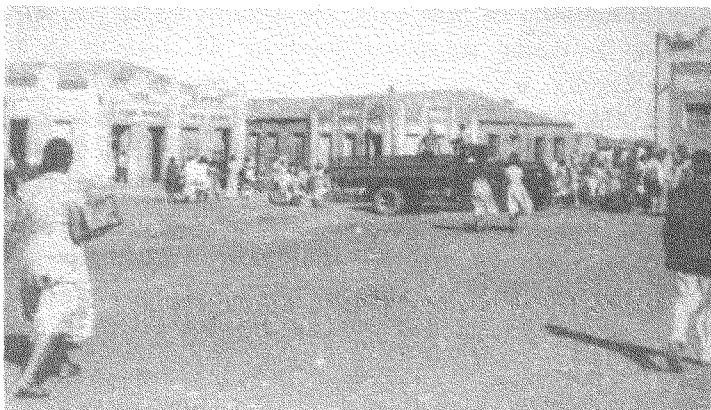
Existe no município 1 agência postal-telegráfica do D.C.T., localizada na sede.

COMÉRCIO E BANCOS — O comércio é relativamente desenvolvido, contando-se 177 estabelecimentos comerciais varejistas em todo o município, 117 dos quais estão localizados na sede, bem como 10 atacadistas. O giro comercial atingiu cêrca de 54 milhões de cruzeiros, em 1956.

As transações são feitas principalmente com as praças de Rio de Janeiro, Salvador, Juàzeiro e Petrolina, importando-se principalmente tecidos, calçados, perfumaria, sal, açúcar, etc., e exportando-se peixe sêco, cristal de rocha, cêra de carnaúba, feijão, mamona e outros produtos agrícolas. O salário-mínimo oficial é de Cr$ 2 000,00.

ASPECTOS URBANOS — A cidade encontra-se edificado à margem direita da Ipueira (rio São Francisco) e dista 6 quilômetros do canal principal, onde está localizado o pôrto franco do município, — Genipapo — onde atracam as embarcações de maior calado, durante todo o período de sêca, pois o pôrto da cidade só é acessível na época das cheias.

A cidade, que se estende em terreno plano com ascensão lenta em direção oposta ao rio, possui 35 logradouros: 1 pavimentado, 2 ajardinados, 4 àrborizados e 28 com iluminação elétrica. Dos 1 097 prédios, 218 são servidos de luz elétrica. Há 1 cinema, 8 pensões, 1 hotel, 2 serviços de alto-falantes completando o equipamento urbano.

Entre os seus edifícios, destacam-se a matriz, a Prefeitura Municipal, a agência da Real Transportes Aéreos, os Correios e Telégrafos, a Loja Maçônica (em fase de conclusão), o Hospital Regional e o Mercado Municipal. As casas residenciais, de estilo moderno e elegante, muito enfeitam a cidade.

ASSISTÊNCIA MÉDICO-SANITÁRIA — A assistência médico-sanitária é prestada à população pelo Pôsto de Saúde, que funciona no Hospital Regional, cujos serviços de enfermaria *ainda não foram* instalados; pelo Hospital do Albergue "Ana Avelino", pertencente ao núcleo espírita — "Agostinianos", onde se realizam as mais diversas operações de olhos, ouvidos e garganta, sob a responsabilidade do filantropo Dr. Clodoaldo M. Avelino. Atendendo à população infantil e às gestantes, funciona um pôsto de Puericultura. O Departamento Nacional de Endemias Rurais mantém o serviço de dedetização e combate à malária, supervisionado pelo Setor n.º 11, sediado em Juàzeiro, do qual faz parte o território de Xique-Xique.

Grupo Escolar.

Praça Dr. Lauro de Freitas.

A cidade conta os serviços profissionais de 4 médicos, 1 dentista, 1 farmacêutico e 2 enfermeiros.

ASSISTÊNCIA SOCIAL E COOPERATIVISMO — É reduzida a atividade associativa. Existe a Sociedade Beneficente dos Operários, fundada em 15 de agôsto de 1935, com um total de 596 sócios.

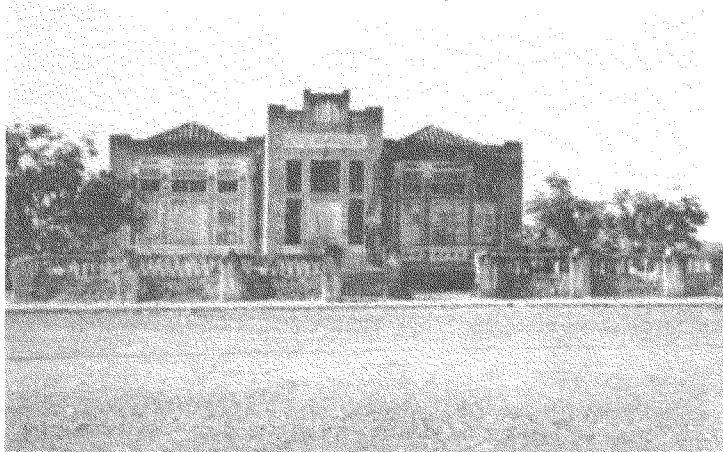
ALFABETIZAÇÃO — De acôrdo com os dados do Recenseamento de 1950, a população de 5 anos e mais apresentava-se com 13 356 homens e 14 129 mulheres, no total de 27 458. Sabiam ler e escrever 7 365 homens e 4 272 mulheres, correspondendo a 27% da população da idade de 5 anos e mais.

Ensino — O ensino primário-fundamental-comum é ministrado por 16 unidades escolares estaduais, dentre as quais o Grupo Escolar Cézar Zama, 21 municipais e 2 particulares, tendo a matrícula alcançado perto de 2 000 alunos.

O ensino extraprimário é ministrado por uma escola datilográfica e 1 de música. Está em organização 1 ginásio.

OUTROS ASPECTOS CULTURAIS — Há 4 bibliotecas no município; a da Prefeitura Municipal, da Sociedade dos Operários, da Agência de Estatística e da Loja Maçônica. Tem vida regular a Sociedade Filarmônica "7 de Setembro".

CULTOS RELIGIOSOS — Predomina o culto católico, constituindo uma paróquia subordinada à diocese de Barra; conta 2 igrejas, 26 capelas e 2 associações religiosas; a paróquia é consagrada ao Senhor do Bonfim. O culto protestante e os adeptos do espiritismo possuem, respectivamente, 3 e 2 templos.

MANIFESTAÇÕES RELIGIOSAS E FOLCLÓRICAS — A festa do "Divino", realizada no domingo de Pentecostes, tem significativa expressão na vida do município. Nove dias antes o mastro é trazido pelo "capitão do mastro", com

acompanhamento de populares, até a frente da igreja; sob aplausos da massa popular e espoucar de foguetes, é o mastro erguido e enterrado, — o que marca o início da novena. No dia da festa, depois das primeiras missas comuns, chega à igreja, em carro alegórico, o "Imperador", rodeado de princesas, crianças das melhores famílias, trajando indumentária apropriada. Na igreja, são aclamados pelo povo e, ao som da música, entram no templo, ocupando lugares de honra junto ao altar-mor; após a missa solene, procede-se à eleição dos dignitários da festa do ano imediato.

Mercado São Francisco.

À saída, que não é menos pomposa do que a chegada, o povo vai fazer a visita protocolar ao novo "Imperador", ao capitão do mastro e ao porta-bandeira, servindo-se guloseimas e bebidas típicas.

Também se comemora com muita imponência, no mês de janeiro, a festa do Senhor do Bonfim. A de Nossa Senhora Santana ocorre na ilha do Miradouro, onde se encontra secular igreja consagrada a essa devoção tradicional no município; durante o ano esta pequena igreja recebe em sua nave dezenas de peregrinos que vão pagar ou fazer promessas, ou depositar simplesmente o seu óbulo aos pés da santa; em julho realiza-se uma procissão fluvial que, partindo da ilha, em canoas, vai até a Cidade, retornando em seguida, sob vivas e foguetes.

Na cidade ainda se cultiva uma tradição curiosa, misto de folclore e religião. Trata-se dos "penitentes da Semana Santa" que, sexta-feira da Paixão, à meia-noite, se reúnem nas cercanias do cemitério para se penitenciarem, golpeando-se reciprocamente com flagelos terminados em afiadas lâminas. Cêrca das 22 horas, pequena procissão de mulheres, cantando ladainhas fúnebres, se encaminha para o cemitério, fazendo as estações, isto é, as paradas protocolares e que se chama "Lamentação das Almas". À meia-noite, em meio à escuridão, aparece um bloco de homens com máscaras brancas e um pano branco envolto nos quadris, à semelhança de "Cristo flagelado".

Em coluna por um, circundam as mulheres e, com passos rítmicos e acelerados, tem início a "penitência"; curvam-se êles para a frente e vão açoitando-se com o molho de lâminas. Reservado aos iniciados, os profanos não podem aproxima-se para melhor observar a cena, mas, algumas pessoas dizem, que são usados dois molhos amarrados um a cada mão e jogados em sentido diagonal, de modo que a mão esquerda açoita por cima do ombro direito e vice-versa. O sangue jorra e os panos ficam rubros mas, no dia seguinte, os penitentes, em meio à população, comentam os sucessos da véspera, sem revelarem a identidade dos participantes.

Outras comemorações, como o "reisado", o "batuque", o "bumba-meu-boi", e a "roda de São Gonçalo" ainda se praticam, porém, sem o entusiasmo do passado, mantidas por pequenos grupos aferrados às tradições.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLÍTICA — O total de eleitores inscritos em 1954 era de 9 215, dos quais votaram apenas 3 897. Constituem a Câmara Municipal 12 vereadores.

Conta o município 96 servidores públicos, 9 federais, 41 estaduais, 45 municipais e 1 autárquico.

FINANÇAS PÚBLICAS — O quadro abaixo informa os dados das arrecadações federal e estadual e o movimento da receita e despesa municipais no período de 1950-1956:

ANOS	RECEITA ARRECADADA (Cr$ 1 000)				DESPESA REALIZADA NO MUNICÍPIO (Cr$ 1 000)
	Federal	Estadual	Municipal		
			Total	Tributária	
1950.......	192	762	725	306	870
1951.......	200	946	736	299	756
1952.......	995	1 065	864	290	865
1953.......	1 575	937	1 017	322	983
1954.......	564	1 068	1 071	302	997
1955.......	391	2 283	842	569	954
1956.......	581	3 107	1 663	787	1 647

JUSTIÇA — Desde a sua criação, o município ficou pertencendo à Ouvidoria da Bahia, parte do sul. Com a criação da comarca de Sento Sé, pela Resolução provincial de 9 de maio de 1833, o município integrou a nova comarca como têrmo. Por fôrça da Lei provincial número 6, de 2 de maio de 1835, passou a ser têrmo da comarca do Rio São Francisco, com sede na Barra do Rio Grande.

A comarca de Xique-Xique, foi criada pela Lei provincial número 650, de 14 de dezembro de 1857, mais tarde extinta pelo Ato estadual de 3 de agôsto de 1892, voltando à comarca do Rio São Francisco. Foi a comarca de Xique-Xique novamente restaurada pela Lei estadual número 1 119, de 21 de agôsto de 1915, formada de têrmo único.

Possui 18 cartórios, dos quais 7 do Registro Civil. Em 1956, 75 feitos foram julgados, sendo 64 no cível e 11 no crime. O primeiro juiz da comarca foi o Dr. Francisco Pachêco Pereira e o atual é o Dr. Pedro Bento de Morais.

OUTROS ASPECTOS DO MUNICÍPIO — Xiquexiquenses é a denominação dos naturais do município. A origem do nome, por sinal significativa, foi a grande quantidade de cactos denominados "xiquexique", encontrada pelos primeiros habitantes.

O Prefeito é o Sr. José Peregrino de Sousa e o Presidente da Câmara Municipal, eleito para o período legislativo que se iniciou em 7 de abril de 1957, é o Sr. Samuel Rodrigues Soares.

Compilação da Inspetoria Regional de Estatística por Aloísio Alencar de Jesus; Chefe da Agência de Estatística — Wilson Nunes de Azevedo.)

Bibliografia

Hebdomadário editado pelo Bispado de Amargosa.
OLDEMAR LOPES DA CRUZ — *Ligeiros aspectos do município de Andaraí.*
Anais do 1.º Congresso de História da Bahia — Inst. Geográfico e Histórico da Bahia.
CEL. JOÃO BATISTA DE MATOS — *Os Monumentos Históricos.*
BORGES DE BARROS — *Bandeirantes e Sertanistas.*
Boletim Geográfico n.º 88 — julho de 1950.
C. J. DA COSTA PEREIRA — *Artesanato e Arte Popular.*
Revista Brasileira de Geografia — Volume 1, ano VI.
MANOEL MENDES BORGES — *Descrição dos municípios da Bacia do São Francisco.*
FRANCISCO BORGES DE BARROS — *À Margem da História da Bahia.*
OLÍMPIO BARBOSA — *Pequeno Album de Lençóis* e *Horácio de Barros, sua vida e suas lutas.*
AFONSO D'E. TAUNAY — *Histórias das Bandeiras Paulistas.*
DR. FRANCISCO VICENTE VIANA — *Memórias sôbre o Estado da Bahia.*
Monografia Histórica de Benedito P. Raline.
Anais do 2.º Congresso de História da Bahia — Inst. Geográfico e Histórico da Bahia.
AMÉRICO CORREIA E SILVA — *Memórias Históricas e Geográficas — 1916.*
TEODORO SAMPAIO — *O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina — 1955.*
CARLOS B. OTT — *Formação e Evolução Étnica da Cidade do Salvador — Bahia 1955.*
ABELARDO DUARTE — *A Dansa do Buá (Artigo).*
DR. JOÃO DA SILVA CAMPOS — *Crônica da Capitania dos Ilhéus — 1947.*
UBALDO OSÓRIO PIMENTEL — *A ilha de Itaparica.*
MÁRIO RODRIGUES DA COSTA — *Monografia do Município de Itaquara.*
AFRÂNIO PEIXOTO — *Breviário da Bahia.*
Edição Comemorativa do Diário Oficial da Bahia no Centenário da Independência.
EUCLIDES DA CUNHA — *Os Sertões.*
AROLDO AZEVÊDO — *Regiões e Paisagens do Brasil.*
EMERSON PINTO DE ARAÚJO — *Dados sôbre o Município de Jequié.*
Cartas de Munhez — I e II volumes.
LUIZ DOS SANTOS VILHEMA — *Cartas de Vilhema.*
DR. ALFREDO MARTINS DA SILVA — *Pequena Geografia.*
Monografia de Lúcio M. dos Santos Mendonça.
BEL. RAIMUNDO DE SOUZA BRITO — *Livro de São Jorge Ilhéus — 1923.*
A. LIMA QUADROS — *Breve Histórico do Município de Itabuna.*
THEODORO SAMPAIO — *O Tupi na Geografia Nacional.*
DURVAL VIEIRA DE AGUIAR — *Descrição da Província da Bahia.*
I. ACCIOLI B. DO AMARAL — *Memórias Históricas e Políticas da Bahia.*
PANDIÁ CALÓGERAS — *As minas do Brasil e sua Legislação.*
MYRON PEREIRA — *Sinopse do Município de Canavieiras.*
MYRON PEREIRA — *Pequeno Anuário do Município de Canavieiras.*
ANTÔNIO LOUREIRO DE SOUSA — *Baianos Ilustres.*

O.S. — 25 253

Índice Geral

Índice dos Municípios

CONFECÇÃO GRÁFICA

Sob a direção de:

Antônio Maria Coelho,
Petrônio Cezar Coutinho,
Acácio da Cunha Figueiredo,
Mário Batista de Abreu,
José Corrêa Neves e
Elio Ricaldone.

Com a colaboração de:

Antônio Buss, Seno Eyng, Nerval Dutra, Ovídio Rodrigues Costa, Francisco A. M. Bessa, Walkyrio W. Morgado, Mário G. Cavalieri, Heinzelman Almeida, João Brand, Walter Odilon, Venício Coutinho, Nilson Vicente, Valdemiro Joaquim Fernandes, Luiz Borges da Silva, Antônio Bernardino da Silva, Joaquim Soares Moreira, Manoel Pereira de Melo, Vicente Basile, José Paixão Filho, Jussieu Leite, Acrísio Lopes, Francisco Lopes, Pedro Murga, Carlos Alfeld, Manoel Neto Araújo, Hilton Fróis Ribeiro, Eudes Vieira, Sílvio Brand, Lourival Fernandes, Sebastião Cassia, Armindo Fiães, Walter Schöpke, Manoel Ferreira de Figueiredo, Zenir Ferreira Lopes, Walter Freitas Nunes, Pedro de Castro Biancovilli, Laudo de Oliveira, José Fagundes do Amaral, Arnaldo V. Reis, Luiz C. Campos, Antônio Gama, José Batista de Abreu, Waldir Rangel, Jayme Santiago Maphêo, Antônio Ferreira Gabri, Marcílio Mazzola, Manoel Gomes Neto, Augusto Gimenez, Reginaldo de Sousa Leal, Mário Freitas, Valdemar Lopes, Manoel Cordilha, Florisvaldo Araújo, Laurentino de Oliveira, José Maria da Silva, Raimundo Pires Seixas, Levy de Menezes, Jayr Calhau, Álvaro F. Órphão, Ivo José Ferreira, Geraldo Gonçalves de Souza, Maria Yara Branco, Leonardo Eyng, Darcy Vieira Cardoso, Edjalme Pierret de Souza, Miguel Paixão, Eduardo Dias, João de Almeida Guimarães, Armando W. Cruz, Joaquim G. M. Gonçalves e José Cândido de Araújo.

ACABOU-SE DE IMPRIMIR ÊSTE VIGÉSIMO PRIMEIRO VOLUME DA "ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS", EM 2 DE JULHO DE 1958, NAS OFICINAS DO SERVIÇO GRÁFICO DO I.B.G.E., EM LUCAS, DF — BRASIL